

**XXIX Semana de História da Universidade
Federal de Juiz de Fora**

**Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre
liberdades e igualdades.**

14 a 18 de maio de 2012 – UFJF

Anais do Evento

Antonio Gasparetto Júnior

Camila Martins

Carina Muguet

Laiz Perrut

Luiz César de Sá Júnior

Mariana Alves

Mariana de Oliveira

Renata Fernandes

Rhuan Fernandes

Rumennig Weitzel

Thiago Firmino

(Organizadores)

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora

Instituto de Ciências Humanas – ICH

Centro Acadêmico de História – Gestão “Construindo Diálogos”

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Ficha Técnica

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”. Juiz de Fora,
2012. ISSN: 2317-0468.

759 p.

1. Monarquias – 2. Repúblicas – 3. Ditaduras

Comissão Organizadora:

-Antonio Gasparetto Júnior

-Camila Pereira Martins

-Carine Miguet

-Laiz Perrut

-Luiz César de Sá Júnior

-Mariana Alves

-Mariana de Oliveira

-Renata Fernandes

-Rhuan Fernandes

-Rumennig Weitzel

-Thiago Firmino

Diagramação e Normatização:

-Antonio Gasparetto Júnior

Sumário

Texto Especial

A Monarquia Constitucional Brasileira e o Modelo de Governo Representativo dos Oitocentos.

Miriam Dolhnikoff P. 11

Comunicações:

Cultura no Brasil Colonial

1. A Integração entre Política e Ciência no Século XVIII Português.

Ivete Pereira..... P. 27

2. Tomás Antônio Gonzaga e as Ideias Político-Jurídicas de seu Tempo.

Larissa Mendes..... P. 40

3. O Juízo Eclesiástico e Civil Mineiro na Questão do Foro Misto no Final do Século XVIII.

Larissa Pereira P. 50

4. A Sátira Setecentista: a intimização do Pasquim no espaço público.

Renata Fernandes & Álvaro Antunes P. 65

5. A Expansão da Monarquia e o Projeto do Império Luso-Brasileiro nas Memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis.

Welington Silva P. 81

Irmandades no Brasil Colonial

1. Apontamentos sobre os Compromissos na Organização das Devoções Negras em Minas, Séculos XVIII e XIX.

Leonara Delfino..... P. 97

2. Religiosidade, Solidariedade e Sociabilidade: fé e cotidiano nas Irmandades de São Miguel e Almas do setecentos mineiro.

Manoela Araújo.....	P. 102
3. Fé e Distinção: um estudo da dinâmica interna e do perfil de irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (1712-1784).	
Monalisa Oliveira.....	P. 114

Trajetórias no Brasil Colonial

1. Reprodução Familiar: estratégias de uma elite de Antigo Regime (Guarapiranga, 1780-1840).	
Débora Alves	P. 130
2. Um Império de Serviços: ofício e trajetórias sociais dos governadores gerais do Estado do Brasil no século XVII.	
Hugo Araújo	P. 146
3. Leituras e Atuações de Luís José de Godoi Torres: trajetórias e contexto de um médico ilustrado em Minas colonial.	
Lucas Quadros	P. 162
4. A Casa e o Serviço ao Rei: o primeiro Conde de Óbidos e a economia de mercês do Império Luso no Antigo Regime.	
Renato Alves	P. 168

Redes de Solidariedade no Brasil Colonial

1. Os Corpos de Ordenança nas Minas Setecentistas: uma análise do perfil de seus oficiais – os mestres de campo.	
Gabriela Dias	P. 183
2. Administração das Minas Gerais: comunicações políticas entre as câmaras e Portugal..	
Lívia Teixeira	P. 193
3. Homens Bons, Família e Poder: reinóis e basílicos a serviço de sua majestade. São João del Rei, séculos XVIII e XIX.	
Tarcísio Greggio.....	P. 200

Estado e Nação no Brasil Imperial

1. IHGB – O Projeto de uma Nação.

Giovana Moreira P. 215

2. A Organização Judiciária e a Relação Centro-Localidade no Processo de Formação do Estado Nacional (1832-1841).

Glauber Florindo P. 224

3. “Da Excelência e das Vantagens”: o direito ao voto em debate no Conselho de Estado Imperial.

Thiago Rates..... P. 238

Imprensa Imperial

1. Usos e Práticas da Imprensa no Vale do Paraíba Fluminense no Século XIX.

Antônio Silva P. 246

2. A Micro-História, o Estudo das Elites e a Construção do Estado Imperial.

Paula Ferraz P. 253

Cultura no Brasil Imperial

1. A Relação entre Poder Político e Símbolos: uma questão de estratégia.

Gabriela Fernandes P. 265

2. Família Imperial Brasileira e a Família Ferreira Lage: uma análise das relações sociais através da fotografia e do cartão postal.

Rosane Ferraz..... P. 276

História Contemporânea

1. Dembos X Autoridades Portuguesas: uma relação marcada pela troca de cartas (Angola, século XIX).

Daiana Vieira..... P. 290

2. Uma Breve Trajetória de Stendhal: tenente, diplomata, escritor.

Daniel Eveling P. 300

3. Revolução Mexicana: o desdobrar da revolução camponesa ao longo do século XX.

Dievani Lopes	P. 310
4. O Músico que Levo Dentro: identidade musical em concerto barroco de Alejo Carpentier. Pedro Leite	P. 319
5. Do <i>Id Primitivo</i> ao <i>Ego Civilizado</i> : a psicanálise como ferramenta civilizadora (1926-1944). Rafael Castro	P. 328

Cultura no Brasil Republicano

1. Os Incofidentes: análise de um filme. Dirceu Barbutto	P. 337
2. Ser Mulher, “Uma Missão”: a Escola Superior de Ciências Domésticas, feminilidade, doutrina e representações de gênero (1952-1980). Fábio Simão	P. 346
3. Permanência da Condição Colonial Brasileira e Relatividade do Conceito de Traição em <i>Calabar – elogio da traição</i> , de Chico Buarque e Ruy Guerra. Juliana do Carmo	P. 355
4. Entre o Terror e o Riso: o totalitarismo nas charges cariocas durante a Segunda Guerra Mundial. Marcelo Silva	P. 365

Trabalho no Brasil Republicano

1. A Ferreira Guimarães e a Urbe Juiz-Forana: urdindo histórias. Cláudia Cimino	P. 379
2. Trabalhadores de Juiz de Fora: uma análise do movimento operário e o recurso à Justiça do Trabalho na experiência democrática (1945-1965). Luísa Correard	P. 384

Primeira República

1. Passado, Presente e Futuro: análises e críticas ao quadro político-social da Primeira República.	
---	--

Allony Macedo	P. 399
2. Ruy Barbosa e o Civilismo no Imaginário dos Letrados.	
Lívia Freitas.....	P. 412
3. Pobreza e Assistência entre Monarquia e República.	
Virna Braga	P. 427
4. A Interferência de Minas Gerais na Comissão Verificadora de Poderes da Câmara Federal para a Articulação do Estado Brasileiro (1898-1930).	
Vitor Figueiredo	P. 438

Integralismo

1. Ideologia, Doutrina e Símbolo: a representatividade da Ação Integralista Brasileira.	
Ana Almeida	P. 446
2. Gustavo Barroso: aproximações conceituais da Ação Integralista Brasileira e o Museu Histórico Nacional (1933-1937).	
Arthur da Silva	P. 456
3. As Fronteiras entre Portugal e França: <i>Integralismo Lusitano</i> e <i>L’Action Française</i> como reflexo da crise de identidade de dois países na virada do século XIX para o XX.	
Felipe Cazzeta	P. 468
4. Os Protocolos e Rituais da AIB de 1937: um manual do homem integral.	
Pedro Ivo Tanagino	P. 481

Estado Novo

1. O Contexto Nacional do Estado Novo em Juiz de Fora: as políticas trabalhistas de Vargas.	
Jacqueline Beluzzo	P. 495
2. O Estado Novo em Petrópolis: a desarticulação do movimento integralista e a atuação de Raymundo Padilha na tentativa do golpe de 1938.	
Alexandre Oliveira	P. 508
3. Liberalismo Excludente Versus ‘Democracia Substantiva’. O Manifesto Mineiro e os debates sobre o Estado autoritário-corporativo nos finais do Estado Novo (1943-1945).	
Juliana Alves	P. 519
4. É Hora de Mudar: a política industrial de Getúlio Vargas e Lula.	

Maedison de Souza P. 534

Ditadura Militar

1. O Anticomunismo na Região Norte de Minas Gerais (1960 a 1985)

Camila Silva P. 549

2. Ditadura Brasileira: da ditadura militar à ditadura da alienação.

Vinícius Betiol..... P. 558

Pós-Ditadura Militar

1. Do Banimento à Luta pela Anistia: história e memória da Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutico – GEUAr (1994-2202).

Esther Costa P. 569

2. Problematizações sobre a Gênese Judiciária do Patrimônio Cultural na Constituinte de 1987/88.

Yussef Campos..... P. 580

Trabalho e Indústria

1. Uma Análise Historiográfica sobre o Tema Escravista e o Cativo Urbano no Brasil.

Caio Batista P. 593

Imigração

1. Religiosidade Alemã: a construção de igrejas católicas pelos imigrantes alemães em Juiz de Fora.

Fabiana Almeida P. 608

2. As Festas no Curato da Glória: Juiz de Fora (1893-1924).

Patrícia Lage..... P. 619

História da Arte

1. Imaginário: domesticação ou familiarização.
Bruna Assis P. 628
2. Rembrandt e a Arte Barroca do Norte Europeu.
Pedro Coelho P. 636
3. Chapeuzinho Vermelho e a Bela Adormecida: simbolismo por detrás dos contos de fada.
Raíssa Galvão & Gabriela Fazolato P. 649
4. Francisco de Holanda e a Transposição do Ideal Clássico para Portugal.
Rogéria dos Santos P. 670
5. À Flor da Pele: *Amuada* de Belmiro de Almeida e o retrato da mulher *fin-de-siècle*.
Samuel Vieira P. 674

Patrimônio e Cultura

1. Conservação Preventiva para o Acervo sob Guarda do Arquivo Histórico/UFJF: um estudo de caso.
Andréia Rodrigues & Janaína Almeida P. 691
2. Os Carijós da Antiga Comarca de Vila Rica: uma abordagem interdisciplinar.
Cecília Porto P. 701
3. Festa e Resistência do Congado de São José do Triunfo (Viçosa/MG) e o Patrimônio Imaterial Aplicado em Sala de Aula.
Ciléssia Lemos & Monique Lopes P. 713
4. Entre Doenças, Tensões e ‘Civilização’ de Índios: as questões enfrentadas na região do Rio Doce (1824-1829).
Leonardo Angelo P. 722
5. Patrimônio: entre memórias, identidades e as ações de educação patrimonial do MAEA-UFJF.
Thaíse Rocha & Luciane Oliveira P. 730

História e Intelectualidade

1. Das Raízes ao Paraíso: colonização do Brasil e (des)colonização da sociedade sob o olhar de Sérgio Buarque de Holanda.
Diego Schaeffer P. 743

2. Mundo em Desordem: o olhar ocidental contemporâneo e a reconstrução de um período histórico.

Hélio Rocha & Humberto Silva P. 756

História da Educação

1. Aurélio Pires, seus Escritos e suas Memórias: uma análise de projetos político-educacionais em Minas Gerais através da trajetória de um intelectual (1878-1937).

Luísa de Paula P. 768

Texto Especial

A Monarquia Constitucional Brasileira e o Modelo de Governo Representativo dos Oitocentos.

Miriam Dolhnikoff

As interpretações que têm prevalecido na historiografia sobre a dinâmica política do império derivam em geral do famoso e hiper citado sorites de Nabuco de Araújo, proferido em sessão do Senado no ano de 1868:

Ora, digam-me senhores, não é isto uma verdadeira farsa? um verdadeiro absolutismo, máxime com o regime eleitoral que temos? Vede este sorites fatal que depõe contra a existência do sistema representativo – o Poder Moderador chama a quem quer para organizar ministério; o ministério faz a eleição, a eleição faz a maioria. Eis aqui o sistema representativo do nosso país!¹

Embora o governo representativo, sob a forma de monarquia constitucional, estivesse previsto na Constituição de 1824 os historiadores têm salientado que na prática ele foi falseado, deturpado, baseando esta interpretação em denúncias como a de Nabuco. A forma como este falseamento é apresentado na historiografia depende da interpretação mais geral de cada historiador para o período. Sem entrar aqui em longa discussão historiográfica, basta mencionar que Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro reproduzem o esquema descrito por Nabuco para afirmar que prevalecia, ao fim e ao cabo, o poder pessoal do imperador. José Murilo de Carvalho, ao enfatizar a criação de uma elite homogênea pelo Estado que impunha, a partir do centro, um projeto de nação e de Estado, identifica também o papel centrífugo do imperador e, apesar de reconhecer a extensão da cidadania no Brasil em comparação com outros países no mesmo período, apontando que a exigência censitária para votar era baixa, ressalta que a fraude acabava por anular a vontade do eleitor, ao mesmo tempo em que relega a um segundo plano a Câmara de representantes eleitos. Ilmar de Mattos, por sua vez, com sua interpretação gramsciniana de hegemonia dos cafeicultores do vale do Paraíba, também acaba negando a possibilidade de um governo representativo ao colocar toda a iniciativa política nas mãos da fração desta classe que assume o papel de direção do Estado. Em outro pólo estão trabalhos como o de Richard Graham, para quem o

¹ Anais do Senado 17/7/1868

regime monárquico deve ser entendido a partir das relações clientelistas estabelecidas pelos fazendeiros no nível local. A realização de eleições periódicas para escolha dos deputados teria favorecido os potentados locais que, através de suas relações clientelistas, podiam determinar o resultado eleitoral. Deste modo, só era eleito aquele que contasse com o apoio de um ou mais fazendeiros poderosos. O resultado era que o deputado atuava sempre tendo em vista fortalecer o poder de influência de seu protetor, tanto para retribuir o apoio dado como para garantir apoio em eleições futuras.²

No entanto, em trabalho anterior, identifiquei nas bancadas dos deputados o empenho em defender os interesses das elites provinciais, estabelecendo negociações e conflitos no interior da Assembléia. Assumiam assim o papel de representantes e, mais importante, participavam efetivamente do centro decisório, na medida em que legislavam com autonomia, sem subordinação ao ministério, mesmo quando pertenciam ao mesmo partido. Os conflitos e divergências de interesses entre os diversos setores da elite, que nos primeiros anos da independência colocaram como possibilidade a fragmentação da América portuguesa, encontraram, principalmente a partir de 1831, canais institucionais de resolução. E o fórum principal para tanto era o Legislativo³. Esta constatação colocava a necessidade de repensar o papel da Câmara dos Deputados na direção política do país e me levou a levantar a hipótese de que o regime representativo efetivamente funcionava no Brasil.

O problema, ao meu ver, está em que os autores que afirmam o seu falseamento incorrem no equívoco de, em primeiro lugar, basearem-se em fontes que devem ser tomadas de forma crítica e não como um retrato da realidade. A fala de Nabuco de Araújo, por exemplo, foi feita em um momento em que se discutia um dos episódios mais tensos das relações entre Legislativo e Coroa de todo o 2º. Reinado e do qual ele foi protagonista, no papel do que ele considerava vítima do arbítrio da Coroa, que foi a queda do gabinete chefiado por Zacarias de Goes, da Liga Progressista, onde predominavam os liberais, e sua substituição por um ministério chefiado por Itaboraí, liderança do setor mais antigo do Partido Conservador, aquele identificado com o Regresso da década de 40, com a trindade Saquarema e, portanto, principal antagonista dos liberais que caíam. Neste mesmo discurso, Nabuco dizia

² Sérgio Buarque de Holanda - *Do Império à República. História geral da civilização brasileira*. 4a. ed., São Paulo, Difel, 1985, T.II, V.5o., p. 73, Raymundo Faoro - *Os donos do poder*. 7a. ed., Rio de Janeiro, Globo, 1987, José Murilo de Carvalho - *A Construção da ordem. A elite política imperial*. Brasília, UNB, 1981 e *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice, 1988, Richard Graham - *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Trad. port. RJ, Editora da UFRJ, 1997 e Ilmar Rohloff de Mattos - *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987

³ Miriam Dolhnikoff – *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo, Globo, 2005

que o principal problema estava no fato de que apesar de ter o imperador agido legalmente, seu ato era ilegítimo por ter escolhido um ministério que não correspondia com a posição política majoritária na Câmara. Retomarei este ponto mais para frente, para discutir a validade de generalizar a denúncia de Nabuco para todo o império. O maior equívoco, contudo, que em geral se comete, me parece ser analisar a questão da representação no século XIX de forma anacrônica, ao se tomar como modelo os governos representativos tal como se organizaram no século XX, ou seja, conforme o modelo das democracias modernas. Embora estas sejam uma variação da concepção liberal de governo representativo, carregam em si as profundas transformações impostas pelo longo processo histórico transcorrido entre estas experiências concretas. O governo representativo, na forma como foi idealizado e implementado no século XIX, tinha características que o diferenciava profundamente das experiências modernas e desta maneira deve ser analisado. Ao se considerar o que se entendia por representação nos oitocentos, e a forma como se materializou em países como a França e a Inglaterra, é possível entender o caso brasileiro de maneira diversa daquela como tem sido considerada até hoje. Neste sentido, a proposta da minha pesquisa, ainda em andamento, é investigar a hipótese de que no Brasil no século XIX, vigorou sim um governo representativo, considerando o que eram os governos representativos no século XIX.

Aceitar a hipótese de que a representação política era uma realidade no regime monárquico, tendo em vista os modelos vigentes no século XIX é vantajoso na medida em que coloca novas questões para a pesquisa sobre o período: qual era sua especificidade em comparação com seus congêneres europeus e norte-americanos? Qual era o peso da Câmara dos Deputados na formulação da política nacional? Esta última pergunta é de especial relevância dada a magnitude de atribuições da Câmara naquele período e leva à novas perguntas: Que tipo de representantes eram selecionados através das eleições? Como isto afetava a formulação das políticas nacionais? Quem eram os representados? Quais os interesses em jogo? Em que medida imprensa e sociedades organizadas influenciavam as decisões parlamentares? Como os conflitos intra elite se traduziram em diferentes concepções de representação?

A questão está em considerar que os governos representativos do século XIX, nascidos das transformações operadas em relação ao Antigo Regime, não abandonaram a idéia de que a elite estava reservada a função de dirigir o Estado e apenas alguns setores sociais deveriam participar do jogo político. As novidades do projeto liberal eram imensas uma vez que estabeleciam um novo tipo de relação entre Estado e sociedade, mudando não só a

natureza desta relação, como ampliando o grau de participação. Mas isto não significava a universalização desta última. Como observa Antonio Manuel Hespanha, ao analisar o pensamento de Benjamin Constant, prevalecia “uma concepção realista, historicista, da sociedade - bem característica do romantismo político, venha ele da Escola Histórica Alemã, de Guizot ou de Constant -, em que esta aparece como um corpo constituído de indivíduos variados, com diversas possibilidades de contribuição para o todo e, conseqüentemente, também com direitos diferentes de influenciar o governo. Daí a necessidade de distinguir os *direitos civis*, competindo a todos os nacionais, dos *direitos políticos*, apanágio apenas de alguns. De facto, ‘nenhum povo tinha considerado como membros do Estado todos os indivíduos que residissem no seu território’, existindo, portanto, um princípio – que não tinha a ver nem com a liberdade, nem com a capacidade civil – ‘segundo o qual, de entre os indivíduos reunidos num território, alguns são membros do Estado e outros não o são. Este princípio traduz-se, evidentemente, em que, para se ser membro de uma associação, é necessário um certo grau de luzes, bem como um interesse comum com os outros membros desta associação’”⁴.

Na concepção liberal que passou a vigorar a Câmara de representantes era apresentada como a Assembléia na qual, através do debate e do voto onde se decidiria pela vontade da maioria, seria definido o bem comum e este seria a diretriz da legislação a ser elaborada por estes representantes. Este objetivo primordial levava a pensadores como Edmond Burke, entre os conservadores, ou de outro lado, os utilitaristas ingleses, como Bentham, ou os federalistas norte-americanos, a defender que era necessário garantir que a escolha dos representantes recaísse sobre uma elite portadora de virtudes que a diferenciava da massa da população, fosse por sua riqueza, fosse por sua sabedoria, de modo a ser capaz de definir o bem comum e atuar no sentido de alcançá-lo. Em conseqüência, nos regimes representativos europeus do século XIX a restrição ao voto era considerada uma necessidade para o seu sucesso. Por esta razão, tanto na Inglaterra como na França, o voto era censitário⁵. Mas, para além das restrições ao voto, nos dois países os legisladores se preocuparam em restringir o direito de ser eleito, exigindo, por exemplo, que os candidatos fossem proprietários de terras. Havia

⁴ Antonio Manoel Hespanha – *Guiando a mão invisível*. Coimbra, Livraria Almedina, 2004, p. 98

⁵Cf. Bernard Manin – *Los principios del gobierno representativo*. Madrid, Alianza Editorial, 1998 e Hanna Pitkin – *The concept of representation*. Los Angeles, University of California Press, 1967. Na França criaram-se instrumentos depois adotados no Brasil: a divisão entre cidadãos ativos e passivos, sendo que só os primeiros tinham direito de voto, e a eleição em duas fases, em que os votantes sufragavam os eleitores que, por sua vez, escolhiam os deputados. As regras eleitorais na França variaram entre 1789 e 1794, mas sempre mantiveram restrições para ser votante e para ser eleito. Em 1794, prevaleceu afinal o modelo no qual impunha-se exigências censitárias para ser votante e para ser eleitor e se adicionou a exigência de saber ler e escrever.

ainda outras características da concepção liberal de governo representativo do século XIX que caminhavam no mesmo sentido. Por exemplo, no caso das monarquias constitucionais, nos legislativos bicamerais, a Câmara alta era vista como uma forma de contrabalançar a Câmara dos representantes, ou seja, a Câmara dos Deputados que, justamente por sê-lo, era premiada pelas “paixões populares”. Para tanto, a Câmara alta, fosse a Câmara dos Lordes na Inglaterra ou a dos Pares na França, deveria ser composta por homens que não sofressem este tipo de pressão. Por isso eram escolhidos exclusivamente entre os nobres pelo rei, responsável por sua nomeação, seu era cargo vitalício, o que significava que não deveriam se preocupar com eleições para nele permanecer, agindo assim, em tese, exclusivamente de acordo com suas crenças e idéias. Interessante notar que neste sentido, a constituição imperial brasileira tinha um sentido muito mais “democrático”. Embora mantivesse a essência da concepção de câmara alta do século XIX, ao atribuir ao imperador a nomeação dos senadores e determinar a vitaliciedade do cargo, conferia por outro lado algum poder aos eleitores. Em primeiro lugar porque o imperador escolhia um entre três nomes que eram selecionados por eleições realizadas da mesma forma que as eleições para deputados, sendo que esta lista tríplice era composta pelos três primeiros colocados na votação. Em segundo lugar, ao contrário dos seus congêneres europeus, o cargo não era hereditário, o que significava que quando morria o senador, novas eleições eram realizadas para formar a lista tríplice a partir da qual seria escolhido o novo nome para preencher o cargo. Talvez a explicação para isto seja aquela dada pelo deputado Pereira da Silva, quando se manifestou sobre o tema em debate ocorrido na Câmara em 1855:

Em quase todos os países modernos em que rege o sistema monárquico representativo, a escolha dos senadores é da privativa atribuição da Coroa. No tempo porém em que se formulou a nossa constituição o elemento democrático havia por tal maneira invadido a sociedade, que se julgou conveniente exigir uma lista tríplice de apresentação organizada por eleição, para sobre ela se exercer a atribuição da escolha do chefe de Estado. Foi uma concessão às idéias do tempo.⁶

Explicação que é ainda mais reforçada se for considerado o fato de que d. Pedro quando, dois anos depois, outorgou uma constituição para Portugal, entregou para os lusitanos uma Carta que era praticamente uma cópia da brasileira. No entanto havia algumas diferenças. A Câmara alta seguia o padrão europeu. Chamada de Câmara dos pares, seus membros deveriam ser obrigatoriamente nobres, eram escolhidos livremente pelo rei, o cargo era vitalício e hereditário. Por fim, o rei, ao contrário do que acontecia no Brasil, podia alterar o

⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 28/8/1855, p. 259

número de membros da Câmara alta. Podia, por exemplo, aumentar o número de pares, nomeando nobres que lhe eram leais, aumentando assim sua influência na votação de um determinado projeto de seu interesse. No Brasil a Constituição fixava o número de senadores em metade do número de deputados a que cada província tinha direito e estes por sua vez eram determinados proporcionalmente à população da província. Qualquer alteração no número de senadores dependia de uma alteração prévia na bancada dos deputados de determinada província. Esta mudança, por sua vez, era atribuição da própria Câmara dos Deputados. A leitura dos anais da Câmara demonstra que quando a bancada de uma província reivindicava seu aumento alegando o crescimento da população de sua província a discussão costumava ser acirrada, pois as demais bancadas temiam o fortalecimento da representação de uma província que poderia atuar em defesa de seu interesse e em detrimento de outras.

Inglaterra, França e Estados Unidos serviram como modelos para o império brasileiro, mas a partir de releituras que resultaram em um arranjo peculiar que combinava características dos três. Não se tratava de copiar modelos exógenos mas se apropriar dos elementos das experiências modernas conhecidas de modo a construir um governo representativo conforme as peculiaridades da realidade brasileira. Ao tratar do universo das idéias políticas do Brasil da década de 1870, Angela Alonso, referindo-se ao trabalho de Ann Swindler, propõe que se abandone as abordagens que tomam estas idéias como meras imitações, substituindo pela idéia de apropriação, “o que significa supor dos agentes capacidade de escolhas interessadas de idéias conforme experiências e os dilemas próprios”⁷. Embora este tipo de análise esteja voltado para o campo das idéias, tendo sido ampliado, contudo, para uma dimensão mais prática por Charles Tilly, usando-a para a análise de movimentos sociais, o que se quer sugerir aqui é que também para se pensar as instituições políticas a idéia de apropriação pode ser útil. A elite política brasileira, inserida como estava no contexto do mundo das idéias e da política ocidental, ao construir o Estado nacional adotou o genérico modelo liberal de regime representativo. Ao fazê-lo, no entanto, o processo concreto foi marcado por apropriações e por formulações próprias tendo em vista a realidade brasileira concreta, sem que isto significasse abandonar os princípios gerais. Variações distintas de governos representativos se materializaram na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, tendo em vista suas realidades específicas. O mesmo aconteceu no Brasil.

Se analisado de acordo com seus congêneres da época, o modelo brasileiro apresenta

⁷ Angela Alonso - “Apropriação das idéias no Segundo Reinado”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial*, vol. 3 – 1870-1889, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 87

as características de um governo representativo. Incluindo a distância entre teoria e prática na sua implantação que marcou todas as experiências do período. Ao mesmo tempo, por não ser mera imitação e sim a construção de um Estado a partir da realidade concreta traz em si as peculiaridades resultantes desta realidade. A começar pela mais importante, a escravidão.

A escravidão na concepção da época não era um empecilho para a existência do governo representativo. Este dizia respeito ao mundo dos homens livres, enquanto o escravo pertencia ao mundo da propriedade. Mesmo do ponto de vista teórico era possível compatibilizar governo representativo e escravidão. Como apontava José de Alencar, a incapacidade política derivava, antes de mais nada, da incapacidade civil,

antes de cidadão, o homem é pessoa. Dessa qualidade depende o título de membro da comunhão. Desde, pois, que o indivíduo se acha privado da atividade de seu direito civil, fica virtualmente impedido de exercer o direito político⁸.

Além disso, o país que é considerado um dos berços do governo representativo, os EUA, era, quando nele surgiu a república democrática, escravista. Interessante notar que isto suscitou, em relação à questão da representação, polêmicas novas. Ninguém duvidava que o escravo não participava do processo político. Os que defendiam sua participação advogavam que antes se extinguisse a escravidão⁹. Mas a polêmica era de duas ordens. Em primeiro lugar, se o escravo contava no cálculo da população para determinar o número de deputados a que o estado (no caso dos EUA) ou a província tinha direito. No Brasil não chegou a ser propriamente uma polêmica, embora este tema tenha sido levantado na Câmara dos Deputados em algumas ocasiões, com alguns deputados defendendo que sim e outros que não (nossa constituição era omissa neste ponto) e acabou prevalecendo que o escravo não entrava neste cálculo, mas nos EUA os grandes proprietários de escravos do sul reivindicavam serem os escravos contabilizados para efeito de cálculo da população, de modo a garantirem para seus estados um número maior de representantes. O argumento de Madison contra esta pretensão mostra como governo representativo era, aos olhos dos homens do século XIX, perfeitamente compatível com escravidão:

⁸ José de Alencar – *Sistema representativo*. Brasília, Senado Federal, 1997, p. 89 (publicado originalmente em 1868)

⁹ Como foi o caso de José Bonifácio que considerava que o Estado só seria viável se todos os habitantes do território - dentro das limitações consideradas razoáveis na época como ser homem, ter renda, limites de idade – dele participassem como cidadãos. Para isso, dizia, era imprescindível abolir a escravidão, transformando o escravo de inimigo interno em co-cidadão e assim, só assim, garantindo a ordem interna. Sobre o tema. Ver *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Op. cit.

os escravos são considerados propriedades, não pessoas. Devem portanto ser incluídos em cálculos de tributação, que se fundam na propriedade, e ser excluídos da representação, que é regulada pelo censo das pessoas¹⁰

Acabou prevalecendo na constituição norte-americana uma solução intermediária, pela qual o escravo contava como três quintos de uma pessoa. Uma outra questão importante referente à escravidão dizia respeito aos libertos, ou seja, o homem livre que tinha sido escravo. Ele ingressara no mundo do governo representativo, mas trazia a marca da escravidão. No Brasil isto foi resolvido de maneira original. O liberto tinha direito de participar do processo político, mas apenas como votante. Mesmo que preenchesse os requisitos constitucionais não poderia ser eleitor nem candidato. Seu filho, contudo, adquiria direitos políticos plenos. A diferença com os EUA como aponta Hebe Mattos é que aqui o voto nunca foi racializado¹¹. A cor nunca interferiu no exercício do direito de voto no Brasil, ao contrário do que aconteceu com os negros norte-americanos nos estados sulistas até a década de 1960. Este fato serviu como importante elemento legitimador do Estado perante estes setores da população no caso brasileiro.

Este é um momento oportuno para introduzir a discussão de um dos principais argumentos daqueles que alegam que o governo representativo era falseado no Brasil: a manipulação dos resultados eleitorais que para alguns autores fazia prevalecer a vontade do governo e para outros a vontade dos potentados locais.

Esta manipulação era resultado em primeiro lugar da inquestionável prática de fraudes dos mais variados tipos. Mais uma vez, esta não era uma exclusividade brasileira. A fraude estava presente nas eleições tanto dos países europeus, como dos EUA. Portanto, em primeiro lugar, afirmar sua existência para negar que a monarquia brasileira era um regime representativo implica afirmar a inexistência de governos representativos no século XIX. Outro ponto importante é que a acusação de falseamento no que diz respeito à fraude no século XIX não é propriamente referente à sua prática, mas sim à sua magnitude, pois a fraude eleitoral não foi de todo banida nem mesmo de democracias consideradas sólidas como a norte-americana nos dias de hoje. O que os historiadores apontam é que todo o processo eleitoral estava contaminado por ela. O problema aqui é que ao afirmarem isto, sua única fonte disponível são relatos de atores que na época tinham interesses concretos envolvidos nas eleições. O famoso livro de Belisário Soares de Souza, *O sistema eleitoral no Império*,

¹⁰ James Madison, Alexander Hamilton, John Jay – *Os artigos federalistas*. RJ, Nova Fronteira, 1993, p. 363

¹¹ Hebe Mattos – *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. RJ, Jorge Zahar Editor, 2000

publicado em 1872 apresenta um quadro no qual a fraude parece ser onipresente. No entanto, é preciso considerar que Belisário escreveu seu livro com um propósito: a defesa de uma nova legislação eleitoral que eliminasse a figura dos votantes com o argumento de que se tratava de homens ignorantes e, portanto, sujeitos a todo tipo de manipulação. Para Belisário os votantes eram responsáveis pela existência das fraudes e eliminá-los seria o passo lógico para garantir eleições limpas. Argumentação utilizada por aqueles que defenderam o projeto de lei que foi aprovado em 1881 e que afinal eliminou os votantes do processo eleitoral. Sem querer menosprezar a dimensão da fraude naqueles tempos, o fato é que é difícil, quase impossível, medir o quanto ela contaminava as eleições. Por outro lado, é lícito supor que ela não tinha magnitude de ordem a comprometer inteiramente o processo eleitoral, uma vez que este foi um instrumento importante de estabilidade do regime. A eleição periódica de deputados era reconhecida pelos atores como forma de garantir que a vontade nacional fosse ouvida na formulação de políticas, de modo que foi possível manter a monarquia constitucional por quase um século sem grandes abalos institucionais.

Um segundo ponto a considerar em relação à fraude diz respeito aos esforços empreendidos pela elite imperial no seu combate. A história do governo representativo foi, entre outras coisas, a história de como neutralizar a fraude eleitoral como instrumento de disputa política. No Brasil este esforço foi evidente. Uma profusão de leis debatidas e promulgadas tinha como objetivo expresso eliminar as fraudes. Pode-se argumentar que estas tentativas eram mera formalidade. Mas o empenho com que deputados e senadores debatiam e reformavam a legislação eleitoral denuncia uma real vontade de normatizar as eleições. A análise em conjunto do debate sobre as diversas leis que regraram as eleições no Brasil mostra que houve não só uma preocupação constante no combate à fraude, mas um esforço cumulativo, no sentido de se fazer diagnósticos e se procurar soluções, aprendendo com as tentativas feitas e aperfeiçoando-as.

De outro lado, em relação à manipulação das eleições a historiografia que condena as eleições do século XIX como falseamento da vontade popular se refere à manipulação do voto tratando indistintamente os atos de franca ilegalidade e as relações clientelistas, que significariam a imposição do voto aos votantes por um poderoso local. Segundo Posada-Carbo, “it is important to identify the crudest mechanisms of electoral corruption - such as the falsification of the polls, the intimidation of voters and the bribery of electors - from electoral influence based on relationships of deference, patronage and clientelism. These phenomena should be treated as distinct categories, requiring different types of analysis. Contemporaries

who campaigned against electoral corruption, such as W. D. Christie in Great Britain, recognised that there was 'a palpable difference between bribery of voters and distribution of favours'. It is even easier to distinguish between an exchange of favours and the coercion of voters or the stuffing of the ballot box with false votes. These distinctions are crucial to any appreciation of the changing nature of electoral behaviour. According to O'Gorman, deference must not be identified with dependence. In his view, the deferential relationship between patrons and voters in Hanoverian England 'was one of interdependence and mutual gain, not one of servility and humiliation'. There was more than 'an automatic and instinctive obedience' in the behaviour of voters influenced by their patrons. Furthermore, neither deferential nor clientelistic relationships necessarily imply the distortion of the will of voters; thus they should not in themselves be equated with corrupt electoral practices. The falsification of votes, the use of outright violence against the electors, or any other irregular electoral tactics generally classified under the heading of 'electoral fraud', were a different matter. Here again it is crucial to distinguish between the various levels of government intervention and the different levels of fraud"¹². O clientelismo integrava as relações sociais do período e seria ingênuo supor que não afetasse as eleições, no entanto, a inclusão de setores sociais como votantes lhes conferia uma moeda de troca, que significava uma participação que ia além da mera submissão. Conforme aponta Hilda Sabato, se referindo à Argentina do século XIX, “electoral practices could become instruments internal to the game of politics. But at the same time, these practices generated a field of action that incorporated men from different social and ethnic sectors. The electoral networks constituted new webs of sociability that, albeit based on unequal exchanges among the parts, created spaces of shared political involvement and negotiation. Finally, the rhetoric of representation displayed around the elections also had symbolic and ideological effects that contributed to the circulation and reformulation of republican and democratic ideas on citizenship among the population. The role of voting rights, elections, and electoral practices and networks in the formation of a citizenry remains, therefore, a complex and open matter”¹³.

No caso do Brasil, até mesmo uma autora como Maria Sylvia de Carvalho Franco, que identifica como central a relação de dependência e arbítrio entre livres pobres e fazendeiros,

¹² Eduardo Posada-Carbo – “ Electoral Juggling: A Comparative History of the Corruption of Suffrage in Latin America, 1830-1930”. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 32, No. 3 (Oct., 2000), Cambridge University Press, p. 629

¹³ Hilda Sabato – “ On Political Citizenship in Nineteenth-Century Latin America”. *The American Historical Review*, Vol. 106, No. 4 (Oct., 2001). American Historical Association, p. 16

reconhece que o direito de voto conferia condições de negociação para os primeiros: os livres pobres “representavam importante parcela do eleitorado, de um eleitorado que era certo e seguro, mas desde que mantidas as condições que garantiam a sua adesão. Nessa medida, o chefe político, para manter sua influência nesse setor, precisava continuamente preservar a boa vontade de seus seguidores. Assim, é nessa área que se percebe alguma limitação do poder exercido pelo fazendeiro. Nos estritos quadros da vida econômica nada restringia sua arbitrariedade (...) é apenas ao se penetrar na vida política que se observa uma reciprocidade deste tipo: nela, os serviços do ‘cliente’ eram vitais para os grupos dominantes e se conjugaram aos deveres que estes assumiram e cumpriram”¹⁴.

Maria Odila L. S. Dias indica importantes problemas de análise para o pesquisador que deseje se dedicar ao estudo das práticas eleitorais das camadas pobres no centro-sul do Império. Segundo ela, “a condição subalterna e subordinada dos homens livres na sociedade escravista é indiscutível, porém as relações de dependência no conjunto da população dos marginalizados era certamente mais fluida do que deixam entrever alguns autores. A mobilidade da população livre dentro de uma mesma região, de uma paróquia para outra, de um município para outro, de um distrito eleitoral para outro, dentre freguesias, tem sido constatada por diferentes historiadores.”¹⁵ Esse nomadismo que aponta Dias, mesmo que imposto por condições sociais precárias, dava aos votantes possibilidade de resistir ao domínio imposto pelas autoridades estatais e pelos proprietários mais influentes. Ainda que as populações pobres fossem coagidas por expedientes como o recrutamento, as fugas eram constantes e, ao lado da truculência e das ameaças, havia meios de cooptação política que envolviam o oferecimento de benefícios aos votantes: de acordo com a historiadora, “o patronato, sem dúvida, exerceu influência sobre a arregimentação da população pobre, distribuindo empregos públicos e desta forma criando laços de clientela pessoal.”¹⁶

Obviamente, é anacrônico pretender encontrar no século XIX um eleitor politicamente consciente que votaria em candidatos que representassem seus interesses e ideais e só não o fazia porque era coibido pelas relações clientelistas. A realidade era estas relações e o que importa é analisar como o direito de voto conferia um poder de barganha para estes homens ao mesmo tempo em que os inseria em práticas carregadas de discursos, simbolismos e idéias

¹⁴ Maria Sylvia de Carvalho Franco- *Homens livres na ordem escravocrata*. 3a. ed., São Paulo, Kairós, 1983, p. 84

¹⁵ Maria Odila Leite da Silva Dias. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881” In: Marcos Cezar de Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 62.

¹⁶ *Idem. Ibidem*. p. 70.

que resultavam em um aprendizado que os transformava.

A questão fundamental a se ressaltar sobre as eleições no império é que não se pode afirmar que apenas um agente era capaz de determinar seus resultados em todo o território nacional, fosse o governo central, fossem os fazendeiros como potentados a fazer valer seus interesses privados. Variados fatores, incluindo a fraude, influenciavam a disputa política, variavam de acordo com o lugar, a começar pelo fato de ser este lugar uma zona rural ou uma cidade, ou ser uma província pequena distante do Rio de Janeiro, ou uma grande província de tradição política consolidada, variava de acordo com a força e do tipo da economia local, variava de acordo com a composição dos homens livres pobres, majoritariamente índios, ou negros e mestiços. O importante aqui é que havia disputa política na eleição para representantes. Se não houvesse disputa, não haveria sequer necessidade de fraude.

Entretanto, para aqueles que defendem a tese do falseamento a fraude não era um problema apenas porque impedia que as urnas expressassem a real vontade do eleitor, mas também e principalmente porque criava as câmaras unânimes, ou seja, nas quais praticamente todos os deputados eram membros do partido do ministério escolhido pelo imperador e, portanto, concluem estes historiadores, uma câmara na qual os ministérios acabavam impondo sua agenda política. Mais uma vez o sorites de Nabuco. Esta interpretação, contudo, esbarra na análise do comportamento dos deputados no jogo político da monarquia. Antes, porém de discutir este comportamento, vale lembrar que as câmaras partidariamente unânimes foram, da mesma forma que as fraudes, uma preocupação da elite política brasileira. Esta preocupação se traduziu, no debate parlamentar, na questão da representação da minoria. Esta questão se referia ao fato de que até o final do século XIX em todos os países que adotaram o governo representativo se praticava o voto majoritário para o Legislativo. O voto proporcional começou a ser discutido em fins da década de 1850 na Europa e também no Brasil, pela pena de José de Alencar¹⁷ como uma solução justamente para garantir que os partidos que tivessem uma votação minoritária tivessem representação no parlamento. Mas enquanto não se adotou o voto proporcional, outras estratégias foram adotadas. No Brasil o voto distrital de um deputado, estabelecido pela Lei dos Círculos de 1855, tinha justamente o objetivo de acabar com as câmaras unânimes e foi bem sucedido.

De qualquer forma, o fato dos deputados serem do mesmo partido dos ministros não resultava em apoio automático ao ministério. As relações com o Executivo eram de duas

¹⁷ José de Alencar – *Sistema representativo*. Op. cit

instâncias autônomas. Com frequência projetos propostos pelo ministério eram recusados na Câmara, onde o debate político era acirrado e muitas vezes tenso. Além disso, em tese de doutorado defendida recentemente, Sérgio Ferraz demonstra que a maior parte dos gabinetes foi derrubada não pela Coroa, mas sim pela Câmara¹⁸. Questionando justamente o famoso sorites, Ferraz demonstra que os atritos entre deputados e ministros levaram à queda de 19 dos 37 gabinetes do 2º. Reinado. Note-se que nestes casos o imperador poderia ter usado de sua prerrogativa de dissolver a Câmara para favorecer o ministério e, contudo, não o fez. A explicação para tanto é provavelmente o fato de que havia um custo político alto para ele na opção de dissolução que o impedia de escolher este caminho toda vez que o ministério entrava em conflito com os deputados. O fato de tantos gabinetes caírem por falta de apoio da Câmara indica a centralidade desta instância no jogo político. Um outro elemento importante é que em alguns casos isto ocorreu quando o partido que estava no ministério tinha a maioria absoluta na Câmara, o que indica que os partidos provavelmente não mediavam a ação dos deputados. A análise que tenho feito nos debates na Câmara dos Deputados tem apontado para isto. A posição dos deputados variava conforme o tema em discussão e era determinada por variáveis distintas como interesses provinciais, interesses corporativos, crenças doutrinárias, filiação partidária, etc.

Nos governos representativos do século XIX os partidos, como aponta Manin, tinham pouca relevância como mediadores entre representantes e representados e, portanto, pouca influência na determinação das decisões dos representantes. Apenas no século XX, com o surgimento dos partidos de massa é que eles se tornaram elemento decisivo no funcionamento do governo representativo. Na Inglaterra, por exemplo, o avanço da industrialização e com ela o surgimento de organizações de trabalhadores e o crescimento da classe média urbana pressionaram no sentido de ampliar o direito de voto e conferiram novo papel para os partidos. Conforme aponta Philip Norton, apenas a partir das reformas na legislação eleitoral na década de 1870 os partidos se tornaram efetivos mediadores da representação política: “the size of the electorate, and new electoral practices, induced a radical change in the organization of political parties. As Richard Crossman observed, ‘organized corruption was gradually replaced by party organization’ ([1867] 1963, 39). Both main cadre parties – Liberal and

¹⁸ Sérgio Eduardo Ferraz – *O império revisitado. Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador*. Tese de doutorado defendida no departamento de Ciência Política da FFLCH/USP em 2012

Conservative – were transformed into national mass-membership organizations”¹⁹.

No Brasil, a permanência da economia agrícola escravista não gerou pressões significativas no sentido de ampliar o eleitorado e reorganizar o sistema. Assim os partidos não adquiriram o novo conteúdo que adquiriram os partidos ingleses no final do século XIX. Permaneceram durante todo o regime monárquico com pouca diferenciação programática e grande fluidez nos seus quadros, uma vez que a mediação entre representantes e representados se fazia através das conexões locais. Além disso, apesar de serem organizados nacionalmente, variavam muito de província para província.

O fato de que a maioria partidária não era garantia automática de apoio ao ministério provavelmente explica porque nem todas as dissoluções foram de câmaras majoritariamente opostas ao partido no Executivo. Foram no total 11 dissoluções entre 1842 e 1889. Destas, apenas sete seguiram esta lógica e concentraram-se todas no começo e no final do segundo reinado (dissoluções em 1842, 1844, 1849, 1885 e 1889). Nos demais casos, as câmaras dissolvidas tinham maioria do partido no ministério. Em 1863 o ministério era conservador e a câmara tinha 80% de conservadores, o mesmo aconteceu em 1872. Em 1881 e 1884 o ministério era liberal, da mesma forma que a maioria dos deputados. A presença de conflito entre Câmara e Executivo, levando à dissolução da primeira, quando o partido no ministério tinha a maioria dos deputados, demonstra que a relação entre os dois poderes não necessariamente era pautada pela filiação partidária e que ter a maioria partidária não era garantia de uma Câmara dócil.

Chega-se, desta forma, ao último ponto que promoveria o falseamento do governo representativo: o poder do imperador de dissolver a Câmara e junto com ele a própria existência do Poder Moderador. Mais uma vez é preciso colocar a discussão no contexto do século XIX. Nas monarquias constitucionais, a acomodação do poder real foi um problema, tendo em vista que se tratava da transformação em relação a monarquias antes de Antigo Regime. Se na Inglaterra os ministérios eram escolhidos conforme a maioria parlamentar, assim não acontecia na França, onde o rei dispunha de liberdade de escolha para a nomeação dos seus ministros. A dissolução da Câmara de representantes pelo rei era prática exercida nos dois países e obedecia aos princípios do regime representativo, ao devolver ao eleitor o poder de decisão em momentos de impasse no governo e para prevenir abusos de poder, princípio

¹⁹ Philip Norton – “Representation of interests: the case of the British House of Commons”. Gary W. Copeland and Samuel C. Patterson (ed) – *Parliaments in the modern world*. 4a. ed., Michigan, University of Michigan, 1997

elevaram-se reclamações contra o direito de dissolver as assembléias representativas, direito atribuído, tanto por nosso ato constitucional [Constant se refere à França] como pela constituição da Inglaterra, ao depositário do poder supremo. (...) Nenhuma liberdade, sem dúvida, pode existir num grande país sem assembléias fortes, numerosas e independentes; mas essas assembléias não são isentas de riscos, e no interesse da própria liberdade, cumpre preparar meios infalíveis para prevenir seus desvios²⁰.

Ao formular a proposta de um quarto poder, que no Brasil seria o Poder Moderador, o pensador francês estava justamente preocupado em como impedir os abusos de poder e, ao mesmo tempo, acomodar o rei no interior de um governo representativo, torná-lo titular de um quarto poder significaria a existência de um árbitro que se supunha neutro e afastaria, por outro lado, o soberano da política cotidiana, pois atuaria apenas em momentos de impasse declarado entre o Legislativo e o Executivo. As atribuições reais apontadas por Constant na monarquia inglesa – nomeação dos membros da câmara vitalícia, veto às decisões do parlamento, dissolução da câmara temporária e o poder de agraciar – são justamente as atribuições que ele propunha fossem concentradas em um quarto poder e foram as atribuições reservadas ao Poder Moderador no Brasil. Também em Portugal, como aponta Hespanha, o poder Moderador foi pensado como forma de conter os outros três poderes, impedindo abusos, em especial do Legislativo. Neste sentido, o poder real exerceria nas monarquias constitucionais o papel reservado para a Suprema Corte na república norte-americana²¹.

Em relação à representação política a questão importante que se deve avaliar é se o poder do imperador de dissolver a Câmara inibia o posicionamento dos deputados levando-os a decidir de acordo com a vontade da Coroa e/ou do ministério para evitar a dissolução. As conclusões da tese de Sergio Ferraz apontadas acima já indicam que não, no que diz respeito ao ministério. A crer em situações de radicalização política em que a vontade do imperador era clara, como a votação do projeto de lei que ficou conhecida como lei dos sexagenários, a possibilidade de dissolução não coibia a ação dos deputados. Quando, em 1884, diante da forte oposição da maioria da Câmara contra o projeto de libertação dos sexagenários, apresentado pelo ministério, a situação chegou a um impasse, a Câmara votou uma moção de desconfiança contra o ministério, com a intenção de derrubá-lo. O ministério, por sua vez, apelou para a intervenção do Moderador para a dissolução da Câmara. O imperador optou

²⁰ Benjamin Constant – *Escritos de política*. SP, Martins Fontes, 2005, p. 31

²¹ Antonio Manuel Hespanha – *Guiando a mão invisível*. Op. cit.

pela segunda alternativa. Os deputados aceitaram a dissolução como forma de levar para a sociedade a decisão crucial sobre uma nova lei de libertação dos escravos. João Penido, deputado liberal mineiro e autor da moção de desconfiança, assim se expressou na ocasião:

Prestei um verdadeiro serviço ao país, porquanto a questão foi adiantada, foi entregue ao eleitorado, que deve pronunciar seu veredito. Se vier uma maioria de abolicionistas, só restará curvar a cabeça; se, ao contrário, vier uma maioria que queira a emancipação gradual e não a abolição precipitada, como quer o projeto-torpedo do Sr. Presidente do conselho, capaz de levar o país pelos ares, então também os abolicionistas devem abaixar a cabeça e resignar-se à sua má sorte. Serei muito feliz se vir esta questão acabar sem derramamento de sangue, atendendo-se todos os interesses da pátria, a que tanto amo.²²

O ministério liberal não contava com o apoio da maioria liberal da Câmara e a dissolução foi entendida como a forma adequada para deixar ao eleitor a decisão final.

Pode-se argumentar que o tema em discussão, a Lei dos Sexagenários, era de tal ordem polêmico que o debate parlamentar neste caso não pode ser tomado como exemplo. Mas em temas menos candentes posições semelhantes apareceram. Em 1853, quando a maioria da Câmara voltava-se contra o ministério na discussão sobre o projeto para a navegação do rio Amazonas, o deputado d. Manuel convocava seus pares a fazer a oposição necessária, sem temer a dissolução:

Mas porque o Corpo Legislativo não toma o seu lugar, não censura estes ministros, não lhes tira o apoio, e os faz cair por força? Eles poderiam recorrer a uma dissolução; porém o povo havia de mandar para a câmara temporária aqueles que houvessem censurado os ministros.²³

Parece assim, que, no funcionamento efetivo do regime, o quarto poder não era um obstáculo à representação na medida em que não resultava necessariamente no constrangimento da liberdade de decisão dos deputados. A dificuldade do Executivo em determinados momentos para conseguir a aprovação de seus projetos na Câmara (como a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários) sugere que mesmo sob a ameaça de dissolução os deputados impunham resistência à sua vontade.

A pesquisa realizada até aqui tem demonstrado a existência de um Legislativo que atuava com vigor e que exercia, no caso da Câmara dos Deputados, o papel fundamental de Assembléia de representantes, tal como esta era compreendida no século XIX. Sua autonomia

²² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 4/8/1884. p. 4.

²³ Anais do Senado, sessão de 24/8/1853, p. 89

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

em relação aos demais poderes foi fundamental para que o governo representativo no Brasil realizasse os dois objetivos que realizou nos demais países: a legitimação do Estado perante a sociedade e a institucionalização dos conflitos, criando canais de participação que tornavam as instituições canais de resolução de conflitos reconhecidos pela população e pelos diversos setores da heterogênea elite.

Cultura no Brasil Imperial

A Integração entre Política e Ciência no Século XVIII Português

Ivete Machado M. Pereira*

Resumo: No século XVIII português, a educação é direcionada para a formação de um homem público comprometido com políticas reformistas que recuperariam o atraso da economia portuguesa. Educado sob o contexto das Luzes, D. Rodrigo de Souza Coutinho tornou-se o articulador político e responsável pela consolidação da produção científica de finais do século XVIII, quando a Ciência tornou-se instrumento necessário para o progresso. Assim, serão analisados nesse artigo alguns textos econômicos de D. Rodrigo produzidos nos anos em que prestou serviços ao Estado português, priorizando-se os textos referentes à Agricultura.

Résumé: Au XVIII^e siècle portugais, l'éducation est tournée vers la formation d'un homme public engagé avec des politiques réformistes qui rattraperaient le retard de l'économie portugaise. Élevé sous le contexte des Lumières, D. Rodrigo de Souza Coutinho est devenu le responsable de l'articulation politique et de la consolidation de la production scientifique à la fin du XVIII^e siècle, quand la science devient un instrument nécessaire au progrès. Ainsi, seront analysés dans cet article quelques textes économiques de D. Rodrigo produits dans les années où il a rendu service à l'État portugais en privilégiant les textes concernant l'Agriculture.

Introdução

No século XVIII português, o Estado assumiu a tarefa de instruir profissionais ligados à área da Natureza, cientistas naturalistas que teriam a tarefa de buscar informações capazes de promover as reformas necessárias para a modernização. O Estado também assumiu a tarefa

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

de formar homens públicos que possibilitassem essas reformas. A Universidade de Coimbra foi o centro formador de uma elite composta de bacharéis em matemática, filosofia e leis. Pertencendo a essa elite intelectual destacou-se Rodrigo Domingos de Souza Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1755-1812), o futuro Conde de Linhares

O longo percurso político de trinta e quatro anos a serviço dos reinados mariano e joanino – permite tentar desvelar através de seus escritos, seu pensamento político e econômico, levando-se em conta que no último quartel do século XVIII política e Ciência se complementavam. D. Rodrigo foi o condutor de diretrizes políticas baseadas no novo paradigma ilustrado do século XVIII, quando as Ciências foram utilizadas para alcançar o progresso. Portanto, será por meio de alguns de seus ofícios, memórias e reflexões relacionadas à agricultura e à exploração da natureza que se pretende verificar a ligação entre política e Ciência nos últimos decênios do século XVIII.

Os documentos do período em que foi ministro plenipotenciário na corte da Sardenha (1779-1796) fazem parte de um projeto de reformas apresentadas ao governo português. Os projetos passariam a ações político-econômicas quando D. Rodrigo tornou-se Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801) como demonstram seus ofícios aos governadores da América portuguesa. Os textos de D. Rodrigo estão compilados na obra: D. Rodrigo de Souza Coutinho: textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811), dois volumes sob direção da historiadora Andréa Mansuy Diniz Silva²⁴.

A formação de um homem público no século XVIII português

“Pode-se escrever a vida de um indivíduo?” Se pergunta Giovanni Levi (LEVI, 1996: 170). O problema, segundo Levi, é querer engessar os atores históricos dentro de uma racionalidade anacrônica e de um modelo linear; torná-los personalidades coerentes e estáveis dotados de “ações sem inércias” e de “decisões sem incertezas”. É preciso considerar os elementos contraditórios que forjam a identidade de um indivíduo. D. Rodrigo participou simultaneamente dos domínios econômico, político, social e cultural, o que torna utópico conhecê-lo completamente.

As considerações de Bourdieu sobre a ilusão biográfica (BOURDIEU, 1996: 185) atestam que não se pode enclausurar a existência, torná-la simplesmente “o relato coerente de

²⁴ SILVA, Andréa Mansuy Diniz (org.). **D. Rodrigo de Souza Coutinho: Textos Políticos, Econômicos e Financeiros (1783-1811)**. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

uma sequência de acontecimentos com significado e direção”. Pelo contrário, essa sequência conduziria à construção da noção de trajetória, uma série de mudanças que ocorrem com um mesmo indivíduo, ou grupo, em um espaço que está também sujeito a transformações. Assim, os acontecimentos biográficos tornam-se uma sucessão de colocações e deslocamentos nos espaços sociais. Para Bourdieu, é indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo.

D. Rodrigo fez parte da elite intelectual e política do Setecentos português, isto é, ocupou “posições-chave naquela sociedade, dispondo de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros” (HEINZ, 2006: 8). O estudo sobre os integrantes das elites de governo é identificado com frequência com o estudo do poder. Portanto, a análise da trajetória de D. Rodrigo, as funções por ele ocupadas, seu lugar na rede de poder, nos conduz aos meandros das políticas de Estado portuguesas, o que por sua vez direciona para as características do século XVIII português: a importância do conhecimento científico para as políticas reformistas que recuperariam o atraso da economia lusa, diagnosticado por vários homens públicos.

Identificou-se o atraso cultural como principal obstáculo a ser vencido no processo de recuperação econômica do Reino. De fato, a partir deste diagnóstico a educação passou a ter um sentido pragmático, formando indivíduos tecnicamente habilitados para a solução das questões urgentes, politicamente comprometidos com os interesses da Coroa. A frente das reformas educacionais visando uma nova conjuntura pedagógica estava o ministro de D. José, o futuro Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), padrinho de batismo de D. Rodrigo. A formação de um novo perfil de estadista, condizente com as Luzes, que possibilitasse ao Reino alcançar a modernidade estava entre as prioridades das reformas.

A educação baseada no novo paradigma do século XVIII dando primazia às Ciências vem reforçar a crença na inadequação da educação jesuítica, baseada na retórica. Em 1759, com a expulsão dos Jesuítas, há dois séculos responsáveis pela educação em Portugal, a Coroa toma para si o privilégio exclusivo do ensino, uma posição que acompanhou a tendência europeia absolutista que considerava o ensino como instrumento de poder político. (SANTOS, 2002: 91).

Direcionada para três campos do ensino – os “estudos menores”, o “ensino universitário” e as “escolas especializadas”, a reforma educacional foi restrita e visou a formação de uma elite, elite essa que se converteria na executora dos planos de modernização do Reino. O *Colégio dos Nobres*, escola militar destinada à nobreza, foi criado em 1761 e

possuía as características desejadas pelo projeto político reformista. Rodrigo entrou para o Colégio dos Nobres em 1766, tendo sua trajetória acompanhada pelo marquês de Pombal que por diversas ocasiões o chamou à Corte para estreitar relações com o príncipe herdeiro, D. José. Era voz corrente que Pombal queria que o afilhado tivesse tanta influência sobre o futuro Rei quanto a que tinha sobre D. José I (MAXWELL, 1995: 234).

Integrado aos outros projetos educacionais, o colégio dotava seus alunos de privilégios, entre eles o de serem admitidos na Universidade de Coimbra sem a prestação de nenhum exame. Mas, o privilégio mais importante era o de terem seus alunos [...] “*atendidos (pelo rei) com especialidade para os empregos e lugares públicos; e tanto quanto maior for a distinção com que houverem assinalado nas diferentes profissões*” (apud SANTOS, 2002: 98). Portanto, a elite nobre estava sendo preparada para exercer os principais cargos da administração, sendo valorizada a capacidade intelectual de seus integrantes

D. Rodrigo entrou para a Universidade em 1773, inscrito na Faculdade de Direito que preparava para a magistratura e administração do Estado. Na Universidade entrou em contato com as duas correntes que marcaram sua formação, a “liberal” e a corrente europeia das Luzes, com toda sua diversidade – o deísmo poético de Pope, o ceticismo absoluto de Hume, a Filosofia dos *philosophes* franceses – que apesar da dificuldade de penetração se propagava através da introdução clandestina de livros. Assim, D. Rodrigo teve contato com a filosofia das Luzes que abria a Europa para o conhecimento, as descobertas e as invenções (SILVA, 2002: 52-62).

Entre os contemporâneos de D. Rodrigo na Universidade encontravam-se alguns que foram seus colegas no Colégio dos Nobres e alguns nomes que, mais tarde, aparecem ocupando cargos de responsabilidade ou que efetuaram missões importantes. A elite formada pela Universidade possuía passado, formação e experiências semelhantes estruturando uma rede em torno das instituições governamentais. Esta elite foi unida pela busca do conhecimento científico que fez do saber a característica social mais almejada, tendo sido utilizada, e o exemplo é D. Rodrigo, como estratégia para sedimentar uma carreira exitosa.

Além do pertencimento a essa “elite do conhecimento”, D. Rodrigo pertencia também à elite social e política do Reino, pois esta geração dos Souza Coutinho participou ativamente do governo. O pai, Francisco Inocêncio, foi governador de Angola durante o período de 1764 a 1772, e depois embaixador na Corte de Carlos III, na Espanha (1775-1780). José Antônio (1757-1817) Principal (diácono principal) da Igreja Patriarcal de Lisboa, conhecido sob o nome de Principal Souza, fez parte da Regência que governou Portugal durante a estadia da

Corte no Brasil. Domingos Antônio (1762-1833), 1º Conde de Funchal (1808) e 1º Marquês de Funchal (1833), diplomata, primeiro na condição de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Copenhague (1790-1795), Turim (1796-1803), Londres (1803-1814) quando foi elevado à qualidade de embaixador em 1810, e enfim, Roma (1814-1828). D. Domingos teve participação importante na transferência da Corte para o Brasil. Francisco Maurício (1764-1823), foi Almirante da Marinha Real e de 1789 a 1801, Governador e Capitão General do Grão Pará, deixando uma extensa correspondência, entre outros assuntos, os problemas de fronteira com a vizinha Guiana Francesa. Na reconstrução das posições ocupadas por esses membros da elite portuguesa, percebe-se o envolvimento com as principais tradições do Reino: a política, a religiosa e a diplomática.

Com a morte do Rei D. José I e a queda do poderoso ministro Pombal a Corte entrou em convulsão, caracterizando o período que ficou conhecido por “viradeira”. Em julho de 1778, após algumas manobras políticas de D. Francisco, então embaixador da Espanha, seu filho D. Rodrigo é nomeado Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário na Corte da Sardenha, função exercida por dezessete anos (SILVA, 2002: 7).

D. Rodrigo: elo entre o mundo da política e o mundo das Ciências.

A correspondência diplomática de D. Rodrigo durante sua permanência em Turim revela seu pensamento econômico, a preocupação com a conjuntura internacional da época e com os interesses de Portugal. O pensamento econômico, liberal, sofreu influência de Adam Smith e viria a marcar e estruturar a maior parte de sua ação governativa. O conhecimento da legislação mais “esclarecida” de países como a Prússia, a Lombardia Austríaca ou o próprio Piemonte, assim como o conhecimento da administração de grandes potências como França e Inglaterra lhe permitiram adquirir os fundamentos teóricos do Iluminismo, os quais nortearam sua carreira política (SILVA, 1993: XXXVII). As ideias, memórias, reflexões e discursos do período piemontês fazem parte de um projeto de reformas apresentadas ao governo português e demonstram que suas preocupações públicas ultrapassavam as exigências de seu cargo. Muitas dessas ideias e projetos explicarão suas ações políticas à frente da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos e da Secretaria de Estado da Fazenda, a partir de 1796.

Entre os diversos temas abordados nas correspondências de sua fase piemontesa, a agricultura é recorrente e fonte de reflexão, como atesta a Recopilação dos ofícios de 1783,

enviados ao Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros Ayres de Sá e Mello²⁵. D. Rodrigo é contrário às providências dadas no Piemonte à agricultura e ao comércio – taxaço dos grãos e leis contra os monopólios – preferindo o comércio livre, pois assim a própria concorrência impediria a especulação e o monopólio. Seu pensamento, em sintonia com o de homens de peso como Necker, Smith e Postlethwayt, é de que a legislação sobre os trigos no Piemonte não deveria limitar a liberdade de comércio, a concorrência ou a permissão de exportação. O Secretário elogia a construção de estradas e de canais de irrigação pelos benefícios que trazem à agricultura aumentando a fertilidade do solo, afirmação que repetiria ao longo da carreira.

D. Rodrigo consagrou aos problemas da agricultura a memória enviada a Martinho de Mello e Castro, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, *Reflexões políticas sobre os motivos da prosperidade da agricultura no Piemonte* (apud SILVA, 1983, p. 141) em 1789²⁶, na qual aponta as deficiências da agricultura em Portugal e sugere melhoramentos a partir da comparação com a agricultura do Piemonte. Ele inicia sua reflexão falando sobre os “luminosos princípios” adotados no Piemonte e que fizeram com que a agricultura – “uma das principais fontes da riqueza nacional” – chegasse a um estado de prosperidade digno de inveja. Entre os motivos dessa prosperidade estaria o sistema de taxaço territorial, extremamente favorável à agricultura, o que não acontece em Portugal, onde o sistema fiscal e fundiário pesa sobre os portugueses na forma de dízimos eclesiásticos, décima, laudêmios, morgados, enfiteuses e arrendamentos limitados a três anos.

Nas *Reflexões políticas*, D. Rodrigo retorna à questão das estradas facilitando as comunicações, valorizando as terras, escoando e aumentando o mercado das produções, em uma clara referência a Adam Smith. Manifesta-se a favor da diversificação das culturas, se lamentando de que em Portugal não haja quase variedade de culturas, de que as terras não sejam lavradas, nem estrumadas como deveriam ser, assim como se lamenta dos rios não serem usados para a irrigação das terras. “A falta de luzes e de meios, faz que em culturas preciosas, como o azeite, perdemos uma grande parte do valor e do produto”. D. Rodrigo critica a política agrícola de seu padrinho Pombal que ao seguir os passos errados da França – “que até então não tinha tido nem Turgots, nem Neckers no Ministério” – acarretou o fracasso

²⁵ A. N. T. T., M. N. E., Legação de Portugal em Turim, Caixa 861, ano 1783, of. Nº 72. In: SILVA, André Mansuy Diniz. D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros. T. I, pp. 5-27. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

²⁶ A.N.R.J., Códice 807, vol 21, nº 6, ff.59-66. In: SILVA, André Mansuy Diniz. D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros. T. I, pp. 141-149. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

das colheitas de trigo, centeio, e milho. A admiração do Ministro pelas idéias de Necker, Turgot e Adam Smith é visível, embasando seus escritos e posteriores ações.

Em 1793, na memória intitulada *Observações e reflexões sobre um trabalho de medidas de terreno e produções do Ribatejo*²⁷, D. Rodrigo analisou as profundas reformas necessárias ao progresso da agricultura em Portugal, inclusive nas terras do Ribatejo, propriedade da Coroa e uma região de excelente aptidão agrícola. Baseando-se mais uma vez na obra de Adam Smith, *Origem da Riqueza das Nações*, que preconiza ao soberano não possuir terras próprias, além dos jardins e bosques de suas casas de campos, D. Rodrigo aconselha que as férteis terras das lezírias sejam vendidas, pois estando em mãos de particulares não produziriam de acordo com sua fertilidade. Além do capital destas vendas, se obteriam impostos territoriais futuros sobre as mesmas,

Os dezessete anos passados em Turim deram origem a inúmeros documentos, nos quais se afere o profundo conhecimento de D. Rodrigo de Souza Coutinho em áreas diversas – jurídica, fiscal, social, domínio da área financeira, conhecimento das Ciências físicas e matemáticas – além da política. Desde os tempos de Turim era contra a cobrança excessiva de impostos e sugeriu reformas relativas à fiscalidade, excessiva e mal repartida, em particular a que pesa sobre a agricultura bem como a redução de taxas de juros que possibilitasse permitir a reintegração dos capitais na agricultura, nas artes e no comércio.

Durante a permanência em Turim, suas reflexões, ensaios e discursos eram frutos de observações sobre os sistemas de reformas das diversas sociedades européias e só passariam à dimensão de projetos políticos quando D. Rodrigo passou a ocupar a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Então, os frutos dessas reflexões amadureceram sob a forma de ações político-econômicas, das quais se priorizará as ligadas ao fomento da agricultura. Sua carreira diplomática funcionou, como era usual em Portugal, como porta de entrada para sua carreira administrativa no Reino, uma preparação para as responsabilidades que assumiria como estadista das “Luzes”.

No final do século XVIII, todas as diligências estavam sendo direcionadas na tentativa de vencer o atraso econômico do Reino e esforços envidados na exploração da natureza ultramarina. A Natureza aparece como base e justificativa da união MetrÓpole e Colônia em prol do impulso econômico, o que elevou a importância da América Portuguesa entre

²⁷ Arquivo Distrital de Braga, Ms. 912, nº 5, 11 de junho. In: SILVA, André Mansuy Diniz. D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros. T. I, pp. 152-168. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

intelectuais e estadistas luso-brasileiros envolvidos na “aventura científica ultramarina” (SILVA, 2006: 151). Ministro interino do Ministério dos Domínios Ultramarinos, Luís Pinto de Souza Coutinho, nomeado em 24 de Março de 1795, diagnosticou alguns dos males que impediam o progresso da colônia. Para as reformas que se sabiam necessárias foi convocado e assumiu seu lugar em 1796, D. Rodrigo, que conhecia a fragilidade de Portugal e temia a possibilidade de fragmentação do Império Português, visto o acontecido com as colônias inglesas na América. O novo Ministro desenvolveu um programa de reformas onde Ilustração e despotismo estavam interligados, criando a idéia de um Império luso-brasileiro possível.

Para alcançar este objetivo, o novo ministro lançou mão de soluções pragmáticas e racionais e de idéias vinculadas aos novos modelos teóricos e fiscais. Ele escrevera em 1799: “A boa administração da Real Fazenda contribuiria muito para a abastança e a conservação dos grandes domínios ultramarinos”, e ainda, a tributação “não deve ser arbitrária, mas fixa e determinada [...] deve recahir sobre todos os contribuentes com a maior igualdade possível, e na mais exacta proporção com as suas forças” (apud MAXWELL, 1995: 235). E principalmente, expandiram-se as políticas fomentistas, iniciadas com o Marquês de Pombal, levando a um mapeamento do potencial natural ultramarino através das viagens de naturalistas e de ofícios aos governadores pedindo o detalhamento da natureza, população e economia de suas capitanias, como comprovam os avisos e instruções a D. Fernando José de Portugal, Governador da Bahia:

Sua Majestade é Servida ordenar a V. S.a que para o fim de que haja nesta Secretaria de Estado melhor informação do estado Físico e Político dos domínios ultramarinos [...] V. S.a proceda logo ao exame circunstanciado de todos os objetos aqui anunciados, e dos mesmos me remeta todas as informações que puder haver [...]. Em 3º lugar a relação a mais exacta que for possível haver da qualidade e quantidade dos Produtos deste Estado [...]²⁸

Em outro ofício ao Governador da Bahia, de 1º de Outubro de 1798²⁹, reaparece a preocupação de D. Rodrigo com a livre circulação de todos os gêneros e segurança dos preços, condição indispensável para a prosperidade da agricultura, corroborando seu pensamento liberal ao advogar que “a inteira e livre circulação de todos os gêneros, e a segurança de um mercado, onde os preços só dependem da concorrência, são os melhores

²⁸ Palácio de Queluz, 14 de setembro de 1796 – BNRJ, Seção de Manuscritos, cod. II-33,29,50. In: SILVA, André Mansuy Diniz. **D. Rodrigo de Souza Coutinho**. Textos políticos, econômicos e financeiros. T.II, p.38. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

²⁹ Palácio de Queluz, 1º de outubro de 1798 – BNRJ, Seção de Manuscritos, cod. II-33,22,26. In: SILVA, André Mansuy Diniz. **D. Rodrigo de Souza Coutinho**. Textos políticos, econômicos e financeiros. T.II, p. 42. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

meios de procurar uma segura abundância”. A preocupação com a agricultura levou à tentativa de introdução no Brasil de um banco privado, conforme correspondência de 10 de Maio de 1799³⁰, a D. Fernando José de Portugal. Esse banco dotaria os proprietários de terras de fundos por meio dos quais eles poderiam cultivar e melhorar seus terrenos e foi baseado nas Caixas de Crédito da Silésia e nos bancos particulares da Escócia e da Inglaterra. O plano detalhado por D. Rodrigo foi mostrado a comerciantes e capitalistas, mas não teve prosseguimento, segundo D. Fernando devido à insuficiência de acionistas cujas ações pudessem fazer um fundo público.

Esta ideia de um banco privado já fora desenvolvida em 1798, quando a questão do desenvolvimento da agricultura que sempre o acompanhou, levou-o a estudar os problemas regionais do Alentejo e a escrever o *Plano sobre o mais fácil e natural meio de aumentar a povoação e riqueza do Alentejo; criação de uma Caixa de Crédito ou Banco Particular*³¹. O plano era o de aumentar a riqueza do Alentejo pelo fomento da agricultura e para isto seria necessário fornecer subsídios financeiros, o que se daria pela criação de linhas de crédito, pois ‘Segundo os princípios mais seguros da economia política, a povoação de uma província cresce na razão em que aumenta a sua cultura, e conseqüentemente os seus produtos [...]’. Ainda sobre o mesmo tema preparou em 1799, um *Projeto de Carta de Lei sobre Reformas na Agricultura*, infelizmente inacabado, em que o resgate dos direitos enfiteúticos e feudais aparece como condição para o melhoramento da agricultura, para o “avanço das culturas”, pois:

sendo a agricultura a primeira e mais essencial das três origens e fontes da riqueza dos Estados, e por tão justo motivo um dos objetos mais dignos da minha real consideração [...] nada contribui tanto para promovê-la quanto o remover todos os obstáculos que se opõem ao seu melhoramento [...]

Na verdade, o cargo de Ministro e Secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos nos finais do século XVIII consistia primordialmente na administração política e econômica das colônias (SANTOS, 2002: 125). Entre estas, a América Portuguesa se reveste de importância para o desenvolvimento da Metrópole através da exploração de suas riquezas e, nesse sentido,

³⁰ Arquivo Público da Bahia, Livro de Ordens Régias nº 90, pp. 172-173. In: SILVA, André Mansuy Diniz. **D. Rodrigo de Souza Coutinho**. Textos políticos, econômicos e financeiros. T.II, p. 45-46. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

³¹ A.N.T.T., Ministério do Reino, maço 356, nº8. In: SILVA, André Mansuy Diniz. **D. Rodrigo de Souza Coutinho**. Textos políticos, econômicos e financeiros. T. II, pp.161-164. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

³² A.H. Militar, 1ª Divisão/10ª seção, caixa 1, nº 14. In: SILVA, André Mansuy Diniz. **D. Rodrigo de Souza Coutinho**. Textos políticos, econômicos e financeiros. T. II, pp.164-167. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

as *Memórias* passam a concentrar o movimento de idéias individuais, mas com um mesmo objetivo, inventário e descrição da Natureza e apresentação de propostas desenvolvimentistas. Neste momento, a exploração colonial foi dotada por D. Rodrigo de um novo critério levando em conta o novo status político do Brasil.

É o que está registrado na sua *Memória sobre o Melhoramento dos Domínios Portugueses na América*³³, de 1797, apresentado ao Ministério e sua única memória a ser publicada, em vida, pela Academia das Ciências de Lisboa. Nesse documento, fruto de quase três anos de estudo e planejamento no qual contou com uma equipe de eruditos mobilizados na América, dedicou-se a apresentar medidas específicas para as capitanias, entre as quais, as propostas para a Capitania de Minas Gerais eram uma completa transformação da estrutura administrativa, tributária e orgânica da capitania (MAXWELL, 1995: 237).

No início da *Memória*, D. Rodrigo dá a medida de sua idéia de unidade imperial ao aconselhar o sistema político mais conveniente que a Coroa abrace no sentido de conservação dos domínios da América “que fazem propriamente a base da grandeza do nosso augusto trono”, pois a natural dependência econômica sustentaria a coesão política entre Metrópole e colônia. A união entre as duas teria a vantagem de fazer da metrópole um entreposto comum para os produtos da colônia a serem vendidos na Europa. Deve-se atentar para o fato de que a *Memória* foi redigida no contexto dos acontecimentos que levariam à invasão da Península Ibérica pela França. Devido à posição de fragilidade do pequeno Reino a necessidade de preservação da América Portuguesa figura para D. Rodrigo como primordial:

Os domínios de Sua Majestade na Europa não formam senão a capital e o centro das suas vastas possessões. Portugal reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província de Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião e de assento à monarquia que se estende ao que possui nas Ilhas de Europa e África, ao Brasil [...], é sem contradição uma das potências que tem dentro de si todos os meios de figurar conspícua e brilhantemente entre as primeiras potências da Europa.

D. Rodrigo reconhece a importância da possessão ultramarina americana, “as províncias da América, que se denominam pelo genérico nome de Brasil” em seu projeto de fomento de exploração econômica, assegurando que “não pelo que é atualmente, mas pelo que pode ser, tirando de sua extensão, situação e fertilidade todos os partidos que a natureza nos oferece”. Devido à riqueza e posição da colônia uma reorganização política foi aconselhada,

³³A.H.U., Papéis avulsos, Rio de Janeiro 1797. In: SILVA, André Mansuy Diniz. **D. Rodrigo de Souza Coutinho**. Textos políticos, econômicos e financeiros. T. II, pp.47-66. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

com a divisão de “dois grandes centros de força”, um ao Norte, com sede na capitania do Pará, e outro ao Sul, com sede no Rio de Janeiro. Assim, as capitanias do centro que dependessem dos grandes rios que deságuam no Amazonas para se comunicarem com o mar, deveriam “depende do Governador do Pará, e devem formar um centro de forças que possa resistir ao ataque de algum dos poderosos vizinhos com que confinam os nossos estabelecimentos”. A situação de permanente conflito fronteiriço com a Guiana Francesa pode estar na origem desta divisão que objetivaria a segurança e defesa das capitanias em questão, assim como uma administração baseada em “princípios luminosos” que assegurassem “o aumento das suas culturas e comércio”.

Na *Memória*, D. Rodrigo retoma o tema da Agricultura presente nos seus escritos de Turim, acrescentando o cuidado com a naturalização das espécies vegetais, então na ordem do dia das Ciências Naturais: “Animar as culturas existentes, e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países, deve ser outro grande objeto do legislador político”. Ele não é contrário ao estabelecimento de manufaturas nos domínios ultramarinos, mas considera que “a agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhes mais proveitosa do que as artes”. Assim, ele acredita que as manufaturas devam ser produzidas na metrópole onde não há espaço para a agricultura, estreitando as relações comerciais entre colônia e metrópole, deixando ao Brasil, com suas riquezas naturais, outra missão:

Que artes pode o Brasil desejar por muitos séculos, quando as suas minas de ouro, diamantes, etc., as suas matas e arvoredos para madeiras de construção, as culturas já existentes [...] e as novas culturas de canela, do cravo da Índia, da noz moscada, da árvore-do-pão, etc., lhe prometem [...] uma renda muito superior ao que jamais poderiam esperar das manufaturas e artes [...]

O desenvolvimento das culturas existentes e a aclimatação das plantas vindas de outros países dariam um incremento para o comércio de especiarias, de grande consumo na Europa, formando-se uma rede entre a metrópole, América e os outros domínios ultramarinos portugueses. Para que estas culturas pudessem ser bem exploradas e comercializadas é necessário, segundo o Ministro, que se faça a abertura dos rios para o acesso ao mar. A exploração das riquezas da colônia e o fomento de sua agricultura asseguram o comércio que estabelece o vínculo com a metrópole trazendo a esperada riqueza. A *Memória sobre o Melhoramento dos domínios na América* é considerada uma reflexão sobre a reorganização da exploração colonial, do “exclusivo metropolitano”, a tentativa de uma modernização do pacto colonial (SANTOS, 2002: 152).

Ainda no intuito de “animar as culturas existentes” é que nas *Instruções para Manuel Ferreira da Câmara, Intendente Geral das minas na Capitania de Minas Gerais e Serro Frio*³⁴, de Novembro de 1800, D. Rodrigo incumba o amigo em viagem à Capitania da Baía, de “observar e informar” sobre alguns assuntos e de pedir ao Governador para vir do Pará a “árvore-do-pão”. Ele continua dizendo que “Desejaria muito S.A.R. que V.M. visse e lembrasse tudo o que julgasse conveniente para animar e aperfeiçoar as culturas da pimenta, da canela, das especiarias, que muitas se poderão haver do Pará [...]”. O interesse pelas especiarias não era recente como provam as correspondências entre ele e o irmão, D. Francisco Maurício, Governador da Capitania do Pará.

A perda das colônias do Oriente e com elas a perda do comércio das especiarias levou a uma tomada de consciência da importância do espaço americano ligado às políticas de conhecimento, descrição, análise e exploração de “produtos da história natural”. Neste contexto, a busca pela aclimação nos hortos botânicos de produtos denominados “exóticos”, como a cochonilha, o anil, o cacau, a baunilha, mas principalmente pelo seu valor comercial, a canela, a pimenta e o cravo, passou a ser privilegiada. Segundo a historiadora Claudia B. Heynemann (2010: 226) “tratava-se de transpor para a América, a Índia, o Oriente, que bem mais que a colônia americana simbolizara, inicialmente, esse gesto de abrir os caminhos, descobrir as rotas, ultrapassar a Europa”.

Assim, o período em que D. Rodrigo esteve à frente da Secretaria da Marinha e Ultramar foi o das formulações de políticas ilustradas reformistas visando integrar o desenvolvimento metropolitano com o colonial. Para isso, contou com a colaboração de lusobrasileiros integrantes do seu círculo de amizades – entre eles, Manuel Ferreira da Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, ambos formados na Universidade de Coimbra na década de 1780 – e parentes próximos, critério de escolha ainda em uso no final do Setecentos português. A elite intelectual de que se rodeou D. Rodrigo era formada por homens ligados por laços de amizade e prestígio, configurando uma prática política portuguesa.

O mais notável dentre os estadistas do final do século XVIII português, segundo Novais (1995: 117), D. Rodrigo participou ativamente do contexto político, econômico e cultural de seu tempo, sendo herdeiro de tradições e costumes próprios do Setecentos, entre

³⁴ B. N. Rio de Janeiro, Coleção Carvalho, ms. II-33, 34, 3. In: SILVA, Andrée Mansuy Diniz. **D. Rodrigo de Souza Coutinho**. Textos políticos, econômicos e financeiros. T. II, pp.72-75. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

eles o devotamento a seus soberanos e o amor ao real serviço. D. Rodrigo se distinguiu pela particular visão do mundo ultramarino e pela perspectiva reformista projetada no plano de um Império Luso-Brasileiro, formulando uma política colonial que uniu o mundo da política ao mundo da Ciência.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. . In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HEINZ, Flávio M (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. **As culturas do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. (org). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808**. São Paulo: Paz e terra, 1995.

SANTOS, Nivia Pombo Cirne dos. **Dom Rodrigo de Souza Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império Português (1778-1812)**. Dissertação. Niterói, 2002.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVA, André Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812**. Lisboa-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002.

_____. **D. Rodrigo de Souza Coutinho**. Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). Tomo I e II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

Tomás Antônio Gonzaga e as Ideias Político-Jurídicas do seu Tempo

Larissa Cardoso Fagundes Mendes*

Resumo: No presente trabalho, usaremos o caso de Tomás Antônio Gonzaga para ilustrar o modo como as reformas nos campos da educação iniciadas por Pombal afetaram o entendimento dos portugueses sobre as leis, o poder e o bom governo. O caso de Gonzaga nos pareceu esclarecedor devido a diversidade de sua lavra. Com efeito, ele não apenas atuou como Ouvidor de Vila Rica, tendo deixado diversos pareceres, mas também escreveu um tratado sobre direito natural, e ainda uma sátira relatando eventos relativos ao período em que exerceu a magistratura em Vila Rica. Todos estes textos foram escritos após as reformas, e, o fato deles serem de diferentes naturezas, nos permitiu ver as repercussões das reformas nos campos da teoria jurídica, da magistratura ultramarina e também na literatura.

Palavras chaves: Gonzaga, Política, Poder.

Abstract: In this paper, we use the case of Thomas Antonio Gonzaga to illustrate how the reforms in education initiated by Pombal affected the understanding of the portuguese on the laws, power and good government. The case of Gonzaga seemed clearer due to the diversity of his own intellectual production. Indeed, he not only served as ombudsman of Villa Rica, having left several official documents, but also wrote a treatise on natural law and a satire reporting events relating to the period when he played the magistracy in Vila Rica. All these were written after the reforms, and the fact that they are of different natures, allowed us to see the impact of reforms in the areas of legal theory, of overseas magistracy and also in the literature.

Keywords: Gonzaga, Politic, Power.

Como constata Richard Morse o Império Português durante muito tempo travou uma recusa consciente às teorias derivadas das revoluções científicas e religiosas. Fugindo da clássica explicação de que tal fato ocorreu porque os países ibéricos encontravam-se em um

* Mestranda UFJF.

estágio de estagnação de seu desenvolvimento cultural, Morse afirma que tal resistência deve ser entendida pelo fato de, já na primeira metade do século XVI, Portugal ter solucionado problemas relativos à Igreja, ao Estado e a autoridade através das teorias corporativas da Segunda Escolástica, sistema teológico e filosófico constituído no início da Idade Moderna, que girava em torno da revitalização da escolástica medieval, envolvendo para isto, a releitura das ideias de Aristóteles e de Santo Tomás de Aquino (BOMENY, 1989: 82 e 83).

Segundo Antônio Manuel Hespanha, essa resistência só começou a ser quebrada na segunda metade do século XVIII, quando primeiramente o Marquês de Pombal e, em seguida, os ministros ilustrados de D. Maria I, começaram a esboçar planos particulares e gerais para a organização política do reino e do ultramar, baseados em teorias absolutistas que defendiam o princípio de que o bom governo obedecia máximas racionais e universais, sendo conveniente que o centro político se impusesse de uma forma racionalmente despótica (HESPANHA, 2007: 63). A implementação de tais perspectivas se deu juntamente com a perseguição aos padres da Companhia de Jesus, que passaram a ser acusados de, com suas ideias corporativas, contribuírem para uma alegada decadência portuguesa.

Antes de entrarmos na análise dos textos de Gonzaga, devemos entender o contexto filosófico de seu tempo, particularmente a visão política defendida pelos jesuítas através das teorias da Segunda Escolástica, e o pensamento dos chamados “autores jusnaturalistas” que foram adotados por Pombal após as reformas. Com as principais ideias de tais correntes uma vez estabelecidas, poderemos observar em quais pontos elas convergem e em quais são antagônicas e, desta forma, analisar e entender o modo como Gonzaga se apropria de elementos de cada uma delas em seus textos. Isto nos permitirá formular hipóteses sobre o que o ecletismo do pensamento gonzaguiano tem a nos dizer sobre o mundo político do Império Português no final do século XVIII.

Falando sobre os filósofos tomistas ligados à Segunda Escolástica, Quentin Skinner destaca que eles muitas vezes foram apontados como os principais fundadores do pensamento constitucionalista. Skinner concorda que há certo grau de verdade nesta afirmação, e acrescenta que os teóricos da Segunda Escolástica funcionaram como o canal por meio do qual, no correr do século XVII, a aplicação da noção de contrato social à análise da obrigação política pode exercer a mais decisiva influência (SKINNER, 1996: 450).

De fato, muitos conceitos utilizados pelos chamados “jusnaturalistas” do século XVII, como, por exemplo, o de que existiu uma comunidade natural que se transformou em sociedade civil por meio de um pacto feito entre seus membros, já eram usados por jesuítas e

dominicanos ligados à Segunda Escolástica um século antes. Na realidade, muitas das ideias defendidas por estes padres eram ainda mais antigas, sendo reelaborações de conceitos que vinham sendo discutidos desde a Idade Média.

Segundo esta corrente filosófica, uma vez instituída a sociedade civil, o poder, embora oriundo de Deus, não transita diretamente deste para o rei, passando, ao contrário, pela mediação da comunidade civil. De modo que, se o rei viesse a agir com o objetivo de destruir os cidadãos, tornava-se legal que a comunidade a ele resistisse e, se não houvesse outro meio, até mesmo o matasse (SKINER, 1996, 452). Todavia, para ser legítima, a resistência deveria sempre ser uma atitude tomada com muito estudo e cautela.

Como mostram Antônio Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier, essas ideias filosóficas tiveram uma grande influência sobre o modo como a sociedade portuguesa do Antigo Regime entendia a organização do Estado e do poder. Hespanha e Xavier afirmam que, como o pensamento da Segunda Escolástica herdou a noção medieval de fundo aristotélico segundo a qual cada parte da sociedade coopera de uma forma diferente dentro da vida política, desenvolveu-se no Império Português a tese da impossibilidade de existir um poder político “puro”, “simples”, não partilhado. O poder era visto como repartido por simples natureza, de modo que, dentro de uma sociedade bem governada, essa partilha natural se traduzia na autonomia político-jurídico dos corpos sociais, muito embora tal autonomia não devesse destruir a articulação natural da comunidade (XAVIER e HESPANHA, 1994: 122 e 123).

Hespanha e Xavier concluem afirmando que, apesar do soberano ter o poder de exercer a justiça, a constituição natural conservava-se sempre como um critério superior para aferir a legitimidade do direito estabelecido pelo Poder, sendo tão vigente e positiva quanto este. Desta forma, o direito natural desempenhava uma função constitucional que se impunha a todo o poder (XAVIER e HESPANHA, 1994: 124).

Sob a etiqueta de “jusnaturalistas” escondem-se autores e correntes muito diversas. De fato, princípio que, une filósofos e juristas tão diferentes, não reside em nenhum conteúdo em comum, mas sim no método racional que permitiu a redução do direito e da moral, pela primeira vez na história da reflexão sobre a conduta humana, em uma ciência demonstrativa. Assim, para Bobbio, o que caracteriza o jusnaturalismo em seu conjunto não é tanto o objeto (a natureza), mas sim, o modo de abordá-lo (a razão) (BOBBIO, 1994: 14 a 16).

O propósito de aplicar ao estudo da moral as “mais refinadas técnicas da razão, até então só usadas nas ciências naturais”, fez com que para os jusnaturalistas a fonte do direito

deixasse de ser os usos, as tradições e os costumes para ser a “natureza das coisas”. A principal consequência desta laicização da teoria social para a compreensão da natureza do poder foi, segundo Antônio Manuel Hespanha que este passou a ser visto como fundado na “vontade”; muitas vezes na vontade soberana de Deus, manifestada na Terra, também soberanamente pelo príncipe (XAVIER e HESPANHA, 1994: 126).

Podemos ver que a Segunda Escolástica e o Jusnaturalismo, embora muitas vezes colocados como movimentos opostos, possuíam muitos pontos em comum. Talvez a maior diferença entre estas duas correntes seja o conceito de lei e de direito que cada uma apresenta. Como mostra Hespanha, na ordem constitucional corporativa da Segunda Escolástica, o direito constituía uma tradição normativa que, na maioria das vezes, escapava ao controle dos monarcas, de modo que a lei geral dificilmente prevalecia sobre a norma especial. Já na corrente jusnaturalista, o direito foi reduzido à lei, que passou a ser concebida como um direito majestático (XAVIER e HESPANHA, 1994: 141).

Como podemos ver, o uso pela Segunda Escolástica de fontes e influências teóricas parecidas com as que, um século depois, seriam adotadas por autores “jusnaturalistas”, como as suas ideias de pacto, suas teorias sobre um poder que passa direto de Deus para o povo, e a defesa do direito dos súditos de resistirem à tirania, são apenas alguns fatores que nos mostram que Richard Morse estava certo em sua afirmação citada acima, de que os portugueses demoraram a se interessar pelas “revoluções” científicas e religiosas porque, desde o século XVI, a Segunda Escolástica, ensinada pelos jesuítas, já lhes oferecia respostas satisfatórias para uma série de questões sobre política e poder.

Como já dissemos, estas teorias corporativas da Segunda Escolástica só começaram a ser questionadas na segunda metade do século XVIII, em meio às reformas pombalinas foram as responsáveis por levar autores “jusnaturalistas” ligados as “revoluções científicas” para a grade dos cursos oferecidos pela Universidade de Coimbra. Assim, parece interessante analisar como as reformas foram recebidas pelos letrados portugueses e se elas tiveram alguma influência no modo como a política era praticada no reino e no ultramar. Devemos questionar também se é correta a afirmação da historiografia clássica, de que as reformas educacionais tiveram como consequência o completo rompimento de Portugal com as teorias corporativas da Segunda Escolástica, tanto no plano filosófico quanto na prática.

Seguindo a cronologia de nossas fontes, o primeiro escrito político de Gonzaga que analisaremos será o *Tratado de Direito Natural*. Logo na página de abertura do *Tratado*, podemos testemunhar o claro intento de Gonzaga em se mostrar favorável aos projetos

reformadores e a política de Pombal. Isto porque, o texto é dedicado ao próprio Marquês de Pombal, descrito por Gonzaga como “aquele herói, que amante da verdadeira ciência e desejoso do crédito de seus nacionais, os estimulou aos estudos dos direitos nacionais e públicos, ignorados senão de todos, ao menos dos que seguiam a minha profissão, como se não fossem sólidos os fundamentos dela” (GONZAGA, 1957: 11).

Contudo, como mostraremos, não devemos ler e interpretar o *Tratado de Direito Natural* a partir desta dedicatória, pois isso nos levaria a considerar que Gonzaga havia abraçado totalmente ao jusnaturalismo, e não recorria mais à ideias corporativas inspiradas na Segunda Escolástica. Uma forte evidência de que, apesar do conteúdo da dedicatória, Gonzaga ainda se guiava por preceitos difundidos em Portugal pela Companhia de Jesus se dá no Prólogo do *Tratado*, onde Gonzaga afirma que um dos motivos que o levou até o tema do direito natural foi “a necessidade de uma obra que se possa meter nas mãos de um principiante, sem o receio de que este beba os erros de que estão cheias as obras dos naturalistas que não seguem a pureza de nossa religião”. Mais adiante Gonzaga afirma que um dos méritos de seu texto esta em que nele não se lerá “os erros de Grócio, que dá a entender que os cânones dos Concílios podem deixar de ser retos e que estes e o papado podem adulterar as primeiras verdades” (GONZAGA, 1957: 13). Justificativas ligadas à defesa da Igreja como estas, nos mostram que Gonzaga não pretendia tirar a primazia dada à religião no estudo do direito.

A primazia dada por Gonzaga aos temas religiosos fica clara quando ele critica severamente a famosa máxima de Grócio, de que a existência do direito natural é independente da existência de Deus. É importante salientar que, no tempo de Gonzaga, Grócio era tido como o “pai” da “escola jusnaturalista”. Para Gonzaga, essa tese é absurda e inaceitável uma vez que, “o direito natural nada mais é que uma coleção de leis que Deus infundiu no coração dos homens para conduzi-lo ao fim que se propôs em sua criação” (GONZAGA, 1957: 16).

Vemos assim que em relação à definição do conceito de direito natural, Gonzaga se aproxima mais dos teóricos da Segunda Escolástica do que dos do “jusnaturalismo”. Como mostraremos, talvez o aspecto em que Gonzaga mais se aproxima dos projetos que estavam sendo implantados por Pombal encontra-se em seus conceitos de lei e de soberania. Mas é importante ressaltar que mesmo estas noções convivem no *Tratado de Direito Natural* com ideias corporativas.

Defendendo uma teoria bem peculiar sobre o pacto que transforma a sociedade natural em sociedade civil, Gonzaga afirma que Deus não concedeu ao povo nenhum tipo de soberania ou poder, mas somente o direito de escolher o seu governo, de forma que, uma vez que este esteja escolhido, Deus transfere o poder diretamente para o governante (GONZAGA, 1957: 101). É a partir da adoção desta premissa teórica que Gonzaga começa a defender ideias absolutistas. Uma vez que não são os homens que dão o poder para os soberanos mas sim Deus, Gonzaga conclui que apenas a Ele o soberano tem a obrigação de dar conta dos seus atos. Isto se deve ao fato de que Deus é o único capaz de conhecer as ações do soberano, cabendo aos súditos obedecê-lo e respeitá-lo em qualquer hipótese (já que estes nunca podem saber se um rei é realmente mau ou tirano), assim como têm a obrigação do respeito total as leis reais. Vejamos nas próprias palavras de Gonzaga:

“A minha opinião é que o rei não pode ser de forma alguma subordinado ao povo; e por isso ainda que o rei governe mal e cometa algum delito, nem por isso o povo se pode armar de castigos contra ele. Mas mostramos que os delitos do rei não podem ter outro juiz senão Deus, de que se segue que como o povo não pode julgar as ações dele, o não pode também depor, pois que a deposição é um ato de conhecimento e por consequência de superioridade. Se o povo não dá o poder ao rei, mas sim Deus como já se mostrou, isso tanto a respeito do rei mau quanto do rei bom, como poderemos dizer que ele poderá tirar a um rei, ainda que mau, aquele poder que não foi ele mas Deus quem lho deu”? (GONZAGA, 1957: 106).

A lei segundo a definição de Gonzaga é uma “regra dos atos morais prescrita pelo superior aos súditos para obrigá-los a se comporem conforme elas as suas ações”(GONZAGA, 1957: 129). Seguindo as tendências normatizadoras defendidas em Portugal após as reformas, Gonzaga afirma que “a não serem os meninos, os furiosos e todos aqueles que por falta de conhecimento não podem viver sujeitos à lei do superior, todos os mais vassallos, sem diferença alguma, são subordinados às leis” (GONZAGA, 1957: 143).

Entretanto, a definição de lei como uma regra geral e igual para todos, não é impedimento para que Gonzaga nela encaixe argumentos corporativos. Tais ideias aparecem no último capítulo do *Tratado de Direito Natural*, intitulado *Do Privilégio e do Costume*. Neste capítulo, de maneira bem “corporativa”, Gonzaga define o costume como “uma freqüência de atos externos feitos ao menos pela maior parte da sociedade, que tem força de lei quando é honesto, útil a sociedade e introduzido publicamente”. Já o privilégio segundo Gonzaga é “uma faculdade constante concedida pelo monarca para se fazer alguma coisa, já contra, já além da lei” (GONZAGA, 1957: 147 e 148).

Tais argumentos “corporativos” nos provam que apesar de Gonzaga ter escrito o *Tratado de Direito Natural* com o claro intento de se ligar as reformas pombalinas, ter dedicado o texto ao próprio Pombal e ter defendido um rei com poderes tão amplos, que mesmo se considerado “tirano” pelos súditos não poderia ser deposto, ele ainda estava preso a muitas noções e conceitos defendidos pela Segunda Escolástica.

O estudo dos textos jurídicos escritos por Gonzaga enquanto magistrado, bem como a análise das *Cartas Chilenas*, podem nos ajudar a entender se tal coexistência de ideias foi defendida por Gonzaga somente durante a escrita do *Tratado de Direito Natural* ou se ele lidou com ela também na prática. Também, a presença de ideias corporativas no dia a dia dos magistrados pode ajudar a demonstrar que as reformas não conseguiram afastar a tradição escolástica do mundo da política e da justiça no Império Português pelo menos até o final do século XVIII.

Nas *Cartas Chilenas*, como é muito bem apontado por Luís Carlos Villalta, para satirizar e denunciar os desmandos do governador, Gonzaga o caracteriza como um tirano e, ao mesmo tempo, desenha as linhas gerais do bom governo. Tais construções de imagens do bom governo e da tirania possuem, como também é constatado por Villalta, convergências com as teorias corporativas da Segunda Escolástica e com as luzes (VILLALTA, 2007: 581), modelos teóricos portanto semelhantes, como elencamos para o *Tratado de Direito Natural*.

Assim, usando princípios caros à Segunda Escolástica, Gonzaga defende nas *Cartas Chilenas* que o governante bom e virtuoso deve sempre agir honrando os seus vassalos. Vejamos:

“São estes louco Chefe, os são exemplos / Que na Europa te dão os homens grandes? / Os mesmos reis não honram aos vassalos? / Deixam de ser por isso bons monarcas? / O respeito por meio das virtudes se consegue / E nelas sustenta; nunca nasce / Do susto e do temor que aos povos metem/ Injúrios, descortejos e carrancas” (GONZAGA, 2006: 45).

De maneira muito parecida com o que defende no *Tratado de Direito Natural*, é afirmado por Gonzaga nas *Cartas Chilenas* que, para manter a sociedade civil sempre em sossego, os governantes devem “repartir com a mão reta os prêmios e os castigos, já que a maioria dos homens fogem dos vícios porque as penas temem” (GONZAGA, 2006: 129). Também como havia feito no *Tratado*, Gonzaga se aproxima de alguns autores jusnaturalistas ao classificar o poder do rei de “supremo” e ao criticar o governador por não respeitar as leis do soberano. Em várias passagens das *Cartas*, como a que citamos abaixo, Gonzaga faz

questão de lembrar a Cunha e Menezes que ele é apenas um chefe local e não um sumo-imperante:

“E ainda a ser virtude, quem te disse / Que não é das virtudes, que só pode / Benigna exercitar a mão Augusta! / Os chefes, bem que chefes, são vassalos. / E os vassalos não têm poder Supremo”(GONZAGA, 2006: 53).

Por serem de caráter e natureza mais normativa e técnica, os pareceres jurídicos de Gonzaga não apresentam debates filosóficos como as duas fontes que analisamos acima. Todavia, eles são úteis para observarmos alguns resultados práticos das reformas, e se podemos falar em um predomínio do “império da lei” no final do século XVIII dentro do mundo luso-americano ou se devemos tomar cuidado com tal afirmação, considerando-o mais como uma tendência que um fato concreto.

Agindo de acordo com as tendências legalistas de seu tempo, e querendo mostrar-se um bom funcionário régio, Gonzaga abre muitos de seus pareceres intitulado-se um “fiel executor das leis de Sua Majestade” ou dizendo-se “movido pelo grande zelo com que se emprega no Real Serviço” que, segundo ele, consiste “na fiel execução das leis”.

Tais declarações são passíveis de suspeita devido a seu caráter bajulatório. No entanto, vemos que, assim como no *Tratado de Direito Natural* e nas *Cartas Chilenas* onde defende o cumprimento das leis reais, Gonzaga em muitos pareceres nega pedidos da Câmara de Vila Rica e de particulares, alegando que tais demandas vão contra as determinações dos soberanos.

A leitura atenta de outros pareceres nos mostra, entretanto, que apesar de ser “um mero executor das leis de Sua Majestade”, Gonzaga sabia quando era necessário recorrer à força dos costumes, da tradição e das ideias de bem comum para tomar suas decisões. Quando tal medida se fazia necessária, Gonzaga não via problemas em interpretar as leis à sua maneira. Um bom exemplo disto é uma carta passada por Gonzaga à Câmara de Vila Rica, livrando esta da responsabilidade de arcar com os custos de uma obra pública.³⁵

Estes exemplos nos sugerem que, apesar dos projetos reformadores de Pombal, e, em seguida, dos esforços dos ministros ilustrados de D. Maria I, pelo menos até o final do século XVIII, o Império Português ainda não tinha se livrado da influência de ideias corporativas e não estava centralizado através da normatização. Uma passagem do *Tratado de Direito Natural* é exemplar para nos mostrar a força que a tradição ainda exercia no mundo da justiça.

³⁵ Arquivo Público Mineiro (APM), Coleção Casa dos Contos (CC), caixa 10, documento 10201.

Nela, Gonzaga afirma que as palavras de qualquer lei devem ser inapropriadas todas as vezes que seu entendimento resultar em absurdo, injustiça ou inutilidade. Para Gonzaga, acontecendo algum destes casos, deve-se agir conforme o costume recebido, pois este é “o melhor intérprete das leis” (GONZAGA, 1957: 145).

Em nossa opinião conceitualizações demasiadamente rígidas e previamente definidas, em nada ajudam no estudo da história intelectual. O modo como Gonzaga se apropria conjuntamente de ideias da segunda escolástica e do jusnaturalismo nos mostra isto. Não colocar as obras políticas de Gonzaga dentro de determinada “corrente” pré-estabelecida, também permitiu que encontrássemos similitudes teóricas na leitura do *Tratado de Direito Natural* e das *Cartas Chilenas*, e, víssemos que ambas as obras estavam relacionadas e refletiam dilemas do contexto político em que Gonzaga escrevia.

Pois bem, a partir da atitude de Gonzaga diante dos conflitos e relações de sua época, pudemos observar como fenômenos de seu tempo refletiam em sua trajetória, tornando-o assim um convincente exemplo das incertezas político-jurídicas do Império Português do século XVIII.

Fontes

a) Impressas

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Tratado de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

b) Manuscritas

Arquivo Público Mineiro (APM), Coleção Casa dos Contos (CC), caixa 10, documento 10201.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. O modelo jusnaturalista. In: BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

BOMENY, Maria Helena Bousquet. Uma entrevista com Richard Morse. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, volume 2, número 3, 1989.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

HESPANHA, Antônio Manuel. Depois do Leviathan. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 5, maio de 2007.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VILLALTA, Luís Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: REZENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luís Carlos (orgs). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas Volume 2*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

XAVIER, Ângela e HESPANHA, Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807) vol. IV*. São Paulo: Editorial Estampa, 1994.

O Juízo Eclesiástico e Civil Mineiro na Questão do Foro Misto no Final do Século XVIII

Larissa Freire Pereira*

Resumo: A base dessa pesquisa é o documento chamado Devassa-Ex Ofício de Justiça, que relata o crime de feitiçaria de Pai Caetano, pertencente ao Arquivo Histórico da Casa do Pilar: Anexo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto/MG. O objetivo deste trabalho é analisar, através de uma crítica documental, como ocorreu o julgamento pela alçada civil, para um processo de foro misto, que também poderia ser julgado no Tribunal Eclesiástico, o único processo de feitiçaria na justiça civil ouropretana. O preto Caetano da Costa, da nação angola, teve uma devassa aberta em seu nome em 1791, pois esse fazia feitiçarias mágicas e enganosas contra a Religião Católica.

Palavras-chave: Juízo civil, feitiçaria, Pai Caetano.

Abstract: The basis of this research is the document called Devassa Office of Ex-Justice, which reports Pai Caetano's crime of witchcraft, belonging to the Historical Archive of the Pillar House: Annex to the Conspiracy Museum, Ouro Preto / MG. The objective of this study is to analyze, through a documental criticism, as occurred in the trial by the civil jurisdiction, for a mixed court process, that could also be judged in the Ecclesiastical Court, the only case of witchcraft in the Ouro Preto's civil justice. The Preto Caetano da Costa, from Angola, it has opened an inquiry on his behalf in 1791, because he used to make magical and deceive whitchcrafts against the Catholic Religion.

Keywords: civil judgment, witchcraft, Pai Caetano.

A Santa Inquisição da Santa Madre Igreja Católica foi criada em 1184 no Concílio de Verona, onde o Papa nomeou dois bispos para visitarem paróquias suspeitas de heresias duas vezes ao ano, receando contestação aos dogmas da Igreja³⁶. A bula *Excommunicamus* de 1231, pode ser considerada a criação do tribunal do Santo Ofício, demonstrando como os

* Graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto.

³⁶ Principalmente na região de Albi, no sul da França, região onde se concentrava grande número de hereges, os albigenses.

inquisidores seriam enviados para localizar e punir hereges. Os primeiros a receberem essa tarefa foram os monges da Ordem Mendicante dos Dominicanos, criada especialmente com esse fim³⁷

Na Península Ibérica o Papa Sisto IV(1471-1484) assinou a bula *Exigit sinceræ devotionis affectus* no ano de 1478, ao passo que em Portugal no ano de 1536 a bula *Cum ad nihil magis*, instituindo através delas os tribunais de inquisição desses países.

No papado de Paulo III (1534-1549) ocorreu o Concílio de Trento. Em 1564, o Infante Dom Henrique de Portugal define que a justiça secular e a eclesiástica se unem na tarefa de doutrinar segundo as leis impostas pelo Concílio de Trento em Portugal e suas colônias. A Igreja participava do sistema de Padroado, ou seja, o rei detinha o governo secular e religioso em suas mãos.

O Catolicismo Tridentino³⁸ foi o principal responsável para o fortalecimento dos dogmas religiosos em Portugal, no Brasil, esses foram repassados por meio das missas da Companhia de Jesus e depois com os mecanismos de controle gerados pela justiça, secular e eclesiástica. O Brasil sempre esteve subordinado ao Tribunal de Lisboa, já que não houve um tribunal do Santo Ofício que se efetivou nessas terras. Porém existiam comissários e familiares que buscavam culpados, essas eram encaminhadas para julgamento na metrópole.

No primeiro domingo da quaresma era pregado o edital das inquirições inquisitoriais³⁹, nas Igrejas, para se iniciar os ciclos de deleções e denúncias, os testemunhos eram gerados a partir do “ouvir dizer”, não era necessário ter presenciado o crime que se denunciava,

³⁷ Segundo C. H. Lea, historiador minucioso dos mecanismos de funcionamento da Inquisição, experts treinados tornavam-se necessários para trazer à tona os recalcitrantes e extrair deles a confissão da culpa para que pudessem voltar ao caminho da doxologia ou sofrer as devidas penas, incluindo a capital (LEA, 1993, pp. 1-64). Para Lea, quando no início do século XIII essa necessidade se tornou premente, dois foram os recursos que contribuíram para a solução do grave problema: a criação e organização das Ordens Mendicantes dos Dominicanos e dos Franciscanos e a legislação secular que por essa época tomava forma. As Ordens Mendicantes tornaram-se os instrumentos de validade universal para o estabelecimento de tribunais permanentes cujos examinadores e juízes eram devotados exclusivamente à detecção e conversão de heréticos. Começando no século XIII, episódios inquisitoriais isolados lentamente evoluíram para processos sistemáticos e a instituição tornou-se um terrível e poderoso sistema.

³⁸ “Cristãos pré-tridentinos diziam que a Igreja de Roma abandonou o verdadeiro culto de Deus e chegaram a tal cegueira que nem sabiam já o que o seu nome significava. Ocupados em cerimônias exteriores, não conheciam o culto interior, nunca liam a Bíblia e quando o faziam não a compreendiam. A Igreja não ficou na inércia diante dessas acusações e fraqueza do seu clero, o que a levou no início do século XV, a demanda por uma *reformatio in capite et in membris*(..) com o início de vários concílios até chegar ao de Trento e aprovar os mil dogmas que salvou a Igreja de maiores desfalques de seus fiéis, cujo objetivo era o de inventar processos de espiritualidade pessoal, viva, interior e acessível ao mais comum dos cristãos católicos.” MARTINS, Flat James de Souza. *RELIGIOSIDADE PORTUGUESA NO SÉCULO XVI: ANÁLISE DO CATOLICISMO TRIDENTINO NA EDUCAÇÃO JESUÍTICA*. Acessado em http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2010/023.pdf, pag.4

³⁹ Esse era um formulário com 40 questões, onde eram lidos para as testemunhas e essas pensavam em alguns membros da comunidade que podiam esta cometendo os delitos descritos.

qualquer pessoa podia denunciar, houve casos de crianças que eram ouvidas e condenavam membros da família.

Havia uma grande proliferação de denúncias, as pessoas acusavam para se livrar de se tornarem réus, e assim ganhar a confiança do inquisidor. Havia uma série de perguntas que eram feitas nos interrogatórios, o réu era acusado até que se provasse o contrário. Eram utilizadas torturas para conseguir a descrição do crime, segundo Laura de Mello esse método não foi utilizado no Brasil. Como o réu era inferior, a repressão era justificada.

O primeiro Bispado no Brasil foi o da Bahia, criado no início do século XVI. As visitas ocorreram na Bahia, em Pernambuco e no Grão-Pará, eram regiões com uma economia muito rentável, que possuía muitos escravos e uma população heterogênea, o que gerou muitas acusações de feitiçaria. O vigário-geral era o responsável por conhecer os crimes de foro misto, como a blasfêmia, a feitiçaria, a sodomia, o concubinato, entre outros, esses crimes poderiam ser julgados tanto pelo Juízo Eclesiástico como pelo Juízo Civil. O Juízo Eclesiástico foi abolido em 1830, passando os casos de foro misto para a justiça civil.

Desde a instauração do Santo Ofício em Portugal (1536), a feitiçaria esteve sob sua jurisdição, a princípio somente quando implicasse em comportamento herético. Mas rapidamente, na verdade em dois momentos, em 1546 e em 1560, D. Henrique determinou que se procedesse no foro inquisitorial contra feitiçeiros, mesmo quando os delitos não “saibam a heresia”. A feitiçaria continuou sendo foro misto: eclesiástico, civil e inquisitorial. Na Bahia, nos casos que implicassem heresia os ministros eclesiásticos eram instados a transferi-los ao Santo Ofício. Ainda mais, o título das constituições em que essa ordem se insere, relacionado aos delitos de sortilégios e superstições, devia ser lido por todos os párocos aos menos três vezes cada ano (...) a seus fregueses para não poderem alegar ignorância (FEITLER, 2007:163)

A descoberta do ouro em Minas Gerais no século XVII, fez com que a Coroa Portuguesa tomasse cuidado com a ocupação dessa área, uma das normas foi a não entrada e fixação de ordens religiosas nessa região. O Bispado de Mariana foi criado em 1745 pela Bula *Condor Luis Artenae* do Papa Bento XIV a pedido de Dom João V, com o seu primeiro bispo chegando na região no ano de 1748, Dom Manuel da Cruz. Eram seguidas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) e o Regimento do Auditório Eclesiástico, para o funcionamento do bispado.

Para Caio Boschi essa região possuía uma população heterogênea e instável, o que provocava os pecados espirituais e um descontrole nos costumes.

O Juízo Eclesiástico foi criado, segundo Maria do Carmo Pires, para uma punição do clero e para o controle dessa sociedade instável. A Igreja pós-tridentina, com os mecanismos de controle tinha um domínio sobre os corpos e as consciências da população.

Numa sociedade em que os prazeres carnavais e as tensões entre cristãos e hereges, senhor e escravo, homem e mulher ocupavam lugar de destaque, o Juízo Eclesiástico, empenhando em apurar crimes públicos e escandalosos, tentava equilibrar as normas admitidas socialmente com a legislação em vigor, sem, contudo, abalar a sua estrutura institucional.” (PIRES, 2008:44)

A comarca do Bispado de Mariana era responsável pelas comarcas eclesiásticas de Vila Rica, Rio das Mortes, Rio das Velhas e o Serro Fino, Pitangui, Campanha, Aiuruoca, Tamanduá e Cuieté.

As devassas, inquirições sumária de testemunhas feitas para a apuração de delitos que afetam a tranqüilidade pública, feitas Minas Gerais, recebiam primeiro as deliberação do Bispado do Rio de Janeiro, quando ocorriam visitas ao território mineiro (visitas pastorais ou visitas ordinárias), até a criação do Bispado de Mariana. Um visitador percorria o território para conhecer e vigiar os habitantes e o clero das vilas, auxiliado pelo escrivão, seguiam um trajeto pré-definido, chegando a freguesia, primeiro era colado um edital de visitas, depois havia um interrogatório e se demonstrava os delitos. Existem dois tipos de documentos de devassa, a mesa de visita, onde falava dos comportamentos alheios⁴⁰ e era a primeira estratégia do visitador, eram colhidos testemunhos, chamadas outras pessoas para encobrir lacunas, como um tribunal. Com os depoimentos em mãos, o escrivão fazia as pronunciações, um resumo dos casos, o que serviria para um posterior julgamento no bispado ou até mesmo em Portugal. Numa segunda visita, o réu que foi acusado comparecia a mesa, onde havia a retratação, compromete a se emendar e pagar uma pena perante o visitador, essa seria a segunda forma de registro da devassa.⁴¹

As penas eram mais superficiais e imediatas nas minas, para Donald Ramos e Laura de Mello e Souza, isso leva a demonstrar que nessa região a Igreja era mais normalizadora, para disciplinar os comportamentos, pois era uma das funcionárias da Coroa.

⁴⁰ As testemunhas não seguiam uma regra de escolha. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: Aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII*. Belo horizonte: Ed. Ufmg, 1999.

⁴¹ Segundo Luciano Figueiredo e Sonia Siqueira, essas visitas as vezes contavam com apoio de funcionários do Santo Ofício. Numa busca de uma maior área de atuação e que para os comissários pudessem verifica o andamento das assistências espirituais que o bispado promovia.

Em Norma e Conflito, Laura de Mello mostra que é importante ter estudos com esses documentos, mas é importante lembrar que o escrivão é um reproduzidor consciente da ideologia oficial e assim um co-autor de preconceitos.

Para a autora, essas manifestações marginais ao catolicismo “que se apropriavam dos símbolos, dogmas e conteúdos da fé católica para aproximá-los das necessidades cotidianas e torná-las mais conformes aos anseios dos colonos” (SOUZA, 1999: 2000)

Os comissários do Santo Ofício recebiam informações e denúncias e as encaminhavam ao tribunal. Podiam prender os acusados e enviá-los à Inquisição para serem julgados. Os familiares tinham uma função semelhante: espionavam, investigavam, prendiam e confiscavam bens. Os comissários eram sacerdotes, e os familiares, leigos. Todas as cidades do Brasil tinham familiares. (LEITE, 2007:133)

No caso que iremos analisar, a feitiçaria de Pai Caetano, é o único processo desse tipo julgado pelo Juízo Civil – como a feitiçaria pertencia ao foro misto poderia ser julgado tanto no Juízo Civil como no Eclesiástico -, sendo mais comum que bispos julgassem esse caso.

O Juízo Civil era comandado por um juiz ordinário, que tinha como auxiliares tabeliães, escrivães e “oficiais menores”, que deliberava no senado da câmara e seguiam os procedimentos legais do Reino de Portugal, como as ordenações e leis. Esses juízes eram eleitos entre os “homens bons”, e não precisavam ser letrados, podiam pedir a ajuda a um auxiliar letrado. Segundo Carmen Silvia Lemos, na sua dissertação de mestrado “A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica”, os juízes sofriam interferência do costume local, num sistema de relações interpessoais.

Os juízes da terra, ordinários e de vitena, e seus auxiliares, os escrivães e os tabeliães do judicial são os executores da justiça local que praticam, com suas ações um tipo de direito e de ordenamento normativo para a manutenção da ordem no âmbito da municipalidade. Sobretudo os juízes em que deveria prevalecer o bem comum, sustentados em testemunhas das devassas de “ouvir dizer”, “por ser público e notório”, “por ser voz pública”, admitiam que o direito advindo do costume sobrevivia no cotidiano da justiça. Tal assertiva converge para às análises sobre a justiça local nas minas setecentistas que, em expressões como “opinião pública do senado” em Russel Wood, a “importância da palavra e da honra” em Marco A. Silveira, “economia moral do ato de julgar” em Marco M. Aguiar ou a “força dos rumores” em Luciano Figueiredo, sugerem a importância do costume para a prática judiciária na esfera da municipalidade, garantindo-lhe uma dimensão renovada no processo de compreensão da sociedade mineradora. (LEMOS, 2003: 56-57)

O termo de Vila Rica, sede da comarca se estendia as freguesias de Congonhas do campo, Lavras Novas, Itatiaia, Ouro Branco, Itabira do Campo, São Bartolomeu, Cachoeira do Campo, Casa Branca e Chapada.

Os casos do juízo civil eram de atribuição do juiz ordinário e seguia uma ordem pré-definida pelas ordenações portuguesas, primeiramente havia um sumário, seguido pelo termo de abertura; notificação do juiz do crime com local e horário; auto do corpo de delito; assentada com o dia e o local dos testemunhos e os oficiais envolvidos; os testemunhos propriamente ditos; depois era feita a pronúncia da sentença e o termo de data, raramente eram feitos o termo de publicação, a conta e as vistas. Após a decisão do juiz, havia a prisão do réu e após isso era possível a abertura de uma nova investigação, onde podia acontecer a defesa e podiam ser indicadas novas provas e novos argumentos. Todo o procedimento inicial ocorria em segredo de justiça, sem a presença do acusado.

Como pode ser visto na maioria dos processos, é comum que as testemunhas dizem que ouviram dizer ou rumores e até a fama do criminoso, lembrando o direito de tradição oral e do costume.

A feitiçaria européia deriva de ritos pagãos que eram aceitos, mas com o passar do tempo e a afirmação da Igreja Católica, esses ritos se tornaram heresias e começou a se criar praticas mágicas e superstições pós- pagãs. As heresias e feitiçarias se tornaram objetos do demônio na Terra, essa foi uma concepção criada pela cultura dominante e o apogeu de perseguição desses crimes ocorreu entre 1560 e 1630 com 20 mil pessoas acusadas. Para Muchembled era exorcizando demônios que a cultura dominante européia impunha um modelo político e ideológico, que era legitimado pelo Estado absoluto e pelo direito criminal europeu. Antes da Bula *Summus desiderantis affectibus*, esse crime era uma responsabilidade do poder civil, mas já nas ordenações filipinas é possível notar a mudança para o foro misto, onde tanto o poder civil, como o eclesiástico e o inquisitorial, poderia julgar os crimes de feiticeiros.

Em questões de feitiçaria, como lembra Luiz Mott no seu texto “O Calundu-angola de Luiza Pinta”, nas minas a preocupação em condenar pessoas por esse crime ocorria quando a hegemonia portuguesa e da Igreja era posta em xeque, ou seja, quando aconteciam grandes escândalos e/ou os feiticeiros tinham muitos adeptos. “A feitiçaria (...), só seria encaminhada ao Santo Ofício se tivesse o caráter herético. Entretanto, deveria ser punido rigorosamente pelos tribunais eclesiásticos com penas como o degredo para a África, excomunhão ou penitência pública (CPAB, livro 5, tit. III-VI)” (PIRES, 2008: 44.)

Os feiticeiros escravos praticavam seus rituais como uma forma de ter uma fonte de renda, ou de não sofrer maus tratos dos donos, que tinham medo da morte e por isso, tinham um trato leve com seus escravos que eram considerados feiticeiros. Havia também uma

associação com prostituição, onde as feiticeiras faziam formulas mágicas ou cartas de tocar para atrair seus clientes.

No século XVIII, os principais acusados de feitiçaria eram negros e seus descendentes, e essas denúncias eram feitas na maioria por brancos portugueses. Na linha de pensamento de Andre Nogueira é possível notar que esse crime era uma forma de resistência da escravidão, o que levava aos senhores de escravos terem uma insegurança, exagerando assim as culpas. Esses negros vinham da África com um conhecimento prévio de suas religiões, no Brasil na convivência com índios e com a própria Igreja católica, formavam uma nova forma de crenças, visto como uma união com o demônio. Como outros negros, o nosso personagem se diz curador, esses serviços eram vistos com repulsa, mas uma necessidade e eram reconhecidos como tal, como pode ser visto no processo, que Pai Caetano afirma possuir uma grande clientela. Isso se torna uma afirmação social para esse negro, pois geram uma liberdade, o branco necessita e tem medo desses conhecimentos, por isso trata o feitiçeiro com um certo distanciamento.

Para Laura de Mello e Souza no livro “O diabo e a terra de santa cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial” é possível notar um sincretismo religioso na colônia, na confluência de novas idéias, a religião se manifesta de diversas maneiras, tecendo assim uma religião sincrética e colonial, essas religiões não podem ser vistas como sobrevivências, mas como vivências.

O preto Caetano da Costa, da nação angola, teve uma devassa aberta em seu nome em 1791, pois esse fazia feitiçarias mágicas e enganosas contra a Religião Católica. O juiz imediatamente ordena a prisão do réu com os seus pertences que incluíam

reliquias de santos misturadas com coisas indecentes, orações com cruzes, cartas e papeis, patuás de pele de bicho, relicário com papelinhos, Verônicas de latão, um livro encadernado com o título Triunfo Eucarístico, osso com dentes que parece ser de peixe, incenso, duas bulas de defunto, escapulários e bentinhos com papéis dentro em que se encontraram várias orações escritas a mão, que nem eram escritas em latim nem em português, imagens do Senhor Crucificado, figura de barro de meio corpo que parece ser moiro [mouro?], dois cavalinhos marinhos, um com um cobre de cinco réis atado com uma linha de pescoço e outro com um dente de onça, colher e resplendor de prata, cinco carretéis de corda de saltério, três navalhas, um assobio, duas meadas de granadas, um toco de vela e uma oração escrita a mão com as sete almas do purgatório pintadas pedindo-lhes que façam tudo o que Caetano tiver no sentido e lhe dê fortuna (LEMOS, 2003: 111)

Durante o processo foram ouvidas 11 testemunhas, Manuel de Magalhães Gomes (47 anos/branco), vendia negros, ouviu por voz pública; Duarte da Silva Costa (43 anos/branco),

alferes, ouviu dizer; Antônio Vieira da Cruz (45 anos/branco), minerador e capitão, por ser público e testemunha de feitiço; Luis Pinto da Fonseca Ribeiro (41 anos/ branco), minerador e capitão, ouviu dizer e testemunha de feitiço; Jerônimo Dias de Castro (50 anos/ branco), ermitão, ouviu dizer; João Lopes da Cruz (67 anos/ parda forro), ferreiro, ouviu dizer; Manuel Ferreira de Matos (19 anos/crioulo forro), sapateiro, ouviu dizer; Miguel do Rosário (27 anos/crioulo forro), dono de venda, ouviu dizer e testemunha de feitiço; Manuel da Rocha Ferreira (34 anos/não possui cor e condição social), ferreiro, não diz como tomou conhecimento do fato; João Moreira de Oliveira (39 anos/ crioulo forro), minerador, vizinho do réu e por último João dos Reis (44 anos/crioulo forro); cabo da esquadra do mato, ouviu dizer e testemunha de feitiço. Como é possível notar, todas as testemunhas eram homens moradores de Vila Rica, mesma localidade do dito feiticeiro. Existe um testemunho que vem de São Bartolomeu, antiga resistência de Pai Caetano.

Quatro das testemunhas presenciaram os feitiços. Assim a fama de Pai Caetano foi criando na sociedade, uma idéia de que era um feiticeiro, enganador, calundzeiro, curandeiro e gerador de fortunas, além disso foi acusada da morte de algumas pessoas durante os rituais, por isso a voz pública falava que era um grande acusado de feitiçaria, com péssima conduta que não seguia os preceitos da Igreja. O réu foi acusado de ser açoitado por vias públicas de Vila Rica, houve uma tentativa de suspensão da execução mas não foi aceita. Servindo assim de castigo publico e exemplo.

De acordo com as Constituições Primeiras, se o acusado de feitiçaria e pacto com o demônio fosse um nobre leigo seria condenado à excomunhão maior, a pagar vinte cruzados e a ser degredado pela primeira vez para fora do bispado, sendo plebeu, faria penitência pública na Igreja num domingo ou num dia santo, pagando dois mil réis à justiça. Não podendo pagar, seria aplicado uma “pena corporal” e se reincidisse no erro, seria degredado para São Tomé ou Benguela. (CPAB, 1707: 338-339)

Como pode se notar, o caso de Pai Caetano, foi o único julgado na alçada civil nas minas setecentistas, enquanto no eclesiástico são conhecidos 11 casos. A feitiçaria era considerada um crime que interferia a ordem pública e a justiça divina, por isso era foro misto e poderia ser julgada tanto no Juízo civil como no Eclesiástico. Nesse caso o juiz ordinário considerou o réu acusado com apenas 11 testemunhas, diferente do que era exigido, os 30 ouvintes. Pai Caetano foi um exemplo para a cidade, sendo açoitado, demonstrado que apesar do medo que essa população tinha dos ditos feiticeiros, eles eram considerados ruins para a manutenção social, uma pratica não aceita pela religião vigente, a católica e assim para o

Estado também. Apesar de ser o único caso pela alçada civil, foi um grande feiticeiro conhecido na região e devido a isso foi considerado culpado.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ângela Mendes de, **O gosto do Pecado: casamento e sexualidade nos manuais de confessores do século XVI e XVII**, Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

BELLOTTI, Karina Kosicki. **Identidade, Alteridade e religião na historiografia colonial**. Revista de História e Estudos culturais. Março de 2005. Vol. 2, Ano II, nº1. Disponível em WWW.revistafenix.pro.br

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999
CALAINHO, Daniela Buono. **Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime**. Niterói: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2000.

_____. **Um guia de fontes para o estudo da inquisição portuguesa**. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_033.html

CASTRO, Hebe. **História Social**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997

CASTRO, Zília Osório. **Antecedentes do regalismo pombalino**. In: POLÓNIA, Amélia, RIBEIRO, Jorge Martins, RAMOS, Luís A. Oliveira (Coord.). Estudos em Homenagem a João Francisco Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

_____. **O regalismo em Portugal**. António Pereira de Figueiredo. *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, 1987, 1987.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750**. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. **Instalação do Bispado de Mariana e a festa oficial: aspectos de uma fonte documental**. In.: TERMO DE MARIANA: História e documentação, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

_____. **Religião, Igreja e religiosidade em Mariana no século XVIII.** In.: TERMO DE MARIANA: História e documentação, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998. Pág. 98-112.

FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas famílias.** Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997 justificativa

_____. de Almeida. **O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da Mulher nas Minas Gerais do século XVIII.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

_____. **Peccata mundi: a “pequena inquisição” mineira e as devassas episcopais.** In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlo (org.). As minas setecentista, 2. Belo Horizonte : Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. Pág. 109-127

FIGUEIREDO, Luciano e SOUZA, Ricardo Martins. **Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição mineira.** Acervo Rio de Janeiro v. 2 n. 2 jul.-dez. 1987 Disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/media/segredosdemariana.pdf>

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1977.

HESPANHA, António Manuel. **Governo, elites e competência social: sugestões para um novo entendimento renovado da história das elites.** In.: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português. São Paulo: Alameda, 2005.

GINZBURG, Carlo, **A micro-história e outros ensaios,** Lisboa, DIFEL, 1991

_____. **O queijo e os vermes.** O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

GOMES, Rodrigo Elias Caetano. **Nota historiográfica sobre a sociedade colonial.** Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra17/colonial.htm>

GOUVEIA, Pollyana Mendonça. **Parochos Imperfeitos: justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial.** Niterói: UFF, 2011. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1311.pdf>

GROSSI, Ramon Fernandes. **A religiosidade nas Minas setecentistas .** In: Varia História. Belo Horizonte: UFMG n° 24, 2001. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/varia/revista/index.php?prog=mostraartigo.php&idcodigo=239>

_____. **O Medo na Capitania do ouro. Relações de poder e imaginário sobrenatural – século XVIII.** Dissertação apresentada à UFMG, 1999

HERMANN, Jacqueline. **História das religiões e religiosidades.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997

LARA, Silvia Hunold (org.), **Ordenações Filipinas, Livro V,** São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. “Escatologia”. In: **História e Memória.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1994

LEITE, Paulo Gomes. **A inquisição em Minas Gerais: denúncias.** In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (org.) As Minas Setecentista, 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. Pág. 129-151

LEMONS, Carmem Silvia. **A justiça local: os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808).** Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: UFMG/FAFICH/Departamento de História, 2003

LEWKOWICZ, Ida. **Espaço urbano, família e domicílio (Mariana no início do século XIX).** In.: TERMO DE MARIANA: História e documentação, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998. Pág. 87-97.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Circularidade cultural e religiosidade popular no Brasil Colonial: uma análise historiográfica de O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** Revista Urutúgua. Nº7. Novembro. Disponível em WWW.uem.br/urutugua/007/07macedo.htm

MACHADO, Roberto. “**Por uma Genealogia do Poder**”. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: 1979

MARCUSSI, Alexandre Almeida. **Iniciações rituais nas minas gerais do século XVIII: os calundus de Luiza Pinta.** Revista de História das Religiões – Anpuh. Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. Disponível em WWW.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html

_____. **Estratégias de mediação simbólica em um calundu colonial.** *Rev. hist.* [online]. 2006, n.155, pp. 97-12. Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092006000200006&script=sci_abstract

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Magia e ciência no Brasil setecentista.** In: Artes e ofícios de curar no Brasil. São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

MITIDIERI, André Luis. **Feitiço e biografia coral na Terra de Santa Cruz**. Disponível em http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/024/ANDRE_PEREIRA.pdf

MOTT, Luiz. **Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil colonial**. Revista cadernos ihu ideias. Ano 3 n° 38, 2005. Disponível em WWW.unisinos.br/ihu

_____. **O Calundu Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739**. Revista do Instituto de Arte e Cultura, Ouro Preto, 1994 (10), 171:128-30.

_____. **Da capela ao calundu: religião e vida privada no Brasil**. In: Mello e Souza, Laura. A vida privada no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Um tupinambá feiticeiro do Espírito Santo nas garras da Inquisição: 1737-1774**. Dimensões. Outubro de 2006.

_____. **Modelos de santidade para um clero devasso: A propósito das pinturas do Cabido de Mariana, 1760**. In: Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, n° 9, 1989, pp. 96-120.

_____. **Acontunda: Raízes setecentistas do sincretismo religioso afro brasileiro**. Revista do Museu Paulista, vol.31, 1986: 124-147.

_____. **De escravas à senhoras**. Diário Oficial de São Paulo, Leitura. 7-8-1988. Acessado em <http://www.ub.edu/afroamerica/EAV2/mott.pdf>.

NOGUEIRA, André. **Da trama: práticas mágicas/feiticeira como espelho das relações sociais – Minas Gerais, século XVIII**. Revista de Humanidades, setembro de 2004 V. 05 N.11. Disponível WWW.cerescaico.ufrn.br/mneme

_____. **E se diz do dito negro que é feiticeiro e curador: a união entre o natural e o sobrenatural na saúde e na doença das Gerais do século XVIII**. Outro tempos, v.3 pág. 60-75. Disponível em WWW.outrostempos.uema.br

NOVINSKY, Anita. **Inquisição: rol de culpados. Fontes para a História do Brasil, século XVIII**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2008. Disponível em http://www.pucsp.br/rever/rv1_2010/r_brito.pdf

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos**.

PIRES, Maria do Carmo. **Juízes e infratores: o Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)**. São Paulo: Annablume; 2008.

PRIORE, Mary Del. **História do cotidiano e da vida privada**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997

RAMOS, Donald. **Influência africana e cultura popular nas Minas Gerais: um comentário sobre a interpretação da escravidão**. In: *Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro, 1999

REIS, João José. **Magia Jeje na Bahia - A invasão do calundu do pasto de Cachoeira – 1785**. Disponível em
http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=magia%20jeje%20na%20bahia%20joa&source=web&cd=2&sqi=2&ved=0CEUQFjAB&url=http%3A%2F%2Frevistas.udesc.br%2Findex.php%2Ftempo%2Farticle%2Fdownload%2F709%2F600&ei=ywOPT_jSO6XI0QGm-5CHBA&usq=AFQjCNF5yiS_Nyd5czTfu0Qt67F9Uue3pw&cad=rja

REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2010.

SAHLINS, Marshall. **História e cultura: apologias a Tucídides**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006

SANTOS, Vanicléia Silva. **As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII**. Tese de doutorado, USP, 2008. Disponível em
http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=12&Itemid=77&lang=pt-br&filtro=vanicl%C3%A9ia

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, Edna Maria Ferreira da. **A ação da justiça e as transgressões da moral em Minas Gerais segundo os crimes: Mariana – 1747-1820**. Disponível em
<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Edna%20Mara%20Ferreira%20da%20Silva.pdf>

SILVA, Marilda Santana. **Normas e padrões do tribunal eclesiástico mineiro (1750-1830) e o modo de inserção das mulheres neste universo jurídico**. Disponível em
www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/487/393

SILVEIRA, Marco António, **O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas oitocentistas, 1735-1808**, São Paulo, Hucitec, 1987

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro - século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **Inferno Atlântico. Demonologia e colonização, século XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

_____. **As devassas eclesiásticas da Arquidiocese de Mariana**. In: Anais do Museu Paulista, SP (33):66, 1995.

_____. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII**, Rio de Janeiro, Graal, 1982.

_____. **Norma e conflito: Aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII**. Belo horizonte: Ed. Ufmg, 1999

_____. **Revisitando o calundu**. Disponível em http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CALUNDU_0.pdf
TERMO DE MARIANA: História e documentação, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

THOMAS, Keith. **Religião e o Declínio da Magia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. **Moralidades Brasílicas** In: Laura de Mello e SOUZA, Fernando NOVAES (org.). *História da Vida privada na América Portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, vol. 1

_____. **Trópico dos pecados, moral, sexualidade e inquisição no Brasil**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997

_____(org.), **História da sexualidade no Brasil**, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

_____. **A problemática das mentalidades e a inquisição no Brasil colonial**. Disponível em http://www.catedra-alberto-benveniste.org/_fich/15/Artigo_Vainfas_-_Estudos_historicos_II.pdf

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

_____. (org.). **Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997,

_____. **História cultural e historiografia brasileira**. História: Questões e Debates, n.50 jan/jun 2009. Curitiba. Pág. 217-235.

_____. **História das mentalidades e história cultural**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Estrutura do Senado da Câmara**. In.: TERMO DE MARIANA: História e documentação, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998. Pág. 139-141.

VILLALTA, Luiz Carlos. **A inquisição de Lisboa e seus agentes na Colônia**. In.: TERMO DE MARIANA: História e documentação, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998. Pág. 175-180.

_____. **O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado ao profano**. In.: TERMO DE MARIANA: História e documentação, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998. Pág. 67-85

A Sátira Setecentista: a intimização do Pasquim no espaço público.

Dr. Álvaro de Araújo Antunes*

Renata Duarte Fernandes**

Resumo: O objetivo deste artigo é o estudo do gênero satírico e a análise das características de seu discurso para que se possa aplicá-la de uma forma pontual no exame da sátira setecentista em Minas Gerais, em especial, no pasquim aqui pesquisado. Trata-se de um documento inominado de fins do século XVIII, conservado no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana/MG. Buscou-se uma apreciação crítica de como a sátira pode ser uma alegação individual ou social tendo como intuito um interesse ético ou político, que se aproveita de práticas verossimilhantes para adotar um exame dos fatos.

Palavras-chave: Sátire, Sátira, Século XVIII Mineiro.

Abstract: The aim of this paper is the study of the satirical genre and the analysis of features of its speech in order to be able to apply it in a punctual way in the examination of eighteenth-century satire in Minas Gerais, specially, in the lampoon researched here. It is a document innominate of late eighteenth century, preserved in the Archive of Eighteenth-century House in Mariana/MG. It was sought a critical appreciation of how satire can be an individual or social claim, having as an objective a political or ethical interest, that takes advantage of verisimilar practices to adopt an examination of the facts.

Keywords: Satire, Lampoon, Eighteenth-Centure Minas.

Introdução

Os principais pressupostos dirigidos para a abordagem da forma sátira são que ela se constitui com uma concepção própria desde a época romana, e foi a partir daí que ela se desligou de outros gêneros, como a comédia e/ou a tragédia. Porém, o fato da sátira ter se estabelecido com uma concepção literária individualizada não significou que ela tenha se

* Professor Adjunto de História na Universidade Federal de Ouro Preto.

** Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

desprendido totalmente de outros gêneros, ao contrário, neste artigo queremos mostrar que, principalmente através de sua relação com o cômico, ela se utiliza de práticas verossimilhantes para que, por meio de artifícios como o princípio do prazer e do humor, adote uma posição crítica dos fatos.

Assim, esta pesquisa vai de encontro com o duplo papel formativo da sátira, pela arte que sua poesia alude e pela sua narrativa séria, de caráter moral que ela sustenta. O que significa dizer que o estilo obsceno do discurso satírico não vai contra a moral, ao contrário, tem um interesse ético ou político que se fundamenta a partir de uma argumentação individual ou social. “O que caracteriza o riso é sempre o insólito, o bizarro, o anormal (...). Transponha-se isso para o terreno da crítica, da ressonância e da linguagem social e está aí a sátira” (ANDRADE; Oswald de, 1945, pp. 40),

Também procuramos mostrar como a sátira sempre provém de um referencial, no caso alisado do respectivo pasquim, esta menção vem do Rei. Deste modo, o autor anônimo dos referidos versos faz uma crítica ao general Manuel Caetano Lopes de Oliveira, acusando-o de infiel a Coroa e do envolvimento com a Inconfidência. Porém, nem sempre escritos do século XVIII faziam alusão ao regime monárquico, ao contrário, existiam literaturas adeptas a idéias opostas, o que buscamos analisar.

A partir do momento em que o discurso satírico busca uma referência para suas críticas, mesmo que de forma indireta, sugere não só uma censura ao agente do qual a sátira se destina, mas ao um conjunto, julgado pelo autor, como passível de sua denúncia. O poema satírico, portanto, pelo singular, remete-se sempre a um plural. E quando a autoria desta sátira é desconhecida, como no referido pasquim, corrobora-se com a idéia que “o eclipse do nome põe a nu o papel social, a função, o comportamento genérico” (STAROBINSKI; Jean, 2001, pp.91).

No final do presente artigo, a partir das considerações constitutivas dirigidas ao gênero satírico, e em especial para as Minas Setecentistas, buscou-se uma maior apreciação do ambiente do qual ela está inserida, visto a importância desta para a finalidade da sátira.

Aceito que o pasquim é um tipo de sátira, porém obrigatoriamente notório e aberto ao público, pretendeu-se analisar esta recepção na praça. Segundo Walter Ong (1998), a interação entre a cultura escrita e a oralidade deriva a retórica acadêmica. Desde a Antiguidade até o século XVIII, muitos textos literários, mesmo quando compostos por escrito, destinam-se a recitação pública.

Estas considerações de Walter Ong, que analisa em seu livro as diferenças de mentalidades entre culturas orais e escritas, são importantes para o estudo do mencionado pasquim, pois uma de suas principais características, como citado, é sua forma de oralidade receptiva ao público, que só é presumível por sua temporalidade curta da praça e das ruas, o que garante seu caráter manifesto.

O gênero satírico: entre a moral e a infâmia.

A forma satírica tem sido refletida desde a Antiguidade, foi na época romana que a Sátira introduziu-se como concepção literária individualizada. Mesmo que o humor já estivesse consolidado na Grécia, apenas no período romano ela pode ser identificada como uma manifestação independente da comédia. Como exemplo, podemos citar Lucilius⁴², Juvenal⁴³ e Horácio⁴⁴ que foram autores romanos que conceberam a sátira em suas obras como uma construção própria.

Quanto ao distanciamento da forma satírica com relação a outros gêneros, Hayden White (2003) estabelece uma diferenciação quando comparada à estória romanesca, a comédia e a tragédia

Mas a sátira representa uma espécie diferente de restrição às esperanças, possibilidades e verdades da existência humana reveladas na estória romanesca, na comédia e na tragédia respectivamente. Ela observa essas esperanças, possibilidades e verdades ironicamente, na atmosfera gerada pela percepção da inadequação última da consciência para viver feliz do mundo ou compreendê-lo plenamente. A sátira pressupõe a inadequação última das visões do mundo dramaticamente representadas tanto no gênero da estória romanesca quanto nos gêneros da comédia e da tragédia. (WHITE, 1995:25)

Mas a sátira pode ser também um gênero misto, uma vez que, estes gêneros não necessariamente apresentam características que lhe são peculiares, isto significa dizer que a falta de uma unidade na sátira, que pode agir simultaneamente com o trágico e/ou o cômico, entre outros, é sua qualidade própria e que lhe confere autenticidade.

João Adolfo Hansen (2004) corrobora com a tese de que restringir a sátira em um contorno ou a características específicas é algo impossível, uma vez que, suas combinações e

⁴² Gaius Lucílio foi um dos primeiros romanos satíricos, de cujos escritos só restam fragmentos.

⁴³ Juvenal - Decimus Iunius Iuvenalis (em latim)- foi um poeta e retórico romano, autor das **Sátiras**.

⁴⁴ Quinto Horácio Flaco foi um poeta lírico e satírico romano, além de filósofo. Autor de **Sermonum liber secundus** ou Sátira I e **Sermonum liber secundus** ou Sátira II.

circunstâncias são ilimitadas e sua estrutura é aberta. E é justamente sobre este perfil da sátira como um gênero misto que Ângela Maria Matos trata em seu texto “O resgate da dissonância – sátira e o projeto literário brasileiro”. Segundo a autora, a incoerência de discipliná-la é que a faz ser interpretada como forma, espírito, ou uma intenção.

Como arquétipo, João Adolfo Hansen cita a sátira como um subgênero do cômico, tal aproximação não a faz fundamentalmente engraçada, pois sua essência não está na exposição do ridículo para se fazer rir, ou pelo menos não é sua intenção. A função da sátira é a da maledicência com um fundo moralizante. Relacionando-a com o burlesco, Ângela Maria Dias considera que:

Atribui-se tal inconstância ao fato de que, como poucas, a forma satírica possui uma impressionante permeabilidade à força originária que a alimenta. De fato, como modalidade de expressão haurida na percepção cômica, a sátira reveste-se de uma pluralidade de nuances e características só explicada pela vitalidade do impulso que a manifesta. (DIAS, 1981:37)

Entre esta pluralidade de nuances e características, Jean Starobinski destaca o princípio ao prazer do discurso satírico, através do cômico e da ‘surpresa’, porém sem entrar em conflito com a exigência da razão.

No capítulo nomeado “Exílio, sátira, tirania: as *Cartas persas*”, Starobinski faz um estudo das *Cartas Persas*, mostrando que o intuito de Montesquieu ao escrevê-las anonimamente e publicando em 1721, é mostrar uma maneira de experimentar o modelo tirânico e de exibi-lo insustentável com o decorrer do tempo. Esta experimentação é feita sob forma epistolar, em que dois fictícios amigos persas, Rica e Usbeck vão a Paris durante o reinado de Luís XIV, e escrevem tudo o que vêem por lá. É através desta narrativa que Montesquieu faz sua crítica a sociedade francesa e a Europa da época.

Porém, este princípio de insustentabilidade do poder tirânico é pensado através do cômico, mesmo voltado para um pensamento crítico, o ‘fundamento do prazer’ na leitura é paralelo ao da razão.

“Esses rasgos acham-se sempre ligados ao sentimento de surpresa e espanto”... O prazer nasce da vivacidade do rasgo, do gracejo inesperado que fere e faz rir: e nada motiva melhor a verve satírica do que a hipótese de um olhar ingênuo, dirigido às coisas do Ocidente por homens do Oriente, vindos de mais longe que o Danúbio, e menos rústico do que o virtuoso Camponês. (STAROBINSKI, 2001:89)

Ainda relacionando a Sátira com a questão do Cômico, João Adolfo Hansen indaga que esta exposição ao ridículo através do burlesco não tem um caráter real, pois não imita episódios baseados em uma experiência fidedigna, ou simplesmente voltada para o entretenimento a fim de se tornar engraçada. Ela é uma alegação individual ou social a serviço de uma instância ética ou política, que se utiliza de práticas verossimilhantes para que através do humor, assuma uma postura crítica dos fatos. O que também pode ser definido por Oswald de Andrade como: “O que caracteriza o riso é sempre o insólito, o bizarro, o anormal (...). Transponha-se isso para o terreno da crítica, da ressonância e da linguagem social e está aí a sátira” (ANDRADE; Oswald, 1945, pp.40).

Para João Adolfo Hansen a Sátira não pode ser considerada algo contra a moral, uma vez que, segundo o autor nela “a obscenidade produz monstros que ilustram a normatividade da lei” (HANSEN; João Adolfo, 2004, pp.58). Hansen ainda considera que muitos autores podem interpretá-la de maneira inversa, devido seu caráter obsceno. Porém, para o autor, esta exposição ao ridículo estaria ligada a pena moralizante seguida de uma penitência pela transgressão aos bons costumes.

Em relação à finalidade do discurso satírico, Oswald de Andrade também legitima a tese do seu “papel moralista”. Para ele, a intenção da sátira é fazer rir, porém seu efeito está ligado ao social, pois ela trata de expor pessoas, instituições ou episódios com uma função crítica. Segundo Ângela Maria Dias: “Todo o potencial lúdico-cômico da linguagem encontra-se exaustivamente desenvolvido no sentido de aguçar seu alcance crítico em relação a um tipo de realidade que se quer corrigida, a um tipo de dominação que se quer moralizada” (DIAS; Ângela Maria, 1981, pp.108).

Após esta breve apresentação do gênero satírico e a partir destes pressupostos dirigidos para abordagem da forma satírica, pretende-se analisá-la de uma forma pontual, a partir de um documento do final do século XVIII, conservado no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana/MG. Trata-se do pasquim inominado destinado a Manuel Caetano Lopes de Oliveira, composto de 41 estrofes, ditas trovas no Auto de Devassa. O autor declara que o objetivo deste pasquim é dar notícias ao povo do arraial de Calambu sobre o inquirido, na época em que foi general, acusando-o de ser infiel a monarquia, e envolvendo-se com a Inconfidência.

No referido pasquim, o autor anônimo dissimula transcrever uma fala do general Manuel Caetano Lopes de Oliveira, primeiramente negando o envolvimento com a Inconfidência e logo após confessando sua participação.

8ª estrofe:

(...) sabera-o você em que não
fui dos confidentes
e por ser falso a nossa monarca
pode si grandes tormentos.

13ª e 14ª estrofes:
Ô céus que espanto
eu confesso meu delito
de ser falso a soberana
e a meu Deus infinito

Fortes injúrias eu posei
e todos os meus parentes
e todos nos padecemos
enforcado o Tiradentes⁴⁵

Anexo ao pasquim se encontra o Auto de Devassa outorgado pelo Sargento Mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira que abriu inquérito, com alçada no civil, em 21 de junho de 1798 em Mariana. Sua acusação dizia respeito a 3 pasquins que foram afixados no dia 14 do presente mês e ano no lugares mais públicos daquele arraial contra sua pessoa. Os outorgados foram o Alferes Domingos de Oliveira Álvares e seu caixeiro Raymundo de Penaforte, moradores no mesmo arraial.

Para Minas Gerais, o trabalho de Ronald Polito (1990) reconhece a sátira em um duplo emprego, estético e formativo, o primeiro pela arte que a poesia implica, e o segundo pela narrativa séria, de caráter moral que ela propõe. Assim, em seu estudo das Cartas Chilenas de Tomás Antônio Gonzaga, Polito acredita que a sátira não tem apenas o propósito do cômico, mas sim de procurar corrigir com prudência os maus hábitos.

Referindo-se ao contexto em que a sátira é proposta com um efeito moralizador, Marco Antônio Silveira (1996) retrata diferentes dicotomias que estão inseridas neste universo social das Minas Setecentistas e que de certa maneira se relacionam e transitam entre o geral e o particular. E é justamente a questão do ser e do parecer e dos valores da honra e do dinheiro que compõe este ambiente e que era uma dubiedade da cultura mineira neste período.

⁴⁵ Documento inominado, conservado no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana/MG. Códice 224, 2º Ofício. Obs.: A Ortografia do referido pasquim foi atualizada.

A partir deste dilema entre questões que envolvem os ‘bons costumes’, Silveira contextualiza a honra como imprescindível na demarcação do lugar de cada um naquela sociedade. Neste universo era essencial mantê-la a partir da conservação das aparências, de modo que a reputação não fosse perturbada. Esta estaria essencialmente ligada ao julgamento do outro.

João Adolfo Hansen confirma esta percepção entendendo como um dos efeitos da sátira a prática moralizante. Hansen afirma que ela exclui da sociedade alguns vícios julgados como depravados, ou pelo menos, dissimula que a afasta pela aparência.

Honra, reputação e reverência são, neste sentido, praticamente sinônimas no século XVIII, sendo doutrinadas politicamente como função da opinião, que se aplica sobre um ponto social determinado, conferindo-lhe a forma da “honra”. A honra é constituída pela opinião alheia, devendo ser mantida a todo custo como moral da aparência e aparência da moral. (HANSE, 2004: 136)

Vale ressaltar que esta “exclusão” de certos comportamentos e atitudes, segundo João Adolfo Hansen, parte de um referencial. No caso da sátira colonial provém do Rei. Deste modo, o efeito moralizante tem um fundo político que visa um súdito obediente e atinado aos princípios monárquicos, além de ser um instrumento reparador de deformações sociais.

A intimização do Pasquim no espaço público

Segundo João Adolfo Hansen, deve-se excluir práticas que obstruem a historicidade de uma sátira, pois, ela é determinada por um estilo historicamente indicado. Ou seja, em nenhum momento pode-se considerar o discurso satírico como algo exterior à sua própria história, daí a importância da sua contextualização, sob pena do leitor contemporâneo não conhecer o discurso. “(...) a matéria do poeta são formas discursivas contemporâneas: a sátira se faz com expansão e variação de um sistema semiótico contemporâneo, do qual encena as normas, tematizando-as metaforicamente como verrossível” (HANSEN, João Adolfo, 2004, pp.245).

Hayden White entende que esta contextualização é feita a partir do momento que se separa algum componente do campo histórico como um objeto de estudo, podendo este ser um assunto expressivo ou não, e em seguida elege-se os elementos que conduziram o evento a ser explanado em diversos contextos.

Argumentando a favor de que o discurso satírico deve ser verificado por um estilo historicamente representado, tem-se como escopo a contextualização do pasquim pesquisado. Para isto, é de fundamental importância um exame do comportamento social e das contradições entre o ser e o parecer e de certos valores como dinheiro e a honra durante a época moderna, principalmente, a partir da metade do século XVIII nas Minas.

De certo, tratou-se da vivência de um debate cotidiano acerca de práticas e valores relativos à maneira de se conceber a natureza, a sociedade e o sagrado. Essa revisão apontava para uma preocupação maior ante a presença do outro, estabelecendo novos padrões morais capazes de redefinir a convivência social em termos mais ‘civilizados’. (SILVEIRA, 1996:35)

Juntamente com a exposição da própria figura e do esboço do outro, Marco Antônio Silveira destaca que esta exibição é de fundamental importância não só para o entendimento de certa distinção social, mas da própria sociedade mineira no final do XVIII, no sentido de criar uma linguagem coletiva que estabeleça regras para o espaço público, e de uma maneira geral para a política da época, uma vez que “sua vulgarização expunha a fragilidade da vida pública nas Minas” (SILVEIRA; Marco Antonio, 1996, pp. 182).

No que tange esta questão do espaço público, Noberto Bobbio caracteriza este ambiente justamente pela dicotomia com o espaço privado. “(...) a distinção segundo a qual por ‘público’ se entende aquilo que é manifesto, aberto ao público, feito diante de espectadores, e por privado, ao contrário, aquilo que se diz ou se fez num restrito círculo de pessoas, e no limite, em segredo” (BOBBIO; Noberto, 1987, p.27)

A partir desta definição, Ronald Polito, apresenta a idéia de que o comportamento de um homem público e de um homem privado se difere exatamente pelo espaço que estão inseridos, uma vez que se criam códigos estabelecidos de acordo com os limites para cada situação.

Porém, mesmo com estes dois campos se opondo em determinados aspectos, o autor ainda sugere que eles não podem ser restringidos a dois pólos de uma oposição rigorosa, pois, eles estão em contato a todo o momento.

Fernando Novais (1997) argumenta que só seria plausível uma história da vida privada a partir do século XIX. Deste modo, analisando esta relação entre público privado no Brasil colônia, o autor argumenta em favor da interligação destas duas esferas que, conceitualmente se opõem, mas que se articulam justamente pela inversão. O autor ainda destaca a importância deste estudo e também suas dificuldades.

Reconstruir, no texto, as manifestações da intimidade na Colônia portuguesa, procurando articulá-las com as estruturas mais gerais da colonização, e, ao mesmo tempo, explicitar as peculiaridades desse processo, não é, por certo, nem longe, uma tarefa fácil. Mas é ao mesmo tempo indispensável, para entendermos os contornos da privacidade no Brasil propriamente dito que, gestados no interior da Colônia, desenvolvem-se ao longo dos séculos XIX e XX, e que será objeto dos volumes subseqüentes. (NOVAIS, 1997: 10)

Em relação a esta imbricação entre o público e privado, Novais destaca que ela provém de um referencial, no caso, o mundo metropolitano, e a inversão derivaria da peculiaridade de cada manifestação íntima nesse período.

Assim, a articulação entre estes dois pólos – público privado - seria uma posição intermediária, pois eles não são mais indistintos, como na Primeira Idade Média, mas também não estão separados, como nas revoluções liberais. “Encarado em conjunto, esse período da nossa história – a história do Ocidente – revela sempre essa posição intermediária; em todas as instâncias, de todos os ângulos, é sempre essa a sua característica definidora” (NOVAIS; Fernando Antônio (coord.), 1997, pp. 10).

Este aspecto também é confirmado por Marco Antônio Silveira, que identifica como era comum nas Minas Setecentistas uma questão particular torna-se um debate público, sendo assim ‘intimizado’.

Vivendo tão juntos, brancos, pardos e negros compartilhando as mesmas ruas, como vizinhos até, em um mundo onde os critérios apresentavam flexibilidade, as razões e conflitos serviam como um palco em que se julgava a sociabilidade. A fluidez entre público e privado, elemento constitutivo de Minas Gerais, era marca registrada de uma sociedade envolta a tantos arranjos possíveis. (SILVEIRA, 1996: 176)

E é justamente neste debate em torno do ‘bem público’ que João Adolfo Hansen identifica os pasquins anônimos, e entre eles a sátira, e sua temporalidade curta de sua recepção na praça.

É necessário uma diferenciação entre os termos pasquim e sátira para um melhor entendimento, embora eles estejam diretamente relacionados, principalmente se tratando de literatura colonial. Esta distinção foi buscada através do dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, e reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, em 1789.

No mesmo, a definição de pasquim, é uma sátira por escrito pregada nas ruas, ou portas, e de sátira um poema censório dos costumes, e defeitos públicos, ou de algum

particular; que de ordinário se faz em verso.⁴⁶ Como demonstrado, o pasquim é um tipo de sátira, mas obrigatoriamente notório e aberto para a sociedade, no caso, exposto em lugares públicos, como praças e ruas. Mas ambos, escritos em versos, se aproveitam de práticas verossimilhantes para que através do humor, assumam uma postura crítica dos fatos.

Se tratando do documento aqui analisado, verifica-se no termo de abertura do Auto de Devassa de Manoel Lopes de Oliveira, que este, no dia 14 de junho de 1798, injuriado com o ato público que se sucedeu no arraial do Calambau, termo de Mariana, abriu uma devassa contra o Alferes Domingos de Oliveira Alvarez e seu caixeiro Raymundo de Penaforte, alegando o motivo de injúrias contra sua pessoa por três pasquins afixados nos lugares mais públicos do arraial.

O denunciante ainda alega que além de ter sofrido um ataque contra sua honra, os pasquins foram expostos ao público, segundo as palavras do próprio auto, “afixados nos lugares mais públicos daquele arraial para que suas desabridas infâmias fossem lidas por todo o povo e espalhadas em todo o mundo com refinado anônimo de injúrias e infâmias (...)”.⁴⁷ Este reconhecimento público, por parte dos destinatários é obrado segundo a própria oportunidade do caso, e especialmente, do público receptor.

E este ambiente público identificado como um espaço privilegiado do observador, não pode ser reconhecido como algo externo a própria sátira, mas sim inserido nela, pois ela exige uma proximidade em volta do bem comum, que é caracterizado por sua forma mista e aberta do discurso.

Em relação a estas duas peculiaridades do discurso satírico, Hansen indaga ainda que esta abertura só é possível justamente por sua temporalidade curta da praça e das ruas, o que permite uma forma de oralidade e audição que garantem seu caráter manifesto.

Ambos são integrados em uma regra pragmática de intervenção de persona satírica – e daqueles que, ouvindo a recitação ou lendo nas folhas avulsas, seguem repetindo os poemas de cor e transcrevendo-os em códices, neles introduzindo glosas e alterações, constituindo a movência anônima da suas variantes. (HANSEN, 2004: 71)

⁴⁶ Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z) Silva, Antônio de Morais, 1755-1824; Bluteau, Rafael, 1638-1734 (Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789). Obs.: A Ortografia das definições de pasquim e sátira no referido dicionário foi atualizada.

⁴⁷ Documento inominado, conservado no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana/MG. Códice 224, 2º Ofício. Obs.: A Ortografia do referido pasquim foi atualizada.

Esta circulação, na maioria das vezes anônima, é justamente efeito não só do objetivo do autor em não revelar sua identidade, mas do público leitor da sátira, que também garantem sua continuidade. Mesmo que algumas vezes distorcida, esta intervenção é justificada pela maneira de sua produção e circulação anônima, o que dá uma abertura a falsas atribuições, ataques e contraposições, e principalmente pela sua forma de oralidade receptiva ao público.

Esta interferência de terceiros pode ser percebida no referido pasquim, com a acusação de Manoel Caetano Lopes de Oliveira, e também das respectivas testemunhas em atribuir a autoria dos pasquins a Domingos de Oliveira Alvarez e Raymundo Penaforte pelo reconhecimento da letra e também por uma possível rivalidade e desentendimento de ambas as partes envolvidas.

Considerações finais

Nesta pesquisa, foi analisada a maneira como a sátira se constituiu como uma forma literária individualizada e uma concepção própria. E partir deste fundamento teórico, buscou-se uma apreciação crítica de como ela pode ser uma argumentação individual ou social tendo como finalidade um interesse ético ou político, que se aproveita de práticas verossimilhantes para adotar um exame dos fatos.

Os argumentos de diversos autores em relação ao tema permitiram mostrar como a sátira não pode ser explicada como um ataque contra a moral simplesmente pelo seu caráter obsceno, pois primeiramente ela consiste em uma denúncia contra os ‘maus’ costumes, através do grotesco, do ataque e da infâmia ao satirizado, e que de maneira geral, atinge toda sociedade, suscitando a discrepância do conjunto, no caso político.

Por fim, destaco que o escopo deste trabalho também foi a partir de uma crítica documental e de um embasamento teórico, extrair informações que desfaçam, de certa forma a anonimidade do documento, uma vez que, este estudo nos permitiu identificar como a sátira setecentista, e no caso, o pasquim de Mariana, exprimiu metaforicamente um discurso local, nos fins do século XVIII, permitindo analisar a maneira como as sátiras são públicas, o que sugere um reconhecimento comum, por parte dos destinatários e do ouvinte leitor.

Fonte

Pasquim inominado e Auto de Devassa de Manoel Caetano Lopes de Oliveira, conservado no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana/MG. Códice 224, 2º Ofício.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Oswald de. **A sátira na literatura brasileira** (Conferência pronunciada na Biblioteca Pública Municipal em 21/08/1945). São Paulo, Boletim Bibliográfico II (VII) – Biblioteca Municipal de São Paulo, 1945.

DIAS, Ângela Maria. **O resgate da dissonância** – sátira e o projeto literário brasileiro. Rio de Janeiro, Antares/Inelivro, 1981.

Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z) Silva, Antônio de Moraes, 1755-1824; Bluteau, Rafael, 1638-1734 (Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789).

HANSEN, João Adolfo. **A Sátira e o Engenho**, Ateliê Editorial, 2004.

História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa/ organização Laura de Mello e Souza. – São Paulo: Companhia da Letras, 1997. – (História da vida priva no Brasil; 1).

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita: A tecnologização da palavra; tradução Enid Abreu Dobránszky.** – Campinas, SP: Papirus, 1998.

POLITO, Ronald. **A Persistência das idéias e das formas.** Um Estudo sobre a Obra de Tomás Antônio Gonzaga. Universidade Federal Fluminense, Niterói – 1990.

SILVEIRA, Marco Antonio. O Universo do Indistinto - Estado e Sociedade nas Minas. Setecentistas (1735-1808). São Paulo, Hucitec, 1996.

STAROBINSKI, Jean. **As mascaras da civilização: ensaios/; tradução de Maria Lúcia Machado.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2001

WHITE, Hayden. **Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX;** tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

A Expansão da Monarquia e as Políticas Imperiais Luso-Brasileiras nas Memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis

Wélington Silva*

Resumo: Neste trabalho pretendemos demonstrar como o discurso político de criação do Império Luso-Brasileiro foi criado sobre ideais que estavam em circulação em Portugal nos fins do XVIII e início do XIX séculos. Para tanto, tomaremos o momento da monarquia portuguesa como condicionador da possibilidade de ideias que buscavam a ilustração da América Portuguesa e tratavam da manutenção da Nação. Neste contexto, a figura do publicista Ambrósio Joaquim dos Reis tem grande importância para nós. Ele ocupou importante papel no governo Português e desenvolveu, na virada do século XIX, uma série de *Memórias* tratando sobre assuntos com importância sobre o estabelecimento do Império Luso Brasileiro. Iremos mostrar a proposta Imperial de Ambrósio dos Reis, como parte de uma política imperialista, apresentada em Portugal naquele período.

Palavras-chave: Império Luso-Brasileiro, Reforma Pombalina, Linguagem política.

Abstract: In this paper I'll show how the political discourse of creation of Luso-Brazilian Empire was performed in ideas that had been circulating in Portugal in the ends of XVIII and begins of XIX centuries. For that, I will grasp the specifically moment of Portuguese monarchy what conditioner of possibility to making of thoughts searching the illustration of American Portuguese and talking about the keeping of the Portuguese Nation. In this context, the figure of publicist Ambrósio Joaquim dos Reis has a great importance for us. He occupied important grades in the Portuguese government and developed a series of *Memories* dealing about issues with importance to establishment of Luso-Brazilian Empire. I will show the imperial purpose of Ambrósio Joaquim dos Reis, with part of the political imperialist, showed in Portugal of ends of XVIII century.

Keywords: Luso-Brazilian Empire, Pombaline Reforms, Political Language.

* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista Iniciação Científica FAPEMIG, com o projeto *Um sistema político brasileiro: As Memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis no contexto da modernização portuguesa (1800-1810)*, sob orientação da Prof. Dr^a Cláudia Maria das Graças Chaves do departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

I

O período compreendido entre o fim do século XVIII e o início do XIX é carregado de mudanças substanciais na sociedade portuguesa. Uma dessas mudanças é a transferência da Corte portuguesa para a América portuguesa e a consolidação do Império Luso Brasileiro. Inserido neste contexto, pretendemos demonstrar como as propostas do publicista Ambrósio Joaquim dos Reis encontravam um ambiente propício para o desenvolvimento de uma posição que aproximava Portugal de sua colônia na América. Para tanto, dialogaremos com as propostas do contextualismo linguístico⁴⁸ e nos deteremos nesta breve apresentação em dois pontos: 1. Contextualização do período; 2. A mobilização conceitual dentro da *Memória sobre a importância de se estabelecer casas de comércio portuguesas nos países estrangeiros*, de Ambrósio dos Reis. Desta forma, pretendemos desenvolver neste texto, traços constituintes do período do Iluminismo e mais especificamente como estes traços da ilustração chegam a Portugal. Este panorama nos auxiliará na contextualização do nosso objeto. A partir desta primeira proposta, iremos nos deter na análise da memória em dois pontos específicos. Primeiramente, veremos como Ambrósio dos Reis observava a situação de Portugal em relação a outras monarquias e em relação à América portuguesa. E, em um segundo momento nos interessa como permaneciam as expectativas de Ambrósio dos Reis em relação à aproximação de Portugal com sua colônia na América e formação do Império Luso Brasileiro.

II

A importância da elaboração de uma contextualização histórica se dá na própria proposição do ato de interpretar. Assim, ao situarmos um texto em seu contexto adequado não buscamos nos limitar na construção de um ‘quadro histórico’. Acreditamos que a mobilização conceitual, inserida dentro de um espaço e tempo específicos, é constituidora de formas de racionalidade e são também formas de atuação política e de pensamento. Desta forma, a mobilização de determinadas estruturas linguísticas cria, também, um vocabulário portador de significação e que desempenha, ao nível do gesto e representação, uma unidade cultural

⁴⁸ O contextualismo linguístico é vinculado diretamente à chamada ‘Escola de Cambridge’ e tem como principais expoentes John G. A. Pocock e Quentin Skinner.

dentro de determinado grupo político (SKINNER, 1989). Para o nosso estudo interessa aqui uma descrição de traços pertencentes ao Iluminismo e especificamente para Portugal apresentaremos algumas de suas bases conceituais que se remetem a Segunda Escolástica.

Várias são as maneiras de se interpretar o Iluminismo Europeu, algumas já clássicas na historiografia, outras recentemente formuladas. Uma grande tradição de estudos adotam a primazia da perspectiva Francesa, observando todo o fenômeno europeu como uma projeção das ideias e relações francesas, especialmente as de Montesquieu, Voltaire, Diderot, D’Alembert, d’Holbach e Rousseau. Outra aproximação visa o Iluminismo como uma reorientação intelectual inspirada, sobretudo, pela escola de ideias e ciências inglesas, especialmente os esforços de Locke e Newton e oferece suporte não somente entre os anglófonos, mas também para alguns pensadores do continente. Recentemente, observou-se mais a proeminência de se situar não um Iluminismo, mas juntamente uma constelação, ou família de “Iluminismos”, interligados, porém distintos, crescendo em distintos contextos nacionais.

Se seguirmos embasados nestes pressupostos devemos concordar com Jonathan Israel. Para o autor, existe na Europa uma grande coesão, principalmente para este período específico, nos quadros gerais do Iluminismo. O que torna desta forma o Iluminismo Europeu como um único movimento cultural e intelectual, que “sem dúvida contém diferenças no tempo, porém em sua maioria está preocupado com os mesmos problemas e embasado nas mesmas obras”. Para Israel, esta integração é evidenciada pelos novos canais de comunicação como jornais, revistas e os salões e *coffee-shops* além de várias outras formas de dispositivos culturais dos jornais eruditos e uma biblioteca compartilhada em comum (ISRAEL, 2001). Desta maneira, ao elaborarmos um breve encaminhamento desta fundação do pensamento moderno na Península Ibérica, não pretendemos elaborar uma gênese da modernidade, mas sim apresentar certa organização dos pressupostos políticos anteriores a Ambrósio dos Reis. Assim, nos deteremos primeiramente na apresentação de três autores que embasam este pensamento ‘moderno’ predominante entre os autores da Reforma nos séculos XVI e XVII. Consequente nos aterá às Reformas propostas por Pombal no século XVIII e seu desdobramento em homens públicos como Ambrósio dos Reis.

Antônio Paim, em texto clássico, “História das ideias filosóficas no Brasil” de 1974, remonta as fundações da filosofia moderna portuguesa às formulações de Pedro da Fonseca (1528/1597), Francisco Suárez (1548/1617) e Francisco Sanches (1551/1623). Segundo Paim, Pedro da Fonseca ingressou na Companhia de Jesus em 1548 e lecionou na Universidade de

Coimbra durante vários anos. Foi a principal autoridade filosófica contemporânea na qual se apoiou o “curso coimbreense” (*Cursus Philosophicus Coninbricensis*). A obra filosófica de Pedro da Fonseca é constituída de seis volumes dedicados ao estudo da metafísica Aristotélica, um dos quais, 1591, denominado Introdução à Filosofia. Atribui lugar de primeiro plano às questões relacionadas ao conceito de ente, à natureza da substancia, ao principio de individualização etc., além de que não se apega a soluções rígidas, entendendo que em cada uma das afirmativas que se opõe, aparentemente de modo irreconciliável, há sempre algo a ser admitido (PAIM, 1974).

Com Francisco Suárez o sentido moderno da escolástica barroca se explicita de todo. Para o pensador espanhol, como para seus contemporâneos e predecessores imediatos, tratava-se de impulsionar aquela curiosidade por uma metafísica autônoma, que permitisse abrir caminho à teologia escapando, simultaneamente, à sua tutela. Mas, ao contrário dos primeiros, que buscavam ainda os verdadeiros temas dessa meditação, para Paim “Suárez é que afrontará diretamente o problema central: a conquista de um princípio ontológico do qual se pudesse derivar qualquer outro conhecimento” (PAIM, 1974). Essa pesquisa situa-o como figura central do ambiente cultural em que vieram Descartes e outros filósofos do século XVII.

Francisco Sanches (1551/1623) em sua obra fundamental “Que nada se sabe” de 1581 (*Quod nihil scitue*) combate o aristotelismo e reclama o exame direto das coisas, submetendo-se os dados da experiência à análise crítica do juízo. A crítica de Francisco Sanches ao silogismo aristotélico não se completa com a formulação de um novo método, mas o situa entre os pensadores renascentistas que contribuía para a formação do clima espiritual propício à obra afirmativa de Bacon, Galileu e Descartes.

Por estas participações no contexto de formação das ideias modernas em Portugal, parece evidente o papel da obra de Pedro da Fonseca, Francisco Suárez e Francisco Sanches na gestão deste pensamento moderno e comprovada sua influência durante o século XVII. Segundo Paim, (1974) na Contrarreforma portuguesa predominaria o espírito ‘escolástico’ – se por isto entendemos um estilo de pensamento circunscrito à repetição de princípios já estabelecidos, onde não se fazem presentes a inquirição, a dúvida ou a pesquisa liberta de preconceitos. Desta maneira, esse predomínio acha-se expresso na *Ratio Studiorum*, no monopólio virtual do ensino exercido pelos jesuítas e na ferocidade da censura inquisitorial e dos próprios Tribunais do Santo Ofício, ao longo do século XVII e na primeira metade do seguinte. Até a Reforma pombalina (1759), o ensino em Portugal subordinou-se às linhas

estabelecidas pela *Ratio Studiorum*, aprovada em forma definitiva nos começos do século XVII e que sintetiza a experiência dos jesuítas, regulando cursos, programas, métodos e disciplina das escolas da Companhia (PAIM, 1974).

Já no fim do século XVIII a Europa passaria por um momento de extrema movimentação política, se estendendo sobre a legislação, a justiça, a cultura e a economia. Em Portugal, desenvolveram-se reformas na administração, nas possessões coloniais, na educação, no direito. Por trás destas reformas, existia um conteúdo ideológico-político ilustrado, que constituía uma ruptura com as práticas e pensamentos políticos até então vigentes. Por conseguinte, a primeira metade do século XIX é permeada pela necessidade de reorganização política do território europeu. Para a elite letrada portuguesa a entrada nesse novo século traz a necessidade de repensar seu sistema colonial. Esta elite, afetada pelo medo de revoluções liberais, desenvolve um projeto de modernização de seu sistema político apoiada, principalmente, nos ideais de restauração do Estado português.

Deve-se ter em conta que o discurso presente nestes ideais de modernização dos quais estamos tratando compartilhavam conceitos caros às formas de governo, as quais se opunham. Ou seja, eles necessitavam se estabelecer sobre linguagens políticas já praticadas. A importância deste aspecto, como nos propõe Skinner (1999), está na composição do discurso inovador. Para ser legítimo como inovador o discurso deve falar a língua da comunidade com a qual dialoga. Portanto, a crítica ao momento vivido e a construção de uma nova opção política e de pensamento encontram o limite da linguagem que pode ser distendida, porém não rompida, sob o risco do discurso cair no vácuo. É possível identificar alguns traços de permanência nesse processo de transição, como o catolicismo e o monarquismo.

Para François-Xavier Guerra (1992), o ideal de modernização mobilizado pela península Ibérica possuía um caráter de união entre Reformismo e Iluminismo. Ambos compartilham uma mesma hostilidade frente os corpos sociais e seus privilégios, assim como um conceito unitário de soberania e uma relação binária entre o poder e os indivíduos. Os limites das representações do imaginário no absolutismo e nas elites modernas são tênues e por vezes não se diferenciam. Estes elementos comuns unem o “despotismo ilustrado” às elites modernas durante boa parte do XVIII.

Ao proporem uma reorganização das políticas de Portugal, esses ilustrados buscavam a manutenção da Coroa. A comunidade letrada portuguesa, no corpo de estadistas e publicistas, propunha um alinhamento entre a coroa portuguesa e sua colônia na América. Esta busca dava-se, sobretudo, pela tentativa de criação de um império poderoso e coeso, que

possibilitasse a reforma dos poderes da Coroa portuguesa e consentisse a sobrevivência da Nação (LYRA, 1994). Isso reflete na política da nação de Portugal ao observamos que ela aglutina ora elementos que derivam da necessidade de modernização, ora elementos que são conservadores por excelência.

III

Pelas limitações inerentes ao tempo de apresentação deste trabalho, analisaremos apenas uma das memórias de Ambrósio dos Reis. Ao tomarmos esta contextualização apresentada anteriormente como criadora da possibilidade de um discurso Imperial, podemos, a partir destes pressupostos, analisar a *Memória sobre a importância de se estabelecer casas de comércio portuguesas nos países estrangeiros* de Ambrósio dos Reis, como tínhamos proposto anteriormente. Ambrósio dos Reis, como nos apresenta Chaves (2010), exerceu papel importante na conjuntura política e econômica do império Luso Brasileiro. Apesar das poucas informações a seu respeito, temos o suficiente para posicioná-lo como figura proeminente para as políticas externas da corte, sobretudo na política econômica daquele império. Na década de 1790 já trabalhava na administração das Sete Casas além de outras repartições do comércio exterior. Em 1806, já a serviço da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, realiza viagens pela Europa, coletando dados e informações externas. Ainda em 1806 conhece pessoalmente e visita D. Rodrigo de Souza Coutinho. Durante o desenvolvimento de suas atividades dentro do quadro político da Corte portuguesa, Ambrósio Joaquim dos Reis desenvolve uma série de documentos que organizavam um discurso onde se evidencia a proposta de um sistema político para a modernização do império português. Durante o início do século XIX ele transita por regiões da Inglaterra, de onde redige uma série de memórias que foram enviadas a D. Rodrigo.

Na *Memória sobre a importância...* Reis trata da necessidade da expansão da economia do reino a fim de melhor se estabelecer as bases, tanto em Portugal quanto no Brasil. Acredita que o desenvolvimento deve ser pautado no desenvolvimento da produção e cultura do Império, pois somente através dessas premissas poderia se evidenciar uma mudança nos modos da população, que mudaria também o consumo da população passando da importação ao consumo interno de bens. Ora o consumo de bens do império traria o acréscimo das riquezas do mesmo. Outra grande fonte de renda, segundo Ambrósio dos Reis,

seria os impostos sobre as “entradas e saídas dos gêneros nacionais dos portos do Brasil”, suas rendas figurarão por muito tempo entre as principais rendas do Império.

Inicia suas reflexões trabalhando a ideia do progresso dos ramos do mercado Europeu. Dizendo da clareza dos objetivos da implementação das casas de comércio:

“O alcançar a preferencia nesses mercados dependem em duas circunstancias – 1ª deve ser a qualidade dos generos mais adaptada ao gosto e precisao de cada hum dos ditos mercados, e este gosto e precisao pode variar de tempo a tempo. – 2ª de serem os ditos generos dados a mais comodo preço que os da mesma denominação pertencentes a outras nações: do que se vê quanto he essencial ao nosso Ministerio ver informado seguida e prontamente da diferentes alterações que acontecem nestes mercados respectivamente aos ditos generos, e suas causas; as quaes podem ser mais facilmente investigadas e remetidas, logo que taes alterações começam, e não assim depois de estarem consolidadas pelos costume, e complicadas com outras circunstancias accesorias que podem ocorrer com o tempo”.

Nota-se a necessidade da coerência entre os distintos domínios portugueses. Desta maneira, a necessidade da modernização de Portugal se daria na expansão da metrópole e de uma posição de aproximação com seus coloniais. A criação de um Império que busque ao mesmo passo a modernização da metrópole e o desenvolvimento, a ilustração da colônia portuguesa.

Ainda reforçando sobre a importância do comércio e navegação Ambrósio dos Reis completa dizendo que “Fica pois claro que fomentar o progresso de tão importantes ramos deve ser hum dos primarios objetos do Governo” salientando que o principal meio de se fomentar tal empresa é “empregar toda a vigilância e diligencia possiveis para alcançar a preferencia naqueles mercados estrangeiros em que tais generos possam ter consumo”.

Ambrósio dos Reis verificava também que a posição de Portugal perante as outras monarquias era desfavorável e até ultrapassada. Dessa forma o estabelecimento das casas de comercio, assim como o desenvolvimento do transporte e navegação era também um meio de situar Portugal novamente entre as potências europeias. O comércio e navegação “já de grande importância no tempo passado, de quanta [importância] o não devem agora depois da mais tremenda calamidade que precipitou Portugal quase em huma total ruina”. Desta maneira a importância estava também fora de Portugal, pois, “por convenio não podia deixar de fazer o maior abalo na indústria interna e externa do Brasil, e na massa dos cabedais communs circulantes entre esse vasto território e a antiga metropoli!”.

Referências bibliográficas

REIS, Ambrósio Joaquim. Memória sobre a importância de se estabelecer casas de comércio portuguesas nos países estrangeiros. ANTT, MNE, cx. 727.

CHAVES, Cláudia. *A política econômica do Império do Luso-Brasileiro no concerto das nações: as memórias de Ambrósio Joaquim dos Reis*. In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (Orgs.). **1808: A corte no Brasil**. Niterói: Editora da UFF, 2010.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independencia**. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: MAPRE, 1992.

ISRAEL, Jonathan. *Part I: The ‘Radical Enlightenment’*. In: _____. **Radical Enlightenment: Philosophy and Making of Modernity, 1650-1750**. New York: Oxford, 2001.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A Utopia do Poderoso Império**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

PAIM, Antônio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Language and Political change*. In: BALL, Terence, FARR, James, HANSON, Russel L (orgs.). **Ideas in context: Political Innovation and conceptual change**. New York: Cambridge University Press, 1989.

Irmandades no Brasil Colonial

Apontamentos sobre os Estatutos Confrariais na Organização das Devoções Negras em Minas. Séculos XVIII e XIX.

Leonara Lacerda Delfino*

Resumo: O objetivo desta comunicação consiste analisar a potencialidade investigativa oferecida pelos compromissos das irmandades do Rosário em Minas, valorizando tanto suas possibilidades analíticas, quanto seus limites impostos pela linguagem oficial. Nossa análise comportará as funções desempenhadas por cada membro da mesa diretiva nos principais eventos que compunham calendário litúrgico devocional, tais como: o processo eleitoral, os cortejos fúnebres, as festividades em homenagem ao orago e a assistência caritativa promovida pelos irmãos. Por fim, buscaremos problematizar a questão da formação das clivagens étnicas no interior das irmandades eleitas, trabalhando as noções de diferenciação e de construção das hierarquias sociais interior da vida associativa.

Palavras-chave: identidade, sociabilidade, escravidão, *compromissos*.

Abstract: The purpose of this communication is to analyze the potential investigative commitments offered by the brotherhoods of the Rosary in Minas, valuing both their analytical possibilities, the limits imposed by official language. Our analysis must include the functions performed by each member of the board of directors in major events that comprised devotional liturgical calendar, such as the electoral process, funeral processions, festivities in honor of the patron saint and charitable assistance promoted by the brothers. Finally, we will seek to problematize the issue of formation of ethnic cleavages within the brotherhoods elected, working notions of differentiation and construction of social hierarchies within the associational life.

Keywords: identity, sociability, slavery, commitments.

* Doutoranda em História pela UFJF.

Introdução: o cenário histórico das irmandades negras.

O processo de instauração das irmandades leigas nas Minas Setecentista, independente de seu orago cultuado, resultou-se, em parte, da desarticulação parcial do clero secular, fato que serviu de incentivo, como na afirmação de Caio Boschi, para a disseminação do generalizado patrocínio leigo da fé na colônia. (BOSCHI, 1986) Neste contexto, atendendo, à princípio, a disseminação da ideologia de conquistas espirituais *pós- tridentinas*, as irmandades negras possibilitaram um espaço reconhecido para a vivência de campos simbólicos com especificidades caras aos fluxos de códigos culturais mobilizados na experiência da *diáspora atlântica*.

Suas ações protetoras de integração significaram para os africanos deportados não só uma resposta frente às inseguranças e instabilidades enfrentadas na situação de pós-travessia, mas também um recurso para a “reinvenção de existência” (EUGÊNIO, 2007, p. 53-54) constituído nas relações cotidianas da corporação, justamente por viabilizar novos arranjos de laços comunitários, através dos meios de *sociabilidade* que lhes eram oferecidos naquele círculo social,⁴⁹ proporcionando-lhes condições minimamente suportáveis para o enfrentamento do estado de coercitivo e penoso que o cativo lhes impunha.

Nesse sentido, a rotina que as atividades confrariais exigia dos seus membros devotos imputava-lhes efetivamente uma ampla ritualização de vivência que extrapolava consideravelmente os círculos das funções associativas. Sendo assim, ser confrade demandava uma série de obrigações e de regimento de conduta que transformava integralmente o *modus vivendi* daqueles indivíduos que compartilhavam das mesmas práticas e valores simbólicos. Deste modo, a ação protetora promovida pelas irmandades era também fator determinante de socialização tanto para o grupo *outsider* - leia-se africanos deportados pelo tráfico que estavam longe de integrar um grupo homogêneo - quanto para o grupo *estabelecido* no cativo - constituído nas suas variadas matizes sociais- crioulos, mulatos, pardos, podendo ser cativos ou forros.⁵⁰

Além disso, ser devoto de um santo, procurando homenageá-lo, por meio de uma filiação formal em uma confraria, possibilitava aos irmãos (de qualquer origem e condição social) um atestado de distinção frente aos não-filiados, como também de referência de

⁴⁹ Sobre o conceito de sociabilidade ver: AGULHON, , 1984; ELIAS, 1994, JANCSÓ & KANTOR (orgs.), 2001

⁵⁰ Essas noções de *establishment* e *carisma grupal* desenvolvidas por Norbert Elias podem ser encontradas em: Cf.: FLORENTINO, M. & GÓES J. R., 1997.

segurança e amparo na sociedade escravista. Caso algum irmão caísse em estado de pobreza, não raro a mesa diretiva se reunia para escolher as irmãs e confrades “mais zelosos e dedicados” para se dirigirem em socorro àqueles membros necessitados. Nesta perspectiva, esforçar-se por aderir à comunidade confrarial significava ter obrigações de solidariedade com os *irmãos vivos e defuntos*. Era também a porta de entrada para garantia de um *bem-morrer*, ou seja, de um sepultamento digno, quando possível pomposo, ritualizado e celebrado no culto católico podendo reservar tonalidades africanas. Era, antes de tudo, adquirir benefícios materiais e espirituais, portanto que cada confrade cumprisse com suas obrigações exigidas pela corporação, isto é, pontualidade e fervor nas celebrações e manutenção de esmolas e anuidades, com todas as taxas pagas em dia.

Quanto aos benefícios simbólicos, estes eram altamente determinantes para a busca e permanência em uma associação confrarial. Sendo assim, a prática caritativa endógena, postulada como regra estatutária pelos textos compromissais, era um dos principais veículos para se adquirir créditos numa *economia de salvação*. Ofertar esmolas generosas à irmandade era um agrado que, segundo o imaginário social da época, estava sendo diretamente remetido ao santo. Do mesmo modo que prestar auxílio aos pobres, doentes e desvalidos, que algum dia abriram termo de assento na confraria, equivaleria fazer préstimos de caridade à figura de Cristo transfigurado simbolicamente na mendicância dos seus filhos. (BORGES, 2005 p. 31)

Sendo assim, seguindo a tônica da *economia da salvação*, a negociação não se dava somente entre o benfeitor e o beneficiado na esfera terrena, ou seja, entre os irmãos, mas também entre o santo (benfeitor) e o devoto (beneficiado) na esfera simbólica da crença popular permeada pelo princípio do “toma-lá-da-cá”, em que as trocas possuíam uma linguagem própria e regedora do comportamento do devoto para com seu santo protetor. Esta abordagem intimista de crer foi um dos sustentáculos do catolicismo setecentista. Em detrimento de um deus impessoal, pouco interventor abriam-se margens para a proliferação de santos que atendiam aos mais variados propósitos práticos e corriqueiros do cotidiano.

Nesse sentido, concordamos com C. Geertz (1978, p. 15) quando este entende por religião um sistema cultural capaz de projetar comportamentos coletivos de indivíduos, que uma vez inseridos em grupos são capazes de compartilhar de uma *matriz* de valores culturais comuns. Deste modo, acrescentamos que este processo de compartilhamento não era feito de forma direta e unilateral. Devemos levar em conta as diferentes *apropriações* que orientavam a construção de representações múltiplas, que não correspondiam necessariamente ao projeto catequético promovido pela Igreja ibérica no Ultramar. Nesta perspectiva, o tripé conceitual –

apropriação, circularidade e representação – desenvolvido por R. Chartier (1990, p. 121-140) torna-se peça-chave para o entendimento das reconstruções dos sistemas simbólicos vivenciados na *diáspora atlântica*.

Levando em consideração o aspecto da pré-travessia como elemento relevante para o estabelecimento de reorganização identitária dos grupos africanos vinculados às associações confrariais de devoções negras, esta análise procura redimensionar suas experiências culturais sobretudo pelo seu *aspecto situacional* em que aquelas podem ser pensadas de acordo com as necessidades confrontadas por seus agentes em que se depararam no contexto da pós-travessia. Sendo assim, o patrimônio cultural trazido pelo devoto, por meio de suas memórias e costumes, é tratado como um resultado de um processo de *negociação simbólica*, onde os códigos interpretativos de cada grupo são re-elaborados e re-significados conforme o estabelecimento de tensões e\ou alianças travadas entre os diferentes pares no interior da associação. Outro elemento a ser considerado nas reorganizações identitárias consiste na sua dimensão *contrastiva* e *auto-atributiva*, em que as construções representativas são tomadas como respostas ou reações criadas às relações de contato. Neste aspecto, a referência externa é tomada como parâmetro para a elaboração de uma identidade subjetiva, melhor dizendo, a auto-atribuição identitária é tida como um acontecimento dependente do fluxo constante das relações de contato, portanto, das construções representativas elaboradas por grupos externos em concomitância com os parâmetros e referenciais internos do grupo em questão. (BARTH, 2000, p. 34)

Nesta perspectiva, as confrarias do Rosário - inicialmente atreladas à ordem dominicana no seu combate às dissidências heréticas – assumiram outros papéis e representatividades que não foram integralmente previstos pelo ideal missionário cultivado pelo projeto catequético ibérico. Sendo assim, se no início representaram uma imposição ou vitória de novas conversões durante o movimento de expansão do Império, no segundo momento puderam representar um espaço reservado e reconhecido aos devotos pretos para expressarem suas conquistas espirituais e de abrigo material, sob uma linguagem própria e tratamento peculiar que estes souberam atribuir àqueles elementos, ao recriarem os signos e ritos da religião dominante. Deste modo, a possibilidade de demarcar a *reinvenção da existência* após a experiência quase morte representada pelo *Kalunga*, colocava como irmãos no seio da devoção à mãe dos pretos, africanos e descendentes que procuravam sedimentar suas singularidades em espaços institucionalmente permitidos na sociedade escravista.

Para esta comunicação elegemos o conjunto de nove *compromissos* referentes às Irmandades do Rosário mineiras abrangentes ao período da segunda metade do século XVIII e da primeira metade do século XIX. Possuindo o espaço da capela ereta e confirmada por provisão régia estava o grupo das paróquias de São João (1787 e 1841), São José Del Rei (1795), Campanha (1814), Arraial do Morro Vermelho (Freguesia do Bom Sucesso do Caeté-1790) e São José da Barra Longa (1760). No grupo das associações que tiveram suas devoções alocadas em altares laterais na matriz de suas freguesias estavam as associações pertencentes ao Arraial do Brumado (1815), Aiuruoca (1809) e Baependi (1819)⁵¹. Com exceção das três primeiras paróquias, todas as demais representavam povoados afastados dos principais centros da capitania, apresentando, portando feições mais rurais em sua organização social e econômica. Seguindo a tendência de ruralização das confrarias, Caio Boschi assevera a importância tomada pela expansão do mercado de abastecimento interno, junto ao processo de rearticulação econômica na capitania, para a proliferação das associações confrariais em áreas periféricas e afastadas dos centros administrativos econômicos, tradicionalmente conhecidos como berço da sociabilidade religiosa leiga. (BOSCHI, In: MARTINS FILHO, 2007, p. 275-293)

Com esta exposição pretendemos entender as características de composição administrativa destas associações sem perder de vista este aspecto de historicidade deste processo indicado. Respeitando as especificidades de cada grupo confrarial, pretendemos abordar também os elementos comuns que padronizaram parcialmente sua política de funcionamento.

O ato de “fazer mesa” entre os irmãos: os modos de administrar a irmandade.

⁵¹ Fonte: Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São João Del Rei (1787); Livro 5. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São João Del Rei (1841); Livro 2, Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São José Del Rei (1795); Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Arraial de São Gonçalo do Brumado. Distrito de São João Del Rei (1815). Cf.: Acervo documental catalogado pelo projeto de extensão universitária “Levantamento, Cadastramento e Indexação, em Banco de Dados, do Arquivo Eclesiástico – Documentos Avulsos e Códices – das Paróquias e Capelas Filiais da Diocese de São João del-Rei (Minas Gerais – Séculos XVIII – XIX)”, desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ e coordenado pela prof. Maria Leônia Chaves de Resende. Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de N. S. da Conceição de Aiuruoca. Termo da Vila de Campanha (1810); Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário. Vila de Baependi (1821); Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos. Vila de Campanha (1822). Acervo alocado na Cúria Metropolitana de Campanha – MG. Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário do Arraial do Morro Vermelho. Freguesia do Bom Sucesso do Caeté, Comarca de Sabará (1790); Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário da Freguesia de São José da Barra Longa. Bispado de Mariana. Transcrição paleográfica e atualização da grafia feita por Cristina Antunes. Acervo publicado em: MARTINS FILHO, Amílcar V. (org.). *Compromissos das Irmandades Mineiras do século XVIII*. Belo Horizonte: Claro Enigma\ Inst. Cult. A. Martins, 2007.

Apesar do estado de dispersão e exigüidade em que as fontes documentais das confrarias encontram-se submetidas, podemos considerar que houve uma produção vasta no que diz respeito aos registros das diferentes formas administrativas das associações. Além do livro de *compromissos* havia os livros de *entradas*, de reuniões ordinárias e extraordinárias, o livro de lançamento das eleições, outro destinado para a receita e despesa, e por fim, o *Inventário de Bens e Alfaias da Confraria*. Outra documentação importante refere-se às provisões régias, ou seja, as cartas de confirmação ou reprovação do funcionamento das associações sancionadas pelo *Tribunal de Mesa de Consciência e Ordens*, órgão civil responsável pela fiscalização dos regulamentos destas instâncias leigas.

No que se refere à estrutura dos textos compromissais, podemos considerar que este sancionava-se como o estatuto máximo da irmandade. Pela análise deste documento, é possível entendermos os mecanismos de funcionamento interno no cotidiano da associação, o regimento das eleições anuais da mesa diretiva, a função de cada membro nas hierarquias da organização, os dias e os procedimentos para os festejos do orago homenageado, as condições de contratação do capelão, bem como os critérios de admissão na associação. As eleições geralmente aconteciam durante as vésperas das festividades. Seu processo não era feito de forma direta e universal. Via de regra, cada componente da mesa escolhia três nomes para serem votados para cada cargo. Deste modo os membros para serem elegíveis dependiam necessariamente da indicação dos chamados “grupos de pressão”, formados pelos atuais ocupantes. Venciam os nomes mais votados, caso houvesse empate, o voto de decisão era atribuído ao capelão e, em alguns casos ao juiz ou ao rei da associação. Nesta diretriz, o processo eleitoral potencializava as rivalidades internas entre os diferentes grupos que buscavam alcançar ou estender seus espaços nos postos hierárquicos privilegiados da corporação.

Quanto à composição da mesa diretiva, podemos considerar que esta seguia, *grosso modo*, uma organização quase padrão, podendo sofrer algumas variações dependendo da instituição e do contexto analisados. Segundo Caio Boschi (Idem), o poder da associação era dirigido, na maioria das vezes, pelo *triumvirato* formado entre o **juiz**, o **escrivão** e o **tesoureiro**.

O **juiz**, via de regra, era negro. Suas funções eram cuidar da administração da irmandade, zelar pelo cumprimento de suas regras normativas e repreender a falta dos irmãos. Seu poder de decisão poderia variar de acordo com a associação. Na Irmandade do Rosário da

Vila de Campanha este cargo possuía poder de desempate nas eleições. Nas suas congêneres de Aiuruoca e Baependi, era também o responsável pelo zelo do cofre da irmandade.⁵² Já com relação ao potencial de mediação de conflitos que era atribuído ao cargo, o estatuto da irmandade do Rosário do Arraial do Morro Vermelho, localizada na Freguesia do Bom Sucesso do Caeté, ressalta que: “O ofício de Juiz é de maior peso e consideração que há nesta Irmandade, porque a ele pertence procurar com todo o cuidado que haja zelo, devoção e paz entre os Irmão, e que cada um cuide na suas respectivas obrigações para assim ter aumento a mesma irmandade (...).”⁵³

Ratificando este papel de mediador de conflitos atribuídos ao juiz, menciona o *compromisso* de São João Del Rei, em seu terceiro capítulo que: “Compete [ao juiz] advertir e emendar as faltas de todos os Irmãos, e fazer que cada hum satisfaça a sua obrigação (...).”⁵⁴ Participar de todas as festividades, procissões, reuniões de Mesa e mais atos da Irmandade eram também suas atribuições. Algumas associações como as de São João, São José Del Rei e de Campanha ressaltaram o poder deste cargo no ato de nomear pregadores durante as festividades. Já os *compromissos* de Aiuruoca e Baependi colocaram como exigência a condição de liberto como pré-requisito para a ocupação do posto referido.⁵⁵

Quanto ao cargo de **escrivão**, via de regra, era também exigido que o ocupante fosse branco, assim como também o era para o posto de tesoureiro. Era de sua incumbência a feitura dos assentos e a custódia dos livros. Em caso de impossibilidade do juiz, era o primeiro a ser requisitado como seu substituto. Esta prerrogativa do escrivão está ratificada nos estatutos de Arraial do Morro Vermelho; São João (1787) e São José Del Rei, Campanha

⁵² Fonte: Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de N. S. da Conceição de Aiuruoca. Termo da Vila de Campanha (1810); Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário. Vila de Baependi (1821); Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos. Vila de Campanha (1822). Acervo alocado na Cúria Metropolitana de Campanha – MG.

⁵² Fonte: Capítulo 5 do Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário do Arraial do Morro Vermelho. Freguesia do Bom Sucesso do Caeté, Comarca de Sabará (1790). Documento publicado em: MARTINS FILHO, Amílcar V. (org.). Op. Cit. p. 245

⁵³ Fonte: Capítulo 5 do Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário do Arraial do Morro Vermelho. Freguesia do Bom Sucesso do Caeté, Comarca de Sabará (1790). Documento publicado em: MARTINS FILHO, Amílcar V. (org.). Op. Cit. p. 245

⁵⁴ Fonte: Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São João Del Rei (1787); cf.: Acervo documental catalogado pelo projeto de extensão desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ.

⁵⁵ Fonte: Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São João Del Rei (1787); Livro 2, Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São José Del Rei (1795). Cf.: Acervo documental catalogado pelo projeto de extensão desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ. Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de N. S. da Conceição de Aiuruoca. Termo da Vila de Campanha (1810); Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário. Vila de Baependi (1821); Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos. Vila de Campanha (1822). Acervo alocado na Cúria Metropolitana de Campanha – MG.

e Arraial do Brumado. Já a condição de liberto era uma pré-exigência para a ocupação do cargo nas freguesias de Aiuruoca e Baependi.⁵⁶

O último cargo que encerra a tríade de poder indicada constitui o posto de **tesoureiro**. Era de sua responsabilidade a custódia e manutenção de todos os paramentos, alfaias e bens arrecadados pela irmandade. Deveria este dar satisfação permanente à Mesa sobre os gastos e aquisições feitas pela associação. Não raro, poderia se tornar alvo de desconfiança pelos outros confrades. Para evitar o desvio dos recursos pelos homens brancos que controlavam este cargo, cada gasto deveria passar pelo crivo da aprovação da Mesa. Também lhe era proibido o exercício da prática de empréstimos feitos por finalidades ou usos profanos. Com exceção das corporações de Aiuruoca e de Baependi, que reivindicavam como regra estatutária a condição de preto forro para a ocupação de tesoureiro era recorrente exigir o critério da cor branca para ascensão ao posto.⁵⁷

Em relação ao cargo de **procurador** podemos dizer que era quase unânime o pré-requisito da cor branca para o preenchimento deste cargo. Vale ressaltar que os procuradores ocupavam uma posição de destaque nas irmandades por cuidarem não só da fiscalização financeira, ou seja, do pagamento dos anuais dos afiliados, mas também do rigor do cumprimento das regras a serem seguidas pelos irmãos. Deste modo, os procuradores agiam como verdadeiros fiscais, “ouvidos e olhos da irmandade”. Por assumirem um posicionamento de maior proximidade, no que se refere à convivência cotidiana com os irmãos. Suas opiniões acerca das condutas de cada filiado eram fundamentais para a construção de uma imagem positiva sobre aqueles. Deste modo, o procurador poderia acusar em Mesa os nomes de inadimplentes, faltosos, como também poderia indicar outros a serem nomeados para concorrer o processo eleitoral. A exemplo da irmandade do Arraial do

⁵⁶ Fonte: Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São João Del Rei (1787); Livro 5.; Livro 2, Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São José Del Rei (1795); Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Arraial de São Gonçalo do Brumado. Distrito de São João Del Rei (1815). Cf.: Acervo documental catalogado pelo projeto desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ.. Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de N. S. da Conceição de Aiuruoca. Termo da Vila de Campanha (1810); Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário. Vila de Baependi (1821); Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos. Vila de Campanha (1822). Acervo alocado na Cúria Metropolitana de Campanha – MG. Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário do Arraial do Morro Vermelho. Freguesia do Bom Sucesso do Caeté, Comarca de Sabará (1790) Acervo publicado em: MARTINS FILHO, Op. Cit, p. 245.

⁵⁷ Fonte: Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de N. S. da Conceição de Aiuruoca. Termo da Vila de Campanha (1810); Livro 4. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário. Vila de Baependi (1821). Acervo alocado na Cúria Metropolitana de Campanha – MG.

Brumado, estava sob incumbência deste cargo a nomeação de duas irmãs para os cargos de juízas e seis para os postos de mordomas.⁵⁸

Acompanhando o papel de fiscal, o procurador poderia atuar também como mensageiro. Eram suas obrigações circular o arraial avisando os confrades sobre procissões, cortejos fúnebres e festejos. Como também fazer “girar a caixinha do santo”, com o intuito de arrecadar esmolos. Além disso, o asseio da capela, altares e a manutenção da lâmpada sempre acesa eram suas atribuições corriqueiras.

Outro cargo diretamente responsável pela efetuação do petitório e recolhimento de esmolos era o **ermitão** ou **andador**. Eram estes auxiliares do procurador. Para esmolar, era necessário possuir uma autorização cedida pelo *Tribunal de Mesa de Consciência e Ordens*, além disso, carregava o andador, uma caixinha pela qual havia inserida uma imagem de Nossa Senhora do Rosário. De acordo com Célia Borges, o emprego da imagem no ato de esmolar era relevante, visto que conferia ao doador “a impressão de ofertar realmente o dinheiro ao santo e [como também] a sensação de adquirir créditos na economia de salvação.” (BORGES, Op. Cit. p. 92)

Complementando o círculo obrigatório da Mesa Diretora não podemos deixar de mencionar os **membros oficiais ou mordomos**, seu número componente variava de 8 a 30 irmãos. Eram responsáveis pela organização cotidiana da capela como também pela preparação de todas as festividades e funções públicas da associação. Além disso, eram os mentores da prática assistencialista, como a visita aos doentes e moribundos, assistência material às viúvas dos confrades falecidos, etc. A participação durante as reuniões da Mesa no consistório da igreja era uma de suas obrigações fundamentais. Junto com os principais mesários (juiz, escrivão, tesoureiro) possuíam votos menores nas decisões acerca do direcionamento de gastos e das medidas administrativas da corporação.

Durante o processo de reforma do compromisso da associação em São João Del Rei, houve uma restrição na atuação das mordomas, no que se refere às decisões tomadas pela administração da Mesa diretiva da irmandade. Em seu segundo capítulo do estatuto, elaborado em 1841, nota-se uma tentativa categórica em excluir a participação efetiva das mulheres, ao mencionar que dos mesários eleitos “só os do sexo masculino terão voto em Mesa.”⁵⁹

⁵⁸ Fonte: Capítulo 3 do Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Arraial de São Gonçalo do Brumado. Distrito de São João Del Rei (1815). Cf.: Acervo documental catalogado pelo projeto desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ.

⁵⁹ Fonte: Capítulo 2 do Livro 5. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São João Del Rei (1841). Cf.: Acervo documental catalogado pelo projeto desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ.

Já o estatuto elaborado pela associação dos *Homens Pretos do Rosário do Arraial do Brumado* enfatiza o anseio pelo comportamento submisso em que os irmãos mesários teriam que ter em relação ao procurador. Cargo este, por sua vez, que possuía grande peso nesta corporação, ao poder também nomear pessoalmente as irmãs juízas e mordomas, sem que sua escolha perpassasse pelo processo de eleição e aprovação da Mesa.⁶⁰

Deste modo, a escolha sem o processo de votação das irmãs mesárias abria prerrogativa para maior subordinação destas personagens tanto em relação ao procurador que as elegia, quanto aos seus membros superiores. Oficialmente marginalizadas das instâncias decisórias da administração da corporação, as irmãs procuraram se inserir demarcando espaços significativos em outros atos da irmandade, como as celebrações festivas, a preparação de banquetes e a condução da assistência social aos irmãos necessitados. Segundo artigo quinto do capítulo oitavo, do mesmo estatuto supracitado, eram funções atribuídas às juízas:

(...) lavar a roupa da igreja pertencente a irmandade, (...) permitir andar por mãos das irmãs comcorrendo a Irmandade com materiais nesseçarios para que venha lavada e passada a ferro e com todo asseio que pede semelhantes alfaias. Mandara varrer e lavar a Igreja quando for nesseçario e assim também ariar os móveis de prata, cobre e estanho para a decência da Igreja (...)⁶¹

No entanto, as mulheres juízas dessa associação possuíam votos nas juntas referentes aos atos festivos como também angariavam um número relevante de sufrágios após suas mortes (lembrando que a frequência de sufrágios de um componente de mesa era proporcional ao seu nível de importância dentro de uma corporação).

No que diz respeito aos outros cargos, haviam aqueles de caráter facultativo como o de **protetor** (homem branco de posses que prestava generosas esmolas a organização), os **juízes de devoção** (cargos simbólicos que se legitimavam pelas grandes contribuições, mas que não possuíam nenhuma participação efetiva nas decisões administrativas); e os cargos auxiliares como o de **secretário** (que eventualmente prestava serviços ao escrivão) e o de **zelador** (acompanhante do procurador e do andador). Quanto aos cargos de **rei** e **rainha** geralmente eram descritos como cargos honoríficos, sem relação direta com a administração da

⁶⁰ Fontes: Capítulos 3 e 4 do Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Arraial de São Gonçalo do Brumado. Distrito de São João Del Rei (1815). Cf.: Acervo documental catalogado pelo projeto desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ.

⁶¹ Fontes: Artigo 5 do capítulo 8 do Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Arraial de São Gonçalo do Brumado. Distrito de São João Del Rei (1815). Cf.: Acervo documental catalogado pelo projeto desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ.

associação. No entanto, há uma espécie de subregistro ou silenciamento proposital de suas representatividades no interior da comunidade negra, que ultrapassavam esta dimensão restrita ao campo simbólico festivo. As irmandades que demonstraram a presença da coroação de reis negros em suas celebrações festivas foram as associações alocadas em: São José da Barra Longa, São João Del Rei, Baependi, Aiuruoca e Campanha.⁶² No item seguinte teceremos considerações acerca das omissões dos reisados e da funcionalidade destes cargos nos textos compromissais.

Banquetes, Cortejos e Procissões: modos de celebrar, crer e festejar.

O festejo em homenagem ao santo padroeiro demarcava o auge dos acontecimentos festivos no interior de uma irmandade. Segundo Lucilene Reginaldo (2011, p. 186) era “o momento mais notável de maior mobilização e visibilidade pública dos confrades” Além disso, era a oportunidade favorável para a associação procurar um espaço de distinção frente à sociedade local, demonstrando, com o máximo de ostentação e prestígio possível, os seus atos de celebrações litúrgicas e profanas. O festejo de Nossa Senhora do Rosário geralmente acontecia nas oitavas de natal, ou no mês de outubro, dependendo de cada associação. A festividade era composta por várias celebrações, podendo ter missas cantadas, novenas matinais, sermões feitos por oradores de prestígio, vésperas solenes, procissão com o Senhor Exposto, etc. Era o espaço de intensa socialização entre os irmãos, podendo definir alianças, em alguns casos, e demarcar fronteiras e conflitos entre sub-grupos componentes, em outros.

Numa perspectiva mais pragmática, Lucilene Reginaldo (Idem) assevera que a pomposidade das celebrações engendrava estratégias de manutenção tanto do patrimônio material quanto simbólico do grupo hegemônico da associação. Deste modo, quanto maior o requinte do culto festivo, mais honrarias e pontos positivos receberiam os mesários da última gestão frente aos irmãos. Por outro lado, a ostentação exacerbada dos ritos, expressaria uma necessidade simbólica, própria às exigências das formas de crer no setecentismo barroco. Ressaltando a importância de exposição de cada símbolo que envolvia o rito festivo,

⁶² Cf.: Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário da Freguesia de São José da Barra Longa (1760) Documento publicado em: MARTINS FILHO, Amílcar V. (org.). Op. Cit.p. 263. Cf.: Capítulo 6 do Livro de Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São João Del Rei (1841). Cf.: Acervo documental catalogado pelo projeto desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ. Cf.: Livro 2. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de N. S. da Conceição de Aiuruoca. Termo da Vila de Campanha (1810); Cf.: Capítulo 17 do Livro de. Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário. Vila de Baependi (1821); Cf. Capítulo 9 do Livro de Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos. Vila de Campanha (1822). Acervo alocado na Cúria Metropolitana de Campanha – MG

argumenta o capítulo 10 do estatuto da associação dos Homens Pretos de São João Del Rei que:

Tendo a experiência de longos annos mostrado, que a base sustentadora das corporações religiosas he o culto pomposo que se dedica ao ceo Orago, por essa razão pois será a Irmandade extrictamente obrigada a fazer celebrar todos os annos na segunda oitava de natal, huma festividade em honra e louvor da Virgem Santíssima do Rosário (...).⁶³

Seguindo o fundamento de suntuosidade que a organização fraternal era capaz de representar, nenhuma atividade da semana festiva se realizava sem que houvesse uma profunda significação de cada elemento gestual simbólico. Além do cerimonial de posse e investidura de cargos, a procissão em homenagem à santa padroeira era realizada com o acompanhamento do Senhor exposto, sem contar que a disposição dos lugares de cada confrade revelava seu espaço ocupado na hierarquia da confraria. Como observa o compromisso de Arraial do Brumado, a regra na disposição de lugares era um elemento bastante valorizado naquela sociedade segmentada por princípios distintivos, orientados pela ótica do Antigo Regime. Segue o trecho: “[Na procissão] hirá o Juiz atrás do Palio com Vara, o qual será carregado pelos mordomos, e os mais levarão as lanternas (...). O Thesoureiro carregará a Cruz, o Escrivão e o Procurador terá o coidado em concervar as allas com toda a decência e Reverencia (...).”⁶⁴

Essa diferenciação, segundo o posto hierárquico era também expressa na disposição das sepulturas e no numero de sufrágios oferecido a cada irmão após o seu falecimento. Efetivamente, quanto mais elevado fosse o posto de poder ocupado pelo confrade mais próxima do altar estaria reservada sua sepultura. A crença baseada no poder de intercessão da alma após a morte, idéia que era também compartilhada pelas culturas africanas, fez com que os costumes fundados no *bem morrer* ganhassem adesão e popularidade entre os pretos devotos. Vale ressaltar que a caridade dirigida aos *irmãos vivos e defuntos* não proporcionava simetria ou igualdade nas relações, pelo contrário, funcionava como reforço dos laços verticais, não equacionando por tanto as diferenças hierárquicas que compunham a corporação.

⁶³ Fonte: Capitulo 10 do Livro de Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Vila de São João Del Rei (1841). Cf.: Acervo documental catalogado pelo desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ.

⁶⁴ Fonte: Capítulo 7 do Livro de Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos. Arraial de São Gonçalo do Brumado. Distrito de São João Del Rei (1815). Cf.: Acervo documental catalogado desenvolvido pelo DECIS/PROEXT/UFSJ.

Deste modo, transplantadas as diferenciações para as representações do imaginário do *pós-morte*, cada nível de posição social hierárquica também deveria ser respeitada. Nesse sentido, reitera o capítulo 19 do *compromisso* o Rosário de São José da Barra Longa, que: “(...) muitos irmãos necessitam de todas estas sepulturas com diferença de lugares para as qualidades diferentes das pessoas de que se compõem essa nossa Irmandade (...).”⁶⁵

Atinente aos atos e funções públicas que ganhavam como cenário o espaço das ruas, era evidente a preocupação impressa pela narrativa dos *compromissos*, em tentar cercear as práticas de domínio popular em comportamentos considerados abusivos, ou até mesmo subversivos à ordem social. Rigorosos no controle “dos excessos” que poderiam ocorrer durante estes atos celebrativos, esses documentos são unânimes no intuito de buscar reprimir tudo que comprometesse a imagem de santidade católica da instituição. Nesse sentido eram combatidos, segundo a política normativa das irmandades, o uso de *bebida espirituosa* e práticas supersticiosas, “brigas ou ações injuriosas”, como também “a indiscreta devoção de alguns particulares”. Já o estatuto da associação de Aiuruoca aconselhava que seus irmãos acompanhassem o cortejo de Nossa Senhora “sem cantoria”, mas que recitassem “somente em voz submissa” o ritual conduzido pelo reverendo capelão.⁶⁶ Nesse sentido, toda a manifestação que escapasse do controle direto das autoridades era motivo de ser vista sob o signo de ameaças e inseguranças. Não raro, os *compromissos* expressavam-se avessos a realização de *banquetes* e outras formas de celebração externa ao espaço da igreja que não fossem diretamente dirigidas pelo reverendo capelão ou vigário da freguesia. Seguindo esta tônica, reitera o capítulo 18 do *compromisso* de Baependi de 1821 que: “He de nossas intenções que todas as jóias notadas neste Compromisso se dêem inteiras não se diminuindo as despesas arbitrarias que costumam particularmente os irmãos com jantares e outros divertimentos que em nada cedem em Culto Divino.”⁶⁷

É importante observar que mesmo com a exposição de um posicionamento avesso aos jantares e outros divertimentos, o mesmo documento ratifica que era costume a realização e aceitação destas práticas pelos irmãos. Sendo assim, vale ressaltar que para além do aspecto regulamentador e cerceador que expressavam de modo direto os anseios da Igreja e do Estado,

⁶⁵ Fonte: Capítulo 19 do Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário da Freguesia de São José da Barra Longa (1760). Bispado de Mariana. Transcrição paleográfica e atualização da grafia feita por Cristina Antunes. Documento publicado em: MARTINS FILHO, Op. Cit, p. 265.

⁶⁶ Fonte: Capítulo 16 do Livro de Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de N. S. da Conceição de Aiuruoca. Termo da Vila de Campanha (1810). Alocado na Cúria Metropolitana de Campanha – MG.

⁶⁷ Fonte: Capítulo 18 do Livro de Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário. Vila de Baependi (1821); Alocado na Cúria Metropolitana de Campanha – MG.

este documento deve ser lido como “expressão de sentimentos de múltiplas coletividades” (BOSCHI In: MARTINS FILHO, Op. Cit, p. 281) alguns sentimentos transcritos numa linguagem mais impositiva e direta e outros submersos e filtrados pela fala do poder dominante. É nesse sentido que podemos apreender os costumes submersos nos modos de narrar dos estatutos normativos das confrarias negras.

Em busca de uma gramática comum: as corporações como um espaço de negociação simbólica.

Em Minas as clivagens étnicas não foram expressas diretamente nos *compromissos*. Sob o manto do princípio de adesão universal, ou seja, da aceitação de todo irmão devoto de qualquer condição social, sexo ou cor, camuflava-se a demarcação da diferenciação de grupos no interior da organização fraternal. Com isso, durante muito tempo se pensou que a fronteirização de etnias ou procedências nesta capitania se efetuou somente entre *africanos* e *crioulos*.⁶⁸ No entanto, com o avanço de estudos acerca da representatividade das devoções internas e das disputas eleitorais (OLIVEIRA, 2008, p. 266) na composição da mesa diretora, observa-se com mais cautela a demarcação de grupos identitários e a formação de alianças intra-devocionais sob o símbolo de uma devoção dominante.

Como sugere a reforma do compromisso da associação dos pretos do Rosário da Freguesia de São José da Barra Longa, a criação de *devoções internas* poderia servir não só como elemento mediador, mas também como catalisador e potencializador dos conflitos. Já em relação à criação do altar de São Benedito no interior da Capela do Rosário, pudemos apreender o estabelecimento de medidas conciliatórias propostas pela mesa diretora, por meio da redução de gastos e emolumentos pagos ao capelão na condução da festividade do Rosário. No entanto, a tentativa dos irmãos dissidentes em criar uma associação para o Orago de Nossa Senhora das Mercês- leia-se devoção de mulatos - demonstrou-se frustrada e sujeita às retaliações categóricas por parte da Mesa diretiva, como sugere o trecho abaixo datado de 1769:

(...) como naquela freguesia tem havido pessoas, que esquecidos do temor de Deus incitam discórdias afim de iniquilarem (sic!) a Irmandade dos suplicantes sugerindo alguns pretos a que se erija outra irmandade com o título das mercês, sendo certo

⁶⁸ Um trabalho pioneiro em aventar a fronteirização entre africanos e crioulos nas irmandades leigas foi desenvolvido por Marcos Aguiar, cf.:AGUIAR, 1993.

que mal se pode se sustentar uma quanto mais duas, motivos todos que põe na presença de V.S. para que aja por bem na dita Provisão de reforma decretar que daqui em diante se domine a irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos e S. Benedito, festejando a esses na forma que já fica declarado com a exclusão de que na sobredita freguesia se possa erigir outra nova irmandade dos pretos (...) por serem em fraude da irmandade dos suplicantes com pena de suspensão ipso facto e de excomunhão maior.”⁶⁹

Nesse sentido, a estruturação de novas devoções no interior de uma irmandade pode sugerir tanto a partilha de poder simbólico e material - este último impresso na abertura de novos juizados de santos, portanto, de novos cargos de poder- como também pode indicar a intensificação de conflitos no processo de sucessão de gestões administrativas, quando o estabelecimento de alianças se rompe, dando espaço às dissidências e tentativas de segregação integral ao grupo da devoção principal. Não obstante, a análise da formação de juizados de santos ou devoções anexas abrigadas no seio das irmandades do Rosário inscreve-se como um caminho metodológico promissor para o avanço historiográfico no tema das segmentações identitárias delineadas pelas fronteiras edificadas na experiência do cativo.

Considerações Finais

Os compromissos das irmandades do Rosário em Minas não reproduziram um discurso exclusivista, como assim demonstraram suas congêneres dos centros urbanos litorâneos. No entanto, esta peculiaridade está relacionada à capacidade destes diferentes grupos a assumirem uma postura conciliatória, a fim de estabelecerem um grau mínimo de convivência sob o mesmo espaço confrarial. Vale ressaltar que esta maior aptidão de *negociação de bens simbólicos* e de partilha do poder administrativo entre os diferentes sub-grupos – sem que houvesse uma desvinculação da devoção principal- esteve também atrelada aos excessos de fiscalismos em que as irmandades mineiras foram submetidas durante o período da mineração. No entanto, os compromissos, com sua linguagem sintomática e regulamentadora, expressam para além dos anseios das autoridades régias e eclesiásticas, os “sentimentos de coletividades” de grupos subalternos, não diretamente envolvidos na produção escrituária destes estatutos. Seu conjunto de regras e normas nos coloca em confronto com as lutas de representações presentes na narrativa, como também nos indica

⁶⁹ Fonte: Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário da Freguesia de São José da Barra Longa. Bispado de Mariana (1760). Documento publicado em: MARTINS FILHO, A. Op. Cit, p. 270-271.

costumes submersos e outras ritualizações de vivência que extrapolavam os limites das funções associativas.

Referências bibliográficas

AGUIAR, M. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confraria entre os negros e mulatos no século XVIII*. São Paulo:USP (Dissertação de Mestrado em História), 1993.

AGULHON, M. *Penitent Et Frances-maçons de l'a ancienne Provence: essai sur La sociabilité marionale*. Paris: Farard, 1984

BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tomke Lask (org.) Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BORGES, Célia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2005

BOSCHI, C. C. *Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. “Em Minas, os negros e seus compromissos”. In.: MARTINS FILHO, Amilcar V. (org.). *Compromissos das Irmandades Mineiras do século XVIII*. Belo Horizonte: Claro Enigma\ Inst. Cult. A. Martins, 2007.

CHARTIER, R. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

EUGÊNIO, Alisson. *Fragmentos de liberdade: as festas das irmandades religiosas dos escravos em Minas Gerais na época da Colônia*. Ouro Preto: Fundação de Arte de Ouro Preto, 2007.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de janeiro: Zahar, 1994

FLORENTINO, M. & GÓES J. R. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

GEERTZ, C. *A interpretação das Culturas*. Rio de janeiro: Zahar editores, 1978.

JANCÓS & KANTOR (orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

OLIVEIRA, A. J. M. *Devoção negra: santos e catequese no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

REGINALDO, Lucilene. *O Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

Religiosidade, Solidariedade e Sociabilidade: fé e cotidiano nas Irmandades de São Miguel e Almas do Setecentos mineiro.

Manoela Vieira Alves de Araújo*

Resumo: Através do padroado régio, a fusão entre Igreja e Estado favoreceu a atuação leiga no âmbito da religião e, assim, as associações religiosas tiveram papel fundamental na vida social, política e religiosa da colônia. Os soberanos portugueses, ao estimularem a criação das irmandades, eximiam-se de subsidiar a construção, a ornamentação e a manutenção das igrejas, além de se livrarem dos encargos da assistência social à população. Privilegiando a análise através da irmandade de São Miguel e Almas da vila de São João del Rei, faremos uma crítica à historiografia sobre o papel das irmandades leigas e das festas e o suposto “exteriorismo” da religiosidade barroca na Minas do século XVIII. Ao longo do texto, procuramos demonstrar que as irmandades eram, antes de tudo, agrupamentos de caráter religioso.

Palavras-chave: Irmandade; Minas Gerais; São Miguel e Almas.

Abstract: Through royal patronage, the fusion of Church and State favored the action lay in the scope of religion, and thus religious associations have an important role in social, political and religious colony. The Portuguese sovereigns, by stimulating the creation of brotherhoods, eximiam to subsidize the construction, decoration and maintenance of churches, and get rid of the burden of social assistance to the population. Focused on the analysis through the brotherhood of St. Michael and Souls of the village of São João del Rei, will do a critique of the historiography on the role of lay brotherhoods and the parties and the alleged "superficial" religiosity in Minas Baroque of the XVIII century. Throughout the text, we demonstrate that the brotherhoods were, first of all, groups of a religious character.

Keywords: brotherhood; Minas Gerais; Saint Michael and Souls.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. O presente trabalho faz parte da pesquisa que venho desenvolvendo no mestrado, relacionada à temática da religiosidade e às irmandades mineiras no século XVIII, em especial a de São Miguel e Almas de São João del Rei, voltada para o culto às almas do Purgatório. Financiado pela Capes (DS).

Introdução

No presente trabalho procuraremos demonstrar que não há como realizar uma análise histórica profunda do comportamento religioso do homem barroco mineiro e de sua sociedade apenas com o recurso a quantificação. Privilegiando a análise através da irmandade de São Miguel e Almas da vila de São João del Rei, faremos uma crítica à historiografia da Minas Colonial a partir de seus seguintes “cânones”: o papel das irmandades leigas e das festas e o “exteriorismo” da religiosidade barroca na Minas do século XVIII.

Defendemos aqui que as irmandades eram, antes de tudo, agrupamentos de caráter religioso. Além disso, entendemos que não se pode dissociar a forma do conteúdo (MATA, 1997: 49). Nesse sentido, não era o fato de os irmãos promoverem as procissões, os cultos e os rituais com muita pompa que os tornavam menos religiosos mas, sim, que o fator religioso encontrava-se imerso em uma lógica cultural específica da sociedade analisada.

Michel de Certeau (2007: 25-28) expõe as dificuldades próprias do recurso à análise quantitativa na história, especificamente no caso da história de uma tradição religiosa cristã, pois pode levar o historiador a cometer graves enganos. Segundo ele, o recurso ao quantitativo nos inclina a atribuir significações estáveis aos enunciados institucionais, ao repertório institucional dos ritos e celebrações, e o que é grave, sem ver claramente a distância que separa o discurso das autoridades eclesiais das efetivas práticas do baixo clero e de seus paroquianos anônimos.

Neste sentido, concordamos com Sérgio da Mata (2000: 28) quando este afirma que a superação do paradigma dominante até meados da década de 1980 – de uma história das estruturas sócio-econômicas, quantitativa ou de perfil marxista para uma história da cultura e das mentalidades – se faz muito mais a nível temático que teórico metodológico. Nas palavras do autor, o que encontramos nas pesquisas recentes é ainda uma “sacralização do levantamento documental e escassa preocupação a nível propriamente teórico (...) precisamos menos de ‘descrições densas’ que de *explicações* densas” (Idem: 32).

A Coroa e a Igreja em Minas Gerais

As associações religiosas tiveram papel fundamental na vida social, política e religiosa da Colônia. Na Capitania de Minas, a atuação leiga no âmbito da religião foi favorecida pela

fusão entre Igreja e Estado instituída pelo Padroado⁷¹. Os soberanos portugueses, ao estimularem a criação das irmandades, eximiam-se de subsidiar a construção, a ornamentação e a manutenção das igrejas, além de se livrarem dos encargos da assistência social à população, os quais também ficavam a cargos das irmandades (SALLES, 2007: 23). A associação entre indivíduos que compartilhavam expectativas afetivas, materiais e espirituais em torno de uma mesma devoção religiosa é que garantia a seus membros socorro nos momentos de doença, ruína financeira, prisão, viuvez; amparo espiritual através da prestação dos cuidados necessários nos últimos momentos de vida como também após a morte, garantindo o sepultamento digno em território sagrado e assegurando, através dos sufrágios, a rápida passagem da alma pelo purgatório em direção ao paraíso (Idem: 122).

A irmandade de São Miguel e Almas era composta majoritariamente por portugueses do norte da metrópole. Ali tinha assento homens brancos, de profissões várias, entre os quais portadores de inúmeras patentes militares e grande parte ocupando cargos na Câmara da vila. Podemos perceber que as irmandades que conferem maior prestígio a seus associados são sempre congregações cujos membros fazem parte da elite política, econômica e social daquelas localidades.

As associações religiosas constituíam um mostruário da estruturação da sociedade local: indivíduos de grupos sociais distintos podiam fazer-se representar nas diversas associações de confrades. A esse respeito, Fritz Teixeira de Salles revela que as irmandades religiosas no interior de Minas, durante o século XVIII, apresentam as seguintes constâncias relativas à categoria socioeconômica de seus associados:

Santíssimo Sacramento, N. S. da Conceição, São Miguel e Almas, Bom Jesus dos Passos, Almas Santas e poucas outras, eram de brancos das camadas dirigentes ou reinóis; Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, de negros escravos; N. S. das Mercês, N. S. do Amparo, Arquiconfraria do Cordão, de mulatos e crioulos, ou mesmo pretos forros; São Francisco de Assis e Ordem Terceira de N. S. do Carmo pertenciam aos comerciantes ricos e altos dignitários [...] (SALLES, 2007: 87).

⁷¹ O Padroado foi uma instituição tipicamente ibérica, e pode ser definido como um conjunto de direitos, deveres e privilégios, concedidos pelo papa aos reis portugueses que tornaram-se administradores com plenos poderes dos territórios recém-descobertos, para neles implantarem a fé cristã, acumulando, assim, as funções de chefe de Estado e da Igreja nas terras d'além-mar. Mediante essa titulação, a coroa lusitana podia criar novas dioceses e indicar os bispos e vigários, como também arbitrar os litúrgios no seio da esfera eclesiástica e entre a esfera eclesiástica e a civil assim como cobrar o dízimo eclesiástico que era incorporado ao Erário Régio. Em contrapartida, os reis tinham o dever de prover as missões dos eclesiásticos seculares e regulares, construir e manter os templos religiosos provendo-os dos materiais necessários para a execução do culto religioso (BOXER, 2002: 227).

Contudo, é importante ressaltarmos que tal fato não pode ser visto de forma absoluta, e sim como uma tendência. Encontramos também, no início do século XIX, alguns pardos na Irmandade de São Miguel e Almas, o que torna complexa a sistematização deste quadro⁷².

Na primeira década do século XVIII, a administração portuguesa, a fim de controlar a região, promulgou legislação limitando a circulação de eclesiásticos e proibindo o estabelecimento de ordens primeiras na região mineradora, fato este que ajudou a imprimir uma certa peculiaridade à vida das associações em Minas e nos permite entender o grande envolvimento dos leigos nos assuntos religiosos e na promoção dos cultos. Além do intuito de controlar o contrabando, soma-se o fato de os eclesiásticos serem considerados destabilizadores do sistema por seu envolvimento em rebeliões e os eclesiásticos regulares não se subordinarem à Coroa, mas à sua própria hierarquia, levaram a Coroa a decretar uma série de medidas, visando manter afastado de Minas o clero regular (BORGES, 2005: 57).

Mesmo considerando estes impedimentos, a Coroa não procurou afastar totalmente de Minas o trabalho missionário. Enquanto, por um lado, proibia a instalação das Ordens Primeiras e ordenava sua expulsão, por outro orientava os bispos do Rio de Janeiro e da Bahia a enviarem eclesiásticos para criar paróquias e ministrar os sacramentos (BOSCHI, 1986: 80). Esta política restritiva, embora endereçada principalmente às ordens primeiras, não deixava de lado o clero secular que, para se estabelecer na Capitania, precisava de uma licença de permanência para celebrar os cultos do calendário litúrgico (BORGES, 2005: 58).

Durante todo o século XVIII, a Coroa iria expedir ordens de expulsão dos religiosos da região mineradora (BORGES, 2005: 58), embora tal medida não tivesse sido suficiente para manter distante o clero regular da região. Os inúmeros pedidos de expulsão comprovam a sua presença no circuito do ouro, mesmo tratando-se de uma presença irregular. Semelhante controle não significou o afastamento do clero, ainda que os leigos passaram a ser os grandes protagonistas; investiram eles próprios nos assuntos religiosos, na edificação das igrejas e no controle dos cultos (Idem: 58).

Isolada, portanto, das ordens regulares – como por exemplo a dos jesuítas, carmelitas, dominicanos e franciscanos –, que realizaram todo o trabalho de catequese no litoral, a população mineira, através das associações religiosas de leigos, afirmou-se como a principal

⁷² APNSP/SJDR. Acervo da Irmandade de São Miguel e Almas. Livro de Entrada de Irmãos. cx. 02, nº 11. 1780-1905.

promotora dos cultos religiosos. Assim, foi o clero secular que marcou sua presença atuando com as confrarias na promoção dos cultos católicos (BORGES, 2005: 57-58).

Dessa forma, o envolvimento dos leigos nos assuntos religiosos foi considerável. Limitadas as ações da Igreja Católica pela Coroa Portuguesa, as irmandades foram as promotoras dos ofícios e das celebrações, dentro e fora dos templos, também por elas edificadas e mantidas.

A religiosidade no barroco mineiro

No Brasil Colonial a Igreja vai empenhar-se, ao longo de todo o século XVIII, por efetivar a reforma tridentina dentro do catolicismo investindo na disciplina do clero, no controle moral da população e na adoção dos sacramentos (LIMA, 1990: 107). As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, corporizadas por Sebastião Monteiro da Vide, em 1707, inauguram, por assim dizer, o programa reformador na Colônia (BORGES, 2005: 65).

Mas as reformas não foram pacíficas, fomentaram resistências. Lana Lage da Gama Lima (1990) diagnosticou a situação como complexa, pois os clérigos não estavam isentos de conflitos, vendo-se pressionados por novos padrões de comportamento, oriundos do catolicismo reformado, enquanto compartilhavam de comportamentos e moralidades que deviam agora combater (Idem: 169-175).

O bispo D. Fr. Manuel da Cruz, em 1753, deu sequência às diretrizes do Concílio criando, em Minas, o seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, fundado com o objetivo de educar e formar o clero nos moldes de uma moral fundamentada na decência e disciplina, se diferenciando e separando, assim, da vida mundana (BORGES, 2005: 69).

Através das cartas pastorais, os bispos procuravam orientar os eclesiásticos e os fiéis quanto às práticas religiosas e as ordens estabelecidas pela Coroa e pelo papa. Assim, transmitiam suas próprias determinações, as do rei e as do papa aos párocos, que, além de fixá-las às portas das igrejas, deveriam remetê-las aos capelães e lê-las aos fiéis “durante a estação da missa, isto é, antes da bênção final, no momento reservado aos avisos.” (CAMPOS, 1997: 12).

No catolicismo, São Miguel é tido como o arcanjo defensor das almas do Purgatório, devoção que foi reavivada com o Concílio Tridentino, e tinha por objetivo reiterar o dogma do Purgatório, o qual foi reforçado após a Reforma católica. Assim, essas irmandades

ganharam importância capital na Idade Moderna, principalmente após a cisão da Cristandade, advinda com a Reforma protestante. A fim de doutrinar os fiéis e reforçar o dogma do purgatório, a Igreja buscou nos leigos um apoio e encontrou nas confrarias um grande sustentáculo (VOVELLE, 2010: 323).

Em *Os leigos e o poder*, Caio Boschi (1986) relaciona 35 irmandades sob a invocação de São Miguel e Almas existentes na Capitania de Minas, montante que as coloca em terceiro lugar, em termos de vocação institucionalizada, sobrepujada primeiramente pelas irmandades do Rosário dos Pretos e, em segundo, pelas do Santíssimo Sacramento (BOSCHI, 1986: 187). Essa relação atesta, no plano da religiosidade, a popularidade atingida por este culto.

No entanto, na historiografia sobre as irmandades tornou-se lugar comum dizer que a grande participação dos irmãos de São Miguel e Almas, bem como os do Santíssimo, os das Ordens Terceiras, nas festividades religiosas - associações que comumente congregavam a elite branca -, revelava antes de tudo um propósito de promoção e de prestígio por parte dos integrantes destas associações na medida em que adquiriam destaque social ao ostentarem suas opas e insígnias nas procissões e devido às disputas por precedência nestas. No entanto, enfatizamos que a necessidade de se compreender que tais irmãos se achavam imersos na lógica do Antigo Regime. A busca de conquistas sociais e políticas não significava que não houvesse também um sentimento de religiosidade entre os leigos. Os próprios membros da Igreja utilizavam uma linguagem simbólica e hierárquica, ainda que diferenciada, de representação de poder (MATA, 2002: 134).

Adalgisa Campos, pesquisadora sobre o culto a São Miguel e as Almas do Purgatório, insere-se em uma corrente historiográfica que interpreta o catolicismo implantado em Minas Gerais como de superfície. Essa historiografia considera falho o trabalho missionário na Colônia, sendo que nas Minas este seria principalmente de responsabilidade dos leigos, o que teria originado um catolicismo fundamentado nos aspectos exterioristas do culto, ou seja, sem uma vivência verdadeira da fé, que voltava sua preocupação mais para a pompa das procissões, dos cultos e dos rituais, abusando, assim, das imagens dos santos, da música, das representações teatrais, etc. (BORGES, 2005: 24-25). Assim, a pompa e o ritualismo esconderiam uma religiosidade bastante duvidosa.

Em sua tese, Adalgisa Campos (1994) procurou demonstrar como a comunhão diária era rara no século XVIII mineiro. De acordo com a historiadora, a confissão e a comunhão, estariam limitadas à Quaresma, sobre o controle do vigário na vigília para que os paroquianos

se encontrassem em dia com a desobriga, entendendo, assim, que havia “uma grande indiferença” por parte dos colonos em relação à Eucaristia cotidiana (Idem: 261-263).

Adalgisa Campos afirma que no catolicismo Moderno, mais do que a participação na Eucaristia, que poderia ser indevida, o importante era estar presente na celebração e que estas, sendo em latim, seriam assistidas de modo passivo (CAMPOS, 1994: 261-262). Segundo a historiadora, “nem mesmo as irmandades do Santíssimo demonstram maior inclinação na defesa da comunhão mais frequente” (Idem: 162).

No sentido de entender a religiosidade do mineiro setecentista como sendo de “aparência”, também podemos citar Laura de Mello e Souza, que entende a opulência descrita sobre Minas Gerais no século XVIII como um “falso fausto”, ou seja, por trás da sociedade que esbanjava riquezas, luxo e ostentação, presentes em festas, procissões, construções, utensílios, queria-se ocultar a miséria social mineira. Citando os festejos feitos em Vila Rica, para a recepção do primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz, Souza tenta demonstrar como os mineiros viviam no jogo das “aparências”. Para ela, isto é percebido no luxo da festa, onde os atores sociais tentavam afastar os boatos de crise, mostrando-se prósperos, dando a entender a prosperidade do ouro (SOUZA, 2004: 33-69). A autora relata a euforia da população na festa do Triunfo Eucarístico, mas segundo ela, esta euforia não se dava por causa dos sentimentos religiosos, e sim devido ao êxito aurífero:

O que está sendo festejado é antes o êxito da empresa aurífera do que o Santíssimo Sacramento, e nessa excitação visual caracteristicamente barroca, é a comunidade mineira que se celebra a si própria, esfumaçando, na celebração do metal precioso, as diferenças sociais que separam os homens que buscam o ouro daqueles que usufruem do seu produto. A festa tem, assim, uma enorme virtude consagradora, orientando a sociedade para o evento e a fazendo esquecer da sua faina cotidiana; é o momento do primado do extraordinário – o sobrenatural, o mitológico, o ouro – sobre a rotina [...] riqueza que é de poucos, mas que no espetáculo luxuoso procura apresentar como sendo de muitos, de todos, desde os nobres senhores do Senado até o mulatinho e o gentio da terra [...] assim, o luxo era ostentação pura, o fausto era falso, a riqueza começava a ser pobreza e o apogeu, decadência (SOUZA, 2004: 21-23).

Como bem chamou nossa atenção Sérgio da Mata (2000: 200), no que tange à análise sobre a vivência religiosa, as interpretações desses autores são extremamente reducionistas pois, ao não procurarem se afastar de suas próprias concepções e valores religiosos, não foram capazes de compreender expressões culturais distintas, tomando as mais ricas de formas e significados por meras “exterioridades”, caindo, assim, nos graves erros do anacronismo e etnocentrismo. Nas palavras de Sérgio da Mata:

Os historiadores que falam em ‘exterioridade’ nada mais fazem que projetar no passado duas ilusões tipicamente modernas. De um lado, a ilusão (etnocêntrica) de que somente a experiência religiosa interiorizada, ascética, seria efetivamente ‘autêntica’; e de outro lado a ilusão (anacrônica) de que já não vivemos hoje sob o jugo de incontáveis práticas rituais. Sendo a atitude anti-ritualista um fenômeno relativamente recente na história do Ocidente, não há como fazer dela o ponto de referência a partir do qual nos propomos a entender visões de mundo que não se orientavam pela mesma pré-disposição à rejeição da importância social dos ritos (MATA, 2000: 200).

Através da análise de cartas, petições e testamentos podemos perceber que havia uma intensa participação dos irmãos nos assuntos religiosos. Dessa forma, se partirmos de uma base de dados apoiada exclusivamente na quantificação podemos ser levados a equívocos (CERTEAU, 2007: 25-28). Nesse sentido, contabilizar o número de pessoas que tiveram acesso aos sacramentos não significa que se possa concluir por uma maior ou menor religiosidade. Muito pelo contrário, o que se tem é um sinal do excessivo controle da Igreja sobre as consciências e as condutas dos fiéis, pois como demonstrou Sérgio da Mata (1997: 41-57), a baixa frequência dos fiéis à comunhão podia não significar uma “subvalorização da eucaristia no Setecentos, mas antes a sua hipervalorização”. Não era por constituir a missa um valor salvífico em si para o fiel (CAMPOS, 1994: 262) que este se dispensava de frequentar a comunhão diária; ela era tão importante que exigia uma grande preparação. Nesse sentido, o irmão podia deixar de comungar por medo dos castigos, como também pelo respeito ao sagrado, não comungando pelo receio de não corresponder ao modelo de cristão exigido pela Igreja.

Além disso, a própria filiação a uma irmandade que tem como objeto de devoção as Almas do Purgatório demonstrando, assim, a preocupação com o destino tomado no além após a morte corporal, é um indicativo da preocupação com a salvação e que não é somente no momento da morte nem na proximidade desta que se torna preciso pensar nela mas, sim, durante toda a vida. Como bem coloca Philippe Ariès (1982: 329-330), no catolicismo a vida terrestre é a preparação para a vida eterna e por isso a meditação sobre a morte está no centro da orientação da vida.

Alcilene de Oliveira (2002) mostra como os bispos D. Frei Manuel da Cruz (1748-1764) e D. Frei Domingos da Encarnação Pontével (1780-1793) enfatizaram nas pastorais divulgadas na Capitania de Minas Gerais a importância dos sacramentos, sobretudo o da penitência e o da Eucaristia, buscando, com isso, incutir nos fiéis a introjeção e reflexão de temas da doutrina católica. Essa visão de mundo é estruturada pela idéia de “geografia do

além” (LE GOFF, 1995: 15-29), segundo a qual, após a morte corpórea, a alma se destinaria para algum dos lugares do além, tais como o paraíso, o inferno ou o purgatório, mediante as ações realizadas em vida. A intuição da proximidade da morte desencadeia uma série de gestos piedosos, considerados naquela época importantíssimos para a salvação da alma e que compunham a sensibilidade coletiva no catolicismo barroco. Portanto, o homem tem diante de si valores ético-cristãos que são internalizados e manifestados através de atitudes.

O direito à prática e à assistência religiosa é evidente para os homens da época (MATA, 2000: 207). Nem mesmo os criminosos poderiam ser dele privados. A irmandade de São Miguel e Almas sanjoanense assumiu o encargo de nomear anualmente capelão para “dizer missa aos presos todos os domingos e dias santos e ainda no dia de finados na capelinha de Nossa Senhora da Piedade”, arcando a irmandade com as despesas⁷³.

As crenças e a forte religiosidade desses homens podem ser confirmadas pelas disposições testamentárias deixadas por vários integrantes da irmandades de São Miguel e Almas, nas quais salta aos olhos a preocupação dos leigos com a salvação de suas almas. O paroquiano procurava fazer seu testamento no sentido de uma prestação de contas de sua vida, procurando demonstrar que ela teria sido conduzida na direção do catolicismo. Assim, a análise dos testamentos e inventários dos irmãos trás à tona a vida particular e cotidiana destes, revelando as suas aspirações espirituais através de verdadeiras fortunas deixadas em benefício de suas almas por meio dos sufrágios, as doações para as associações religiosas, pobres em geral, órfãos, donzelas, além de revelar a posse de objetos de culto e imagens de santos. Um exemplo disso pode ser encontrado no testamento de João Barroso Pereira, que era membro das irmandades do Santíssimo Sacramento e de São Miguel e Almas. Em suas disposições testamentárias ele pede, em sufrágios, 25 missas pela alma de seu pai, 25 pela de sua mãe, 25 pela de sua tia Luzia, 15 pelas almas de suas tias Rosa e Ana, 100 por todos aqueles com que teve negócio e lhe foram úteis, 30 missas “pelas almas no geral” e 400 missas por sua própria alma - além das 10 missas que tinha direito por pertencer à Irmandade do Santíssimo e das 20 por pertencer à de São Miguel -, dentre outras. Além disso, deixou esmolas para 6 órfãos se casarem e fez doações para as irmandades que pertencia⁷⁴.

Concluir uma falta de religiosidade dos colonos através da análise da forma como as pessoas se envolviam nas festas, como o têm feito alguns historiadores, resulta de uma visão

⁷³ APNSP/SJDR. Acervo da Irmandade de São Miguel e Almas. Livro de Eleição, Posse e Deliberações de Mesa. Cx. 01, nº 05. 1775-1828.

⁷⁴ AHET/SJDR. Arquivo do IPHAN. Testamentos. Cx. 104.

apenas parcial, pois agradar aos santos, orná-los e organizar as festas com muita pompa também era uma forma de demonstrar a fé (MATA, 1997: 50). Assim, a presença de um enorme contingente de símbolos, do gosto pelo “cerimonialismo” e pela pompa nas mais diversas manifestações sociais - da festa religiosa à “política”, dos funerais aos hábitos mais simples do cotidiano -, revela o quanto a cosmovisão barroca se dá a ler em cada uma delas (Idem:50).

Considerações Finais

Entendemos que no caso dos motivos que levaram à filiação e quanto ao papel desempenhado pelas irmandades, o fenômeno religioso era uma questão central, apesar de não ser a única; durante vários anos os irmãos dedicaram-se à organização do templo e à preparação dos cultos; eram eles que cuidavam de tudo o que fosse necessário aos cultos: santos óleos, velas, paramentos, imagens e até o pagamento de músicos e sermonistas requeridos pelas principais festividades religiosas do calendário litúrgico católico. A filiação a uma ou mais irmandades significava participação, envolvimento.

O auxílio garantido pela irmandade da qual se fazia parte nos momentos de doença, ruína financeira, prisão, viuvez, sepultamento digno, etc., era sim uma questão relevante naquela sociedade. No entanto, muitos dos colonos vão pertencer a várias irmandades ao mesmo tempo, então, não podemos dizer que a escolha se dava somente pela questão assistencial. Além disso, no que diz respeito ao prestígio conferido por se fazer parte de determinadas associações, ao longo de nossa pesquisa, procuramos demonstrar que não era o fato de os irmãos promoverem as procissões, os cultos e os rituais com muita pompa e muitos recursos cênicos que os tornavam menos religiosos mas, sim, que o fator religioso encontrava-se imerso em uma lógica cultural – a do Antigo Regime. As formas assumidas pelas ações sociais, pelos rituais, etc., dependerão das configurações culturais específicas da sociedade que se analisa.

Dessa forma, no que tange a análise da irmandades, a religião não pode ser relegada a um segundo plano. Como ressalta Sérgio da Mata (2007: 46), “na Minas Colonial, como em todo lugar, as irmandades eram antes de mais nada agrupamentos de caráter religioso – portanto, e simultaneamente, vínculos de coesão social”. Sendo ambas as coisas - expressão de uma crença e, ao mesmo tempo, de uma necessidade social -, disputando entre si a suntuosidade na construção de igrejas, garantindo auxílio aos associados e promovendo os

cultos, as irmandades expressavam visivelmente grande parte dos grupos sociais – étnica e economicamente (SALLES, 2007: 87). Assim, como acertadamente enfatizou Mata (2007: 47), elas eram, sim, um polo de poder, mas de um poder que raramente teria ultrapassado o campo religioso/mutualista.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.
- CAMPOS, Adalgisa A. **A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas**. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1994.
- _____. A mentalidade religiosa do setecentos: o curral del Rei e as visitas religiosas. **Varia História**. Belo Horizonte, n. 18, p. 12, set. 1997.
- LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- LIMA, Lana Lage da Gama. **A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil Colonial**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1990.
- MATA, Sérgio. Religionswissenschaften e Crítica da Historiografia da Minas Colonial. **Revista de História**. FFLCH-USP, 136 (1997), 41-57.
- _____. **Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX**. Berlin: Wiss. Verl., 2002.
- OLIVEIRA, Alcilene C. de. A Difusão da Doutrina Católica em Minas Gerais no Século XVIII: análise das pastorais dos bispos. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 189-217, 2002. Editora UFPR.
- SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII**. 2. ed.. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII.** Rio de Janeiro: Graal, 1994.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório** ou o trabalho de luto. São Paulo: UNESP, 2010.

Fontes

APNSP/SJDR – Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei. Acervo da Irmandade de São Miguel e Almas - São João del Rei

AHET/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de São João del Rei

Fé e Distinção: um estudo da dinâmica interna e do perfil de irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (1712-1784).

Monalisa Pavonne Oliveira *

Resumo: O presente trabalho faz parte do projeto de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. A pesquisa aqui apresentada dedica-se ao estudo da Irmandade do Santíssimo Sacramento instalada na igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto ao longo do século XVIII, mais precisamente entre os anos de 1712 e 1784. Este recorte temporal tem como balizas cronológicas a data da fundação da irmandade em 1712, e como marco final o ano de 1784, quando foi aprovado o Compromisso da irmandade redigido em 1738. O nosso objetivo é analisar a dinâmica interna da irmandade e o perfil social dos irmãos ao longo do século XVIII, percebendo as mudanças pelas quais a instituição passou, sempre fazendo um paralelo com o contexto ao qual a instituição está inserida.

Palavras chave: Irmandade; Minas Gerais, Século XVIII.

Abstract: This work is part of the doctoral project submitted to the Graduate Program in History of Federal University of Juiz de Fora. The research presented here is devoted to the study of the Brotherhood of the Holly Sacrament installed in the church of Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto during the eighteenth century, more precisely between the 1712 and 1784. This time frame is as beacons chronological date of the founding of the brotherhood in 1712, and as the year end 1784, when the Compromisso of brotherhood was written in 1738. Our objective is to analyze the internal dynamics of the brotherhood and social profile of brothers throughout the eighteenth century, realizing the changes that the institution has, always making a parallel with the context to which the institution is located.

Keywords: Brotherhood; Minas Gerais, 18th Century.

* Doutoranda UFJF – Bolsista CAPES-REUNI.

Introdução

O presente trabalho faz parte do projeto de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esta pesquisa dedica-se ao estudo da trajetória e do funcionamento da Irmandade do Santíssimo Sacramento instalada na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, e do estudo do perfil dos membros da mesa diretora desta instituição. Seu recorte temporal tem como balizas cronológicas a data da fundação da associação, em 1712, e o ano de 1784, quando foi aprovado o novo compromisso, redigido anteriormente em 1738. O Compromisso era uma espécie de regimento interno da instituição.

Os objetivos da pesquisa são analisar o funcionamento da irmandade e a sua trajetória ao longo do século XVIII, e o perfil social da mesa diretora da instituição. Partimos do pressuposto de que a irmandade reunia em seu seio os membros da elite política, econômica e social de Vila Rica. Nesse sentido, a irmandade do Santíssimo Sacramento seria uma instituição capaz de conferir distinção social a seus associados.

Num primeiro momento, verificamos que a irmandade passou por dificuldades para se fixar e definir as diretrizes a serem seguidas, principalmente no que se refere à permanência dos membros, pois, como assinalam alguns autores⁷⁵, a região das minas caracterizou-se, nos seus primeiros tempos de colonização, por uma grande fluidez populacional. Passadas as primeiras décadas da colonização, a população foi se sedimentando, o que permitiu uma participação mais efetiva dos irmãos e uma estruturação maior da associação. Desse modo, pretendemos, além de analisar e compreender o funcionamento e a organização da irmandade, examinar a documentação deixada pelos membros da instituição com o intuito de conhecer melhor o perfil de parte da elite vilarriquenha.

Nesse sentido, a pesquisa se justifica na medida em que busca contribuir para a análise e compreensão de como se organizava e se articulava parte da elite vilarriquenha, em especial os homens compreendidos no universo de irmãos membros da mesa gestora da Irmandade do Santíssimo.

⁷⁵ Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metals e pedras preciosas*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed.. São Paulo: Difusão Européia do Livro, tomo I, 2º vol, 1968; SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*, São Paulo: Editora HUCITEC, 1997. ROMEIRO

Nessa perspectiva, pretendemos estudar a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto, entre os anos de 1712 e 1784, analisando sua trajetória e o perfil social de seus membros, pensando em como esta instituição podia ser um espaço em que conferia distinção social e em que se teciam redes de influência.

A formação das Minas

A notícia da descoberta de ouro na América portuguesa no final do século XVII atraiu para a região mineradora um grande número de pessoas num curto espaço de tempo. O ouro atraiu pessoas de diferentes partes do Império português e da própria colônia americana. O grande fluxo de almas para a região mineradora, que atualmente conhecemos como Minas Gerais, engendrou uma sociedade peculiar e bastante distinta da região litorânea. Contrariando o que havia acontecido nas áreas costeiras, o poder estatal estabeleceu-se posteriormente à instalação desses migrantes atraídos pela extração aurífera na região. A sociedade que se formara com incomum rapidez na região mineradora, repleta de aventureiros seduzidos pelo *Eldorado* da América lusa, constituiu, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, uma sociedade *sui generis* no Brasil. Minas Gerais foi, inicialmente, um agregado mais ou menos informe de elementos de várias procedências e de todos os estratos, que viria refletir em uma “formação compósita” (HOLLANDA, 1968: 283).

Assim, após a descoberta do ouro, os paulistas transferiram-se em peso para a região mineradora; entretanto, a notícia dos achados alastrou-se rapidamente como fogo em um rastilho de pólvora, e, sem demora, chegaram às Minas levas de migrantes das capitanias da Bahia, do Rio de Janeiro e do Reino. Essas levas de pessoas eram chamadas indistintamente pelos paulistas de emboabas, o que significava forasteiros. Estes eram rechaçados pelos “conquistadores”, que acreditavam ter o direito de exclusividade na exploração dos achados auríferos.

Desse modo, as disputas políticas pelos cargos administrativos locais entre paulistas e emboabas caracterizaram as primeiras décadas da colonização. Os paulistas detinham o poder local e os forasteiros, como acentua a historiografia sobre o tema, participavam de redes de influência que se estendiam até o Reino, passando pelas principais praças de comércio como o Rio de Janeiro e a Bahia. Além disso, os emboabas mais poderosos instalados em Minas, por comporem redes comerciais, tinham melhores condições para arrematar contratos - como foi o caso do valioso contrato dos açougues, que, arrematado pela sociedade dirigida por Salvador

Vianna da Rocha (ROMEIRO, 2008: 135), causou grande animosidade entre os paulistas. Para estes, houvera favorecimento por parte do então governador d. Fernando de Mascarenhas Lencastre, profundamente envolvido no lucrativo negócio.

A questão da arrematação dos contratos foi apenas um dos episódios que aqueceu a disputa entre paulistas e emboabas na zona mineradora. Uma série de outras disputas polarizariam ainda mais a população, culminando na Guerra dos Emboabas.

A conjuntura imposta pelas disputas políticas na região das minas, que tiveram como ápice a Guerra dos Emboabas, na qual os forasteiros saíram vitoriosos, fez com que parte dos paulistas se deslocassem para outras partes em busca de novos veios auríferos, deixando o poder administrativo local nas mãos dos emboabas.

Os potentados locais que haviam enriquecido com a exploração aurífera passaram a deter, além do poder econômico, o poder político. Nessa perspectiva, a Guerra dos Emboabas alterou radicalmente a estrutura social e política nas minas. Antes de 1709, o controle político efetivo tinha estado em grande parte nas mãos dos paulistas, que perderam sua hegemonia após a derrota neste grande conflito. Após o conflito entre paulistas e emboabas, em 1711, constituíram-se as primeiras vilas, entre elas Vila Rica, incorporando os arraiais de Ouro Preto e Antonio Dias. Sua sede foi estabelecida entre os dois arraiais, no Morro de Santa Quitéria, na atual praça Tiradentes. A escolha deste local como sede da vila se deve ao fato de os dois arraiais serem os mais populosos, de possuírem comércio e, por isso, fazerem parte das rotas por onde passavam diferentes gêneros. Além disso, o Morro de Santa Quitéria constituiria uma “região neutra” entre os dois arraiais. Nessa tentativa de delimitar o espaço e de instalar as instituições régias, a Coroa portuguesa procurou estender o seu poder na região das “insubmissas minas” (SILVEIRA, 1997: 25). Entretanto, anteriormente à chegada do poder régio, a Igreja já havia se instalado, principalmente pela grande quantidade de clérigos que por lá circulavam.

A par da iniciativa do Estado de organizar a região e trazê-la para a sua órbita, a Igreja teve papel fundamental na delimitação dos espaços através da demarcação das paróquias. A Ouro Preto coube a região compreendida pelos assentamentos do Caquende, das Cabeças, do Arraial dos Paulistas, do Passadez e do Tripuí. A paróquia de Antônio Dias compreendia a Antonio Dias, ao Arraial dos Paulistas, ao Padre Faria, ao Morro de Vila Rica e ao Bom Sucesso (RAMOS, 1972: 90). Dessa forma, a região, que foi inicialmente marcada pela ausência do poder estatal e religioso, teve delimitadas as jurisdições e as atribuições dos cargos.

A administração religiosa, ademais de sofrer com a indefinição das jurisdições nos primeiros anos da colonização, teve parte da sua ação restringida pela proibição da instalação das ordens religiosas em Minas Gerais. Charles Boxer afirma que a recusa em permitir o estabelecimento de qualquer ordem religiosa em Minas foi algo sem precedentes para os reis portugueses, que, em larga escala, consistiram nos monarcas da cristandade mais dominados pelos sacerdotes. Habitualmente, davam eles pródigo apoio às mesmas ordens em qualquer outra região de seus domínios (BOXER, 2000: 203). De acordo com Donald Ramos, as ordens religiosas foram proibidas de estabelecer conventos e mosteiros em Minas para que não houvesse núcleos de oposição ao poder da Coroa portuguesa na região (RAMOS, 1972: 258).

Outra medida que visava ampliar o alcance do Estado na região foi a fundação do Bispado de Mariana em 1745. O objetivo de sua criação foi o de estender o controle da Coroa e da Igreja sobre a sociedade mineira e de garantir a posse do território onde se encontravam as minas. Sua criação consistiu num marco importante na tentativa de organização da população, ampliando-se a atuação do Estado por meio da Igreja, pois lhe competia a preservação e a propagação dos ideais cristãos. Desde 1720, D. João V desejava a criação de um bispado nas Minas em virtude da indisciplina do clero e das constantes queixas das autoridades e do povo quanto ao comportamento dos padres (ROMEIRO; BOTELHO, 2004: 53).

Nesse sentido, as irmandades vieram a auxiliar na organização do espaço e da sociedade através de suas obras de caridade e da identificação dos segmentos sociais. As irmandades eram associações religiosas de leigos que remontavam à Idade Média e tinham como principal função a ajuda mútua entre os associados e o compromisso com as atividades religiosas.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento

As irmandades na América portuguesa cumpriam um papel semelhante ao das primeiras instituições européias. Essas associações eram responsáveis por ministrar os sacramentos aos confrades, rezar missas pelas almas dos defuntos e socorrer os irmãos em caso de extrema pobreza e doença. Essas prerrogativas eram realizadas mediante o pagamento de taxas para o assento no livro de irmãos e de anuais. Essas instituições, em certa medida, agregavam indivíduos de condições econômicas e sociais semelhantes. As irmandades

estavam presentes em boa parte da colônia e também podiam ser encontradas em outras partes do Império português.

Por serem responsáveis pela ereção e manutenção de igrejas e capelas, as irmandades contribuíram para a configuração e a delimitação do espaço urbano não apenas no que diz respeito a sua materialidade, mas também no que se refere aos encontros sociais, à demarcação simbólica da territorialidade e aos ritos católicos. As cidades expandiam-se na medida em que os fiéis procuravam embelezar os templos dos santos de devoção, alinhar e aplainar as ruas, e construir residências nas imediações da morada de seus padroeiros (NASCIMENTO, 2005: 02).

As irmandades, dessa forma, estando presentes nas diversas instâncias da vida do indivíduo, constituíam espaços em que, via de regra, os “socialmente semelhantes” se encontravam. Estes buscavam santos de devoção que correspondessem simbolicamente ao estrato social ao qual pertenciam. Era comum a participação em mais de uma irmandade; entretanto, o livre trânsito entre essas associações era privilégio de alguns, já que era algo dispendioso. Além do pagamento do ingresso e de anuais, as irmandades de elite impunham exigências mais rígidas para a aceitação de novos irmãos, como a comprovação da “pureza de sangue”⁷⁶.

A associação para a veneração de um santo não tinha somente a intenção de reunir pessoas que partilhassem da mesma fé; visavam também agregar indivíduos com condições financeiras e sociais em tese semelhantes. Embora não possamos negar que a fé era o motivo que impulsionava a criação dessas associações, a demarcação das hierarquias sociais circunscrevia, sobremaneira, a participação nelas. É sob esta ótica que pretendemos analisar a Irmandade do Santíssimo Sacramento: uma instituição capaz de conferir identidade e distinção. Assim como as demais associações religiosas de leigos, a Irmandade do Santíssimo Sacramento tinha como prioridade as funções religiosas, motivo pelo qual foi criada. Porém, como responsável pela hóstia consagrada, objeto de veneração de todos os católicos, independentemente de sua devoção de preferência, adquiriu um papel peculiar. Assim sendo, eram prerrogativas da Irmandade do Santíssimo a veneração da eucaristia, a sua guarda e promoção, a participação na construção das igrejas matrizes e a condução do viático aos enfermos. Em comum com as outras irmandades, faziam parte das atribuições do Santíssimo a

⁷⁶ A investigação devia determinar se o candidato tinha ‘defeito de sangue’, isto é, se descendia de mouro, judeu ou índio, ou se incorria em ‘defeito mecânico’, vale dizer, se era filho ou neto de indivíduo que exercera atividade ou ofício manual, ou se vivera ele próprio de tal mister. Ver: MELLO, Evaldo Cabral. *O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 23.

preocupação com os sufrágios quando da morte de algum irmão; os aspectos concernentes à ajuda mútua, como a assistência financeira dada aos irmãos em momentos de dificuldade; o culto diário; a organização de festividades etc.

Para melhor compreendermos a importância desta instituição, vale mencionar que o momento eucarístico era o mais importante da liturgia católica. O Santíssimo Sacramento, a adoração da eucaristia, da hóstia consagrada, correspondia ao momento em que os fiéis se encontravam com Cristo e entravam em comunhão uns com os outros. De acordo com Maria Marta Lobo de Araújo, o sacramento da eucaristia desenvolveu-se a partir da Reforma Tridentina, que buscava organizar e unificar o culto católico. Nesse contexto, desenvolveram-se as Irmandades do Santíssimo Sacramento, responsáveis por sua guarda e promoção.

Na América portuguesa, à Irmandade do Santíssimo Sacramento competia a promoção e a organização da procissão do Corpo de Deus, a maior procissão celebrada durante o ano, bem como a construção das igrejas matrizes. De acordo com Fritz Teixeira Salles, “A irmandade do S.S. ocupava o altar-mor, simbolizando a autoridade suprema celeste” (SALLES, 1963:35). No capítulo 29 do estatuto compromissal da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica, podemos observar sua participação na construção da igreja matriz, pois nele reivindicava-se que o Santíssimo ocupasse o trono, tanto por sua importância religiosa quanto por ter contribuído financeiramente para a ereção da matriz⁷⁷.

A procissão de *Corpus Christi*, de responsabilidade da Irmandade do Santíssimo, era a mais esperada do ano. Contando com o apoio financeiro do Senado da Câmara, constituía um dos momentos em que as fronteiras religiosas e sociais eram demarcadas. A procissão de *Corpus Christi* remontava à Idade Média, fazendo parte do calendário festivo da Igreja e da Corte lusitana por representar, além da fé católica, também a autoridade real em diferentes pontos do Império português. O próprio financiamento concedido pelo Senado da Câmara à festa do Corpo de Deus demonstra a importância que ela adquiriu no seio da cristandade nas épocas medieval e moderna.

À Irmandade do Santíssimo, ademais da responsabilidade com a guarda da eucaristia e com sua promoção através da festa de *Corpus Christi*, cabia o dever de erigir as igrejas matrizes. Levando-se em consideração que os líderes da Irmandade eram pessoas de destaque

⁷⁷ Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1738 (Capítulo 13). Documento disponível no Arquivo da Casa dos Contos em Ouro Preto/MG. Microfilme: rolo 10, volume 201. A partir daqui faremos a referência no corpo do texto da seguinte forma: “(Compromisso, 1738: cap. 14)”.

político e econômico, como foi assinalado anteriormente, é natural que a construção dos templos mais importantes das vilas estivesse a cargo de quem pudesse corresponder a empreitadas de fôlego. A receita da confraria era composta, na sua maior parte, pela contribuição dos irmãos da Mesa, normalmente composta por 24 membros. Porém, de acordo como capítulo 14 do Compromisso (Compromisso, 1738, cap. 14), nos anos que se seguissem às obras para a construção da igreja matriz, a Mesa admitiria a quantidade de irmãos que julgasse necessário para o bom andamento da obra.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento era uma instituição destinada a grupos dominantes locais, o que pode ser observado pela sua importância política e econômica, e também pelas contribuições anuais dos irmãos, principalmente dos dirigentes da irmandade. Estes eram os principais responsáveis pela receita da instituição, contribuindo com avultadas somas anualmente - em contraste, portanto, com as irmandades de negros e mulatos, como nos mostra Marco Magalhães de Aguiar, onde algumas vezes os oficiais eram dispensados de contribuir pelo serviço que prestavam (AGUIAR, 1993: 182).

De acordo com o compromisso, além dos quatro cargos de oficiais para os quais os irmãos eram eleitos anualmente, além do andador. Os cargos eram os seguintes: o *escrivão*, a quem competia registrar tudo o que se referia à Irmandade, escrever cartas de cobrança aos devedores, ter em seu poder todos os livros e fazer as vezes do procurador quando este estivesse ausente; o *procurador*, que devia zelar por todos os bens móveis e imóveis da confraria e pela cobrança de dívidas; o *tesoureiro*, responsável pelas finanças, por zelar pelos bens, mandar tocar os sinos e levar a cruz nas procissões; o *provedor*, que cuidava de todos os assuntos concernentes à Irmandade, presidia suas funções, desempatava os votos nas eleições para a composição da Mesa e dava esmolas à confraria quando houvesse necessidade; e o *andador*, que devia cumprir com todas as obrigações que lhe fossem designadas pelos irmãos da mesa. Havia também o cargo de *zelador da bacia*, responsável pelo peditório. Este cargo não está descrito no compromisso, mas consta das eleições anuais da mesa.

Nas eleições anuais para a composição da Mesa, os candidatos eram indicados pelos atuais componentes. No caso de que os eleitos, por algum motivo, não pudessem ou não quisessem assumir seus respectivos cargos – cabe lembrar que ocupá-los implicava contribuir financeiramente para a Irmandade –, a Mesa admitia os que por *devoção* se dispusessem a assumir tais postos.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento era uma associação de reconhecido prestígio social. Por isso, é importante avaliar em que medida seus membros se confundiam com a elite

política e econômica de Vila Rica. Em outras palavras, até que ponto essa irmandade pode ser considerada um espaço que reunia efetivamente os membros da elite? A documentação que já consultamos informa que parte da receita utilizada para as reformas na igreja matriz e nas festividades era oriunda da fazenda de alguns irmãos, que, portanto, tinham o hábito de arcar com os gastos da irmandade.

Nessa perspectiva, compreenderemos melhor a atuação do Santíssimo na sociedade mineira colonial a partir da análise de sua documentação interna. Assim, será possível perceber a dinâmica interna da instituição, as suas prerrogativas espirituais e assistenciais e a sua inserção na vida social, política e econômica de Vila Rica. Além de traçarmos o perfil dos membros da irmandade e conhecer um pouco mais das redes de influência que eram tecidas no seio da irmandade.

Assim sendo, buscaremos conhecer e compreender a atuação da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Desse modo, esta pesquisa visa contribuir para o estudo das associações religiosas de leigos em Minas Gerais, em especial nas zonas mineradoras. Pois, partimos do pressuposto de que estas instituições são de fundamental importância para o entendimento da organização e dos arranjos sociais locais. Além disso, este estudo visa contribuir, também, para preencher uma lacuna historiográfica referente às irmandades de brancos e de elite no mundo colonial, visto que, entre as associações com esse perfil, as mais estudadas, dada a sua importância no cenário ultramarino português, são as ordens terceiras e as Misericórdias.

Nessa perspectiva, pensamos a Irmandade do Santíssimo Sacramento como uma instituição que buscava atender às demandas de seus membros concernentes à vida mundana e religiosa. Seu objetivo fundamental consistia na prestação de assistência a seus filiados através de diversos tipos de benefícios, garantidos não somente aos irmãos, mas também a esposas e filhos legítimos. Tais auxílios envolviam a velhice, a doença, o sepultamento, a celebração de missas pela alma dos falecidos, a assistência às famílias desamparadas, e os empréstimos para os irmãos em dificuldades financeiras. Todavia, para além do exercício de prerrogativas religiosas e assistenciais comuns a todas as confrarias, a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Rica conferia ainda a seus membros a possibilidade de ampliação do poder político, um certo *status* e maior projeção na sociedade colonial, pois, como foi visto, a irmandade era composta pela elite econômica, social e política da região.

Metodologia e fontes

A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto foi fundada em 1712. Esta associação religiosa de leigos era responsável pela promoção e pelo culto do Santíssimo Sacramento. Portanto, tal instituição era fundamental em todas as vilas, pois o culto da eucaristia, o Corpo de Cristo, era difundido entre todos os católicos, independentemente da sua devoção particular. Para analisar a trajetória da irmandade e compreender a sua dinâmica interna, nos utilizaremos da documentação interna da instituição, composta pelo compromisso, pelos termos de acórdãos e lembranças, por termos de eleições e ajustes, pelo livro de receita e despesa, por inventários e pelo livro de conta corrente dos irmãos⁷⁸.

O compromisso da irmandade consistia num regimento interno em que eram estabelecidas as diretrizes a serem seguidas com relação ao plano organizacional e espiritual da instituição. No que se refere ao aspecto organizacional, o compromisso previa as quantias de ingresso e anuais a serem pagas pelos irmãos, os procedimentos para as eleições da mesa diretora, a definição de seus cargos, a quantia paga por cada oficial de mesa quando eleito, assuntos concernentes às obras necessárias à igreja matriz, etc. No âmbito espiritual, o compromisso cuidava, fundamentalmente, da ajuda aos irmãos que se encontrarem em “estado de pobreza” e de questões relativas à morte, como a inumação no interior da igreja matriz, a quantidade de missas a serem rezadas após o falecimento de um irmão, a condução do viático aos enfermos, o acompanhamento do defunto até a sua sepultura, a celebração de missas diárias, dentre outras funções.

Não existe, entre as fontes consultadas, cópia do primeiro compromisso, estabelecido por ocasião da fundação, em 1712. Porém, um documento do ano de 1729, que propõe reformas nesse primeiro compromisso, contribui sensivelmente para a recuperação de seu conteúdo. Desse documento resultou um novo compromisso, redigido em 1738 e aprovado com algumas ressalvas em 1784. Assim, a comparação do documento de 1729 com o compromisso de 1738 permite que acompanhem parte das mudanças pelas quais a irmandade passou, especialmente em suas três primeiras décadas de existência.

Tendo em vista as prerrogativas da instituição, analisaremos os aspectos concernentes à evolução financeira da irmandade. Desse modo, examinaremos os inventários feitos anualmente para verificar quais foram os bens amealhados com o tempo. Nesta mesma

⁷⁸ Toda documentação referente à Irmandade do S.S. de N.S. do Pilar do Ouro Preto citada neste trabalho, encontra-se disponível em microfilme no disponível no Arquivo da Casa dos Contos em Ouro Preto/MG.

perspectiva, avaliaremos o Livro de Receita e Despesa, para conhecer as origens da receita da irmandade e com o quê a irmandade fazia seus gastos. Parte da receita da confraria era oriunda da fazenda dos irmãos, desse modo voltaremos, também, nossa atenção, para o Livro de Conta Corrente dos Irmãos, em que são descritas as dívidas dos irmãos para com a irmandade, que iam desde pagamento de anuais a promessas de esmolos.

O livros “Termos, Acórdãos e Lembranças” e “Eleições e Termos de Ajuste”, que encontram-se parcialmente transcritos, nos auxiliarão na compreensão de como funcionava a irmandade no seu dia dia, pois nestes livros há documentos de diferentes teores, que tratam, por exemplo, de como eram solvidos os problemas cotidianos, como: as obras da igreja matriz, o empréstimo de itens utilizados no culto diário, o pagamento de capelães e andadores, etc. Pretendemos assim, analisando e cruzando toda esta documentação, compreender a dinâmica e a atuação desta instituição em Vila Rica no século XVIII.

Com relação à documentação indicada, uma das fontes mais interessantes e elucidativas é o Termo de Acórdãos e Lembranças, no qual há documentos variados, tais como as primeiras eleições para a mesa diretora, a contribuição dos irmãos para a construção e reparos da igreja matriz – pois a irmandade do Santíssimo Sacramento era a responsável pela sua construção -, a contribuição para as festividades da Semana Santa, as esmolos dadas pelos irmãos, os pagamentos feitos aos capelães e andadores etc. O registro de 12 de novembro de 1729, que faz referência ao primeiro compromisso da irmandade, encontra-se nesse livro. Ele demonstra que a instituição procurou se adequar às mudanças sociais e econômicas da região, relatando nas entrelinhas a nova situação das Minas quase duas décadas depois da Guerra dos Emboabas.

No Termo de Eleições e Ajustes, encontram-se as resoluções tomadas pelos os diretores e as eleições anuais da mesa gestora. Esse livro, em especial, foi bastante trabalhado em nossa dissertação de mestrado, cujas balizas cronológicas, no entanto, eram os anos de 1730 e 1800. Voltamos a atenção para as eleições anuais da mesa, arrolando os nomes dos irmãos que ocuparam os cargos de provedor, escrivão, procurador e tesoureiro. Feita essa lista, buscamos inventários, testamentos e ações cíveis, analisados de acordo com o método prosopográfico.

Assim sendo, nesta pesquisa pretendemos dar continuidade ao tema desenvolvido na dissertação de mestrado no intuito de aprofundá-lo a partir da análise de novas fontes. Na dissertação foram analisados o compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, o livro de eleições e os inventários e testamentos de alguns irmãos. A partir do livro de eleições

foram arrolados aproximadamente 300 nomes entre os Oficiais da mesa diretora entre os anos de 1730 e 1800, como assinalamos anteriormente. Neste novo trabalho, o recorte temporal foi estabelecido entre os anos de 1712 – ano de fundação da irmandade –, e 1784 – data de aprovação do Compromisso. Entretanto, as balizas cronológicas foram pensadas inicialmente para nortear a busca por fontes e a confecção deste projeto, pois de acordo com o andamento da pesquisa e a análise da documentação, o marco temporal final pode ser estendido ou recuado.

Desse modo, partindo dos 300 nomes arrolados vislumbramos outras fontes documentais que poderiam nos auxiliar a traçar do perfil dos irmãos oficiais da Irmandade do Santíssimo Sacramento. As novas fontes até o presente momento mapeadas e arroladas para este projeto foram a documentação digitalizada do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em que o volume de documentos referentes aos irmãos e à irmandade é considerável, além das listas de habitantes que encontram-se microfilmadas no Arquivo do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro do Museu Casa dos Contos, em Ouro Preto/MG.

As listas de habitantes às quais nos referimos são feitas por distritos, dentro de Vila Rica. Nelas constam informações acerca dos domicílios, como: quem é a “cabeça do domicílio”, ofício, se são solteiros, casados ou viúvos, filhos, agregados, escravos, cor e idade de todos os compreendidos dentro do mesmo fogo. Em alguns casos podemos encontrar a informação sobre se casa é própria ou alugada. Analisamos até agora a lista referente ao ano de 1804 (MATHIAS, 1969).

Para complementar a análise do perfil social dos oficiais da Mesa da irmandade do S.S., buscaremos no *site* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo⁷⁹ a partir dos nomes arrolados os irmãos que receberam hábitos das Ordens Militares e dos que foram Familiares do Santo Ofício. No *site* é possível realizar a pesquisa onomástica e, em alguns casos, o documento encontra-se digitalizado.

Dentro deste universo de fontes já consultas e outras apenas arroladas, elaboramos algumas tabelas que contribuiriam sobremaneira para compreender e começar a traçar o perfil dos irmãos oficiais de S.S.. Embora o espaço para apresentação dessas tabelas seja restrito, podemos dar um panorama do que foi percebido.

Inicialmente, ainda no mestrado foi feita uma tabela em que constam os nomes dos oficiais da mesa, seus cargos, cargos na irmandade e se assumiram ou não algum posto

⁷⁹ Endereço eletrônico para pesquisa no acervo do Arquivo nacional da Torre do Tombo <http://digitarq.dgarq.gov.pt/asearch>

camarário. Constatamos que dos 300 nomes utilizados na pesquisa 13% estiveram na Câmara Municipal de Vila Rica. Apesar do número não parecer considerável comparado com o todo, os irmãos que assumiram cargos na câmara o fizeram por diversas vezes, como o fez Antônio Ramos dos Reis que esteve presente na câmara por quatro vezes; José Veloso Carmo, cinco vezes; e José Dias Rosa Maciel, oito vezes, dentre outros (OLIVEIRA, 2010: 55).

Outro dado interessante é o fato de alguns irmãos também terem assumido secretarias de governo, como é o caso de Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas, provedor do Santíssimo em 1758, foi nomeado secretário de governo de Goiás em setembro de 1758⁸⁰. Provedor do Santíssimo em 1796, Pedro de Araújo Azevedo foi nomeado secretário de governo da Capitania de Minas Gerais em outubro de 1790. Antonio José Correa, por sua vez, procurador do Santíssimo em 1774, havia sido nomeado secretário na Capitania de Pernambuco, em janeiro de 1749 (MELO, 2006: 175). Embora a Capitania em que Antonio José Correa tenha atuado fosse bastante distante da de Minas, é possível que ele tenha realmente atuado nas duas localidades, pois as datas em que assumiu a Provedoria da Irmandade e a Secretaria de Governo de Pernambuco são compatíveis.

Ademais, observamos que dos 300 nomes arrolados para oficiais da mesa do S.S., 19 figuravam na lista dos homens mais abastados da Capitania de Minas Gerais feita em 1756⁸¹. Este rol foi feito após o terremoto de Lisboa em 1755 na tentativa de arrecadar fundos para a reconstrução da capital do Império português. Alguns dos nomes eram o de Antonio Ramos dos Reis – anteriormente citado como camarista –, Simão Pereira da Rocha, Manoel Ribeiro dos Santos, etc.

Desse modo, para compor o nosso quebra-cabeça, lançaremos mão da prosopografia. O método prosopográfico visa reconstituir a atuação de determinado grupo na sociedade a ser estudada, inserindo-o em seu contexto histórico, isto é, no quadro dos acontecimentos políticos, sociais, econômicos etc. de sua época e de sua região. O primeiro passo do estudo prosopográfico consiste em efetuar uma análise das condições materiais e da posição dos indivíduos no seio do seu grupo social específico e no conjunto da sociedade. Desse modo, é importante estudar pessoas formadas em camadas semelhantes da sociedade e consideradas como membros de uma mesma coletividade (BULST, 2005: 58).

⁸⁰ Embora o ano em que Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas assumiu a Provedoria da Irmandade coincida com o de sua nomeação como secretário de Governo, devemos lembrar que as eleições para os cargos de oficiais da Mesa do Santíssimo Sacramento se davam durante a Semana Santa e que os eleitos tomavam posse apenas no ano seguinte. Ou seja, ele foi eleito em 1757 para assumir em 1758.

⁸¹ ALMEIDA; RANGEL; SOBRINHO; MONTEIRO. Os homens ricos das Minas nas malhas do Império Português. *Principia*, v. 11, 2007. <http://www.ufjf.br/principia/files/2009/09/05.pdf> (04/08/2011).

Segundo Heinz, a prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em todo o período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas (HEINZ, 2006: 09).

A partir desses pressupostos, o grupo delimitado em nosso trabalho são os membros da Mesa diretora da Irmandade do Santíssimo Sacramento, em especial os oficiais da Mesa. A Mesa era composta por quatro cargos: o Provedor, o Procurador, o Escrivão e o Tesoureiro. Consideramos neste trabalho que as pessoas que assumiram tais cargos faziam parte da elite política e religiosa de Vila Rica no Setecentos. A partir da leitura dos documentos analisados até o presente momento, podemos constatar que esse grupo fazia parte também da elite econômica da região.

Desse modo, nos utilizaremos do ponto de vista de Heinz que pensa o conceito de elite como um termo empregado num sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de “estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. Assim sendo, consideramos o grupo delimitado pela pesquisa como parte da elite religiosa, pois na instituição da qual participavam, vinculada ao catolicismo, compunham a Mesa gestora; da elite política, porque muitos dos oficiais da Mesa ocuparam cargos camarários em Vila Rica; e, finalmente, da econômica, como sugerem testamentos e inventários dos irmãos – analisados durante a pesquisa do mestrado –, bem como os documentos da própria irmandade em que há registro de contribuições.

Considerações finais

O presente trabalho é um projeto de doutoramento apresentado ao PPGH da UFJF, através do qual propomos e vislumbramos algumas perspectivas de pesquisa sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento.

Nesse sentido, à guisa de conclusão, nosso estudo pretende conhecer as prerrogativas no que se refere ao aspecto religioso e organizacional da irmandade, bem como buscar compreender a dinâmica interna da instituição, para que possamos por fim compreender e analisar o perfil de irmãos e sua atuação na sociedade mineira setecentista. Além de pensar, em que medida esta instituição pode ser considerada um espaço que confere distinção social

por congregar um determinado grupo social, conjugado com a importância social, religiosa e política da irmandade.

Fontes manuscritas (em microfilme)

Compromisso da irmandade (1738 a 1784). Arquivo do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Museu Casa dos Contos, Ouro Preto/MG. Fundo: Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Microfilme: rolo 10, volume 201.

Site

Endereço eletrônico para pesquisa no acervo do Arquivo nacional da Torre do Tombo
<http://digitalq.dgarq.gov.pt/asearch>

Referências bibliográficas

AGUIAR, Marco Magalhães. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no séculos XVIII*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 1993.

ALMEIDA; RANGEL; SOBRINHO; MONTEIRO. *Os homens ricos das Minas nas malhas do Império Português*. Principia, v. 11, 2007.
<http://www.ufjf.br/principia/files/2009/09/05.pdf> (04/08/2011).

ARAÚJO, Marta Maria Lobo de. *A Confraria do Santíssimo Sacramento de Pico de Regalados (1731-1780)*. Coimbra: ATAHCA, 2001.

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

BULST, Neithard. *Sobre o objeto e o Método da Prosopografia. Politeia: História e Sociedades*, v. 5 n. 1, 2005.

HEINZ, Flávio M. *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª ed.. São Paulo: Difusão Européia do Livro, tomo I, 2º vol, 1968.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*. Ministério da Justiça Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1969.

MELLO, Evaldo Cabral. *O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MELO, Josemar Henrique de. *A ideia de arquivo: a Secretaria de Governo da Capitania de Pernambuco (1687-1809)*. Dissertação de Doutorado em Ciências Documentais apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientadora: Prof^a Dr^a Fernando Ribeiro. Porto, 2006

NASCIMENTO, Mara Regina do. *As irmandades no meio urbano: práticas funerárias e religiosidade entre os leigos, Porto Alegre, século XIX*. In: *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005.

OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. *Devoção e poder: a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto (Vila Rica, 1732-1800)*. Mariana/MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2010.

RAMOS, Donald. *A social History of Ouro Preto: Stresses of dynamic urbanization in Colonial Brazil*. The University of Florida, Ph.D., 1972.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das Minas: Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO & Ângela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais. Período colonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*, São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

Trajetórias no Brasil Colonial

Reprodução Familiar: estratégias de uma elite de Antigo Regime (Guarapiranga – 1780 a 1820).

Débora Cristina Alves*

Resumo: O presente artigo baseado no conceito de Antigo Regime nos Trópicos tem como intuito compreender as diversas facetas que interligavam e perpassavam a lógica e estratégias existentes entre as famílias de elite durante o período colonial. Fundamentado em alguns inventários post-mortem da região de Guarapiranga (MG) entre o período de 1780 a 1840 encontrados na Casa Setecentista de Mariana e no Fórum da cidade de Piranga (MG), o trabalho procura relacionar os artifícios empregados por essa elite, considerada de pequeno porte, com as características predominantes entre as elites de Antigo Regime.

Palavras- Chave: Estratégias familiares, Elite Colonial, Antigo Regime nos Trópicos.

Abstract: This article based on the concept of Old Regime in the Tropics has the intention to understand the various facets and perpassavam interconnected logic and strategies between the elite families during the colonial period. Based on some postmortem inventories in the region of Guarapiranga (MG) from the period 1780 to 1840 Business men found in the Mariana and the Forum of the city of Piranga (MG), the work seeks to relate the artifices employed by the elite, considered small, with the predominant features among the elites of the ancien regime.

Keywords: Family Strategies, Elite Colonial, Old Regime in the Tropics.

Introdução

Nos últimos anos alguns historiadores têm inserido o conceito de Antigo Regime nos Trópicos para explicar as diversas facetas do período colonial no Brasil. Para estes a Coroa

* Mestranda em História.

não mantinha um controle absoluto sobre a colônia, na verdade existia uma “negociação” entre a elite colonial e a Metrópole, que possibilitava aos primeiros alcançar *status* e poder através de acordos constantes.

Essas “negociações” excediam o ambiente político e econômico e atingiam o espaço familiar, de onde, surgiam importantes alianças entre famílias próximas e notáveis. Por meio dos casamentos entre membros dessas famílias, grandes coligações eram firmadas, assim como, a obtenção e ampliação de admiráveis fontes de poder.

Durante o trabalho foram identificados alguns elementos que compõem o conceito de Antigo Regime nos Trópicos, considerando as abordagens feitas pelos principais expoentes dessa historiografia, como por exemplo, António Manuel Hespanha. Assim como, dados que corroboram tal perspectiva para a região de Guarapiranga, no interior de Minas Gerais, no período de 1780 a 1840, utilizando para tanto inventários *post-mortem* encontrados na Casa Setecentista de Mariana e do Fórum de Piranga, que detalham as uniões matrimoniais e alianças formadas entre os principais grupos de elite existentes na freguesia.

Nesse sentido, o trabalho procura identificar as principais características que marcam essa sociedade baseada nos preceitos do Antigo Regime e que ainda assim mantinha a escravidão como elemento efetivo.

Antigo Regime nos Trópicos: elite e suas estratégias.

O conceito de Antigo Regime nos Trópicos instituído nos últimos anos tem ganhado força e renome no campo historiográfico. Inserido em diversas categorias históricas, o termo tem sido utilizado por diversos historiadores para clarificar e reestruturar alguns pontos da historiografia lusa. Um dos principais expoentes dessa nova vertente é António Manuel Hespanha que introduziu a noção de Monarquia Corporativa para Portugal.

Nesse novo conceito:

- “- o poder real partilhava o espaço político de maior ou menor hierarquia;
- o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicas locais;
- os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes;
- os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real.” (HESPANHA, 2001:166)

Desta forma, para Hespanha interpretar a Coroa como um sistema forte e centralizado não explica suficientemente o processo de colonização. Para ele:

“a centralidade do Império dissolvia-se num emaranhado de relações contraditórias entre uma multiplicidade de pólos, nos quais a coroa ocupava lugares e hierarquias diversas, frequentemente insignificantes, por vezes escandalosamente rebaixadas; e em que, em contrapartida, tanto se alevantam poderes locais altaneiros, como as tais sombras dos “funcionários” régios se alongavam em dimensões autônomas, cobrindo e dando legitimidade prática a toda a sorte de iniciativas e ousadias, que os regimentos rejeitavam e as cartas régias mal podiam coonestar”. (HESPANHA, 2007: 58)

Nesse sentido, seria errôneo acreditar que esse universo de disfunções, como denomina Hespanha, poderia ser considerado como a incapacidade do centro para dominar a periferia. Na realidade, este aparente caos era o “sistema”. “Um sistema feito de constelação imensa de relações pactadas, de arranjos e trocas entre indivíduos, entre instituições, mesmo de diferentes hierarquias, mesmo quando um teoricamente pudesse mandar sobre o outro”. (HESPANHA, 2009: 47) A sociedade colonial, seria então, marcada pelos atos de graça que criavam deveres quase-jurídicos; a graça do rei, mas também de particulares, cunhava uma rede pactos, de expectativas e de quase direitos que organizava tal sociedade. (HESPANHA, 2009: 48)

Como ressalta Russel-Wood entre as leis reais e as determinações dos conselhos ultramarinos, havia sempre espaço para flexibilidade e negociação. Desta forma,

“forças centrífugas ligadas a múltiplos pontos de tomada de decisão e a falta de coordenação entre administradores individuais e entre as agências administrativas enfraqueciam a efetividade da ação do governo. Isto abria espaço para que os colonos participassem da estrutura administrativa e da formulação ou implementação das políticas da Coroa”. (RUSSEL – WOOD, 1998:10)

Essa negociação política tão recorrente nas práticas suscitadas entre os diversos grupos que compunham a sociedade colonial, como observa Maria de Fátima Gouvêa, foi preponderante nos intermédios de ação da administração régia através do exercício de sua autoridade. (GOUVÊA, 2005: 70)

O conceito de “autoridade negociada”⁸² corrobora que a história do Brasil colonial representa uma trajetória em direção a uma crescente autonomia, que se retro-alimenta, se expande e alimenta a criação de uma identidade que se pode chamar de brasileira.

⁸² O Conceito de Autoridade Negociada foi cunhado por Jack P. Greene no livro *Negotiated authorities. Essays in colonial political and constitutional history*. The University Press of Virginia, 1994.

Essa “negociação” aponta que se de um lado a coroa usufruía dos recursos financeiros e contribuições políticas advindos das áreas coloniais, por outro, destaca que vários grupos de indivíduos dependiam de igual forma da coroa que lhe conferia “reconhecimento” e “aval institucional” necessários para a manutenção de suas posições sociais diante da sociedade local onde pertenciam (GOUVÊA, 2009: 4). Os grupos eram, portanto, formados por membros de uma elite local que “negociava” a participação e autonomia nesse ínterim social.

São essas elites que tomam sentido diferenciado no contexto colonial. Como ressalta Maria Fernanda Bicalho, as elites coloniais se formaram num contexto singular, marcado especificamente pelo mercantilismo, diferentemente do cenário europeu de Antigo Regime, as quais as elites eram formadas, por membros das casas nobres, que tinham sangue, na ascendência e na casa. Em Portugal, essas elites poderiam ser denominadas como *camarária*, *concelhia*, em *nobreza da terra* ou *nobreza civil e política* encarregada do governo das localidades as quais residiam (BICALHO, 2005: 73 e 74).

Bicalho continua afirmando que:

“a constituição das elites no ultramar passava pelo serviço do rei, não tão diferente do que ocorria também em Portugal. Nesse sentido, a conquista e a defesa da terra, o serviço do rei, a ocupação de cargos administrativos e as mercês régias recebidas em retribuição aos serviços prestados podem aqui ser evocados como critérios de formação e de definição das elites coloniais. Porém, o que a situação e a experiência coloniais tinham de específico era o fato de suas elites serem escravistas” (BICALHO, 2005: 74).

A escravidão como observa Hebe Mattos se tornaria a condição básica para a constituição de uma sociedade católica, na qual se fundamentava as características básicas de uma sociedade de Antigo Regime em que prevaleciam traços que legitimavam e naturalizavam as desigualdades e as hierarquias sociais (MATTOS, 2001: 143). Nesse sentido, considerar o escravismo como deturpação aos valores da cristandade se torna um equívoco, já que era habitual construir justificativas religiosas para expandir a ordem econômica e social baseado no cativo de gentios e negros na América e na África.

Nas palavras de Mattos:

“...apesar de as diferenças de cor e de características físicas reforçarem as marcas hierárquicas no processo de expansão da escravidão moderna, elas não foram realmente necessárias para justificar a existência da escravidão. Afirmar que a legitimação da escravidão moderna não se fez em bases raciais não implica, entretanto, considerar que estigmas e distinções com base na ascendência deixassem de estar presentes nas sociedades do Antigo Regime e, em especial, no Império Português” (MATTOS, 2001: 148).

A obtenção de cativos índios ou africanos possibilitava a alguns indivíduos tornarem-se senhor de terras e escravos, afidalgando-se nas colônias, foi uma das grandes motivações a trazer milhares de colonos portugueses para a aventura da conquista (MATTOS, 2001: 147 e 148).

De acordo com Luiz Felipe de Alencastro o tráfico negreiro foi responsável pela formação histórica brasileira, já que extrapolou o registro de operações de compra, transporte e venda de africanos e moldou o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política na América Portuguesa (BICALHO, 2005: 76).

A influência da escravidão e do tráfico na colônia interferiu em todos os âmbitos da sociedade colonial, inclusive no espaço familiar. O escravo era o item predominante nas negociações e estratégias que sucediam no círculo familiar. O escravo era a forma mais natural, prática e apreciada de dotar uma filha prestes a se casar ou a um filho que buscava estabelecer e constituir uma nova família. Como ressalta Carlos A. Prado Bacellar, doar escravos, por si só, constituía a família como privilegiada perante o restante da sociedade. “Destinar escravos para o dote era, portanto, prática diferenciadora de status social, pois delimitava uma camada mínima de grandes proprietários no conjunto já exíguo dos proprietários de escravos” (BACELLAR, 1997: 134).

A família constituiu o eixo da economia moral do Antigo Regime e do seu estatuto institucional como enfatiza Hespanha.

“Suas grandes linhas – naturalidade, preferência dos laços generativos (agnatícios, de parentesco) aos laços conjugais (cognatícios, de afinidade), organicidade e unidade da família, sob a égide do *pater* – estão predeterminados por esta antropologia do amor familiar” (HESPANHA, 1999: 246).

A família era formada por agnados e cognados, mas também por criados, escravos e, até, os bens. Essa unidade estava sob a hegemonia do *pater*, ao qual incumbia direitos-deveres sobre os membros e as coisas da família (HESPANHA, 1999: 250).

“Era assim quanto aos criados, ligados ao dominus por uma relação que excedia em muito a de um simples mercenário, aparecendo envolvida no mundo das fidelidades domésticas. Não é que o direito português conhecesse ainda a adscrição, mas as relações entre o senhor e os servos desenvolviam-se no ambiente da família patriarcal (da “casa”), que criava, de parte a parte, laços muito variados. Desde logo, “criados” (famuli, “família”) eram, tradicionalmente, aqueles que viviam com o senhor “a bem fazer”, ou seja, pelo comer e dormir” (HESPANHA, 1999: 250).

O casamento possuía, na ótica de Antigo Regime, um extremo controle e rigidez por parte dos grupos familiares. Por vezes, estipulava-se expressamente a obrigação de se casar de acordo com a vontade do pai ou, até, de se consultarem os parentes da linhagem sobre as opções em tais matérias, excluindo-se como sucessores todos os que casassem de diverso modo, ou com pessoas de sangue “impuro”, quer dizer, de acordo com as concepções que foram impondo, com ascendentes reputados judeus, mouros ou negros (MONTEIRO, 2011: 133).

A escolha do cônjuge era considerada pelo Concílio de Trento como livre e voluntário. No entanto, as Ordenações Filipinas deserdavam as filhas menores (de 25 anos) que casassem contra a vontade dos pais e, em complemento, puniam com degredo quem casasse com mulher menor sem autorização do pai (HESPANHA, 1999: 247).

O matrimônio era acatado como questão quase econômica e era arranjado não apenas pelo pai da noiva, mas também por parentes próximos. Na região de Guarapiranga (MG), considerada de pequeno porte e habitada por pequenos proprietários de terras e escravos a importância financeira e social do casamento se expressava de maneira contundente na escolha dos futuros nubentes. No inventário de Francisco Dias dos Anjos⁸³, por exemplo, ao morrer sem herdeiros diretos, determina que sua afilhada Maria Antônia só receba a herança a ela concedida, caso se casasse com o pretendente imposto por seus pais:

E com / maior coantidade e a ditta munha afi/lhada Maria Antonia na ditta erança bem / entendido nalguma destas erdeiras casara / com pessoa di igual, ou contra a vontade / de seus Pais, ou quem as dominar quero / que não tinha parte nesta herança, so / serão herdeiras ou obdientes, e que não [ilegível].

O controle paterno quanto ao casamento influenciava diretamente nas estratégias de reprodução familiar. A união matrimonial entre membros de uma mesma família ou de famílias próximas que fossem financeira, política e socialmente vantajosas diferenciavam a escolha de um cônjuge.

“Na verdade o casamento de filhos de famílias abastadas não era nada simples. Cada cônjuge tinha por trás de si uma ampla carga de responsabilidade, sobre as quais devia prestar contas à sua família. Carregava consigo um patrimônio econômico, político e social, herdado dos pais, e que não poderia ser desperdiçado, mas sim acrescido a outro, pelo matrimônio. Assim, um casamento poderia significar o reforço de uma aliança política ou econômica, ou mesmo a criação de uma nova aliança” (SILVA, 1984: 66).

⁸³ Baseado nos inventários *post-mortem* do ACSM, 2 ofício, 59, 1337 (de 1821).

O sistema de parentesco afetava a base grupal da organização oligárquica na colônia. “No interior do grupo familiar, o parentesco determinava em ampla medida a disparidade de acesso a recompensa materiais, status e participação no processo decisório” (LEWIN, 1993: 115).

“Assim, o casamento era não tanto um assunto pessoal quanto era um assunto de família, e isso favorecia a família de muitos modos. O casamento de filhos, ou filhas, dava continuidade às linhagens dos dois genitores porque, no Brasil como em Portugal, a linhagem se transmitia tanto pelos homens como pelas mulheres. Além disso, o casamento de um filho dava a sua família como um todo uma aliança como a família da noiva, acrescida de uma nova unidade produtiva, instalada, em sua maior parte, como o dote da noiva. Inversamente, pelo casamento de uma filha, a família ganhava um novo sócio, que podia colaborar para a expansão do empreendimento familiar” (NAZZARI, 2001: 66).

Nesse sentido, as famílias, assim como, outros membros diversos desta sociedade se relacionavam com base no sistema de redes clientelares tão presentes no Antigo Regime. Nela o ato de natureza gratuita, o dom, fazia parte desse universo normativo preciso e minucioso que retirava toda a espontaneidade e a transformava numa cadeia infinita de atos beneficiais. O dom conduzia o beneficiado e o benfeitor numa economia de favores, em que o benefício não necessariamente possuía uma dimensão meramente econômica e assim tornava difícil delimitar os limites exatos do seu montante (HESPANHA e XAVIER, 1999: 340). Como ressalta Hespánha,

“este caráter incerto do montante da dívida instituiu um campo indefinido de possibilidades de retribuição. Esta, para equilibrar o elemento liberal da dívida, tendia a acrescentar também algo ao presumível valor do recebido. E assim sucessivamente. O que provocava um contínuo reforço econômico e afetivo dos laços que uniam, no início, os atores, numa crescente espiral de poder, subordinada a uma estratégia de ganhos simbólicos, que se estruturava sobre os atos de gratidão e serviço” (HESPANHA e XAVIER, 1993: 340).

As alianças formadas entre as famílias de elite foram determinantes na obtenção de importantes redes clientelares que se desenvolveram durante o período colonial. A escolha do cônjuge, por exemplo, fazia parte de uma estratégia de vida previamente pensada visando a estruturação de uma rede de relações familiares complementares às relações de cunho comercial. Quanto mais amplas e sólidas as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso socioeconômico da família (BACELLAR, 1997: 142).

As alianças familiares, portanto, eram instrumentos eficazes e determinantes na constituição de redes familiares, econômicas e políticas entre famílias da região ou de outras regiões. Carlos Bacellar divide essas trocas matrimoniais de duas formas: as unilaterais e as bilaterais. Nas uniões unilaterais dois ou mais irmãos casavam-se com duas ou mais irmãs de outra família. Assim, de um lado cedia apenas os homens e do outro, somente as mulheres. Já as trocas bilaterais consistiam na reciprocidade: um homem e uma mulher, irmãos entre si, casavam-se, respectivamente, com uma mulher e um homem igualmente irmãos entre si (BACELLAR, 1997: 94).

A troca unilateral ocorria quase sempre entre indivíduos da mesma geração, e algumas vezes entre primos; estas, quando ocorriam, tendiam a ser casos externos, causados principalmente por questões de isolamento geográfico. (...) Opostamente, as trocas bilaterais marcavam-se por quase nunca ocorrerem em mesma data. Aparentemente, estas uniões tinham sentido de compensação, quando após uma família ter “perdido” uma filha para um genro, a família deste “retribuía”, oferecendo uma filha para ser nora da outra família (BACELLAR, 1997: 95).

Especificamente na região de Guarapiranga foi encontrado um caso de união unilateral entre as duas famílias mais importantes da região: os Gomes Sande e os Badaró. Os filhos de Antônio Pedro Vidigal de Barros com Francisca Cândida Oliveira Sande e Tereza Altina Sande se casam respectivamente com as filhas de Francisca Candida Lima Duarte Badaró e Francisco Coelho Duarte Badaró⁸⁴, ampliando e sustentando uma das mais importantes alianças matrimoniais da região.

Assim, as trocas unilaterais ou bilaterais eram frequentes entre as famílias de elite. E eram vistos como meio eficaz de consolidar e ampliar as alianças, principalmente quando os lados interessados não eram relacionados por consangüinidade. O sistema de trocas matrimoniais poderia ser uma tentativa de reforço das alianças com famílias desconhecidas, o que não seria preciso quando existia um laço de consangüinidade (BACELLAR, 1997: 96).

Conveniente ressaltar que durante o período do Antigo Regime o endividamento das casas nobres e do seu estado de “semifalência” econômica era considerado extremamente vulgar. Para tanto era exigido um nível mínimo de riqueza para uma manutenção digna de determinado status ou para sua ascensão (HESPANHA e XAVIER, 1999: 343).

“Por estas razões, podia haver uma “quase-dependência” de determinadas casas em relação a certos financiadores. Ou seja, a oferta de bens econômicos, muitas vezes, era feita pelo pólo socialmente inferior, em troca de bens simbólicos (possuídos pelo

⁸⁴ Com base nos inventários *post-mortem* da Casa Setecentista de Mariana e do Fórum de Piranga.

Tal estratégia de ascensão ao poder pode ser percebida no amplo número de casamentos feitos entre mulheres autóctones e portugueses. Na região paulista, como observa Ana Silvia Volpi Scott, 66% dos homens nativos de Portugal estavam casados com mulheres naturais da região (SCOTT, 1999: 42). Trabalhos sobre Minas Gerais, como de Carla de Almeida corroboram as mesmas evidências. Em seu estudo sobre as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes verificou-se a forte fixação de portugueses casados com mulheres naturais da região (ALMEIDA, 2006: 72 a 83). A região de Guarapiranga não era diferente, entre os indivíduos que se casaram 66,67% provinham de regiões portuguesas e apenas 33,34% eram brasileiros.⁸⁵

Da mesma forma que os casamentos entre portugueses e autóctones trazia grandes benefícios aos primeiros, já que determinava a inserção nas comunidades locais e proporcionava às famílias da região a inserção nos meios nobres e respeitáveis da sociedade.

Portanto, ao observar as estratégias mantidas pelas famílias de elite, percebe-se que suas ações se estruturavam de acordo com os preceitos que coordenavam a sociedade de Antigo Regime, ainda que possuíssem diferenças relutantes, como a escravidão.

A região de Guarapiranga apresenta deste modo, traços característicos desta sociedade, no entanto, é preciso explorar detidamente essa comarca a fim de compreender melhor tais peculiaridades.

Considerações finais

O conceito de Antigo Regime nos Trópicos tem sido nas últimas décadas destaque entre os principais historiadores que procuram compreender as diversas facetas que compunham a sociedade colonial brasileira.

Fundamentado, portanto, nos preceitos desse conceito, o presente trabalho procurou destacar as principais características que corroboram a utilização do termo para o período colonial, enfatizando as idéias de monarquia corporativista que António Manuel Hespanha utiliza para explicar a dominação portuguesa sob o Brasil, assim como, a noção de

⁸⁵ Informação baseada na análise de 125 inventários *post-mortem* da Casa Setecentista de Mariana e do Fórum de Piranga.

“autoridades negociadas” empregada para compreender as manobras empregadas entre a elite colonial e a Metrópole.

Desta forma, os princípios e artifícios utilizados em uma sociedade de Antigo Regime foram aplicados entre os indivíduos brasileiros, que empregavam essas manobras não apenas no âmbito político e econômico, assim como, no espaço familiar, onde ocorriam grandes alianças entre as principais famílias através de uniões matrimoniais.

Grandes alianças foram formadas entre a elite da região de Guarapiranga (MG), que assim como outras elites de outras regiões brasileiras, empregavam variadas estratégias para a obtenção de *status* e poder.

Deste modo, entender a sociedade brasileira na ótica do Antigo Regime amplia detidamente o conhecimento sobre as estratégias e alianças familiares tão essenciais para a manutenção e ampliação das distinções hierárquicas e de diferenças sociais.

Fontes

- Inventários Post-Mortem da Casa Setecentista de Mariana (ACSM) e Fórum de Piranga (MG) de 1780 a 1820.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (orgs.). **Nomes e Números**: alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

BACELLAR, Carlos Almeida Prado. **Os senhores da terra**. Famílias e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765- 1885. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs.). **Optima Pars**: Elite Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Diálogos historiográficos e cultura política na formação da América Ibérica. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA,

Maria de Fátima Silva (orgs). **Culturas Políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João. Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – do Antigo Regime nos Trópicos ao Trama das Redes”. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI –XVIII. Rio de Janeiro? Civilização Brasileira, 2009.

HESPANHA, António Manuel. A Família. In: MATTOSO, José (org.) **História de Portugal** – O Antigo Regime (1620 – 1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

HESPANHA, António Manuel. A Constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. Depois do Leviathan. **Almanack Brasiliense**. São Paulo, nº5, maio de 2007.

HESPANHA, António Manuel. Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou o Revisionismo nos trópicos. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs). **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

LEWIN, Linda. **Política e Patronagem na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia da base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In: MATTOSO, José (org). **História da Vida Privada em Portugal** – Idade Moderna. Lisboa: Ed. Temas e Debates, 2011.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500- 1808. Trad. de Maria de Fátima Silva Gouvêa (UFF). **Revista Brasileira de História**, vol. 18, nº 36, São Paulo, 1998.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Nordeste Português (Séculos XVIII e XIX)**. 6ª Ed. Guimarães: NEPS – Universidade do Minho, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. As Redes Clientelares. In: MATTOSO, José (org.) **História de Portugal – O Antigo Regime (1620 – 1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

Um Império de Serviços: ofícios e trajetórias sociais dos governadores gerais do Estado do Brasil no século XVII.

Hugo André Flores Fernandes Araújo *

Resumo: Propomos analisar a trajetória de serviço dos fidalgos que foram governadores gerais do Estado do Brasil entre 1642 e 1654, sejam eles: António Teles da Silva, António Teles de Menezes e D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza. Analisaremos como se dava a gradação hierárquica entre os serviços à Coroa portuguesa e como isto representava um sinal de distinção e prestígio em uma sociedade de Antigo Regime. Buscamos perceber os principais traços do perfil dos governantes da América lusa no século XVII.

Palavras-chave: *governo geral; Estado do Brasil; trajetórias.*

Abstract: We propose to analyze the trajectory of services of the fidalgos who were general governors of the Estado do Brasil between 1642 and 1654, they are: Antonio Teles da Silva, Antonio Teles de Menezes and D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza. We will analyze how was the hierarchical gradation of services to the Portuguese crown and how this represented a mark of distinction and prestige in a society of the Ancien Regime. We seek to understand the main features of the profile of governors of Portuguese America in the seventeenth century.

Keywords: *general government; Estado do Brasil; trajectories.*

Introdução:

A análise das trajetórias dos governadores-gerais do Estado do Brasil permite compreender o que a renovada historiografia política denomina de *economia política de privilégios*⁸⁶, ou seja, esta era a “dinâmica que pode reforçar os laços de sujeição e o

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista CAPES/REUNI.

⁸⁶ Esse conceito foi esboçado em um artigo da revista *Penélope*: “A *economia política de privilégios* relaciona, em termos políticos, o discurso da conquista e a lógica clientelar inscrita na economia de favores instaurada a partir da comunicação pelo dom. Tanto o ideário da conquista, quanto a norma de prestação de serviços apareciam, no quadro do Império, como mecanismos de afirmação de vínculos políticos entre vassalos ultramarinos e soberano português. A *economia política de privilégios* deve ser pensada enquanto cadeia de

sentimento de pertença dos vassallos – sejam eles reinóis ou ultramarinos – à estrutura política mais ampla do Império, viabilizando melhor o seu governo” (GOUVÊA, 2010: 287). Sendo assim, inferimos que entender a lógica da remuneração dos serviços é fundamental ao analisar como estes fidalgos alcançaram postos elevados na hierarquia de governo e comando do Império Ultramarino Português, além elucidar a dinâmica do funcionamento administrativo deste império.

As *mercês*⁸⁷ eram o meio que a monarquia lusa utilizava para remunerar os serviços que seus vassallos faziam em seu favor, estas eram articuladas ao universo dos costumes e da *justiça* na sociedade portuguesa. Fernanda Olival discute a ideia de que a “justiça correspondia, ao longo de quase todo o Antigo Regime, ao principio ‘de dar a cada hum o que he seu’, quer no repartir do prêmio e do castigo (justiça distributiva), quer no cumprimento dos contratos (justiça comutativa)”(OLIVAL, 2001: 20). Desta forma começamos a compreender como as relações entre súditos e monarca eram sustentadas por valores culturais específicos, como a ideia de justiça a qual no referimos, contudo não descartamos o papel das escolhas destes indivíduos, apenas ressaltamos que estes estavam inseridos em um universo de valores muito diferente do nosso.

Assim sendo é importante ressaltar as proposições que Nuno Gonçalo Monteiro, lançou ao analisar as trajetórias dos governantes das conquistas ultramarinas nos séculos XVII e XVIII, este observou que

A análise dos critérios de recrutamento para os principais ofícios da monarquia nunca pode ignorar as características da hierarquização nobiliárquica, e em particular, essa distinção essencial. (...) a escolha dos nomeados e a respectiva remuneração de serviços era balizada e limitada por critérios bem definidos, os quais raramente foram ultrapassados. (MONTEIRO, 2010: 251-252)

Tendo em vista os procedimentos que Nuno Gonçalo indicou sobre a maneira como a monarquia agia ao recrutar oficiais de governo, recuperamos a afirmação de Fernanda Olival. A importância da remuneração por serviços prestados e o provimento em novos ofícios eram elementos que constituíam a *economia da mercê*, e dessa forma “os serviços constituíam, até,

negociação e redes pessoais e institucionais de poder que, interligadas, viabilizavam o acesso a cargos e a um estatuto político – como o ser cidadão –, hierarquizando tanto os homens quanto os serviços em espirais de poder que garantiam coesão e governabilidade ao Império.”(FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000: 79)

⁸⁷ Segundo Bluteau: “na sua genuína significação quer dizer paga do mercenário, ou galardão & recompensa, que se dá ao merecimento de alguém, (...) Mas na língua portuguesa não se costuma nesta significação de salário, prêmio ou remuneração, se não de graça, ou benefício, como os que Deos faz às suas criaturas, ou os senhores aos seus criados.” BLUTEAU, s/d, vol. V:430-431.

uma forma de investimento, ou seja, um capital susceptível de ser convertido em doações da Coroa, num tempo posterior. E com uma vantagem: a recompensa régia tinha freqüentemente fortes conotações honoríficas, além do valor econômico que pudesse ter.” (OLIVAL, 2001: 24) Segundo Olival o fato da sociedade ibérica ser essencialmente centrada em marcas sociais como a honra e o privilégio, é natural e lógico observar que as condições de acesso as mercês eram desiguais entre os que as pleiteavam, além disso, o uso desse privilégio concedido deveria ter fortes conotações públicas no meio social, em outras palavras, após receber a mercê “cada um devia esforçar-se, não por esconder, mas por exhibir, até de forma ostensiva”. (OLIVAL, 2001: 24)

Observando a *economia da mercê* do ponto de vista da coroa podemos perceber que em grande medida essa prática viabilizou a manutenção do império ultramarino português, ideia essa que defendemos com o título deste artigo, pois entendemos que a “mercê tinha esse poder de deixar os vassallos obrigados a quem lha dera e, por sua vez, o dador dependia desses apoios” (OLIVAL, 2009: 151). Aliado a isso também entendemos que a *economia da mercê* representava uma estratégia da coroa portuguesa, uma vez que os serviços no ultramar eram muito mais numerosos do que no reino, a opção por uma trajetória no “império devia praticamente se bastar a si mesmo nesse campo e evitar que os servidores regressassem rapidamente à metrópole. Ali davam maior segurança ao centro político em matéria de defesa” (OLIVAL, 2009: 152).

Portanto, ressaltamos que nos últimos anos os estudos sobre as trajetórias políticas dos governantes dos impérios ibéricos tem se intensificado, gerando análises que visam à apreensão das estratégias administrativas das monarquias e dos mecanismos de “acrescentamento” social das famílias envolvidas neste cenário. Um exemplo deste tipo de estudo foi desenvolvido por Ronald Raminelli. Este destacou que os vínculos estabelecidos entre o Rei e seus vassallos serviram como elemento integrador das várias partes do império. Além disso, Raminelli indicou que os estudos das “trajetórias individuais permitem vislumbrar a dinâmica entre serviços e recompensas, entre centro e periferias no mundo ibérico” (RAMINELLI, 2008:31), o que nos permite fazer uma relação com a assertiva de Bartolomé Yun: “la historia de los impérios está indisolublemente unida a la de las élites políticas, económicas y culturales de las áreas que los forman” (CASALILLA, 2009: 11). Desta forma, por tudo o que apresentamos nesse primeiro momento, buscamos entender mais do que as trajetórias de serviços, objetivamos também a compreensão do funcionamento da dinâmica governativa do império luso, que permeava as relações entre súditos e monarca.

Origens fidalgas dos governadores gerais

A fidalguia era um traço comum a todos os governadores gerais que passaram pelo Estado do Brasil no século XVII. Como definição de *fidalgos* Raphael Bluteau indica: “Ao homem cavalheiro deuse este nome, para se dar a entender, que de seus pays tem herdado Algo, ou alguma cousa, de que se pode prezar, como nobreza de sangue, ou rendas, & fazenda consideravel, porque Algo também significa cousa de valor”⁸⁸. Portanto, uma análise das origens familiares dos governadores gerais faz-se imprescindível para notar claramente esta característica e suas implicações. Há que se ter em vista que “o princípio de que a nobreza e a fidalguia se transmitiam tanto por via paterna, como por via materna” (MONTEIRO, 2011: 136), característica essa verificada na unidade familiar dos governadores gerais.

A mãe de António Teles da Silva⁸⁹, D. Mariana de Lencastre era filha do IV Senhor de Vimieiro, D. Francisco Faro e de sua esposa D. Guimar de Castro⁹⁰; já seu pai, Luis da Silva fora “Alcaide mor⁹¹, e Commendador de Cea na Ordem de Aviz, que foy Governador da Relação do Porto, Veador da Fazenda, e Do Conselho de Estado, e sérvio algum tempo de Mordomo mor”⁹². Segundo Virginia Rau, António Teles da Silva não era primogênito, portanto, não herdaria as posses de seu pai, sendo António Teles da Silva o “irmão mais novo de João Gomes da Silva, Fernão Teles de Menezes e Francisco da Silva, e de mais sete irmãs” (RAU, 1985: 29)

Segundo António Caetano de Sousa, António Teles de Menezes⁹³ foi o último dos filhos de Rui Teles de Menezes, que era sucessor de seu pai Fernão Teles como 8º. Senhor de

⁸⁸ BLUTEAU, s/d, vol. IV:107

⁸⁹ Governador Geral do Estado do Brasil de 1642 a 1647.

⁹⁰ Cf. SOUSA, 2007, Livro IX: 334

⁹¹ O Alcaide-mor “tem a seu cargo a guarda do Castello, ou fortaleza. (...) O officio de Alcaide mor era defender o Castello, & tello sempre provido de gente, armas, & bastimentos, & quando sahisse do Castello, o que nelle ficava, lhe havia de fazer omenagem delle. Os direitos dos Alcaide mores eraõ as carceragens, as penas das armas prohibidas, & as dos que mal viviaõ, & dos excommungados, forlas, tabolagens, cassa de venda, & nos lugares marítimos, os das barcas, & dos navios que se carregassem no porto, conforme as toneladas, dous soldos por cada huma. (...) Nas cortes tem lugar os Alcaldes mores dos castellos del-Rey.” BLUTEAU, s/d, vol. I. : 216-217.

⁹² SOUSA, 2007, Livro IX: 334

⁹³ Governador Geral do Estado do Brasil de 1647 a 1649.

Unhão, e de D. Maria da Silveira, filha de Vasco da Silveira, comendador de Arguim, e de D. Inês de Noronha⁹⁴.

A origem fidalga também é explícita na ascendência de D. João Rodrigues⁹⁵, pois este era “filho de Luís de Sousa e Vasconcelos, 4º. Alcaide-mor e comendador de Pombal, e de sua mulher, D. Maria de Moura, dama da rainha D. Margarida de Áustria”⁹⁶.

Dessa forma podemos perceber como a distinção familiar dos governadores gerais estava explícita em suas origens. Visto que os pais desses fidalgos foram alcaides-mores, senhores de terra e comendadores, destacamos a distinção social advinda da detenção destas mercês, pois estas ocupavam no século XVII o topo da lista da hierarquia de mercês (Cf: OLIVAL, 2001: 139-140). Outra característica expressiva de distinção social era o serviço na casa real como o ofício de Mordomo-mor (pai de António Teles da Silva) e de Dama da Rainha (mãe de D. João Rodrigues), pois como Pedro Cardim observou,

os que obtinham um ofício na Casa Real encontravam-se numa posição favorável para obter um ofício numa das outras casas ligadas (...) também, nos demais órgãos palatinos, prática que muito concorreu para restringir e consolidar o número de famílias que, durante sucessivas gerações, gozou de um acesso directo, quer à pessoa do monarca, quer aos seus principais parentes. (CARDIM, 2002: 47)

Destarte concordamos com as conclusões de Virginia Rau⁹⁷, pois esta enfatizou como os filhos não-primogênitos da fidalguia lusa tiveram que buscar outros meios de alcançar a distinção social, promovendo sua inserção na *economia das mercês* através da carreira militar ultramarina, como se observará no item seguinte.

Os serviços durante a União Ibérica

Os fidalgos que estudamos atuaram pelo império ultramarino português prestando serviços, na sua grande maioria em ofícios militares, participando de batalhas e comandando tropas e fortalezas. Analisaremos a seguir como estes membros da fidalguia circularam pelo império ultramarino, enquanto as coroas ibéricas estavam unidas.

Ronald Raminelli ressalta que, durante o período da União Ibérica, novas práticas foram introduzidas na cultura política portuguesa, a essas o autor se refere como

⁹⁴ Cf: GAYO, 1941: 6228

⁹⁵ Governador Geral do Estado do Brasil de 1650 a 1654.

⁹⁶ ZUQUETE; FARIA, 1987: 502.

⁹⁷ Cf: RAU, 1985: 29-35.

modernizadoras, uma vez que estas se constituíram de “reformas que alteraram tanto a comunicação político-administrativa entre o rei e o reino quanto as modalidades do exercício de poder” (RAMINELLI, 2008: 36). A modernização que foi apontada por Raminelli diz respeito à introdução das Ordenações Filipinas na lógica administrativa lusa, o que representou um reajuste na relação entre os súditos e o centro político, o que para o autor “estimulou o fortalecimento dos laços entre a metrópole e seus domínios, sem descuidar das possessões portuguesas na América” (RAMINELLI, 2008: 36).

Devemos ter em mente que o século XVII foi marcado por diversas guerras, provenientes de conjunturas políticas distintas, mas ainda sim relacionadas entre si. Charles Boxer ressaltou o caráter global das lutas contra os holandeses e este ainda observou que

uma vez que os holandeses decidiram entrar em guerra no ultramar e atacar os inimigos ibéricos nas possessões coloniais que lhes forneciam os recursos econômicos, em vez de combater em Flandres e na Itália, Portugal, como membro mais fraco das duas coroas, inevitavelmente sofreu mais do que Castela os golpes deflagrados pela potência marítima que lhe era superior. (BOXER, 2002: 123.)

Um dos episódios de destaque das lutas com os holandeses foi a invasão da cidade de Salvador em 1624. A monarquia portuguesa prontamente organizou uma armada para restaurar o controle sobre a “cabeça” de seu território na América. A “Jornada dos Vassalos”⁹⁸, como ficou conhecida posteriormente, possibilitou a António Teles da Silva a requisição de mercês por sua participação na libertação de Salvador do jugo neerlandês. Como observamos na documentação a participação na Armada de 1625 logrou a António Teles da Silva a mercê de capitão-mor das naus da carreira das Índias em 1626⁹⁹ e em 1634 (Cf: RAU, 1985: 30).

Fernanda Olival infere que os fidalgos que almejavam a obtenção de hábitos das ordens militares antes deveriam servir nas praças no Norte da África ou no Estado da Índia¹⁰⁰, como entendemos ser o caso de Antônio Teles de Menezes. A trajetória deste fidalgo revela uma faceta interessante, sua trajetória antes do governo geral foi constituída basicamente por seus serviços no Estado da Índia: em 1622 foi capitão de fortaleza em Dio¹⁰¹, ofício que exerceu novamente em 1633¹⁰² e capitão mor das naus da Índia em 1635¹⁰³.

⁹⁸ Nome da obra que relata a ação de retomada da Bahia em 1625, pela armada de D. Fadrique de Toledo, para uma análise mais detida sobre esse evento Cf: MAGALHÃES, 2010.

⁹⁹ ANTT- Chancelaria de D. Felipe III – Livro 29. p. 219V

¹⁰⁰ Cf: OLIVAL, 2001: 53-55.

¹⁰¹ ANTT- Chancelaria de D. Felipe III – Livro 3- p.136-136v

¹⁰² ANTT- Chancelaria de D. Felipe III – Livro 26 – p.119

Por ocasião do falecimento do vice-rei da Índia, Pedro da Silva, António Teles de Menezes governou provisoriamente o Estado da Índia de 1639 a 1640 até que o Conde de Aveiras assumiu o ofício ¹⁰⁴.

A análise da trajetória destes fidalgos implica não somente em uma análise dos serviços e da mobilidade hierárquica ascendente entre eles, faz-se necessário um estudo do processo de nobilitação e das estratégias para este fim. Para tanto o caso de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza é exemplar:

De Rui Mendes Vasconcelos, seu tio e 1º. Conde de Castelo Melhor, D. João Rodrigues sucederá o título, mas para isto se impunham duas condições: uma estabelecida por seu tio, o casamento com sua neta D. Mariana de Lencastre, e outra pelo rei Felipe IV, o envio de uma companhia de trezentos homens para Pernambuco, tendo que pagar seus soldos por seis meses. ¹⁰⁵ O 2º. Conde de Castelo Melhor também sucede seu tio no ofício de Alcaide-mor de Penamacor, e no senhorio das vilas de Valhelhas e Almendra. ¹⁰⁶ (ARAÚJO, 2011: 32)

De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, os matrimônios da fidalguia portuguesa eram carregados de importância estratégica para o acrescentamento das casas nobiliárquicas de Portugal, pois:

O “estado” que se escolhia para os sucessores, para as filhas e para os filhos segundos era encarado como uma função da casa onde tinham nascido. Aqueles que se destinavam ao matrimônio, principiado pelos presuntivos sucessores, obedeciam à lógica da política de alianças da casa, formulada a partir de critérios vários. (MONTEIRO, 2011:137)

Desta forma é possível evidenciar a importância do matrimônio na trajetória de D. João Rodrigues, pois sua mulher, D. Mariana de Lencastre

tinha sido escolhida por seu avô materno, em virtude da faculdade Real, para lhe suceder na Casa, e Condado de Castello-Melhor, com condição de haver de casar com seu parente Francisco de Vasconcellos e Sousa, Alcaide mor, e Commendador de Pombal, e por elle morrer antes de se efeituar o matrimonio com esta senhora, a demondou seu irmão João Rodrigues de Vasconcellos, Alcaide môr de Pombal, com quem casou, y foy segunda Condessa de Castello- Melhor; e por morte de seu irmão,

¹⁰³ ANTT- Chancelaria de D. Felipe III – Livro 40 – p .28-28v

¹⁰⁴ Cf: ZUQUETE; FARIA, 1987:518

¹⁰⁵ Como consta em: ANTT – Chancelaria de Felipe III – Livro 33 – f.233v-f.236v, onde está explicito o processo de sucessão e as condições impostas para tanto, datada de 8 de Outubro de 1638- Em ANTT – Chancelaria de Felipe III – Livro 35– f.114 – f.116, D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa recebe o alvará que efetiva sua posse do título, por cumprir as exigências estabelecidas, em 23 de Agosto de 1639.

¹⁰⁶ Como consta em: ANTT – Chancelaria de Felipe III – Livro 35– f.114 – f.116. – Relembramos aqui o que Fernanda Olival afirmou sobre as vilas estarem no topo da hierarquia dos recursos oferecidos aos servidores da monarquia.

sucedo na Casa da Calheta, sem embargo da demanda, que sobre esta sucessão lhe moveo sua irmã a Marqueza de Niza, e foy IX Senhora Donataria da Capitania da parte do Funchal, da Ilha da Madeira ¹⁰⁷.

Aliado a estratégia do matrimônio, o 2º. Conde de Castelo Melhor, D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, ingressou na Armada do Conde da Torre em 1639 ¹⁰⁸, participação essa que como veremos adiante foi decisiva para sua trajetória de serviços.

Cabe aqui esboçar alguns traços que se evidenciaram sobre a trajetória de serviços destes governadores gerais: eram todos eles fidalgos, não-primogênitos, que ingressaram durante a união ibérica na carreira militar, atuando principalmente nas Armadas organizadas pela Coroa Castelhana. O que analisaremos no item seguinte é de que maneira estes fidalgos reagiram ao movimento restaurador de 1640, com o rompimento da União Ibérica e de que forma isso interferiu em suas trajetórias.

Os aclamadores del Rei e suas recompensas

O fim da União Ibérica foi um momento decisivo para a nobreza portuguesa ¹⁰⁹, uma vez que as opções de continuar fiéis aos Habsburgos ou de aclamar um Rei Português estavam postas e acabaram por dividir opiniões. A escolha dos fidalgos que participaram do golpe palaciano de 1640 foi arriscada, tendo em vista que se tivessem falhado no seu intento estariam colando seu status e sua vida em risco. Contudo o golpe foi bem sucedido e estes lograram reconhecimento do novo monarca, que foi convertido na forma de mercês e privilégios específicos como a nomeação desses fidalgos para os principais cargos palacianos e de governo.

¹⁰⁷ SOUSA, 2007, Livro XI: 125

¹⁰⁸ “Essa armada era constituída de 41 navios, inclusive galeões de guerra e transporte para 5.000 soldados, entre os quais muitos eram barcos fretados da Hansa e da Dinamarca. (...) Apesar de haver aportado em Recife a 10 de Janeiro de 1639, recusou-se a atacar imediatamente a praça, como alguns oficiais de bordo haviam aconselhado, seguindo para a Bahia, na esperança de conseguir mais homens e navios, consoante as instruções que trazia. Os holandeses acharam providencial essa falta de iniciativa, que deu a João Maurício o ensejo de aproveitar a demora, preparando-se o melhor que pode para resistir ao ataque inevitável.” BOXER, 1973:129

¹⁰⁹ Não é nosso interesse aqui fazer uma análise minuciosa deste contexto, para tanto identificamos algumas das obras recentes que abordam esse período com mais profundidade: VALLADARES, Rafael. *La Rebelión de Portugal. 1640-1680*. Valladolid: Junta de Castilla y Leon-Consejería de Educación y Cultura, 1998.; VALLADARES, Rafael. *La conquista de Lisboa: Violencia militar y comunidad política en Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008.; CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança. 1560-1640: Práticas Senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.; SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.; ALVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes: Política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

António Teles da Silva foi um dos vários fidalgos ¹¹⁰ que participaram do 1º. De Dezembro de 1640, que segundo os relatos de época, foi o único destes que ficou ferido na ação ¹¹¹. Em decorrência de sua participação António Teles da Silva foi nomeado em 1641 para mestre de campo general do Alentejo, para o Conselho de Estado e Conselho de Guerra ¹¹². Em 1642 a dinastia Bragantina lhe passava a patente de seu primeiro governador geral do Estado do Brasil ¹¹³.

António Teles de Menezes aderiu à nova dinastia quando retornou ao Reino vindo do Estado da Índia, como retratou o Conde da Ericeira: “*e recebendo a nova do novo Principe de que era Vassallo, foy desembarcar ao Paço, e achou em ElRey tantas demonstrações de alegria da sua chegada, e taõ executivo o favor, que se recolheo para sua casa com o título de General da Armada*” ¹¹⁴. Sua adesão ao novo regime também garantiu sua presença nos Conselhos de Estado e Guerra ¹¹⁵ e o título nobiliárquico de Conde de vila Pouca de Aguiar concedido em Agosto de 1647, antes da partida deste para o Estado do Brasil como governador geral ¹¹⁶.

A adesão do Conde de Castelo Melhor ao novo regime apresenta circunstâncias que são no mínimo singulares. Em decorrência de sua participação na Armada do Conde da Torre, o 2º. Conde de Castelo Melhor se encontrava em 1641 na cidade de Cartagena das Índias, território Castelhana na América, como resultado dos desvios que parte da armada teve que tomar em função de um temporal. As notícias da restauração repercutiram em Cartagena de Índias, mais especificamente em alguns fidalgos portugueses que pretendiam aclamar D. João IV. O Conde de Castelo Melhor intentou com outros fidalgos, retornar ao Reino levando galeões espanhóis carregados de prata, mas seus planos foram descobertos e este foi feito prisioneiro, ficando “*no Castello, passando estreitas necessidades, desamparado de criados, esquecido de amigos, & sem fazerem memória delle seus companheiros*” ¹¹⁷.

O Conde da Ericeira narra os eventos que levaram a liberdade de Castelo Melhor: “*achou-se ElRey obrigado a satisfação de tantas finezas, e persuadido juntamente da política de obrigar com a boa correspondência a maiores empresas os valerosos ânimos de seus*

¹¹⁰ Mafalda Soares da Cunha conseguiu listar 71 fidalgos que participaram das ações de 1º. De Dezembro de 1640. Cf: CUNHA, 2009 : 491.

¹¹¹ Cf: MENEZES, 1945, Vol. I: 107-108

¹¹² ANTT– Chancelaria de D. João IV – Livro 13 – f.122

¹¹³ ANTT– Chancelaria de D. João IV – Livro 10 – f. 354V-355

¹¹⁴ MENEZES, 1945, Vol. I: 157-158

¹¹⁵ BN – SM – 07,01, 031 – Documento 16.

¹¹⁶ ANTT– Chancelaria de D. João IV – Livro 18 – f.268v.

¹¹⁷ BN-Seção de Obras Raras. 60B, 3, 34. f.8.

*Vassallos; mandou logo apressar hum navio*¹¹⁸ que levava “ordem de procurar por todos os caminhos a liberdade do Conde”¹¹⁹. Ação essa que foi bem sucedida, pois “Castelo Melhor seria libertado e conduzido a Portugal por um grupo de corsários holandeses contratados pelos Bragança para levar a cabo essa operação tão novelesca quanto espectacular” (VALLADARES, 2006: 52).

Por seu intento e aclamação do novo monarca, D. João Rodrigues recebeu a mercê do “*título em duas vidas mais, e nas mesmas os bens da Coroa, e Ordens, e de huma Commenda de mil cruzados: nomeou o do seu Conselho de Guerra, e Governador das Armas das Provincia de Entre Douro e Minho*”¹²⁰. Entre 1643 e 1644 Castelo Melhor foi governador de Armas¹²¹ na província de Douro e Minho, em 1645 foi exercer o mesmo ofício na província do Alentejo¹²². Em decorrência de suas ações como governador das Armas, o Conde de Castelo Melhor teve assento no Conselho de Guerra¹²³ e sua patente para o ofício de governador geral do Estado do Brasil, que data de 2 de Janeiro de 1649¹²⁴.

Mafalda Soares da Cunha analisou a trajetória dos fidalgos que estiveram envolvidos no golpe palaciano de 1640, em seu estudo ela nos revela dados importantes sobre essa fidalguia. Além de uma caracterização social comum, como a fidalguia inequívoca, Mafalda Soares destaca um fator de motivação para adesão a nova dinastia:

nenhum destes fidalgos fez parte das estruturas superiores da governação do reino de Portugal e do seu Império no período filipino. Não pertenciam aos conselhos ou tribunais superiores do reino e os cargos maiores palatinos que alguns envergaram não tiveram tradução em efetivo serviço na corte régia de Felipe IV, mas sim na casa real de Lisboa. (CUNHA, 2009: 497-498)

¹¹⁸ MENEZES, 1945, Vol.I: 193

¹¹⁹ MENEZES, 1945, Vol.I: 193

¹²⁰ MENEZES, 1945, Vol.I: 199.

¹²¹ Segundo Bluteau a patente de Governador das armas é a mesma que o General do Exército, possui. E por general esse indica: “Os governadores das províncias Ultramarinas, & do Algarve tem patentes de Capitaens Generaes. (...) há muitos no Exército, a hum se entrega a Cavallaria, a outro a Artilharia, & os outros tomam dia, & governam a Infantaria, há também hum, que governa cada província do Reino. (...) Governador das Armas, o que manda o exercito em chefe.” (BLUTEAU, s/d, Vol IV: 49.)

¹²² Cf: COELHO, 1940: 94. Como consta em: ANTT – Chancelaria de D. João IV – Livro.15– f.243–f.243v - Segundo António Manuel Hespanha essas regiões eram de extrema importância para a defesa do Reino, pois, o “Alentejo era um dos principais teatros de guerra, na perspectiva de uma invasão por terra. (...) O minho era também importante teatro de guerra. (...) Enquanto que a sua abundante a população, como fonte de importante recrutamento, constituía um objectivo estratégico de ocupação.” (HESPANHA, 2004: 30)

¹²³ Segundo indicações de Rafael Valladares o conde de Castelo Melhor foi Conselheiro de Guerra entre 1649 e 1650. (VALLADARES, 2006: 400) Pelo conteúdo dos capítulos do Regimento do Conselho de Guerra somos levados a acreditar que os governadores de armas tinham assento no Conselho. Cf: SILVA, Jose Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa. 1640-1647*. Regimento do Conselho de Guerra de 1643. p. 228-232. Versão digital em:

http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=99&id_obra=63&pagina=541. Acessado em: 01/06/12

¹²⁴ ANTT – Chancelaria de D. João IV – Livro.15– f.243–f.243v

Devemos agora fazer algumas considerações sobre o “acrescentamento” que a adesão a dinastia Bragantina propiciou as trajetórias destes fidalgos. Todos eles receberam o ofício de conselheiros, seja no conselho de Estado, no de Guerra, ou mesmo em ambos. Francisco Cosentino notou que a relação entre os fidalgos com assento nos conselhos governativos e o governo geral era estreita, pois “competia aos mais nobres e poderosos o governo da república. Era entre os mais dignos que se encontravam os dotes naturais e de educação, entre os quais repousava a virtude e a honra, atributos necessários para o exercício das atividades relativas ao governo” (COSENTINO, 2009: 114). Ou seja, a tarefa de aconselhar o monarca no governo do reino concedia um destaque honorífico para aquela realidade social, mas “ser membro do Conselho de Estado, mais do que desfrutar uma posição honorífica, significava também ocupar uma posição de influência e poder” (COSENTINO, 2009: 132).

Em termos de nobilitação a adesão à nova dinastia foi importante para estes fidalgos, uma vez que António Teles da Silva teve a promessa do título de Conde de Villar Maior, condicionada a sua volta a Portugal depois do período de governo no Estado do Brasil, contudo com sua morte o título passou ao seu irmão Fernão Teles da Silva. António Teles de Menezes conseguiu seu título de Conde de Villa Pouca de Aguiar em 1647, ao ser nomeado governador geral do Estado do Brasil, após seu período de governo ao retornar a Portugal foi Alferes-mor de D. Afonso VI, o que lhe logrou a concessão do ofício de Vice-Rei da Índia e a promessa do título de Marques, contudo estes ofícios não se verificaram por este ter falecido durante sua viagem para o Estado da Índia.¹²⁵ O 2º. Conde de Castelo Melhor teve seu título reconhecido por D. João IV ao retornar a Portugal, além da promessa de mais duas vidas no título, como se verifica em seu sucessor, seu filho D. Luís de Vasconcelos e Souza.

Nesse sentido a afirmação de Nuno Monteiro é pertinente, pois ao analisar a situação das casas nobiliárquicas no período de 1640-1668 este nota que “la nobreza de corte de la nueva dinastía fue parcialmente reclutada en las casas antes elevadas al título, que eligieron apoyar a los Bragança, y parte resulto escogida em otras casas que subieron a la titularidad durante el conflicto” (MONTEIRO, 2009:148) O autor ainda aponta como o predomínio da disciplina familiar, expressa no comportamento dos fidalgos portugueses que exerciam papéis

¹²⁵ Segundo António Caetano de Sousa: “se achou o conde de Villa-Pouca no acto de levantamento del Rey D. Affonso VI, em que fez o officio de Alferes mor. A Rainha Regente o fez passar terceira vez à Índia com o posto de Vice-Rey daquele Estado, fazendo-lhe entre outras mercês a do Título de Márquez quando voltasse ao Reyno, por Alvará de 2 de Março de 1657, e do Conde de Villa-Pouca para seu filho legitimado Ayres Telles de Menezes, por Alvará de 22 de Dezembro de 1656; e não lhe dando os males, que lhe sobrevierão, lugar para exercer este posto, morreo na viagem no dito anno de 1657” (SOUSA, 2007, Livro VII:121)

sociais previamente determinados para o engrandecimento da casa nobiliárquica da qual faziam parte, foi um dos principais fatores de distinção das elites portuguesas em relação as suas congêneres européias. Em resumo, Nuno Monteiro destaca claramente a importância que os governos do ultramar representavam para a Coroa, e mais, percebe ainda a existência de trajetórias de serviço com finalidade de “acrescentamento” ou “engrandecimento” das casas nobiliárquicas.

Considerações finais

Esboçamos ao longo deste artigo os principais traços do perfil dos governadores gerais que passaram pelo Estado do Brasil entre 1642 e 1654, estes eram fidalgos inequívocos e não-primogênitos, que durante o período da união ibérica se engajaram na carreira militar ultramarina e todos esses alcançaram grande prestígio após o fim da união ibérica ao aderir a nova dinastia, participando de cargos hierarquicamente elevados como os Conselhos governativos e o próprio ofício de governo geral. Como afirmamos em outro trabalho

a circulação pelo império ultramarino possibilitou a estes fidalgos mais do que o acúmulo de uma experiência valiosa em cargos militares, o serviço no ultramar proporcionou a distinção social destes, visto que, muitos, além de obter um título nobiliárquico puderam ocupar espaços privilegiados nos conselhos palatinos, participando do governo do império discutindo matérias de alta política e aconselhando o monarca. (ARAÚJO, 2011:76)

O estudo da trajetória de serviços e o que ela representa em termos de acúmulo de experiência e ganhos, materiais e simbólicos, lança luzes sobre uma faceta da dinâmica governativa do império português: o recrutamento dos altos ofícios. Os indícios documentais têm contribuído para o embasamento das nossas proposições; como se observa na consulta do conselho ultramarino, datada de 31 de março de 1654, pois nesta os conselheiros definem algumas características que os governadores gerais do Estado do Brasil devem possuir:

p.^{la} importância daquela Praça, e antiga dignidade de ser cabeça do Brasil he digno de que VMg.^{de} continue com a própria estimação de que delle faz, e o encarregue sempre a hum titt.^o, a hum Conçelheiro, a hum Gov.^{of} das armas, ou a semelhantes pessoas.¹²⁶

¹²⁶ Pernambuco AHU_ACL_CU_Cx.6, Doc. 466.

Desta forma, o recrutamento dos governadores gerais têm nos indicado novos caminhos para uma análise da gestão do império, percebemos que a escolha e a nomeação dos governantes não foi mera obra do acaso, e certamente percebemos que estas decisões políticas vão além dos acertos firmados em relações pessoais ou de grupos. A cultura política do Antigo Regime português agrega um nível de complexidade nestas relações que não pode ser ignorado. A gestão política do império estava longe de ser um projeto magistralmente arquitetado, assim como não era caótica e confusa. Aos poucos as questões levantadas pelos novos estudos sugerem que estamos lidando com uma realidade social e política que possuía sua própria lógica, estranha aos modelos explicativos tradicionais.

Fontes e obras de referência

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):

ANTT- **Chancelaria de D. Felipe III – Livro 3**, f.136-136v; **Livro 26**, f.119; **Livro 29**, f. 219V; **Livro 40**, f.28-28v.

ANTT– **Chancelaria de D. João IV – Livro 10** , f. 354V-355; **Livro 13**, f.122; **Livro 15**, f.243–f.243v; **Livro 18** – f.268v.

Projeto Resgate: Barão do Rio Branco: Documentação do Arquivo histórico Ultramarino (AHU)

Avulsos de Pernambuco: **AHU_ACL_CU_Cx.6, Doc. 466.**

Biblioteca Nacional :

SM (Seção de Manuscritos) – **07,01, 031 – Documento 16**; Seção de Obras Raras. **60B, 3, 34. f. 8.**

Ius Lusitaniae: Fontes Históricas de Direito Português

SILVA, Jose Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa. 1640-1647. Regimento do Conselho de Guerra de 1643. p. 228-232.* Versão digital em: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=99&id_obra=63&pagina=541. Acessado em: 01/06/12

Obras de referência:

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Português e Latino*, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 10 vols. s/d, cd-rom.

COELHO, P. M. Laranjo. *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, vol II. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940.

GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Oficinas Gráficas Pax, 1941.

MENEZES, Luís de (Conde da Ericeira). *História de Portugal Restaurado*. Porto, Civilização, 1945.

SOUSA, D. Antonio Caetano. *Historia genealógica da casa real portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História/QuidNovi/Publico, 2007.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins; FARIA, Antonio Machado de. *Armorial lusitano: genealogia e heráldica*. Direção e coordenação de colaboração de 3.ed. Lisboa, Portugal : : Enciclopedia, , 1987.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Hugo André F. F. “Conde de Castelo Melhor: Carreira e trajetória militar do governador geral do Estado do Brasil.” In: *Anais da XXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora: “O Brasil em Conflitos Armados: guerras, revoltas e revoluções”*. Juiz de Fora, 2010.

ARAÚJO, Hugo André F. F. “*He o que pedem todas as leis, e razoes de bom governo*”: trajetória e governo do 2º. Conde de Castelo Melhor. Monografia de conclusão de curso. Viçosa, Minas Gerais, 2011.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602 - 1686*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARDIM, Pedro. “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos” In: *Tempo*. vol. 7. No. 13, Julho de 2002.

CASALILLA, Bartolomé Yun. “Entre el império colonial y la monarquía compuesta. Élités y territorios en la Monarquía Hispánica” In: CASALILLA, Bartolomé Yun (Org.). *Las Redes*

del Império: Élités sociales em la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714. Madrid: Marcial Pons História. Universidad Pablo Olavide, 2009.

COSENTINO, Francisco Carlos C. *Governadores Gerais do Estado do Brasil Séculos (XVI-XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias.* São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig. 2009.

CUNHA, Mafalda Soares da. “Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. (Orgs) *O governo dos povos.* São Paulo: Alameda, 2009.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Uma leitura do Brasil colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império”. *Penélope.* N° 23, 2000.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HESPAÑA, António Manuel. “O Espaço Militar”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). *Nova História Militar de Portugal.* v.2. 2004.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. *Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654) Volume 1.* Tese de Doutorado. UFBA, Salvador, BA. 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Nobleza y élites en el Portugal Moderno en el contexto de la península Ibérica (siglos XVII y XVIII) In: MESA, Enrique Soria; CARO, Juan Jesús Bravo; BARRADO, José Miguel Delgado (Eds.). *Las Élités en la época moderna: la monarquía española.* Tomo I: Nuevas perspectivas.” Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba. 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vive-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Casa, casamento e nomes: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos.” In: *História da Vida Privada em Portugal: Idade Moderna.* Circulo de Leitores, 2011.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno.* Lisboa: Estar Editora, 2001.

_____. “O Brasil na disputa pela política de ‘mercês extraordinárias’ da coroa (séculos XVI-XVIII)”. In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. (Orgs.) *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.

RAMINELLI, Ronald. “A escrita e a espada em busca de mercê”. In: *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAU, Virgínia. “Fortunas Ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII” In: GARCIA, José Manuel. (Org.) *Estudos sobre história econômica e social do Antigo Regime*. Editorial Presença, 1985.

VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal: Guerra e Restauração (1640-1680)*. Trad. Pedro Cardim. Lisboa: Esfera dos livros, 2006.

Leituras e Atuações de Luis José de Godói Torres: trajetória e contexto de um médico ilustrado em Minas colonial¹²⁷.

Lucas Samuel Quadros*

Resumo: O presente artigo se propõe a discutir as principais questões e reflexos da medicina luso-brasileira na América Portuguesa após as Reformas da Universidade de Coimbra em 1772. Se tomará como fio condutor de compreensão do complexo contexto medicinal do Brasil colonial nos fins do século XVIII e início do XIX, o estudo de caso da trajetória profissional e social do médico doutor Luís José de Godói Torres, formado pela sobredita universidade. Tentar-se-á assim, trazer através do estudo biográfico do Dr. Godói, abordagens acerca do esforço do Estado lusitano em instruir e instituir uma medicina nos moldes da Ilustração nos domínios ultramarinos e explorando como realmente as práticas e leituras medicinais se davam na vastidão geográfica e nas diversidades culturais e naturais do Brasil no período.

Palavras-chave: História da medicina; História da leitura; Brasil colonial.

Abstract: This article aims to discuss key issues and reflections of medicine Luso-Brazilian Portuguese in America after the Reforms of the University of Coimbra in 1772. It assumes a common thread of understanding of complex medical context of colonial Brazil in the late eighteenth century and early nineteenth centuries, the case study of the career and social physician Dr. José Luis Torres Godoy, formed by the aforesaid university. Try it will thus bring through the biographical study of Dr. Godoy, the approaches regarding the effort to investigate and Lusitan State to establish a medical illustration in the manner of the overseas territories and exploring how to actually practice medicine and readings gave up in the vastness geographical and cultural diversity in natural and Brazil in the period.

Keywords: History of medicine; history of reading; colonial Brazil.

¹²⁷

* Trabalho originado da pesquisa do meu trabalho de conclusão de curso de História na Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação do Professor Doutor Álvaro de Araújo Antunes

As potencialidades dos estudos biográficos na História da Medicina

Os estudos biográficos nunca estiveram ausentes das reflexões historiográficas, contudo, cada vez mais as trajetórias individuais dos sujeitos de variadas posições e camadas sociais vêm tomando espaço nas pesquisas históricas no que diz respeito aos estudos de História cultural e social. Se por muito tempo, as trajetórias foram vistas como modelos tradicionais mais preocupados com os grandes fatos do que com as estruturas sociais e culturais, a retomada desse campo de investigação traz vieses preocupados em questionar as tensões entre o indivíduo e sociedade no que diz respeito das especificidades individuais e dos contextos que os circundam.

Teresa Malatian(2008: 21) propõe que,

no lugar da linearidade factual da curta duração centrada na cronologia do tempo curto do indivíduo, a tendência passou a ser o estabelecimento de relações desta com o contexto econômico, político e social, cultural, no qual se insere e desenvolve uma vida e que esclarece trajetórias num campo de possibilidades de escolhas e exploração, no qual se exerce a ação individual.

Ou seja, afasta-se da ideia da narrativa cronológica de curtos espaços e experiências de vida, e passa-se a estabelecer análises micro e macrosociológicas, que não devem deixar de considerar as individualidades de cada agente na sociedade a qual se insere, tendo a potencialidade de análise assim, da ação individual dos sujeitos nas ambiências em que estão inseridos.

Portanto, entende-se que as biografias e trajetórias se mostram como ricos percursos para o estudo de várias temáticas, e a proposta aqui, é tratar acerca da História da Medicina. A experiência individual de um médico ilustrado das Minas do fim do século XVIII e início do XIX passa a se configurar como uma forma de inserção de análises do complexo contexto medicinal luso-brasileiro, sobretudo, pós as Reformas Universitárias de 1772.

Nesse sentido, a ideia é trazer à apreciação e discussão parte das inúmeras possibilidades que a trajetória social, profissional e política do médico Luís José de Godói Torres aos estudos da História da Medicina e da experiência do pensamento ilustrado no Brasil colonial.

A investigação acerca da formação, leituras e atuações do Dr. Godói, é capaz de proporcionar um panorama de como se davam as tentativas do Estado Português em estabelecer a Medicina nos moldes iluministas nos longínquos e vastos domínios do América,

bem como se davam as estratégias de ascensão social e profissional desses sujeitos, uma vez enquadrados num patamar de alta diferenciação social garantida pelos estudos na Universidade de Coimbra.

As Reformas da Universidade de 1772 e os brasileiros em Coimbra

Nos fins do século XVIII e início do XIX, a administração portuguesa iniciaria uma política de cooptação e incentivo de filhos da elite colonial da América a ingressarem sua formação na Universidade de Coimbra. A ausência de instituições de ensino superior na Colônia, somada a necessidade Portugal em formar indivíduos capazes de levarem ao ultramar a modernização do Estado lusitano, corroboraria a formação de uma nova geração da elite luso-brasileira de indivíduos inseridos no pensamento ilustrado em voga na Europa(GAUER, 1996).

Francisco de Moraes(1940) apontou que no período entre a Reforma de 1772 e a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, 608 estudantes brasileiros passaram pela Universidade de Coimbra. E quando retornavam a América, os doutos egressos da Universidade prioritariamente galgavam cargos administrativos no Governo português(CRUZ e PEREIRA, 2009a).

Porém, um fator que não pode ser preterido da análise da trajetória desses sujeitos, é que antes de uma diferenciação estabelecida pelos parâmetros intelectuais, como ver-se-á no caso de Godói Torres, havia uma diferenciação social e econômica pré-existente, que, além de propiciar os estudos na Europa, facilitariam a obtenção desses cargos públicos em razão dos legados políticos dos familiares na colônia.

Formação, leituras, estratégias de ascensão e as atuações do Dr. Godói.

Em análise mais detida ao estudo de caso proposto, confere-se que o primeiro cargo público obtido pelo Doutor Godói foi o de Médico do Partido da Câmara no ano de 1797. Neste ano, a Câmara de Mariana redigiu uma representação ao próprio rei de Portugal solicitando a nomeação do Dr. Godói, sob a alegação dos vereadores que faltavam conhecimentos medicinais necessários e próprios ao então Cirurgião do Partido, Manoel Torres de Abreu, e que Luis José de Godói Torres era o único médico bacharel formado em Coimbra morador no Termo da Leal Cidade de Mariana. Pelo ordenado de 200 mil réis

anuais, entre as atribuições do Dr. Godói estavam oferecer assistência aos pobres necessitados, aos órfãos, aos presos da cadeia e realizar os exames de corpo de delito.

Nesse ponto, cabe ressaltar primeiramente, o nome e o peso do diploma que a Universidade de Coimbra tinha nesse momento, mesmo nas partes periféricas do Império. O vereador, provavelmente o mais velho, o requerente da procuração, Francisco da Costa Azevedo, é conciso em incorporar à sua súplica o pedido de que, em caso de ausência ou desligamento de Godói do cargo, deveria ser atribuída a cidade outro bacharel formado em Coimbra para exercer a função.¹²⁸

Destaca-se também no trecho abordado, a escassez de conhecimento amparo medicinal em Mariana no final do século XVIII. Num contexto de existência de apenas um médico bacharel em todo Termo, as práticas de cura se dariam basicamente no campo da informalidade. As margens do controle do Estado que tentava reger as práticas de cura através de medidas expedidas e fiscalizadas pelas câmaras, barbeiros, sangradores, boticários e cirurgiões, com licença de atuação ou não, agiam intensamente entre diversas camadas da sociedade(GROSSI, 2004).

Cabe aqui perceber também um ponto de diferenciação resultante no que pode se chamar de uma estratificação social entre médicos e cirurgiões no período colonial. Se para o primeiro eram destinados as atuações superficiais, a feitura de diagnósticos e o proferir de receituários, ao segundo cabia intervenções cirúrgicas, desde as mais superficiais(como pequenas incisões e sangrias), às mais profundas(suturas e amputações). Logo, ao médico era denotada a imagem da erradicação da doença realizada de uma maneira acompanhada e progressiva, feita em formas de visitas periódicas. Enquanto o cirurgião, tinha o seu ofício associado a dor e ao suplício de um período em que qualquer forma de anestesia era inexistente.(FIGUEIREDO, 1999)

A própria forma de obtenção de licença para o exercimento do ofício se dava de maneira diferenciada. Se aos cirurgiões bastava-lhes 3 anos de acompanhamento prático nos hospitais militares das vilas, supervisionados pelos cirurgiões-mores, bem como passar no exame de aprovação realizado nas Câmaras; para os médico eram necessários em média 6 anos de formação nas universidades da Europa, conseqüentemente, a custos provavelmente bastante elevados e conteúdos teórico práticos melhor trabalhados pelos lentes provenientes das mais altas camadas da intelectualidade ilustrada europeia. (FIGUEIREDO, *ibidem*)

¹²⁸ Arquivo Histórico Ultramarino. CD 42; Caixa 143; Documento 46.

Além de um amplo conteúdo teórico nos primeiros dois anos de curso, fundado basicamente nas lições de História Natural e Filosofia, as técnicas medicinais práticas e os experimentos empíricos demandavam bastante tempo da carga-horária dos estudantes de medicina coimbrões, sobretudo posteriormente as Reformas dos Estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772.

As Reformas de 1772 se configuraram como a orientação de cunho científico das Reformas Pombalinas. A proposta principal era de se romper com as tradições escolásticas e supersticiosas de outrora através do ensino calcado no método e na empiria. Segundo Jean Luiz Neves Abreu(2011), no experimentalismo se construiu o alicerce sobre qual se erguia toda uma concepção de saber no período.

Nesse sentido, notáveis foram os avanços no que diz respeito a anatomia. Tentava-se afastar a ideia da cirurgia como ofício mecânico puro e simples, e através dos estudos e dissecações de cadáveres humanos realizados cada vez mais comumente, aproximava-se assim, o conhecimento prático do corpo ao conhecimento teórico da medicina. Pode se dizer, que as reformas como um todo, se voltariam para formação teórica dos alunos com intuito de melhor amparo nas observações práticas, e esses alunos ali formados, teriam as habilidades científicas condicionadas as demandas de expansão das Luzes ao Império Português(ABREU, *ibidem*).

Em 1801, o então governador de Minas, Bernardo José de Lorena destinaria uma carta a D. Rodrigo de Souza Coutinho, requerendo que Coutinho intervisse com a Rainha, Maria I, para que o Dr. Godói recebesse o pagamento de seus anuais, bem como a pedido de promoção do médico à Físico Mor de Minas Gerais, para um profissional da cura, o cargo de maior prestígio na Capitania. Nessa carta, dentre outras comprovações de procedência de Godói Torres, haveria o traslado do diploma do Dr. Godói.

No diploma de Godói, redigido em latim, e parcialmente traduzido pelo próprio escrivão da Câmara de Mariana, constava que no período em que passou em Coimbra – a saber: entre 20 de julho de 1789 a 9 de julho de 1795 – o bacharel teve lições de prática médica e cirúrgica, bem como botânica e história natural conforme os Novos Estatutos da Universidade.

Anteriormente a matrícula de Godói no curso de Medicina, segundo a listagem de estudantes brasileiros em Coimbra de Francisco de Moraes, o mineiro¹²⁹ Luís José de Godói

¹²⁹ Destaca-se que em grande parte dos casos, é especificada a cidade/vila do qual o graduando é natural, porém no caso de Godói, é especificado apenas o estado/capitania de Minas Gerais.

Torres, filho de Domingos Gonçalves Torres, aos 23 anos de idade¹³⁰ iniciou seus estudos no ano de 1784 no curso de Matemática em regime ordinário. O regime ordinário de estudos destacado por Morais se trata do modelo em que o estudante ingressava no curso com o objetivo de seguir carreira na mesma área, diferentemente do regime obrigatório em que ingresso deveria cursar algumas áreas com intuito de inserção em outro curso posteriormente, como se algumas graduações fossem requisitos de entradas em outras. A rigor, nenhum estudante da Universidade de Coimbra pós reformas de 1772 deveria iniciar o curso escolhido sem antes passar pelas matérias dos cursos ditos filosóficos(CRUZ e PEREIRA, 2009b).

Apesar de nos registros de Francisco Morais, Godói Torres aparecer como ordinário no curso de matemática, ou seja, enquadrado naquele grupo de alunos que realmente queriam seguir a carreira em áreas de atuação que exigiam avançados conhecimentos matemáticos, não se pode afirmar que a medicina não fosse sempre o primeiro desejo do Dr. Godói. Ao passo que também não se pode negar que a matemática, juntamente com os naturalistas, estava em alta na conjuntura política educacional pombalina e que as chances de se conseguir bons cargos no governo eram grandes, uma vez diplomado como matemático(*ibdem*, 2009a).

Contudo, o jovem Luis José sabia que se quisesse adentrar nos estudos de medicina deveria passar por rígidos pré-requisitos e obter conhecimentos em grego, latim e línguas vivas na Europa que talvez só fossem propícios através da Universidade de Coimbra. Dentre os pré-requisitos constava que os pretensos estudantes em Medicina, deveriam passar antes pelas matérias de Geometria, Cálculo, Cinética e Dinâmica do curso de Matemática, bem como as disciplinas de Lógica, Moral, História Natural, Física Experimental e Química do curso de Filosofia(*ibdem*, 2009b).

Portanto, permanece por ora essa incógnita quanto aos reais desejos primeiros de Godói em relação a sua formação superior. Se por um lado até o momento não foi encontrado nenhum documento que comprove que Godói tenha obtido o diploma de matemático em Coimbra, o dito médico chegou a atuar como fiscal da intendência na Real Fazenda de Fundação de Vila Rica por cerca de um ano em 1801, quando já era médico formado há 6 anos¹³¹.

Ainda quanto a preferência de carreira de Godói, entende-se que um ponto tem de ser ressaltado: o primeiro é que se supondo que Godói realmente tenha se formado em

¹³⁰ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários. 1º ofício. Códice 33. Auto 786. Inventário de Domingos Gonçalves Torres; 1761; fl. 6. Godói aparece como o mais novo de 4 irmãos no rol de herdeiros do pai.

¹³¹ Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 178; Documento 50.

Matemática, mesmo não sendo encontrado nada que o denote até então e o diploma permanece desconhecido até o momento da pesquisa, o tempo de atuação de Luís de Godói Torres na carreira de matemático fora muito curto. Ao contrário do que diz o levantamento de Moraes, que Luis José de Godói Torres adentrou ao curso de Medicina em Coimbra no ano de 1790, o diploma de médico de Godói data a sua entrada exatamente no dia 20 de julho de 1789¹³². Ou seja, segundo a listagem de Moraes, se o primeiro registro de ingresso de Godói obstante do segundo, estiver certo, Godói teria se formado em Matemática aproximadamente em 1788, tomando nota de que o tempo de formação era em média de 4 anos (FIGUEIREDO, 2011), e no ano seguinte, em 1789, já iniciaria a sua graduação em outra área.

Portanto, mesmo o estudante mineiro sendo enquadrado na categoria de ordinário, ainda parece pouco palpável que Matemática fosse realmente o curso escolhido por Godói e que Medicina tornou-se um objetivo posteriormente a primeira graduação, ao passo que não se desconsidera a ideia de que, o ofício da cura tenha se tornado uma pretensão ainda quando cursava Matemática.

Nesse período de formação e permanência do jovem em Coimbra, provavelmente constituiu-se maior parte da notável biblioteca do bacharel. Constituído por 92 tomos divididos em 38 títulos¹³³, o universo de leitura do Doutor, pode ser considerado de ponta para o período, e conseqüentemente um elemento de distinção social, levando em consideração o acesso a leitura, em maior parte estrangeira, numa sociedade basicamente iletrada.

As leituras de autores como Willian Cullen, Tissot e Boerhaave, ambos autores embasados de ideais profiláticos do final do século XVIII, denotam que basicamente as leituras do médico permeavam o que estava em voga nas discussões medicinais do período: a ideia da instrução de prevenção de doenças aos povos mais longínquos para que esses figurassem como seus próprios médicos, inclusive eventualmente, constavam nas obras inventários de plantas medicinais normalmente acessíveis, bem como formas de preparação e dosagem. Sendo assim, o acesso a literatura medicinal de ponta que Godói Torres tinha acesso, o distanciava dos atrasos da saúde como um todo na América Portuguesa, colocando-o assim, num patamar célebre no que diz respeito ao poder de atuação medicinal no período colonial.

¹³² Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 178; Documento 50.

¹³³ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários. 1º ofício. Códice 109. Auto 2244. Inventário de Luis José de Godói Torres.

E ainda na sobredita petição constava que, Godói era grande conhecedor da flora natural da região das Minas, bem como exímio manipulador das mesmas com fins medicinais, e que através delas, havia curado muitos na Capitania. Habilidade essa, provavelmente proveniente das leituras, bem como da formação orientada que tinham os médicos coimbrões no período. Já que segundo Lorelai Kury(2011), no período pombalino começou a se consolidar um incentivo por parte da Coroa no conhecimento científico das potencialidades da fauna e flora brasileira.

Porém, é preciso refrisar que há outro ponto que chama a atenção no dossiê enviado pelo governador Lorena. Para além do enaltecimento das habilidades técnicas do Dr. Godói, há todo um cuidado em se reconstituir o legado político da ascendência de Godói, sobretudo no que diz respeito ao seu avô materno, o Sargento Mor Bernardo Spíndola e Castro. Documentos oficiais que comprovam feitos anteriores de Bernardo Spíndola denotam que a trajetória do avô de Godói, toma nesse caso, um tom de gênese de toda uma trajetória familiar representada nesse momento, pelo Dr. Godói.

Dentre os feitos de Spíndola, um dos primeiros colonos das Minas, é destacado que, em 1715, como vereador mais velho da Vila do Carmo, foi um dos responsáveis pela arrecadação do Quinto daquele ano, que somaria mais de 6 arrobas de ouro aos cofres da administração fazendária. No mesmo ano, foi responsável pela repressão ao Quilombo do Brumado, quando o então Alferes Bernardo Spíndola, juntamente com 4 grandes proprietários de escravos, e seus respectivos plantéis, derrotaram violentamente os negros aquilombados naquele distrito.

Anos antes, em 1711, Spíndola havia realizado algo parecido, porém numa dimensão maior prestígio. Naquele ano, Spíndola reuniu sua tropa de escravos e marchou até o Rio de Janeiro, onde combateu na Invasão Francesa.¹³⁴ O que lhe garantiria para além dos prestígios sociais, mercês e patentes militares, não apenas a ele, mas como a familiares e descendentes.

Percebe-se que é pretendido com o volume de informações levantadas acerca do avô, afiançar através de feitos familiares à Coroa em outrora, a legitimidade de sua nomeação ao cargo pretendido, justificando nas bem feitorias de seu mais notável antecedente, o pedido de concessão do seu cargo. Comparando entre o que é destinado as informações relativas ao avô, o conteúdo que concerne a formação de Godói na petição, fica em plano secundário. O que dá a entender que, mesmo num contexto de ilustração e modernização do Estado português, cujo

¹³⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. CD 43; Caixa 148; Documento 8.

principais intuítos era romper com as tradições, o médico não dependeria apenas do peso do seu diploma, dos seus aportes teóricos e do seu conhecimento medicinal, mas ainda sim era dependente uma lógica típica do Antigo Regime, em que as concessões eram dadas em troca de serviços e lealdade ou mediante a comprovação de préstimos anteriores, inclusive na forma heranças familiares.

Considerações finais

Percebe-se através da análise da trajetória do médico Godói, sobretudo da forma ambígua de como se deu o Reformismo Ilustrado Português, na ideia tênue equilíbrio entre reformar e conservar(VILLALTA, 1999) que acabou por complexificar a experiência do pensamento ilustrado na América Portuguesa. Nesse sentido, o intuito foi tentar explicar inicialmente, incitando possíveis discussões posteriores acerca da medicina luso-brasileira, bem como da formação e leituras medicinais no período das Luzes, tomando como base a trajetória de um médico formado em Coimbra pós 1772, que vivenciou dos dois lados do oceano aspectos importantes para compreensão dos fatos desencadeados pela Reforma e o Reformismo Ilustrado Português, tanto nos meio científicos intelectuais, quanto para a sociedade num plano mais generalizado.

Tentou-se elucidar assim, acerca do período de formação como um todo desses indivíduos somado ao legado que a permanência em Coimbra deixou na vida pessoal e profissional desses sujeitos e como eles projetaram o projeto português de modernização do Estado nos seus diversos e adversos contextos temporais e espaciais.

Concluindo, o objetivo aqui foi traçar uma breve trajetória de um médico formado e atuante no contexto da Ilustração portuguesa, bem como colocar a apreciação e contribuição os resultados e hipóteses em conformação até aqui, partindo do pressuposto que, apesar de se tratar de uma figura que se fez notar, uma figura de distinção como Godói não deixava de ser um indivíduo em constante relação com a coletividade em que estava envolvido, logo, perceber aspectos da vida pública e privada do Doutor, seja em aproximação ou em contraste, é analisar toda a tensão social entre indivíduo e sociedade que as biografias e trajetórias são capazes de privilegiar, colocando em franco diálogo os destinos individuais e as forças dos contextos sociais.

Fontes

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários. 1º ofício. Códice 33. Auto 786. Inventário de Domingos Gonçalves Torres; 1761; fl. 6. Godói aparece como o mais novo de 4 irmãos no rol de herdeiros do pai.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. Inventários. 1º ofício. Códice 109. Auto 2244. Inventário de Luis José de Godói Torres.

Arquivo Histórico Ultramarino. CD 42; Caixa 143; Documento 46.

Arquivo Histórico Ultramarino. CD 43; Caixa 148; Documento 8.

Referências bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do Corpo: o saber medicinal luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da.; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial*. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, 2009.

_____. *Ciência e memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772*. **Revista de História Regional**, v.14, n.1, 2009.

FIGUEIREDO, Fernando B. *A faculdade de Mathematica da Universidade de Coimbra(1772-1820): um ensaio estatístico*. **Suplemento do Boletim da SPM 65**, outubro, 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Barbeiros e cirurgiões: a atuação dos práticos ao longo do século XIX*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.6, n.2, 1999.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GROSSI, Ramon Fernandes. *Dos físicos aos barbeiros: aspectos da profissão médica nas Minas setecentistas*. **História & Perspectivas**, Uberlândia, (29 e 30), 2004.

KURY, Lorelai. *A ciência útil em O Patriota(Rio de Janeiro, 1813-1814)*. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v.4, n.2, 2011.

MALATIAN, Teresa. *A biografia e a História*. **Cadernos CDEM**, 2008.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

MORAIS, Francisco. *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra*. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, v.62, 1940.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Tese de doutorado), São Paulo, 1999.

**A Casa e o Serviço ao Rei: a trajetória político-militar do 1º Conde de Óbidos na
*economia de mercês do império luso do Antigo Regime.***

Renato de Souza Alves*

Resumo: Segundo Nuno Gonçalo Monteiro o *ethos* da aristocracia portuguesa, sua estratégia de ação política e social que lhes garantia legitimidade como grupo privilegiado, assentava-se em dois pilares: a casa e o serviço ao rei. Prestar serviços à coroa tornou-se um meio de obter recompensas e “acrescentamento” social através da concessão de títulos e mercês. Nessa perspectiva, Fernanda Olival apontou para a importância da *economia de mercês* como elo na interação entre os súditos e a coroa. Diante desse quadro, propomos um estudo sobre a trajetória de serviços prestados pelo 1º Conde de Óbidos, D. Vasco Mascarenhas. Nosso objetivo é traçar o perfil social do Conde de Óbidos, identificando os ofícios que exerceu e a importância desses, situando-o na hierarquia nobiliárquica lusa até o momento de sua nomeação para servir como vice rei no Estado do Brasil em 1663.

Palavras-chave: Conde de Óbidos - Trajetória de Serviços – Império Português

Abstract: According to Nuno Gonçalo Monteiro ethos of the Portuguese aristocracy, its strategy of political and social action that guarantee legitimacy as a privileged group, rested on two pillars: the house and service to the king. Providing services to the crown became a means of obtaining rewards and "acrescentamento social" by granting titles and favors. From this perspective, Fernanda Olival pointed to the importance of "mercê" economy as a link in the interaction between the subjects and the crown. Given this situation, we propose a study on the trajectory of services provided by the first Count of Óbidos, D. Vasco Mascarenhas. Our goal is to trace the social profile of the Count of Óbidos, identifying the crafts he held and the importance of these, placing it in the lusitanian nobility hierarchy until the time of his appointment to serve as viceroy in the State of Brazil in 1663.

Keywords: Count of Óbidos – Trajectory of Services – Portuguese Empire

A nobreza em Portugal algum dia alcançava-se passo, a passo, e cada grau de elevação recaía sobre facto marcado com o cunho de utilidade de Estado; e para não deixar adormecer sobre os Louros, houve cautela de conservar os Nobres sempre na

dependência, e necessidade de servir, sendo as concessões honoríficas sempre pessoais, e não podendo gozar delas nem o imediato sucessor, sem nova graça fundada em serviços. E como havia grande economia na concessão das honras, ainda que estava aberta a estrada, para chegar a todas, não bastava uma vida correr, eram precisas muitas gerações antes, que uma família chegasse às maiores distinções [...]

¹³⁵

I

Portugal no Antigo Regime era um reino organizado em função do privilégio e da honra, onde a mercê remuneratória alcançou enorme conotação honorífica e de distinção hierárquica e social, sendo assim, prestar serviços à Coroa tornou-se um meio de obter recompensas e “acrescentamento” social para as famílias e suas “casas” ¹³⁶, já que, como nos aponta Nuno Monteiro, “*la forma de ennoblecimiento más frecuente era casi exclusivamente el servicio a la monarquía. De ahí el peso fundamental de la ideología de los servicios en la doctrina nobiliaria portuguesa*” (MONTEIRO, 2009: 144).

A dádiva, a remuneração de serviços e a liberalidade tinham papel importante na interação política entre a Coroa e os súditos, pois “*boa parte da interação e da coesão que estes dois polos mantinham entre si assentariam nos elos da economia de mercê*” (OLIVAL, 2000: 31).

Segundo Fernanda Olival, a *economia de mercê* ¹³⁷ apoiava-se em dois tipos de Liberalidade ¹³⁸: por *via da graça* e por *via da Justiça*. A primeira dependia unicamente da liberalidade e vontade do rei, ou seja, não há o intuito de remuneração. A segunda, por sua vez, relacionava-se ao intuito de remuneração de serviços ¹³⁹.

A Liberalidade constituía uma das cinco principais virtudes na educação política do futuro príncipe e considerada um dos pilares da monarquia, pois segundo Damião António de

*Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹³⁵ “Memórias Políticas”, Arquivo Distrital de Braga, Fundo Barca/Oliveira, pasta nº 35, identificado por Joaquim Pintassilgo, *Diplomacia, Política e Economia na Transição do Século XVIII para o Século XIX. O pensamento e a acção de António de Araújo de Azevedo* (conde de Barca), mimeo., Lisboa, FCSHUN, 1987, p. 170-172 e 212. *Apud* (MONTEIRO, s/d: 94).

¹³⁶ Segundo Bluteau, *Casa. Geração. Família. [...] Illustre, & antiga casa* (BLUTEAU, Vol. II, s/d: 174). Complementando essa definição temos as palavras de Nuno Monteiro onde a casa é definida “*como um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam*” (MONTEIRO, 2003: 95).

¹³⁷ Mercê. Deriva do Latim Mercês, que na sua genuína significação quer dizer paga do mercenário, ou galardão, recompensa, que se da ao merecimento de alguém, [...]. Ver (BLUTEAU, Vol V, s/d: 430-431).

¹³⁸ Gesto de dar conforme virtude própria dos reis. Ver (OLIVAL, 2001: 15). “*He uma virtude moral, que se sabe dispendir as riquezas em bom uso [...]*” (BLUTEAU, vol. s/d: 110).

¹³⁹ Para Bluteau, a Mercê não tem caráter remuneratório. A Mercê parte da bondade do rei “*porque elles são os que com sua liberalidade, piedade, e misericórdia fazem mercê aos povos*” (BLUTEAU, vol. V, s/d: 431-432).

Lemos e Castro “[...] *he a batalha donde se approva a Majestade [...]*” (Apud OLIVAL, 2001 : 17). O ato de não dar gerava nos súditos sentimentos de repúdio, ódio e falta de apoio à coroa, ou seja, a graça tornava-se uma obrigação imperativa da realeza. No entanto, o gesto de Liberalidade não pode ser visto apenas como um ato gratuito e desinteressado, pois desde o ensaio de Marcel Mauss (MAUSS, 1974: 37-178) sobre a dádiva sabemos que o dar insere-se numa cadeia de obrigações recíprocas: “*pedir, dar, receber e manifestar agradecimento num verdadeiro círculo vicioso*” (OLIVAL, 2001: 18).

A mercê remuneratória, obtida por *via da justiça*¹⁴⁰, era um bem alienável¹⁴¹, sua posse podia ser reclamada no tribunal e tida como um investimento¹⁴², ou seja, a doação perdia seu caráter gracioso e causava fortes implicações jurídico-sociais (OLIVAL, 2001: 23-24).

Não podemos perder de vista que os governos ultramarinos estavam assentados na lógica das mercês. No caso do governo geral do Estado do Brasil, o ofício de governador geral era concedido por mercê régia devido aos serviços prestados à Coroa portuguesa por parte do indivíduo nomeado. A nomeação dos governantes se dava por critérios sociais articulados às qualidades do requerente com a situação concreta do despacho dos serviços anteriores. Quanto à decisão do requerente aceitar ou não o posto era resultado das negociações sobre as mercês e remunerações (CUNHA; MONTEIRO, 2005:205-209).

Conforme nos aponta Nuno Monteiro, através da concessão de mercês e da remuneração, a Coroa captava e garantia a continuidade da produção de serviços. Os súditos por sua vez, ascendiam na hierarquia nobiliárquica¹⁴³. Ou seja, o *ethos* da aristocracia de Corte na dinastia dos Bragança, sua estratégia de ação política e social que lhes garantia legitimidade como grupo privilegiado, assentava-se em dois pilares: a casa e o serviço ao rei. De acordo com Nuno Monteiro, o primeiro pilar, a casa, estruturava-se numa disciplina rígida

¹⁴⁰ “A *justiça correspondia, ao longo de quase todo o Antigo Regime, ao principio de dar a cada hum o que he seu [...]. O monarca assumia o papel de juiz. Cabia-lhe avaliar não só as culpas, quanto os serviços, e devia fazê-lo com equidade. A justiça distributiva era um dos alicerces fundamentais da ordem estabelecida. Através dela garantiam-se os privilégios, que definiam os diferentes corpos do Reino*” (OLIVAL, 2001: 20).

¹⁴¹ Isso se deve à *Lei Mental*. Através dessa a Coroa podia se apoderar dos bens alcançados por serviços. Tal lei era vista pelos súditos como “injusta”, pois acreditavam que após a concessão, o bem, antes da Coroa, agora os pertencia por direito. Essa lei foi muito importante para a Coroa acumular posses e distribuí-los em Mercê.

¹⁴² Para um exemplo de estudo sobre mercê remuneratória ver (RAU, 1984: 29-35).

¹⁴³ É importante destacarmos que a partir do século XV a Coroa tomou uma série de medidas que lhe proporcionou controlar os bens do reino. Um bom exemplo disso foi a Lei Mental de 1434 “*que estabeleceu os chamados bens da coroa. [...] cresceu a disponibilidade de recursos e ampliou-se a capacidade redistributiva da coroa portuguesa no século XVI, com a incorporação dos bens militares e, com eles, das suas comendas. [Tal controle possibilitou à] monarquia portuguesa as condições e os recursos materiais que permitiram a ela organizar um sistema que se adequou à realidade social de Portugal e as necessidades das suas conquistas*” (COSENTINO, 2009: 228).

“traduzida nas obrigações impostas a todos quanto nelas nasciam” e pelo acumulo de rendimentos, principalmente através de doações régias. Por sua vez, o acrescentamento da casa via doações régias dava-se pelo serviço real, “núcleo fundamental da ideologia nobiliárquica e aristocrática em Portugal” (MONTEIRO, s/d: 84-94).

Na epígrafe que abre nosso texto podemos identificar a coluna cervical que sustentou por longos anos a coroa lusa e possibilitou a criação e administração de um império oceânico como o português, a cultura de prestar serviços régios e a concessão de mercês. Dessa forma, como dito na epígrafe, “alcançava-se passo, a passo, e a cada grau de elevação” uma nobreza “sempre na dependência, e necessidade de servir”. E sendo a honraria pessoal, colocava o sucessor na obrigação de também servir para que se renovasse a graça, e “não bastava uma vida correr, eram precisas muitas gerações antes, que uma família chegasse às maiores distinções [...]”. Toda essa lógica aqui descrita é bem ilustrada pela ascensão da casa dos Mascarenhas da família do Conde de Óbidos.

Tomando como base os estudos de genealogia de Felgueiras Gaio nos foi possível identificar que Mascarenhas era um lugar na Província da Beira em meados de 1206 e que foi concedida a Estevão Rodrigues “por morte do Rei D. Sancho I que acompanhou na tomada de Elvas, e Torres Novas na era de 1206, e o 1º povoador do lugar de Mascarenhas” (GAIO, 1939: 3889)144. A partir de então, os descendentes de Estevão Rodrigues passaram a assinar o sobrenome Mascarenhas. Na terceira geração da família, D. Fernão Martins Mascarenhas que foi valido do rei D. João II recebeu o título de Dom pra si, e também seus descendentes, das mãos de D. Manoel (GAIO, 1939: 3890). Por fim, por criação de D. Felipe IV, ainda durante a União Ibérica, foi concedido a D. Vasco Mascarenhas, já na 5º geração dessa casa, o título de 1º Conde de Óbidos (GAIO, 1939: 3895)145. Título que foi reconhecido por D. João

¹⁴⁴ Segundo o Conde da Ericeira “o Senhor D. Estevão Rodrigues o primeiro que usou do Appellido de Mascarenhas, por ser Senhor da Villa deste nome, não por mercê do Senhor Rey D. Sancho, como escreveo hum Author moderno, mal informado, mas por herança de seu Pay Ruy Mendes, Senhor de Bragança, chamado o Bravo, casado com filha do Senhor Rey D. Affonso Henriques lograva a eximia qualidade de sangue Real, por seu Bisavô D. Alanos, e de sua mulher, que era filha de hum Rey de Armenia: todos Senhores de Bragança, e de toda a sua Comarca que logravaõ como Principes, herdadas de seus Avôs, que tinhaõ conquistado estas terras aos Mouros, antes de haver Reys em Portugal” (ERICEIRA, 1945: 4-5).

¹⁴⁵ Segundo Bluteau, Conde “deriva-se do Latim Comes, que não começou a ter esta significação, se não quando em Roma a lingua Latina hya acabando. Comes propriamente significa companheiro, & este nome se deu aos que acompanhavão o Emperador Justiniano, aos que tinhaõ algum cargo conspícuo na Corte, particularmente nos tribunais da Justiça. [...]. Os Reya Godos de Hespanha, que em nada queriaõ ser inferiores à magestade dos Emperadores Romanos, também à imitação delles traziaõ em seu serviço muytos Condes. Tinhaõ Condes Stabularios, que eram Estribeiros mores, Condes cubicularios que eram Camareiros mores; & outros semelhantes. Os Reys de Asturias, Oviedo, & leão imitando aos Godos seus antecessores, também tiveraõ Condes em seu serviço, & com tanta autoridade, & prehemencia, que não resoliaõ cousa de importância sem seu parecer, & conselho. Elles clegiaõ & os Reys, casavaõ com suas filhas, & os reys com as suas: governavaõ

IV em 19 de Maio de 1646 e, novamente, em 1662 por D. Afonso VI, que o estendeu aos sucessores de D. Vasco em 14 de Abril de 1663.

II

Como dissemos anteriormente, o império português foi marcado pela descontinuidade espacial, caracterizando-o como um império oceânico, caminho pelo qual, devido às estratégias administrativas desenvolvidas pela coroa, circularam muitos de seus súditos pela prestação de serviços. Nesse sentido, o império português também se fez, e aqui temos um ponto fundamental para o seu funcionamento, por um intenso “ir e vir” das elites que desempenharam ofícios e cargos, administrativos e militares, no mar e na terra, em busca de ascensão social e prestígio através do acúmulo de mercês e títulos. Dessa forma, vamos analisar como D. Vasco Mascarenhas construiu sua carreira política e trajetória social. O objetivo é ressaltar a importância dessa circulação na construção de uma memória, no desenvolvimento de uma estratégia e no acúmulo de conhecimentos aplicados ao exercício administrativo e de governo do império português em cada uma de suas partes.

Segundo António Caetano de Souza, D. Vasco Mascarenhas começou cedo, servindo em seus primeiros anos em Flandres (SOUZA, 2007: 52-53)¹⁴⁸. Esteve no Brasil em 1639, onde serviu como General de Artilharia e de Mestre de Campo na armada do Conde da Torre

as províncias, legitimavaõ bastardos, & tinhaõ tanto poder em tudo, que algumas vezes aspirarão à coroa. Era título, que se dava aos Ricos homens, & então a mayor dignidade de Hespanha.” (BLUTEAU, vol. II, s/d: 444-445). Por sua vez, Óbidos é uma “*Villa da Estremadura Portuguesa, em lugar eminente, cercada de muros, & com huma fortaleza fundada em rocha. He provida de pescado com a vizinhança do mar, & de huma notável lagoa. Ganhou El Rey D. Affonso Henriquez esta Villa aos Mouros pelos annos de 1148. Foy dita Villa pelo adiante dotal das rainhas de Portugal com outras terras, de que costumavão fazer grossas esmolos, & algumas obras insignes, que hoje permanecem. Guardou Obidos grande fidelidade a El Rey D. Sancho II, & se não quis render ao cerco que lhe poz seu irmão, Conde de Bolonha, D. Afonso III. sem expresso mandato del Rey D. Sancho. Hoje he cabeça de Condado da casa Mascarenhas Obidos. Indeclinavel. Na descrição do Reyno de Portugal pag. 402. Diz o P. Anton. De Vasconcelos. Locus est propè Obidos, [...]. Pueril parece a etymologia dos que derivão o nome ob id os, por causa da boca, ou foz de hum braço de mar, que antigamente chegava a esta Villa.”* (BLUTEAU, vol. VI, s/d: 10).

¹⁴⁶ ANTT. Chancelaria de D. João IV. Livro 17. p. 271.

¹⁴⁷ ANTT. Chancelaria de D. Afonso VI. Livro 25. p. 221. Segundo Antonio Caetano de Sousa D. Vasco teve o referido título “*de juro para todos os seus sucessores na forma da Ley mental*” (SOUSA, s/d: 427-428).

¹⁴⁸ Segundo sua carta patente nomeando-o a governador geral do Estado do Brasil D. Vasco presta serviços desde o ano de 1619. In: *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)*. Chancelaria de D. Afonso VI. Livro 25, p.124v-126. Isso quer dizer que D. Vasco prestou serviços à coroa espanhola na Guerra dos 30 Anos. Devemos destacar aqui o fato da coroa portuguesa em reconhecer os serviços prestados à Coroa espanhola.

¹⁴⁹ e ter “*exercido como Lugar-Tenente, de Novembro de 1639 a Junho de 1640, as funções de Governador Geral*” (BELLO, 1940: 81).

No dicionário de D. Raphael Bluteau, General é uma “*dignidade militar*” (BLUTEAU, vol. IV, s/d: 49) e “*Artilharia*” envolve conhecimentos e habilidades em manusear uma série de artigos militares e de guerra como armas e munições (BLUTEAU, vol. I, s/d: 577-578). Na hierarquia militar, estava submisso ao mestre de campo general, pois, de acordo com Bluteau, “*Tocalhe o governo ordinário de seu terço, tomando as ordens por mayor do General, ou Mestre de Campo General, & distribuindo-as por menor por mão dos seus officiaes. Tem a jurisdição civil, & criminal de seu terço com apelação para o General*” (BLUTEAU, vol.VIII, s/d: 457) ¹⁵⁰.

Em 1641 recebeu a mercê de governador de armas e capitão ¹⁵¹ geral do Reino do Algarve, levando de ordenado o valor de seiscentos mil [reis] por ano ¹⁵². Ofício que voltou a exercer em março de 1646, recebendo de soldo seiscentos mil reis anualmente ¹⁵³. Nesse ponto, já podemos notar como a prestação de serviços à coroa implica em “*acrescentamento*” à casa dos Mascarenhas devido aos soldos recebidos por D. Vasco.

Conforme nos aponta Francisco Cosentino, “*cada província formava uma unidade estratégica de comando autônomo, reflexo de uma organização militar poli-cefálica, atenuada pela direção do rei por meio do Conselho de Guerra*” (COSENTINO, 2008: 11). Dessa forma, durante a guerra contra a Espanha as batalhas travadas em campo aberto eram de grande importância estratégica, sendo o Algarve, segundo António Manuel Hespanha, “*um dos principais teatros de guerra, na perspectiva de uma invasão por terra. [...], tradicional via de entrada de tropas espanholas. Na raia, o seus pontos fortes eram Olivença, Elvas, Campo Maior, Estremoz e Évora, praças dotadas de fortificações modernas*” (HESPANHA, 2004: 30).

¹⁴⁹ Corresponde a uma esquadra formada por espanhóis e portugueses com destino ao Brasil “*para socorro e resgate da Baía, em 1639, sob o comando português de D. Fernando Mascarenhas, 1º conde da Torre, talvez a maior força anfíbia que tinha atravessado o Atlântico até a época, mas que não teve sucesso*”. (SANTO, 2008: 30).

¹⁵⁰ Ainda de acordo com Bluteau, Tenente era título que se dava “*aos Ricos homens, & valia o mesmo que Senhor, ou Governador, a cujo cargo estava a defesa de lugar próprio, ou comettido*” (vol III. p. 95) e Lugar-Tenente é “*Aquelle que occupa o lugar, ou exerce o officio de outro*” (vol. V. p. 202). Em outras palavras, D. Vasco exerceu interinamente o ofício de governador geral de novembro de 1639 a junho de 1640.

¹⁵¹ “*Capitam, Capitaõ: Tomase esta palavra em diferentes sentidos. Algumas vezes significam o que manda hum exercito inteiro, ou huma armada grande, como Capitaõ general. Outras vezes significa o que manda hum corpo mais pequeno, como capitão mor*” (BLUTEAU, vol. II, s/d: 126).

¹⁵² Cf. ANTT. Chancelaria de D. João IV. Livro 12, p. 8v. [documento de 27 de Dezembro de 1641]

¹⁵³ Cf. ANTT. Chancelaria de D. João IV. Livro 19, p. 131.

Em 1643 D. Vasco foi governador de armas da Província do Alentejo ¹⁵⁴. Segundo Bluteau, general de armas “*he o mesmo, que general do exercito*” (BLUTEAU, vol. IV, s/d: 103) que, por sua vez, é aquele “*que manda o exercito em chefe*” (BLUTEAU, vol. IV, s/d: 49). Conforme Hespanha, dentro da hierarquia militar os governadores de armas de província estavam abaixo somente dos conselheiros de guerra (HESPANHA, 2004: 175). Nota-se que ser governador de armas do Alentejo exigia do indigitado uma grande experiência nos assuntos militares devido à sua grande importância estratégica. Isso nos indica que D. Vasco Mascarenhas era um homem experimentado nos assuntos militares e galgou diferentes posições hierárquicas em ofícios com essas características.

Outra maneira de identificarmos a importância dos ofícios militares se dá através do soldo recebido, o que também nos aponta para a distinção hierárquica desses ofícios. Pagava-se a um capitão geral, governador de armas das Províncias, mestre de campo general, e general de cavalaria, soldo de 200.000 réis, sendo esses, cargos elevados nos quadros do exército. Já aos cargos inferiores como os de mestre-de-campo, sargento-mor e alferes se pagava 46.000, 26.000 e 6.000 réis respectivamente (HESPANHA, 2004: 181):

Ainda sobre as hierarquias militares, conforme Villas Boas Sampayo:

o cargo de General, de Mestre de Campo, de General da Cavalaria, Artelharia, e outros postos, po razão dos quaes se entrega o Exercito, ou partes principaes dele a quem os possui, são nobilíssimos. E posto que vemos que semelhantes cargo se provem de ordinário em pessoas da primeira qualidade, e nobreza, quando algum da fortuna, e estado humilde os chegar a alcançar logrará também a mesma nobreza (SAMPAYO, 1754: 138).

Analisando a trajetória militar de D. Vasco identificamos a contínua ascensão desse fidalgo na hierarquia militar através das patentes que ocupou. Primeiro, foi general de artilharia e mestre de campo na armada do Conde da Torre. Mesmo possuindo insígnias e habilidades militares próprias do ofício, esses não lhe davam comando direto sobre o exército, apenas sobre o seu terço e estava submetido às ordens do mestre de campo general. Alguns anos depois, foi elevado a governador e capitão geral do Algarve. Aqui, nota-se a ascensão hierárquica, pois esses eram postos de comando, além de estar servindo num local importante para Portugal durante as batalhas contra Espanha. Somente após adquirir experiência em combates e também na governança do exército é que ocupou o posto militar mais importante,

¹⁵⁴ Cf. *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI, vol II, publicadas e prefaciadas por P. M. Laranjo Coelho*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940. Essa informação é confirmada em sua carta patente de governador geral do Estado do Brasil.

o de governador de armas, abaixo apenas dos conselheiros de guerra, e no principal palco de guerra em Portugal, o Alentejo. Por outro lado, somente fidalgos de linhagem como o Conde de Óbidos poderiam exercer ofícios dessa importância, como nos apontou Villas Boas Sampayo.

Dentre os diversos ofícios militares podemos destacar como o mais cimeiro e importante o de ser conselheiro de guerra. O Conselho de Guerra era um órgão destinado ao “*governo do reino*” e que “*auxiliava o monarca no desempenho das diversas tarefas relacionadas ao exercício do ofício régio e ao cumprimento das suas funções no espaço exterior a Casa*” (COSENTINO, 2009: 130). Voltava-se para a administração militar, “*ocupado no despacho das consultas dirigidas ao rei, nas respostas às cartas dos generais, na nomeação dos oficiais e ministros militares e na apreciação das petições particulares*” (HESPANHA, 1995: 175). Entre as suas funções estavam a de “*dar parecer não só sobre a nomeação de todos os postos militares superiores [...] mas ainda sobre o exercito e armadas convencionais, e seu recrutamento, sobre a fabrica das naus, sobre a fortificação dos lugares*” (HESPANHA, 1995: 175). Segundo Bluteau, “*O Conselho de Guerra. Junta de ministros, fidalgos, versados na Arte militar, & que a exercitaraõ, chegados a Governadores das armas, & aos mayores postos dellas. Consultaraõ as disposiçoens da guerra, & as pessoas que merecem alguns lugares*” (BLUTEAU, vol. II, s/d: 473). Vale ressaltar que a tarefa de aconselhar o monarca era um privilégio de poucos e por isso mesmo muito valorizado.

Fica evidente a posição de prestígio de um conselheiro de guerra e da importância de se ter uma alargada experiência em assuntos militares para que desempenhasse bem o seu ofício. Além disso, temos que ressaltar que o Conselho de Guerra é um importante órgão de conselho régio e que corresponde ao “governo do reino” nas questões militares.

Para auxiliar o monarca havia os conselheiros. Estes compunham o órgão mais cimeiro, o Conselho de Estado, principal órgão de governo e desempenhava funções consultivas e decisórias “*onde assistem os mayores homens do Reino*” (CARDIM, 2002: 30). Segundo Cardim:

Enquanto principal órgão consultivo, o Conselho de Estado era como que o mais importante fórum de debate sobre o governo [...]. apresentava-se constantemente como a única e legítima sede de decisão, invocando não só a sua inserção na esfera doméstica do rei, mas sobretudo a ancestralidade da sua ligação orgânica com a realeza (CARDIM, 2002: 30).

Percebe-se que ser membro desse conselho era desfrutar de uma posição privilegiada de influência e poder, e como nos aponta Francisco Cosentino, “*não só pressupunha uma posição honorífica, mas também significava ‘das preleminencias e prerrogativas’ próprias do cargo*”. Conforme nos demonstrou Pedro Cardim, os órgãos de conselho, dedicados ao “governo do reino”, ou seja, voltados às questões administrativas que se encontravam fora do palácio real coexistiam com outra esfera de governo e que se voltava para os assuntos “domésticos” e que compunha a estrutura organizativa da Casa Real ¹⁵⁵.

Os ofícios domésticos da Casa Real podem ser divididos entre os “maiores” ou “mores” – que desempenham funções mais importantes e vastas – e os “menores” devido à especialização da função e também em decorrência das posições hierárquicas, estatutos de nobreza e fidalguia (CARDIM, 2002: 22).

Dos vinte e seis ofícios maiores identificados por Cardim, encontramos o de Estribeiro mor e Gentil Homem da Câmara, ocupados por D. Vasco Mascarenhas.

O estribeiro mor

He officio, a cuja ordem estão os cavallos, coches, & liteiras da casa real, & a gente, que serve neste ministério. Acompanha a El-Rey, calça-lhe as esporas, ajudado a se por a cavalgalo, & apear-se; quando El-Rey sahe em cavall, vai atraz delle, & se sahe em coche, vai no Estribo direito. Preside ao Estribeiro pequeno, ao sevadeiro, & mais Ministros da Estribaria, & prove os moços della (BLUTEAU, vol. III. s/d: 343).

Gentil homem da câmara

vem a ser o mesmo, que *Homem nobre, Homem fidalgo*; como se vê em varios Authores Portugueses. [...], por curiosidade vem a saber o estilo, & gentilezas de Cortes estranhas. E como he razaõ, que ao lado dos Reys, assistaõ os mais cavalleiros do Reyno, justamente foraõ chamados *Gentishomes da Câmara del Rey* della (BLUTEAU, vol. IV. s/d: 57).

Importante esclarecermos que, de acordo com Cardim, a Câmara “*constituía o quarto do rei, o espaço da intimidade do monarca, aonde só podia aceder um número muito restrito de pessoas*” (CARDIM, 2002: 22). E que os oficiais que tinham acesso à Câmara do rei “*eram os que ‘frequentemente practicão com os Príncipes, [eram] cofres de suas payxoens,*

¹⁵⁵ Vale lembrar que estamos tratando de uma sociedade de Antigo Regime em que não havia distinção entre público e privado. Essas duas esferas coexistiam. Dessa forma, a casa do rei agregava tanto a morada real, seu espaço de intimidade, quanto a sede administrativa.

“*Casa Real concede uma ênfase especial à pessoa régia, à sua família e às relações mais ou menos formalizadas que o rei estabelecia com os que se encontravam próximos dele*” (CARDIM, 2002: 17).

moderadores dos seus affectos (...)”, ou seja, desfrutavam de um *status* muito mais ampliado do que aqueles que “*mantinham um contacto mediatizado e mais distante com o monarca*” (CARDIM, 2002: 24). No caso de D. Vasco sua proximidade com o rei o colocava em lugar de destaque e de prestígio, ampliando suas possibilidades de influenciar as decisões régias e de ser agraciado com mercês mais apetecidas, demonstrando a importância de se exercer ofícios dentro da casa real.

Sabemos que o “*império português [...] estende-se por um vasto mundo, que não podia dominar nem controlar se empregasse os expedientes tradicionais de administração*” (HESPANHA; SANTOS, 1998: 351). Russell-Wood, em seu texto “Fluxo e refluxo humano”, demonstra certa surpresa ao perceber que os portugueses estiveram onipresentes – ou pelo menos é essa a sensação que se tem – na Ásia, África e nas Américas. Sem dúvida, isso foi possível graças à circulação dos súditos pelo império, um meio articulado pela coroa através da concessão de mercês e da remuneração de serviços que, dessa forma, captava e garantia a continuidade da produção de serviços. Os súditos por sua vez, por servirem ao rei, ascendiam na hierarquia nobiliárquica. Partindo também dessa ideia e complementando-a, temos a afirmação de Bartolomé Yun:

La movilidad geográfica de las élites del imperio está en la base de procesos de ascensión social. No siempre se progresa “in situ”. El ascenso va implícito en el propio concepto de circulación de las élites y es parte esencial del funcionamiento del imperio. Pero ello, no sólo porque la movilidad era a menudo la condición del servicio a la Monarquía y el servicio a ésta era uno de los factores más poderosos de ascensión. También porque – y esto no es tan conocido – la movilidad es a menudo la base para la construcción de una memoria histórica que hace olvidar los antepasados dudosos, en lugares nuevos, no sujetos a la memoria y al conocimiento local. [...]. En una sociedad que la adscripción de la propia memoria de los antepasados en un espacio determinado, esto era de una importancia crucial (CASALILLA, 2009: 19):

É dessa forma que devemos entender a mobilidade dos fidalgos portugueses pelo império ultramarino, ou seja, essa é a nossa perspectiva de análise no estudo da trajetória do Conde de Óbidos.

O vice reinado da Índia exercido por D. Vasco Mascarenhas é mais um indicativo do seu *status* de Grandeza¹⁵⁶, pois “*todos aqueles que desempenharam ao longo de mais de três séculos os vários ofícios correspondentes ao governo do Estado da Índia eram, não apenas nobres, mas fidalgos de linhagem*” (CUNHA; MONTEIRO, 1995: 93). O título de vice rei,

¹⁵⁶ “*eram Grandes por inerência todos os condes, marqueses e duques e s viscondes e barões que a tivessem recebido por doação específica*” (MONTEIRO, 2010: 254).

além de valor simbólico, possuía conotação honorífica e de acrescentamento à Casa nobiliárquica do nomeado. Na carta patente do Conde de Óbidos percebemos que o vice rei era dotado de “*cumprido poder e mandado especial*” que correspondia “*remover e tirar [...] quaisquer outros officiaes da justiça [e] guerra e fazenda [...] e podera emcarregar delles outras pessoas [...]; cumandar [e] fazer guerra [...]*”¹⁵⁷.

De acordo com Nuno Monteiro, de 1550 até o final da primeira metade do século XVII o critério de recrutamento de um vice rei assentava-se, além de sua linhagem fidalga, na trajetória de serviços de chefia militar ou política anteriormente exercidos. No entanto, a partir de 1650 a mudança é radical, pois a maioria dos nomeados: nunca havia estado na Índia; não tinham experiência colonial; apesar de experiência militar, nunca havia exercido posto de comando (MONTEIRO, 2010: 264). Assim, sobretudo a partir de 1650, “*o perfil típico dos vice-reis desde meados dos seiscentos é dado, sem duvida, pelo deposto por uma revolta local, o 1º Conde de Óbidos (1652-3), cujos opositores em Goa consideravam ser ‘mais um favorito da corte do que um competente administrador’*” (MONTEIRO, 2010: 261). No que toca ao Conde de Óbidos a trajetória de serviços que havia desempenhado até o momento de sua nomeação como vice rei da Índia¹⁵⁸ nos fornece elementos para discordar de Nuno Monteiro. Antes do ofício de vice rei, D. Vasco Mascarenhas já havia ocupado postos de chefia militar, político e administrativo tendo sido governador geral interino do Estado do Brasil (Novembro de 1639 a Junho de 1640); governador de armas no Alentejo (1643); governador de armas e capitão geral do Algarve (1641 e 1646) e; conselheiro de guerra (1641). Dessa forma, não podemos afirmar que o Conde de Óbidos represente o perfil dos vice reis da Índia a partir de 1650 e que a sua nomeação se deu apenas pelas suas relações afetuosas com a corte portuguesa, pois é notável a sua experiência em batalhas e em postos de comando, inclusive nos locais mais importantes para a manutenção de Portugal restaurado, o Algarve e o Alentejo, além de ocupar a mais alta hierarquia militar, conselheiro de guerra.

Percebemos então que D. Vasco Mascarenhas era um homem experimentado nos quadros administrativos do império e por isso capacitado para exercer o importante ofício de governador geral do Estado do Brasil¹⁵⁹. Por fim, temos que retomar aqui a contribuição dada pela historiadora Maria de Fátima Gouvêa sobre a importância da circulação dos súditos da

¹⁵⁷ ANTT. Chancelaria de D. João IV. Livro 24, p. 160-161.

¹⁵⁸ Nomeado Vice rei da Índia por D. João IV em carta patente de 19 de Janeiro de 1652. Ver: Chancelaria de D. João IV. Livro 24, p. 160-161.

¹⁵⁹ “*Eram, sobretudo e em primeiro lugar, grandes fidalgos da Corte, que só aceitavam o penoso sacrificio da partida para o Oriente a troco de contrapartidas para suas casas, duramente negociadas*” (MONTEIRO, 2010: 261).

coroa possibilitando a administração do vasto império português e também para a construção e acúmulo de uma memória administrativa:

Estes exemplos explicitam a associação gradativa, em um mesmo indivíduo, do exercício de altos cargos governamentais em diferentes territórios coloniais, bem como em instituições encarregadas da coordenação das políticas encaminhadas pela Coroa, como o Conselho Ultramarino, a Casa de Suplicação de Lisboa, dentre outras. O conhecimento acumulado nos diferentes estágios desse exercício administrativo consubstanciou uma forma singular de governar o Império. De um lado, cujos grupos familiares vinham dando provas de uma íntima associação com a Coroa na implementação e defesa de sua soberania em ocasiões chave como a Restauração portuguesa. [...]. De outro, consubstanciava-se um conjunto de estratégias, bem como uma memória, dedicadas ao exercício desse governo, viabilizadas pelo acúmulo de informações e pela constituição de uma visão mais alargada do Império como um todo, ambos produzidos pela circulação desses homens nos altos postos administrativos nas regiões ultramarinas (GOUVÊA, 2010: 308).

Através desse trabalho podemos perceber o quão importante era a *economia de mercês* na sustentação da política administrativa e na estruturação da ordem própria da sociedade portuguesa do Antigo Regime e como os súditos lançavam-se nas empreitadas da Coroa pelas suas possessões ultramarinas gerando acrescentamento material e simbólico às suas casas nobiliárquicas, caso de D. Vasco Mascarenhas, conforme a reconstrução, ainda que com lacunas, da sua carreira e trajetória. O trabalho também nos fornece subsídios para corroborar as afirmações postas pelo historiador Francisco Cosentino sobre a linhagem fidalga e nobre dos governadores gerais do Estado do Brasil.

Referências bibliográficas

BELLO, Conde de Campo. *Governadores Gerais e Vice-reis no Brasil*. Porto: Delegação Executiva do Brasil às Comemorações Centenárias de Portugal, 1940.

BLUTEAU. D. Raphael . *Vocabulário Português e Latino*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d. (CD-ROM).

CARDIM, Pedro. A Casa Real e os Órgãos Centrais de Governo no Portugal da Segunda Metade de Seiscentos. In: *Tempo*. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Sette Letras, nº. 13, 2002.

CASALILLA, Bartolomé Yun. Introducción. Entre el imperio colonial y la monarquía compuesta. Elites y territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII). In: CASALILLA, Bartolomé Yun (dir). *Las redes del imperio: élites sociales en la articulación*

COSENTINO, Francisco. Trajetória social e influência política dos governadores gerais do Estado do Brasil (1640-1702). *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Nº 01 e 02, vol. 10. Jan-dez. 2008.

_____. “Enobrecimento, trajetórias sociais e remuneração de serviços no império português: a carreira de Gaspar de Sousa, governador geral do estado do Brasil”. In: *Tempo*. N.º 26, Vol. 13- jan. 2009. p. 228.

_____. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Annblume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

CUNHA, Mafalda Soares da; e MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e Capitães-mores do Império Atlântico Português no século XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F; CARDIM, Pedro; e CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs) *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

_____ & _____ Vice-reis, Governadores e Conselheiros de Governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social. In: *Penelope. Fazer e desfazer a História*. Lisboa, nº 15, 1995.

ERICEIRA, Conde (D. Luiz de Meneses). *Historia de Portugal Restaurado*. Vol I. Porto, Civilização, 1945.

GAIO, Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Oficina Gráficas Pax, 1939.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HESPANHA, António Manuel. & SANTOS, Maria Catarina. Os Poderes num Império Oceânico. In: HESPANHA, Antonio Manuel (coord.). *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HESPANHA, António Manuel. Introdução. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir). *Nova História Militar de Portugal*. vol. 2. Lisboa: Circulo dos Leitores, 2004.

_____ A administração militar. In: BARATA, Manuel. *Op. Cit.*

_____ As Finanças da Guerra. In: BARATA, Manuel. *Op. Cit.*.

_____ *História de Portugal Moderno. Político e Institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

MONTEIRO, Nuno G. O *Ethos* da Aristocracia Portuguesa Sob a Dinastia de Bragança. Algumas notas sobre casa e serviço ao rei. In: *Elites e Poder: entre o antigo regime e o liberalismo*. 2º ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, s/d.

_____ *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

_____ Nobleza y Élités en el Portugal Moderno en el Contexto de la Península Ibérica (siglos XVII y XVIII). In: MESA, Enrique S.; CARO, Juan J. B. & BARRADO, José Miguel D. (edit). *Las élites en la Época Moderna: la Monarquía Española*. Tomo I: Nuevas Perspectivas. Servicio de Publicaciones: Universidad d Córdoba, 2009.

_____. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVIII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; & GOUVEA, Maria de Fátima. (orgs). *Antigo Regime nos Trópicos. A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e antropologia*. Vol.II. São Paulo: Edusp, 1974.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal*. Lisboa: Ed. Estar, 2001.

RAU, Virginia. *Estudos sobre a História Económica e Social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

SAMPAYO, Antonio de Villas Boas e. *Nobiliarchia Portuguesa. Tratado da Nobreza Hereditária e política*. Amstradam: Manoel Antonio Monteiro de Campos, 1754.

SANTO, Gabriel do Espirito. *Restauração. 1640-1668*. Lisboa: QUIDNOVI. 2008.

SOUSA, Antonio Caetano. *Memorias Historicas e Genealogicas dos Grandes de Portugal*. Lisboa. p. 427-428. Disponível em: http://books.google.com.br/books/about/Mem%C3%B3rias_hist%C3%B3ricas_e_geneal%C3%B3gicas_do.html?id=LncOAAAQAAJ.

_____. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Vol. IX. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora, L.^{da}. M.CM.LIII. Ed. QuidNovi/Público e Academia Portuguesa da História, 2007.

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João IV. Livro 17. p. 271.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João IV. Livro 12, p. 8v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João IV. Livro 19, p. 131.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João IV. Livro 24, p. 160-161.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. João IV. Livro 24, p. 160-161.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. Afonso VI. Livro 25. p. 221.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelaria de D. Afonso VI. Livro 25, p. 124v -126.

Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI, vol II, publicadas e prefaciadas por P. M. Laranjo Coelho. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940. Essa informação é confirmada em sua carta patente de governador geral do Estado do Brasil.

Redes de Sociabilidade no Brasil Colonial

Os Corpos de Ordenanças nas Minas setecentistas: uma análise do perfil de seus oficiais - os mestres de campo (1690-1755).

Gabriela Duque Dias*

Resumo: Os estudos sobre história militar no período colonial são ainda muito reduzidos. Aqueles que tiveram como centro de investigação a composição social dos oficiais e soldados e a hierarquia militar das tropas são ainda mais escassos. Sendo assim, este trabalho visa colaborar para o preenchimento desta lacuna historiográfica e tem como objeto de estudo os mestres de campo, uma alta patente militar existente no período colonial brasileiro e no caso desse estudo nas Minas do século XVIII. Buscarei apresentar um breve panorama das forças militares em Portugal e nas Minas, e a partir daí investigar as funções dos mestres de campo para a defesa do território, a manutenção da ordem e a aplicabilidade da governabilidade portuguesa no Ultramar.

Palavras –chaves: militares, poderes locais, mestre de campo

Abstract: The study of military history in the colonial period are still very reduced. Those which had the research center the social composition of the officers and soldiers and military hierarchy of the troops are even more scarce. So far, studies about the topic have focused on the analysis of the main institutional aspects of the military forces of the period. Its object of study is the mestre de campo “field master”, a high military rank existing in the Brazilian colonial period and in the case of this study in the Mines of the eighteenth century. It also seeks to present a brief overview of the military forces in Portugal and Mines, and then investigate the functions of the field master to defend the territory, the maintenance of order and the applicability of the Portuguese governance overseas.

Keywords: military, local powers, field master.

“Nenhum reino, ou república, floresceu sem milícia, pois ela é a que os estabelece e conserva¹⁶⁰.”

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora na linha de pesquisa: Poder, mercado e trabalho.

¹⁶⁰ Sebastião Pacheco Varela. *Número vocal, exemplar, catholico e político, 1702*. Apud.: COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade**. Vila Rica, (1735 – 1777). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro: 2006. Dissertação de Mestrado.

É nas Minas, na primeira metade do século XVIII (1690-1755) o cenário escolhido para integrar esta análise. Atenta as transformações ocorridas na capitania pela descoberta do ouro e por toda a reorganização administrativa imposta por ele, buscarei a partir de informações retiradas das cartas patentes presentes no Arquivo Público Mineiro e da documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino descobrir a natureza de alguns dos oficiais de alta patente presentes em sua hierarquia, os chamados mestres de campo. O que irá ser dito consiste, portanto, em apenas uma parte da realidade vivida por esses homens. Para um trabalho mais completo, se faz necessário o uso de novas fontes a fim de ampliar as discussões e proporcionar uma análise mais completa da dita patente.

O perfil destes oficiais, sua importância e sua atuação na força que mais envolvia a participação dos súditos existente nas Minas serão objetos de investigação. Os dados apresentados são resultados parciais de minha pesquisa de mestrado que consiste em um estudo prosopográfico sobre a patente em questão, entre os anos de 1690 a 1777, na dita Comarca de Vila Rica. Entender tal patente contribuirá para responder as inquietações da tão pouco visitada, história militar do período colonial.

A Organização das Tropas em Portugal e em Minas

Diante das dificuldades financeiras encontradas pela Coroa Portuguesa, o ônus administrativo da colonização ficou muitas vezes a cargo dos próprios súditos, responsáveis pelo reparo de fortalezas, defesa do território, e, sobretudo, a partir da militarização dos reinos, obrigados a pegar em armas e defender o território sempre que necessário, garantindo assim a governabilidade portuguesa nos trópicos.

Tanto em Portugal como no Brasil a estruturação das forças militares se deu da seguinte maneira¹⁶¹: Corpos Regulares (tropas pagas ou de primeira linha), Corpos irregulares (ordenanças), e o Corpo Auxiliar (milícias). Os Copos Regulares, ou tropas de primeira linha,

¹⁶¹ A respeito da organização das tropas ver: COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano**: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735 – 1777). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro: 2006 e SILVA, Kalina Vanderlei, **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 2001. Ver Também: SALGADO, Graça. (ORG) **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985. COTTA, Francis A. **No rastro dos Dragões**: universo militar luso – brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: UFM, 2002. Tese de doutorado. MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII**: as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América. Niterói: UFF, 2002. Tese de doutorado

criados em 1640 em Portugal, correspondia ao “exército do estado,” eram formados por oficiais pagos, sendo por isso a única força militar que recebia soldos da Fazenda Real. Seus membros estavam sujeitos a regulamentos disciplinares sendo homens, portanto, que se dedicavam exclusivamente a atividades militares, devendo estar “sempre em armas, exercitados e disciplinados”. (PEREIRA, 2002: 35). As milícias, criadas em 1641, era de serviço obrigatório e não remunerado para os civis e serviam de apoio às tropas de primeira linha. Tinham um caráter territorial móvel, podendo se deslocar de sua base territorial (ao contrário das ordenanças) para prestar auxílio. Estava organizada em terços, recrutados entre a população local e alistado em categorias: brancos, negros e pardos.

Para completar a organização militar estariam os corpos das ordenanças criadas em 1549 para auxiliar na defesa do território. Seus membros eram recrutados entre a própria população local masculina entre 18 e 60 anos que ainda não tivesse sido recrutada pelas duas primeiras forças. Tinham um forte caráter local e procuravam realizar um arrolamento de toda a população para as situações de necessidade militar. (PEREIRA, 2006: 35) Deveriam ter seus próprios equipamentos militares, permaneciam em seus serviços particulares e somente em caso de perturbação da ordem pública abandonavam suas atividades. Na colônia, as ordenanças eram as forças militares que mais envolviam a participação dos súditos, sendo considerada segundo Raymundo Faoro “a espinha dorsal” da colônia, instrumento de ordem e disciplina. (FAORO, 1989: 112). Funcionavam, portanto, como um papel disciplinador ao mostrar a cada vassalo seu lugar de ordem dentro da sociedade.

Vale dizer, que os alvarás e regimentos responsáveis por organizá - las valiam tanto para o Reino quanto para suas respectivas colônias e, portanto, qualquer alteração feita valia para os dois. Nas Minas, foi no final de 1709 com a criação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro e com a nomeação do seu primeiro governador, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho que se instituíram, por carta régia, as ordenanças e milícias. Porém as tropas pagas só entrariam em funcionamento anos mais tarde, mais precisamente no ano de 1719, no governo de Pedro de Almeida e Albuquerque, o Conde de Assuma e ficaram conhecidas como “Companhia dos Dragões”¹⁶².

O aspecto militar sempre esteve presente na colonização, seja pela preocupação com a conservação e defesa do território, fator primordial no que se refere às questões

¹⁶² A respeito deste tema, ver: COTTA, Francis A. Op.cit. No mesmo livro, o autor informa que os setecentos da América Portuguesa seriam marcados por três corpos militares de Dragões. O primeiro seria empregado nas Minas do Ouro, o segundo, no Rio Grande de São Pedro e o terceiro, na Colônia de Sacramento.

administrativas, e a cargo da militarização dos colonos reinóis e naturais, seja pelo esforço de obediência dos súditos à autoridade de seus governantes, representantes da soberania no além-mar. (BICALHO, 2003: 76). Para Maria Fernanda Bicalho uma das chaves explicativas da relação entre metrópole e colônia foi a guerra, pois ela fundamentou toda a lógica do sistema colonial, uma vez que foram:

(...) os súditos coloniais os responsáveis pelos altos custos da manutenção do Império e recaia sobre suas rendas ou sobre as rendas arrecadadas pelas câmaras a obrigatoriedade do fardamento, sustento e pagamento das tropas e guarnições, bem como o reparo de fortalezas e a manutenção das armadas em situações especiais ou em momentos de ameaça concreta (...) (BICALHO, 2003:332)

Algo que se reforça dada a importância que a guerra assumiu para formação dos estados modernos e pela preocupação da Coroa desde o início da colonização em transformar cada colono em um homem de guerra. (VANDERLEI, 2001:35) Por outro lado, eram os serviços prestados ao Rei a fonte de prestígio e status social das elites coloniais e nesse sentido a ocupação de cargos militares assumia um papel de destaque. Diante dessa lógica de uma sociedade de Antigo Regime, movida pelo *status* social, a ocupação desses cargos representava um diferencial significativo aos homens que o ocupavam

No caso de Minas Gerais o estabelecimento de todo um aparato militar era de fundamental importância para a manutenção da ordem e do próprio Império. A chegada de um grande fluxo populacional gerado pela descoberta do ouro, durante boa parte do século XVIII, gera um clima de instabilidade social. Minas era um território marcado por grandes impasses colocados a administração, levando a Coroa a buscar vias seguras para controlar as revoltas, estabelecer a cobrança do quinto, as casas de fundição, realizar uma constante fiscalização para impedir o contrabando e estabelecer a ordem pública. Para tal, era necessário por em funcionamento toda uma estrutura administrativa e fiscal para o recolhimento de tributos e controle da região produtora e de todos os conflitos e dilemas que enfrentou (CAMPOS, 2002: 54). Era um território vasto, inóspito e desconhecido, e por isso conhecer o território a fim de controlá-lo, saber suas potencialidades, impedir sonegações e estabelecer a ordem pública seria um indispensável elemento de poder. Nesse aspecto, como nos aponta Ana Paula Pereira Costa, os militares constituíam em fortes colaboradores, pois ao disporem de mobilidade, possuíam um vasto conhecimento do território, “dois fatores indispensáveis a conservação da ordem e manutenção da tranquilidade pública. (PEREIRA, 2006:46)” Já

Maria Alexandre Lousada destaca que “saber quantos são e onde se localizava a população das Minas é considerado o primeiro passo para o exercício mais eficaz da vigilância, da manutenção da ordem e repressão” (LOUSADA, 1996: 89).

Mestres de campo, alguns apontamentos.

O objetivo deste tópico é mostrar algumas informações referentes aos mestres de campo. De acordo com alguns resultados da pesquisa pode-se perceber um maior número desses oficiais atuavam nas Milícias, seguidos das Ordenanças, duas das forças que mais envolviam a participação dos súditos e, por fim, as tropas pagas. Pode – se também notar uma maior incidência de forças militares nas principais vilas, arraiais e freguesias onde a circulação de pessoas, presença de autoridades, dinâmica do comércio e da produção agrária era mais acentuada, como na Comarca de Ouro Preto e Rio das Velhas.

Um dado curioso é a presença de mestre de campo em todas as forças responsáveis pela defesa do território e não só nas tropas pagas e milícias como era em Portugal¹⁶³. Nas Tropas Pagas e nas Milícias o posto de mestre de campo, assim como no Reino, era o mais alto dentro da hierarquia das tropas. O comandante do corpo militar assumia assim um papel de cabeça, e os demais oficiais seriam os membros, denotando que o universo militar, era também influenciado pelo paradigma corporativista segundo o qual o indivíduo não existe sozinho e sim como parte de um todo ocupando um lugar na ordem, uma tarefa ou dever social (HESPANHA, 1998: 88). Nas Ordenanças ainda não foi possível avaliar em qual local dentro da hierarquia eles atuavam, sabe-se que o posto mais alto era o de capitão - mor, mas os mestres de campo também atuaram, embora também não seja possível avaliar em qual lugar eles se localizavam dentro da hierarquia da tropa. Um dos nossos homens, Antônio Ramos dos Reis, serviu como mestre de campo no Terço das Ordenanças de Vila Rica no ano de 1734, e em 1741 vira capitão da mesma Tropa e permanece no cargo até 1761, ano em que falece.

Para entender um pouco mais do alcance dessa patente vale ficar atento a especificidade do caso mineiro aberta aos seus ocupantes. Um dos exemplos mais emblemáticos pode nos ser dado a partir de um parecer do Conselho Ultramarino que dada 19 de Agosto de 1738, onde se afirma que: para prover o cargo “*necessita de um officio militar*

¹⁶³ Em Portugal há relatos de mestre de campo atuando nas Tropas Pagas e nas Milícias, sendo em ambas o cargo mais alto dentro da hierarquia.

*em quem concorram a circunstância de valor e capacidade, pode pela graduação de sua patente, na falta do governador recair nele o governo das Minas*¹⁶⁴”. Aqui encontramos dois pontos a serem destacados. O primeiro é que a ocupação do cargo exigia do indivíduo uma trajetória militar anterior, embora ainda seja necessário analisar o percurso percorrido até a ocupação da dita patente e nem o tempo de permanência em cada cargo. A historiografia relata que para se chegar aos mais altos postos havia duas regras fundamentais: a primeira diz respeito ao percurso que deveria ser nos mais variados postos, isto é, do mais baixo para o mais alto e também o tempo de permanência nestes postos deveria ser alto (COSTA, 2004: 106). A respeito dessas informações alguns indícios podem nos ser dado por José Rodrigues de Oliveira que serviu como “*subalerno em Catalunha, ocupando o cargo por mais de 32 anos*”¹⁶⁵. Félix de Azevedo Carneiro e Cunha serviu ao rei “*por um espaço de 46 anos, ascendendo por todos os postos inferiores e pelo de capitão do Regimento da Armada Real, fazendo muitas campanhas por mar e por terra*”¹⁶⁶. José de Moraes Cabral, ainda enquanto capitão dos Dragões, “*tem servido a Vossa Majestade por espaço de 23 anos, 7 meses e 15 dias*”¹⁶⁷. José Martins Figueira Carneiro “*serviu por mais de 28 anos, principiando a servir em 1703 em praça de soldado, cabo de esquadra, e nos postos de furriel, alferes e tenente, tudo na cavalaria*”¹⁶⁸.

O segundo ponto e mais importante que a citação nos fornece é a relação com um dos cargos mais importantes da administração colonial, o de governador. Em uma região marcada por constantes ausências e trocas de governadores a possibilidade de substituí-lo parece intrigante. Os governadores eram homens que garantiam a tomada de decisões rápidas em situações emergenciais na colônia sem a consulta aos órgãos da estrutura administrativa central portuguesa. Era necessário também que o governador tivesse competência e capacidade para enquadrar e controlar as redes de relacionamento locais tecidas pela elite local, potenciais concorrentes da centralização régia, para isso valia-se dos conflitos, do prêmio e do castigo na dose certa (CAMPOS, 2001: 22). Tinham também que lidar com a burocracia, com militares e eclesiásticos. Eram, portanto, como nos aponta Stuart Schwartz,

¹⁶⁴ Parecer do Conselho Ultramarino sobre os candidatos aos postos de tenente de mestre de campo das Minas. Avulsos AHU/MG/cx.36, Doc.31. Grifo meu.

¹⁶⁵ AHU/MG /cx.24, doc. 35

¹⁶⁶ Requerimento de Félix de Azevedo Carneiro e Cunha, tenente de mestre de campo general do governo de Minas Gerais, pedindo provimento no governo da capitania de Pernambuco. AHU/MG /cx.1, doc.40

¹⁶⁷ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento de José de Moraes Cabral, capitão dos Dragões, onde pede patente de mestre de campo. AHU/MG/ cx.29, doc.8

¹⁶⁸ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que pede José Martins Figueira Carneiro, no sentido de se lhe mandar passar patente de tenente de mestre de campo general. AHU/MG/ cx. 18, doc.3

defensores da autoridade régia, aplicadores da justiça do Rei, mas estavam também envolvidos nas redes de poderosos locais, com interesses econômicos e vínculos de clientelas nos locais onde desempenhavam suas funções (SCHWARTZ, 1979:17). O mestre de campo João Ferreira Tavares de Gouveia substituiu o governador por volta de 1732:

por três ou quatro vezes diferentes sempre o fez com toda a prudência e acerto, sem que nunca obraste coisa que lhe estranhassem. Foi a pouco tempo a pedido do seu Governador a correr vários distritos e comarcas deste governo das Minas a dar em todas ordens e fazer práticas para que reevitassem os descaminhos do ouro dos reais quintos.

Cabe dizer que a utilidade do conhecimento que esses oficiais adquiriam ao se espalharem por diversas localidades e ai se fixarem era útil para Coroa também nas tarefas relativas aos levantamentos de dados. Com as informações coletadas destes oficiais, elaboravam-se mapas das populações, estatísticas acerca da estrutura econômica das localidades como número de escravos ou plantações, e também se procedia a abertura e fechamento de caminhos. O caso mais emblemático de cartas enviadas aos reis dando conta dos acontecimentos é do mestre de campo Pedro Leonino Maris, as informações passadas por ele foram fundamentais para a descoberta e exploração dos diamantes na Comarca do Serro Frio, como mostra uma carta que data 1733, enviada a D. João V¹⁶⁹. Em 1753, envia outra carta, dessa vez para D. José I, dando conta do estado de umas Minas de prata abertas por Moribeca¹⁷⁰. Ou ainda, dando conta da necessidade que há em se extrair salite na Serra dos Montes Altos, em carta enviada em 1756¹⁷¹. Também o comandante da primeira companhia dos Dragões instaladas nas Minas, e perito em fortificações, ainda quando ocupava o cargo de capitão, José Rodrigues de Oliveira, foi autor da “*Carta topográfica das terras entremeias do sertão e distrito do Serro do Frio com as novas minas de diamantes*” de 1731 e também das plantas para os quartéis de Ribeirão do Carmo e de Vila Rica e “*descreveu mapas muitos exatos de todo aquele estado*”¹⁷². (Minas)

Os mestre de campo da Ordenança: Manuel da Fonseca de Azevedo e Mathias e Mathias Barbosa da Silva.

¹⁶⁹ AHU/MG/ cx.25, doc.3

¹⁷⁰ AHU/MG/ cx.62, doc.55

¹⁷¹ AHU/MG/ cx.69, doc.76

¹⁷² Requerimento de José Rodruigues de Oliveira, mestre de campo das Companhias dos Dragões das Minas, pedindo reforma do seu cargo com o mesmo ordenado que vence nas ditas Minas e com a possibilidade de o poder cobrar no Rio de Janeiro ou em Lisboa, com certidão de vida. AHU/MG/ cx.27, doc. 52

Manuel da Fonseca de Azevedo era português, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e fora provido pelo governador e capitão general das Minas Dom Lourenço de Almeida, no ano de 1726 no posto de mestre de campo dos terços das ordenanças da comarca de ouro preto por falecimento de Manuel Gomes da Silva.

Quando recebera a patente contava com 20 anos de serviços prestados sendo oficial da Secretaria do Estado servindo na embaixada de Viena e da Áustria. Quando veio para as Minas também serviu como secretário de governo na época de Dom Brás Baltazar da Silveira. Contava com uma importante lista de serviços prestados ao Rei, atuando em setores chaves para a Coroa Portuguesa como a arrecadação dos reais quintos e o sossego de tumultos, fazendo com muito “acerto e atividade”.

No ano de 1733 foi substituído por outro mestre de campo cuja trajetória é de destaque nas Minas. Mathias Barbosa da Silva era português, e na Colônia alcançou uma trajetória de enriquecimento, reconhecimento local, e de muito destaque. No Dicionário Histórico e Geográfico das Minas aparece assim designado:

Barra longa foi arraial fundado pelo grande potentado Matias Barbosa da Silva, a quem o governador Martinho de Mendonça de Pina e Proença assim se refere, em 1736: ‘interessando-se sempre nos contratos reais, abrindo caminhos e povoando sítios e mandando fazer alguns descobrimentos, contribuiu muito para aumento das rendas reais’. O Cel. Matias Barbosa da Silva Faleceu a 25 de julho de 1742, dia em que foi aberto seu testamento, pelo qual se verifica sua extraordinária fortuna (não nos consta tenha sido publicado): além de muito ouro em pó, ouro lavrado, prata lavrada, deixou grande fazenda na Barra dos Gualaxos e um sítio, outro sítio no gualaxo, terras mineiras na freguesia de Guarapiranga, quatro sítios na picada de Goiás, e duas sesmarias, casa no Rio, 2 casas em Ouro Preto. Só numa das Fazendas, tinha ele mais de 200 escravos. No testamento, determinou a celebração de 5.200 missas! Foi ele o primeiro morador e iniciador da povoação que, durante algum tempo, guardou seu nome. A capela de São José da Barra de Gualaxo ou barra de Matias Barbosa, denominações que teve a principio, foi erigida pelo ajudante José Ferreira Torres. (BARBOSA, 1971: 67)

Todos os mestres de campo dessa pesquisa solicitaram e ou requereram a patente em Minas Gerais, até mesmo os comandantes das Companhias dos Dragões. Isso pode nos indicar que a colônia se abria como um amplo espaço de obtenção de títulos. Muitos homens viam no universo colonial a oportunidade de aumentar suas riquezas e ascender socialmente, tencionando melhores condições de vida, principalmente através dos serviços prestados a Coroa.

Por hora, vale dizer que os homens acima descritos serviram ao Rei nos mais variados cantos do Império, e que encontraram nas Minas a possibilidade de ampliar seu reconhecimento social servindo nos mais altos postos militares e administrativos. Dessa forma

o espaço colonial se abria como chance de certos indivíduos ampliarem ou conquistarem status e diferenciação social. Também a atuação dos mestres de campo ultrapassava a esfera militar. Eram homens com amplas redes de relacionamento estabelecidas na região e com um amplo conhecimento do território. Desse modo esses homens usavam o cargo para aplicar a governabilidade da Coroa Portuguesa na região, atuavam na defesa interna mais ao mesmo tempo estavam imersos em interesses comuns aos grupos em que estavam envolvidos. Desvendar a natureza dessa patente servirá para entender a própria realidade colonial, suas complexidades e seu funcionamento. Um caminho, no qual, esses são apenas os primeiros passos.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico e Geográfico das Minas**. Belo horizonte: seterp, 1971

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros: “de como meter as minas em uma moenda e beber-lhe o caldo dourado” 1693 a 1737**. Tese de doutorado. USP, 2002.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade**. Vila Rica, (1735 – 1777). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro: 2006. Dissertação de Mestrado.

COTTA, Francis A. **No rastro dos Dragões: universo militar luso – brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: UFMG. Tese de doutorado

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

HESPANHA, António M. **Panorama histórico da Cultura Jurídica Européia**. Madri: Editorial Tecnos, 1998.

HESPANHA, António Manuel (Org). **Nova História Militar de Portugal**. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: círculo de leitores: 2003.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

LOUSADA, Maria Alexandra. **Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII- 1834.** Faculdade de letras de Lisboa, 1996. Tese de doutorado.

MELLO, Christiane F. Pagano de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América.** Niterói: UFF, 2002. Tese de doutorado

SALGADO, Graça. (ORG) **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985. COTTA

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial.** A Suprema Corte da Bahia e seus juízes;1609-1751. São Paulo: Perspectiva,1979.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial.** Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 2001.

Comunicações Políticas entre as Câmaras e Portugal

Lívia Ferreira Teixeira *

Resumo: Este trabalho pretende analisar as peculiaridades das Câmaras no ultramar no que diz respeito ao seu funcionamento e seus membros para, assim, tentar entender qual era o papel dessas instituições na administração da América Portuguesa. Mais especificamente, o local de análise será a Câmara da cidade de São João Del Rei no século XVIII, então cabeça da Comarca do Rio das Mortes. De modo geral, elas seguiram os moldes de suas afins metropolitanas, porém estas foram ganhando contornos e configurações específicas ao longo do tempo. Por esse motivo, torna-se indispensável estudar esta instituição como modo de compreender as relações e as redes de comunicações políticas que se formavam em torno desta.

Palavras-Chaves: Câmaras, Comunicações políticas, São João Del Rei.

Abstract: This work intends to analyze the peculiarities of overseas chambers with regard to their functioning and their members, so try to understand what the role of these institutions in the administration of Portuguese America. More specifically, the analysis is the local Chamber of São João Del Rei in the eighteenth century, then head of the County of Rio das Mortes. In general, they follow the molds of its related metropolitan, but these have gained specific configurations and shapes over time. For this reason, it is essential to study this institution as a way of understanding the relations and political communications networks that formed around this.

Keywords: Cameras, communications policies, São João Del Rei.

O presente trabalho é fruto de um desdobramento da minha pesquisa de mestrado que tem como objetivo compreender as redes de comunicação política que existiam nos domínios de Portugal no Ultramar. Mais especificamente pretende-se entender como elas se davam na

* Mestranda em História Universidade Federal de Juiz de Fora. Este trabalho faz parte da pesquisa que venho desenvolvendo no mestrado, relacionada as redes de comunicação política que se formavam em torno da Câmara de São João Del Rei.

Vila de São Joao Del Rei, Comarca do Rio das Mortes, capitania de Minas Gerais durante o período compreendido entre os anos de 1722 a 1780 do setecentos. Essa baliza temporal permite uma comparação entre a primeira e a segunda metade do século levando em conta as mudanças de eixo econômico e o declínio da produção de ouro na região.

Levando-se em conta a nova historiografia brasileira sobre o período colonial que leva em consideração uma relação entre Centro e periferia que se baseia na impropriedade do termo absolutista para designar o Estado moderno, uma vez que nenhuma monarquia ocidental gozou de poder absoluto sobre seus súditos. Ao contrário, todas foram marcadas pelas autonomias e poderes locais e, portanto, não implementaram uma centralização administrativa completa. A comunicação política viria como mais um aspecto dessa interação a ser discutido, pois através dela é que se mediou uma serie de relações e conflitos, bem como possibilitou que o Reino estive em contato direto com seus representantes no ultramar. Mesmo Portugal com sua precoce centralização territorial e administrativa não pode ignorar os micropoderes coexistentes na sociedade de Antigo Regime.

Nessa perspectiva, deixa-se de pensar em uma dicotomia entre metrópole e colônia e passa-se a pensar em múltiplas formas de convivência, de ajustamento e novos contornos para as políticas administrativas na América. Passa-se a levar em conta a existência de uma **monarquia pluricontinental** (MONTEIRO, 2005) como instrumento de análise das relações entre centro e periferia. Essa monarquia seria além de entidade geopolítica o resultado de jogos políticos que envolviam as elites de distintos cantos do império. Na formulação de Nuno Monteiro e João Fragoso:

(...) a expressão pluricontinental destaca a dimensão política, relacionada ao processo decisório no império. Parte-se do pressuposto de que a monarquia lusa, em razão de sua natureza poli-sinodal, compreendia negociações entre segmentos sociais situados em diferentes partes do império, cada qual com seus recursos e dispostos numa estratificação cuja cabeça era o rei. Trata-se de rever, com ênfase na pesquisa empírica, as relações entre centro e periferias sob outro ângulo, isto é, não mais tendo por referência as formulações que se baseavam na oposição entre metrópole e colônias, mas na ideia compartilhada por todos os contemporâneos segundo a qual o mundo era naturalmente hierarquizado(...) (FRAGOSO; MONTEIRO Apud: ALMEIDA)

Segundo Maria de Fátima Silva Gouvêa, *criou-se uma verdadeira economia politica de privilégios para assim reforçar os laços de sujeição e o sentimento de pertença dos vassallos, sejam reinóis ou ultramarinos, à estrutura politica mais ampla do Império, viabilizando melhor o seu governo* (GOUVÊA, 2001: 287). A conquista ultramarina concorreu para que a

Coroa passasse a atribuir ofícios e cargos aos indivíduos encarregados do governo nessas novas áreas. E tais concessões se constituíram em uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino.

A Coroa encontrou dificuldades em controlar todo seu território de forma sistemática. A própria extensão do território era uma dificuldade à centralidade administrativa, sendo difícil fazer chegar aos lugares mais remotos suas ordenações. Segundo Hespanha, faltou uma estratégia sistematizada para dirigir a expansão portuguesa na América.

Se a centralização não pode ser real sem um quadro legal geral, tão pouco pode ser efetiva sem uma hierarquia estrita dos oficiais, por meio da qual o poder real possa chegar à periferia. Daí que a eficiência da centralização política derive, por um lado da existência de laços de hierarquia funcional entre os vários níveis do aparelho administrativo e, por outro negativamente, do âmbito dos poderes dos oficiais periféricos ou sua capacidade para anular, distorcer ou fazer seus os poderes que recebiam de cima. (HESPANHA, 2001).

As Câmaras foram dentro dessa lógica, instituições de grande importância, uma vez que se tornaram os pilares da construção e da manutenção do Império Ultramarino, pois garantiam uma continuidade que governadores, bispos e magistrados passageiros não podiam assegurar (BOXER, 2002).

Como já foi mencionado o local de análise escolhido foi a Vila de São João del Rei, cidade situada na Zona da Mata mineira e que foi cabeça da Comarca do Rio das Mortes. A cidade nasceu das bandeiras que buscavam ouro no interior do território brasileiro. Fernão Dias Paes foi o bandeirante responsável pela abertura dos caminhos em direção ao interior de Minas. Na região do Rio das Mortes a descoberta do ouro só ocorreria de forma efetiva por volta de 1704 e acabaria por incentivar a criação e conseqüente povoamento de um arraial. Em 1714 o arraial seria elevado a Vila e se criaria a Comarca do Rio das Mortes, quando também se criaria a Câmara aos moldes das instituições portuguesas.

A região vai ser palco de grandes transformações econômicas, sociais e políticas uma vez que ganha importância com o auge da mineração por volta de 1750 a 1779 bem como da presença de uma agricultura para o abastecimento em crescimento e uma relação mercantil muito intensa com o Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2010). São João del Rei era passagem obrigatória das tropas que aí vendiam parte da sua mercadoria seja na ida ou na volta do Rio de Janeiro. Para possibilitar tal pesquisa as correspondências enviadas e recebidas pela Câmara do referido local surgem como fontes a serem privilegiadas. Pretende-se analisar o teor dessas comunicações, a frequência com que aconteciam, seus produtores e receptores, as vias de

circulação dessa correspondência, os assuntos de maior recorrência e o destino final dessas cartas para que, desse modo, se possa entender a dinâmica dessa instituição no que diz respeito a sua rede de comunicação local e com o Reino de Portugal.

Essas fontes estão disponíveis no fundo do Arquivo da Câmara Municipal de São João del Rei, registradas em livros específicos. Esse fundo encontra-se na "Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida", em São João del-Rei, o que permite a pesquisa. O Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora também possui o microfilme desses documentos. A série se intitula Papeis da Câmara e possuem as cartas, acórdãos, cartas de examinação, bandos, diplomas, documentos sobre empregados públicos, editais, nobramentos, patentes, ordens régias, procurações, proviçoes de ofícios e cargos e outros papéis da Câmara, dos anos de 1722 a 1904.

Outra série consultada se intitula Ordens Régias e Imperais que possui Leis, decretos, cartas de governadores, cartas de examinação de ofícios, provisões, ordens régias, patentes e bandos, editais, representações, alvarás, acordãos da Câmara, tratados internacionais, dos anos de 1741 a 1841.

Sabe-se que as Câmaras eram instituições de grande importância, uma vez que se tornaram os pilares da construção e da manutenção do Império Ultramarino, pois garantiam uma continuidade que governadores, bispados e magistrados passageiros não podiam assegurar (BOXER, 2002). As Câmaras ficavam responsáveis por administrar fundos dirigidos à defesa e à fortificação das cidades, ao sustento e manutenção dos soldados e marinheiros, e ainda o pagamento de impostos perenes e temporários lançados pela metrópole, tinha a função de impor taxas, arrendar contratos. Eram importantes, pois atuavam gerindo o bem comum na localidade ou, noutras palavras, ordenavam a sociedade e permitiam a governabilidade do império na medida em que contribuía para a boa administração do município. Competia ainda às câmaras, além das atribuições da vila, os encargos privativos do ministério público, denúncia de crimes e contravenções, o papel de polícia rural e fiscal da higiene pública. Auxiliavam os alcaides no policiamento da terra e elegiam a maior parte dos funcionários da administração geral, como os almotacés.

No caso específico de São João Del Rei ficava definido em um ato de vereanças, registradas nos Livros de acórdãos e termos de vereança que cabia a Câmara todos os assuntos cabíveis na administração da Vila, fossem relativos à justiça, fiscalização, contabilidade ou ao próprio expediente administrativo. Tratavam ainda de despachar petições de foros, licenças para lojas, vendas ou ofícios. Outro procedimento recorrente era ler e

responder às correspondências, decidir mandados de pagamentos, passar provisões, decidir sobre obras públicas, sobre eleições ou indicações de funcionários (SILVA, 2000)

Sabe-se que as Câmaras eram compostas por dois tipos de membros, os oficiais que eram cargos eletivos com direito de voto que eram os juízes ordinários, de dois a quatro vereadores e um procurador. Nenhum desses cargos era remunerado, porém se tinha direito a propinas. Os outros membros eram cargos de juiz vintenário, juiz almotacé, juiz de órfãos, escrivães, porteiro, carcereiro, e tesoureiro. Estes eram indicados pelos oficiais da Câmara, alguns eram remunerados, mas não tinham direito de votar.

O sistema eleitoral responsável pela entrada na Câmara se fazia por meio de um sistema de indicações no qual a eleição se dava através da organização de listas nominais por ordem do ouvidor da comarca, que se fazia da seguinte maneira: primeiramente, o conjunto de homens bons elegia seis representantes, dividiam-nos em pares, chamados eleitores; estes, divididos em duplas, produziam listas com os nomes dos “homens bons” que deveriam ocupar os cargos camarários. Tais listas, no total de três, eram guardadas em pelouros, que eram bolas de cera, e depositadas no cofre da Câmara. No final de cada ano, um menino escolhido aleatoriamente retirava um dos pelouros, que era aberto e sua lista revelada, com os nomes contidos na mesma indicando quem seriam os ocupantes camarários do ano seguinte. Quando alguns desses ocupantes escolhidos não assumiam seu respectivo cargo, nomeavam um substituto, por eleição denominada de barrete, assim o oficial também era chamado de oficial de barrete. (COMISSOLI, 2006).

Vale ressaltar que era preciso ser um homem bom para se poder ter acesso aos cargos, no caso de São João Del Rei estes eram aqueles que vinham do norte de Portugal mesclados com filhos da terra, filho dos primeiros povoadores da Vila, que acumulavam cargos públicos, possuíam sesmarias, patentes militares e eram membros das mais distintas Ordens e Irmandades (MONTEIRO, 2010).

Os integrantes das Câmaras detinham vários privilégios como as honrarias e nobilitações distintivas, o que reforçava a hierarquia social local. Tais privilégios não estavam circunscritos apenas no âmbito da instituição camarária, pois os oficiais tinham certas diferenças como não poderem ser presos, receberem propinas por assistirem a festas religiosas. O acesso aos cargos era, portanto, disputado entre aqueles que almejavam integrar a vida política da Colônia, assim como a do reino, pois tal instituição era uma via de comunicação com a Coroa.

Essas disputas demonstram a centralidade daqueles cargos não apenas enquanto espaço de distinção e de hierarquização dos colonos, mas, e principalmente, de negociação com a Coroa. As câmaras constituíram-se em uma das principais vias de acesso a um conjunto de privilégios que permitia nobilitar os colonos; e que, ao transformá-los em cidadãos, levou-os a participar do governo político do Império (BICALHO, 2001: 207).

Como a Câmara era responsável pela administração da Vila e um espaço privilegiado de comunicação com o Reino e outras localidades estas instituições mantinham contanto por meio de correspondência, isto também devido ao interesse das autoridades em informar e acompanhar a administração local. Na série intitulada ordens régias fica claro este intuito na abertura de uma correspondência vinda de Portugal: *Transmito a Nossa Senhora o que me foi remetido pela chancelaria Mor do Império a fim de os fazer publicar e registrar no arquivo de nossa câmara remetendo-me com toda a brevidade certidão de sua entrega e devida execução*¹⁷³.

Com base no o arquivo da Câmara de São João Del Rei pode-se observar uma série de assuntos tratados por cartas, tais como: "*Registro de uma declaração dos quintos que o governador D. Pedro de Almeida mandou para se publicar na Vila, para que se faça público o lançamento dos quintos deste ano em que toca pagar por cada negro a 2 e ½ oitavas*", de 02 de agosto de 1718. Também está registrada uma carta do governador, de 30 de dezembro de 1724, felicitando os que saíram eleitos para o próximo mandato¹⁷⁴.

Ainda com base na documentação dessa Câmara existem vários registros de correspondências trocadas com a Coroa, tais como: "*Para Sua Majestade, Carta deste Senado em que se lhe dá conta do bom governo, e inteireza do Conde de Assumar (...)*", de 25 de fevereiro de 1719; ou a "*Cópia de uma carta que o Senado da Câmara do ano passado mandou a El Rei (...)*", sobre problemas com o Vigário da Vara, que exigia do Senado da Vila uma petição para expor o Santíssimo Sacramento, de 03 de julho de 1719; ou ainda a "*Cópia e registro de carta do Senado para El Rei (...)*", comunicando-lhe a boa atuação da nobreza da Vila na sublevação de Ouro Preto, de 02 de agosto de 1720¹⁷⁵.

Percebe-se que existia a necessidade de comunicação das iniciativas e empreendimentos realizados pela Câmara com a Coroa ou mesmo com outras regiões e da mesma forma ao contrario, da Coroa para a Câmara, isto nos permite entender as

¹⁷³ Livro de Ordens Régias e Imperias 1741-11841 (ORD 132) f. 5.

¹⁷⁴ Livro de termos de arrematações e fianças 1715-1722 (TER 215), f. 19-21 e f. 26v-27.

¹⁷⁵ Livro de termos de arrematações e fianças 1715-1722 (TER 215), f. [s/n], f. 70-70v e f. 76v-77.

correspondências como comunicações políticas uma vez que era por meio destas que se resolviam uma série de situações e acordos e que os governantes estavam em contato direto.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As Câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João Luís R.; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COMISSOLI, Adriano. Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre. Niterói, 2006. (Dissertação de mestrado). Apud: MONTEIRO, Livia Nascimento. *Administrando o Bem Comum: os “homens bons” e a Câmara de São João Del Rei-1730-1760*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010. (Dissertação de Mestrado em História)

FRAGOSO, João & MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Apud. ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. Projeto “*Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII: Reino, Ilha, África e América.*”

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João Luís R.; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P287

HESPANHA, Antônio Manuel. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: Tengarrina, José. *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001

MONTEIRO, Livia Nascimento. *Administrando o Bem Comum: os “homens bons” e a Câmara de São João Del Rei-1730-1760*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010. (Dissertação de Mestrado em História)

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, FERLINE (org.) *Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no império português séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”
ISSN: 2317-0468.
14 a 18 de maio de 2012

SILVA, Cláudia Resende. *Senado da Câmara da Vila de São João Del Rei: da administração colonial à pesquisa histórica*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 2000. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação)

Homens Bons, Família e Poder: reinóis e brasílicos a serviço de sua majestade. São João Del Rei, séculos XVIII e XIX¹⁷⁶.

Tarcísio Greggio*

Resumo: O objetivo dessa comunicação é mostrar, através da composição dos quadros edíficos da Vila de São João Del Rei, de que maneira a permanência na colônia de modelos sociais conhecidos na metrópole e das representações a eles ligadas – notadamente a ideia de família – permitiu que reinóis vindos do norte de Portugal e naturais da vila e povoações vizinhas se encontrassem no lugar comum da *res publica*.

Palavras-chave: Homens Bons, Câmara, Família.

Résumé: À travers la composition du conseil de village de São João Del Rei, le but de cette communication est de montrer comme le rester dans la colonie de modèles sociaux connus dans la métropole – notamment l’idée de famille – permis que portugais et naturelles de la village et des villages voisins se trouvant dans le lieu commun de la *res publica*.

Mot-clés: Homens Bons, Conseil, Famillie.

Introdução

Segundo Vitorino Magalhães Godinho (1978), a emigração pode ser vista como uma constante estrutural da cultura portuguesa. Mais do que um fenômeno demográfico, os homens e mulheres que desde o século XV partiram do Tejo rumo ao Atlântico foram acompanhados pelas cambraias, chitas e mais toda sorte de panos e artigos comerciais reexportados por Lisboa, caracterizando o fluxo não só pessoas, mas também de códigos culturais, que fez do Império Português um verdadeiro *mundo em movimento* (RUSSELL-WOOD, 1998).

A vocação ultramarina da nação que deu início à era dos descobrimentos ganhou contornos institucionais ao longo das primeiras décadas do século XVIII, quando, à medida

¹⁷⁶ Essa pesquisa é financiada pela CAPES.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro

que a notícia do ouro se confirmava e a inteligência diplomática portuguesa informava sobre os novos posicionamentos das nações europeias, desenhou-se a nas cortes lusas uma clara opção política e econômica pelo Brasil (BARATA, 2000).

Logo, se até o ano de 1699 não mais que 100.000 portugueses haviam deixado o Reino em direção à América, entre 1700 e 1760, esse valor atinge a impressionante marca de 600.000 almas¹⁷⁷. Embora desconheçamos precisamente o destino de tais homens, algumas sondagens feitas por historiadores profissionais (ALMEIDA, 1994; MAXWELL, 2010; FURTADO, 1999) confirmam o que há muito fora sugerido, que boa parte desses indivíduos seguiu o caminho das urbes e sertões das Gerais.

Mais vistosa, e [...] abundante de toda a Capitania na produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país, à medida que o século XVIII avança, a vila de São João Del Rei apresenta-se ao Império Português como uma das mais dinâmicas praças mercantis das Minas, provendo toda a capitania de *queijos, gados, carne de porco*¹⁷⁸ e toda sorte de produtos vindos de outras regiões. Esses e outros assuntos eram tratados no âmbito da Câmara, tendo corrido, boa parte do tempo, sob a gerência de homens nascidos do outro lado do Atlântico. São reinóis atraídos pela riqueza dos circuitos mercantis que animaram a Vila de São João Del Rei, onde viriam a ocupar os honrosos cargos da república destinados às principais famílias da região.

O presente texto retrata a composição da Câmara são joanense em dois momentos distintos: 1737 a 1759¹⁷⁹, e 1808 a 1823. Em ambos, os portugueses representaram cerca de 50% do quadro edilício da Vila. Além dos cargos camaristas, boa parte desses homens bons seve à Sua Majestade ocupando outras cargos da *res publica*, enquanto ostentam patentes militares .

Ora, a composição dos quadros camarários por uma população lusa *inviabiliza a construção de uma legitimação do poder dessa elite política por meio do argumento da antiguidade das famílias na terra, visto tratarem-se de recém-chegados* (COMISSOLI, 2006: 67). Esse argumento explica claramente o caso da Câmara do Rio Grande de São Pedro ao longo do século XVIII: uma *câmara de reinóis*, segundo Adriano Comissoli (2006: 67.), posto que os seus oficiais eram majoritariamente portugueses arrivistas, e *não descendentes*

¹⁷⁷ Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

¹⁷⁸ Teixeira, Des. José João, “Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais-1780”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, p. 502.

¹⁷⁹ Boa parte das informações reveladas sobre esse período é mérito da lavra de Livia Nascimento Monteiro (2010), que tratou tema semelhante ao nosso.

de uma suposta nobreza da terra referida aos primórdios da conquista da região (KHUN, 2006: 277).

Os dados são bastante semelhantes aos que encontramos para a Câmara de São João Del Rei, tanto no século XVIII, quanto no início do XIX. Entre 1774 e 1794, por exemplo, 40,6% dos oficiais da Câmara do Rio Grande de São Pedro possuía origem reinol (COMISSOLI, 2006: 66). Esse percentual sobe para 63,7% em 1814, e atinge 73,1% em 1818 (OSÓRIO, 1999: 254); indicando, para mais, um *trânsito intenso de imigrantes em direção ao sul do Brasil* ao longo do período colonial (COMISSOLI, 2006: 66). *Trata-se, no caso rio-grandense, de uma elite política local completamente distinta daquela existente em regiões de povoamento mais antigo, como nos casos do Rio de Janeiro, Salvador e Olinda* (KHUN, 2006, p. 277), onde *os cargos eram regularmente ocupados pelos descendentes dos primeiros povoadores/conquistadores, uma autoproclamada nobreza da terra*¹⁸⁰ (COMISSOLI, 2006: 66).

Seria prematuro se fizéssemos uma afirmação como essa para a elite camarária são joanense, mas uma segunda semelhança aproxima ainda mais os dois casos. No curso do século XVIII, muitos portugueses seguiram *para o Rio Grande orientados pelas relações existentes com pessoas que anteriormente haviam se deslocado para a região* (KHUN, 1999: 105-108), acionando *uma extensa rede de parentescos e afinidades que iniciada em Portugal seria responsável pela acolhida dos recém chegados na sociedade rio-grandense* (OSÓRIO, 1999: 253-259).

Voltando à Vila de São João Del Rei, as trajetórias de Braz Alves Antunes, Francisco Antônio Mendonça e Francisco José Alves Santiago, oficiais da Câmara são joanense ao longo dos séculos XVIII e XIX, nos mostram que, à semelhança de seus conterrâneos que migraram para o sul da América portuguesa, muitos reinóis encontraram o caminho das Minas graças a redes de parentesco ativas dos dois lados do Atlântico.

São João Del Rei: uma câmara de reinóis?

Em 1776, a Comarca do Rio Das Mortes possuía em torno de 82.781 habitantes (MAXWELL, 2010: 405), sobre os quais não há qualquer informação precisa a respeito de suas origens geográficas. De maneira indireta, os registros dos casamentos realizados na

¹⁸⁰ Sobre a constituição de uma nobreza da terra nas Capitânicas de Pernambuco e Rio de Janeiro, ver, respectivamente, Evaldo Cabral de Mello (2003) e João Fragoso (2000).

Paróquia de Nossa Senhora do Pilar nos informam que cerca de 48% dos homens brancos e livres que se casaram em São João Del Rei entre 1731 e 1780 era de origem reinol (BRUGGER, 2007: 106). A grande presença lusa na vila também se manifesta na formação de seu concelho: dos 20 oficiais que serviram à Câmara de São João Del Rei entre 1737 e 1759 cuja naturalidade é conhecida, 12 (60%) foram vindos de Portugal (MONTEIRO, 2010: 59).

Um deles é Brás Alves Antunes, procurador da Câmara de São João Del Rei em 1756. Natural da Freguesia de Bastos, arcebispado de Braga,¹⁸¹ ele chegou às Minas por volta de 1740 e foi recebido na casa de um primo conterrâneo seu, o Capitão Manuel Antunes Nogueira, também oficial e dono de uma das maiores fortunas locais (MONTEIRO, 2010: 145). Além das relações com o primo negociante, Brás Alves Antunes foi caixeiro de outro português enriquecido nas Minas, João Rodrigues Macedo, cujo sucesso na arrematação de contratos de cobranças de impostos rendeu-lhe, em vida, a fama de ser o homem mais rico da Capitania (MONTEIRO, 2010: 145).

O indivíduo que saiu do norte de Portugal atraído pela riqueza das Minas, e ali é recebido na casa de parentes, onde logo cria laços, e eventualmente consegue destaque social, seguiu um itinerário já conhecido pela historiografia.

Para nascer, Portugal; para morrer, o mundo. O famoso sermão de Santo Antônio, de Antônio Vieira, ilustra bem o que dissemos na abertura do texto. Ao longo dos séculos, vagas mais ou menos caudalosas de homens deixaram a península Ibérica em busca de melhores condições de vida, geralmente com o desejo de um dia retornarem à terra natal. Isso também foi verdade no século XVIII, como demonstra, entre outros, o importante estudo de Caroline Brettell (1991). No entanto, segundo os dados estudados pela historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida (2010), pelo menos entre os membros da elite mineira setecentista havia uma forte tendência à fixação dos portugueses na região das Minas.

Se o trânsito desses homens por outras partes do Império foi intenso até chegarem às Minas, quando ali se estabeleciam, tendiam a criar laços e se enraizarem (ALMEIDA, 2010: 183). O lusitano Brás Alves Antunes, oficial da câmara recebido por seu primo Manoel Antunes Nogueira, também oficial, se casa, em 1759¹⁸², com Dona Lúcia Clara de Sousa

¹⁸¹ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Silvia Maria Jardim Brugger.

¹⁸² INVETÁRIO *post-mortem* de Brás Alves Antunes. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 543.

Rosa, filha do vereador (1739) Francisco Chavier de Sousa, outro português arrivista (MONTEIRO, 2010: 45).

A reconstrução de trajetórias como essa nos permite analisar com relativa precisão um dos fenômenos mais importantes da história social brasileira. Desde os primeiros anos de ocupação, a *colonização* do Brasil pautou-se na formação de amplas e complexas redes familiares e de parentesco, que uniram indivíduos das mais distintas *qualidades* e origens geográficas.

Conquanto não partilhassem necessariamente dos *mesmos sistemas e práticas costumeiras de organização familiar e de transmissão de patrimônio*, essa *Babel* não teria se metamorfoseado numa organização social, política e econômica, caso *reinóis e ilhéus* não comungassem *os mesmos preceitos da monarquia católica corporativa* (FRAGOSO, 2009: 39).

Por isso optamos aqui por analisar a ocupação e o desenvolvimento histórico da região próxima ao Rio das Mortes, no centro-sul da América, como um fato da expansão Imperial Portuguesa. A povoação foi elevada à condição de *Vila* em 1713, e, um ano mais tarde, se tornaria a cabeça da *Comarca*; detalhes que invariavelmente nos levariam a uma sinuosa história dos conceitos cujos propósitos dificilmente atingiríamos com êxito. Contentaremos-nos com o fato de que ali se criaria, na década de 1710, uma *Câmara*, expediente político tardo-medieval lusitano endereçado ao governo das periferias políticas do Império.

Sendo assim, um dos códigos culturais mais importantes dessa *monarquia católica corporativa* é uma disciplina social que tem na imagem da *família* um de seus elementos estruturantes.

Grosso modo, o *caráter modelar* que essa imagem adquire no discurso social do Antigo Regime resulta do fato de que a família constituía uma experiência que, além de comum, estava *fundada em relações e sentimentos que pertenciam à própria natureza das coisas* (HESPANHA, 2010: 78), e não à vontade de seus membros. Como sabemos, a construção do conceito de indivíduo, e a conseqüente concepção individualista da sociedade, é posterior a esse contexto, e mesmo a força deste que é um dos fenômenos mais decisivos da história ocidental deslocaria apenas parcialmente uma tal concepção organicista da família (HESPANHA, 2010: 78).

O discurso político e institucional do mundo moderno, herdeiro do pensamento medieval, atribuía à ideia de *ordem* um papel central na concepção do cosmos. No relato da Criação, por exemplo, Deus aparece, fundamentalmente, dando ordem às coisas: *separando*

as trevas da luz, [...], ordenando as coisas umas para as outras (HESPANHA, 2010: 26-27).

A própria narrativa da Criação radica numa *antiquíssima imagem do caráter espontaneamente organizado da natureza*, sendo amiúde evocada por textos medievais, e depois modernos, *para fundamentar as hierarquias sociais* (HESPANHA, 2010: 27).

Assim o mundo era visto ao rés do chão como *o reino da adversidade, como um enorme conjunto de coisas infinitamente diferentes e hierarquizadas entre si*. Logo, *a diversidade, que estava na natureza da criação*, modelava também a natureza de cada criatura, que, *de acordo com o modelo de ser da sua integração no todo, adquiria uma disposição estável, uma permanente maneira de estar, uma espécie de hábito correspondente à sua função natural*. (HESPANHA, 2010: 31).

Tanto no mundo jurídico quanto na Filosofia pura, não havia, pois, espaço para *indivíduos isolados e socialmente incharacterísticos*, e sim para os *estados* correspondentes: *filhos, professores, alunos, homens, mulheres* (HESPANHA, 2010: 28). Frente a esta multiplicidade de *estados, a materialidade física e psicológica dos homens desaparece*. *A pessoa deixa de corresponder a um substrato físico, passando a constituir o ente que o direito cria para cada aspecto, face, situação ou estado que um indivíduo se lhe apresenta* (HESPANHA, 2010: 35). A família constitui então um universo totalitário, em que existe *apenas um sujeito, apenas um interesse, apenas um direito* (HESPANHA, 2010: 81), apenas um *estado*, afinal.

Esta pré-compreensão da sociedade como um todo ordenada de partes autônomas e desiguais cada qual atrelada ao seu *estado* correspondente, mais do que ocupar a mente de filósofos e juristas, dominava, fundamentalmente, *o sentido da vida, as representações do mundo e da sociedade e as ações dos homens*, constituindo, de fato, *a moldura explicativa do modo de ser das estruturas institucionais modernas, tanto metropolitanas como coloniais* (HESPANHA, 2010: 28-30).

Assim Francisco Antônio de Mendonça, português¹⁸³ igualmente acolhido na casa de primos já estabelecidos na vila de São João Del Rei, chegou às Minas. Vereador em 1754, ele logo cria laços com membros da elite local. Francisco Antônio de Mendonça se casou com Ana Josefa de Jesus¹⁸⁴, filha de Manoel Ribeiro Sousa, oficial da câmara em 1739

¹⁸³ INVENTÁRIO *post-mortem* de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386.

¹⁸⁴ INVENTÁRIO *post-mortem* de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386; Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

(MONTEIRO, 2010, p. 136), ambos naturais da Vila de São João¹⁸⁵. O genro de Francisco Antônio de Mendonça, natural de São João Del Rei, era herdeiro de um dos primeiros povoadores da região, Manoel Ribeiro¹⁸⁶, trazido às Minas por uma das primeiras vagas de imigração portuguesa.

A procuradoria da Câmara que Manoel Ribeiro Sousa exerce em 1739, e as duas sesmarias conseguidas na Vila de São José, em 1747, indicam que Francisco Antônio Mendonça se aparentou a uma das boas famílias da região (MONTEIRO, 2010: 154). Como muito dos homens ricos estudados pela historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida, o lusitano Francisco Antônio Mendonça alcançou uma *posição de destaque social que dificilmente teria no Reino* (ALMEIDA, 2010: 180) e para a qual concorreu decisivamente a acolhida dos primos Francisco de Mendonça e Sá, e José de Mendonça e Sá, também homens bons oficiais da Câmara.

Com efeito, *a solidariedade familiar de acolhimento funcionaria como um dos elementos fundamentais para o enraizamento desses reinóis nas Minas* (ALMEIDA, 2010: 180).

Ao contrário de Brás Alves Antunes, Francisco Antônio de Mendonça teve mais sorte nos negócios. Seu inventário, aberto em 1780, dá conta de que possuía para lá de 20 escravos, além de duas casas de morada na Vila de São João Del Rei, uma fazenda e muitas outras posses¹⁸⁷. O português homem bom nos trópicos e senhor de escravos foi também Escrivão da Casa de Fundição de da Comarca do Rio das Mortes, em 1765¹⁸⁸, e Escrivão da Intendência na Vila de São João Del Rei¹⁸⁹. Afora isso, foi membro da Ordem Terceira de São Francisco e da Irmandade do Santíssimo Sacramento¹⁹⁰, entre os dois maiores signos de distinção social disponíveis à elite local.

Do casamento com dona Ana Josefa de Jesus, Francisco Antônio de Mendonça teve pelo menos 3 filhos, através dos quais estreitou laços com outras importantes figuras locais.

¹⁸⁵ TESTAMENTO. Manoel Ribeiro de Sousa. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 13.

¹⁸⁶ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

¹⁸⁷ INVENTÁRIO post-mortem de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386.

¹⁸⁸ AHU/MG – 23/08/1765 – cx: 86, doc: 2 – Certidão passada por Francisco Antônio de Mendonça, Escrivão da Conferência da Real Casa de Fundição da Comarca do Rio das Mortes, a respeito de uma devassa tirada em 1764, por Manuel Caetano Monteiro, e iniciada na Campanha do Rio Verde.

¹⁸⁹ AHU/MG – 06/04/1769 – cx: 95, doc: 5 – Requerimento de Francisco Antônio de Mendonça, antigo Escrivão da Conferência da Vila de São João Del Rei, solicitando a D. José I a mercê de ordenar se declararem as competências do referido cargo bem com as do ofício de Escrivão da Receita e Despesa.

¹⁹⁰ INVENTÁRIO post-mortem de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386.

Jerônimo, um deles, foi batizado em 1769 e teve por padrinho José Luiz Menezes Abrantes Castelo Branco Noronha, Governador da Capitania de Minas. Em 1766, Jerônimo Silva Pereira, oficial da Câmara, apadrinhou Maria; e, em 1763, Joana Félix Silva foi madrinha da pequena Joaquina. Joana Félix Silva era casada com Antônio José Melo, também oficial e compadre de Diogo Lobo Silva, Governador da Capitania de Minas¹⁹¹.

Brás Alves Antunes e Francisco Antônio de Mendonça são personagens de nossa história com trajetórias cujas semelhanças rareiam apenas no fim de suas vidas. Francisco Antônio de Mendonça, aparentado ao *homem rico* Francisco de Mendonça e Sá, morre após ter acumulado relativa fortuna, como vimos. Já as boas relações de Brás Alves Antunes com Manuel Antunes Nogueira e João Antunes Macedo, não impediram que ele morresse sem grandes cabedais¹⁹².

Mas Brás Alves Antunes e Francisco Antônio de Mendonça são, essencialmente, homens nascidos do outro lado do Atlântico que, na longínqua São João Del Rei, alcançaram os estratos superiores da hierarquia social luso-brasílica; e isso graças à *permanência na colônia de modelos sociais conhecidos na metrópole e das representações a eles ligadas* (HESPANHA, 2007: 13), notadamente a ideia de família.

O viajante francês Saint-Hilaire, que esteve em São João Del Rei em 1816, anotou que a população da Vila era *renovada incessantemente por jovens vindos das provinciais as mais distantes, de Portugal*. Ciosos de sua origem europeia, após servirem como caixeiros, esses jovens tornavam-se negociantes por conta própria e faziam *vir da Europa, para aprender o comércio, homens de suas famílias*¹⁹³.

Entre 1808 e 1823, dos 23 oficiais que serviram à Câmara de São João Del Rei cuja naturalidade conhecemos, 11 (47,61%) eram nascidos do outro lado do Atlântico¹⁹⁴. Além disso, dos 7 oficiais de origem lusa sobre os quais temos informações mais precisas, 4 se casaram com filhas de conterrâneos seus¹⁹⁵. Sendo assim, a hipótese de que o mesmo

¹⁹¹ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

¹⁹² INVENTÁRIO *post-mortem* de Brás Alves Antunes. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 543.

¹⁹³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil. São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1974, p. 113.

¹⁹⁴ Acórdãos e Termos de Vereança e Termos Juramento e Posse do Arquivo da Câmara Municipal de São João Del Rei; Inventários e testamentos do Museu Regional de São João Del Rei; Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

¹⁹⁵ Outros dois uniram-se à famílias originárias no Rio de Janeiro, e apenas um casou-se com a filha de um local.

processo de acolhimento dos novos migrantes reinóis por indivíduos portugueses já estabelecidos na região verificado no século anterior não parece desprezível.

Tomemos como exemplo a trajetória de Francisco José Alves Santiago, outro português que encontrou nos trópicos o caminho rumo às posições cimeiras da sociedade. Natural de Braga e Procurador da Câmara em 1816¹⁹⁶, ele acumulou uma das maiores fortunas da região (GRAÇA FILHO, 2002: 73-75), tendo se casado com Messias Cândida Alves Santiago, filha do Comendador lusitano João Batista Machado (almotacé em 1790¹⁹⁷). Mais do que a acolhida e o seu estabelecimento em São João Del Rei, a união de Francisco José Alves Santiago a um dos mais destacados negociantes locais, garantiu-lhe estreitar laços com alguns dos homens mais importantes da região, e, conseqüentemente, vir a ser um deles.

É através de Carlos Batista Machado, filho do comendador João Batista, que Francisco José Alves Santiago estreita laços com Custódio de Almeida Magalhães, sem dúvidas um dos personagens mais emblemáticos da história são joanense. Custódio era filho de Francisco de Paula Almeida Magalhães, destacado negociante são joanense enriquecido no comércio local de abastecimento.

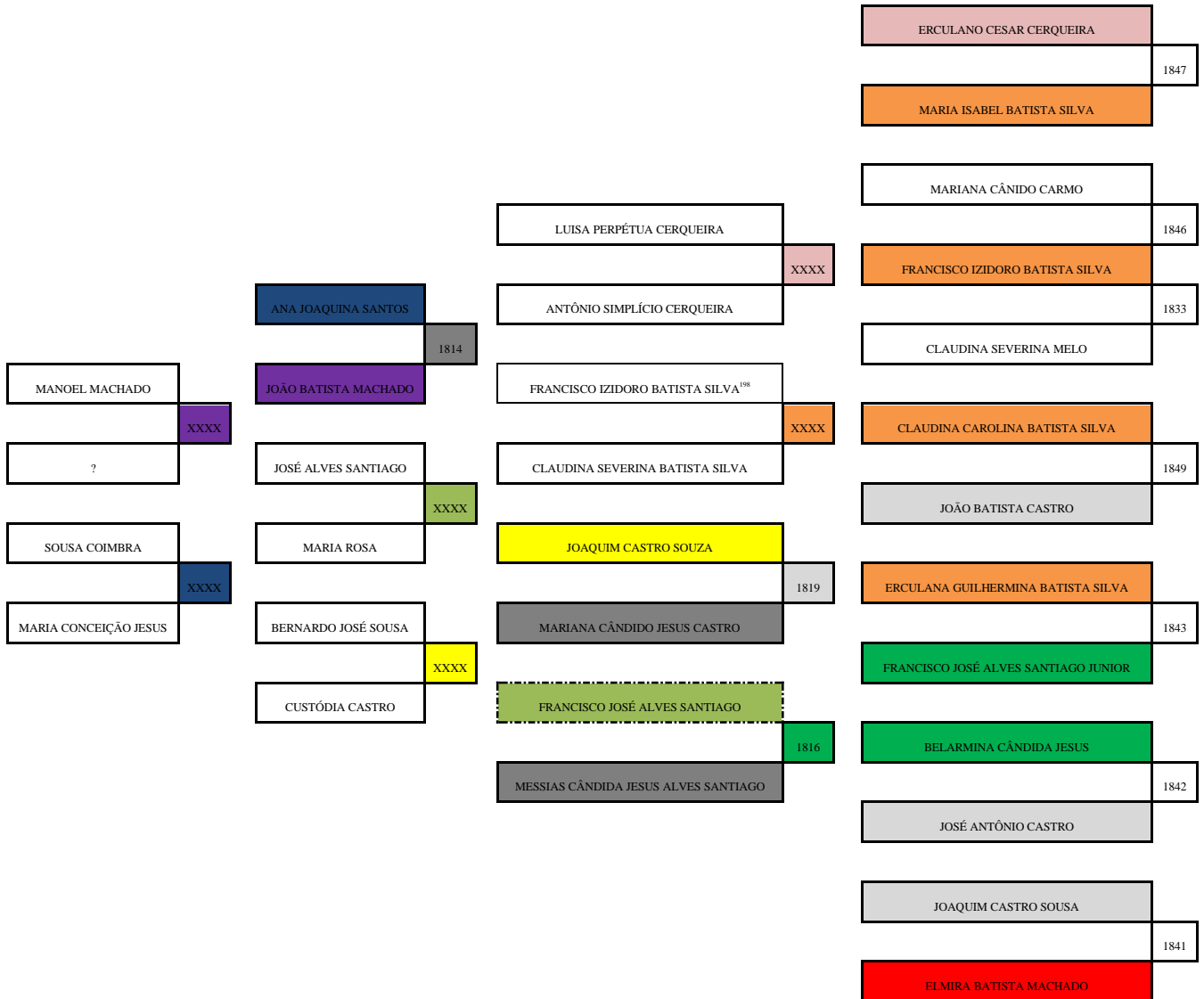
Fato é que a riqueza de origem agrária e mercantil herdada por Custódio o levaria a ser o grande banqueiro de São João Del Rei no século XIX (GRAÇA FILHO, 2002: 77). Mas além do capital, que soube muito bem adaptar às novas circunstâncias econômicas do Império, Custódio parece também ter herdado alguns traços da cultura *política* de seu pai, o comendador Francisco de Paula Almeida Magalhães. Apesar de sua reconhecida *modéstia e aversão a títulos*, Custódio de Almeida Magalhães foi juiz de paz, delgado, vereador e presidente da Câmara. O mais interessante é que também foi membro da Santa Casa de Misericórdia e *irmão benfeitor das corporações religiosas e igrejas sanjoanenses* (GRAÇA FILHO, 2002: 67).

Na primeira diretoria da Cia Industrial São Joanense (1891), empresa que *nascera dos capitais gerados pela economia de abastecimento da região* e da qual provavelmente era o maior acionista, Custódio encontrou algumas figuras até o momento desconhecidas por nós, outras não. Um dos diretores é Francisco Joaquim Alves Santiago, herdeiro do comerciante, prestamista e oficial da Câmara, o major português Francisco José Alves Santiago (GRAÇA FILHO, 2002: 95).

¹⁹⁶ Arquivo da Câmara de São João Del Rei. Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR 12, fls. 12-31.

¹⁹⁷ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 221.

Relações familiares de Francisco José Alves Santiago¹⁹⁹



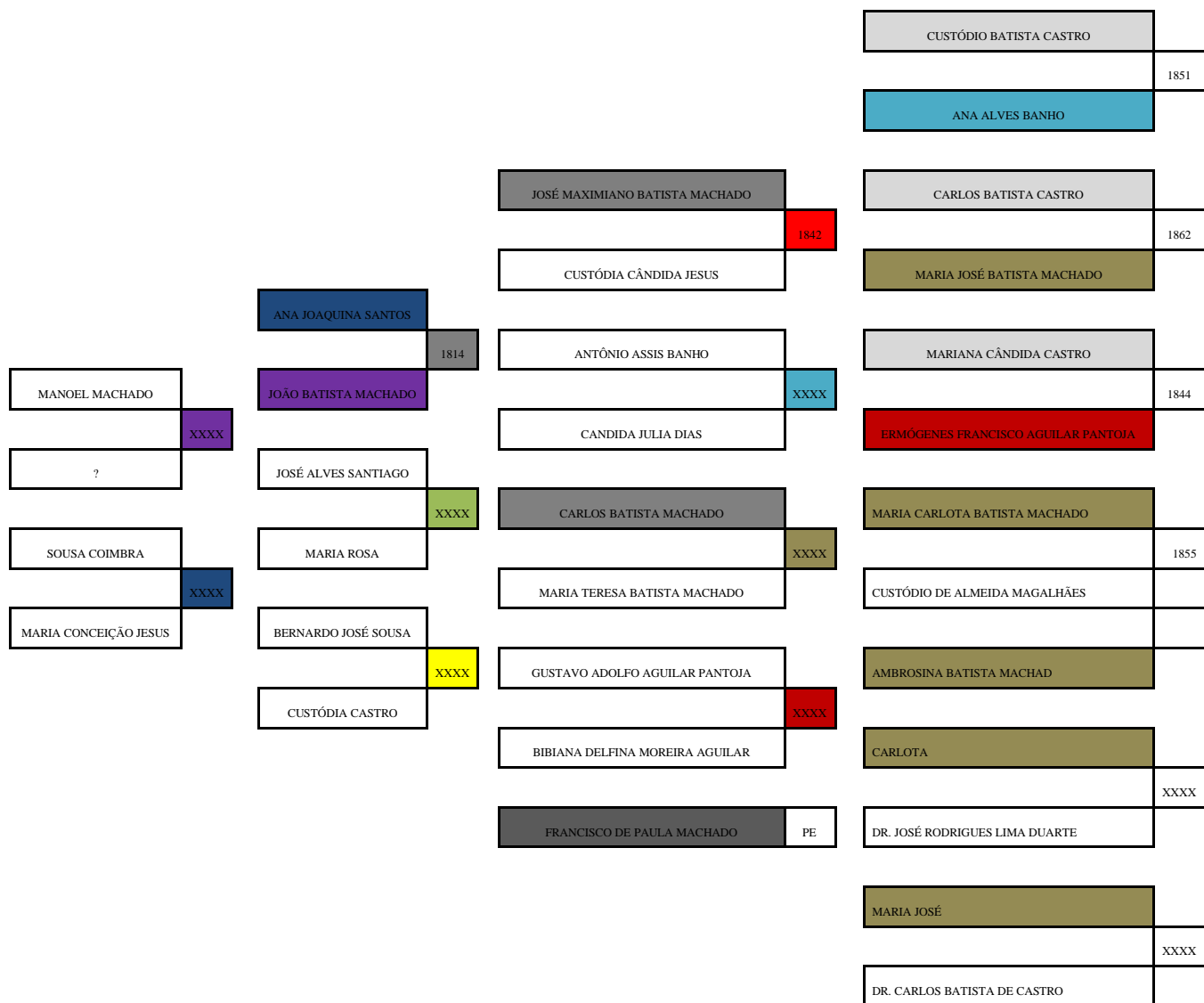
¹⁹⁸ Vereador em 1822, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Cavaleiro do Império e Comendador.

¹⁹⁹ As cores indicam ascendência linear. Fonte: Arquivo da Câmara de São João Del Rei. Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR. 10, 11, 12, 13 e 14; Inventários e Testamentos do Museu Regional de São João Del Rei; Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger; CINTRA, Sebastião. *Efemérides de São João Del Rei*. Op. Cit.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
 “Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012



Ofícios, patentes e cargos.

Ocupados com as festividades, a defesa e o abastecimento da vila de São João Del Rei, entre outros afazeres, de 1737 a 1759 110 homens bons foram os juízes, vereadores e procuradores do órgão responsável pela administração do bem comum naquelas paragens (MONTEIRO, 2010: 53). Desse total, precisamente 10% foram recrutados pela eleição de barrete, o que indica que não era comum entre os homens bons são-joanenses a recusa aos cargos edilícios (MONTEIRO, 2010:53).

Além do mais, os homens bons de São João Del Rei parecem indivíduos já experimentados no trato da república quando desempenham seus cargos no concelho. Dos 110 oficiais que serviram na câmara entre 1737 e 1759, 22 (20%) assumiram cargos administrativos fora do órgão. Desse total, 59% assume um cargo não camarário antes de tomar posse como oficial e 36,3% assumem outros cargos administrativos após passarem pela Câmara de São João Del Rei entre 1737 e 1759. Segundo Lívia Nascimento Monteiro, isso pode significar que *os postos administrativos serviam como entrada para a instituição concelhia da Vila de São João Del Rei* (MONTEIRO, 2010: 63-64).

No entanto, há ainda um dado mais importante: dos 39 cargos assumidos pelos oficiais estudados pela autora, 21, ou seja, 54% exigiam de seu titular o domínio das letras, como os cargos de Escrivão e de Tabelião, sendo que o exercício de alguns deles, como o cargo de Escrivão dos Órfãos, dependia da indicação direta do Rei ou do Governador (MONTEIRO, 2010: 64).

Além disso, 22% dos oficiais que serviram na Câmara de São João Del Rei entre 1737 e 1759 possuíam patentes militares no momento em que desempenharam um cargo no órgão, ou seja, 24 dos 110 indivíduos diretamente responsáveis pela governabilidade da distante vila de São João no período em destaque (MONTEIRO, 2010:71) Comparando as informações que dispomos para a primeira metade do século XVIII, 1737 a 1759, e para o início da centúria seguinte, 1808 a 1823, seria impossível não notar a descontinuidade no percentual de patentes militares. Os dados recolhidos juntos aos *Acórdãos e Termos de Vereança e Termos de Juramente e Posse* evidenciam que a esmagadora maioria dos oficiais que serviram na Câmara de São João Del Rei entre 1808 e 1822 possuía alguma patente militar: 90%²⁰⁰; no

²⁰⁰ Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR. 10, 11, 12, 13 e 14.

que consiste uma sensível diferença em relação ao perfil dos homens bons que outrora compuseram seus quadros, entre 1737 e 1759.

A ideia do poder localmente concedido aos súditos para o domínio e defesa das possessões coloniais deita suas raízes na própria concepção política do Antigo Regime luso, e ocuparia um lugar central no desenvolvimento histórico da América portuguesa (FRAGOSO, 2003: 13). Ainda não identificamos se os oficiais militares de São João Del Rei serviam à Tropa Regular, Auxiliar ou de Ordenança, mas o índice de 90% de oficiais patenteados revela que eram homens com reconhecida capacidade de mando local, sugerindo que, no início do século XIX, esses homens estão mais afeiçãoados às estruturas de mando.

Arquivos Consultados

Arquivo Municipal da Câmara de São João Del Rei.

IPHAN: Museu Regional de São João Del Rei.

Arquivo Histórico Ultramarino/Seção Minas Gerais.

Arquivo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei.

Fontes Impressas

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1974.

TEIXEIRA, Des. José João, “Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais-1780”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

_____. *Ricos e pobres em Minas Gerais. Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentum, 2010.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. “Portugal e a Europa na era Moderna”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2000.

BRETTELL, Caroline. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

BRUGGER, Maria Silvia jardim. *Minas Patriarcal. Família e Sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annblume: 2007.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, 2009.

FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro . Séculos XVI e XVII”. *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 1, pp. 45-122, set. 2000.

_____. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 8, n.15, p. 11-35, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “L’émigration portugaise (XV^e – XX^e siècle): une constante structurale et les réponses aux changements du monde », *Revista de História Econômica e Social*, I, 1978, pp. 5-32.

GRAÇA FILHO, Afonso de. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

HESPANHA, Antônio Manuel. “Prefácio”. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs). *Conquistadores e Negociantes*.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

HESPANHA, Antônio Manuel. *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime.* Belo Horizonte: Annablume, 2010.

_____. *Poder e instituição no Antigo Regime: guia de estudo.* Lisboa: Cosmos, 1992.

KHUH, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, XXV (2). Porto Alegre, PUCRS, pp. 91-112, dez. 1999, pp.105-108.

_____. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no Sul da América Portuguesa – século XVIII.* Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2006.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MARTINS, Maria Fernanda. “Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX”. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs). *Conquistadores e Negociantes. Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates. Pernambuco. 1666-1715.* São Paulo: Editora 34, 2003.

MONTEIRO, Livia Nascimento. *Administrando o bem comum: os homens bons e a câmara de São João Del Rei, c. 1730-1760.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Dissertação de mestrado.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.* Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 1999.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, na Ásia e na América. (1415-1808).* Lisboa: Difel, 1998.

Estado e Nação no Brasil Imperial

IHGB - O Projeto de uma Nação.

Giovana Loos Moreira *

Resumo: O texto pretende refletir sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante a concepção do projeto de escrita da História Nacional. Analisar-se-á seus sócios, seus objetivos e como se relacionavam dentro desta instituição, identificando, portanto, os diversos espaços de poder existentes.

Palavras-chave: IHGB; Nacionalismo, Poder.

Résumé: Le texte vise à réfléchir sur l'Institut Historique et Géographique du Brésil pendant la conception du projet d'écriture de l'histoire nationale. Il permettra d'analyser ses partenaires, leurs objectifs ainsi que leurs relations au sein de cette institution, afin d'identifier les différents espaces du pouvoir.

Mots-clés: IHGB, Nationalisme, Pouvoir.

Este texto tem por objetivo analisar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O órgão foi um espaço privilegiado onde as redes de sociabilidade se fazem presente e a busca por ascensão social era constante. No instituto havia diversos espaços de poderes como o processo de seleção para ingresso e o mecenato imperial.

O texto estrutura-se com a apresentação das academias ilustradas e as experiências do período colonial brasileiro. Seguindo, analisará o IHGB buscando identificar o perfil dos sócios e quais são seus objetivos para assim compreender as esferas de poder.

Em diversos países surgiram Academias, sendo geralmente iniciativas do Estado em momentos de crise como forma de registro da memória nacional e fortalecimento do Regime. Por meio da Academia Real de História Portuguesa, fundada por João V em 1720, pode-se compreender de maneira geral a finalidade das Academias surgidas no século XVIII.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

D João V a criou num momento de expansão territorial como forma de reforçar seu poder frente à Espanha e auxiliar na administração, pois os estudos serviam de prova para garantir determinadas fronteiras. Por se tratar de uma dinastia recente no poder a Academia ainda tinha a função de legitimação do regime. É interessante que a Academia Real de História Portuguesa, diferentemente da Academia Espanhola e Francesa, demarcou a especialização do saber. Seu objetivo era a escrita da História Sacra e Secular, e não o estudo das ciências humanas como as ditas acima.

Esta síntese fornece embasamento para entender comparativamente os objetivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As academias européias foram tidas como modelo para dois empreendimentos realizados no Brasil do período colonial: a Academia dos Esquecidos e a Academia dos Renascidos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é tributário dessas duas experiências anteriores.

A academia dos Esquecidos foi fundada em 1724 na Bahia, espelhando-se na Academia Portuguesa. Tinha múltiplos objetos de estudos, dentre eles o de escrever a História da América Portuguesa, subdividindo as em quatro campos: história eclesiástica, natural, militar e política. Assim como o IHGB, esse projeto não foi realizado apenas por “amor as Letras”. Esta Academia se localizava em Salvador, região que perdia poder econômico e político para o Sudeste. O empreendimento foi a reafirmação do status, reforçam assim os laços de lealdade com a Corte que almejam receber em troca a nobilitação.

A Academia dos Renascidos foi fundada por José Mascarenhas Coelho de Melo que no exercício das ordens de Marques de Pombal fazia o levantamento das obras jesuítas (ordem religiosa expulsa do Brasil), sendo então necessário a aproximação com os letrados da região. A fundação se deu em 1759 e se assemelha a dos Esquecidos que também teve curta duração. Essas entidades se assemelham em alguns pontos ao IHGB, tais como, na junção de documentos, no desejo dos componentes de ascensão social e no mecenato real.

O IHGB foi criado em 1838, por iniciativa privada do Marechal Raimundo José da Cunha Matos e do cônego Januario da Cunha Barbosa com intermédio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Ambas as entidades tinham a finalidade de incentivar o progresso e desenvolvimento brasileiro.²⁰¹ A Academia funcionava independente da Sociedade.

²⁰¹ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Revista Estudos Históricos. V 01, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1935>> Acesso: 10.11.11

O texto optou por um recorte que observe os membros do IHGB inseridos em suas redes de relacionamento e a influência do mecenato imperial na produção historiográfica.

O contexto de criação do IHGB diz muito sobre seu projeto. Manoel Luis Salgado Guimarães²⁰² mostra que a fundação tinha como meta a criação de uma nação, de um sentimento comum a todos no qual a história era o instrumento para elevar seu brilho e honra. Tal objetivo se relaciona diretamente ao perigo da fragmentação do território, devido às recorrentes revoltas regionais. Em 1838 quem estava à frente da regência era Araújo Lima que instituiu a Lei Interpretativa do Ato Adicional a qual buscava a re-centralização do Império, já que a descentralização acarretou o caos ao país. Acrescenta-se a esta conjuntura a ameaça republicana presente nos países vizinhos

O IHGB tinha a finalidade de forjar uma nacionalidade que integrasse todo o território. Formulou a base de apoio para um regime monárquico, centralizado e católico. A história deveria exaltar as virtudes cívicas e servir de exemplo aos cidadãos.

Em seu estatuto indica o objetivo de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos de interesse para a história e a geografia do Brasil. Atividades estas que pressupõem uma crítica documental; distinção do que é verdadeiro.²⁰³ Previa a difusão desses dois saberes por meio do ensino público e de sua revista trimestral, além de corresponder-se com associações de outros países.

Havia uma aproximação com o Instituto Histórico de Paris e a Sociedade dos Antiquários do Norte. A aproximação com o primeiro visava à projeção do Brasil entre as nações vistas como avançadas, sendo, portanto, necessário uma relação mais próxima a Europa para legitimar a produção historiográfica brasileira. Manoel Guimarães em seu trabalho já citado relata que muitos sócios do IHGB também eram sócios do Instituto histórico de Paris, estreitando ainda mais o vínculo entre as entidades.

O IHGB passou por dois momentos: o primeiro tinha função arquivística e o segundo manteve a função de receptor de documentos, mas também ampliou suas funções. Há então o empenho em escrever a História Geral do Brasil. Lúcia Paschoal²⁰⁴ aponta para a década de 50 como momento de remodelação dos estudos, onde se acentuou a necessidade de uma

²⁰² GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Tradução de Paulo Knauuss e Iná de Mendonça. Edições Anpuh- Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011

²⁰³ ARAUJO, Valdeí Lopes. *A experiência do tempo : Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

²⁰⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(1838-1889)*. IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro*. Nº388, 1995.

análise mais crítica e científica. O próprio imperador indicava a necessidade de mudança na produção.

O debate realizado entre os fundadores, Januario da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Matos, ilustra a metodologia e concepção histórica dos componentes do IHGB. Cunha Matos em seus textos defende a impossibilidade de escrita da História do Brasil devido à ausência de material para o trabalho. Em suas palavras:

“Continuarei a sustentar que por ora não convém, nem é possível escrever de um só jato a História Geral do Império do Brasil.”²⁰⁵

Ele se coloca em clara oposição ao Cônego Cunha Barbosa. Percebe-se então uma diferenciação quanto à concepção de história para estes dois fundadores. Matos vê a História como a soma das partes, já Barbosa como o conjunto de biografias importantes. Von Martius, autor da dissertação “Como se deve escrever a história do Brasil”, se insere no debate compartilhando o posicionamento de Barbosa, pois para ele a escrita da história deveria dar menos ênfase às regiões com suas singularidades e sim destacar a interdependência orgânica de todas as províncias²⁰⁶. A sistematização completa das informações provinciais era importante, mas pouco contribuía para escrita da História Geral, pois enfocava nas especificidades regionais e não nos pontos de união do País. Essa visão congregava a maioria dos sócios, já que estava de acordo com os interesses políticos de unidade.

A escrita da História teve que lidar com assuntos delicados. Como lidar com o passado português? Manoel Guimarães mostra que a idéia de nação não se assentou sobre uma oposição a antiga metrópole, mas sim como continuadora de seu projeto, de sua atividade civilizadora. Parafraseando Guimarães, houve a tentativa de integrar o “velho” e o “novo”, evitando assim as rupturas.

O IHGB forja um nacionalismo ainda no período colonial. “A independência era a luz que faltava para organizar o aparente caos em que estava mergulhada a nacionalidade.”²⁰⁷ Houve uma reinterpretação de fatos coloniais.

Essa reinterpretação serviu a um projeto político. É interessante notar que alguns dos sócios do IHGB se preocupavam em destacar o caráter não oficial do instituto. Eles tinham

²⁰⁵ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no Ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-1839. In Guimarães, Manoel Luiz Salgado. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ,2010.

²⁰⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857. tradução de Paulo Knauuss e Iná de Mendonça. Edições Anpuh- Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Pág 132.

²⁰⁷ ARAUJO, Valdeí Lopes. A experiência do tempo : Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild,2008. Pág 156

um compromisso científico e cultural sendo incompatível, portanto, com as disputas políticas. Apesar deste discurso percebe-se o forte vínculo entre os componentes e o Estado.

Manoel Guimarães fornece dados importantes. Em seu levantamento percebe que dos 27 fundadores do instituto 17 exerciam mandatos políticos. Número que representa 62% dos componentes, os dados comprovavam então que o Instituto não funcionava desvinculado da política.

Quanto à origem social ressalta a ausência de dados, porém apesar das dificuldades pode traçar três grupos no que se referem a procedência familiar: 33% possuía servidores público na família; 28% tinha famílias cuja riqueza era originária do latifúndio ou comércio; e a maioria, 39% foi classificada como sem posses significativas, denominado também como “setor pequeno burguês”.

Fica nítido a diversidade do perfil social dos fundadores. Mas o que unifica este grupo? Assim como o trabalho de José Murilo de Carvalho, Manoel Guimarães aponta para a homogeneidade na formação e na carreira, já que muitos tinham o ensino universitário em Coimbra e carreira no serviço público. O intelectual do período precisava do serviço público para garantir seu sustento, já que alcançá-lo apenas pela pena era inviável.

Segundo Lúcia Guimarães, dos sócios que concluíram os estudos superiores constata-se a predominância da formação jurídica, em seguida a carreira das armas e em terceiro a medicina.²⁰⁸ Lúcia Maria destaca que os grupos pertenceriam a segmentos mais abastados da população, ou segmentos que mesmo não sendo rico desfrutava de algum benefício imperial.

Manoel Salgado chama atenção para um fato interessante. Ao observar a origem social dos funcionários públicos notou que não constituíam uma camada homogênea. O Estado não selecionava apenas os das camadas sociais superiores. “Ao assegurar rendimento e prestígio social, o serviço público possibilita a ascensão social para uns, e reduzia o empobrecimento de antigas famílias ricas.”²⁰⁹ O regime adotou uma estratégia a qual congregava uma elite em ascensão e outra em decadência. Esta elite empobrecida obtinha sua subsistência por meio deste serviço prestado a Monarquia.

²⁰⁸ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debajo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro. Nº388, 1995.

²⁰⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857. tradução de Paulo Knauuss e Iná de Mendonça. Edições Anpuh- Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Pág 91.

Como mostra o trabalho de Lúcia Guimarães, a partir do segundo reinado o grupo de servidores públicos aumentou no quadro do IHGB. O que confirma a variação das camadas sociais apontada por Manoel Salgado.

O perfil dos sócios fundadores do Instituto eram diferentes quanto as origens sociais, mas a formação e a carreira eram os elementos unificadores do grupo. Estes pontos comuns eram essenciais para que houvesse uma mínima coerência de idéias sobre a nação e clareza no Estado que se desejava formar²¹⁰. Esta elite política e intelectual congregada no IHGB formulou um Estado usando-se da história para integrar as mais diversas regiões, buscou impor um projeto centralizado no Rio de Janeiro e evitar as contestações.

Esta “ilha de letrados” habitava a capital do império. Segundo Lilian Moritz Schwarcz a composição do instituto assemelhava-se a uma sociedade de Corte. O padrão de organização hierárquica e a necessidade de indicação para o ingresso ilustram estas características onde a meritocracia não tinha espaço.

A forma de ingresso evidencia a necessidade de uma rede de sociabilidade influente. Segundo Lúcia, havia normas rígidas para ingresso e nos anos iniciais, ausência de critérios acadêmicos para seleção. “O aspirante a sócio deveria ter seu curriculum vitae apresentado por um membro efetivo, o qual se tornava responsável pela indicação. A proposta era encaminhada de início para a apreciação pelas comissões de História ou de Geografia, de acordo com a seção pretendida, que então emitiam seu parecer. Finda esta etapa, o resultado seria submetido à mesa diretora, que o votava em sigilo. Aprovado pela alta cúpula, o nome do futuro integrante era levado a Assembléia Geral, para que fosse referendado ou não”.

As indicações de ingresso expõem os tipos de influência que o sócio poderia exercer sobre o que desejava ingressar. A relação entre sócios e aqueles que almejam ser, perpassa a conjuntura do ingresso. Havia uma dívida de gratidão entre o que possui o poder de indicar e aquele que almeja ser indicado.

No período de fundação do IHGB ocorreu grande quantidade de admissões. Até 1839 foram incorporados 174 novos filiados, sendo 151 nacionais e 23 estrangeiros, dividindo-se nas seções de honorários, efetivos e correspondentes.

A revisão do estatuto ocorrida em 1851 passou a exigir comprovação da produção intelectual. Contudo Lúcia Paschoal expõe que este requisito foi pouco respeitado. O estatuto

²¹⁰ GONÇALVES, Sergio Campos. O intelectual Cortesão e a Civilização: Um perfil dos Fundadores do IHGB e de sua Revista. IN: Caderno de Resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia e história intelectual. Ouro Preto: EduFOP,2011.

de 1851 ampliou as linhas de pesquisas com a etnografia, arqueologia e língua dos indígenas brasileiros. Apesar da ampliação não houve crescimento do quadro de sócios. Manoel Salgado expõe que em 1839 houve 213 admissões; em 1852 apenas 1, sendo que até 1889 menos de 10 pessoas foram associadas. Guimarães aponta a causa do fenômeno para o fato do pequeno setor intelectual já estar todo integrado²¹¹. Contudo os estudos de Paschoal indicam uma rejeição à renovação. A ampliação das áreas não fez aumentar o número de vagas, o quadro efetivo permaneceu limitado a 50 componentes e o ingresso a novos sócios estava condicionada ao falecimento de algum membro titular. No período de 1852 a 1889 ingressaram menos de 10 sócios. Com a criação de universidades no Brasil a intelectualidade aumentou, sendo assim, é contraditório pensar que a não ampliação ocorreu devido a ausência de pessoas capacitadas. Lúcia Guimarães salienta que muitas vezes após 1851 a capacidade intelectual não era requisitada, sendo a rede de sociabilidade mais importante. Logo a não renovação parece muito mais ligada aos fundadores ciosos de seus cargos do que a ausência de personagens capazes.

O estatuto de 1851 deixa ainda mais evidente a relação entre o Instituto e a Monarquia. O novo estatuto passa da proteção da Sociedade Auxiliadora para o Imperador. Contudo, desde a sessão inaugural de 1º de dezembro de 1838 os sócios já se colocaram sob a proteção imperial. Manoel apresenta que na primeira subvenção oficial (1839-1840) significou 44% do orçamento total, já em 1843 o valor subiu para 75%. Pode-se afirmar que o Estado teve importância fundamental para o orçamento do IHGB.

Outro fato deixa óbvia a relação entre ambas. Em 15 de dezembro de 1849, o IHGB se instala no Paço de Cidade, esta mudança simbolizou um segundo momento para instituição, onde a relação com a Monarquia foi fortalecida. Desde então o imperador passa a frequentar assiduamente, marcando sua posição e imagem de monarca esclarecido. Então a data de 15 de dezembro substituiu o aniversário de fundação.

A produção historiográfica e os interesses do Estado estão intimamente ligados. Além de grande presença dos servidores público, o imperador exerce influência direta, chegando a direcionar as temáticas de produção. Paschoal aponta para uma dupla sujeição a Pedro II, já que ele era a autoridade máxima do país e patrocinador do instituto. Para ela havia duas palavras que definiam o perfil dos componentes: dependência e lealdade, a Coroa e ao Imperador.

²¹¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. tradução de Paulo Knauuss e Iná de Mendonça. Edições Anpuh- Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Pág 84.

A rede de sociabilidade tinha como centro D Pedro II. Ele direcionava muitos estudos que interessavam ao fortalecimento da Monarquia e de sua imagem. Contudo não se pretende excluir importância das opiniões individuais. O IHGB ao formular a memória nacional servindo assim ao projeto político do Estado também se ocupou em fabricar uma imagem pública positiva de Pedro II. Publicou-se na revistas trimestrais do instituto textos que exaltassem o imperador. O próprio também ressaltou a necessidade de construção da memória do Segundo Reinado.

O zelo ao trabalho da imagem do Imperador e aos temas selecionados podia render bons frutos. Este era um espaço que possibilitava a ascensão social dos componentes.

Fica assim demonstrado a importância do IHGB como espaço privilegiado para obtenção de status social. Como foi exposto, o fazer historiográfico tinha a finalidade de servir a Monarquia Constitucional, sendo construtora de uma História que exaltasse as virtudes cívicas. Para compor o quadro dos sócios era necessária mais que a habilidade intelectual, o poder das redes de sociabilidade era imprescindível. Conclui-se então que este espaço de estudo historiográfico perpassava as múltiplas esferas de poder tanto institucional quanto pessoal.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Valdeci Lopes. A experiência do tempo: Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

GONÇALVES, Sergio Campos. O intelectual Cortesão e a Civilização: Um perfil dos Fundadores do IHGB e de sua Revista. IN: Caderno de Resumos & Anais do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia e história intelectual. Ouro Preto: EduFOP, 2011.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro. Nº388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Revista Estudos Históricas. V 01, 1988

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857. tradução de Paulo Knauuss e Iná de Mendonça. Edições Anpuh- Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Pág 91.

A Organização Judiciária e a Relação Centro-Localidade no Processo de Formação do Estado Nacional (1832-1841)

Glauber Miranda Florindo*

Resumo: Nesta comunicação discutiremos as consequências trazidas, pelas ditas “Leis do Regresso” - Lei de Reforma do Código de Processo Criminal, de 1841 - no que diz respeito à organização judiciária. Consideramos que o Poder Judiciário era um importante lócus de exercício de poder, pois, sob a égide da lei que a regulava anteriormente – Código do Processo Criminal de 1832 - as nomeações dos cargos seriam feitas pelas entidades locais, o que fazia do judiciário mais um campo de disputas políticas.

Palavras-chave: Poder Judiciário; Leis do Regresso; Estado Nacional.

Abstract: In this communication we discuss the consequences brought by the so-called "Law of Return" - The Reform Law of the Criminal Procedure Code, 1841 - regarding the judiciary organization. We believe that the judiciary was an important locus for the exercise of power, because, under the duration of the law that was previously regulated - Criminal Procedure Code of 1832 - the designations of the positions would be made by local entities, which made of the judiciary one more field of political disputes.

Keywords: Judiciary; Law of return; National State.

No decorrer desse trabalho tentaremos contribuir para o debate acerca da organização judiciária ocorrida entre 1832 e 1841. Verificaremos a natureza das transformações ditadas pela reforma do Código de Processo em 1841 e assim procuraremos entender sob quais princípios ela se deu. Partimos da premissa de que o Poder Judiciário é uma instância de poder com dinâmica própria e que, portanto, busca através de reformas, tornar-se mais eficaz no exercício das funções para as quais foi criado. Também consideramos que o Judiciário é lócus de disputas políticas de diversos âmbitos – locais, regionais e nacionais – e que as reformas na sua estrutura estão articuladas com questões mais amplas, inclusive de interesse de grupos político-partidários, questão que será tratada na segunda parte do nosso texto.

* Mestrando do PPGHC/UFRJ. Contato: gmfhis@gmail.com.

A historiografia que trata da formação do Estado brasileiro nas primeiras décadas oitocentistas percebe a organização judiciária que entra em vigor a partir de 1832, de caráter descentralizador, como resultado da influência do liberalismo. Já sua reforma ocorrida em 1841, é vista como regressista e centralizadora. Porém, cada perspectiva de análise, obviamente, tem suas especificidades.

Fernando Uricoechea (1978: 14) analisa a formação do Estado brasileiro fazendo uso das categorias sociológicas de Max Weber, ou seja, o Estado se Constrói à medida que a autoridade passa a ser racional e rompe com meios tradicionais de dominação. O autor chama a atenção para a possibilidade de uso, no caso brasileiro, de uma conceituação híbrida desenvolvida por Weber - a burocracia patrimonial, na qual são perceptíveis as duas formas de dominação supracitadas.

Para Uricoechea (1978: 15) a formação do Estado no Brasil, se deu no segundo quartel do século XIX. Para demonstrar o intento da Coroa em se institucionalizar e se centralizar, o autor, foca seu estudo sobre a Guarda Nacional e tem como tese, que essa servia à Coroa como instrumento de cooptação das elites locais.

Acerca das reformas ocorridas na década de quarenta, Uricoechea argumenta que essas teriam sido as “pinceladas” finais para o estabelecimento do aparato burocrático e da centralização da monarquia (URICOECHEA, Fernando. 1978: 111). Porém independente do grau de centralização que teria sido imposto pelo Estado, argumenta o autor, não haveria possibilidades de efetivação do poder sem que acordos fossem feitos entre o governo central e as oligarquias locais (URICOECHEA. 1978: 112).

Portanto ao mesmo tempo em que o Estado buscava se burocratizar-se político e administrativamente, as alianças com as oligarquias, representantes das formas tradicionais, de dominação se reforçariam, pois, segundo Fernando Uricoechea (1978: 113-116), seria esse o preço para a construção do Estado Brasileiro.

José Murilo de Carvalho (2008: P.152) também assinala o caráter centralizador da reforma, mencionando que o poder de coerção junto das novas atribuições judicantes dadas aos delegados e subdelegados de polícia, estender-se-ia até os quarteirões e caracterizaria na figura do delegado e do magistrado, instrumentos legais de influência. Com o auxílio desses e do presidente de província, afirma Carvalho, o governo garantia sua vitória nas eleições (CARVALHO, José Murilo de. 2008: P.400)

O autor também faz uso de categorias weberianas em sua análise, principalmente no que se refere ao processo de construção do Estado moderno. Ele foca seu trabalho nas “elites

políticas” e em fatores como a homogeneidade e o treinamento dessas, para analisar a formação do Estado (CARVALHO. 2008: P.37). José Murilo de Carvalho entende que a construção do Estado no Brasil se deu através de um processo de burocratização e centralização do poder por parte das elites políticas. Segundo o autor a burocracia do Império não poderia ser considerada racional de um ponto de vista administrativo, porém haveria uma lógica própria relevante para sistema político de uma forma geral (CARVALHO. 2008: P.164).

Sobre as reformas ocorridas no início da década de 1840, José Murilo de Carvalho considera que as mesmas trariam uma enorme centralização política e administrativa. Porém, chama a atenção para o fato de que a centralização variava de acordo com os setores do Estado – menos centralidade na extração de recursos, mais na redistribuição e reprodução dos mesmos (CARVALHO. 2008: P.152). Portanto, embora não discuta questões relacionadas com as elites locais e a forma como o centro se relacionava com as localidades, o autor não desconsidera os limites na centralização imposta pela Coroa.

Ilmar Rohloff de Mattos, também interpreta a formação do Estado nacional brasileiro como resultado das ações de uma elite coesa, articulada em torno do poder central. O autor amplia o conceito de Estado, que deixa de ser somente um instrumento legítimo de coerção e passa a incluir os dirigentes, que não são apenas a alta burocracia imperial, mas também os grandes proprietários de terras, funcionários públicos e não públicos, entre outros, que segundo o autor formariam “um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão” (MATTOS, Ilmar Rohloff de. 2003: P.04).

O Estado para o autor ganha uma dimensão ampliada e também é considerado um locus de atuação por parte dos dirigentes intelectuais (MATTOS. 2003: P.03). Tal concepção foi desenvolvida por Antonio Gramsci. O Estado não seria um fim em si mesmo, mas um instrumento representante de grupos particulares que através da ação dos intelectuais teriam por função social a promoção da “hegemonia”. Caberia aos intelectuais angariar o apoio das massas, e fazer uso da coerção para assegurar a disciplina e submissão dos grupos discordantes (GRAMSCI. 1995: P. 11). No resumo de Eder Sader:

Gramsci definia o Estado como uma “hegemonia revestida de coerção”, em que a hegemonia se materializa no conjunto de estruturas e instituições capazes de gerar um consenso social em torno da classe dominante. Como essas estruturas, os “aparelhos ideológicos” (escola, igreja, partidos, meios de comunicação, etc.) não

A formação do Estado teria se iniciado com a emancipação política e se consolidado no fim da primeira metade do século XIX, como as leis que centralizaram o aparato político administrativo, sendo que a grande responsável pela formação e consolidação do Estado brasileiro teria sido a “direção saquarema” (MATTOS, Ilmar Rohloff de. 2003: P. 27).

Por fim, Miriam Dolhnikoff argumenta que as reformas ocorridas não retiraram das assembleias legislativas provinciais a autonomia referente à tributação e manteve a capacidade de estabelecer impostos, definir o uso dos recursos advindos da arrecadação e controlar execução de obras públicas; as assembleias ainda podiam legislar acerca dos empregos provinciais e municipais e criar e gerenciar forças policiais (DOLHNIKOFF, Miriam. 2005: P.444).

Miriam Dolhnikoff considera o papel das elites políticas na formação do Estado, mas de forma diferente dos autores supracitados, pois não entende o Estado como fruto da queda do “federalismo” a partir da constituição de 1824. A autora chama a atenção para o fato de que um “pacto federativo” nunca teria deixado de existir. As elites regionais negociavam com as elites centrais a fim de definirem um caminho do meio interessante a ambas (DOLHNIKOFF, Miriam. 2005: P.444).

Dolhnikoff considera que a partir do estabelecimento do Ato Adicional em 1834, haveria uma efetiva participação das elites regionais que contribuiriam à unidade do Império. Essas elites teriam autonomia para administrar as províncias ao mesmo tempo em que participavam do governo central (DOLHNIKOFF, Miriam. 2005: P.81). Deste modo, a autora interpreta uma relação centro-localidade, entendendo uma conciliação e uma constante negociação entre as elites locais e a elite central, que não teria sido suprimida com o “regresso conservador”. As decisões seriam sempre adequadas, de alguma forma, às demandas de ambos os lados. Graças a essa relação, segundo a autora, manteve-se a unidade do Estado (DOLHNIKOFF, Miriam. 2005: P.92).

Sobre as leis centralizadoras da década de 1840, por mais que o governo se centralizasse, não teria sido, segundo a autora, eliminado o poder dos grupos regionais, pois esses geririam a província através da Assembleia Provincial; a Câmara dos Deputados também não estaria isenta, pois, afirma Dolhnikoff, os deputados manteriam como seus os interesses de suas regiões de origem.

Podemos sintetizar as ideias dos autores vistos acima da seguinte forma: enquanto Uricoechea entende que a centralização de uma burocracia estatal, realizada a partir de 1840, de nada valeria sem que essa não estabelecesse com os governos locais um pacto em que se conciliassem interesses de ambos os lados. Mirian Dolhnikoff, por sua vez, considera que o centralismo só afetou o aparelho judiciário, e não trouxe danos à autonomia das regiões e localidades do Império. (DOLHNIKOFF, Miriam. 2005: P.92) Não obstante, a tese da autora é de que a construção do Estado nacional brasileiro foi resultado de intensa negociação entre as elites regionais e o poder central. O chamado regresso conservador não teria sido capaz, portanto, de reverter o “pacto” de tipo “federativo” instaurado no período regencial e, conseqüentemente, a reforma de 1841 não teria o papel importante atribuído pelos demais autores.

Já José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff de Mattos, por sua vez, diferem tanto de Mirian Dolhnikoff como de Uricoechea, ao considerar que houve de fato um processo centralizador que resultou numa excessiva concentração política e administrativa que praticamente anulou as atividades administrativas a nível provincial e municipal (CARVALHO. 2008: 152). Mas a análise de José Murilo de Carvalho se aproxima da interpretação de Dolhnikoff, quando o autor coloca parênteses acerca da centralidade que podia ser maior ou menor dependendo do setor. Segundo Carvalho, a centralização seria menor quando se tratava do controle e da extração de recursos, e seria maior quando se tratava a redistribuição dos mesmos (CARVALHO. 2008: 152).

A bibliografia exposta acima tem por consenso o caráter “centralizador” ou “regressista” da Reforma do Código de Processo Criminal de 1841, no que concerne o Poder Judiciário. Embora não estudem a fundo a questão, consideram por diversas vezes a importância da organização do Poder Judiciário na formação e consolidação do Estado. Visto isso, cabe perguntarmos: tal centralização pode ser considerada apenas uma estratégia por parte do Governo para fazer eleger seus representantes? Outro motivo alegado para tal reforma é o temor das revoltas populares. Mas até que ponto se poderia considerar que não havia de fato, devido à descentralização, dificuldades em se manter a ordem? Em outras palavras, a questão que se desenha é: o Poder Judiciário e sua organização seria um mero instrumento para que o Imperador estendesse seus braços até os recônditos mais distantes do Império? Ou seja, sua função em si não contribuiria também para a administração e manutenção da ordem?

As características que julgamos essenciais para entendermos como o Judiciário atuava nas localidades, podem ser expostas da seguinte forma: a lei de 29 de novembro de 1832, de uma forma geral, estabelecia como atribuição dos juízes de paz julgar as contravenções e os crimes pequenos que não tinham pena maior do que multa de cem mil réis, prisão, desterro ou degredo de até seis meses; cabia ao juiz de paz fiscalizar as pessoas do distrito e dividir o distrito em quarteirões de no mínimo de 25 habitações. Aos juízes municipais caberia substituir os juízes de direito no termo, quando esses faltassem, e executar as suas sentenças e mandatos. Os juízes de direito seriam responsáveis para regular a polícia, aplicar a lei ao fato, e inspecionar os juízes de paz e municipais. A nomeação se dava da seguinte forma: o juiz de paz era eleito; o juiz de direito era nomeado, dentre uma lista feita pelas câmaras municipais, pelo governo da província; os juízes de direito eram nomeados pelo Imperador.²¹²

As principais mudanças que ocorreriam na estrutura judiciária determinada pelo Código de Processo Criminal de 1832 foram as da reforma feita em 1841²¹³, em que se definiu a criação dos cargos de chefe de polícia, nomeado pelo Imperador, de delegados e de subdelegados para, assim, retirar as atribuições iniciais do processo criminal das mãos do juiz de paz. Os delegados e subdelegados eram nomeados pelos chefes de polícia, que por sua vez eram escolhidos entre os magistrados. Ficava para os juízes de direito e os promotores, que eram nomeados pela Corte, o restante das atribuições do Processo Criminal. Desse modo, todo o Judiciário era ocupado pela chamada magistratura de carreira e pelos funcionários que por ela eram nomeados (DOLHNIKOFF, Miriam. 2003: P. 442).

Tendo conhecimento das atribuições judiciárias antes e após a reforma do Código do Processo Criminal, podemos nos perguntar qual foi o impacto de tais reformas nas localidades. Observar a reação que a promulgação da lei de reforma do Código do Processo causou, pode nos sugerir nuances acerca de dinâmicas políticas em meados do século XIX que ainda são desconhecidas ou pouco exploradas pela historiografia. Vejamos o exemplo²¹⁴.

No relatório da Repartição dos Negócios da Justiça, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, pelo ministro Paulino José Soares de Souza, referente ao ano de 1842, há uma extensa descrição dos conflitos ocorridos contra as modificações impostas pela reforma do

²¹² BRASIL, Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da justiça Civil. Registrada nesta Secretária de Estados dos Negócios da Justiça a fl. 104, verso do livro 1º de leis, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1832.

²¹³ BRASIL, Lei de 3 de novembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Registrada na Secretária de Estados dos Negócios da Justiça a fl. 159, livro 1º de leis, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1841.

²¹⁴ É importante deixarmos claro que mantivemos a ortografia original em todas as transcrições de fontes.

Código de Processo Criminal. Em São Paulo, os Municípios onde teriam ocorrido conflitos e ações contrárias ao Código, segundo o Relatório, foram: Areas, Lorena, Pindamonhangaba, Taubaté, Cunha, Itu, Sorocaba, Atibaia, Itapetininga, Faxina, Constituição, Silveiras, Porto Feliz e Capivari²¹⁵. Em Minas Gerais o Relatório enumera quatorze: Barbacena, Pomba, São João Del Rei, São José, Lavras, Oliveira, Santa Barbara, Queluz, Bom Fim, Ayuruoca, Baependy, Sabará, Caeté, e Curvelo²¹⁶. Focos de rebelião em Pernambuco e Ceará também são citados.²¹⁷

De acordo com o Relatório, vários municípios teriam se mantidos omissos às nomeações e às medidas a serem tomadas. Então teria sido pedido que os Juízes de Direito fossem às vilas para dar posse aos nomeados, fazendo com que esses ocupassem seus cargos. Diante de grande oposição seria fechada a Câmara de Atibaia, o que fez com que a oposição investisse de forma ainda mais forte contra o governo:

Parece que então os conspiradores reconhecendo que o Governo estava resolvido a empregar todos os meios ao seu alcance para cumprir o seu dever, fazendo executar a Lei, e exasperados pela notícia da dissolução da Câmara dos Deputados, assentaram que era tempo de arrojarem a máscara com que até então se haviam coberto. E com efeito assim o fizeram, e converteram a prometida rebelião aberta e devastadora, cujas desastrosas consequências mal se podem calcular senão houvesse sido com energia e presteza sufocada²¹⁸.

Qual seria o motivo de tanta resistência à promulgação da lei? O fragmento do relatório acima, escrito por José Paulino, embora devamos levar em conta que esse era ministro do governo, pode conter elementos que nos permitam perceber a existência de outros atores naquele contexto acerca das revoltas ocorridas, e sugerem-nos que tais revoltas não foram tão pequenas ou irrelevantes.

Um mês antes da promulgação da lei de Reforma Paulino José Soares de Souza, faz um discurso na Câmara defendendo a aprovação do projeto. O ministro faz uma enumeração sobre as deficiências da organização judiciária em vigor até então. Um dos problemas por ele indicado é a influência do partidarismo.

²¹⁵ BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira Sessão da quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843. P.5

²¹⁶ *Ibidem*. P.13

²¹⁷ *Ibidem*. P.22

²¹⁸ *Ibidem*. P.5

14 a 18 de maio de 2012

Os juízes de paz, que a constituição parece haver querido reduzir às conciliações, são de eleição popular. A nossa legislação atual depositou em suas mãos toda a autoridade criminal, e exclusivamente a arma das pronúncias, de todas as mais forte e a mais terrível. As câmaras municipais eleitas nos municípios são as que propõem, em lista tríplice, os juízes municipais, de órfãos e promotores, e organizam a lista de jurados. Assim quase toda a justiça nasce e forma-se nos municípios por uma maneira quase independente (...)²¹⁹.

Sendo as nomeações feitas a partir das localidades, segundo o ministro, o partido político que estava no governo faria com que se elegessem apenas partidários seus, e numa eventual troca de bancada, haveria conflitos entre os poderes. Afinal, quando fossem feitas as nomeações que eram de competência da administração central, haveria má disposição por parte dos funcionários que tivessem sido nomeados pelo governo anterior²²⁰.

Naquelas províncias de que acima falei [que fizeram uso de preferências partidárias na nomeação], em cuja as eleições preponderou a opinião contrária, hão de encontrar nos agentes forçados de policia de que tem de servi-se má vontade, indisposições, obstáculos e mesmo hostilidade.²²¹

Podemos, a partir desse fragmento do discurso do ministro Paulino, sugerir que as revoltas ocorridas a partir da promulgação da lei em 1842, seriam pela perda de uma posição estratégica que as localidades teriam e que davam a elas a possibilidade de definir a composição do judiciário local. O partidarismo impediria a execução das leis e, com isso, legitimava a adoção de medidas de força, por parte da Coroa, para que a promulgação das leis que modificavam as estruturas da organização judiciária fosse efetiva. Mas o que podemos entender por partidarismo?

Antes de respondermos a esta pergunta, é importante evidenciarmos que o caso descrito nas fontes nos mostra que existiam outros atores envolvidos. É claro que por se tratar de um ministro do Império, José Paulino talvez exagerasse no teor das divergências. Porém o episódio a que se refere é parte do que ficou conhecido como Revolta de 1842. Portanto, a sintética exposição desenvolvida deixa-nos claro a complexidade das relações entre centro e localidades que se deram em torno da formação do Estado nacional brasileiro. As resistências do aparelho jurídico às reformas instituídas nos mostram que o Poder Judiciário não era menos importante do que outras questões tratadas pelos autores que estudam a temática.

²¹⁹ BRASIL. *Anais da Câmara do Srs. Deputados Quarto ano da quarta legislatura sessão de 1841*. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Pinto & Filho, 1884, tomo III. P. 810.

²²⁰ *Ibidem*. P.810

²²¹ *Ibidem*. P.810

Enfim, a nosso ver, para compreendermos o processo de construção e manutenção do Estado Nacional de maneira menos isolada, devemos nos atentar para o papel do poder judiciário neste processo, pois como veremos a seguir, a análise da organização judiciária nos revela uma nova forma de se pensar o partidarismo político na primeira metade do Segundo Reinado.

Ambos os projetos de lei foram redigidos pelo então senador Bernardo Pereira de Vasconcelos e versavam sobre medidas centralizadoras do poder monárquico. Na sessão de 16 de junho de 1840 que tinha por oradores os senadores Monteiro Barros, Paula Albuquerque, Paraíso, Holanda Cavalcanti, Vasconcelos, Almeida e Silva, e o Ministro da Justiça Paulino José Soares de Souza que futuramente viria a ser o Visconde de Uruguai, se discutia a forma como seria posto em discussões tais projetos.²²²

Na sua fala, o Ministro da Justiça, quando dizia da necessidade e da urgência que fazia imprescindível a discussão dos projetos deu como uma das justificativas o seguinte:

É indispensável pois que se cortem todos esses elementos de desordem e anarquia que existem espalhados na nossa legislação penal e do processo, que se extirpem e substituam por outras disposições. A maioria de S. M. o imperador vai-se aproximando. É, portanto, próprio da lealdade do Corpo Legislativo fazer com que quando tome conta da direção dos Negócios se ache armado com os meios necessários e indispensáveis para conter e domar as facções e as minorias turbulentas que desde o ano de 1832 para cá principalmente, tem posto em agitação quase todos os pontos do Império. É isto indispensável para que o seu governo se não comprometa, e com ele a Monarquia por uma vez.²²³

Segundo o Ministro, a independência das localidades em elegerem seus representantes faria da administração do Estado um misto “de homens de todos os lados, de todos os partidos”, tal fator seria o responsável pela “falta de segurança individual e pública”, a causa desses problemas seriam tão evidentes que algumas assembleias provinciais, como as de “Pernambuco, do Piauí, do Maranhão e de São Paulo”, teriam elegido suas lideranças levando em consideração as nomeações do governo central: “reconheceram que era indispensável a existência de uma autoridade, pela sua nomeação, independente das influências e [das] pequenas facções das localidades”.²²⁴

No decorrer da discussão o Senador Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, indaga o Ministro da Justiça acerca de sua fala:

²²² ANAIS do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional/Imprensa Nacional, 1840, livro 3. P. 49 – 50.

²²³ *Ibidem*. P.63

²²⁴ *Ibidem*. P.66

O nobre Ministro, na sua declaração de princípios, se é que declaração de princípios se pode considerar o que ele disse, principiou reclamando a necessidade dessa lei para conter as minorias turbulentas (...). Que coisa é minoria turbulenta? Será composta de réus de polícia de empregados prevaricadores, de gabinetes privados ou secretos? Que camarilha é essa? Que coisa é essa minoria turbulenta?²²⁵

O senador dá continuidade ao seu pronunciamento alegando que a “minorias é um elemento de ordem do sistema constitucional” que tem por função dar direção aos negócios do país quando a maioria se dissolve, em seguida, complementa dizendo que “minorias turbulenta” é a facção que toma o poder e que sem levar em conta os interesses nacionais “quer impor lei aos brasileiros.”²²⁶

Por fim, o Ministro da Justiça Paulino José Soares de Souza se justifica acerca do sentido em que usou o termo “minorias turbulentas”, dizendo que não se referiu ao corpo legislativo, pois as reformas não dizem respeito ao legislativo, e que o termo por ele empregado foi retirado de um relatório do Ministério da Justiça de 1835²²⁷. Desse modo o Ministro paulino conclui com as palavras de seu antecessor Manoel Alves Branco²²⁸: “mais do que nunca, aparece a urgente necessidade de um poder inacessível às intrigas locais, imparcial e forte, contra quem nada possam os chefes irregulares de minorias turbulentas que aparecem por toda a parte.”²²⁹

No Relatório do Ministério da Justiça que o Ministro Paulino diz ter usado como base para seu discurso, nele o então Ministro Manoel Alves Branco faz a seguinte declaração:

Com effeito, Senhores, mui útil he que sejam eleitos Representantes da Nação, que venhão a esta Augusta Assembléa emitir os votos do povo, e prover às suas necessidades; he este hum dogma político da maior importância para a publica felicidade. Mas que essa Lei, expressão da vontade e necessidade de huma grande maioria, venha a ser executada por delegados da maioria relativa de pequenos círculos de ordinário dominados de paixões, e interesses estreitos; e que por conseguinte não podem deixar de ser atentos as acções dos homens, que dirigem pelo desejo da conservação, e pelo da reeleição, he o que me parece senão absurdo, ao menos prejudicial em certo estado dos Povos.²³⁰

²²⁵ *Ibidem*. P.70

²²⁶ *Ibidem*. P.70

²²⁷ Na verdade o relatório a que se refere o Ministro Paulino diz respeito ao ano de 1834

²²⁸ BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira Sessão Ordinária de 1835 pelo Ministro e Secretário de Estado Manoel Alves Branco. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1835. P.45

²²⁹ BRASIL. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional/Imprensa Nacional, 1840, livro 3. P.76.

²³⁰ BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira Sessão Ordinária de 1835 pelo Ministro e Secretário de Estado Manoel Alves Branco. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1835. P.17-18

Manoel Alves Branco, como poder ser visto no fragmento, afirma que devido a legislação descentralizada dar para as localidades a autonomia necessária pra nomear aos cargos locais, sem que o governo central interferisse com indicações, isso geraria muitas das vezes uma dissonância, pois seriam nomeados representantes de grupos que não representariam mais que seus próprios interesses.

Com base nas fontes descritas acima podemos esboçar algumas conclusões. Através das discussões do Senado é possível identificarmos três ideias distintas acerca do que seria “partido” ou “facção”: 1) facção do governo; 2) facção da oposição; 3) facções locais. Sendo que essas diferenças não se mostram somente de forma horizontal, mas também de forma vertical.

Primeiramente no âmbito do legislativo podemos inferir que a dinâmica se dá entre governo (maioria) e oposição (minorias), embora a oposição não pactuasse com o gabinete ela se inseria no corpo do governo, uma vez que a oposição subisse ao poder ela deixaria de ser a minoria ou então se dissolvia, em tese, o governo só funcionaria em consonância a uma maioria no legislativo, podemos indicar isso se observamos a discussão que se travou no Senado entre Holanda Cavalcanti e Bernardo Pereira de Vasconcelos:

Eu não sei que as minorias tenham perturbado o País, e essas mesmas minorias se têm tornado maiorias. Eu li um discurso²³¹ do nobre ex-ministro [Bernardo Pereira de Vasconcelos] em que dizia ter pertencido a oposição passada, qual era maioria... O Sr. Vasconcelos: - Mas não era turbulenta. O Sr. Holanda: - Não, não era turbulenta; mas mudou o sistema: É necessário não confundirmos, não darmos às coisas nomes que elas não têm: a minoria tem seus direitos; e quando ela obra dentro dos seus verdadeiros limites, quando prova ao País que a administração não desempenha seus deveres, esta deve abandonar o posto.²³²

²³¹ "Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la quero salvá-la; e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que defendo, no dia dos seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o sucesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização, depois de o haver defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e a defesa da liberdade?... Os perigos da sociedade variam; o vento das tempestades nem sempre é o mesmo: como há de o político, cego e imutável, servir no seu país?" (VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Apud* CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*, 6ª ed. Porto: Livraria Lello & Irmão Editores, 1946. P. 265.) Esse fragmento talvez seja parte do discurso a que se refere o Senador Cavalcanti, embora não se tenha provas empíricas para comprovar que a autoria deste texto é de Bernardo Pereira de Vasconcelos. C.f. CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 1999. P.09

²³² BRASIL. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional/Imprensa Nacional, 1840, livro 3. P.73.

Respondendo a Cavalcanti, Vasconcelos diz: “O que eu entendo é que à maioria pertence governar; esta minha opinião é antiga: quando a minoria pode fazer-se maioria, eis aí a minoria governando, porém já em maioria”²³³.

Mas outro aspecto dessa dinâmica transparece nas fontes, se na estância legislativa era natural e até benéfico o governo, em sentido lato, ser composto por uma maioria governista e uma minoria de oposição, em outras estâncias esse entendimento mudava de tom. Conforme vimos nos debates, o Projeto de Reforma que estava sendo discutido teria como principal objetivo evitar que os governos locais fossem compostos por grupos oposicionistas ao governo central. Isso se confirma em 1841, um mês antes da votação e aprovação da Lei de Reforma do Código do Processo Criminal, na ocasião o ministro da Justiça Paulino José faz um discurso na Câmara defendendo a aprovação do projeto. O ministro faz uma enumeração sobre as deficiências da organização judiciária em vigor até então. Um dos problemas por ele indicado é a influência do partidarismo.

Os juízes de paz, que a constituição parece haver querido reduzir às conciliações, são de eleição popular. A nossa legislação atual depositou nas suas mãos toda a autoridade criminal, e exclusivamente a arma das pronúncias, de todas a mais forte é a mais terrível. As câmaras municipais eleitas os municípios, são as que propõem, em lista tríplice, os juízes municipais, de órfãos e promotores, e organizam a lista de jurados. Assim quase toda a justiça nasce e forma-se nos municípios por uma maneira quase independente (...)²³⁴.

Sendo as nomeações feitas a partir das localidades, segundo o ministro, o partido político que estava no governo faria com que se elegessem apenas partidários seus, e numa eventual troca de bancada, haveria conflitos entre os poderes. Pois quando fossem feitas as nomeações que eram de competência do Estado central, haveria má disposição por parte dos funcionários que tivessem sido nomeados pelo governo anterior²³⁵.

Naquelas províncias de que acima falei [que fizeram uso de preferências partidárias na nomeação], em cuja as eleições preponderou a opinião contrária, hão de encontrar nos agentes forçados de policia de que tem de servi-se má vontade, indisposições, obstáculos e mesmo hostilidade.²³⁶

²³³ *Ibidem*. P. 78

²³⁴ BRASIL. *Anais da Câmara do Srs. Deputados Quarto ano da quarta legislatura sessão de 1841*. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Pinto & Filho, 1884, tomo III. P. 810

²³⁵ *Ibidem*. P.810

²³⁶ *Ibidem*. P.810

Dessa forma, através da leitura das fontes exemplificadas acima, podemos sugerir que quando se tratava do governo central a existência de grupos contrários ao grupo no governo pode ser entendida como parte deste governo, enquanto que a medida que se distancia da Corte e os governos se tornam locais se faz necessário a representação do governo central nas localidades ou do contrário - o governo local sendo oposicionista ao governo central - esses grupos passam a ser entendidos como minorias que defendem interesses que não são os do país. Não se encontra no decorrer dessas discussões nenhuma declaração acerca dos ditos partidos “Conservador” e “Liberal”, embora apareçam muitas expressões como “facções”, “minorias turbulentas” e “pequenos círculos”. As fontes nos sugerem que para além desse famoso binômio partidário a existência de grupos de interesses que se articulavam no poder do Estado era a normalidade, porém não podemos ir além dessas pequenas inferências, pois se faz necessária uma pesquisa mais profunda acerca do assunto.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem. A elite política imperial / Teatro de Sombras. A política imperial*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuri (RS): Editora Unijui, 2003.

_____. Entre o Centro e a Província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. *Almanack Brasiliense*. São Paulo, n° 1. P. 80-93, maio de 2005. P.82. Disponível em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_artigo_3.pdf

MATTOS, Iimar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 4a edição. Rio de Janeiro: Access editora, 1999.

_____. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuri (RS): Editora Unijui, 2003.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro Imperial. A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

Fontes

BRASIL. *Anais da Câmara do Srs. Deputados Quarto ano da quarta legislatura sessão de 1841*. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Pinto & Filho, 1884, tomo III.

BRASIL. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional/Imprensa Nacional, 1840, livro 3.

BRASIL, Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da justiça Civil. Registrada nesta Secretária de Estados dos Negócios da Justiça a fl. 104, verso do livro 1º de leis, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1832.

BRASIL, Lei de 3 de novembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. Registrada na Secretária de Estados dos Negócios da Justiça a fl. 159, livro 1º de leis, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1841.

BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléia Geral Legislativa na primeira Sessão Ordinária de 1835 pelo Ministro e Secretário de Estado Manoel Alves Branco. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1835.

BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléia Geral Legislativa na primeira Sessão da quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843.

“Da Excelência e das Vantagens”: o direito ao voto em debate no Conselho de Estado Imperial.

Tiago Rattes de Andrade*

Resumo: o presente artigo tem como objetivo levantar elementos para o debate sobre a ação das elites políticas brasileiras no Segundo Reinado (1842-1889) através de sua ação no Conselho de Estado Imperial em um período de debates sobre uma reforma eleitoral. Em um segundo momento procura dialogar com o atual debate da historiografia brasileira que tem buscado redimensionar o papel das elites políticas e sua atuação. Por fim busca apontar elementos para contribuição a este debate.

Palavras-chave: Brasil, Império, Segundo Reinado, Conselho de Estado Imperial, Elites, estado, Monarquia Representativa.

Abstract: This paper aims to obtain elements to the debate on the action of the Brazilian political elites in the Second Empire (1842-1889) based on the way they acted on the Imperial Council of State during a period of debates on electoral reform. On a second phase, it seeks to dialogue with the current debates of Brazilian historiography, that has been trying to reassess the role of political elites and their performance. Finally, it tries to identify elements to contribute to this debate.

Keywords: Brasil, Empire, Second Empire, Imperial Council of State, Elites, State, Representative Monarchy

Introdução

O dia era 7 de novembro e corria o ano de 1878.

Presentes na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, sob convocação de Sua Majestade Dom Pedro II (defensor perpétuo do Brasil), um grupo de homens de “grossa ventura”. Tais senhores ocupavam assentos vitalícios no Conselho de Estado Imperial durante

* Graduado em História, Mestre em Ciências Sociais e Doutorando em História, pela UFJF, onde desenvolve suas pesquisas com apoio de uma bolsa do Programa de Monitoria da mesma instituição.

o Segundo Reinado. Fazendeiros, juristas, comerciantes, políticos de carreira, partidários, militares.

Esse conselho desempenhava papel fundamental, seja na afirmação de um projeto de império, seja na legitimação do poder central. Menos exaustiva porém é a perspectiva de que nesse espaço político poderíamos compreender uma série de características de uma elite plural em muitas dimensões. Relações plurais entre si e com o estado.

Um dia de primavera. Uma nação agitada pelos conflitos políticos vindos das ruas, gabinetes e de outras partes do mundo. Instituições em polvorosa mediante a crescente afirmação de idéias republicanas, liberais e abolicionistas. Da Europa um vento “perigoso” das revoluções, nascituros operários e cabeças que perdiam suntuosas coroas.

A pauta do dia era mais uma reforma eleitoral. Vossa Majestade queria a opinião dos conselheiros sobre o que fazer e como encaminhá-la.

Os pontos a serem reformados se dividiam em três aspectos e um elemento de encaminhamento: primeiro, qual censo deveria ser exigido para que o cidadão fosse considerado eleitor (tendo em vista que até então o censo adotado era o de 200 mil réis em bens e renda); segundo, se a condição de alfabetizado deveria ser exigida para ser eleitor; e terceiro, se era conveniente reformar os parágrafos segundo e terceiro do artigo 95 da constituição²³⁷; e em quarto, qual deveria ser o caminho para que se efetuasse essa mudança na legislação eleitoral, tratada como uma reforma constitucional.

Aos conselheiros caberia, como de praxe, apresentarem suas posições sobre os questionamentos da pauta do dia. Assim o fizeram, cada um, ponto a ponto.

Um olhar mais apressado (ou totalmente orientado pela historiografia tradicional sobre o tema) poderia nos trair. Poderíamos passar rapidamente pelas fontes e interpretar que mais uma vez os conselheiros, juntos de vossa majestade e de mais uma ordem do dia, trataram de exercer seu tradicional poder, envoltos em uma retórica e argumentos já tão discutidos, ao caminho único da conservação do estado das coisas.

Ainda que o corte temporal aqui escolhido seja aparentemente humilde, ao longo desse artigo buscarei demonstrar como ele pode nos ajudar a compreender um pouco sobre a postura das elites brasileiras no Segundo Reinado.

Os conselheiros debatem

²³⁷ O artigo 95, precisamente o parágrafo II e III, tratam do voto do estrangeiro naturalizado e do voto do indivíduo que não professa a religião do estado.

Nesta seção, em um primeiro momento apresento elementos do debate travado no conselho naquela manhã. Como base para os argumentos que se seguem no segundo ponto deste artigo utilizarei as falas dos conselheiros relativas a primeira questão. Posteriormente busco analisar como essa discussão nos possibilita levantar alguns pontos importantes sobre o a elite imperial nesse período.

O dia 7 de novembro de 1878 reservava uma boa discussão – como era de tradição – no Conselho de Estado Imperial.

Presentes os conselheiros Viscondes de Abaeté, Muritiba, Jaguari, e Bom retiro, José Pedro Dias de Carvalho, Paulino José Soares de Souza e Joaquim Raimundo de Lamare, sob comando do Imperador Dom Pedro II.

A primeira questão ao qual os conselheiros deveriam responder, sobre qual deveria ser o censo exigido para o cidadão ser considerado eleitor, verificada a reforma sistema eleitoral pelo voto direto, era consensual entre os presentes. Todos acreditavam que sua manutenção de acordo com o artigo 94 da constituição seria o mais aconselhável. Alguns argumentos merecem ser analisados nos permitem algumas inferências.

Para Abaeté, a determinação da constituição era não só suficiente como exprimia de forma objetiva o que era renda. Segundo ele, “os que pretendem elevar o censo argumentam que a palavra ‘renda líquida’ na sua genuína significação exprime o rendimento, depois de deduzidas as despesas”(1973, p.138). Para o conselheiro estava muito claro que a renda se referia aos “bens de raiz, indústria e emprego”. Sendo assim alterações em sua interpretação abririam precedentes para “incalculáveis abusos”. E ainda sugere ser desnecessário abaixar o censo para cem mil réis, o que atingiria os eleitores que até então votavam nas eleições primárias e que seriam possivelmente incluídos no novo sistema. Porém Abaeté sugere que a inclusão desses poderá ser feita posteriormente através de uma lei complementar.

O Visconde de Muritiba é mais enfático em seus argumentos, quando diz que “elevar mais o censo seria criar uma classe muito restrita e privilegiada que não exprimirá a vontade do maior número” (1973, p. 141). Para ele o censo é sim uma forma de garantir a maior “independência e interesse” do eleitor nas eleições, porém deixa claro que o “alargamento” desse censo seria um movimento de contradição em relação ao movimento do próprio mundo, dando como exemplo a experiência de outros países onde se amplia as camadas que tem direito ao voto.

Jaguari por sua vez, avança ao defender que o texto constitucional seja respeitado e que se desfaça a diferença entre “os votantes daquelas assembleias e o eleitor” algo fundamental tendo em vista a idéia de voto direto. Como argumento, em suas palavras trata-se de uma questão de “progresso da civilização” e de facilitar a “intervenção do cidadão na escolha de seus representantes”(1973, p.143).

O posicionamento que em certo momento destoa dos demais é de Bom Retiro. Antes de proferir seu voto o conselheiro pondera sobre a “excelência e vantagens” da adoção de um sistema de voto direto. Diz ter respeito em confiança na “ilustração” e “talento” de seus pares, reconhece que a proposta do voto direto tinha adeptos “notáveis” de ambos partidos políticos. Seu prelúdio de ponderação é uma espécie de aviso. Quer deixar claro que torce para o sucesso da medida, porém teme que ela não surta o efeito desejado. Feito isso, encaminha sua posição. Para ele já que o voto direto se antevia como realidade - com todas as ressalvas já levantadas – a manutenção do censo previsto em constituição seria a forma mais apropriada de garantir lisura no processo. Para Bom Retiro apenas aqueles que tem “riqueza, cultura de espírito e posição social” deveriam concorrer. São esses fatores que tornariam um indivíduo livre da “pressão da autoridade”, “exigências dos chefes”, “fraudes” e “corrupção de qualquer gênero”. Um sistema eleitoral, baseado no voto direto só seria “representativo” teria sucesso e se fosse devidamente protegido contra a fraude.(1973, P. 147)

O conselheiro José Pedro Dias de Carvalho ao proferir seu sucinto voto segue a tendência dos demais, a preocupação com preservação da constituição. Defende que o censo deve se manter tal qual estabelecido em texto original. A preocupação com uma possível redução do censo se justifica para ele sob o risco de “eleições tumultuárias”(1973, P. 159).

Por sua vez, Paulino José Soares de Souza, reitera a necessidade de manutenção do censo estabelecido pela constituição, porém ressalva que tal medida só terá efeito através da interpretação inteligente do conceito de “renda líquida”. O conselheiro reconhece que no quadro atual “a grande maioria se acha privada de influir na representação política”. Ele avança em um exercício de interpretação constitucional ao defender o desaparecimento da distinção entre “votante e eleitores” que segundo ele seria a correta cumprimento do desejo do legislador constituinte. Dessa forma, em suas palavras, “não há mais a escolha de umas e a exclusão de outras iguais” (1973, P.162).

Estado nacional, elites e possibilidades de interpretação.

O debate sobre nação sempre foi um grande desafio para os historiadores. Mais especificamente - no caso brasileiro - a nação (e sua gênese) está diretamente relacionada a construção de um Império. Um projeto amplo, grandioso e gestado por décadas através da interação entre diversos atores daquela sociedade. Menos nos interessa aqui esse processo, mas sim o seu resultado, que por sua vez é importante para a compreensão do caráter desse império.

Falo aqui de uma sociedade complexa.

Um *estado-nação* de dimensões continentais, onde a unidade territorial se manteve, para além da simples idéia de força ou coesão. Trata-se de uma rede de relações políticas, instituições múltiplas, espaços de sociabilidade, elementos de interação entre indivíduos, significação e *resignificação* de práticas e relações sociais diversas que envolviam a constante transformação política, social e cultural. Sendo assim

considera-se o Estado como uma instância do político, por sua vez interpretado não como um domínio isolado da realidade, mas como “o lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete por sua vez”. Assim, também o próprio Estado torna-se um espaço onde se desenvolve uma dinâmica própria, uma instância em que se inserem as relações sociais e políticas presentes na sociedade, considerando-se o papel do indivíduo e sua capacidade de ação, ou, como diz Norbert Elias, segundo uma interpretação que tem como elemento central os atores e suas redes de relacionamentos, e não as ações despersonalizadas. (MARTINS, 2007: 24)

Esse *brainstorm* de idéias sobre nação serve aqui apenas para evidenciar e tentar marcar de forma enfática que tratamos de uma sociedade muito mais complexa que a historiografia tradicional conseguiu retratar.

Aqui não há o interesse em levantar autores para referendar posições assumidas em um puro e simples argumento de autoridade, mas sim de erguer uma preocupação em apresentar caminhos que nos auxiliem a compreender através de outros autores como a sociedade do XIX, em especial sua elite, não pode ser tratada de forma singular, assim como a dinâmica de suas interações com o estado e outros atores. Esse estado resignifica e se apropria constantemente um passado

Contudo, não há mais uma distância entre aquele que exerce algum poder político sobre os outros, e aquele que está isento de algum tipo de controle das condutas. Enfim, aquela metáfora do corpo não é mais tomada como simples analogia funcionalista (segundo a qual apenas um concebe as ordens e os demais executam), porque o corpo social depende agora de uma ética para ser também o lugar de

Se o tema do estado nacional nos é caro, não menos o é o do estudo das elites políticas. As perspectivas tradicionais sempre dedicaram um olhar pejorativo, muitas vezes anacrônico sobre as elites. Tratadas quase sempre como “reacionárias”, “conservadoras” ou apenas ocupadas com a manutenção do *status quo*, em muitos estudos clássicos da historiografia brasileira foram assim tratados. Nas últimas décadas boa parte da interpretação da ação das elites políticas e do caráter do governo monárquico foi pautado basicamente por duas interpretações. De um lado a perspectiva da “elite por formação”, edificada através da obra de José Murilo de Carvalho (1980) e a perspectiva *gramsciana* de Ilmar Rollof de Matos (1990). Ambas interpretações foram fundamentais para a historiografia em determinado momento, sendo assim, não se trata da refutação de obras que são importantes e merecem apreço mas da necessidade de análise crítica e a busca de responder a novas questões muitas vezes trazidas pelas fontes primárias e novos paradigmas.

Não se trata aqui de buscar uma “reabilitação” das elites brasileiras do XIX, mas sim analisá-las dentro dos seus marcos temporais. Estudos recentes tem buscado dar conta desse desafio de retratar o papel das elites políticas diante o governo monárquico brasileiro dentro de uma lógica diferente, como o caso de trabalhos de DOLNIKHOF (2009) onde a preocupação central é redimensionar a idéia de representação política dentro da lógica do século XIX e dessa forma compreender a ação e funcionamento desses governos através da lógica de sua própria época.

Ao analisarmos a posição dos conselheiros ao longo dessa primeira questão a ser respondida podemos perceber uma série de elementos que nos permitem afirmar que a concepção de um sistema representativo entre esses homens não estava necessariamente moldado por uma idéia de conservação. Destaco alguns elementos importantes.

Em primeiro lugar é comum em todas as falas a preocupação constante com o instrumento constitucional. A todo momento esses conselheiros se referem a carta de 1824 e a necessidade de se respeitá-la. Podemos perceber que a preocupação com a legitimidade está presente e explícita a idéia de que esse estado nacional se constrói através dessa legitimidade. A recorrente menção ao texto deixa claro que o debate instituído, independente do seu alcance, interesses ou urgência, está sendo permeado a todo momento por uma latente proteção ao que estabelece essa constituição. É ela que estabelece o valor da representação, da legitimidade e do caráter desse regime.

Em segundo lugar é muito claro nas falas de todos conselheiros como o censo, tido muitas vezes como um puro fator de exclusão, tem caráter fundamental na concepção de participação daquela época. É quase unânime nas falas dos conselheiros que a preocupação a cerca do censo se fundamenta na busca pela lisura do processo. Naquele momento, guardando as necessárias dimensões históricas, a idéia de que os recursos materiais de um individuo eram fundamentais para garantir sua independência perante o processo eleitoral era perfeitamente plausível e ainda que nos permita refletir sobre as implicações que isso teria para efeitos de participação, não pode ser tratado fora do contexto e conceito de representação do século XIX.

Em terceiro lugar, em muitos momentos nas falas dos conselheiros fica clara e expressa a constante preocupação com a legitimidade do processo através do grau de representatividade que o mesmo tivesse. Ainda que neste período o sufrágio universal fosse uma idéia em “gestação” no mundo, é claro neste debate que quanto mais próximo de uma maior parcela da população tendo acesso ao voto, mais legitimidade teria esse sistema.

Seria tentador abandonar essas evidências tendo em vista que bem sabemos o resultado dos debates sobre o sistema eleitoral brasileiro do período e suas reformas que culminam com a lei de 1881. Mas é fundamental que escapemos da teleologia e busquemos compreender as ações desses atores em cada momento, tendo em vista os elementos históricos dados. A preocupação com a representação não se restringia apenas aos debates do Conselho de Estado, também estava presente em outros espaços da política brasileira como por exemplo na câmara, como nos mostra DOLNIKHOF (2009) ao analisar a ação da câmara em relação as reformas eleitorais no período. Para ela a preocupação com a representação das minorias e a construção de um governo representativo é claro no período.

Considerações finais

A escolha do Conselho de Estado Imperial como fonte para análise da atuação das elites imperiais neste período busca de certa forma responder a uma das inquietações dessa pesquisa. A idéia de representatividade tem ganho novas dimensões na historiografia recente e torna-se cada vez mais necessário compreendermos tal fator em espaços mais amplos para além dos tradicionais como a câmara e o senado federal. A lógica de funcionamento do sistema político brasileiro do período nos permite dizer que o papel de uma instituição como o conselho era fundamental e tinha ampla penetração na política brasileira. Compreender a

lógica de ação de seus membros significa compreender em boa parte a lógica das próprias elites brasileiras no período.

A despeito da amostragem restrita das fontes aqui utilizadas, cabe dizer que as evidências que aparecem nos permitem dizer que temos elementos suficientes para afirmar que nesse espaço, principalmente em momentos de debates específicos e de grande repercussão, como no caso das reformas eleitorais que se estendem ao longo do Segundo Reinado, ficam claras evidências da ação dessas elites.

Esse passo dado por muitos pesquisadores – o redimensionamento e reinterpretação – seja do papel do estado, do caráter do governo monárquico ou da ação dessas elites – vem ganhando terreno. Trata-se de um movimento de “revisita” as fontes primárias mas também de releitura de trabalhos importantes da historiografia nos últimos tempos que não necessariamente obtiveram o mesmo espaço dos que aqui foram citados.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

DOLNIKHOF, Miriam. *Representação na Monarquia brasileira*. Revista Almanack Brasiliense, Edição N° 9, 2009, PP. 41-53.

FRAGOSO, João Luis R. & FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

OLIVEIRA, Eduardo Romero. *A idéia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824)* Tempo, Rio de Janeiro, n° 18, PP. 43-63

Fontes

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

Senado Federal, *Atas do Conselho de Estado Imperial. Volume IX, Terceiro Conselho de Estado*. Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília 1973.

Imprensa Imperial

Usos e Práticas da Imprensa no Vale do Paraíba Fluminense no Século XIX

Antonio Carlos da Silva *

Resumo: O presente trabalho trata-se de alguns apontamentos sobre a pesquisa que estamos realizando para a confecção de nossa tese, a ser apresentada no Programa de Pós- Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma versamos sobre alguns usos e práticas e uso de jornais que circularam em Valença, na Província do Rio de Janeiro no século XIX.

Palavras-Chave: Imprensa, Cultura Política, Poder.

Abstract: The present work it is some notes on the research we are conducting for making our thesis to be presented in the Graduate Program at the State University of Rio de Janeiro. Thus speak about some practices and use and use of newspapers circulated in Valencia, in the Province of Rio de Janeiro in the nineteenth century.

Keywords: Press, Political Culture, Power.

Durante muito tempo uso da imprensa como fonte histórica foi questionado por historiadores que afirmavam que esta não oferecia dados concretos e não possibilitava o estudo da “longa duração” tanto festejada pelos *Annales*. A partir da década de 1970 isso começou a mudar e cada vez mais pesquisadores passaram a enxergar nos jornais uma possibilidade rica de informações. Neste momento a imprensa deixou de ser apenas fonte e passou a figurar como objeto de estudo.

Esse novo olhar sobre a imprensa aconteceu também dentro da História Política que passou por um processo de renovação, pois seus objetos que se tornaram alvo de muitas críticas porque não atendiam mais aos anseios dos historiadores que acusavam que esta só se preocupava com o evento, com o Estado e com alguns privilegiados da sociedade. Este

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

processo de renovação levou os historiadores do político a reverem seus objetos de estudo e a buscarem um dialogo com outras áreas como a sociologia, a ciência política e a antropologia dentre outras áreas. Assim surgiu o interesse, pelas redes de sociabilidade, pelas culturas políticas, pelas associações em política, opinião pública e muito mais. Mas os antigos objetos, como o Estado, a biografia, os partidos políticos não foram abandonados, mas sim aprimorados.

Por todos esses motivos a imprensa se tornou uma fonte muito valiosa de informação, pois a mesma sereia capaz de apresentar muitos subsídios para as novas pesquisas. A imprensa sempre constituiu um fértil terreno para pesquisa, mas pouco explorado devido ao grande volume de jornais, mas poucas informações sobre seus proprietários, sua administração e informações internas. O que temos é apenas a ponta de algo muito maior. Cabe a nós analisarmos, então, o produto final de uma intenção de algum grupo, político, econômico o social.

Se alguém alegar que isso foge ao político stricto sensu, eu retrucaria, a partir da minha experiência, que sempre se esbarra no político, de uma maneira ou de outra, no interior desses estabelecimentos, porque na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país. Com todos a deformações que se queira, vê-se aís resumido, reunido com relevos acentuados, o jogo que é jogado no mundo políticos (JEANNENEY, 2003; 225)

Nos últimos anos no Brasil muito se produziu sobre a imprensa em diversas cidades. Historiadores como Lúcia Bastos (UERJ) e Glayds Ribeiro (UFF), por exemplo, muito estudaram os jornais da época da independência do Brasil. Não podemos esquecer de Nelson Wernerck Sodré (SODRÉ, 1999) com sua obra considerada por si mesmo como monumental que tenta traçar uma trajetória da imprensa no Brasil desde o início até o que considerou como imprensa burguesa do século XIX.

Nossa pesquisa vem contribuir com a historiografia porque versará sobre os jornais do Vale do Paraíba Fluminense, mais especificamente os jornais que circularam em Valença na Província do Rio de Janeiro. Tal estudo ainda não foi feito obedecendo alguns critérios e métodos científicos de investigação. Por esse motivo acreditamos na relevância do mesmo uma vez que constituirá importante fonte de informações sobre os senhores de café, suas práticas políticas e como se articulavam no poder.

Antes, portanto, precisamos ressaltar que não compartilhamos de lógica de Werneck Sodré quando tenta explicar a produção jornalística no Brasil por uma racionalidade

capitalista. Tentando atrelar o crescimento da imprensa ao desenvolvimento do capitalismo. O autor para comprovar sua tese utiliza-se do modelo norte-americano de fazer imprensa e dá exemplos de como as mesmo se desenvolveu como consequência da necessidade de se alcançar o público leitor de forma mais rápida e eficiente (SODRÉ, 1999;5). Além disso, ele tenta colocar a imprensa do século XIX como um embrião das empresas jornalísticas do século XX, o que nos parece uma aproximação bastante precipitada. Se seu modelo tenta explicar isso pela produtividade e o desenvolvimento da logística, como explicar jornais como os que estamos estudando que não se preocupam com grandes tiragens, ou se quer tem dias certos para serem publicados como o caso de *O Merrimac*, por exemplo? Com explicar jornais como *O Valenciano* de 1832 que tinha fins explicitamente políticos?

Não descartamos a empresa capitalista proposta por Werneck Sodré, mas não podemos utilizá-la como matriz explicativa da imprensa brasileira do século XIX, ainda mais como os casos que apresentaremos em nosso trabalho. Para nós o jornais que circulavam no Vale do Paraíba Fluminense serviam à grupos políticos muito bem definido e com interesses explícitos e que viam nos jornais um importante veículo de propagação de idéias. Como sugere Serge Bernstein ao explicar sobre os partidos políticos.

Dota-se de uma rede de representantes eleitos, da comuna ao Parlamento, que criam situações sólidas, constituem clientelas e asseguram sua comum perenidade graças a uma solidariedade obrigada e fecunda. Dispõe de uma imprensa (ou, em nossa época, de outros meios de informação) que lhe permite introduzir aos poucos na opinião pública as idéias que defende e que, para determinada parcela da opinião, se tornam se são duradouras verdades estabelecidas. (BERSTEIN, 2003; 69)

Entendemos que estes jornais fazem parte de uma cultura política muito peculiar ao Vale do Paraíba Fluminense, que se baseava na formação de grupos políticos em torno de relações familiares onde os líderes administravam os bens públicos com interesses privados. O que queremos verificar é comi estes grupos se tornavam depositários desta cultura política e como os jornais serviam com propagadores de uma tradição.

Partindo deste diálogo com Bernstein verificamos que o primeiro jornal a surgiu na cidade foi *O Valenciano* em 1832, e de propriedade da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Villa de Valença, sociedade esta fundada e presidida por Brás Carneiro da Costa e Gama, o Visconde de Baependy logo após a abdicação de D. Pedro I e composta por vários fazendeiros e políticos locais que temiam uma suposta ameaça à

independência do Brasil. O jornal trazia logo na primeira edição como epígrafe um trecho do estatuto social daquela sociedade.

Seus fins serão: sustentar por todos os meios legais a Liberdade, e Independência Nacional, auxiliando a ação das Autoridades Publicas, todas as vezes, que se faça mister a bem da ordem, e tranqüilidade Publica, usando do direito de petição para as medidas, que não estiverem ao seu alcance, e ainda quando se julguem necessárias medidas maiores, reclamando-as somente por meios legais: promover a Agricultura principal riqueza d'este Termo; a Instrução publica, principal fundamento do Edifício Social; a Industria, e Artes, bases da Felicidade Nacional.²³⁸

Este periódico que durou dois anos serviu de interlocução entre os fazendeiros daquela localidade. Seus objetivos ficam bem claros logo na epígrafe; eles estavam preocupados com os rumos tomados pela política nacional com a abdicação de D. Pedro II. Quando a Sociedade Defensora, em Valença sua preocupação era de manter o Brasil nas mãos dos brasileiros e não dos portugueses que haviam ganhado prestígio nos últimos anos do reinado de D. Pedro I. Além disso, eles temiam que o mesmo unificasse os reinos do Brasil e Portugal. (MATTOS, 2005; 5).

O Vale do Paraíba Fluminense nesta época estava começando a obter bons resultados com a lavoura do café e os fazendeiros desejavam que quem estivesse no poder se comprometesse em criar mecanismos que favorecessem aquela lavoura. Assim sendo, a possibilidade de os portugueses voltarem ao poder assustava a boa sociedade do vale. Se por um lado muitos estudos existem sobre a reação dos políticos a da sociedade que residia na Corte quando da abdicação de D. Pedro I, por outro nada sabemos sobre a reação dos fazendeiros do Vale.

Durante seu curto espaço de duração o jornal serviu como importante veículo de propagação das idéias dos sócios da Sociedade Defensora, mas serviu também para que na época do jovem Visconde Baependy, assumisse seu lugar como líder local. Filho Marquês de Baependy, importante político do primeiro reinado este nobre se destacou por sua astúcia em conduzir a aquela associação e dali ascendendo até a presidência da Câmara Municipal de Valença. Nas Páginas de *O Valenciano* podemos encontrar discursos inflamados sobre a união dos fazendeiros do Vale em prol do benefício da nação. Esse é primeiro momento que podemos encontrar um pensamento de grupo por parte desses cafeicultores.

Naquele momento o Vale via surgir nas páginas daquele jornal um dos mais importantes políticos do Império que defendeu com afinco os interesses de sua família e os

²³⁸ In: *O Valenciano*. Ano I, nº 1, 26 de maio de 1832 Microfilme PR-SOR 00495 BN.

interesses dos fazendeiros que estavam ligados a ele. O Visconde de Baependy passou por todos os cargos políticos do Império chegando até a presidência do senado, onde defendeu a manutenção da escravidão.

Os jornais que sucederam *O Valenciano* não pertenciam mais a uma instituição, mas continuavam a defender os interesses dos cafeicultores locais. Dentre eles podemos citar *O Merrimac*, editado por um grupo de sócios e dentre eles podemos citar João Rufino Furtado de Mendonça, um político local descendente de uma família tradicional na área jurídica e aliado incondicional de Domingos Custódio Guimarães, o Visconde do Rio Preto, importante líder político local que substituiu o Visconde de Baependy quando este passou a ocupar cargos na esfera nacional. João Rufino era o dono da tipografia que produzia os mesmos. Sua marca registrada sempre foi a parcialidade política, embora dissesse o contrário. Foi um forte instrumento da classe senhorial. Em 1864, ele assumiu totalmente o controle do jornal e o transformou em *O Valenciano*, ocupando o posto de redator do mesmo. Esse jornal durou até 1865, mas por conta de um processo judicial ele deixou de ser impresso. Com um nome muito sugestivo em 1867 surgiu *A Phenix*, uma alusão ao pássaro mitológico que ressurgiu das cinzas. Certamente o nome não poderia ser mais apropriado uma vez que era o retorno de João Rufino à imprensa.

Conforme já falamos, estes jornais eram um poderoso veículo de propagação das idéias da aristocracia rural valenciana. As vezes suas finalidades eram sociais como o caso abaixo.

Instalou-se a 12 de outubro do corrente (1862), o “Club Provisório”, reunião de amigos e pessoas da boa sociedade desta cidade.

(...)

Podem participar das reuniões diárias os convidados dos sócios, por cujo procedimento estes se responsabilizarem.

(...)

O Club Provisório há de ser definitivo, e aumentará na pitoresca cidade de Valença o incanto da sociabilidade que tanto a distingue.²³⁹

Outras vezes sua finalidade era econômica:

A questão importantíssima de que nos ocupamos no artigo anterior, está sendo agitada em todos os círculos da cidade. A idéia generosa de ligar os municípios de Valença, do Rio Preto e circunvizinhos ao grande mercado do Rio de Janeiro por uma via férrea, não podia, com efeito, deixar de ser acolhida por todos os nossos

²³⁹ In: *O Merrimac* - Ano I, nº I, 19 de outubro de 1862 - CD-005 CDH/CESVA

Os comentários políticos eram claros e objetivos e tinham endereço certo. Os conservadores eram claros em suas opiniões e não queriam deixar espaço para os liberais:

Guerra de extinção aos legítimos liberais, gritadores e utopistas,(sic) tais como Carlos Bernardino de Moura e outros querem e desejam anarquizar e perverter o povo.
Crestemo-lhes as asas para que seus vôos sejam rasteiros ou que não possam adejar²⁴¹

Por outro, o *Echo Valenciano* e em *O Porvir* nos revelam com essas famílias começaram a perder o poder e influência no cotidiano local. Nestes jornais podemos perceber o enfraquecimento dos conservadores e perceber como eles reagem às questões a cerca da escravidão como no caso da Lei do Ventre Livre de 1871.

Desde que a abolição do trafico veio secar a fonte de onde o Brasil tirava até então os braços necessários à sua produção agrícola, sempre crescente, as forças produtivas tem escasseado mui sensivelmente e o resultado tem sido um grande decréscimo na produção, duplamente prejudicada com a lei de 28 de setembro de 1871, que veio secar por sua vez a única vertente por onde se alimentava ainda o braço escravo.

E o Brasil cuja sua principal riqueza está na sua agricultura, pouco tem feito para o muito que há mister no intuito de prover à grande falta de braços, que se torna maior de dia para dia..

Se a iniciativa para remediar o mal não parte dos grandes fazendeiros, se estes não curam de ensaiar um sistema que lhes aproveite, verão em pouco tempo suas senzalas despovoadas, seus engenhos e escravos e seus cafezais perdidos.²⁴²

Como pudemos perceber os jornais valencianos do século XIX constituem um campo fértil para estudos. Estamos verificando que seus usos passam pelo político e suas formas de atuação são bem claras. Ao mergulharmos nas páginas desses periódicos podemos entender um pouco como agiam e pensavam os fazendeiros do Vale do Paraíba Fluminense e consequentemente como se viam dentro do Império do Brasil.

Referencias bibliográficas

Fontes

²⁴⁰ In: *O Merrimac*. Ano II nº. I, 1 de janeiro de 1863 CD-005 CDH/CESVA

²⁴¹ In: *O Valenciano*, Ano I, nº. 17 - 18 de junho de 1864. CD-008 CDH/CESVA

²⁴² In: *Echo Valenciano*, Ano I, nº3, 28 de novembro de 1875. CD-014 CDH/CESVA

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

Echo Valenciano, Ano I, nº3, 28 de novembro de 1875. CD-014 CDH/CESVA

O Merrimac - Ano I, nº I, 19 de outubro de 1862 - CD-005 CDH/CESVA

O Merrimac. Ano II nº. I, 1 de janeiro de 1863 CD-005 CDH/CESVA

O Valenciano, Ano I, nº. 17 - 18 de junho de 1864. CD-008 CDH/CESVA

O Valenciano. Ano I, nº 1, 26 de maio de 1832 Microfilme PR-SOR 00495 BN

BERSTEIN, Serge. *Os Partidos Políticos*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

JEANNENEY, Jean-Noël. *A Mídia*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. E GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da boa sociedade. A consolidação do Estado Imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 2005

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Nação e cidadania no jornal O TAMOIO. Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre a Independência e a Constituinte de 1823*. Revista Tempo. 2004
SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

A Micro-história, o Estudo das Elites e a Construção do Estado Imperial.

Paula Ribeiro Ferraz*

Resumo: O presente artigo aponta algumas contribuições da micro-história no estudo das elites, seu perfil e suas redes de sociabilidade. O artigo analisa também a construção do Estado Imperial brasileiro a partir de sua elite política, com ênfase no grupo político que constituiu o Gabinete da Conciliação.

Palavras-chave: Micro-história, elites, prosopografia, Brasil Império, Conciliação.

A Micro-história e suas contribuições

Durante muito tempo os historiadores se interessaram, sobretudo, por aqueles que, de maneira visível, tinham feito a história. Posteriormente, descobriram a importância das massas anônimas, impondo a idéia de que a verdadeira história só poderia ser feita através do coletivo, do numeroso (REVEL, 2000: 28). Nesse sentido, a produção historiográfica se voltou, cada vez mais, seja com os *Annales*, seja com os marxistas, para as macroanálises, com enfoque nas estruturas, na longa duração e no coletivo. Tudo na tentativa de abandonar a face comum dos eventos, do particular, do acidental.

Todo esse movimento, embora de excepcional fecundidade, mostrou seus limites. Assim, os anos de 1970 marcaram um período de crise da ciência histórica. Houve uma perda de confiança nas certezas de quantificação, abandono de certos objetos e recortes clássicos e questionamento das noções, categorias e modelos interpretativos da “história triunfante” (CHARTIER, 2002). Foram questionados também “*os problema das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humana.*” (LEVI: 168)

Foi nesse contexto que surgiu a micro-história. Na ausência de programa unificado e articulado que desse a legitimidade de uma escola, a micro-história foi “*uma experiência de trabalho, feita por historiadores que se aproximaram em função de suas sensibilidades e*

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista CAPES.

trajetórias, mas cujos projetos, áreas e referências teóricas podiam ser muito diferentes”.

(LEVI: 9)

Para além dessas diferenças, entretanto, esses historiadores tinham em comum a percepção de que era necessário dispensar nova atenção ao problema das escalas de análise na história. Era preciso, na realidade, reduzir a escala de observação, a fim de examinar acontecimentos e conexões até então ignoradas pelas pesquisas tradicionais. (GINZBURG, 2007: 264)

A redução da escala, porém, não significou a representação de uma realidade em tamanho menor, mas sim a transformação daquilo que se considerava representável. Desta maneira, uma das conseqüências foi o ressurgimento do *indivíduo* enquanto ator histórico. Os acontecimentos passaram a ser apreendidos a partir das estratégias individuais e das relações interpessoais.

Com isso, a questão central foi colocada na relação entre a experiência singular e a ação coletiva, “*na teia de malha fina que compõe o tecido social em que o indivíduo está inserido,*” (LIMA, 2006: 63) buscando superar a tradicional oposição entre as singularidades subjetivas e as determinações coletivas. (CHARTIER, 2002)

Segundo Revel, o recurso a sistemas classificatórios foi substituído pela decisão de se levar em consideração os comportamentos dos indivíduos, pois é a partir deles que se constituem as identidades coletivas e as modalidades de agregação social. O estudo de uma “*pluralidade de destinos particulares*” permitiu agregar, assim, os percursos e as escolhas individuais às regularidades dos comportamentos coletivos, ou seja, vinculou acontecimentos singulares às sistemas mais abrangentes. (REVEL, 2000)

A micro-história, com isso, modificou a percepção dos “contextos” e das “temporalidades” históricas. Os contextos, enquanto componente das práticas sociais, passou a ser visto como uma estrutura dinâmica, como uma “*jaula flexível*”, capaz de proporcionar uma “*liberdade condicional*” aos indivíduos. Desta maneira a ação social se tornou o

“resultado de uma negociação individual constante, de uma manipulação, de escolhas e de decisões diante de uma realidade normativa que, embora onipresente, nem por isso deixa de oferecer amplas possibilidades às interpretações e às liberdades pessoais.” (REVEL, 2000)

Os contextos, portanto, passaram a ser compreendidos como um conjunto de atitudes e pensamentos dotados de lógicas próprias, e não como um quadro de referências estático e imutável que determina as ações dos atores.

No que se refere às temporalidades, a micro-história reconsiderou a noção do tempo curto, da conjuntura, por ser aquele em que os homens efetivamente vivem e se relacionam. Em troca, porém, o tempo longo também foi desvendado, uma vez que esses mesmos homens integram sempre ao presente coisas de outras épocas e lugares. A singularidade de uma época residiria, portanto, “*na tensão que é gerada pela contemporaneidade de atitudes herdadas do passado e de comportamentos provocados por novas problemáticas.*” (REVEL, 2000)

A micro-história, enquanto prática historiográfica, baseou-se na aguda consciência de que todas as fases da pesquisa são construídas, e não dadas.

“Todas: a identificação do objeto e de sua relevância; a elaboração das categorias pelas quais ele é analisado; os critérios de evidência; os modelos estilísticos e narrativos por meio dos quais os resultados são submetidos ao leitor” (GINZBURG, 2007: 275)

Desta maneira, a microanálise desenvolve-se a partir da preocupação com uma narrativa histórica que se diferencia da narrativa literária porque se relacionar com a análise exaustiva das fontes. E por isso, as hipóteses, dúvidas e os obstáculos postos à pesquisa sob forma de lacunas da documentação se tornam parte do relato e, a “busca pela verdade”, parte da exposição.

A escolha da escala de observação se baseou na convicção central de que ela enriquece as significações dos processos históricos por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental. O pesquisador, ao analisar algo bastante ampliado, pode desvendar, também, questões significativas daquilo que cerca o objeto de análise. Com isso, consegue situar o sujeito como protagonista da história, sem perder de vista, entretanto, as outras escalas que compõem uma complexa trama social. Deste modo, aparecem por trás da tendência geral mais visível, as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de suas trajetórias, posições e recursos individuais, familiares e de grupo. (REVEL, 2000: 22)

A escolha do individual não é, e nem pode ser, vista como contraditória à do social:

“ela deve tornar possível uma abordagem diferente, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a medida das relações nas quais ele se inscreve.” (REVEL, 2000: 21)

Elites: trajetórias e redes.

Segundo Flávio Heinz, não há consenso sobre o que se entende por *elites*, sobre quem são e sobre o que as caracteriza. Há, entretanto, um número crescente de pesquisadores que utilizam uma definição instrumental do termo, qual seja: “*um grupo de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros.*” (HEIZ, 2006: 8) Por sua vez, Maria Fernanda Martins define elite, com base em um sentido clássico e mais amplo, como “*indivíduos que se encontram no topo de uma hierarquia social.*” (MARTINS, 2007: 28)

Para além das definições, é perceptível que a apropriação da noção de elite pelos historiadores se relaciona, entre outros fatores, com a crise de paradigma enfrentada pela ciência histórica nos anos 1970, bem como com o chamado “renascimento” da história política e com o próprio surgimento da micro-história. (MARTINS, 2007; HEIZ, 2006 e PUJOL, 2006)

Primeiramente, o termo *elite*, em detrimento do conceito de *classe*, evita a rigidez inerente as análises marxistas fundadas sobre as relações sociais de produção. Podendo, assim, designar uma minoria que em determinada sociedade dispõe de privilégios decorrentes de qualidades naturais ou adquiridas. No que se refere mais especificamente à história política, o uso do conceito *elite* dá mais dinâmica as abordagens sobre o poder, levando em conta os grupos sociais, suas trajetórias comuns e os elementos que conferem identidade ao conjunto, bem como suas diversas relações com a sociedade. Esse tipo de abordagem permite, assim, uma combinação entre o aspecto orgânico das instituições e sua vertente humana. (PUJOL, 2006)

Além disso, conforme ressalta Flávio Heinz, a opção pelas elites é, antes de tudo, “*uma solução de escala, uma chave metodológica para perscrutar a complexidade social a partir do enfoque em universos de análise ao mesmo tempo reduzidos e abundantes em informações sociais.*” (HEIZ, 2006) Com isso, a escolha pela abordagem da micro-história funciona como antítese da velha história das elites, heróica e heroicizante, fixada em personagens e atos excepcionais, e compreende as elites como “nós de uma rede”, partes integrantes da sociedade. (HEIZ, 2006)

Na prática, o estudo das elites nessa nova perspectiva busca compreender a história a partir de seus próprios agentes. Para tanto, a prosopografia e o estudo das redes de sociabilidade e parentesco são métodos e abordagens eficientes.

A prosopografia, ou biografia coletiva, pode ser definida como “*um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características*

comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico.” (HEIZ, 2006: 9) Ela tem o objetivo de elaborar perfis sociais de determinados grupos ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos que caracterizam as trajetórias dos indivíduos. No que se refere às elites, ela busca

“conhecer as propriedades sociais mais requisitadas [...] sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos; enfim, conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outras casos, evitar – mediante mecanismos de reconversão social – um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta.” (HEIZ, 2006: 9)

Segundo Christophe Charle, a aplicação do método prosopográfico se dá em três fases: definição da população a partir de um ou vários critérios; elaboração de um questionário biográfico, cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, cultural, ideológica e política; exame dos dados, que pode utilizar técnicas quantitativas e qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises fatoriais, segundo a riqueza dos questionários e das fontes. (CHARLE, 2006: 41)

É necessário destacar, porém, que a análise biográfica requer certos cuidados. Primeiramente, é importante ter em mente que a biografia deve dar conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade do indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter, conforme os pontos de vista e as épocas. Em segundo lugar, é fundamental também perceber a relação indivíduo-contexto, pois,

“qualquer que seja a sua originalidades aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica.” (LEVI: 176)

Entretanto, embora não se possa negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, para todo indivíduo existe também uma considerável *margem de liberdade* que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social. (LEVI: 182)

A prosopografia, nesse sentido, é muito útil como instrumento de desvelamento de certas causalidades e condicionamentos sociais de determinados grupos. É eficiente também em dar visibilidade aos nexos existentes entre origem, posição social e formação. Para tanto, é

pertinente o uso do conceito de *trajetória*, pois permite compreender “*uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.*” (BOURDIEU: 189)

Um das questões principais ao se utilizar a prosopografia é ter consciência que ela não pode responder a todas as questões colocadas pela complexidade do social e que também se limita pelos próprios problemas trazidos pela documentação. (HEINZ, 2006: 11) Os vies das fontes oficiais, por exemplo, podem induzir uma visão parcial da realidade. Outro problema se refere à delimitação da população, que pode por vezes ser bastante arbitrária, bem como os critérios definidos para as biografias, que com frequência se mostram redutores. (CHARLE, 2006: 45) Entretanto, quando articulada a outros recursos, a prosopografia é um método bastante eficaz e alcança seu propósito de

“dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior.” (HEINZ, 2006: 9)

Por fim, como lembra Flávio Heinz, “*a prosopografia deve representar apenas um momento da operação historiográfica – rico, instigante, científico, ousaria dizer – nunca o seu fim,*” (HEINZ, 2006: 9) principalmente quando se analisa um universo mais reduzido.

As biografias coletivas permitem compreender também as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite utilizam. (CHARLE, 2006: 31)

Logo, permitem renovar as respostas às grandes questões colocadas à história social e política, pois nessa nova abordagem os grupos se definem por suas propriedades relacionais, por suas redes sociais, possibilitando reconstruir suas dinâmicas internas, seus relacionamentos com outros grupos e com o espaço do poder.

O estudo das redes de relações sociais é, desta maneira, um elemento a mais para a análise das elites. Segundo Maria Fernanda Martins, a noção de *rede social* deve ser entendida como “*a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais [...] grupos e indivíduos que se cruzam e se sobrepõem, mas que nem por isso perdem suas identidades próprias, suas histórias e suas relações.*” (MARTINS, 2007: 29-30) Isso acaba por deslocar o centro da análise do grupo para a pluralidade das relações interindividuais, para as estratégias de negociação, que são multifacetadas e multidirecionadas.

As relações informais, como parentesco, amizade, serviço e clientela, podem desvendar níveis menos evidentes das razões da política, uma vez que, “*preexistem a expressões de natureza política, organizando o próprio tecido e materializando discursos e representações seculares sobre a sociedade.*” (XAVIER: 339)

Assim, o estudo das elites, a partir da diversidade das trajetórias de seus membros e da dinâmica de suas relações sociais, pode desvendar outros elementos da realidade social, bem como dos processos políticos de tomada de decisão, oculto nas abordagens mais tradicionais.

Contrutores do Estado Imperial: o gabinete da conciliação a partir de seus ministros como possibilidade de análise.

A análise do Estado, quando entendido como “*lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete*” (MARTINS, 2007: 27), deve ter como elemento central os atores e suas redes de relacionamento, os indivíduos e suas capacidades de ação. Desta maneira, o Estado é o “*resultado de uma interação permanente entre os agentes sociais e políticos que compõem a sociedade e que sobre ela atuam diretamente, a partir de sua inserção na estrutura de governo.*” A organização destes agentes, por sua vez, é possível

“graças não apenas a uma identidade comum [...] mas também a partir das redes sociais e práticas de negociação que os ligam uns aos outros e que competem com outros grupos pela capacidade de influenciar o Estado e dele obter benefícios.” (MARTINS, 2007: 27)

No que se refere à construção do Estado Imperial brasileiro, podemos dizer que ela foi fruto de uma elite política. Elite esta que não pode ser compreendida isoladamente, mas que possuía estratégias e redes de sociabilidade e parentesco que à ligava ao conjunto social, o que, por muitas vezes, influenciou e definiu suas ações. Maria Fernanda Martins ressalta, entretanto, que estas estratégias

“não devem ser vistas como um projeto pré-determinado, como um conjunto de ações coerentes e homogêneas [...] ao contrário, esses grupos movem-se a partir das tensões características entre tradição – no sentido das permanências de uma antiga cultura política – e a mudança, entendida não apenas como a emergência de novas conjunturas externas ao grupo, mas ainda relativas à própria dinâmica das redes às quais pertenciam.” (MARTINS, 2007: 398)

Segundo José Murilo de Carvalho, os ministros compunham o grupo mais importante da elite política imperial, pois eram os agentes do Poder Executivo, cujo titular era o imperador, que tinha total liberdade para escolhê-los. Porém, em 1847 foi criada a figura do presidente do Conselho de Ministros, fazendo com que a escolha de D. Pedro II geralmente se limitasse ao presidente, que por sua vez, escolhia seus auxiliares em consultas com o chefe do governo. (CARVALHO, 2008: 57) Nesse sentido, analisar a maneira como se dava a formação dos gabinetes, quais seus critérios e justificativas, são elementos importantes para própria compreensão da dinâmica da política imperial. Tal empreendimento se torna mais relevante quando se considera o *fator humano*, ou seja, quando se busca no perfil e na trajetória dos membros de um ministério as chaves de leitura da política empreendida em determinado contexto.

Independente das diversas interpretações, a maior parte dos autores reconhece a importância do *Ministério da Conciliação*²⁴³ para política imperial. Nesse sentido, um dos caminhos para se investigar como foi gestada e como se deu a Conciliação enquanto prática política, é analisar a trajetória dos membros do gabinete, bem como as redes sociais nas quais estavam interligados.

De acordo com seu idealizador, Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná, “a conciliação não significava unir os partidos, nem tão pouco conferir-lhes unidade de pensamento. Tratava-se de um modo diferente de encarar a política, de forma a garantir um apoio mais amplo ao ministério” (VAINFAS, 2002: 154; grifos meus). Este apoio, requisitado por Paraná, provavelmente foi buscado, em primeiro lugar, através da escolha dos políticos que, juntamente com ele, comporiam o ministério. Segundo Joaquim Nabuco, Paraná afirmara que “ao seu ministério tinha presidido a meditação.” (NABUCO, 1997: 171)

Além disso, a própria escolha de Paraná para a presidência do gabinete também não pode ser ignorada. Francisco Iglesias o descreve como “o político mais forte do país”, um “dirigente nato”, que, passando por diversos cargos, deixara sinais. Para o autor, não existia “naquele momento, ninguém mais talhado que ele para a presidência do Conselho.” (IGLÉSIAS, 1993: 41) Nesse sentido, o perfil e a trajetória do marquês do Paraná parecem ter

²⁴³ O Ministério da Conciliação, 12º gabinete do Segundo Reinado, pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, de setembro de 1853 a setembro de 1856, período em que o marquês de Paraná esteve a frente do ministério; e o segundo, de setembro de 1856 a maio de 1857, período em que, devido a morte de Paraná, o gabinete passou a ser chefiado por Caxias, fase em que a idéia de Conciliação teria perdido vigor e eficácia e o ministério teria se mantido apenas para os expedientes de rotina.

sido cruciais, mais do que em outros gabinetes, para o desenvolvimento da política proposta pela Conciliação.

Joaquim Nabuco, por sua vez, afirma que a solidez da organização do gabinete foi garantida, entre outras coisas, *“pelo fato de terem os que ele (Paraná) reuniu em torno de si mostrado as qualidades de administrador que ele tanto apreciava e ocupado todos mais tarde a primeira posição.”* (NABUCO, 1997: 171) Os ministros que o autor faz referência, e as respectivas pastas que ocuparam na Conciliação, eram: Luís Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro) - Império; José Tomás Nabuco de Araújo- Justiça; Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) – Estrangeiros e Fazenda; José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) – Estrangeiros e Marinha; João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe) – Fazenda e Marinha; Pedro de Alcântara Bellegarde – Guerra e Marinha; Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) – Guerra. (JAVARI, 1962: 113-114)

Joaquim Nabuco descreve ainda algumas características da personalidade e temperamento destes ministros: Limpo de Abreu, o mais velho, era um sobrevivente do Primeiro Reinado e da Regência, já então saciado e desligado da política, se tornara quase um mero espectador dos partidos. Couto Ferraz, por sua vez, tinha um espírito inovador, mas, apesar de possuir grande clareza na expressão de idéias, tinha um medo invencível da tribuna, não tinha sido feito para as lutas impostas pela política. Sua verdadeira posição era de um administrador. Grande amigo do imperador, preferia sua amizade à posição de ministro. Paranhos, não tinha séquito, não era um arregimentador, mas um homem de gabinete, havia nele uma combinação de funcionário, diplomata e parlamentar, por isso nunca fora verdadeiramente um chefe de partido. Nabuco destaca que os dois ministérios de que Paranhos participou foram os mais duradouros da história parlamentar do Império. Já Wanderley, tinha prazer em resolver as questões mais complicadas, era o mais inteligente de todos e, ao contrário dos demais membros, era um partidário e ficara até o fim o mesmo conservador. Bellegarde não era político, mas um militar de mérito. Francisco Iglesias ressalta ainda que os ministros, *“apesar de gente lúcida e ativa, propiciaram a Paraná a oportunidade de domínio.”* (IGLÉSIAS, 1993: 42)

Entretanto, na tentativa de superar descrições mais *subjetivas*, é necessária uma análise da trajetória desses atores, que leve em conta dados como a formação, as filiações partidárias, os cargos ocupados na vida pública, as redes sociais que os ligavam uns aos outros e a outros espaços, seus laços familiares, clientelares e de amizade. Com isso, podemos reconhecer no Gabinete da Conciliação uma possibilidade de pesquisa dos processos políticos a partir da

análise da elite, no sentido de tentar compreender em que medida a trajetória de seus ministros influenciou, tanto na formação quanto no desenrolar, a dinâmica do gabinete e a própria história política do Império.

Essa possibilidade de pesquisa se torna ainda mais relevante pelo fato dos ministros da Conciliação terem sido importantes políticos do Império, uma vez que, seis, dos oito nomes citados, se tornaram mais tarde Conselheiros de Estado, ou seja, estiveram entre “*os mais importantes representantes da política imperial [...] aqueles que possuíam o poder de tomada de decisão como membros do alto escalão da administração pública e que, via de regra, decidiram os destinos do país.*” (MARTINS, 2007: 119)

Conclusão

A micro-história proporcionou a superação da clássica oposição entre as “singularidades subjetivas” e as “determinações coletivas”, articulando “indivíduo” e “mundo social”. Conseguiu situar os sujeitos históricos como protagonistas, sem perder de vista a complexa realidade social. A redução da escala de análise permitiu investigar os “micro-universos”, os quais embora sofram influências dos aspectos macro da realidade, possuem um poder de explicação diferente e único.

Esse tipo de abordagem trouxe ferramentas novas para o estudo das elites. A microanálise dos grupos localizados no topo da hierarquia social, através do estudo de suas trajetórias e redes de sociabilidade, permite uma compreensão bastante diferenciada dos processos de tomada de decisão. O perfil social, as estratégias e recursos utilizados, bem como as alianças familiares e clientelares que os ligam, tornam-se, assim, dados importantes para pesquisa com esse caráter. Nesse sentido, a prosopografia e o estudo das redes sociais são úteis e enriquecedores.

O estudo da elite política brasileiras do XIX permite, desta forma, uma análise diferenciada do processo de construção do Estado Imperial. A compreensão dos elementos que conferiram identidade ao conjunto, bem como das suas diversas relações com a sociedade, traz novas respostas a antigos questionamentos e desvenda dados que são ocultos pelas macroanálises.

No que se refere especificamente ao Gabinete da Conciliação, o estudos da trajetória de seus ministros pode proporcionar uma nova compreensão do processo de formação do gabinete e de desenvolvimento desse programa que marcou a política imperial.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

Com isso, podemos identificar a contribuição da micro-história no que se refere ao estudo da política e do poder. Ao articular o individual ao social, a microanálise dá conta, entre outras coisas, do fator humano do Estado, que é o verdadeiro responsável por sua dinâmica.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, p.183-191.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem & Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 4ª edição.

CHARLE, Christophe. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEIZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.41-53.

CHARLE, Christophe. *Como anda a história social das elites? Tentativa de balanço crítico de historiografia contemporânea*. In: HEIZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.19-39.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CUNHA, Mafalda Soares da. **A Casa de Bragança: 1560-1640 Práticas senhoriais e redes clientelares**. Lisboa: Editora Estampa, 2000, p.395-408.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. São Paulo: Diefel, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRENDI, Edoardo. **Microanálise e história social**.

HEIZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848/1868”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1985. 5ª edição. Tomo II, vol. III. IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria política no Brasil (1500-1964)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

JAVARI, Barão de. **Organizações e Programas Ministeriais**: Regime Parlamentar no Império. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1962.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.167-182.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Editora Estampa, p.339-349.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha Arte de Governar**: Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 5ª edição. 2v.

PUJOL, Xavier Gil. **Tiempo de política**: Perspectivas historiográficas sobre La Europa moderna. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006, p.73-111; 397-421.

REVEL, Jaques (Org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ROSENTAL. Paul-André. **Construir o “macro” pelo “micro”**: Fredrik Barth e a “microstoria”.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. *As Redes Clientelares*. In: VAINFAS, Ronald (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2002.

Cultura no Brasil Imperial

Os Símbolos e a Legitimação de Poderes Políticos

Gabriela da Silva Ramos Fernandes

Resumo: Propomos o estudo da relação entre a criação de símbolos e a necessidade de legitimação de poderes políticos através do 7 de Abril de 1831, dia em que D. Pedro I abdicou do trono brasileiro. Tal acontecimento tornou-se significativo para um dos grupos políticos da Regência, os liberais moderados, que assumiram o poder e precisavam se consolidar. Assim, esses homens empreenderam um processo de utilização de símbolos para fazer com que seu poder fosse bem aceito na sociedade. Muitas de suas tentativas podem ser notadas através dos jornais, e aqui consideramos o *Aurora Fluminense*, pois nesses suportes a realidade era interpretada e representada. Dessa maneira, pretendemos mostrar a relação entre a criação de símbolos e a possibilidade de legitimar poderes políticos.

Palavras-chaves: símbolos, legitimidade, poder político.

Abstract: We propose the study of the relationship between the symbols creation and the necessity for legitimacy of the politic power through April 7th, the day that D. Pedro I abdicated Brazilian trone. Such an event became meanful to a Regency political group, the moderate liberals, who assumed the power and needed to consolidate. So, this men undertook a process of symbols utilization to make his power to be well accepted in society. Many of their attempts could be noted through the newspaper, and here we consider the *Aurora Fluminense* because in these supports the reality was interpreted and represented. In this way, we intend to show the relationship between symbols creation and the possibility to legitimize political powers.

Keywords: symbols, legitimacy, political power.

Uma sociedade não se mantém apenas pela imposição, assim como um poder não se estrutura somente na violência. Para que se forme uma sociedade e para que os indivíduos ajam de acordo com tal instituição, é necessário que eles acreditem. É preciso que percebam o

governante como diferente deles e munido das capacidades esperadas para norteá-los. É preciso que acreditem que a sociedade não é igual e que os indivíduos são postos nela de forma e com funções diversas. Para que essa crença seja possível é que se dá a elaboração de representações, de imagens e de símbolos. Já dizia Maquiavel que governar é fazer crer, por isso, o governo precisa fazer com o povo acredite em seu poder e o faz através da manipulação do imaginário, elemento constitutivo da cultura.

Entendemos cultura através do conceito semiótico desenvolvido por Geertz. A cultura seria o modo de vida, uma forma de pensar e de agir, uma forma de conhecimento comum capaz de orientar os comportamentos e definir as relações entre os homens. Para Geertz, a sociedade estaria estruturada em torno de uma teia que o homem era responsável por tecê-la e em contrapartida estaria amarrado a ela. Essa teia seria o que chamamos de cultura (GEERTZ, 1978, p. 15). O código cultural, ou melhor, a teia em que o homem está inserido é algo público que as pessoas pertencentes a uma mesma coletividade são capazes de entender e decifrar. Em meio a essa matriz cultural os acontecimentos tornam-se inteligíveis em seus significados e podem ser descritos com sua devida densidade (GEERTZ, 1978, p. 24).

Geertz apresenta a cultura a partir de uma ideia de sistema, e isso lhe rende críticas, uma vez que sistemas são geralmente entendidos como conjuntos fechados e sem mobilidade. Assim, o pensamento de Geertz passa a ser criticado por sua aparente falta de dinâmica e compara-se a teia ao quadro no qual os personagens que o compõe parecem atados, sem possibilidade de rearranjos. O autor não considera explicitamente em seu trabalho algo que nos é central, que é capacidade interpretativa dos homens de ressignificar essa teia, de interpretar e reinterpretar sua realidade. Por isso, partiremos de seu conceito considerando essa autonomia interpretativa do homem.

Se considerarmos que vários fatores podem influenciar as relações que não apenas as questões físicas e materiais, devemos considerar que um dos fatores de peso é o que diz respeito as representações, ao campo simbólico. São fatores decisivos que o próprio homem cria através de sua cultura e que depois passam a auxiliá-lo na interpretação do mundo social. Em geral nossos gestos e nossos posicionamentos estão de acordo com os significados que desejamos colocar e com a forma que esperamos que os mesmos sejam compreendidos. Além disso, eles estão em constante reformulação posto que relacionam-se com a realidade que também é dinâmica e mutável.

Por isso propomos a relação entre a criação de símbolos e a legitimação de um poder político. Em épocas de tensão, crise social ou grande mudanças, como por exemplo uma

revolução política na qual os revoltosos se mostram insatisfeitos com seu governo, são mobilizadas as forças práticas, tanto por parte dos rebeldes na tentativa de modificar sua situação, quanto por iniciativa das autoridades para conter a revolução. Embate que também ocorre no campo do imaginário, e mobilizar essas armas pode ser eficiente para determinar o desfecho.

Os períodos de crise são acompanhados por uma certa efervescência na produção dos imaginários (GIRARDET, 1987, p. 11). Entendemos os imaginários como um dos aspectos da vida social, aquele responsável por agrupar as crenças e as representações dos homens. Os imaginários seriam responsáveis por criar representações através das quais a coletividade se percebe, se organiza e define seus objetivos.

Baczo questiona “*Não são as ações efetivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências?*” (BACZO, 1985, p. 298).

Através de Roger Chartier entendemos representação (CHARTIER, 1988) como a criação da realidade através de imagens que organizam e facilitam a apreensão da realidade. As representações dão sentido a vivência coletiva, carregam valores e julgamentos. Fazem a mediação e substituem um objeto ou acontecimento ausente por sua imagem que é capaz de representá-lo de mantê-lo na memória. São construções que aspiram a universalidade e por isso podem ser forjadas por interesses de grupos que detêm mais poder. Não são elaborações neutras, mas ao contrário, produzem estratégias e práticas para impor uma autoridade e condicionar os acontecimentos. São partilhadas, o que não significa que são únicas, posto que elas são capazes de conviver com as fraturas e sempre estão em um campo de concorrência. São instrumentos de apreensão da vida social que só fazem sentido quando em referência à prática, quando tratam de um acontecimento concreto, o que lhes garante seu caráter variável.

Assim, podemos relacionar as formas simbólicas com os acontecimentos concretos que as desencadearam. Segundo Geertz, o homem é dependente dos símbolos e dos sistemas simbólicos de tal forma que esses são decisivos para sua viabilidade como criatura (GEERTZ, 1978, p. 114), além de serem capazes de mobilizá-los e despertar nele os mais diversos sentimentos. Entendemos por símbolos os acontecimentos, atos, gestos ou objetos capazes de transmitir um significado. Os símbolos servem como formulações inteligíveis de nossas experiências, são incorporações concretas e suportes de informação capazes de influenciar sobre o comportamento dos homens (GEERTZ, 1978, p. 106). São capazes de classificar o mundo social e de introduzir valores.

Os símbolos produzem e amarram os significados, dão explicações e justificam a ordem das coisas e possibilitam que o homem se localize (BERGER, 1987, p. 133). Eles têm ainda a capacidade de tranquilizar ou perturbar, mobilizar ou encorajar e incluir ou excluir (BACKZO, 1985, p. 312). Outra característica dos bens simbólicos é que eles não são ilimitados ou criados de qualquer maneira. O que torna os existentes preciosos e valorizados ao ponto de serem objetos de disputa daqueles desejosos por manter seu monopólio (BACKZO, 1985, p. 299).

O simbólico pode ser organizado de formas diferentes quando são criados mitos. Ao discutir a ideia de mito podemos fazer uma das possíveis aproximações entre política e religião, posto que ambas utilizam símbolos para se legitimar, para guiar e organizar as relações entre os homens. Através da religião entendemos que o mito está ligado ao objetivo de saciar um dos anseios do homem por explicações e orientações. Os mitos trazem consigo a ideia de começo, de orientação e de determinação de um ponto fixo. O mito para a religião está fortemente relacionado com a ideia de criação, tentativa de dar explicações para o começo da realidade social em que o indivíduo está inserido.

Os mitos fundam o mundo e organizam sua heterogeneidade, fazem as separações necessárias e criam explicações para as diferenças (ELIADE, 1992, pp. 36 – 37). O homem teme o caos, a desordem, aquilo que não conhece ou que não sabe explicar e por isso utiliza-se tanto dos mitos que tudo designam e aproximam da experiência comum. Sejam religiosos ou políticos, os mitos são polimorfos, podem ter as mais variadas formas, significações e ressonâncias. Uma mesma série de imagens pode relacionar-se aos mais diversos mitos (GIRARDET, 1987, p. 15). Tal característica concede aos mitos dinâmica e capacidade de renovação constante, que varia de acordo com as necessidades de explicação de cada grupo social frente aos acontecimentos reais.

Os mitos têm suas linguagens, imagens e símbolos facilmente desvendáveis pelos membros que compõe a sociedade. Fato que relaciona-se com o já dito por Geertz de que a cultura é pública e que seus componentes são capazes de decifrá-la. O que torna possível que os mitos cumpram com uma de suas mais importantes funções que é a de passar informações e auxiliar, ou melhor dizendo, influenciar os indivíduos em suas interpretações. Para Girardet, esse papel de explicação desdobra-se ainda em papel de mobilização, o que faz o mito ocupar um lugar importante nas origens de movimentos como cruzadas e revoluções (GIRARDET, 1987, p. 13).

Um mesmo conjunto de representações e imagens pode produzir as mais diversas versões e utilizações, o que atesta sua pluralidade. Os mitos são reflexos da sociedade. O homem os cria quando precisa dar alguma explicação, quando precisa dar alguma resposta, ele o faz quando existe determinada mudança ou mesmo crise em sua sociedade. Porém, como sabemos, nem todos os homens entendem a realidade da mesma forma, posto que ao interpretá-la os homens levam em conta seus interesses diante da situação e são ainda influenciados por sua bagagem cultural e por suas capacidades intelectuais.

Em outras palavras, os mitos convivem bem com o conflito. Um mesmo arranjo de símbolos pode ser visto como algo positivo para um grupo e como negativo para outro. Tomemos como exemplo a abdicação de D. Pedro I do trono brasileiro ocorrida em 7 de abril de 1831. D. Pedro I, por uma série de fatores que lhe desgastaram com líder político, o Primeiro Imperador do Brasil abdicou de seu trono e voltou à Portugal. Deixou em seu lugar o filho Pedro de Alcantara, na época um menino que não tinha idade para exercer o poder. Foi então eleita a Regência que governaria até que D. Pedro II atingisse a maioridade. Nesse momento o Império sofreu uma grande mudança que extrapolou os significados puramente políticos. Em um primeiro momento ocorreu uma mudança de governo, saiu o Imperador e entraram os Regentes. Questão prática de troca de governo, porém a partir de uma investigação mais pormenorizada percebemos a profundidade que isso implicava para os contemporâneos do Império.

Partimos do pressuposto que o homem não consegue viver no caos e na desordem e que o tempo todo procura conferir sentido ao mundo que o cerca. Para isso se apoia em imagens e símbolos capazes de lhe fornecer suportes mentais e possibilitar interpretações e fazer com que ele se localize em seu mundo. Assim sendo, na política e na organização social como um todo, um dos objetos fundamentais para organizar e ordenar é aquele que ocupa o poder político máximo. No Brasil Império esse cargo era ocupado por D. Pedro I, que por questões de tradição dinástica era visto como legítimo em seu cargo.

Seu poder era respeitado e em torno de sua figura eram manipuladas diferentes forças simbólicas capazes de lhe conceder diferenciação perante a quem governava e dar credibilidade aos atos de seu governo. Como os demais monarcas era tratado com formalidades, as pessoas referiam-se a ele com mais respeito e o viam como ocupando uma posição diferente na sociedade. Sua posição era de “soberano” e não de “súdito”, por isso ele, assim como os demais membros da Família Real, usava insígnias e indumentária que lhe diferenciavam dos demais. O Imperador era um dos pilares da sociedade brasileira. Era em

volta dele que o Império era estruturado e que os poderes eram distribuídos. Porém no início da década de 1830 esse pilar havia ruído e faltava ao novo governo a representatividade e o carisma que acompanhavam o antigo governante.

Com a queda do monarca, se tornam maioria no poder os políticos de direção liberal moderada que percebendo que um poder não se sustentava apenas pela força, passaram a manipular o universo simbólico para que seu governo fosse visto como legítimo perante a população. Conforme tal facção política, o 7 de Abril havia sido uma revolução ocorrida em vista da reunião de homens no Campo de Honra, atual Praça da República situada no centro histórico do Rio de Janeiro, afim de pressionar o monarca. Esses homens desejavam que D. Pedro I voltasse atrás na composição de seus Ministérios, posto que dias antes ele tinha demitido um Ministério composto por brasileiros que gozavam de bom conceito na opinião pública e tinha admitido ministros ligados aos interesses portugueses. A troca de ministros somada a conduta do Imperador que era percebida como despótica e favorecedora dos lusitanos levou os homens envolvidos na trama a se reunirem pedindo mudanças.

Uma grande quantidade de homens se reuniu no Campo de Honra. Tinham a troca de Ministros como objetivo principal, porém na madrugada do dia 7 de Abril esses homens receberam a notícia de que D. Pedro I não havia cedido aos pedidos e que havia abdicado do trono. Abdicou, abandonou seu trono em favor de uma criança e voltou para Portugal. Os homens do Império foram bombardeados por fatos que nunca haviam vivido e que rapidamente precisavam interpretar. A primeira resposta que puderam dar foi: revolução! O 7 de Abril passou a representar o dia em que D. Pedro I deixou seu trono, o dia em que um rei que vinha apresentando atitudes despóticas já não governava.

Uma das interpretações das pessoas que viveram o 7 de Abril, mas especificamente do grupo político conhecido como liberais moderados, era que a revolução havia sido boa por acreditarem que D. Pedro I não estava mais cumprindo devidamente com suas funções, o que justificava os pedidos de mudança. A abdicção transcendia suas expectativas e por isso rapidamente começou a ser explicada. Era vista como uma regeneração, um momento de independência política de fato posto que o Brasil finalmente se libertava de Portugal e mandava embora seu último rei de origem portuguesa. A favor de D. Pedro II, por mais que fosse filho de pai português, pesava o fato deste ter nascido no Brasil, o que era uma boa qualidade aos olhos dos contemporâneos. Já que como sabemos, o início do período imperial é marcado pela aversão aos portugueses muito ligados a imagem de colonizadores.

O 7 de Abril logo depois de ocorrido foi transformado em um mito, com um conteúdo narrativo que fornecida a chave para interpretar a nova realidade. A ordem social do Império brasileiro tinha sido profundamente alterada: os homens passavam a ser governados por Regentes e não mais por um imperador. E isso precisava ser legitimado. Falar sobre o 7 de Abril era uma forma de explicar para a sociedade as alterações que tinham acontecido e nortear para as próximas ações.

O 7 de Abril enquanto mito político teve a narrativa como um de seus principais suportes. Sobretudo os jornais de tendência liberal moderada que traziam detalhes minuciosos dos acontecimentos que cercavam o 7 de Abril. Analisamos aqui os exemplares do *Aurora Fluminense*, um dos jornais moderados de maior destaque que circulou com regularidade no Rio de Janeiro de 1827 a 1835 e que era redigido por Evaristo Ferreira da Veiga, deputado no contexto regencial. O jornal descrevia a insatisfação do povo com as atitudes de D. Pedro I e principalmente de seus Ministros, as tentativas do povo de reverter a situação e principalmente, os atos que ocorreram no Campo de Honra. Os acontecimentos que diziam respeito ao próprio 7 de Abril eram trazidos como uma reunião pacífica de homens que desejavam uma mudança em uma das deliberações do governo.

Sabemos que a década de 1830 foi um período marcado por uma relativa liberdade de imprensa em que se proliferaram os jornais dedicados a discussão política. Nesse tempo o 7 de Abril tornou-se a palavra de ordem e era colocado como um marco que inaugurava um novo tempo e que trazia esperanças de mudanças. Assim, o 7 de Abril deixou de ser apenas a data em que D. Pedro I abdicou para simbolizar também o início de uma nova realidade; um marco em que o Brasil tinha mudado de direção política. Transformava-se em mito, pois o Brasil tinha um novo poder e precisava muní-lo de novos símbolos.

O acontecimento foi convertido em mito político e passou a ter diferentes arranjos conceituais como moderação, ordem, prudência e liberdade. A moderação era exaltada como símbolo e aqueles que tomaram a direção política esperavam que ela fosse também determinante para os rumos do governo. A todo momento a moderação era destacada pelo *Aurora Fluminense*, que tecia elogios a Revolução do 7 de Abril pois essa havia se dado sem o derramamento de sangue e sem perdas humanas. É necessário ter em mente que a referência maior de revolução que circulava nessa época era a Revolução Francesa, algo muito mais sangrento e violento. Assim, suas diferenças com o movimento ocorrido no Brasil eram ressaltadas e tecia-se o distancimento. A aproximação do movimento brasileiro era feita com

a revolução de Julho de 1830 quando os revolucionários franceses por uma via mais moderada depuseram um rei despótico, Carlos X.

Os liberais moderados esperavam com isso motivar os ânimos do povo para pensar a Regência como um momento qualitativamente melhor que o governo de D. Pedro I, assim os imaginários desenvolvidos em torno do 7 de Abril adquiriram uma função utilitária (BACKZO, 1985, p. 300). Evaristo da Veiga esforçava-se por mostrar as melhorias trazidas pela revolução e referia-se sempre a participação do povo para que estas fossem implementadas. O povo deveria estar sempre disposto a manter a ordem e cuidar para que não fossem guiados por ideias exaltadas. Respeitar as leis e os poderes constitucionalmente instituídos, como os Regentes, Deputados e Ministros, era a melhor e mais prudente saída.

A revolução era vista pelo periódico como algo inédito e que colocava fim a todos os perigos que o Império era submetido. Cabe ressaltar que fizemos essas considerações sobre o 7 de Abril a partir de um periódico que podemos considerar governista, pois seu redator Evaristo Ferreira da Veiga foi deputado e esteve muito ligado a política no período regencial. Por isso, além de interpretar um fato o *Aurora Fluminense* acabou por criar representações que auxiliassem o governo. Seus exemplares eram sempre marcados por uma perspectiva de antes e depois, sendo antes um tempo de despotismo e sofrimento proporcionado por um governante que não era bem acessorado e que favorecia demais seus conterrâneos portugueses. Já o tempo pós 7 de Abril era representado como qualitativamente superior, tempo em que mudanças eram possíveis porque o Império não era mais governado por alguém despótico e poderia se reorganizar.

O *Aurora Fluminense* se dedicou também a apontar as mudanças trazidas pelo 7 de Abril e a primeira citada foi o fim das condecorações. O exemplar de 25 de abril de 1831 falou sobre as condecorações como abusos repugnantes. Esses gastos e essa diferenciação entre os homens eram desnecessários e segundo o redator serviam apenas para mostrar a corrupção do antigo governo. A proposta era mostrar que mudança iniciada no 7 de Abril era total a começar pela questão financeira e pela recuperação do Tesouro Nacional, para o que era imprescindível a diminuição dos gastos. Segundo Evaristo da Veiga a Corte não precisava mais ser sustentada e nem os brasileiros deveriam mais aceitar seus abusos.

As mudanças deveriam continuar através da Legislatura e seria pela Câmara dos Deputados que as transformações e reformas nas instituições deveriam acontecer até que se mostrassem adequadas a nova realidade. A instituição passou a ser destacada pelo *Aurora Fluminense* que falava sobre a importância de sua eleição e noticiava sempre suas reuniões e

o que havia sido discutido. Todas as esperanças de mudanças constitucionais do pós 7 de Abril eram depositadas na Câmara dos Deputados seria por essa via que mudanças como fim dos títulos, fim do Senado vitalício e criação de Assembleias Provinciais poderiam se concretizar. Com isso o redator destacava que apenas as leis e a constitucionalidade eram capazes de garantir as melhorias trazidas pelo 7 de Abril.

Outra instituição que acabou se tornando símbolo da nova ordem social foram as Guardas Nacionais. Seguindo modelos europeus eram instituições criadas por homens de posses para preteger suas propriedades e suas famílias. Diferenciavam-se diferentes dos exércitos tradicionais recrutados pelos governantes que desejavam aumentar seu poderio e oprimir cada vez mais seus domínios. A Guarda Nacional era uma milícia cidadã, composta por homens que atuavam na defesa e proteção de seus interesses. Outro diferencial da Guarda Nacional era seu custo, pois diferentemente dos exércitos não pesava no bolso dos homens que não tinham seus impostos acrescidos de valor para bancar um corpo armado permanente. No exemplar de 5 de dezembro de 1831 Evaristo da Veiga fala sobre as Guardas Nacionais como seguidoras dos novos ideais, eram uma reunião de homens patriotas que se armavam para defender a Constituição, a Liberdade e sua propriedade, posto que as revoltas e motins não eram produtivos.

Entretanto, os mitos não são unânimes, alguns podem ter mais aceitação que os outros, o que não lhes tira a característica de comportar a divergência. Se os liberais moderados consideravam a data como o dia da salvação nacional, tempo de regeneração política e de efetivação da independência, o outro grupo político da Regência conhecido como liberais exaltados não entendia bem assim. Para a vertente mais exaltada do liberalismo, o fato do Imperador ter deixado o trono era importante, mas como um primeiro passo para as mudanças na estrutura política que ainda deveriam ocorrer.

O conjunto de imagens gerado pelo 7 de Abril deu origem ainda ao arranjo feito por um terceiro grupo político da Regência conhecido por conservadores. Homens mais adeptos do sistema monárquico e simpatizantes do Imperador D. Pedro I que não viram o acontecimento com bons olhos. Não entendiam que tal fato fazia parte da consolidação da Independência, mas ao contrário, achavam que havia sido um ato de desordem. E alguns o consideravam como ingratidão, um ato ilegal contra um rei que sempre teve uma boa conduta.

O significado principal do 7 de Abril apresentado pelo *Aurora Fluminense*, a princípio, era positivo e ligava-se à liberdade. No entanto, assim como as formações simbólicas que são produtos de uma sociedade, os mitos, também estão circunscritos na

história e no tempo. Ao passo que os significados concedidos ao 7 de Abril foram mudando, de dia da Independência de fato comemorado com grande pompa e circunstância nos anos iniciais da Regência, passou a ser visto como o dia em que o trono foi devolvido para D. Pedro II, até que deixou de ser comemorado. Devemos considerar que com a morte de D. Pedro I e posteriormente com o golpe da maioria ocorrido em 1840, o poder voltou as mãos de D. Pedro II, e recuperou todo o carisma e a simbologia. Com a nova realidade, não era mais necessário explicar e criar representações para a queda do ex-Imperador.

Por meio das reflexões apresentadas percebemos a criação de mitos políticos e a manipulação de símbolos e representações como uma estratégia política. Estratégia que garantia sua eficácia na facilidade de comunicação com o povo já que suas formas de aproximação – festas, mitos, representações veiculadas em periódicos – eram criadas a partir de um acontecimento concreto e para atender uma necessidade não menos real que era a de explicar e esclarecer os fatos. Sendo de tanto valor na disputa por consenso e adesão, percebemos o quanto podiam ser manipulados de acordo com os interesses, com as motivações ou com as relações de força. Já que de acordo com Bakso, nenhuma relação social ou instituição política são possíveis sem que o homem prolongue sua existência por imagens, tanto as que faz de si mesmo, quanto as que faz daqueles que o rodeiam (BACKZO, 1985, p. 301).

Fonte primária

Aurora Fluminense. *Jornal Político e Literário*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1827 – 1835.

Referências bibliográficas

BACZO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: volume 5, 1985.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Coimbra: Minerva, 1999.

BERGER, Peter. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia, a história entre as certezas e a inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. *A historia cultural: entre praticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Editora Paulinas, 1989.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996.

A Família Imperial Brasileira e a Família Ferreira Lage: uma análise das relações sociais através da fotografia e do cartão postal.

Rosane Carmanini Ferraz*

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar as relações sociais entre a Família Imperial Brasileira e a Família Ferreira Lage através da fotografia, do cartão postal e dos registros escritos nesta documentação. O estudo da fotografia como objeto de pesquisa é fundamental para o alargamento da noção de fontes e objetos na historiografia brasileira. A revalorização dos estudos sobre o período imperial a partir da década de 1980 ocorre paralelamente à “descoberta” de coleções fotográficas da Família Imperial como acervo privilegiado como fontes de pesquisa. O estudo analisou a documentação iconográfica presente na Coleção Família Imperial Brasileira no acervo do Arquivo Fotográfico do Museu Mariano Procópio (Juiz de Fora – MG) e em imagens de outros acervos públicos e imagens que circulam na web.

Palavras-chave: coleção - fotografias – cartão postal – família

Abstract: This paper intends to analyze the social relationships between the Imperial Family of Brazil and the Ferreira Lage family, through the study of photographs, post cards and the written register found on these documents. It is critical to have the study of photographs as the research's object, for it can help increase the notion of sources and objects in Brazilian Historiography. The revalorization of studies on the Imperial period in decade of 1980 occurs at the same time of the “discovery” of the Imperial Family photographic collections as a privileged source for researches. The study analyzes such iconographic documentation found at the Imperial Family of Brazil Collection (Coleção Família Imperial Brasileira) and at the Photographic Archive of the Mariano Procópio Museum (localized in Juiz de Fora – MG). Images from other public collections, as well as in the internet, were also used.

Keywords: collection – photographs – post cards – family

* Doutoranda em História pela UFJF, graduada em licenciatura e bacharelado em História pela UFJF, especialista e mestre em Ciência da Religião pela UFJF. Historiadora da Fundação Museu Mariano Procópio.

O artigo tem como objetivo analisar as relações sociais entre a Família Imperial Brasileira e a Família Ferreira Lage através da fotografia, do cartão postal e dos registros escritos nesta documentação. O estudo da fotografia como objeto de pesquisa é fundamental para o alargamento da noção de fontes e objetos na historiografia, além de contribuir para a compreensão das redes de sociabilidade construídas entre as famílias da elite oitocentista e a Família Imperial Brasileira. No entanto, a valorização da iconografia, especialmente a fotográfica, como documento histórico, é recente na produção historiográfica brasileira. A revalorização dos estudos sobre o período imperial a partir da década de 1980 ocorre paralelamente à “descoberta” de coleções fotográficas da Família Imperial como acervo privilegiado como fontes de pesquisa.

A metodologia envolve a análise de parte da documentação iconográfica da coleção “Família Imperial Brasileira”, no Arquivo Fotográfico do Museu Mariano Procópio, buscando explorar as possibilidades da intertextualidade entre linguagem iconográfica e escrita (algumas fotografias e cartões-postais possuem comunicação escrita) e outras imagens de acervos públicos e particulares disponíveis na web.

A fotografia apresenta diversas possibilidades de usos sociais das imagens e se tornou uma forma de auto-representação da elite oitocentista, contribuindo para construção da imagem da sociedade brasileira do segundo reinado (MAUAD, 2012). A troca de imagens entre a Família Imperial Brasileira e as famílias da elite imperial se configurou como um dos mecanismos de manutenção das relações sociais, mesmo após a proclamação da república.

A Família Imperial Brasileira foi importante incentivadora da atividade fotográfica e colecionadora de fotografias, que gerou coleções particulares e acervos públicos como a Coleção Thereza Christina, doada pelo Imperador D. Pedro II para a Biblioteca Nacional, e a Coleção Família Imperial Brasileira do Museu Mariano Procópio²⁴⁴, objeto principal de estudos desta pesquisa.

O colecionismo de fotografias contribuiu para o aumento do consumo e troca das imagens, principalmente dos retratos individuais e coletivos. Esse hábito se consolidou como importante meio de fortalecimento dos laços familiares e de sociabilidade entre a elite oitocentista (MUAZE, 2008).

²⁴⁴ Esta coleção é formada pela Família Ferreira Lage e Família Cavalcanti. Com a doação do Museu Mariano Procópio ao município de Juiz de Fora em 1936, o acervo deixou de ter um caráter particular e familiar, para se tornar um acervo público. A coleção contempla uma expressiva variedade de temas (retratos individuais e coletivos, viagens da Família Imperial, casamentos, funerais e homenagens), técnicas (albumina, platinotipia, foto-pintura), além da diversidade de formatos e fotógrafos como Marc Ferrez, Numa Blanc, Nadar, Alberto Henschel e F. Guimarães. (FERRAZ, 2011)

A Família Ferreira Lage manteve estreitas relações políticas, sociais e econômicas com a Família Imperial Brasileira. Mariano Procópio mantinha ligações sociais e econômicas com a Família Imperial, o que pode ser demonstrado pela concessão para a construção da Estrada União & Indústria, inaugurada em 1861, e pela nomeação de Mariano Procópio para cargos públicos: a direção das Docas da Alfândega e a direção da Estrada de Ferro D. Pedro II²⁴⁵.

A Família Imperial Brasileira esteve algumas vezes em Juiz de Fora. A primeira visita oficial da Família deu-se em 23 de junho de 1861, por ocasião da inauguração da Estrada União & Indústria, considerada a primeira estrada de rodagem macadamizada do país e uma das maiores obras de engenharia de seu tempo. Na mesma ocasião, no dia seguinte, foi inaugurada a colônia de imigrantes D. Pedro II, dividida em “Colônia de São Pedro”, região agrária no alto da cidade, e a “Villagem”, na parte mais baixa, o setor industrial, na área urbana. (BASTOS, 2004)

A Villa, que seria a residência da Família Ferreira Lage, construída para hospedar a Família Imperial por ocasião da inauguração da estrada União & Indústria, não ficou pronta à tempo. D. Pedro II e Família se hospedaram na "quinta", na área que atualmente pertence à União/Exército Brasileiro, como registra a figura 01. Na fotografia de Klumb²⁴⁶, vemos o imperador D. Pedro II (trajando casaca) a Imperatriz Teresa Cristina e as filhas Princesas Isabel e Leopoldina (na escadaria), acompanhadas de um grupo de pessoas não identificadas.



²⁴⁵ Após a Proclamação da República, passou a ser denominada Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB).

²⁴⁶ Revert Henry Klumb foi o fotógrafo contratado, possivelmente por Mariano Procópio, para registrar a inauguração da estrada, através de imagens das pontes e estações. Posteriormente, escreveu “Doze Horas em Diligência: Guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora”, onde descreve em detalhes a viagem da Família Imperial Brasileira e sua comitiva (KLUMB, 1957). No acervo do Museu Mariano Procópio há um álbum e fotografias avulsas de Klumb com as imagens da Estrada União & Indústria.

Ainda por ocasião da inauguração da Estrada União & Indústria, D. Pedro II ofereceu à Mariano Procópio o título de barão do império, que por sua vez o ofereceu à sua mãe, Maria José de Santana, que passou a usar o título de Baronesa de Santana²⁴⁷. Mariano Procópio foi ainda condecorado com a dignatária Ordem da Rosa. “Os conselheiros de Estado, fidalgos e oficiais das Casas Real e Imperial, bem como as damas e mordomos do Paço, junto com a nobreza titulada” configuravam-se como o grupo essencial que compunha a corte durante o Segundo Reinado (MUAZE, 2008: 31). Segundo Muaze, “entrar para a nobreza significava cumprir uma série de prerrogativas sociais e econômicas, além de se fazer notar nos círculos da corte” (2008: 41). Nesse sentido, o título de baronesa recebido pela mãe de Mariano Procópio significava a inserção formal da Família Ferreira Lage no restrito grupo da elite imperial oitocentista.

A Família Imperial voltou a visitar Juiz de Fora em meados de novembro de 1864, quando a Princesa Imperial estava casada havia apenas um mês com o Conde d’Eu (Figuras 02 e 03). Nas imagens de autoria provável de Klumb, registra-se o desembarque do Imperador, do Conde D’Eu e de alguns membros da comitiva num pequeno barco no lago da quinta de Mariano Procópio Ferreira Lage.

LAGO descreve a sequência das imagens (Figura 02 e 03)

“Nesse dia, aparentemente, o Imperador, seu genro e um reduzido grupo passearam pelo lago num pequeno bote, e o resto da comitiva, inclusive a Princesa Isabel, ficou à espera na margem (...) se reconhece o próprio Mariano Procópio na margem direita da imagem (...). Na sequência surge a chegada do barco, diante da comitiva na margem do lago, que espera seus ocupantes.” (2008:79)

²⁴⁷ No Brasil, o baronato era individual, vitalício e não hereditário. “Os títulos nobiliárquicos, principalmente o baronato, correspondiam a um reconhecimento social a que a oligarquia rural enriquecida almejava.” (MUAZE, 2008:43)



Figura 02 – Família Imperial em Juiz de Fora, 1864. <http://mariadoresguardo.blogspot.com.br>, acesso em 01/05/2012



Figura 02 – Família Imperial em Juiz de Fora, 1864. <http://mariadoresguardo.blogspot.com.br>, acesso em 01/05/2012

Em 1869, por ocasião da inauguração da Escola Agrícola União & Indústria, a Família Imperial esteve novamente em Juiz de Fora, tendo almoçado na Fazenda Fortaleza de Sant’Anna, propriedade da Família Ferreira Lage. No entanto, não foi possível localizar imagens que registrem este evento. Segundo Bastos (2004) a Família Imperial Brasileira ainda faria mais duas visitas oficiais à cidade: em 1881, por ocasião da inauguração de um trecho de Juiz de Fora a Piau, da Estrada de Ferro D. Pedro II, e em 1888, por ocasião da inauguração da Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa.

As relações da Família Ferreira Lage com a Família Imperial não se limitava à concessões e inaugurações de empreendimentos de Mariano Procópio. A relação se estendeu às dimensões mais íntimas. As mulheres da Família Ferreira Lage se comunicavam com

frequência com as mulheres da Família Imperial, com a Imperatriz Teresa Cristina, mas especialmente com a Princesa Isabel, que passou a assinar “Isabel – Condessa D’Eu”, após o casamento e principalmente após o exílio. Com a Proclamação da República, os Viscondes de Cavalcanti acompanharam a Família Imperial Brasileira para o exílio na Europa. Retornaram aos Brasil após o falecimento dos monarcas.

Na documentação analisada encontram-se diversas fotografias e cartões postais trocados entre Maria Amália Ferreira Lage (esposa de Mariano Procópio) e sua sobrinha, Amelia Machado Cavalcanti²⁴⁸, Viscondessa de Cavalcanti, com a Princesa Isabel. No Arquivo Histórico do Museu Mariano Procópio há diversas correspondências entre os membros das famílias analisadas neste estudo, demonstrando a permanência dos contatos sociais entre elas.



Figura 04 - Família Imperial Brasileira: Conde D’Eu, Princesa Isabel e Pedro de Orleans. Acervo: MMP

Muitas fotografias e cartões-postais da Coleção Família Imperial do Museu Mariano Procópio são autografadas, e algumas são dedicadas a alguns membros da Família Ferreira Lage e Família Cavalcanti, como na Figura 04. A fotografia de Henschel & Benque, traz o registro: “A D. Amelia Machado Cavalcanti de Albuquerque. Lembrança affectuosa. Agosto de 1877. Isabel Condessa D’Eu”.

²⁴⁸ Esposa de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Cavalcanti, político e magistrado do Império Brasileiro.

O fato das fotografias serem autografadas demonstra que as mesmas eram recebidas da própria Família Imperial, e não compradas em estúdios. A comercialização de imagens da Família Imperial por parte de diversos estúdios era comum nesse período.

Algumas dessas fotografias, principalmente aquelas com dedicatórias e autógrafos, ficavam expostas na residência da Família Ferreira Lage e após a inauguração do Museu Mariano Procópio, parte dessas fotografias integrou o circuito expositivo, como consta no Arrolamento de 1944 e no Guia Histórico de 1978²⁴⁹.

As relações sociais entre as famílias em estudo atravessaram algumas décadas, mesmo após a Proclamação da República, através dos contatos estabelecidos entre Alfredo Ferreira Lage e Frederico Ferreira Lage, e os netos de D. Pedro II. Estas relações são estendidas ao período após a criação do Museu Mariano Procópio, na gestão de Alfredo Ferreira Lage e Geralda Armond, com correspondências e visitas de membros da Família Imperial, que puderam retornar ao Brasil depois do decreto de revogação do Banimento²⁵⁰. Homenagens ao Imperador D. Pedro II e à Família Imperial continuam a ser realizadas no MMP, como demonstra o cartão postal enviado por Pedro de Orleans, neto de D. Pedro II, à Alfredo Ferreira Lage (figuras 05 e 06).



Figura 05 : Família Imperial Brasileira: Pedro e Elisabeth de Orleans e Bragança e filhos. c. de 1924. Acervo:

MMP

²⁴⁹ O Arrolamento de 1944 e o Guia Histórico de 1978 são dois importantes documentos para a pesquisa de procedência do acervo do MMP.

²⁵⁰ O Decreto de Banimento foi assinado em 20 de dezembro de 1890, oficializando o exílio da Família Imperial Brasileira.

(FIB-02.37)

Petropolis 6 de Dezembro de 1924 000244
12-00109

Caro Sr. Alfredo Ferriz Lage

Muito agradeço-lhe um amavel
telegramma, annunciando-me a
commemoracão do centenário de me
avô que não poderia ser mais bem
festajado do que por seu intermedio
no museu e Mariano Procopio
Reciba minhas lembranças saudosas

Figura 06 : Verso - Família Imperial: Pedro e Elisabeth de Orleans e Bragança e filhos. c. de 1924. Acervo:

MMP



Figura 07 – Isabel de Orleans. Acervo: MMP

19.2.1913 CARTE POSTALE 000130

Muito agradeço-lhe, caro senhor, uma
amavel carta assim como a
bonita medalha cunhada por
ocasião da inauguração do monu-
mento à seu Pai que me fez muito
prazer. Mandando-lhe minhas
lembranças d'ato seu amigo Teófilo

Figura 08: Verso - Isabel de Orleans. Boespflug et Cie. c. de 1913. Acervo: MMP

No cartão postal (figuras 07 e 08) há um registro escrito no verso: “Muito agradeço-lhe, caro senhor, sua amável carta assim como a bonita medalha cunhada por ocasião da inauguração do monumento à seu pai, que me fez muito prazer. Mando-lhe muitas lembranças d’este seu amigo. Pedro”

Como se pode perceber pela documentação analisada, após a proclamação da república e o banimento da Família Imperial, há uma continuidade na produção e comercialização de cartões-postais retratando membros da Família Imperial no Brasil, tanto no Brasil quanto no exterior. Essas continuidades podem ser entendidas como uma forma de manter os valores monárquicos, tão caros a muitas famílias da elite oitocentista.



Figura 09 - Princesa Isabel – Librairie Nationale. c. de 1905. Acervo: MMP

O cartão postal autografado (Figura 09) traz o registro escrito: “22 de dezembro de 1905. Com nossas boas festas peço-lhe de aceitar todos os meus agradecimentos por seu grande donativo a favor da Sociedade de Beneficencia Brasileira, assim como o bom arranjo da cadeira (...) Sua muito afeicoada, Isabel Condessa d’Eu”. O cartão postal foi endereçado à Viscondessa de Cavalcanti, postado em 23-12-1905.

A princesa Isabel era devota católica fervorosa e ligada as diversas atividades de caridade no Brasil, mobilizando a rede social que mantinha para atuar em causas de beneficência, organizando bazares, concertos e leilões (campanhas de caridade). Após o exílio, viveu na França até a sua morte, em 1921, onde dedicou-se ainda mais à caridade e à aproximação com o Vaticano (DAIBERT JÚNIOR, 2004) Neste cartão postal (Figura 09)

podemos perceber a participação da Família Cavalcanti nas ações de caridade coordenadas pela princesa no exílio.

A reafirmação dos valores monárquicos na Família Ferreira Lage é perceptível em vários documentos, o que se reflete na troca de imagens entre Alfredo Ferreira Lage e a prima, Viscondessa de Cavalcanti, como no cartão postal (Figura 10) retratando o neto de D. Pedro II, Luiz de Orleans e Bragança, que Alfredo envia à Viscondessa, com a curiosa observação: “É este o cartão postal que aqui está fazendo furor! Mil agradecimentos pela linda medalha e pelo número do “Fíguro. Beija-lhe as mãos. Alfredo. Rio – 6-6-07”. A imagem em questão se refere ao registro da tentativa de Luís de Orleans e Bragança de desembarcar no Rio de Janeiro, assumindo publicamente o projeto de restauração monárquica. Entre os monarquistas presentes para recepcioná-lo estava Alfredo Ferreira Lage. No entanto, o governo de Afonso Pena proibiu o desembarque de Luís de Orleans e Bragança no país. (PINTO, 2008)



Figura 10: Luis de Orleans e Bragança. c. de 1907. Acervo: MMP

Luiz de Orleans e Bragança, após a renúncia do irmão mais velho, Pedro de Orleans e Bragança, se torna o principal sucessor ao trono, na hipótese de uma restauração monárquica. Tal fato pode explicar a profusão de imagens do príncipe que passam a ser produzida pelos partidários da restauração monárquica no Brasil, uma possibilidade que era cara aos valores da Família Ferreira Lage e Cavalcanti. Uma série de cartões-postais da Coleção da Viscondessa de Cavalcanti, no acervo do MMP, registra o casamento do príncipe com Pia

Maria de Bourbon.

Os netos de D. Pedro II também se comunicavam e trocavam fotografias com Alfredo Lage e Frederico Lage. Destacam-se duas fotografias, de cerca de 1890, com dedicatória à Frederico Ferreira Lage, assinada por Augusto Leopoldo de Saxe Coburgo Bragança, filho da Princesa Leopoldina.

Algumas das fotografias da Família Imperial compunham painéis ou eram colocadas em porta-retratos ornamentos com o brasão do império. Estas fotografias eram expostas por Alfredo Ferreira Lage à época de constituição do Museu Mariano Procópio, conforme descrito no Arrolamento de 1944.

Nesse período, as visitas de membros da Família Imperial à Juiz de Fora sempre contaram com a presença de Alfredo Ferreira Lage, como nesta fotografia, onde um grupo de pessoas recebe o Conde D’Eu e Pedro de Orleans na estação de trem da Estrada Ferro Central do Brasil em Juiz de Fora, em 1921 (Figura 11). Da esquerda para a direita, vê-se José Procópio Teixeira, Setembrino de Carvalho, Conde D’Eu, D. Pedro de Orleans e Bragança, Francisco Campos Valadares e Alfredo Ferreira Lage.



Figura 11: Conde D’Eu e Pedro de Orleans em Juiz de Fora. 1921. Acervo: MMP

Em 13 de maio de 1922 o Museu Mariano Procópio é aberto oficialmente ao público com a inauguração da Galeria Maria Amália. A data emblemática, em referência à assinatura da Lei Áurea, é estrategicamente escolhida para marcar a homenagem de Alfredo Ferreira Lage à Família Imperial, com a inauguração dos bustos da Princesa Isabel e do Conde D’Eu. A escolha da data e a iniciativa da inauguração dos bustos demonstram o projeto de memória que o colecionador pretende construir na constituição do Museu Mariano Procópio. A

inauguração da galeria marca ainda a comemoração pelo centenário da Independência do Brasil. Algumas fotografias do evento estão sob a guarda de descendentes da Família Ferreira Lage no Rio de Janeiro.



Figura 12: Visita de D. Pedro de Orleans e Família ao MMP. 1926. Acervo: MMP

Alfredo Ferreira Lage investiu o montante de 10:000 (dez contos de réis) na aquisição de três peças do guarda roupa de D. Pedro II (fardão da maioridade, do casamento e vestes da coroação), que pertenciam à firma G. de Miguel e Companhia, do Rio de Janeiro. (PINTO, 2008). A figura 12 registra a visita da Família Imperial ao MMP, em 17 de julho de 1926, por ocasião da inauguração da exposição permanente dos fardões de D. Pedro II. Da esquerda para a direita, vê-se: José Procópio Teixeira, Alfredo Ferreira Lage, Elizabeth e Pedro de Orleans e Bragança e os filhos João Maria e Pedro Gastão de Orleans e Bragança.

Quando Pedro de Orleans e Bragança faleceu, em 29 de janeiro de 1940, em Petrópolis, Alfredo Ferreira Lage manifestou, através de um anúncio-convite em jornal, seu profundo pesar pelo falecimento de “seu prezadíssimo e ilustre amigo”. O anúncio do Diário Mercantil, de 08 de fevereiro de 1940, convidava os interessados para uma missa que Alfredo Ferreira Lage mandou celebrar na Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, em memória do príncipe. Providenciou ainda uma lista dos que assistiram à missa e enviou ao filho de Pedro, Pedro Gastão de Orleans e Bragança, que enviou-lhe carta de agradecimento, bastante sensibilizado pelo gesto. (PINTO, 2008)

O ethos do colecionador, muito ligado ao período monárquico brasileiro, se reflete na formação de sua sucessora Geralda Armond, na gestão do Museu Mariano Procópio.



Figura 13: Família Imperial: Pedro Gastão e Esperanza de Orleans, com Geralda Armond, em solenidade no MMP. Acervo: MMP

Através da documentação analisada, podemos perceber que as relações sociais entre a Família Imperial Brasileira e a Família Ferreira Lage foram mantidas ao longo do tempo, mesmo após a Proclamação da República. Há um esforço principalmente de Alfredo Ferreira Lage, de fortalecimento da memória do pai, Mariano Procópio, que desempenhou importantes funções no Império. Enquanto colecionador, Alfredo Ferreira Lage pode ser entendido como o guardião das memórias da família. Nesse sentido, não é uma mera “motivação individualizada que leva o colecionador a procurar, investigar, encontrar e conservar seus bens preciosos. Ele está imbuído de um papel que lhe confere o direito e também a obrigação de cuidar da memória do grupo familiar” (BARROS, 1989: 38)

A fotografia contribuiu para a construção da imagem do Império Brasileiro e das famílias oitocentistas. Das famílias analisadas, percebemos a intencionalidade em manter os laços de sociabilidade estabelecidos durante o período imperial, como forma de preservar valores caros à elite oitocentista, contribuindo para a manutenção de um projeto de restauração monárquica no Brasil.

Referências bibliográficas

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989, p. 29-42.

BASTOS, Wilson de Lima. Caminho Novo: espinha dorsal de Minas. Juiz de Fora (MG): FUNALFA Edições, 2004.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. Isabel, a redentora dos escravos: uma história da princesa entre olhares negros e brancos. EDUSC, 2004.

KLUMB, Revert Henry. Doze horas em diligência: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Cidade de Petrópolis: reedição de quatro obras raras. Museu Imperial: Petrópolis, 1957.

LAGO, Bia e Pedro Corrêa do. Coleção Princesa Isabel: fotografia do século XIX. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2008.

MAUAD, Ana Maria. Entre retatos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. Disponível em: [HTTP:// www. studium.iar.unicamp.br/15/retratos/index/HTML](http://www.studium.iar.unicamp.br/15/retratos/index/HTML), acesso em 30/04/2012.

MUAZE, Mariana. As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

PINTO, Rogério Rezende. Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora, MG. Juiz de Fora: 2008 (Dissertação de Mestrado)

Fontes:

FUNDAÇÃO MUSEU MARIANO PROCÓPIO. Catálogo Família Imperial Brasileira. Rosane Carmanini Ferraz (org.) 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Arrolamento dos bens artísticos, histórico e científicos do Museu Mariano Procópio, 1944.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Guia Histórico do Museu Mariano Procópio. Geralda Armond (org.) 1978.

História Contemporânea

Dembos x Autoridades Portuguesas: uma relação marcada pela troca de cartas (Angola, séc. XIX).

Daiana Lucas Vieira *

Resumo: Situados em Angola, principalmente entre os rios Dande e Bengo (Zenza), provavelmente desde o século XVII, viviam povos que possuíam uma organização política e reconheciam como líder os denominados Dembos. Estes líderes ao entrarem em contato com as autoridades portuguesas e com a cultura portuguesa aos poucos foram se apropriando da escrita e do português. A partir de determinado momento as autoridades lusas e os Dembos começaram a se comunicar por meio de cartas. Estas cartas foram transcritas por duas pesquisadoras portuguesas e é hoje a fonte que utilizo para desvendar um pouco da história dos Dembos e da relação deste com as autoridades portuguesas situadas em Angola. O recorte temporal é o século XIX.

Palavras-chave: Dembos, Angola e correspondências administrativas.

Abstract: Located in Angola, mainly between the rivers Dande and Bengo (Zenza), probably since the seventeenth century, had lived people who had a political organization and recognized as a leader the men called “Dembos”. These leaders to get in contact with the Portuguese authorities and the Portuguese culture were appropriating the writing and the Portuguese Language. From one point the Portuguese authorities and the Dembos has begun communicating by letters. These letters were transcribed by two Portuguese researchers and are today the source I use to reveal a little bit of the history of Dembos and its relationship with the Portuguese authorities located in Angola. The time frame is the nineteenth century.

Keywords: Dembos, Angola and administrative correspondence.

* Mestranda do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES – REUNI. E-mail: daiana-lv@oi.com.br

No litoral da África Central Ocidental, durante o século XV, ocorreram os primeiros encontros entre europeus e africanos. O encontro destes dois universos culturais tão distintos, inicialmente com os bakongos (povos do reino do Kongo) e posteriormente com o estado Ndongo e ao sul com os mbundo, resultou em diversas e distintas identidades políticas, culturais e sociais. Um século depois começaram a ser construídas fortalezas e presídios no interior, porém não muito distantes do litoral.

Durante o Século XVII as guerras tornaram-se constantes entre africanos e portugueses e também entre os próprios africanos. O comércio de escravos e o de produtos vindos do outro lado do atlântico se intensificava. O século XVIII foi o período mais intenso da atividade comercial. Já o século XIX é marcado pela colonização efetiva do interior, após a Independência do Brasil (1822) e o fim do tráfico de escravos (1836-42), mas não da escravatura. A ocupação do interior neste momento também é um posicionamento frente às pretensões de outras potências europeias, como a Inglaterra, a Alemanha e a França. Diversos tratados são firmados neste momento estabelecendo os territórios que a cada uma cabiam, de acordo com o seu poder e habilidade de negociar.

Interessa-nos nesta análise o contato e a posterior relação entre as autoridades portuguesas e as autoridades africanas. Os portugueses entraram em contato com o reino do Congo em meados de 1483, e chegando lá se depararam com uma organização política e uma corte estruturada em torno de um Rei. Segundo Marina de Mello e Souza “*os contatos dos portugueses com os reinos da África centro-ocidental se deram sob a bandeira da abertura de novas rotas de comércio, da busca de metais preciosos e da disseminação da fé cristã*” (2002: 38). Durante o reinado de D. Afonso, o Congo enfrentava uma crise devido as disputas ocorridas no processo sucessório do rei do Congo. Em 1556, comerciantes portugueses entraram em conflito com os congolezes ao se estabelecerem no reino do Ndongo que antes era uma província do Congo, e que a partir daí se tornaria colônia de Portugal: Angola (SOUZA, 2002: 77).

Os dembos

Os dembos eram um tipo de estrutura política de pequena dimensão presente em Angola, principalmente entre os rios Dande e Bengo (Zenza), provavelmente desde o século XVII. Eram povos que possuíam uma organização política e reconheciam como líder os denominados Dembos. Estes dembos (territórios) possuem um nome como, por exemplo:

Caculo Cahenda, Cazuangongo, Quibaxi Quiamubemba, entre outros. O Dembo (título) também carregava o nome do território para que se saiba aonde a autoridade deste é reconhecida, exemplo: Dembo Caculo Cahenda, Dembo Cazuangongo, Dembo Quibaxi Quiamubemba, entre outros mais. Vale lembrar que estes Dembos possuíam um nome próprio já que esta denominação Dembo se refere a um título que é passado para outro sucessor após sua morte ou invalidade para o “cargo”, para melhor ilustrar cito o exemplo do primeiro Dembo Caculo Cahenda que aparece na documentação que temos em mão, ele se chamava Sebastião Francisco Xeque.

Este líder (Dembo) era eleito ou escolhido com condições para sua elegibilidade e obrigações para com o Estado. Após a eleição do Dembo o nome escolhido e/ou eleito era levado através de carta e presentes aos embaixadores, ao conhecimento das autoridades portuguesas em Angola. O Dembo era uma “*autoridade superior a do Soba*²⁵¹ ou que tem sobas sob sua jurisdição” (SANTOS; TAVARES, 2002: 387). As populações dos dembos eram, com exceção daquelas em que as doenças, principalmente as provocadas pela mosca tsé-tsé haviam feito muitas vítimas, regiões bastante povoadas, “*aglomeradas em sanzalas, edificadas nas coroas dos morros, raras vezes à beira da água, e, em regra, afastadas umas das outras*” (MAGNO, 1937: 9). Em meados de 1840, haviam sido localizados seis dembos entre os rios Lifune e Bengo (DIAS, 1994: 49).

Um dos dembos mais importantes de Angola ficou conhecido como Caculo Cahenda²⁵² que se dizia descender do Rei do Congo e que se denominava o maior de todos os dembos, era o soba fidalgo dos povos que se situavam desde o rio Dande até o rio Zenza e do vale do Sassa ao leste do M’ Bula Atumba (MAGNO, 1937: 9). De acordo com Santos e Tavares, em 1649 o Congo estabeleceu um tratado com a Holanda que o privou de muitas chefaturas, como a da Ilha de Luanda e alguns estados *Ndembu* a sul do Dande. A relação entre o Dembo e o Rei do Congo ainda não pode ser dada como certa já que está possível relação poderia ter sido forjada pelo Dembo Caculo Cahenda apenas como uma estratégia de legitimação política e de afirmação perante os demais Dembos e as autoridades portuguesas que sabiam da força do Rei do Congo. (SANTOS; TAVARES, 2002: 26).

O uso da escrita pelos poderes africanos

²⁵¹ Soba é O Soba é inferior hierarquicamente ao Dembo, e superior ao Quilamba. Os portugueses utilizavam o termo para designar o chefe da “tribo” africana.

²⁵² Pode-se encontrar as seguintes grafias: Kakulo-Ka-Kaenda, Caculo Cáenda e Caculo Cahenda.

Segundo Catarina Madeira Santos, é ponto assente na historiografia que as sociedades africanas distanciadas do islamismo eram sociedades definidas pela oralidade visto que se organizaram a margem da cultura da escrita (2006: 82). Para ela, esse tipo de afirmação pode ser contestado quando percebemos a presença de estruturas como os dembos. Os dembos permaneceram durante muitos anos com uma estrutura política e social original, marcada pela oralidade, e mesmo assim mantiveram contacto permanente com estados que dispunham de estruturas políticas e burocráticas estabelecidas sobre a escrita como, por exemplo, as autoridades coloniais portuguesas (SANTOS, 2006: 82).

Mas como teria iniciado este habito da escrita entre algumas autoridades africanas? Em algumas regiões da África a escrita começou a ser usada pela coroa portuguesa ou seus delegados para contatos oficiais com os poderes africanos. O portador da missiva ia acompanhado de um interprete e ele próprio escrevia a resposta do chefe africano e entregava aos delegados ou a coroa portuguesa. Ao longo da colonização lusa alguns africanos tiveram acesso ao ensino dos padres estabelecidos em algumas cidades. Havia também alguns professores laicos africanos dos quais os reis se serviam como secretários quando desejavam enviar uma carta as autoridades portuguesas sem que essa passa-se pelo intermediário português que eles geralmente tinham a seu serviço. Na origem do ensino da escrita também estão os missionários, como os Jesuítas. Podemos perceber que a apropriação da escrita pelos africanos nas regiões colonizadas por Portugal aconteceu como uma aculturação aceita e solicitada pelos poderes políticos africanos, oferecida e organizada pela coroa portuguesa que tinha como auxiliares, além dos missionários, diplomatas, oficiais régios e eclesiásticos (SANTOS, 2002: 16-19)

Assim como outros diversos poderes africanos, os Dembos utilizaram a escrita para se comunicar com as autoridades lusas. No caso dos Dembos esta comunicação era estabelecida com os governadores e delegados de Angola que eram nomeados pela coroa portuguesa.

Os Dembos deixaram uma grande documentação escrita. Parte dela se encontrava na banza²⁵³ Caculo Cahenda até 1934, ano em que a documentação foi localizada, recolhida e enviada para Lisboa por Antonio Almeida. Esta documentação, composta por 210 cartas trocadas entre o Dembo Caculo Cahenda e as autoridades lusas, foi transcrita e publicada em um livro por Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos (2002). Outra parte desta

²⁵³ O termo Banza designa a povoação onde reside o governo de distrito ou concelho e/ou capital.

documentação esta no Arquivo Histórico Ultramarino onde encontram-se cerca de 1200 documentos, sobretudo correspondências trocada entre as autoridades tradicionais africanas da região dos Dembos, no Norte de Angola, e as autoridades coloniais portuguesas em Angola. “A documentação é constituída por originais, cópias, rascunhos e minutas, nomeadamente de ofícios e cartas privadas, bilhetes, testamentos, listas de produtos, recibos, ordens de pagamento, processos judiciais, requerimentos, autos de vassalagem, guias de marcha, orações e cartilhas” (UNESCO, 2011: 11). Mas esta parte da documentação apesar de já ter sido organizada e higienizada ainda não esta disponível.

Utilizo neste artigo parte da documentação publicada no livro *AFRICA E MONUMENTA* por Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos para tentar conhecer melhor esta região, esta documentação e a relação dos Dembos com os governadores gerais em Angola. As cartas publicadas no livro datam de 1718 a 1926, mas utilizo nesta análise as cartas algumas cartas que datam do século XIX visto que é o período de que datam a maioria das cartas.

Uma análise das cartas do Dembo Caculo Cahenda: reflexões iniciais

As relações entre os Dembos de Angola e as autoridades coloniais portuguesas sofreram algumas mudanças durante o período de colonização. Durante muitos anos os Dembos viveram de forma independente sem pagar o dízimo ao governo português. Até 1826 a administração portuguesa mantinha uma boa relação com o dembo Caculo Cahenda principalmente por ter este auxiliado as tropas portuguesas em tempos de guerra. Porém, com a independência do Brasil em 1822, o fim do tráfico de escravos em 1836-42 e conseqüentemente com a diminuição dos tributos arrecadados pela Coroa portuguesa e com a redução dos territórios dominados por Portugal as autoridades lusas tentam assumir um novo posicionamento perante os Dembos de Angola. A ocupação do interior neste momento também é um posicionamento frente às pretensões de outras potências européias, como a Inglaterra, a Holanda e a França que comerciavam com os Dembos e também tinham interesse neste território.

A supremacia dos chefes Dembos, nas terras fronteiriças entre o Congo e os Mbundu, residia menos no apoio colonial e mais na sua capacidade de retirar lucro do comércio. Estima-se que os Dembos recebiam armas e possivelmente escravos de aproximadamente

trinta chefes mubire independentes residentes em suas terras. Além de receberem impostos de passagens e as taxas de serviços cobradas. Estes rendimentos aumentavam ou diminuía conforme a frequência de barcos que passassem em seus rios e de pombeiros²⁵⁴ que passassem em seus territórios. Logo, os Dembos não queriam qualquer incorporação de suas terras com o território português porque isto os privaria destes rendimentos.

Abaixo transcrevo um trecho da missiva que o Dembo Caculo Cacahenda (título) Sebastião Miguel Francisco Cheque (nome) envia a José Mendes de Camargo (representante luso) em 1825 reclamando do tratamento dado ao seu soba e reafirmando sua posição perante a coroa (SANTOS; TAVARES, 2002: 103):

(...)Já tinha capassitado a vms q o nome de preto vem da cor preta e que quando achase a mal representasse a S Ex^a, e não vm sendo meu subd^o paçar a ponte de me reprenender, q^{do} eu podia fazer em vm como mau vassalo, igualmente os outros Dembos com este reparo podia já pedir-me perdão do seu herro, e dava batimento, e não tornar repetir na sua resposta de 3 do corr^e, pois vm pr carta que me escreveo de 29 de Julho da deligencia que lhe emcrrégou o souba Mussengue p^a lhe remeter prezo João Antonio de seu posto Cudibabulle sendo ladino e asiado e calçado o tratou de preto na sua carta q^{to} mais eu que sou governo independente de dever alguma sujeção de dessedente de todos Dembos desta província, como vm mesmo sabe m^{to} bem que sou estrangeiro, e negociador onde axar comviniência estabelese, e que sendo as honrra que sua Magestade me faz mersse, pois tem ofendido a sua Magestade, e não a mim(...)

Analisando este trecho da missiva enviada pelo Dembo Caculo Cacahenda podemos perceber que este não tem medo de se posicionar perante as autoridades portuguesas já que ele podia fazê-los de seu vassalo se quisesse de acordo com o que ele diz. Fato que também remete a precariedade militar de Portugal em Angola durante este período.

Merece destaque o uso da palavra calçado pelo Dembo Caculo Cacahenda para mostrar a autoridade lusa, a qual ele remeteu esta missiva, que o seu soba apesar de ser “preto” não poderia ser tratado como tal, visto que este era “asiado” e usava calçado. O uso de calçado dentro de alguns grupos sociais da África, como os mbundos, era um símbolo de poder que permitia aos homens que se auto-intitulassem brancos (DIAS, 1994: 51).

Ainda podemos comprovar, com a leitura desta carta, o dito anteriormente de que alguns Dembos eram negociadores e estabeleciam o comércio e/ou negócio com quem achasse conveniente. Além disso, podemos perceber que para uma pessoa ser eleita Dembo Caculo Cacahenda ela não precisava necessariamente pertencer à linhagem dos habitantes daquele território, como acontece em outros grupos africanos. Ao que parece, o dembo

²⁵⁴ Pombeiros são agentes dos aviados para a venda a retalho.

Caculo Cahahenda incorporava à sua população estrangeiros que quisessem fazer parte dela e viver em seus territórios sob suas condições. O fato de ser estrangeiro não impedia a pessoa de ser eleita Dembo Caculo Cahahenda.

Outra fonte de renda na região dos dembos era o cultivo da terra em pequena escala pelas famílias africanas. O cultivo da terra era combinado com a criação de porcos e galinhas. Estes gêneros cultivados nos dembos podem ser percebidos nas cartas (SANTOS; TAVARES, 2002: 145):

Governo Geral

Província d'Angola e dependências

O Governador Geral da Provincia d'Angola e suas dependencias Por SUA
MAGESTADE FIDELISSIMA &c.

Conformando-me com a Eleição feita pelos macotas e povo do Estado de Caculo Cahahenda da Provincia dos Dembos: Nomeio para Dembo do mesmo Estado por falecimento do anterior, a Dom Francisco João Sebastião Cheque, o qual Estado governará em quanto Sua Magestade A Rainha, não mandar o contrario, e eu entender convir ao serviço Nacional e Real, sugeitando-se a pagar os Dizimos, como lhe cumpre e esta determinado, e prestar todos os serviços que as necessidades publicas exigirem promovendo com actividade a cultura do algodão tabaco, caffè e arroz nas suas terras, afim de merecer a denominação de Subdito Portuguez e fiel vassalo de Sua Magestade Fidelissima. E por firmeza de tudo lhe mandei passar o presente por mim assinado e selado com o Sello das Armas Reaes, e que será Registrado nas competentes Repartições Palacio do Governo em Loanda, aos 9 de Fevereiro de 1848 P.A. da Cunha G.G.

Diploma de confirmação de Dembo do Estado de Caculo Cahahenda passado a favor de Dom Francisco João Sebastião Cheque Por Despacho de S.Ex^a de oito de Fevereiro de 1848.

Francisco Joaquim da Costa e Silva S. GI do Governo – a fez escrever.

Nota-se que era uma das atribuições do Dembo Caculo Cahahenda incentivar o cultivo do café, arroz, algodão e tabaco entre os habitantes do território controlado por ele. Obviamente que a coroa portuguesa tinha um interesse no incentivo a essas culturas porque elas seriam comerciadas com Portugal e talvez aumentassem seus rendimentos.

O tabaco era uma moeda de troca local muito cultivado pelas mulheres no interior de Angola. O café era o produto mais valioso de exportação em Angola até 1898, época em que foi superado pela borracha de Benguela. Três quartos do café exportado de Angola eram colhidos e preparados pelos Dembos, mubire²⁵⁵ e hungu²⁵⁶. E os Dembos tinham um lucro duplo com o café já que também arrecadavam impostos sobre o café que os comerciantes hungu atravessavam nos rios Dande, Lifune e Nzenza (DIAS, 1994: 70). O arroz era a base

²⁵⁵ Mubires são referidos por David Magno como uma espécie de ciganos. Já outros autores dizem que a palavra se refere a uma raça ou família que se dedica ao ofício de ferreiro e trabalha em tendas volantes nas feiras do sertão.

²⁵⁶ Hungu eram povos que teriam surgido da desagregação do Estado Ndembo de Caculo Cahahenda.

alimentar de alguns grupos da África e o algodão era vendido não só para o comércio europeu mais também para o africano, pois em alguns lugares da África central já existiam indústrias têxteis.

Como é notório, esta é uma carta de reconhecimento da nomeação, feita no dembo pelos macotas²⁵⁷, sobas e quimbares²⁵⁸, de Dom Francisco João Sebastião Cheque passada pelo representante luso a fim de legitimar a eleição e reconhecer o título que este homem recebeu. Toda vez que havia uma eleição para escolher um novo Dembo Caculo Cahenda (título) o resultado desta era enviado ao Governador de Angola ou algum outro representante luso para que a decisão fosse legitimada e/ou reconhecida.

Uma pratica recorrente na relação entre o Dembo Caculo Cahenda e os Governadores Gerais de Angola e outros secretários de governo era a troca de presentes. Como indica este trecho: “*Recebj o porco e a mutaca de fubá de milho que lhe mandou oferecer, e agradeço a sua lembrança. Remeto-lhe uma garrafa d’aguardente para matar o bixo, assim como três cadernos de papel, Galho, e Caparoza, que pede p^a sua escripta*” (SANTOS; TAVARES, 2002: 158). Segundo John Thornton na Costa do Ouro os *presentes dados pelos portugueses aos governadores locais tornaram-se gradualmente uma taxa anual de aluguel, embora sempre com a conotação de presente* (2004: 116). E os Estados africanos estavam sempre dispostos a retribuir os presentes, às vezes com presentes até mais valiosos do que o recebido, tudo isso para estabelecer uma relação especial entre eles e os europeus com quem comerciavam (THORNTON, 2004: 117). Talvez fosse este o significado que a troca de presentes entre as autoridades lusas (governadores e secretários de Angola) e os Dembos (chefes africanos) assumia.

Mas nem sempre a relação entre Dembos e autoridades lusas permaneceu amistosa, essa relação mudava de acordo com que mudava os interesses da coroa portuguesa na região dos dembos e nos serviços que estes podiam lhes oferecer. Além de fornecer homens para ajudar o exercito português, estabelecer comércio e ajudar nos aldeamentos, os Dembos forneciam carregadores aos Governadores de Angola. Os carregadores faziam parte das comitivas dos chefes, nas suas deslocações, motivadas pelas mais diversas razões. Os mercadores também precisavam de carregadores para suas expedições. Porém o trabalho de carregador não era bem visto por grande parte do povo devido aos maus tratos empregados no

²⁵⁷ Macotas são conselheiros ou ministros de dembo, soba ou jagga.

²⁵⁸ Quimbares esse termo sofre alterações de significado ao longo do tempo, mas neste caso aplica-se o significado de título político.

tratamento dado a estes pelos comerciantes brancos, forçando os carregadores a enormes cargas em troca de pouca ou mesmo nenhuma remuneração (DIAS, 1994: 54). O tema é recorrente na documentação que temos em mãos, vejamos: “*Dé ordem minha como Delegado da Coroa sirva de q^{to} antes enviar p^a esta rezidencia a renda dos Carregadores, que vs há obr^o apresentar p^a o serv^o desta d^a Rezidencia mençalmente, de que faço, responsável, se p^r acazo deixar de dar cumprim^{to} acazo desta ord^m” (SANTOS; TAVARES, 2002: 137). Esta não é uma missiva direcionada ao Dembo Caculo Cahenda, é uma circular sobre a renda de carregadores remetida a todos os Dembos. Nota-se que apresentar a renda adquirida pelo serviço de carregadores fornecido pelos Dembos aos mercadores era uma obrigação que de acordo com Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos consta nos tratos de vassalagem (2002: 386).*

Em 1856, uma legislação determina a abolição total da função de carregador. Alguns chefes africanos não gostaram da determinação, pois acreditavam que tal determinação poderia gerar uma ociosidade entre seu povo. Logicamente que este discurso da “ociosidade” estava vinculado à diminuição dos lucros que o fim do controle sobre o fornecimento de carregadores geraria entre alguns chefes africanos.

Considerações finais

Após estas pequenas considerações sobre os Dembos, em especial sobre o Dembo Caculo Cahenda, e da análise de algumas cartas que compõem o arquivo de Estado do Dembo Caculo Cahenda concluímos que; apesar dos Dembos terem se apropriado da escrita e nos deixado uma rica documentação, ainda hoje sabemos muito pouco sobre estes Estados, sobre está população e sobre estes chefes africanos.

As reflexões aqui apresentadas são apenas os primeiros passos de uma pesquisa que visa desvendar: a história desta região, desta chefatura, dos habitantes dos dembos, a aplicação do contrato de vassalagem firmado entre as autoridades portuguesas e africanas e a relação que se dava entre estas autoridades, as relações entre Dembos e Sobas e entre os próprios Dembos, a relação dos Dembos com a escravidão e com o comércio de escravos e ainda tentar perceber os significados e a importância de determinados presentes que foram trocados entre os Dembos e as autoridades portuguesas. Pesquisar a historia dos Dembos e das suas relações nos leva a um universo muito maior, indiretamente entraremos na história de Angola, Congo e Portugal para aqui citar um pouco do contexto geral.

Referências bibliográficas

DIAS, Jill. *Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920)*. Lisboa: Penélope Estudos, 1994.

MAGNO, David. *Guerras Angolanas. A nossa acção nos Dembos*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1937.

SANTOS, Catarina Madeira. *Escrever o poder: Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu*. Rev. hist., São Paulo, n. 155, dez. 2006 . Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2011.

SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). *Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cahenda*. Vol. I. Ministério da Ciência e do Ensino Superior e Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 2002.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Prefácio*. In: SANTOS, Catarina; TAVARES, Ana (Ed.). **Africae Monumenta. A Apropriação da Escrita pelos Africanos, Arquivo Caculo Cahenda**. Vol. I. Ministério da Ciência e do Ensino Superior e Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 2002.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação do rei do Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Tradução: Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

UNESCO. *Declaração universal dos arquivos*. Paris: Conferência da UNESCO, 2011. Disponível em: http://www2.iict.pt/archive/doc/Boletim-DGARQ-n_-19.pdf. Acessado em: 10/02/2012.

Uma Breve Trajetória de Stendhal: tenente, diplomata, escritor.

Daniel Eveling da Silva *

Resumo: Stendhal viveu em um momento de profundas transformações da sociedade francesa, fins do século XVIII e inícios do XIX. A trajetória desse “homem de letras” não se constituiu através de um movimento linear e sem contradições e ao recuperar os “caminhos” percorridos por Stendhal posso perceber alguns de seus posicionamentos, pessoais e políticos. Para entender determinadas posições desse personagem devo considerar que até o fim de sua vida foi funcionário do Estado Francês, servindo a quatro governantes, entre 1800 e 1842 tendo possuído variados cargos, em sua trajetória. A observância para seus posicionamentos permite enxergar escolhas estratégicas, bem como momentos de tensão, entre suas posturas e o aceito como oficial (pelo governo e sociedade).

Palavras-chave: Stendhal; biografia; política.

Abstract: Stendhal lived in a time of profound changes in French society, the late eighteenth century and early nineteenth centuries. The trajectory of this "man of letters" is not constituted by a linear motion and without contradictions and to recover the "path" traveled by Stendhal I can see some of his positions, personal and political. To understand certain positions of this character I consider that by the end of his life was French civil servant, serving four rulers between 1800 and 1842 having owned various positions in his career. Respect for their positions allows you to see strategic choices, as well as moments of tension between their positions and accepted as the official (government and society).

Keywords: Stendhal; biography; politic.

Stendhal, pseudônimo de Henri Beyle, viveu em um dos mais conturbados períodos da História Francesa e, de certa maneira, conviveu com “marcos” e acontecimentos centrais para a historicidade ocidental. Vivendo entre os anos de 1783 e 1842, durante sua vida estiveram

* Doutorando em História, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Graduado e mestre em História pela mesma instituição.

presente momentos como: Golpe do 18 Brumário, Napoleão Bonaparte e o seu império, a Restauração das Casas Dinásticas Europeias, a Revolução de 1830 (francesa) entre outros. Vivendo nesses anos conturbados e de suma relevância percebermos a sua trajetória de vida se construindo com alterações e mudanças e será isso que tentarei demonstrar nesse artigo, me centrando nos anos de 1800 a 1832.

Como demarcações da vida de Stendhal utilizarei uma periodização proposta por ele em uma obra que intitulou *Vie de Henri Brulard* (STENDHAL, 1973) tendo dividido a sua vida da seguinte forma: a infância e a primeira educação, que perdurou de 1786 a 1800; O primeiro serviço militar de 1800 a 1803; A segunda educação (1803-1805); Serviços para Napoleão (1806 a abdicação em 1814); Adesão ao “Monitor” e época de escrever livros (1814 a 1830) e segundo serviço de Cônsul a partir de 1830. Devo ressaltar que apesar de narrar sua vida, até 1830, não utiliza o termo “autobiografia” (LEJEUNE, 1974) e sim os termos “memórias” ou “confissões”, tendo em mente que estes são “atos de se dizer”, textualmente. Porém, a idéia da autobiografia estava presente nesta escrita, como passará a ser compreendida já estava presente em tal obra.

Convém destacar que a memória se constrói através de um constante “lembrar/esquecer”, e devido a isso posso dizer que o que perpassa toda a obra é a visão de Stendhal, levando a sua percepção, sempre vinculada a uma contextualização maior, afinal todas as mudanças e visões “tem origem, não na natureza dos indivíduos isolados, mas na estrutura da vida conjunta de muitos” (ELIAS, 1994, p;45). O microcosmo do livro ou da vida do autor permite que possamos entender todo o macrocosmo de tal período, permitindo assim que tenhamos uma noção estrutural da estrutural do ambiente (FERREIRA; AMADO, 1996). Com esses pontos levantados tentarei colocar abaixo não uma extensa trajetória de Stendhal, mas uma pequena trajetória de sua vida e da França no início dos oitocentos.

Stendhal era originário de Grenoble e era

filho de um advogado, neto de um médico, pertencente a alta burguesia da região. [...] Teve na casa do avô uma boa educação e uma instrução muito desigual. Perdeu a mãe aos sete anos, e seu pai vivia bastante afastado dos filhos. Aprendeu latim com seus professores, e o resto, ao acaso, como podemos imaginar naqueles anos de distúrbios civis. [grifos nossos] (SAINT-BEUVE, 1999: XI-XII).

Na citação, acima, destacada Sainte-Beuve, chamava a atenção para os “distúrbios civis”, provenientes da Revolução Francesa, quando antigos sistemas políticos, econômicos e mesmo culturais foram atacados. Durante essa educação recebida em casa Stendhal teve como

preceptor um padre jesuíta, sendo considerado um período de tirania, o que pode ser percebido como um reforço as críticas realizadas em suas obras sobre tal ordem religiosa.

Após essa primeira educação, na casa de seu avô foi estudar na Escola Central, de Grenoble “instituição fundada em 1795 por uma lei da Convenção e, em grande parte, segundo o plano de Destutt- Tracy” (SAINTE- BEUVE, 1999: XII). Como sabe-se a Convenção, durante o período revolucionário, tinha como objetivos o estabelecimento de uma nova Carta Magna para a França e possuía as funções Legislativa, ocasionado uma junção do exercício da soberania e o poder executivo (Cf.: BOTO, 2003). Durante a Convenção era necessário estabelecer uma nova constituição e os princípios que a guiarão, tendo alguns políticos defendido que um dos pontos principais era a gratuidade de acesso a educação e a necessidade de explorar as potências individuais dos envolvidos no processo educacional²⁵⁹. Assim, Stendhal começava sua educação, institucional, em uma escola fundada nos princípios revolucionários, tendo esse período coincido com as Campanhas de Bonaparte na Itália

Após essa “primeira educação” Stendhal foi enviado a Paris, para estudar na Escola Politécnica, para concluir sua formação, ainda na estrada ficou sabendo do “Golpe do 18 Brumário” e encantou-se com a atitude do jovem general Bonaparte, tendo expresso que havia ficado “espantado e encantado que o jovem general se fazia rei da França” (STENDHAL, 1973: p. 341) começava assim a sua admiração para com o futuro imperador, que resultou na obra “Napoleão” e influências nas outras obras.

Ao chegar em Paris Stendhal estreitou, rapidamente, seus laços com o Conde Pierre Daru, seu primo e integrante do Alto Comissariado de Guerra de Napoleão, sendo, provavelmente, por isso que ingressava assim na carreira militar adquirindo o cargo de tenente do exército francês, ficando até 1803, na época da “Pequena Paz” (STENDHAL, 1973: p.33), ficamos conhecendo esse período como “Paz de Amiens”, quando cessaram, brevemente, as hostilidades entre a França e Inglaterra.

No período do seu primeiro serviço militar Stendhal acompanhou Pierre Daru a Itália.

²⁵⁹ Carlota Boto apresenta as características do sistema educacional durante a Revolução Francesa Uma dessas era que devia-se perceber quais eram as maiores aptidões dos alunos e encaminhar eles nesse “trilho”, o relatório que apresentava as principais características do que deveria ser adotado educacionalmente foi lido por Condorcet, deputado por Paris, em 1792. No ano seguinte aos jacobinos assumiram o poder revolucionário e levaram a um endurecimento do poder, perseguindo principalmente os dissidentes de suas ideias, o deputado representante de Paris teve rejeitada alguns pressupostos, como a individualidade, por considerarem que feria o princípio da igualdade, tão caro a revolução. Entretanto as necessidades dos debates e divisão do ensino, em escolas primárias, secundárias, liceus e Sociedade Nacional das Ciências e das Artes foram mantidos, tendo funções específicas para cada uma dessas

seguiu o quartel general e assistiu como amador a batalha de Marengo. Entusiasmado por essas maravilhas, entendeu-se com a vida do escritório, entrou como sargento num regimento de dragões e chegou a subtenente; pediu demissão dois anos depois, quando da Paz de Amiens (SAINTE-BEUVE, 1999, p. XIII)

Um ponto a ser ressaltado e sua vivência na Batalha de Marengo, em 1800, pois foi quando Napoleão Bonaparte expulsou os austríacos da região norte da Itália e aumentou sua influência em territórios da Península Itálica, principalmente ao norte. Tendo vivenciado essa batalha, o autor pôde observar os recursos militares e como o general se posicionava frente a uma batalha, o que permitiu a reconstituição, pelo seu olhar, dos grandes enfrentamentos de Bonaparte, especialmente em sua obra dedicada ao imperador.

No período da segunda educação, nomenclatura usada por Stendhal, entre os finais de 1803 e 1805, ocorreu um breve retorno a Paris com a finalidade de concluir seus estudos. Entre 1806 e 1814, conseguiu alcançar postos como Inspetor da Coroa, se aproximou de ministros e virou intendente e inspetor dos imóveis da Coroa, devo ressaltar que esse período, colocado por Stendhal, durou até a abdicação de Bonaparte, após os 100 dias.

Nesse período Participou em 1812 da Campanha da Rússia, tendo acompanhado o exército napoleônico até Moscou e servido como funcionário estatal e “tendo perdido o posto com apoio de Daru em 1814, começou a sua vida de homem de espírito e de cosmopolita, ou antes, como homem do Sul que volta a Paris de tempos em tempos” (SAINTE-BEUVE, 1999: p. XV) o afastamento de Stendhal dos cargos que possuía coincide com a queda de Bonaparte, como sabe-se Daru seu protetor era próximo a Bonaparte e a Restauração fez com que ele fosse afastado de seus cargos. Dessa maneira passa a viver de uma pensão dada pelo governo, devido aos serviços que havia prestado.

Entre 1814 e 1820 Stendhal passou a residir em Milão, além de viagens a Inglaterra, pela península itálica e Barcelona. Residindo na maior parte de seu tempo na região do Piemonte, todavia, os austríacos, julgando o como participante dos carbonários exigem sua retirada dos territórios italianos. Sua profunda crítica aos valores eclesiásticos e determinadas usuras desempenhados pelos membros da Igreja, que será expressa em suas obras, permitem que cogite essa similaridade em ataques, dirigidos contra o clero, mas, não há provas de sua real participação como carbonário. Afastado, por exigência dos Habsburgo, da Itália retorna a França, convém destacar, em minha percepção, a profunda crítica que realizara a tal casa dinástica em sua obra “A Cartuxa de Parma”, quando deixa entrever as interferências realizadas nos reinos italianos pelo governo da Áustria.

Após o afastamento dos cargos públicos iniciou a chamada “época de escrever livros”, apesar de colocar esse período de 1814 a 1830, posso dizer que sua produção literária se estende durante o resto da sua vida, em 1842. Realizava conjuntamente o serviço de cônsul e escrevia algumas de suas obras literárias. dessa forma a sua produção literária prossegue até o fim de sua vida. Mantinha-se através de uma pensão modesta, concedida pelos Bourbons, recém restaurados (SOUZA JÚNIOR; FERNANDES,1958: p.6).

Stendhal serviu no Estado Napoleônico até 1814, época da derrota de Bonaparte e começo da Restauração Francesa, bem como do Congresso de Viena. Devo ressaltar que a Restauração de casas dinásticas europeias, de forma geral, está intrinsecamente ligada ao Congresso de Viena, liderado pela Áustria e Inglaterra e realizado após a derrota de Bonaparte. As dinastias que haviam sido retiradas dos tronos pelo ex-imperador francês, bem como os Bourbons na França que haviam perdido sua legitimidade com a Revolução Francesa, foram reconduzidas às regências. Iniciava-se, assim, o período da Restauração em uma parte da Europa, coincidentemene esse período na França corresponde a “época de escrever livros” de Stendhal. .260

Ao regressar para Paris, em 1821, Stendhal se tornou amigo de grandes liberais como Paul Louis Courier (WINOCK, 2006), que atacava em seus escritos principalmente a Aliança Trono- Altar , que consistia na aproximação entre os membros do clero e a monarquia para que o povo fosse dominado mais facilmente, e defendia a liberdade de expressão, cabe destacar que nesses anos de “escrever livros”, contribuía no jornal “O Monitor”, e, possivelmente, pode ter sofrido alguma censura em seus escritos. Esse ataque as instituições eclesiásticas foi de sobremaneira a ordem jesuítica, próxima aos monarcas.

Nas obras de Stendhal surgem as opiniões e pontos de vista de Courier e a crítica de Stendhal a tais fatos, de forma bem sutil, o autor se inseria com isso em uma das maiores discussões que acontecia na França do período, a questão da proximidade da igreja e os regentes, que havia sido suprimida com a Revolução Francesa e com Bonaparte.

Durante os “anos de escrever livros” o literato produziu obras biográficas, memoriais, de História da Arte, romances e tratados. O seu primeiro romance, foi escrito nesse período e se intitula “Armançe: ou algumas cenas de um salão de Paris antes de 1827”(STENDHAL, 1971), publicado em 1826. A história foi ambientada em uma cultura de salão e narra a vida do jovem marquês Octávio de Malivert, que possuía, em um primeiro momento,um caráter

²⁶⁰

Além da França, a Espanha e Reinos da Península Itálica tiveram seus monarcas reconduzidos ao trono.

soturno e avesso às convenções sociais, e seu envolvimento com a jovem Armance. Octávio provinha de uma família de emigrados do período revolucionário que ansiava ardentemente pela lei de indenizações. Essa tinha como intuito compensar nobres e burgueses que saíram da França, durante a Revolução Francesa e tiveram propriedades confiscadas ou vendidas por parte do Estado e esperavam ser ressarcidos por suas perdas.

Com relação a tais salões, sempre retratados em seus romances, é interessante, em minha percepção, destacar a questão de ser um frequentador de tais ambientes, não somente na França, mas também na península itálica e Inglaterra, tendo conhecido o Lorde Byron e os integrantes da corte papal. Stendhal deixou expresso que o mais importante para ele, não era se a pessoa era da “esquerda ou direita” e sim a sua conversação e a manutenção que poderia fazer de assuntos, claro que não se referia a partidos políticos e sim a se as pessoas seriam mais exaltadas ou moderadas, para os regimes governamentais. Destacou inclusive a figura do Marquês de Funchal, em 1827, embaixador de Portugal na corte Papal, monarquista exaltado que espantava “o tédio dos salões, mesmo os diplomáticos [...] e sabia de tudo um pouco” (STENDHAL, 1883: p. 42)²⁶¹. Apesar de estar afastado, oficialmente, do seu cargo continuava a frequentar os espaços de sociabilidade da corte.

O segundo romance de Stendhal é “O vermelho e o negro”, e narra a vida de Julien Sorel, jovem originário de uma província que ansiava por uma ascensão social e que, de certa maneira, consegue atingir esse objetivo. No enredo aparecem, os já mencionados salões e as Campanhas da Itália, bem como referências à política do Trono-Altar, que consistiu na aproximação entre a Coroa Francesa e a Igreja Católica.²⁶² Isso era percebido como um resquício do Antigo Regime, tentando restabelecer a influência religiosa em assuntos do Estado. Esse era um dos pontos que levaram à Revolução de Julho de 1830 e à queda de Carlos X. Logo após essa troca de regentes, Stendhal foi reintegrado ao quadro oficial dos cônsules, em 25 de setembro de 1830, e foi enviado para Trieste, uma semana antes da publicação de seu segundo romance, graças ao apoio do Conde Molé, ministro das Relações Exteriores de Luis Felipe de Orléans.

Um dos exemplos de referências a julho de 1830, nesta obra, pode ser visto em uma nota de rodapé, colocada no meio do livro, que diz: “esta folha redigida antes de 25 de julho de 1830 foi impressa em 4 de agosto [nesse intervalo ocorreu a insurreição popular que pôs

²⁶¹ Sobre o Marquês do Funchal e sua atuação política no início do oitocentos no Império Português conferir: BASTOS, Debora.

²⁶² Emmanuel Le Roy Ladurie nos alerta que a primeira vez que ocorreu essa aproximação foi em 1640.

fim à Restauração e instituiu a Monarquia de Julho] (STENDHAL, 2002: p. 294)”. Que referenciou Luis Felipe, o novo monarca do país.

“O vermelho e o negro” é dividido em duas partes, a primeira ambientada na província e marcada pela ótica de vida burguesa, que procurava se afidalgar e possuía a primazia financeira, e a segunda pela nobreza de sangue, ou seja, família que possuía o título há séculos, sendo concedido na época das Guerras Religiosas da França, remontando, assim, ao governo de Henrique IV. Em inícios do século XIX, apesar dessas estruturas estarem mais “frouxas”, os representantes desses grupos ainda possuíam valores que compartilhavam e defendiam para si.

O literato frequentava os salões da Madame de Castellane²⁶³ e o de Madame de Ancelot. Esses lugares de sociabilidades²⁶⁴ constituíam para Stendhal “o campo onde busca desesperadamente a atenção da mulher conhecida ou desconhecida, que o transportará para além do corriqueiro, das conveniências, do convencional” (WINOCK, 2006: p. 220). A busca da mulher nos salões, segundo suas memórias e alguns trabalhos que abordam Stendhal, provém do interesse dele por aquelas mulheres que seduzem e se distanciam, que se oferecem e depois se retraem. Essa forma de agir das mulheres, tão admirada por Stendhal, pode ser percebida como a “*coqueteria*”, que é a “forma lúdica de erotismo, que joga alternativamente com promessas e retraimentos alusivos” (SIMMEL, 1983: p. 174).

Além dessa busca pelo objeto amado, o salão funcionou para Stendhal como uma porta para conseguir, novamente, seu cargo público, cujo estava licenciado, uma vez que

O cargo que há muito deseja é o de governador, aspiração que confessa a Guizot, quando este o recebe em 3 de agosto. Mas ele não agrada ao novo ministro do interior: diletante demais, cáustico demais, espiritual demais. Beyle pensa então em um consulado. Solicita-o ao conde Mole, ministro das Relações Exteriores, ao qual encaminha essa súplica: “o Sr. Beyle profundamente grato por ainda considerarem útil para alguma coisa, apesar de seus 47 anos de idade e 14 de serviço, comunica que se encontra absolutamente sem recursos... O Sr Beyle desejaria um cargo de cônsul geral em Nápoles, Gênova, Livorno. Se alguns dos senhores cônsules deixar a Itália. Se o consulado estiver muito acima daquilo que parecem ter a bondade de querer fazer por ele, pediria o lugar de primeiro secretário em Nápoles ou Roma, (WINOCK, 2006: p. 212).

Essa tentativa de se inserir nos salões, com a presença de uma aristocracia influente, se explica pelo fato de que

²⁶³ A madame de Castellane, Cordelia, foi uma das amadas de Chateaubriand.
²⁶⁴ Uso o termo no sentido interacionista de Elias.

esta classe social tem a seu favor o nascimento, o brilho dos títulos e o prestígio dos mondes. Em muitas regiões, ela conservava um ascendente incontestável. Ela controlava toda a espécie de instituições sociais, tem em mãos a maioria dos comandos militares, toma conta das embaixadas. Senhora da sociedade mundana, ela tem o monopólio dos clubes. Ela está ligada à Igreja. [grifos nossos] (REMOND, 2002: p. 58)

Ciente de que deveria pedir para obter favores, e sabendo que possuiu uma rede de pessoas que iriam intervir a seu favor, devido aos laços de sociabilidade, formados em seus anos de frequência nos salões, volta a desempenhar uma função diplomática, Stendhal enviou seu pedido, que foi apoiado:

Por um refugiado italiano Domenico Fiore, amigo de Mole, e pela Sr^a Victor de Tracy, nora do ideólogo Destutt de Tracy, um dos mentores de Beyle e amigo de Mme de Castellane, amante de Mole: ele frequentou os salões tanto de uma como de outra Mme de Castellane também exerceu uma certa influencia sobre Émile Desages, um dos principais mentores do ministério! (WINOCK, 2006: p. 212)

A sua inserção em tais salões garantiu a Stendhal a possibilidade de alcançar o cargo público que desfrutou até o fim de sua vida, durante o reinado de Luis Felipe de Orleães iniciando assim o segundo serviço de Cônsul entre 1830 e 1842, logo após a Revolução de Julho e ascensão de Luís Felipe ao trono francês.

Entretanto devo ressaltar que apesar desses cargos e lugares de sociabilidade frequentado por Stendhal, em determinados momentos não enquadrava-se em uma sociedade que o cercava, usando a ironia e a os despistes em suas obras para efetuar severas críticas ao seu contexto, pois cobre de sarcasmos tudo que é solene, declamatório (WINOCK, 2006: p. 216) e *Beyle* [Stendhal] “era sempre satírico e irônico a qualquer momento que o olhássemos”(WINOCK, 2006: p. 217). Como ele mesmo coloca, e tomamos ciência por um trabalho de Émilie Zola, agia dessa maneira para que pudesse disfarçar os seus verdadeiros sentimentos. Entretanto, sabia como Zola destaca despistar as suas verdadeiras intenções com ambiguidades, provenientes de sua formação diplomática, pois tudo nessa carreira deve ser efetuado de maneira sutil e sem afirmações categóricas, uma vez que, as relações entre nações podem sofrer alterações e modificações, principalmente em inícios do XIX na Europa, a qualquer momento.

A partir de 1830 retoma as funções diplomáticas, porém, como gozava da proteção do Conde Molé, consegue constantes licenças para regressar a Paris e mesmo para realizar viagens pela Europa. Apesar de ter deixado claro, em “Vie de Henri Brulard”, que começava a dedicar, pós ida para Trieste ao serviço de cônsul, sua produção literária continuou

constante, sua segunda obra prima “A Cartuxa de Parma” é escrita em 1838 e foi publicada em 1839, gira em torno de Fabrício Del Dongo, que possuía, desde sua infância, uma profunda admiração pelas Campanhas da Itália. A família de Fabrício situava-se entre os principais de Parma e participou ativamente dos arranjos políticos enquanto a Itália estava sobre o domínio de Bonaparte e mesmo depois, correspondendo assim ao período que Stendhal estava residindo na Itália a serviço do ex-imperador.

Podemos perceber dois grupos políticos no interior da família, de “A Cartuxa de Parma”: um oposto a Napoleão, com o pai de Fabrício, aliado do Império dos Habsburgo, ajudando inclusive nas manobras que garantiram a volta da influência da Áustria na Itália. E outro grupo ao lado do general, caso de Gina tia do protagonista, e seu primeiro marido o conde de Pietranera, que apoiavam Bonaparte pelo fato de livrar Parma do jugo da Casa de Habsburgo. Mostrava assim uma divisão de opiniões sobre Bonaparte e a influência de outro império nas decisões políticas dos reinos da Itália.

Depois do Congresso de Viena, em 1814, os reinos italianos foram rapidamente reduzidos a oito, sendo que apenas “o Reino da Sardenha, que compreendia além da ilha, a região do Piemonte e da Ligúria, manteve a autonomia com relação à Áustria e era comandado pela dinastia dos Sabóia” (RUGGIERO, 2011: p. 25).^{Os outros sete ficaram sobre o domínio e influência dos Habsburgo.} A crítica a um poderoso império que ameaçava casas reinantes e tentava manter sua área de influência continua, mesmo após os anos de 1830. Pois as casas reinantes da Itália, com exceção da Sardenha, estavam sobre o jugo da Áustria. Stendhal estava, como diplomata, em uma região ainda profundamente marcada pela interferência austríaca, a mesma que havia sido “convidado a se retirar, dez anos antes.

Com a ascensão do Conde Molé, protetor de Stendhal, ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros da França, em 1836, Stendhal teve constantes licenças para efetuar viagens pela Europa. Tendo regressado a Paris de licença de seu cargo. Ficou na capital francesa até 1839, porém, após a saída de Molé do cargo, foi obrigado a retornar pra seu cargo de cônsul em Civita Vecchia, região do Lácio, por Guizot.

Fontes

STENDHAL. **Armance**: Ou algumas cenas de um salão de Paris em 1827. Lisboa: Editorial Verbo, 1971

_____. **La Chartreuse de Parme**. Paris: Gallimard, 2003.

_____. **O vermelho e o negro: crônica do século XIX.** Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.

_____. **Promenades dans Rome.** v. 2. Paris: Calmann Levy, 1883. Disponível em: <http://www.torontopubliclibrary.ca/>

_____. **Vie de Henry Brulard.** DIDIER, Béatrice (ed). Paris: Éditions Gallimard, 1973.

Referências bibliográficas

BASTOS, D. C. A . **D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810).** 2011. 160 f. (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora/Programa de Pós Graduação em História UFJF. Juiz de Fora. 2011.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Saint Simon ou o sistema da Corte.** Tradução de Sérgio Guimarães. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

RÉMOND, René. **O século XIX 1815-1914: Introdução à história do nosso tempo.** 8. ed. Tradução de: Frederico Pessoa de Barros: São Paulo: Cultrix, 2002.

RUGGIERO, Antonio de. Colcha de retalhos: In: **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, setembro de 2011.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade - um exemplo de sociologia pura ou forma. In: _____. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA JUNIOR; FERNANDES, Casemiro. Stendhal (Henri Beyle). In: STENDHAL. **O vermelho e o negro.** São Paulo/Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1958.

WINOCK, Michel. **As Vozes da Liberdade: os escritores engajados do século XIX.** Tradução de: Elóia Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

A Revolução Mexicana (1910-1917): o desdobrar da revolução camponesa ao longo do século XX*.

Dievani Lopes Vital**

Resumo: O presente artigo pretende analisar a revolução que irrompeu no México em 1910, partindo dos seus antecedentes e da ausência de uma ideologia universal. Pretende também mostrar como a revolução permeou e definiu a vida política do México ao longo de todo século XX.

Palavras-chaves: Revolução, México, Porfirismo, Villismo, Zapatismo, ELZN

Résumé: Cet article analyse la révolution qui est arrivée en 1910 en Mexique, à partir des faits qui l'ont anticipé, y compris son absence idéologique. De plus, cet article a l'intention de démontrer la manière comme la révolution a influé dans la vie politique du Mexique le long du siècle XX.

Mots-clés: Révolution, Mexique, Porfirisme, Zapatisme, Villisme, ELNZ.

Entre 1910 e 1917 ocorreu no México a primeira revolução social do século XX. Milhares de camponeses, sob a liderança popular de Emiliano Zapata e Francisco (Pancho) Villa, se sublevaram contra o domínio do grande latifúndio, exigindo a distribuição de terras por meio da reforma agrária. Por iniciativa de Zapata, foi implementada uma reforma agrária parcial e irregular.

Qual era a situação do México pré-revolucionário?

O período compreendido entre os anos de 1876 a 1911 foi marcado no México pelo governo de Porfírio Díaz. Também conhecido como Porfiriato, esse governo se constituiu no ponto máximo das ditaduras da América Latina neocolonial. Seu governo foi caracterizado

* Esse trabalho foi desenvolvido durante aulas da disciplina de História da América III.

** Graduando em História pela UFJF. E-mail: dievanilopesvital@yahoo.com.br.

pela adoção do positivismo²⁶⁵ como filosofia ociosa do Estado, satisfazendo as necessidades morais e intelectuais da ditadura de Díaz. Em uma época de paz, necessitava-se de uma filosofia de ordem para conter os princípios explosivos do liberalismo, que triunfara com a constituição de 1857 e com as leis da Reforma, elaboradas pelo governo de Benito Juárez. O Positivismo funcionava como uma máscara para enganar o povo e esconder a nudez moral do regime, não tendo nada a oferecer para os pobres. Antigo militar liberal, aliado de Juárez, Díaz implementou com seu governo uma política de desenvolvimento econômico. O valor do comércio importador e exportador do México aumentou de forma exorbitante. O país adquiriu um sistema ferroviário nacional e sua capital foi remodelada. Houve a promoção de empregos para a classe média, com o aumento da burocracia, bem como uma coexistência pacífica com a Igreja Católica. Díaz fundou os “rurales” (guarda nacional montada) para assegurar os investimentos externos. Seu governo promoveu uma venda maciça de terras públicas para especuladores e latifundiários. Ele foi responsável também por violentas repressões contra povos indígenas para facilitar a concentração da propriedade. Assim, sendo promovidas de forma autoritária, as ações “modernizantes” do Porfiriato não foram capazes de suprimir as deficiências sociais e políticas.

A situação política e social do país é um dos antecedentes imediatos do movimento revolucionário mexicano. A classe média, que crescera com os impulsos adquiridos pelo comércio e pela indústria, estava insatisfeita e inquieta, pois os dois setores estavam, em sua maior parte, nas mãos de estrangeiros. À inquietação da classe média se juntava a insatisfação da incipiente classe operária. A legislação liberal não isentava os camponeses e operários dos atos discricionários dos poderosos da sociedade mexicana. Ambos estavam desamparados em relação a caciques, grandes proprietários e industriais. Ao contrário dos camponeses mexicanos, que possuíam uma longa tradição de lutas, os operários careciam de tradições próprias. Apesar disso, as greves e as revoltas camponesas foram minando a estrutura social da ditadura e a agitação política nas cidades fazia vacilar a confiança de Díaz no apoio popular. As críticas dos jovens Antonio Caso e José Vasconcelos começaram a atingir a filosofia do regime. Assim, a crítica do positivismo foi decisiva para a história intelectual mexicana e antecede imprescindivelmente a revolução.

²⁶⁵O Positivismo foi uma doutrina elaborada pelo filósofo francês Augusto Comte, para o qual o espírito humano percorreu três momentos, no indivíduo e na história: o teológico, o metafísico e o positivo. O Estado positivo, forma superior da democracia parlamentar, seria uma sociocracia autoritária.. O filósofo de Montpellier inovou na inclusão do estudo positivo dos fatos sociais, fundando a Sociologia. (Mello, Maria Tereza Chaves de. **A república Consentida: Cultura democrática e científica no final do Império.** RJ: Editora FGV : Editora EDUR, 2007 pp. 93-94.)

Outra circunstância favorável ao desenvolvimento do movimento foi o contexto internacional da ditadura porfirista, que acudindo ao capital europeu, buscou limitar a influência econômica estadunidense. Os receios que isso despertou nos Estados Unidos permitiram que eles tolerassem as ações dos revolucionários em seu território. Contudo, a Revolução Mexicana não foi fruto do ‘Imperialismo ianque’. O que ocorreu foi um esfriamento das relações entre o governo de Díaz com o de Washington.

Como a revolução eclodiu em 1910?

1910 foi um ano importante para a história mexicana. Era o ano do Centenário da Independência do país, movimento que, além de envolver uma guerra contra a metrópole, se constituiu numa rebelião contra a aristocracia latifundiária nativa, a elite Criolla²⁶⁶, assumindo contornos de uma verdadeira guerra de classes e de uma revolução agrária em gestação.

Para além da independência, aquele foi um ano de eleição presidencial. O rico empresário e político Francisco Madero passou a discutir com Díaz a possibilidade de instaurar eleições abertas, que foram sumariamente rechaçadas pelo ditador. A partir de então, Madero passou a conclamar a luta armada contra o Porfiriato, com o lema “sufrágio efetivo, não à reeleição”. Era o início da Revolução Maderista (1910-1911). Concomitantemente, Emiliano Zapata pegara também em armas contra o governo para preservar suas terras comunitárias, em Morelos, ameaçadas pela privatização do campo no México. Em 1911, Porfírio Díaz acabou sendo derrotado pelas forças de oposição e foi exilado na França. Madero foi eleito presidente. Entretanto, os partidários de Díaz conspiraram contra o novo presidente. Este foi assassinado em 1913, sendo substituído pelo general Victoriano Huerta. Foi durante o governo de Huerta que o governo estadunidense, sob a liderança de Woodrow Wilson, ocupou a Baía de Vera Cruz com uma frota de vários navios de guerra em resposta ao apresamento de 6 navios norte-americanos na região. A acusação de traição faria com que o governo do general fosse efêmero.

Venustiano Carranza, um dos conspiradores de Huerta, apresentando-se como restaurador das leis, ajudou na deposição do general em 1914. Carranza, almejando o poder, entrou em guerra contra os dois líderes de origem popular, Villa e Zapata. Com o apoio dos EUA, o *carrancismo* saiu vitorioso em 1917, inaugurando o “culto à personalidade” dos

²⁶⁶ Entende-se por criollo o filho de espanhóis nascido na América

césares revolucionários. Eleito presidente, a nova constituição foi aprovada ainda em 1917, com dispositivos revolucionários para a época. Seu artigo 27 concedia ao Estado a propriedade de todas as riquezas do solo e do subsolo. Caso fosse efetivamente aplicado, toda a riqueza nacional do país seria nacionalizada, o que atentaria contra os interesses dos industriais estrangeiros no México. Além disso, a constituição devolvia aos camponeses expropriados pelos grandes latifúndios as suas terras. Havia dispositivos que garantiam o salário mínimo aos operários e limitavam as ações da Igreja Católica.

Como a revolução repercutiu no Brasil e em outros países da América do Sul?

A história da Revolução Mexicana é pouco explorada no Brasil quando comparada, por exemplo, com estudos acerca da Revolução Francesa, ou até mesmo com estudos sobre a influência da Revolução Bolchevique sobre a intelectualidade de esquerda e sobre o movimento operário no país. Talvez isso se deva ao fato do modo como o Brasil se vê em relação aos demais países do continente que sócio-culturalmente também guardam o elemento ibérico em suas raízes nacionais.

Emir Sader salienta que “nossas referências identitárias apontam para a Europa (Portugal e França) e para as nossas origens na mestiçagem (índios e negros)²⁶⁷, ou seja, isso implica que “ em nossa identidade não se inclui ser um país latino-americano”²⁶⁸. No que tange à Revolução Mexicana, o autor enfatiza que “ela vinha até nós através da versão norte-americana ou dos ecos da rancheira”²⁶⁹.

Seja como for, o fato é que os acontecimentos desencadeados no México a partir de 1910 tiveram repercussão sim no Brasil e nos demais países do mundo latino-lamericano. Natally Dias afirma que os conflitos entre a Revolução e os Estados Unidos geraram calorosos debates no bojo da intelectualidade latino-americana no início do século XX²⁷⁰. No campo político-diplomático essa conjuntura levou à criação de uma ação diplomática envolvendo Argentina, Brasil e Chile, tendo em vista impedir uma guerra méxico-americana.

Com o advento da República, o Brasil havia deixado de ser ‘o diferente’ da América. O período assistia a expansão e a consolidação da grande imprensa no país. As Américas estavam integradas com a Europa por uma rede internacional de telégrafos submarinos.

²⁶⁷ SADER, Emir. Encontros e desencontros. In.: **ESPELHO mudo**. [S.I.:s.n.], p. 178

²⁶⁸ Idem, p. 178.

²⁶⁹ Idem, p. 186

²⁷⁰ VIII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 2008, Vitória. **Anais eletrônico**. Vitória, 2008.

Assim, a partir de 1910, as notícias da Revolução no México chegavam à imprensa brasileira através das grandes agências internacionais (a Havas francesa e a Associated Express americana). Partindo da análise de três jornais de grande circulação no país, a autora mostra a gradual mudança de posicionamento da opinião da elite intelectual brasileira²⁷¹ em relação ao contexto mexicano.

Os jornais da imprensa da época analisados pela autora foram o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Gazeta de Notícias (RJ). Inicialmente todos de uma maneira geral se posicionavam a favor dos EUA. O México era então visto como instável por seu “fogos patriotismo” e pela “teimosia de caudilho” do ditador Huerta. Contudo, a intervenção dos navios estadunidenses na Baía de Vera Cruz, em 1914, mudara o discurso dos jornais que passaram então a condenar o “imperialismo Yanque” e o ato que passou a ser um “atentado à soberania mexicana”. Os jornais questionavam o discurso americanista e unionista da potência do norte, que tinha em vista a integração do continente sob a influência norte-americana. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, os assuntos do continente deixaram de ter relevância na pauta dos jornais que se voltaram para os eventos da crise do verão de 1914 na Europa.

Nataly afirma que nem por isso o discurso antiimperialista pode deixar de ser notado nos jornais brasileiros, se expressando na crescente busca de uma identidade comum entre os países latino-americanos, diante da agressão norte-americana a um país que também tinha a Ibéria como berço comum.

A Revolução Mexicana também deixou suas marcas no desenvolvimento artístico, sobretudo na pintura. Para além dos jornais, os processos históricos e sociais do México relacionados à Revolução e ao passado nacional do país alcançaram amplitude internacional, através dos grandes quadros murais de pintores como David Alfaro Siqueiros, José Clemente Orozco e Diego Rivera

O zapatismo e o villismo formaram as ideologias da revolução mexicana?

Emiliano Zapata(1879-1919) e Francisco (Pancho) Villa (1877-1923) foram os personagens mais ilustres da Revolução. Zapata ascendia do meio comunitário indígena do

²⁷¹ O termo opinião (pública) aqui é usado com ressalvas pois se parte do pressuposto de como o conceito era empregado na época. A opinião pública restringia-se aos porta-vozes da imprensa periódica e à elite instruída, não se estendendo a um público leitor amplo, no sentido atual.

estado de Morelos, no centro do México e próximo à capital. Doroteo Arango, nome verdadeiro de Villa, era oriundo do estado de Sonoro, ao norte, caracterizado pela pecuária e pelo intercâmbio cultural com os EUA. Villa era um ex-bandoleiro sem convicções políticas. Em 1910, tornou-se chefe militar combatendo primeiro sob às ordens de Madero e depois por conta própria. Enquanto Zapata buscava recuperar as terras comunitárias, Villa carecia de um projeto de reforma agrária. A mobilidade de suas tropas impossibilitava a sua identificação com uma determinada região. Zapata de fato, entre os dois, foi o único líder camponês. O catolicismo do meio zapatista é bem mais presente do que no villismo. Essas divergências acabaram por tornar impossível a coadunação de forças entre os dois líderes.

O Zapatismo e o Villismo foram as duas facções gêmeas da Revolução, a face sul e a face norte. Não passaram de explosões populares com escasso poder para afirmar seus anseios e suas verdades. Por outro lado, isso possibilitou a facção carrancista superar as limitações de seus dois inimigos e ascender ao poder em 1917.

A ausência de precursores ideológicos e a escassez de vínculos com uma ideologia universal constituíram os traços característicos da revolução e a origem dos problemas posteriores²⁷². O movimento social irrompeu do próprio solo. Apesar de ter sido a primeira revolução social do século XX, o movimento não guarda nenhuma relação com a Revolução Russa, pois a antecipou. Além da carência ideológica, a necessidade de reforma fundiária foi outro traço da revolução. Os camponeses mexicanos que dela participaram queriam obter melhores condições de vida e recuperar suas terras expropriadas, durante a Colônia e o século XIX, pelos colonos e latifundiários.

O *Calpulli* (palavra náhuatl) fora a forma básica de propriedade de terra antes da conquista. Era um sistema no qual se dividia as populações indígenas em vários bairros ou *calpulli*, cada qual com uma extensão de terras, que era concedido a uma família ou tribo. Quem abandonasse ou deixasse o *calpulli* sem cultivo perdia o direito de participar da propriedade comunal. As leis da Reforma de Benito Juárez iniciaram o processo de dissolução da propriedade comunal indígena, processo completado pela expropriação realizada pelo regime de Díaz.

Mesmo que não tenha sido uma ideologia, apenas o Zapatismo, a revolução sul, com seu líder Emiliano Zapata, expressou com clareza e simplicidade o problema agrário. O programa do líder campesino consistia na liquidação do latifúndio e na instituição de uma

²⁷² PAZ, Otávio. **Labirinto da Solidão**. Eliane Zagury. RJ: Paz e Terra, 1984. P. 124.

legislação adaptada à realidade mexicana. Ao propor o *calpulli* como elemento básico da organização social e econômica do país, o zapatismo resgatou parte da tradição colonial do México, bem como afirmou o passado indígena como o fulcro para a construção política da nação.

Apesar de expressar-se como uma insurreição da realidade mexicana à opressão promovida pelos esquemas do liberalismo, a Revolução, pela carência ideológica, acabou por adotar o esquema liberal, com sua divisão clássica de poderes, inexistente no México²⁷³, e seu federalismo teórico.

A revolução influenciou a vida política mexicana ao longo do século XX?

Durante os anos de 1930 e 1959, os presidentes que chegaram ao poder no México o fizeram pelo voto. Todos eram herdeiros diretos da Revolução. Contudo, havia diversos empecilhos à democracia e, a obra da revolução antioligárquica fora, em grande parte, aparente.

Após os anos 1920, iniciou-se um processo de estabilização do país com a fundação, em 1929, do Partido Nacional Revolucionário, obra do ex-presidente Plutarco Calles. Em 1938, a organização passou a se chamar Partido da Revolução Mexicana, adotando em 1946 o seu nome atual, Partido Revolucionário Institucionalizado (PRI). Esse partido mudou a vida política do país, ao inaugurar a monopolização do poder ganhando, sob as suas diversas denominações, as eleições presidenciais. O Partido da Ação Nacional (PAN), surgido em 1938, conseguiu mínimas porcentagens de votos. O governo de Lázaro Cárdenas, no qual o nome PRI foi adotado de forma definitiva, foi marcado por avanços, como a aceleração da reforma agrária e a nacionalização das jazidas petrolíferas, marcando o ápice do nacionalismo mexicano. *Cristeros* e o movimento liderado por Rodolfo Ramillo foram as duas manifestações de descontentamento do período.

Nos anos 1960, continuou-se com as fraudes generalizadas visando manter o monopólio do poder pelo PRI. As inquietações democráticas passaram a ser reprimidas, como o massacre na Praça *Tlatelolco*, em 1968, quando 300 pessoas foram mortas. O enfraquecimento do PRI veio com a fundação do Partido Revolucionário Democrático nos anos 1980. Contudo, o PRI, afim de manter-se no poder, manipulou a eleição presidencial de

²⁷³ PAZ, Otávio, op. Cit., p. 132.

1988, visando garantir a vitória de Carlos Salinas. Sob o governo Salinas ocorreu a venda das propriedades comunais, os exidos²⁷⁴, para empresas, com a expulsão de 3 milhões de famílias camponesas. Salinas, além de promover um programa de privatizações, permitiu a integração do México ao NAFTA em 1994.

Assim, a democracia mexicana depois da Revolução continuou sendo de aparência. O país permaneceu governado pela oligarquia, só que agora organizada em torno do partido da Revolução, que tornou-se o partido do governo

O exército zapatista foi um retorno às tradições de 1910?

Os mitos tendem a nascer e renascer. Na Revolução Mexicana de 1910, Francisco (Pancho) Villa e Emiliano Zapata, líderes guerrilheiros, celebrizaram-se em meio a um campesinato rebelde e sempre em armas, ambos foram assassinados a mando do governo.

A morte de Zapata em 1919 fez com que difundisse entre os camponeses a lenda de que o líder camponês voltaria e libertaria o México com seu cavalo branco. Em 1994, o Zapatismo estava de volta.

Situado no extremo sul, Chiapas é o estado mais pobre do México. Em 1º de janeiro de 1994, data que marca a entrada em vigor do NAFTA e o ingresso no México no bloco ao lado de EUA e Canadá, cerca de mil camponeses indígenas reascenderam as chamas adormecidas desde 1919. Organizados no Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), sob a liderança do subcomandante Marcos (Rafael Sebastián Guillén), eles ocuparam 6 cidades da região. O Congresso Indígena de Chiapas em 1974 foi decisivo para a criação da organização. As decisões do governo em remover muitos indígenas de seus exidos foi outro fato que estimulou o movimento. No combate travado com as forças do governo, 145 pessoas morreram. O subcomandante Marcos declarou guerra ao governo mexicano e ao NAFTA. O movimento caracterizou-se por ter feito amplo uso das línguas indígenas (o Tsotsil), pela negociação e pelo farto uso da comunicação. Em 1997, um novo confronto entre os representantes zapatistas e o governo ocorreu na capital. A repressão violenta abateu-se sobre a aldeia de Acteal, deixando um saldo de 45 mortos. O fato chocou o mundo. A lei aprovada pelo presidente Fox, em 2001, deu uma autonomia muito limitada aos indígenas, não resolvendo, portanto, a questão dos índios no México.

²⁷⁴ Termo usado para designar as terras distribuídas pela reforma agrária no México.

Conclusão

A Revolução que eclodiu no México entre 1910-1917 foi o fato político e social de mais ampla repercussão na época, influenciando vários países. De imediato, criou-se um Estado laico, com forte objetivo de justiça social, adotando uma atitude nacionalista frente às riquezas nacionais. Contudo, a agitação política culminou com o assassinato de vários líderes da revolução: Zapata, Villa, Carranza e outros. A criação do Partido Nacional Revolucionário, em 1929, acabou por criar um sistema de partido único no poder. Desse partido surgiu o Partido Revolucionário Institucionalizado (PRI), que ficaria no poder até 2000, com a eleição de Vicente Fox como presidente pelo PAN. O PRI assinalou não só a institucionalização da revolução como também tirou a ênfase do campesinato como agente revolucionário transferindo-a ao Estado, que dentro do aparato governamental implementou as reformas de forma moderada, evitando o radicalismo dos anos de 1910-1917. A Revolução deixou problemas pendentes. A reforma agrária se deu de forma irregular. O caráter tímido do nacionalismo permitiu o domínio do empresariado estadunidense até 1930. Além disso, a revolução não conseguiu resolver o problema indígena.

Referências bibliográficas

CHATEEN, Jonh Charles. **O neocolonialismo**. IN.: América Latina uma história de sangue e fogo. RJ: Campus, 2001. P. 161

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: Cultura democrática e científica no final do Império**. RJ: Editora FGV : Editora EDUR, 2007.

PAZ, Otávio. **Labirinto da Solidão**. Eliane Zagury. RJ: Paz e Terra, 1984

.

POZO, Jose del. **História da América Latina e Caribe: Dos processos de Independência aos dias atuais**. Ricardo Rosenbuch. RJ: vozes, 2009, PP.149-152; 204-206; 317-318.

Sites

VIII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 2008, Vitória. **Anais eletrônico**. Vitória, 2008. Disponível em: http://anphlac.org/upload/anais/encontro8/natally_dias.pdf

**O Músico que Levo Dentro: identidade musical em Concerto Barroco de Alejo
Carpentier.**

Pedro Henrique Leite*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise enfocando os aspectos musicais existentes no romance *Concerto Barroco* (1974) do escritor cubano Alejo Carpentier. Inspirado no libreto da ópera *Motézuma* (1733) de Vivaldi, o romance caracteriza-se por vastas referências à música clássica, ao jazz, e à música popular caribenha, influências de Carpentier que se tornaram importantes marcas na escrita de seus romances, e que aparece de forma mais evidente em *Concerto Barroco*. Parto da hipótese de que, assim como a visão de Barroco defendida pelo autor ao longo de sua carreira, a música aparece no romance como um importante aspecto da busca por uma identidade, ou identidades, preocupação expressa em diversos trabalhos de intelectuais na América Latina, e neste caso específico, em *Concerto Barroco*.

Palavras chave: Concerto Barroco, Jazz, Vivaldi, Alejo Carpentier, música, identidade.

Abstract: The present work aims to perform an analysis focusing on the musical aspects existing in the novel *Concierto Barroco* (1974) by the Cuban writer Alejo Carpentier. Inspired by the opera's libretto *Motézuma* (1733), by Vivaldi, the novel is characterized by extensive references to classical music, jazz, popular music from Caribe, Carpentier influences that have become important brands in the writing of his novels, and appears more evident in *Concierto Barroco*. Beginning with the hypothesis that, like the vision of Baroque defended by the author throughout his career, the music appears in the novel as an important aspect of the search for an identity, or identities, expressed concern in several works of intellectuals in Latin America and in this particular case, in *Concierto Barroco*.

Keywords: Concierto Barroco, Jazz, Vivaldi, Alejo Carpentier, Music, Identity.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, pertencente à linha “Narrativas, imagens e sociabilidades” pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: pedrohenriqueleite@mail.com.

Concerto Barroco (1974), romance curto publicado seis anos antes do falecimento de Alejo Carpentier (1904-1980), considerado pelo autor como suma teológica de sua carreira²⁷⁵, é um dos romances mais musicais, se não o mais musical dentro do corpus literário do autor. Inspirado no libreto da ópera *Motézuma* (1733) do compositor italiano Antônio Vivaldi, traduz o choque entre a Ibero-América e a Europa a partir da ação de seus personagens. Um enredo elaborado a partir de uma escrita barroca e com amplos referentes musicais, a ponto de ser considerada uma espécie de “partitura textual em que a música se infiltra entre os espaços da palavra adquirindo funções complexas dentro do texto que se relacionam com a concepção do tempo, processos de simbolização, estruturação do relato, etc.” (BARAHONA, 2005:73)²⁷⁶. Um texto em que, segundo Kyle James Matthews²⁷⁷, o autor utiliza termos da música erudita sem, contudo, consistir num empecilho para o entendimento do romance pelo leitor não familiarizado com os termos técnicos da música (MATTHEWS, 2009:2) – Carpentier utiliza-se da erudição como recurso sem contanto formar uma barreira de inteligibilidade entre o leitor e o texto.

Antecedentes musicais

Antes de entrar numa análise mais detalhada da música no romance propriamente dito, passemos a uma breve exposição sobre a relação de Carpentier e a música, para aí sim chegarmos ao ponto musical de *Concerto Barroco*.

A música é uma paixão que surge no berço. Por influência de seus familiares (sua mãe era pianista, o pai violoncelista, e a avó fora discípula de César Franck – compositor e organista Belga) a música torna-se para o intelectual cubano uma fecunda ferramenta de criação e expressão. Como apresenta José Manuel Brea Feijoo: “compelido pela necessidade de divulgar a música em seu âmbito vital, o autor escreveu e publicou uma série de trabalhos, colaborando inclusive com dois compositores cubanos de sua época” (FEIJOO, 2011:1)²⁷⁸.

²⁷⁵ Klaus Muller-Bergh em uma crítica de abril 1975 publicada pela revista *Insula*, já mencionava uma entrevista dada por Carpentier ressaltando esse caráter de “suma teológica” dada à obra por ele. Cf. em: MULLER-BERGH, Klaus. “Sentido y Color de Concierto barroco”. **Revista Iberoamericana**. Vol. XLI, Núm. 92-93, pp.445-464 jul.- dez. 1975.

²⁷⁶ BARAHONA, Carlos Paz. “Juego, símbolo y fiesta en Concierto barroco de Alejo Carpentier, una mirada desde la música”. *Revista de Filología, Lingüística y Literatura de la Universidad de Costa Rica*. Vol. XXXI, N°1, 2005.

²⁷⁷ MATTHEWS, Kyle J. “Baroque Jazz: From the Baroque to the Neo-Baroque in Carpentier’s Concierto Barroco”. McGill University. Mai. 2009.

²⁷⁸ FEIJOO, José M. “Alejo Carpentier, musicólogo”. **Revista do Coral Casablanca do Círculo Mercantil e Industrial de Vigo**. Ano 11 N° 4, Mar. 2011.

Trata-se de Amadeo Roldán (1900-1939), para quem escreveu a ação coreográfica em um ato e três episódios, intitulada: *La hija del ogro* 1927, e Alejandro García Caturla (1906-1940), a quem escreveu dois poemas afro cubanos: *Marisabel* e *Juego Santo*, também em 1927. Seu trabalho mais citado sobre música é um estudo sobre a música cubana, intitulado “Música em Cuba” (1946), em que aborda a formação da música cubana a partir de duas vertentes: a música sacra, e a música popular desde o século XVI até finais do XIX, além de uma série de textos e ensaios de crítica musical publicados em sua maior parte nos jornais: *El Nacional* de Caracas, *Commerce* de Paris, e *Social* de Havana na década de 1950, reunidos e publicados numa antologia intitulada “O músico em mim” (2000).

A música em Carpentier tem potencialmente um caráter libertador. Sua visão de uma América sincrética possibilitou a colocação do culto e do popular em um mesmo patamar, chegando ao ponto de o autor afirmar que escutava com igual deleite Beethoven e Pink Floyd. Alejo Carpentier via claramente uma ligação entre a música popular e a música erudita, e fez questão de deixar isso claro em *Concerto Barroco*. A música também aparece em outros romances, basta mencionar que em grande parte deles, para não dizer em todos, o elemento musical aparece através de referências dentro do texto, seja no tema, como é o caso de *Os Passos perdidos* (1953) – que narra a viagem de um musicólogo ao coração da floresta venezuelana em busca de instrumentos musicais primitivos – ou ainda incorporado na descrição e ação dos personagens como é o caso em *O Reino Deste Mundo* (1948) (em que o autor traz elementos da música afroamericana), ou na descrição de um dos personagens em *O Século das Luzes*; ou até mesmo no título das obras como *A Harpa e a Sombra* (1978), *A Sagração da Primavera* (Uma das óperas do compositor russo Stravinsky, a quem Carpentier pediu permissão para a utilização do mesmo nome), ou o próprio *Concerto Barroco*.

Dito isso, vamos ao romance em foco.

A Música em Concerto Barroco

Como dito no início dessa comunicação, *Concerto Barroco* foi elaborado a partir da inspiração que Alejo Carpentier teve ao entrar em contato com o libreto de uma das óperas perdidas de Vivaldi, intitulada: *Motézuma* (1733). A ópera passou muito tempo esquecida, e apenas seu libreto era conhecido. Estudos recentes revelaram aos poucos o aparecimento das partituras da ópera, primeiramente dos dois primeiros atos e parte do terceiro, e posteriormente o restante do terceiro ato. Nesse meio tempo houve execuções da ópera,

incluindo uma gravação anterior ao encontro da última parte restante da partitura, de execução encarregada pelo Maestro Alan Curtis.

Voltando à Carpentier, existem poucas referências de como ele entrou em contato com o libreto, de forma que apenas uma nota do autor ao final do romance revela sem maiores detalhes como se deu o contato:

Tanto parece ter agradado o “Motezuma” de Vivaldi - que levava à cena um tema das Américas dois anos antes de Rameau ter escrito “As índias galantes”, de ambiente fantasiosamente incaico -, que o libreto de Alvise (outros o chamam de Girolamo) Giusti acabaria por inspirar novas óperas baseadas em episódios da conquista do México a dois célebres compositores italianos: o veneziano Baldassare Galuppi (1706-1785) e o florentino Antonio Sacchini (1730-1786). Quero Agradecer a Roland de Candé, iminente musicólogo e fervoroso vivaldiano, por ter me colocado no rastro do “Motezuma” do padre Antonio. (CARPENTIER, 2008: 93)
²⁷⁹

Ou seja, supomos que a partir do contato com o amigo Roland de Candé (estudioso de Vivaldi) é que Carpentier ouve pela primeira vez se falar sobre a referida ópera. Contanto, o que importa aqui é saber o motivo da escolha dessa ópera como força motora para a construção do romance, e isso Carpentier deixa bem claro.

Desde muito antes da escrita do romance, Carpentier havia voltado o foco de seus estudos e publicações para temas relativos à América. Sua obsessão por temas americanos surgira muitos anos antes a partir de reflexões advindas do contato que teve com o movimento surrealista na década de 1920, e de suas viagens pela América nos anos posteriores. Carpentier sentiu a necessidade de apresentar e relatar a singularidade desse Continente com segredos ainda por revelar, e ao mesmo tempo refletir sobre a identidade ou identidades desse mesmo continente em seus romances. Em conferência realizada em 20 de maio de 1975 na Venezuela, o autor relembra os anos que vivera no país (década de 1940), justificando ao mesmo tempo a escrita de *Concerto Barroco*:

E se recentemente escrevi um romance – Concerto Barroco – baseado no grande compositor Antônio Vivaldi, que é a personagem central do livro, é porque um belo dia descobri que Vivaldi foi autor da primeira ópera, em toda a história da música, baseada na história da América. De fato, em 1733 surge pela primeira vez no cenário universal a figura de Montezuma. E a ópera despertava o meu interesse por ser um imperador da nossa América quem aparecia pela primeira vez na história da música. Devo tudo isso à minha viagem ao Orinoco, devo tudo isso à minha permanência entre vocês

²⁷⁹ CARPENTIER, Alejo. **Concerto Barroco**. Trad. Josely Viana Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Temos nessa citação a clara motivação que faz com que Carpentier decida escrever o romance. O ineditismo de uma ópera sobre as Américas, e a percepção de uma realidade própria do continente, colocada por ele como “verdadeira percepção da realidade americana”, são os fatores preponderantes para que o autor buscasse expressar sua visão sobre a Ibero-América sob a forma de romance. É a música, no caso a ópera de Vivaldi, indicando o caminho para uma reflexão singular sobre a América.

Um Breve Resumo

Antes de dar prosseguimento à apresentação, cabe aqui fazer um breve resumo do enredo de *Concerto Barroco*.

Concerto Barroco é dividido em oito partes, sendo que em seu maior tempo a história se passa na Europa. Inicia-se contando a preparação de um rico senhor da prata mexicana do século XVIII, conhecido por Amo, e de seu primeiro criado, Francisquillo, então no México, para uma viagem rumo à Europa, terra dos antepassados do Amo. Inicia-se a viagem, e de passagem por Cuba o Amo perde Francisquillo, acometido por uma epidemia, o que o leva a providenciar um novo servente. E é a partir desse momento que Filomeno, descendente de escravos negros, entra em cena, acompanhando-o na viagem à Europa, ao fim da qual os dois se separam.

Ao chegarem à Europa, o primeiro local que Amo e Filomeno têm contato é com a Espanha. É nesse momento que, pela primeira vez, o Amo começa a perceber que, aquilo que imaginava ser a metrópole, na verdade não correspondia à realidade. Já o criado entra em contato com um mundo diverso do seu, porém não encontra dificuldades em se adaptar. Cansado da Espanha, o Amo propõe que partam para a Itália, e os dois desembocam em meio ao carnaval de Veneza, onde entram em contato com os outros personagens da obra.

Em meio às festividades, o Amo, usando uma fantasia de Montezuma e acompanhado por seu “fiel escudeiro” conhecem os três personagens citados anteriormente: Antônio Vivaldi, Domenico Scarlatti e Georg Friedrich Haendel. Numa mistura de personagens ficcionais com personalidades reais.

²⁸⁰ CARPENTIER, Alejo. “Um Caminho de meio século” In: **A Literatura do Maravilhoso**. São Paulo: Edições Vértice, 1987.

Ao se conhecerem melhor, o Amo e os outros partem para um local mais reservado onde pudessem conversar melhor e fazer um pouco de música. E assim vão para a *Ospedale della Pietà*, onde realizam um concerto de improviso, um *Concerto Grosso*, em que Vivaldi e os outros mostram suas habilidades musicais, inclusive Filomeno que traz o elemento rítmico ao concerto improvisando uma percussão de caldeirões de cobre, e colheres. Deste concerto improvisado e de conversas anteriores sobre a fantasia de Montezuma do Amo nasce a idéia de se criar uma ópera. Ela foi composta por Vivaldi e intitulada: *Motezuma*. O primeiro aspecto que chama a atenção é a grafia equivocada do nome, uma apropriação européia sobre a temática proposta, e esses equívocos não se dão apenas no título como veremos a seguir. Toda a ópera acaba sendo fruto do deslumbre europeu com a história exótica contada pelo Amo, que motivou Vivaldi a criar a ópera para seu público.

Ao assistir ao ensaio da ópera, o Amo atinge o ápice de sua crise identitária, pois, vendo as adaptações da história feitas para o público europeu, encara tudo na peça como uma grande farsa. Na medida em que sente isto, acaba por se aproximar cada vez mais da cultura americana na qual não se reconhecia, e mais distante da visão européia que tinha de si. Revoltado, e ciente de que seu lugar não era ali, volta para a América e descobre uma identificação antes desconhecida. Já Filomeno separa-se do Amo e continua sua “viagem antropofágica” pela Europa, rompendo as barreiras do espaço e do tempo, impondo seu ritmo agora em Paris, onde não seria apenas mais um servo, e poderia ser reconhecido como Monsieur Philomène comparecendo em pleno século XX a um concerto de Louis Armstrong.

Continuação da análise musical em Concerto Barroco

Feito esse breve resumo do romance, voltemos enfim, à análise musical da obra.

A música em *Concerto Barroco*, a meu ver, exerce três funções chave: 1) estabelecer um tipo de identidade de escrita única; 2) servir de um ponto de ligação entre os personagens no próprio enredo, dando voz a cada um deles; 3) apresentar a visão que Carpentier tem sobre o papel da música na América e fora dela.

Sobre a primeira função, de estabelecer um tipo de identidade de escrita, ela está diretamente ligada à escrita do romance. O autor cubano utiliza-se do que ele próprio definiu como um “estilo barroco” de escrita. Ele retoma em alguns trechos do romance a forma de escrita poética que caracterizou, sobretudo, a Espanha do séc XVII, representada pela poesia

de Góngora, densamente descritiva e caracterizada por uma certa musicalidade nos versos.

Um exemplo claro é a descrição inicial do ambiente vivido pelo Amo no romance:

De prata as delgadas facas, os finos garfos; de prata os pratos onde uma árvore de prata lavrada na concavidade de suas pratas juntava o suco dos assados; de prata as fruteiras, com três bandejas redondas, coroadas por uma romã de prata; de prata as jarras de vinho marteladas pelos artesãos da prata; de prata as travessas de peixe com seu pargo de prata inflado sobre um entrelaçamento de algas; de prata os saleiros, de prata os quebra-nozes, de prata os covilhetes, de prata as colherinhas com iniciais lavradas... E tudo isso ia sendo levado pausadamente, cadenciadamente, cuidando para que prata não esbarrasse em prata, rumo às surdas penumbras de caixas de madeira, de engradados ao aguardo, de arcas com fortes ferrolhos, sob o olhar vigilante do Amo que, de roupão, só fazia a prata ressoar, vez por outra, ao urinar magistralmente, com jorro certo, copioso e percuciente, num penico de prata, cujo fundo era adornado por um malicioso olho de prata, logo ofuscado por uma espuma que, de tanto refletir a prata, acabava por parecer prateada... (CARPENTIER, 2008: 7-8).

A constante recorrência à palavra “prata” para designar todos os objetos que compunham o ambiente vivido pelo Amo, forma não só um trava-línguas, mas traz importante um recurso sonoro para o leitor, que rapidamente se vê em meio aos tilintares da prata, dos objetos de prata descritos. (Essa musicalidade dos versos torna-se muito mais visível quando lido o trecho na língua original, o Espanhol). Enfim, Carpentier utiliza deste recurso estilístico para remeter a uma sonorização em sua narrativa causando um efeito imediato. Para Carpentier, não basta descrever um ambiente adornado de prata, é necessário ouvir a prata ressoar nesse ambiente.

Sobre segunda função estabelecida pela música, a de servir como ligação para a ação dos personagens, não é necessário dizer muito. Todos os personagens agem de alguma forma pela música ou para fazer música. No início da obra *Francisquillo* (o primeiro criado do Amo) é descrito tocando uma viola e cantando temas populares mexicanos; mais tarde o Amo conhece seu futuro criado Filomeno numa hospedaria cubana onde “nas horas de folga... desfere um rasgado num violão furreca, e quando lhe dá na veneta, canta irreverentes quadras...” (CARPENTIER, 2008: 20). Ou ainda a própria descrição do Concerto Grosso, ou concerto barroco, em que os personagens ficcionais Amo e Filomeno, interagem com os compositores reais (Vivaldi, Scarlatti, e Händel); etc. Tudo parece motivo para música, todos os personagens agem como num grande enredo musical.

E a terceira e última função da música no romance, de apresentar a visão que Carpentier tem sobre o papel da música na América e fora dela, é talvez a que mais necessite atenção, pois está diretamente relacionada com as próprias concepções de vida do autor.

Como já havia dito, é a partir do contato com o libreto da ópera de Vivaldi e motivado por ter percebido a “verdadeira realidade americana” que o autor escreve o romance. Contudo a música vai muito mais além do que uma referência a uma ópera específica.

Carpentier enxerga na música americana a representação artística de um futuro. Um futuro sincrético, em que a América toma pra si as formas musicais europeias e soma à sua matriz musical pré-existente formando algo totalmente novo, criativo, antropofágico, transculturado. A ideia de um *Concerto Barroco*, não linear como a música clássica, representado no romance em dois momentos (no episódio Concerto Grosso no séc. XVIII e ao final com a apresentação de Louis Armstrong no séc. XX) transmite exatamente esses valores de uma música do futuro, um sincretismo transformador.

Na descrição do concerto grosso, forma da música erudita que narrada por Carpentier muito lembra uma *Jam Session* de Jazz, Filomeno traz um novo elemento à forma erudita: o ritmo. No ritmo americano encontra-se o futuro para Carpentier. Não atoa escreveu tanto sobre o ritmo em suas análises musicais, não atoa viu no ritmo a forma com que o latino-americano encontrou para expressar sua identidade. Filomeno se apropria das formas clássicas da música impondo seu ritmo, e criando algo novo, uma música do futuro.

Ao final do romance, quando o mesmo Filomeno encontra-se já em pleno século XX, ou seja, num futuro em que melhor pode se expressar, assiste a uma apresentação de, ninguém mais ninguém menos que, Louis Armstrong. E até aí a escolha de Louis Armstrong parece proposital, uma vez que a própria crítica musical vê Armstrong como alguém que desenvolveu sua habilidade e técnica no cornetim indo além dos músicos de sua geração, um músico a frente do seu tempo, e por isso carregando uma imagem de futuro ao Jazz.

Existem outras passagens no romance em que podemos perceber essa visão da música-futuro. Numa jogada anacrônica, numa brincadeira com o tempo – e Carpentier brinca com o tempo em Concerto Barroco – o Amo, Filomeno e os outros músicos, tomam um café da manhã num cemitério, onde jaz Igor Stravinsky, o citado compositor russo do século XX. E porque ele aparece morto enquanto os outros compositores estão vivos? A fala de Vivaldi explica tudo:

"Bom músico", disse Antonio, "mas, às vezes, muito antiquado em seus propósitos. Inspirava-se nos temas de sempre: Apolo, Orfeu, Perséfone — até quando?" (CARPENTIER. 2008:55)

Stravinsky aparece morto, enterrado, por se antiquado em seus propósitos. Em *Concerto Barroco* não há lugar para o passado, apenas para o futuro, a música é o futuro. Assim o Vivaldi do romance tem a idéia de criar uma ópera com uma temática nova, longe das antigas temáticas clássicas, e nada melhor que uma temática americana para seu novo propósito, o de uma ópera do futuro.

Outros exemplos aparecem a todo o momento no romance. Contudo, me limitei a citar alguns poucos meramente para ilustrar o papel assumido pela música em *Concerto Barroco*. Assim, concluindo vejo a música no referido romance como definidora de identidades: identidade de escrita, que diferencia o texto de Carpentier de qualquer outra narrativa; e da própria concepção de identidade do autor sobre a América. Uma América que representa um futuro, um futuro maravilhoso, no Reino deste mundo.

Referências bibliográficas

BARAHONA, Carlos Paz. “Juego, símbolo y fiesta en Concierto barroco de Alejo Carpentier, una mirada desde la música”. **Revista de Filología, Lingüística y Literatura de la Universidad de Costa Rica**. Vol. XXXI, N°1, 2005.

CARPENTIER, Alejo. **A Literatura do Maravilhoso**. São Paulo: Edições Vértice, 1987.

_____. **Concerto Barroco**. Trad. Josely Viana Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FEIJOO, José M. “Alejo Carpentier, musicólogo”. **Revista do Coral Casablanca do Círculo Mercantil e Industrial de Vigo**. Ano 11 N° 4, Mar. 2011.

MATTHEWS, Kyle J. “Baroque Jazz: From the Baroque to the Neo-Baroque in Carpentier’s Concierto Barroco”. McGill University. Mai. 2009.

MULLER-BERGH, Klaus. “Sentido y Color de Concierto barroco”. **Revista Iberoamericana**. Vol. XLI, Núm. 92-93, pp.445-464 jul.- dez. 1975.

**Do “Id Primitivo” ao “Ego Civilizado”: a psicanálise como ferramenta civilizadora
(1926-1944).**

Rafael Dias de Castro*

Resumo: O objeto desse texto é a recepção da psicanálise pela psiquiatria no Rio de Janeiro. O objetivo principal é o de apresentar a recepção da teoria psicanalítica pelos psiquiatras como inserida num amplo contexto de discussão de projetos para a nação brasileira, cujo intuito era assentar o Brasil no mundo moderno e o erguer à condição de país civilizado.

Palavras-chave: psiquiatria; psicanálise; Rio de Janeiro.

Abstract: The object of this essay is the reception of psychoanalysis by psychiatry in Rio de Janeiro. The objective is to present the reception of psychoanalytic theory by psychiatrists as inserted in projects for the Brazilian nation, intending to claim Brazil in the modern world and lift him to the condition of a polished country.

Keywords: psychiatry; psychoanalysis; Rio de Janeiro.

O objeto desse texto é a recepção da psicanálise pela psiquiatria no Rio de Janeiro. O objetivo principal será o de apresentar a recepção da teoria psicanalítica pelos psiquiatras como inserida num amplo contexto de discussão de projetos para a nação brasileira, cujo intuito era assentar o Brasil no mundo moderno e o erguer à condição de país civilizado.

Para tanto, tomamos como recorte cronológico os anos de 1926 – quando se cria a clínica de psicanálise dentro da Liga Brasileira de Higiene Mental, proporcionando um lugar de discussão e aplicação institucional para tal teoria – e o ano de 1944 – quando alguns psiquiatras cariocas começam a tomar a psicanálise sob o referencial da IPA, tornando como errônea a psicanálise até então praticada (antes de 1944) e relegando-a ao esquecimento da “história oficial” de tal conhecimento no Brasil.

Para trabalharmos com essas e outras questões, a proposta acerca da teoria da recepção de Hans Ulrich Gumbrecht (2001) e as discussões de Alejandro Dagfal (2004), Angela

* Doutorando em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), sendo bolsista pela mesma instituição.

Alonso (2002) e Sílvia Figueirôa (1998), sobre as relações entre recepção e circulação de teorias científicas, são fundamentais. Apoiado nestes referenciais teórico-metodológicos trabalhamos com a concepção de que não existem interpretações falsas ou corretas quando se fala em recepção de textos, mas sim que a interpretação de cada leitor sobre determinada obra se dá a partir de influências sociais, históricas e experiências pessoais. Ou seja, o importante não é discutir se as leituras e interpretações que se fizeram da psicanálise estão corretas ou equivocadas em relação às propostas de Freud. Para o historiador preocupado com o estudo da recepção de determinada teoria, o importante é perceber como tais leituras e interpretações foram possíveis, quem foram os leitores, quais eram as preocupações e motivações destes leitores, porque e para que tal conhecimento foi apropriado por eles.

Recepção da psicanálise no Rio de Janeiro: psicodiagnóstico e prognóstico para o Brasil.

Nas primeiras décadas do século XX, a construção de uma imagem da nação brasileira foi tecida de maneira ativa por diferentes atores, saberes e instituições. Neste contexto, campos como os da engenharia, medicina e literatura, entre outros, se juntaram aos esforços de realização do projeto, procurando se articular com as instâncias institucionais e políticas do Estado brasileiro, que então se reconfigurava.

Cada grupo profissional e de elite intelectual havia compreendido o modelo de modernizar e civilizar o país de maneira conveniente ao seu campo de atuação: os engenheiros utilizavam o discurso da higiene para justificar as intervenções no espaço urbano, propondo a necessidade do alargamento e construção de ruas e avenidas (Cf.: BENCHIMOL, 1990); os médicos-sanitaristas afirmavam ser imprescindível a educação sanitária da população rural e também a dos centros urbanos, na proposta de curar um país doente através de ações que introduzissem hábitos e comportamentos saudáveis (Cf.: HOCHMAN, 1998); o modernismo da década de 1920, por exemplo, representou, em termos históricos, uma significativa manifestação literária do país após a Independência, contribuindo para afirmação do Brasil enquanto um Estado nacional e para a busca de sua identidade própria, sua “brasilidade”. (Cf.: FACCHINETTI, 2001; BOTELHO, 2005).

A medicina psiquiátrica, por sua vez, vai cuidar dos discursos sobre a moral e o comportamento normal da população e o que desviaria dessa regra (tornando-se um comportamento anormal, degenerado). Ou seja, a psiquiatria está pensando em normalização do comportamento a partir do que se considerava adequado e ocidental, sendo que muitos dos comportamentos ligados à “brasilidade” estariam na pauta de discussão acerca de sua ‘anormalidade’ e periculosidade.

Nesse contexto de discussão sobre o Brasil e os brasileiros, a teoria psicanalítica começou a ser difundida por um segmento expressivo da psiquiatria nacional, ligada principalmente ao Hospício Nacional e à Liga Brasileira de Higiene Mental.²⁸¹ Nesse sentido, percebemos que as expectativas dos psiquiatras na apropriação da psicanálise estavam marcadas pela possibilidade que esta oferecia para compreender a sociedade brasileira sob um novo viés interpretativo, uma nova resposta à questão central da época: como fazer do Brasil um país moderno e civilizado? A psicanálise foi assimilada em continuidade com a psiquiatria, apreendida pela tradição médica local de maneira seletiva, considerada muito mais como uma técnica de exploração diagnóstica e uma modalidade terapêutica do que uma disciplina que se contrapunha ao enfoque médico sobre a doença mental (Cf.: ALMEIDA, 1995; PONTE, 1999; RUSSO, 2000; 2005; FACCHINETTI, 2001).

Nesse sentido, a psiquiatria local empreendeu a busca pela identidade nacional por meio de estudos sobre a psicologia do brasileiro adulto, o exame dos seus afetos, tendências e emoções, propondo a partir da psicanálise que o núcleo de muitos problemas de sua personalidade era consequência desse ‘id primitivo’. Se o problema é que não seria possível suprimi-lo, a novidade que a teoria psicanalítica trazia é que ele poderia ser educado e guiado para fins condizentes com o ideal moderno, se tornando um Ego civilizado, já que o último era o lugar da ordem, como nos demonstra um de nossos personagens:

Segundo a hipótese de Freud, é o Id o campo onde se passa a mais importante porção dos fenômenos psíquicos, o que vale dizer que são Inconscientes estes, na sua maior parte, é do Id que partem os impulsos mais numerosos e mais intensos. O Ego, a personalidade consciente na sua maior parte, nada mais é do que um aparelho de adaptação ao ambiente, um órgão de percepção, um campo de elaboração dos

²⁸¹ Os principais psiquiatras/leitores da teoria de Freud no Rio de Janeiro, no recorte em questão são: Juliano Moreira (1873-1933), Antônio Austregésilo (1876-1960), Henrique Roxo (1877-1969), Carneiro Ayrosa (?), Julio Porto-Carrero (1887-1937), Inácio de Neves-Manta (1903-?), Gastão Pereira da Silva (1898-1987) e Arthur Ramos (1903-1949). Ao longo do texto, à medida que forem citados, apresento detidamente quem eram estes atores e quais funções profissionais exerciam. Percebemos que os primeiros psiquiatras leitores de Freud se articulam, de alguma forma, a Juliano Moreira (o primeiro a tratar da teoria de Freud no Brasil, conforme informou Porto-Carrero) e ao Hospício Nacional, como por exemplo Antonio Austregésilo e Henrique Roxo. O grupo dos leitores de Freud consolida-se com a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (1923), tendo Julio Porto-Carrero instalado uma clínica psicanalítica dentro da Liga em 1926. Em 1928, com a instalação da seção Rio de Janeiro da Sociedade Psicanalítica criada em São Paulo no ano anterior, o grupo de psiquiatras envolvido com a psicanálise passou a ser formado essencialmente por nomes ligados ao Hospício Nacional, à Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e/ou à Liga Brasileira de Higiene Mental, como Carneiro Ayrosa – psiquiatra da Assistência a Psicopatas do Hospício Nacional e Inácio de Neves-Manta – membro da Liga Brasileira de Higiene Mental.

A relação entre o Id freudiano e a perspectiva de que o núcleo de muitos problemas da personalidade nacional eram consequência do ‘id primitivo’, fica ainda mais evidenciada nas palavras de Gastão Pereira da Silva (1898-1987):²⁸³

Do inconsciente nasceu a psicanálise. Nasceu o mundo interior do homem. O inconsciente é assim a idéia central da nova ciência. Sem ele a psicanálise não teria nenhuma razão de ser. Este “eu” primitivo, bárbaro, selvagem, é o “homem-instinto”. A isto deu Freud o nome do vocábulo latino “id”. “Id” é, pois, uma fonte de energia derivada dos instintos. É este “id” que vive em constantes agressões ao “eu”, ao nosso segundo “eu”, o “eu” moral, o “eu” que a educação edificou. Mas este “eu”, ou melhor, “ego”, no curso do seu desenvolvimento, separa-se em uma parte mais profunda para viver em íntimo contato com o “id”. Esta parte toma aí o nome de “superego”. (SILVA, 1933: 130-131)

A psicanálise, ao ser apropriada pela psiquiatria carioca, se transformava num poderoso instrumental para auxiliar no controle sobre o não-racional, visto como foco possível de desequilíbrios e anomalias de consequências prejudiciais às futuras gerações (descendentes) bem como para toda a coletividade presente. Através da psicanálise, a psiquiatria se dedicaria à formação de “bons hábitos”, à construção de “homens normais”, dos “homens para a Pátria”, de “brasileiros úteis ao país” (PORTO-CARRERO, 1933c: 144). A psicanálise, assim, seria um instrumento da psiquiatria para obter resultados apropriados na perspectiva da prevenção das neuroses e de outras patologias, ou na correção de males já instalados, como as condutas desviantes e degeneradas (sexuais ou morais).

Os psiquiatras assinalavam, dessa forma, a crença num processo evolutivo, dotado de um nítido acento de “regeneração social” através da ferramenta psicanalítica: “inicialmente o indivíduo é apenas um *Id*, apenas instinto, qualquer coisa de impessoal, sobre a qual vai-se edificando depois o *ego*, o *eu* moral, o *eu* que a educação erige e constrói. Assim, entre as agressões do meio social e as reações do indivíduo é que se forma a personalidade” (SILVA, 1933: 163).

A idéia de civilização, na perspectiva destes psiquiatras, tinha um acento positivo: eles criticavam os comportamentos e normas sociais pautadas na mera repressão dos instintos,

²⁸² Julio Pires Porto-Carrero (1887-1937) é considerado o grande divulgador da teoria psicanalítica no Rio de Janeiro. Psiquiatra, tornou-se professor catedrático de Medicina Legal na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1929. Fundou a clínica de psicanálise, dentro da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1924.

²⁸³ Gastão Pereira da Silva não esteve vinculado às instituições ligadas à psiquiatria onde a psicanálise circulou (Hospício Nacional e Liga Brasileira de Higiene Mental), mas teve aulas com Porto-Carrero sobre psicanálise e se considerava um discípulo deste.

acreditando ser possível aos indivíduos e sociedades atingirem um estágio civilizado a partir de bases equilibradas e harmoniosas para o seu desenvolvimento “normal” (AYROSA, 1932: 61).²⁸⁴ Este desenvolvimento “normal” seria a principal justificativa para a superação dos males diagnosticados, do ajuste do comportamento “anormal”: a criminalidade, a prostituição, o alcoolismo, as doenças venéreas e outras “taras hereditárias” (como a sífilis, a tuberculose), os desvios no comportamento sexual e moral do brasileiro. (ROXO, 1933: 19-20)²⁸⁵

Seria possível à psiquiatria, através da ferramenta psicanalítica, sugerir a indivíduos, famílias e toda a sociedade adaptar-se à realidade que lhes era apresentada como resultado de uma transformação natural conduzida numa única direção: o caminho para a modernização do país e a civilização da população. Esta proposta definiria os comportamentos “normais” aceitáveis para a continuidade do processo evolutivo em curso.

Para tanto, seria necessário o estabelecimento de um programa modernizador e civilizatório “universalmente brasileiro” que buscasse “pelo raciocínio, as causas dos nossos insucessos, a razão de nossos defeitos” (PORTO-CARRERO [1928a], 1934: 98). “O brasileiro” passava a ser concebido, no psicodiagnóstico destes psiquiatras, como um ‘id primitivo’, bárbaro, selvagem, ainda na infância de seu desenvolvimento moral e intelectual, passível de ser educado e normalizado para se transformar num ‘ego nacional’.

Com a psicanálise a psiquiatria poderia dirigir a evolução do país, já que não era possível nem abdicar da civilização nem continuar estagnado diante do progresso que batia à porta. Através da sublimação e educação dos impulsos prejudiciais à civilização, a psiquiatria poderia conduzir à população em sua obra para civilizar o país. Evitar, enfim, o condicionamento de propensões negativas, substituindo-as por outras, favoráveis e importantes para oferecer uma educação vantajosa para o avanço do país: “sublimar ou condicionar derivativos úteis ou inócuos, isto é, educar, aperfeiçoando os instintos” (AYROSA, 1934: 24).

Graças à psicanálise, se podia explicar a formação das civilizações, a origem dos mitos e lendas e até o porquê das vocações profissionais. Com ela, também, seria possível civilizar o país, ou melhor, fazer evoluir o ‘id primitivo’ no desenvolvimento de um ‘ego civilizado’:

²⁸⁴ Carneiro Ayrosa (?) foi um médico psiquiatra, docente de psiquiatria da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, tendo trabalhado também no Hospício Nacional.

²⁸⁵ Henrique Roxo (1877-1969) foi um médico psiquiatra, catedrático de Clínica Psiquiátrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1921. Trabalhou também no Hospício Nacional e foi membro de inúmeras instituições médicas, incluindo a Academia Nacional de Medicina. No seu *Manual de psiquiatria*, de 1921, faz um resumo da teoria psicanalítica com um capítulo intitulado: “A doutrina de Freud”.

Embora órgão imperfeito, o Consciente pode ser, porém, melhorado, desenvolvido, educado; no seu campo de ação podem ser aumentadas as tendências canalizadas para a felicidade própria e social do indivíduo. É assim que os poderes da cultura, da pedagogia e da higiene mental podem aumentar o campo de ação da consciência e é assim, sobretudo, que a psicoterapia, depois que ela própria revela ao paciente suas próprias tendências inconscientes, pode canalizá-las num sentido racional e utilizá-las favoravelmente, chegando a tornar agradáveis ao sujeito as representações ou atos até então penosos ou indiferentes e vice-versa (MORAES, 1927: 10).²⁸⁶

O paciente em questão era o Brasil e “aos educadores compete indagar as primitivas vivências favoráveis à correta formação da personalidade” (RAMOS, 1935: 6).²⁸⁷ O projeto da psiquiatria-psicanalítica se constituía, assim, na normalização de comportamentos aceitáveis, tanto na esfera privada quanto pública da vida privada, acentuando a responsabilidade de homens e mulheres com a civilização que se pretendia florescer no Brasil. Seus discursos, baseados também na teoria eugênica, convergiam no propósito do aperfeiçoamento da sociedade, sendo necessário para esse projeto de aprimoramento social a realização de um psicodiagnóstico dos males do país:

Os preconceitos leigos, míticos, todos originados de impulsos sexuais que se transvertem, se transmudam, se disfarçam, vêm cooperar na personalidade artificial, antinatural, anti-humana, disposta assim às neuroses e às perversões. E assim se forma um complexo de castração, um sentimento íntimo de culpa, de purificação, de punição – tudo quanto torna o homem impróprio para o meio social que assim o preparou tão mal para a vida coletiva. (PORTO-CARRERO [1928b], 1934: 99)

Na proposta de educação dos impulsos, para o ‘id primitivo’ do brasileiro realizar sua passagem para um ‘ego civilizado’, as escolas seriam o local ideal e as crianças o objeto privilegiado. Como disse Porto-Carrero, era melhor “uma elite intelectual guiar quatro ou cinco milhões de superiores do que quarenta milhões de débeis” (PORTO-CARRERO, 1933b).

Se ao brasileiro faltava saúde e educação, faltava também a consciência de coletividade. As campanhas de saneamento e as expedições científicas, os discursos sobre a

²⁸⁶ Deodato de Moraes foi um psicólogo e professor carioca. Participou da Academia Brasileira de Educação e, juntamente com o psiquiatra Porto-Carrero, escreveu artigos e ministrou várias palestras sobre a psicanálise. O curso citado, ministrado junto com Porto-Carrero, era de “iniciação à psicanálise para educadores” na Associação Brasileira de Educação (no ano de 1928, de 20 de abril a 15 de julho, totalizando 23 conferências).

²⁸⁷ Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949) formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1926 com a tese de doutorado intitulada *Primitivo e loucura*, na qual inspirava-se nos estudos de Levy-Brühl, Freud e Jung. Ainda na Bahia, redigiu os seus *Estudos de psicanálise* em 1931, *Freud, Adler e Jung e Psiquiatria e psicanálise* em 1933. Em 1934 fixa-se no Rio de Janeiro e passa a dirigir a Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação e Cultura do Distrito Federal. No mesmo ano, escreve *Educação e psicanálise*, com base principalmente em Adler. Por essa época, escreve também *Os furtos escolares* (1939) e *A criança problema* (1939)

profilaxia das doenças, tudo isso havia contribuído para a percepção de que a ciência poderia ser capaz de regenerar a nação. A ‘elite intelectual’ psiquiátrica também assumiu um papel decisivo nesse projeto, se propondo a cuidar para que o Estado assumisse suas responsabilidades para com a sociedade, comprovando a necessidade de fazer com que a ‘massa medíocre’ fosse educada (deixando assim de ser medíocre) e para que seus instintos fossem sublimados a fins positivos para os ideais civilizatórios. Era preciso, neste ponto, respeitar a função social de homens e mulheres, pois a sexualidade determinaria também quais as melhores atitudes de sublimação de seus instintos.

Considerações finais

Minha hipótese é a de que, nas décadas de 1920 e 1930, os discursos médicos psiquiátricos que se fundamentavam em pressupostos psicanalíticos tentavam dar conta de detectar e educar o primitivismo do brasileiro (o id nacional), com o intuito de ajustar seus valores e comportamentos aos ideais do mundo moderno e civilizado. Buscava-se, assim, o tratamento para todas as condutas desviantes – sexuais, morais, comportamentais, da mesma forma que se procurava a prevenção das mesmas (através da educação, educação sexual, consultas pré-nupciais, no cuidado com a infância). A função da teoria psicanalítica neste projeto seria sustentar os discursos que recomendavam a educação ou evolução do “id primitivo” brasileiro (ligado às paixões, aos impulsos, aos excessos, aos comportamentos desviantes) para que se transformasse num “ego civilizado”, para enfim se encontrar a identidade nacional (baseada na moral e no comportamento moderno de acordo com o modelo europeu de civilização).

Portanto, a psicanálise auxiliaria a psiquiatria na construção de uma identidade nacional marcada pela regeneração e modernização. O que havia sido anteriormente lido como advindo de raças primitivas incapazes de produzir uma civilização, era agora compreendido como advindo de indivíduos a quem se deveria disciplinar por meio de um trabalho educativo, sendo que o papel da psiquiatria era fazê-los desviar seus impulsos na direção de fins mais elevados: se o id brasileiro (marcado pelos impulsos e desvios) era primitivo, caberia introduzir, a partir das ferramentas psicanalíticas, a possibilidade de educá-lo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ricardo Cariello de. *A Higienização da Psicanálise: um projeto dos leitores de Freud no Rio de Janeiro dos anos 20 e 30*. Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 1995.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

AYROSA, Carneiro. O alcoolismo – suas raízes psicológicas segundo a psicanálise. In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano VII, nº 1, janeiro-março de 1934, p. 17-26.

_____. O comportamento e seus motivos psicológicos. In: *Arquivos Brasileiros de Medicina*, ano XXII, Rio de Janeiro, 1932, p. 53-69.

BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura (Biblioteca Carioca), 1990.

BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru: EDUSC, 2005.

DAGFAL, Alejandro. Para una “estética de la recepción” de las ideas psicológicas. In: *Frenia*, volume IV, nº 2, 2004.

FACCHINETTI, Cristiana. *Deglutindo Freud: história da digestão do discurso psicanalítico no Brasil 1920-1940*. Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII a transição ao século XX). In: *Asclepio*, Madri, volume 50, número 2, p. 95-111, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Sobre os interesses cognitivos, terminologia básica e métodos de uma ciência da literatura fundada na teoria da ação. In: LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.

MORAES, Deodato de. *Psicanálise e Educação*. Rio de Janeiro, Mendonça, Machado e Cia, 1927. 144 p.

PONTE, Carlos Fidelis da. *Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz. Outubro de 1999.

PORTO-CARRERO. Bases da educação moral do brasileiro [1928a]. In: *Grandeza e Misérias do Sexo*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1934. 190 p.

_____. Profílix dos males da emoção [1928b]. In: *Grandeza e Misérias do Sexo*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1934.

_____. *Psicanálise de uma Civilização*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1933b. 241 p.

_____. *Sexo e Cultura*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, Waissman, Koogan, 1933c. 210 p.

RAMOS, Arthur. A educação física elementar. In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano VII, nº 1-2-3, janeiro-setembro, 1935, p. 3-12.

ROXO, Henrique. Psicanálise. In: *Psicanálise e outros estudos*. Rio de Janeiro, Conxson, 1933.

RUSSO, Jane. A psicanálise enquanto processo civilizador: um projeto para a nação brasileira. In: *Cadernos IPUB*, Rio de Janeiro, volume 6, nº 18, 2000.

_____. Julio Porto Carrero: a psicanálise enquanto processo civilizador. In: RUSSO, Jane; DUARTE, Luiz Fernando Dias; VENÂNCIO, Ana Teresa (org.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

SILVA, Gastão Pereira da. *Crime e psico-análise*. Rio de Janeiro, Marisa Editora, 1933.

Cultura no Brasil Republicano

Os Inconfidentes: análise de um filme.

Dirceu Ferreira Barbuto *

Resumo: O presente artigo tem como objetivo fazer um aprofundamento do estudo das relações existentes entre História e Cinema, sobretudo no que diz respeito ao filme histórico. Para tal, o objeto escolhido foi o filme *Os Inconfidentes* (BRA, 1972, 76 min.) de Joaquim Pedro de Andrade, pelo fato de apresentar um diálogo com o Estado autoritário e sua política cultural, trazendo grandes desafios ao historiador.

Palavras-chave: cinema; filme histórico; nova história; inconfidência mineira; coroa portuguesa; ditadura militar.

Abstract: This article to make a further study of the relationship between History and Cinema, especially with regard to the historical film. To this end, the object chosen was the film *The Conspirators* (BRA, 1972, 76 min.) by Joaquim Pedro de Andrade, because this has a dialogue with authoritarian state and its political culture, bringing great challenges to the historian.

Keywords: cinema; film history; new history; disloyalty mining; portuguese crown; military dictatorship.

Introdução

Com a abertura das pesquisas historiográficas para fontes não tradicionais – em especial as concepções da Nova História – o filme passou a ser visto como um possível documento para a investigação histórica. Um dos grandes responsáveis por essa incorporação foi o historiador francês Marc Ferro. Considerado como um dos pioneiros no emprego do filme como fonte documental, ele nos fala que é preciso

* Bacharel em Direito (Instituto “Vianna Júnior”), Bacharel e Licenciado em História (UFJF), Especialização em História Econômica (UFJF).

“Partir da imagem, das imagens. Não procurar somente nelas exemplificação, confirmação ou desmentido de um outro saber, aquele da tradição escrita. Considerar as imagens tais como são, com a possibilidade de apelar para outros saberes para melhor compreendê-las. Assim, um método que lembraria o de Febvre, de Francastel, de Goldmann, desses historiadores da Nova História, da qual se definiu a vocação. Eles reconduziram a seu legítimo lugar as fontes de origem popular, escritas de início, depois não escritas: folclore, artes e tradições populares etc. Resta estudar o filme, associá-lo ao mundo que o produz. A hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História; o postulado? Que aquilo que não se realizou, as crenças, as intenções, o imaginário do homem, é tanto a História quanto a História.” (LE GOFF & NORA: 1988, 203).

O cinema é uma expressão artística e por isso mesmo ele faz pensar, refletir, mostrar para as pessoas aquilo que nossos olhos vêem normalmente, mas não interpretam. Um dos maiores desafios para o historiador que opta por trabalhar com manifestações artísticas, principalmente com o cinema, é fazer a articulação de questões propriamente estéticas com as dimensões políticas do engajamento dos cineastas, pois muitos deles associam o ato de filmar a um ato político.

O estudo dos filmes históricos constitui-se numa das formas de trabalho mais instigantes que o historiador pode encontrar em sua relação com o cinema. Neste sentido, este artigo tem como objetivo fazer um aprofundamento do estudo das relações existentes entre História e Cinema, sobretudo no que diz respeito ao filme histórico. Para tal, o objeto escolhido foi o filme *Os Inconfidentes* (BRA, 1972, 76 min) de Joaquim Pedro de Andrade, pelo fato de apresentar uma crítica ao regime militar (momento que é produzido) e por fazer uma discussão sobre a Inconfidência Mineira (período que pretende retratar), trazendo grandes desafios ao historiador.

E dentre o leque de opções que o filme oferece, procuramos focar nossa pesquisa na forma como foram representados os personagens Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Inácio José de Alvarenga e Joaquim José da Silva Xavier, conhecido popularmente como Tiradentes. Além de fazermos uma contextualização do filme, mostrando como ele dialoga criticamente com as polarizações ideológicas de seu tempo.

O cinema como revolução e liberdade

Nos anos 1970, *Os Inconfidentes* mostrava uma das primeiras e bem intencionadas tentativas de revolução e liberdade que se fizeram no Brasil, retratando o mais antigo mito

republicano Tiradentes com o Brasil do século XX. Em produção feita inicialmente para uma rede de TV italiana, RAI, como parte da série intitulada “A América Latina vista por seus idealizadores”, Joaquim Pedro de Andrade exacerba sua postura crítica e promove um “diálogo” com o Estado e sua política cultural (XAVIER, 1985: 27).

Trata-se de um momento de profundas mudanças na área cinematográfica, entre elas, a criação da Embrafilme que possibilitou mais recursos para a produção e uma maior abertura do mercado exibidor ao produto nacional. Vale lembrar que o ministro da Educação e Cultura estabeleceu um programa de incentivo e apoio às produções cinematográficas que tivessem um caráter histórico, abordando a vida de grandes vultos da nossa história e também a adaptações literárias, procurando valorizar a cultura brasileira (XAVIER, 1985: 27-29). Utilizando-se da proposta do próprio Estado autoritário, Joaquim Pedro realiza um filme histórico, onde a história é seu principal objeto, tratando basicamente da posição de intelectuais diante da prática de políticas revolucionárias num tempo de repressão.

Subversão temporal, diálogos literários retirados dos Autos da Devassa da Inconfidência, nas poesias de Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto e no Romanceiro da Inconfidência de Cecília Meireles, se fazem presentes numa narrativa centrada não em Tiradentes, mas nos intelectuais do movimento (RAMOS: 1987, 414). Acrescentando ainda uma ampla pesquisa bibliográfica feita pelos roteiristas, o que faz deste filme um dos mais eruditos filmes históricos de nossa cinematografia. Sem dúvida alguma, uma obra sofisticada que coloca em cena a discussão histórica, mas extrapola para um questionamento do papel dos intelectuais e também da própria linguagem cinematográfica:

“(…) o plano-sequência, os movimentos e a fala direta à câmera se organizam para evidenciar a supremacia da palavra, o teatro e o jogo de vaidades, ambições, da conspiração de gabinete – a derrota do movimento, nos termos em que se deu, o intelectual distante dos dominados, é experiência passada que se representa para pensar o processo político atual.” (XAVIER: 2001, 89-90).

Na verdade, o Cinema Novo estava respondendo pesado ao oficialismo histórico do momento, radicalizando junto ao público. O filme surgiu quando o Brasil comemorava os 150 anos de independência, sob a vigência do AI-5 – que provocou o acirramento da censura – e pela violência do Governo Garrastazu Médici. É do momento em que a tortura estava a toda e a resistência ao regime, desmantelada.

Para Joaquim Pedro

“o filme está centrado na cadeia. O que corresponde aliás ao ponto de vista de todos os documentos sobre a Inconfidência. Foi a partir daí que se passou a tratar com mais interesse dos personagens e da conspiração, que não chegou nunca à ação e ficou apenas em reuniões, conversas, discussões”²⁸⁸.

O autor então percorreu o labirinto da documentação de modo a estabelecer a trama dos acontecimentos. Desta forma, o cineasta está longe da adaptação literária e do filme histórico convencional que, no dito “cinemão”, são tendências da produção patrocinadas pela política oficial.²⁸⁹

Os intelectuais e Tiradentes

A encenação da Inconfidência Mineira mostrada no filme, discute o comportamento do intelectual em face da revolução e dos conflitos entre dominantes e dominados. A construção dos personagens Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e Inácio José de Alvarenga obedeceu a um particular esforço de composição alegórica. Entretanto, podemos perceber que estes personagens continuam possuindo características a partir das quais o espectador pode reconhecer neles os conjurados do século XVIII.

Joaquim Pedro de Andrade trata estes três personagens como poetas/intelectuais, apesar da existência das múltiplas diferenças pessoais. Para tanto, não são explicitadas as relações, muitas vezes estreitas, mas nem sempre tranquilas que eles mantiveram com a coroa portuguesa, bem como os meios de produção de riquezas. Como o filme tem o objetivo de propor um retrato geral destes personagens, o cineasta aponta basicamente três características que os unem: a primeira mostra que eles são homens iminentemente voltados para as idéias; a segunda salienta o afastamento que os referidos homens de letras mantêm em relação às camadas sociais oprimidas e, a terceira, torna evidente que a frivolidade é o traço mais marcante de seus discursos (RAMOS: 2002, 150).

²⁸⁸ Joaquim Pedro em entrevista a José Carlos Avellar para o “Jornal do Brasil” em 15 de abril de 1972. Disponível em: <http://bmail.uol.com.br/attachment?msgid=MTA1MzI&citype=Jornal+do+Brasil.htm&disposition=attachment&folder=SENT&attsize=7057>. Consultado em: 23/04/2012.

²⁸⁹ Um bom exemplar do oficialismo bruto do período é o filme INDEPENDÊNCIA OU MORTE (direção de Carlos Coimbra, 1972), que celebra os 150 anos de independência do Brasil de forma heróica e ufanista, ao contrário do filme de Joaquim Pedro que mostra a “mão de ferro” da Coroa portuguesa. (RAMOS: 1987, 413-414)

Com base nestas idéias, o historiador Alcides Freire Ramos pontua que os indivíduos formados conforme os valores das classes dominantes e que se dedicam às atividades intelectuais, encontrem grandes dificuldades em sua lida com a questão da luta política quando se tem em vista transformações mais amplas e radicais. Principalmente quando enfrentam adversidades como aquelas decorrentes da prisão, dos interrogatórios e da iminência da morte, quando suas convicções são postas à prova (RAMOS: 2002, 170).

O filme mostra que os comportamentos dos intelectuais conjurados expressavam contradições que diziam respeito ao fato de não conseguirem agir, tendo em vista interesses e objetivos que encontravam-se em contradição com os de uma classe de origem e/ou formação: proprietários de escravos que discutem a abolição; homens muito preocupados com a manutenção de sua posição de classe (poder, prestígio e riqueza), que lutam contra a opressão e exploração da Metrópole; letrados/poetas ciosos de sua condição superior que articulam um movimento de interesse geral, falando em nome de toda a população de Vila Rica. Diante destes fatos, fica claro que estes letrados interiorizaram e viveram as contradições existentes entre de um lado, a necessária crítica radical da sociedade em que atuaram e, de outro, a vontade de não perder as vantagens decorrentes de sua posição social superior.

Para Alcides Freire Ramos, ao exteriorizarem essa contradição, eles fizeram de uma maneira acrítica, se materializando em uma posição ambígua, *“que foi interpretada no filme como pusilanimidade do ponto de vista prático e reformista em seus desdobramentos.”* (RAMOS: 2002, 186). A partir desta visão, percebemos que no filme não se estabelece um vínculo tão estreito entre propriedade/poder e postura reformista. Enfatiza-se muito mais os valores adquiridos a partir de uma determinada formação. De acordo com o historiador, *“o intelectual reformista não é apenas o indivíduo que tem propriedade/vínculos com o poder, mas é sobretudo aquele que se educou à luz dos valores dominantes.”* (RAMOS: 2002, 186).

Ou seja, o cineasta encontrou na bibliografia elementos que permitiram mostrar esses personagens como inaptos e incapazes para concretizar a ação que tinham se proposto. E segundo ele, ao que tudo indica, os intelectuais conjurados não conseguiram se desprender de uma formação que não os impulsionavam para a ação e sim para o apego, as regras de uma determinada formação de classe.

A figura de Tiradentes e o desfecho da Inconfidência Mineira foram se revestindo de tons e ritmos distintos ao longo da História, a partir do momento em que foram retomados e atualizados. Podemos dizer então que, ao mesmo tempo que Tiradentes morre, nasce um símbolo. Entretanto, de diferentes formas, ele foi preenchido de significados na qualidade de

mito político. Um mito retirado muitas das vezes de uma figura quase que santificada, com suas vestes e aparência voltadas para um herói muito parecido com Cristo crucificado.

Para Joaquim Pedro, Tiradentes

“era o único que tinha um sentido prático e que queria realmente fazer a revolução, enquanto os outros principalmente especulavam sobre tudo o que queriam. Discutiam muito sobre como seria mas sempre sob a instigação dele. (...) Em todos os depoimentos ele aparece como um indivíduo com uma tremenda convicção do que estava fazendo, uma convicção de justiça e da causa que defendia”.²⁹⁰

No filme, Tiradentes também está representado na estratégia discursiva alegórica, porém, podemos reconhecer nele elementos que fixam-no no século XVIII e fazem-no significar “algo mais”, dependendo do investimento intelectual, político e afetivo do espectador (RAMOS: 2002, 197).

Joaquim Pedro quer chamar a atenção para a oposição que existe entre Tiradentes e os demais conjurados: o primeiro é representante de uma postura que diante do mundo se afirma pelo “sentido prático”, pelo “querer fazer”; enquanto os outros são apenas representantes de um posicionamento “especulativo” em que a “discussão” assume o papel central. Nesta interpretação, o “sentido prático” e o “querer fazer” visa diretamente à revolução, ao passo que a “especulação e discussão” parece apenas indicar que a revolução teria saído do horizonte (RAMOS: 2002, 308).

É importante salientar que o assunto sobre o qual *Os Inconfidentes* disserta, na visão do cineasta, diz respeito à reação que indivíduos de “formação burguesa/de classe média” dedicados à atividade artística tiveram diante da repressão da coroa portuguesa. Neste momento, a experiência da cadeia é encarada como situação-limite, revelando os reais traços de caráter dos conjurados. É nesta situação que se estabelecem as diferenças de sentimentos e comportamentos entre Tiradentes e os intelectuais conjurados.

Seria como se a situação vivida pelos conjurados do século XVIII no filme, tivesse validade para o entendimento de todas as situações em que os intelectuais de formação burguesa vivenciassem a dura realidade do cárcere, os duros interrogatórios e a iminência da morte. A história, neste caso, caracteriza-se mais pelos aspectos que não mudaram ou permaneceram imóveis, do que pelos que se transformaram. Seria como a formação burguesa

²⁹⁰ Joaquim Pedro em entrevista a José Carlos Avellar para o “Jornal do Brasil” em 15 de abril de 1972. Disponível em: <http://bmail.uol.com.br/attachment?msgid=MTA1Mzl&citype=Jornal+do+Brasil.htm&disposition=attachment&folder=SENT&attsize=7057>. Consultado em: 23/04/2012.

recebida por alguns indivíduos do século XVIII, fosse do mesmo tipo daquela que outros indivíduos receberam no século XX. Para Alcides Freire Ramos, é essa a base de argumentação segundo a qual o filme pode oferecer uma lição ao espectador a partir da história narrada (RAMOS: 2002, 314).

Considerações Finais

Joaquim Pedro de Andrade (1932-1988) talvez tenha sido o cineasta que melhor traduziu o Brasil em que viveu, seja através de suas idéias, seja tomando emprestadas idéias de autores clássicos para transformá-las em visões novas. Sua obra é um constante diálogo com o modernismo brasileiro. Ele procurou fazer filmes que discutissem, influíssem e participassem da nossa realidade.

Como foi exposto, tendo em vista os problemas ligados à censura, bem como a necessidade de problematizar questões complexas, muitas delas afastadas do cotidiano imediato do cidadão comum, é que nasceu o projeto por parte do cineasta, de fazer um filme que tratasse da repressão utilizando a *Inconfidência Mineira* como um escudo e usando amplamente a alegoria.

Em face das vicissitudes da conjuntura política, Joaquim Pedro propõe uma relação entre passado-presente em que, não é apenas o passado que estaria ajudando a entender o presente, mas os problemas enfrentados no presente é que orientaram uma releitura do passado: *inconfidentes/guerrilheiros urbanos versus ditadura militar/coroa portuguesa*. Então, se o passado serve de escudo protetor ao cineasta para que ele possa falar do presente, sem correr riscos de ser censurado, este mesmo passado funciona também como uma espécie de espelho. Segundo Alcides Freire Ramos, as implicações mais complexas da estratégia alegórica proposta se situa no presente pelos que vivenciaram os momentos difíceis da ditadura militar.

Por este motivo, se em *Os Inconfidentes* existe uma discussão e/ou crítica ao comportamento dos conjurados intelectuais/poetas do século XVIII, ela ao mesmo tempo, acaba funcionando como uma espécie de autocrítica feita pelos (oferecida aos) artistas revolucionários do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Como nos mostra Alcides Freire Ramos, ao reconstruir as cenas da prisão, o filme orienta pelo mesmo tipo de concepção de mundo que estava na base de formação ideológica destes militantes. Assim sendo, “o filme acaba dialogando com todos os intelectuais de formação de classe

média/burguesa, bem como os homens de espírito prático que estavam lutando contra o regime militar. E que eram apanhados nas malhas da repressão.” (RAMOS: 2002, 304).

O filme dialoga criticamente com as polarizações ideológicas de seu tempo ao trabalhar com os temas, símbolos e valores então em voga no Brasil como tortura, traição, revolta e responsabilidade. Porém, não se deixa envolver facilmente por eles. A alegoria, aqui, parece apenas um meio do cineasta dizer por linhas tortas, o que não podia dizer de outro modo, devido as diversas formas de repressão sobre as opiniões no período.

Os Inconfidentes é um filme ousado e amargo, indicador de uma época difícil que o país atravessou. Dentro da nossa filmografia, ele está entre as obras que merecem destaque na primeira metade da década de 1970. Como observa José Mário Ortiz Ramos

“(…) são filmes que, mesmo que se movimentem em campo minado, onde predominava a visão do lucro rápido e um nacionalismo incipiente de origem governamental, conseguiram evidência pela preservação da integridade autoral, avançando nos planos da temática e da linguagem.” (RAMOS: 1987, 414).

Para Ismail Xavier, o filme apresenta “(…) valores de produção, trajeto no mercado, cuja postura radicalmente se faz pesquisa de estilo fora dos imperativos da comunicação.” (XAVIER: 2001, 89).

A película de Joaquim Pedro foi um golpe nas convenções dos filmes históricos brasileiros: crítico em relação à História e audacioso como proposta estética, ao apresentar um Joaquim da Silva Xavier imberbe e de cabelos claros, indo de encontro ao imaginário imposto pelos livros, que tanto educaram gerações e mais gerações; recusou uma narrativa clássica e realista, usando metáforas constantes e até criando situações ficcionais que não ocorreram na época da Inconfidência, demonstrando as possibilidades que o cinema oferece quando retrata um passado histórico, sem necessariamente seguir a “fidelidade” aos fatos; e finalmente, ao cruzar cenas ficcionais com cenas documentais do passado recente, o filme lança o passado no presente e vice-versa, fazendo o espectador indagar por meio de uma imagem para ser lida em dois níveis: fala de uma tentativa frustrada de libertar o país para perguntar se estávamos mesmo independentes, se a história estaria se repetindo, se estávamos todos vivendo em uma prisão. Em outras palavras, Joaquim Pedro nos mostra que seu filme é menos sobre o passado em si, senão sobre a forma como o passado permanece vivo no presente e permite ver este com outros olhos.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

Para Alcides Freire Ramos, “*O seu fracasso junto ao público, bem como junto aos intelectuais, é, ao mesmo tempo, o seu sucesso. Para gostar de Os Inconfidentes, é preciso estar preparado para ele ...*” (RAMOS: 2002, 324).

Referências bibliográficas

FERRO, Marc. O Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

RAMOS, Alcides Freire. **Canibalismo dos fracos**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

RAMOS, José Mário Ortiz. O Cinema Brasileiro Contemporâneo (1970/1987). In: RAMOS, Fernão (org.). **História do Cinema Brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

XAVIER, Ismail. Do Golpe Militar à Abertura: a Resposta do Cinema de Autor. In: XAVIER, Ismail, PEREIRA, Miguel, BERNARDET, Jean-Claude. **O Desafio do Cinema**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. **O Cinema Brasileiro Moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Filme

Os Inconfidentes (1972, Joaquim Pedro de Andrade)

Ficha técnica: *Os Inconfidentes*. Rio de Janeiro, 76 min. Diretor: Joaquim Pedro de Andrade. Roteiro: Joaquim Pedro de Andrade e Eduardo Escorel. Argumento: a partir dos *Autos de Devassa*, trechos de *O Romancero da Inconfidência* de Cecília Meireles e de poemas de Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Cláudio Manoel da Costa. Fotografia: Pedro Moraes, Montagem: Eduardo Escorel, Música: Ari Barroso, Agustín Lara e Marlos Nobre, Produtora: Filmes do Serro, Grupo Filmes, Mapa. Apoio: RAI – Radiotelevisione Italiana. Elenco: José Wilker (Tiradentes), Luis Linhares (Gonzaga), Paulo César Pereio (Alvarenga), Fernando Torres (Cláudio), Carlos Kroeber (Ten-Cel. Francisco de Paula), Nelson Dantas (Padre Toledo), Carlos Gregório (Maciel), Fábio Sabag (Visconde de Barbacena), Wilson Grey (Silvério), Roberto Maya (Inquisitor), Margarida Rey (Maria I), Tereza Medina (Bárbara), Suzana Gonçalves (Marília), Zorah (Escrava de Cláudio) e Ricardo T. de Salles (Frei Raimundo de Penaforte).

Sites Pesquisados

<http://bmail.uol.com.br/attachment?msgid=MTA1Mzl&citype=Jornal+do+Brasil.htm&disposition=attachment&folder=SENT&attsize=7057>.

<http://www.escrevercinema.com/JoaquimPedro.htm>

http://www.filmesdoserro.com.br/mat_in_03.asp

<http://www.filmespolvo.com.br/site/eventos/cobertura/572>

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

<http://www.meucinembrasileiro.com/filmes/inconfidentes/inconfidentes.asp>

**Ser Mulher, “Uma Missão”: a Escola Superior de Ciências Domésticas, feminilidade,
doutrina e representações de gênero.**

Fábio Luiz Rigueira Simão*

Resumo: Neste trabalho focamos a construção de gênero a partir de um universo em particular: a Escola Superior de Ciências Domésticas – ESCD, criada em 1952, e encampada à UREMG (Universidade Rural do Estado de Minas Gerais). O curso fora concebido com o objetivo de formar mulheres (cientistas domésticas), capazes de intervir e desenvolver a realidade sócio-econômica das famílias camponesas do estado de MG. Essa trajetória das mulheres pode mostrar-nos sobre as concepções de gênero desenvolvidas na época. Neste artigo, vamos tentar estudá-lo a partir de discurso do padre Mendes, professor-fundador do curso, pronunciado na ocasião de seu lançamento.

Palavras-Chave: Ciências Domésticas, feminilidade, gênero, doutrina.

Abstract: In this work, we focus on the gender construction, considering a particular social universe: the High School of Home Sciences, launched and established in the Minas Gerais State University, in 1952. That course was established to allow its students (girls known as home sciences women) which would develop the economic and social life of the farm families around the Minas Gerais State. That women's trajectory can show us the conceptions of gender developed at that time. In this article, we are going to try and study it from the priest Mendes' speech, pronounced with the launching of the course.

Keywords: Home Sciences, femininity, gender, doctrine.

A mais útil e honrada ciência e ocupação para uma mulher é a ciência da limpeza

Montaigne, século XVI

* Graduado em História pela Universidade Federal de Viçosa (2005). Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008). Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: fabbiosimao@yahoo.com.br

Os estudos sobre a mulher e sua relação com a construção de relações sociais e sociabilidades, bem como discursos e construções simbólicas acerca da sexualidade feminina são ainda – e talvez mais do que nunca – campo de profícuas análises nas áreas de história, antropologia, psicologia, sociologia e outras ciências sociais. Trabalhos consagrados como o de Simone de Beauvoir abriram caminho para diversos *feminismos*, na medida em que despertaram novas preleções e discussões, mais ou menos próximas de sua linha de pensamento, tanto de crítica como de exaltação da mulher que se queria inserir em um mundo de realidades históricas dinâmicas e peculiares, as quais haviam-lhe amiúde reservado o silêncio (SWAIN, 2001).²⁹¹

No final dos anos 1990 que se notabilizariam os trabalhos de Michelle Perrot (1993; 1995) traduzidos no Brasil e publicados em língua portuguesa a partir dali.²⁹² Numa perspectiva ainda mais austera, uma tradição estadunidense passa a preferir a noção de gênero ao invés de pretender a uma história da mulher. Isso porque o conceito de gênero permite considerar, a um só tempo, a construção histórica do sujeito masculino e feminino, de sorte que admite ao pesquisador o alcance das relações de conflito entre os atores sócio-históricos, deixando ver nelas exatamente o elemento nevrálgico dos papéis sociais, ideologicamente construídos (SIQUEIRA, 2008).

A noção de gênero utilizada em ciências sociais na sua conotação moderna e no seio dos estudos sobre a feminilidade (e a masculinidade que lhe impõe contraponto) é tipicamente anglo-saxônica. Foi com Joan Scott (1989; 1994) que ganhou amplitude e operacionalidade entre os intelectuais norte-americanos e europeus a partir dos anos 1990 (FISCHER; MARQUES, 2001). Scott trabalha o conceito de gênero considerando-o elemento central das relações sociais de poder fundadas nas diferenças entre os sexos. Nas palavras da autora,

a palavra gênero indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O termo gênero enfatizava igualmente

²⁹¹ Inserção que teria se dado também a partir de uma espécie de *masculinização* da mulher, ou ainda de seu isolamento como elemento ou ator sócio-histórico à parte, como se referem olhares mais austeros (SWAIN, 2001).

²⁹² A partir dos anos 1990 são diversos os trabalhos publicados acerca do tema da mulher, especialmente alguns versam sobre temas transversais em que a mulher aparece ora como central ora como coadjuvante. Exemplos marcantes são os estudos: *a*) sobre o gênero feminino e as representações difundidas acerca de sua condição social na contemporaneidade (sobre esse assunto veja-se: MATOS; LOPES, 2008; SOUZA; KNIJNIK, 2007; SWAIN, 2000 e 2001; WOLLF, 1992; SANTOS, T. C., 1986 In: FIGUEIRA, S. (org.), 1986; SARTI, C.; MORAES, M. Q., 1980 In: BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F, 1980; BASSANEZI, 1996; WIDHOLZER, 2005 entre outros, vide bibliografia proposta); *b*) corpo e identidade feminina pela história e na sociedade contemporânea (veja-se: RODRIGUES, 1993 e 1999; QUEIROZ e OTTA, 2000.); e *c*) mulher, família e ideal de mulher-mãe (veja-se: BADINTER, 1985; GOLDANI, 2002).

o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. (...) Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado (SCOTT, 1995: 73, grifos nossos).

Utilizar a noção de gênero tornou-se importante para pensar as relações sociais, de modo geral, e as dinâmicas particulares que, neste universo, implicam relações de poder pautadas na concepção de papéis sociais ligados aos sexos, ou melhor, às noções de masculinidade e feminilidade.

Neste trabalho focamos a construção de gênero a partir de um universo em particular: a Escola Superior de Ciências Domésticas – ESCD, criada em 1952, e encampada à UREMG (Universidade Rural do Estado de Minas Gerais). O curso fora concebido com o objetivo de formar mulheres (cientistas domésticas), capazes de intervir e desenvolver a realidade sócio-econômica das famílias camponesas do estado de MG. De certa forma cumpria o desígnio da própria universidade alicerçada na trilogia ensino, pesquisa e extensão, influência direta dos *Land Grant College* norte-americanos.

Durante os anos 1950 e 1960 diversas mudanças sócio-históricas importantes ocorreram no mundo ocidental. A dita *revolução sexual* experimentada pelo mundo ocidental a partir desse período fundamenta-se no aparecimento da pílula anticoncepcional, na inflexão dos costumes a partir da juventude *hippie*, bem como na inserção da mulher no meio público, passaporte social conseguido desde a sua necessária introdução no mercado de trabalho do pós-guerra (HOBSBAWM, 2007).

No Brasil, porém, a despeito dos grandes centros urbanos, mas também neles parece que ainda nas décadas posteriores à chamada *revolução sexual*, resquícios de uma sociedade patriarcal ainda informavam a difusão de uma cultura da família nuclear, sendo mesmo tabu falar-se abertamente em sexo entre mulheres, e uma aberração casos de mulheres que ousassem enfrentar o marido e seus desejos masculinos sem que fossem moralmente sancionadas.²⁹³

Essa imagem da mulher-esposa está associada historicamente à dignidade, índole e idoneidade da mulher. Parece residir em uma sujeição feminina ao lar a fim de mantê-la ligada ao universo da casa, espaço por excelência da moral e dos valores da família. A mulher

²⁹³ Referimo-nos aqui a *sanção social* em sentido sociológico como a concebe Emile Durkheim. Segundo o autor, a sociedade, por meio de instituições que permeiam uma consciência coletiva, é capaz de criar estratégias de repúdio a comportamentos e/ou instituições que possam sobrepujar-lhe os valores normalizadores. De modo que fatos anormais, os quais não se encontram dentro dos limites aceitos pela consciência moral de uma sociedade são patológicos e tendem à eliminação (sanção) pela própria sociedade.

ainda era esposa e havia ainda de se curvar diante das demandas do marido a fim de lhe servir porque esse era seu *papel e compromisso moral para com a própria sociedade* (PRIORI, 2006). Como salienta Mary Del Priori (2006: 291), “o bem-estar do marido era a medida da felicidade conjugal e essa adviria, em consequência, de um marido satisfeito”. Numa linguagem mais à vontade, a mídia destinada ao público feminino nos anos 1950 (mulheres casadas especialmente) assim se dirigiam às suas leitoras:

Acompanha-o nas suas opiniões (...) quanto mais você for gentil na arte de pensar, tanto maior será o seu espírito no conceito dele. Esteja sempre ao seu lado, cuidando dele, animando-o (...) reconhecendo seus gostos e desejos (JORNAL DAS MOÇAS, 1955 *apud* PRIORI, 2006).

É da natureza do homem, principalmente daquele que é bem-sucedido em seu trabalho, viver mais para a carreira do que para o lar. Procure suprir com seu equilíbrio e bom senso a lacuna deixada pela falta de assistência do marido. Não lhe guarde rancor (...) (BASSANEZI, 1997: 631).

Representações acerca da mulher são historicamente notáveis. Montaigne (*apud* GROULT, 1993: 83) certa vez afirmou que “a mais útil e honrada ciência e ocupação para uma mulher é a ciência da limpeza”, e Schopenhauer (*apud* GROULT, 1993: 93) declararia: “não deveriam existir no mundo senão mulheres de interior, dedicadas à casa, e jovens aspirando a isto que as formaríamos não à arrogância, mas ao trabalho e à submissão.” E ainda, o mesmo Schopenhauer, em exaltação ao homem, imprime à mulher uma lacuna privando-a de humanidade, afirmando que a mesma “permanece toda sua vida uma criança grande, uma espécie de intermediária entre a criança e o *homem*, este o *verdadeiro ser humano*” (*idem*, grifos nossos).

Proudhon (*apud* GROULT, 1993: 96-97), adverte segundo seu juízo e o de muitos de seu tempo que

uma mulher que usa sua inteligência torna-se feia, louca, (...) a mulher que se afasta de seu sexo, não somente perde as graças que a natureza lhe deu (...) mas recai no estado de fêmea, faladeira, sem pudor, preguiçosa, suja, pérfida, agente de devassidão, envenenadora pública, uma peste para sua família e para a sociedade.

Nietzsche (*apud* GROULT, 1993: 102) levaria a cabo essa ideia, afirmando que “o homem inteligente deve considerar a mulher como uma propriedade, um bem conservado sob chave, um ser feito para a domesticidade e que só chega à sua perfeição em situação subalterna”.

Hoje, quando olhamos o mundo a nosso redor, havemos de admitir que as coisas não são bem assim. A mulher mudou, e mudaram o direito, a família, o homem, a educação. Nosso interesse para com a pesquisa que ora se inicia é perceber como as concepções acerca da mulher se transformam na concretude da dinâmica histórica das relações sociais de poder, vista aqui, em particular, pelo espectro das relações de gênero. A fim de persegui-lo vejamos algo a respeito do projeto e concepção do curso de Ciências Domésticas. Segundo palavras de Pe. Mendes, professor e co-criador do novo instituto de ciências domésticas, em discurso proferido por ocasião de sua oficialização:

A ESAV pôde oferecer, na pujança de sua força, a espinha dorsal do novo organismo em redor do qual, (...) buscam realizar aquele grande esforço de trabalho que, a exemplo dela, só se faz por equipe, com sacrifício, com disciplina rígida, com devotamentos, às vezes, dignos de epopéia, com idealismo nutrido de realidades tangíveis (...). Eis aí, a Escola Superior de Ciências Domésticas (...) É uma novidade. Como tal, sofre dupla reação: a dos que aceitam a idéia e dela se fazem paladinos e a dos que descrêem, atirando-lhe sempre o tempero de seu negativismo. Da minha parte, sou entusiasta, creio na sua vitalidade prática, não desmereço o que já se realizou e não ignoro o muito que se tem por fazer. *Vejo-a até com a possibilidade próxima de reconhecimento federal...* Temos a Escola Superior de Ciências Domésticas, com existência plenamente legal, no âmbito dos 8.600.000 habitantes e na área geográfica do Estado de Minas Gerais (grifos nossos).²⁹⁴

Observe-se que a ESCD, mesmo reconhecendo seus limites – especialmente a presença de opositores descrentes do projeto conforme sugere o discurso – devia pretender justificar-se pela amplitude geográfica e populacional de ação que as profissionais ali formadas haveriam de alcançar: a rigor, todo o território de Minas Gerais.

Admitimos ainda mais do que simplesmente uma alusão às grandezas materiais; Mendes parece referir-se à aura moral envolta à própria fundação da ESAV, de modo que a tônica do discurso é também de certa missão modernizadora, senão moralizadora, algo muito próximo da concepção original da própria universidade por diretores e professores brasileiros e estadunidenses.

Pe. Mendes, procurando neutralizar os olhares incrédulos e os opositores, demonstra que a atuação da mulher, nos meios público e privado, pode e deve ter um tratamento científico.

Há (...) os que não acreditam poder haver nível superior em assuntos domésticos. Havia, respondo a esses, os que não criam na agronomia como carreira com base

²⁹⁴ “Discurso de Pe. Mendes por ocasião da criação da ESCD, 1952”. *Arquivo Histórico Professor Padre Mendes*, Departamento de Economia Doméstica (DED), Universidade Federal de Viçosa (UFV).

científica. Onde estão eles? *Os incrédulos emperdenidos, de 20 a 30 anos atrás, hoje se orgulham de seus filhos e netos diplomados por nossas escolas, a prestar excelente serviço à Pátria* (grifos nossos).

Prestar serviços à pátria. Um discurso típico cuja tônica deveria agora congrega a mulher e sua tarefa para com a nação. Segundo as palavras do mesmo Mendes:

Há 5 décadas, nesta região, os farmacêuticos formados eram exceções, dentro da profissão. Do mesmo modo, os odontólogos. Pergunto: será que a venda de drogas (...) requer mais base de informação científica do que o *governo, o adorno e a administração do lar, a geração, criação, nutrição e educação dos filhos?* (grifos nossos).

Tenho eu a impressão de que as obrigações do segundo caso [ele se refere às tarefas domésticas] envolvem situações bem mais variadas, *responsabilidades bem mais sérias*; preparo mais profundo do que o primeiro requer [ele se refere à manipulação de drogas pelos farmacêuticos supracitados]. *Desde simples noções de gosto estético, de culinária, de vestuário, até os conhecimentos de higiene, puericultura, fisiologia, anatomia, psicologia*, sem falar nas ciências naturais, indispensáveis a qualquer curso (grifos nossos).

Com essa fala, Mendes parece ensaiar o que se pretende com o curso de ciências domésticas: dar um tratamento acadêmico e científico às atividades que já por suposto caberiam à mulher. Vêm-se aí as pressuposições culturais veiculados à época acerca do papel social da mulher, em perfeita consonância com o que lemos acima nas revistas femininas dos anos 1950 e 1960. A inserção dessas mulheres no mercado de trabalho também nos interessa em particular, já que parece razoável pressupor que elas irão se inserir dentro de uma rede social que se quer nova e diferente, na medida em que, ainda que com reservas, admite a sua chegada ao meio público e mesmo científico, para um trabalho que implicava um universo até então destinado e propício ao homem tão-somente.

Além de combinar conhecimentos de ciências naturais, médicas e sociais à missão civilizadora, o papel dessa mulher pretendida pela ESCD ia além. Deveria abarcar o desenvolvimento da família e, por conseguinte, do homem, dos filhos, da comunidade e do próprio trabalho, sendo este, ao menos a princípio, ligado ao campo. Ouçamos as palavras de Mendes mais uma vez:

(...) essas moças vão trabalhar nas tarefas mais importantes e imperiosas do momento, como a *elevação dos níveis de vida do campo*. Para tratar a terra o agrônomo cursa uma faculdade superior. Para tratar a casa, o homem e a família, cursa a mulher uma escola superior. *A casa é mais importante que a terra*. Esta nem todos podem possuí-la. Aquela é bom que todos tenham. Mas, se a casa não superar o campo, o homem e a família não valerão bem mais que a gleba? Aqui está a exigência efetiva de nível para a ESCD: *formar o homem, orientar a família, humanizar os campos* (...) (grifos nossos).

Como vimos acima, à época desse discurso criaram-se estigmas sociais acerca da mulher e essas representações veiculadas na mídia especializada, ou mesmo no julgamento de intelectuais, concorrem para a consolidação de um ideal de mulher em que se lhe reserva um estatuto de fraqueza e subordinação, reclusão e funcionalidade apenas a partir do ideal e da prática masculinas. Nas palavras de Pe. Mendes a mulher que se pretendia formar na ESCD parece ganhar aparência nova, entremeada de uma nobre missão a qual perpetrava a formação do homem, a orientação da família, a humanização dos campos. Mesmo que permeie uma forma um tanto tradicional de conceber a mulher, repetindo os mitos ligados à “rainha do lar”, o discurso sobre essa mulher-estudante (senão cientista) reservar-lhe-ia, por suposto, o espaço público, primeiro o da própria escola em que formaria um ambiente de convivência, e depois o de seu próprio campo de atuação junto a famílias alheias. Que significados guardam essas considerações? A quem esses discursos serviram? Qual a realidade histórica dessas mulheres? Que caminhos tomaram-se? E quais foram os descaminhos? O que mudou e o que perdurou nessa trajetória encantadora e enigmática?

Assim não se trata tão-somente de analisar o contexto de criação da escola. Pretendemos notá-la, antes, em sua dinâmica, isto é, percebê-la no tempo, suas transformações, os percalços que enfrentou e a cultura que ora veiculara, a moral que condenou ou enalteceu. Esses elementos só podem ser perseguidos se os procurarmos no interior dos expedientes do curso, por entre as linhas das decisões administrativas e institucionais e por detrás das ações das jovens ingressantes e egressas, para consigo mesmas, em confissões íntimas que tenham porventura legado, em relatórios, ou cartas que enviaram umas às outras ou à família, para com o curso e para com a própria sociedade que se lhe apresenta como laboratório a ser explorado, conhecido e transformado. Fazendo-o provavelmente elas refizeram-se a si mesmas e aos próprios homens que habitavam o seu universo.

Referências bibliográficas

BADINTER, E. *Um amor conquistado*. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBIERI, Teresita. *Sobre a categoria de gênero*: uma introdução teórico-metodológica. SOS Corpo, Recife: 1992.

BASSANEZI, C. “Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 1, p. 111-148, 1993.

_____. “Mulheres nos anos dourados”. In: DEL PRIORE, M. (Org.); _____. (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: Ed. Unesp, 1997. p. 607-639.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Mulher, casa e trabalho: o cotidiano nas camadas médias paulistas*. Vértice, São Paulo: 1990.

CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COELHO, France Maria Gontijo. *A produção científico-tecnológica para agropecuária da ESAV à UREM: conteúdos e significados*. Tese: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal Viçosa, 1992.

COSTA, J. A construção cultural da diferença dos sexos. Sexualidade, gênero e sociedade, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3 -8, 1995.

CRESPO, Jorge. *A História do Corpo*. Lisboa, Difel, 1990.

DIAS, José Luciano de Mattos. “Os Engenheiros do Brasil”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. “Gênero e exclusão social”. Trabalhos para discussão, n. 113/2001, agosto, 2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>. Acesso em: 19/09/2011.

GOLDANI, A. M. “Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção”. In: Revista Brasileira de Estudos de População, vol 19, n.1, jan/jun 2002. São Paulo.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 160 p. (História &... reflexões, 9).

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v.8. n.2/200, p.9-41, 2000.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRIORE, Mary del. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

_____. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SANTOS, T. C. *De Dona Letícia a Carmen da Silva: as revistas femininas e a modificação do comportamento da mulher*: In: FIGUEIRA, S. (org.) *Uma nova família/ o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 83-98.

SARTI, C.; MORAES, M. Q. *Aí a porca torce o rabo*. In: BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 19-57.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, nº. 3, Campinas/SP 1994.

_____. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 71-99, jul-dez, 1995.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. “Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero”. *Ártemis*, vol. 8, jun. 2008, PP. 110-117.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

SWAIN, Tania Navarro. "A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário". *Textos de História*, Brasília: UnB, v. 8, n. 1 (*Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Número organizado por Tânia Navarro Swain), p. 47-85, 2000.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

_____. "Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas 'femininas'". *História: Questões e Debates*, Curitiba: UFPR, n. 34 (Gênero e História), p. 20-45, jan./jun. 2001.

WIDHOLZER, N. R. (org.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Ed. Mulheres /Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 121- 146.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

**Permanência da Condição Colonial Brasileira e Relatividade do Conceito de “Traição”
em “Calabar – o elogio da traição”, de Chico Buarque e Ruy Guerra.**

Juliana Coelho do Carmo

Resumo: Este trabalho tem como base a peça teatral *Calabar – Elogio da traição*, de Chico Buarque e Ruy Guerra (1973), que fora objeto de um trabalho maior, desenvolvido em 2010 pela presente autora. O contexto histórico é a invasão holandesa no Brasil em 1635, através da qual os autores propõem uma reflexão sobre a condição do povo dito brasileiro como peça subalterna do sistema opressor vigente desde o século XV até a atualidade. Considera-se ainda a relatividade do conceito de traição: um indivíduo consciente da opressão não é reconhecido dentre os seus como um herói, mas como traidor, conforme a perspectiva metropolitana. Visa-se, portanto, a apresentar uma análise histórica, sociológica e literária, já que valores como nacionalidade, identidade, etnia e consciência sociopolítica são pontos relevantes para a discussão.

Palavras-chave: análise literária ; Calabar ; relação colonizador – colonizado; conceito de traição; literatura brasileira.

Abstract: This paper is based on the play *Calabar – O elogio da traição*, by Chico Buarque and Ruy Guerra (1973), which was the object of a wider work, developed in 2010 by this authoress. The historical context is the Brazilian invasion by the Dutch in 1635, through which the authors propose a reflection on the condition of the people called Brazilian as the subordinate party of the oppressive system since the fifteenth century to the present days. The relativity of the concept of betrayal is approached as well: a person aware of the oppression is not recognized as a hero by his people, but as a betrayer, according to the metropolitan perspective. I intend to present a historical, sociological and literary analysis as values such as nationality, identity, ethnicity and socio-political awareness are important points for discussion.

Keywords: Literary analysis; Calabar; relationship colonizer – colonized; the concept of betrayal; Brazilian literature.

Introdução

Inicialmente propõe-se analisar a relatividade do conceito de *traição*, de maneira que indivíduos que deveriam ser considerados heróis diante do povo considerado *brasileiro* são tidos como *traidores* devido à condição de alienação a que o sistema colonizador condiciona os indivíduos colonizados; o inverso também se nota: os indivíduos opressores são *heroicizados* pelos oprimidos, que se veem sem identidade e perspectiva de vida; conformados com a situação social em que se encontram, apenas obedecem a tudo o que lhes é imposto, aceitando e tratando como naturais a tirania e o despotismo do colonizador, seja este português ou holandês. Assim, pode-se dizer que a obra de Buarque e Guerra (1973) apresenta importantes questionamentos acerca de o que seja identidade, nacionalidade e patriotismo. Em segundo lugar, visa-se defender a atemporalidade e permanência do *lugar* de colono que ocupa o brasileiro desde o descobrimento do Brasil pelos portugueses até os dias atuais, uma vez que o mesmo sentimento de acovardamento que tomava *o povo brasileiro* do século XV ainda prevalece nos brasileiros de hoje. Diz-se desse acovardamento do povo considerando-se as atuais conjunturas sociais, políticas e econômicas do país, a corrupção que putrefaz a sociedade brasileira, já que as pessoas – como os colonos de 1635 – são plenamente conscientes de toda essa desmoralização e ainda assim, preferem calar-se, submeter-se, permanecer no *comodismo* ao invés de utilizarem a sua voz, *desaquietarem-se*, instalarem a crise para buscar a mudança. Assim, é importante ressaltar que, na época de publicação do livro em questão – 1973 –, os autores, ao escolherem falar do cenário sócio-histórico-político brasileiro de 1635, empregavam uma ardilosa estratégia de burla à censura da ditadura militar, já que todas as críticas que se faziam para essa época dirigiam-se logicamente ao Brasil da ditadura militar.

A relatividade do conceito de *traição* e o discurso dos *traidores*

Inicialmente, é possível dizer que o nome da personagem que dá nome ao livro é uma alegoria da imposição comportamental que o colonizador fazia ao colonizado. Remetendo a um *Cala-te*, observa-se que o nome *Calabar* representa a voz do colonizador para o colonizado, sobretudo tendo-se em vista o que foi feito a Calabar. Assim, é como se o seu nome fosse uma ameaça feita pelo colonizador, aos colonizados que se vissem de alguma maneira motivados a pensarem de modo autônomo, como supõe-se houvera pensado Calabar

antes de sua morte. O fato de a morte deste ter ocorrido da mesma maneira que a de Tiradentes ressalta e corrobora o que se diz. Com relação a isso, ainda é possível mencionar a personagem Bárbara – que, da mesma maneira que Calabar – é considerada autonomamente consciente da opressão do sistema. Sendo assim, tendo ela algo a dizer (e que, segundo o colonizador, não deve ser dito), ela própria admite não poder fazê-lo por causa da rendição ao medo das autocracia e barbaridade do colonizador. Prova disso é a repetição, durante toda a peça teatral, da música *Cala a boca, Bárbara*, em que também se observa a formação do nome *Calabar*.

Ele é o meu guerreiro
Nos colchões da terra.
Nas bandeiras, bons lençóis,
Nas trincheiras, quantos ais, ai.
Cala a boca,
Olha o fogo,
Cala a boca,
Olha a relva,
Cala a boca, Bárbara.
Cala a boca, Bárbara.
Cala a boca, Bárbara.
Cala a boca, Bárbara. (Buarque & Guerra, 1973:5)

Desse modo, um indivíduo que deveria ser *heroicizado* pela sua nação, é tido por ela como traidor devido à ameaça do colonizador. Situação contrária se observa com relação ao Frei, que é uma metáfora da posição da instituição religiosa católica nessas conjunturas. O Frei é retratado como sendo, para as demais personagens, o representante de Deus na terra, é quem está acima dos conflitos e quem tem o poder de julgar – como Deus – as atitudes humanas. Entretanto, ele age segundo seus próprios interesses (riquezas materiais e poder de influência), oscilando de posição (passa do lado dos portugueses para o dos holandeses e vice-versa) conforme lhe convém; isso pode ser observado em suas falas, que demonstram um caráter corrompido pela ambição e um egocentrismo exacerbado, de modo que uma instituição que deveria combater o sistema de colonização faz justamente o contrário, por já estar nela completamente mergulhada; estimula-a, bem como dela é um instrumento; devido ao caráter incontestável dos dogmas e crenças religiosos, a igreja funciona, pois, como uma ferramenta de *adestramento* do povo para que este sirva inconsciente e incontestavelmente ao sistema.

FREI (off) – ... As mulheres andavam tão louças e tão custosas que não se contentavam com os tafetás, chamalotes, veludos e outras sedas, senão que

arrojavam as finas telas e rios bordados(...);

FREI (off) – ... e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso (...);

FREI (off) – ... Pérolas ... rubis ... esmeraldas ... diamantes. (Buarque & Guerra, 1973:2).

No excerto transcrito acima, o Frei fala de riquezas materiais (e as deseja) remetendo ao paraíso, de modo que o céu seria repleto de luxo e objetos de valor incomensuravelmente material. Já no trecho reproduzido a seguir, observa-se o Frei tratando o então rei de Portugal, Dom João IV da mesma forma que se fala de Jesus Cristo em cerimônias religiosas cristãs. Isso revela o seu poder de alienação e a mazela humana:

FREI – Meus irmãos. Agradeçamos mais uma vez à Divina Providência, pois foi por sua intercessão que se restaurou o trono de Portugal. Oremus. Dom João Quarto está sentado e aclamado em todas as colônias portuguesas como legítimo soberano de nossas vidas. (...)

FREI (sem jeito, com o cálice sagrado) – Viva... Dom João Quarto, Rei de Portugal. (Buarque & Guerra, 1973:64 e 65).

Diferentemente do Frei, que trai segundo seus interesses particulares, e de Calabar, que trai segundo a sua convicção política, os outros traidores podem assim ser chamados porque foram engolidos pelo poder do sistema, isto é, não sabem por que traem, têm consciência da opressão, mas estão corrompidos e alienados, acreditando não terem chances num combate contra o regime; preferem continuar se prendendo a uma instituição que os explora do que se livrar e lutar pelo direito à liberdade. Sendo assim, por comodismo e medo, vivem numa condição permanente de subalternação dentro dessa ordem. Esses indivíduos são o índio Camarão, Sebastião do Souto e Henrique Dias, que podem ser considerados *pseudo-heróis sem pátria*, visto que se intitulam heróis, mas são, na realidade, sujeitos corrompidos pela força do sistema. Os três são nativos brasileiros, mas nenhum deles luta em prol do melhoramento das condições do Brasil (o que iniciou Calabar). O primeiro deles é talvez o símbolo mais protuberante da condição de colonizado, pois é uma espécie de escravo dos portugueses e, na sua aparente ingenuidade, é que reside a sua sujeição, já que renegou seus valores para adotar os paradigmas portugueses, reconhecendo a sua impossibilidade de resistir a essa colonização:

CAMARÃO (cantando) – Minha graça é Camarão.

Em Tupi, Poti me chamo,

Mas do novo Deus cristão

Fiz minha rede e meu amo.

Bebo, espirro, mato e esfolo

No ramerrão desta guerra.

E se eu morrer não me amolo,

Que um índio bom nunca berra; (...)

CAMARÃO – Vou morrer porque sou índio e nós índios morremos todos no primeiro dia que os brancos botaram o pé na América. (Buarque & Guerra, 1973:11, 39).

O segundo deles é tido como traidor porque, inicialmente, defendia os interesses dos holandeses e depois se debandou para o lado dos portugueses. A razão disso, segundo ele, não se explica, mas pode-se dizer que o elemento causador dessa indecisão seja a alienação político social, a falta de discurso independente:

SOUTO (cantando) – Me chamam Sebastião Souto

E algumas coisas mais

Que com a morte me excita

E destrói o que lhe apraz.

A vida, bicha maldita,

De tudo me dá troco,

E eu vivo nesta desdita

De ser lúcido e ser louco. (Buarque & Guerra, 1973:11).

Nota-se nesse fragmento a falta de identidade da personagem, e o mesmo se pode dizer com relação ao índio Camarão no excerto transcrito anteriormente. Aqui, é importante ressaltar a imposição de caráter que o sistema da colonização faz sobre os indivíduos colonizados, já que Souto é encarregado de praticar torturas em benefício dos colonizadores, como se nota no trecho seguinte:

SOUTO – Já estou arrependido do que vou fazer, sem saber por que faço e por que me arrependo a cada instante. Queria que as coisas fossem mais imediatas. (...) Disseram que a luta era entre Deus e os diabos (...) lutei. Depois vi que a luta era entre o açúcar e o sal, por ouro e prata, pela pimenta e noz moscada, pela cochonilha e pelo pau-brasil, e aceitei. Achei tudo normal porque não sou louco. Só um louco é que faz perguntas que não se pode responder. Se tem um louco na história é ele [Calabar]. (Buarque & Guerra, 1973:40 e 41).

Nesse trecho, também se observa a concepção que Souto tem de Calabar (assim como os demais traidores que com ele se identificam, considerados aqui: índio Camarão e Henrique Dias); Calabar é tido como um louco que faz perguntas sem respostas, isto é, perguntas cujas respostas não podem ser ditas.

O terceiro e último traidor considerado aqui é o negro nativo brasileiro Henrique Dias que, apesar de se caracterizar o mesmo tipo de traidor que é Souto, representa o contrário deste, por ter defendido os interesses portugueses e depois ter passado para o lado dos

holandeses. Assim, ele não se satisfaz em sua condição, não tem identidade própria e é obrigado pelo regime colonial a seguir por um dos caminhos: o português ou o holandês:

DIAS – O meu nome é Henrique Dias,

Se a memória não me falha.

Ganhei os dias do nome

No negrume da batalha.

Troquei os pés pelas mãos,

Um olho por uma medalha.

Fiz das tripas, coração

E da camisa, mortalha. (Buarque & Guerra, 1973: 40 e 41).

Com isso, pode-se afirmar que os três traidores agem como tais por, em sua concepção, não terem escolha; veem-se como fracos e sem armas suficientes para lutar contra a opressão e, assim, sendo suficientemente fortes e poderosos aqueles que os comandam, os traidores aqui abordados lutam para seus colonizadores, sendo essa a sua ocupação e preocupação. O trecho transcrito abaixo ilustra o que se diz:

SOUTO, DIAS E CAMARÃO (cantando) – Não tenho nada com isso

Sou vassalo do vassalo.

Eu trato do meu serviço,

Eu cuido do meu cavalo.

Não tenho nada com isso,

Estou cansado e com pressa.

A guerra é o meu compromisso,

E nada mais me interessa. (Buarque & Guerra, 1973: 42)

Finalmente, pode-se dizer que os três indivíduos tidos como traidores – porque transitam do lado português para o holandês e vice-versa – em comparação com Calabar são, na verdade, traidores de sua própria nação, uma vez que não fizeram surgir *o sentimento de nação* e são coniventes com a condição de colonizados. Isso não se aplica, porém, ao Frei, que representa um outro tipo de traidor, uma vez que ocupa uma posição de conhecedor dos preceitos e valores religiosos, optando, entretanto, por não os respeitar, i. e., ele não compõe uma vítima da colonização, mas um dos autores dela, já que a sua condição de traição é certamente opcional. O Frei é traidor não só da nação de que fundamentalmente seria parte, mas ainda traidor da condição humana, pois utiliza artifícios irrefutáveis para aquela época (a palavra de Deus) para dominar o povo e atingir seus objetivos pessoais.

Atemporalidade e permanência da condição de colonizado do brasileiro

Trata-se aqui da dificuldade que os indivíduos têm para *abrirem os olhos*, ou seja, para se verem como seres autônomos e livres. A ordem que vigora no país desde os tempos da colonização trata os indivíduos, ainda que de forma implícita, como constituintes de uma só massa; e, na maioria dos casos, esses sujeitos não percebem essa condição. Ou quando a percebem, preferem manter-se no comodismo de sua *alienação*.

Uma evidência de que o sistema colonial está enraizado na maioria das personagens da peça teatral é o momento logo após a execução de Calabar, quando Bárbara, Dias, Camarão e Souto fazem uma reflexão acerca dos conceitos de traição, de amor e de morte; nesse instante, Camarão mostra-se extremamente consumido pelo sistema colonial:

CAMARÃO – ... Os meus irmãos caem como moscas e ninguém diz nada. Por que dizer? (...)

CAMARÃO – É natural. A minha raça tem que acabar. (Buarque & Guerra, 1973: 34 e 35).

Henrique Dias, por sua vez, demonstra uma atitude comodista quanto à norma colonizadora:

DIAS – Não temos nada com isso.

DIAS – Eu não quero. Quem sabe demais se dá mal. Eu sei o que preciso. Sei o suficiente. (Buarque & Guerra, 1973, 37).

Mathias de Albuquerque que, inclusive, parece ser mais assente quanto a seus propósitos de apoio a Portugal e ao regime de exploração do Brasil, na ocasião em que se determina que ele vá para Portugal, fica parcialmente consciente com relação ao seu papel nesse sistema e se sente culpado e traidor por amar a sua própria terra (visto que é brasileiro nativo) antes de pensar nos interesses da coroa:

MATHIAS – Eu, Mathias, de sangue e nome português, mas brasileiro por nascimento e afeição, às vezes tenho pensado neste meu país...

FREI – Que Deus lhe perdoe... (...)

MATHIAS – Oh que pecado infame, a infame traição de colocar o amor à terra em que nasci acima dos interesses do rei!. (Buarque & Guerra, 1973: 31).

A participação do coro na peça pode ser analisada como um *acionador* de fundamental importância para se entender em que lugar (em termos ideológicos) encontra-se o povo brasileiro colonizado. O coro faz interseções aparentemente, sem grande destaque e, nessas interseções, há sempre a busca por ajuda, um tom melancólico de pessimismo e/ou esperança nunca forte o suficiente para ser ouvido, para *mover* alguma coisa dentro do sistema colonial.

Isso pode ser verificado através dos exemplos que se seguem, em que o coro aparece no meio de determinadas situações: *CORO – Esperando que a desavença não seja a nossa candeia.* (...)

CORO – E se a lição foi aprendida a vitória não será vã. Neste Brasil Holandês, tem lugar para o português e para o branco de Amsterdam. (Buarque & Guerra, 1973: 7).

Sendo assim, o coro seria a voz de consciência do povo colonizado, enquanto o papagaio que aparece sempre junto à figura do Nassau seria a alegoria da voz de submissão e de falta de atitude desse mesmo povo colonizado, como se observa no trecho transcrito abaixo:

NASSAU (desvencilhando-se) – Foi para retratar tanta beleza que eu trouxe pintores comigo (...) E naturalistas para estudar as aves.
PAPAGAIO – Ôba.
NASSAU – Qual é o seu nome?
PAPAGAIO – Ôba.
NASSAU – Minha maior preocupação como governador-geral de Pernambuco é fazer felizes os moradores (...)
PAPAGAIO – Ôba. (Buarque & Guerra, 1973: 51 e 52.)

Cabe destaque ainda à cena em que Mathias de Albuquerque e o holandês conversam sobre a situação da guerra entre eles e ainda sobre outros assuntos. Tudo isso toma uma parte considerável da peça e merece destaque devido ao fato de os dois interlocutores estarem defecando. Logo, o que se percebe é que há, nas fezes dos dois, uma metáfora do grau de submissão da nação brasileira e ainda da ambição dos colonizadores pelas riquezas naturais da terra brasileira e, conseqüentemente, uma metáfora da guerra por essas riquezas. Assim, as duas personagens conversam sobre as circunstâncias sociopolíticas no Brasil enquanto defecam e, a cada comentário, observam as suas fezes para conferi-las e fazem alguma observação sobre o seu aspecto físico: ora estão mais amareladas do que o de costume; ora mais esverdeadas; ora sanguinolentas. Isso representa as cores da bandeira do Brasil manchadas pelo sangue da guerra entre Portugal e Holanda na disputa pela exploração do país. A seguir, apresenta-se o trecho da obra a que se faz referência:

LUZ SOBRE OS DOIS. MATHIAS USA UMA CEROULA VERMELHA COM FAIXA VERDE: O HOLANDÊS EMPUNHA UMA BANDEIRA BRANCA ESPETADA NUM BAMBU; SUAS CEROULAS SÃO AZUIS LISRADAS DE VERMELHO:
(...)

14 a 18 de maio de 2012

HOLANDÊS – A bem da verdade, a minha já é um resultado híbrido. Às vezes é a indiana que me ataca. Bem cedinho. A brasileira geralmente vem quando a outra está de recesso (começa a contorcer). Falou no bicho? (Caga)

MATHIAS - Das boas...

HOLANDÊS - Geralmente é mais amarelada...

(...)

HOLANDÊS (contorcendo-se em cólicas) – Aiaiaaai... espera aí, espera aí, dá uma trégua (caga, olha o resultado na latrina). É a brasileira. Com um pouquinho mais de verde que o habitual.

MATHIAS – São essas matas...

HOLANDÊS – Esses céus...

MATHIAS – Essas riquezas...

HOLANDÊS – Que merda.

MATHIAS – Preciso... (começa a se contorcer de cólicas)... cagar.

HOLANDÊS – A História pode esperar.

MATHIAS (olha para as próprias fezes) – Sanguínea... Disenteria sanguínea. (Buarque & Guerra, 1973: 15, 17, 20, 22).

Finalmente, o último ponto a ser abordado aqui é a maneira como os autores dispõem referências à denúncia social e à busca pela liberdade. Há, em diversos momentos da peça teatral, objetos de tortura física que compõem o cenário de atuação dos protagonistas e ainda a figura do boi voador que aparece no fim da história, quando Nassau manda construir uma ponte sobre o rio Capibaribe, em Pernambuco, dizendo que faria um boi voar, como estratégia de atração das pessoas à ponte. Assim, o boi voador é entendido como uma metáfora da libertação do povo brasileiro da condição de submissão e dependência do colonizador, como se pode verificar no fragmento seguinte:

LUZ DESCENDO SOBRE MATHIAS DE ALBUQUERQUE QUE SE BARBEIA,
UM ESCRIVÃO A SEUS PÉS. UM VULTO NUM INSTRUMENTO DE
TORTURA. GEMIDOS E CORO DE MORADORES SERVEM DE FUNDO AO
SERMÃO DO FREI. (Buarque & Guerra, 1973: 2) ;

NASSAU E CORO (cantando) – Quem foi que foi,

Quem falou no boi voador.

Manda prender esse boi,

Seja esse boi o que for.

O boi ainda dá bode.

Qualhé a do boi que revoa?

Boi realmente não pode

Voar à toa.

É fora (...) da lei

(..)

Proibido voar. (Buarque & Guerra, 1973: 69 grifo meu).

Através desses trechos, fica nítida a referência ao regime ditatorial vigente na época de publicação do livro; o fato de, logo no início da obra, os autores fornecerem a informação de que um objeto de tortura faz parte do cenário da cena focalizada evidencia que Calabar é uma manifestação do que se viveu na ditadura militar do final do século XX. Essa personagem é

também considerada a representação das pessoas que eram torturadas pelo regime do golpe de 64. Assim, comparando-se o início da obra, quando o objeto de tortura é mencionado, e seu final, quando aparece a figura de um boi voador que representa a liberdade dos brasileiros, pode-se dizer que há uma mensagem pessimista sobre essa liberdade, na medida em que as frases finais (sublinhadas no último trecho transcrito acima) revelam a sua impossibilidade e impraticabilidade num sistema de repressão como o que governa o Brasil.

Considerações finais

Conforme esclarecido no início deste trabalho, os elementos analisados aqui constituem apenas uma parte de toda a plenitude temática abarcada por essa obra de múltiplos tempos e signo político. Nesse sentido, *Calabar – o elogio da traição* incita, burlando a censura da ditadura militar, o leitor à reflexão acerca de o que viria a ser a traição à pátria, termos tão enfatizados e de sentido fortemente condenado pelo regime ditatorial dos fins do século XX. Dessa forma, o eixo principal em que se delineia a narrativa teatral pode-se transpor para a situação vivida na época de publicação do livro, de tal modo que o elemento conferente de crédito a uma visão que não enxergue essa obra como metáfora da condição em que viviam os brasileiros na época do regime ditatorial (o que permite, portanto, burlar a censura militar) é o fato de a peça tratar de uma situação histórica do Brasil, tratar de personagens reais, com participações perpetuadas no compêndio histórico brasileiro, de maneira a não explicitar claramente o seu propósito político, escondendo-se por trás de uma modesta sugestão de releitura do papel de Domingos Fernandes Calabar que é contado nos livros de História.

Já dizia Horácio que *Mutato nomine de te fabula narratur* (mudado o nome, a fábula fala de ti).

Referências bibliográficas

BUARQUE, Chico & GUERRA, Ruy. *Calabar, o elogio da traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

HAMILTON, Russel. *Introdução*. In: SEPÚLVEDA, Maria do Carmo & SALGADO, Maria Teresa (orgs.). *África & Brasil: letras em laços*. Rio de Janeiro: Editora Atlântica, 2000.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/domingo-fernandes-calabar.htm>

http://pt.wikipedia.org/wiki/henrique_dias

http://www.netsaber.com.br/resumos/ver_resumo_c_40812.html

<http://en.wikipedia.org/wiki/caliban>

Entre o Terror e o Riso: o totalitarismo nas charges cariocas durante a Segunda Guerra Mundial.

Marcelo Almeida Silva *

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar e compreender como os chargistas cariocas receberam, formaram representações e reinterpretaram os movimentos totalitários, mais especificamente o movimento nazista, através de charges publicadas na revista periódica *Careta*, durante o período da Segunda Guerra Mundial, que durou de 1939 a 1945. As charges circularam no Rio de Janeiro, capital do país na época, num período em que o Brasil vivenciava, desde 1937, o Estado Novo comandado por Getúlio Vargas, que trouxe mudanças irreversíveis às instituições da vida política e da administração pública.

Palavras-chave: Totalitarismo; charges.

Abstract: This study aims to analyze and understand how the cartoonists of Rio de Janeiro were formed representations and reinterpreted the totalitarian movements, specifically the Nazi movement, through cartoons published in the periodical *Careta*, during the Second World War, which lasted 1939 to 1945. The cartoons were circulated in Rio de Janeiro, capital of the country at the time, a period in which Brazil was experiencing since 1937, the Estado Novo led by Getúlio Vargas, who brought irreversible changes to the institutions of politics and public administration.

Keywords: Totalitarianism; cartoons.

O texto a seguir traz consigo uma síntese de um projeto de pesquisa a ser executado ao longo do curso de mestrado em História, que visa traçar fronteiras e estabelecer aproximações entre a produção imagética cômica da Revista *Careta* e o Totalitarismo do Eixo ao longo da Segunda Grande Guerra. A pesquisa tem como objetivo compreender como os caricaturistas cariocas elaboravam interpretações sobre as ações políticas e sociais dos países do Eixo,

* Aluno do Programa de Pós Graduação em História (mestrado) da Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista CAPES-REUNI.

principalmente os totalitários Alemanha e Itália durante o conflito mundial. Realizar este trabalho significa compreender como os caricaturistas cariocas elaboravam interpretações sobre as ações políticas e sociais dos países do Eixo, principalmente os totalitários Alemanha e Itália durante o conflito mundial. Simultaneamente, o Brasil vivia uma ditadura que, embora não se defina como fenômeno fascista, possuía inspirações e recebia influências das experiências alemãs e italianas, especialmente no que se refere à propaganda política (CAPELATO, 1999: 166), e, a partir de 1942, passou a combater tais países no conflito mundial, ao lado principalmente dos EUA, da Inglaterra e da França. Tal contradição interna foi um dos elementos centrais que impulsionaram o Estado Novo para seu fim.

Como na Alemanha e na Itália, o Estado brasileiro no período, caracterizado por um regime autoritário cujo líder único era Getúlio Vargas, por possuir o monopólio dos meios de comunicação, exercia uma censura rigorosa e manipuladora sobre o conjunto de informações veiculadas (CAPELATO, 1999: 169). Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, o qual controlava os meios de comunicação e cultura, sendo também responsável pela produção e divulgação da propaganda estado-novista, que sentiu maiores necessidades de investimentos. Em vista disso, a propaganda lançou mão de várias técnicas de persuasão que estavam sendo usadas em diversos países, especialmente na propaganda de sucesso da Alemanha de Joseph Goebbels²⁹⁵. Apesar da censura do DIP, as políticas sociais e de guerra dos países do Eixo, países estes que muitas vezes serviram de inspiração para posturas adotadas no Estado Novo de Vargas, não deixaram de ser criticadas e satirizadas pelos chargistas da *Careta*.

Para a execução da pesquisa, foi escolhida a revista periódica *Careta*²⁹⁶, publicação ilustrada que circulou na cidade do Rio de Janeiro de 1908 a 1960, e que se voltava para a classe média carioca. Entre as tantas revistas ilustradas existentes no período, com destaque também para *O Malho* e *Fon-Fon!*, quais razões justificam o privilégio da *Careta* neste quadro? A revista, fundada por Jorge Schmidt e de circulação nacional, trazia semanalmente caricaturas dos maiores nomes brasileiros no ramo, dentre eles J. Carlos (José Carlos de Brito e Cunha) e Théo (Djalma Pires Ferreira), contribuindo com seu padrão editorial e gráfico e

²⁹⁵ Responsável pelo Ministério da Propaganda e Informação do povo a partir de 1933.

²⁹⁶ Na capa de cada publicação, constava sua data, seu número, o ano (que não correspondia ao ano em questão, mas sim referente ao ano de fundação da revista), uma grande charge com sua legenda e seu preço, que era diferente na capital do país e nos demais estados. Possuindo geralmente 38, 44 ou 52 páginas, a *Careta* focalizava os costumes do carioca, retratava a vida da sociedade do Rio de Janeiro, sua moda, dentre outros temas. Era grande a presença de propagandas na revista, que incluíam anúncios de cremes dentais, sabonetes, meias, leite de magnésia, cigarros, perfumes, loção para cabelos, etc. Como era direcionada ao público da classe média carioca, possuía uma sessão reservada exclusivamente para notícias de Hollywood, que trazia curiosidades sobre os lançamentos do cinema e sobre a vida dos artistas. A questão política ficava por conta de alguns textos publicados e das inúmeras charges que ilustravam as páginas da revista, e que tratavam de temas que iam de momentos corriqueiros da vida cotidiana do carioca a acontecimentos internacionais de peso.

para sua grande aceitação e circulação na época, discutindo os impasses político-sociais de seu período. A *Careta* tinha um *design* ousado em relação a outros periódicos, devido aos experimentalismos gráficos de seu fundador (MACHADO, 2000: 01), e possuía um caráter humorístico presente tanto em seu aspecto textual como iconográfico, com a forte participação das charges.

Ao longo do período destacado para estudo no projeto, foi publicada uma vastidão de charges sobre a temática, que compreende entre trezentas e quatrocentas imagens, o que por si só já define uma limitação em relação ao número de periódicos analisados, devido ao tempo em que a pesquisa deve ser concluída. É evidente que o tom de crítica em relação ao totalitarismo e ao Eixo na guerra perpassava pela maioria dos episódios, mas por ser a *Careta* de circulação tão vasta e prestígio tão intenso, “sempre atenta aos males que mais afligem o morador dessa mui heroica e leal cidade”, merece ser tomada como fonte de estudos exclusiva. Ainda nas palavras de R. Magalhães (LIMA, 1963: 150) , a *Careta*

“Transcende do plano municipal e nacional ao internacional, dando os seus tiros de atiradora solitária contra os tubarões do fascismo, contra os pretensos salvadores do mundo, do tipo de Mussolini, de Hitler, de Franco, de Salazar, etc. *Careta* foi um símbolo de resistência heroica da imprensa brasileira às tentativas de “modelação do espírito nacional” para aceitar Hitler e Mussolini como nossos aliados naturais.”

Além de seu caráter contestatório, porque sempre na oposição de quem estivesse na situação, a *Careta* se encontra impecavelmente organizada e conservada no arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa, que disponibiliza os exemplares para consulta e digitalização de maneira extremamente solícita, de modo que o acesso ao documento utilizado como fonte de pesquisa para o trabalho proposto se encontra disponível para consulta da melhor maneira possível.

A opção por trabalhar com charges como fontes preferenciais para a realização da pesquisa advém do fato de as imagens serem veículos próprios de representações simbólicas que a sociedade e a cultura forjam sobre si mesmas. São também o modo privilegiado de expressão de representações do imaginário coletivo (TEIXEIRA, 2005: 16), além do fato de suas expressões visuais possuírem notável poder de comunicação e alcançarem efeito superior ao do discurso verbal (MOTTA, 2006: 17). Assim sendo, as charges se constituem como uma arma de grosso calibre a serviço da manifestação de uma “opinião pública”, canalizando sua agressividade latente contra quem se encontra em evidência publicamente. Portanto, é um desenho de humor que estrutura sua linguagem como reflexão e crítica social. Apesar de a

charge parecer um texto ingênuo e desprezioso, é carregada de parcialidade e se caracteriza como importante ferramenta de conscientização, pois ao mesmo tempo que diverte, informa, denuncia e critica.

As charges traduzem visões de mundo revestidas de historicidade, pois manifestam a representação que sujeitos históricos construíram acerca da época em que viveram. Portanto, são visões plenas de parcialidade, já que carregam consigo não só as ideias e preconceitos do seu autor, como também toda a linha editorial do meio na qual ela é inserida, e configuram parte importante do discurso político de quem a emite. Uma ressalva, contudo, deve ser feita para a execução do trabalho. Uma possível ordem cronológica ou a obra individual dos desenhistas não será nosso principal objeto de análise, bem como os traços e características que diferenciam os diversos caricaturistas. A qualidade estética das imagens também não fará exatamente a diferença: o que importa de fato são os discursos políticos que elas apresentam, as críticas que estabelecem e os argumentos que carregam.

Na elaboração do trabalho, mostra-se imprescindível mencionar as inovadoras reflexões da Nova História Política, que vêm na esteira de repensar a política que surge na França do pós-guerra, e com mais força em meados da década de 70, após a marginalização do campo de estudo político pela historiografia, na primeira metade do século XX onde os estudos históricos giravam em torno da ampla produção da escola econômica e social associada à Escola dos Annales francesa, à *História Social* inglesa e norte americana e à história marxista. Em comum, essas três correntes traziam o fato de tratarem com relativa subordinação e desdém os fatos políticos (GIL PUJOL, 2006: 75). Com a renovação, a temática política passa a ser preterida em favor do social, do econômico e da interdisciplinaridade nos currículos historiográficos dominantes. O político deixa de ser uma “instância” ou um “domínio” entre outros da realidade, e sim o lugar onde se articulam o social e sua representação (ROSANVALLON, 1995: 12). O interesse pelos acontecimentos que se sucederam nas décadas de 1930 e 1940 eleva o campo político novamente ao primeiro plano dos debates. Com o surgimento do Fascismo e do Nazismo, a consolidação do Socialismo e o conflito mundial que envolveu Estados democráticos e totalitários, novos horizontes de pesquisa e reflexão se abriram aos historiadores.

A Nova História Política surgiu, então, na década de 1970, buscando preencher a lacuna que se fazia presente no campo das pesquisas em História. Nasceu com vistas, entre outros, ao entendimento da dinâmica que se processa nas sociedades e em seus imaginários que leva os indivíduos a assumirem discursos políticos como filosofias de vida e a lutarem por ideais construídos. Entende-se a política como lugar de gestão do social e do econômico (RÉMOND, 1996: 07), uma instância que interage com o econômico e o social em igualdade. Dentro desse novo pensamento, faz-se necessária a “compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos

sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro” (ROSANVALLON, 1995: 16).

Neste contexto, mostram-se necessárias considerações sobre um campo de importantes análises no corpo da acima citada renovação da História Política, uma vez que tal renovação tomou emprestado da história das mentalidades a preocupação de incorporar o conjunto dos elementos que compõem este objeto complexo, a *Cultura Política* (ROSANVALLON, 1995: 17), que foi rejeitada pela Ciência Política e retomada/relida pela História, que a ressignificou no interior de seu campo disciplinar (GOMES, 2005: 27). Conceitos como estes ajudarão a esclarecer pontos pertinentes na elaboração da pesquisa aqui sintetizada.

No âmbito da citada renovação da História Política, novas temáticas de abordagem foram privilegiadas, e com isso, o leque de opções relacionado às fontes também se expandiu, e as imagens passassem a ser encaradas com mais seriedade. Charges e caricaturas, inseridas na categoria imagética, podem atuar como fonte de conhecimento, pois estimulam o pensamento e a reflexão. São importantes veias de análise, uma vez que se caracterizam como elementos sincréticos, capazes de unir o verbal, na forma de textos, e o visual, na forma de imagens, num único conteúdo. Elas são capazes de apontar o que é destaque na cena política em determinado período, já que, uma vez ultrapassada a constatação de que o autor-desenhista se vale do que é relevante no ambiente político, o fato de certos temas terem sido objeto de repetição e reiteração ajuda a revelar o eixo central das polêmicas. É de grande importância, ainda, o fato de esse tipo de iconografia mobilizar o humor²⁹⁷ como estratégia de comunicação e crítica política, já que, segundo Rodrigo Patto, “em épocas de grande insegurança e temor, as linguagens capazes de mobilizar a comicidade e o humor tornam-se particularmente atraentes, pois o riso ajuda a lidar com o medo” (MOTTA, 2006: 13). Ainda sobre a influência que o humor exerce sobre os indivíduos, análises freudianas apontam para o fato de, ao rir de uma charge, por exemplo, inconscientemente o leitor expressa concordância com a mensagem que o autor-desenhista da charge procurara transmitir (FREUD, 1977). Contudo, a vantagem mais evidente das charges é sua capacidade de atingir um grupo maior de pessoas, pois possui uma linguagem artística simplista e, portanto, de grande alcance popular, mobilizada para a extensão do debate político. Elas ajudam a trazer a política, como seus conflitos, seu líderes e situações para a “língua do povo”, tornando-os temas menos complexos. Seus discursos, ainda, nos informam menos sobre a sociedade em

²⁹⁷ Segundo Henri Bergson, “o nosso riso é sempre o riso de um grupo”(BERGSON, 2001: 13.), o que faz do riso mobilizado pelas charges um eco do julgamento da sociedade.

que foram produzidas do que a tolerância política que assegura, uma vez que a proposta da charge não é registrar o real, mas significá-lo.

Por se tratar de uma pesquisa original, a mesma mostra-se relevante, uma vez que lançará mão do uso de fontes que têm ganhado destaque no meio acadêmico por trazerem consigo discursos políticos pertencentes à mentalidade da época em que são produzidas, mas de uma forma alternativa aos meios que geralmente são priorizados na maioria das análises. Trabalhar a questão nazista dentro do contexto do Estado Novo é importante e complementar, uma vez que são regimes em certa medida semelhantes, e compreender como o totalitarismo era encarado pela sociedade brasileira do período diz muito sobre como pensavam as pessoas a respeito do assunto. O trabalho também mostra-se importante pela sua contribuição para os estudos de Cultura Política na Segunda República, geralmente estudada a partir de líderes e de instituições políticas tão somente, e estudos estes, em sua maioria, de sociólogos. As fontes são atraentes, a problemática é inovadora.

Abordando os objetivos do trabalho em uma perspectiva mais sistematizada, buscar-se-á discutir como foram elaboradas representações na imprensa carioca, através de charges e caricaturas, sobre o totalitarismo ao longo da Segunda Guerra Mundial, período em que o próprio Brasil vivia a ditadura do Estado Novo de Vargas e que lutava contra os países do Eixo no conflito. A pesquisa buscará ainda contribuir com análises sobre a Renovação da História Política e a Cultura Política, que mostram-se pertinentes para a compreensão dos acontecimentos na época; contribuir para um melhor entendimento do período que envolve a ditadura imposta por Getúlio Vargas e uma luta da qual o próprio Brasil participa contra o nazi-fascismo na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial; analisar criticamente as charges publicadas sobre a temática na revista *Careta* com o fim de perceber como o totalitarismo e suas lideranças eram vistos no Brasil; e considerar de que modo as charges representam uma noção de ruptura com o sistema político vigente no país no período.

Para a realização da pesquisa, serão utilizadas fontes primárias e secundárias, iconográficas e textuais: as charges publicadas na revista periódica *Careta* e as produções acadêmicas que oferecerão o arcabouço teórico do texto. As charges possuem inclinação histórica para os temas políticos, sendo instrumentos universais de crítica e sátira limitadas pelas especificidades culturais de cada país. Constituem-se em espaço de discussão dentro da esfera pública do país e um elemento mobilizado para a própria disputa política (LIMA, 1963: 175). Além disso, aproximam diversos tipos de público em relação à política, tornando-a menos misteriosa e mais próxima do universo de compreensão do povo.

Como foi dito anteriormente, a pesquisa se processará no campo de uma História Política renovada e para ele prestará contribuição. Desta forma, estaremos atentos ao estudo da cultura política expressa nas charges do período, o qual contribuirá em muito para a apreensão de valores, sentimentos, rituais e símbolos que estavam sendo compartilhados pelos caricaturistas e seus leitores. Entendemos por Cultura Política um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros (BERNSTEIN, 1998), e que permite explicações /interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências e sensibilidades, e está ligado a “um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo (GOMES, 2005: 31).

Nesse sentido, uma Cultura Política, que articula ideias, valores, crenças, símbolos, vocabulário, etc., pode guardar coerência e permitir a produção de interpretações da realidade, sendo fundamental para a construção de identidades. Trazendo tais considerações para a realidade dessa pesquisa, é importante destacar que a charge permanece como instrumento de reflexão e fonte de estudo, um produto cultural produzido sob condições históricas definidas, num tempo e espaço socialmente determinados (TEIXEIRA, 2005: 12), e que, portanto, para que o espectador compreenda-a perfeitamente, ele tem de estar inserido em seu contexto ou ter conhecimento do contexto sob o qual a charge foi criada. Logo, assim como qualquer espécie de linguagem, a charge, para ser entendida, precisa chegar àqueles que possuem a chave para interpretá-las corretamente (LIEBEL, 2006: 47). Dessa maneira, a compreensão das charges requer uma comunidade de experiência entre o chargista e o espectador, que captará o sentido da obra (EISNER, 1995: 13). Logo, para que a mensagem transmitida pelo chargista seja perfeitamente entendida pelo leitor²⁹⁸, é preciso que haja uma compreensão de sua experiência de vida, ou seja, o autor deve acessar o conjunto de símbolos e representações compartilhadas por seus leitores, conjunto esse que se encontra imerso na Cultura Política destes, que faz com que atribuam um sentido à realidade vivida.

Outro conceito útil ao desenvolvimento do trabalho será o de opinião pública, na medida em que os artistas contribuíram para a formação de uma opinião acerca do evento em curso. O conceito de opinião pública é de um duplo sentido: quer no momento de sua formação, uma vez que não é privada e nasce do debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. Como “opinião”, é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância: na verdade ela expressa mais juízos de razão do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendidos. Enquanto “pública”, isto é, pertencente ao âmbito ou universo político, conviria

²⁹⁸ Consideramos, aqui, “leitura” como uma atividade humana mais geral, onde a leitura de palavras se caracterizaria apenas como um subconjunto dessa atividade. A leitura seria uma forma de exercício de percepção, ou seja, lê-se palavras, mapas, diagramas, notas musicais e também imagens.

antes falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistemocracia. A opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser *doxa* e não *episteme*; mas, na medida em que se forma e que se fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada (BOBBIO, 1993: 842).

Após esta etapa, um panorama do contexto histórico nacional faz-se necessário, para que se possa compreender em quais conjunturas as charges da *Careta* foram publicadas, portanto, uma análise da sociedade carioca da década de 1940 se fará fundamental, bem como das circunstâncias políticas, econômicas e sociais vividas pelo Brasil no período. Como o que se pretende analisar através das charges são as recepções que movimentos ocorridos no continente europeu tiveram em território brasileiro, é também necessária uma análise sobre os acontecimentos relacionados à Segunda Guerra Mundial, que colocou na arena países democráticos *versus* totalitários. Introduzindo a fase que justamente é o objetivo da pesquisa, serão elaboradas considerações sobre imagens e seus estudos, a trajetória das charges no país e sua utilização como fonte histórica. Tal procedimento permitirá a construção de uma estrutura teórica que permitirá sistematizar as análises das fontes imagéticas.

Nos anos que serão utilizados como referenciais temporais da pesquisa, ou seja, 1939 a 1945, foram publicadas centenas de charges e caricaturas que servem perfeitamente para as análises que se desejam. Contudo, serão selecionadas as que possuem os objetos políticos mais expressivos, e categorizadas seguindo três parâmetros pré-estabelecidos. O primeiro grupo será formado por charges que tratam das políticas de guerra da Alemanha e de seus aliados (especificamente a Itália de Benito Mussolini e o Japão de Hirohito), bem como sua atuação nas diversas situações que envolveram o conflito mundial. O segundo grupo, por sua vez, será composto por charges que dizem respeito exclusivamente à pessoa de Hitler, que não escapou da ponta do lápis dos caricaturistas brasileiros. Segundo Rodrigo Patto, “apresentar um líder em traços ridículos é uma forma de desacreditá-lo e desmoralizá-lo, e, conseqüentemente, esvaziar sua argumentação ou proposta e derrotá-lo” (MOTTA, 2006: 20); tornar um personagem alvo de riso é apontar nele debilidades ou falhas, realçando suas fraquezas. É de suma importância destacar o fato de o NSDAP (*Partido Nazista*) ter se tornado, nas palavras de Ian Kershaw, “um movimento de líder” (KERSHAW, 2010: 218), onde o culto ao líder, personificado em Hitler, era indispensável para as concretizações dos ideais do partido. Portanto, em um movimento de pleonasma como era o nazista, criticar e satirizar Hitler era sinônimo de colocar em cheque todo o Nazismo e seus ideários. Já o

terceiro grupo incorporará charges que colocam em questão o povo alemão, que, de maneira generalizada, aparece como concordante com as políticas nazistas, e as próprias políticas nazistas, tão prezada pelos seguidores de Hitler.



Fig. 1 Théo. *Careta*, 15.07.1944, p. 12. Fonte: FCRB. Charge ilustrativa da primeira categoria: a Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Legenda – Título: “arma secreta...” | Informação: “os alemães, à medida que se retiram, saqueiam os países ocupados.” | Primeira fala: “Que é isso, Pierre?” | Segunda fala: “É o último modelo de carro de assalto alemão”.

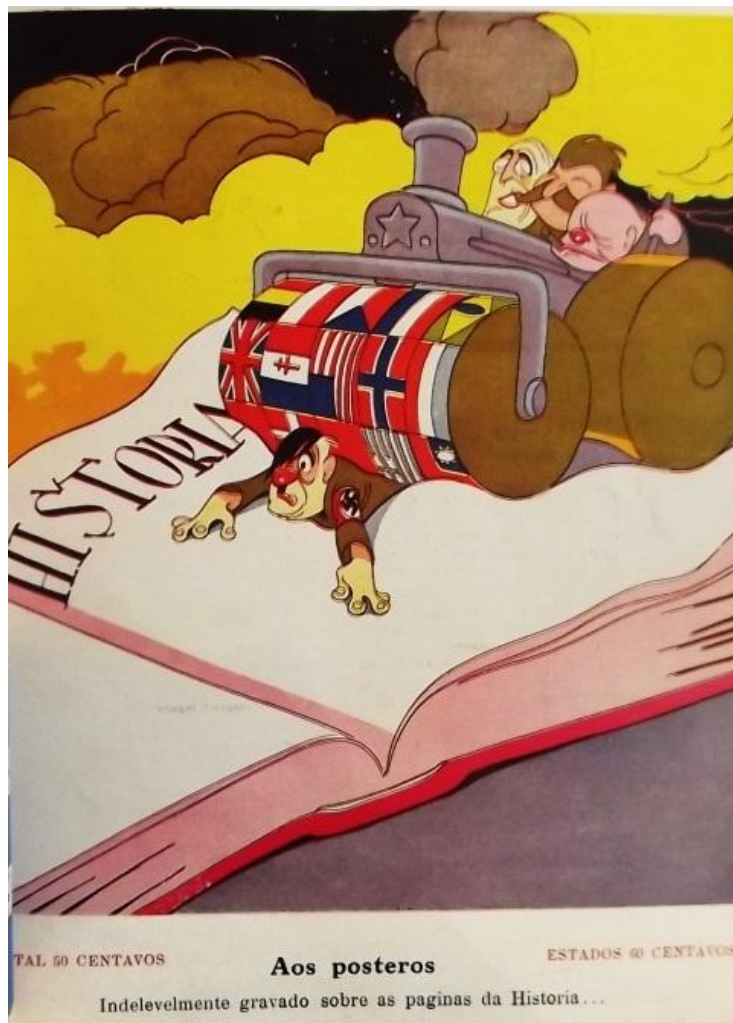


Fig. 2 J. Carlos Careta, 08.07.1944, capa. Fonte: FCRB. Charge ilustrativa da segunda categoria: Adolf Hitler. Legenda – Título: “Aos pósteros” | “Indelevelmente gravado sobre as páginas da História...”



Fig. 3 Théo. *Careta*, 26.08.1944, p. 08. Fonte: FCRB. Charge ilustrativa da terceira categoria: "políticas nazistas e povo alemão". Legenda - Informação: "um alemão ferido preferiu morrer a receber uma transfusão de sangue britânico | Fala: "Era um alemão degenerado; uma exceção. Em geral eles querem tudo o que é dos outros..."

As charges analisadas receberão um tratamento sistemático para a boa interpretação da argumentação política que trazem consigo. Elas serão selecionadas entre as centenas de charges publicadas entre 1939 e 1945 no periódico *Careta*. Em contato prévio com as fontes, foi possível coletar boa parte delas e armazená-las em um banco de dados, categorizadas segundo os três critérios enumerados acima, e identificadas com o maior número de informações: localização; autoria; datação; categoria; referência bibliográfica. O critério de organização das charges no banco de dados será cronológico, o que permitirá perceber como a percepção sobre o totalitarismo foi se modificando de acordo com o andamento da guerra.

O mais importante, contudo, o que fará com que a pesquisa ganhe realmente sentido será a análise das imagens selecionadas, e o trabalho do analista é precisamente decifrar as significações que a “naturalidade” aparente das mensagens imagéticas implicam (JOLY, 1996: 43). Os *Annales*, no início do século XX desenvolveram uma ampliação da noção de documento, o que incorporou as imagens à gama de fontes históricas, e, desde então, vários

campos do saber se empenharam no trato de imagens visuais, destacando-se entre eles a semiótica e a iconologia (MOTTA, 2006: 27). Essas duas vertentes, ambas preocupadas com a leitura das imagens, buscam circunscrever o que vem sendo chamado de iconosfera, isto é, o conjunto de imagens-guia de um grupo social ou de uma sociedade num dado momento e com o qual ela interage (MENEZES, 2005: 01).

A semiótica tem como objetivo estudar os signos e como eles se relacionam, portanto, constitui-se em metodologia muito útil à presente pesquisa, pois através da análise sintático-semântica, permite percorrer caminhos pelos sentidos no “implícito” do texto, fornecendo pistas ao investigador para que perceba as verdadeiras intenções do enunciador. A semiologia entende as imagens com base na elaboração de um conjunto de signos – classificados em ícones, índices e símbolos (PEIRCE, 1975: 101)– organizados para produzir determinados significados, e, muitas vezes, encontrados simultaneamente nas charges, objetos de estudo da presente pesquisa. A semiologia das imagens trouxe importantes reflexões sobre os laços entre a linguagem verbal e visual, e sobre a possibilidade de usar categorias de análises comuns aos dois campos.

As charges e caricaturas, na construção de sua argumentação, utilizam figuras de linguagem típicas do discurso verbal. A ironia, a figura mais afeita ao riso, consiste num tipo de discurso que coloca em contraste aparência e realidade, e seu efeito cômico vem da percepção de que a mensagem aparente da imagem contradiz o real. Já a metáfora consiste em apresentar uma ideia sob o signo de outra mais conhecida ou evidente; quando bem realizadas, elas constroem mensagens de alto poder comunicativo, sintetizando argumentos complexos. A metonímia consiste na figura de retórica em que o todo é representado por uma de suas partes, ou um objeto é designado por uma de suas características. É importante também constatar que, nas charges, ocorre algo já percebido por outros estudiosos de registros iconográficos: a justaposição de imagem e texto, legenda, título ou fala dos personagens, e que tem a função de ajudar o espectador a identificar os elementos da charge (MOTTA, 2006: 29).

No campo da semiologia, considerações devem ser feitas a respeito da distinção entre dois níveis de significação contidos na imagem: a denotação e a conotação. A mensagem denotativa é de fácil percepção, pois contém elementos diretos e imediatos, como as personagens, as cores, os lugares retratados, e sua interpretação consiste apenas em uma descrição atenta dos componentes da imagem; a mensagem conotativa, no entanto, não está tão palpável quanto a outra, e requer maiores esforços para ser percebida, uma vez que

mobiliza sensações e sentidos subjetivos, e para tal fim mobiliza representações simbólicas. Essas características fazem da interpretação conotativa a mais difícil, e, portanto, a que possui resultados mais interessantes. Ambas serão levadas em conta na presente pesquisa.

A análise imagética recebeu contribuições ainda da iconologia, método para estudo de imagens elaborado por historiadores da arte nos anos de 1920 e 1930, com destaque para Erwin Panofsky. Tal método propõe uma ênfase na compreensão das mensagens contidas nas imagens, tratando-as como documentos que contêm informações a serem decifradas e submetidas à crítica.

Segundo Ulpiano, devemos examinar as fontes visuais mais do que como documentos, como ingredientes do próprio jogo social, na sua heterogeneidade e complexidade (MENEZES, 2005: 04). Como já dito, as charges carregam consigo muito do pensamento e característica da sociedade que a produziu, em determinado tempo e contexto histórico, de onde os caricaturistas retiram os elementos para a construção de suas interpretações sobre os acontecimentos de destaque. Tal premissa se relaciona perfeitamente com o fato de que as charges são “um todo fechado de significação” (CARDOSO, 1998: 302), que necessitam de análises, interpretações e críticas.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Edunb, 1993.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BERGSON, Henri. *O riso*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In.: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Os historiadores e as imagens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História e imagem*. Rio de Janeiro: UFRJ/Capes, 1998.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FREUD, Sigmund. *O Chiste e sua relação com o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GIL PUJOL, Xavier. Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la historia política. In.: _____. *Tiempo de política: perspectivas historiográficas sobre la Europa Moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel et ali (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papyrus, 1996.

KERSHAW, Ian. *Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963.

LIEBEL, Vínicius. *Humor, Propaganda e Persuasão: as charges e seu lugar na propaganda nazista*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História da UFPR, 2006.

MACHADO, Rosely Diniz da Silva. *O funcionamento discursivo de charges políticas*. Dissertação de Mestrado. Pelotas (RS): UCP, 2000.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. *Rumo a uma “história visual”*. Material didático produzido para aula ministrada pelo Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo FFLCH/USP aos 14 de junho de 2005. (versão 2).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e filosofia*. Textos escolhidos. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1975.

RÉMOND, René. Do político. In.: _____ (org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história conceitual do político* (nota de trabalho). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 30.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *Sentidos do humor, trapaças da razão, a charge*. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 2005.

Trabalho no Brasil Republicano

A Ferreira Guimarães e a Urbe Juiz-forana: urdindo histórias.

Claudia Gaspar*

Resumo: Este trabalho propõe-se a evidenciar a história da Cia Têxtil Ferreira Guimarães e sua relação com a formação urbana juiz-forana, registrando as influências desta empresa na construção arquitetônica, social e cultural da cidade. Busca levantar dados sobre o que ficou em termos de lembranças da Ferreira Guimarães, assim como sua contribuição social e cultural e ainda, conhecer a relação existente entre a memória individual e coletiva construída em relação a esta unidade fabril têxtil. Fazer a identificação da memória do tempo e de sua marca na história pelo viés de uma empresa.

Palavras-chave: História, memória, patrimônio.

Abstract: This study aims to highlight the history of the Cia Textile Ferreira Guimarães and its relationship to urban Judge Forana training, registering the influences of this company in building architectural, social and cultural city. Search collect data about what was in terms of recollections of Ferreira Guimarães, as well as its social and cultural contributions and also know the relationship between individual and collective memory built on this textile plant. Making the identification of the memory of time and his mark on history by the bias of a company.

Keywords: History, memory, heritage.

A indústria têxtil no Brasil teve seu desenvolvimento a partir da primeira metade do século XIX. Nesta mesma época em Juiz de Fora também era introduzido o processo de industrialização têxtil, com a inauguração da primeira fábrica de tecidos na cidade, em 25 de dezembro de 1883, a Industrial Mineira, conhecida como “Fábrica dos Ingleses”, de propriedade das firmas Morrit & Cia, Andrew Stiere & Cia. e Harry Withaker. A Companhia

* Claudia Gaspar é mestranda em História pela UFJF.

de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira ocupava uma extensa área de benfeitorias, com 1.106.000 metros quadrados, pertencentes anteriormente à Cia. União e Indústria. A fábrica utilizou a primeira turbina hidráulica do Brasil instalada pela Cia. União e Indústria para movimentar o maquinário de sua oficina. Também ali se fez o uso da luz elétrica pela primeira vez na cidade. Em 1886, a Tecelagem Industrial Mineira foi premiada com a Medalha de Ouro e o diploma de honra na exposição de Juiz de Fora de 1886.²⁹⁹ Alcançando uma grande tradição no setor e se tornando conhecida como “Manchester Mineira”, Juiz de Fora se destacou na Zona da Mata e tornou-se conhecida nacionalmente. Posteriormente, no mesmo local, passou a ser a Companhia Têxtil Ferreira Guimarães.

A Ferreira Guimarães foi fundada em 18 de janeiro de 1906 na cidade de Valença, Rio de Janeiro, como Companhia Industrial Valença, pelo Coronel Benjamim Ferreira Guimarães e, em um contexto histórico em que o Brasil apenas iniciava a produção industrial têxtil, as poucas fábricas que existiam, atendiam apenas às necessidades mais rudimentares em termos de produção. Na época, toda a produção têxtil de qualidade era importada. Em 30 de julho de 1924, transformou-se em Ferreira Guimarães & Cia. Constituiu-se como Sociedade Anônima em 24 de setembro de 1937 sob a denominação de S/A Ferreira Guimarães. Em 1940, mudou sua razão social para Companhia Têxtil Ferreira Guimarães.

Em 1987, a indústria têxtil brasileira já tinha um nível de qualidade reconhecido em todo o mundo. Através de um extenso programa de investimentos em atividades culturais feitos pela empresa, o lançamento do livro “80 Anos de Moda no Brasil” marcou as comemorações dos 80 anos da Cia Têxtil Ferreira Guimarães, cuja trajetória e desenvolvimento se confundem com a própria história da indústria têxtil e da moda brasileiras.

Durante sua história, a Ferreira Guimarães evoluiu adquirindo, construindo ou vendendo unidades fabris localizadas em diversos estados brasileiros, com destaque para Minas Gerais, mantendo posteriormente quatro fábricas produtoras de fios, tecidos e beneficiamento, equipadas com máquinas atualizadas. Sempre teve grande tradição no mercado, sendo responsável pela fiação, tecelagem e acabamento dos tecidos que produzia, bem como pela comercialização dos mesmos no mercado nacional e internacional. Seus primeiros clientes foram os grandes atacadistas, passando posteriormente para o atendimento especializado às confecções, se dedicando a produção de índigos diferenciados e tecidos mais

²⁹⁹ Informações obtidas no processo de tombamento IPPLAN/JF número 4486/97 da Prefeitura de Juiz de Fora.

finos, como tricolines, em lotes reduzidos e exclusivos, com uma linha de produtos que incluía os mercados: masculino, feminino, infanto-juvenil e infantil e com produtos que se destacam pela qualidade, design e acabamento.³⁰⁰

“Tecer consiste em entrelaçar fios com a ajuda de um tear, no qual os fios do urdume são dispostos em camadas para depois, introduzir entre eles a trama”. (FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1984: 34).

Assim como aconteceu com outras empresas que existiram em Juiz de Fora, a Ferreira Guimarães teve grande participação e influência na construção e desenvolvimento da cidade. A fábrica foi de fundamental importância para a formação da urbe juiz-forana. Através da contribuição arquitetônica, colaborou para que ela se tornasse conhecida pelo estilo das construções inglesas do século XIX. Com tijolos maciços aparentes nas paredes, estes reproduziam aqui as mesmas características das construções fabris existentes na metrópole europeia.

O imóvel onde funcionou a fábrica e que pertenceu à Cia. Têxtil Ferreira Guimarães foi tombado como patrimônio da cidade, pelo DECRETO N.º 7913 - de 15 de julho de 2003.

“Considerando o valor histórico e cultural que envolve os bens; a importância dos mesmos para o desenvolvimento comercial e industrial do Município; tratar-se de imóvel integrante da primeira fábrica têxtil da cidade; suas características de construção fabril do final do século XIX, quando se difundiu o uso dos tijolos aparentes nas paredes, compondo molduras e ornamentos diversos. De acordo com os termos e a documentação, constantes do processo administrativo da PJJ n.º4486/97, ficam tombadas as fachadas e a volumetria construtiva do imóvel localizado na Avenida dos Andradas n.º 1215, bem como as duas chaminés existentes na área.”(IPPLAN/JF)

A edificação mantém as características da antiga época industrial da cidade, situada numa área de grande importância histórica e arquitetônica. Junto ao imóvel da fábrica, onde existia o complexo fabril e as construções internas que compunham a vila operária, foi tombado também o imóvel que mantinha o mesmo estilo de construção, com tijolo cerâmico aparente e onde eram recebidos os diretores da empresa e convidados que vinham a Juiz de Fora e se hospedavam na chamada “Casa dos Hóspedes”. DECRETO N.º 8380 – de 04 de novembro de 2004.

³⁰⁰ Informações obtidas no site www.ferreiraguimaraes.com.br, onde *tricoline* refere-se a um tecido de construção em tela, produzido com finos fios de algodão penteado mercerizado e *acabamento* refere-se aos processos finais aplicados ao tecido para conferir melhor estrutura dimensional e aparência (brilho e maciez).

“Considerando o valor histórico e cultural que envolve o bem; suas características construtivas e composição arquitetônica, típicas das edificações dos imigrantes alemães; que o imóvel, inserido no contexto da primeira unidade fabril de Juiz de Fora, servia de hospedaria, sendo chamado de “Casa dos Hóspedes”; os termos e a documentação constante do Processo Administrativo da PJJ n.º4553/1997, fica tombado, o imóvel localizado na Rua Benjamim Guimarães, n.º 315, de propriedade da “Companhia Têxtil Ferreira Guimarães”. Os objetos de preservação, cuja inscrição no Livro do Tombo fica autorizada, abrangem as fachadas do imóvel e sua volumetria construtiva.”(IPPLAN/JF)

A Ferreira Guimarães teve também grande participação como um dos pontos de partida para o desenvolvimento político-social e cultural da cidade, visto que as atividades de produção trouxeram novas tecnologias, com maquinários que foram sendo substituídos ao longo dos anos. Foi responsável pela ampliação das oportunidades de trabalho, ainda que inicialmente não fossem nos padrões ideais, mas que de qualquer forma foram importantes para a qualificação da mão-de-obra e a modernização da cidade. Houve influência de estilos trazidos pelos imigrantes ingleses e alemães.

De acordo com os processos de tombamento da Prefeitura de Juiz de Fora – Comissão Permanente Técnico Cultural IPPLAN/JF dos imóveis acima citados, a Ferreira Guimarães recebeu notificação datada de 07 de novembro de 1997, sendo apresentada impugnação pela empresa em 12 de dezembro do mesmo ano, na qual constam além das considerações pertinentes ao tombamento, ressalvas de que a empresa sempre contribuiu com a formação urbana juiz-forana.

“A Companhia Têxtil Ferreira Guimarães é uma empresa que sempre contribuiu com a cidade de Juiz de Fora e com sua qualidade de vida. Vale lembrar: 745 lotes urbanos através de novos bairros que marcam a cidade: Vale do Ipê, Jardins Imperiais, Parque Imperial, Bosque Imperial, em cuja execução foram doados à Municipalidade 460.000 metros quadrados de área de preservação ambiental e floresta nativa, que corresponde a 60% da área da Companhia; doação do prédio para fundação da Faculdade de Medicina, onde hoje funciona o Hospital Universitário; doação de água para a parte alta da cidade através da Represa de ‘Santo Antônio’, cuja retirada de água a Cesama mesma administra livremente com toda a confiança da Companhia; geração de impostos, empregos diretos e muitos indiretos; transações comerciais com numerosas empresas da cidade, em compra de materiais, transporte de mercadorias, etc. e cuidadoso monitoramento de preservação do meio ambiente através de estações de tratamento de água, gases industriais.”³⁰¹

Em paralelo a estas contribuições, podemos perceber na construção da história de Juiz de Fora, diversas passagens que se referem à empresa, não só as relacionadas aos dados

³⁰¹ Informações obtidas no processo de tombamento IPPLAN/JF número 4486/97 da Prefeitura de Juiz de Fora.

materiais, mas também aquelas referenciadas nas lembranças individuais e coletivas sobre a construção desta história têxtil e urbana, ou das histórias que se intercalam nesta construção.

Histórias estas que são contadas por trabalhadores, pessoas que tiveram contato com a empresa de uma forma ou de outra. Moradores dos arredores da fábrica ou consumidores de seus produtos. Alguém tem sempre uma história para contar referente à fábrica ou aos tecidos por ela produzidos. A identificação da memória do tempo e de sua marca na história pelo viés de uma empresa. Este trabalho é apenas um início do que se pretende fazer.

Através das lembranças e dos objetos de memória individual e/ou coletiva, representados nas narrativas da história cultural, social e política e as relacionadas à pesquisa em termos de patrimônio têxtil, podemos repensar a relação da Ferreira Guimarães com o cenário artístico e cultural da história da cidade de Juiz de Fora.

Referências bibliográficas

FUNDAÇÃO Nacional Pró-Memória. **Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro**. Rio de Janeiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Juiz de Fora (MG): Funalfa; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

TRIBUNA DE MINAS. **Juiz de Fora em 2 tempos**. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica Ltda, s.d.

VALE, Vanda Arantes do. **A Arquitetura Latino-Americana da Industrialização. Juiz de Fora: 1880-1930**. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, vol. 1, nº 1, 1995.

Fontes

IPPLAN / JF – Comissão Permanente Técnico-Cultural da Prefeitura de Juiz de Fora
Prefeitura de Juiz de Fora – DIPAC – Divisão de Patrimônio Cultural

Site: www.ferreiraguimaraes.com.br

**Trabalhadores de Juiz de Fora: Uma análise do movimento operário e o recurso à
Justiça do Trabalho na experiência democrática (1945-1964).**

Luisa de Mello Correard Pereira *

Resumo: A proposta do trabalho é analisar as reivindicações trabalhistas por meio das ações na Justiça do Trabalho e greves, durante a experiência democrática pós-Estado Novo (1945-1964) em Juiz de Fora-MG. Para tanto, o estudo político do período, no contexto nacional, remonta desde a revolução de 30, passando por momentos-chave da implementação do trabalhismo no país. A partir disso, objetiva-se fazer um panorama do movimento operário do período, tanto a nível nacional quanto regional, procurando entender a demanda das mesmas na Justiça do Trabalho e até em que ponto essa instituição interfere – e se interfere – no movimento operário do período na cidade de Juiz de Fora. Pretende-se também fazer uma análise do movimento operário dentro do contexto democrático, conversando com a historiografia sobre o período e analisando questões-chave desses estudos, como o corporativismo e o populismo.

Palavras-chave: Trabalhismo, populismo, Justiça do Trabalho.

Abstract: The proposal of the article is analyze the worker's claims by the suits of Justiça do Trabalho (Labor Court) and strikes during the democratic experience after Estado Novo (New State) (1945-1964) in Juiz de Fora-MG, Brazil. For that, the political analysis of that time go back to the “Revolução de 30” (Revolution of 1930), passing through important moments of deployment of “populism” in the country. From that, we intend to do a study of the labor movement in the time, national and regional, understanding their claims in the Court and how far it interposes – if it interposes – in the labor movement in the city. We also intent to analyze this movement inside the democratic context, within that time's historiography and analyzing important questions about the studies, like corporatism and populism.

Keywords: “Trabalhismo”, populism, Labor Court.

* Formada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora no primeiro semestre de 2011.

No Brasil, a Justiça do Trabalho, juntamente com a legislação trabalhista e sindical, parece estar associada a um universo simbólico dentro do qual os trabalhadores constituíram suas identidades. Ao contrário do que poderia se pensar, não apenas os interesses e recursos de poder diferenciados aparecem como aspectos relevantes para a compreensão dos tipos de resistência. No caso do movimento sindical, tal resistência pode estar associada à tentativa de preservação de aspectos fundamentais na definição de sua identidade no plano nacional e à forma como se insere na economia política de cada país. Nesse sentido, faz-se mister o estudo empírico da Justiça do Trabalho em relação com o movimento operário, na tentativa de resgatar nesses movimentos a identidade da classe operária e sua atuação e autonomia em um contexto peculiar da república brasileira.

Os anos 50 inauguraram um processo de crescimento gradual das greves. Entre 1950 e 1960, a maior concentração de greves está na região Centro-Sul: 67,3% em 1950 e 69,9% em 1960. Minas Gerais e Espírito Santo detêm 9,4% em 1950 e 8,7% em 1960 (SANDOVAL, 1994:34). Apesar da maioria absoluta estar na cidade de São Paulo – que também foi o foco de estudo de Sandoval - os números que indicam a presença de movimentos em Minas Gerais são expressivos. Isso indica um crescimento da capacidade de mobilização dos trabalhadores e o desenvolvimento de novas formas de ação e organização nos anos 50.

Contexto político nacional

A partir de 1930, após a “Revolução”, o Brasil passou por um novo processo de reafirmação de seu Estado-nação. Além de negar o passado liberal do período anterior, a nova formação nacional tinha por característica a atenção especial à questão social, ligando a nacionalidade diretamente à idéia de cidadania. O apelo à questão social era a arma legitimadora de um governo que ascendeu por vias ilegítimas. Nesse sentido, o governo do pós-30 reconheceu o social como um problema político, que necessitava de uma intervenção do Estado imediata e direta. Era necessário concretizar e popularizar essa nova noção de cidadania. Adotou-se então uma estratégia baseada na propaganda política e na centralização da imagem do presidente, Getúlio Vargas, como o novo herói nacional. A construção da nova cidadania estava calcada na ideologia do “trabalhador brasileiro”, e o presidente aparece como o grande líder dos trabalhadores, o “pai dos pobres” (GOMES, 2005:221).

Além da propaganda, o governo lançou mão de uma Legislação Social voltada para os trabalhadores, principalmente as Leis Trabalhistas (CLT) e a Previdência Social. Nesse

sentido, esses direitos sociais, que foram na realidade uma conquista da população, apareciam como uma concessão do governo para os trabalhadores – o que reforçava ainda mais a ideologia do Estado como real representante da população. Essas iniciativas governamentais englobavam várias políticas públicas, e caracterizavam um sistema político corporativo.

Uma das políticas mais importantes foi a implementação do sindicalismo corporativo – organização sindical mediada pelo Estado através de uma legislação específica. Essa proposta seria voltara para uma “disciplinarização” da massa trabalhadora, com a criação da CLT e com a institucionalização dos sindicatos oficiais. (COSTA, 1999:92). A Justiça do Trabalho apareceu como uma dos principais instrumentos da legislação corporativa – com ela, a política varguista teria transferido o conflito entre capital e trabalho para uma esfera institucional, para o anterior de sua própria estrutura, tirando a tensão social das fábricas e das ruas.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi criada em 1943 como o código de trabalho nacional, com a finalidade de regular as relações industriais e de trabalho brasileiros (FRENCH, 2001:13). Essa legislação criaria um ambiente no qual os interesses dos trabalhadores seriam garantidos e defendidos pelo governo por meios legais, mas que limitassem e controlassem as ações dos sindicatos, e assim os movimentos operários em si. “Assim, talvez estivéssemos lidando com uma situação na qual as restrições à liberdade sindical eram trocadas pela observância dos direitos individuais do trabalhador.” (FRENCH, 2001:17)

Mas, segundo John French, apesar dessa Legislação ser completa e cobrir no papel todas as instâncias das relações de trabalho, havia um abismo entre o que estava institucionalizado e o que estava realmente acontecendo.

Direitos garantidos categoricamente em lei eram rotineiramente desrespeitados na prática, daqueles que gerenciavam a expansão do setor industrial. Um grande número de trabalhadores eram empregados sob condições e com remunerações que tornaram ridículos os maravilhosos legalismos humanísticos da CLT sobre salários e condições seguras e adequadas de trabalho. (FRENCH, 2001:16)

Essa gritante diferença entre lei e prática era sentida pelos trabalhadores, que em maior ou menor grau reagiam, através de greves ou de ações trabalhistas.

A Justiça do Trabalho foi instaurada no Brasil em 1934, durante o Estado Novo, inicialmente como um órgão ligado ao executivo via Ministério do Trabalho. Foi criada como

uma instituição do corporativismo varguista, com o objetivo de deslocar os conflitos industriais para a esfera institucional – e assim arrefecer a luta de classes no país.

Os estudos tradicionais sobre essa instituição nos fazem crer em uma atuação limitada. Sendo um órgão do governo de controle dos conflitos industriais, que deveria satisfazer as exigências das elites econômicas e ao mesmo tempo suavizar as reivindicações dos trabalhadores, haveria uma tendência a conciliação nos processos da Justiça do Trabalho, onde os tribunais empurrariam conciliações que seriam mais favoráveis aos empregadores – uma “Justiça com desconto” (FRENCH, 2001:19).

Todavia, mesmo que a Justiça do Trabalho carregasse em si características autoritárias e alienantes típicas do Estado Novo, ela criou normas favoráveis ao trabalho. A participação dos trabalhadores em um movimento reivindicatório, mesmo que dentro de meios legais, tinham um impacto mobilizador. Não se pode negar as melhorias que essa legislação trouxe para os trabalhadores. Eles ganharam em termos de aumento de sua legitimidade, possibilidade de exigência e cumprimento de seus direitos e incremento de uma “capacidade de barganha” diante dos patrões – mesmo que todas essas características estejam mediadas pela Justiça do Trabalho. (BARBOSA, 2008:121). Além disso, a consolidação da CLT e outros benefícios ligados a ela, incluindo os tribunais do trabalho, seria também uma resposta, um reconhecimento a mobilização dos trabalhadores.

De sua criação até 1964, as demandas de processos da Justiça do Trabalho estiveram em constante crescimento, por fatores além do crescimento populacional (BARBOSA, 2008:76). E também já está provado que a presença dessa instituição não inibia, de fato, as greves e outras reivindicações diretas. Portanto, a Justiça do Trabalho ainda precisa de estudos empíricos que discutam o seu real papel enquanto instrumento de luta e garantia de direitos.

Através da política do sindicalismo corporativo, e com uma série de normas institucionais a seu favor, o Estado pretendia exercer um grande controle sobre o movimento dos trabalhadores. O direito de greve era assegurado pela Constituição de 1946, mas só foi implantada em 1964. Antes dessa data, a legalidade das greves dependia de interpretações.

Além disso, a legalização dos sindicatos foi um processo caracterizado pela disputa em torno da reapropriação de práticas e discursos operários, patronais e governamentais. E essa interação é importante para se compreender o movimento dos trabalhadores do período. Era uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que a legalização dos sindicatos representava o reconhecimento pelo Estado da força de organização e contestação dos trabalhadores,

também se constituía em uma estratégia de controle dos mesmos. Mas muitas vezes os trabalhadores extraíam do modelo político clientelista recursos para suas lutas e para o fortalecimento das suas noções de justiça social (SILVA, 1999: 80). Havia, então, uma relação de reciprocidade

Mas essa relação não inibia a luta direta dos trabalhadores em prol de melhores condições de trabalho e em conquista de direitos. Com o aumento da repressão do Estado, houve uma maior reação popular (FORTES, 1999:22). Mais os trabalhadores cobravam os sindicatos, e mais essas instituições retomavam seu contato com as bases e com os movimentos políticos.

Em 1953, houve uma paralisação em massa em São Paulo e cidades vizinhas, como Santo André e São Caetano, envolvendo trabalhadores de múltiplas categorias (têxteis, metalúrgicos, gráficos etc.) e mais de 300 mil trabalhadores, que reivindicavam reajuste salarial. A greve só foi encerrada quando houve um acordo entre patrões e empregados. Apesar de o índice ser menor do que o pretendido, o impacto da mobilização nos sindicatos e na cultura política foi positivo, no sentido de reacender o movimento operário e sua autonomia (COSTA, 1999:111). Essa luta assinalou a reconquista dos sindicatos pelos setores atuantes, em um contexto de crescente repressão do governo Dutra (1946-1950). Além disso, assinalou também a renovação do movimento operário, já que atraiu novos militantes.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi caracterizado como o ápice do modelo nacional-desenvolvimentista do Brasil. Seria um período de grande modernização e desenvolvimento social, como representado no famoso slogan “50 anos em 5”. Mas também, foi um período de muitas lutas sociais. Nesse contexto, ocorreu em 1957 em São Paulo uma greve em massa, que mobilizou mais de 400 mil trabalhadores – por isso ficou conhecida como “a greve dos 400 mil”. O salário era a principal reclamação dos grevistas, mas as reivindicações se entendiam para vários fatores de condições de trabalho e sobrevivência. A greve contou com 80% dos trabalhadores dos setores envolvidos parando suas atividades. No segundo dia, a paralisação foi de quase 100% dos trabalhadores. (FONTES, 1999:155), e o movimento ganhou as ruas, conquistando outros setores da sociedade e ganhando características de rebelião popular (FONTES, 1999:159). Mesmo que os valores negociados no final tenham sido bem abaixo dos estipulados inicialmente, e dos valores reivindicados, a proporção que a greve tomou e o fato dos empregadores tiveram de ceder á negociações foram provas de que a greve constituiu uma vitória para os trabalhadores e para o movimento sindical.

Historiografia e cultura política

O período aqui estudado se configura como uma das maiores incógnitas da historiografia brasileira dos séculos XX-XXI. A causa principal desse imbróglio está no conceito “populismo”, popularizado tanto na historiografia quanto na cultura política do país e que caracteriza o contexto dos anos 1930-1964. Os estudos sobre a trajetória desse controverso conceito remontam ao início da década de 50 (GOMES, 1996:3), e persiste até os dias de hoje. Nesse meio tempo, o termo foi incorporado, metamorfoseado, renomado e negado, de modo que se tornou então uma das maiores problemáticas do estudo da História do Brasil do século XX. Segundo Jorge Ferreira, o populismo como categoria explicativa surgiu para responder uma pergunta cuja historiografia não consegue responder ao certo: “por que os trabalhadores manifestaram apoio a Getúlio Vargas durante o Estado Novo e quais as razões que os levaram, entre 1945 e 1964, a apoiar líderes trabalhistas e votar no PTB?” (FERREIRA, 2010:8).

Nas últimas três décadas, têm crescido vertiginosamente o número de bons trabalhos que discutem o conceito em si e também as características do período. As controvérsias e indefinições continuam, mas em uma coisa todos os autores parecem concordar: “populismo” é um dos conceitos com maior grau de elasticidade já existentes na Historiografia. Isso porque é algo tão amplo e instável que transcendeu a barreira acadêmica e se tornou uma cultura política nacional (GOMES, 1996:2). É uma expressão que está na ponta da língua dos brasileiros quando o assunto é a política nacional e suas principais figuras, principalmente em épocas eleitorais. Isso dificulta o trabalho dos estudiosos em tentar resolver esse problema e elucidar sobre as características políticas peculiares da experiência democrática.

Um dos principais autores que ajudou a difundir o conceito tradicional de populismo foi Otávio Ianni em 1968, com sua obra “O Colapso do Populismo no Brasil”. Para esse autor, o populismo é (em um livre, breve e limitado resumo de sua obra) um modelo de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, onde os trabalhadores eram oriundos de um universo camponês e coronelista. Esse sistema se fundamentava na conciliação de classes - sob hegemonia da burguesia industrial, onde o Estado assumiu um papel interventor e conciliador, e os trabalhadores ganharam vantagens econômicas e políticas não substanciais para apoiar o *status quo*. Lideranças carismáticas angariavam o apoio popular e manipulavam as massas, enquanto o sindicalismo estatal era dominado pelas

lideranças pelegas (ligadas ao Estado) para manter a sociedade passiva e o sistema funcionando.

Muitas outras críticas foram feitas à teoria de Ianni, principalmente no que concerne ao papel dos trabalhadores, que foram estigmatizados como agentes passivos, uma mera massa manipulada que aceitaria calmamente o pacto populista com o Estado que o controlava e a burguesia que a explorava. Daniel Aarão Reis Filho afirma que “populismo” surgiu mais como uma arma do que como um conceito propriamente dito, sendo usado para desqualificar os movimentos sociais e as direções políticas ligadas a ele. O autor ainda afirma que a tese de Ianni é vinculado à uma concepção marxista-leninista que só enxerga a classe onde os trabalhadores formulam concepções revolucionárias, dessa forma eliminando outras formas de conquista sociais, sejam elas quais forem. (REIS FILHO, 2010: 358).

A produção em questão e outras desse período estavam imersas em um contexto onde as Ciências Sociais se encontravam em crise e necessitavam encontrar uma justificativa para o golpe civil-militar de 1964 – o que explica o apelo por uma abordagem que critica os atores sociais por más escolhas realizadas em um determinado contexto. “Daí também a centralidade do Estado e sem dúvida, do tema do populismo” (GOMES, 1996: 7). Assim, o populismo comprometeu o desenvolvimento crítico da sociedade civil e teria anulado o desenvolvimento da classe trabalhadora, permitindo assim que o terreno fosse preparado para o golpe.

Francisco Weffort, na década de 70, começou a mudar os estudos sobre o conceito, mas também mantendo alguns preceitos. O autor via o populismo como um estado de governo em um período de transição da economia e da sociedade brasileira e também como uma política de massa. O populismo teria origem na crise do liberalismo oligárquico brasileiro e na necessidade de expansão institucional das bases sociais do Estado. Logo, o golpe de 1930 não seria uma revolução burguesa, e sim uma transformação “controlada” pelas oligarquias, através de várias alianças políticas (burguesia, classes médias urbanas e classes trabalhadoras). Isso resultaria em um quadro político de equilíbrio de poderes, e nesse contexto surgiria o “Estado de compromisso” entre o Estado, os grupos dominantes e as classes populares (GOMES, 1996:8).

Acima de tudo, para Weffort populismo seria uma política de manipulação de massa. Mas a mudança está no termo “manipulação”, que aparece agora dotada de uma ambiguidade: controle a atendimento de demanda. Assim, o autor reconhece que havia uma reivindicação por parte dos trabalhadores; e ainda, reconhece que a década de 50 foi um período de crescente mobilização popular – o que já evidencia a principal diferença em relação à Ianni,

que via apenas a população como massa de manobra. O autor traz como um dos temas principais o protagonismo das classes populares, ainda que com ressalvas. A dependência do movimento operário com o Estado ainda aparece como elemento que impedia o desenvolvimento da democracia. Partidos e sindicatos estariam cooptados, já que se juntaram ao corporativismo por não conseguirem combatê-lo. (REIS FILHO, 2010:269)

Uma importante característica nas obras de Weffort é que traz a tona o debate sobre a democracia (inclusive usando o termo “democracia populista”). As suas teses vêm em um contexto de abertura política “lenta, gradual e segura” e pretendia expor suas irregularidades. (REIS FILHO, 2010:364). Para ele, as transformações sociais e também econômicas e políticas do período seriam incompatíveis com a manutenção da democracia, o que resultou no esgotamento do populismo e em uma abertura para o golpe civil-militar de 1964 (GOMES, 1996:11).

Na década de 80, há um crescimento do questionamento do conceito de populismo, e surge um processo de descaracterização do mesmo e de reconhecimento da ação das classes trabalhadoras. Angela de Castro Gomes lança um livro que foi divisor de águas nessa discussão, *A Invenção do Trabalhismo* (1988), onde ela inova ao propor o termo trabalhismo e apresentá-lo como corrente de esquerda.

Em sua tese, a autora faz um estudo sobre a constituição da classe trabalhadora no Brasil, explicitando o seu papel como sujeito na História, principalmente no período do Estado Novo. Nesse sentido, reconhece o papel ativo dos trabalhadores, com todas as suas ambigüidades, inclusive reconhecendo o diálogo desses com outros atores sociais e com os recursos de poder presentes em cada contexto (GOMES, 1996:14). Todos os atores (Estado, burguesia e operários) compunham um “acordo”, dentro do qual a demanda e as ideologias de todos eram reconhecidas e incorporadas.

Nesse contexto, Gomes propõe o pacto trabalhista para compreender a ambígua relação Estado-trabalhadores a partir do Estado Novo. O discurso trabalhista (que a autora reconhece ter sido iniciado pelo Estado) reconhecia, utilizava e re-significava as manifestações e os discursos operários de décadas de construção, oferecendo benefícios materiais em atendimento a antigas demandas. Esses benefícios seriam recebidos pelos operários e por eles interpretados, dentro de suas possibilidades e anseios (GOMES, 1996:15). Assim, o pacto trabalhista seria constituído pela palavra e pela ação do Estado e dos trabalhadores, em um estado de “permanente re-construção”, sem hegemonias.

A partir de então, há um abandono do conceito “populismo” pelos historiadores das décadas de 80 e 90, substituído principalmente pelo “trabalhismo”, que seria:

(...) ao mesmo tempo um pacto entre trabalhadores e Estado que ‘expressa a constituição de classe’, e portanto uma forma particular da sua consciência, mas também uma ‘tradição’ que articulava estruturas jurídicas, assistenciais, sindicais e partidárias com mobilização social (...). Acima de tudo, porém, o trabalhismo envolveria líderes carismáticos, capazes de ‘expressar’ os interesses, crenças e valores de suas bases. *Substituído o conceito em nome da valorização da agência histórica dos trabalhadores*, caberia perguntar que papel estaria a eles reservados no novo paradigma. (grifo meu) (FORTES, 2007:77)

É importante ressaltar como o trabalhismo traz a tona o importante papel dos trabalhadores nesse pacto, que já reivindicavam melhorias desde antes do golpe de 1930 e fechariam com o Estado esse acordo que configuraria quase quatro décadas da história da república brasileira – em contraposição à imagem de massa pacificada explicitada pelo termo “populismo”.

Nesse contexto, novos estudos sobre o tema apresentam alternativas ao conceito tradicional. Jorge Ferreira propõe a inexistência do populismo. O autor desconsidera o fenômeno como característica da relação Estado-Sociedade na república brasileira – para ele, o conceito é tão somente uma criação para explicar e caracterizar a política do período. (FERREIRA, 2010:64).

Daniel Aarão Reis Filho desenvolve a questão da “tradição nacional-estatista” no Brasil, que encontrou sua afirmação no trabalhismo brasileiro, hegemônico na experiência democrática. O autor chama a atenção para a pluralidade dos segmentos de esquerda no Brasil (inclusive usando a expressão “esquerdas”, no plural), aonde se encontra o nacional-estatismo.

Os nacionais-estatistas buscavam uma aliança com o Estado para “controlar a ganância dos patrões” (REIS FILHO, 2007:91) e cobravam do governo proteção e amparo (no caso, em forma de legislação). O governo Vargas trouxe a questão social para a política, e começou a criar uma série de leis para amparar os trabalhadores, mas também para controlá-los quando conveniente. Fechando esse raciocínio, o autor diz que os trabalhadores “assumem um lugar subordinado, o que não quer dizer que apareçam como vítimas passivas, ou *manipuladas*” (grifo do autor) (REIS FILHO, 2007:95). Mas os seguidores dessa tradição eram considerados “pelegos” pelos adversários esquerdistas e desconsiderados como esquerda

pela historiografia - pois era a tendência hegemônica na classe operária, o que reforçava o pacto trabalhista e afastava os operários das propostas ditas revolucionárias.

O trabalhismo e o projeto nacional-estatista encontrou seu apogeu no período democrático (1945-1964), principalmente entre 1950 e 1954. Foi um período de grande efervescência social, com as duas grandes greves em São Paulo e a campanha “O Petróleo é Nosso”. Em 1954, o suicídio de Vargas gerou uma grande onda de comoção nacional, afirmando a popularidade do presidente e da tradição em questão. Na primeira metade da década de 60, há uma radicalização desse projeto, com as reformas de base e o acirramento das lutas sociais, incluindo os trabalhadores rurais e os estudantes. “Formou-se então uma frente social inédita na história da República brasileira, exigindo reformas, mas que seriam revolucionárias se, de fato, se efetivassem.” (REIS FILHO, 2007:100). O nacional-estatismo encontrou seu fim no golpe de 1964, não resistindo às investidas das direitas reunidas – e é nesse contexto que surge o termo “colapso do populismo”, usados pelas extremas-esquerdas e pelas direitas como um conceito para mitificar pejorativamente a tradição nacional-estatista.

Assistiu-se a partir daí uma evolução nos estudos sobre o período. Iniciou-se uma busca em prol do resgate da autonomia operária através de estudos de processos de resistências à exploração e ao controle, contraposta as orientações de partidos e sindicatos. Assim, surgiram vários trabalhos que contribuíram para romper com o preceito de passividade dos trabalhadores frente à política varguista, concomitantemente se questionava a noção do Estado como onipotente, capaz de impor seu corporativismo ao movimento operário.

Segundo Lucília de Almeida Neves, esse foi um período em que grande parte da população constituiu-se como ator do processo, ocasionando o aumento de manifestações participativas, que por sua vez denotaria uma forte autonomia em relação ao Estado (NEVES, 2001:174) - mesmo com as contradições do “autoritarismo paternalista” do “populismo”.

Segundo Alexandre Fortes, a legalização dos sindicatos e a expansão e instituição dos direitos trabalhistas através da CLT, seria uma resposta, um reconhecimento pelo Estado das organizações trabalhistas e de suas reivindicações. Mas também abria espaço para o controle estatal sobre as mesmas organizações (FORTES, 1999:39). Apesar do fator “controle estatal” ainda estar presente, o discurso muda no sentido de dar voz e ação aos trabalhadores, que conquistaram esses direitos através de lutas que datam da década de 20, e não meros expectadores das ações do Estado de garantir cidadania em troca de obediência.

Apesar do surgimento de vários estudos sobre a atividade do movimento operário no período, contrariando as prerrogativas tradicionais de passividade e obediência ao Estado,

nada está definido. O conceito de populismo continua a configurar a cultura política do país e boa parte das produções acadêmicas sobre o período, constituindo uma enorme incógnita que persiste na historiografia desde os anos 50 até os dias de hoje. Como disse Jorge Ferreira, “a história política brasileira entre 1945 e 1964 ainda está para ser construída” (FERREIRA, 2001:13).

Trabalhadores de Juiz de Fora durante a experiência democrática

Nas primeiras décadas do século XX, Juiz de Fora assistiu um grande crescimento industrial. A partir de 1920, o parque industrial da cidade passou a ser composto principalmente pelos ramos têxtil e de alimentos e bebidas (PACHECO, 1996:123). Juntas, correspondiam a 33% dos estabelecimentos comerciais, 19% dos capitais e 65% da mão de obra empregada na indústria na cidade. Em 1950, esses números já subiam para, respectivamente, 37%, 60% e 68% (PACHECO, 1996:175). Não obstante, constatava-se nas duas categorias o uso intensivo de mão-de-obra e a baixa mecanização.

A partir de 1950, a hegemonia passou a ser cada vez mais das indústrias têxteis, que passou a representar 48% dos capitais industriais da cidade, e empregavam cerca de 60% da mão-de-obra ativa (PACHECO, 1996:23). Mas, concomitantemente, assistiu-se a um movimento de redução da evolução da mão-de-obra ocupada, o que pode ser explicada por um crescente processo de mecanização das fábricas, dispensoras de mão-de-obra.

Apesar disso, a indústria têxtil ainda era dominante. Porém estava em processo de desenvolvimento na cidade indústrias de setores dinâmicos, como a metalúrgica, que absorvia a mão-de-obra dispensada no processo de mecanização das indústrias tradicionais. Mas, apesar disso, não havia absorção suficiente para a demanda de dispensados, uma vez que os setores modernos necessitavam de mão-de-obra qualificada. Todas essas características tinham impactos diretos na classe trabalhadora.

Há poucas notícias de greves em Juiz de Fora dentro do regime do Estado Novo, talvez por consequência da censura à imprensa. Há um registro de uma greve, em 1944, na fábrica Antonio Meurer (PACHECO, 1996:175); registros esses encontrados em reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho. A imprensa da cidade noticiou uma greve dos Bancários em 1946, por motivos salariais (PACHECO, 1996:177). No início de 1946, Juiz de Fora teve uma grande greve de todas as indústrias têxteis, iniciada pelos empregados da Antonio Meurer, que reclamavam gratificações pendentes. Uma comissão do Sindicato das Indústrias

Têxteis de Juiz de Fora foi encarregada de negociar os termos das reclamações com a gerência da empresa e até com o prefeito da cidade, José Baptista de Oliveira.

Em 1948, já no regime democrático, aconteceu a principal mobilização do período na cidade. Os empregados das indústrias têxteis reivindicavam aumento salarial de 60 a 100% mais descansos semanais. A imprensa local relata que, antes da eclosão da greve, houve tentativas de negociações entre o Sindicato e os patrões, mas com o impasse não teve solução, a cidade amanheceu em greve em seis de abril (PACHECO, 1996:179).

Infelizmente, os registros são escassos, mas sem dúvidas indicam que o movimento operário na cidade reviveu no fim do Estado Novo e extrapolou as barreiras do regime fechado, persistindo e até mesmo aumentando no regime democrático posterior.

Quanto ao uso da Justiça do Trabalho na cidade, uma pesquisa realizada com os processos impetrados na Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora, no período entre 1945 e 1964 - pegando como referência as categorias-chave têxtil e metalúrgica - mostra que a maioria das sentenças são procedentes ou parcialmente procedentes. Em números exatos, 40,72% das reclamações foram consideradas procedentes ou parcialmente procedentes, enquanto os de acordo são de 34,01% (LOBO, 2011:5). Logo se percebe que, ao contrário do que se supunha, resultados favoráveis aos trabalhadores aparecem em maior número do que os acordos.

Os resultados acima explicitados indicam que nenhum dos pressupostos mais conhecidos se mostra dominante, nem o conceito de “justiça com desconto” e nem o princípio da conciliação. Mais que disso, a pesquisa com as fontes da Justiça do Trabalho explicitou que, em diversos casos, as sentenças favorecem os trabalhadores não só no que está vigente em lei ou pelo contrato de trabalho, de modo que em alguns casos o empregador é obrigado a pagar à custa do processo como punição de sua desobediência à legislação trabalhista.

Além disso, não há evidências de que os números de processos eram influenciados, negativa ou positivamente, pelos movimentos diretos no período. Ainda há muitos avanços a se fazer nesse sentido, mas é nítido que a presença da Justiça do Trabalho, seja falha ou não, não excluía as manifestações das possibilidades de confronto e luta social dos trabalhadores.

Conclusão

O recorte temporal escolhido para esse trabalho é um período político muito peculiar na história do Brasil, e que se encontra ainda muito confuso na historiografia brasileira.

Economicamente, o país está passando por um grande processo de industrialização, e de transição de indústrias tradicionais para os setores modernos, e tudo isso calcado no nacionalismo forte. Socialmente, o Estado constrói uma nova imagem do cidadão brasileiro, baseado na ideologia do trabalho e do nacionalismo, para ir de encontro com as ideologias econômicas e políticas que estavam sendo construídas. Politicamente, o Brasil estava assistindo o crescimento de um Estado cada vez mais forte e centralizador, que via cada vez mais nos cidadãos e nas práticas sociais o órgão legitimador do golpe dado em 1930.

Fazia parte da estruturação dessa mudança a implementação do sistema corporativo na política e na sociedade brasileira, com o controle sobre todas as esferas sociais e econômicas. A partir dessa política, o governo lançou mão de uma Legislação que, ao mesmo tempo em que reconhecia o poder mobilizador da classe operária e da população como um todo, e institucionalizava os direitos sociais conquistados no início do século XX, também construía uma relação de vigilância e controle sobre os mesmos.

Uma importante instituição desse corporativismo foi a Justiça do Trabalho. Ela era oficialmente o órgão de intermediação dos conflitos trabalhistas, afastando assim esses conflitos das fábricas e das ruas e agregando à tutela estatal. Além disso, a criação dos sindicatos corporativos, que afastariam os trabalhadores da militância, levaria os trabalhadores a serem cooptados pelas políticas coercivas de assistencialistas do Estado.

Mas os estudos recentes provam que os trabalhadores não se curvaram completamente ao corporativismo. Nos anos 50, houve uma explosão de paralisações e greves em todos os cantos do país, com principal destaque para os estados de São Paulo e Minas Gerais, lares de grande concentração industrial. Os sindicatos se mostraram completamente ativos nesses processos de contestação política e social, rompendo com as barreiras do peleguismo. Ademais, os trabalhadores aderiram fortemente ao projeto nacional-estatista, aonde viam ali reconhecimento de suas atividades e atendimento a suas demandas.

Essa efervescência do movimento operário e o crescimento da consciência política do trabalhador interferiam também nas ações da Justiça do Trabalho. Além do crescimento de reclamações, o próprio teor dessas e como isso interferia o resultado das Juntas e das jurisdições regional e federal comprovam o impacto do movimento popular no período nas instituições do governo, que não ficavam alheias às crescentes contestações de suas estruturas.

Em Juiz de Fora, não foi diferente. A cidade era um importante pólo de indústria têxtil brasileira, e no período em questão passava por uma transição para os setores modernos, principalmente a metalúrgica, e isso interferia diretamente no emprego de mão-de-obra, na

dinamização da economia e na sociedade em si. Essas mudanças interferiam também no movimento trabalhista na cidade, e também nos processos na Junta de Conciliação e Julgamento local.

Nesse sentido, o papel desse artigo é de ajudar a elucidar sobre o real papel dos trabalhadores brasileiros em um contexto tão adverso e confuso. A partir da análise do micro (os trabalhadores de Juiz de Fora), procurei elucidar sobre o macro (os trabalhadores brasileiros). Como mostrado aqui, a leitura dos processos e análise dos resultados foram contra todas as idéias que se tinha sobre o uso da Justiça do Trabalho, provando que nem a instituição era uma completa arma do governo em favorecer os empregadores a qualquer custo, nem os trabalhadores eram alienados pela ideologia e pela política do corporativismo - portanto conheciam seus direitos e corriam atrás deles, seja por meios jurídicos, ou pela militância direta.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1987.

BARBOSA, Denílson Gomes. *Conflito Trabalhista e Uso da Justiça do Trabalho*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: Um Estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

FERREIRA, Jorge. Introdução. In: _____. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Pp. 7-16.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Pp. 61-124.

FORTES, Alexandre. SILVA, Fernando Teixeira. COSTA, Hélio. FONTES, Paulo. ET AL. *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. In: *Locus*. Revista de História. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. v.12. n.02. PP. 61-86.

FRENCH, John. *Afogados em lei: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ática, 2001.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008. 3 ed.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, 1996. vol.1, n.2, Pp. 31-58.

LOBO, Valéria Marques. O Processo Trabalhista como Fonte para a Pesquisa em História. In: *X Congresso Internacional da Brazilian Studies Association*. Brasília. Proceedings of the Brazilian Studies Association: Tenth Conference, 2011

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Pp. 167-203.

PACHECO, Jairo. *Guerra na Fábrica: Cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – O caso de Juiz de Fora-MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Estado e Trabalhadores: O Populismo em questão. In: *Locus*. Revista de História. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. V. 13. N 2. Pp. 87-108.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. PP. 321-377.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)*. São Paulo: Ática, 1999.

Primeira República

Passado, Presente e Futuro: análises e críticas ao quadro político-social da Primeira República.

Allony Rezende de Carvalho Macedo*

Resumo: Este texto tem como tema a análise histórica de leituras histórico-sociológicas a respeito da formação político-social do Brasil, que se delinearam no contexto de desgaste do regime político da Primeira República, chegando à década de 1930. Trata-se especificamente da comparação entre os quadros analíticos constituídos pelos chamados autores “autoritários”, iniciados nos anos 10, e os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre elaborados na década de 30.

Palavras-chave: Primeira República; Pensamento Brasileiro; Autoritarismo.

Abstract: This text has as theme a historical analysis of the readings socio-historical about Brazil's socio-political formation, which were developed at the moment of detrition of First Republic's political regime passing by decade of 1930s. Referring especially a comparing between the analysis boards done by called thinkers "authoritarians", begun on 1910s, and productions of Sérgio Buarque de Holanda and Gilberto Freyre, wich were conceived in decade of 1930s.

Keywords: FirstRepublic; BrazilianThought; authoritarianism

Introdução

Antonio Candido (1995) e Elide Rugai (2008), assim como outros autores sobre a temática que será aqui apresentada, são enfáticos ao apontar Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda como autores que ganharam destaque com obras que se voltaram para o estudo do passado de maneira armada. Ou seja, estes dois autores buscaram na história

* Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

explicações para as características e impasses do presente. Rugai destacou que o quadro acima não se tratou de mero acaso. Ambos pertenceram ao pós-30, momento no qual discussões sobre formação nacional fizeram parte do quadro de centralização administrativa que se instalou no país (RUGAI, 2008: 229).

Porém, se houver um recuo maior no tempo, percebe-se que no período da Primeira República outros autores se comportaram de forma bastante próxima e por motivações de natureza semelhante.

A preocupação com os rumos tomados pela República proclamada atingia militares e civis, é claro que em diferentes pontos, os quais tinham maior ou menor importância para um e outro setor. Intelectuais como Oliveira Vianna e Alberto Torres produziam, já nos anos de 1910, seus ensaios histórico-sociológicos com o objetivo de entender o “Brasil real”, preocupados com a formação nacional e frustrados com a experiência institucional fundada em 1891. Além deles, preocupados com a nação brasileira e sua defesa, propondo questões sobre os males da nação e do Exército um grupo de oficiais fundou em 1913 a revista *A Defesa Nacional*. Uma revista de circulação bastante significativa, vale destacar, tanto nos meios militares, quanto nos civis, que perfaziam quase metade de suas assinaturas (CAPELLA, 1985: 51).

Em 1916, organizavam-se setores civis e militares em torno da Liga de Defesa Nacional, que atacava entre outras questões a vulnerabilidade militar do Brasil, que passava, por exemplo, pelos problemas com seu material humano. Olavo Bilac, inspirador ideológico do grupo, atacou o egoísmo, o arrivismo e a indiferença cívica das “classes cultas”. Entendia que, além do recrutamento dos mais aptos para a redenção nacional, para a organização do Exército e da sociedade, a formação militar faria face à falta de escolas e educaria os “rebotinhos da sociedade”, fazendo deles cidadãos-soldados (MORAES, 1991: 121).

De acordo com Leila Maria Corrêa Capella, a preocupação com a o “Brasil-nação” estava na cabeça de toda a *intelligentsia*, já nos anos 10. Havia um sentimento comum entre a intelectualidade de que, na realidade, o país ainda não gozava de uma nação completa, que estava ainda por fazer (CAPELLA, 1985: 74).

O que se observa, em linhas gerais, é que estes autores/atores, imiscuídos em momentos de agitação política promovidos pelo descontentamento com o sistema “liberal-excludente” instalado, se voltaram para entender o porquê de tais impasses, isso a partir do entendimento das “raízes” da formação nacional. É claro nestes textos, pela maneira como os autores expõem suas análises, que há um objetivo último de informar os atores sociais a

partir de suas análises, afim de consolidar a definitiva formação nacional ou abrir espaço ao processo de modernização que o Brasil acaba por se inserir. Em 1924, no prefácio de *À Margem da História da República*, seu organizador, Vicente Licínio Cardoso ressaltou a atenção dos autores que colaboraram com a obra, entre eles Oliveira Vianna, com a gravidade do momento histórico e com a sua preocupação em agir:

Compreendem, de outro lado, a gravidade de nosso momento histórico presente e procuram reagir. Mas reagir pelo progresso dentro da ordem. [...] A serenidade das atitudes tomadas evidencia em sua a consciência da força que julgam possuir reunidos, o respeito com que estudaram o Brasil passado e o amor com que pensam agora projetar para o Brasil o futuro. (CARDOSO, 1990: 13).

Gilberto Freyre, no prefácio de *Casa Grande & Senzala*, de 1933, também expôs:

Era como se tudo dependesse de mim e dos da minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E, dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação. (FREYRE, 2002, p.217).

O presente trabalho, pelas características acima expostas e por outras que serão tratadas mais a frente, pretende fazer uma análise comparativa (a título de um exercício acadêmico, em tom ensaístico) entre os autores chamados “autoritários” e outros dois intelectuais, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda em relação aos seus ensaios sobre história do Brasil³⁰². Pretende-se focar aqui em três pontos, o primeiro deles é a leitura que fazem do passado, caminhando, a partir daí, para as “chaves” explicativas que constroem do presente, considerando, por fim, suas proposições ou expectativas de mudança do quadro sócio-político do país. Não há o objetivo aqui de avaliar de maneira precisa as posturas teórico-metodológicas dos mesmos. Uma das intenções deste trabalho é recuperar a dimensão histórica ou a historicidade dos diagnósticos feitos por estes intelectuais em relação à tão atribulada realidade brasileira naquele momento.

Antes de tudo, considera-se necessário fazer aqui uma breve recuperação do quadro político brasileiro, pois se entende sê-lo indispensável, levando em consideração o desconforto dos autores com relação ao quadro político-social do país.

O cenário político brasileiro, da década de 1910 ao início dos anos 30.

³⁰² O termo “autoritário” é baseado no texto de Bolívar Lamounier, quando o autor nomeia assim os críticos da Primeira República, que se colocaram ou foram colocados no pós-30 enquanto efetivos elaboradores de instituições do Estado centralizado (LAMOUNIER, 1978).

Segundo Luciano Martins, foi nos anos 20 que se instalou o que ele chamou de “crise da confederação oligárquica”. O autor expõe ao longo do seu texto que a Revolução de 1930 não pode ser restrita ao seu acontecimento puro e simples. Para ele o que ocorreu foi um processo crítico que se alastrou desde o início da década de 1920 e que aos poucos corroeu as bases da dominação oligárquica excludente, completando-se em 1937 com a instalação de fato do Estado autoritário. Em síntese, discorre que o sistema antes de 30 dependia da aceitação da situação dos arranjos políticos feito pelos estados centrais em troca do respeito à soberania dos demais e da capacidade do sistema de absorver no processo político novas elites urbanas e atender os reclames militares (sobre o monopólio da violência, em oposição à milícias das oligarquias locais). Para Martins, foi na falha destes preceitos que o sistema político foi colocado em cheque (MARTINS, 1983).

Todavia, já nos anos de 1910 podem-se observar movimentações importantes no quadro político nacional que sinalizaram, desde já, problemas na manutenção do poderio político das oligarquias centrais. Pode-se apontar a acirrada disputa eleitoral de 1910, que terminou com a vitória do Marechal Hermes da Fonseca. Momento que mudou o panorama político, uma vez que não só novos atores ganhavam a cena (militares e oligarquias dissidentes) como ansiavam por maior participação no poder (VISCARDI, 2001).

Cláudia Viscardi (2001) apontou que no interior dos estados a disputa se configurava. Oligarquias marginalizadas no poder desde a gestão de Campos Sales desejavam participar. Para isso, se aliaram aos militares, que faziam o discurso de uma distribuição mais equitativa de poder entre as unidades federadas. Para as oligarquias periféricas, a aliança com os militares naquele contexto seria a única forma de combater os rivais. E isso ocorreu a partir das intervenções nos processos sucessórios chamadas de “salvações”. O que havia de novo nessa busca por um eixo alternativo de poder, neste momento, era a participação dos militares. Além disso, a autora destacou a instabilidade que estas disputas locais trouxeram para o governo federal, revertendo a base da “política dos estados”.

Para o fim de exemplificar tal contexto de maneira mais sintética possível, este trabalho selecionou o momento da Reação Republicana, considerado por esta mesma historiadora (VISCARDI, 2001), como um episódio inédito de contestação ao “imperialismo oligárquico” em si, no qual ficou explícito o descontentamento com a experiência republicana até então vivenciada.

A chamada Reação Republicana consistiu na intensa movimentação política que a sociedade brasileira esteve envolvida na campanha para as eleições presidenciais de 1922. Reuniu-se do lado oposicionista os setores descontentes, representados na chapa Nilo-Seabra, que disputava a eleição com o situacionista Artur Bernardes. Pela primeira vez no país observou-se a formação espontânea de comitês eleitorais que reuniam civis e militares em torno da candidatura presidencial. Anita Prestes explicitou a importância da participação dos militares nestas atividades e as motivações políticas dos mesmos:

Os comitês eleitorais da Reação Republicana surgiram rapidamente, espalhados por todo o Brasil, fruto da iniciativa e da colaboração dos militares transferidos para os mais distantes pontos do território nacional, aglutinando forças políticas e sociais heterogêneas, irmanadas pela esperança de, que com a vitória da coligação Nilo-Seabra, mudar a situação do País, libertando-se da camisa-de-força imposta pelo sistema eleitoral dominante. (PRESTES, 1993: 60)

Mostrava-se um clima de insatisfação por parte do eleitorado brasileiro em relação à situação política, marcada pelas fraudes eleitorais em benefício do interesse de alguns poucos grupos. Analisando o Manifesto da Reação Republicana, em busca de indícios dos motivos da chapa oposicionista, Cláudia Viscardi (2001) destacou como ponto mais importante o descontentamento em relação ao chamado “imperialismo dos grandes estados”, exigindo uma distribuição mais equitativa de poder entre os estados federados. Reagia-se ao desequilíbrio na participação do no poder central. O jornais e o Congresso funcionavam como caixa de ressonância do clima de revolta que ia tomando conta do país (PRESTES, 1993: 59).

Com a vitória da Artur Bernardes em 1922 foi inevitável que a oposição tentasse uma saída legal para reverter o quadro, enquanto os militares, que radicalizavam uma posição revolucionária desde o episódio das Cartas Falsas, continuavam a tramocar suas ações, que se desencadeou no dia 5 de julho. Um momento destacável, pois pela primeira vez colocava-se em cheque a legitimidade do sistema eleitoral até então utilizado (VISCARDI, 2001).

Todo este caos político deixou evidente a insatisfação de setores significativos da população com os rumos que tomou a República. Também no campo das ideias manifestações deste tipo ganhavam corpo, agravando-se com a crise dos paradigmas políticos europeus, potencializada pela Primeira Guerra Mundial.

A indisponibilidade de alguns setores dissidentes com o sistema político persistiu após a Reação, o que culminou com o apoio dos mesmos às movimentações de 1930 e com

pressões para a organização de um Estado forte e centralizado, defensor dos interesses nacionais, algo que segundo Luciano Martins (1983), se completou em 1937.

O que é importante que se extraia deste contexto é a leitura pessimista referente à experiência republicana, no que diz respeito às instituições e sua relação com a sociedade brasileira constituída historicamente; além do quadro de instabilidade política gerada a partir daí que afetou a intelectualidade desta geração, haja vista a temática de seus debates. Entende-se este momento como importante propulsor do acirramento das preocupações em avaliar essa formação histórica brasileira de maneira a considerar suas especificidades e a partir daí superar os problemas que se colocam. Algo que se manifesta entre os autores “autoritários”, perpassando a outras esferas da intelectualidade, atingindo o pós-30.

Os “autoritários”: leituras do passado, diagnóstico do presente e proposições.

Já na década de 1910, Alberto Torres, considerado quase unanimemente o principal inspirador do pensamento autoritário, fazia suas análises e propunha soluções a cerca do Brasil (FORJAZ, 1988: 53). Sua preocupação principal se delineava em torno da organização da unidade nacional, que segundo ele, trazia problemas por sua formação colonial agro-exportadora. Isso porque o Brasil não teria passado por uma primeira fase de produção, para o seu próprio abastecimento, algo que estimularia a natural integração, criando laços de solidariedade social, econômica, cultural e política. Ou seja, faltou um arranjo econômico-social que apontasse para uma organização criadora laços de solidariedade horizontal (FORJAZ, 1988: 51-61). Leitura semelhante teve seu discípulo Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil*, de 1918, no qual ele expõe que a organização da sociedade colonial, ocorrida em torno de unidades produtivas auto-suficientes e distante das influências do Estado português, alimentou o surgimento de vários grupos clânicos, desligados entre si, destituídos de qualquer integração entrepares. O que por fim, deu origem a uma sociedade formada por vários grupos, com interesses políticos e econômicos distintos, destituídos de interesses gerais em torno das questões da coletividade nacional (VIANA, 2005). Em *À Margem da História da República*, no artigo *O idealismo da Constituição*, O. Vianna afirma:

Realmente, todo o fracasso do idealismo contido na Constituição de 24 de fevereiro tem, em síntese, esta causa geral: somos um povo em que a ‘opinião pública’, na sua

Os “autoritários”, em geral, alertaram sobre a artificialidade na qual se constituiu as instituições brasileiras, tanto em 1824 quanto em 1891. Para eles, a importação de paradigmas liberais europeus não resolveu a organização política de um país com tais particularidades, não permitindo a formação de fato de uma nação, organizando-se a partir daí um aglomerado de interesses múltiplos, como o que tinha se transformado o Estado brasileiro.

No livro *Instituições Políticas Brasileiras*, escrito na década de 40, Oliveira Vianna partiu de uma análise que colocou em oposição o “país legal” do “país real”, ou o “direito-lei” do “direito-costume”. Essa dicotomia expressou que as elaborações políticas das elites que se materializaram na constituição de 1824 e 1891 não corresponderam à realidade da prática político-social. Esta era dominada pela clanificação, pelo predomínio dos interesses privados e locais sobre os públicos; o que significava a vitória do localismo sobre a integração nacional. Para Viana, é o predomínio do privado sobre o público, sob a forma da clanificação, a grande barreira para a integração do país (VIANA, 1987).

A proposição central para mudança deste quadro na concepção dos intelectuais “autoritários” é caracteristicamente elitista e centralizadora. Gabriela Ferreira (1996) diz que o pensamento destes homens, nos anos 20 e 30, conflui na resolução das questões brasileiras no Estado forte e centralizado como organizador da sociedade ganglionar formada no processo histórico do país. Para eles, a formação colonial trouxe obstáculos à integração que só podem ser resolvidos a partir de uma organização política emancipada dos anseios dos grupos locais, constituída, sobretudo, na racionalidade de técnicos especializados. Estes entendidos do “Brasil real” poderiam construir um “Brasil legal” compatível. Na ação transformadora do Estado, a realidade deve ser padrão de ação. Por isso, deve-se fugir da artificialidade dos padrões democrático-liberais até então adotados.

No livro *Organização nacional*, 1913, Alberto Torres (1938) propôs desde já uma reforma na Constituição de 1891 e estabeleceu suas diretrizes defensoras de uma política nacional em detrimento do regionalismo presente, apontando para a necessidade de ampliação da capacidade de intervenção da União para combater os grupos políticos partidários estaduais, então mais fortes que a autoridade central. A União deveria assumir então sua posição de condutora da harmonia e de mediadora, função que lhe caberia por força da soberania. O Estado, por fim, deveria ser o eixo em torno do qual a sociedade se organiza.

Torres argumentou ainda sobre a incapacidade das massas para o governo. Este caberia à elite intelectual, à *intelligentsia*, socialmente desvinculada.

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda no pensamento sócio-político brasileiro nos anos 30.

Como já exposto na introdução, este trabalho não se preocupa aqui com a discussão teórico-metodológica em torno dos autores, procura-se avaliar três eixos nos suas análises sobre o Brasil: suas leituras sobre o passado, sobre o presente e suas projeções/proposições para o futuro. Destarte, se procederá aqui dessa forma com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, porém agora levantando semelhanças e diferenças com o pensamento dos “autoritários”.

Gilberto Freyre (2002), em *Casa Grande & Senzala*, 1933, como todos os demais autores citados aqui, se voltou para o passado com o objetivo de compreender o Brasil do presente. Também se dedicou a analisar a formação colonial do país e a partir dela traçou aquilo que seria o definidor, o organizador da sociedade brasileira; com um olhar sobre o passado que buscou, antes de tudo, o cotidiano, a vivência, as permanências de tipos ideais pelo espaço e tempo brasileiros.

Para Freyre (2002), a célula prima que organizou o Brasil foi o regime de economia patriarcal. A partir dela, ergueram-se casas-grandes e senzalas, tipos em torno dos quais se desenvolveram as primeiras relações sociais e políticas entre os atores históricos. Apesar do peso da influência deste sistema ser a mais sensível, o autor entende que não é a única considerando outros aspectos, como os psicossociais e culturais que inclusive permitiram a elasticidade do colonizador e a partir dela a miscigenação que adoçaria as discrepâncias mais afiadas introduzidas pelas relações entre senhor/escravo.

Este autor entendeu a história a partir das continuidades, das convivências, daquilo que atravessa o tempo e o espaço. Por isso, compreendeu que os traços desenvolvidos a partir das relações entre casas-grandes e senzalas definiram a essência do brasileiro, aquilo que organiza a sociedade. Desta forma, mesmo com o processo de urbanização, estes caracteres se mantiveram, em convivência com o novo, interpenetrando-se com o mesmo, pois fazem parte daquilo que essencializa o povo brasileiro – a convivência entre os diferentes traços. De acordo, com Elide Rugai (2008: 232), trata-se de um traço definidor em Freyre, que aparece já

nas suas escritas nos anos 20 em jornais, onde ele defende a preservação de tradições que ancoravam, para ele, a unidade e organicidade nacional.

Como os autoritários, Gilberto Freyre entendeu que o sistema patriarcal gerou propriedades autônomas ou quase voltadas mais plenamente para o comércio exterior, o que teria dificultado o desenvolvimento de uma solidariedade social e levado a uma sociedade individualista e privatista:

O patriarcalismo mesmo, criando economias autônomas, aguçando o individualismo dos proprietários e o privatismo das famílias, enfraqueceu na gente das casas grandes o desejo de solidariedade -- ainda hoje tão fraco no brasileiro de origem rural [...] (FREYRE, 2002, p: 757)

Porém, argumentou que as penetrações de outros elementos, além da estruturação econômica, acabariam por apaziguar, suavizar estes caracteres. Em *Casa-Grande...*, por exemplo, conclui que o patriarcalismo é suavizado pelas relações de mestiçagem; quanto à falta de uma solidariedade social, em *Sobrados e Mucambos*, destacou que o negro trouxe a organização mobilizatória e o solidarismo para o sistema ao se organizar na luta contra a escravidão (FREYRE, 2002: 758). Para este, não é no Estado, nem na ruptura com os traços tradicionais que se darão a resolução dos problemas nacionais, mas a partir do próprio equilíbrio de antagonismos entre o tradicional e o moderno.

Também buscando entender o presente, em 1936, Sérgio Buarque de Holanda trouxe a lume *Raízes do Brasil*. Para este autor, a modernização sócio-política pressupõe a eliminação de traços tradicionais impregnados na cultura brasileira, frutos ainda da herança lusa que se radicaram no campo e na formação da família patriarcal. Sérgio Buarque entende que o personalismo herdado do colonizador português, par oposto do impessoalismo típico das instituições modernas, promoveu a frouxidão das instituições no Brasil e a falta de coesão social. Sendo, portanto, este um traço promovido por uma herança histórica, não havendo sentido em análises nostálgicas de um passado hipoteticamente ordenado (HOLANDA, 1978)– é claro que aqui há uma crítica às considerações de Gilberto Freyre.

Com uma reflexão bem próxima da apresentada por Alberto Torres, Sérgio Buarque entende que as heranças da organização rural do Brasil, que dão origem a tipos como o “Homem Cordial”, são incompatíveis com as transformações propostas ao país a partir do final do XIX. Para o autor, uma política baseada na racionalidade, no contrato feito em uma sociedade livremente pactuada, se torna inviável se transpassada por relações carregadas de

valores familistas, que confundem o público com o privado, que privilegiam o segundo em benefício do primeiro (HOLANDA, 1978).

Holanda citou Alberto Torres para demonstrar que percebeu que no Brasil de seu tempo ocorre um descolamento entre política e vida social, uma incompatibilidade entre um liberalismo proposto por uma elite agrária, em busca de benefício próprio, e a total ausência de espírito democrático e de organização da sociedade civil:

Um publicista ilustre fixou, há cerca de vinte anos, o paradoxo de tal situação. “**A separação da política e da vida social -- dizia -- atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância.** À força da alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova [...] uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses [...]”(grifo nosso) (HOLANDA, 1978: 132-133)

onde suas ações se voltam sempre em última instância à manutenção de suas posições e não ao interesse coletivo.

Contudo, Gabriela Ferreira (1996) alertou para uma diferença importante na interpretação de Holanda para os “autoritários”. De acordo com a autora, estes últimos entendem o presente enquanto uma realidade estática, algo dado, que só seria transformado a partir de um Estado orientador de todo o processo. Enquanto que Sérgio Buarque percebe que a “Nossa Revolução” está a caminho, advinda da própria dinâmica da sociedade que consumirá o tradicionalismo. O que se observa, na opinião dele, é uma passagem da sociedade agrária para uma sociedade urbana, com início demarcado com o fim da escravidão.

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social. [Processa-se] uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional. (HOLANDA, 1978: 126)

Para Holanda, as transformações transcorrem/transcorreram pela própria dinâmica social, não havendo construção intelectual que abarque as essências íntimas, aquilo que sempre permanecerá irredutível às invenções humanas. Por isso aponta para crítica à política que se constituiu no Império e na República. A possibilidade de mudança, de construção da nação, está nas suas transformações sócio-econômicas, que permitem que elementos tradicionais sejam superados (HOLANDA, 1978). Aqui, então fica óbvia, uma posição que contraria tanto “autoritários” quanto Gilberto Freyre -- isso porque este último não enxerga

na dinâmica a mudança, a ruptura; vê a solução nas decorrências das permanências, na confluência entre o arcaico e o futuro.

Desta forma, pode-se inferir que Sérgio Buarque se posiciona de maneira pessimista diante do presente, porém otimista diante das mudanças que se processam.

Conclusão

Com este texto pretendeu-se sinalizar que todos os autores aqui citados encontraram-se, de alguma forma, perturbados pelas movimentações dos anos 10 e 30, sendo então impelidos por uma ânsia de entender o que seria responsável por aqueles períodos de transformação. A politização dos discursos dos mesmos foi inevitável, com os “autoritários” exigindo reformas a partir do Estado forte; com Gilberto Freyre levantando um saudosismo que resgataria os elementos organizadores da sociedade; e com Sérgio Buarque chamando a atenção da modernização que se processava, alertando para que se permitisse a ascensão e participação de novas camadas destituídas dos ranços do passado, para que se operassem as mudanças nos horizontes políticos do país.

A importância política dos seus escritos também foi, portanto, inevitável. Suas colocações provocaram apropriações tanto no campo da esquerda, quanto da direita. Na esquerda, lançou-se mão da valorização do mestiço, na crítica aos fundamentos patriarcais, na desmistificação da retórica liberal. Enquanto que na direita se fez coro com os “autoritários” pela centralização e pela gerência da sociedade a partir do Estado (CANDIDO, 1995: 11).

O “olhar armado” para o passado esteve presente na *intelligentsia* brasileira desde os anos de 1910, quando agitações no quadro da República começaram a se desenhar, ganhando maiores proporções no pós-Primeira Guerra, diante da dos abalos sofridos pela crença no progresso e na prosperidade do ideário liberal. Esta forma de avaliar a trajetória do país permaneceu até o momento da reformulação de fato do Estado nacional, no pós-30, que, inclusive contou com a participação de muitos desses autores/atores colocando no centro das discussões ideias de centralismo, nacionalismo, de identidade nacional que foram amplamente consideradas nas reformas promovidas, sobretudo pelo Estado Novo.

Ao fim e ao cabo percebe-se, por meio desta breve reflexão, que as abstrações sobre a realidade são formadas a partir de um duplo movimento. Elas são ao mesmo tempo estruturantes e estruturadas pela mesma. Algo que se torna mais visível a partir do momento no qual se avalia a inserção dos autores/atores no seu contexto histórico.

Referências bibliográficas

BASTOS, Elide Rugai. Raízes do Brasil - Sobrados e Mocambos: um diálogo. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy. **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas-Rio de Janeiro: Ed. Unicamp-Ed. UERJ, 2008, p.227-244.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de Aço no Tecido Social: A Revista “A defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório**. Niterói - RJ: 1985. Dissertação em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 9-21.

CARDOSO, Vicente Licínio (org). **À margem da História da República**. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1978. t.3, v.2.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo, Exército e Sociedade. In: **Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. In: SANTIAGO, Silviano. (Org.) **Intérpretes do Brasil**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 2.

_____. Casa-Grande & Senzala. In: SANTIAGO, Silviano. (Org.) **Intérpretes do Brasil**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 2.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 12^a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

MARTINS, Luciano. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: **A Revolução de 30: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, Setembro de 1980. Brasília: Ed. UNB, 1983.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Siciliano, 1991. v.1

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

FERREIRA, Gabriela Nunes. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. **Lua Nova**, n. 37, 1996.

PRESTES, Anita L. **Os militares e a Reação Republicana**: as origens do Tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1993.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. São Paulo: Cia ed. Nacional, 1938. Primeira edição de 1914.

VIANA, Francisco de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

VIANA, F. O. **Instituições políticas brasileiras**. Niterói: ed. UFF, 1987.v.2

_____. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio. (Org.) **À margem da história da República**. Recife: Massangana, 1990, p.121-142.

VISCARDI, Claudia M. R. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do “café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Rui Barbosa e o Civilismo no Imaginário dos Letrados

Lívia Freitas Pinto Silva *

Resumo: Este artigo tem como objetivo conhecer as representações de Rui Barbosa veiculadas na revista ilustrada *O Malho* durante a Campanha civilista. A célebre campanha promovida pelo candidato civilista configurou um cenário favorável para o embate de ideias, trazendo inovação às eleições presidenciais, cujos resultados já eram esperados. As charges demonstram que o confronto presidencial dividiu a imprensa, salientando a atmosfera de confronto gerada pelas campanhas civilista e militar nas diversas regiões do Brasil, conforme seus arranjos políticos locais. Pela primeira vez na história das campanhas presidenciais, a participação popular ganhou relevância. Assim, para conhecermos os comportamentos e a cultura política dos personagens envolvidos na campanha, resgataremos as caricaturas que representaram esta famosa disputa eleitoral.

Palavras-chave: Caricaturas; Rui Barbosa; humor.

Abstract: This article aims to know the Rui Barbosa's representations circulated in the illustrated *O Malho* magazine during the civilian campaign. The famous campaign promoted by candidate civilian set up a favorable scenario for the clash of ideas, bringing innovation to the presidential elections, whose results were expected. The cartoons show that the presidential showdown divided the press, stressing the confrontational atmosphere generated by civilian and military campaigns in several regions of Brazil, according to their local political arrangements. For the first time in the history of presidential campaigns, popular participation gained prominence. So to know the behavior and political culture of the characters involved in the campaign, we will redeem the cartoons that represented this famous electoral dispute.

Keywords: Cartoons; Rui Barbosa; humor.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, vinculada à linha de pesquisa Poder, Mercado e Trabalho e bolsista CAPES.

Nesse artigo tomaremos como ponto de partida a análise das charges produzidas naquele contexto, ressaltando o fato de elas não serem meras ilustrações, mas interpretadas como recursos utilizados para tornar a campanha palpável aos olhos populares, explorando nuances que o texto escrito muitas vezes não conseguiu expressar. Inicialmente, procuraremos refletir acerca do papel que as revistas ilustradas assumiram durante a Primeira República, bem como suas relações com os grupos sociais. Propomos, a seguir, uma breve discussão acerca da postura assumida pelos periódicos durante a Campanha Civilista que difundiram caricaturas criativas e bem-humoradas sobre esta batalha eleitoral. Por fim, apresentaremos os resultados da análise das charges publicadas na revista *O Malho*, bem como as discussões teóricas acerca da Campanha Civilista, estando atentos às vertentes existentes sobre este tema.

Para que possamos perceber a importância e o papel cumprido pelas revistas ilustradas no que diz respeito aos debates públicos, apresentaremos, a seguir, o processo que comportou a instalação da imprensa no país, bem como uma breve descrição acerca dos principais diários humorísticos que circulavam no Distrito Federal durante o período em questão. É interessante destacar que o estabelecimento da Imprensa Régia no Rio de Janeiro acompanhou a chegada da Corte portuguesa em 1808, o que representou um marco na produção de periódicos do Brasil. Paralelamente, observou-se um grande incentivo régio ao desenvolvimento artístico, sendo constitutivas dessa disposição a Missão Artística Francesa e a criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios (FERNANDES, 2007: 3-4). As últimas décadas do século XIX testemunharam a multiplicação de periódicos ilustrados na capital do Brasil, bem como a qualificação artística de profissionais e a dimensão política e crítica dos veículos de imprensa. A expansão e o incremento da imprensa carioca foram observados ao longo do XIX, perpassando todo o período Imperial. Assim, seria praticamente impossível que os periódicos ficassem isentos dos interesses, disputas e diálogos políticos travados no período em questão.

Neste período marcado pelo aprimoramento das oficinas gráficas surgiria um conjunto diversificado de revistas com uma forte verve literária, política e satírica. Tais diários salientavam, em geral, os problemas relacionados ao abastecimento de alimentos e água, à limpeza urbana e ao calçamento das ruas, atuando como mediadoras entre população e a política. O teor desses periódicos se distanciava daquele cuja abordagem era exclusivamente literária, ampliando o público leitor e consumidor. Como exemplo, destacamos *O Malho*, uma revista que circulou entre 1902 a 1954 no Rio de Janeiro. Este periódico semanal, junto com outros do mesmo gênero, representou o incremento da imprensa ilustrada no início do século XX. Destacou-se, precisamente, por apresentar um caráter eminentemente crítico e satírico,

carregado de caricaturas políticas produzidas por Kalixto, Storni e Leônidas, sendo expressivo o uso que eles fizeram da imagem de Rui Barbosa e da Campanha civilista para expressarem seus posicionamentos diante daquela disputa eleitoral.

A revista em questão transformou-se nos anos 1909 a 1910 num grande fonte de combates aos civilistas e à candidatura de Rui Barbosa. Ao analisarmos as caricaturas produzidas neste contexto, podemos perceber a adesão explícita e irrestrita do diário à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, que lançavam ataques contundentes a Rui Barbosa. Suas características físicas, como a cabeça proeminente e a oratória impecável foram motivo de chacotas e o ponto destacado por praticamente todas as representações humorísticas. Grandes nomes da caricatura nacional produziram imagens referentes a essa Campanha, apoiando a candidatura do militar, a exemplo de J. Ramos Lobão, Alfredo Storni, Leônidas e Guido.

Para que possamos atender aos fins propostos por este artigo, dentre as várias revistas ilustradas existentes, no Distrito Federal, durante o período considerado optamos pela escolha da revista *O Malho*. Ela destacou-se por veicular caricaturas para salientar os fatos que ocorriam no âmbito político-administrativo, unindo a linguagem verbal à criação pictórica. Em suas páginas ilustradas encontramos um número significativo de imagens referentes aos problemas e ao cotidiano da cidade (MARTINS, 2001:144-145). Em 1902, esse diário humorístico começou a circular entre os cariocas, reunindo em suas páginas os principais caricaturistas da época, que encobriram os episódios mais marcantes da história da Primeira República, bem como a repercussão das ações dos gestores públicos através de sátiras irreverentes. Por esse motivo, o consideramos o maior e o mais completo, visto que os fatos políticos centrais, a exemplo da Campanha Civilista, e as demandas da população carioca tiveram lugar seguro em suas folhas ilustradas. Uma outra razão que nos levou à escolha de suas caricaturas foi sua reconhecida fama de periódico popular e, portanto, capaz de penetrar no imaginário social, possibilitando que confrontemos a intertextualidade das imagens de Rui Barbosa e da campanha eleitoral com as práticas políticas da época, seguindo as referências indicadas pela historiográfica. A revista divulgou um conjunto de imagens com uma forte dimensão político- pedagógica, tornando-se cada vez mais popular, em um espaço que abrigava um número considerável de iletrados.

As fotografias e as caricaturas foram largamente utilizadas tanto pela imprensa civilista, empenhada em alavancar a imagem do senador baiano, quanto por aqueles periódicos empenhados em desconstruir a imagem de Rui Barbosa, a exemplo da revista *O*

Malho. Nos jornais cujo apoio ao candidato civilista era explícito, podemos observar que a presença popular era o aspecto mais focalizado. As fotografias deram total enfoque à multidão que se espremia aguardando a presença do ilustre candidato (UEÓKA, 2002: 64). Segundo Antônio H. Lopes, a imprensa civilista conferiu destaque às fotos que realçaram a grande participação popular nos eventos mais importantes, procurando salientar qual era o candidato preferido do povo. Essas imagens veiculadas na imprensa tiveram a clara intenção de legitimar a campanha perante os brasileiros.

A disputa eleitoral de 1909-1910 foi inspiração para um grande número de caricaturas cujos cartunistas apoiavam o civilismo ou os hermistas. As imagens bem-humoradas cobriram com riqueza de detalhes o percurso eleitoral dos dois candidatos que disputavam o pleito de 1910, salientando suas fragilidades ou os aspectos mais expressivos. A pena e a palavra simbolizavam o civilista nas charges, já Hermes era representado pela espada. A cabeça acentuada e o aspecto taciturno de Rui Barbosa, além da pasta que guardava seus famosos discursos eram os destaques de diversas páginas da revista *O Malho*. Ao avaliarmos as representações do intelectual baiano, é possível concluir que há um exagero em relação à proporção de sua cabeça e de sua testa em relação ao corpo. Essa representação, dependendo do periódico que a veiculava poderia indicar uma crítica direta ou o apoio irrestrito. Nas publicações que apoiavam sua candidatura, a cabeça avantajada estava sempre relacionada à sua reconhecida capacidade intelectual e a retórica inflamada, demonstrando para os brasileiros sua vasta cultura.

Dentre as revistas ilustradas mais conhecidas durante o período, destacamos também a revista *Careta*, publicação ilustrada semanal que circulou no Distrito Federal de 1908 a 1960, cujo público-alvo era a classe-média. A *Careta* tinha um *design* ousado em relação a outros periódicos, devido aos experimentalismos gráficos de seu fundador, possuindo também um caráter humorístico presente tanto em seu aspecto textual como iconográfico, com a forte presença das charges. Este diário focalizava os costumes da classe média carioca, possuía uma sessão reservada exclusivamente para notícias de Hollywood, que trazia curiosidades sobre os lançamentos do cinema e sobre a vida dos artistas. A questão política ficava por conta de alguns textos publicados e das inúmeras charges que ilustravam as páginas da revista, que tratavam de temas relacionados à vida cotidiana do carioca a acontecimentos internacionais relevantes.

No que refere à postura admitida pelo periódico frente à campanha civilista, podemos constatar que a mensagem que chegava aos brasileiros apresentava Rui Barbosa como

símbolo de poder e de inteligência, do rebelde transgressor. Suas caricaturas visavam demonstrar para os brasileiros que o intelectual baiano era o mais capacitado para tornar-se presidente da República (UEÓKA, 2003:63). Um de seus mais famosos caricaturistas, José Carlos, retratava o candidato sempre associado à imagem de grande astúcia e seriedade, o que lhe conferia credibilidade junto ao eleitorado. Rui era visto como símbolo de perspicácia e saber, do rebelde destemido e determinado, o representante da luta do pensamento contra a espada (LEMOS, 2001)

Ao averiguarmos as charges produzidas no contexto da Campanha civilista na revista *O Malho*, é possível constatar que a adesão do periódico à candidatura de Hermes da Fonseca foi explícita, o que levou Rui Barbosa a ocupar a tribuna do Senado com o intuito de apresentar suas queixas frente às pesadas provocações. Segundo Loraryne G. Ueóka, Storni conhecido pela sua habilidade em explorar o grotesco nas charges foi o caricaturista que mais se dedicou a traçar imagens do político baiano em campanha. Em resposta ao caricaturista e à revista, Rui respondeu através de cartas e de declarações no Senado, aos ataques dirigidos a ele. Por esse motivo, cremos que este periódico, muito popular entre os cariocas, foi capaz de exercer influência nas escolhas políticas de determinadas camadas sociais durante os anos em que circulou no Distrito Federal.

Debate historiográfico acerca da Campanha civilista e militar

A eleição presidencial de março de 1910 foi um marco na história das eleições da Primeira República no que diz respeito à mobilização dos brasileiros. Foi a primeira vez que um candidato percorreu o país para divulgar sua plataforma política. Em dezembro de 1909, Rui Barbosa foi recebido por multidões comovidas no estado de São Paulo, onde contava com o apoio do presidente de estado Albuquerque Lins, candidato a vice em sua chapa. No mês seguinte, buscou obter apoio político na Bahia, sua terra natal, da mesma forma que fez em fevereiro de 1910, em Minas Gerais, embora o Partido Republicano Mineiro apoiasse oficialmente o candidato militar, que tinha o presidente do estado, Venceslau Brás, como vice em sua chapa (BORGES, 2011:23). Ressaltamos que acerca desta famosa disputa eleitoral há uma rica bibliografia que pode ser agrupada em duas grandes vertentes: a primeira contempla o embate apenas pela ótica da campanha civilista; a segunda atribui a importância do militarismo às diversas ações militares desencadeadas durante a Primeira República destacando o papel relevante que as escolas militares assumiram na

formação de seus alunos (BORGES, 2010:1). Na primeira grande vertente destacam-se os trabalhos de José Maria Belo, Edgard Carone, e Loraryne Ueócka que, com olhares distintos, compreendem a campanha eleitoral com base em um dos lados na disputa. Já a segunda vertente discute a ação militar naquela etapa republicana, mas não pela ótica eleitoral. Podemos mencionar Nelson Werneck Sodré e José Murilo de Carvalho, entre outros.

Destacamos como um dos estudos pioneiros acerca dos arranjos políticos da Primeira República, bem como sobre o contexto conturbado da Campanha Civilista, o trabalho de José Maria Bello, *A história da República*. Esta obra nos fornece dados valiosos sobre a Campanha militar e Civilista que agitou o Brasil nos anos 1909 a 1910. O autor destaca que o desaparecimento de Afonso Pena lançou Nilo Peçanha ao primeiro posto da República. Assim, segundo Bello, de seu tino para a resolução dos principais impasses políticos poderia depender as possíveis candidaturas à futura presidência. O autor ressalta os esforços mobilizados pelo presidente para agradar, criar prestígio, simpatias populares, estando atento a todas as formas de publicidade (BELLO: 211). No entanto, o autor nos adverte para as frágeis bases sobre as quais se assentava suas origens políticas e os seus métodos, que a oposição logo trataria de desqualificar, classificando-os como dúbios. O ímpeto dado à candidatura do Marechal pelo então presidente não poderia ser mais detido pelas vias indiretas. O autor afirma que o apoio dado ao candidato militar converteu-se em questão de classe e fora imposto aos políticos liderados por Pinheiro Machado.

Segundo o historiador, as autoridades políticas em vigor tinham mais admiração e temiam do que estimavam o célebre jurista. Para Bello, a campanha apresentava-se, muitas vezes, injusta contrária à política financeira adotada pelo político durante o Governo Provisório. Ou seja, os efeitos gerados pelas medidas implementadas pelo civilista mantinham-se vívidos na lembrança de muitos, colocando em dúvida a sua capacidade como gestor público. Por outro lado, o autor destaca que sua postura aguerrida durante o governo de Floriano Peixoto, quando fora advogado dos perseguidos políticos, gerou simpatia e admiração entre muitos. Em seguida, Rui Barbosa situava-se na oligarquia republicana do Senado, cuja liderança cabia ao Pinheiro Machado. O autor observa que a sua dialética suscitou, com frequência, atitudes antipáticas à opinião pública. Em contrapartida, Rui Barbosa retornaria triunfante da Conferência de Paz de Haia. Os brasileiros, envaidecidos com os resultados da Conferência, orgulhavam-se do político. No entanto, através do trabalho de Bello, podemos perceber que o seu tino político ainda era posto em xeque, sendo alvo de incertezas. O autor nos lembra que a pequena minoria de jovens intelectuais brasileiros

começava, também, por aquela época, a fazer restrições ao feitio do jurista, apontavam tudo aquilo que lhe era ausente, como a intuição filosófica dos fenômenos do mundo e da vida, o conhecimento psicológico dos homens, o sentido das realidades práticas do país, em contrapartida, o apreço pela dialética e oratória sobriariam (BELLO, 1969: 212). Cabe salientar que a reação contrária à candidatura Hermes seria o bastante para que Rui Barbosa conquistasse a simpatia das ruas e das elites brasileiras. Por todas as regiões do Brasil e em todos os estratos sociais sua popularidade crescia. A imprensa, ao divulgar seus discursos no Senado e nas praças públicas contribuiu, em larga medida, para a multiplicação de seu prestígio ampliando o alcance da Campanha. De acordo com o autor, o povo aplaudia em delírio um orador pouco carismático, longo, erudito, portador de um vocábulo repleto de vernáculos pouco inteligíveis para o público em questão. O contorno nitidamente panfletário assumido pela Campanha Civilista foi lembrado por um considerável grupo de historiadores. As caricaturas nos mostram que o discurso do civilista era marcado pelas críticas referentes aos erros cometidos, os quais prometia não repetir, apresentando novos horizontes para o país. As formulações teóricas de Bello parecem-nos um bom exemplo, pois o autor descreve, com acuidade, o quadro da época tomada pela certeza de que todos os males do país eram provenientes da falta de cumprimento leal da Constituição e das leis vigentes (BELLO, 1969: 213). A ligação direta de Rui Barbosa com a elite paulista foi alvo do humor ferino dos caricaturistas da revista *O Malho*, que satirizavam a subordinação do político aos interesses deste Estado. Podemos observar, também, que a ironia estava, precisamente, na missão que o político teria de enfrentar. Ou seja, percorrer as diversas regiões do Brasil, visto que São Paulo não era o bastante para alcançar a vitória nas urnas. A candidatura Hermes da Fonseca representava para muitos, além da imposição militar, a manutenção da primazia das oligarquias republicanas e a ameaça às liberdades públicas. O nome do civilista, em contrapartida, vinculava-se à afirmação da inteligência, da cultura e dos valores liberais. Desta forma, é fácil concluir que o civilismo foi bem acolhido pelos letrados e cultos. O autor vai ainda mais longe, ao afirmar que *quarenta anos passados, podemos vê-la hoje por um prisma mais completo; traduziria a revolta, já latente, contra abusos, vícios e erros antigos, muitos deles vindos da Monarquia*. Para Bello, Rui Barbosa teria traçado, em 1909, o caminho, tantas vezes agoniado, repleto de percalços, longe de desaparecerem, para o regime dos livres pleitos.

Outro estudo pioneiro trata-se da obra *A República Velha* de Edgard Carone que focaliza os arranjos políticos que caracterizaram o contexto da Campanha civilista, bem como

as Convenções que alçaram os nomes de Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa à disputa presidencial. O trabalho de Carone enquadra-se na vertente de estudos que compreende a campanha eleitoral tendo como base um dos lados na disputa. O historiador apresenta os principais personagens envolvidos no processo sucessório, bem como os acordos estabelecidos naquele contexto. Através de sua obra, temos acesso a informações valiosas sobre o percurso eleitoral de Rui Barbosa e do Marechal Hermes da Fonseca, assim como à postura assumida por Antonio Azeredo ante as candidaturas do candidato civilista e militar. O autor salienta que o nome de Antonio Azeredo apareceu nas reuniões de Pinheiro Machado, que congregavam os correligionários de Hermes da Fonseca. Carone observa que Lauro Muller, Rodolfo Miranda, Antonio Azeredo e o anfitrião decidiram convencer o Marechal a candidatar-se. Assim, o momento que se seguiu à provação de que nem Rui Barbosa, nem o Barão do Rio Branco pretendiam o cargo, foi marcado pela confirmação da candidatura do Marechal (CARONE, 1983:236). Grande número de militares felicitaram o novo candidato e muitos outros; incluindo os senadores Antonio Azeredo e Pinheiro Machado, os quais declararam estar satisfeitos com a nova situação (CARONE, 1983: 239).

Seguindo as referências do autor, Rui Barbosa era apontado como um candidato venerável, contudo não possuía o respaldo de nenhum grande Estado. Seu nome ganhara reconhecimento com sua atuação no Congresso de Haia, em 1908. O estudo de Carone nos fornece um panorama acerca das alianças políticas estabelecidas entre os Estados no momento anterior à Campanha, a exemplo da atuação de Rui Barbosa que, segundo o autor, mostrou-se contrário à indicação de David Campista, acreditando que Pinheiro Machado também seria contrário à mesma. No entanto, a viagem do gaúcho ao Rio Grande do sul (abril, 1909) resultou na sua aproximação da candidatura de Campista. Rui Barbosa, sem qualquer tipo de informação, contava com o apoio de Machado, Francisco Glicério, Antonio Azeredo, entre outros. Carone ainda nos lembra de que a indicação de um candidato como Rui Barbosa levou a campanha a uma notória intensidade eleitoral. O apoio de São Paulo e da Bahia fazia crer que a vitória estava ao alcance do candidato civilista, embora – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco – estivessem do lado oposto. Vale ressaltar que o candidato militar ainda contava com o apoio do Exército e do governo federal. No entanto, o historiador aponta como inovação deste período a tentativa de galvanizar o povo para uma campanha, cuja intenção era a escolha do futuro governante pelas vias democráticas. Contudo, é importante destacar que determinadas normas diferenciais desta campanha, continuavam a vigorar segundo os

parâmetros do sistema oligárquico com suas formas eleitorais pautadas na pressão (CARONE, 1983: 245).

Outro aspecto que ganha destaque na análise realizada por Carone é a trajetória percorrida pelos civilistas. Segundo o historiador, a Campanha Civilista se fez pelos Estados de São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Em todos os Estados ela representava o triunfo popular, onde as classes dirigentes e massa se confundiam. Os discursos eram diferentes em cada um dos momentos, mas eram informadas sempre as origens de sua candidatura, afirma-se que Hermes é um militar e que não apresenta um programa, além disso, os civilistas atentavam para o risco do militarismo. Outro aspecto lembrado pela campanha, segundo o historiador era a necessidade do combate às oligarquias, da transformação da Justiça, das medidas em prol da educação, da reforma eleitoral, do voto secreto, entre outros. O autor nos adverte que a acirrada dissensão das candidaturas levou as partes a realizarem violentos ataques e manifestações. O Distrito Federal converteu-se em palco de inúmeros comícios civilistas, seguidos por outros de tendência hermista. Outro elemento importante recuperado por Carone diz respeito às formas de pressão política do período, como a manipulação dos militares à favor de Hermes da Fonseca, bem como a pressão das oligarquias estaduais que impossibilitava a ação dos civilistas (nos Estados pró- Rui aconteceria o inverso). Entretanto, Carone ressalta que as eleições de primeiro de março de 1910 foram tranquilas, embora contasse com tropas de precaução em todos os Estados.

Outro estudo que traz uma reflexão sobre a Campanha civilista e militar no contexto da Primeira República é o trabalho de José Murilo de Carvalho *Forças Armadas e política no Brasil*. Carvalho nos lembra de que, no interregno de dezessete anos entre o primeiro e o segundo tenentismos o único acontecimento de importância nas relações civil-militares foi o chamado hermismo. Assim, para o autor seria um equívoco considerar o governo Hermes como uma intervenção militar na política nacional. Para ele, o fenômeno do “hermismo” teria se notabilizado em um contexto completamente distinto do de 15 de novembro e das lutas do primeiro quinquênio da República. Nesta perspectiva, a candidatura de Hermes representava o arranjo político dos estados e, assim, só teria saído vitoriosa em razão dos impasses entre Minas e São Paulo e da divisão interna de Minas. Todavia, o que chama a atenção nas reflexões de Carvalho, é que, para ele, o caráter militarista do governo deveu-se muito mais à campanha de Rui Barbosa do que à presença do marechal. Rui Barbosa teria cometido, então, um engano mais sério do que o primeiro, no momento em que incentivou a Questão Militar. Outro aspecto que ganha destaque na obra de Carvalho é o fato de a candidatura Hermes estar

inserida no arranjo político dos estados. O Correio da Manhã dizia: O hermismo é o interesse congregado do marechal, cuja espada as oligarquias bandalhas empunham para se defenderem contra o ataque da indignação nacional. Como observa o cientista as posições pessoais de Hermes, e dos militares em geral, estavam mais próximas das do próprio Rui Barbosa do que das de Pinheiro Machado. Hermes, mesmo tendo sido alvo de ataques duros de Rui Barbosa durante a campanha, o convidou para o ministério. Podemos concluir que para o cientista político, tanto Rui Barbosa quanto os militares eram, no fundo, contrários às práticas políticas dos estados e combatiam as oligarquias regionais. Carvalho conclui que a campanha civilista exacerbou as apenas adormecidas prevenções de civis contra militares, especialmente contra o militarismo dos primeiros anos da República (CARVALHO, 2005: 48).

Imagens de Rui Barbosa e da Campanha Civilista veiculadas em *O Malho*

Percebemos que a aproximação existente entre Rui Barbosa e a elite paulista foi alvo do humor feroz dos caricaturistas da revista *O Malho*, que ironizaram a subordinação do Estado aos interesses dos civilistas. Podemos notar, também, que a ironia de muitas charges estava, precisamente, no desafio que o político teria de cumprir. Ou seja, viajar pelas diversas regiões do Brasil, visto que o apoio do Estado de São Paulo não era o bastante para que o candidato alcançasse a vitória nas urnas. Como exemplo, destacaremos algumas charges veiculadas na revista *O Malho*, no dia vinte e cinco de dezembro de 1909, cujo título é “a peregrinação da águia”, onde Storni destaca, de maneira perspicaz, o político baiano seguindo em campanha eleitoral para São Paulo. Este cartunista produziu um grande número de charges que explorou os traços da personalidade e o percurso eleitoral do senador baiano. Podemos observar que Storni acredita que o objetivo do candidato civilista era convocar os paulistas para uma “Guerra Santa” contra o suposto militarismo. Nesta direção, a primeira imagem apresenta-nos um candidato abatido e cansado que segue seu itinerário em busca de votos e da simpatia dos brasileiros (figura 1), o que para o cartunista seria uma meta praticamente inalcançável. Assim, Storni apresenta-nos um candidato à presidência defensor de uma causa arruinada para a infelicidade dele e dos brasileiros. Ou seja, na base da questão estava a provável derrota do civilista no pleito eleitoral de março de 1910. Os longos discursos do baiano são novamente ironizados nesta caricatura de Storni.

Ao avaliarmos as charges estampadas nas páginas da revista *O Malho* durante a campanha eleitoral, nota-se um amplo conjunto de imagens que ironizaram as críticas de Rui Barbosa em relação ao militarismo do seu adversário. Estas imagens revelam-nos que os discursos do intelectual baiano alertavam os brasileiros para o risco de um militar assumir a presidência, afirmava-se que Hermes não possuía um projeto para o Brasil, atentando também para a necessidade do combate às oligarquias no poder. A crítica da caricatura, a seguir, (figura 3) intitulada “espantando e engazopando uma arara”, veiculada no dia oito de janeiro de 1910, outra criação de Storni, recai sobre o fato de Rui Barbosa apoiar seus discursos durante sua Campanha nos combates ao militarismo de Hermes, manejando as palavras com vistas a obter o apoio dos brasileiros. O medo a que se refere à charge relacionava-se ao perigo do militarismo na política. Notamos que o cartunista satirizou a postura do candidato baiano afirmando que sua ação representava a “reação da cultura”, já que ele seria um célebre representante da *intelligentsia* do Brasil, em prol da “anarquia da República”. A alusão à anarquia advém das supostas confusões e tumultos suscitados pela campanha civilista nos Estados da Bahia, São Paulo e Minas Gerais.



Em mais um trabalho criado por Alfredo Storni percebemos que o cartunista visa salientar o ressentimento de Rui Barbosa em relação ao Nilo Peçanha, Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca. Esta imagem que representa a atmosfera conflituosa que acompanhou o desdobramento das campanhas civilista e militar no Brasil revela-nos que sua reconhecida postura diplomática fora substituída por palavras de ódio, rancor e ataques pessoais. Assim, a

crítica desta charge incide sobre o fato de o civilista ter convocado os brasileiros a pegarem em armas, logo ele um crítico ferrenho da intervenção dos militares na política.



A última imagem (figura 5), criação do mesmo, recrimina a vaidade de Rui Barbosa que, quando reforçada por seus admiradores, colaboravam para reiterar a ideia segundo a qual o seu nome seria o único digno de representar o povo brasileiro. Assim, a suposta grandiosidade e a inveja do intelectual baiano reduziriam a proporções mínimas o aclamado nome do Barão do Rio Branco. Storni torcia por uma “intervenção divina”, para que Rui Barbosa saísse traumatizado e derrotado. Pois, para ele, a única ação mobilizada pelos civilistas classificados como “truculentos” era a revolução, meio através do qual eles apareciam para os brasileiros.



Concluímos, portanto, que a revista em questão difundiu um conjunto expressivo de charges que se opuseram à candidatura de Rui Barbosa durante o período de realização das campanhas civilista e militar no Brasil republicano. Dentro de seu aspecto governista a revista, cujo coproprietário era o senador Antonio Azeredo ligado ao Pinheiro Machado e ao Marechal Hermes da Fonseca, apresentou para o Brasil um candidato sábio, culto, porém,

pouco carismático e ressentido, o qual poderia comprovar através de seus discursos o vasto conhecimento que acumularia sobre os códigos linguísticos da civilização. A partir daí, somos levados a refletir até que ponto os cartunistas eram livres para traçar e representar suas impressões sobre esta Campanha eleitoral e os candidatos à presidência.

Por outro lado, quando o eixo de inflexão recaía sobre a realidade prática de nosso país, o candidato militar era apontado como aquele que teria mais a oferecer aos brasileiros. Diferentemente de outros diários cariocas que circulavam neste período, Rui Barbosa não era representado como sendo o melhor candidato, o mais capacitado, como era visto pela revista *Careta*, por exemplo. Neste diário ilustrado, que não possuía inclinações governistas é possível perceber que a palavra e a pena, e a cabeça proeminente conferiam vida a sua representação. Acreditamos que este perfil esteja em consonância com o pensamento corrente, o qual o apontava como o portador da maior cabeça do mundo, símbolo de sua inteligência. No entanto, ao nos voltarmos para as imagens veiculadas em *O Malho*, nota-se que o periódico colocou em dúvida sua proposta de governo e a capacidade como gestor público, esvaziando o sentido da Campanha civilista. Como nos lembra Rodrigo Patto, “apresentar um líder em traços ridículos é uma forma de desacreditá-lo e desmoralizá-lo e, conseqüentemente, esvaziar sua argumentação ou proposta e derrotá-lo, tornar um personagem alvo de riso é apontar nele debilidades ou falhas, realçando suas fraquezas” (MOTTA, 2006: 20). Como já foi dito, o percurso eleitoral de Rui Barbosa, assim como seus discursos e as fragilidades de seu programa foram alvos do humor ferino dos cartunistas d’*O Malho*. Suas representações nos mostram um candidato de baixa estatura e curvado, o que nos leva a acreditar que, para os cartunistas, esta fragilidade física se estendia à política.

Enfim, buscamos resgatar com este trabalho as caricaturas que retrataram esta disputa eleitoral para compreendermos as configurações políticas e o papel da imprensa no que concerne à difusão de ideias e informações sobre a Campanha civilista. Portanto, através da análise das charges d’*O Malho*, percebemos que suas perspectivas são plenas de parcialidade, uma vez que carregam consigo não só os ideais e os preconceitos do cartunista, mas também de toda a linha editorial do meio na qual ela está vinculada. Desta forma, notamos uma relativa homogeneidade em seus discursos, no qual Rui Barbosa seria o candidato ressentido, pouco carismático, vaidoso e portador de uma inteligência excepcional, no entanto, suas palavras seriam insuficientes para sanar os problemas do país. Para a linha editorial do periódico, sua campanha seria o *locus* das ideias difamatórias acerca do Marechal Hermes da Fonseca e este, sim, seria o candidato ideal para os brasileiros.

Fontes

- 1- O Malho, 25/12/1909, número 380, ano VIII, página 34
- 2- O Malho, 01/01/1910, número 381, ano IX, página 1
- 3- O Malho, 08/01/1910, número 382, ano IX, página 16

Referências bibliográficas

BELO, José Maria. *História da República: 1889-1954*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A Batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

CARONE, Edgard. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. São Paulo; Difel, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. “Revistas e imagens: o índio representado na Primeira República”, In: *Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural. Mundos da imagem: do texto ao visual*. Clicdata Multimídia, 2006.

LEMOS, Renato (Org.) *Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2006)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bom texto, 2006.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. vol. 1.

MAGALHÃES, Raimundo. *Rui: o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revistas: imprensa e práticas culturais em tempo de República*. São Paulo: Edusp, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

UEÓCKA, Loraryne Gracia. *A força das imagens na campanha civilista: representações em fotografias e caricaturas. Revista Científica do Oeste Paulista-Unoeste*. Presidente Prudente, jul/dez, 2003. v.1,n.1, p.63-71.

A “Questão Social” em Minas Gerais: a assistência pública do Império à República.

Virna Ligia Fernandes Braga *

Resumo: A comunicação trata da análise dos Relatórios dos Presidentes de Província do estado de Minas Gerais - Brasil, entre 1860 e 1920, período de transição econômica, política e social, devido à ascensão do capitalismo e das novas relações de trabalho. Aponta as iniciativas assistenciais desenvolvidas pelos governos mineiros para minimizar as mazelas resultantes do número crescente de pobres e desvalidos, que passam a depender da caridade e filantropia, e também do poder público para sobreviver.

Palavras-Chave: Assistência Pública, Pobreza, Minas Gerais.

Abstract: The communication deals with the analysis of the Reports of Presidents of the Province of Minas Gerais - Brazil, between 1860 and 1920, a period of economic transition, political and social, due to the rise of capitalism and new working relationships. Points care initiatives undertaken by people from Minas Gerais state to minimize the ills resulting from the increasing number of poor and destitute, who come to rely on charity and philanthropy, and also of government to survive.

Keywords: Public Assistance, Poorship, Minas Gerais.

Este paper aponta os avanços realizados na pesquisa de doutorado, intitulada “Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1888-1923)”, a partir dos dados coletados nos Relatórios dos Presidentes de Província mineiros, fontes datadas de 1830 a 1930. Através da análise destes documentos é possível conhecer as iniciativas do poder público diante do aumento gradual do número de pobres. O papel do Estado, sua relação com a sociedade civil e sua atuação política, pode ser conferido pelas leis e decretos destinados a dirimir a pobreza, além dos discursos e das subvenções dadas às casas de caridade, asilos, orfanatos, que eram anualmente votadas e lançadas no orçamento da província.

* Doutoranda em História no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, linha de pesquisa “Poder, Mercado e Trabalho”.

Com o aumento da pobreza, foi preciso conseguir todo o tipo de ajuda financeira e nenhum estabelecimento de caridade podia se dar ao luxo de perder as subvenções do Estado. Deste modo, com as informações prestadas nos relatórios enviados periodicamente ao governo, tornou-se mais fácil mapear os socorros. Além disso, a caridade e a filantropia desempenharam papel fundamental, pois foram os meios principais de assistência aos pobres em Minas Gerais. Indivíduos, instituições e mesmo o Estado justificavam as atitudes tomadas para prestar socorro aos pobres como atos de caridade e beneficência. No período abordado, a assistência era vista como um ato de bondade ou de humanitarismo para com os “desafortunados”.

Castel afirma que a atenção da sociedade e do Estado para com os pobres, ou a presença de uma “questão social”, apresenta variações relacionadas ao contexto histórico. Foi denominada como tal pela primeira vez na França, nos anos 1830, suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da Revolução Industrial. É a questão do pauperismo. Momento essencial de ruptura, de divórcio, entre uma ordem jurídico-política e uma ordem econômica. Cidadania versus miséria. (CASTEL, Robert, 1998, p.30)

Num primeiro momento, não havia a presença do Estado para prover e organizar o auxílio aos “desafortunados” e, deste modo, foi a sociedade – ao sentir-se ameaçada pelo crescente número de pobres – quem se mobilizou para tentar solucionar a questão. Irmandades religiosas, membros da própria Igreja, fiéis filantropos, entre outros, assumiram a liderança sobre as ações de socorros aos miseráveis.

Em um segundo momento, o poder público deu início a uma série de ações voltadas para a assistência aos pobres e desvalidos, os municípios assumiram o recolhimento das doações e sua distribuição. Além disso, fiscalizavam e cobravam impostos direcionados aos socorros em geral. A caridade e a filantropia eram fiscalizadas e organizadas pelo poder público. Cabia ao poder público mineiro cuidar para que as doações fossem utilizadas da melhor forma possível. A fiscalização era rígida e deviam ser produzidos relatórios anuais, e após 1889 bienais, por parte das associações de caridade e instituições de auxílio.

Através da análise dos relatórios pretende-se traçar o perfil da atuação do Estado, no período de 1861 a 1920. Optou-se por um recuo cronológico, ao invés de partir de 1888 como consta no projeto de doutoramento, para possibilitar melhor percepção das iniciativas de auxílio à pobreza por parte do poder público no período de transição do Império para a República. Deste modo, as considerações se restringem às relações estabelecidas entre os

governos de Minas Gerais e as diversas associações de caridade: Santas Casas de Misericórdia, asilos, orfanatos e associações diversas voltadas para o socorro aos pobres, laicas ou religiosas.

A caridade e a filantropia foram os principais meios de distribuição da assistência aos pobres desde o período medieval até o início do século XX (TOMASCHEWSKI, Cláudia, 2007, p.14-15). Ao ato de doar ou auxiliar estava associado poder econômico e ainda a reciprocidade, que gerava status social a quem doava e uma dívida moral para aquele que recebia ajuda. Desde o Império, as principais instituições responsáveis pela assistência aos pobres foram as Santas Casas de Misericórdia.

Herdado da colonização portuguesa, o modelo assistencial baseado na ação das Santas Casas de Misericórdia permaneceu, em sua essência, inalterado até o início do século XX. Essas instituições detiveram o privilégio dos serviços assistenciais, reunindo as elites em torno de ideais comuns, pautados no discurso caritativo e posteriormente filantrópico. Contudo, ao fim do século XIX podiam-se observar algumas alterações na estrutura dos hospitais: a caridade foi progressivamente cedendo espaço para a medicalização e os espaços de cura foram se especializando. Ao mesmo tempo, assistia-se a uma tímida, mas crescente, complexificação do sistema assistencial. (SANGLARD, Gisele, 2008, p. 24-26)

O Brasil herda a tradição católica de socorro à pobreza da colonização portuguesa, centrada nas ações pias das irmandades e ordens terceiras, notadamente, nas ações da Irmandade da Misericórdia, em que os papéis do Estado e da Igreja se confundiam. (SANGLARD, Gisele, 2008, p. 28) As Santas Casas de Misericórdia estão presentes em cerca de 80% dos relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, desde 1860.

O relatório de 1861, na parte intitulada “Hospitais de Caridade”, tem início com a afirmação de Vicente Pires da Motta, então presidente, de que “o espírito eminentemente caridoso dos povos desta província faz com que estes estabelecimentos aumentem em número”, diz referindo-se às Santas Casas. Ressalta a honra da “privação” e “perseverança” daqueles que auxiliam com suas economias os desvalidos.

Neste mesmo ano de 1861, a Santa Casa de Ouro Preto, então capital da província, cuidava dos presos pobres e enfermos também. Recebia alguns órfãos e a mesa administrativa tinha a intenção de comprar prédios perto do edifício, onde funcionava a Santa Casa, para preparar acomodações a fim de receber mais órfãos desvalidos.

Oxalá continue por muitos anos a administrar este pio estabelecimento a mesa que hoje dirige-o: os nomes dos dignos mesários hão de ter lugar distinto entre os dos poucos, que, locados do espírito de Deus, sabem compadecer-se e remediar os males dos desvalidos. A pobreza e a orfandade não cessará de chamar as bênçãos do céu sobre estes respeitáveis cidadãos que não cerram os ouvidos aos gemidos do miserável enfermo e da inocente criança abandonada. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, 1861. 466, p.6)

Em outras cidades como Mariana, Itabira, São João Del Rey existem diversas referências ao papel desempenhado por estas instituições de caridade no cuidado aos expostos e doentes. Tais cidades são mencionadas pelo fato das mesas administrativas terem entregado seus relatórios de prestação de contas perfeitos ao deixarem a administração de suas Santas Casas. Havia, desde o Império, uma legislação específica para regular os auxílios às chamadas “casas de caridade”. Em 1861, “a Lei Provincial 1009 de 1859 mandou em diversas épocas auxílios as Santas Casas do Serro, Campanha, Barbacena e Paracatu”. Na cidade do Paraibuna (Juiz de Fora), “graças à caridade do Barão de Ibertioga, está concluída uma boa casa para o hospital”.

No relatório de 1864, afirma-se que “os estabelecimentos de caridade que encontramos na província devem, em grande parte, sua existência à caridade individual”.

Os nomes do Conde de Bobodella, de Antônio de Abreu Guimarães, do Barão de Santa Luzia, de Antônio José Ferreira Armond, do Monsenhor Jose Felicíssimo do Nascimento, do Barão da Diamantina e do da Ibertioga, serão sempre respeitados, por que a eles deve a humanidade a origem e existência dos hospitais Ouro Preto, Sabará, São João de Deus (em Santa Luzia), Barbacena, Itabira, Serro, e do Parahybuna. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, 1864, p.12)

Destaca o relator que o Capitão Antonio Gonçalves Demétrio Corrêa juntou esmolas para fundar uma casa de caridade em Uberaba e ainda reconhece:

(...) que parte dos estabelecimentos de caridade deve estar à cargo dos moradores dos municípios, segundo o espírito da lei de 1º de outubro de 1828 e da lei provincial de nº 148 de 6 de abril de 1839, entendi-me com as câmaras dos municípios que não possuem esses estabelecimentos, e roguei-lhes que os promovessem, como um dos seus primeiros cuidados. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, 1864, p.12)

Entretanto, ainda que a iniciativa de se fundar uma casa de caridade partisse da própria sociedade, a manutenção deste tipo de estabelecimento era difícil, mesmo com o subsídio do governo de Minas Gerais. São constantes as referências às dificuldades encontradas pelas casas de caridade para sua manutenção. A filantropia aparece como uma possível solução para prover financeiramente as instituições de auxílio existentes: barões, coronéis, mosenhores,

são citados e enaltecidos por suas doações. Há o exemplo da Santa Casa de São João Del Rey, fundada em 1765 e que estava quase fechando em 1817, quando o Barão de Pontal e senador do Império assumiu as despesas do estabelecimento.

No ano de 1863, existiam 14 casas de caridade na província de Minas Gerais. Número considerado pequeno para o governo imperial, que legislava em prol da criação de mais estabelecimentos de auxílio. No relatório de 1864, sobre o ano anterior, Fidelis de Andrade Botelho, quarto vice-presidente da província, destacou que das “47 câmaras em cujos municípios não existem casas de caridade, onde sejam recolhidos e tratados os enfermos pobres foi dirigida a circular de 30 de janeiro próximo passado”. A circular alertava para a necessidade de cumprimento do artigo 69 e do artigo 3º da lei provincial nº 148, de 6 de abril de 1839, que orientava:

(...) ao mesmo tempo que auxiliados pelos mais prestimosos homens do município, a quem recorrerão, se esforçassem em promover a criação de tão uteis estabelecimentos, na certeza de que, com quanto as rendas da Província mal comporte as despesas que o serviço público exige, a presidência procuraria quando estivesse a seu alcance auxiliarem os esforços que fizerem para tão justo fim. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, 1864)

Dentre a preocupação com a pobreza de forma geral, aparecem algumas referências à infância desvalida. Em 1876, foi feito um projeto para a criação de um “Instituto de Menores Artífices”, com “o intuito humanitário de amparar tantos menores indigentes e desvalidos, que, à míngua de proteção, se pervertem”. No decorrer do relatório, destaca-se que a criação dos institutos não seria só uma obra de filantropia, mas “um dos mais instantes reclamos da sociedade”. Para o Estado, era necessário que alguém dirigisse os primeiros passos da vida “desses infelizes”, para impedir que caíssem no crime “pela corrupção e miséria”, além de moldar-lhes para o trabalho. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, 1876) Em 1880 já existiam dois institutos de menores artífices, um na cidade de Montes Claros e outro na de Pouso Alegre, para a manutenção dos quais votou a lei do orçamento a quantia de 9:000 réis para cada um.

Heloísa Maria Teixeira afirma que, na região Sudeste, em meio às discussões relacionadas ao fim da escravidão no Brasil, os senhores tinham preferência por substituir a mão de obra escrava pela nacional, à exceção de parte dos cafeicultores do Oeste paulista. Para aproveitar os trabalhadores nacionais, seriam necessárias medidas como a criação de instituições de ensino que possibilitassem a qualificação dos brasileiros. A criança pobre,

neste contexto, foi alvo principal de medidas destinadas à formação de um contingente profissional e, em 1830, o Império determinou que os órfãos desvalidos fossem enviados para os arsenais da Marinha e de Guerra. (TEIXEIRA, Heloísa, 2006)

Havia o medo de que as crianças órfãs se tornassem vadios, elementos perigosos à sociedade. Data de 1850 a criação de Asilos de Educandos em quase todas as Províncias, além das escolas agrícolas que se espalharam por todo o país. Em Minas Gerais, no relatório de 1882, os colégios agrícolas foram tema de discussão, na qual se salientou a necessidade de se “amparar tantos órfãos e desvalidos, que criados nesta boa prática se tornarão depois melhores do que estes adultos já viciados e indolentes que mal se sujeitam”. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, 1882)

Os gastos com a assistência são citados em várias partes de todos os relatórios, mas são mais recorrentes a partir do final do século XIX. A Santa Casa de Misericórdia da capital, a cidade de Ouro Preto até 1897, recolheu 320 doentes pobres de fevereiro de 1884 a 31 de janeiro de 1885. A receita para este período foi de 31:774\$960 e a despesa de 35:491\$678, portanto, houve um déficit de 3:717\$216, o que deixava a casa de caridade em condições precárias de funcionamento. A subvenção do governo era de 2:000\$ até então, sendo elevada para 4:000\$, com o fim de evitar que a mesma fosse obrigada a recusar doentes pobres.

As subvenções não eram suficientes e, uma prática constante, era a presença da caridade e filantropia, diante da falta de recursos por parte do governo. Este firmava contratos com particulares para manutenção de asilos, orfanatos, hospitais de alienados, casas de caridade e também para o sustento de presos pobres. O poder público contava com a generosidade da sociedade para solucionar o problema da pauperização:

(...) Na lei do orçamento vigente há recursos já votados pela Assembleia e, quando insuficientes, creio bem que serão preenchidos pela generosidade e filantropia de todos quantos prezam e praticam a primeira das virtudes cristãs. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, 1885, p.17)

Quando não havia a filantropia, a assistência era realizada através de contratos entre o governo e particulares. Em 1888, o auxílio aos presos pobres foi realizado por Randolpho Augusto Baeta Neves, mediante a diária de 217 réis. Ao fim do contrato, abria-se concorrência para este tipo de serviço, para o qual o estado de Minas Gerais recebia ajuda do governo federal. Entretanto, neste período de transição do Império para a República, começam a aparecer discursos sobre corte de verbas por parte do governo federal:

(...) acha-se o Estado ameaçado de ver-se privado mesmo do recurso de que tem disposto de recolher seus enfermos no hospício nacional, pois ultimamente o governo federal, atento ao grande número aos quais tem necessidade de prestar assistência, manifestou desejo de não renovar o contrato que tem tido com o Estado. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1900, p.20-21)

A fiscalização foi uma importante medida para evitar que as subvenções fossem desperdiçadas através de gastos indevidos, como também se transformaram em uma forma de mapeamento do número de pobres socorridos pelos diversos estabelecimentos. Os promotores de justiça de cada comarca fiscalizavam como estava sendo utilizado o dinheiro recebido do governo.

Em 1910, as despesas com socorros públicos ultrapassaram o que estava previsto no orçamento, alcançando o valor de 383:436\$411, diante da reserva de 50:000\$000 para assistência pública. No ano de 1863 o estado de Minas Gerais subvencionou 14 casas de caridade, número que subiu para 66 na primeira década do século XX, sem contar asilos, orfanatos, hospitais:

A assistência prestada pelo Estado aos enfermos e inválidos tem sido exercida por intermédio de hospitais, casas de caridade e asilos, que recebem para esse fim as respectivas verbas consignadas em lei. Subvenciona o Estado até agora 66 casas de caridade e mais 10 asilos de órfãos, hospitais e recolhimentos. No decênio de 1901 a 1910 o Estado despense, em auxílios, com as casas de caridade, a soma de 1.130:000\$000 e 307:000\$000 com os demais estabelecimentos ou o total de 1.497:000\$000. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1911, p.10-11)

Na mensagem do ano de 1913 o termo “Assistência Pública” já designava uma área importante de atuação do estado, destacando-se o desenvolvimento da assistência de forma ampla, o que podia ser verificado por meio dos dados existentes na Secretaria do Interior. Organizada de todas as formas, o relator afirma que a assistência atestava “o desenvolvimento moral e da sentimentalidade afetiva do povo mineiro” e que era de extremo interesse do governo melhorar tal serviço. Obras de ampliação estavam sendo realizadas no Asilo Central e na Colônia de Alienados “de sorte a tonar mais confortáveis as acomodações e aumentar a capacidade dos pavilhões”. No Asilo Central o governo tinha intenção de construir oficinas para trabalhos manuais, “já tendo sido instalada uma destinada a aproveitar, no preparo de costuras, o serviço das mulheres asiladas”. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1913)

As verbas, e sua insuficiência, também voltaram a ser discutidas no começo do século XX. Havia subvenções separadas para assistência a alienados, órfãos, casas de caridade, etc. A lei orçamentária nº 570, de 19 de setembro de 1911, consignou para auxílio às casas de caridade do Estado a importância de 196:000\$000 (29:000\$000 a mais do que em 1911). Em 1912, o número de estabelecimentos de caridade já somavam 84, recebendo todos o auxílio de 2:000\$000 com exceção da Santa Casa da capital, que era contemplada com 24:000\$000.

Apenas 23 destas instituições de caridade não receberam o auxílio do exercício de 1912, pois não entregaram sua prestação de contas. Além dos diversos asilos e casas de recolhimento de órfãos subvencionados pelo Estado, outras associações também recebiam ajuda do governo: a Assistência à Pobreza, da então capital Belo Horizonte; Colégio Maria Auxiliadora, de Ponte Nova; Associação Amante da Instrução e Trabalho e Escola Livre de Música, também da capital. Todos esses auxílios atingiam um montante de 64:200\$000, que somados aos concedidos às casas de caridade, na importância de 196:000\$000, davam um total de 260:000\$000. Durante o exercício de 1912 as despesas feitas por conta da verba “Socorros Públicos” atingiram 422:041\$070, excedendo as referentes ao ano de 1911 em 81:783\$805. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1913, p.13)

A lei nº 542, de 27 de setembro de 1911, autorizou a criação nas imediações de Belo Horizonte, de um Instituto de Inválidos, sob a denominação de “Asylo Afonso Penna”. Para isso, o governo comprou da Santa Casa de Belo Horizonte um prédio construído pela mesma, no valor de 58:388\$430. Em 12 de junho de 1912 foi lavrado entre o Estado de Minas Gerais e a Santa Casa de Belo Horizonte um contrato para o serviço de Assistência Pública, no qual o estado contribuiria mensalmente com a quantia de 500\$000. A verba para “Socorros Públicos” do exercício de 1912 foi de 27:000\$000, com a abertura de um crédito suplementar de 395:641\$010, em 12 de abril do mesmo ano. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1913, p.14)

Em 1914, a subvenção do governo era dada a 91 casas de caridade e 48 instituições piás diversas. No orçamento de 1914 foi consignada a verba de 546:000\$000, para auxílio as casas de caridade existentes no Estado, bem como para os asilos e para a construção e reconstrução dos prédios dessas instituições. O número de casas de caridade subiu para 92, subvencionadas com 2:000\$000, com exceção da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, que recebeu 30:000\$000. Vários decretos abriam créditos extraordinários para cobrir as crescentes despesas dos estabelecimentos de assistência.

As loterias, muito utilizadas para arrecadar fundos, foram regulamentadas pela lei 624 de 19 de setembro de 1914, que autorizou o governo a contratar o serviço de extração de loterias do Estado. Desta forma, as subvenções e auxílios até então concedidas às instituições de caridade passaram a depender do resultado dessas loterias, cujo contratante era obrigado a depositar a quantia necessária para os respectivos pagamentos. (Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1914)

No decênio 1907-1916, despendeu o Estado a importância total de 3.190:233\$764 com socorros públicos, como se vê no quadro seguinte:

Exercícios	Verbas Orçamentárias	Despendido	Créditos Suplementares
1907	40:000\$000	31:953\$460	
1908	40:000\$000	267:653\$510	227:653\$810
1909	40:000\$000	158:230\$958	116:230\$956
1910	40:000\$000	353:436\$115	386:436\$411
1911	50:000\$000	340:857\$215	306:857\$215
1912	34:000\$000	423:641\$010	395:641\$010
1913	27:000\$000	470:401\$863	443:401\$863
1914	27:000\$000	412:976\$002	385:976\$002
1915	300:000\$000	356:552\$611	56:552\$611
1916	300:000\$000	374:531\$722	74:531\$722
TOTAL	-	190:233\$764	2.342:281\$000

Fonte: MENSAGEM de 1917, p.50.

Para o exercício de 1916, o estado de Minas Gerais distribuiu auxílios e subvenções da seguinte forma:

Casas de caridade	Subvenção	Total
104 casas de caridade	1:500\$000	156:000\$000
30 asilos e casas de recolhimento de órfãos	1:500\$000	45:000\$000
6 asilos	1 recebeu 3:000\$000 3 receberam 2:000\$000 2 receberam 500\$	10:000\$000

Santa Casa de Belo Horizonte	36:000\$000	36:000\$000
Asilo Afonso Penna de Belo Horizonte	10:000\$000	10:000\$000
Instituto Pasteur de Juiz de Fora	5:000\$000	5:000\$000
Liga Mineira contra a Tuberculose de Juiz de Fora	3:000\$000	3:000\$000
Hospital de Lázarus de Sabará	4:000\$000	4:000\$000
2 Liceus de Artes e Ofícios	3:000\$000	3:000\$000
Instituto Histórico de Minas Gerais	1:000\$000	1:000\$000

Fonte: MENSAGEM de 1917, p.50.

Percebe-se que as verbas destinadas à assistência pública cresceram bastante desde 1860, anos finais do Império. A abolição da escravidão no Brasil e a proclamação da República desencadearam um processo de transição política, econômica e social que, de certo modo, contribuíram para transformar um Estado ausente em um Estado que, gradativamente, foi assumindo a responsabilidade sobre a assistência social como um todo.

No Império, a ajuda aos pobres era centralizada na figura do Imperador como doador pessoal e como protetor de várias instituições beneficentes. Com o fim da monarquia e com a abolição, a “questão social” no Brasil assume centralidade e conquista lugar na pauta governamental. Ampliam-se a fiscalização e o controle das verbas destinadas aos socorros dos pobres, a assistência é institucionalizada, pensada e planejada pelo governo.

O regime republicano brasileiro atuou, inicialmente, como fiscalizador e árbitro das iniciativas assistenciais. Percebendo as dificuldades da sociedade em assumir tal ônus, sobretudo após a fragilização da Igreja derivada da laicização de 1891, o Estado assumiu algumas responsabilidades, o que se deu através de subvenções e isenções de impostos. Aos poucos, o advento dos conflitos decorridos da agudização da “questão social” levou a uma mudança de rumos: a consciência de que este dever caberia ao Estado majoritariamente, uma vez que as iniciativas eram insuficientes.

Entretanto, tais mudanças não aconteceram de um momento para outro. Se na Europa elas levaram séculos para acontecer, no Brasil foi preciso que a generalização da pobreza ultrapassasse o âmbito da filantropia e caridade, laica e católica, para se tornar um problema social capaz de mobilizar os recursos do poder público. A “questão social” não se tratava mais de uma questão de caridade, era necessário reformular as estruturas de assistência diante do desenvolvimento de novas relações de trabalho nos centros urbanos. O surgimento de

manifestações operárias na década de 1920 também anunciava uma mudança no perfil dos trabalhadores, que buscavam institucionalizar seus direitos.

Referências bibliográficas

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: 3ed, Vozes. 1998.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. PUC – RS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2007.

SANGLARD, Gisele. *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX*. ABEP. NEPO. Unicamp. 2006.

A Interferência de Minas Gerais na Comissão Verificadora de Poderes da Câmara Federal para a Articulação do Estado Brasileiro (1898-1930)

Vítor Fonseca Figueiredo*

Resumo: A presente comunicação visa apresentar breves análises relativas aos estudos empreendidos sobre a Comissão Verificadora de Poderes da Câmara Federal durante o período da Primeira República. A Comissão Verificadora, embora parcamente estudada, foi o órgão do Congresso Nacional responsável pela diplomação e reconhecimento dos deputados eleitos. Todavia, para além desta função regimentalmente estabelecida, o referido órgão se tornou um hábil instrumento de manipulação e controle das composições das bancadas legislativas brasileiras até o limiar da primeira fase republicana. O objetivo da pesquisa, portanto, se relaciona ao estudo da atuação de Comissão Verificadora, assim como de sua utilização para a formação do plenário da Câmara Federal conforme os interesses do jogo oligárquico mineiro e nacional.

Palavras-chave: Comissão verificadora de poderes; Parlamento; República.

Abstract: This communication aims to present analyses regarding the studies on the Comissão Verificadora de Poderes during the period of the First Republic. The Verification Commission, although poorly studied, was the organ of the national Congress responsible for recognition of elected. However, beyond this function established organ became a skilled instrument of manipulation and control of the compositions of Brazilian legislative benches until the threshold of the first Republican phase. The goal of the research relates to the study of the performance of Verification Commission, as well as their use for the formation of the plenary of the Federal Chamber in accordance with the interests of the oligarchy of Minas Gerais.

Keywords: Committee on the verification of credentials; Parliament; Republic.

* Mestre e doutorando em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Monitoria UFJF.

O sonho de instalação no Brasil de um novo regime governamental, pautado em princípios democráticos, revelou-se aos contemporâneos da Primeira República (1889-1930) uma verdadeira utopia. Logo no início ficou claro que o poder político se concentraria nas mãos de poucos, mais especificamente, na dos grupos integrantes das elites política e econômica nacional. A ambição de se criar um Estado regido por princípios democráticos não foi alcançada, muito embora este tenha sido o intento de vários entusiastas do novo regime.

É sabido que a intenção de se organizar a nascente democracia brasileira partia da inspiração do modelo político-constitucional francês e norte-americano (CARVALHO, 2008:18-25). O próprio princípio federativo tão almejado pelos republicanos, avessos à antiga centralização imperial, foi uma concepção buscada no modelo estadunidense. Como unidades federadas, cada estado teria a possibilidade de se organizar política, legal e financeiramente, desde que não ferissem as diretrizes da Constituição Republicana de 1891. Todavia, conforme vários pesquisadores, dentre os quais Maria Efigênia Lage Resende, “Enquanto a Constituição avançara no sentido do liberalismo, a legislação eleitoral permaneceu marcada pelo conservadorismo e, num certo sentido, marcou um retrocesso.”(RESENDE, 1982:92)

A crítica possui todo sentido. As modificações na estrutura política e as novas possibilidades abertas pelo regime republicano poderiam comprometer a presença de antigos e poderosos grupos à frente dos negócios públicos (MAGALHÃES, 1986:15-16). A extensão do direito ao sufrágio a todos os homens alfabetizados e maiores de 21 anos foi algo que poderia comprometer nas bases o poder dos tradicionais elementos da política brasileira. A alternativa encontrada para se manter a velha ordem foi a manutenção de antigos dispositivos do viciado sistema eleitoral do Império. Por eles, as eleições continuariam sob o controle das tradicionais lideranças regionais. Não obstante, os próprios regimentos eleitorais, ainda que gradualmente modificados ao longo da Primeira República, detinham consideráveis brechas à prática da fraude eleitoral.

Outro aspecto fundamental para a compreensão do arcabouço político da Primeira República se refere justamente à extensão do direito ao voto. Para vários estudiosos, dentre os quais Victor Nunes Leal, a superposição de formas avançadas do sistema representativo sobre uma base econômica inadequada resultou num fenômeno político que ficou conhecido como o “coronelismo” (LEAL, 1986:20). Por este, as eminências de aldeia detinham considerável controle sobre as eleições. Afinal, boa parte dos eleitores dependia, social e economicamente, dos grandes senhores de terra.

O fato é que a instalação de um regime político representativo pautado na descentralização administrativa, em função do seu caráter federativo, fortalecia a expansão do poder e autonomia local; ao passo que enfraquecia o poder do governo central republicano. Em Minas Gerais, por exemplo, foi definido um formato federalista tão extremo que a unidade básica do estado não era o município, mas o distrito (RESENDE, 1982:84). Por isso mesmo, durante a primeira década republicana, Minas Gerais, embora possuísse a maior bancada parlamentar do país, detinha pouca influência. A sua representação era formada por elementos diversos, sem qualquer coesão política, uma verdadeira “manta de retalhos” composta por eminências de aldeia (RESENDE, 1982:160). Situação apenas revertida posteriormente, com a criação do novo Partido Republicano Mineiro, em 1898.

Mediante tais fatores, a primeira década republicana foi conturbada. Revoltas em vários pontos do país, como a Revolta da Armada no Rio de Janeiro e a Revolta Federalista no Rio Grande do Sul, ameaçaram a estabilidade do novo regime, mesmo durante a fase dirigida pelos militares. Ademais, as dificuldades econômicas e a crise no setor do cafeeiro só contribuíam para agravar a já difícil situação da nação (CARONE, 1983:189).

A estabilidade da República só foi realmente conquistada durante o governo do Presidente Campos Sales (1898-1902). Para este, a harmonia do regime republicano era algo fundamental para que fossem superadas as dificuldades econômicas e políticas pela qual passava o país (CARONE, 1978:375-378). No entanto, tal estabilidade só adviria por meio de um sistema de mútua colaboração entre os estados e a União. Por este sistema, o governo federal se comprometia a não intervir nos estados e em suas representações parlamentares em troca de incondicional apoio político. Assim, Campos Sales tentava esvaziar o plano federal de conflitos com o objetivo de se concentrar na administração das finanças e da máquina estatal.

A chamada “Política dos Estados” ou “Política dos Governadores” foi rapidamente bem recebida pelas situações estaduais. Afinal, por ela ficava garantida a supremacia das oligarquias em troca do apoio dos governadores e de suas bancadas às deliberações do poder executivo federal³⁰³. A reconstrução da ordem política no Brasil, portanto, adveio de um jogo de barganhas e ameaças empreendidas por Campos Sales e cujo grande instrumento foi a reestruturação de um velho mecanismo político-eleitoral: a “Comissão Verificadora de Poderes”.

³⁰³ Detalhado estudo sobre a “Política dos Estados” foi o produzido por: LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

A “Comissão Verificadora de Poderes” possuiu várias nomenclaturas: “Comissão dos Cinco”, “Comissão de Inquérito”, “Comissão Especial”, “Comissão de Poderes”, “Comissão Verificadora de Poderes” e “Comissão de Verificação de Poderes”. O nome variou ao longo dos tempos. E, em alguns momentos, ela passou a ser formada por vários grupos, cada um composto por cinco deputados e responsável por uma determinada quantidade de Estados. Sua função foi analisar os diplomas dos deputados e verificar a validade das eleições que os elegeram. Essa é a definição dada pelo Regimento Interno de 1899 e que, com algumas alterações, se manteve até 1930.

Ainda que presente nos códigos eleitorais de vários países, à Comissão Verificadora de Poderes (MAGALHÃES, 1986:40), no Brasil, foi conferida outra função além das suas atribuições legais. Isto é, além de julgar a procedência e a validade dos diplomas dos candidatos eleitos nas diversas instâncias do poder legislativo, a Comissão Verificadora se tornou um hábil instrumento de manipulação das composições legislativas.

Criada ainda no Império com a função de coibir os abusos eleitorais cometidos pelos potentados do interior, a Comissão Verificadora de Poderes se tornou peça chave para a articulação do sistema político brasileiro durante a Primeira República. De acordo com a historiadora Maria Carmem Côrtes Magalhães:

A votação, na especificidade do regime eleitoral brasileiro, não definia exatamente, o resultado das eleições. O resultado só se concretizava após o reconhecimento de poderes, quando os deputados eram empossados. O diploma era o veículo principal para o "assento" no Congresso Federal, nas Câmaras legislativas estaduais ou nas próprias Câmaras municipais. A consecução deste diploma significava vencer a primeira etapa da eleição. Importava agora o seu reconhecimento no legislativo e aí o jogo político encontrava seu ponto ótimo, pois o poder verificador não se concentrava em setores neutros ao processo político, mas no próprio Poder Legislativo que, por sua vez, escolhia um grupo capaz de decidir sobre os diplomas da maioria (MAGALHÃES, 1986:39).

Pelas análises de Magalhães, pode-se facilmente perceber que a Comissão Verificadora de Poderes detinha uma posição estratégica no jogo político nacional, sobretudo no que se refere à composição da Câmara Federal. Afinal, a câmara dos deputados, num sistema federativo, constitui uma das principais instâncias políticas da nação. No caso brasileiro, em que não haviam partidos nacionais estruturados e permanentes, mas sim agremiações estaduais, a Câmara se tornava o principal *locus* das disputas políticas. O historiador John Wirth, inclusive, salienta: “o Congresso tinha poder porque representava os interesses de fortes máquinas estaduais. Podia, por exemplo, recusar o programa de um

presidente ou simplesmente torná-lo impraticável pela inatividade e demora.” (WIRTH, 1982: 245).

Neste sentido, o estado que detivesse uma bancada parlamentar grande e coesa deteria maiores probabilidades de se sobressair aos demais e também de controlar as comissões mais importantes, a exemplo da Verificadora de Poderes. Foi por este instrumento que Campos Sales pôde “harmonizar” a República. Afinal, ainda que diplomados, as oposições de qualquer estado não teriam os seus diplomas reconhecidos. Seja qual fosse o resultado, sempre prevaleceria a situação.

De acordo com estas informações, pode-se inferir que um dos estados que mais se beneficiaram desta condição foi Minas Gerais. Detendo o maior eleitorado e a maior bancada parlamentar do país, o estado ocupou, por várias vezes, a presidência da Comissão Verificadora³⁰⁴. Este fato, obviamente, lhe conferiu grande poder sobre a composição de alianças e sobre a articulação da política nacional como um todo³⁰⁵.

Na verdade, ainda que vários outros estados e autoridades detivessem controle sobre o parlamento, a exemplo do General Pinheiro Machado³⁰⁶, ao consultarmos o arquivo pessoal de Arthur Bernardes é possível perceber como políticos de vários estados solicitavam a intervenção de Minas na Comissão Verificadora. Esta premissa, inclusive, levou o historiador John Wirth a afirmar que, até 1930, Minas teve um papel fundamental no equilíbrio político da nação (WIRTH, 1982:240).

Se compreendermos que o campo político, assim como o jogo, exige dos seus atores atitudes estratégicas, sobretudo em contextos de crise, a Comissão Verificadora de Poderes serviu de instrumento de manipulação e controle do parlamento por parte das principais oligarquias. Estas, mormente o Partido Republicano Mineiro, teria que, a cada período de renovação parlamentar, operar variados tipos de acordos. Conforme ressaltou Viscardi, a

³⁰⁴ A título de comparação, a bancada mineira na Câmara dos Deputados era composta por 37 deputados. Os estados que mais se aproximavam deste número foram: São Paulo e Bahia, cada qual com 22 (WIRTH, 1982:236).

³⁰⁵ Na verdade, a reorganização do PRM, em 1898, coincide com a criação da “Política dos Estados”. O próprio Silviano Brandão, artífice do novo PRM, conclamou a elite estadual a aproveitar a ocasião e transformar Minas num dos diretores da política nacional. Este posicionamento fica evidente em seu discurso de 22 de março de 1899: “Unidos, constituiremos uma força poderosa cuja colaboração, bem dirigida será de inestimável valor para a solução das grandes questões nacionais; por outro lado seremos devidamente respeitados e considerados, como grande força política que somos, e poderemos vencer sem grandes dificuldades.” (CAMPOS SALLES, 1899 Apud RESENDE, 1982:167).

³⁰⁶ Sobre a atuação do General Pinheiro Machado é relevante a obra de: BORGES. Vera Lúcia Bógea. **Morte na república**: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2004.

estabilidade da República esteve atrelada à capacidade dos grandes estados em se entenderem com os pequenos a cada eleição.

Por possuir o maior eleitorado e, por consequência, a maior bancada parlamentar, Minas ostentou, até 1930, o papel de um dos principais diretores da política nacional. O que lhe conferia a posição de parceiro privilegiado nas relações políticas. Não é em vão que existem registros de pequenos estados que urdiam o apoio de Minas. Exemplo desta situação é perceptível em outra correspondência enviada por um representante de Alagoas a Bernardes, em 1921:

Como V. sabe, a bancada alagoana, nestas duas últimas legislaturas, nunca pôde ter um lugar distinto nas comissões permanentes da câmara, porque sempre era reconhecida muito tarde, quando as mesmas comissões já se achavam constituídas. Ora, desta vez, vae dar-se o contrario: a bancada alagoana será reconhecida ainda nas sessões preparatórias. Assim, venho pleitear junto do amigo, (uma vez que nós, em Alagoas, estamos expressamente ligados a Minas) venho pleitear o seguinte: que, por influencia dos mineiros, nos seja dado o posto de 1º Secretario, no caso, e só neste caso, de Pernambuco o não pleitear, ou um lugar na Comissão de Finanças, a única, como sabe, de significação política na Câmara (REGO, 1921).

Dominar, direta ou indiretamente, a Comissão Verificadora, portanto, era algo formidável no contexto republicano. Tratava-se de um hábil instrumento para fazer e desfazer as composições de aliados e opositoristas. Na verdade, durante toda a Primeira República a Comissão Verificadora foi acionada. De acordo com dados levantados por Magalhães, a Comissão Verificadora teve papel ativo nos processos eleitorais brasileiros até 1930. Em função das disputas regionais e da grande quantidade de fraudes era comum que chegasse à mesa da Comissão, para julgamento, até o dobro de diplomas permitidos para a bancada de cada unidade federativa. Até mesmo os grandes estados, cuja máquina partidária era tida como forte e coesa apresentaram duplicata de diplomas em várias oportunidades³⁰⁷.

Neste sentido, estudar a Comissão Verificadora de Poderes da câmara federal, ainda que numa perspectiva voltada para a influência de Minas Gerais, consiste numa forma de ajudar a enriquecer as poucas análises existentes acerca do Estado nacional. Além disso, a maior parte dos estudos que se refere à Comissão Verificadora não o faz de modo sistemático e satisfatório. Este mecanismo é sempre visto apenas como um dos métodos de fraude eleitoral.

³⁰⁷ Conforme Magalhães: “Os Estados de maior representatividade política, tais como Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, foram os de maior constância nas irregularidades de apresentação de diplomas à câmara em razão dos fortes núcleos políticos agrupados em situação e oposição ao governo estadual ou federal.” (MAGALHÃES, 1986:79-80).

Em função do longo período de atuação da Comissão, a escolha do recorte temporal desta pesquisa se pauta em dois aspectos, o primeiro se refere à criação, em 1898, da “Política dos Estados” e de modificações no funcionamento da Comissão Verificadora efetivadas pelo presidente Campos Sales. O segundo se liga aos estertores da primeira fase republicana, em 1930. Evento este, inclusive, que se agravou com o não reconhecido ou “degola” de quatorze deputados mineiros, acontecimento chocante e inédito durante toda a Primeira República (FRANCO, 1980:158).

Compreender o papel da Comissão Verificadora de Poderes da Câmara Federal durante a Primeira República (1889-1930) constitui o principal objetivo desta pesquisa, ainda em fase inicial. Entender o funcionamento e a utilização do mecanismo verificador de poderes da Câmara demandará a utilização de um extenso e diversificado *corpus* documental. No entanto, tal documentação já se encontrada organizada e disponível à consulta em vários arquivos. O primeiro conjunto de fontes a ser pesquisado se encontra sob a guarda do Arquivo da Câmara dos Deputados. A documentação é relativamente extensa e variada. Compõe-se basicamente de pareceres das comissões, ofícios dos estados versando sobre as eleições, atas das eleições nos distritos eleitorais, requerimentos, telegramas enviados pelos estados e emendas a pareceres.

A análise destes documentos nos permite compreender como o legislativo nacional se articulava em suas sessões preparatórias, mais especificamente, no momento em que as eminências de cada oligarquia regional atuaram no sentido convencer a Comissão Verificadora da idoneidade dos diplomas de suas bancadas. Este tipo de documentação nos é extremamente válida, isto porque, os relatórios da Comissão, que indicava ou rejeitava o reconhecimento de cada elemento, eram votados em plenário. Neste momento, entrava em ação a demonstração de força das coalizões regionais, capazes de assegurar a posse de um aliado fraudulentamente eleito ou de se rejeitar o assento de um opositor legalmente diplomado.

Analisar os Anais e os Diários da Câmara nos permitirá compreender tanto o comportamento da Comissão Verificadora, ao indicar ou se contrapor ao assento de um determinado deputado, quanto o posicionamento das alianças oligárquicas, em plenário, no sentido de assegurar ou cindir a composição de determinadas bancadas.

Referências bibliográficas

BORGES, Vera Lúcia Bógea. **Morte na república:** os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2004.

CAMPOS SALLES, Manuel Ferraz de. **Minas Gerais.** Ouro Preto: Imprensa Oficial. 28 março 1899.

CARONE, Edgard. **A República Velha:** I instituições e classes sociais (1889-1930). 4 ed. São Paulo: Difel, 1978.

CARONE, Edgard. **A República Velha:** II evolução política (1889-1930). 4 ed. São Paulo: Difel, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

FRANCO, Virgílio A. Melo. Outubro, 1930. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LESSA, Renato. **A invenção republicana:** Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. **O mecanismo das comissões verificadoras de poderes (estabilidade e dominação política, 1894-1930).** 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1986.

REGO, Costa. **Carta para Arthur Bernardes de 18 de abril de 1921.** Arquivo Arthur Bernardes. Série 6: Presidente de Minas (03/03/1921 a 31/07/1922). NOTAÇÃO: AB-PMG CX 50 DOC 275. Documento 07. Arquivo Público Mineiro/APM.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais:** o novo PRM (1889-1906). Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

VISCARDI, Cláudia M. R. **O teatro das oligarquias:** uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WIRTH, John. **O fiel da balança:** Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

Integralismo

Ideologia, Doutrina e Símbolo: a representatividade na Ação Integralista Brasileira* .

Ana Lúcia de Almeida

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB), enquanto movimento e partido político, que manteve a partir de uma lógica autoritária, de extrema direita e com uma estrutura verticalizada, o realce do uso dos símbolos como aparatos para a cooptação e a afirmação de si dentro do cenário político nacional na década de 1930. Mesmo em um curto período temporal de legalidade, 1932 – 1937, a Ação Integralista Brasileira receitou com sua ideologia mais de um milhão de adeptos, podendo ser adjetivado como o primeiro grande movimento de massas no Brasil. De vertente ideológica, forte e aglutinadora, o movimento representou a ânsia da integração de um povo, reforçando as características necessárias propostas por Plínio Salgado, seu líder em caráter absoluto, na busca pelo modelo ideal de homem e de nação.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira. Símbolos. Ideologia.

Abstract: This work presents an analysis of the *Ação Integralista Brasileira (AIB)* as a political movement and party, which maintained, according to an authoritarian logic, that was extremely right wing and had a vertical structure, the use of the symbols' stress as apparatus for aggregation and self affirmation in the national political scene in the 1930. Although it was legal for a short period of time, 1932 – 1937, *Ação Integralista Brasileira* gained more than one million adherents though its ideology, this can be characterized as the first great mass movement in Brazil. Being ideologically-driven, strong and agglutinative, the movement represented, above all, anxiety for a people integration, by reinforcing the necessary characteristics purposed by Plínio Salgado, its leader in its absolute character, in the search for the ideal model of humanity and nation.

Keywords: *Ação Integralista Brasileira*. Symbols'. Ideology.

* **Ideologia, doutrina e símbolo:** a representatividade na Ação Integralista Brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

Introdução

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi resultado da fusão de diversos grupos de inspiração fascista existentes na década de 1930.

Partindo de um grupo voltado aos estudos políticos, passando por atlética e milícia, foi criado oficialmente em 07 de outubro de 1932, com ação solene no Teatro Municipal de São Paulo, no qual foi feita a leitura do primeiro manifesto nacional integralista, redigido por Plínio Salgado. O texto conhecido como **Manifesto de Outubro**, torna oficial a existência do grupo, que até então afirmava-se no cenário nacional como grande movimento de massas, mas ainda não era tido como partido político.

Surgindo em um momento de crises, instabilidade e dúvidas sócio-políticas, a AIB que sustentava um caráter de inspiração fascista, manteve a participação popular a partir da cooptação de membros e manutenção daqueles que já o seguiam, utilizando de maneira abrangente uma gama de símbolos e conceitos ideológicos, que os reportaram rapidamente ao caráter de primeiro grande movimento de massas no Brasil.

Neste estudo dar-se-á ênfase na questão simbólica e representativa do grupo, demonstrando a importância de seu uso como meio de integração entre os indivíduos e a ideologia proposta pela AIB.

A partir destas verificações, considerando os mecanismos e doutrinas do movimento, sejam elas internas ou externas, será demonstrada a significação destes meios propagandistas para uma compreensão da AIB no contexto político nacional e a representatividade da formação da história política brasileira.

O objetivo deste estudo foi analisar a AIB como primeiro movimento de massas no Brasil dentro do período de sua legalidade (1932-1937), destacando a importância do uso de símbolos e propagandas integralista para o desenvolvimento do movimento no contexto nacional.

Buscou-se também realizar uma verificação comparativa entre questões teóricas, a fim de determinar o uso simbólico como meio de dominação social ou simples forma de representatividade das imagens, afirmando a elevação do movimento ao patamar de partido político, utilizando imagens como aparato de propaganda para a receptividade e conquista de

novos integrantes, além da cooptação dos anseios daqueles que ali já estavam, mantendo sua fidelidade e sua crença.

Os símbolos e a construção de uma identidade

Ainda atormentado pela recente experiência de uma Guerra Mundial e seus resultados, o Brasil passava, nas décadas de 1920 e 1930, assim como muitos outros países, por um período delicado de instabilidade, transformações e crises. Foi neste contexto que a ideologia nacionalista surgiu e se tornou fortalecida também nas terras tupiniquins.

Ainda que longe da estruturação a qual se manteve durante sua legalidade, o rascunho do que seria em pouco tempo o primeiro grande movimento de massas brasileiro (TRINDADE, 197:1), iniciava sua formação nas bases inconstantes da transfiguração nacional.

Foi neste contexto, que ideários fascistas e de extremo nacionalismo encontraram fácil acesso aos grupos sociais, os quais não possuíam naquele momento envergadura política consciente para deferir o melhor para o país e a reestruturação necessária. Era um momento onde recorria-se socialmente à estabilidade e reformulação de suas nações e por este motivo, os discursos nacionalistas conquistaram e cooptaram tantos simpatizantes.

O uso dos símbolos é algo constante e presente na história da humanidade. Desde os tempos primórdios o homem buscava maneiras de se comunicar com outros seres, da mesma espécie ou não, com o objetivo de tornar única uma forma de comunicação e leitura do que se pretende representar.

A leitura do passado muitas vezes se remete a símbolos e signos transmitidos por povos da antiguidade para que se possa compreender o que seria o início de nossa história. Nem sempre a compreensão se deve a partir de escritas ou símbolos lingüísticos que representem a leitura conceitual, para isso o uso de imagens abrange o campo de percepção e entendimento entre as diversidades existentes.

Sob todos os aspectos, para a confirmação de um grupo dominante, com características voltadas a cooptação por meios passíveis ou mesmo por violência simbólica, a concretização do abstrato torna-se necessária para que a crença dos que os seguem sejam ampliadas e reafirmadas. Por este motivo, frente tal afirmação, não somente os símbolos palpáveis como uniformes, bandeiras, insígnias, devem ser levados em consideração, mas também aqueles

símbolos os quais tomaram corpo quando caracterizados por imagens latentes e fortes, como por exemplo, a figura de um líder.

Chefe Nacional e em caráter perpétuo da AIB (PROTOCOLLOS E RITUAES, 1937: 6), Plínio Salgado foi personificado como exemplo de homem integral e modelo o qual deveria ser seguido, representando a imagem de união e integração do grupo, mantendo poderes totais e deliberativos sobre a definição de doutrinas, decisões a serem tomadas, além do controle de todas as ações compreendidas no cotidiano político-ideológico do movimento.

O poder e a imagem: a ideologia sob os vários aspectos.

Apesar da gama de interpretações e dimensões plausíveis para compreensão, o uso de símbolos e imagens como leitura de um grupo ou segmento, deve ser tomado com cuidado. As imagens podem ser compreendidas de diversas maneiras e com leituras diferenciadas, já que o campo de transmissão das mensagens forma-se de maneira ampla e abrangente, tendo em vista as diferentes concepções de cada leitor. Por isso, de acordo com Peter Burke (2004:46), deve-se ter o cuidado de primeiramente familiarizar-se com os códigos culturais expostos para que a leitura seja concluída de maneira satisfatória aos receptores e àqueles que as transmitem.

O uso de uma linguagem alternativa permite aos grupos manifestar sua ideologia e se comunicar com mundo exterior, de forma que a figura do símbolo se reverbera de maneira a levar a compreensão a todos, tornando-se uma leitura de fácil compreensão, permitida para os mais variáveis níveis de população (BURKE, 2004:199).

O aparato ideológico transforma-se na estrutura necessária para que a transferência propagandística dos ideais dos grupos seja emitida, de maneira ampla, remetidas ao sucesso de seu entendimento.

A representação dos símbolos e da ideologia na política está intimamente ligada à teorização de conquista e controle das massas, amparada pela concepção de meios de estruturação em prol da ordem e da integração social. Contudo, a redução dessas imagens e ideologias em meros produtos destinados à dominação e controle deve ser revista, reforçando sua função de comunicação como meio não tradicional de transmissão de mensagens.

Para a AIB, o uso da ideologia e das imagens caminhou por uma estrada de mão dupla. Tanto para o intuito propagandístico, quanto para a ação de controle das massas, o uso da ideologia deu ao movimento um resultado real.

A AIB foi muito além de uma ação ideológica, tornando-se um movimento pautado em seguimentos, estrutura e acima de tudo, uma organização que pregava por meio autoritário, a formação de um Estado integral.

Segundo Bourdieu (2007:15), “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença que a legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”. Contudo, para o uso dos símbolos no contexto político, é necessário que ocorra um entrelaçamento de uma representação forte e centrada advinda do locutor, e a receptividade formalizada do imaginário popular, no qual a percepção positiva das imagens auxilia na manipulação e encantamento daqueles que recebem estas mensagens.

Por este motivo, a AIB deveria manter o uso dos símbolos ligados diretamente à organização e à sua política autoritária, a fim de legitimar a proposta ideológica do movimento, tendo em vista a multiplicidade de interpretações possíveis para a linguagem dos símbolos.

Do abstrato ao concreto: os símbolos.

Os símbolos e a ideologia integralistas andam juntos quando o tema remete-se ao sucesso da AIB.

A Ação Integralista Brasileira utilizou de extensa gama de ideologias para sua afirmação. Símbolos visuais, rituais, doutrinas, hinos, comportamento de seus militantes, tudo isso pode afirmar tal expressão, haja vista o contexto analisado, no qual a corroboração da simbologia para o sucesso da AIB, frente ao cenário nacional, ocorresse e sua base política dentro década de 1930 se firmasse.

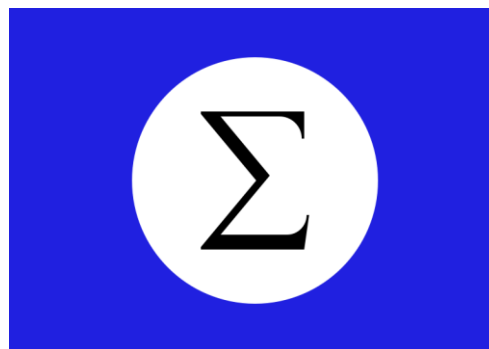
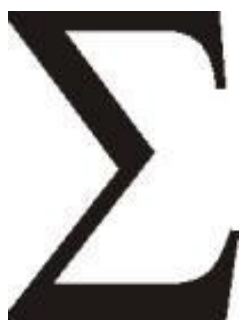
Cada símbolo, cada passo da doutrina integralista têm suas características particulares, todas elas possuem um significado, uma razão que favoreça os seguimentos do movimento e mantenham seus militantes em plena sintonia com o mundo idealizado por Plínio Salgado.

Sob a estratégia de propagação de seu ideário, a AIB não poupou imagens e símbolos para alcançar o sucesso de seu propósito, já que elas afirmavam a identidade crescente do movimento.

Uma gama de símbolos era utilizada, contudo alguns ganhavam maior destaque.

O Sigma traduzia de maneira transparente a intenção das ideias integralistas. De acordo com o manual *Protocollos e Rituaes*, “O Sigma é o sinal symbolico do Movimento Integralista” (1937: 7).

A letra grega maiúscula Sigma, que representava a somatória das forças sociais na integração da nacionalidade, foi escolhida para representar o movimento como símbolo máximo de sua união. Pode ser descrita por várias representações, como a letra com que os primeiros cristãos da Grécia indicaram a palavra de Deus, ou até mesmo como a soma dos finitamente pequenos, o que representaria bem a ação do movimento, já que se trata da integração de seus militantes quando unidos uns aos outros, formando um Estado único e coeso. O Sigma era trazido nos uniformes, acessórios, utensílios, e estampado no centro da bandeira integralista, que trazia consigo uma imagem que traduzida repassava aos integrantes e aos demais a soma e unidade do grupo.

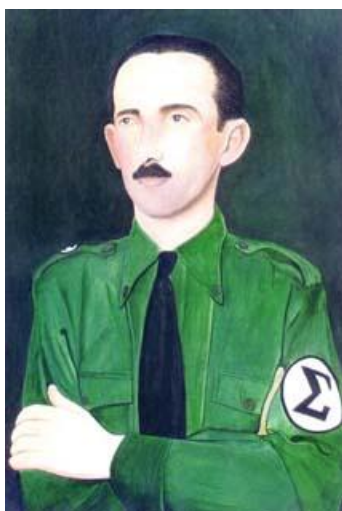


A bandeira do movimento era representada pelas cores azul e branca, e no centro, o Sigma em cor preta. A flâmula integralista deveria sempre estar do lado esquerdo da bandeira nacional, que é o símbolo do Brasil. Também mantendo o padrão de significância, as cores da bandeira possuíam seus dizeres simbólicos. A cor branca trazia a pureza de sentimentos, além da união de todas as cores, traduzindo o objetivo de integração da nação. A cor azul demonstrava a atitude integralista, a inexistência de barreiras e limites para o sucesso do movimento (*PROTOCOLLOS E RITUAES*, 1937: 8).

No caso da Camisa Verde, todo integralista deveria mantê-la pronta para todos os momentos, caso houvesse em caráter de urgência a necessidade de vesti-la. Mesmo quando à paisana, o uniforme integralista deveria seguir com rigor as ordens dos protocolos. A indumentária era esteticamente produzida com rigor e de maneira que também representasse a unidade do partido e de seus militantes.

Um integralista quando uniformizado, não deveria ir contra regras básicas, como beber e dançar em locais públicos, ou mesmo ver jogos de azar. Para aqueles que ocupavam cargos dentro do movimento, tinha-se a obrigatoriedade de estar sempre vestido com o uniforme.

A camisa verde era por tanto, representação da intensa doação do integralista para com a ideologia do grupo. Deveria representar seu propósito, assim como propagar e propagandear seu respeito ao Sigma.



Juntamente com a camisa verde, as autoridades integralistas deveriam fazer uso das insígnias, que representavam o cargo ocupado por eles. Já para os membros comuns, que não ocupavam nenhum cargo superior, os distintivos deveriam ser utilizados em todas as ocasiões e deveriam trazer as cores, preta para o Sigma, o azul para o mapa do Brasil e prata como cor de fundo. A produção destes acessórios, assim como as camisas verdes, deveria seguir rigorosas regras de confecção.

Contudo, não só de imagens e acessórios palpáveis formou-se o caráter propagandístico da AIB. A ideologia imagética também fora essencial para o sucesso e para a propagação do movimento.

No caso do Hino Nacional Integralista, “Avante”, este assim como a bandeira, deveria ser cantado em segundo lugar quando em relação ao Hino Nacional Brasileiro. Todo integralista deveria saber a letra dos hinos para a participação fluente em sua representação. Conforme Héliog Trindade, eram estas “(...) formas de socialização político-ideológica dos militantes, [...] cujo conteúdo procura transmitir certos temas e valores ideológicos” (1979: 197).

A palavra *Anauê* era utilizada como cumprimento pelos integralistas e reservada aos momentos de manifestações de alegria e respeito (TRINDADE, 1979: 189). De origem indígena, reafirmava o caráter nacionalista, e possuía, de acordo com a linguagem Tupi, o significado de "você é meu parente" (PROTOCOLLOS E RITUAES, 1937:18). Para cada saudação havia diferentes regras e para cada cargo exigiam-se diferentes ações. As saudações representavam respeito às autoridades e fraternidade aos comuns. Poderiam ser individuais ou coletivas e deveriam partir dos subordinados aos superiores.

O gesto que acompanhava a saudação *Anauê* era semelhante aos gestos nazistas e fascistas, e também seguia regras de execução para manter a padronização entre todos os camisas-verdes:

Art. 52 – O gesto que exprime o ideal integralista é feito do seguinte modo: soerguimento brusco do braço direito, distendido pela frente, até a posição vertical, servindo a cabeça de ponto de referência; palma da mão voltada para a frente, com os dedos unidos; braço esquerdo arriado naturalmente (PROTOCOLLOS E RITUAES, 1937: 17)

Com a função de socializar as dimensões político-ideológicas, as cerimônias e os rituais também exercem influência. Desde o batismo cristão às cerimônias fúnebres, cada um desses momentos possuía descrições que deveriam ser cumpridas.

Descritas pelos protocolos integralistas, cada uma das cerimônias demonstrava a integração e o respeito dos membros do Sigma para com seus costumes.

Para a cerimônia do batismo, o chefe local conduziria as solenidades, os padrinhos e os pais deveriam manter-se de pé e uniformizados e o bebê deveria ser envolto, ao final da cerimônia, pela bandeira integralista.

Nos casamentos integralistas, o noivo deveria estar vestido com seu uniforme, e a noiva estaria, na cerimônia religiosa, autorizada a usar o vestido tradicional, onde deveria trazer do lado esquerdo, o lado do coração, um distintivo integralista.

As principais celebrações eram ‘A Vigília da Nação’, ‘As Matinas de Abril’ e ‘A Noite dos Tambores Silenciosos’. A primeira comemorava o primeiro Congresso Integralista, realizado em Vitória no dia 28 de fevereiro, ‘As Matinas de Abril’, relembavam a primeira marcha integralista, realizada em 23 de abril. Nela os militantes se reuniam em praça pública e aguardavam o alvorecer, fazendo uma adoração silenciosa ao nascer do sol. Já na ‘Noite dos Tambores Silenciosos’ eram tomados dois motivos: O primeiro comemorava 7 de Outubro de

1932 e a celebração da oficialização da AIB, o segundo remetia a insatisfação dos militantes do Sigma quanto à extinção da Milícia Integralista.

Todas as cerimônias eram repletas de significância e com rituais que deveriam ser seguidos com a máxima rigorosidade pelos membros e seguidores da AIB.

Considerações finais

Ao perceber a lógica simbólica e ideológica pela qual a AIB caminhou durante sua legalidade, é possível identificar o uso dos símbolos como método forte na receptação de novos membros e a afirmação perante os já seguidores. Em meio a uma gama de aparatos, a conquista das massas fora incontestavelmente um dos momentos de maior importância para o crescimento e o sucesso da AIB frente ao cenário político e social na década de 1930.

A consolidação de um seguimento político-ideológico contou com todos os aparatos utilizados e foi a partir deles que a AIB conseguiu manter seu crescimento enquanto a atividade do movimento que logo se transformou em partido político.

Já os símbolos, objetos centrais, fizeram de seu papel um instrumento crucial para que a ideologia e a política da AIB chegassem até os mais variáveis níveis de população, criando uma maneira alternativa de aumentar seu contato, sua credibilidade e garantir a compreensão de todos, haja vista que, enquanto símbolos propagandísticos, as imagens, os hinos, os uniformes, eram percebidos pelos demais como uma rede de comunicação e reforçavam a unificação proposta pelo grupo enquanto método de socialização, cooptação e até mesmo de controle, como pode ser observado pelas características centralizadoras que o movimento apresentou durante sua permanência no cenário político nacional.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed., 4ª reimpressão, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru – São Paulo: EDUSC, 2004.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

GONÇALVES, Leandro Pereira, SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). **Entre tipos e recortes:** histórias da imprensa integralista. Guaíba: Sob Medida, 2011.

SALGADO, Plínio. **Despertemos a Nação.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. PROTOCOLLOS E RITUAES. **Monitor Integralista.** Número 18, 1937.

_____. **Obras completas de Plínio Salgado.** São Paulo: Editora das Américas, 1957.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo:** o fascismo brasileiro na década de 30. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. **A ideologia curupira:** análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Gustavo Barroso: aproximações conceituais da Ação Integralista Brasileira e o Museu Histórico Nacional (1933-1937).

Arthur Oliveira da Silva*

Resumo: O trabalho visa identificar quais as semelhanças existentes entre as ações apresentadas na Ação Integralista Brasileira (AIB) e no Museu Histórico Nacional (MHN) pelo viés do ideólogo e intelectual Gustavo Barroso, que atuou intensamente no cenário político e cultural da década de 1930, como advogado, político, professor, escritor e presidente da Academia Brasileira de Letras. Barroso esteve diretamente ligado às duas instituições no período de 1933-1937 e as utilizou, para difundir seu conceito de *passado histórico*. Este estudo se justifica pela grande quantidade de instituições museológicas, surgidas no século XX sobre a influência ideológica de Gustavo Barroso e também pela ascendência de seu pensamento saudosista no movimento integralista. Importa destacar, de maneira preliminar, que a vinculação de Gustavo Barroso à A.I.B. influenciou na concepção das ações junto ao Museu Histórico Nacional, na medida em que esse espaço museu se vinculou aos pressupostos ideológicos da Ação Integralista Brasileira.

Palavras-chave: Gustavo Barroso. Museu Histórico Nacional. Ação Integralista Brasileira.

Abstract: This work look for identify what similarities exist between the actions showed at Brazilian Integralist Action (B.I.A.) and at National Historical Museum (N.H.M.) by the point of view of the ideologist and intellectual Gustavo Barroso, who worked intensely at the political and cultural scenario in the decade of 1930, as a Lower, politician, professor, writer and president of the Brazilian Academy of Letters. Barroso was directly connect to booth institutions at period of 1933-1937 and used them to spread his concept of *historical past*. This study justified itself by the oodles of museum institutions born at XX century on the ideological influence of Gustavo Barroso and also by the ascendancy of his nostalgic thought at the integralist moviment. It is worth noting, in a preliminary way, that the link between Gustavo Barroso to B.I.A influence at the conception of the action with the National Historical Museum, according as this space museum linked itself to ideological assumptions

* Graduado em História pelo Centro de Ensino Superior.

of Brazilian Integralist Action.

Keywords: Gustavo Barroso. National Historical Museum. Brazilian Integralist Action.

Introdução

O ensaio busca identificar a aplicação do conceito de *passado histórico* pelo viés de Gustavo Barroso, que utilizou da tradição como a base de uma nova nação, a República. A partir dos exemplos dos grandes heróis do passado, o recém-formado governo republicano, segundo ele, deveria desfrutar dessa herança.

As semelhanças existentes entre os projetos e iniciativas ligadas à concepção de história e nação dentro da Ação Integralista Brasileira (AIB) e aquelas realizadas no Museu Histórico Nacional (MHN), especialmente através da concepção do intelectual Gustavo Barroso, que, no período em que esteve diretamente ligado às duas instituições, ocupando, então, cargos de grande visibilidade, através dos quais os conceitos de nação e história tiveram sua propagação potencializada.

A necessidade de um local para guardar a memória da nação, é demonstrada anos antes da formação do MHN, através de dois artigos: “Museu Militar” de 1911 e “O culto da saudade” de 1912. Ambos artigos foram publicados no *Jornal do Comércio*, nos quais Barroso reivindicava a criação de um museu de feição militar para representar a história do país.

A atuação do intelectual na AIB caracterizou – se pelo antissemitismo exacerbado. Barroso formou a tríade dos principais ideólogos do movimento juntamente com Plínio Salgado, o Chefe Nacional e Miguel Reale, Chefe do Departamento Nacional da Doutrina. O intelectual encerrou sua participação na AIB, após o fracasso da Intentona Integralista de 1938.

Gustavo Barroso além das funções exercidas no Museu Histórico Nacional e na Ação Integralista Brasileira, atuou também como advogado, político, professor, escritor, presidente da Academia Brasileira de Letras, sua presença foi uma constante nos principais círculos políticos e culturais do país.

Dessa forma, é de grande importância estabelecer o paralelo existente entre as duas instituições as quais Gustavo Barroso atuou simultaneamente, propagando um ideal de nação tanto AIB quanto no MHN, e que ainda é pouco refletida, merecendo um aprofundamento

maior devido à consistência da abordagem teórica defendida pelo intelectual, que relaciona o passado como alimento e base para o futuro.

Gustavo Barroso: vida, memória e museus.

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso, nascido na cidade de Fortaleza no ano de 1888, cresceu juntamente com o regime republicano. O governo vigente encontrava – se em período embrionário, que foi marcado por um ambiente com disputas de poder político entre as oligarquias de maior poder econômico, Minas Gerais e São Paulo; industrialização crescente, a inserção dos imigrantes e a formação de novos grupos: o operariado e a burguesia industrial.

Barroso pertencia ao círculo das tradicionais famílias cearenses. Teve sua formação iniciada no *Parténon Cearense* e continuada no *Liceu do Ceará*. Atuou no ativamente no campo da ação política através jornalismo oposicionista a oligarquia Acioly. “Gustavo participou intensamente da vida cultural de Fortaleza fundando os jornais *O Garoto*, *O Regenerador*, e colaborando em *O Unitário*, *O Colibri*, *O Figaça* e *O Demolidor*” (MAIO,1992, p.70).

Em sua transição para a capital federal em 1910, deu continuidade ao curso jurídico iniciado em sua terra natal e se manteve vinculado à imprensa o que lhe garantiu rápida adaptação e ascensão. “O jornalismo foi para ele um meio de ampliação da sua rede de relações, de canalização da sua produção literária e um 'trampolim para ascender a uma posição de dirigente” (CHAGAS, 2009, p.83). Dois anos após sua chegada ao Rio de Janeiro filiou-se ao Partido Republicano Conservador (PRC) e publicou seu primeiro livro em 1912, *Terra e Sol*, no qual o sertão era descrito de forma detalhada.

Nos primeiros anos no Rio de Janeiro, o jornalista utilizou da imprensa como instrumento para abordar a perda do culto ao passado, o esquecimento da memória histórica de uma nação em formação e a necessidade de instituições destinadas a reunir e expor os objetos que fizeram parte da história do país, através dos artigos *Museu Militar*, de 25 de setembro de 1911, no qual comprova principalmente a sua identificação com instituições de cunho militar, devido a utilização de exemplos baseados nos museus militares da Europa, o Brasil teria também a necessidade de um museu militar, pois todas as nações, já vinham praticando um trabalho cuidadoso com suas tradições.

No ano seguinte, o intelectual persiste no saudosismo, publicando o artigo *O Culto da*

Saudade, de 22 de dezembro de 1912. Dez anos após sua primeira publicação reivindicando a proteção do passado nacional, em 1921, no *Jornal do Comércio*, a publicação do artigo intitulado *Museu Histórico Brasileiro*, demonstra o pesar de Barroso ao identificar o Brasil como uma país que não respeita sua memória.

O então presidente Epitácio Pessoa em 1922 endossou a ideia de Barroso, a criação de um museu, aproveitando-se do delírio das comemorações referentes à Exposição do Centenário da Independência realizada no Rio de Janeiro. A década de 1920 envolveu intensas modificações culturais, políticas e espirituais. No período o jornalista ocupava os cargos de redator-chefe da revista *Fon-Fon* e inspetor Escolar no Distrito Federal foi nomeado o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional.

Ao nomear Gustavo Barroso para dirigir o Museu Histórico nacional, o presidente Epitácio Pessoa cumpriu as normas de um ritual consagrado pelas instituições políticas brasileiras, onde as oligarquias se revezavam no poder, trocando cargos, honrarias e privilégios. As ligações de Gustavo Barroso com Epitácio Pessoa já vinham de longe, ambos egressos de tradicionais famílias do norte. (ABREU, 1996, p.167).

A atuação como diretor caracteriza-se pela representação de uma memória, baseada na tradição dos grandes heróis nacionais, influenciada pelo colecionismo do século XV e XVI, no qual os artefatos desses heróis teriam valor intrínseco, por representarem o poderio econômico, social e cultural de determinado núcleo da sociedade europeia. No período a forte expansão dos Gabinetes de Curiosidades e coleções científicas, nas quais os objetos eram reunidos de forma aleatória e caótica, valorizados pela sua excentricidade, posteriormente estes objetos passaram a ser organizados de forma a demonstrar o caráter evolutivo da humanidade.

Gustavo Barroso faz do MHN seu reduto, até o ano de 1930 que, devido ao apoio dado a candidatura de Júlio Prestes em oposição a Aliança Liberal de Getúlio Vargas com a Revolução de 30.

Com a Revolução de 30, Gustavo Barroso foi derrotado politicamente tal situação refletiu de imediato na sua destituição da direção do Museu Histórico nacional pelo então Chefe do Governo provisório, e na frustrada tentativa de realizar o sonho de ser presidente da Academia Brasileira de Letras. Entretanto o período estava envolto em incertezas e acomodações políticas, Barroso conseguiu superar as adversidades com o beneplácito do governo federal, elegendo-se para a presidência da ABL em setembro de 1932 e sendo reconduzido à direção do Museu Histórico no mês de novembro do mesmo ano”(MAIO,1992, p.77).

No breve período em que Gustavo Barroso esteve afastado (1930-1932), o historiador Rodolfo Garcia Amorim assumiu a direção do museu, momento que foi criado o Curso de Museus com o intuito de formar profissionais especializados tendo a duração de dois anos. “No Regimento Interno do M.H.N., de 1922, Barroso já previa um Curso Técnico que atendesse as necessidades da própria instituição, bem como da Biblioteca e do Arquivo Nacional” (SIQUEIRA, 2009, p.22). Era um desejo antigo de Barroso, a formação de profissionais que pudessem dar continuidade ao culto ao passado.

No ano posterior ao seu retorno a direção do M.H.N., “renunciou à presidência da A.B.L., sob o pretexto de desentendimentos motivados por suas críticas feitas na imprensa contra os “imortais” (MAIO, 1992, p. 80)

Barroso aderiu à A.I.B ainda no primeiro semestre do ano de 1933 em pouco tempo torna-se referência no movimento juntamente com Plínio Salgado e Miguel Reale. No I Congresso de Vitória em 1934, no qual foram decididas as principais diretrizes do movimento: estrutura interna, estatutos e centralização na figura do Chefe Nacional. Dentre as decisões tomadas, Barroso foi nomeado ao cargo de Chefe das Milícias Integralistas.

A milícia se organiza em quatro seções: a primeira seção ocupa-se da correspondência, controle da organização (estatística, efetivo, disciplina e justiça (inquéritos e promoções); a segunda seção, do serviço de informações; a terceira seção, da instrução militar e elaboração dos planos de operações militares; e a quarta seção, do setor de material e serviços. Portanto, a função da Milícia não é apenas de preparar os integralistas para os desfiles e a cultura física, mas desenvolver um verdadeiro treinamento militar, desde a instrução de “técnica, tática e moral” até a elaboração de planos de combate. Aliás, a instrução militar é compatível com as cinco armas militares que constituem a “tropa” integralista: infantaria, cavalaria, engenharia, artilharia, e aviação” (TRINDADE, 1974, p. 187)

Pensar na atuação de Gustavo Barroso tanto no M.H.N quanto A.I.B. é antes analisar a sua expressão como intelectual, difusor e formador de opiniões, exercendo a ponte entre a sociedade civil e o Estado, buscando uma hegemonia no grupo social em que está locado. Através das duas instituições em que atuou simultaneamente no período de 1933-1937, a ideologia de Barroso alcançava principalmente a militância de base, servindo como elemento aglutinador. Utilizando uma linguagem simples de entendimento, chegou a obter grande aderência dos dirigentes e militantes locais.

No II Congresso Integralista ocorrido em março de 1936, realizado em Petrópolis, Barroso foi designado para ocupar a Secretaria Nacional da Educação Moral e Educação Física em substituição das milícias, dissolvida no Governo Vargas. A disputa entre Plínio

Salgado e Gustavo Barroso pela liderança do movimento se tornara cada vez mais evidente, sob formas de críticas ao modo de liderar do Chefe Nacional.

Sua participação no movimento ficou caracterizada pelo antissemitismo radical, fundamentado no fascismo. As influências vinham desde o início do século XIX com a confecção do panfleto *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, na Rússia, no qual os judeus teriam um plano para dominação mundial. A primeira tradução do panfleto é feita por Gustavo Barroso e publicada no ano de 1936 pela editora Civilização Brasileira.

O anti-semitismo não tinha tradição no Brasil antes da fundação da A.I.B. E, de outro lado, que influência do anti-semitismo de Barroso sobre os integralistas dá-se no interior do movimento. A atitude dos militantes com relação à afirmação 'o espírito judeu é uma ameaça permanente para a humanidade', demonstra que, embora seja um tema ideológico que divida os dirigentes nacionais e regionais, é partilhado por quase dois terços dos dirigentes e militantes locais. Portanto ainda que secundário no plano das 'motivações' de adesão, será relevante enquanto dimensão ideológica adquirida pelos militantes, no seio da A.I.B. (TRINDADE, 1974,p. 161).

O movimento tinha suas diretrizes baseadas na luta contra o socialismo, o capitalismo internacional e os judeus semelhantemente aos governos de extrema-direita da Europa. Havia três principais vertentes ideológicas do movimento integralista, que abordam essas linhas mestras de diferentes formas e níveis de prioridade. Havia três principais vertentes: Plínio Salgado, fundador e Chefe Nacional, Miguel Reale, Chefe do Departamento Nacional da Doutrina e Gustavo Barroso, Chefe das Milícias Integralistas. Salgado interpretava como força motriz de uma sociedade a luta entre o espiritualismo e o materialismo, na qual o capitalismo e o comunismo causariam o atraso moral e espiritual da humanidade, já Reale, acreditava na organização social a partir da individualidade do ser.

Entre os ideólogos do movimento, Barroso foi aquele via maiores laços da organização integralista com os movimentos despertados por Mussolini que “dominando as discórdias da Itália, adota como sinal o feixe dos litores romanos, o *fascio*, a reunião das varas sob a proteção do machado.” (BARROSO,1934, p.60). O ano de 1933 foi muito representativo na vida do intelectual, pois ao atuar como Chefe das Milícias Integralistas, na A.I.B. movimento de cunho militarista, Barroso conseguiu realizar o desejo antigo reprimido pela família e ao retornar ao M.H.N., retornava também a posição de criador de uma memória nacional.

Uma nação carente de memória

A criação do Museu Histórico Nacional surgiu em meio às comemorações do centenário da Independência e a Exposição Internacional, os dois eventos ocorreram no ano de 1922. “A Exposição Internacional do Rio de Janeiro, mantida de 7 de setembro a 23 de março de 1923, apresentava para o mundo a imagem de uma nação moderna e progressista” (SANTOS, 2006, p. 26). São diversos os projetos de nação apresentados no período, que é um reflexo da crise identitária no recém - emancipado Brasil.

Gustavo Barroso teve uma atitude ambígua diante da memória a ser exercida no governo republicano, a ruptura desejada com o Império, apesar de todos os esforços, não conseguiu ser uma ruptura praticada.

Com o objetivo de pulverizar a memória do Império, o governo republicano anunciou, em 1890, um grande leilão de todos os bens da família imperial a ser realizado no paço de São Cristóvão. Após acalorado debate pela imprensa, onde simpatizantes de D. Pedro II reagiram à ideia do leilão, esse terminou ocorrendo em 13 etapas diferentes, com objetos que iam desde bibelôs até peças de mobiliário e um carro fúnebre. (ABREU, 1996, p. 171)

Muitas dessas peças da família Imperial, adquiridas pelos mais diversos tipos de compradores, foram posteriormente doadas ao acervo do Museu Histórico Nacional, a importância desses artefatos memorialísticos do Império residia na tradição, tão cultuada por Barroso, D. Pedro II representava também a figura do intelectual, a influência europeia sobre a nação brasileira endossando o papel de nação desenvolvida e mascarando o passado colonial do país.

A primeira constituição do acervo foi baseada nessas doações, as quais Barroso por acreditar no poder aurático dos objetos, acumulava de forma inicialmente desordenada. “A nação, que na perspectiva de Barroso nasceu de mãos dadas com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, teria, no museu, o seu espaço de celebração e culto” (CHAGAS, 2006, p. 97). O culto ao passado do intelectual, revelaria a sua admiração pelo Estado Imperial.

A visão hierárquica de sociedade preconizada por Barroso estruturava – se basicamente pela demarcação entre as elites e o povo. As elites aparecem associadas originalmente ao Estado Imperial, enquanto o povo seria caracterizado pela ideia de amálgama singular entre as raças, básico para a construção de uma identidade nacional. (ABREU, 1996, p. 183)

Com a aquisição dos objetos dos membros da elite passou a trabalhar de forma dinâmica a história que desejava narrar e o poder “místicos”, que imortalizavam a elite

através de seus pertences, a museologia saudosa de Barroso parece querer fazer crer que o passado se deixa capturar por inteiro e se entrega sem conflito como verdade pronta.

O museu estava inicialmente ligado a duas vertentes historiográficas, divididas entre, uma história elitista e uma história militar, o acervo representava a história de homens notáveis do exército brasileiro, como pode ser diagnosticado nas figuras cultuadas de Duque de Caxias, Marechal Osório, os quais Barroso chegou a escrever biografias destes, que “possuíam a força do mito, que, pela repetição, divulga e impões valores, demarcando regras de funcionamento da estrutura social” (CHAGAS, 2006, p. 195). O poder místico desses indivíduos é revelado através das salas do museu.

Na galeria de heróis, duas figuras destacavam – se: Duque de Caxias – por intermédio do qual o Exército, na formação da nacionalidade, era valorizado – e D. Pedro II, enfatizando o papel do Estado e nobreza enquanto grupo social capaz de conduzir o processo civilizatório (CHAGAS, 2006, p. 195).

O cunho militar do museu era expresso não apenas pelo seu acervo e pelos personagens que cultuados, as doações feitas ao M.H.N. formulavam uma espécie de ritual de imortalização.

O fascista verde-amarelo

As crises que antecederam o ano de surgimento da Ação Integralista Brasileira em 1932, gerou de forma espontânea as principais diretrizes do movimento: a reforma moral, espiritual e nacional. A A.I.B. foi um desdobramento da Sociedade de Estudos Políticos (S.E.P.), na qual o escritor e político Plínio Salgado direcionou os debates sobre a defesa do espírito nacional e os novos rumos a serem tomados no país, juntamente com jovens intelectuais e lideranças políticas.

Os conturbados anos que iniciaram o governo varguista, pós-Revolução de 1930 é caracterizado por divergências entre dois principais grupos que apoiaram o gaúcho Getúlio Vargas na tomada de poder: os tenentistas que propunham um governo centralizado e forte em oposição às oligarquias regionais que desejavam um Estado democrático e livre. As indecisões referentes à convocação ou não da Constituinte deixou aberta a brecha necessária para a inserção da ideologia de extrema-direita.

Ao articular outros grupos ideologicamente vinculados à extrema-direita, como a Legião Cearense do Trabalho e o Partido Nacional Sindicalista, Plínio Salgado proporciona o

primeiro passo para a formação de uma frente única, que tinham os mesmo objetivos, a formação de uma nação forte.

A fundação da A.I.B. ocorreu oficialmente com o lançamento do *Manifesto de Outubro de 1932*. “A ideia de Estado inserida no Manifesto é a de uma superestrutura autoritária, coroando a concepção espiritual - nacionalista contida no discurso ideológico.” (TRINDADE, 1974, p.227). O próprio autor atesta que:

Após um período transitório entre fins de 1932 e 1934, no qual Salgado amplia sua liderança sobre o movimento e as direções dos primeiros grupos integralistas locais e regionais são confiados a triunviratos, implanta-se a organização da A.I.B. A primeira estrutura se estabelece no I Congresso Integralista de Vitória(Espírito Santo) em fevereiro de 1934 e, mais tarde, se aperfeiçoa com resoluções do Chefe Nacional após o Congresso Integralista de Petrópolis(Rio de Janeiro) em março de 1936. A natureza burocrática – totalitária da organização configura-se entre 1932 e 1936, ao passo que seu caráter pré - estatal se consolida com as modificações introduzidas após 1936” (TRINDADE,1974, p.170)

O Congresso de 1934 consolidou a estrutura organizacional com inspiração nos sistemas de extrema-direita europeus da década de 1920. As semelhanças com o fascismo italiano e o nazismo alemão, que são propostas advindas de um momento da instabilidade política do entre guerras, na qual um regime democrático é ineficaz e o temor dos insurretos de esquerda, fazem com que seja confiado e centralizado na figura do *duce / führer*, o Chefe nacional, exercendo poder total e permanente em defesa da nação. “O *Führer* é chefe não só por causa das qualidades superiores, mas principalmente, porque representa a encarnação consciente do sentimento do povo (*Volksgeist*).”(JUNIOR, 2005, p.65).

A participação de Gustavo Barroso nas Milícias Integralistas foi, ao mesmo tempo, a realização de um sonho e fonte de propagação de sua vertente ideológica dentro do movimento integralista, a partir de uma postura altamente radical em relação aos judeus e a utilização da memória nacional como artifício para conquistar adeptos das mais variadas idades, devido a obrigatoriedade de todo militante com idade entre 16 e 42 anos se inscreverem nas milícias, ou seja, Barroso tinha o contato com a juventude, através da Escola de Oficiais da Milícia Integralistas, o “sangue novo” do movimento, as mentalidades ainda em maturação poderiam ser moldadas.

A hierarquia da milícia distingue três escalões: os graduados (sub – decurião, decurião e sub - monitor) os oficiais (monitor, bandeirante e mestre de campo) e os oficiais – gerais (brigadeiro – tenente e chefe nacional). A estrutura da Milícia implantada em 1934 previa as seguintes unidades: decúria (formada por 10 militantes sob o comando de um decurião), o terço (três decurias sob o comando de

um monitor), a bandeira (quatro terços comandados por um bandeirante) e, finalmente, a unidade mais importante da milícia, a legião, constituída por quatro bandeiras, sob o comando do mestre de campo.(TRINDADE,1974, p.187)

A radicalidade do pensamento antissemita de Barroso foi motivada não pela questão religiosa, os judeus eram considerados o grande mal que corroía a nação economicamente e por consequência dominava também a política.

O pensamento antijudaico de Barroso apesar de conseguir um número relevante de adeptos manteve - se à margem do movimento. “No interior do Integralismo, o enfoque antijudaico não era uma abordagem que obtivesse consenso” (MAIO,1992, p.85). Os outros dois principais ideólogos da Ação Integralista, Salgado e Reale, analisavam a situação judaica pelo viés econômico, considerando que ao dominar o capital internacional os judeus geravam a submissão do Brasil. No ano do II Congresso Integralista, Gustavo Barroso passou a atuar na então, recém-criada Secretaria Nacional de Educação Moral e Educação Física, devido ao dissolvimento das milícias integralistas no ano anterior.

Barroso e a “história militar do Brasil”

Na introdução do livro lançado em 1935, “História Militar do Brasil”, Barroso apresenta a vinculação existente entre as atividades realizadas no Museu Histórico Nacional e a Ação Integralista Brasileira.

Este livro é o resultado duma campanha nacionalista que iniciei há vinte e quatro anos, em 1911, pelo “Jornal do Comercio”, quando lancei a idéa da fundação dum Museu Histórico de caráter militar. Não me arrefeceram o entusiasmo, com o correr dos anos, a indiferença geral, a baba dos despeitados, as injustiças do poder público e os ataques mesquinhos de alguns positivistas. Continuei – a ininterruptamente pela imprensa, onde quer que escrevesse.[...]

O resumo histórico de nossas campanhas contido neste volume foi constituído com a série de lições sobre História Militar do Brasil, dadas no Curso de Extensão Universitária do mesmo Museu em 1933, que repeti em 1934 na Escola de Oficiais da Milícia Integralista do Distrito Federal. Preencho, outrosim, sensível falha da nossa bibliografia. A única História Militar do Brasil existente foi escrita, em 1762, por José de Mirales! Foi essa, sem falsa modestia, a pequena contribuição que pude prestar ao meu país em pról da restauração do culto de seu glorioso passado. Se lhe falta ciência, não lhe falta estou certo, consciência, que esta se mostra a cada passo na sinceridade dos propósitos, sobretudo, no meu amor pelo Brasil.(BARROSO, 1935.p. 7-8).

A convergência entre o Museu Histórico Nacional e a Ação Integralista, não se baseia apenas pela participação direta de Barroso nas duas instituições, é importante perceber elas

partem de um mesmo projeto nacionalista; iniciado com a publicação do artigo “Museu Militar”.

As diretrizes iniciais do Museu Histórico Nacional, teve inspirações nos museus europeus, principalmente àqueles destinados a preservar a memória militar. A inspiração se torna mais clara, ao observar a escolha do local que iria demarcar a construção da memória nacional.

O período de 1933-1937 representa o apogeu da fusão entre as ideias políticas e culturais de Barroso. A A.I.B. e o museu tinham o mesmo objetivo de mobilização da massa, no sentido pregar valores nacionais de forma a conseguir uma adesão ideológica, ampliando suas redes de influências, trabalhando na construção de uma memória/história brasileira aparentemente forte, a diferença esta na falta de identificação dessa massa com a história contada pelas salas do M.H.N., já que o enfoque estava ligado a grandes fatos praticas de uma elite. “Por isso muitos quadros do passado comum não coincidem e nenhum deles é verdadeiramente exato” (HALBWACHS, 2006, p.40).

Considerações finais

A relevância do estudo apresentado encontra-se na identificação dos elementos de propagação ideológica encontrados tanto no Museu Histórico Nacional quanto na Ação Integralista Brasileira. O período enfatizado demarca a atuação de Gustavo Barroso simultaneamente às duas instituições, que podem ser consideradas suas duas principais paixões.

As semelhanças enumeradas demonstram claramente que, em ambas as instituições, o espírito saudosista de Barroso se fazia presente. O museu foi o local em que Barroso recriou a história do país, segundo os seus próprios critérios, e o culto ao passado legitimou a figura do intelectual como verdadeiro paladino da memória nacional. Na A.I.B., não foi diferente, pois, como Chefe das Milícias Integralistas, conseguiu abordar o conceito de *passado histórico* de forma incisiva na militância de base. A analogia entre os discursos praticados no M.H.N., via Curso de Museus e as palestras ministradas nas milícias integralistas, pode ser comprovada através da introdução da obra “História Militar do Brasil”, do próprio Barroso, quando tal ligação entre ambos é endossada.

Sendo assim, percebe-se que o intelectual conseguiu conciliar a militância com a museologia. Gustavo Barroso acreditava no devir histórico, que teria o passado como

ferramenta para reavaliar o presente e prosperar no futuro, buscando a formação de uma nação forte e integral. Barroso, assim, não desejou apenas imortalizar os grandes heróis do passado, mas também ser imortalizado. Dessa forma, o intelectual soube utilizar o poder da memória como artifício para abordar conceitos de nação e história.

Cabe ressaltar que a herança deixada pelo pensamento barrosiano ainda é praticada pelos museus brasileiros, apesar de ter sua força enfraquecida, a partir do início da década de 1970, período em que surgiram movimentos reivindicando o caráter social dos museus.

Percebe-se que a desconstrução dos mitos e heróis criados por Barroso e reafirmados ao longo dos anos, é um trabalho árduo e gradativo, constantemente encarado nos museus brasileiros ligados à memória do país realmente comprometidos com a edificação de indivíduos críticos e ativos às diversas faces do passado.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco:Lapa, 1996.

BARROSO, Gustavo. **O Integralismo de Norte a Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

_____. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. (Coleção Museu, memória e cidadania).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JUNIOR, João Ribeiro. **O que é nazismo**. São Paulo: Brasiliense, 1939. (Coleção primeiros passos).

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild Nem Trotsky**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **No norte da saudade**: esquecimento e memória em Gustavo Barroso. 2006. 301 f. Tese (Programa de Estudos Pós-Graduados em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond. 2006.(Coleção Museu, memória e cidadania).

TRINDADE, Hélió. **Integralismo**. O fascismo brasileiro na década de 30. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

“Monarquia Hereditária, Tradicional, Antiparlamentar e Descentralizada”: análise dos projetos políticos da *l'action française* e do Integralismo lusitano no contexto do pessimismo da virada do século XIX/XX.

Felipe Cazetta*

Resumo: O artigo tem por objetivo a análise de dois movimentos conservadores e de direita europeus – Integralismo Lusitano (IL) e *L'Action Française* (AF) – buscando situá-los no contexto de crise política e instabilidade das identidades nacionais passadas em Portugal e França. Sob este alvo, há o interesse de captar os limites e permeabilidades existentes entre tais correntes do pensamento reacionário destes países. Para tanto, serão realizadas breves observações sobre os projetos políticos inerentes aos arcabouços doutrinários tanto do IL quanto da AF. Desta forma, busca-se estabelecer as apropriações realizadas pelo movimento português, colhidas da AF, visando a consolidação de sua cultura política.

Palavra-chave: Integralismo Lusitano, *l'Action Française*, conservadorismo.

Résumé: Cet article vise à analyser deux mouvements conservateurs et d'extrême droite européens – Intégralismo Lusitano (IL) et *l'Action française* (AF) - en cherchant à les placer dans le contexte de crise politique et l'instabilité des identités nationales au Portugal et en France. En vertu de cet objectif, il y a l'intérêt de relever les limites et les perméabilités entre ces courants réactionnaires de la pensée dans ces pays. Pour cela, nous avons mené de brèves observations sur les projets politiques inhérentes aux cadres doctrinaux de l'IL et l'AF. Ainsi, nous cherchons à établir les appropriations par le mouvement portugais, tiré de l'AF, visent établir leur culture politique.

Mots-clé: Intégralismo Lusitano, *l'Action française*, le conservatisme.

Introdução: Europa – finais do século XIX e anos iniciais do 1900: contexto de reação às idéias iluministas.

*Felipe Cazetta é doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). O autor responde pelo e-mail: felipecazetta@yahoo.com.br

O último quartel do século XIX foi marcado pela forte reação ao pensamento iluminista e às idéias de progresso contínuo, propagadas nos séculos XVII e XVIII. Investindo contra estas teorias, alguns autores lançaram-se como caixa de ressonância do declínio do liberalismo. Este esgotamento das crenças (políticas e econômicas) liberais arrastou países europeus a uma crise de identidade, exigindo de alguns pensadores o revisionismo das heranças, mitos e cultos nacionais. Nesta tarefa novos projetos políticos foram elaborados, visando uma saída, alternativa ao liberalismo, para o futuro do país. Esta busca pela essência patriótica, em que tais intelectuais se impeliram, foi acompanhada de perspectiva pessimista em relação ao presente vivido por eles.

A expansão da participação popular na política, através da elasticidade do sufrágio, acompanhada pela ampliação dos direitos sociais a setores subalternos da sociedade, provocou nas correntes conservadoras do pensamento europeu a sensação de corrupção das formas de Poder. As idéias propagadas pela Reforma e pela Revolução Francesa - tais como a valorização do pensamento individual, trazida pelo protestantismo, e seu desdobramento sob a forma de individualismo e liberalismo, na Revolução de 1789 - forneceram munição para críticas ao cenário democrático, vindas dos setores reacionários. Para estes intelectuais o único antídoto concebido para sanar a mácula provocada pela democracia, estaria no retorno da elite culta ao controle dos rumos políticos nacionais (STERNHELL. *in*. STERNHELL, 1999: 15).

A partir da rejeição dos princípios liberais, torna-se improvável para os elementos conservadores a concepção da sociedade como um conjunto de *indivíduos*. Tal como ressalta António Sardinha – um dos mentores do IL - “Não basta reconhecer que a célula da sociedade é a família – e não o indivíduo. Para que a família prospere e exerça com prestígio as suas funções salutaras é preciso assegurar-lhe a indissolubilidade devida a necessária fixidez.” (SARDINHA, 1978: 33). Deste modo, o corporativismo era vislumbrado como uma via ao liberalismo. Tal modelo, associado à construção ideal do período dinástico, levou alguns movimentos a conceber o *Monarquismo orgânico* como fórmula para retirar seus respectivos países da crise de identidade em que se encontravam, causada pela substituição de modelos políticos, geralmente o monárquico pelo constitucional. Tais foram os casos do Integralismo Lusitano (IL) e da *l'Action Française* (AF).

Entre outros Estados Nacionais, Portugal e França sofreram mudanças políticas e sociais influenciadas pelo paradigma liberal. Embora apresentem aspectos específicos, as

transformações ocorridas nestes países demonstram similaridades diante da queda do regime monárquico ou imperial e da adoção de uma Carta constitucional.³⁰⁸

Conforme já dito, o liberalismo e o pensamento iluminista sofreram forte reação na França, fornecendo ambiente favorável para o surgimento de movimentos de direita opostos às concepções democráticas, republicanas e constitucionais derivadas do modelo liberal. Dentre estes grupos de oposição *L'Action Française* foi o mais bem sucedido na difusão de suas ideias. *AF* é composta por indivíduos, dos quais, Pierre Birnbaum aponta como característica, a defesa “que a França está a ser vertiginosamente arrastada para a decadência. (...) A decadência da França marca, para muitos a passagem da França católica de outrora para a França judaica que a vitória da República oportunista tornou onipotente.” (BIRNBAUM. *in*. STERNHELL, 1999: 207).

Portugal, por sua vez, ainda sob a vigência monárquica nos anos iniciais do século XX, demonstrava aversão ao liberal-republicanismo. Valores como a manutenção da hierarquia social encontrados na imprensa católica lusitana, confrontavam-se diretamente com o parlamentarismo e a democracia, inscritos no modelo político liberal. Ainda assim, em 1910 a Coroa sucumbiu diante da Revolução Republicana. Para António Costa Pinto “A Revolução Republicana foi um fenómeno político precoce que abriu Portugal para os dilemas da democratização e da política de massas do século XX.” (PINTO. *in*. SILVA, et. al. 2010: 40). Diante deste contexto, o IL surge inicialmente como um reação à República, vindo, posteriormente, a equipar seu edifício teórico, com críticas mais elaboradas ao liberalismo e à monarquia constitucional.

Embora tente se desvencilhar da alcunha de cópia da *AF*, o movimento português apresenta semelhanças consideráveis em sua doutrina, em sua teoria, e em seus alvos de ataque. Este fato não deve provocar espanto, mesmo oriundo de um movimento que quer se fazer nacionalista. Diante da circulação de ideias e da eclosão do descontentamento ao liberalismo e ao republicanismo em diversos pontos da Europa, o movimento de apropriação dos conteúdos da *AF* pelos integrantes do IL deve ser visto como captação de fragmentos

³⁰⁸ Portugal e França, desde a segunda década do século XIX, enfrentam dificuldades internas e externas, em função da retração hegemônica de ambos e desgaste dos sistemas políticos vigentes, desencadeando nos finais daquele século transformações importantes na trajetória deste países. No caso de Portugal, Luna Vrbata aponta como detonador da crise, o *Ultimatum* britânico de 1890 e para a França a derrota na guerra Franco-Prussiana (1870-71). VRBATA, Ales Tenório Luna. *La Philosophie Maurrasienne et les Modalités du Fascisme au Portugal*.(p.21-57) *in*. Kias Paper; Cabinet of Ibero-american Studies: Faculty of Humanities: University Hradec Králové, 2006. p. 22.

teóricos que poderiam ser compartilhados e inseridos, para constituir a *cultura política*³⁰⁹ conservadora e reacionária elaborada pelos lusitanos.

A França segundo Maurras e a AF: alternativas contra a “barbárie”.

Para Vrbata a “*Action Française peut être considérée comme l'organisation royaliste et contre-revolutionnaire la plus importante dans le contexte européen.*” [“*Action Française* pode ser considerada como a organização realista e contra revolucionária mais importante no contexto europeu.” (Tradução minha)]. Além disso, o mesmo autor situa o movimento como um dos antecessores das ligas e partidos fascistas que tomaram a Europa trinta anos depois. (VRBATA, 2006: 51)

Surgida em 1899, a AF assiste ao seu enriquecimento teórico com a inserção de Charles Maurras, trazendo consigo o incremento do monarquismo tradicionalista ao movimento. À época de sua fundação – portanto, anterior à entrada de Maurras - *l'Action Française* visava como proposta a recuperação da grandeza nacional, diante das sucessivas crises, cujo o ponto extremo foi o *Caso Dreyfus*³¹⁰, contribuindo para o acirramento das divisões internas na França. Já neste momento, a postura religiosa, católica, aflorava nas declarações do movimento. Vrbata apresenta um trecho da *Revue de l'Action Française*, de 1899, onde se destaca a postura católica fundida ao nacionalismo, podem ser percebidos também o anti-parlamentarismo e a oposição ao liberalismo como bandeiras iniciais do movimento (VRBATA, 2006: 25):

³⁰⁹ Dentre as várias interpretações em torno do conceito, opta-se aqui pela definição de Bernstein, onde o autor entende por cultura política: “(...) conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. (...). [Composto de] uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadores de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.” BERNSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. (p. 349-363) in. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean François (dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa, 1998. p. 350-351.

³¹⁰ O Caso Dreyfus foi aberto em 1899, envolvendo o militar judeu Alfred Dreyfus, acusado pelo governo e pelas forças armadas francesas de vender segredos de guerra franceses para a Alemanha. Mais tarde, foi descoberta a fraude nas acusações, causando a divisão da opinião pública entre os pró-Dreyfus, que reivindicavam um julgamento justo, e os anti-Dreyfus, que consideravam a honra do exército e do Poder como inatingíveis, devendo permanecerem intactas diante do Caso. Subterrâneo a tais polêmicas, o processo contra Dreyfus serviu de combustível ao antisemitismo na França. Aspecto que não foi ignorado pela *l'Action Française* para promover seu nacionalismo.

La France est catholique et doit donc se débarasser des protestants, des franc-maçons et des juifs; la France est agricole, elle a donc besoin d'une politique protectionniste et d'une mouvement de retour à la terre; la France est militaire, partant, sa gloire de ses armes sous une condition de son bonheur; elle est républicaine, elle n'est pas démocrate. [“A França é católica e deve portanto se livrar dos protestantes, dos maçons e dos judeus; a França é agrícola, ela tem a necessidade de uma política protectionista e de um movimento de retorno à terra; a França é militar portanto, a glória de suas forças armadas são condição de seu orgulho; ela é republicana, não democrata.” (Tradução minha)]

Após a entrada de Maurras no movimento alguns pontos evidenciados na citação acima tomam maior destaque, outros são abandonados. Conforme visto, o movimento apresentava os seguintes aspectos: a oposição à democracia; a preponderância do catolicismo em detrimento da maçonaria, do protestantismo e do judaísmo; a crença em que a propriedade rural forneceria proteção contra a contaminação moral da sociedade burguesa e, por último; o armamentismo. Estes pontos foram mantidos por Maurras, quando não intensificados. Entretanto, o republicanismo - tal como o liberalismo e a monarquia constitucional – foi uma das causas que passaram a ser combatidas após sua inserção na *AF*.

Maurras organizava sua teoria, ou a reformulação do aparato teórico da *AF*, sob os pontos que podem ser resumidos em tradicionalismo, nacionalismo monárquico e religiosidade. Como reflexo do pessimismo vigente com o declínio das concepções liberais, o autor compreende os finais do século XIX e primeiros anos do XX como período de depressão moral e corrupção do nacionalismo francês.

Traçando a genealogia do pensamento democrático/liberal, Maurras estabelece a conclusão da herança protestante germânica, portanto bárbara segundo ele, inerente à Revolução Francesa. Nas palavras do teórico da *l'Action Française*, o individualismo liberal concebido nos acontecimentos de 1789 são obra do protestante Jean-Jacques Rousseau, de modo que “*La déclaration des Droits exprime Rousseau et Luther, c'est-à-dire, un retour à l'individualisme barbare de source germanique. Et la Terreur exprime une barbarie de même origine.*” [“A declaração do Direitos expressa Rousseau e Lutero, quer dizer, um retorno ao individualismo bárbaro de origem germânica. E o Terror exprime uma barbárie de mesma origem.” (Tradução minha)] (MAURRAS, 1917: 232).

Deste modo, Maurras entendia que os destinos da França e da Igreja católica estariam interligados, diante da necessidade de ambas em resistir às “invasões bárbaras” promovidas pelos judeus, protestantes e maçons, corrompendo a aristocracia no poder, a partir de uma seleção às avessas, conforme o autor entendia ser a votação democrática (MAURRAS, 1925: 206-207). A partir deste problema, há uma solução inicial para conter tais “assédios

estrangeiros”: catolicizar a França novamente, pois *“Il n’y a pas de catholicisme réel sans cette aspiration à catholiciser la nation en corps et l’État, expression politique de la nation.”* [Não há catolicismo real sem esta aspiração em catolicizar a nação em corpo e Estado, expressão política da nação. (tradução minha)] (MAURRAS, 1926: 266).

Além de conceber o catolicismo como aspecto inerente ao nacionalismo francês, Maurras entende o modelo monárquico como componente essencial deste nacionalismo, por considerar, entre outros aspectos, que a centralização do Poder tornaria mais ágil as tomadas de decisões em momentos importantes, evitando os debates parlamentares prolongados. (MAURRAS, 1926: 122). Desta forma, ficaria igualmente descartado o modelo de monarquia constitucional ou parlamentar, pois, segundo o autor, mesmo com a existência do Príncipe, o parlamentarismo incitaria à competição entre os partidos e, em casos extremos, a guerra civil (MAURRAS, 1925: 273).

Por outro lado, Maurras desconsidera o Poder sob a forma absoluta de centralização política. Em sua proposta política, o Governo se organizaria a partir da máxima *“Monarchisons l’État, républicanisons tout le reste”* [*“Monarquizemos o Estado, republicanizemos todo o resto”*] (Tradução minha – Grifo do original)] (MAURRAS, 1916: 198). Portanto, o Estado vislumbrado pela AF cumpriria o formato municipalista ou regionalista, sob a forma de corporativismo, ou seja:

Mais le tâche de la monarchie sera de refaire ces vertèbres du gouvernement local et de autonomie syndicale; par simple horreur du parlementarisme et par intelligence des besoins modernes, la royauté française se développera sur le mode régionaliste. Elle développera sur certain aspect, une dictature, et sous autre, une multitude de petit républiques fédérées et d’ailleurs se compénétrant sous la protection du chef militaire héréditaire (...) [«Mas o esforço da monarquia será de refazer estas vértebras do governo local e da autonomia sindical; por simples horror do parlamentarismo e por saber das necessidades modernas, a realeza francesa se desenvolverá sobre o modo regionalista. Ela se desenvolverá sobre certo aspecto, como uma ditadura, e sob outro, uma variedade de pequenas repúblicas federadas e, além disso, se encontraram sob a proteção do chefe militar hereditário (...).»] (Tradução minha)] (MAURRAS, 1916a: 224).

Assim, realizam-se os pilares em que Maurras sistematiza toda sua teoria em torno da monarquia, segundo ele, «verdadeira», erguida sob o tradicionalismo hereditário, sendo ela antiparlamentar e centralizada (MAURRAS, 1925: 345).

O Portugal integralista: Monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar.

Conforme o apresentado na introdução, a virada do século XIX para o XX foi seguida por instabilidades políticas que culminaram na deposição monárquica. Todavia, o republicanismo foi adotado com graves fissuras e ressentimentos internos. Assim como visto na França, setores conservadores da sociedade lusitana ofereceram resistência ao modelo republicano de governo. Diversas tentativas de golpes foram deflagradas em oposição ao regime, dentre as quais, estavam envolvidos alguns dos futuros integralistas lusitanos no fracassado levante de 1912.

Contudo, ao contrário dos demais opositores monarquista da República de 1911, os integralistas não buscavam somente o retorno da família imperial ao poder. Ofereciam também críticas que afetavam a República em suas bases de sustentação, atacando o constitucionalismo e o liberalismo, considerando o sistema democrático - similar à *AF* - como um desconcerto da máquina política constituída pela sucessão hereditária, erguida no período monárquico (CRUZ, 1982: 151). Diante de tais críticas, o IL demonstrava-se sectário em relação aos demais agrupamentos monárquistas de Portugal.

Era comum entre os integrantes do movimento conduzido por Sardinha, acreditar que 1911 foi apenas o ponto extremo da penetração do liberalismo em Portugal, haja vista a presença deste no país desde os séculos XVIII e XIX. Exemplo da rejeição liberal fica expressa nas falas de Hipólito Raposo – um dos formadores do IL: «O rei vinha a ser fiel registrador das variações políticas, perdera a força e a dignidade de sua magistratura, não era uma pessoa, estava reduzido a uma peça da engrenagem democrática-parlamentar.» (RAPOSO, 1929: 16).

Surgido em 1913, fora de Portugal por um grupo de jovens exilados, o IL dá seus primeiros passos em Gand, na Bélgica, com a revista *Alma Portuguesa* “num sentido puramente literário” (RAPOSO, 1929: 37), e toma folego em 1914, com o aparecimento de *Nação Portuguesa*, veículo que, segundo Manuel Braga da Cruz, passa a ser o “primeiro grande órgão teórico do movimento” (CRUZ, 1982: 139). Todavia, conforme consta na obra de Leão Ramos Assunção (autor simpático ao movimento) o IL irá tomar organização apenas em 1916, com o surgimento da Junta Central, onde se consolidavam as decisões e rumos do grupo (ASCENSÃO, 1943: 21).

Ao longo da trajetória de sua primeira fase, o movimento promoveu a revisão do culto tradicionalista de uma sociedade agrária e orgânica simbolizada pelo Portugal medieval³¹¹.

³¹¹ Sobre a mitologia luso-integralista da primeira fase e das posteriores cf.: BARREIRA, Cecília. *Três nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da “Nação*

Deste modo, nas palavras de Antonio Costa Pinto, «O seu projeto poder-se-ia resumir ao da restauração de uma monarquia corporativa, antiliberal, descentralizada e tradicionalista.” (PINTO, 1994: 25). Todavia, Sardinha não entendia este tradicionalismo como um regresso ao passado sob o formato de contemplação, e sim uma preparação para o futuro.

Filosófica e historicamente nosso conceito de 'tradição' equivale a *dinamismo* e *continuidade*. Estamos, por isso, bem longe de nos confinarmos numa idéia saudosista da sociedade que *foi* ou das gerações que *passaram*. Pelo contrário, abertos às solicitações clamorosas destes instantes de febre, olhamos para o futuro com um alto desejo de o prepararmos, melhor e mais belo, do que é a actualidade, tão horizontalmente e espessa em que vivemos. (SARDINHA, 1978: 22 – Grifo do original)

Há nestas linhas um anúncio do projeto de Estado Monárquico do Integralismo Lusitano, sublinhado no momento em que o autor aponta para perspectiva tradicionalista como expressão do desejo de preparar o futuro. Mas sob quais pilares se estruturariam tal proposta política? Já foi dito algo sobre a rejeição à República liberal de 1911, fato que afastava também os integralistas do modelo monárquico constitucionalista - o que não significou impedimento para tecer relações estratégicas com esta ala política conservadora, quando o contexto se mostrava desfavorável ao IL e este necessitou de maiores suportes.

Embora, em certo momento da trajetória do movimento, tenha ocorrido a aliança com os legitimistas, diante do impasse envolvendo a questão sucessória na linhagem dos Bragança³¹², os integralistas repudiavam a sistema constitucional, até mesmo sob condição monárquica, conforme António Sardinha deixa transparecer (SARDINHA, 1978: 54):

Portuguesa”, - 1914-1926). in. Análise Social, vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º (p. 1421-1429); CARDOSO, Miguel Esteves. *Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano*. Análise Social. Vol. XVIII (72-73-74), 1982 – 3º-4º-5º (1399-1408).

³¹² “C'est pourquoi ils réalisèrent la scission dynastique (19 d'octobre 1919) – se dégagèrent de obédience envers de D. Miguel et initialiserent une période que devint nommé par eux-même *interregnum* qui continuait jusqu'au moment des négociations avec *Partido Legitimista* et avec la ligne migueliste de dynastie Bragança, en 2 septembre de l'année suivant (...). Il n'est s'agissait pas de la fusion avec les legitimistes en propre sens. Les integralistes toujours désiraient accenptuer qu'il y avait une difference parce que même si 'entre nós e a Tradição existia na verdade um pensamento idêntico de aspiração nacional' comme Hipolito Raposo explica: '[...] nós não professamos a legitimidade da pessoa do Rei, proclamamos a legitimidade do interesse nacional. Numa palavra, somos nacionalistas antes de sermos monárquicos, e somos monárquicos porque só pela Monarquia podemos servir a Nação.’” [“Por isso, realizaram a cisão dinástica (19 de outubro de 1919) – romperam obediência em torno de D. Manuel II e iniciaram um período, nomeado por eles mesmos, de *interregnum*, que se manteve até as negociações com o *Partido Legitimista* e com a linha miguelista da dinastia dos Bragança, em 2 de setembro do ano seguinte (...). Não se tratava de uma fusão com os legitimistas em sentido literal. Os integralistas sempre desejaram acentuar que havia uma diferença que mesmo se “entre nós e a Tradição existia na verdade um pensamento idêntico de aspiração nacional”, como Hipólito Raposo explica: “[...] nós não professamos a legitimidade da pessoa do Rei, proclamamos a legitimidade do interesse nacional. Numa palavra, somos nacionalistas antes de sermos monárquicos, e somos monárquicos porque só pela Monarquia podemos servir a Nação.’”(Tradução minha)] VRBATA, Ales Tenório Luna. *op.cit.* p. 43.

“Dizem-se constitucionais as monarquias hodiernas. Porque comportam consigo um princípio contrário à sua índole, terminam sempre numa balbúrdia inglória da rua, depois da insignificância de uma meia dúzia de tiros.”

Além dos pontos levantados (a corrupção do poder; o individualismo da sociedade; a fragilização do governo através da prática do sufrágio, seja ele parcial ou universal, tornando os governantes dependentes do povo), a questão religiosa possui peso fundamental contra o liberalismo. A partir da mitologia integralista da primeira fase do movimento, há a narrativa em torno do Portugal medieval, onde são predominantes as imagens do reino pacífico, pacato e próspero, tomado pelo equilíbrio entre a monarquia, as côrtes, os municípios e as corporações. (BARREIRAS, 1983: 1421; CARDOSO, 1983: 1406). É neste “passado utópico” onde o nacionalismo integralista se encontraria com a religiosidade.

Este contato é evidenciado nas palavras de Hipólito Raposo, destacando a vocação de Portugal para a monarquia e ao catolicismo: “Portugal baptizado em Cristo, ao nascer, nunca foi reu de pecado colectivo de heresia, mantendo até hoje nas almas, por sabedoria e virtude dos Reis e do Clero, a unidade da fé católica.” (RAPOSO, 1929: 95). Outra forma de fazer oposição ao liberalismo, através da religiosidade é encontrada nas palavras de Sardinha. Delegando à Revolução do Porto (1820) o papel de algoz contra a Igreja (diante da separação entre Igreja e Estado presente na nova Constituição) e da Monarquia (pela adoção da Coroa ao formato constitucional, descentralizando da figura do rei os poderes outrora a ele concedidos), Sardinha defende a união entre as partes ofendidas: “Monarquia e Igreja sofreram ambas o contágio funesto da Revolução. Sua vítima e sua prisioneira, tão depressa a primeira capitulou, logo a segunda se viu invadida por uma turba de ambiciosos sem consciência. Há aqui uma identidade entre as duas instituições.” (SARDINHA, 1978: 169).

Outro ponto de ataques ao liberalismo estava concentrado na descentralização política, encontrada no parlamentarismo e no sufrágio visto na democracia, em contraposição à nomeação direta pelo rei no regime monárquico. Em *Dois Nacionalismos* Hipólito Raposo torna visível esta oposição ao liberalismo, oferecendo como alternativa o regime corporativo, na forma da Família e das Oficinas. Ao compreender a democracia como luta entre partidos políticos, oferece a hierarquia como modo de ordenar os anseios político-sociais.

Ao individualismo abstrato e eleitoral que fazia da nação um ajuntamento de indivíduos, na constante guerra civil dos partidos, vinhamos nós opôr os grupos humanos e naturais da Família, da Freguesia, da Oficina, da Escola, da Província que as constituições da Monarquia e da República tinham ignorado. À ideia de igualdade humana, *essencialmente injusta e anárquica*, contrapunhamos a ideia de

Portanto, visando a organização administrativa descentralizada, mas sob concentração política nas mãos do Rei, a organização estatal procurada pelo movimento torna-se clara. Buscavam a aproximação com o modelo político adotado no período feudal pensado no IL. Visando o modelo corporativo e municipalista; arraigado à propriedade agrária e avesso à industrialização; compreendendo a família como matriz da sociedade, há a eleição da Monarquia orgânica como o objetivo a ser alcançado pelo IL. Tal Estado, constituído por “(...) concelhos na forma comunal e ruralista, formavam pequenos estados, agregados orgânicos dos interesses das famílias, células vivas de uma nação preexistente.” (RAPOSO, 1929: 87) consolidaria a utopia sonhada pelo Integralismo Lusitano.

Portanto, este modelo aponta para um projeto de Estado anti-cosmopolita, municipalista e acima de tudo corporativo, visando restaurar uma experiência monárquica medieval idealizada pelos integralistas. “*Nuevo Estado en la pátria vieja! Estado orgánico en la sociedad organizada, o mejor todavía: estado antiparlamentario y descentralizado, tan fuerte y unitário en lo político propiamente dicho como **descongestionado y simplificado en lo económico y administrativo.***” (SARDINHA, 1930: 323 – negrito do original).

Considerações Finais

Ainda que seja indubitável a forte influência da *AF*, ênfase à presença maurrasiana, no interior do IL, os teóricos do movimento português se esforçaram para tentar se desvencilhar do estigma de cópia. Uma das estratégias elaborados pelos teóricos do integralismo foi remeter aos autores portugueses dos séculos passados conteúdos dos quais o movimento era criticado de plagiar a *AF*. A defesa do IL a tais ataques é fartamente encontrada nas obras de seus formadores. Hipólito Raposo, em *Dois Nacionalismos*, cita trechos de carta em resposta ao periódico *O Dia* de 23 de Março de 1915 (RAPOSO, 1929: 101-102):

As doutrinas do *Integralismo Lusitano* não as inventámos, nem importámos da França, por que elas não se filiam nem precisam de inspirar-se nas ideias políticas da *Action Française*, agora muito em voga em bocas de meninos que deram a volta do *boulevard*. São antes um património histórico-político de bons portugueses, os grandes tratadistas da primeira metade do século passado, que o delírio da vitória liberalista condenou a um esquecimento ingrato.

Contudo, a influência maurrasiana se fez sentir, e foi acusada pelos próprios integrantes. Manuel Braga da Cruz faz esta constatação: “O que os integralistas recolheram do marrasianismo foi, no dizer do próprio Sardinha, 'um método – uma sistematização – não um corpo integral de doutrinas.’” (CRUZ, 1982: 150). Houve mesmo o contato de alguns participante do Integralismo Lusitano – acusado pelo próprio Hipólito Raposo³¹³ - com a *AF*, fazendo das tentativas de seus integrantes em negarem proximidade e semelhança teórica, um esforço gratuito.

São divisores comuns entre *AF* e *IL* a rejeição do liberalismo; assim como o desenho das utopias – ambas calcadas no passado medieval idealizado por seus integrantes; a proposta de organização política fixada no municipalismo e no Monarquismo orgânico; entre outras semelhanças. Portanto, comprovadas tais consonâncias teóricas sem muitas dificuldades, considera-se tarefa igualmente frívola insistir nestas comparações. O objetivo deste artigo foi visualizar quais eram os contextos internos de cada país, para buscar compreender as alternativas coincidentes entre *AF* e *IL*, ao proporem projetos políticos visando sanar as crises internas que assolavam França e Portugal.

Uma resposta parcial pode ser encontrada na ascensão dos regimes liberais ao longo do continente europeu, derrubando monarquias nacionais, ou impondo-lhes a abertura à participação política de novos atores sociais. Este movimento provocou descontentamento dos setores aristocráticos, até então acomodados naquele sistema de governo. Desta maneira, tais elites foram forçadas a uma contra-ofensiva. Sternhell observa estes choques da seguinte forma: “A crise do liberalismo, crise de adaptação à sociedade de massas e à política de massas, é realmente um fenómeno geral na Europa.” (STERNHELL, 1999: 18).

Neste artigo, portanto, acredita-se ser razoável a tese de que embora *l'Action Française* fosse o primeiro grande movimento a canalizar as insatisfações políticas e sociais conservadoras e aristocráticas, convertendo-as em uma teoria, estes ingredientes estavam presentes em toda a Europa de maneira mais ou menos generalizada. Desta forma, a *AF* foi a pioneira em forjar uma cultura política reacionária ao contexto liberal, codificando e unindo mitos, símbolos, rituais entre outras referências que fizessem sentido e mobilizassem indivíduos provenientes de estratos sociais privilegiados.

³¹³ “Enquanto nós assim iamso trabalhando em Portugal, concertando planos definidos, José Pequito Rebelo, sem de nós nada saber, chegava a Paris e por intermedio de alguns rapazes, (...), conhecia ali o grande movimetno contra revolucionário da *Action Française*.” RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Fraçaise e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Livraria Ferin, 1929. p. 38.

Mas atribuir à *l'Action Française* o monopólio destas ferramentas que levaram-na a constituir-se como grupo ideológico organizado não é uma das vias mais acertadas. Por compreender as *culturas políticas* como formadas, entre outros vetores, pela experiência ou *práxis coletiva* dos grupos sociais³¹⁴, foi objetivo deste artigo demonstrar as similaridades entre os dois contextos políticos de França e Portugal, que levaram à *AF* e ao *IL* produzirem alternativas semelhantes, mas não iguais, para saírem da crise de identidade nacional que assolava seus respectivos países. Isto não implica na rejeição das apropriações. Elas foram feitas pelo *IL* à *AF* e são indubitáveis, sendo tolice dizer o contrário. Todavia, não foram realizadas de maneira aleatória ou gratuita, como cópias. Foram sim requisitadas para atender às demandas existentes, tanto em Portugal quanto na França.

Referências bibliográficas

ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Versão digital da edição de 1943 das “Edições Gama.” p. 119. Disponível em: www.causanacional.net. Acesso em 16 mar. 2011.

BARREIRA, Cecília. *Três nótuas sobre o integralismo lusitano* (evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da “Nação Portuguesa”, - 1914-1926). in. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º (p. 1421-1429).

BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. in. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean François (dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa, 1998. p. 349-363.

BIRNBAUM, Pierre. O Fim da França: o judeu perversor no paradigma de Drumont. in. STERNHELL, Zeev (org.). *O Eterno Retorno: contra a democracia – a ideologia da decadência*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999.

CARDOSO, Miguel Esteves. *Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano*. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1982 – 3º-4º-5º (1399-1408).

³¹⁴*La culture politique consiste alors dans des activités de cadrage (framing activities): elle est envisagée comme une pratique collective, dans des contextes d'interactions entre individus, entre réseaux et entre organisations, recourant à des répertoires d'identification, de narration et argumentation, à des réserves de savoir ou à des gisements d'expériences.* [“A cultura política consiste então nas atividades de enquadramento (*framing activities*): ela é vista como uma prática coletiva, inserida nos contextos de interações entre indivíduos, entre redes e organizações, recorrendo aos repertórios de identificação, de narração e de argumentação, às reservas de saber ou às conservações de experiências.”] (Tradução minha) CEFAÏ, Daniel. *Expérience, Culture et Politique* (p. 93-116). in CEFAÏ, Daniel (dir.). *Cultures Politiques*. Paris: Presses Universitaire de France, 2001. p. 98. (Grifo do original).

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

CEFAÏ, Daniel. *Expérience, Culture et Politique*. in CEFAÏ, Daniel (dir.). *Cultures Politiques*. Paris: Presses Universitaire de France, 2001. p. 93-116.

CRUZ, Manuel Braga da. *O integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo*. Lisboa: Revista Análise Social. Vol. XVIII, 1982 (p. 137-182). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223399539G6uXJ0ze0Sv59SR4.pdf>. Acesso em: 19. nov. 2010.

MAURRAS, Charles. *Devant l'Ennemi: Les Conditions de la Victoire – Ministère et Parlement – de Septembre a fin Décembre 1915*. Nouvelle Libraire Nationale, 1916.

_____. *Quand les Français ne s'aiment pas: chronique d'uno renaissance – 1895-1905*. 2 ed. Nouvelle Libraire Nationale, 1916 a.

_____. *Le Pape, la Guerre et la Paix*. Paris: Nouvelle Libraire Nationale, 1917.

MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10 ed. Paris: Nouvelle Libraire Nationale, 1925.

_____. *Les Conditions de la Victoire:La France se sauve elle-même – de Juillet a mi Novembre 1914*. Nouvelle Libraire Nationale, 1926.

PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____. “Caos e Ordem”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 39-54.

RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Livraria Ferin, 1929.

SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular*. Traducción del Marqués de Quintamar – Conde de Santibañez del Rio. Madrid: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, 1930.

SARDINHA, Antônio. *Ao Ritmo da Ampulheta*. 2ª ed. Lisboa: qp, 1978.

STERNHELL, Zeev. Introdução. in. STERNHELL, Zeev (org.). *O Eterno Retorno: contra a democracia – a ideologia da decadência*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999. p. 9-40

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

VRBATA, Ales Tenório Luna. *La Philosophie Maurrasienne et les Modalités du Fascisme au Portugal*. in. Kias Paper; Cabinet of Ibero-american Studies: Faculty of Humanities: University Hradec Králové, 2006. p.21-57.

Os Protocolos e Rituais da AIB de 1937: um manual do homem integral.

Pedro Ivo Tanagino

Resumo: A intenção do presente trabalho é analisar o conceito de Homem Integral, um dos principais símbolos da Ação Integralista Brasileira (AIB), a partir dos textos de Plínio Salgado. Buscamos com isso elaborar esse conceito a partir da compreensão de como se realizava, então, a vida de um homem integralista nas suas sociabilidades cotidianas, nos costumes, protocolos, rituais, usos e rotinas que enquadravam as estruturas de interação nesse grupo institucionalizado e organizado para a ação coletiva de atores ligados pela mesma noção de culturas políticas. Existe um documento de regulamentações e normas internas da AIB que nos transmite um registro, ou, uma impressão marcada pelo universalismo e ubiquidade das normas institucionais, daquelas experiências vividas, o qual utilizaremos como fonte privilegiada, os *Protocolos e Rituais da AIB*, de 1937.

Palavras-chave: Plínio Salgado. Integralismo. Autoritarismo. Culturas Políticas.

Abstract: This work intends to analyses the Integral Man's concept, one of principal symbols in the Brazilian Integralist Action (AIB), thereby Plinio Salgado texts. The aim is to elaborate this concept in comprehension of how used to be realized the life of a integralist man in his day by day sociability, manners, protocols, rituals, usages and routines framing his structures of interaction in such a group, organized and institutionalized for collective action of actors sharing the same notion of political cultures. There is an normative abridgement which delivers registers with impressions of universalism and ubiquity on AIB's institutional rules of that experiences lived, and we use as our main source, it is the *Protocolos e Rituais da AIB*, 1937.

Keywords: Plinio Salgado. Integralism. Authoritarianism. Polical Cultures.

Quando lemos os textos de doutrinação política escritos por Plínio Salgado, entre os anos de 1932 e 1937, salta aos olhos do historiador a relevância de uma expressão em particular. Quando o leitor observa que sua repetição acontece tantas vezes, não por acaso ou por estilo do autor, sente-se que a expressão encerra em si um conteúdo semântico político tão

generalizante quanto polissêmico, o que conforme o critério da história conceitual de Reinhart Koselleck (2006), a torna um *conceito* de crucial importância nos estudos que versam sobre o integralismo. Este conceito é o de “Homem Integral”, termo que ultrapassa uma simples objetivação literal que signifique “ser integralista”, que por antonomásia se tornou um coletivo singular na narrativa de Plínio Salgado, e cujo sentido de ser e de comunidade foram expressos pelas mitologias políticas integralistas. Estas mitologias concentravam no conceito também o significado de uma enorme expectativa para o futuro, cuja universalidade pretendida pelo autor extrapolava os limites do partido e se projetava a toda à humanidade.

O raio da nova era prognosticada por Salgado, extrairia sua luz da energia de homens educados na nova cultura ensinada pelo integralismo. Homens que haviam de passar primeiro pela revolução interior, antes de se tornarem verdadeiros homens dos novos tempos: aptos, virtuosos e puros; o Homem renascido que parteja a nova Idade de Ouro. O Homem Integral é um Homem que ainda não veio a ser, mas existe em potencial dentro de cada ser humano. Enquanto símbolo de uma cultura política inspira à perfectibilidade do ser humano em harmonia com sua natureza dual: espiritual e material, mas acima de tudo, é símbolo de apelo à vitória e predominância da primeira sobre a segunda, por meio da disciplina, obediência, hierarquia e autoridade. O conceito em questão impõe-se nos textos como síntese do *Volksgeist* nacional, e único paradigma pelo qual se constituiria o Estado-nação brasileiro, uma realidade ainda inacabada na concepção de Salgado.

O processo de institucionalização da Ação Integralista Brasileira teve o objetivo de transmitir de forma normatizada a educação do Homem Integral, através de uma imprensa própria, de protocolos e rituais oficiais que normatizavam práticas e representações simbólicas que significavam a reafirmação contínua desse conceito o qual traduzia uma cultura política para seus praticantes de forma sempre atualizada. Desde a infância até o além-mundo, o integralista permanecia na liturgia integralista.

O livreto *Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira*³¹⁵ surgiu originalmente publicado como um regulamento no periódico *Monitor Integralista*, no 18, em abril de 1937. Conforme o que é exposto no Capítulo I, esse volume tinha por fim “codificar os dispositivos gerais e mais importantes de seus regulamentos e estabelecer normas, fórmulas e usos que regulem os atos públicos e cerimoniais integralistas e bem assim fixar honras, regalias, e

³¹⁵Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira. *Monitor Integralista*, no 18. Edição do Núcleo municipal de Niterói, abril de 1937.

direitos e deveres relativos a todas as autoridades do Sigma”³¹⁶. A informação contida naquele compêndio era de fato vital para a AIB, sendo obrigado a todas as autoridades integralistas “conhecer, cumprir e fazer cumprir os Protocolos e Rituais em todos os seus pormenores”, assim como discrimina a função do novo cargo de Chefe de Protocolos e Rituais.

De acordo com Hélió Trindade, o tipo de estrutura organizativa desenvolvida pelo integralismo superou a função meramente instrumental de enquadramento autoritário, a AIB incorporou uma nova dimensão de nível de organização que o autor classifica como uma “pré-figuração do Estado Integral”, entre 1932 e 1936, quando se configurou a organização burocrático-totalitária da AIB, revelando uma experimentação após 1936 do modelo pré-estatal, em escala reduzida, do Estado Integral. Segundo o autor, a burocracia organizada através dos órgãos, funções, papéis, comportamentos previstos pelos protocolos e rituais; assim como as relações rígidas entre os órgãos de enquadramento disciplinado dos militantes, da Juventude Integralista até a Milícia, incluindo a hierarquia autoritária, conformam a tendência totalitária do movimento (TRINDADE, 1979: 161-175). Essa opinião é compartilhada por outros autores do tema, como Rosa Maria Feiteiro Cavallari (1999), Ricardo Benzaquen de Araújo (1988) e Gilberto Felisberto Vasconcellos (1978).

No Capítulo II dos *Protocolos e Rituais*, que trata “Do Movimento e sua Direção”, é reiterada a condição de associação civil e partido político definida na segunda versão dos *Estatutos da Ação Integralista Brasileira*³¹⁷, de 1935. Os objetivos apontados são: assegurar o culto de Deus Pátria e Família, a Unidade Nacional, o princípio da Ordem e da Autoridade, o prestígio do Brasil no Exterior, Justiça Social, paz entre as famílias, economia controlada, “liberdade” submetida à Ordem e à “harmonia social”, a grandeza e prestígio das forças armadas, e finalmente, a união de todos os brasileiros (SALGADO, 1937: 5-6). A realização de todas essas aspirações era tarefa destinada ao ocupante do cargo mais alto na hierarquia da AIB, o “Chefe Nacional”³¹⁸.

Parte integrante do processo de centralização da decisão política pelo qual transitava a AIB desde 1934, e com maior vigor a partir de 1936, o artigo 11 é bem ilustrativo, e define o

³¹⁶ SALGADO, Plínio. *Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira*, 1937.

³¹⁷ *Estatutos da Ação Integralista Brasileira de 1935*. In: *O Integralismo Perante a Nação*. In: *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955, Vol. 9.

³¹⁸ O Chefe Nacional dispunha do auxílio do Supremo Conselho Integralista, da Câmara dos Quarenta e demais secretarias. Segundo o artigo 10 do presente regulamento, “Plínio Salgado é o Chefe Nacional em caráter perpétuo da AIB, com plenos poderes deliberativos” conforme decisão em eleições unânimes na primeira e na segunda realização do Congresso Integralista Brasileiro, em 1934 e 1935, confirmada pelas Cortes do Sigma em 15 de outubro de 1936, no Rio de Janeiro (também por unanimidade). *Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira*, 1937, p. 6.

Chefe Nacional como “a síntese dos anseios de todos os integralistas, o intérprete e o defensor supremo da Doutrina do Sigma; mais que uma pessoa é uma ideia”. Consequentemente, para os integralistas a pessoa do Chefe é intangível; é proibido, sob pena de exclusão, comentar os atos do Chefe Nacional; e é vedado aos integralistas interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto, relativo ao exercício de suas funções, assim como dar opinião sem haver para isso a necessária solicitação³¹⁹. Nos *Protocolos e Rituais* cada padrão comportamental previsto vem com uma carga de solenidade e responsabilidade muito forte, sugerindo ao militante que a sua falha pessoal no procedimento dos protocolos e rituais poderia comprometer o sucesso do movimento, e com isso, desapontar o Chefe Nacional, o símbolo mítico do “Salvador” compartilhado por muitos membros da AIB.

Pretendemos elucidar a elaboração das representações sociais do poder organizadas em sistemas simbólicos na AIB, com a contribuição dos estudos de Denis-Constant Martin (2001: 117-134) sobre as “Práticas culturais e organizações simbólicas do político”, que também é orientado pela noção de culturas políticas. Segundo o autor, é no nível dos sistemas simbólicos e das representações sociais, que se realiza a articulação entre cultura e política. Nessa perspectiva, as organizações simbólicas, representações sociais e práticas culturais são dotadas de cargas afetivas que lhes atribuem maior poder nas lutas políticas. Nas próximas páginas, abordaremos as lógicas de ação e situação que envolviam os atores aproximados por laços afetivos de uma mesma cultura política, através da constituição formal dos símbolos e representações dos *Protocolos e Rituais da AIB* compartilhados em uma experiência de sociabilidade singular onde interagiam os membros do movimento.

Logo ao nascer, o “Homem novo do Brasil” era inserido em uma lógica social, na qual todas as etapas da vida do cidadão são intermediadas pela ação tutelar da comunidade, representada no integralismo pela AIB. Os “Batizados” integralistas só poderiam ser realizados em templos cristãos, o integralista que desejasse batizar seu filho no ritual do Sigma, deveria comunicá-lo ao chefe do seu núcleo, quem daria curso à solenidade. Os pais e padrinhos deveriam comparecer ao templo trajando a camisa-verde. Durante a cerimônia, os plinianos do núcleo, uniformizados e em formação, se reuniam em torno da pia batismal, enquanto dois deles mantinham aberta a bandeira do Sigma. No momento em que a criança recebia o sacramento do sacerdote, todos os plinianos e integralistas presentes erguiam o braço, em silêncio. Em seguida, a criança era envolvida na bandeira do Sigma, e

³¹⁹ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 6-7.

apresentada pelo pai ou padrinho à toda a comunidade: “Companheiros!... F... (nome da criança), recebeu o primeiro sacramento da Fé Cristã, sob a égide do Sigma. Ao futuro pliniano, o seu primeiro Anauê!”, Os presentes responderão: “Anauê!”. Ao fim da cerimônia, os plinianos formavam uma ala, de braços erguidos na saudação formal, por onde os integralistas saíam do templo³²⁰.

Assim que possuísse forças para marchar, a criança era integrada às fileiras da juventude integralista, os “Plinianos”. Dos 4 aos 6 anos inscreviam-se na categoria dos “infantes”; de 6 a 9 anos, nos “currupiras”; de 10 a 12 anos, no grupo dos “vanguardeiros”; e de 13 a 15 anos, tornavam-se “pioneiros” (TRINDADE, 1979: 191). Segundo Trindade, o método “integral” de socialização ideológica das crianças era dirigido de forma autoritária. A instrução oferecida aos pequenos “infantes” visava à construção da personalidade e do sentimento cívico, da educação física e intelectual, estimulando as atividades de cunho paramilitar e o escotismo. Ao ingressar em sua vida de serviços aos Sigma, o jovem “currupira” afirmava um solene compromisso:

“Prometo ser um soldadinho de Deus, da Pátria e da Família; prometo ser obediente a meus pais, a meus mestres e a meus chefes; prometo ser amigo de meus irmãos, colegas e companheiros, prestando-lhes serviços, defendendo-os e mandado-os; prometo ser aplicado nos estudos para tornar-me útil a Deus, à Pátria e à Família; prometo cumprir o regulamento dos plinianos”³²¹.

Quando se tornava “vanguardeiro”, o pliniano prestava juramento à bandeira Nacional

— “Bandeira da minha Pátria: Prometo servir ao Brasil na hora da alegria e na hora do sofrimento, - no dia da glória - e no dia do sacrifício. - Prometo respeitar - a liberdade - a justiça - e a lei - Prometo defender - na sua pureza - o legado moral - e na sua integridade, - o patrimônio territorial - que recebi dos meus antepassados. - Salve Bandeira do Brasil!”³²².

Após dois meses de experiência, o pliniano deveria fazer o juramento dos milicianos à bandeira do Sigma e ao Chefe Nacional. A partir de então, o jovem ingressava na vida adulta, redefinindo seu papel social entre os seus, ultrapassando a etapa programada para receber da

³²⁰ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira. *Monitor Integralista*, no 18. Edição do Núcleo municipal de Niterói, abril de 1937, p. 45.

³²¹ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira. *Monitor Integralista*, no 18. Edição do Núcleo municipal de Niterói, abril de 1937, p. 44.

³²² Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira. *Monitor Integralista*, no 18. Edição do Núcleo municipal de Niterói, abril de 1937, p. 43.

instituição, AIB, a versão pretensamente definitiva de seu papel e identidade na coletividade em que vive, a partir de então, como “camisa-verde”.

A Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP), também era responsável por desenvolver atividades exclusivas para as mulheres, que aprendiam puericultura, datilografia, economia doméstica, boas maneiras, além de serem alfabetizadas. Aliás, a alfabetização foi uma campanha importante encampada pela AIB, que através de sua Secretaria Nacional de Assistência Social, ajudava a transformar os cidadãos, mesmo e principalmente não-integralistas, em eleitores. Esse tipo de público também era assistido pela abertura de escolas integralistas, ambulatórios da “Cruz Verde”, lactários e “sopa dos pobres”.

O Departamento da Milícia³²³, transformado em Secretaria de Educação (moral, cívica e física) após a Lei de Segurança Nacional e dos *Estatutos da AIB* de 1935, impunha uma estrutura paramilitar à AIB, que foi organizada pelo capitão Olympio Mourão Filho, inspirado nos moldes do exército. A Milícia se subdividia em “comando” e “tropa”, e sua direção suprema pertencia ao Chefe Nacional, seguido do Secretario Nacional do Departamento da Milícia, Gustavo Barroso, pela Tropa de Proteção e pelo Chefe do Estado-maior, Mourão Filho. (TRINDADE, 1979: 178).

A “tropa” organizava-se em três categorias: militante de primeira linha; militante de segunda linha; e a juventude. A hierarquia da Milícia era subdivida em três escalões: graduados (subdecurião, decurião e submonitor), e oficiais (monitor, bandeirante e mestre-de-campo). A estrutura da Milícia, até 1935, possuía as seguintes unidades: a decúria (formada por 10 militantes sob o comando de um decurião); o terço (três decúrias sob o comando de um monitor); a bandeira (quatro terços comandados por um bandeirante); e finalmente, a legião, formada por quatro bandeiras, sob o comando de um mestre-de-campo. (TRINDADE, 1979: 179). A seguir, veremos o ideal miliciano na letra da Marcha da Milícia:

Brasileiros, marchemos, marchemos!
Não se vence temendo o perigo!
Os traidores da Pátria esmagaremos!
Enfrentemos os vis inimigos!

Companheiros de todo o Brasil
Anauê! Anauê! Seja o grito
E o soldado de peito viril

³²³ Segundo Trindade, a Milícia se organiza em quatro seções: a primeira seção ocupa-se da correspondência, controle da organização (estatística, efetivo, disciplina e justiça, inquéritos e promoções); a segunda seção, do serviço de informações; a terceira seção, da instrução militar e elaboração dos planos de operações militares; e a quarta seção, do setor de material e serviços. (TRINDADE, 1979: 179).

Tenha o braço de ferro e granito
Na defesa da Pátria e de Deus
A enfrentar as batalhas estoico
E na guarda da terra dos seus,
Seja bravo, integral, forte e heroico (TRINDADE, 1979: 198).

No Capítulo X dos *Protocolos e Rituais*, “Ritos e Cerimônias Especiais”, o protocolo de “inscrição” simbolizava a entrada do indivíduo para a “Grande família” do integralismo. Todo aspirante a camisa-verde deveria ser apresentado por um integralista que fosse notoriamente idôneo. Uma vez feita a apresentação do “neófito”, este preencherá todos os formulários para então responder à pergunta da autoridade competente que preside o protocolo; “Já pensou maduramente na responsabilidade que vai assumir?” caso a resposta seja afirmativa, prossegue “Considero-o inscrito; deverá, porém, esperar noventa dias para prestar juramento, em homenagem ao Chefe Nacional que o esperou desde 7 de outubro de 1932”, contudo, essa espera poderia ser mitigada pela autoridade que o admite, dizendo “Dispensei-o do estágio; deverá, porém, esperar cinco minutos, para prestar o juramento, em homenagem ao Chefe nacional, que o esperou desde 7 de outubro de 1932”³²⁴ Em seguida, dava-se procedimento ao ritual de “juramento”, momento importante na afirmação simbólica do compromisso, do qual estavam dispensados somente os militares:

O ato do juramento, que terá lugar na sala de sessões, em frente ao retrato do Chefe Nacional, e na presença de, pelo menos, dez integralistas; realiza-se da seguinte forma: O Chefe Provincial, Municipal ou Distrital, ou a autoridade que o represente, mandará o novo integralista erguer o braço direito verticalmente e pronunciar as seguintes palavras: - “Juro por Deus e pela minha honra trabalhar pela Ação integralista Brasileira, executando, sem discutir, as ordens do Chefe Nacional e dos meus superiores”. - A autoridade, então, dirá: - “Integralistas! Mais um brasileiro entrou para as fileiras dos “camisas-verdes”. Em nome do Chefe Nacional o recebo e convido os presentes a saudá-lo, segundo o nosso rito. (Elevando a voz): Ao nosso novo companheiro, - Anauê! Os presentes responderão: - “Anauê!”³²⁵

Os rituais de “exclusão” eram detalhadamente encenados, e constituíam uma representação cujo significado mortificante descaracterizava de humanidade o castigado, condição temida em praticamente qualquer grupo ou comunidade. Fosse por insubordinação, indisciplina, ou degradação social, somente o Chefe Nacional poderia outorgar tal decisão e no caso de pedido de afastamento por parte do militante, então tal ritual se tornava ainda mais degradante para o membro excluído. Após a aprovação do desligamento do membro pelo Chefe Nacional e envio da decisão ao núcleo pertinente, realizava-se o ritual de expulsão: A

³²⁴ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 40.

³²⁵ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 42.

autoridade local reunirá, na sala principal da sede, no mínimo vinte integralistas, e pronunciará as seguintes palavras: - “Integralistas!... Nosso companheiro F... é morto, ele faltou à sua fé e à sua palavra de honra!” - Os presentes responderão: “Seja esquecido!” em seguida, sua ficha, cujos dizeres deverão ser transcritos no livro de exclusões, deverá ser queimada na presença de todos”.³²⁶

Os “Casamentos” também eram eventos importantes, e assim como os batizados, uniam o rito tradicional cristão ao protocolo complementar da AIB. No ato civil, que poderia ser realizado no núcleo integralista. A noiva usaria a blusa-verde, no templo poderia seguir a tradição do vestido branco, o noivo sempre deveria fardar o verde, assim como todos os convidados que sejam membros da AIB, “revestindo-se de todas as insígnias a que tiverem direito”. No ato solene, A bandeira Nacional e do Sigma deviam ser colocadas em local de destaque, simbolizando o altar da Pátria, então, camisas-verdes à esquerda e blusas-verdes à direita, ao longo da nave até ao altar-mor, formavam uma ala entre a qual passavam os noivos. Plinianos poderiam empunhar galhardetes com as cores do Brasil e do Sigma, os membros da família, amigos não integralistas e altas autoridades deveriam se situar na capela-mor. Ao fim da cerimônia de casamento, a maior autoridade ali presente dizia:

Integralistas! Nossos companheiros F. e F. Acabaram de se unir perante a bandeira da Pátria, assumindo em face da Nação Brasileira as responsabilidades que tornam o matrimônio, não um ato egoístico do interesse de cada um, mas um ato público de interesse da Posteridade, da qual se tornam perpétuos servidores. Pela felicidade do novo casal, ergamos a saudação ritual em nome do C. Nacional. Aos nossos companheiros F. e F., três Anauês! Todos os presentes repetirão três vezes o Anauê.
³²⁷

Os *Protocolos e Rituais* também determinam datas e festas integralistas, sendo as três principais celebrações: *A Vigília da Nação*; que comemora o primeiro Congresso Integralista Brasileiro de Vitória em 1934, *A Noite dos Tambores Silenciosos*; que representa ao mesmo tempo a celebração do lançamento do *Manifesto de Outubro de 1932*, e uma grave lamentação pela extinção da Milícia após a Lei de Segurança Nacional em 1935, e *As Matinas de Abril*, que relembra o primeiro desfile cívico dos camisas-verdes, em 23 de abril de 1933.

As “Bandeiras” eram grupos constituídos de integralistas com qualidades de oratória, dentre os quais, um era nomeado “Chefe da Bandeira”, responsável por sua condução e eficiência, acompanhado pelo tesoureiro. As Bandeiras destinavam-se a percorrer as cidades

³²⁶ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 44.

³²⁷ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937. p. 46.

do país empreendendo a propaganda doutrinária, fundação de núcleos e escolas, qualificação e campanha eleitoral. O “Trem-Verde” eram os comboios de estrada de ferro utilizado exclusivamente para o transporte coletivo de integralistas, se possível, levavam desfraldada no limpa-trilhos uma bandeira do Sigma, e na parte externa dos carros as cores azul e branco e dizeres alusivos ao motivo da viagem. Durante a excursão, haviam hinos e protocolos que tornavam a viagem um evento agitadoíssimo, causando a mobilização de integralistas em cada estação que passavam, para saudá-los.³²⁸

Segundo Martin, as organizações simbólicas fornecem os temas e códigos simbólicos que conformam as representações políticas, em torno das quais são organizadas as representações sociais concernentes ao poder e à autoridade (MARTIN, 2001: 130). A partir dessa perspectiva, propomos uma leitura dos símbolos e representações contidos no presente regulamento, com a intenção de perguntar a estas fontes o que elas têm a dizer sobre o enquadramento das gramáticas da vida pública (CEFAÏ, 2001: 94) na AIB, falando sobre relações de poder em uma cultura política que entendemos ser autoritária.

No Capítulo III, “Dos Símbolos”, encontramos a relação de significados em torno do *Sigma* (Σ), que sintetiza o espírito que se quer dar ao movimento. A letra grega correspondente ao “S”, indica o *Somatório* das Matemáticas. Leibniz³²⁹ escolheu-a para indicar a soma dos números finitamente pequenos, imagem utilizada em analogia aos próprios membros da AIB. Seria a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicavam o “Salvador” - *Soter* - , base do lema e pressuposto fundamental do imaginário integralista. E ainda, é o nome da Estrela Polar do hemisfério sul, mais um apelo da natividade do movimento. É a “suprema expressão da Nacionalidade”.

A camisa verde³³⁰ era entendida como um elemento de supressão de quaisquer diferenças, seja de raça, ou de classe, agrupando todos os membros num bloco ordenado,

³²⁸ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 63.

³²⁹ Leibniz (1646-1716). Tinha por projeto unir Filosofia e Matemática. Vai ao encontro aos pensadores do séc. XVII quando afirma a sua concepção dinâmica dos corpos e rejeita o mecanicismo newtoniano. O universo seria formado por unidades de força – as Mônadas – e estas teriam sido primordialmente reguladas por Deus, que as teria feito e dado corda, tal como a um relógio, porém o destino de cada mônada, ou seja, de cada unidade de força que compõe o universo, foi pré-determinado por Deus, segundo esta teoria. BONNEAU. Cristiano. Heidegger e Leibniz: a abertura do conceito de Mônada. *Cadernos Espinosanos: estudos sobre o século XXI*, São Paulo, n.21, 2009, p.130-139.

³³⁰ É preciso notar a indicação feita nos *Protocolos* para o uso de tecido de fabricação nacional para a confecção da camisa. Os uniformes também diferiam entre os homens, denominados “camisas-verdes”, as mulheres, “blusas-verdes”, e os jovens plinianos, e a regulação dos usos e distribuição das “insignias” também segue essa diferenciação. Era obrigatória ao integralista a posse de ao menos uma camisa verde, pronta para ser vestida a qualquer momento. Falta disciplinar grave ao membro que, vestindo a camisa símbolo “sagrado” do movimento, consumir álcool, dançar, jogar ou mesmo apresentá-la em desalinho. Também era proibido usá-la na semana do

integral, símbolo da sociedade orgânica, homogênea, de forma que um organismo não poderia entrar em conflito consigo mesmo, senão, estaria fadado à ruína. Sendo assim, a camisa-verde também suprimia as individualidades e ainda mais, no sentido da “soma dos finitamente pequenos”, corporificava a impotência do individualista; sob o Estado Integral, e somente na organização das corporações, poderia combater o inimigo externo, o cosmopolitismo, o diferente, aquele que não veste a camisa verde. E como ápice dessa estrutura de organização que Héglio Trindade classificou como “pré-estatal”, apresentavam-se os apoteóticos desfiles dos camisas-verdes, que representavam a sociedade coesa e organizada proposta pelo integralismo, reproduzindo em suas festas cívicas a estrutura hierárquica firmada na autoridade e disciplina, as quais almejavam se implantar com o Estado Integral.

O *Anauê!* Seria uma palavra de origem Tupi, que era utilizada como saudação e grito de guerra, e representava outro caráter da identidade dos camisas-verdes, e vinha acompanhado do movimento do braço estendido no ar. Sua tradução gira em torno de “eis-me aqui!” ou “você é meu parente”, como nota Salgado, e seu emprego era amiúde normatizado, sendo exclamado em voz natural, se a saudação for individual e “com voz forte, clara e decidida, quando for coletiva”³³¹, evocando, mais uma vez, a supremacia da coletividade frente à individualidade. Sozinho, motivado por convicções individualistas, o homem não representa nada de valor, de finalidade, mas quando na coletividade do integralismo, “Grande Família dos camisas-verdes e um movimento Nacionalista, de sentido heroico”³³² ele se torna parte de um *todo* poderoso. *Anauê* foi a palavra consagrada em louvor do Sigma, simbolizava o partido e sua força que emana do Chefe, o intérprete “iluminado” da “ideia Integral”.

O Capítulo VIII regula sobre as “Sedes Integralistas”. Cada sede, fosse municipal ou provincial, seguia critérios uniformes de instalação, principalmente com relação aos dísticos e imagens, assim como aos usos e rotinas que tornavam os núcleos integralistas lugares de sociabilidades experienciadas reciprocamente entre os atores, sob o aspecto específico de serem relações sociais instauradas sobre um princípio de poder autoritário, o que caracterizava efetivamente a natureza daquelas trocas entre os indivíduos, hierarquicamente distintos entre si. Toda sede deveria possuir uma foto do Chefe Nacional, disposta de forma a este “lançar

carnaval e na mi-careme. Se preso, o integralista deveria pedir licença para retirar sua camisa, salvo no caso de prisão política, quando tinha que ostentá-la com orgulho. A camisa verde era um elemento moralizador, assim como aquele que a enverga.

³³¹ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira. Monitor Integralista, no 18. Edição do Núcleo municipal de Niterói, abril de 1937, p. 18.

³³² Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira. Monitor Integralista, no 18. Edição do Núcleo municipal de Niterói, abril de 1937, p. 18.

seu olhar” sobre os reunidos, um relógio de parede sobre o qual deveria haver a frase: “a nossa hora chegará” e na sala principal, um cartaz, contendo os seguintes dizeres: “O integralista é o soldado de Deus e da Pátria, Homem Novo do Brasil que vai construir uma grande Nação”³³³ Deveriam também dedicar um espaço de sua sede para uma galeria de fotos em honra aos integralistas-mártires, “mortos na defesa do Sigma”. As sedes também deveriam instalar escolas de alfabetização e postos médicos, destinados à assistência social³³⁴.

A sede é a casa do integralista, o seu Templo de Fé e de Trabalho pela ideia, que ele deve frequentar com toda assiduidade e onde deve permanecer de maneira impecável. Ali não se discute política, religião, pugnas de futebol, nem se fala mal de ninguém. Deve haver uma alegria sã, comunicativa, pois todos, ali, são companheiros, ricos e pobres, poderosos e humildes, e ali estão reunidos pelo Bem do Brasil.³³⁵

Com as “Regras de Conduta” do Capítulo XVIII dos *Protocolos e Rituais*, vemos de forma mais clara como funciona o enquadramento que o grupo social, no ambiente de socialização, fornece ao indivíduo sob a forma dos códigos simbólicos que vão ordenar suas percepções, definir as situações, identificar os objetos e categorizar as pessoas que confronta e diante das quais irá se posicionar e agir, como o percebeu Martin (2001: 125).

O integralista é um homem devotado a Deus, à Pátria e à Família. Tem uma grande missão histórica a cumprir. Sua vida deve servir de paradigma. O Integralista deve franco, esforçado, pontual, corajoso e despido de vaidade. Deve praticar todas as virtudes que dignificam o homem e abster-se de tudo que o possa comprometer perante o Sigma e perante a sociedade. Deve evitar a vida faustosa e ostensiva de prazeres materiais que contrastam com a miséria de milhões de brasileiros. Deve abster-se de tomar parte em banquetes e festins de caráter burguês. As refeições em que tomarem parte coletivamente integralistas devem ter um cunho absolutamente popular e nelas não deverá ser permitido o consumo de champanhe ou de outras bebidas similares ou que tenham alta porcentagem de álcool. Deve ainda o integralista evitar qualquer ostentação de luxo ou de opulência, de prazeres materiais grosseiros e voluptuosos, ou a exibição dos costumes paganizados tão comuns nos salões, nas praias, nos hotéis e transatlânticos cosmopolitas³³⁶.

O Capítulo XX, “Disposições Gerais”, enlaça a noção do “dever” à manutenção da ordem conservadora por meio da proteção que o militante deve garantir, é claro, aos símbolos do movimento. Carregados com as afetividades e identidades, por tudo aquilo que significam nas estruturas de interação e pertinência daquela coletividade, os símbolos adquiriram caráter “sagrado”. Assim como a “palavra mágica” nos rituais (CASSIRER, 1992: 73), os símbolos

³³³ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 24-25.

³³⁴ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 21-31.

³³⁵ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 30.

³³⁶ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 69.

também delimitavam lugares (objetivos e subjetivos) onde os integralistas deviam ou não deviam ir.

O integralista não pode permitir em caso algum, a menor ofensa à Nação Brasileira ou aos seus símbolos, às classes armadas e às autoridades do Sigma. Os comunistas e os separatistas, principalmente, devem ser repelidos com energia. Contra os dois maiores inimigos do Brasil deve o Integralismo estar sempre vigilante, dia e noite, hora a hora, minuto a minuto. [...] Todo integralista tem o dever de respeitar a lei e as autoridades legais do País. [...] Só deverá reagir – e fá-lo-á energicamente – quando a Constituição não for mais respeitada, as leis não mais vigorarem e o país não tiver mais governo e se encontrar em perigo de dominação estrangeira ou destruição da família patrícia³³⁷.

No fim de sua vida, ao camisa-verde são ministrados os últimos rituais. As “Honras Fúnebres” representavam um ritual de profundo significado espiritualista, no aspecto existencial era duplamente alentador, representava uma partida honrosa destinada a gravar na memória do movimento a existência de uma pessoa que talvez, fora da coletividade, nasceria e morreria no anonimato, no esquecimento, como se nunca houvesse possuído um valor singular de ser humano; e prometia uma outra vida, esperança das mais elevadas entre cristãos, e seria uma outra vida com a mesma finalidade que a terrena. No integralismo ninguém morre, nem é desligado do movimento, ao “desencarnar”, o integralista é transferido para a “Milícia do Além”, onde reporta a Cristo o andamento do movimento que se pretende Seu na terra brasileira. Uma guarda de camisas-verdes velava a câmara ardente do companheiro falecido; o caixão era coberto com uma bandeira do Sigma, podendo levar uma bandeira Nacional conforme a situação oficial do morto. Em seguida, era feita a chamada do morto segundo a seguinte fórmula:

Integralistas! Faleceu... (lugar, dia e hora) o companheiro F...(nome do falecido). Fará um rápido panegírico do morto, findo o que, dirá: - “Vou fazer a sua chamada; antes, porém, peço um minuto de silêncio, em pé, em homenagem ao companheiro falecido”. Todos se levantam mantendo-se em absoluto silêncio; esgotado o minuto de silêncio, o presidente fará a chamada do morto: - “Companheiro F... (Todos os integralistas responderão: - “Presente!”) - “No Integralismo ninguém morre! Quem entrou neste Movimento imortalizou-se no coração dos camisas-verdes!... Ao companheiro F... (falecido) três Anauês! Todos responderão: - Anauê! Anauê! Anauê!³³⁸

Talvez seja impossível compreendermos as estruturas de interação desenvolvidas entre os integralistas, se não atentarmos para o sentido da norma na vida daqueles indivíduos. Os contatos diários entre as pessoas, suas expressões, saudações e gestos eram medidos, pré-

³³⁷ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 73.

³³⁸ Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira, 1937, p. 47-48.

estipulados, quantificados em intensidade e número. Os protocolos integralistas enquadravam o indivíduo no ciclo místico da repetição, fazendo com que em todos os dias de sua vida, ele repetisse a liturgia da manutenção da ordem mítico-burocrática da AIB. Os *Protocolos e Rituais* introduziam “palavras mágicas”, nas palavras de Ernst Cassirer, “a força primordial por cujo único intermédio o caos pode transformar-se em cosmo moral-religioso” (CASSIRER, 1992: 66). Estas “palavras mágicas”, tão necessárias ao desempenho da liturgia que animava a “religião cívica” do integralismo, assim denominado por Plínio Salgado em sua obra *Geografia Sentimental* (1937: 103). Eram, então, chaves necessárias para o integralista “abrir” ou “selar”, com o poder da “autoridade” que essas palavras repletas de significação afetiva traziam as etapas rotineiras e demais ações de sua vida, pública ou privada, desde a praxe institucional até os momentos mais sensíveis da vida do camisa-verde. Por outro lado, essa condição também contribuiu com a prerrogativa autoritária ao uso da palavra mágica, representando a tutela que os portadores desse poder mantêm sobre os outros, dependentes de seus superiores para abrir e fechar os infinitos ciclos de sua vida. Esse é o paradigma autoritário da AIB.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

CEFAÏ. Expérience, culture et politique. In: *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 93-117.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MARTIN, Denis-Constant. Pratique culturelles et organization symboliques du politique. In: CEFAÏ. *Cultures Politiques*. p. 117-134.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1979.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Fontes

Estatutos da Ação Integralista Brasileira de 1935. In: O Integralismo Perante a Nação. In: *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955, Vol. 9.

Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira. *Monitor Integralista*, no 18. Edição do Núcleo municipal de Niterói, abril de 1937.

SALGADO, Plínio. *Geografia Sentimental*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

Estado Novo

O Contexto Nacional do Estado Novo em Juiz de Fora: as políticas trabalhistas de Vargas.

Jacqueline Beluzzo Fernandes*

Resumo: O presente trabalho analisa as políticas trabalhistas implementadas no Estado Novo (1937-1945), no município de Juiz de Fora, localizado em Minas Gerais, Brasil, utilizando como fonte de pesquisa o jornal local Gazeta Commercial.

Palavras-chave: Estado Novo; Política trabalhista; capital e trabalho; conflito.

Abstract: The present work analyzes the labor policies implemented during the Estado Novo (1937-1945), in the municipality of Juiz de Fora, located in Minas Gerais, Brazil, using as a source of research the local newspaper Gazeta Commercial.

Keywords: Estado Novo; Labor Policies; capital and labor; Conflict.

Introdução

Não é fácil discutir a legislação trabalhista brasileira, existem uma série de fatores a respeito do assunto. Entre eles, não podemos negar o passado escravocrata do país, que muito pode corroborar para compreendermos as origens e os caminhos que levaram as primeiras conquistas dos trabalhadores. Ou, por exemplo, perceber como e porque no início da República aconteceram episódios de revoltas em diversos aspectos, políticos, econômicos e sociais. Na verdade, as inúmeras revoltas ocorridas nesta época são sustentadas pela grande insatisfação popular. Podemos atribuir a este descontentamento a recente abolição da escravidão em 1888.

Não existia qualquer tipo de regulamentação do trabalho. O Brasil, entre 1888, ano da abolição, e 1889, ano da proclamação da República, viveu uma intensa onda de

* Graduanda do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF.

transformações em pouco menos de um ano. Entre essas transformações podemos citar a preocupação da elite em dominar a mão-de-obra agora liberta e ao mesmo tempo promover um novo significado ideológico do trabalho.

Pela força das armas, Getúlio Vargas assume o Governo Provisório em 03 de novembro de 1930. Uma de suas primeiras e principais medidas foi à luta contra o poder local, que era característico do Brasil naquele período. Para tanto, foram indicados interventores de sua confiança para representar os Estados, porém, cabe salientar que os indicados aos cargos, não tinham nenhum vínculo nos Estados. Este ato foi um meio de abolir o poder regional, centralizando e fortalecendo todo o poder em suas mãos. Aqui surge o embrião do sistema político varguista executado durante seus quinze anos consecutivos no poder.

Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTCI), em 26 de novembro de 1930, órgão que promoveu a relação entre cidadania e trabalho. O varguismo organizou o mercado de trabalho, mantendo o controle das relações entre capital e trabalho para realização de seu projeto nacionalista sem qualquer tipo de intervenção dos trabalhadores e ainda, excluindo a possibilidade de revoltas populares, como ocorreu no período da Primeira República.

Esta relação entre o Estado, capital e trabalho começou a criar forma com o estabelecimento do Decreto-lei nº. 19.770, que regulava a sindicalização das classes patronais e operárias. Especificamente, o objetivo do decreto mencionado era combater toda e qualquer organização que permanecesse independente. Em resumo, os direitos trabalhistas só eram concedidos aos profissionais sindicalizados sobre a tutela do Estado. Uma forma de ajustar e equilibrar essas relações.

O que nos interessa especificamente aqui é retornar o tipo de relação que se estruturou entre o ministério e a classe trabalhadora. De uma forma geral pode-se assinalar que de um lado houve um grande esforço de parte do movimento sindical para preservar seu espaço de independência, denunciando, resistindo e entrando em choque aberto com a orientação ministerial, e, de outro, houve a tentativa do ministério, em parte bem sucedida, de conquistar os sindicatos existentes ou de criar novos sindicatos sob a égide da política governamental. O período que vai de 1931 a 1933 foi de franca disputa física e ideológica pela liderança do movimento operário organizado, caracterizando-se pela existência paralela de um sindicalismo oficial e de um sindicalismo independente, não importando aí o tipo de corrente de esquerda o dominasse (GOMES, 1988, p.177).

A lei de sindicalização foi uma ferramenta essencial para direcionar a submissão dos sindicatos ao Estado, proporcionando uma maneira eficiente para controlar a massa trabalhadora tendo como contrapartida a possibilidade de assegurar os direitos fixados em âmbito social. A resistência sindical é bem observada no pequeno número de sindicatos reconhecido pelo Ministério do Trabalho até outubro de 1934 (VIANNA, 1999, p. 179).

Nas questões vinculadas ao mundo do trabalho, foi após a Revolução de 1930 que o Estado, com viés centralizador, assume a característica da intervenção direta. A criação de leis de amparo ao trabalhador era vista pelas elites como um elemento estranho às relações de trabalho, pois as mesmas deveriam ser regulamentadas pelas exigências do mercado, sendo a ideologia do liberalismo imperada sobre as relações sociais (BARBOSA, 2011, p.23).

Um marco na vida dos trabalhadores foi o ganho simbólico e material da carteira profissional, fixada no Decreto nº. 21.175. Ela foi instituída em todo território nacional para os maiores de 16 anos, sem distinção de sexo para todos os profissionais que prestavam serviços remunerados no comércio e na indústria.

As dimensões do Estado Novo

O que sustentou o golpe do Estado Novo, estrategicamente, foi atribuir o perigo comunista com o forjado Plano Cohen. No dia 10 de novembro de 1937 foi apresentada à nação via rádio, no programa Hora do Brasil, pelo então presidente Getúlio Vargas a Constituição de 1937. O dia que inaugurou o início do novo regime foi aparentemente tranquilo como se percebe nas anotações do próprio Vargas em seu Diário. Vale notar que o golpe foi silencioso no sentido da falta de reação.

A carta magna apresentava traços autoritários, existem inúmeras vertentes sobre a influência fascista, mas não vamos nos voltar a este assunto. Neste novo momento, Vargas assume um exacerbado autoritarismo, tendo em suas mãos uma nova constituição que conspirava com suas ações e a seu favor, sem qualquer tipo de restrições, suas medidas tornaram-se mais intervencionistas e centralizadas do que antes, no seu ensaio, ocorridos entre os anos de 1930 a 1937. No tocante das normas estabelecidas para as classes subalternas, a Constituição em seu artigo 138, regulamenta os sindicatos apenas reconhecidos pelo Estado e no artigo 139 proíbe as greves, julgando este modelo como antissociais.

Neste aspecto, a ideologia do novo regime é voltada ao modelo corporativista, ou seja, estruturado em uma organização coletiva que visa à associação representativa fundamentada

nos interesses profissionais. Por outras palavras, o corporativismo almeja a neutralidade de conflitos entre classes, deseja o equilíbrio das mesmas sustentando a colaboração para o bem coletivo. Na ótica de (CARDOSO, 2007), “ela (ordem corporativista) variou de intensidade e conteúdo em momentos diferentes do pós-30”. Na verdade, o modelo corporativista foi apresentado como uma maneira alternativa para o capitalismo e o socialismo. O autor ainda descreve que lado corporativista o período do Estado Novo inclinou:

O processo de representação classista em conselhos de estado excluía, quase sempre, os trabalhadores, e quando os incluía, era por meio da cooptação ou da imposição, jamais da "participação direta". A relação das classes com o Estado, pois, não tinha caráter corporativo em sentido forte. Tinha, sim, um desenho legal corporativo utilizado, única e simplesmente, para repressão e controle dos trabalhadores (CARDOSO, 2007, p.111).

Entende-se nesta dinâmica que o corporativismo atrelava os sindicatos, estes reconhecidos pelo MTIC, com o Estado. Esta manobra proporcionava ao Estado o controle das ações sindicais.

Na justificativa para permanecer o controle dos sindicatos e promover a organização corporativista do novo regime é fixado a Lei Sindical de 1939 com o Decreto-Lei nº. 1.402, ou seja, uma afirmação da Lei Sindical de 1931. Além disso, foi estabelecido em 1940 sob o Decreto-Lei de nº. 2.377 a contribuição sindical, em outros termos, criado o imposto sindical.

Pelo decreto, todo empregado, sindicalizado ou não, pagaria compulsoriamente um imposto anual ao seu sindicato no valor de um dia de trabalho (...). O “imposto”, a rigor, não passava de uma contribuição paga com dinheiro dos assalariados aos sindicatos que teoricamente os representavam (VIANA, 1999, p.290).

Vale notar, que este imposto superou o período de redemocratização do país em 1946, o próprio regime militar e a Constituição de 1988. O dinheiro arrecadado era destinado aos sindicatos para assegurar a assistência dos sindicalizados. Ora, deste modo todos pagavam, mas apenas, os filados se beneficiavam. Uma estratégia para ampliar o número de filiados aos sindicatos, uma vez que, tornava-se obrigação de todos o financiamento dos sindicatos.

Ao falar de legislação trabalhista no período estudado, identifica-se que este modelo de regulamentação foi essencialmente voltado aos trabalhadores envolvidos nos setores urbanos, deixando de lado o mundo rural. Percebe-se ainda que tal inclinação advinha da dinâmica econômica do país que era direcionada para industrialização e o comércio, como salienta Weffort:

A limitação da legislação aos setores urbanos não deve passar despercebida. São os setores que possuem maior capacidade de pressão sobre o Estado e aqueles que, deste antes de 1930, possuíam alguma tradição de luta; são também os setores disponíveis, para a manipulação política, pois apesar das regras de jogo eleitoral estivessem suspensas desde 1937 elas foram uma das primeiras conquistas da revolução de 1930 e continuavam a ter uma existência virtual. Por outro lado, a restrição da legislação trabalhista às cidades atende às massas urbanas sem inferir com interesses dos grandes proprietários de terras (WEFFORT, 1978, p.72-73).

Desta forma, a legislação foi fixada devido à existência de pressão ao Estado. Só no ano de 1944, o governo permitiu que trabalhadores rurais se filiassem aos sindicatos com o Decreto-lei de nº. 7038, de 10 de novembro.

A ideologia da cidadania

Sabe-se que os anos de 1930 a 1940 são direcionados na questão do trabalho no Brasil. Pelo país ter origens escravocratas, o trabalho era visto como atraso, símbolo de degradação do homem. Percebe-se que houve uma intensa transformação social na transição do período entre a abolição e os primeiros anos da República. Nesta ótica, no pós-1930 é criada a ideologia de trabalho e cidadania que é bem desenvolvida no discurso do presidente Getúlio Vargas. Na qual, o discurso de legitimação do trabalho é sustentado em seu governo para promover o progresso do país:

O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão (GOMES, 1999, p.55).

Identificamos outros meios em que o governo exaltou e promoveu uma relação com as classes subalternas focando as questões sociais. Não foi diferente na área da Educação, a pasta que também tinha como parte integrante a área da saúde foi administrada desde 1934 até 1945 pelo ministro Gustavo Capanema. O ministro encomendou livros didáticos para reforçar a identidade nacional e ao mesmo tempo demonstrar aos estudantes a indiferença de regimes anteriores na questão social e, os currículos escolas foram alterados com o intuito de estimular o orgulho nacional (LEVINE, 2001, p.93).

O que o presidente Getúlio Vargas almejava em relação ao desenvolvimento do Brasil era claro: o progresso e o crescimento industrial. Contudo, o país necessitava de mão-de-obra especializada, uma área carente e que na maioria das vezes era concorrida com imigrantes. Sendo assim, foi viável a promoção de políticas de profissionalização:

O processo de reorganização do “sistema” brasileiro de formação de profissional para a indústria tomou impulso em 1937, durante o período extremamente autoritário do governo de Vargas conhecido como Estado Novo. O artigo 129 da Constituição de 1937 estipulava que as indústrias eram obrigadas a criar “escolas de aprendizagem” para os filhos de seus empregados. Ao mesmo tempo ele afirmava, de forma contraditória, que a educação profissional deveria ser “essencialmente dever do governo” (WEINSTEIN, 2000, p.106).

Cabe ainda salientar que durante o Estado Novo foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942. Esta instituição foi uma inovação na época, incomum, tanto para os empresários, tanto para os trabalhadores. Sua finalidade era robustecer as práticas nos ambientes de trabalho. O SENAI foi vinculado ao ensino técnico e, até nos dias de hoje tem sua presença confirmada no mundo do trabalho.

Mantendo sempre o discurso que atrelava o trabalho com a cidadania, sendo este adjetivo de dignidade operária. O 1º de maio no período que compreende o Estado Novo foi elaborado e festejado com finalidades antes nunca pensadas. Na análise de Isabel Bilhão, o 1º de maio de 1938, por exemplo, serviu para sancionar o decreto sobre a isenção de impostos para aquisição de casas aos operários. Sendo esta ação uma mera conquista material, o 1º de maio foi preparado e organizado de forma a promover as políticas sociais.

A ênfase do discurso presidencial, tornando a data um misto de prestação de contas e de propaganda dos atos de seu governo, recaiu no desejo de que a comemoração não “se limitasse a palavras, mas que fosse traduzida em fatos e atos que constituíssem marcos imperecíveis na marcha e na evolução das leis sociais do Brasil”, complementando que “O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social” (BILHÃO, 2011, p.76).

A comemoração do dia do trabalho é um marco incontestável na trajetória de Getúlio Vargas. A data foi proclamada feriado no ano de 1924, porém existia por parte dos empresários uma resistência para a “liberação” dos empregados para se dirigirem aos atos públicos. Nestes casos, o governo entrava em cena para negociar com os empresários e, assim deixar o evento com um número expressivo de trabalhadores. Neste aspecto, é questionável

até que ponto a data era respeitada, se era feriado porque negociar a liberação dos trabalhadores?

O conjunto de ações praticadas ao longo do Estado Novo voltada ao trabalhismo resultou em 1943, na criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que integrou todas as leis trabalhistas em uma única. Outorgada pelo decreto nº. 5.452 de 1º de maio de 1943 pode ser analisada à primeira vista como um ganho de natureza simbólica, haja vista a data que foi apresentada à nação: o dia do trabalho, uma data também aparentemente simbólica. Vale destacar que muito dos direitos concretizados passaram de forma remota aos trabalhadores.

A perícia técnica, o refinamento na elaboração, a envergadura dos propósitos, presentes da confecção da CLT, já indicavam que, com a nova legislação, não se pretendia responder apenas conjunturalmente ao conflito entre o capital e o trabalho. A CLT vai se caracterizar por conceber o campo do exercício do interesse dos grupos sociais como uma questão de direito, a qual deveria ser submetida ao arbítrio de jurisperitos. Segundo ela, cabia à Justiça do Trabalho a tradução do fato mercantil em fato de direito, extraindo as disputas sobre o valor da mercadoria força de trabalho do terreno da sociedade civil, convertendo-as em matéria de controvérsia jurídica. Os conflitos de interesse entre o capital e o trabalho, sob o império da lei e dos seus intérpretes do judiciário trabalhista, reverteriam então, em favor da colaboração e da harmonia entre as classes sociais (VIANNA, 2001, p.301).

Contudo, não podemos negar a relevância da CLT. Desde sua inauguração foram feitas inúmeras alterações, porém sua estrutura permaneceu a mesma. Todavia, vale destacar que apesar da terminologia “consolidação”, a CLT não apenas reuniu as legislações vigentes, mas também estabeleceu novos direitos aos trabalhadores.

A recepção das políticas trabalhistas do Estado Novo em Juiz de Fora

Nosso objetivo nesta seção é perceber a recepção das políticas trabalhista implementadas no Estado Novo na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Ao iniciar nosso trabalho, deparamos com dois obstáculos: o da escassez de fontes bibliográficas, relacionadas ao período temporal e espacial. O outro obstáculo é o da censura, por se tratar dos anos de 1937 a 1945, anos de ditadura com a forte censura da DIP.

Quando do golpe de Estado, em 10 de dezembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas pronunciou o início do novo regime via rádio. Sua eloquência foi sustentada pelo perigo do comunismo que assombrava o país, na oportunidade, explicou as razões do golpe, bem como as falhas da Constituição de 1934 para impor a nova Carta Magna. O jornal Gazeta

Commercial publicou uma nota com o título “Aplaudem o governo os operários de Juiz de Fora”:

Recebemos hoje a seguinte nota da União Trabalhista. Ilmo. Sr. Diretor da GAZETA COMMERCIAL – Juiz de Fora - Levo ao conhecimento de V.s. que esta União enviou assinada pelos sindicatos à ela filiados, moção e aplausos de solidariedade ao presidente da República, ao governador do Estado, mais aos ministros, de Justiça, do Trabalho, da Guerra e da Marinha, pelas medidas levadas na repressão ao comunismo, com o nobre objetivo da manutenção da ordem e da defesa dos sagrados interesses da pátria. Aproveito o ensejo para reiterar á V.S. os protestos da mais alta consideração e perfeita solidariedade. Saudações Cordiais – Pela União Trabalhista - Mario Lowensteis, presidente (GAZZETA COMMERCIAL, 12 de novembro, 1937).

Observa-se que a União Trabalhista pronunciou uma saudação otimista do novo governo em nome dos trabalhadores filiados à união e, que a estratégia de Vargas em manter o Brasil em uma linha de ordem foi recebida de maneira satisfatória na cidade. Sustentando esta ideia, no dia seguinte a Associação Comercial de Juiz de Fora também enviou cumprimentos ao Governador de Minas Gerais, Benedito Valladares apoiando à conservação do país:

A Associação Comercial de Juiz de Fora, certa de que a atitude de Minas, no grave momento da história nacional, interpreta o desejo de ordem e prosperidade do Brasil, vem trazer a vossa sua inteira solidariedade a continuar a colaborar na sua patriótica. Cordiais saudações, Ângelo Falci – presidente (GAZETA COMMERCIAL, 13 de novembro, 1937).

Ou seja, foi acolhido o singelo discurso no desejo da prosperidade e do progresso do país. Voltando ao nosso foco, legislação trabalhista, o veículo de comunicação, publicou no mesmo dia a respeito da aposentadoria compulsória: “A nova Constituição fixa em 68 anos de idade o limite da aposentadoria compulsória de todos os funcionários públicos, inclusive magistrados”³³⁹. Vale destacar que a Constituição de 1937 era um elemento novo à população, sendo o tema de relevância na imprensa nacional. E, não foi diferente na imprensa local, que destacou os principais pontos da Constituição.

Entende-se que estas políticas, tanto sociais, tanto trabalhistas não contemplaram os trabalhadores por completo. Outra questão social foi a da educação, foi publicado o artigo “o ensino profissional como garantia do futuro”³⁴⁰, que confirma os termos da Constituição no que tange ao ensino técnico profissional. No período em questão, outro problema que os

³³⁹ Gazeta Commercial, 13 de novembro, 1937 - n.º. 4.271.

³⁴⁰ Gazeta Commercial – 20/02/1938 - n.º. 4.354

trabalhadores enfrentavam era o da moradia. O jornal Gazeta Commercial fez uma campanha em prol dos problemas de habitações dos operários:

Quem está à pá das condições precárias de vida do operariado juizforano não ignora as justificativas da campanha que vimos mantendo, há mais de dois anos, pela evolução do problema de habitações pobres. É que o problema do lar – nem demonstração requer – é o mais importante de Juiz de Fora. Quem possui uma casa, por modesta que seja, pode considerar-se remediado visto como importância que cada chefe de família é obrigado a dispendir, nos seus orçamentos, para o pagamento do aluguel de sua moradia, representa o peso maior, neles, mesmo comparando com as importâncias que é obrigado a gastar com alimentação. E se esse problema se mostra crucial para todos as classes, maior talvez, que para o operário, o modesto trabalhador de nossas industriais, e também para o trabalhador comercial cujos haveres não lhe permitem destinar somas elevadas para os alugues de casas. E foi encarando o assunto de modo geral que a nossa legislação trabalhista autorizando as Caixas de Pensões e Aposentadorias financiar a construção da habitação operaria, realizou uma obra de alto alcance social. Por enquanto não se verificam os efeitos da importante medida, sendo de esperar, no entanto, que dentro em breve escolhamos seus magníficos resultados. E apenas uma questão de pô-las em prática. (GAZZETA COMMERCIAL, 25 de dezembro, 1937).

O problema ganhou inúmeras manchetes no jornal, como o anúncio em isenção de impostos para construção de casas “Ainda ontem, noticiava-nos a isenção de impostos concedida pelo prefeito Raphael Cirigliano para a construção de um grupo de 14 casas destinadas a famílias pobres”³⁴¹. Percebe-se que o cotidiano do operário juizforano era conturbado, sem condições de mobilidade social, tendo como obstáculos o alto custo de vida e o pagamento do aluguel que representava uma porcentagem expressiva em relação ao salário. Ao examinar as políticas de incentivo à casa própria, nota-se a distância entre o proposto e o realizado. O Estado Novo pregava a ideologia da cidadania, mas, nada fez de concreto. Como um operário estaria plenamente satisfeito com as legislações trabalhistas se não conseguia manter seu próprio lar?

O novo regime se afirmou no campo ideológico, sempre sustentado pelo enquadramento pacífico do país em todas as questões, sendo de ordem social, econômica e cultural.

Perpassando pela manutenção e organização do trabalho outros artigos publicado na imprensa local tinha como objetivo esclarecer o desenrolar da legislação trabalhista, como por exemplo: “Vai ser reformada a lei de sindicalização”³⁴² ou “As novas leis trabalhistas”³⁴³. As publicações demonstram a preocupação com a reorganização do trabalho como a nota

³⁴¹ Gazeta Commercial – 22/01/1938 - n.º. 4.329

³⁴² Gazeta Commercial - 04/12/1937 - n.º. 4.289.

³⁴³ Gazeta Commercial - 17/12/1937 – n.º. 4.300.

publicada “A reforma da nossa legislação social – nada diminuirá das garantias coletivas ou individuais do trabalhador”:

Rio,28 (comunicado da Agencia nacional) De acordo com as recentes portarias do Ministério do Trabalho, designando seus membros componentes, estão funcionando desde alguns dias naquele Ministério, as comissões encarregadas de proceder a reforma de leis trabalhistas entre nós. A respeito do assunto, muito em sendo os interesses nos círculos, tanto de empregados como de empregadores. E de modo especial, entre os primeiros, se tem observado comentários receosos de que a reforma em encaminhamento possa pôr em perigo nossa legislação do trabalho, uma das maiores conquistas do movimento de 1930, já que o que possuímos anteriormente restringia-se ás linhas gerais de uma legislação incompleta e só existente por assim dizer, do ponto de vista policial. É um engano completo esse em que abortam algumas organizações. E porque a reforma em curso, um, muito ao contrário reforçar e – é o tempo – “eficientizar” as nossas leis trabalhistas. Segundo podemos adentar, o trabalho das comissões, que funcionam sob a presidência do consultor jurídico do Ministério, Sr. Oliveira Vianna, sem favor nenhum um das maiores autoridades na matéria, colaborador que foi e continua a ser em todas as iniciativas da nossa pasta social, terá com escopo a adaptação das leis vigentes, regulando as relações entre empregados e empregadores e estabelecendo as conquistas trabalhistas (GAZETA COMMERCIAL, 29 de dezembro, 1937).

Mais uma vez, os organismos do Estado Novo reproduzem a conquista de políticas de cunho trabalhista aos operários e reafirma a proposta de estruturação e adaptação do trabalho. Nota-se que existe uma estruturação técnica para estabelecer as regulamentações entre empregados e empregadores, sendo minuciosamente analisadas por comissões específicas nomeadas pelo ministro.

A elaboração da Justiça do Trabalho foi acompanhada pela imprensa juiz-forana, tendo como referencia as notas da Agencia Nacional do Rio de Janeiro, desde a nomeação dos membros que compunha a comissão, até as notas de esclarecimento à população. Da organização do anteprojeto a Gazeta Commercial publicou a seguinte nota “A reorganização da Justiça do Trabalho”:

A comissão de revisão prossegue ativamente na organização do anteprojeto. Rio, 8(A.N) GAZETA. Esteve novamente reunida comissão de revisão da nossa legislação social recentemente nomeada pelo Ministro do Trabalho. Foram discutidos vários pontos do anteprojeto da Justiça do Trabalho elaborado anteriormente depois de emenda na extinta Câmara dos Deputados. Foram designados os Srs. Deodato Maia para relator do projeto de organização da Justiça do Trabalho e Helvécio Xavier Lopes para relator da reforma da lei sobre convenção coletiva (GAZETA COMMERCIAL, 09 de janeiro, 1938).

Observa-se que foi explorado todo o processo de criação da Justiça do Trabalho e não foi abandonado o princípio corporativo que foi a razão da política do Estado Novo. A

funcionalidade do órgão tinha como objetivo equilibrar os conflitos entre capital e trabalho, foi uma esperança de dias melhores para os empregados. Em Juiz de Fora a implantação da Justiça do Trabalho³⁴⁴ foi no ano de 1944 e, obteve um alto índice de procura. Inclusive o órgão local recebeu as reclamações dos anos de 1943 que estavam formalizadas na junta de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A questão da Justiça do Trabalho é bem complexa, pois de certa maneira foi uma ferramenta dos trabalhadores em geral capaz de proporcionar a luta por direitos de forma concreta. O outro lado da Justiça do Trabalho foi também facultar aos empregadores as questões trabalhistas. Em resumo, a funcionalidade do órgão foi limitada a conciliação e, nem sempre o trabalhador foi efetivamente contemplado.

Considerações finais

Em síntese, as políticas de cunho trabalhista implementadas no Estado Novo foram assistidas no município de Juiz de Fora de forma remota, na realidade, como foi utilizado o veículo de comunicação o jornal, escolhido como fonte primária de nosso trabalho, devemos levar em consideração a censura rígida do Departamento de Imprensa e Propaganda, responsável pela legitimação do regime autoritário de Getúlio Vargas, desta forma o interesse do Estado não foi alvo de críticas na imprensa local, o regime foi mencionado sempre de maneira positiva, um exemplo claro foi o artigo que eu seu corpo apresentava os dizeres “casou profundo contentamento em todas as classes trabalhadoras a decisão do ministro Waldemar Falcão estabelecendo que só os empregados sindicalizados tem direito de reclamar perante a Junta de Conciliação”³⁴⁵. Existe uma dificuldade para pesquisar os jornais da época escolhida, fato que decorre da censura realizada pelo sistema político em nosso recorte temporal, sendo que algumas publicações sofreram inúmeras interrupções.

Os processos trabalhistas podem ser uma alternativa como fonte rica para demonstrar a realidade dos operários da cidade, porém como a Justiça do Trabalho só foi instalada no ano de 1944, não abrange o período pretendido. Sendo assim, o período foi analisado apenas na recepção do regime através do jornal Gazeta Commercial o que a princípio não descreve a realidade vivenciada dos operários.

³⁴⁴ Sobre a implantação da Justiça do Trabalho em Juiz de Fora - MG ver BARBOSA (2011).

³⁴⁵ Gazeta Commercial – 19/01/1938 - n°. 4.326

Referências bibliográficas

Aplaudem o governo os operários de Juiz de Fora. **Gazeta Commercial**, Juiz de Fora, 12/11/1937, nº. 4.270, p.2.

A reforma de nossa legislação social. **Gazeta Commercial**, Juiz de Fora, 29/12/1937, nº. 4.309, p1.

A reorganização da Justiça do Trabalho. **Gazeta Commercial**, Juiz de Fora, 09/01/1938, nº. 4.318, p1.

BARBOSA, Denílson Gomes. **Conflito e uso da Justiça do Trabalho**: estudo de caso do município de Juiz de Fora (1944-1954). 2008. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

BILHAO, Isabel. "**Trabalhadores do Brasil!**": as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2011, vol.31, n.62, pp. 71-92. ISSN 1806-9347. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882011000200006>.

_____. Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operarias e dá outras providências. **Imprensa Nacional [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 de mar. de 1931. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 17 de jul. de 2009.

_____. Decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. **Imprensa Nacional [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 05 de jul. de 1939. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 17 de jul. de 2009.

_____. Decreto-Lei nº 2.377, de 8 de Julho de 1940. Dispõe sobre o pagamento e a arrecadação das contribuições devidas aos sindicatos pelos que participam das categorias econômicas ou profissionais representadas pelas referidas entidades. **Imprensa Nacional [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, 08 de jul. de 1940. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 17 de jul. de 2009.

CARDOSO, Adalberto. **Estado Novo e Corporativismo**. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 13 n. 2. jul. – dez. 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LEVINE, Robert. **Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Pela solução do problema das habitações operárias. **Gazeta Commercial**, Juiz de Fora, 25/12/1937, nº. 4.307, p1.

Solidariedade ao governador Benedito Valadares. **Gazeta Commercial**, Juiz de Fora, 13/11/1937, nº. 4.271, p1.

VIANNA, Nildo. A aurora do anarquismo. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Arão Reis (orgs.). **História do anarquismo no Brasil**. Niterói: Mauad; Ed. UFF, 2006, p. 23-43.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. 4ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re) Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: USF, 2000.

O Estado Novo em Petrópolis: a desarticulação do movimento integralista e a atuação de Raymundo Padilha na tentativa do golpe em 1938.

Alexandre Luis De Oliveira *

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade analisar a atuação do integralista Raymundo Padilha na articulação do movimento integralista em Petrópolis após o Estado Novo e a tentativa de golpe realizado em 1938 por membros do movimento. A tentativa de golpe contou, além de Raymundo Padilha que na época era chefe do núcleo integralista de Petrópolis, com outros membros da AIB Petrópolis. O Estado Novo pôs fim a legalidade do movimento integralista e com isso cerceou a liberdade dos membros do movimento de exercerem seus objetivos enquanto Ação Integralista e partido político constituído. O objetivo é perceber os efeitos das ações do Estado Novo sobre os membros do movimento em Petrópolis. Com isso observar-se as ações de Raymundo Padilha como líder do movimento em Petrópolis e como outros integrantes juntaram suas forças em apoio a Padilha e ao movimento integralista para lutar por seus objetivos que visavam a rearticulação do movimento.

Palavras-chave: Raymundo Padilha, Estado Novo, Movimento Integralista.

O movimento em Petrópolis

Formada em 7 de outubro de 1932 após o lançamento do “Manifesto de Outubro”, a Ação Integralista Brasileira teve como chefe supremo e principal idealizador o intelectual Plínio Salgado. O integralismo se enquadra como um partido de extrema direita. Foi o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional, chegando a contar com cerca de 800 mil adeptos. Era dirigido basicamente às classes médias urbanas e seus membros pertenciam a categorias bastante heterogêneas: funcionários públicos, profissionais liberais, padres, pequenos agricultores, comerciários e militares, só para citar alguns. (CYTRYNOWICZ, MAIO, 2003: p. 40-61)

A Ação Integralista em Petrópolis teve início como núcleo organizado em 1933, tendo como chefe municipal Raymundo Padilha, que posteriormente também integrou o

secretariado nacional da AIB. O primeiro sub-núcleo foi fundado já no ano seguinte. O movimento ganhou um número significativo de adeptos e outros núcleos surgiram (MACHADO, 2008: p. 51). Mas o ano de 1935 foi o ano em que o núcleo local petropolitano ganhou as atenções do movimento nacional ao sediar o II Congresso Nacional Integralista que contou com aproximadamente 5 mil membros do movimento além do chefe nacional Plínio Salgado e outras lideranças. (CYTRYNOWICZ, MAIO, 2003: p.43.) A importância de tal congresso se deve a elevação do movimento integralista ao status de partido político. (BARBOSA, 2006: p. 71.)

Após o II Congresso o discurso do movimento em Petrópolis volta-se especialmente para o operariado visando recrutar maior número de adeptos e com isso garantir eleitores para as próximas eleições. O grande problema encontrado é o fato de que a Aliança Nacional Libertadora já desenvolvia sua ideologia junto aos operários petropolitanos. (ALCÂNTARA, OLIVEIRA, 2010: p.). Fundada oficialmente em 1935 a Aliança Nacional Libertadora, movimento antiintegralista e antifascista, ficou conhecida e ganhou milhares de adeptos em diversos pontos do Brasil. Nos primeiros três meses de existência, mais de 1500 núcleos aliancista foram criados. (BARBOSA, 2006: p. 73) A ANL chegou a manter em seu núcleo de Petrópolis já no ano de 1935, 2.500 filiados. (PRESTES, 2005: p. 115)

Tensão geradas pela busca do apoio do operariado petropolitano tanto por parte dos integralistas tanto por parte dos aliancistas levaram os dois grupos a fortes conflitos armados ainda no ano de 1935. Os integralistas já fixados na cidade desde 1933, achavam-se no direito de não perder o espaço já conquistado e muito menos adeptos, por outro lado, os aliancistas, embora recém chegados, já encontraram uma cidade com os ânimos alterados, desde a saída do Prefeito Fiúza. (ALCÂNTARA, 2009: p. 30)

Todas as tensões e conflitos levaram ao trágico 9 de junho de 1935. Para este dia foram convocados os militantes aliancistas a comparecerem ao grande comício promovido pelo Diretório Nacional da ANL, que foi realizado no centro da cidade de Petrópolis. Já no começo do dia, alguns aliancistas foram duramente reprimidos por militantes integralistas, quando estavam colando cartazes do evento em ruas do centro. O resultado foram dois feridos, um integralista, Matheus Hang e um aliancista, João Becker. O comício foi realizado às 16 h na principal praça do centro da cidade, a praça D. Pedro II, cerca de 5.000 aliancistas fizeram parte do evento, que após seu término saíram em passeata pelas ruas da cidade. Ao chegarem na frente da sede integralista, Roberto Sisson, representante aliancista, discursou ao público e começaram os protestos contra o movimento integralista.

Segundo o jornal *A Pátria*, “as luzes da sede Integralista foram apagadas” e em seguida foram disparados tiros contra a multidão ferindo várias pessoas e matando o operário Leonardo Candu de 29 anos. O operário era funcionário da fábrica D. Isabel, onde exercia a função de maçarqueiro [maquina que transforma a fita de algodão em pavio], era casado com Antonia Candu com quem tinha três filhos, Elza de 4 anos, Genny de 2 anos e Mariene de 2 meses. (MACHADO, 2005: p. 107).

Já no dia seguinte, foi realizado no Sindicato dos Têxteis de Petrópolis, local que era usado também como sede da ANL na cidade, uma reunião que promoveu uma greve geral na cidade, com ampla aderência dos funcionários das grandes fábricas, entre elas, Cia. Petropolitana, Cometa, D. Izabel, São Pedro de Alcântara, Lanifício Petrópolis, Petrópolis Industrial e a Fábrica Aurora. Também participam da greve os ferroviários e padeiros. Com ampla repercussão no município, o funeral de Candu se transforma em protesto, onde a multidão que segue o enterro, fica ainda mais furiosa contra a ação tomada pelos integralistas. (MACHADO, 2005: p. 109).

Para tentar conter as manifestações e os ânimos na cidade, a polícia local recebeu reforço de dois contingentes da polícia de Niterói. (ALCÂNTARA, 2009: p. 42).

O ex-prefeito Yêddo Fiúza, foi solicitado para mediar o conflito grevista em Petrópolis, através de uma comissão de operários de Petrópolis, que fez esta solicitação no dia 18 de junho de 1935. Fiúza aceita a solicitação e começam as negociações no sindicato dos tecelões. Fiúza contou com o apoio de Luiz Mazavilla e Júlio Muller, membros do Ministério do Trabalho. No dia 21 de junho as fábricas ainda em greve voltam a funcionar, com algumas reivindicações atendidas, como a não demissão de nenhum funcionário grevista. (ALCÂNTARA, 2009: p. 43).

No dia 5 de julho é lançado, no Rio de Janeiro, durante comício, um Manifesto aliancista, assinado por Luiz Carlos Prestes, que serviu de pretexto para uma maior vigilância ao movimento em todo o Brasil. O governo de Vargas sentia-se cada vez mais ameaçado, pois a cada encontro entre aliancistas e integralistas resultavam em sérios conflitos, Vargas também sofria com uma quantidade cada vez maior de denúncias de golpes contra seu governo, o que levou o governo ao fechamento da ANL. (VIANNA, 2007: p. 87).

Conflitos entre integralistas e grupos antintegralistas já haviam ocorrido no Brasil. É o caso de Bauru, onde a historiadora Lúcia Maria Vianna Possas, descreve um conflito ocorrido em 3 de outubro de 1934, quando o movimento integralista em marcha pelas ruas da cidade enfrentam resistências da Coligação Proletária. Na presença do Chefe Nacional, Plínio

Salgado, o saldo do conflito é de um morto e quatro feridos. Ao contrário do conflito de Petrópolis, a vítima em Bauru era integralista. (POSSAS, 1993: p. 45-50).

O núcleo integralista em Petrópolis continuou operando normalmente após os conflitos, seu foco a partir do II Congresso eram as eleições municipais ocorrida em 1936.

Na eleição de 5 de julho, o antigo interventor agora é eleito pelo povo para assumir o cargo de prefeito da Cidade, Yeddo Fiúza saiu vitorioso, com 4.292 votos, 66% do total. Carvalho Júnior recebeu 1392 votos e o candidato integralista Figueira de Mello, 783 votos. Embora o movimento integralista não tenha conseguido eleger seu candidato a prefeito o movimento obteve êxito na Câmara Municipal, elegendo dois vereadores, como demonstra a tabela abaixo:

Resultado da eleição municipal de 1936 – Petrópolis – Vereadores eleitos

Carlos Magalhães Bastos	União Petropolitana	451
Alcindo Sodré	Frente Popular	446
Paulo Franco Werneck	União Petropolitana	438
Sebastião de Oliveira Melo	União Petropolitana	385
Francisco Silva	União Petropolitana	330
Carlos Canedo	União Petropolitana	319
Álvaro Bastos	União Petropolitana	291
Oswaldo Queiroz Teixeira	União Petropolitana	275
Alberto Becker	União Petropolitana	270
Alynthor Werneck	União Petropolitana	251
Paulo Barros Franco	Frente Popular	244
Hermogêneo Soares	União Petropolitana	230
Pedro Hees	Integralismo	208
João Monsa	Integralismo	169
Osório Teixeira da Silva	Frente Popular	124

Mas toda a euforia que cercou o movimento integralista na cidade culminou com e sua desarticulação de forma abrupta no ano de 1937. Em plena campanha eleitoral onde os integralistas articulavam a candidatura de seu chefe nacional, Plínio Salgado à presidência da

Republica prevista para 1938, Vargas instala o Estado Novo, um golpe de governo que acarretou o fechamento da Ação Integralista e pois fim as eleições de 1938.

O Estado Novo

As articulações políticas em torno das eleições previstas para 1938 ocorriam a todo o vapor e as forças políticas regionais se arremeteram em torno de duas candidaturas: de um lado, a do paulista Armando de Sales Oliveira, que tinha o apoio do Partido Constitucionalista de São Paulo, do governador gaúcho Flores da Cunha e das facções oposicionistas da Bahia e de Pernambuco, que formaram a União Democrática Brasileira. De outro lado, o paraibano José Américo de Almeida, que recebeu o apoio do situacionismo mineiro, paraibano e baiano, bem como das facções oposicionistas do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Libertador (PL) rio-grandense. Na disputa estava também o candidato integralista Plínio Salgado. (MARTINS: p. 4)

Getúlio Vargas envolveu-se indiretamente no processo. Estimulou o lançamento de José Américo, sem, no entanto, apoiar oficialmente qualquer um dos candidatos; advertiu para a possibilidade de a atmosfera da campanha eleitoral reacender agitações de rua, enquanto cultivava o apoio dos camisas-verdes. Também consolidou lealdades pessoais em plano regional e no interior do aparelho de Estado. (MARTINS: p. 5) No entanto, a eleição não aconteceu.

Na verdade, antes mesmo do lançamento da candidatura José Américo já estava redigida (por Francisco Campos) a futura Constituição de 1937. A etapa seguinte foi a da articulação do golpe no nível dos governadores (missão Negrão de Lima), da consolidação do esquema militar (Góis foi nomeado para a chefia do Estado-Maior e o general Dutra para o Ministério da Guerra) e da espera do momento oportuno para a ação. Este surgiu sob a forma da “descoberta” do Plano Cohen, solenemente anunciada pelo general Dutra à nação a 30 de setembro. No dia seguinte o Congresso votou a suspensão das garantias constitucionais e, duas semanas depois, o controle pelo Exército da milícia do Rio Grande do Sul e a fuga do governador Flores da Cunha para o Uruguai liquidaram a última base de sustentação da candidatura Armando Sales. Benedito Valadares (então governador de Minas e articulador político de Vargas) diria mais tarde em suas memórias, resumindo uma certa concepção política, típica de toda uma época: “É interessante observar o ser possível fazer-se uma revolução (*sic*) às claras, sem o povo desconfiar.” Sem provocar maiores resistências, a 10 de

novembro foi fechado o Congresso, outorgada a nova Constituição e proclamado o Estado Novo. (MARTINS: p. 5)

O golpe de 1937 significou o desfecho relativamente pacífico das tensões que caracterizaram o Brasil na década de 1930 e que tinham natureza nas questões regionais e no papel central que os estados desempenhavam na política nacional, conforme a lógica do regime vigente. (CAMARGO, 1989: p. 249) O golpe pode ser considerado silencioso porque quando chegou, não encontrou resistências. Os projetos alternativos ao modelo corporativo vitorioso revelaram, no decorrer deste processo, fraca consistência, e os atores com eles comprometidos foram pouco a pouco eliminados no entrechoque das forças políticas, para o que muito contribuíram suas próprias contradições internas. (...) fica evidente, portanto que a derrubada da República Velha não se consumou com a Revolução de 1930, mas apenas iniciou-se então, com a tomada de poder pelas oligarquias dissidentes em aliança com uma jovem oficialidade modernizante, constituída principalmente de tenentes. Após um processo marcado por várias etapas, o golpe de 1937 representou uma acomodação forçada, obtida através do controle crescente das classes dirigentes sobre os diferentes segmentos da sociedade, e sobretudo, pela triagem dos quadros políticos. (CAMARGO, 1989: p. 249)

Para Maria do Carmo Campello de Souza, três mecanismos foram fundamentais ao processo de centralização e a garantia da ampliação de poderes do Executivo federal: o sistema de interventorias, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o conjunto de institutos, autarquias e grupos técnicos. As interventorias já haviam sido utilizadas em 1930, tiveram papel fundamental no Estado Novo.

O sistema de interventorias, pouco ou nada interferia com os pilares econômicos do poder político nos estados, nem era esse seu intuito. Não obstante, enfraquecia as antigas situações, na medida em que o interventor, embora ligado à elite estadual, não devia a ela sua permanência no controle do estado, mas sim ao beneplácito do Executivo federal. Removia-se, assim, boa parte dos empecilhos à centralização administrativa e estabelecia-se, através do interventor, uma convivência entre as diversas correntes da política regional, sem que o governo central entrasse em conflito aberto com elas ou sequer acenasse com qualquer ameaça a seus interesses econômicos. Compatibilizava-se assim o mínimo necessário e o mínimo possível de mudança: configurava-se a ditadura modernizante no combate à descentralização oligárquica da República Velha, forjando um novo modelo de articulação entre as forças políticas, padrão esse que garantia, ou visava garantir, certo grau de autonomia

ao poder federal para a efetivação de medidas econômicas urgentes e de grande envergadura para o período. (SOUZA, 1976: p. 89)

O DASP, criado em 1938, tinha como objetivo a realização de um estudo global do país, para então instituir mudanças administrativas e econômicas. Esse departamento ramificava-se em órgãos estaduais, chamados *daspinhos*, que operavam como legislativos estaduais, como corpo supervisor para os interventores e para o Ministério da Justiça. Os decretos e leis estaduais só tinham validade quando sancionados pelo presidente do *daspinho*. Os interventores municipais também tinham que se submeter diretamente ao presidente do *daspinho* de seu estado. (SOUZA, 1976: p. 96) Por fim, os institutos, autarquias e grupos técnicos funcionavam como instrumentos de intervenção e controle da economia. Souza agrupou esse conjunto em quatro categorias: 1) órgãos com atuação no setor agrícola, como os institutos do Pinho, do Sal, do Álcool e o Conselho Nacional do Café; 2) órgãos destinados a aplicar incentivos às indústrias privadas, a exemplo do Conselho Nacional de Política Industrial; 3) órgãos destinados à implantação, ampliação ou remodelação de serviços básicos de infraestrutura para a industrialização, como as comissões do Vale do Rio Doce, do Plano Siderúrgico Nacional e do Plano Rodoviário Nacional; 4) órgãos destinados a ingressar diretamente em atividades produtivas, onde destacou-se a Petrobrás. (SOUZA, 1976: p. 99)

A partir do golpe, consolidou-se a formação de uma nova classe política, composta por elementos que possuíam laços pessoais de lealdade com Vargas e que aderiram aos pactos que então se constituíram. (SOUZA, 1976: p. 99)

O Estado Novo em Petrópolis

Através do decreto federal de 2 de dezembro de 1937, o governo Vargas, após instaurar o Estado Novo, determina o fechamento de todos os partidos políticos brasileiros, e com isso, a A.I.B. entra na ilegalidade. (CALDEIRA, 1999: p. 111).

As atividades do núcleo em Petrópolis continuaram até fevereiro de 1938, quando a polícia invadiu a sede do movimento na cidade apreendendo os arquivos e as armas que estavam no local. (ALCÂNTARA, 2009: p. 45).

Diligencias posteriores, levadas a efeito pela madrugada em fóra, pelo illustre sr. Anuar Farah e seus auxiliares, tiveram o mais absoluto êxito, coroados que foram com a apprehensão do restante do archivo dos camisas-verdes.

14 a 18 de maio de 2012

Com a presença do ex-“chefe municipal” do integralismo extinto, dr. Rodolpho Figueira de Mello, foram varejadas as sedes municipal e provincial, à avenida 15 de novembro e rua Paulo Barbosa, respectivamente.

Essas diligências foram a chave de ouro com que o operoso e digno sr. Anaur Farah, cerrou a repressão às arremetidas criminosas, seus idalismos, do credo “que foi” do sr. Plínio Salgado.

Pela madrugada, quasi o dia nascendo, encontrava-se no cartório da Delegacia da 6ª Região, todo o archivo e a famigerada e odiosa “lista-negra” do defunto integralismo. (JORNAL DE PETRÓPOLIS, 14 fev. 1938: p. 2).

A lista negra do movimento integralista continha nomes de comerciantes, industriais e membros da sociedade petropolitana, dando destaque aos que são filiados a maçonaria. Políticos fluminenses também somam seus nomes na lista negra. Nos arquivos encontrados também é identificado como o núcleo municipal começou a ter dificuldades a partir de setembro de 1937 na divulgação da doutrina integralista, como destaca o *Jornal de Petrópolis* em sua publicação de 14 de fev. de 1938, quando expõem alguns relatos que constavam nos arquivos integralistas. Tratasse de uma correspondência do chefe local para o chefe provincial, quando o chefe local aponta as dificuldades de vincular notas integralistas nos principais jornais da cidade: o *Jornal de Petrópolis* é identificado pelo dono que jornal na época, o Deputado Federal Eduardo Duvivier, visto como maçom e com elementos esquerdistas; a *Tribuna de Petrópolis* por fazer parte da União Democrática Brasileira, não aceito por motivo de contrato notas integralistas; o jornal *Pequena Ilustração* o movimento ainda consegue vincular notas por ele não ter preferência partidária; o *Jornal de Cascatinha* pertence a um comunista; ainda há como meios de divulgação do movimento a *Voz Marianna* e *Vozes de Petrópolis*, ambos católicos mas o segundo com simpatia aos alemães prejudicando a imagem do integralismo. Com o fechamento do núcleo integralista de Petrópolis, Raymundo Padilha então chefe da província do Rio de Janeiro foge da cidade no sentido Rio de Janeiro, pois com o fechamento da sede municipal e a prisão dos líderes locais, Padilha era alvo principal da polícia. (JORNAL DE PETRÓPOLIS, 14 fev. 1938: p. 3).

Raymundo Padilha e a tentativa de golpe de 1938

Raymundo Delmiriano Padilha nasceu em Fortaleza, Ceará, em 8 de abril de 1899. Filho de um funcionário da alfândega, mudou-se várias vezes ao longo de sua infância e juventude. Morou em Santos-SP e por fim no Rio de Janeiro. Lá formou-se em economia, prestando concurso para o Banco do Brasil, onde foi funcionário por vários anos. (BRILL,

2006: p. 49) Padilha atuou como chefe municipal do integralismo em Petrópolis, núcleo que fundou em 1933 e ajudou a estruturá-lo. (MACHADO, 2008: p. 51)

De acordo com Natalia dos Reis Cruz, Padilha por ser formado em Economia, fez parte da elite pensante do movimento integralista, que visava disseminar sua doutrina através de vários meios de comunicação para alcançar principalmente a classe média e o operariado em organização. (CRUZ, 2010: p. 5)

Não aceitando as leis impostas pelo Estado Novo que levaram ao fechamento a Ação Integralista e colocou fim nas pretensões eleitorais de Plínio Salgado, membros do movimento articularam um golpe para tirar Vargas do poder. A tentativa de golpe por parte dos integralistas deu-se pela frustração dos membros com os rumos que Vargas tomou após a aplicação do Estado Novo. Segundo Gilberto Calil, alguns meses antes a implantação do Estado Novo, os integralistas estavam tentando se aproximar cada vez mais ao governo de Vargas, o que levou Plínio Salgado a pensar que as primeiras medidas articuladas por Vargas após o golpe tinham base ideológica nas ações propostas pelo integralismo. A frustração tomou conta do movimento dias após o golpe quando o governo de Vargas cada vez mais fecha o cerco com relação aos movimentos políticos. A AIB só permaneceu de certa forma com alguns de seus núcleos em atividade porque Plínio Salgado alterou o nome do movimento passando a se chamar Associação Brasileira de Cultura, uma forma de escapar da perseguição imposta aos partidos políticos e de certa forma continuar funcionando. (CALIL, 2010: p. 67-72)

Em Petrópolis, o mês de fevereiro de 1938 ficou marcado para os membros do núcleo local pois foram apreendidas varias armas que foram enviadas aos integralistas através de um carregamento de café destinado ao posto do Departamento Nacional do Café que se localizava na Cidade. Após a apreensão o núcleo local foi definitivamente fechado e o líder do movimento na Cidade, Raymundo Padilha, ficou foragido. Após estes fatos, a tentativa de dar um golpe em Vargas estava cada vez mais presente no ideário dos membros. Ocorreu uma primeira tentativa de golpe em 11 de março de 1938 mas a missão foi abortada. Uma nova tentativa ocorre em 11 de maio de 1938 agora contando o grupo que articulava o golpe com membros integralistas e liberais. Os ataques geram apenas alguns danos ao palácio da Guanabara. Membros da AIB que estavam foragidos são presos entre eles Raymundo Padilha, que durou alguns dias e o exílio de Plínio Salgado em Portugal. (COUTINHO: p. 4)

A atuação de Raymundo Padilha frente ao movimento não tem seu fim neste episódio, Padilha foi utilizado por Plínio Salgado como seu porta-voz no Brasil enquanto permaneceu

exilado em Portugal. O papel desempenhado por Padilha era na tentativa de rearticular o movimento no Brasil o que levou a criação do PRP em setembro de 1945. (COUTINHO: p. 4).

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. **Petrópolis, 1935: Greve e conflitos na cidade imperial**. 2009. 52 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

ALCÂNTARA, Priscila Musquim. OLIVEIRA, Alexandre Luís. **Petrópolis e o II Congresso Nacional Integralista (1935)**. In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo e o III Simpósio do Laboratório de História Política e Social – LAHPS/UFJF, 2010. Juiz de Fora – MG.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **A Ascensão da Ação Integralista Brasileira (1923-1937)**. FFF: Revista de Iniciação Científica, v.6, n.1/2/3. p.71. 2006.

BRILL, Paulo. **Raymundo Padilha**/seleção de discursos e introdução por Paulo Brill. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. (Perfis Parlamentares; n. 46)

CAMARGO, Aspásia. **O golpe silencioso: as origens da República Corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CRUZ, Natália. **A Ação Integralista Brasileira**. Um Subversivismo Reacionário no Contexto da Revolução Passiva de 1930 e da Modernização Conservadora. In: Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares, 2010, Niterói. Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares, 2010.

MACHADO, Paulo Henrique. **Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935**. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Pão, terra e liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008.

MAIO, Marcos Chor. CYTRYNOWICZ, Roney. A ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo**. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

MARTINS, Luciano. Estado Novo *in* ABREU, Alzira Álvares. BELOCH, Isabel. (coord.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2012.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. **O trágico Três de Outubro**: estudo histórico de um evento. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 1993

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Leituras cotidianas**, nº 135. Set. 2005. Disponível em http://br.geocities.com/mcrost07/20050909a_70_anos_da_alianca_nacional_libertadora.htm. Acesso em 13 de junho de 2009.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estados e Partidos Políticos no Brasil**. (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

VIANNA, Marly de Almeida. **Revolucionários de 1935**: sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Liberalismo Excludente Versus “Democracia Substantiva”: o Manifesto Mineiro e os debates sobre o estado autoritário-corporativo nos anos finais do Estado Novo (1943-1945).

Juliana Martins Alves *

Resumo: O Manifesto Mineiro de 1943 é, comumente, apontado como um dos marcos da oposição política ao governo Vargas, que culminaria com a queda do Estado Novo em 1945. O artigo visa a situar o documento como sinalizador de um processo mais amplo de fracionamento das classes dirigentes, frente ao projeto estadonovista, e face aos debates que a ele se seguiram sobre o Estado autoritário-corporativo. O texto objetiva caracterizar os dois projetos em disputa entre 1943-45: o *liberalismo excludente* das “oposições coligadas” e a “democracia substantiva” (corporativa, econômica, social e sindical) construída nas décadas de 1930-1940, cujos marcos institucionais serão reafirmados na *democratização* de 1945, sendo a ela reincorporados os direitos políticos.

Palavras-chave: Manifesto Mineiro, Elites, queda do Estado Novo.

Résumé: Le "Manifesto Mineiro" de 1943 est d'habitude signalé comme un fait important de l'opposition politique au gouvernement Vargas, qui culminerait avec la chute de l' "Estado Novo" en 1945. L'article a pour but de placer le document comme signaleur d'un processus plus ample de fractionnement des classes dirigeantes face au projet "estadonovista" et face aux débats qui ont suivi sur l'Etat autoritaire-corporatif. Le texte a pour objectif de caractériser les deux projets en dispute entre 1943-1945: le *libéralisme excluant* des "oppositions unies" et la "démocratie substantive" (corporative, économique, sociale et syndicale), construite aux décades de 1930-1940, dont les faits institutionnels seront réaffirmés à la démocratisation de 1945, en lui étant réincorporés les droits politiques.

Mots-Clefs: Manifesto Mineiro, Élités, la chute de l' Estado Novo.

Introdução

* Doutora em História pela USP, com área de concentração em História Social.

E ele [Vargas] surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso, no sentido da democracia.

Virgílio de Mello Franco. (Signatário do Manifesto Mineiro de 1943).

O Manifesto Mineiro de 1943 é, comumente, apontado como um dos marcos da oposição política ao governo Vargas, que culminaria com a queda do Estado Novo em 1945. O artigo visa a situar o documento como sinalizador de um processo mais amplo de fracionamento das classes dirigentes, frente ao projeto estadonovista, e face aos debates que a ele se seguiram sobre o Estado autoritário-corporativo. Nessa perspectiva, o texto objetiva caracterizar os dois projetos em disputa entre 1943-45: o *liberalismo excludente* das “oposições coligadas” e a “democracia substantiva” (corporativa, econômica, social e sindical) construída nas décadas de 1930-1940, cujos marcos institucionais foram reafirmados na *democratização* de 1945, sendo a ela reincorporados os direitos políticos.

A opção pelo Manifesto Mineiro como ponto de partida para a análise se justifica por algumas razões. Primeira, tendo em vista o caráter precursor do documento no tocante à expressão dos anseios e interesses das *elites liberais* do país. Segunda, em razão de seu significado regional, apresentando-se como uma resposta das elites mineiras ao que entendiam como *a espoliação do poder político de Minas Gerais*, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. O que confirma a importância das tradições regionalistas na política brasileira.³⁴⁶ E terceira, dada a forma como o Manifesto sinalizou um processo mais amplo que, do meu ponto de vista, entendo, crucial para a queda do Estado Novo em 1945: o fracionamento das classes dirigentes, motivado por interesses não somente políticos, mas também econômicos e sociais. Fracionamento esse, que se consubstanciaria em divergências cada vez mais aprofundadas em torno da política estatal entre 1943-45. (ALVES, 2002).

O processo de oposição que levou à derrubada do governo estadonovista em 1945 – exatamente numa época em que a luta pela *distribuição de benefícios econômicos e sociais* era a própria *luta pela democracia* – permaneceu, entretanto, por várias décadas, entre as ausências da historiografia contemporânea. A queda do Estado Novo foi explicada, sobretudo, pela contradição “fascismo/democracia”, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra e a

³⁴⁶ - Em seu primeiro esboço, redigido por Odilon Braga, defendendo as “tradições de civismo” e o apego aos ideais políticos “que se realizam pela federação, autonomia estadual e pela democracia”, o Manifesto é apresentado como: o “Eco recolhido pelos Mineiros dos prenúncios da Independência, [desde] Tiradentes e seus companheiros de glória e de infortúnio,... no decurso das incessantes refregas provocadas pela personificação do poder, sempre conducente aos vícios do unitarismo e às restrições das liberdades públicas e privadas”. Arquivo Odilon Braga. Arquivo Histórico da UFJF. (Pasta: documentos sobre o Manifesto dos Mineiros).

vitória das potências democráticas na Europa, que teriam levado à “*sobredeterminação*” da conjuntura política. Para Francisco Weffort: “a oposição fascismo versus democracia” no plano internacional, incide no país em duas questões centrais: “as posições de poder pessoal de Getúlio Vargas”, consoante às interpretações sobre o populismo; e “os rumos a serem dados à institucionalização”. Assim, segundo suas palavras, os anos 1943/1945 foram de “crise institucional”, sendo que as contradições decisivas, “não eram imediatamente de caráter econômico, mas de caráter político”.

Quanto à “aliança governo-massas”, que levaria à proscrição do populismo pelas forças armadas e ao Golpe de 1945, considera o autor: “a genialidade de Getúlio Vargas nesses anos [1943-45] está em ter percebido que a verdadeira ameaça não vinha das massas”, mas, sim, da “desarticulação das elites que afetava as bases de apoio do Estado que chefiava”. Por conseguinte, como “árbitro do compromisso elitário”, Vargas buscava “apoio nas mesmas massas que as elites viam como uma ameaça permanente” (WEFFORT, 1979: 15). Essa matriz de interpretação foi amplamente difundida nas análises sobre o “populismo” varguista. Nesse caso, concordo com Ângela de Castro Gomes: “A influência marxista é apontada... como pernicioso por associar, de forma rápida e descuidada, fenômenos populares a fenômenos progressistas/de esquerda, sem atentar para o caráter reacionário de manifestações políticas como o populismo”. (1996: 36).

Sem discordar do caráter decisivo da Guerra para a reordenação política interna do regime varguista, entendo que embora os interesses (e contradições) de ordem econômica não sejam determinantes em “*última instância*” da conjuntura de crise política, tiveram clara presença no arranjo de forças contrárias ao governo Vargas (ALVES: 2002, 2010). Em vista disso, acredito que as abordagens sobre a “antinomia Fascismo/democracia” com a entrada do país na Guerra (apesar de esta ter provocado a divisão de homens fortes do governo) ³⁴⁷ ou as noções relativas ao *populismo* (tornando “inevitáveis” os golpes de Estado) além de patentearem a *inevitabilidade da crise*, não elucidam aspectos fundamentais da orientação governamental e da política trabalhista, assim como tendem a obscurecer a atuação dos atores sociais presentes nesse processo. Em resumo, essas explicações tornam-se, sobremaneira, insuficientes para explicar a queda do Estado Novo: se as relações entre Estado e forças sociais atuantes naquele contexto não fizerem parte do esforço analítico.

³⁴⁷ - Oswaldo Aranha (Ministro do Exterior) era favorável aos EUA, enquanto Francisco Campos (Justiça) e Góes Monteiro (Ministro da Guerra) defendiam o alinhamento do Brasil aos países do Eixo, dada a proximidade ideológica do governo estadonovista com o nazifascismo.

Afora isso, entendo que utilizar o populismo (seja como instrumental teórico-metodológico ou categoria política de inspiração em Getúlio Vargas) como fator explicativo da crise e do processo de oposição ao governo – a partir da divulgação do Manifesto Mineiro – é, no mínimo, uma interpretação demasiadamente sumária. Em outros termos, acredito, adequar a política social e sindical do Estado, o arcabouço jurídico-institucional construído entre 1930-1945, as relações Estado/trabalhadores/grupos econômicos, as forças sociais atuantes naquele contexto histórico – *reduzindo-os* à categoria de “populismo” – é dizer muito pouco.

Eli Diniz, ao analisar as relações entre Estado e grupos sociais privados, via arcabouço institucional corporativo, afirma que: a queda do Estado Novo “configuraria uma situação limite, em que a ameaça de transgressão do grau de arbítrio exercido pelo Estado restabeleceria a unidade da coalizão dominante, em torno de uma proposta de mudança do regime” (1983: 107).

Nesse sentido, procuro avançar a discussão, contextualizando o Manifesto Mineiro de 1943 no embate mais amplo em torno da política estatal nos anos 1943-45, tendo em foco o discurso anti-governamental veiculado pela imprensa, não obstante os limites deste artigo. Sobre as formulações ideológicas contidas no discurso, vale lembrar a proposição de Roger Chartier: “as representações do mundo social assim construídas; embora aspirem à universalidade de um diagnóstico... [da realidade histórica e social] são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”. (1990: 17).

“Democracia substantiva” versus “liberalismo excludente” nos anos finais do Estado Novo

Soa-nos permanentemente aos ouvidos o refrão dos adeptos da Ditadura e de seus propagandistas oficiais, esses locutores alegres que todos os dias cumprimentam os trabalhadores do Brasil: ‘a obra social que realizou no campo das atividades trabalhistas’. Pai espúrio de toda ela é o Ditador. (...).

Consideremos, porém, como do próprio Ditador toda essa Legislação Social (...); ela, por si só, pode justificar..., quinze anos de governo? Evidentemente que não.

Paulo Pinheiro Chagas. (Signatário do Manifesto Mineiro. Apud CAVALCANTI, 1978).

Durante o Estado Novo (1937-1945) foi criado um novo conceito de “democracia”, definida como “substantiva” (econômica, corporativa, social e sindical), dissociada dos

direitos políticos, abolidos em 1937 (VARGAS,1950, VIANNA:1951).³⁴⁸ Esta noção de “democracia”, vinculou-se: a) aos direitos sociais do trabalho, implementados entre 1930-1945, tão demandados pela classe trabalhadora desde princípios do regime republicano; b) a um formato de organização e participação das camadas operárias urbanas no sistema político: como *coletividade heterogênea, socialmente hierarquizada e organizada* via arcabouço sindical corporativo; c) à definição do sindicato enquanto “órgão de colaboração com o poder público” e locus privilegiado para o exercício da “cidadania corporativista” obtida pelos trabalhadores, através da Legislação Trabalhista e Sindical; d) à edificação de uma estrutura corporativa de representação de interesses dos diferentes grupos, com a implantação de sindicatos, federações, confederações, além de outros órgãos, destinados à introjeção de suas demandas para dentro do aparelho burocrático estatal (DINIZ, 1983). Às elites econômicas, porém, era permitida a *duplicidade* ou “*dualidade organizativa*”, por meio de suas associações “estatais” e civis, sendo esse direito negado aos trabalhadores (DINIZ e BOSCHI, 1991: 19).

Partindo de argumentos contrários ao liberalismo e suas implicações econômicas e sociais, as propostas trabalhista e corporativista, colocadas nos anos 1930, basearam-se no *intervencionismo estatal* nas esferas econômica e social e na definição do Estado – entendido como a “sociedade organizada como poder” – como *fator e princípio de organização da coletividade* e dos *grupos sociais*. Elas foram também consideradas expressões de uma “forma superior de Estado” e, por conseguinte, de “democracia”, porque fundada na “justiça social” (VARGAS, 1938: 135; VIANNA: 1951).³⁴⁹ Nesse aspecto, pretendendo constituir-se em uma resposta efetiva do Estado, que visava a interpretar e *re-significar* as experiências políticas e sociais do período anterior a 1930. À “democracia substantiva” foram reincorporados os direitos políticos ao final do regime de 1937, com o restabelecimento dos partidos e a fundação do PSD e PTB, em 1945, pelo próprio presidente Vargas.

³⁴⁸ - Nesse sentido, são clássicas algumas proposições de Vargas. Em discurso proferido, em 1º. de Maio de 1944, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, ao justificar a abolição dos direitos políticos e as bases “democráticas” (!) do Estado Novo, afirmava o presidente: “Sem independência econômica [a liberdade política] converte-se quase sempre em licenciosidade e ludíbrio para o Povo, que não mata a fome com direito de voto, nem educa os filhos com direito de reunião”. (VARGAS, 1944, Vol. 10: 287-293). Em um dos vetos baixados pelo DIP no período, lia-se: “*Proibidas quaisquer alusões ao regime brasileiro anterior a 10 de novembro de 1937, sem prejuízo de referências à democracia, pois o regime atual é também uma democracia*”. (ALVES, 2002: 36).

³⁴⁹ - A esse respeito consultar ainda os discursos de Vargas à Comissão de Planejamento Econômico e o do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, quando da instalação dos trabalhos da V Feira Nacional da Indústria, em São Paulo, em fins de 1944. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 09/11/1944.

Consoante às idéias políticas autoritárias dominantes no pós-1930, a noção de *democracia* “substantiva” – interpretada pelos articuladores do trabalhismo como a “verdadeira democracia” – seria, permanentemente, contraposta à “democracia política liberal” (formal, “de fachada”, a “democracia dos partidos”, representantes de “interesses particularistas e de grupos”), ao liberalismo econômico “licencioso e criminoso”, “esquecido dos deveres para com a coletividade” (VARGAS, 1950: 56, 28, 134), com Vargas na direção do Estado.

Rogério Dultra dos Santos identifica a origem do conceito de “democracia substantiva” no pensamento do jurista alemão Carl Schmitt (1888-1985) que, segundo o autor, “foi o responsável pelo modelo teórico de um *Estado antiliberal*, fundando-o na idéia de uma *democracia substancial*, que acabou por transformar-se no paradigma jurídico constitucional das ditaduras ocidentais do século XX”, tendo grande influência no Brasil (SANTOS, 2006: 3); ao lado de teóricos como Mihail Manoilescu, ideólogo do corporativismo (CAMARGO, 1989).

Essas idéias deram sustentação ao trabalhismo e à sua outra face, o corporativismo, enquanto partes de um mesmo projeto construído nas décadas de 1930-1940 (GOMES, 1988).

Nos anos finais do Estado Novo, este projeto foi reorientado, visando, por um lado, à *transição democrática* do regime; e, por outro, à manutenção dos marcos institucionais construídos entre 1930-1945.

Em contrapartida, por parte dos opositores da política estatal, que se auto-definiam como os “democratas genuínos”, ocorre uma retomada dos valores do liberalismo econômico e político – contrários ao intervencionismo estatal, ao Estado autoritário-corporativo e às práticas do “regime getulitário”, tal como seria chamado pelos grupos de oposição –³⁵⁰ consubstanciando-se em uma proposta de “democracia excludente”. Essas discussões foram inauguradas pelo Manifesto Mineiro de 1943. Muito embora, como lembra Maria Helena Capelato: ao fim do regime estadonovista, “bem poucos podiam ter a certeza de não terem a ele aderido”. Isto porque, para a “salvação” e defesa dos interesses de classe, as elites preferiam, antes: “ser vítimas da tirania do poder, do que da tirania das massas” (CAPELATO, 1989: 83).

³⁵⁰ - *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05/11/1944. São ainda exemplos de inúmeras outras matérias veiculadas pela imprensa no período: “*Bulimia de poder*”, “*Sovietização*”, “*Democracia, marxismo e italianismo*”; “*O dilema do ditador*”. Idem. 03/05/1945; 30/05/1945; 06/10/1945.

Entre 1943-1945, enquanto a equipe governamental movia esforços no sentido de conduzir o processo de transição e encaminhamento eleitoral do regime, cogitando, inclusive, da realização das eleições via sindicatos corporativos, definiam-se as posições de confronto face às medidas visando à “democratização” do país, a cargo da política trabalhista. Nesse aspecto, sem deixar de lado, os fundamentos da “democracia substantiva” e o “*patrimônio jurídico-institucional*” construído entre 1930-1945. Daí a compatibilidade entre o corporativismo estatal e as outras formas de representação político-partidárias, após a instituição da Lei Eleitoral de 28 de maio de 1945, que restabelece os partidos políticos (GOMES, 1988: 31, 182).³⁵¹

Esse processo, batizado de “redemocratização”, se de um lado, propiciou a ampliação da competitividade política, estimulada pelas divergências intra-elites e pela inserção de novos atores sociais na arena política, entre os quais, os trabalhadores; por outro, reforçou e ampliou o campo de ação do Estado no processo de transição democrática. Nas palavras do ministro Alexandre Marcondes Filho – articulador político chave do projeto trabalhista, que no período de julho de 1942 a março de 1945 (até a posse de Agamenon Magalhães, como ministro da Justiça) acumulou a chefia das Pastas do Trabalho e da Justiça, ambas, tendo um papel central na condução do processo político nacional –: “*O MUNDO DO APÓS-GUERRA PERTENCE AO HOMEM DO TRABALHO*” [sic].³⁵²

No contexto em que será promulgada a CLT, em 1943, e a sorte do Estado Novo parece vinculada aos resultados da Segunda Guerra, a orientação governamental far-se-ia em torno de dois objetivos centrais: 1.º) o de demonstrar, na prática, os resultados da “*democracia substantiva*”, comprovados empiricamente,³⁵³ e 2.º) a reafirmação dos marcos institucionais construídos e, sobretudo, da estrutura sindical-corporativa de organização da classe trabalhadora. Estrutura que, não obstante conformar-se à criação de um partido político (o

³⁵¹ - A propósito das vinculações entre o sistema político-partidário construído em 1945 e o Estado Novo, o trabalho pioneiro de Maria do Carmo Campello de Souza (1983) permanece referência obrigatória.

³⁵² - *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/07/1945, p. 1, 2.

³⁵³ - A propósito do “*Panorama Trabalhista*” traçado para o após Guerra e sobre a “*ação pedagógica*” do Titular da Pasta do Trabalho, Marcondes Filho – constituída de mais de 200 palestras pronunciadas de janeiro de 1942 a outubro de 1945, tendo ainda em vista o lançamento de um livro – ver GOMES, 1988: 327-328; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10/11/1944 e “*O Brasil começa honrosamente a Nova Época que se abre diante de nós*”. Discurso de Marcondes Filho na “*Hora do Brasil*”. Reproduzido por *O Radical*. Rio de Janeiro, 11/05/1945, p. 1.

Dessa maneira, se durante o governo estadonovista, a cidadania e a “democracia substantiva” (corporativa e social) se alicerçaram nos benefícios auferidos pelo operariado urbano, com a exclusão dos direitos políticos; na conjuntura de democratização elas seriam articuladas às formas de organização política e ao aparato jurídico-institucional e sindical construído. O que significou tanto a canalização dos esforços investidos pelo Estado na organização corporativa dos trabalhadores, como a garantia dos direitos sociais por eles adquiridos. Esse elemento estaria no cerne da Campanha Queremista em 1945.

A esse respeito, lecionava Costa Rego no Correio da Manhã: “Há muitos modos, Joaquim, de conceituar a democracia (...). Todos, entretanto, costumam dirigir apelos ao Estado democrático, pelo desejo de possuí-lo”. Porém, “a democracia não impede a ditadura” e a “ditadura nunca evitou a democracia”, conquanto “ambas querem uma só coisa: MANDAR” [sic]. E conclui: “Veja, meu Joaquim, se arruma na cabeça estas idéias. Quando elas estiverem cada uma em sua prateleira você entenderá a Lei Eleitoral e os discursos do Dr. Getúlio Vargas”.³⁵⁵

Já a propósito da combinação entre “democracia substantiva” e “democratização”, como termos que se *repelem*, afirmava o Diário Carioca: “há sete anos o povo brasileiro” aprendeu “o que é ‘*democracia econômica*’, ‘*orgânica*’, ‘*sindical*’, ‘*corporativa*’, ou qualquer outro adjetivo destinado a mascarar uma ditadura”. Daí considerar a “democracia social”, tão preconizada pelo governo, como própria de um regime que suprime “as garantias dos cidadãos, a pretexto de satisfazer-lhes as necessidades materiais”. A isto, acrescentava o Correio da Manhã, que ao “dar o Golpe de 1937”, um dos propósitos de Vargas foi reduzir as classes trabalhadoras ao “cativeiro” político-ideológico. Por isso, ele “*estabeleceu logo a subordinação integral dos sindicatos ao Ministério do Trabalho*” para que o operário “*fosse reduzido à simples categoria de escravo. Foi à escravidão a que [governo]*” tentou reduzir os trabalhadores, além de transformar os “*sindicatos em agências do Ministério do Trabalho*”. De onde conclui: “*O que o operariado conseguiu foi no tempo em que havia entre nós um pouco de democracia*” [sic].³⁵⁶

³⁵⁴ - Nesse ponto, embora Vargas não negasse a participação dos trabalhadores no PTB, chegando a conclamá-los em várias ocasiões, o sindicato permanece definido como a primeira instância organizacional para expressão das demandas trabalhadoras.

³⁵⁵ - *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04/05/1945, p. 4.

³⁵⁶ - *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 04/03/1945; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08/05/1945, p. 2.

Em outros termos, o que estava em questão era a política estatal de reconhecimento dos trabalhadores e os rumos da orientação econômico-social (industrialização, intervencionismo, direitos trabalhistas) traçados pelo governo.

Os Manifestantes de 1943 e a democracia. Qual democracia ?

O *Manifesto Mineiro*, de 24 de outubro de 1943, contou com 92 assinaturas de políticos remanescentes da Primeira República, marginalizados no pós-1930, com a ascensão de Vargas ao poder. Virgílio de Mello Franco, um dos signatários do documento, afirma que o Manifesto representou uma resposta das oposições aos planos do Ministério do Trabalho e à solução corporativista para a transição do regime. Segundo ele, no momento em que Vargas e seu “fiel ministro do Trabalho [Marcondes Filho] tramava a eleição pelos sindicatos”, os “homens da resistência democrática conspiraram... para elaborar um Manifesto que logo ficou conhecido” como o Manifesto dos Mineiros (FRANCO, 1946: 12).

Maria Victória Benevides considera o documento expressão do “oportunismo” das elites mineiras, numa “defesa puramente formal das liberdades democráticas”. Apesar da defesa do liberalismo, não há menção alguma às questões candentes que a nova democracia teria que enfrentar: a organização do trabalho, a ampliação da participação popular e a *liberdade sindical* (BENEVIDES, 1981: 36). Nesse terreno, o documento deixa a mostra o *liberalismo doutrinário* e a *democracia excludente*, definida pelos manifestantes de 1943. É exemplar, nesse aspecto, a proposição de Odilon Braga: “Espíritos eminentemente democráticos [que somos], nós bem sabemos que, tal como as demais criações humanas, a democracia tem os seus inconvenientes e limitações”.³⁵⁷

Pregando a união das oposições ao Estado Novo, o Manifesto defendia uma “*ampla reforma democrática*”. Não tão ampla, porém, que incluísse os trabalhadores. Mas, que “cogitasse, principalmente, da *democratização da economia*” (CAVALCANTI, 1978: 40). Isto porque, de acordo com os *preceitos democráticos*, definidos pelas oposições: “governar não é entupir de leis os caminhos pelos quais deveria circular a riqueza nacional”.³⁵⁸ No dizer dos manifestantes de 1943: “Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para

³⁵⁷ - Primeiro esboço do Manifesto Mineiro de 24 de outubro de 1943. Ver também correspondência de Odilon Braga a João Marques. Arquivo Odilon Braga. *Correspondências*. Arquivo Histórico da UFJF.

³⁵⁸ - *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04/05/1945, p. 1, 3.

que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos..., não pedimos demais, reclamando para nós mesmos os direitos e garantias, que as caracterizam (Idem, 1978: 37).

Mantida em proporções bem definidas, os autores do Manifesto compreendiam que *fora da democracia não há salvação*. Preconizavam então uma “retomada de consciência” dos princípios do liberalismo político e econômico, a exemplo das “nações civilizadas” e desenvolvidas.

Posteriormente, esta questão se desdobraria em outros elementos no discurso anti-governamental. Tais como: a defesa pelo alinhamento econômico do Brasil aos EUA, a retomada dos princípios da “livre-concorrência”, do “livre comércio”, baseados na fórmula “comprar mais para vender mais” – contrários às práticas intervencionistas e ao protecionismo estatal à indústria, que no dizer das elites liberais, só favoreciam uma classe, em detrimento dos setores agrários e comerciais, ligados ao complexo agrário-exportador dominante na economia brasileira até 1930, os “verdadeiros responsáveis pela riqueza nacional” (ALVES, 2002: 119) – e a adesão aos preceitos liberais da Conferência de *Bretton Woods*, realizada nos EUA, em 1944, consoante a tendência anti-intervencionista que ganha impulso ao final da Guerra. O que acirraria os debates sobre a posição do Brasil face à orientação econômica e política dos organismos internacionais.

Conforme o Manifesto Mineiro, o corporativismo seria uma “simples alavanca de governos fascistas”, impedindo as “classes interessadas” e os *cidadãos* de participarem dos negócios e das deliberações do governo. Daí defenderem uma “ponderada reestruturação” da República; conclamando, nesta feita, as “forças vivas da Nação” a meditarem: com o fim de evitar os “males do passado”; sanar os “equivocos do presente e assegurar a ordem e a prosperidade do país” (Idem).³⁵⁹

Dessa maneira, reivindicavam uma maior participação político-econômica para as próprias elites, baseada em uma *democracia excludente*. Estes elementos nortearam o discurso anti-governamental até 1945. Isto é, se por um lado, defendiam os *direitos e liberdades dos cidadãos* contra o regime ditatorial e o Estado corporativista (importa observar, utilizado pelos diferentes grupos com muito proveito, inseridos nos órgãos da burocracia estatal e *Conselhos Técnicos*, que abarcavam as demandas das elites econômicas,

³⁵⁹ - Embora apontado por Vargas como “prurido demagógico de alguns leguleios em férias” e referido por partidários do governo como “*água de flor de laranjeira*”, o Manifesto suscitaria uma ampla e sistemática reação governamental. (VARGAS, 1944, Vol. X. *Discurso na Nova Sede do Ministério da Fazenda* em 10/11/1943). A maioria absoluta dos signatários do documento, vários ligados aos interesses da alta finança ou ocupantes de cargos públicos, foram destituídos de suas funções.

embora impedissem a sua efetiva hegemonia sobre o poder). Por outro lado, alijavam as idéias de organização e representação dos trabalhadores, batendo-se contra a sua participação no sistema político. E, além disso, contra as garantias dos direitos sociais e a “democracia substantiva” (social e sindical), quando a ela seriam acoplados os direitos políticos.

A esse respeito, diagnosticava o jornal pró-getulista O Radical: os que combatem a política estatal, os ditos “democratas genuínos”, com suas “prosápias oposicionistas”, encobrem, na verdade, seus “apetites por cada vez maiores lucros”. “Queiram ou não os adversários do governo”, as classes trabalhadoras “sentem-se garantidas em seus direitos” e compreendem que os que combatem a política estatal “nada fizeram em seu benefício”. Muito pelo contrário. Esses “paladinos do passado” e “censores” da política trabalhista são os primeiros a “fomentar a discórdia nacional”, por um lado; e por outro, “acumulando fortunas nababescas que, bem estudadas suas origens, dariam causa a muito trabalho aos meirinhos da nossa justiça”. Em outra matéria, distinguindo, o que significava a “*democracia das oposições*” e a “*democracia do governo*”, baseada na “justiça social” e nos direitos do trabalho, afirmava o periódico: “*Democracia – o nome está ensinando – é o regime do povo*”. No Brasil, “*outro conceito não queremos conhecer da democracia. Quem seria capaz de injuriar a democracia, chamando de democrata aquela granfinagem [societas sceleris] da tribuna social Jóquei Clube ? [sic]*”.³⁶⁰

A maioria absoluta dos signatários do Manifesto, encabeçado pelas elites mineiras, passaria a integrar a UDN (União Democrática Nacional) criada em abril de 1945, como força de rejeição ao governo Vargas. O que parece ter significado a viabilização, em termos partidários, do *liberalismo doutrinário* contido no Manifesto, transformado em proposta política nacional.³⁶¹ Ou, como diria Wanderley Guilherme dos Santos acerca do *eterno dilema* da UDN – dividida entre o “*liberalismo doutrinário*” e o “*golpismo*”, que a transformaria no mais subversivo partido político do pós-1945 – tratava-se de um conveniente silogismo estabelecido pelas *elites bem pensantes* pertencentes ao partido: “se faltava legitimidade ao sistema [político], era perfeitamente correto, e dentro da mais perfeita tradição liberal, tentar derrubá-lo” (SANTOS, 1978: 99).

Assim, se até a vitória das forças aliadas no Pacífico o regime varguista era considerado uma *ditadura mais aceitável que as outras*, a partir de 1943 ressurgem as tendências de apoio

³⁶⁰ - O Radical. Rio de Janeiro, 30/06/1945, p. 1; Idem, 19/08/1945.

³⁶¹ - Sobre as articulações e a participação das lideranças mineiras na organização da UDN, consultar: *Arquivo Odilon Braga*. Arquivo Histórico da UFJF, Juiz de Fora. MG.

(interno e externo) a uma solução liberal para o país, entendida como caminho para a dissolução do impasse entre regime interno autoritário e política externa pró-aliados.

Os debates sobre o Estado autoritário-corporativo entre 1943-1945

Entre 1943-45, as questões colocadas no Manifesto Mineiro se radicalizariam, sobretudo, nos debates sobre o Estado autoritário-corporativo, assumindo diversos significados e desdobramentos no processo de oposição que culminaria com a queda do Estado Novo. Essas discussões demonstram um embate ideológico maior ligado ao próprio projeto político estadonovista. No momento em que este passa a sofrer fortes bloqueios, são também questionadas as suas bases, assentadas no trabalhismo, desenvolvimento industrial, autoritarismo e corporativismo. Nesse contexto, a política estatal de reconhecimento das classes trabalhadoras parece recolocar para os setores dominantes uma questão de maior vulto: a de como participar do poder, de quem poderia participar e dentro de que limites.

Na pauta de discussão dos diferentes grupos estavam: a) o *intervencionismo* estatal na economia, considerado, por alguns, “impatriótico” e “anti-democrático”;³⁶² b) o crescente “*poder decisório*” do Estado no tocante a medidas de ordem econômica e social; c) a ingerência do Estado nas relações capital-trabalho; d) e, ainda uma vez, a participação das “classes interessadas” nas decisões do Executivo. Daí a associação entre *corporativismo estatal* e “regimes políticos de força”, traduzidos na questão do “arbítrio dos Estados Nacionais”, em sacrifício da “representatividade”, “pedra angular da democracia”, no dizer dos opositoristas (ALVES, 2002: 63). Entretanto, tais debates não tratavam do *poder do Estado*, de modo abstrato; mas, envolviam, objetivamente, a própria estruturação e funcionamento do arcabouço institucional erigido entre 1930-1945.

De igual modo, cabe observar a forma como a noção de “representatividade”, inserida entre os cânones do liberalismo político (baseado nas idéias formuladas pelo pensador inglês John Locke) seria associada pelo discurso anti-governamental aos mecanismos de representação dos interesses de classe. Sob esse prisma, a apologia dos valores *liberais democráticos* prestava-se tanto às reivindicações de acesso dos grupos dominantes nas agências decisórias do Estado, quanto à defesa do reconhecimento de suas demandas e interesses específicos – sem o que o poder instituído estaria “*superposto*” às classes sociais.

³⁶² - Revista Rural Brasileira, Maio de 1945.

Essas discussões evoluíram, francamente, para os debates em torno das diversas formas de autoritarismo embutidas nas práticas “corporativistas” do regime “getulitário”, como afirmavam os oposicionistas, fundamentadas pela Constituição de 1937. Nesse aspecto, o discurso anti-governamental tende a radicalizar, sobremaneira, o *liberalismo doutrinário* expresso pelas elites mineiras, em seu Manifesto de 1943.

Dentro da perspectiva de dirimir as divergências em torno da centralização político-administrativa, *abrandar* os níveis de oposição no período e contornar as reivindicações de acesso das elites, será proposta a criação do *Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial* (CNPIC), com a participação de representantes das classes econômicas. O órgão foi instalado em março de 1944, presidido pelo Ministro do Trabalho e da Justiça, Alexandre Marcondes Filho. Entre 1943-1945, ao lado de várias outras iniciativas governamentais, ocorrerá também a regulamentação dos *Centros de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais*, entidades que tentariam se estruturar junto à área sindical, visando ao encaminhamento do problema constitucional-eleitoral no país (GOMES, 1988: 294-295).

Afora isso, para concluir, importa salientar que o discurso anti-governamental deixa entrever uma variada gama de interesses não somente políticos, mas, também, econômicos e sociais, encobertos pela bandeira da “redemocratização” do país. É exemplar, nesse aspecto, o editorial de julho de 1945 da *Revista Rural Brasileira*. Definindo os dois pilares em que a “ordem democrática” deveria se assentar: “agricultura e riqueza nacional”, afirma a publicação das classes agrárias: “*Salvemos a democracia, em defesa do nosso patrimônio – base econômica do Brasil*”. Conforme suas palavras:

A agricultura o que é, o que foi em todos os tempos, no conceito de eminentes estadistas e sociólogos: é o esteio da ordem, a reserva da moralidade, o sustentáculo da nacionalidade, a coluna mestra da democracia.

Eis porque contra a agricultura, contra os fazendeiros, os lavradores, vociferam raivosos os inimigos da democracia.

É nosso dever enfrentá-los com coragem, combatê-los com energia. Chegou a hora de, para ressalvamos os direitos de cuidar da política econômica, enveredarmos pela senda da política partidária. Chegou a hora de assumirmos posição ostensiva, desassombrada nas fileiras ativas, militantes do partido da democracia (...). Com as armas dignificantes e invencíveis da propagação da verdade – que convence; e do voto – que decide, – salvemos a democracia, em defesa do nosso patrimônio, – base econômica do Brasil.³⁶³

De onde se pode concluir que: ao fim do Estado Novo, a luta pela distribuição de benefícios econômicos e sociais vinculava-se à própria luta pela democracia, como foi

³⁶³ - *Revista Rural Brasileira*. São Paulo, Ano XXV, No. 229, julho de 1945.

mencionado. Sobre tais interesses, encobertos pelo discurso de oposição e associados ao tema da “redemocratização” em 1945, declarava *O Radical*: “ORA, VEJAM SÓ... *O Correio da Manhã é partidário da Livre-concorrência*” [sic]. Esta que seria “o fundamento, a ‘pedra de toque’, do liberalismo econômico do século passado”; e no estágio de desenvolvimento econômico-social alcançado pelo país: “uma idéia mais do que ‘caduca’ – morta”.³⁶⁴

Já para os executores da política estatal, tratava-se: não de negar as “conquistas” da “*democracia substantiva*” – econômica, corporativa, social e sindical. Mas, sim, de sistematicamente reafirmá-las, mesmo após a queda do Estado Novo em 1945. Essa dicotomia entre a “democracia substancial” e a “democracia política”, baseada no *liberalismo excludente*, preconizado pelas oposições (tal como no Manifesto Mineiro) seria, permanentemente, resgatada pelo trabalhismo, com Vargas na direção do Estado nos anos 1950.

Referências Bibliográficas

ALVES, Juliana Martins. *Trabalhismo e oposição no Segundo Governo Vargas (1950-1954)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010.

_____. Entre as trincheiras da oposição: o trabalhismo varguista (1943-1945). *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: USP, 2002.

BENEVIDES, M.V.M. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). *Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981*.

CAMARGO, Aspásia. O Golpe silencioso (As origens da República Corporativa). *Rio de Janeiro: Rio Fundo editora, 1989*.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Os arautos do liberalismo. *São Paulo: Brasiliense, 1989*, p. 83.

CAVALCANTI, O. Os insurretos de 43 (O Manifesto dos Mineiros). *Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978*.

CHANTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. *São Paulo: Difel, 1990*.

³⁶⁴ - *O Radical*. Rio de Janeiro, 20/07/1945, p. 2.

DINIZ, Eli. “Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe”. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2a. ed. São Paulo: Difel, 1983. Tomo III, 3o. Vol.

DINIZ, E. e BOSCHI, R. “O corporativismo na construção do espaço público”. In: BOSCHI, Renato (org.). *Corporativismo e desigualdade – a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

FRANCO, Virgílio de Mello. *A campanha da UDN (1944/1945)*. Rio de Janeiro: ed. Valverde, 1946.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. *Revista Tempo*. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. (2). Vol. I. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, dez. 1996.

SANTOS, Rogério Dultra. *O Constitucionalismo Antiliberal no Brasil: Cesarismo, positivismo e corporativismo na formação do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, (Tese de doutorado em Ciência Política), 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem Burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SOUZA, Maria do Carmo C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

VARGAS, Getúlio. *A política trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, (Coletânea de discursos relativos à política trabalhista, englobando o período 1945-1947), 1950.

_____. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 1938, Vol. 3; 1944, Vol. 10.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Direito do Trabalho e Democracia Social (O problema da incorporação dos trabalhadores no Estado)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

WEFFORT, Francisco C. *Democracia e Movimento Operário: algumas questões para a história do período 1945-1964*. (Parte II). *Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo, CEDEC. (2), 1979.

Fontes documentais

Correio da Manhã. *Rio de Janeiro, 1944, 1945.*

O Radical. *Rio de Janeiro, 1945.*

Diário Carioca. *Rio de Janeiro, 1945.*

O estado de S. Paulo. *Rio de Janeiro, 1945.*

Revista Rural Brasileira. (Publicação Mensal sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira).

São Paulo, 1945.

Arquivo

Arquivo Odilon Braga. *Juiz de Fora (MG.): Arquivo Histórico da UFJF. (Documentos sobre o Manifesto dos Mineiros).*

É Hora de Mudar: A política industrial de Getulio Vargas e Lula.

Maedison de Souza

Resumo: Getulio Vargas e Lula foram presidentes no Brasil em momentos distintos da história. O objetivo desse trabalho é tentar mostrar a mudança de direção e de pensamento de cada período e demonstrar que a intervenção Estada nas políticas industriais foi importante para Vargas tirar o Brasil de uma economia basicamente agrícola e dependente da exportação do café para o desenvolvimento da indústria nacional, colocando em prática um processo de substituição de importações. E tentar mostrar o esforço das políticas indústrias de Lula para a retomada do crescimento econômico do Brasil dando grande incentivo ao setor industrial como pilar central a inovação e a agregação de valores aos processos produtos e serviços da indústria nacional.

Abstract: Getulio Vargas and Lula were President in Brazil at different times in history. The aim of this paper is to show the change of direction and thinking of each period and demonstrate that state intervention in industrial policy was important for Vargas to remove Brazil from a basically agricultural economy and dependent on coffee exports for the development of national industry, putting in place a process of import substitution. And try to show the efforts of industry policies of Lula for the resumption of economic growth in Brazil giving great incentive to the industrial sector as a central pillar of innovation and aggregation of values to processes, products and services of domestic industry.

Breve histórico da política industrial brasileira

A economia brasileira até a década de 30 era extremamente dependente da exportação de produtos agrícolas, nessa ocasião o café. Somente a partir de 1930 sob Governo de Getúlio Vargas, houve uma mudança de olhar com relação a essa dependência, e começou-se a construir um projeto nacional de desenvolvimento industrial. Para Wilson Suzigan, as políticas dos anos 30 e 40 tiveram poucos efeitos práticos. Como veremos mais adiante, “os órgãos de planejamento criados nesse período tinham, mas características de centros de

estudos e fóruns de debates do que planejamento efetivo. A partir dos anos 50, mas especificamente no segundo governo Vargas, começou a ser formada uma base institucional de planejamento. Com base em diagnósticos de problemas estruturais, onde a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) elaborou um Programa Geral de Industrialização (PGI), que não chegou a ser formalizado” (SUZIGAN 1996,8).

A partir dessa base inicial – institucional e de diagnóstico – foi elaborado o Plano de Metas do Governo Kubitschek, a primeira experiência efetiva de planejamento do desenvolvimento industrial na opinião de Suzigan. Com elemento central de uma estratégia abrangente de desenvolvimento econômico. O Plano coordenava um programa de investimentos públicos e privados organizados em torno de um conjunto de metas específicas sob responsabilidade de grupos executivos, que seriam coordenados por um Conselho de Desenvolvimento (SUZIGAN, 1996,8).

Nos anos 60, com a crise econômica do início da década e subsequente crise política que levou o país ao regime militar e a “implementação de reformas institucionais, o planejamento do desenvolvimento industrial foi abandonado. Os planos econômicos nacionais assumiram a característica predominante de planos de estabilização, e a coordenação econômica passou a ser exercida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)” (SUZIGAN, 1996,8). Nos anos 1968/1973, conhecidos como os anos do “milagre econômico brasileiro”, “volta a haver a preocupação com o planejamento de desenvolvimento econômico em geral, inclusive através de planos formais, a partir daí institucionalizados o Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Mas a hegemonia do Conselho Monetário Nacional no comando e coordenação econômica deu mais força à estratégia macroeconômica do que a qualquer projeto de desenvolvimento industrial/tecnológico(SUZIGAN, 1996,8).

Com a implementação do II PND, entretanto, “ocorreu uma segunda experiência efetiva de planejamento do desenvolvimento industrial no âmbito de um plano indicativo. Sob o comando e a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, presidido pelo próprio presidente da República, articulou-se um novo conjunto de investimentos públicos e privados na indústria e na infraestrutura econômica, social e de ciência e tecnologia” (SUZIGAN, 1996,9).

Prevalencia nesse momento o chamado desenvolvimentismo nacionalista e o intervencionismo estatal, “que amalgamavam as forças políticas e os interesses econômicos do projeto industrializante. As metas eram estabelecidas, sobretudo por motivos relacionados a problemas de balanço de pagamentos: substituição de importações e, nos anos 1970,

expansão de exportações de manufaturados. Nesse sentido, a PI ocupava-se especificamente de construir setores, procurando fazer com que a estrutura industrial convergisse para o padrão estrutural das economias industrializadas” (SUZIGAN e FURTADO, 2006).

Para Wilson Suzigan e João Furtado um momento em que houve uma mudança na forma de ser fazer uma Política Industrial foi na virada dos anos 70 para os 80. “Cabia reduzir o foco na construção de setores, reconhecendo o fim da substituição de importações como processo de industrialização, e passar a estabelecer metas mais qualitativas, voltadas para inovação, desenvolvimento tecnológico, qualidade e produtividade. Mas o processo de mudança foi atropelado por alterações no comando da economia em fins de 1979 e pela crise macroeconômica que se instalou a partir de 1980-81” (SUZIGAN e FURTADO, 2006).

Na década de 1990 o Brasil assistiu uma maior abertura ao investimento direto estrangeiro e a saída de cena do Estado como agente do desenvolvimento industrial. “Foi abandonado o sistema de fomento à indústria e iniciado um amplo processo de privatizações de indústrias e de infraestrutura. Isto mudou radicalmente o ambiente econômico, submetendo a indústria, enfraquecida por muitos anos de estagnação, à concorrência predatória de importações e investimentos estrangeiros, resultando em fortes processos de desnacionalização, fortes pressões setoriais por proteção, crise do federalismo devido às políticas estaduais de atração de investimentos que ocupavam o espaço vazio da PI, baixo dinamismo da indústria que lutava para se ajustar ao novo quadro, desemprego crescente e enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas” (SUZIGAN e FURTADO, 2006).

Um dos pontos que marcou o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso foi a proposta de encerramento do ciclo aberto em 1930. Isso significou o esvaziamento dos canais de intermediação corporativos que vigorava no Brasil desde Vargas, hora mais acentuado hora menos. Com isso ele realça o peso de outras arenas, como o Parlamento e as agências reguladoras, que se instituem por força do processo de privatização de diversas empresas ligadas à oferta de serviços públicos, com impactos na estrutura de representação de interesses do empresariado (DELGADO, 2005)

No segundo governo de FHC, entretanto, diluiu-se a rigidez da perspectiva de retirada do Estado para promoção do desenvolvimento e também houve um esboço de constituição de novos arranjos corporativos com a criação dos Fóruns de Competitividade, reunindo o Estado, empresário e trabalhadores das cadeias produtivas para definição de proposição que acentuassem a competitividade das empresas. Além disso também foram criados os fundos setoriais, orientados para o apoio às atividades inovadoras nas empresas (DELGADO, 2005).

A partir de 2003 sob o governo de Lula a PI volta a ganhar espaço com políticas direcionadas a setores portadores de dinamismo e setores chaves para a economia. Num primeiro momento é lançado a Política Industrial Tecnológica e de Comercio Exterior – PITCE, que foi concebida para atingir seus resultados em longo prazo e sua principal preocupação é com a inovação e a agregação de valor aos processos produtivos. E posteriormente foi lançado o Plano de Desenvolvimento Produtivo – PDP para sanar as falhas que a PITCE sozinha não conseguiu resolver.

As medidas tomadas por Getulio Vargas

Falar sobre a Era Vargas é algo muito complexo, existem inúmeras questões a serem tratadas e vários temas a serem discutidos. A proposta dessa sessão é de tentar mostrar a participação do Estado na construção da Política Industrial do Brasil no período do Governo de Getulio Vargas. Muitas características da economia da época não serão tratadas aqui, nem reflexões sobre o período ditatorial de Vargas e as questões ambíguas que cercavam o governo. O foco será nas medidas, instituições e órgãos criados por Vargas para deslançar o processo industrializante nacional.

O mundo capitalista foi atingido por uma grande crise econômica em 1929, crise que deixou muitos países em grandes dificuldades e o Brasil como um país que tinha sua economia altamente dependente da exportação de matérias primas e produtos agrícolas também sofreu um duro golpe com a crise. Foi nesse contexto que Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil, a partir daí o país começa a passar por um processo de industrialização que vai se consolidar na década de 60/70. No nosso ponto de vista, a crise de 29 serviu para mostrar que se o Brasil quisesse se tornar uma economia desenvolvida e se equiparar com as grandes potências mundiais do período era necessário diversificar a economia e deixar de ser um país somente agrário e exportador de matéria prima.

Assim Francisco Luiz Corsi afirma que entre 1930 e 1937, começou a amadurecer no âmbito do governo um projeto de desenvolvimento nacional centrado na industrialização, mas que para ele, até o final do Estado Novo, tinha apenas esboçado em suas linhas mestras. “O primeiro esboço deste projeto, que seria modificado ao longo do período, ao sabor da luta de classes e da situação internacional e que só tornaria corpo no segundo governo Vargas, pode ser identificado no conjunto de medidas e políticas anunciadas entre 1937 e 1939” (Corsi,1997,3).

Em fevereiro de 1939, Getúlio Vargas traçou as linhas gerais do programa econômico do Estado Novo na chamada “Carta de São Lourenço”. “Este discurso estabelecia os pontos básicos da política econômica do regime recém-implantado, a saber: criação da indústria de base, em particular da grande siderurgia; nacionalização das jazidas, das quedas d’água e de outras fontes de energia; nacionalização dos bancos estrangeiros e das companhias de seguros; elaboração de um plano geral para o setor de transporte, visando a integração e expansão do mesmo; implantação do salário mínimo; aumento da produção do carvão nacional; diversificação da exportações e elaboração de um plano de desenvolvimento da região do rio São Francisco” (CORSI, 1997,4).

Para a que as políticas econômicas planejadas pelo governo fossem implantadas alguns órgãos foram criados, agora veremos alguns deles e suas funções. A autora Sonia Draibe destaca a importância operacional de alguns desses órgãos. Para ela é “importante ressaltar o papel fundamental do banco do Brasil, seja como núcleo central do sistema creditício comercial, seja como “caixa” do Tesouro e mecanismo operativos direto das transações dispêndios e receitas de todo o aparelho governamental” (DRAIBE,1985,87).

Em 1945, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito – Sumoc, que absorveu parte das funções da Carteira de Câmbio e Redesconto do Banco do Brasil e da sua Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária. “Entre outras funções, cabia a SUMOC, requerer emissões de papel-moeda para o Tesouro; controlar e receber com exclusividade depósito dos bancos; fixar as taxas de redesconto e juros de empréstimos aos bancos comerciais; autorizar a compra e venda de ouro e cambiais; orientar a política cambial, entre outros” (DRAIBE, 1985,88). Na opinião de Sonia Draibe, com a criação da Sumoc houve um avanço mais ordenado da regulação monetário-creditícia, “pois suas funções foram diferenciadas e destacadas de dentro do Banco do Brasil e estruturadas numa instância mais elevadas de poder, sob o controle do ministro da Fazenda. Entretanto toda a materialidade operativa da Sumoc (depósito compulsórios dos bancos comerciais, redescontos, política de juros e intervenção cambial) continuava a efetuar-se no e através do Banco do Brasil, que não perdeu, assim, seu caráter cêntrico e polivalente” (DRAIBE, 1985,88).

Em 1941 foi criada a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil – a Cexim. Com isso o controle sobre o comércio exterior, começou a ser efetuado de forma mais centralizada. A Cexim tinha como objetivo “amparar e estimular as exportações e também assegurar condições mais favoráveis para o controle das importações. Seu poder regulatório específico era, porém, relativamente limitado, uma vez que quase se restringia a conceder

incentivos, mediante adiantamentos e créditos aos produtores interessados na exportação”(DRAIBE,1985). Apesar de certa autonomia sobre o controle dos dispêndios em divisas, a Cexim deveria obedecer a um orçamento cambial fixado pela Sumoc, visando compatibilizar o saldo ativo das operações cambiais com os outros objetivos de política monetário-creditícia (DRAIBE,1985,88)

A instituição já em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, seguida do Banco de Crédito da Borracha, em 1942, e das Comissões de Financiamento da Produção (1943) e de Investimentos (1944), alargou mais ainda o espaço ocupado pelo crédito estatal, avançando na consolidação de uma política pública de alcance nacional – que atingiria seu patamar mais elevado com o decreto de nacionalização dos bancos de depósito em abril de 1941. Quanto à área industrial, foram criadas comissões pra responder a problemas corretes e oferecer diretrizes de política para o avanço setorial. No Estado Novo, quando as intenções industrializantes atingiam maior nível de articulação, foram criadas as seguintes comissões: Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Executiva Têxtil (1942), Comissão Nacional de Ferrovias (1941), Comissão Vale do Rio Doce (1942), Comissão da Indústria de Material Elétrico (1944) (BRAIBE,1985,89).

Para mostrar a importância dessas carteiras de créditos, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – Creai, que tinha como objetivo conceder empréstimos de longo prazo, para o aparelhamento do parque industrial, os empréstimos concedidos pela carteira cresceram cinco vezes entre 1937 e 1945 (SILVA,1999,149).

Outro órgão importante para o desenvolvimento econômico era o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), criado em 1934. Ele visava a coordenação das medidas de fomento da economia - sobretudo a ampliação das exportações. Reformulado em 1937, teve suas incumbências ampliadas e passou a ser o órgão consultivo geral da Presidência da Republica para todas as questões econômicas, ganhando, durante a guerra, algumas funções executivas (DRAIBE, 1985,108)

O CFCE no período de 1941 a 1944 elaborou resoluções, estudos e planos setoriais de produção. “Entre os mais importantes estavam os referentes à reforma da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, um levantamento da extensão e posse das jazidas de cobre e criação da indústria de vidro plano, e o Plano Nacional de Suprimento Público e Eletricidade” (DRAIBE, 1985,109). Sonia Draibe afirma que esses projetos, estudos e levantamentos, foram sem dúvida importante, porém eles não se tornaram, em nenhum momento, um plano integrado de desenvolvimento econômico. A autora destaca que o “CFCE não tinha estruturação interna adequada para isso, nem detinha o controle de instrumentos de

política econômica que lhe permitisse definir metas, incentivos, prioridades. O CFCE, no período, foi o órgão mais influente na formulação da política econômica, mas sua natureza não lhe permitia avançar além da elaboração de estudos e planos parciais” (DRAIBE,1985,109).

Em princípios de 1944, iniciou os trabalhos o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), “criado no final de 1943 por proposta do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, em uma clara tentativa de instituir formalmente um sistema central de planejamento que propiciasse o reforço do aparelho econômico e da base institucional para a planificação e intervenção econômica do Estado. O CNPIC era composto por representantes dos vários ministérios, das associações da indústria e do comércio, de setores da burocracia econômica, de técnicos e especialistas em diferentes atividades, e foi concebido com a finalidade de estabelecer os princípios norteadores do desenvolvimento industrial e comercial do Brasil no pós-guerra”(DRAIBE, 1985,113).

Vejamos o discurso do Ministro do Trabalho Marcondes Filho sobre os objetivos do órgão:

Essa nova realidade está na indústria, compreendida em quantidade e qualidade, como só o mundo moderno a pode compreender. (...) O conselho foi instituído para procurar a adaptação das condições presentes do país e um melhor rendimento das nossas forças econômicas e sociais. (...) Desdobram-se no decreto que o criou os objetivos que o legitimam: estudo, planejamento e indicação das providências necessárias à defesa das atividades existentes, bem como a formação de novas, especialmente para a produção de matéria-prima essenciais; as medidas concernentes à fundação de indústria de base (...) facilidades de transportes (...), solução dos problemas de migração, de colonização e de reemprego; as providências que promovam o intercâmbio cada vez mais intenso entre as várias zonas econômicas do país e incentivem as atividades industriais e comerciais³⁶⁵. (DRAIBE,1985,114).

Com uma maior presença do Estado na economia nos anos de 1950, no sentido de estimular novos projetos de maior envergadura como parte do avanço do processo de industrialização. Houve a “necessidade de criar um banco que pudesse financiar tais projetos. É dentro desse contexto que se cria o Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), fundado em 1952, cujo objetivo era suprir créditos de longo prazo para os projetos industriais, particularmente o setor de bens de capitais. Mas, não só isso, havia a necessidade de investimentos na modernização da infraestrutura, o que também fez parte do pacote de financiamento do Banco” (Zimbrão, 2006)

³⁶⁵ Discurso encontrado em: DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960**. Pag. 112. Rio, Paz e Terra, 1985.

Para a autora Maria Antonieta P. Leopoldi os projetos da Assessoria Econômica tinham um tom nacionalista pragmática. Se de um lado chegavam a pecar por um voluntarismo iluminista, colocando o Estado como criador da indústria e das indústrias, por outro, no que concerne o capital estrangeiro, reconheciam a necessidade de incentivar a vinda de investimentos externos para setores considerados prioritários pelo governo, e propunham-se a cercar as companhias estrangeira que se instalassem no país de incentivos e reservas de mercado.

No Ministério da Fazenda foram criadas duas agências para elaborar planos e projetos voltados para a industrialização e a infra-estrutura energética: Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a Comissão de Desenvolvimento industrial. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) se estabeleceu a partir de um acordo entre os governos Dutra e Truman em 1950, visando, do lado brasileiro, a obtenção de assistência técnica a projetos que trariam recursos para o reequipamento econômico brasileiro e, do lado norte-americano, a obtenção de matérias-primas estratégicas brasileira (LEOPOLDI, 1994, 167).

Outro órgão é destacado por Maria Antonieta P. Leopoldi como “outro braço planejador do Ministério da Fazenda, era a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), criada em julho de 1951 para planejar uma política abrangente de desenvolvimento industrial, ao lado de projetos específicos de criação e expansão de setores da indústria. Compunha-se de representantes de vários ministérios e órgãos do governo, havendo sempre na comissão ou nas subcomissões em que se desdobravam dois representantes indicados pelas entidades da indústria. Ela traçou uma política protecionista por atrair indústrias locais e estrangeiras em áreas estratégicas, oferecendo isenção de tarifas de importação sobre insumos e bens de capital subsídio cambial, prioridade para remessa de lucros e reservas de mercado” (LEOPOLDI, 1994, 169).

Entre os planos formulados pela CDI pode ser destacado o Plano Geral de Industrialização em maio de 1952 “no qual estabeleceu áreas prioritárias a serem atendidas pelo governo: energia (refino de petróleo, indústria de equipamentos pra prospecção e refino, e material elétrico pesado) metalurgia (produção de ligas metálicas e seu processamento em bens de consumo e bens de produção) indústria química (insumos industriais, adubos, fibras artificiais e matérias plásticas produtos farmacêuticos, celulose e papel), indústria da borracha e indústria de alimentos” (LEOPOLDI, 1994, 169).

Para encerrar essa sessão, gostaria de trazer alguns números sobre o desempenho da industria nacional no período em que Getulio Vargas esteve no Governo. Nos anos 40, a taxa

de crescimento da indústria foi de 8,5%, tendo queda de dois pontos percentuais no período da Segunda Guerra Mundial. No período dos 15 primeiros anos do Governo Vargas, a indústria sustentou um crescimento de 7,5% se emparelhando com a agricultura na constituição do PIB nacional (SILVA,1999,146). Para Maria Celina D’Araujo as políticas econômicas e as políticas cambiais adotadas pelo Governo funcionaram como um importante estímulo industrializador.

As medidas tomadas por Lula

Após anos de estagnação no crescimento industrial e econômico no Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da república com o objetivo de fazer voltar a crescer o Brasil, gerando emprego e distribuindo renda. Mas para que isso acontecesse era necessário retomar o desenvolvimento industrial brasileiro. Para isso ele lançou uma política industrial voltada para que esse desenvolvimento fosse baseado na inovação tecnológica.

Essa política industrial lançada pelo governo federal recebeu o nome de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). A PITCE era uma política concebida para atingir seus resultados em longo prazo, sua principal preocupação era com a inovação e a agregação de valor aos processos produtivos. Para elevar o padrão de competitividade da indústria brasileira.

A política era dividida em três eixos. O primeiro eixo era composto por um conjunto de instrumentos horizontais que contribuem para a modernização industrial, para o aumento da capacidade inovadora das empresas, para uma melhor inserção das empresas brasileiras no mercado internacional e para aperfeiçoamento do ambiente institucional e econômico. O segundo eixo define algumas opções estratégicas, são setores como software, semicondutor e, bens de capital e fármacos e medicamentos. A escolha dos três primeiros setores baseia-se segundo o governo no fato de que eles perpassam todas as atividades contemporâneas de produção industrial e são elementos fundamentais na modernização da estrutura industrial brasileira. O terceiro eixo de ação é chamado na PITCE de atividades portadoras de futuro. Essas atividades são biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis. Para o governo essas atividades abrem uma janela de oportunidades imensurável na medida em que o Brasil, na visão do governo, possui condições de disputar de igual para igual o desenvolvimento destes setores de ponta com os principais países do mundo.

Proponho-me daqui pra frente fazer um detalhamento dos três eixos que norteiam as ações da PITCE. O primeiro eixo que são as Linhas de Ação horizontal é dividido em quatro sessões: A) inovação e desenvolvimento tecnológico, B) inserção externa, C) modernização industrial, D) melhoria do ambiente institucional/ ampliação da capacidade e escala produtiva.

As ações que encontramos na PITCE no campo da Inovação e Desenvolvimento Tecnológico visam aumentar o grau de inovação da indústria, particularmente através do aumento das atividades de P&D. Para isso foi estabelecidas uma série de ações, que vão desde a criação de um ambiente propício a inovação, novas leis de incentivos fiscais, melhoria da relação público-privado, aumento substancial do crédito em condições favorecidas para atividades inovativas nas empresas, aumento de bolsa de pesquisas, criação de instrumentos que melhorem ou criem condição para a interação universidade-empresa.

Para alcançar os objetivos traçados na PITCE o governo criou novos marcos regulatórios. Cabe destacar aqui a Lei 10,973/04, ou como ela é conhecida, Lei de Inovação e a Lei 11,196/05, ou Lei do Bem. A Lei de Inovação tem como objetivo principal estimular a cooperação entre universidades e empresas e gera inovações tecnológicas capazes de incrementar a competitividade nacional. Assim ela está dividida em três vertentes: 1. Constituição de um ambiente propício às parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; 2. Estímulo à participação de instituições de ciência e tecnologia no processo de inovação; 3. Incentivos a inovação na empresa.

Os artigos 17 a 26 do capítulo III da Lei do Bem consolidam os incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática desde que realizem pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica. Os benefícios do Capítulo III da Lei do Bem são baseados em incentivos fiscais, são eles: dedução, na apuração do Imposto de Renda devido dos dispêndios com P&D, inclusive aqueles com instituições de pesquisas, universidades ou inventores independentes, redução de IPI na compra de equipamentos destinados a P&D; depreciação acelerada dos equipamentos comprados para P&D; depreciação acelerada dos equipamentos comprados para P&D; amortização acelerada dos dispêndios para aquisição de bens intangíveis para P&D; crédito do imposto de renda retido na fonte incidente sobre as remessas ao exterior de valores para pagamento de royalties relativos a assistência técnica ou científica e de serviços especializados para P&D; redução a

zero da alíquota de imposto de renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção marcas patentes e cultivares³⁶⁶.

Um dos obstáculos a inovação é o financiamento. Ao lado dos marcos legais citados acima, vale destacar a (re)entrada do BNDES com grande financiador de projetos de inovação e isso se soma a elevação do orçamento da Finep. Foram criadas novas linhas de financiamento para pesquisas, desenvolvimento e inovação e alguns programas de apoio a empresas promovido pela Finep, como Pro Inovação que estimula projetos de inovação de médias e grandes empresas.

Dentro da proposta de crescimento do desenvolvimento industrial do Brasil e o estímulo a inovação tecnológica, um ponto importante era a inserção externa ou as exportações. O Brasil aumentou sua participação no comércio exterior, em 2002 as exportações brasileiras eram de 0,96% das exportações mundiais, já esse número em 2005 chegou a 1,17%. Esses resultados não se resultam apenas a expansão do mercado mundial, mas também a uma série de medidas de políticas como: A) apoio as exportações com financiamento, simplificação de procedimentos e desoneração tributária; B) promoção comercial e prospecção de mercados; C) estímulo a criação de centros de distribuição de empresas brasileiras no exterior e sua internacionalização; D) apoio a inserção em cadeias internacionais de suprimentos; E) apoio a consolidação da imagem do Brasil e de marcas brasileiras no exterior.

A grande responsável pela articulação dessas políticas é a APEX-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento). Criada sob égide do Sebrae, é um serviço social autônomo recebendo investimentos do chamado Sistema S. Com a entrada de Lula no Governo, a agência passou a ser ligada ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e de Comércio Exterior. A APEX-Brasil atua na alavancagem das vendas em mercados alvos e em mercados não tradicionais, uma missão da APEX vai até o país que seja interessante fazer negociações para levantar as possibilidades de negócios. A promoção comercial também é atividade da APEX-Brasil, ele apoia e incentiva a participação das empresas brasileiras em eventos internacionais.

Ainda dentro das orientações do primeiro eixo da PITCE, um fator importante para o desenvolvimento tecnológico e a inovação é a modernização industrial apesar de ser um fator

³⁶⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11196.htm Lei do Bem. Acessado em 27/09/2010

clássico nas políticas que objetivam o desenvolvimento, a PITCE traz algumas novidades como o apoio ao desenvolvimento organizacional, gerencial, crédito e para a certificação de produtos e processos de pequenas e médias empresas e o apoio articulado a arranjos produtivos locais (APLs). Chamo a atenção para o Modernmaq e o Cartão BNDES, o primeiro é um programa de modernização de equipamentos voltado para pequenas e médias empresas e o segundo, que também é destinado para pequenas e médias empresas, funciona como um cartão de crédito pessoal, são empréstimos para as empresas realizarem seus investimentos em bens de produção.

Um ambiente institucional também é muito importante para que as políticas proposta pela PITCE deem resultados, por isso, a desoneração produtiva, um ponto importante para o desenvolvimento industrial é a redução ou até mesmo a eliminação da tributação sobre o investimento, esse era um ponto que atrapalhava o crescimento do Brasil, porque se pagava para investir. Um elemento importante para estimular o investimento é a simplificação de abertura e fechamento de empresas, diminuindo a burocracia e os impostos, o indivíduo fica mais a vontade de investir ou abrir uma nova empresa.

O segundo eixo da PITCE é a chamada, opções estratégicas, que foram definidas com base em alguns critérios como: portadoras de dinamismo crescente e insustentável; responsáveis por parcelas expressivas do investimento internacional em P&D; promotoras de novas oportunidades de negócios; envolvida diretamente com inovação de processos, produtos e formas de uso; capazes de adensar o tecido produtivo; importantes para o futuro do país; com potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas.

A área de semicondutores é de extrema importância para o desenvolvimento do país. O programa referente à área de semicondutores tem dois pilares: a capacitação local em projetos de prototipagem e a atração de investimentos em fabricação. Outro programa na área dos semicondutores que em breve entrará na vida de toda a população brasileira é a TV Digital, que em algumas cidades do Brasil já é uma realidade.

O segmento que mais cresce no setor de tecnologia da informação é o de software e por isso foram desenvolvidos alguns programas com os seguintes pilares: fortalecimento da indústria através de melhores esquemas de financiamento e apoio à consolidação e criação de grupos nacionais de maior porte; atração de atividades de prestação de serviços, envolvendo basicamente grupos multinacionais do setor, para ajudar na melhoria da imagem do software do Brasil no exterior e na formação de mercados de trabalho mais amplo; formação de pessoal e fomento ao desenvolvimento de segmentos de futuro.

Os medicamentos são bens sociais e estratégicos por isso também merecem destaque na PITCE. Foram desenvolvidos programas para estimular a produção de medicamentos, e de medicamentos genéricos, incentivar atividades de P&D, incentivar a biotecnologia e a exploração insustentável, modernização de laboratórios. Cabe também por em destaque a instalação do Fórum de Competitividade da Cadeia Farmacêutica no dia 28 de maio de 2003. Esses Fóruns de Competitividade é uma iniciativa do Governo para proporcionar um canal de comunicação entre o setor produtivo e o Governo, canal esse que havia sido extinto pelas administrações anteriores e que são de extrema importância para que o Governo saiba quais as dificuldades que o setor produtivo está tendo e como solucioná-los.

O Terceiro e último eixo da PITCE corresponde as Atividades Portadoras de Futuro, são aquelas com potencial para transformar radicalmente produtos, processos e formas de uso a médio e longo prazo. Dentro dessas atividades, a biotecnologia e a nanotecnologia se destacam, junto com as energias renováveis.

De acordo com um estudo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) é apontado o segmento de nanotecnologia como um dos mais promissores para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas pelo Brasil. Está havendo uma aproximação de setores produtivos com o desenvolvimento de nanotecnologia no âmbito da Iniciativa Nacional para Inovação. Na área de biotecnologia, a ação mais importante foi a criação do Fórum de Competitividade de Biotecnologia, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento, da Ciência e Tecnologia e da Saúde e contando com representantes do Estado, da iniciativa privada e da comunidade acadêmica. O foco inicial do Fórum foi a elaboração de algumas estratégias como o Programa de Biotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Na área de energias renováveis, o álcool desponta como uma alternativa energética e com uma grande oportunidade para o Brasil, devido aos programas de adição de álcool na gasolina. O Biodiesel também está se tornando uma realidade, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, estimula o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento regional e social, ao incentivar a produção oriunda da agricultura familiar.

Considerações Finais

No momento de se comparar Lula e Getúlio Vargas, muitos levantariam questões como populismo, carisma ou a utilização da imagem. Mas vamos deixar isso de lado o

objetivo desse trabalho é outro, é ver a importância da participação ativa do Estado no processo de desenvolvimento e crescimento industrial. Para a autora Sonia Draibe, os “incentivos concedidos aos setores industriais foram inegavelmente decisivos para que a indústria confirmasse seu papel dinâmico e de líder” (DRAIBE, 1985,100). Então, a participação do Estado naquele momento de crise foi um divisor de águas, para a indústria nacional.

As Políticas Industriais anteriores a Lula, não selecionavam setores para serem atendidos. Com o governo Lula voltamos a ver setores sendo escolhidos para receber políticas pública de incentivo. Assim o Estado passou a participar ativamente do processo de desenvolvimento industrial sendo o principal financiador desse processo. No primeiro governo, a PITCE destacou apenas alguns setores estratégicos. No segundo governo Lula, a Política de Desenvolvimento Produtivo buscou definir ações para quase todos os setores industriais.

A participação do Estado nesse processo de desenvolvimento industrial é um ponto em comum entre esses dois governos. Tanto na Era Vargas ou no Governo Lula o Estado era ativo e participativo nas questões de Políticas Econômicas. O Estado era o grande financiador do processo de industrialização. Um exemplo desse papel do Estado que podemos destacar está no BNDES, que foi criado por Getúlio para financiar a indústria, mas que no período anterior ao de Lula era financiador do processo de privatização e com Lula ele passou a criar linhas de créditos para pequenas, médias e grandes empresas, financiando assim a retomada do crescimento industrial.

Referencias bibliográficas

CORSI, F.L. **Política econômica e nacionalismo no estado novo**. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**, São Paulo, Hucitec, 1997

DELGADO, I.J.G. **O Empresariado e Política Industrial no Governo Lula**.,XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005, Caxambu.

DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio, Paz e Terra, 1985.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

LEOPOLDI, M.A.P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54) In: GOMES, A.M.C. (org.). **Vargas e a Crise dos Anos 50**. Rio, Relume-Dumará, 1994

SILVA,S.L.Q. A Era Vargas e a Economia. In: D’Araujo, M.C. (org.). **As Instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.

SUZIGAN, W. **Experiência história de Política Industrial no Brasil**. Revista de Economia Política. Vol 16, nº 1, janeiro-março 1996.

SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento**; Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006.

ZIMBRÃO, R.A.P. **E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”**. **História de Juiz de Fora: da Vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”**. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas 2006.

Fontes Oficiais do Governo:

Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE 2 anos. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministro da Ciência e Tecnologia e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. 2006. **Plano de Desenvolvimento Produtivo** - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) 2008.

Ditadura Militar

Ameaça vermelha: o anticomunismo na região do Norte de Minas Gerais (1960 a 1985).

Camila Gonçalves Silva *

Resumo: A comunicação tem como objetivo examinar a presença do anticomunismo na região do Norte de Minas Gerais durante o período compreendido entre os anos de 1960 a 1985. Em nossa investigação, selecionamos esta área como *locus* espacial de nossa pesquisa, haja vista o interesse em compreender o anticomunismo em uma região periférica do país, somado a identificação de farta documentação para a execução do trabalho. Além disso, pretendemos preencher a lacuna existente em relação à ausência de estudos sobre o anticomunismo na região. Objetivos: Compreender as ações e representações do anticomunismo na região do Norte de Minas entre os anos de 1960 a 1985. Identificar a multiplicidade de ações, práticas e representações do anticomunismo em várias cidades da região setentrional do estado.

Palavras-chave: Anticomunismo, imaginário, Norte de Minas.

Abstract: The communication aims to examine the presence of anti-communism in the northern region of Minas Gerais during the period between the years 1960 to 1985. In our research, we selected this area as a place of our search space, given the interest in understanding the anti-communism in a peripheral region of the country, coupled with the identification of extensive documentation for the execution of work. In addition, we intend to fill the gap regarding the absence of studies on the anti in the region. Objectives: To understand the actions and representations of anticomunism in the northern region of Minas Gerais between the years 1960 to 1985. Identify the multiplicity of actions, practices and representations of anticomunism in various cities of northern state

Keywords: anti-communism, imaginary, North Mine.

Introdução

* Mestre pela UFJF.

A presente comunicação faz parte do projeto de pesquisa que será submetido a seleção para programas de pós-graduação em história (doutorado) em 2012. Esta pesquisa tem como objetivo examinar a presença do anticomunismo na região do Norte de Minas Gerais durante o período compreendido entre os anos de 1960 a 1985. O discurso e as práticas anticomunistas foram um dos principais elementos utilizados para legitimar a execução do golpe militar de 1964 no Brasil.

Em nossa investigação selecionamos a região do Norte do Estado de Minas Gerais como *locus* espacial de nossa pesquisa, haja vista a carência de estudos que privilegiem a compreensão do anticomunismo em regiões periféricas do país, somado a identificação de farta documentação para a execução do trabalho.

O interesse pela temática despontou no período da coleta de fontes para a escrita da dissertação de mestrado³⁶⁷. Nesta ocasião, o enfoque estava atrelado ao exame da imprensa escrita de Montes Claros durante o Regime Militar, entre os anos de 1964 a 1985 e a participação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros na execução do golpe de 1964. Este trabalho resultou na dissertação de mestrado intitulada: “A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento a imprensa escrita a censura em Montes Claros durante o Governo Militar, 1964-1985”, vinculada ao PPGH - UFJF, defendida em 2011.

Em pesquisa realizada no Arquivo Público Mineiro/APM na cidade de Belo Horizonte, nos deparamos com uma gama de fontes referente aos documentos do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS. Das fontes encontradas destacamos correspondências policiais, propagandas contrárias as ideologias de esquerda e processos impetrados aos comunistas. No entanto, durante a escrita da dissertação o anticomunismo foi um elemento subsidiário em nossas análises, já que o nosso objetivo foi compreender a censura a imprensa escrita. O receio quanto a proliferação das ideologias de esquerda foi a principal justificativa para a manutenção de censores nas redações dos jornais da cidade de Montes Claros.

Sob a ótica do interior mineiro, perceberemos através de nossa investigação que a produção, divulgação e recepção das campanhas anticomunistas foram fenômenos

³⁶⁷ SILVA, Camila Gonçalves. *A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita a censura na cidade de Montes Claros, 1964-1985*. 2011. Dissertação - (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

característicos desse período, inclusive no interior. Além disso, iremos perpassar a vigência do governo militar, com a finalidade de compreender a utilização dos preceitos anticomunistas tanto como aparato repressor e fiscalizador nas cidades, quanto para respaldar a manutenção da ordem política constituída.

Referencial teórico e proposta desta pesquisa

Para a historiadora Carla Simone Rodeghero, nas últimas duas décadas houve o crescimento paulatino de pesquisas relacionadas ao fenômeno do anticomunismo. O interesse principal é apontar a homilia anticomunista, as representações, o imaginário, as estratégias e o perfil do público a que era destinado à prática desse fenômeno. Sobre esse aspecto, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta aponta dois momentos emblemáticos de análise desse fenômeno: o contexto de investigação concentra-se, a priori, no surgimento do anticomunismo, ou seja, nas suas matrizes no contexto da Revolução Russa de 1917, e sua influência no Brasil, até o período de 1935. Ainda temos, posteriormente, o período referente a Guerra Fria até o governo de João Goulart, com maior intensidade nos anos de 1961 a 1964, período que culmina com o golpe de 1964 e a implantação da Ditadura Militar no Brasil. Motta classifica esse dois momentos, em que podemos identificar a latente atuação desse fenômeno, como “ondas” ou “surto” anticomunistas. (MOTA, 2002)

De acordo com Motta, as pesquisas historiográficas até então, abordavam o anticomunismo como aspecto secundário, como um elemento auxiliador às análises de um determinado contexto histórico. A superficialidade das análises inibe a compreensão da diversidade das práticas e ações do fenômeno, e resulta, diversas vezes, na simplória concepção de que o anticomunismo se trata somente de um instrumento da classe dominante para manipular o psicológico e incumbir os seus interesses políticos frente à sociedade.

Em contrapartida, o nosso estudo tem o propósito de utilizar o anticomunismo como objeto central de pesquisa, por meio da identificação e análise do discurso anticomunista, do imaginário, das práticas e eixo de atuação desse fenômeno na região norte mineira. Atualmente, não contamos na historiografia com trabalhos que se dedicam a essa temática, para o Norte de Minas Gerais. Ao selecionarmos a referida região, como eixo espacial, conferimos o compromisso em diagnosticar e meditar acerca da diversidade e complexidade dos segmentos anticomunistas em uma região periférica.

Corroboramos da concepção de Rodeghero segundo a qual as análises historiográficas que empregam o anticomunismo como objeto central de pesquisa permitem “(...) entender os principais componentes do discurso anticomunista e captar o diagnóstico que os anticomunistas faziam de uma realidade que lhes parecia impregnada de ameaças”. (MOTA, 2002: 112) De igual maneira, permite estabelecer o perfil dos grupos que, embora distintos, são coerentes em um interesse comum: o desejo de eliminar as ideologias de esquerda.

Por conseguinte, as fontes e os registros produzidos por esses grupos, tais como: jornais, revistas, folhetos, cartas, charges e processos permitem o exame crítico quanto à forma como estes encaravam os praticantes das ideologias de esquerda, e, como era organizada a “guerra” a eles destinada. “(...) principalmente o ideário, imaginário e iconografia -, quanto das ações - estruturação de movimentos e organizações anticomunistas, perseguição aos comunistas e manipulação do anticomunismo”. (MOTA, 2002: 115)

Embora, o nosso objeto de investigação fosse à censura a imprensa escrita local durante a pesquisa da dissertação de mestrado, demonstramos que a homilia anticomunista já se fazia presente nas terras sertanejas desde o começo do século XX. O temor quanto a propagação das ideologias de esquerda foi a principal justificativa utilizada para respaldar a vigilância e a censura aos impressos ‘Diário de Montes Claros’ e ‘Jornal de Montes Claros’ durante o governo militar. Não obstante, através das edições do impresso “A Verdade”, fundado em 1907 pelos Cônegos Premonstratenses observamos que, em várias edições, foram redigidas matérias que ‘orientavam’ a população quanto ao ‘perigo’ das ideologias de esquerda adentrarem ao país e a sociedade.

Como exemplo deste aspecto, analisamos a publicação de 1º de junho de 1907, que através da matéria: ‘O trabalho não mata’ ressalta que as críticas quanto ao aumento da jornada do trabalhador na cidade detém forte exagero. Os dizeres da sabedoria popular: ‘mente vazia, oficina do diabo’ foram embutidos no texto, quando o ócio foi apontado como um dos fatores que devastam a sociedade, sendo então necessário a população ocupar a maior parte do tempo com o labor diário: “A tendência actual dos socialistas é considerar o trabalho uma escravidão, uma injustiça incompatível com o progresso. Esta concepção é tão falsa quanto perigosa. Na realidade o trabalho é a origem da alegria e da saúde... e o único meio de esquecer nossas misérias e remediá-las. (...)” (A VERDADE, 1907: 02) Para o jornal, evitar a propagação das ideologias de esquerda representava ‘proteger’ a sociedade montesclareense contra o ‘mal’.

No jornal ‘A Verdade’ o anticomunismo era uma temática recorrente, embora a cidade, nesse período, ostentasse como base econômica a agropecuária, e não possuísse uma tradição no ramo industrial, nem tão pouco partido de esquerda. No entanto, não deixava de ter adeptos, isso porque, na região norte mineira, o anticomunismo costuma vir atrelado ao temor quanto à realização da reforma agrária, haja vista a forte concentração fundiária na região³⁶⁸. Sobretudo, o uso do discurso anticomunista foi utilizado como elemento aglutinador de apoio da elite política e econômica local para a realização de um golpe militar e, posteriormente, para legitimar a necessidade vigilância aos meios de comunicação local.

Do mesmo modo, as décadas de 1960 e 1970, foi período de crescimento de instalação de indústrias e empresas na região do Norte de Minas impulsionada pelos incentivos e isenções fiscais da SUDENE. O aumento de operários acarretava em uma maior preocupação quanto a expansão das ideologias de esquerda, pois, representava a possibilidade de organização da classe trabalhadora, realização de greves e reivindicações, principalmente, a partir da instalação do Partido Comunista em Montes Claros na década de 1950.

Com a instalação de novas empresas e indústrias, ampliou-se, conseqüentemente, o setor operário. O inchaço urbano devido, ao êxodo rural, trouxe consigo uma população oriunda de várias regiões do Norte de Minas e do Nordeste brasileiro que buscavam novas oportunidades de trabalho. Esses ‘novos’ moradores, não possuíam vínculos que os mantivessem submissos as determinações da elite econômica e política da cidade. Se, em âmbito nacional, o grande temor eram as manifestações sociais, muitas das quais, fomentadas pelo então presidente João Goulart, a elite empresarial e industrial de Montes Claros possuía os mesmos receios. Nesse sentido, vigiar e coibir qualquer tipo de manifestação que pudesse comprometer a ‘ordem’ era um fator imperativo, também para uma cidade situada em uma região periférica de Minas Gerais. Este era o desejo pela manutenção da hegemonia da elite agropecuária, agora inserida nos ditames da industrialização.

Neste trabalho utilizaremos o conceito de anticomunismo conforme expressa o historiador Luciano Bonet. (BOBBIO, 2005: 34-35) Para o autor, após a Revolução de 1917 o comunismo se tornou uma realidade ideológica, e uma opção real para os países que corroboravam dos mesmos interesses. Nesse sentido, é primordial compreender que o anticomunismo não pode ser tomado como um simples fenômeno contrário as ideologias de esquerda. Por meio do anticomunismo podemos identificar interesses internos a ele associado

³⁶⁸ SILVA, Camila Gonçalves. *A censura veste farda: elites conservadoras... Op. Cit.*

do ponto de vista político e social e interesses externos, na medida em que vários países se aliaram política e estrategicamente com o objetivo de coibir as referidas ideologias. O anticomunismo é antes de tudo, um movimento dialético complexo e é assim que será examinado.

Também munido do conceito de Bonet, a historiadora Carla Simone Rodeghero³⁶⁹, ressalta que o fenômeno do anticomunismo está relacionado às práticas e comportamentos de indivíduos ou grupos que tem como objetivo o interesse em denegrir e sobrepujar as ideologias de esquerda, com destaque ao socialismo e ao comunismo. O anticomunismo utiliza de rigorosas estratégias para se infiltrar em diversos setores da sociedade, através de, por exemplo, obras literárias e propagandas veiculadas nos meios de comunicação.³⁷⁰

Através de consulta ao APM atestamos a viabilidade da temática proposta, pois a documentação encontra-se digitalizada e organizada por meio de pastas com descrição do conteúdo e número de slides disponíveis, referente ao período de 1927 a 1983. São 98 rolos de microfilme com 924 fichas de identificação policial, que podem ser acessados através dos computadores disponíveis na instituição.

Para este estudo, realizamos uma triagem prévia em que selecionamos dezessete pastas referentes ao período de 1960 a 1980, no intuito de restringir nossas análises ao contexto de nosso estudo. A documentação de cada pasta também é numerosa, em média cada pasta contém entre 50 a 100 slides, outras possuem em torno de 600 documentos digitalizados. Os conteúdos das pastas são diversificados e possuem os seguintes documentos: correspondências policiais, depoimentos de presos, documentos processuais e inquéritos, material de propaganda policial utilizada para “conscientizar a população”, propaganda de partidos de esquerda, correspondências policiais sobre o enquadramento de indivíduos na Lei de Segurança Nacional, documentos referentes ao Sindicato dos trabalhadores na região, visão acerca das organizações trabalhistas, documentos referentes a organização e estrutura dos partidos de esquerda, atuação do grupo dos onze, lista de nomes considerados subversivos com descrição de suas ações, lista de investigados, fotografias, reportagens e recortes de jornais.

Cumprir destacar que as pastas selecionadas também compreendem a documentação de nosso recorte espacial, ou seja, a região do Norte de Minas, referente às cidades de: Montes

³⁶⁹ RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e Patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488, 2002.

³⁷⁰ RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e Patriotismo... Op. Cit.* p. 464

Claros, Claro dos Porções, Francisco Sá, Janaúba, Januária, Bocaiúva, Corinto e Novo Cruzeiro, esta última situada no Vale do Jequitinhonha.

Também aprofundaremos na compreensão do monitoramento policial e a troca de informações do DOPS com outras regiões do Estado, principalmente com as cidades de Belo Horizonte e Juiz de Fora. Desta forma, nossa análise será pautada na compreensão do discurso anticomunista como elemento utilizado para respaldar a vigilância social. Através das correspondências policiais, propagandas e informes utilizadas pelo DOPS com o objetivo de “conscientizar” a sociedade, examinaremos a imagem desta instituição em relação aos adeptos do comunismo, a diversidade de práticas, ações e representações que o DOPS possuía acerca dessa ideologia.

Além da documentação do APM também utilizaremos exemplares da Revista Montes Claros em Foco³⁷¹, período bimestral publicado na cidade de Montes Claros e distribuído em várias cidades da região, entre as décadas de 1950 a meados da década de 1980. Os artigos selecionados trazem em seu discurso a opinião das elites acerca das ideologias de esquerda em relação ao contexto que antecede o golpe de 1964 e durante a trajetória governo militar brasileiro.

Não obstante, temos interesse em realizar entrevistas mediante o respaldo da metodologia da História Oral com as pessoas relacionadas como ‘subversivos’ e comunistas nos documentos do DOPS, bem como também os indivíduos que foram responsáveis pela veiculação de discurso anticomunista, como lideranças políticas, jornalistas e segmentos da elite econômica da cidade.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005, 423p.

ANDRADE, Francis W. de B. *O aspecto anticomunista na conjuntura política do período pré-1964*. p. 01-10. Disponível em: < http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h2_3.pdf > Acesso em 20 de janeiro de 2011.

³⁷¹ Dentre os colaboradores da revista, constam, por exemplo: o jornalista Newton Prates, o escritor Ciro Versiani dos Anjos, a professora e escritora Ivone Silveira, o médico Valdemar Versiani, o escritor e jornalista Manoel Hígino dos Santos, o empresário e ex-prefeito de Montes Claros Simeão Ribeiro Pires. PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1957.

BAKZO, B. "Imaginação Social". In: *Enciclopédia Einaudi* . Vol. 5. Lisboa. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1985.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004, p. 106-124.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12ª ed, 2004. In. BONET, Luciano. *Anticomunismo*. p-34-35.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 2ª ed. 2002, 122 p. (Memória e Sociedade)

COELHO, Victor de Oliveira Pinto. *O ardil anticomunista: estudo de caso 1948-1949*. Revista de História Social: Campinas/São Paulo. nº12, p. 91-113, 2006. Disponível em: < <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/198> > Acesso em janeiro de 2011.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.118-119.

MINEIRO, Arquivo Público. Súmula da Documentação. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=19 > Acesso em 31/05/2011

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “*Meu registro é breve, nasci comunista*”: militância judaico-comunista. Universidade Federal de Minas Gerais. Revista de História Oral, nº 6, p. 95-105, 2003. Disponível em: < <http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=67&path%5B%5D=59> > Acesso em janeiro de 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Comunismo e Anticomunismo sob olhar da polícia política*. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 17-27, 2010

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O mito da conspiração judaica- comunista*. Universidade de São Paulo, Revista de História Social, nº 138, 1998, p. 93-105. Disponível em: < <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n138/a07n138.pdf> > Acesso em janeiro de 2011.

O TRABALHO não mata. Jornal ‘A Verdade’, Montes Claros, 1º de junho de 1907, ano I, nº 5. p.02

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: UFPF, 2003, 2ªed. 158p. (Ciência Histórica)

RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e Patriotismo*: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488, 2002.

SILVA, Camila Gonçalves. *A censura veste farda*: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita a censura na cidade de Montes Claros, 1964-1985. 2011. Dissertação - (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo?* (Primeiros Passos)

Ditadura Brasileira: da ditadura militar à ditadura da alienação.

Vinícios de Moraes Betiol*

Resumo: O presente estudo aborda a questão da ditadura brasileira. Em um primeiro momento, temos a ditadura militar, que foi amplamente apoiada por elites nacionais que estavam receosas com a possibilidade de mudanças provenientes da chegada de ideias comunistas. Porém, com a crise da União Soviética, que era a principal nação comunista, a ideologia perdeu força, o que tornou a ditadura militar não tão necessária. Isso inspirou ideias liberais que apontam para a paz e cooperação como a melhor forma de gerir territórios. Nesse contexto, as elites passam a pensar em como manter seus interesses sem a utilização da força. Com base nisso, ocorre a substituição do principal método de manutenção do poder, com a utilização de mecanismos alienatórios ficando em evidência.

Palavras-Chave: Ditadura Brasileira; Manutenção do Poder; Utilização da Força; Alienação.

Abstract: The present study addresses the issue of the Brazilian dictatorship. At first, we have the military dictatorship, which was widely supported by national elites, who were afraid about the possibility of changes from the arrival of communist ideas. But with the crisis of the Soviet Union, which was the main communist nation, ideology has lost its strength, which made the military dictatorship not so necessary. This inspired liberal ideas that link to peace and cooperation as the best way to manage territories. In this context, the elites are thinking about how to keep their interests without the use of force. Based on this, is to replace the main method of maintaining power, with the use of mechanisms alienating being in evidence.

Keywords: Brazilian Dictatorship; Maintenance of Power; Use of Force; Alienation.

Ditadura militar: algumas reflexões sobre seu funcionamento e função.

* Pós-graduando UERJ.

Muito se fala da ditadura militar brasileira, e naturalmente do seu fim, e de um suposto início de um período livre e democrático. A grande questão é: A ditadura realmente acabou, ou mudou de face?

Para falarmos de ditadura, precisamos primeiramente definir tal conceito, e para isso, recorreremos ao dicionário especializado Só História. Segundo o dicionário, as ditaduras atuais não apresentam limite de tempo; e em geral se caracterizam pela violação dos direitos humanos, por práticas de repressão e cerceamento das liberdades. As ditaduras atualmente podem ser caracterizadas pelo autoritarismo ou o totalitarismo.

Em determinadas situações, tais ideias trazidas a respeito da ditadura estão presente na vida de muitos brasileiros, porém muitos dizem que somos livres e vivemos em um país democrático, que acabou com a ditadura a alguns anos. Diante disso, como explicar esse contraste ideológico?

Para podermos compreender tais questões, devemos fazer um levantamento do caminho percorrido pela ditadura brasileira, até o momento, que muitos entendem como o seu suposto fim.

Durante boa parte do século XX, as ideias comunistas, foram uma grande ameaça para as elites capitalistas. Com a União Soviética sendo a principal nação inserida em tal ideologia, existia a possibilidade dessas ideias chegarem em outras nações.

Esse ambiente foi fundamental para que ditaduras militares ganhassem força, já que grandes capitalistas viram no militarismo, uma forma de controlar a população, que poderia lutar por mudanças, com inspiração em ideias comunistas.

Em nosso país não foi diferentes, e evidentemente as elites temiam as ideias de divisão de riquezas trazidas pelos comunistas, e por isso, deram amplo apoio ao golpe militar, que assim como aponta Araujo et al. (2008, p.269), tinha como discurso, impedir que o comunismo se instalasse no país.

Para a permanência no poder é necessário a criação de mecanismos de manutenção desse poder, e o apoio à ditadura militar foi uma forma encontrada em um determinado período histórico, por determinados grupos para conseguir tal permanência.

Nesse contexto citado, temos a utilização da força como principal característica da ditadura, e naturalmente como principal forma de manutenção de um sistema favorável a determinadas elites.

Foto 1



Ditadura Militar Brasileira. (Fonte: <http://blogdenilsonalmeida.blogspot.com.br/2011/04/ditadura-militar-no-brasil.html> - acessado pela última vez no dia 14 de maio de 2012)

Na foto 1 podemos observar a forma como a polícia, que tinha era um mecanismo do Estado agia para tentar impedir pessoas de ideologias contrárias aos interesses de quem estava no poder.

Durante décadas a população brasileira sofreu com a ditadura militar, e a manutenção do interesse das elites pôde ser feita com tranquilidade, com as ideias comunistas sendo combatidas. Esse quadro só começa a mudar com o enfraquecimento da União Soviética.

Com tal enfraquecimento no final da década 80 do século XX, o risco da disseminação das ideias comunistas no Brasil diminuíram, o que tornou a ditadura militar, não tão necessária para as elites da época.

É nesse contexto que as ideias liberais ganham força. Jackson (2007, p.73) aponta para cooperação e para a paz como a melhor forma de gerir territórios. Algo que não estava ocorrendo durante as ameaças comunistas, já que ditaduras militares instalaram-se, em diversas nações, para manter o sistema vigente. Com a crise soviética, volta-se a ideia de paz e consenso. Porém, a questão era: como manter o interesse das elites, sem a força?

Essa é uma questão crucial para falarmos de poder e hegemonia, já que passa a ser uma fase de transição de métodos. É preciso ressaltar que os métodos de manutenção do poder podem ser múltiplos, com os métodos antigos ainda podendo permanecer, e os novos métodos não sendo necessariamente algo novo. A mudança é apenas no método principal utilizado, em um contexto em que o principal método utilizado da lugar a outro.

Ditadura da alienação: algumas reflexões sobre seu funcionamento e função.

Com a necessidade de se criar mecanismos de manutenção do interesse das elites em um ambiente de paz e consenso, sem a utilização do controle militar, a força dos meios de comunicação apareceram como uma solução para a questão.

Como Foucault (1979) ³⁷²já alertava, para se manter no poder é necessário criar mecanismos de convencimento. Foi justamente por esse caminho que as elites buscaram a manutenção de seus interesses. Assim foi possível a troca da arma de fogo pela alienação.

Por isso, cabe fazer algumas considerações a respeito da alienação. Santos (2007, p.81) lembra que da atividade alienada resultam objetos alienados. Ou seja, não apenas as ações do homem são alienadas, mas também tudo que for produzido por ele, dentro do processo de alienação.

Já Lima Vaz (1991, p.121) traz uma visão da alienação com base no sistema capitalista. Segundo ele, trata-se de um processo histórico que atinge seu auge no modo de produção capitalista. Mostrando então suas diversas faces, e caracterizando uma profunda alienação espiritual: alienação econômica, alienação política, alienação cultural e alienação religiosa.

Em uma terceira visão, Castoriadis (1982, p.139) descreve tal fenômeno como algo presente em todas as sociedades, e na vida de todas as pessoas, independente de serem mais ou menos favorecidas financeiramente, e inclusive aponta que a alienação existiu em sociedades anteriores às lutas de classes. Porém, para o autor a alienação não tem uma instrumentalidade.

Nesse sentido, podemos concordar com a ideia de Castoriadis (op.Cit., p. 139) de que a alienação sempre existiu em diversas sociedades. Porém, quanto a questão da falta de

³⁷² Informação baseada em dados retirados do endereço online: <http://brasocentrico.blogspot.com.br/2011/10/forca-e-persuasao.html> (acessado pela última vez no dia 30 de junho de 2012).

instrumentalidade é algo questionável, e podemos nos basear melhor na concepção de Lima Vaz (op.Cit., p. 121), com base nas ideias capitalistas.

Como forma de exemplificar nossa ideia, podemos citar o exemplo do falecido dono da Rede Globo de televisão, Roberto Marinho. Enquanto esteve vivo, participou fortemente de um processo pensado da alienação da população brasileira, de acordo com suas ideias.

Para confirmar tal afirmação, podemos citar a entrevista dada pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, ao programa fantástico, da própria Rede Globo, em que admite que Roberto Marinho não queria a vitória do candidato Luíz Inácio Lula da Silva, e por isso, deu aberto apoio à sua candidatura.

Assim, utilizou de forma pensada o poder que tinha como dono da maior emissora de televisão do país, e que era na época uma das maiores formadoras de opinião, para alienar a população perante as suas vontades.

Porém, mesmo agindo com instrumentalidade para alienar a população perante suas ideias políticas, era extremamente católico, e era alienado às ideias impostas pela igreja católica. Esse é um claro exemplo, de que o fato de um indivíduo não conseguir fugir de alguns tipos de alienações, não o impede de ter a intencionalidade em processos alienatórios.

Tendo em vista as ideias trabalhadas a respeito da alienação, podemos falar da transição que deixa a alienação como principal forma de manutenção do poder. Para que esse novo sistema fosse adotado, foram criados mecanismos que veremos a seguir:

Para a ditadura da alienação é importante que a população não seja provida de senso crítico, por isso, o baixo investimento em educação é fundamental para a sua existência. Como prova disso, está a pesquisa da Unesco³⁷³ realizada em 2011, que aponta o Brasil na 88º lugar (octogésimo oitavo lugar) no ranking mundial de educação.

Essa carência de educação faz com que as pessoas busquem meios de comunicação, como a televisão, para poder ter acesso às informações. O grande problema é que a maior parte dos meios de comunicação em massa, que a população tem acesso, são de caráter privado.

Evidentemente que empresas privadas, irão preocupar-se exclusivamente com o lucro, e não com o tipo de informação levada. Daí surge espaço para que a formação das ideias das

³⁷³Informação baseada em dados disponíveis na página do Uol notícias, através do endereço eletrônico: <http://eleicoes.uol.com.br/2012/noticias/2012/05/11/partidos-gastam-r-310-milhoes-em-2011-pt-e-o-campeao-de-arrecadacao.htm> (acessado pela última vez no dia 20 de maio de 2012).

pessoas, que assistem esses meios de comunicação, seja de acordo com interesses de elites, que financiam determinados tipos de informação.

Para trabalharmos com números, segundo o Uol notícias³⁷⁴, em 2011 foram gastos R\$ 310 milhões pelos partidos políticos. Boa parte desse dinheiro foi doado por empresários, que financiam os partidos, que querem ver no poder. Assim, parte desse dinheiro pode ser investido na mídia, enquanto aqueles partidos que não estão de acordo com os interesses do capital, não ganham visibilidade.

Então, determinados políticos primeiramente saem beneficiados pelo dinheiro que podem investir na mídia, e em um segundo momento pelo fato de serem bons “clientes” desses meios de comunicação, já que não é economicamente vantajoso para essas empresas de comunicação trazer notícias que prejudiquem indivíduos que fazem negócios milionários com elas.

Dessa forma, parte da população que como já foi falado, não tem acesso a uma boa educação, acaba manipulada por esse sistemas, e ao permitir tal manipulação, acaba alienadamente compactuando com os interesses dos grandes capitalistas.

Porém ainda existem muitas pessoas não se submetem aos interesses das elites, por terem tido acesso às informações diversificadas em relação às informações passadas pela mídia privada, seja de forma acadêmica, ou através de novas possibilidades, como as redes virtuais via internet.

Essas pessoas, não se enquadram no perfil de pessoas alienadas às regras imposta pelas elites, e por isso, a forma de manutenção de poder através da alienação não faz mais sentido para controlar tais pessoas. Assim, a utilização da força fica sendo a opção para essas pessoas.

Isso demonstra que mesmo com a alienação sendo a principal forma de manutenção do poder, antigas práticas como a utilização da força, não deixaram de existir, e apenas passaram a ser utilizadas contra uma parcela menos da população.

Foto 2

³⁷⁴Informação baseada em dados disponíveis na página da folha, através do endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/saber/882676-brasil-fica-no-88-lugar-em-ranking-de-educacao-da-unesco.shtml> (acessado pela última vez no dia 23 de abril de 2012).



Manifestação contra o aumento da passagem de ônibus em Fortaleza – 2012. (Fonte: <http://mmm-pe.blogspot.com.br/2012/01/luta-contra-o-aumento-das-passagens-de.html> - acessado pela última vez no dia 14 de maio de 2012)

Na foto 2, podemos ver que na ditadura da alienação a força ainda é utilizada nos mesmos moldes da ditadura militar. Para isso, basta que indivíduos não se aceitem as ideias alienadas trazidas pelas elites e pelo governo. Assim, uma manifestação contra o aumento da passagem dos ônibus, pode terminar em agressão por parte dos agentes do Estado, como é o caso da foto acima.

Um bom exemplo disso é a greve de professores no Piauí quem vem ocorrendo desde abril de 2012. Segundo informações do jornal Gazeta do Povo, dois professores da rede estadual de ensino foram presos. Além da polícia ter utilizado bombas de efeito moral, e de ter dado tiros para o alto.

Foto 3



Protesto de Professores em Franco da Rocha – 2010 (Fonte: http://assprofessores.blogspot.com.br/2010_03_01_archive.html - acessado pela última vez no dia 14 de maio de 2012)

As manifestações de professores costumam ter a utilização da força como mecanismos de controle por parte do Estado, já que devido ao senso crítico dos profissionais, devido a formação que tiveram, os professores são facilmente envolvidos pela alienação como forma de controle.

Na foto 3, podemos observar a abordagem policial contra os professores, em um protesto em Franco da Rocha, SP. Fica claro, que não há muitas diferenças das abordagens da ditadura militar, em relação as atuais abordagens.

Para finalizar nossos exemplos, podemos citar a greve de trabalhadores da construção do estádio Arena Pernambuco. Em tal situação, como desagradou o governo e as elites, e o convencimento não foi o suficiente, agentes do Estado utilizam de agressividade para controlar os trabalhadores.

Foto 4



Repressão aos trabalhadores grevistas, que trabalham na construção do estádio Arena Pernambuco, que será usado na Copa do Mundo de futebol. (Fonte: <http://blogs.ne10.uol.com.br/tvjornalnacopa/2012/02/03/greve-e-ilegal-decretou-o-trt/> - acessado pela última vez no dia 14 de maio de 2012)

Com base nos argumentos trazidos, podemos dizer que houve uma troca de termos saindo de uma ditadura militar para ditadura da alienação. Como já foi dito, tal mudança traz alterações apenas na forma central de se manter controle, mas seguimos reféns do interesses do Estado e das elites capitalistas, seja sendo forçados a aceitar suas ideias, ou sendo agredidos por seus agentes.

Considerações Finais

Podemos dizer que estamos vivenciando o início de uma nova forma de manutenção do poder. Trabalhamos aqui com um primeiro momento de ameaças comunistas, e a força da ditadura militar sendo utilizada como forma de conter a população, e de manter o interesse das elites capitalistas nacionais.

Porém, com o enfraquecimento das ideias comunistas e com as novas possibilidades no que diz respeito aos meios de comunicação, foi possível se fazer uma transição da forma central de manutenção do poder, passando da força para a alienação.

Cabe lembrar, que para a mudança dessa forma central de manutenção do poder, foi necessário a presença de alguns mecanismos que foram apresentados aqui, como o baixo investimento em educação, para manter a população desprovida de senso crítico, e o investimento em campanhas políticas, para que políticos que representam o interesse das elites possam estar presentes na mídia.

Assim, com uma população com pouco acesso às informações e a uma boa educação, a dependência das informações da mídia capitalista fica mais forte, o que favorece ao sistema de financiamento de campanhas políticas com a utilização da mídia.

Quanto a parcela da população que não se submete a tal sistema, a utilização da força segue sendo a alternativa, mesmo em um ambiente que se diz de paz, liberdade e democracia.

A grande questão para os próximos anos é o crescimento das redes sociais via internet, o que possibilita que intelectuais expressem suas ideias, e que a população tenha uma alternativa na busca por informações, contrapondo as ideias divulgadas pela grande mídia capitalista.

Assim, as formas das elites se manterem no poder poderão entrar em crise, o que naturalmente trará espaço para a utilização de mais violência, com a intenção de impedir que determinadas pessoas que estão tendo acesso às informações contrárias aos interesses dessas elites, lutem por mudanças.

Dessa forma, podemos afirmar que devido as novas possibilidades trazidas pelo avanço das tecnologias da informação, as relações sociais estão ficando mais velozes, e o controle do sistema pelas elites, cada vez mais difícil.

Nesse sentido, cabe à população saber o lugar certo de se buscar informações, e saber diferenciar o que realmente é bom para ela, e assim se mobilizar com a intensão de lutar pelos seus direitos, e pela eleição de bons candidatos, ao invés de candidatos que defendam apenas o interesse das elites.

Referências bibliográficas

CASTORIADIS, Cornelius. *A Intuição imaginária da sociedade* / Cornelius Castoriadis; tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luis Roberto Salinas Fortes. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta; ARAUJO, Maria Paula & QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.), “Ditadura e Democracia na América Latina”, RJ, FGV, 2008.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

FOUCAULT, Michel. "Sobre a Geografia". In *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg . *Introdução às relações internacionais*, Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LIMA VAZ, H. C. *Antropologia Filosófica I*, São Paulo: Loyola, 1991.

SANTOS, Milton. 1926-2001. *O espaço do Cidadão / Milton Santos*. - 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

Pós-Ditadura Militar

Do Banimento à Luta pela Anistia: história e memória da Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutica – GEUAr (1994-2002).

Esther Itaborahy Costa *

Resumo: Este resumo diz sobre minha pesquisa de mestrado sobre a memória de ex-militares do GEUAr. O estudo se pautará na Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutica (GEUAr), em que a sigla é uma homenagem ao Grêmio Esportivo Unidos do Ar, fundado em 1948 em Lagoa Santa (MG). O GEUAr é uma associação sem fins lucrativos de auxílio a ex-militares da Aeronáutica e demais Instituições que supostamente sofreram represálias ao serem acusados de participação em ações revoltosas nos anos 1960. Em função disso, esses ex-militares foram desligados da corporação – a partir de 1964 e desde 1994, quando da fundação do GEUAr, buscam a Anistia Política. A memória e as atuações desses atores sociais, serão contempladas através de entrevistas, tendo o GEUAr como *lócus* privilegiado em que estas foram construídas.

Palavras- chave: Ditadura Militar, Anistia, Memória, GEUAr.

Abstract: This abstract said about the Associação dos Anistiados Políticos e Militares da Aeronáutica (GEUAr), that is a tribute to Grêmio Esportivo Unidos do Ar, founded in 1948 in Lagoa Santa (MG). The GEUAr is a non-profit organization to assist ex-militaries who was accused of taken action on turbulent 1960s. As a result, these militaries were disconnected from the Aeronautics and since 1994 they fight for Amnesty. The memories and the action of these social actors, mediated by GEUAr, occupy a privileged place in this presentation. Based on empirical interviews with members of GEUAr I tried to understand the process of construction of their memories of the shutdown process of Aeronautics and the arrangement have spent their lives ever-since.

Keywords: Militar Dictatorship, Amnesty, Memory, GEUAr.

* Mestranda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Introdução

O período conhecido como Ditadura Militar durou 21 anos (1964-1985) foi um processo extremamente marcante na história social do país que afetou todas as camadas sociais brasileiras e muitas pessoas tiveram suas vidas modificadas irreversivelmente por se oporem ao regime. Assim, através das memórias dos ex-militares que hoje integram o GEUAr, temos um meio diversificado de pesquisa para o entendimento do foi que este período³⁷⁵.

Os integrantes do GEUAr buscam direitos políticos por terem perdido suas funções militares na instituição que serviram, perda esta que se deu a partir de uma portaria de 12 de outubro de 1964³⁷⁶, editada pelo Ministério da Aeronáutica, com intuito de reduzir o número de cabos.³⁷⁷ A FAB alega que essa portaria teve cunho administrativo, já que agia sobre um cargo público e impessoal.

Em 2002, a Comissão de Anistia³⁷⁸ analisou e considerou a portaria ‘um ato de exceção por si só’³⁷⁹ e com isso, a partir de 2003, passou a anistiar somente os cabos que ingressaram na FAB antes da edição da portaria. A Comissão ainda alega que aqueles que ingressaram depois de outubro de 1964 sabiam que completados oito anos de serviço seriam desligados da instituição e que por isso não cabe entrar com processos para serem avaliados pela mesma.

³⁷⁵ À época do Golpe esses homens pertenciam às Instituições do governo, como a Aeronáutica, Política Militar, etc.

³⁷⁶ “O tempo de serviço do cabo se prorrogará no máximo até que decorram 8 (oito) anos ininterruptos de efetivo serviço, desde sua inclusão nas fileiras da FAB (...)” Disponível em <www.mj.gov.br/anistia>. Acesso em 18 de maio de 2009.

³⁷⁷ O Ofício Reservado 04 - um estudo realizado pela Aeronáutica - concluiu que os militares de baixa patente seriam um ‘problema’, pois eles se apresentavam em grande número: eram 7 cabos para cada oficial e 4 cabos para cada sargento. Para Vasconcelos (2006), o desligamento de militares tinha um caráter preventivo para os oficiais da Aeronáutica, pois impediam o surgimento de novas associações e movimentos, similares aos dos sargentos e marinheiros.

³⁷⁸ Criada em 2000 no governo de FHC com intuito de rever os atos de anistia e aperfeiçoá-los. Em 2002 foi ratificada a Lei 10559, que regulamenta o artigo 8º do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias) que passou a reparar economicamente todos aqueles que foram atingidos por processos administrativos baseados na legislação de exceção, dando a eles o direito à reintegração aos cargos ocupados antes do afastamento. Explicita ainda todos os tipos de punição, inclusive aquelas em que os sujeitos foram impedidos de realizar suas atividades em virtude de pressões ou de *expedientes oficiais sigilosos*.

³⁷⁹ “Os requerimentos protocolados pelos cabos passaram a ser analisados pela Comissão de Anistia. Inicialmente, em 2002, a Comissão entendeu que a Portaria, por si só, tratava-se de ato de exceção.” Disponível em: www.mj.gov.br/anistia. Acessado em 21 de maio de 2009.

Já os ex-militares do GEUAr³⁸⁰ alegam em seus processos, enviados à Comissão de Anistia, que essa portaria teve caráter *exclusivamente* político, pois com dez anos de serviço, o militar alcançava estabilidade (através da portaria 570, revogada pela portaria 1104) e poderia progredir na carreira chegando a postos superiores.

Em razão desse posicionamento político, não só os membros da ACAFAB como TODOS OS CABOS DAQUELA ÉPOCA, foram atingidos pela Portaria 1104/64, findando a possibilidade de continuidade na carreira que a legislação anterior à Portaria permitia.³⁸¹

Partindo dessas premissas, meu objetivo neste artigo, consiste em investir na compreensão do processo pelo qual se deu a construção da memória e história dos atores sociais, membros do GEUAr, no que diz respeito aos eventos ocorridos no processo de desligamento da Aeronáutica e no rearranjo que passaram suas vidas a partir de então. Tentarei ainda compreender as motivações que levam estas pessoas, depois de recusadas pela corporação, passados quarenta anos, a lutarem pela Anistia a fim de serem incorporadas às Instituições que serviram, bem como pensar o GEUAr na memória desses ex-militares³⁸².

História Oral e Memória

No século XX os historiadores, cada vez mais, deixam de pensar a história apenas como a sucessão de grandes feitos políticos e militares, destacando os grandes heróis e se apoiando em datas chaves. Ganha maior interesse como campo de estudo as classes marginalizadas, a família, a mulher. Além disso, percebe-se também a possibilidade de trabalhar a história em um passado mais recente, utilizando-se de relatos coletados no próprio presente.

É nesse contexto que devemos pensar em uma história oral, pois à medida que a história se abre para novos campos - principalmente o econômico e o social - também se abre para novas fontes deixando de se trabalhar apenas com documentos escritos e dando espaço às

³⁸⁰ O GEUAr atende homens de Minas Gerais, em média com 60 anos. A Associação mantém contato com diversas instituições – no Rio Grande do Sul, São Paulo, Recife, Rio de Janeiro - que trabalham em prol da Anistia.

³⁸¹ Disponível em <www.fotolog.terra.com.br/asane:57>. Acesso em 21 de maio de 2009.

³⁸² Através de entrevistas temáticas tendo como base um roteiro geral, mas que poderá sofrer adaptações de acordo com a especificidade de cada entrevistado. Atribuirei atenção especial à história de vida, visando através dos relatos orais as origens anteriores à caserna, o período em que serviram às Instituições Militares, bem como os desdobramentos das trajetórias individuais posteriores ao desligamento das Forças.

fontes, tanto materiais e visuais, quanto as orais. Estas últimas desenvolvem-se no pós Segunda Guerra Mundial, influenciadas pelas facilidades impostas pelos avanços tecnológicos e também pela importância de se colher relatos de ex-combatentes e de seus familiares. Trata-se, neste caso, de redesenhar identidades e ‘acertar contas’ com o passado. Daí também a valorização daqueles que viveram diretamente tais situações e ainda podem testemunhar acerca delas.

Entretanto, metodologia da História Oral não resolve todas as questões dentro do estudo histórico, mas nos permite entender como determinados grupos e pessoas tomaram o passado, ou seja, questionar as interpretações homogêneas de acontecimentos. Ao mesmo tempo, permite que um grande número de ‘histórias dentro da história’ se mostre capaz de contestar as “generalizações sobre o passado, pois, a percepção histórica permite a mudança de perspectiva.” (ALBERTI, 2006: 166)

Assim, Assim como Verena Alberti definirei a história oral como

“[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI: 1990, 18).

A principal contribuição da História Oral seria a sua capacidade de fazer conexões entre esferas distintas da vida, principalmente no que diz respeito à história dos indivíduos, como ao permitir entrecruzar a história familiar com a história do meio de trabalho, possibilitando uma abordagem mais ampla da existência. Portanto, é um campo onde é possível conhecer os diversos desenhos que se dá à vida, às relações e às escolhas dos diferentes grupos sociais em todas as camadas da sociedade.

Neste sentido, a memória, entendida como um fenômeno construído e seletivo é resultado dessas conexões. Até meados do século XX, o estudo da memória era renegado, pois, os relatos não eram fontes confiáveis, já que a memória pode sofrer distorções e está carregada de subjetividade. Mas hoje, essas distorções são vistas como mais uma forma de se compreender as ações de determinados grupos, pois “é de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas decisões no presente” (ALBERTI, 2006: 167).

Segundo Pollak, a memória está em constante negociação sendo essencial à constituição de nossa identidade, tanto individual quanto coletiva (POLLAK, 1992: 204). Para Thomson, essa memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, ou seja, ela varia de acordo com as alterações sofridas em nossa identidade pessoal. Assim, afirma o autor, “situações dramáticas podem provocar o rompimento de tabus ou prejudicar a compreensão pessoal, provocando uma identidade fragmentada”. (THOMSON, 1997:57-58).

A memória foi tratada de forma polarizada: ‘memória oficial’ *versus* ‘memória dominada’, mas hoje se admite a disputa de memórias. Pollak fala da “existência, numa sociedade, de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade.” (POLLAK, 1989:12). Alessandro Portelli incorpora o conceito de ‘memória dividida’ de Giovani Contini, em que não há uma disputa entre as memórias, mas sim a existência de múltiplas memórias fragmentadas e divididas (PORTELLI, 1998: 127). Segundo Alberti, “o reconhecimento da diversidade constitui, portanto, a melhor alternativa para evitarmos a polaridade simplificadora entre ‘memória oficial’ e ‘memória dominada’ e realizarmos uma análise mais rica dos testemunhos [...]” (ALBERTI, 2006:168). Assim, acredito que a memória, através de relatos, vá além de ‘significar’ o passado, ela permite que transformemos as investigações, as representações em fatos.

Assim, o testemunho oral gera novas histórias, e a criação de novas histórias, por sua vez, pode contribuir para o processo de dar voz a experiências vividas por indivíduos que foram excluídos das narrativas históricas anteriores, ou foram marginalizados. Utilizando essa fonte, podem-se recuperar, através de histórias singulares, aspectos além daquilo que a bibliografia aborda, aspectos que o registro escrito não consegue transmitir com a mesma intensidade resgatando vozes que podem contribuir para que elas ganhem espaço no discurso público. “Agindo assim, além de transformar a memória em história, [o historiador] estará contribuindo para democratizá-la”. (VASCONCELOS, 2009: 81).

GEUAr e as lutas pela Anistia

O regime autoritário instalado em 1964, com apoio de boa parte da sociedade, ao final dos anos 70, foi marcado por uma ‘lenta, gradual e segura distensão’, nas palavras do presidente Ernesto Geisel. Segundo Brasília Sallum, a primeira mudança deveria ser no aparelho de Estado (MEZAROBBA: 2003, 4), mas isso não significava que todos os militares

quisessem ou trabalhassem para que essa distensão ocorresse, já que como há muito se sabe, havia importantes divisões nas Forças Armadas, “e a abertura não constituiu um momento de exceção” (SOARES; D’ARAÚJO; CASTRO: 1995, 30-31).

Pode-se pensar a anistia como um ato de autoridade, onde se concede perdão por crimes de natureza política, mas, na verdade, trata-se de ato conciliatório³⁸³, ou seja, um ‘pacto de sociedade’, o que não significa unanimidade (REIS: 2010, 172). “A anistia é um ato reparatório aplicado a situações de confronto político, decorrentes de quebra da normalidade instituída no Estado de Direito” (PEREIRA; MARVILHA: 200, 102). É sempre coletiva, não se estende somente às penas, igualmente aos fatos que a determinaram, “como se o anistiado jamais tivesse sido condenado”. (MEZAROBBA: 2003, 1). Paul Ricoeur afirma que a anistia finaliza todos os processos em andamento, tratando dessa forma, “[...] de um esquecimento jurídico limitado, embora de vasto alcance, na medida em que a cassação dos processos equivale a apagar a memória em sua expressão de atestação e a dizer que nada ocorreu” (RICOEUR: 2007, 462).

“Falar, lembrar, sofrer, refletir, sonhar, chorar, parece que foi ontem que a ansiedade de mais de três décadas tomava conta de nossos dias. Vinte e nove de outubro de 2003, finalmente vimos em parte nosso sonho realizar-se, parte do pesadelo foi dissipado, só uma parte porque as seqüelas jamais se apagarão de nossa memória, porém muito ainda teria e ainda terá de ser feito. Já se foram cinco anos de anistia, cinco anos de sofrida vitória. Nossas lágrimas de sofrimento ainda não foram suficientes para irrigar os campos da felicidade. Pequenas, humildes e simples flores ornamentam nosso espinhoso caminho de lutas que algum dia será reconhecido”.³⁸⁴

Ao ser instalada no Brasil a Anistia pressupunha a ‘pacificação da família brasileira’, pois conciliaria interesses entre vencidos e vencedores, entre ‘revolucionários’ e ‘não revolucionários’. Apesar de se apresentar como necessária, a Anistia não encontrava meios para ser reivindicada frente à censura e a repressão, assim, passou a ser relacionada à luta pelos direitos humanos, pelo fim das prisões arbitrárias, das mortes e desaparecimentos de cidadãos (MACHADO, 2006: 7). É somente nos anos 1970, com o surgimento de movimentos civis organizados (Comitês Brasileiros pela Anistia, Movimento Feminino pela Anistia), que a Anistia passa a ser tratada como objetivo central das lutas.

Assim, como Mezarobba (2003), penso a Anistia como um processo de longa duração, iniciado em 1979 com a aprovação da Lei 6683 e que perdura até os dias de hoje. Neste sentido, GEUAr pode ser visto como o *locus* onde essas lutas não se apagam, pois seus

³⁸³ Para Paulo Ribeiro Cunha, as 48 anistias brasileiras formam uma ‘categoria de conciliação’, onde prevalece uma ‘mentalidade conservadora’ devido ao reflexo da fase mercantil e da conciliação do liberalismo econômico com a escravidão no Império (TELES; SAFATLE: 2010, 16).

³⁸⁴ Trecho extraído de um texto escrito por Diniz no dia em que fora anistiado: 29/03/2003 e a mim cedido em entrevista realizada sua residência no município de Contagem-MG, ao dia 18 de agosto de 2009.

integrantes buscam, desde a fundação do grupo em 1994, “todo e qualquer documento que diz respeito à Anistia.” Segundo Fernando Diniz, os primeiros encontros aconteciam em bares, com intuito de amigos dos tempos da Aeronáutica se encontrar e conversar, por isso, afirma que sua procura por documentos era solitária, pois o pessoal de reunia mais pra beber e jogar conversa fora do que para traçar planos de luta.

“Naquela época, por volta de 94, eu comecei a desgostar com a turma. Por quê? Primeiro: a gente chegava começava a conversar, aí chegava um e pedia uma cerveja, daí a pouco vinha o whisky, vinha a cachaça e aí o assunto desvirtuava”.³⁸⁵

Nesse mesmo período Diniz se afastou do grupo, pois acreditava que em mesa de bar não se conseguia conversar sério.

Com seu afastamento, o grupo se sentiu prejudicado, não porque Diniz “seria melhor ou mais inteligente que ninguém”, mas porque ele estava envolvido nessa “luta” desde 1972, quando foi expulso da Aeronáutica. Após ser procurado pelo grupo e de ter ‘imposto’ algumas condições para que voltasse, no ano mesmo de 1994, o GEUAr começa a atuar.

“Eu posso voltar, mas da seguinte forma: nós vamos procurar um lugar, um local pra reunir, nós vamos formar um estatuto, formar uma associação. Porque o GEUAr não existia juridicamente, só existia assim, e conversa, de história, aquela coisa toda, mas juridicamente não existia.”³⁸⁶

Diniz fica na presidência no período de 1994–2004, nos anos iniciais extra-oficialmente, mas a partir de 1997, com a oficialização da pessoa jurídica do GEUAr, como presidente oficial, mas o ‘escritório’ funcionaria em sua casa até 2005.³⁸⁷

A luta desses homens teve início então a partir da edição da Portaria 1104 de 12 de outubro de 1964 do Ministério da Aeronáutica em que a Portaria 570 é revogada, portaria esta que dava estabilidade aos cabos. A Portaria 1104 se baseia na Portaria 1103 que expulsou os cabos que faziam parte da ACAFAB (Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira) que apoiaram os sargentos na Revolta dos Sargentos de setembro de 1963 em Brasília.³⁸⁸

³⁸⁵ Entrevista realizada pela autora, em Contagem, no dia 18/08/2009.

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ Com a criação do Estatuto do GEUAr, o grupo passa a ter dois endereços: a Sede continuaria funcionando na casa de Diniz em Contagem; e o escritório é instalado em Belo Horizonte.

³⁸⁸ Deflagrada na madrugada de 12 de setembro de 1963, a Revolta dos Sargentos contou com apoio de mais de 500 soldados e cabos da Marinha e Aeronáutica após o STF decidir pela inelegibilidade de sargentos para o poder legislativo, como previa a então vigente Constituição de 1946.

Após o banimento da ACAFAB pela Portaria 1103, a Portaria 1104 veio para ‘limpar’ os cabos da FAB, pois eles se apresentavam em grande número e poderiam causar problemas.³⁸⁹ Os militares ainda aprovam a Portaria 1105 que apura atividades comunistas dentro das Forças a fim de conter qualquer manifestação de desagrado. No bojo das perseguições, em outubro de 1964, a Aeronáutica lança o Boletim Reservado nº10³⁹⁰, onde os inquéritos militares contra os militares da ACAFAB não são encerrados e dá margem para que as perseguições se tornem constantes.

Somente em Belo Horizonte, mais de 500 processos entre militares da Aeronáutica, da Polícia Militar e Civil, do Exército, foram encaminhados para a Comissão e todos passaram pela mão de Diniz. Destes, 151 processos foram reconhecidos e deferidos, aqueles que foram indeferidos o foram porque a Comissão de Anistia criou um padrão de que quem incorporou depois de 1964 não tem direito de ser anistiado já que eles sabiam da existência de limitação do tempo de serviço. Para Diniz esse parâmetro é mais uma “perseguição contra nós, os cabos da Aeronáutica”.

Desde o início, o GEUAR busca trabalhar e amparar militares atingidos pela Revolução de 1964 a fim de lhes garantir seus direitos e de reintegrá-los à Aeronáutica, já que o ex-militar é anistiado recebendo o benefício de acordo com a patente que teria se tivesse seguido na Força.³⁹¹ Vale ressaltar aqui que esses homens não buscam só ressarcimento financeiro, eles querem que a sociedade reconheça-os como indivíduos que, assim como muitos, também foram atingidos pelo regime.

“[...] voltei-me única e exclusivamente para os fins que me propunha, ou seja, levar adiante o propósito de conseguir a tão almeja justiça para todos nós. Levar adiante os processos de reabilitação judicial ou administrativa junto a Aeronáutica e porque não dizer junto à sociedade, pois que esta nos vê como aproveitadores e inimigos da Pátria, pois desconhecem o drama vivido por todos nós ao longo destas décadas”.³⁹²

Para Diniz, os cabos estão continuam sendo perseguidos, pois a Lei 10559 lhes concede os direitos, mas a atual Comissão de Anistia se nega a cumpri-la, ignorando o

³⁸⁹ O Ofício Reservado 04 resultou no estabelecimento do limite de oito anos de permanência na patente de cabo. Ao fim desse período, caso não houvesse conseguido a promoção, através de concurso público, à patente de Sargento, o militar seria obrigado a dar baixa da corporação. No entanto, a possível promoção não dependia apenas do mérito individual do militar, ficando sujeita ao critério pessoal do comandante da base.

³⁹⁰ Revogou a Portaria 1104/64.

³⁹¹ Eles elaboram processos, tanto de militares da Aeronáutica como da Polícia Militar, a fim de encaminhá-los à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, onde lhes é conferido o diploma de Anistiado Político e a reintegração à força militar que servia com todos os direitos legais previstos.

³⁹² Entrevista realizada pela autora em 18/08/2009.

regulamento da Comissão e a própria Constituição em seu artigo 8º do ADCT. A Comissão de Anistia afirma que é soberana para decidir sobre os pedidos de Anistia e que não haverá nenhuma interferência.

Considerações Finais

Neste artigo pretendi apresentar questões que foram inicialmente trabalhadas em minha monografia de conclusão de curso (COSTA, 2009) e os novos estudos que venho fazendo no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Acredito que através desses olhares, dessas lembranças, o Golpe chegou às diversas camadas sociais de várias formas e temos o dever de revelar essa diversidade nos estudos sobre a ditadura militar.

A abordagem possível até aqui indicou que os indivíduos que atuaram na Ditadura Militar foram de alguma forma prejudicados pelo regime. Com isso, pretendo acrescentar à chamada história ‘oficial’ contada pelo Exército – em que os militares tentam legitimar o golpe através de justificativas e conclusões muitas vezes adaptadas ao interesse da instituição – que há outras ‘histórias’ a serem contadas sobre o período ditatorial mesmo em instituições governamentais e neste sentido, investi minhas análises no grupo formado por ex-militares da Aeronáutica.

Especificamente neste artigo as discussões apontadas contribuíram para que pensasse como o fato de terem sido desligados do serviço ativo afetou esses homens emocional e socialmente. Para eles, isto foi a interrupção de um sonho de fazer carreira. É interessante notar que, mesmo desligados do ofício, o amor à Aeronáutica não foi abalado, já que ligam tais acontecimentos a apenas algumas pessoas e não àquela que tem um caráter simbólico muito maior do que seus membros.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. RJ: Editora FGV, 1990.

_____. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

COSTA, Esther Itaborahy. *Anistia: a luta dos ex-militares através do GEUAr*. Monografia (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. (Org.) *A volta dos quartéis: a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MACHADO, Flavia. *As Forças Armadas e o processo de Anistia no Brasil (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2003.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: _ Projeto História. São Paulo, 10, dez. 1993.

PEREIRA, Valter; MARVILLA, Miguel (Org.) *Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo*. Textos de Ana Gabrecht; Valter Pires Pereira, Uber José de Oliveira. Vitória: Flor&Cultura. Assembléia Legislativa do Espírito Santo, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, nº. 10, 1992.

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, nº. 3, 1989.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura, Anistia e reconciliação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 23, nº 45, 2010.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Editora da UNICAMP, Campinas: 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, Claudio. *As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, 2009.

_____ *A política repressiva contra militares no Brasil após o Golpe de 1964*. Lócus: Revista de História, Juiz de Fora, vol.12, nº 2, 2006.

Problematizações Sobre a Gênese Jurídica do Patrimônio Cultural na Constituinte de 1987/88.

Yussef Daibert Salomão de Campos*

Resumo: Abordar o patrimônio cultural como objeto de pesquisas científicas está longe de ser algo inovador. Mas o tema apresenta-se inesgotável e infinito, pois sua multidisciplinaridade e as diversas facetas apresentadas na sua apropriação pelas mais diferentes formas de políticas públicas mostram que, a cada dia, um novo olhar pode ser lançado sobre o referido objeto. O que se pretende com esse trabalho não é chegar a conclusões definitivas, nem tampouco demonstrar um ponto final nas discussões da gênese e genealogia do patrimônio no Brasil. Pretende-se sim levantar problemas que possam suscitar reflexões: como se confeccionou o artigo 216 da Constituição de 1988, que define o conceito de patrimônio cultural brasileiro? Quais foram os agentes, políticos e sociais, envolvidos no debate? Quais vozes foram ouvidas e quais foram olvidadas, nesse campo de conflitos e embates?

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Constituinte de 1987/88. Agentes políticos e sociais.

Abstract: Addressing the cultural heritage as an object of scientific research is far from being innovative. But the issue presents itself inexhaustible and infinite, because its multidisciplinary approach and the various facets presented in its appropriation by different forms of public policies show that every day a new look can be launched on that object. The intention with this work is not to reach definitive conclusions, nor to demonstrate an end to discussions of the genesis and genealogy of the heritage in Brazil. It is intended rather to raise issues that might give rise to reflections, as if fashioned to Article 216 of the 1988 Constitution, which defines the concept of Brazilian cultural heritage? What were the agents, political and social, involved in the debate? Which voices were heard and they were forgotten, in this field of conflicts and disputes?

Keywords: Cultural Heritage. Constituent Assembly in 1987/88. Political and social agents.

* Doutorando em História-UFJF. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural-UFPeL. Bolsista CAPES.

A Constituição brasileira de 1988 é um marco jurídico e político da recente história nacional. Conhecida como a “Constituição Cidadã”, a Carta Política de 1988 nasceu em um momento em que o país se desvencilhou de mais de duas décadas de dominação autoritária, instituída pelo golpe militar de 1964, passando a sonhar com dias iluminados pelos faróis da democracia. Mas o processo de desenvolvimento e criação da nova carta magna brasileira não foi simples e sumário: arrolou-se durante quase dois anos de debates, disputas e conflitos políticos na elaboração das novas diretrizes constitucionais. Diversos temas foram discutidos de forma exaustiva, como a forma de inserção dos direitos e garantias fundamentais do cidadão e da inclusão de novos instrumentos jurídicos de proteção de bens difusos e coletivos. Entre esses temas destaca-se o patrimônio cultural e a forma elástica com a qual a lei maior buscou trata-lo, introduzindo inovações jurídicas (como o registro do patrimônio cultural imaterial) ao lado de formas tradicionais de preservação (tombamento do patrimônio material).

Todavia, indagamos: quais foram os atores, sociais e políticos, envolvidos no processo de elaboração das determinações constitucionais de preservação do patrimônio cultural? Quais os movimentos sociais foram marcantes nesse momento constituinte, nos anos de 1987 e 1988? Como se efetivou a preservação do patrimônio cultural imaterial como novidade jurídica no Brasil? De onde nasceram as reivindicações de tutela dos sítios remanescentes de quilombos? Qual a intenção de enumeração de instrumentos jurídicos de preservação previstos no §1º do artigo 216 (inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação)? Com a aplicação e efetivação do artigo constitucional citado, outros valores da Carta Política serão efetivados (cidadania e a dignidade da pessoa humana; redução das desigualdades sociais; o direito de qualquer cidadão de propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público)? Será que a lei, em sentido amplo, pode funcionar como um instrumento de criação e manutenção de identidades sociais?

Vale apontar que o processo constituinte “foi palco de grandes conflitos de interesse e de opinião que haviam permanecido latentes, irresolutos ou agravados, durante os anos da repressão” (PILATTI, 2008, p.01). Nesse palco se enfrentaram progressistas, marcados por segmentos da resistência democrática ao regime ditatorial, e conservadores, representados por expressões que apoiaram o golpe militar de 1964 (PILATTI, 2008).

A partir da ideia de que o documento é um vestígio (BLOCH, 2001), a Constituição pode ser interpretada não como um dado rígido, mas como um material a ser interrogado e

interpretado, através da análise de sua elaboração e do estudo sobre seus atores, políticos e sociais. Observar-se que o patrimônio cultural é uma seara formada por uma miríade de identidades (POULOT, 2009), minada por campos de conflitos e interesses econômicos, políticos e simbólicos, inerentes ao próprio patrimônio (CANCLINI, 1994; LOWENTHAL, 1998; 2005). Tais identidades, que constituem o campo patrimonial, são constituídas por sentimentos de coesão protonacional (HOBSBAWM, 2008.), que, em conjunto, fundamentam o surgimento de comunidades imaginadas (HALL, 2006; ANDERSON, 2008). Essas construções conceituais pautam a construção das apresentações do presente trabalho, mostrando como a Constituição de 1988 permitiu a fortificação de uma identidade nacional, através de diretrizes nascidas de elaborações políticas e sociais.

Determina o artigo 216 da Constituição de 1988 que constituem patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988)”. Afirma ainda que ficam “tombados os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (§ 5º). Mas que identidade é essa?

Hobsbawm aponta que:

[...] não há conexão lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial, por uma parte, e a identificação de uma nação em bases linguísticas, étnicas ou em outras com características que permitam o reconhecimento coletivo do pertencimento de grupo (HOBSBAWM, 2008, p.32).

A produção do passado apresenta-se como legitimador das políticas públicas apresentadas pelo Estado, que visa suprir essa falta de conexão lógica. O patrimônio cultural, como expressão política da memória, é fruto para uma série de debates e alterações. Seja sua preservação apontada como reconhecimento de direitos humanos (HARDING, 2005), passando pelas reivindicações por repatriações de objetos da cultura material (ZIMMERMAN, 2005; FERREIRA, 2008.) ou, ainda, pelas discussões sobre qual a identidade de um fóssil humano (LIPPERT, 2005) e até nomeando-o como legitimador de posse de terra (GEARY, 2005), as discussões perpassam a identidade social e cultural, assim como a construção de um passado em comum. A identidade é designada como legitimadora da preservação e/ou destruição patrimonial, sendo distante o pensamento de que a equalização entre patrimônio e identidade seja uma justificativa generalizadora (LOWENTHAL, 2005,

p.393). Ferreira aponta que o patrimônio cultural “é capaz de mediar relações políticas e sociais, de fortalecer hierarquias e poderes, legitimando-os por meio de testemunhos materiais que lhes dão sustentação” (FERREIRA, 2008, p.38).

Mas é preciso salientar que conceitos como patrimônio e identidade não são construções naturais, e sim categorias discursivas construídas. De acordo com Tilley, são criações recentes, influenciadas pela globalização, advindas das novas relações imperiais (TILLEY, 2006, p.09). O patrimônio manipula identidades, que são, como produtos da modernidade, alcançadas e não mais atribuídas, afirma o mesmo autor. O declínio do significado de Estado-nação, que tinha nos monumentos públicos (e no patrimônio cultural material em geral) uma metonímia sua (TILLEY, 2006, p.23), possibilitou o (res) surgimento de outras formas de identidades coletivas, sejam étnicas, religiosas, etc. (TILLEY, 2006, p.11), que buscam seu reconhecimento, entre outros modos, através da salvaguarda de seus patrimônios culturais. Sobre a apropriação do patrimônio e sua relação com a identidade coletiva, Canclini estabeleceu que:

Se é verdade que o patrimônio serve para unificar as nações, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que o estudo, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos (CANCLINI, 1994, p.93).

As práticas patrimoniais visam restaurar o passado no presente para projetar possibilidades em um futuro desejável (TILLEY, 2006, p.14), realizadas por agentes e atores do presente, à guisa de suas necessidades (WEISS, 2007, p.571; LOWENTHAL, 2005, p.396), seja através das políticas públicas, seja através da elaboração de uma carta constitucional.

O uso da lei pode ser visto como meio de construção de identidades e memórias, a partir de conflitos de poder, conflitos sobre qual identidade reconhecer e qual passado construir. A identidade coletiva é edificada e as nações inventadas. Mas não só as nações são imaginadas. As coletividades inseridas nessas nações são igualmente imaginadas. Para Anderson “qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada” (ANDERSON, 2008, p.33), sendo que, em alguns casos, “já há sinais inequívocos de que as pessoas começam a se identificar com alguma coisa que ultrapassa as fronteiras nacionais” (ELIAS, 1994, p.189).

A formulação de uma identidade em comum objetiva, primordialmente, a unidade e o sentimento de pertença de um grupo, com espectros políticos de dominação, já que a

identidade traduz-se em jogo de poder (HALL, 2006). Esse sentimento de pertença a uma nação (ou qualquer outra forma de comunidade imaginada) é definido por Hobsbawm como “protonacionalismo popular” ou “coesão protonacional”, explicado da seguinte forma:

A nação moderna é uma ‘comunidade imaginada’, na útil frase de Benedict Anderson, e não há dúvida de que pode preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas **reais**; mas o problema permanece na questão de por que as pessoas, tendo perdido suas comunidades reais, desejam imaginar esse tipo particular de substituição. Uma das razões pode ser a de que, em muitas partes do mundo, os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos. Chamo tais laços de “protonacionais” (HOBSBAWM, 2008, p.63).

Não será redundante afirmar que o patrimônio (como representação da identidade) é, portanto, um campo de disputas; e essas se apresentam nas dicotomias ‘memória e esquecimento’, ‘preservação e destruição’, ‘identidade e diferença’, visto que as práticas políticas patrimoniais se apropriam de objetos patrimonializáveis em detrimento de outros. O patrimônio cultural é uma seara de batalhas: “o conflito é endêmico ao patrimônio” (LOWENTHAL, 1998, p.234.); o patrimônio é “espaço de disputa econômica, política e simbólica” (CANCLINI, 1994, p.100.).

Vale apontar o uso da identidade na formação de comunidades imaginadas. Anderson, ao analisar a colonização do Sudeste Asiático por países como Inglaterra, por exemplo, enumerou algumas ferramentas de unificação dessas comunidades e do sentimento de pertença, como a língua, o hino (“cantar a Marselhesa [...] oferece a oportunidade do uníssono, da realização física em eco da comunidade imaginada”) e a bandeira, entre outros que propiciaram também a formação dos Estados-nação (ANDERSON, 2008, p.203). Acrescentou três instituições de poder que seriam fundamentais para que as colônias se moldassem às comunidade imaginadas pelos Estados coloniais: os censos, os mapas e os museus. Seriam através deles que o Estado moldava e vislumbrava seu domínio: a natureza dos indivíduos por ele governados, os limites da área colonizada e a legitimidade da fundação de seu Império. Essa leitura pode ser feita tanto na ação de Estados coloniais tardios como na formação de identidades nacionais de países independentes.

Por meio dos censos o Estado colonial categorizava identidades locais, através de “fundamentos” raciais ou religiosos, por exemplo. “Mapeados de cima”, conforme determina Anderson, os dominados eram rastreados e classificados com objetivos claros: determinar

quem realmente poderia ser tributado e recrutado pelo exército; organizar novas burocracias do sistema educacional, jurídico, de saúde pública, política de imigração, etc. Os mapas, por sua vez, delimitaram fronteiras e estabeleceram limites que comprovaram a existência de uma comunidade imaginada em um determinado espaço territorial. Já os museus criam um passado em comum, formando laços entre identidades coletivas. O museu e a arqueologia, que podem ser vistos, segundo Anderson, como agenciadores do patrimônio cultural, atuam como legitimadores do poder estabelecido e como depositários de heranças em comum.

O autor aponta a ingerência desses três instrumentos na criação de comunidades imaginadas da seguinte maneira:

Assim, mutuamente interligados, censo, mapa e museu iluminam o estilo de pensamento do Estado colonial tardio em relação aos seus domínios. A “urdidura” desse pensamento era uma grade classificatória totalizante que podia ser aplicada com uma flexibilidade ilimitada a qualquer coisa sob o controle real ou apenas visual do Estado: povos, regiões, línguas, objetos produzidos, monumentos, e assim por diante. O efeito dessa grade era sempre poder dizer que tal coisa era isso e não aquilo, que fazia parte disso e não daquilo. Essa coisa qualquer era delimitada, determinada e, portanto, em princípio enumerável (ANDERSON, 2008, p.253).

De forma breve vimos como censo, mapa e museu podem contribuir para a construção de uma comunidade imaginada e, portanto, de uma de uma identidade coletiva. Tenhamos em mente o objeto desse trabalho: o patrimônio cultural é uma representação da identidade social; logo, é um campo que permite ser usado como construtor de uma comunidade imaginada, não só por meio de museus ou artefatos arqueológicos, mas através de todas as categorias subjacentes ao seu conceito, entre eles, o patrimônio cultural. Mas será a lei³⁹³ capaz de ser instrumento estatal tal qual o censo, o mapa e o museus?

Partamos para a lei como instituição de poder. O Estado se utiliza da lei tanto para erigir um sentimento de identidade nacional como para permitir o fortalecimento de identidades locais. No artigo 216 de sua lei maior o constituinte brasileiro, através de seu poder parlamentar, tratou de definir quais são os bens culturais que são “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, enumerando-os, em seus incisos, através das categorias patrimônio material e imaterial. E em seu parágrafo 5º determina que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (BRASIL, 1988). Este é

³⁹³ Um esclarecimento deve ser feito. O termo Lei é aqui usado em seu sentido amplo, como “regra ou conjunto ordenado de regras” oriundas do Estado (REALE, 2006). Como toda classificação taxonômica temos a lei em sentido amplo (ato normativo) e as suas espécies, como leis complementares, ordinárias, decreto, etc.

um exemplo esclarecedor de artigo de lei que determina um passado em comum, criando uma coesão imaginada entre os cidadãos brasileiros. Mas a forma de elaboração e os agentes (sociais e políticos) responsáveis por tal diretriz constitucional continua desconhecida ou inexplorada.

Dessa forma, a lei (seja através da Constituição ou das leis a ela dependentes), assim como o censo, o mapa e o museu, atua de forma a criar uma ligação virtual entre aqueles que são classificados em etnias ou raças, que convivem em um território previamente traçado e que compartilham de um passado em comum. É o Estado que manipula essas etnias, esse território e esse passado. E o faz através da lei.

O patrimônio cultural se apresenta assim: como um campo de disputas de identidades, manipuladas pelo poder político, que tem, como seu braço direito, a norma jurídica. A legislação permite a aplicação de práticas públicas de preservação que refletem exigências de reconhecimentos de determinadas identidades em detrimento de outras. Conforme Poulot, o patrimônio é um “caleidoscópio de identidades” (POULOT, 2009, p.32). E as identidades representadas nas mais diversas manifestações culturais no Brasil buscam reconhecimento: é o embate político que tem, de um lado, a memória, a identidade e a preservação, e de outro, o esquecimento, a diferença e a destruição. Através da ação legiferante, o Estado cria massas de grupos identificáveis entre si, ao determinar mecanismos de gestão de patrimônios culturais que representaram coletividades que não podem se (re) conhecer pelo simples contato individual. Elege os patrimônios a serem preservados e dita como tais bens culturais, ao serem geridos e promovidos nos ditames da lei, refletirão e atenderão às necessidades daqueles que reivindicam um lugar ao sol.

Vemos, então, que as eleições feitas sobre o que se deve preservar (logo o que se deve esquecer) são marcadas por disputas políticas e sociais, simbolizadoras de conflitos entre identidades coletivas diversas e representantes de comunidades imaginárias distintas, sejam elas locais ou globais. São as identidades espelhadas nas nuances material e imaterial do patrimônio cultural brasileiro que o apontam como área de disputas e reivindicações por reconhecimento, que resultam em elaboração de normas (como o artigo 216) bem como em políticas públicas de preservação e salvaguarda.

E o patrimônio cultural, como referência, como suporte da memória coletiva, como um “quadro social da memória” (HALBWACHS, 2006) é, conforme afirma Rosário, “perpetuação da cultura” (ROSÁRIO, 2002), de “valores”, de “expressões máximas do pensamento e do sentimento humano coletivos”; que “a memória nos identifica como

indivíduos e como coletividade”. Enfim, a referência cultural pode ser observada a partir dos diversos domínios da vida social, aos quais são atribuídos sentidos e valores de importância diferenciada e que, por isso, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Michael Pollak apregoou que

Memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (**grifei**) (POLLAK, 1992, p.204).

Porém, como os constituintes de 1987-88 se apropriaram de conceitos como “cultura”, “memória” e “identidade” na elaboração do artigo 216? Artigo esse que se mostra complexo e dinâmico, sendo reiteradamente regulamentado por leis infraconstitucionais, como o decreto 3551 de 2000, que institui o registro como instrumento de preservação do patrimônio imaterial.

É preciso investigar: como as diretrizes de políticas públicas patrimoniais chegaram ao corpo constitucional, se não pela disputa e o conflito? Mas quem eram os combatentes e os combatidos? Se o patrimônio cultural é a expressão política da memória, quais grupos se fizeram representar no artigo 216 da Constituição e como atuaram para serem reconhecidos nas elaborações constituintes de 1987-88? Como indício de reivindicações sociais reconhecidas pelo poder público, podemos apresentar o tombamento do Terreiro Casa Branca, em Salvador, visto que é o primeiro bem religioso não católico preservado pelo Estado. Mesmo sendo o tombamento um instrumento jurídico datado de 1937, somente em 1986 (ano justamente posto entre o fim da ditadura militar e o início da Constituinte) foi homologado o tombamento do terreiro. Mas essas vozes se fizeram ecoar no processo constituinte dos anos seguintes ao tombamento feito em esfera federal?

Em suma: deve ser objeto de pesquisa, como é desse pesquisador, a investigação das reivindicações sociais e dos confrontos de interesse que perpassaram a elaboração do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, assim como identificar os agentes políticos que imprimiram na carta política as vozes daqueles que queriam ver arroladas suas expressões culturais como pontos de referência da identidade e da memória nacional. Devemos inquirir se a memória como campo de conflitos (POLLAK, 1989) se aplica ao momento de construção de normas constituintes relativas ao campo patrimonial, sendo este a expressão política da memória social. E, ainda, mostrar se os interesses populares puderam ou não ser

escamoteados no processo constituinte; quem cedeu e quem exigiu que se cedesse; o que foi lembrado e o que foi esquecido.

A escassez de obras e trabalhos em torno da Constituinte de 1987-88, no que tange ao patrimônio cultural, se apresenta como indício da necessidade de pesquisa e inquirição sobre o tema que mais salta aos olhos. Não existe um trabalho organizado e direcionado ao momento de elaboração constitucional de diretrizes voltadas ao patrimônio cultural. Os mais diversos profissionais que se apropriam do patrimônio cultural como objeto de estudo utilizam, diuturnamente, da Constituição como ponto de apoio jurídico em suas investigações em torno do tema. Mas inexistente pesquisa aprofundada que responda à seguinte questão: quais foram as vozes responsáveis pela elaboração do artigo constitucional que define o patrimônio cultural e dita regras acerca de sua promoção e preservação? Quais foram os agentes políticos que levaram tais reivindicações para as pautas de discussão da Assembleia Constituinte? Como se deu a construção política do texto do artigo 216? Quais foram as reivindicações, atendidas ou não, nesse processo? E quem reivindicou?

O processo constituinte deve ser observado como um processo dialético entre forças opostas, representadas, em 1987-88, por progressistas e conservadores. Esse ponto de vista é notado a partir da leitura de Pilatti (PILATTI, 2008), que desenvolveu um trabalho de extrema relevância, pois apresenta um verdadeiro fluxograma das atividades constituintes e da organização das comissões e subcomissões da Assembleia de 1987-88, o que permite identificar os congressistas envolvidos em cada uma dessas áreas de atuação. Porém não há aprofundamento no desenvolvimento das normas de preservação do patrimônio cultural, passando esse à margem da obra, até por não ser esse o objeto de trabalho do autor, assim como em Bonavides e Andrade³⁹⁴ e em Coelho³⁹⁵.

A presença de atores sociais na constituinte de 1987-88 certamente atesta a vocação cidadã da Carta Constitucional de 1988. Mas a identificação precisa desses membros, assim como o apontamento dos constituintes que integraram, principalmente, a “Subcomissão da educação, cultura e esportes” (integrante da “Comissão da família, da educação, cultura e esportes, da ciência e tecnologia e da comunicação”, presidida esta por Florestan Fernandes), se faz primordial para a compreensão da elaboração do artigo constitucional 216. Um indício da disputa é que a subcomissão em questão dispunha de 25 titulares, entre conservadores (PFL, PDS, PTB, PL e parte do PMDB) e progressistas (PDT, PT e parte do PMDB), sendo

³⁹⁴ BONAVIDES e ANDRADE, 1989.

³⁹⁵ COELHO, 1991.

que o PMDB contava com 13 representantes (entre conservadores e progressistas) e o então PFL com 7; e PL, PTB e PDS com um cada; enquanto PDT e PT só contavam com um cada partido. Porém, o desenho final da Constituição não reflete exatamente simplesmente a aritmética da assimetria entre conservadores e progressistas. Algo de qualitativamente significativo aconteceu no processo, resultando em um texto progressista (artigo 216), o que pode apontar, por um lado uma maior participação popular, e por outro uma maior habilidade daqueles grupos sociais que participaram, direta ou indiretamente, da discussão.

Cabe ainda inquirir a participação de técnicos e consultores na redação do artigo constitucional em voga. Reconhecemos a relevância do tema contido no referido artigo; é preciso que se identifique o processo de edificação das normas e diretrizes. Conforme afirma Olender:

Faz-se necessário (...) fortalecer aquele passado que se esvai, que se transforma, paulatina ou rapidamente, em ruínas, e que constitui a densidade de nossas memórias coletivas – realizadas cotidianamente nos comportamentos e nos diversos graus e dimensões das manifestações culturais de nossas famílias, grupos e classes sociais. Memórias que são aliadas importantes e, mesmo, fundamentais na nossa luta cotidiana de afirmação e reafirmação da vida social e da recuperação ou desenvolvimento de suas qualidades. Densidade esta que, por sua vez, (...) constitui o tenso, necessário e complexo quebra-cabeças de nossas manifestações culturais (OLENDER, 1995, p.145).

A construção da identidade de uma nação passa, necessariamente, pela invenção de seu patrimônio cultural. É que esse processo de invenção se mostra conflitivo, ao se enumerar bens para preservação, assim como relegar outros ao esquecimento. Os grupos sociais e políticos envolvidos na articulação do artigo 216 certamente abordaram, cada um ao seu modo, a necessidade de se reconhecer as mais diversas miríades de expressões culturais, sejam elas materiais ou intangíveis. Mas é preciso que os identifiquemos para que entendamos o texto final promulgado em outubro de 1988.

O texto de sugestões apresentadas pelos cidadãos brasileiros à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, entre março de 1986 e julho de 1987, com vistas à elaboração do novo texto constitucional, apresenta-se como um sinal de reivindicações populares. No documento "A Constituição Desejada", podem ser identificados grupos que buscaram seu reconhecimento no texto constitucional, em especial no artigo 216. Textos integrais dos anteprojeto, dos substitutivos e dos projetos de constituição que tramitaram durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 são potenciais indicadores de grupos políticos

envolvidos, assim como a íntegra das atas de reunião da subcomissão responsável pela elaboração do artigo 216, qual seja, “Subcomissão da educação, cultura e esportes”.

Muito mais que respostas, encontramos nessa breve exposição problemas. Problemas esses que surgem nas elucubrações de todo aquele que investiga a memória coletiva e a identidade social, através de sua expressão política: o patrimônio cultural. “Como conceitos, tais quais ‘referência cultural’, ‘identidade nacional’ e ‘memória’, são apropriados no momento de confecção de um artigo constitucional como o artigo 216?” e “por quem são apropriados?” são perguntas que não podem continuar sem respostas. Mas esse alvo não é simples de ser atingido. Requer pesquisa e estudo. E os resultados dessa busca o autor desse texto se compromete a apresentar em suas investigações doravante.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONAVIDES, Paulo e ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal: Paz e Terra, 1989.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: ago. 2011.

CANCLINI, Nestor Garcia. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. Revista do IPHAN. Brasília: IPHAN, nº 23, 1994, p. 94-115.

COELHO, João G. L. **A nova constituição: avaliação do texto e comentários**. Rio de Janeiro: Ed. Renavan, 1991.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. SP: Zahar, 1994.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Patrimônio, pós-colonialismo e repatriação**. In: Ponta de lança: revista eletrônica de história, memória e cultura. Ano I, nº2, 2008. p. 37-62.

GEARY, Patrick J.. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad, Editora do Brasil, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. – São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARDING, Sarah. **Bonnischsen v. United States: Time, Place and the Search for Identity**. *International Journal of Cultural Property*, (12): 249-263, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LIPPERT, Dorothy. **Remembering Humanity: How to Include Human Values in a Scientific Endeavor**. *International Journal of Cultural Property*, (12): 275-280, 2005.

LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

_____. **Why Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism**. *International Journal of Cultural Property*, (12): 393-423, 2005.

OLENDER, Marcos. **Arquitetura, História e Vida**. *Revista Locus-UFJF*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 143-152, 1995.

PILATTI, Adriano. **A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 334p, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente**. Séculos XVIII – XXI. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

ROSÁRIO, Claudia Cerqueira. **O lugar mítico da memória**. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 01, número 01, 2002 - ISSN 1676-2924*. Disponível em: www.unirio.br/morpheusonline/Cláudia_Rosario.htm. Acesso em jul. 2008.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

TILLEY, Christopher. **Identity, Place, Landscape and Heritage.** Journal of Material Culture, (11): 1/2, 7-32, 2006.

WEISS, L. **Heritage-Making and Political Identity.** Journal of Social Archaeology, (7): 3, 413-431, 2007.

ZIMMERMAN, Larry J. **Public Heritage, a Desire for a “White” History for America, and Some Impacts of the Kennewick Man/Ancient One Decision.** International Journal of Cultural Property, (12): 265-274, 2005.

Trabalho e Indústria

Uma Análise Historiográfica Sobre o Sistema Escravista e do Cativo Urbano no Brasil

Caio da Silva Batista *

Resumo: O presente artigo tem por finalidade analisar como o escravo urbano e o sistema escravista no Brasil foram abordados por parte da produção historiográfica do século XX. Nesse sentido, iniciaremos o debate na década de 1930, período no qual Gilberto Freyre apresentou a concepção sociológica na análise socioeconômica da História do Brasil. Após analisar as ideias introduzidas por Freyre na historiografia brasileira pularemos para os anos finais do século XX, período escolhido para finalizar a pesquisa, por representar um momento de mudanças de perspectivas na produção historiográfica brasileira sobre a escravidão. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados como fonte algumas das principais obras historiográficas que tratam da escravidão urbana no Brasil.

Palavras-chaves: Escravidão urbana, historiografia da escravidão, sistema escravista.

Résumé: Cet article vise à analyser comment l'esclave dans les zones urbaines et le système esclavagiste au Brésil ont été analysés par les historiens du XX siècle. En ce sens, le débat a commencé dans les années 1930, au cours de laquelle Gilberto Freyre a introduit le concept de l'analyse sociologique de développement socio-économique de l'histoire du Brésil. Après avoir analysé les idées introduites par Freyre dans l'historiographie brésilienne va sauter aux dernières années du XX siècle, une période choisie pour effectuer l'enquête parce qu'il ya eu des changements dans l'historiographie de l'esclavage. Le développement de cette recherche ont été utilisés comme une source de certains grands travaux historiques traitant de l'esclavage dans les zones urbaines du Brésil.

Mots-clé: L'esclavage urbain, l'historiographie de l'esclavage, système esclavagiste.

* Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestrando em História do Brasil, pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO-Niterói) aonde é vinculado à linha de pesquisa sociedade, cultura e trabalho. Pesquisador Membro do grupo de Pesquisa CNPq: Sociedade, cultura e trabalho na região da Zona da Mata Mineira, séculos XVIII-XIX. E-mail para contato: caiosbatista@hotmail.com

Introdução

O presente artigo tem por finalidade analisar como a produção historiográfica sobre a escravidão urbana no Brasil, durante o período de trinta e nos anos finais do século XX, apresentou o sistema escravista e a figura do cativo. Para se alcançar este objetivo, a presente pesquisa utilizou algumas das principais obras do período no qual este artigo está empenhado em analisar³⁹⁶.

Nesse sentido, o presente trabalho foi dividido em duas partes. A primeira analisará a obra *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano* (1936) de autoria do historiador e sociólogo Gilberto Freyre, que fez parte da chamada “Geração de 30”. A escolha desta obra se justifica, pois Freyre introduziu ideias sociológicas na análise socioeconômica da sociedade escravista, além de promover um estudo sobre o sistema escravista urbano na região nordeste do Brasil.

Na segunda e última seção iremos analisar como foi desenvolvida a produção historiográfica a partir da concepção da “Nova História Social do Brasil” sobre o prisma da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), das brasilianistas Mary Karasch e Sandra Graham e das historiadoras brasileiras Marilene Silva e Leila Algranti. A partir desta análise será possível compreender como que da produção historiográfica brasileira e estrangeira compreende o sistema escravista e os escravos urbanos.

Como podemos observar, o presente artigo apresenta como foco principal rever e analisar como foi desenvolvida a discussão historiográfica a respeito da escravidão urbana e do sistema escravista no decorrer das “gerações” brasileiras; por esse motivo o presente trabalho

³⁹⁶ Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram selecionadas algumas obras, que serão apresentadas no decorrer desta introdução, estes estudos selecionados abordam a temática da escravidão urbana no Brasil, o sistema escravista e a figura do escravo enquanto agente histórico. Todavia existem outras obras relevantes a respeito do escravismo nas cidades que aqui não serão abordadas, a respeito deste tema ver as seguintes obras – embora existam outras que aqui foram omitidas: CHALHOUN, Sidney. **Visões da liberdade: uma História da escravidão nas últimas décadas da corte**. São Paulo: Cia das Letras. 1990. FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos ; SOARES, Carlos Eugênio Líbano & ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil – século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Alameda. 2006. HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1997. SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. São Paulo: Hucitec. 2010. SIMÃO, Ana Regina Falkemboch. **Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, Rio Grande do Sul (1812 – 1850)**. Passo Fundo: UPF. 2005. SOARES, Luis Carlos. **“O povo de cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana do Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: FAPERJ – 7 letras. 2007. VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais século XIX**. Bauru: EUDSC/ANPOCS. 2004

não utilizou fontes arquivísticas. Nesse sentido, o estudo será feito a partir de algumas obras que darão suporte ao debate. Como isso, iremos promover uma discussão e análise de parte da historiografia a respeito do escravismo urbano no Brasil, do sistema escravista e da visão do escravo enquanto agente histórico-social.

Gilberto Freyre e a releitura da escravidão

O livro *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*³⁹⁷ de autoria de Gilberto Freyre foi editado pela primeira vez em 1936. Esta obra apresenta como tese central a hipótese de que “O espaço público venceu o espaço privado no século XIX”, em outras palavras, a sociedade do século XIX apresentou um novo modelo social que se opunha ao sistema patriarcal dos engenhos. Para o presente estudo, deteremos a análise nos capítulos cinco (FREYRE, 1977: 152 – 263) e dez (FREYRE, 1977: 489 – 572) do referido livro.

Dentro desta perspectiva, o primeiro capítulo que será analisado foi intitulado *O sobrado e o mocambo* (FREYRE, 1977: 152 – 263); no qual Freyre promove um estudo das cidades brasileiras do século XIX, promovendo a explicação de como eram as ruas das cidades brasileiras durante o período. Dentro deste contexto, Freyre apresenta a figura do escravo ao ganho, que pode ser observada no seguinte trecho: “(...) os sobrados, para as ruas sujas, ladeiras imundas, por onde quase só passavam a pé negro de ganho, muleques a empinarem seus papagaios, mulheres públicas (...)” (FREYRE, 1977: 152)

O escravo ao ganho era uma figura típica das cidades brasileiras do século XIX, esse tipo de cativo trabalhava nas ruas das cidades vendendo produtos, promovendo serviços de carpintaria, sapataria entre outras ocupações. Ao final do dia ou da semana estes escravos deveriam entregar ao seu senhor uma quantia pré-estabelecida, quando havia excedente este ficava para o município (SILVA, 1988: 88).

Em relação às ocupações dos cativos urbanos, Freyre afirma que muitas ocupações, como a de cocheiro, vendedores, pedreiros, carregadores, entre outras ocupações promoviam a sociabilidade destes escravos com outros indivíduos (FREYRE, 1977: 152). Dentro desta perspectiva, Freyre afirma que os escravos domésticos, que se encontravam tanto no meio

³⁹⁷ Apesar da obra em questão ter sua 1ª edição em 1936. Utilizarei da 5ª edição que não se difere da primeira. VER: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5ª Ed. V. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1977.

rural quanto urbano, poderiam usufruir de uma melhor condição de vida, uma vez que, a convivência com seus donos poderia trazer algumas vantagens, como por exemplo, uma melhor alimentação e possibilidades de conseguirem alforrias gratuitas (FREYRE, 1977: 152).

Após a análise do capítulo cinco; passemos nossa discussão para o capítulo de número dez que foi intitulado de *Escravo, animal e máquina*.

Se no capítulo cinco Freyre teve como objetivo descrever o ambiente urbano do século XIX; o de número dez intitulado *Escravo, animal e máquina* (FREYRE, 1977: 489 – 572) desenvolve um paralelo entre o escravo, o animal e a máquina. Nesse sentido, Freyre parte do pré-suposto que o trabalho escravo só poderia se tornar arcaico a partir do momento em que a máquina, que no século XIX eram carruagens movidas à tração animal, trens, dentre outras invenções, fosse se desenvolvendo. Esta hipótese é perceptível no seguinte trecho: “(...) *Pois semelhante gênero de trabalho- o escravo- só se tornaria arcaico ou obsoleto com o desenvolvimento da máquina (...)*”. (FREYRE, 1977: 490)

Em cima deste pré-suposto o autor desenvolve o capítulo demonstrando os trabalhos que os escravos realizavam nas cidades através dos anúncios de jornais brasileiros de meados do século XIX; neles, são encontradas algumas ocupações desenvolvidas pelos escravos urbanos, como por exemplo, os cocheiros, enfermeiros, doceiros, barbeiros, pedreiros entre outras atividades (FREYRE, 1977: 492).

A partir desta análise podemos observar o quanto era importante o papel dos escravos dentro das cidades, pois estes desenvolviam inúmeros serviços, como por exemplo, o carregamento. A respeito desse tipo de serviço o autor afirma que os cativos dentro das cidades serviam como “animais de carga” (FREYRE, 1977: 494), carregando praticamente todo tipo de mercadoria e promovendo o transporte de produtos agrícolas para as zonas portuárias. Com essas afirmações, podemos perceber que no Brasil do século XIX os escravos eram peças fundamentais para a dinâmica das cidades.

Neste capítulo, mais uma vez, é apresentada a questão do negro ao ganho, todavia suas funções são melhores explicadas, como podemos observar no seguinte fragmento:

(...) Ao senhor de escravo que, todo fim de dia, recolham à casa com o dinheiro ganho em serviços de rua, não interessava, na verdade, a substituição desses produtivos escravos por cavalos de tração ou de carga, com aumento de despesas; menos ainda, sua substituição por máquinas caras e complicadas, cujas ingresias só mecânicos estrangeiros ou mulatos pretensiosos e cheios de voltas fossem capaz de manejar (...). (FREYRE, 1977: 502)

Como podemos observar, ao senhor de escravo não convinha substituir esse produtivo e lucrativo cativo por animais de tração ou máquinas, que lhe traria uma despesa maior e um menor lucro. Em relação à quantia que os escravos ao ganho deveriam entregar a seus senhores, Freyre chega à conclusão de que para conseguirem o montante estipulado, em muitos casos, esses cativos cometiam crimes, como furtos (FREYRE, 1977: 510).

Saindo dessa questão do negro ao ganho, Freyre passa a analisar o cotidiano dos escravos urbanos. O primeiro ponto que nos chama à atenção é o fato dos cativos andarem descalços; esse fator, segundo Freyre, designava se um indivíduo era cativo ou livre. A respeito deste aspecto, Gilberto Freyre utiliza o termo “classe” para explicar a relação entre andar calçado e com os pés descalços no Brasil, como podemos ver no trecho:

“(…) Se voltarmos, ao assunto é para acentuar o fato de que a distância entre classes, no Brasil, teve no cuidado com os pés e com os sapatos uma de suas expressões mais características, fazendo-se dos pés dos homens senhoris uma espécie de pés de montar a cavalo e dos pés dos homens servis, pés de nua e cruamente pelas ruas ou pelas estradas (...)” (FREYRE, 1977: 512)

Além de não poderem andar calçados, segundo Freyre, os escravos urbanos tinham seus passos regulados pela polícia e por códigos de posturas nas cidades. Para ilustrar essa situação o autor cita alguns decretos e editais oriundos do período que buscavam manter a ordem e a paz pública (FREYRE, 1977: 517 – 522). Essas leis tinham por finalidade a estipulação de horários de fechamento de tavernas e açougues para que se evitassem ajuntamentos de negros. Além deste aspecto, era vetado ao escravo o uso de armas, a parar em esquinas sem motivo, dentre outras restrições (FREYRE, 1977: 521). Caso alguma postura fosse infligida por parte do cativo esse recebia as punições cabíveis, como por exemplo, o açoitamento e a condenação a galés.

Após análise de parte da obra *Sobrados e Mucambos* podemos chegar a duas conclusões importantes. A primeira diz respeito ao ambiente da cidade que se adaptou ao sistema escravista, isso significa que o escravismo urbano apresentou diferenças em relação ao escravismo rural. A segunda está relacionada ao cotidiano dos escravos nas cidades, que era bem diferente daqueles que trabalhavam no campo, pois no meio urbano os cativos muitas vezes ficavam longe das vistas de seus senhores o que lhes dava certa sensação de liberdade, todavia essa liberdade era vigiada pela polícia e regulamentada por leis específicas.

A partir destas conclusões, podemos detectar que Gilberto Freyre foi um dos pioneiros sobre a discussão do escravismo urbano no Brasil. Todavia, vale salientar que o sistema escravista aqui apresentado foi o que se encontrou na região Nordeste do Brasil.

O movimento historiográfico pós anos oitenta

Até a década de setenta do século passado a produção historiográfica a respeito da História do Brasil era influenciada, principalmente, pelas ideias estruturalistas, marxistas e coletivas, sendo analisada sobre o prisma da economia, da política e da expansão do capitalismo europeu (GOMES, 2004:160 & MACHADO, 1988:143 – 144).

Porém, a partir da década de oitenta pode-se perceber uma mudança na perspectiva historiográfica sobre a História do Brasil. Isto ocorreu, pois neste período houve uma série de estudos que demonstravam a necessidade de rever o papel histórico desempenhado pelos indivíduos que compuseram a sociedade brasileira.

Esta “nova produção historiográfica” foi desenvolvida dentro do prisma da História Social, que colocou a disposição dos historiadores o embase teórico norteando novos estudos que demonstraram a existência de novas fontes adequadas para a recuperação dos diversos grupos sociais que participaram da História do Brasil (MACHADO, 1988: 144).

Em relação aos cativos esta “Nova História” passou a copreendê-los como figuras do processo histórico e social, reconstruindo o mundo dos escravos e demonstrando que o sistema escravista foi embasado nas negociações entre senhores e escravos (MACHADO, 1988: 144) e que os mancípios mesmo sobre uma violenta forma de dominação, foram capazes de construir redes de relações familiares e de solidariedade (GOMES, 2004: 165)

Esta mudança de perspectiva foi significativa para o desenvolvimento da nova produção historiográfica sobre o escravismo, pois até a década de setenta o sistema escravista, na grande maioria das vezes, era analisado como algo não repressivo e o escravo era colocado com vítima dentro da sociedade, pois estava privado de todos os seus direitos (GOMES, 2004, p.: 163).

Esta nova visão sobre o escravismo demonstrou a autonomia que os escravos tiveram. Isso foi possível, pois foi constatado que os cativos criaram uma sociedade autônoma dentro do contexto da escravidão. A partir desta nova característica dada ao sistema escravocrata podemos perceber uma diversificação na análise do tema, pois foram introduzidas novas ideias, como por exemplo, a da autonomia escrava. Além deste aspecto, temas que eram

pouco estudados passaram a ter mais atenção dos historiadores, como a escravidão urbana (MACHADO, 1988: 151 - 154). Vale salientar que estes novos estudos a respeito do cativo e do sistema escravista foram influenciados, principalmente, pelas ideias da História Social e pela Micro-História.

A produção historiográfica no final dos anos oitenta: o caso da Universidade Estadual de Campinas.

Os anos oitenta, tal como foi dito anteriormente, apresentam sua importância e relevância dentro da produção historiográfica sobre o escravismo, pois nesse período houve um aumento significativo em cursos de pós - graduação, mestrado e doutorado no Brasil, o que promoveu o aumento dos estudos históricos. Estes estudos remetiam a regiões específicas e desenvolviam em larga escala investigações sobre os aspectos da ideologia escravista, da família escrava, do tráfico negreiro, do processo de abolição, entre outros fatores da escravidão.

Dentro desta nova concepção historiográfica sobre o escravismo e a abolição no Brasil destaca-se um conjunto de estudos que, por seus pressupostos e procedimentos, passou a questionar posições teóricas e linhas explicativas que vinham sendo defendidas, sobretudo as de cunho marxista. Nesse sentido, vários autores passaram a investigar a partir da História Social a multiplicidade das experiências negra, na escravidão e no mundo dos forros, buscando sempre a visão dos indivíduos sobre os contextos históricos aos quais estavam inseridos³⁹⁸.

Estes estudos procuravam demonstrar como aqueles indivíduos que estiveram submetidos ao cativeiro tinham valores e projetos, lutando por eles de variadas formas e construindo alternativas de vida, o que transformou as relações de dominação a que estavam submetidos.

Dentro deste contexto, encontramos a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), esta instituição teve participação ativa dentro dos debates historiográficos a respeito do escravismo; de modos diversos e em diferentes momentos. No final dos anos oitenta, por exemplo, os professores que integravam a linha de pesquisa Escravidão e Trabalho Livre do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP: Peter Eisenberg,

³⁹⁸ As informações sobre o contexto Histórico da UNICAMP na década de oitenta do século XX foram obtidas através do site: <http://www.comciencia.br/reportagens/negros/13.shtml>.

Robert Slennes, Sidney Chalhoub, Célia Azevedo, Izabel Marson e Silvia Hunold Lara realizaram um evento no qual foram trabalhados temas sobre a história da escravidão e da abolição, publicando obras importantes sobre o cotidiano dos escravos. Muitas das teses orientadas pelo programa nesse período transformaram-se em livros que também contribuíram para redimensionar o estudo das ações dos quilombolas, do significado das leis do ventre livre, dos sexagenários, e de outros aspectos da experiência de muitos homens e mulheres cativos que viveram e lutaram durante o período em que vigorou a escravidão.

Dentro desta perspectiva, Sidney Chalhoub e sua obra *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* (2001) analisou os escravos como agentes ativos dentro da sociedade na qual viviam; com esta nova perspectiva, podemos observar a derrubada da História generalista para um olhar individualizado dos atores sociais. Na obra em questão o autor promoveu uma crítica aos historiadores que vêem a História como algo sólido, definido e discernível (CHALHOUB, 2001: 23 – 57). Nesta perspectiva, Chalhoub nos chama a atenção para as fontes históricas, que segundo ele são fatos históricos produzidos pelos agentes sociais.

Célia Maria Marinho de Azevedo em sua obra *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX* (2004) apresentou a mesma perspectiva exposta por Chalhoub em relação ao escravo. Nesse sentido, Azevedo faz críticas à História desumanizada, ou seja, os estudos que não levavam em consideração os indivíduos anônimos, como os forros, os escravos, os livres pobres. Segundo a autora, estes “esquecidos pela História” promoveram interações sociais e culturais dentro da sociedade em que viveram, desenvolvendo a História, e são estes indivíduos que a Azevedo estudou na presente obra (AZEVEDO, 2004: 15 – 26).

Silvia Hunold Lara em sua obra *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808* (1988) apresentou o questionamento da violência e da relação entre senhor e escravo no mundo colonial, utilizando-se da mesma concepção de Azevedo e Chalhoub sobre a inserção do indivíduo enquanto agente histórico. Nesse sentido, de acordo com Lara a análise individual de cada escravo proporciona uma penetração diferenciada no tema e propõe seu questionamento em níveis diversos (LARA, 1988: 15 – 26).

Como podemos observar os autores aqui analisados nos apresentaram uma perspectiva sobre a escravidão que foi apresentada pela “Nova História Social” ao apresentar análises sobre os diversos agentes históricos de forma individual.

Os brasilianistas: novas visões sobre o escravismo brasileiro.

Brasilianistas são os pesquisadores estrangeiros que estudam a História do Brasil em suas diversas fazes, incluindo a escravidão. Dentro desta perspectiva, iniciaremos esta seção com a análise da obra de Sandra Graham *Proteção e obediência – Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910* (1992); que tem por finalidade examinar os locais e formas de trabalho além das relações das criadas domésticas com seus patrões no Rio de Janeiro no final do século XIX para o século XX. Além deste ponto, a presente obra promove uma investigação das trabalhadoras pobres da cidade do Rio de Janeiro e das transformações do trabalho doméstico escravo para o livre.

Dentro deste contexto, Graham nos afirma que trabalhar no lar significava ter proximidade com seu amo, além de ser um local que poderia oferecer melhoria de vida para os criados. Isso se explica a partir do momento em que, segundo a autora, as relações de trabalho poderiam gerar ao trabalhador, tanto livre quanto escravos boas oportunidades de ascensão social além de proteção (GRAHAM, 1992: 15 – 41). Todavia, esta relação de solidariedade poderia se romper a qualquer momento, pois se o criado não prestasse bons serviços e desobedecesse às ordens que lhes eram dadas, poderiam receber algumas punições, como por exemplo, castigos físicos e corporais, além de longas jornadas de trabalho (GRAHAM, 1992: 15 – 41).

Segundo Graham, dentro dos lares havia dois extremos de grupos de trabalhadores; o primeiro se encontrava aqueles serviços que estreitavam as relações do senhor com seus criados como as ocupações de ama-de-leite e mucamas; no outro extremo aqueles criados que tinham pouco ou nem um contato com seus amos, como por exemplo, as carregadoras de água, lavadeiras e costureiras (GRAHAM, 1992: 15 – 41).

Como se pode observar, a obra em questão nos passa uma série de informações a respeito das escravas domésticas urbanas, o que promove o enriquecimento dos estudos a cerca do escravismo nas cidades brasileiras do século XIX. Após esta análise do estudo de Sandra Graham sobre as criadas domésticas, podemos perceber que trabalhar nos lares não significava ter regalias; isso se explica, pois este tipo de trabalho exigia longas jornadas e o acúmulo de serviços.

Partiremos agora para a análise e discussão da obra de Mary Karasch *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850* (2000); que busca reconstruir os diversos aspectos

da vida cotidiana dos cativos urbanos no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, a partir das relações sociais que haviam entre os escravos e os demais moradores das cidades.

Dentro desta perspectiva, é nos apresentado uma série de características da sociedade escravista; dentre as quais podemos citar a associação do trabalho manual e de carregamento ao escravo (KARASCH, 2000: 259 - 291). Dentro desta perspectiva, Karasch nos afirma que os escravos urbanos trabalhavam nas mais diversas atividades, como por exemplo, na caça, nas coletas de frutas silvestres para vender nas cidades, na venda de produtos e em tantas outras ocupações (KARASCH, 2000: 259 – 291).

Dentro da análise dos trabalhos que os escravos desenvolviam nos centros urbanos, Karasch ressalta que uma das mais importantes atividades que os escravos exerciam era o de carregadores (KARASCH, 2000: 259 – 291), neste tipo de ocupação os cativos poderiam trabalhar em grupo ou individualmente, carregando as mais variadas mercadorias. Havia também os escravos que possuíam serviços especializados, estes eram os mais bem pagos, segundo a autora, e representavam boa parte dos escravos urbanos (KARASCH, 2000: 259 – 291).

Karasch, a exemplo de outros autores que estudaram a escravidão urbana, promoveu uma análise sobre o negro ao ganho, que eram os cativos que trabalhavam em troca de dinheiro, pois neste tipo de relação de trabalho o que o escravo ganhava era dividido com seu dono, que fica com a maior parte, e em certos casos com toda a quantia (KARASCH, 2000: 259 – 291).

Por fim, Mary Karasch analisa o cotidiano dos escravos domésticos; segundo a autora, estes cativos quando pertenciam a famílias de baixa ou média renda realizavam as tarefas domésticas e outras ocupações, como por exemplo, a de vendedor ao contrário, nas famílias ricas estes escravos possuíam mão de obra especializada, desenvolvendo na grande maioria dos casos uma única função (KARASCH, 2000: 259 – 291).

Ao fim desta análise, podemos concluir que os estudos desenvolvidos pelos brasilianistas sobre a História do Brasil é de suma importância para o enriquecimento da nossa produção historiográfica.

As últimas décadas do século XX: novas visões sobre o sistema escravista urbano.

As duas últimas décadas do século XX apresentou uma série de estudos que analisavam a escravidão urbana no Brasil. Nesse sentido, encontramos na obra de Marilene da

Silva *Negro na rua: a nova face da escravidão* (1987), uma análise das relações sociais entre senhores e escravos no ambiente urbano, dando ênfase à cidade do Rio de Janeiro.

Dentro desta perspectiva, Silva afirma que o sistema escravista adaptou-se ao ambiente urbano apresentando algumas peculiaridades, como por exemplo, o escravo ao ganho, a flexibilidade de circulação do cativo e seu contato com grupos sociais diferentes, dentre outros fatores. Porém Marilene da Silva, a exemplo de outros autores que analisam o sistema escravista urbano, afirma que a essência do escravismo, que era a de garantir ao senhor o direito de propriedade sobre o escravo se manteve nas cidades (SILVA, 1987: 12 – 34).

A partir destas perspectivas Silva desenvolve uma análise a respeito do escravo ao ganho; segundo a autora este tipo de cativo trabalhava para promover o seu sustento e o de seu amo. Além deste aspecto, neste tipo de sistema havia uma quantia pré-determinada que o cativo deveria levar ao seu senhor no final do dia ou da semana, quando havia excedente, este ficava com o escravo (SILVA, 1987: 87 – 142).

Em relação à vida cotidiana dos escravos urbanos, Silva nos mostra que a vida destes mancípios era tão dura quanto daqueles que residiam nas fazendas, prova disto são os anúncios de jornais do século XIX referentes à compra, venda e fuga de escravos que habitavam nas cidades, que demonstram as más condições de vida que estes cativos estavam submetidos, pois relatavam as inúmeras marcas no corpo dos mancípios decorrente de maus tratos e das más condições de trabalho (SILVA, 1987: 87 – 142).

Como podemos observar, Marilene da Silva nos apresenta algumas características da escravidão urbana. Dentre elas podemos destacar a figura do escravo ao ganho, que representou uma transformação da relação do sistema escravista, pois encontramos neste modo de trabalho relações diferentes entre senhor e escravo, como por exemplo, a remuneração que este cativo recebia pelo seu serviço. Outra característica importante que a autora nos apresenta, está relacionada à vigilância dos escravos nas cidades que era promovida pelo Estado a partir do poder policial. Assim, se nos campos encontramos um feitor que vigiava os escravos e quando necessário os puniam, nas cidades este serviço era feito pela polícia.

Dentro deste contexto nos anos finais do século XX encontramos a obra de Leila Algranti intitulada *O feitor ausente – Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro* (1998). Neste estudo, a autora nos afirma que mesmo com o caráter rural da economia brasileira as cidades tiveram um papel importante tanto no âmbito econômico quanto político,

pois serviram como sedes administrativas e políticas, além de servirem como entrepostos comerciais; estando inseridas dentro das características do sistema escravista (ALGRANTI, 1998: 17 – 24).

Nesse sentido, os centros urbanos brasileiros contavam com escravos, que caminhavam pelas ruas para cumprir suas tarefas diárias e seus senhores, na grande maioria dos casos, eram donos de poucos homens, possuindo, em geral, cerca de um a três mancipios (ALGRANTI, 1998: 46 – 58).

Em relação aos trabalhos desenvolvidos pelos escravos urbanos, Algranti afirma que os serviços públicos eram os que mais necessitavam da mão de obra cativa; a autora acrescenta que este tipo de serviço era geralmente realizado por escravos que estavam na cadeia municipal ou por cativos alugados, este trabalho abrangia desde a limpeza das ruas à construção de estradas (ALGRANTI, 1998: 73 – 95). Havia também os cativos que trabalhavam ao ganho, em serviços especializados ou sem especialização, como o trabalho de carregador (ALGRANTI, 1998: 73 – 95).

Além deste aspecto, Algranti nos fala que nas cidades o poder público tentava regularizar as relações entre senhores e escravos, em especial, a questão dos maus tratos, pois o governo tentava agir, na medida do possível, para que se prevalecesse às normas de conduta exigidas oficialmente, porém sua atuação era pouco satisfatória, mas evitou maiores abusos por parte dos proprietários de escravos nas áreas urbanas (ALGRANTI, 1998: 100 – 105).

Todavia é salientado que mesmo com esta vigilância do Estado sobre as relações entre senhores e escravos nas, houve a aplicação de castigos corporais aos cativos que iam contra as regras de convivência nas cidades. Esta punição era promovida pelos senhores dentro das casas ou pelo Estado, que nas cidades eram representados pela polícia (ALGRANTI, 1998: 100 – 105).

Os castigos corporais eram aplicados a atos de vadiagem, sabotagem, fugas, ingratidão, atitudes contra o sistema escravista e a propriedade dos senhores, desobediência ao código de posturas das cidades, delito, dentre outros desvios de conduta (ALGRANTI, 1998: 100 – 105). Todavia, Leila Algranti nos mostra que o açoitamento era a última alternativa utilizada para reprimir os atos dos escravos, pois o que se percebeu foi uma oscilação na relação de cooperação e violência entre senhor, escravo e poder público (ALGRANTI, 1998: 100 – 105).

Ao ser analisado o cotidiano dos escravos urbanos, a autora nos mostra que estes se relacionavam com forros, homens livres e outros cativos. Sobre estas interações sociais,

Algranti chega à conclusão de que as redes sociais dos escravos nas cidades eram grandes (ALGRANTI, 1998: 121 – 131). Prova disto era a constante atenção que os policiais tinham a reuniões suspeitas, ajuntamentos ilegais, casas de feitiçaria, entre outros aspectos que representavam a cultura negra (ALGRANTI, 1998: 121 – 131).

Como podemos observar Leila Algranti, nos mostrou que no ambiente urbano o Estado, em certas ocasiões, interferia na relação entre senhor e escravo. Isso se explica, pois os escravos nas cidades apesar de serem propriedades privadas de seus donos também eram habitantes e como tal deveriam seguir as normas exigidas, caso contrário, estavam sujeitos as punições. Outro aspecto que podemos perceber está associado à vida urbana, que introduziu novos elementos no sistema escravista, como por exemplo, o recebimento de dinheiro que o cativo adquiria pelo serviço prestado, a interferência do Estado nas relações entre senhor e escravo e o principal aspecto da escravidão urbana a ausência do feitor; estas características somadas a outros demonstram a adaptação do sistema escravista ao meio urbano.

Considerações Finais

Após esta análise sobre parte da produção historiográfica acerca do escravismo, podemos chegar a algumas conclusões importantes sobre a configuração do sistema escravista nas cidades brasileiras, a relação entre campo e cidade, a adaptação da escravidão ao ambiente urbano e a nova visão da historiografia sobre a escravidão urbana.

Em relação ao sistema escravista no Brasil pode-se concluir que os escravos foram utilizados nas mais diversas atividades econômicas, tanto nas áreas rurais quanto nos centros urbanos durante todo o período da escravidão em nosso país. Os primeiros estudos sobre a implementação da escravidão no Brasil nos levam a década de trinta do século XX. Neste contexto encontramos a obra de Gilberto Freyre *Sobrados e Mucambos* (1977).

Todavia, o escravo e o sistema escravista urbano passaram a ser mais estudados a partir da década de oitenta do século XX. Isto foi possível graças à releitura da escravidão, que passou a ser compreendido como algo heterogêneo e o escravo como um agente histórico, ou seja, um indivíduo que participava ativamente da sociedade em que vivia.

A respeito da relação entre o campo e a cidade e a adaptação do sistema escravista ao ambiente urbano podemos concluir que a maioria das cidades brasileiras até o século XVII se resumiam a vilas. Todavia, a partir do século XVIII e, sobretudo, no século XIX percebemos

um crescimento das regiões urbanas no Brasil, que foi oriundo do aumento demográfico brasileiro e da diversificação da economia.

Sendo assim, podemos chegar à conclusão de que as cidades brasileiras até o século XVII, na grande maioria, era um prolongamento do campo, pois serviam para redistribuição da mão de obra escrava e como centros administrativos. Porém, a partir do século XVIII percebemos que as cidades brasileiras se tornam mais numerosas e mais complexas. Estas além de serem centros da administração e redistribuição da mão de obra, passaram a oferecer uma série de serviços além de servirem como entrepostos comerciais. Estes núcleos urbanos que antes eram vilas, contavam desde o início de sua fundação com a mão de obra escrava para promover as mais diversas atividades.

Além deste aspecto, podemos perceber que o sistema escravista nas áreas urbanas se configurou de forma distinta do meio rural. Vários fatores demonstram a distinção do escravismo nas cidades, a mais marcante dessas características diz respeito à mobilidade do escravo urbano, pois este muitas das vezes trabalhavam longe da supervisão de seus senhores e a figura do feitor era ausente; estes fatores proporcionavam a estes cativos uma maior mobilidade dentro das cidades. Todavia, seus passos eram vigiados pelo poder público, principalmente pela polícia.

Por fim, após a análise de parte da produção historiográfica a respeito da escravidão no Brasil, podemos concluir que a partir da década de oitenta do século XX produção historiográfica sobre o escravismo utilizou-se de novas fontes, como por exemplo, processos criminais, testamentos, inventários, documentos cartoriais, ações de liberdade, jornais, relatórios oficiais, entre outros documentos que geraram estudos nos quais demonstravam que os escravos, tanto os que habitavam o campo quanto os que moravam nas cidades, foram agentes históricos, pois participaram ativamente da sociedade em que viveram. Esta nova visão sobre o cativo e o sistema escravista foi possível graças à reconstrução das trajetórias individuais e coletivas destes mancipios.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente- Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro.** Petrópolis: Ed. Vozes. 1998.

AZEVEDO, Célia Maria de. **Onda Negra, medo branco: O negro no imaginário das elites do século XIX.** 2ª Ed. São Paulo: Annablume. 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** 2ª Ed. Campinas: Ed. UNICAMP. 2001.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.** 5ª Ed. V 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro. 1977.

GOMES, Ângela de Castro. **Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate (Ensaio bibliográfico).** *Revista Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, n 34, p.: 157 - 186, jul./dez., 2004.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criados e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910.** São Paulo: Companhia das letras. 1992.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808 – 1850.** São Paulo: Companhia das letras. 2ª Ed. 2000.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência: Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão.** *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 8, n 16, p.: 143 – 160, mar. /ago, 1988.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Negro na rua: a nova face da escravidão.** São Paulo: Hucitec. 1988.

Imigração

Religiosidade Alemã: a construção de igrejas católicas pelos imigrantes alemães em Juiz de Fora.

Fabiana Aparecida de Almeida *

Resumo: O presente artigo falará sobre a construção de igrejas por imigrantes alemães católicos na cidade de Juiz de Fora. O trabalho apresentará também um retrospecto da história da chegada dos imigrantes alemães na cidade e como essas igrejas contribuíram para a formação da identidade religiosa desses imigrantes.

Palavras-chave: Igreja católica. Imigração alemã. Religiosidade.

Abstract: This article is about the construction of churches by german catholic immigrants in Juiz de Fora city. The work will also shows the retrospect of the history of the arrival of german immigrants in the city and how these churches have contributed to the formation of religious identity of immigrants.

Keywords: Catholic Church. German immigration. Religiosity.

Introdução

A construção de igrejas mostra-se indispensável na formação de um lugarejo, bairro ou cidade. A primeira edificação a ser erguida em um novo povoado é a igreja e é ao seu redor que vão surgindo casas, prédios, ruas e cidades. Geralmente ela fica em uma região elevada para se destacar das outras construções e mostrar qual credo aquela comunidade pertence. Os santos a que são consagradas recebem a função de apadrinhar as pessoas que passam a viver ao seu redor e nenhuma outra construção conta com tanta ajuda financeira e pessoal por parte das pessoas. Por esses e outros motivos, a construção de uma igreja é muito

* Graduada em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestranda em História na área de concentração em “História, Cultura e Poder” pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: fabiana.almeidajf@yahoo.com.br.

importante para a cultura de uma localidade e para a sua história. Juiz de Fora não foge a regra e este artigo terá como tema central a história das construções de igrejas católicas erguidas pelos imigrantes alemães que se alojaram na cidade para construir a *Estrada de Rodagem União Indústria* e também para formar a *Colônia Agrícola D. Pedro II*.

Desde que chegaram na cidade, os imigrantes alemães buscaram resgatar tradições de seu país natal para, assim, se sentir um pouco mais perto de casa. Por serem muito religiosos, passaram a buscar formas de fazer seus cultos, tanto católicos como protestantes, em sua língua para que pudessem entender a pregação. Logo buscaram construir igrejas e templos para que assim, tivessem um local próprio para suas orações.

Cabe destacar também nesse momento, a persistência e força de vontade desses imigrantes que promoveram festas, enfrentaram incêndios e também preconceitos para verem seus templos construídos, chegando até a unir os dois credos – católico e protestante – para serem assistidos religiosamente. Percebe-se que as igrejas faziam parte da identidade religiosa dos imigrantes e que a luta para a construção delas pode traduzir um pouco da fé dessas pessoas que ajudaram no desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora.

A Companhia União e Indústria e a chegada dos alemães em Juiz de Fora

Com uma economia tipicamente colonial (monocultura e exportação) e com a decadência do ouro, o café se tornou o principal produto exportado do Brasil, sendo a Zona da Mata Mineira a principal região cafeeicultora de Minas Gerais. Juiz de Fora se destacou por ter sido a cidade que concentrou a maior população escrava da província mineira por causa do café e para facilitar a escoação do produto para a capital do Império – Rio de Janeiro, investiu-se na construção de uma nova estrada de rodagem e no aprimoramento dos meios de transporte na região. A construção dessa estrada foi entregue a Mariano Procópio Ferreira Lage, amigo pessoal do Imperador D. Pedro II que, ao observar o grande progresso que os transportes rodoviários gerava na Europa e na América do Norte, pediu permissão ao governo imperial para fazer o mesmo no Brasil. Tal permissão foi concedida em 1852 com a condição de não se usar mão-de-obra escrava nas obras, pois na época, discutia-se muito a questão do fim da escravidão no Brasil. A solução encontrada foi a contratação de mão-de-obra imigrante da Europa, mais especificamente, da Alemanha.

Em seguida, Mariano Procópio fundou a *Companhia União e Indústria* com o capital de cinco contos de réis e logo depois chegariam na cidade os engenheiros alemães contratados

para a construção da estrada. Eram eles: Carlos Augusto Gambs, Miguel Antônio Lallemand, Gieber, Keller e Mynssen. (LESSA, 1985:68,69).

Nesse contexto, os imigrantes alemães vieram para Juiz de Fora a fim de dois objetivos principais: construir a *Estrada União Indústria* e formar a *Colônia Agrícola D. Pedro II*. Para os dois empreendimentos, a *Cia* pretendia contratar cerca de 2000 imigrantes alemães. Esses chegaram ao Brasil em cinco barcos que desembarcaram no Rio de Janeiro entre maio e agosto de 1858 (STEHLLING, 1979:161 a 164)³⁹⁹ e dali, todos viajaram para a Cidade do Paraibuna, atualmente, Juiz de Fora.

Em 59 dias, 1162 colonos chegaram à cidade triplicando a sua população (de 600 para 1762 habitantes). Eles foram alojados, em um primeiro momento em um acampamento improvisado aos pés do Morro da Gratidão (atual Morro da Glória), até a construção de casas para os colonos realizadas pela própria companhia. (STEHLLING, 1979:186-187).

Para se formar a *Colônia Agrícola D. Pedro II*, criada em 1858 e que tivera como principal objetivo abastecer o mercado interno (CARNEIRO, 2004:49-50), a *Cia União e Indústria* ofereceu os lotes, alguns víveres e habitações provisórias, pagos pelos colonos em prestações. Os alemães trouxeram de seu país várias sementes, o pão alemão e o “kuka”, uma espécie de pão doce, que foram incorporados pelos habitantes da cidade.

Nesse contexto, os colonos foram divididos em 4 grupos: os que ocupariam a *Colônia de Cima* (atual bairro São Pedro), a *Colônia do Meio* (atual bairro Borboleta), a *Colônia de Baixo* (região do bairro Fábrica) e os que iriam participar da construção da estrada. Esses últimos instalaram-se no bairro *Villagem*, região mais próxima do centro e que hoje seria o bairro Mariano Procópio. (OLIVEIRA,1991:14-15).

A construção da Igreja da Glória

Ao chegarem em Juiz de Fora os alemães se viram sem assistência espiritual. Isso porque desconheciam a língua dos cultos e a igreja matriz da Cidade do Paraibuna (atual Catedral Metropolitana de Juiz de Fora) ficava muito longe das três colônias formadas. Dessa forma, os alemães dos dois credos (católico e protestante) se uniram para construir a *Capela de Orações* no local chamado de *Boa Vista*, onde se revezavam aos domingos, cultos

³⁹⁹ O autor fornece esses dados com base em reportagens publicadas no jornal *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro.

católicos e protestantes. Os primeiros eram assistidos pelo professor Klaeser e os outros pelo professor Waltenberg. (STEHLING, 1979:249).

Depois de algum tempo, o *Culto Católico*⁴⁰⁰ aprovou a ideia de se construir uma igreja para atender os colonos católicos e para esse fim, foi solicitado à *Companhia União e Indústria* um terreno para a obra. O espaço foi doado em 11 de maio de 1879 e as obras começaram em junho desse mesmo ano, contando com o projeto do arquiteto alemão Miguel Ângelo Lallemand e foram concluídas rapidamente graças as contribuições dos colonos para a obra. A igreja foi consagrada a Nossa Senhora da Glória em 15 de agosto de 1879, ainda inacabada. (STEHLING, 1979:252-253).

Com os anos, a capela da Glória foi ficando pequena para acolher seus fiéis. Assim, em 1916, o padre Gualter Perriens decidiu construir uma nova igreja atrás da que existia. A obra foi projetada pelo arquiteto irmão Werenfrido Vogels, mas o projeto precisou ser adiado por causa da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e pelo clima antigermânico da cidade. O Padre Francisco Zitwing, capelão nessa época, continuou o projeto da nova igreja recolhendo pessoalmente donativos para sua construção. (LEITE, s.d.:41-44).

Em 20 de junho de 1920 foi lançada a pedra fundamental da nova igreja, sendo essa entregue ao culto em 24 de agosto de 1924. A primeira capela foi destruída por um incêndio na madrugada de 12 de abril de 1923 que teria sido causada por ladrões que, não encontrando nada de valor na capela, colocaram fogo nessa propositalmente. Há, no entanto, a versão de que o incêndio teria sido acidental, causado durante a fuga dos ladrões. A população tentou ajudar no combate as chamas com vasilhas d'água, mas o esforço foi em vão. A capela foi destruída, salvando-se a nova igreja, o convento e as imagens dos santos. (LEITE, s.d.:46-47, 53). (Ver foto 1).

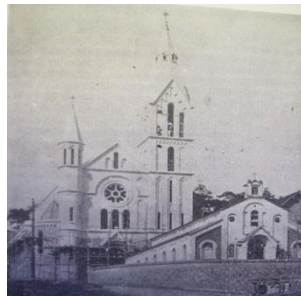


FOTO1: Capela da Glória. Fonte: STEHLING, 1979, p. 263. A foto mostra a igreja destruída no incêndio à frente e a nova igreja.

⁴⁰⁰ O Culto Católico foi uma associação religiosa independente formada por colonos alemães para tratarem de assuntos de cunho religioso.

As primeiras manifestações religiosas dos colonos: a capela de Santana e a ermita de Nossa Senhora dos Navegantes.

Na *Colônia de Cima*, as primeiras manifestações religiosas dos colonos que ali se instalaram foram uma pequena capela e uma ermita⁴⁰¹, ambas construídas para o pagamento de promessas.

A primeira capela foi construída pelas famílias Larcher e Klotz, que viajaram na barca *Gundela* e passaram por fortes tempestades na travessia. Essas fizeram uma promessa a Santana de erigir uma capela em seu louvor onde fossem fixados se a santa os levasse em segurança até o porto. Por coincidência, desembarcaram no Rio de Janeiro no dia de Santana (26 de julho) em 1858. Cumprindo a promessa, as famílias ergueram uma pequena capela que só abria suas portas uma vez por ano (26 de junho) para ali ser realizada uma missa com a presença dos descendentes dos imigrantes da barca *Gundela*. Stehling ressalta que, de acordo com suas pesquisas, a capela teria sido construída em 1864. (STEHLING, 1979:267). (Ver foto 2).



FOTO 2: Capela de Santana (em 2009) construída como promessa por passageiros da barca *Gundela*. Fonte: Acervo pessoal.

Um pouco adiante da capela de Santana, existe uma pequena ermita em louvor a Nossa Senhora dos Navegantes. A ermita também fora construída por conta de uma promessa de um naufrago recolhido pelo barco *Gundela* que agradecia seu salvamento à Santa. Como estava enfermo, deu dinheiro para imigrantes construírem uma ermita em honra a Nossa Senhora dos Navegantes no local onde iriam instalar-se, o que foi feito. No livro de Stehling não há informações quanto a data de sua construção, mas acredita-se ser datada da mesma época da igreja do Santana. (STEHLING, 1979:267). A pequena construção está localizada

⁴⁰¹ As ermitas eram pequenos nichos para situarem a imagem de um santo e eram comuns, assim como capelas e santuários, sendo erguidas, geralmente, de forma autônoma por fiéis.

em uma propriedade particular, mas já não é mais igual a que fora construída pelos alemães, pois teve sua estrutura modificada pelos moradores do local onde se encontra.

A colônia de cima e a igreja de São Pedro

A construção da Igreja da Glória supriu as necessidades religiosas dos imigrantes alemães, mas não atendeu aos habitantes da Colônia de Cima (a distância ainda era muito grande). Dessa forma foi organizado nessa localidade um *Conselho Distrital* para a construção de um cemitério e uma capela em louvor à São Pedro⁴⁰².

Para arrecadar fundos para a construção da capela, foi organizada uma festa em homenagem ao santo que nomearia a igreja, com leilões de prendas e que ficaria conhecida em toda a cidade. O jornal *O Pharol* de 20 de novembro de 1883 anunciou da seguinte forma um dos leilões realizados: “*Amanhã terá lugar o leilão de prendas oferecidas para a Ereção da Capela da Colônia D. Pedro II dedicada a São Pedro. Haverá música, portanto, muita gente.*” (STEHLING, 1979:264).

A capela começou a ser construída em 5 de novembro de 1884 e em menos de um ano foi realizada a sua primeira missa. Já a sua consagração, que seria realizada pelo Padre Felix Brandi, não ocorreu na data anunciada: 29 de junho de 1885. Stehling relata em seu livro não ter descoberto o motivo da mudança da data de consagração da igreja, mas acredita que a chegada da *Comissão Liquidante da Companhia União e Indústria* tenha sido a razão da mudança, uma vez que, a referida Comissão, teria colocado fim na *Colônia D. Pedro II* em 30 de junho de 1885.

A consagração da igreja e do cemitério ocorreram então nos dias 5 e 6 de janeiro de 1886, pelo padre Tiago Mendes Ribeiro (vigário da cidade) e pelo Cônego Roussin. No dia 6, depois da missa do Cônego Roussin, houve procissão que percorreu o lugarejo com a imagem de São Pedro. A noite, os festejos continuaram encerrando-se com uma queima de fogos.

O Santo da igreja, segundo Stehling, teria sido esculpido a partir de um tronco de cedro derrubado no local onde fora construída a igreja por um escravo do Coronel Benjamim Correia. Essa informação, ainda segundo o autor, foi dada a ele pelo médico Pedro Peters que, nascido na localidade, foi um nome importante para o local. No entanto, em entrevista a

⁴⁰² Essa capela construída é hoje a Igreja de São Pedro.

antigos moradores do bairro, descobrimos outra versão para a construção da imagem do santo. Segundo a moradora Arminda Lair Scheffer, seu pai, que era carroceiro, lhe contou que a madeira utilizada para a construção da imagem foi retirada de uma mata de propriedade de um rico fazendeiro da região ao qual chamavam de “Senhor Beijo” e que ficava na localidade conhecida como “Cruzeiro de Santo Antônio”⁴⁰³. A madeira teria sido levada por um outro carroceiro para ser esculpida no centro da cidade e no dia da inauguração da imagem, enquanto todos gritavam “Viva São Pedro”, o carroceiro citado teria ficado revoltado alegando que aquilo que ovacionavam não era São Pedro e sim um pedaço de madeira que ele mesmo havia levado para a cidade. Duas semanas após esse ocorrido, o carroceiro sofreu um acidente na estrada que ninguém soube explicar o motivo e acabou tendo uma perna amputada. Logo, todos falaram que havia sido castigo de São Pedro.⁴⁰⁴

Desde a construção da igreja, ficou também muito conhecida a festa em honra a São Pedro, que passou a ser realizada todos os anos no dia 29 de junho (dia de São Pedro), e que se tornara tradição na cidade. As comemorações eram divulgadas nos jornais da cidade e fazia-se verdadeiras romarias para a localidade, seja de carro, de bicicleta ou a pé. Essa foi batizada inclusive de “Festa de São Pedro Alemão”. Na festividade havia missa e procissão, leilão de prendas e guloseimas preparadas pelos imigrantes, banda de música e queima de fogos. Hoje, infelizmente, a *Festa de São Pedro* perdera sua tradição. (Ver foto 3).



Foto: 3 fachada principal da Igreja de São Pedro (2009). Fonte: Acervo pessoal.

A colônia do meio e a igreja de São Vicente de Paulo

A *Colônia do Meio*, que hoje constitui o atual bairro Borboleta, teve sua primeira capela construída em 1937 e consagrada a São Vicente de Paulo. Vicente de Paulo Clemente conta que a ideia de se edificar uma capela no local partiu de um grupo de moradores em

⁴⁰³ Essa localidade fica hoje perto da Represa de São Pedro.

⁴⁰⁴ Depoimento de Arminda Lair Scheffer cedido a Fabiana Aparecida de Almeida em 02 de maio de 2009

1929. Esses tiveram a autorização e a benção do Bispo D. Justino José de Santana e receberam a doação de um terreno para a construção da capela. Esse terreno era muito íngreme e por isso foi considerado impróprio para a construção da igreja. Vendeu-se então o terreno e com o dinheiro dessa venda foi comprado outro que servia como campo de futebol. Já no ano de 1930 celebrou-se a primeira missa no local, com altar improvisado, e realizou-se a primeira festa em benefício da construção da capela. Nos anos seguintes, vários festivais foram realizados para arrecadar fundos até que em 19 de junho de 1936 foi lançada sua pedra fundamental, tendo a edificação ficado pronta no ano seguinte. (CLEMENTE, 1990:24-25). (Ver foto 4).



Foto 4: Igreja de São Vicente de Paulo, bairro Borboleta em fins da década de 1930. Fonte: TRIBUNA DE MINAS, 2000

Conclusão

O objetivo desse artigo foi fazer uma pequena revisão da chegada dos imigrantes alemães em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX e contar a história da construção de suas igrejas. Entendemos que essas igrejas são importantes para a história de Juiz de Fora e ajudaram a escrever parte dessa.

As igrejas acabam simbolizando a identidade de quem as frequenta. Depois da chegada dos imigrantes alemães em Juiz de Fora, percebeu-se que esses buscaram construir um local onde pudessem fazer suas orações. Mesmo com a construção da Igreja da Glória, os imigrantes que foram alojados nas colônias mais afastadas, se organizaram para a arrecadação de fundos para construírem templos onde habitavam, podendo assim frequentar as missas com mais regularidade. A tradição alemã, aos poucos foi se misturando com a vida dos moradores que já viviam em Juiz de Fora e suas comidas, costumes e festas se tornaram comum na vida dos não-alemães.

Ao destacar a história de cinco igrejas católicas construídas pelos colonos alemães, percebemos como essas foram importantes para a história da cidade. Esse fato se dá por três delas serem tombadas pelo município. A Igreja Católica, em parte, tece uma crítica sobre o tombamento de igrejas alegando falta de ajuda para se manter o imóvel tombado. Em Juiz de Fora, a Prefeitura pode ajudar financeiramente o proprietário de um imóvel tombado se esse demonstrar que não possui condições de mantê-lo, o que não seria o caso da Igreja Católica. Na cidade os debates entre técnicos do COMPPAC, padres, alguns setores da comunidade e a Prefeitura, suscitou desdobramentos e no final do ano de 2007, a Cúria Arquidiocesana de Juiz de Fora pediu o destombamento de todas as igrejas da cidade com a alegação de que “A igreja é dos católicos” e o tombamento “acarreta um ônus muito grande aos proprietários”, além de “não ter importância histórica e cultural”. (SILVA, 2008:65) Entretanto, reforçamos que com o tombamento de igrejas, essas não deixam de ser propriedades da Igreja Católica. Segundo Paulo Gawryszewski, o processo encontra-se arquivado porque na lei municipal de Juiz de Fora, na parte referente ao destombamento lê-se:

O ato de tombamento poderá ser revogado pelo Prefeito ouvindo o Conselho municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, nas seguintes hipóteses:

I- Quando se provar que o tombamento resultou de erro quanto a sua causa determinante;

II- Por exigência do interesse público.

Parágrafo Único: O processo de destombamento observará, no que for aplicável, o disposto nos arts. 7º a 19º.⁴⁰⁵

Assim, como não há interesse público em “destombar” as igrejas e não há um erro na causa determinante, não há nenhuma razão para tal ato.⁴⁰⁶ O Concílio Ecumênico Vaticano II, no terceiro quartel do século XX, acabou redimensionando o espaço físico das igrejas e também as práticas litúrgicas. A Igreja Católica acabou por se modernizar e usou esse movimento para justificar diversas obras nas igrejas, acabando também destituindo grande parte da memória de um povo com cotidiano religioso. (COLOMBO, 2008:70 e 110). Essa realidade, porém, começa a se modificar em Juiz de Fora através da criação da *Comissão de Bens Culturais*. Segundo matéria publicada no jornal *Tribuna de Minas*, “a igreja católica tem sob sua responsabilidade um dos mais importantes conjuntos de bens culturais da região”. Assim, “a formação da Comissão de Bens Culturais” permite a Igreja “dar um salto de qualidade e eficiência na proteção dessa riqueza, com uma atuação mais sistemática junto às paróquias e

⁴⁰⁵Lei Municipal n. 10777, de 15 de julho de 2004 que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Município de Juiz de Fora e dá outras providências. Seção II: Do destombamento, artigo 21.

⁴⁰⁶ Depoimento de Paulo Gawryszewski concedido à Fabiana Aparecida de Almeida em 7 de maio de 2009.

melhor articulada com o poder público”. A Comissão que surgiu por iniciativa de dom Gil Antônio Moreira, arcebispo de Juiz de Fora, conta com 17 integrantes entre “*arquivistas, historiadores, um técnico em edificações e um técnico em patrimônio, além de sacerdotes com experiência na área cultural*”. (TRIBUNA DE MINAS, 2010:1).

A tradição cultural e religiosa dos imigrantes alemães em Juiz de Fora se manifesta nas edificações religiosas que esses fizeram e a sua preservação é a única forma para que sua memória continue viva nos seus descendentes e também nos não descendentes. Preservar a memória desse povo que tanto contribuiu para o desenvolvimento de Juiz de Fora é uma forma de preservar também a identidade dos primeiros imigrantes.

Referências bibliográficas

1- Fontes orais

Arminda Lair Scheffer

Paulo Gawryszewski.

2 – Fontes primárias

JUIZ DE FORA. *Lei Municipal n. 10777, de 15 de julho de 2004.*

3 – Fontes secundárias

CARNEIRO, Deivy Ferreira. “Transcrições públicas e ocultas: a tentativa de sublevação alemã na colônia agrícola D.Pedro II: Juiz de Fora – 1858”. *Locus*. Juiz de Fora, v. 10, n. 1 (18). 2004.

CLEMENTE, Vicente de Paulo. *O bairro Borboleta e a Igreja de São Vicente de Paulo: suas origens e sua história*. Juiz de Fora: Concorde, 1990. 37 p.

COLOMBO, André Vieira; FABRINO, Raphael João Hallack, PASSOS, Valtencir Almeida. *Imaginária sacra em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. 156 p.

ESTEVES, Albino. *Álbun do município de Juiz de Fora*. 2ª ed. Juiz de Fora: Funalfa, 2008. 536 p.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

LEITE, Pe. João Boaventura. *Igreja Nossa Senhora da Glória – Juiz de Fora: 1ª fundação*. Juiz de Fora: Redentoristas do Leste Brasileiro, s. d. v. 2. 115 p.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros: do Caminho Novo à Proclamação*. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985. 280 p.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Entre o rural e o urbano: a trajetória dos imigrantes alemães e italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

SILVA, Érika Aleixo Ferreira. *Os inventários e a política de proteção do patrimônio cultural de Juiz de Fora*. Monografia de Pós-graduação em Gestão do Patrimônio Cultural. Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 2008.

STEHLLING, Luiz José. *Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães*. Juiz de Fora: Esdeva, 1979. 447 p.

TRIBUNA DE MINAS. *Memória da fé, história de todos*. Caderno Dois. Juiz de Fora: Esdeva, p. 1-6. 22 de fevereiro de 2010.

As Festas no Curato da Glória (1893-1924)

Patricia Lage de Almeida *

Resumo: Propomos nesse artigo um estudo das festas realizadas na Capela de Nossa Senhora da Glória, construída por imigrantes alemães no final do século XIX, no Curato da Glória, na cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata Mineira. Acreditamos que nos ambientes festivos esses imigrantes compartilhavam códigos culturais e estabeleciam trocas simbólicas plenas de significados que, para além dos conflitos gerados no contexto da Romanização da Igreja Católica, favoreceram a integração dos diversos grupos sociais que compunham a sociedade juizforana no período.

Palavras-chave: Imigração, alemães, festas, Juiz de Fora, memória.

Abstract: We propose in this paper a study of festivals held in the Chapel of Our Lady of Glory, built by German immigrants in the late nineteenth century, in Curato of Glory, the city of Juiz de Fora, located in the Zona da Mata of Minas Gerais. We believe that these immigrants in festive environments shared cultural codes and established exchanges full of symbolic meanings, in addition to the conflicts generated in the context of the Romanization of the Catholic Church favored the integration of various social groups that comprised society juizforana period.

Keywords: Immigration, german, parties, Juiz de Fora, memory.

Introdução

O presente artigo comunicado na XXIX Semana de História realizada na Universidade Federal de Juiz de Fora tem sua origem no projeto de pesquisa apresentado e aprovado no Programa de Pós Graduação – Doutorado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais - do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

* Mestre em História Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Propõe-se nesse estudo abordar as festas realizadas no Curato da Glória, e, mais especificamente, na Capela de Nossa Senhora da Glória, na cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata Mineira, como espaços de resistência e de trocas culturais. Nesse sentido, a hipótese a ser comprovada, através da análise das fontes é: como os imigrantes alemães que fundaram e construíram a Capela de Nossa Senhora da Glória no Curato ampliaram suas redes de sociabilidade com a sociedade local através do espaço da festa?

Partindo do pressuposto de que as ações desses indivíduos não se restringiam à participação nas associações de auxílio mútuo que os recebiam no momento de sua chegada à cidade ou, ainda, nos núcleos nos quais residiam, ampliam-se as possibilidades de abordagem das festas católicas como espaços de integração e fortalecimento de laços comunitários.

Portanto, a pesquisa visa verificar como as festividades realizadas na Capela de Nossa Senhora da Glória, localizada no Morro da Gratidão em Juiz de Fora nos finais do século XIX e no início do século XX, reuniam os imigrantes e a população juizforana propiciando, para além do fortalecimento dessa comunidade de imigrantes, o conagraçamento entre eles e todos os que frequentavam a festa.

A Vila de Santo Antônio do Paraibuna: Juiz de Fora.

A transição estrutural pela qual passou o Brasil, principalmente desde os últimos anos do século XIX, resultou na transferência de boa parte dos investimentos, antes vinculados ao trabalho escravo, para uma rede de negócios diversos como construções de estradas de ferro, modernização do sistema financeiro-bancário e desenvolvimento industrial. Em conjunto, esses fatores culminaram na modernização das cidades e na atração imediata de grandes contingentes populacionais para os centros urbanos, o que levou à dinamização econômica dessas localidades (GIROLETTI, 1988: 19). A cidade de Juiz de Fora não ficou imune a todas essas transformações.

A Vila de Santo Antônio do Paraibuna alcançará o patamar de cidade em 1850 e receberá o nome de Juiz de Fora em 1865. Construída a partir de uma estrada – Estrada do Paraibuna – pelo engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, a cidade se transformará em um importante polo urbano de Minas Gerais (OLIVEIRA, 1994: 18).

Na Zona da Mata Mineira, Juiz de Fora se destacava pela importância de suas transações econômicas, participação política, atividades sociais e culturais, significativas em âmbito nacional. A partir da existência de diversos elementos tipicamente considerados

modernos, de tecnologia avançada, como rede de telégrafo, imprensa local, escolas e bancos, as funções da cidade ficavam cada vez maiores, criando uma referência cosmopolita na região. Por ter alçado tal nível de desenvolvimento, encontravam-se em Juiz de Fora fazendeiros de café, profissionais liberais como médicos, advogados, professores, políticos, entre outros. (OLIVEIRA, 1994: 44).

Anderson Pires - *Café e Indústria em Juiz de Fora: Uma nota Introdutória* – ressalta que, em decorrência do final da escravidão ocorre na cidade, uma crescente urbanização e industrialização, consequência direta da inversão de capital. O declínio da lavoura cafeeira impulsionou o desenvolvimento da cidade que, no início do século XX, entre 1901 e 1910, possuía sete fábricas do setor têxtil. O autor conclui que a dinamização do centro urbano de Juiz de Fora está intimamente vinculada ao fortalecimento e à ampliação do setor industrial (PIRES, 2004: 27-46).

Em finais do século XIX, o centro urbano de Juiz de Fora espelhava o movimento de transição pelo qual passava o país:

[...] A vida econômica fervilhava na rua do Comércio. Cortando as ruas Direita e do Comércio, no centro da cidade, uma série de ruas menores: Santa Rita, Espírito Santo, Halfeld e Imperatriz. Um pouco além o Largo do Riachuelo, o Morro da Gratidão e Mariano Procópio. Lugares onde a arraia miúda vivia o cotidiano da pobreza urbana, dividindo quartos de cortiços malcheirosos ou casas de parede/meia, até que as reformas do início do período Republicano, preocupadas em estabelecer “os lugares dos desclassificados sociais” (loucos, pobres, prostitutas e vadios), vieram expulsá-los para as regiões periféricas. [...] (GUIIMARÃES, 2006: 77)

Em meio a todas essas transformações sociais, Juiz de Fora recebeu vários imigrantes, consequência não somente da política de subvenção à imigração de 1887, mas também pelo contexto de seus países de origem na época. Os italianos chegaram entre os anos de 1860-1879, através da imigração espontânea. Os 1200 alemães que chegaram à cidade, em meados do século XIX, vieram para trabalhar na Companhia União Indústria e, nesse mesmo período, também chegaram os portugueses. Os sírios e libaneses chegaram a Juiz de Fora a partir das últimas décadas do século XIX e no início do século XX. Esses últimos buscavam melhores condições de vidas, fugindo de problemas de ordem econômica, política e religiosa.⁴⁰⁷

Até que esses imigrantes pudessem se estabelecer na cidade foram criadas várias sociedades beneficentes e de auxílio mútuo com o objetivo de atender às necessidades dos que

⁴⁰⁷ Para maiores informações sobre a vida dos imigrantes em Juiz de Fora consultar: BORGES, Célia Maria. [org] *Solidariedades e Conflitos: Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

nela chegavam. Tais associações amparavam os imigrantes, fornecendo-lhes dinheiro para o tratamento de doenças, para o pagamento de dívidas, arrumando-lhes empregos, oferecendo alguns serviços gratuitos e, ainda, fortalecendo os laços de solidariedade entre o grupo por meio de festas comemorativas que lembravam a terra natal.⁴⁰⁸

Os portugueses se reuniam primeiramente em um clube, Clube União Luso-Brasileira e, mais tarde, na Sociedade Auxiliadora Portuguesa (VISCARDI, 2000: 34-35). Os italianos se reuniam e recebiam auxílios das associações: Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso e di Mutua Istruzione (1878), Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza Umberto Primo (1887), Fanfarra Italiana (1900-2), Sociedade Beneficente Príncipe de Piemonte (1900-2), União Italiana Benso Di Cavour (1902), Irmandade de São Roque (1902), Casa D' Itália (1939) e Sociedade Ítalo-Brasileira Anita Garibaldi (CHRISTO, 2000: 152).

Os imigrantes que chegaram a Juiz de Fora buscaram diferentes formas para se manterem unidos em comunidades. As relações estabelecidas a partir da formação de associações assistencialistas e clubes recreativos revelam a necessidade de manutenção das tradições comunitárias como fator de fortalecimento dos laços de solidariedade e ampliação da sociabilidade para aqueles que, por motivos diversos, tinham optado por imigrar para um país distante, com valores culturais, língua e tradições bem diferentes das suas.

A imigração alemã em Juiz de Fora

Os alemães chegaram à cidade em 1856 para trabalhar na construção da Estrada União e Indústria, de propriedade de Mariano Procópio Ferreira Lage interligando a província de Minas Gerais à do Rio de Janeiro. Eram em torno de 1.100 imigrantes alemães, que residiam majoritariamente nos bairros hoje conhecidos como: Bairro Borboleta, Bairro São Pedro e Bernardo Mascarenhas, sendo esse último bem próximo ao Morro da Gratidão, hoje Morro da Glória. Esses imigrantes passaram por muitas dificuldades, pois o Morro da Gratidão estava localizado próximo a um brejo, fato que os levou a enfrentar, inclusive, uma epidemia de tifo (ARANTES, 2000: 94).

Trabalhavam como engenheiros, técnicos e operários especializados, que seriam empregados na Companhia União Indústria e atuariam nas obras de infraestrutura da estrada.

⁴⁰⁸ Em todos os artigos do livro, os autores se referem a essas “sociedades”. Ver em: BORGES, Célia Maria. [org] *Solidariedades e Conflitos: Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

Entretanto, nem todos os imigrantes foram utilizados como mão de obra na União e Indústria, muitos seriam encaminhados para a Colônia Agrícola Pedro II projetada por Mariano Procópio com o objetivo de abastecer o mercado interno (CASTRO, 1995: 173).

A Villagem⁴⁰⁹ era a opção dos alemães que vinham prestar serviços para a Companhia e, por ser uma região localizada próxima ao centro urbano da cidade, propiciava aos imigrantes que chegavam à cidade um entrosamento maior com a sociedade juizforana do período. E, mesmo os colonos alemães que trabalhavam na agricultura, na área rural da cidade, após a falência da Colônia Agrícola, migravam para a zona urbana e se estabeleciam na Villagem. Não que essa mudança representasse uma melhoria nas condições de vida, que continuariam bem precárias, mas, próximos ao centro, esses imigrantes, posteriormente, dariam início às suas atividades artesanais e manufatureiras (OLIVEIRA, 1993: 46).

Os alemães chegavam de regiões como: Tirol, Hessem, Badem, Prússia, Hosteim, Scheleswig, e buscavam melhores condições de vida e trabalho em Juiz de Fora. Enquanto muitas famílias chegavam para produzir alimentos para o mercado interno na Colônia Agrícola Dom Pedro II, outros imigrantes alemães, profissionais mais habilidosos, eram contratados para trabalhar na construção da Estrada União e Indústria interligando a província de Minas Gerais à do Rio de Janeiro.

O quadro abaixo demonstra todo esse processo de imigração alemã para Juiz de Fora:

DATA	BARCA HAMBURGUESA	Nº DE IMIGRANTES ALEMÃES
24/04/1858	TELL	232
25/06/1858	RHEIN	102
25/07/1858	GUNDELA	290
29/07/1858	GUSSNER	246
04/08/1858	OSNABRUCK	215

FONTE: CASTRO, Nilton Barbosa de. Juiz de Fora – *Petrópolis: Estrada União Indústria, Colonização e Integração*. In: **150 Anos de Colonização Alemã em Petrópolis** – Anais do Colóquio e Artigos publicados sobre a Imperial Colônia de Petrópolis. Petrópolis: IHP / UCP, 1995.

Luiz Antônio Valle Arantes, em *Caminhos incertos, conflitos religiosos e empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade* observa que associações alemãs

⁴⁰⁹ A Villagem era uma vila de trabalhadores operários, técnicos e engenheiros imigrantes alemães, localizada no Morro da Gratidão, atual Morro da Glória.

auxiliavam os imigrantes, pois as condições com que esses se deparavam ao chegar eram bastante precárias e, para além das atividades de beneficência, os aglutinava em torno das tradições de origem. A Sociedade Beneficente Alemã, fundada em 1870, além das funções assistenciais, funcionava como uma previdência privada para os trabalhadores. Já a Sociedade Beneficente Brasileira Alemã estendia seu auxílio a outras pessoas da comunidade. Para dar continuidade à prática da religião, os alemães católicos fundam, em 1879 o Curato da Glória e assim, iniciam o Culto Católico. Construíram, com donativos dos próprios colonos, inclusive do Frei Américo Hoffer de Prags, a capela de Nossa Senhora da Glória no Morro da Gratidão, local onde residiam em maioria (ARANTES, 2000: 98).

Com o fim do projeto da Colônia Agrícola Dom Pedro II e após a falência da Companhia União e Indústria, os imigrantes alemães assumem um importante papel no processo de urbanização e industrialização da cidade. A própria localização da Villagem facilitava o contato desses imigrantes com a cidade e, a partir de então, tornava-se viável iniciar um pequeno empreendimento. O fato é que essas pequenas iniciativas impulsionaram o desenvolvimento industrial de cidade.

Entre os anos de 1858 e 1912, 43,07% das indústrias instaladas na cidade pertenciam a alemães: a saber: Cervejaria José Weiss, Cervejaria Germania, Cervejaria Dois Leões, Curtume Krambech, Fábrica de Cerveja Poço-Rico, Grades Sanitárias Schmitz, Fábrica de malha Antônio Meurer, Máquinas de Fundição Kascher e Irmão, Doces Christiano Horn, Malharia Waltemberg, Malharia Stumpf, Malharia Surerus, Malharia Sedam e Elsam, entre outras (OLIVEIRA, 1992: 67). Percebe-se que as pequenas manufaturas artesanais crescem e se desenvolvem tornando-se indústrias de pequeno porte que serão de grande importância para o desenvolvimento industrial da cidade.

Entretanto, o cotidiano dos alemães não era só de trabalho, das nove cervejarias existentes na cidade de Juiz de Fora nesse contexto, cinco propiciavam à população juizforana momentos de diversão e lazer. Eram parques, jardins, salões destinados à realização de bailes, espaço livre para jogos recreativos e brincadeiras que propiciavam o encontro de toda sociedade. Nesses espaços, assim como nas associações assistencialistas, os alemães podiam manter vivas algumas de suas tradições e, ainda, ampliar o convívio com a sociedade local (OLIVEIRA, 1992: 63).

As festas no curato da Glória

Para dar continuidade à prática da religião, os alemães católicos fundam, em 1879 o Curato da Glória e assim, iniciam o Culto Católico. Construíram, com donativos dos próprios colonos, inclusive do Frei Américo Hoffer de Prags, a capela de Nossa Senhora da Glória no Morro da Gratidão, local onde residiam em maioria. Arantes ressalta que referido padre alemão é afastado do Curato em 1883 por motivos de saúde, quando, logo após, é substituído pelo padre Roque Gaetani, de nacionalidade italiana, o que desagradou à comunidade alemã (ARANTES, 2000: 102).

Fundado o Curato da Glória, Luiz Antônio Valle Arantes, salienta que as festas realizadas nesse período tinham uma grande importância para os imigrantes alemães católicos. Nas festas, esse grupo fortalecia suas tradições, ampliavam o sentimento de solidariedade e de pertencimento comunitário. No entanto, o autor não aprofunda suas reflexões sobre as festas realizadas no Curato, apesar de evidenciar que esse espaço de lazer propiciou aos imigrantes católicos maiores possibilidades de integração com a sociedade juizforana (ARANTES, 2000: 104).

As festas realizadas na Capela de Nossa Senhora da Glória eram animadas por bandas de músicos, muitos fogos de artifício, leilões e bebidas. Nas barraquinhas podiam-se encontrar comidas doadas pelos devotos e, após as celebrações, a diversão era evidenciada através dos bailes, das danças e dos jogos, tudo isso emoldurado pelas bandeirolas que deixavam o adro da igreja mais festivo e convidativo.

Já no contexto da Romanização da Igreja Católica buscará, em um processo centralizador, uniformizar um modelo de igreja a ser seguido, não apenas pelos fiéis, mas pelo clero brasileiro e, com o objetivo de empreender tal missão, chegaram ao Brasil religiosos vindos da Europa. Eram padres e freiras de diferentes congregações que caracterizaram um período Reformador na cidade de Juiz de Fora marcado pela chegada dos padres redentoristas holandeses (PEREIRA, 2003: 78).

Valéria Leão Ferenzine ressalta em seu artigo: *A Festa de São Roque: imigração italiana e identidade étnica*, ser o Morro da Gratidão, atualmente Morro da Glória, em Juiz de Fora, ocupado não somente por imigrantes alemães, mas também italianos. No entanto, ressalta que a relação entre os imigrantes e os padres redentoristas que assumiram o Curato da Glória em 1893, no contexto da Reforma Católica, nem sempre foi pacífica (PEREIRA E CAMURÇA, 2003: 91). Logo após a fundação do Curato pelos alemães, as missas eram celebradas em latim, português e alemão, mas com o projeto reformador, os padres, aos poucos, retiraram a língua alemã das celebrações.

Mabel Salgado Pereira destaca, em seu artigo *Festas do Catolicismo juizforano: expressões de liberdade social e controle eclesialístico*, práticas de controle e ordenamento, principalmente do modelo festivo. Práticas antigas de devoção serão nesse momento substituídas por outras “mais adequadas” seguindo um modelo europeu. Portanto, ainda segundo a autora, “fogos, bailes, leilões, poderão ser reprovados em algumas manifestações e em outras poderão ser aceitas com limite” (PEREIRA, 2003: 80). Na verdade, o que a autora ressalta é que toda a construção dos eventos festivos dependia agora do grupo que controlaria a festa fossem a Congregação do Santíssimo Sacramento que se instala em Juiz de Fora em 1894 ou a Congregação do Verbo Divino, que chega em 1899.

A Primeira Guerra Mundial acirrou ainda mais esse conflito, porque os padres redentoristas apoiados no discurso de esvaziamento da igreja por ser ali realizada uma “missa alemã”, se aproveitaram do contexto de perseguição aos alemães para, mais uma vez, atacarem a identidade étnica da comunidade do Morro da Gratidão. Não era somente uma questão de terminar com o culto católico e com a missa em alemão, mas antes, afastar definitivamente qualquer forma de atuação dessa comunidade junto à igreja.⁴¹⁰

A celebração da festa de Nossa Senhora da Glória em Juiz de Fora, antes de seguir um modelo padronizado de uma ação imposta, encontrou por parte daqueles que frequentavam os cultos, uma grande resistência, fato esse destacado no artigo em questão.

Considerações finais

Podemos concluir que, apesar dos momentos difíceis que marcaram a chegada dos imigrantes alemães a Juiz de Fora, esses homens e mulheres reconstruíram suas vidas na cidade a partir da integração com a sociedade local. Ressignificaram suas práticas sociais, criaram suas oficinas, construíram indústrias, influenciaram na urbanização da cidade e, mesmo na adversidade, mantiveram suas tradições dentro ou fora das Associações que os acolhiam no momento em que chegaram.

⁴¹⁰ Sobre os conflitos entre os alemães e os padres redentoristas em Juiz de Fora, ver: FERENZINE, Valéria Leão. *A "Questão Alemã": o conflito entre católicos alemães e a igreja católica (Juiz de Fora: 1900 a 1919)*. 2009. 274 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Referências bibliográficas

ARANTES, Luiz Antônio Valle. *Caminhos incertos, conflitos religiosos e empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade*. In: **Solidariedades e Conflitos: Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora**. Célia Maia Borges (org.). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

CASTRO, Nilton Barbosa de. Juiz de Fora – *Petrópolis: Estrada União Indústria, Colonização e Integração*. In: **150 Anos de Colonização Alemã em Petrópolis** – Anais do Colóquio e Artigos publicados sobre a Imperial Colônia de Petrópolis. Petrópolis: IHP / UCP, 1995.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A “Europa dos Pobres”: Juiz de Fora na Belle-Époque Mineira*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1994.

FERENZINI, Valéria Leão. *A “Questão São Roque”: devoção e conflito – Imigrantes Italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920)*. São Paulo: Annablume, 2010.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização em Juiz de Fora: 1850 a 1930*. Juiz de Fora: UFJF, 1988.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____. *Juiz de Fora: vivendo a história*. Núcleo de História Regional da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 1994.

PEREIRA, Mabel Salgado e CAMURÇA, Marcelo Ayres (orgs.). *Festa e Religião: Imaginário e sociedade em Minas Gerais*. Juiz de Fora: Templo Editora, 2003.

PIRES, Anderson. *Café e Indústria em Juiz de Fora: Uma Nota Introdutória*. In: NEVES, Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José Godinho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs.). **Juiz de Fora: História, Texto e Imagem**. FUNALFA Edições, 2004.

História da Arte

Imaginário: domesticação ou familiarização?

Bruna Corrêa Assis*

Resumo: O objetivo desse artigo é tratar do imaginário relativo ao sagrado no século XII – XIII, com destaque para o papel de domesticação desse elemento, tentando compreender o seu avanço, e o papel das Ordens Mendicantes nesse processo. Partindo da análise dos exempla medievais, documentados nos sermões, pretende-se discutir a influência da Igreja nos pensamentos e atitudes das pessoas na vida cotidiana; percebendo assim que a população foi sendo domesticada pelo imaginário do sagrado, ou seja, doutrinada pelo clero. Contudo verifica-se que o imaginário medieval foi construído não só com base nas cartilhas, mas também com base em outras culturas, situações e momentos comuns à época. Dessa maneira, o que se pretende demonstrar é que não só as pessoas são domesticadas pelo imaginário cristão, como também, o cristianismo é domesticado pelo imaginário popular.

Palavras-chaves: Imaginário, Ordens Mendicantes, Exempla, Sermões.

Abstract: This article intent to study about the imaginary on sacred in the XII-XIII century, special the role of domestication, searching to understand the advance and the role of the Mendicant orders in the process. Starting from the analysis about the medieval exempla, vested in sermons, we intent to discuss the Church influence on people’s attitudes and thoughts in everyday; noticing then how population had been domesticated by the sacred, indoctrinated by the clergy. Although, we notice that the medieval imaginary was built not only by the booklets, but also by another cultures, situations and moments of that time. Thereby, we intent to evidence that not only the people are domesticated by the christian imaginary, but also the Christianity is domesticated by the popular imaginary.

Keywords: Imaginary, Mendicant orders, exempla, Sermoms.

* Pós-graduanda pela Universidade Pontifícia Católica (PUC – São Paulo).

Introdução

Não se supõe uma tarefa fácil a de rastrear e compreender o imaginário medieval, primeiro porque este se manifesta na vida cotidiana, que não foi amplamente documentada; segundo porque a maioria das fontes são os sermões das ordens mendicantes, ou seja, permeados pela retórica; e terceiro porque este é um processo lento e cheio de avanços e retrocessos, que se pretende passar de forma clara e linear ao leitor.

Nesse sentido faz-se necessário um preâmbulo sobre alguns conceitos históricos e sobre a metodologia do trabalho para que este seja melhor compreendido. Sendo assim, o primeiro conceito histórico que se deve abordar é o conceito de “Imaginário”, fundamental para esta pesquisa.

No entanto, esse conceito está ligado a outro conceito que é o de “Representação”, essa palavra nos remete a tornar presente a ausência de algo ou alguém, obviamente esse processo de representação envolve uma linguagem simbólica, ou seja, é através de símbolos que representa-se o que não se pode ver, nesse mesmo sentido, existem várias maneiras de simbolizar a mesma coisa, ela ocorre por formas integradas expressas por normas, instituições, discursos, imagens, ritos, etc. Ainda segundo Mauss e Durkheim, indivíduos e grupos se ligam ao mundo por meio de representações sobre a realidade, que não é uma cópia do real e sim envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão, sendo assim representações dizem muito mais sobre indivíduos e grupos do que aquilo que mostram, em um regime de verossimilhança e credibilidade e não em um regime de veracidade.

Temos então, que a representação de algo não é verdadeiramente aquilo que está ausente e foi representado, e sim é aquilo que o sujeito que a representou absorveu da coisa representada.

Nessa mesma linha teórica, Sandra Pesavento, conceitua “Imaginário” como um sistema de ideias e imagens de representações coletivas (ou seja, representações legitimadas por um grupo determinado) que os homens constroem para si dando sentido ao mundo. Esse sistema comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, etc.

Esses dois conceitos passam por um terceiro conceito que é o conceito de “Cultura”, que pode ser entendida como laços simbólicos integrados num conjunto de códigos, que não se reduz apenas a arte, literatura e música, mas também quase tudo que pode ser aprendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, etc.; todas essas atitudes são

construídas socialmente e, portanto culturalmente. O que Edgar Souza Santos simplificou como: a lente pela qual enxergamos o mundo (informação oral).

Terminada essa exposição de conceitos utilizados, resta esclarecer a metodologia empregada neste trabalho. Durante esse artigo serão utilizados em maior escala exempla de aparições de fantasmas e sobre os mortos e ainda em menor escala exempla sobre judeus. Esses relatos foram sistematizados por diversas ordens mendicantes que costumavam utilizá-los em seus sermões e suas pregações. E é por meio destes que se pretende analisar essa disputa de dominação em relação ao sagrado, ou seja, de um lado a Igreja Católica que buscava controlar o imaginário dos leigos e, de outro lado, leigos que queriam ter voz, que queriam discutir aspectos religiosos, políticos e culturais e construir um imaginário próprio do que apreenderam.

Talvez seja um pouco pretensioso colocar que o homem medieval dos séculos XII e XIII queria construir um imaginário próprio, mas o certo é que ele não estava deixando terreno livre para que a Igreja o fizesse seguir um imaginário pré-moldado. Isso se deve ao momento histórico, e também a acontecimentos anteriores que contribuíram para a formação desse momento tal como ele se deu.

Em uma rápida análise desde o século X até o século XIII, o que se percebe é que a Igreja não está em seu auge, nesse período a corrupção do clero urbano é amplamente denunciada. A vida monástica está em decadência. Emma Bas, em *Mundo Feudal*, coloca que indícios da crise católica viriam desde o século X, e que um indicativo disso seriam uma sequência de oito papas distintos em oito anos, que denunciam a corrupção de leigos e eclesiásticos, sobretudo em Roma. Um indício muito mais forte do que esse e também discutido pela autora são os textos como os de Aton de Verolli, Liutprand de Cremona e Ratherius de Vernona (“‘*Libellus de Pressuris Ecclesiasticis*’ e ‘*Polipticum, quod appellatur perpendiculum*’”, “*Antapodosis*”, e “‘*De Nuptu Illicito*’, ‘*De Contemptu Canonum*’, ‘*De Clericis sibi Rebellibus*’” respectivamente) que denunciam a simonia, o nicolaísmo, a corrupção e a violência comum nos mosteiros e abadias. Outro exemplo são os Eremitas que eram contra a corrupção e iam além sendo contra a sociedade que mudava rapidamente e cada vez era mais materialista que espiritual.

Ordens Mendicantes e os Exempla

Pouco mais tarde, já no final desse período, no século XIII, a cristandade passa a assistir uma explosão de parlamentos, ou seja, lugares de reunião e debate, que iam do parlamento do rei até o modesto “parlamento do burguês”, lugares destinados à troca verbal, ao debate e negociação. E a Igreja Católica animada pela “palavra nova”⁴¹¹, como a religião do Verbo, começa a resgatar sua inspiração, em um mundo transformado pelo advento das cidades, onde os cristãos não são mais um mero conjunto de batizados e sim, uma multidão de leigos que, “estimam ter uma palavra a dizer na Igreja e vibram às palavras de ordem da reforma moral e da volta ao ideal apostólico” (SCHMITT, 1999: 143).

As implicações da fala sobre o cristianismo e suas práticas levam mais de um à heresia. E para responder e aplacar os heréticos que a Igreja encoraja e organiza novas ordens religiosas, as chamadas ordens mendicantes, que segundo Schmitt (SCHMITT, 1999:143)

“são uma espécie de híbrido entre o clero secular (dividem com ele a missão perante os leigos e fazem-lhe concorrência em seu próprio território) e os monges antigos (pois também levam uma vida conventual, mas sem a obrigação de uma clausura permanente). Seu meio predileto é a cidade, a sociedade urbana, a universidade. Sua arma por excelência é a palavra, o sermão.”

Essas ordens que são divididas entre a dos menores (franciscanos) e a dos pregadores (dominicanos) estabelecem outra comunicação com a população, a partir desse momento, as pregações não tem mais um local determinado, podendo ocorrer em qualquer praça, igreja ou púlpito; além disso, a retórica desse sermão torna-se sistemática para ser mais eficaz, ou seja, os sermões agora documentados⁴¹², e adquirem uma nova característica que é o uso de relatos.

Esses relatos também chamados “exempla”, são uma história edificante de temas variados, de uso na maioria das vezes dos pregadores, que os introduziam na pregação com a intenção de que seus ouvintes assimilassem da melhor maneira uma lição; de amplo consumo, vindo da antiguidade e modificado pelo cristianismo que começa a empregá-lo de forma sistemática nos fins do século XII, ainda que esses só tenham seu ápice do século XIII com as ordens mendicantes⁴¹³.

Schmitt observa que nos exempla toda a sociedade pode ser encontrada, os monges e os cavaleiros com maior destaque, mas nesses relatos cada vez mais aparecem pessoas

⁴¹¹ Expressão utilizada por Jean-Claude Schmitt, para descrever o novo animo católico no século XIII.

⁴¹² Segundo H. Chadwich e E.R. Evans, esses sermões foram documentados, transcritos e chegaram até os nossos dias às centenas de milhares, conservados dentro dos mosteiros.

⁴¹³ Definição de exempla trabalhada por Le Goff, que em seu livro O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval, trabalha com exempla dedicados somente a judeus, no qual ainda pode-se encontrar uma variada quantidade de histórias sobre as punições de heresias relacionadas aos judeus.

simples, camponeses e cidadãos, homens e mulheres. Além disso, o autor faz um levantamento quantitativo sobre os assuntos que essa fonte trabalha, chegando à conclusão que o monge e as mulheres religiosas são as figuras de maior destaque que em algumas coletâneas dividem espaço com os personagens leigos que atingem até 30% das passagens; judeus, fantasmas e cônegos integram outra boa parte dos exempla.

Em virtude da ampla gama de histórias e situações que essa fonte trabalha, é necessário que se selecione quais serão trabalhadas, para tanto cada autor se vale de uma seleção, aqui em razão das fontes do artigo, as trabalhadas serão aquelas que falam de mortos ou fantasmas, e suas aparições. O mais importante sobre esses relatos é que a maioria deles, quando o morto retorna, não tem o objetivo de pedir algo e sim de prevenir sobre a morte, os castigos infernais, o purgatório e assim por diante.

Esses mortos voltavam para pedir orações ou pedir que a família restituísse um dano que ele havia imposto a outra pessoa para que então ele pudesse sair do purgatório; mas também são comuns os relatos que falam sobre cavaleiros mortos durante o torneio que continuam, após a morte, nesses mesmos torneios, o que ficou conhecido como a “milícia do diabo”. Esses relatos que foram transcritos, segundo Schmitt, sem modificações.

O que se pode reparar nos relatos são as figuras do bom e do mal cristão e como as pessoas devem ser, ou o que devem fazer para que não sofram dos males do purgatório ou do inferno e o que devem e o que não devem fazer para não encontrar um fantasma. Nesses exempla, os mortos contavam os horrores e as torturas sofridas por terem cometido um erro, e avisavam para que os familiares não cometessem o mesmo erro ou reparassem o erro que ele havia cometido para que ele pudesse descansar.

A Igreja e as ordens mendicantes se valiam desses relatos em todas as pregações, para que com essas histórias possam dar limites às pessoas, em suas atitudes e ações, o que fazer e o que não fazer. Não é importante e nem vem ao caso discutir se esses relatos de fato ocorreram ou como esses relatos foram adquiridos ou até se eles foram inventados pelos monges ou padres. O importante é saber que as pessoas veem o que querem ver, e veem baseado naquilo que conhecem, assim, se o exempla existe ou não, não é importante, o que é importante é que essas histórias se prendem ao imaginário e conseqüentemente regulam o que a pessoa faz e como faz, assim como condiciona o que ela vê, sendo assim, os fantasmas que os exempla tratavam não precisam de fato ter aparecido, mas da próxima vez que o homem medieval visse algo que não compreendesse ele associaria ao fantasma do exempla tornando-o real.

Já por outro lado esses exempla também são permeados por elementos que não são comuns ao mundo cristão – católico.

O primeiro elemento que chama atenção no trecho: “Até o amanhecer, o padre se protege traçando círculos ao seu redor toda vez que a aparição se reproduz” (SCHMITT, 1999: 153), o que salta aos olhos nessa passagem é o uso de uma prática pagã e por sua vez herética, que é a utilização de círculos de proteção, e não só por isso, mas também pelo fato de que é um padre que se utiliza desse artifício, podemos perceber indícios da sobrevivência e adaptação de práticas pagãs sobre as cristãs durante o período medieval e renascentista católico como sustenta Carlo Ginzburg, a diferença de autores como Russell por exemplo. Ou como se refere Schmitt práticas de “culturas anteriores ao cristianismo”.

A coletânea de exempla no século XIII, tanto a dos franciscanos como a dos dominicanos, era também uma enciclopédia moral e uma extensão à lista de sufrágios que incluiria: missas, esmolas, preces, lágrimas, jejum, vigília, restituição de bens mal adquiridos, etc.; mas os exempla são ambíguos no tratamento de padres, não só nos casos relativos a práticas pagãs como no exemplo anterior, mas também, na prática da usura e venda de indulgências, pois apesar de mostrar a ambição de certos religiosos, demonstra a eficácia de esmolas e indulgências.

Schmitt mostra no seu livro que a quantidade de relatos sobre os mortos tem um objetivo claro, que é criar um laço edificante com a morte, acompanhada pela maior ritualização dos funerais, pela valorização do espaço sagrado dos cemitérios, e nas classes abastadas pela leitura diária do livro de horas⁴¹⁴; neles o horror e o macabro estão constantemente presentes apesar de não insistirem no terror eles declaravam a matemática dos méritos, sufrágios e penas para escapar do inferno e diminuir o seu tempo no purgatório. A relativa universalização deles foi para proporcionar a sua maior propagação na Europa, assim como ocorreu com os exempla, núcleos que a instituição eclesiástica ainda não atingiu e que a “máquina da pregação”⁴¹⁵ absorve.

Mas são nesses núcleos afastados que provém de culturas mais antigas e algumas anteriores ao cristianismo que permitem a influência do paganismo no cristianismo e vice-versa no campo das representações. No século XV, as tradições folclóricas ainda são toleráveis, mas com o passar do tempo isso desencadearia os processos de feitiçaria.

⁴¹⁴ Também denominado horarium.

⁴¹⁵ Como Schmitt se remete as ordens mendicantes.

Robert Darnton, em seu livro sobre os contos de fada também discorre sobre as apropriações da cultura medieval, e no seguinte trecho explicita seu pensamento sobre o assunto: (DARTON, 1986:[s.p.]).

Os pregadores medievais utilizavam elementos da tradição oral para ilustrar argumentos morais. Seus sermões, transcritos em coleções de "Exempla" dos séculos XII ao XV, referem-se às mesmas histórias que foram recolhidas, nas cabanas dos camponeses, pelos folcloristas do século XIX. Apesar da obscuridade que cerca as origens dos romances de cavalaria, as canções de gesta e os *fabliaux*, parece que boa parte da literatura medieval bebeu da tradição oral popular, e não o contrário.

Conclusão

O que percebemos claramente é que há uma familiarização com tudo o que é sagrado, e com o que dele provém. Nesse sentido, arriscamos a responder sim, há familiaridade e modificação do sagrado a partir dessa. Mas essa familiaridade não poderia trazer consigo influência de outras culturas, ou em última análise, desrespeito advindo dessa aproximação tão forte? É sabido que amuletos e feitiços eram práticas comuns, no entanto, alguns autores analisam que, desrespeitos eram pouco frequentes e casos isolados (CHADWICK; EVANS, 2007: 90).

Schmitt prefere não entrar nesse debate e discutir a domesticação no ato da apropriação sem questionar esse conceito a fundo, apesar de colocar alguns elementos. Mas segundo Crespo o que há é uma férrea vontade de orientar as pessoas com a consequência de uma implantação definitiva de uma série de hábitos religiosos, mentais e intelectuais.

O certo é que se viu um movimento forte da Igreja católica em controlar, ou melhor, em direcionar o imaginário medieval: o “Verbo et Exemplo” (ROSSI, 2008:15), a atividade pastoral e a ação missionária, surtiram efeito em controlar e moldar o que a população medieval construía para si.

No entanto, é claro que em momentos de maior crise, fosse ou não uma crise da religião ou da Igreja, as pessoas não deixaram de recorrer a práticas que não eram cristãs, ou seja, em momentos de crise alimentícia, por exemplo, as pessoas recorriam mais a soluções imediatas como o caso dos amuletos, do que a Igreja, que colocava qualquer praga ou crise relacionada à falta de fé da população local.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. **Mitologías**. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHADWICK, H. & Evans, G.R. **Igreja Cristã**. Folio: [s.l.], 2007.

DARNTON, R. O Grande **Massacre de Gatos**: e outros episódios de história cultural francesa. Graal: Rio de Janeiro. 1986.

DURKHEIM, E., MAUSS, M. **De quelques formes de classification**: Contribution à l'étude des représentations collectives. Année sociologique, 1993.

FRANCO Jr., Hilário. **Cocanha**: A História de um país imaginário. Cia das Letras: São Paulo, 1998.

LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Autêntica: Belo Horizonte, 2005.

ROSSI, Renzo. **História das Religiões**: Crenças e Práticas Religiosas do século XII aos Nossos Dias. Folio: [s.l.], 2008.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os Mortos e os Vivos na Sociedade Medieval**. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.

Rembrandt e a Arte Barroca do Norte Europeu

Pedro Henrique Leão Coelho

Resumo: Este trabalho pretende analisar as transformações políticas, econômicas e culturais da virada do século XVI para o XVII, na qual o eixo econômico se transfere dos países mediterrâneos para os do norte europeu. Esse pano de fundo é o que essa investigação pretende abordar para demonstrar como estes elementos vão acabar por criar um modelo de arte Barroca com características próprias no território dos Países Baixos do Norte europeu. Elegemos, por conseguinte a obra de Rembrandt para apresentar as formas como o Barroco holandês vai se distanciar do modelo latino, seja nas escolhas temáticas ou nas formas de pintar. Mas, como também o artista absorveu inúmeras noções com os pintores italianos, e que em determinados aspectos até os superaram.

Palavras-chave: Arte - Barroco – Holanda

Abstract: This work intends to analyze the political, economic and cultural turn of the century to the sixteenth century, in which the economic axis is transferred to the Mediterranean countries of northern Europe. This background is what you want to address this research to demonstrate how these elements will ultimately create a model of Baroque art with its own characteristics in the territory of the Netherlands in Northern Europe. We chose, therefore the work of Rembrandt to present ways in which the Dutch Baroque will distance itself from the Latin model, is the thematic choices or the ways of painting. But the artist also absorbed ideas with many Italian painters, and that in some respects even surpassed those.

Keywords: Art – Barroc – Netherland

Contexto Histórico – O Século XVII e as transformações.

São as mudanças do século XVI, políticas, religiosas, institucionais, econômicas, sociais, que permitem compor este amplexo de mundos diferentes e contraditórios, propulsores de crepitações mentais. O forte acontecimento se dá em 1517, com a fixação das 95 teses de Lutero na Paróquia de Wittenberg, que longe de terem um intuito separatista

contra Roma, tinha por objetivo apenas advertir, chamar à razão a velha Instituição sobre os seus problemas. Lutero não pretendia estabelecer qualquer tipo de rompimento com a Igreja é dessa forma que ele vai ser interpretado por um mundo em crise, manifesto sem dúvida, de mudança social, como a gota que faz transbordar o copo.

Lutero sucede João Calvino, mais moderado, com um pensamento de matriz jurídica, que avança com uma reestruturação do pensamento do monge de Wittenberg. Mantendo-se a separação do poder laico do religioso, a sociedade obedece, contudo a regras, em um mundo próprio, reconhecendo Deus como autoridade máxima⁴¹⁶.

Serão, sobretudo os Países Baixos do Norte a consolidar esta alteração. A Holanda reivindica esse estatuto distante, superior, desejando a isenção de impostos imperiais, ao mesmo tempo em que fortalece a idéia de “pátria” e identidade de Estado, com uma fidelidade ao príncipe legítimo que torna a ação do Duque de Alba (1567-1573), principal perseguidor do protestantismo em nome de Carlos V, praticamente nula, apesar de haver quem receie as consequências desta dissidência⁴¹⁷.

O protestantismo começa a ganhar privilégios frente ao catolicismo, pela coexistência de uma diversidade cultural vastíssima. Amsterdam, um dos centros econômicos mundiais, é também centro de dinâmicas culturais, afluências e heranças intelectuais, onde a comunidade judaica cria estruturas sólidas e faz investimentos promissores. Diante disto, faz todo o sentido que as minorias religiosas, consideradas hereges no mundo cristão, tenham propensão para entregarem-se à atividade econômica em países protestantes, onde encontram a referida tolerância, com especial destaque para o papel dos judeus.

Os mercadores passam a assinar por uma reforma religiosa, que deixem de considerar as relações comerciais como usurárias. E recebem o apoio da Igreja Calvinista. Com a valorização do conhecimento, cada vez mais posto em causa, surge a valorização do saber individual que propulsionou uma nova leitura das Sagradas Escrituras. Desperta-se então, um *puritanismo religioso*, intolerante no que toca à mistura de etnias, à imbricação de culturas, mas complacente no que respeita ao contacto com essa alteridade, sempre que este seja proveitoso do ponto de vista religioso.

São formas de desenvolvimento de poder no já referido mundo material, assegurando a importância de pensar, de desenvolver conhecimentos na esfera do saber onde as artes têm

⁴¹⁶ CORREIA, Patricia Cardoso. *A Noiva Judia ou Issac e Rebecca de Rembrandt, um mundo Barroco*. Opt cit, p. 174

⁴¹⁷ ⁴¹⁷ Idem, p.. 175

um lugar privilegiado de manifestação dessa posição frente ao novo mundo material. Num mundo que se tem a valorização individual, a fé torna-se o único caminho para a salvação pessoal, materializando por completo o mundo político-jurídico, regulador da sociedade.

Os Países Baixos do Norte, que no século XVI compreendiam as províncias da Holanda, Zelândia, Frísia, Utrecht, Groningem, Gelderland, Drente e Overijse, tiveram um desenvolvimento muito mais lento do que os Países Baixos do Sul⁴¹⁸. O comércio do Báltico era e continua a ser o ramo mais importante das atividades terciárias a tal ponto que era chamado de o “comércio Mãe”. Mesmo quando, séculos mais tarde, as Províncias Reunidas se lançaram com êxito no comércio das Américas e o Extremo Oriente⁴¹⁹.

Amsterdã, tinha se tornado o principal centro de comércio internacional dos cereais e da madeira. Nessa época, a economia dos Países Baixos do norte já tinha alcançado um alto grau de diferenciação. O comércio externo tinha sido sistematicamente integrado com o setor manufatureiro⁴²⁰.

Depois da revolta contra a Espanha, em 1609 surgem politicamente e religiosamente independentes as Províncias Reunidas do Norte. A economia das províncias estava muito mais viva, conseguiu se tornar a mais dinâmica e desenvolvida da época, além da mais competitiva da Europa, apesar dos quarenta anos de guerra com a poderosa Espanha⁴²¹.

Involuntariamente, a Espanha enriqueceu seu próprio inimigo com os mais preciosos de todos os capitais, os fugitivos da implacável perseguição religiosa, que foram para todos os lados, mas sobretudo para os Países Baixos do Norte. Entre eles encontravam-se artífices, marinheiros, mercadores financeiros e membros das profissões liberais que levaram para o país de exílio, a habilidade artesanal, o conhecimento comercial, e muitas vezes, o capital líquido⁴²².

Vigorosa em si mesma, fortalecida pelo afluxo de nova e poderosa dose de vitalidade e galvanizada pela abertura de novas oportunidades em conta do comércio oceânico, as Províncias Reunidas do Norte entraram na sua idade de ouro. Amsterdã se tornou um mercado internacional onde se poderiam encontrar mercadorias vindas do mundo inteiro. As

⁴¹⁸⁴¹⁸ CIPOLLA, Carlo M. – *História Econômica da Europa Pré-industrial*. Opt Cit, p. 293

⁴¹⁹ Idem, p. 294

⁴²⁰ Idem, p. 295

⁴²¹ Idem, p. 296

⁴²² Idem, p. 297

técnicas comerciais herdadas dos italianos foram afinadas e aperfeiçoadas, nascera o comércio em larga escala e se desenvolveu em uma forma de capitalismo moderno incipiente⁴²³.

Assim como a vitalidade de um povo não conhece fronteiras geográficas, assim também não conhece limitações profissionais. Os Países Baixos do Norte no século XVII foram tão grandes navegadores como pintores, tão grandes no comércio como na especulação filosófica e na observação científica. Ao mesmo tempo, a Universidade de Leiden tornou-se conhecida como a mais importante dentro dos estudos de medicina da Europa.

A prosperidade na sua idade de ouro continuava a depender da liberdade dos mares e da força de sua frota. Impressionados pelo poder naval holandês, os contemporâneos fizeram espantosas estimativas. Sir Walter Raleigh defendia que os holandeses, construíam mil navios por ano e sua marinha mercante e de guerra era composta por cerca de vinte mil navios⁴²⁴.

Os salários eram notoriamente elevados nas Províncias Reunidas, onde profundas taxas de consumo atingiam todos os artigos de consumo geral. Mas a produtividade da mão de obra holandesa mais que compensava essa desvantagem relativa⁴²⁵. Além disso, faziam extenso uso de métodos de economia de trabalho.

Sacrificando a qualidade na ânsia de reduzir os preços, os holandeses afastavam-se de uma tradição que vigorara na Idade Média e no princípio do Renascimento e arvoraram um princípio que ira prevalecer nos tempos modernos. O mercado medieval tentava normalmente maximizar o lucro por unidade produção. Os holandeses viraram-se decididamente para a produção em grosso. Num número crescente de atividades, procuraram maximizar os lucros pela maximização do volume de vendas. Mesmo os pintores holandeses produziam suas obras-primas a baixos preços e em grande quantidade. O preço médio de, por exemplo, uma paisagem de Salomão Ruisdael ou um quadro de vida cotidiana de Steen era de cerca de um quarto do salário semanal de um operário têxtil de Leyden. A nova atitude dos holandeses era a de permitir pelo fato de que, grandes grupos sociais novos estarem ascendendo na escala sócio econômica européia, e a elasticidade de preços de procura aumentando para um grande número de produtos.

O Barroco Holandês

⁴²³ Idem, p. 298

⁴²⁴ Idem, p. 299

⁴²⁵ Idem, p. 304

Os Países Baixos do Norte, ao contrário dos do Sul, revoltaram-se contra os seus soberanos espanhóis e, em 1648, tinham alcançado a independência. A nova sociedade era essencialmente definida pela classe média, e como já foi dito, protestantes em sua maioria. Por esse motivo, as obras decorativas ou altares e estatuas não eram muito procurados. Os patronos burgueses sentiam-se mais atraídos pelas obras de pequenas escalas, realistas, simples e diretas, com um destaque especial para os retratos de grupos: das companhias de guarda civil, de regentes de hospitais e guildas ou magistrados municipais. Dessa forma, o verdadeiro estilo Barroco teve assim apenas um ligeiro impacto na Holanda⁴²⁶.

A maior originalidade dos pintores holandeses do século XVII reside nos seus temas realistas. Pela primeira vez, os pintores registram todos os aspectos do mundo em seu redor. Os artistas holandeses notabilizaram-se pelas suas paisagens, naturezas mortas, retratos, cenas de gêneros, pinturas de animais, pinturas marinhas e de interiores de igrejas. Tendiam a especializar-se num gênero por vezes ainda mais específico: a par de especialistas em paisagens gerais, existiam ainda especialistas em cenas de neve ou noturna⁴²⁷.

Na década de 20 do século XVII, um grupo de artistas que tinham viajado para a Itália introduziu aspectos do estilo de Caravaggio na pintura holandesa. Eles usavam contrastes de luz e sombra muito apreciadas e pintaram frequentemente cenas noturnas com iluminação artificiais. Estes pintores especializaram-se em figuras de grandes escala de músicos, bêbados ou violinistas, caracterizados por uma felicidade ruidosa e uma interpelação direta: as figuras dirigem-se muitas vezes para o espectador através de uma janela ou de uma porta⁴²⁸. As espontaneidades dessas figuras acabaram por influenciar Frans Hals. Mesmo sendo natural de Flandres, Hals trabalhou em Haarlem ao longo de toda sua vida, quase exclusivamente como pintor de retratos.

⁴²⁶ Idem, p. 152

⁴²⁷ Idem, p. 152

⁴²⁸ Idem, p. 152



429

Estes são notáveis, devido a sua franqueza arrojada e informalidade, distinguindo-se na captura de uma expressão passageira, quase sempre plena de atividade. Popularmente, é melhor conhecido pelas suas pinturas de sorrisos e gargalhadas⁴³⁰.

A pintura paisagística, as naturezas mortas e a pintura de gênero sofreram um desenvolvimento estilístico semelhante. Nos primeiros anos do século, as pinturas estavam repletas de pormenores realistas muito coloridas. As composições, no entanto, eram artificiais e os artistas utilizavam quase sempre um ponto de vista elevado para incluir o maior número possível de pormenores. As paisagens estavam repletas de atividade humana e as naturezas-mortas revelam uma diversidade de luxuosos artigos domésticos. Os artistas de paisagens passaram a se concentrar no céu e em extensões de água, sendo suas composições unificadas pela atmosfera. As cores estendem-se, muitas vezes, em um leque sutil de cinza e de verde-acinzentados. Pela primeira vez, a beleza natural não idealizada era o tema dos pintores paisagísticos. No entanto, a estas pinturas não faltam poesias, que reside na pureza da percepção e nos bonitos efeitos da atmosfera e do espaço⁴³¹.

⁴²⁹ Fran Hals: *Retrato of Isaac Abrahamsz Massa*, 1626. Galeria de Arte de Ontário, Toronto.

⁴³⁰ Idem, p. 152

⁴³¹ Idem, p. 152

Nas naturezas-mortas dos anos 20 e 30 do século XVII, não possuía de todo a abundância ornamental flamenga e dependia, antes de mais, dos prazeres reconfortantes da percepção pura. Porém, após a segunda metade do século, passa a ser representados objetos mais luxuosos, como vasos de prata, vidros preciosos, carpetes exóticos. Willem Kalf deu-lhes um ar mais misterioso e charmoso ao utilizar cores brilhantes contra cenários muito sombrios⁴³².

A pintura de gênero alcança um elevado grau com a pintura de Jan Vermeer van Delft. A maior parte de suas pinturas são calmas cenas de interiores domésticos ou de paisagens urbanas. Representava muitas vezes figuras singulares, estranhamente ausentes, absortas em alguma tarefa corriqueira.



No entanto, quanto mais os estudiosos se aprofundam em sua obra, mais se dão conta do quanto Vermeer era cuidadoso e organizado na seleção dos objetos e a suas localizações no espaço. As horizontais, verticais, retângulos, formas um equilíbrio delicado. A arte de Vermeer é assim uma arte da disciplina pouco habitual e de grande harmonia formal. No entanto, a utilização de uma fria luz diurna, torna sua obra também intensamente poéticas⁴³⁴.

⁴³² Idem, p. 153

⁴³³ Johannes Vermeer: *The milkmaid*, 1647-1675. Rijksmuseum Amsterdam.

⁴³⁴ Idem, p. 153

Rembrandt Harmensz van Rijn – 1606 – 1669



435

Rembrandt van Rijn, filho de moleiro, nasceu em Leiden, onde ingressou na Universidade, mas veio a desistir para se tornar pintor. Em 1631 mudou-se para Amsterdam, onde rapidamente alcançou uma reputação internacional e prosperidade material. Contudo, após a morte de sua primeira esposa Saskia, em 1642, Rembrandt foi constantemente atingido por dificuldades financeiras e pessoais. Depois de 1645, viveu com Hendrick Stoffels, mas tanto ela como os seus filhos morreram antes de Rembrandt.

Pintou, desenhou e gravou incessantemente e explorou as possibilidades desses três suportes ao limite. Seus desenhos eram habitualmente impulsivos, estudos diretos a partir da natureza, que providenciavam um estímulo para a sua imaginação. Apesar de Rembrandt ter usado a agulha para gravar com uma espontaneidade sem precedentes, as suas gravuras eram muitas vezes tão elaboradas quanto as suas pinturas⁴³⁶.

Suas primeiras pinturas são dramáticas cenas de multidão em pequena escala. Durante os anos 30 do século XVIII, Rembrandt atravessou uma exuberante fase Barroca, com composições dramáticas repletas de expressão e de gestos violentos e exagerados. Revelou também seu gosto romântico por materiais exóticos e metais preciosos. Nos anos 40, seu estilo tornou-se mais calmo e contido. O artista rejeitou a expressão barroca em favor de uma simplicidade clássica e tentou comunicar um sentimento de vida interior.

Depois dos anos 1650, Rembrandt aprofundou ainda mais seu entendimento sobre os sentimentos humanos, além de desenvolver uma maior capacidade de expressá-los. A base de

⁴³⁵ Rembrandt van Rijn: *Auto-retrato*, 1669. National Gallery, London.

⁴³⁶ Idem, p. 155

toda a arte tinha sido desde o começo o claro-escuro, o que permitiu ao artista a capacidade de criar ambientes e emoções e de sugerir valores espirituais⁴³⁷.

Analisemos agora duas de suas mais importantes obras:

A lição de Anatomia do Dr. Tulp



438

Pouco tempo depois de se instalar em Amsterdam, Rembrandt recebe uma encomenda do Dr. Nicolaes Tulp, presidente da guilda de cirurgiões, de executar um retrato de grupo. As seções de anatomia constituíam na altura uma sensação e havia muito publico presente a assistir aos cursos. Esse interesse dedicado a anatomia não consistia em verificar a vista, os bons fundamentos da sabedoria das obras dos antigos, mas sim confirmá-las.

Desde seu primeiro retrato em grupo, Rembrandt rompe com a forma tradicional do gênero. Não pinta personagens alinhados lado a lado, mas reúnem-se em redor de um cadáver

⁴³⁷ Idem, p. 156

⁴³⁸ Rembrandt van Rijn: *The Anatomy Lesson of Dr. Nicolaes Tulp*, 1632. Royal Picture Gallery, Mauritshuis.

cujos tendões do antebraço direito são postos a nu. Com uma pinça o cirurgião ergue alguns, para ilustrar o que explica⁴³⁹.

Os sete membros da guilda que constituem o auditório escutam atentamente a exposição, e o comportamento de cada um é transmitido com grande vivacidade, enquanto o Dr. Tulp está assentado numa poltrona com um grande chapéu. Rembrandt faz com que os olhares falem: o olhar concentrado o orador, o olhar crítico do conhecedor avaliando a preparação, o olhar que procura o livro aberto à direita, em primeiro plano a confirmação das palavras do Dr. Tulp, ou, ainda, o olhar vagueante do que ouve furtivamente, ou o olhar perdido no espaço do ouvinte que se concentra naquilo que escuta. Ao assistir à exposição do cirurgião todas as personagens partilham a mesma ocupação.

Entre os comportamentos típicos de uma audiência, há os olhares de convivência que trocam as pessoas conhecidas para exprimir o que se sentem acerca do que está a ser dito e procurar a confirmação nos olhos dos outros. O olhar em frente do Dr. Tulp, por cima das cabeças de todos os outros, pode-se interpretar como um cambio do gênero, como uma interpelação ao espectador. Este é assim obrigado a participar na atividade dos protagonistas do quadro, a escutar e observar. Vê-se nos gestos e das mímicas que tem diante de si todas as condutas possíveis que pode adotar e, ao fixar o orador, o cadáver, o livro ou os outros intervenientes, não faz mais do que os atores do quadro. É assim capaz de se projetar no papel de espectador competente.

Os personagens aglomeram-se de tal forma que não se poderia dizer se estão sentados ou de pé, nem onde se encontram. Tão apertadas umas contra as outras, não tem espaço para se mexer. Mesmo em perspectiva, não é possível situar o grupo no espaço que o cerca. A sala representada não parece exígua e, contudo, registramos que os indivíduos a enchem quase toda. A maior parte deles são vistos de baixo para cima. Mas onde poderia alguém situar-se para observá-los daquele ângulo? É igualmente difícil determinar o local do espectador em relação a cena, embora este esteja profundamente implicado nesta⁴⁴⁰. Não há dúvidas de que o momento é sublinhado pela aglutinação dos intervenientes, mas o realismo da ação é conseguido em detrimento de outros componentes de realidade. A veracidade dos fatos esconde a veracidade da representação no espaço. É a própria ação, a lição magistral, que une

⁴³⁹ BOCKEMÜHL, Michael - *Rembrandt 1606-2669*. Opt cit. p. 40

⁴⁴⁰ Idem, p. 41

os personagens, e não o cenário dessa ação. Esse local não é uma sala de aula, mas o quadro em si⁴⁴¹.

A Ronda da Noite



442

Nessa complexa obra, Rembrandt consegue atingir um dos pontos máximos de sua arte. É necessário entendermos que nesta época Amsterdam contava com inúmeras Companhias de Patrulhas, que além de representarem uma função de prestígio exercida pelas autoridades também representava a vontade dos seus cidadãos em promover a segurança da Nação.

Surge então um grande desafio ao pintor, conseguir inserir todos os personagens dentro do quadro e distribuí-los de forma equilibrada ao ponto em que todos apreçam em de acordo com sua importância. Para esse tipo de obra eram propostas duas configurações, ou se

⁴⁴¹ Idem, p. 45

⁴⁴² Rembrandt van Rijn: *Night Watch*, 1642, Rijksmuseum, Amsterdam.

estendia o tamanho da pintura ou que seus personagens fossem colocados uns de trás dos outros em forma de escadas.

Entretanto, Rembrandt surge como uma nova abordagem de execução. Ao invés de colocá-los posicionadas como tradicionalmente, dentro da companhia e uns sobre os outros, Rembrandt pinta a companhia em ação, realçando-o em detrimento a fidelidade dos retratos até então. O plano do quadro é estendido, e um jogo visual cria a sensação de avanço dos personagens do fundo da pintura para frente. Marchando em direção ao espectador e sugerindo que a barreira da pintura estava prestes a ser quebrada.

O primeiro plano é dominado pelo Capitão, Frans Banning Cocq, transmitido a ordem da companhia avança a seu tenente, Van Vlaerdingen. A mão estendida e a boca semi-aberta do capitão indicam que está a falar. Sem olhar para o Capitão, o tenente caminha a seu lado, escutando a ordem dada. A direita e a esquerda do quadro as pessoas conversam e caminham. Ao meio, o porta-bandeira empunha a flâmula da companhia, homens de capacetes e chapéus vão armados com espadas e lanças, já outras empunham escudos redondos e gorjais. Alguns ainda apoderam-se de lanças apoiadas a parede do edificio a direita. Outros saem do portal e abrem caminho através da aglomeração. O jogo de sombra e luz usados por Rembrandt acaba por causar o efeito de avanço da companhia. Na parte esquerda frontal, um garoto utilizando um capacete demasiado grande foge com um cartucho de pólvora vazia na mão, enquanto um atirador de vestes vermelhas carrega sua espingarda⁴⁴³. Ao seu lado direito e escondido pelo Capitão vai um homem com calções tufados e usando um capacete enfeitado de folhas de carvalho, andando a passos largos no sentido da direita do quadro, carregando uma espingarda da qual só vemos a ponta, entre o Capitão e o tenente. Muito perto da pena branca que ornamente o chapéu do tenente um clarão na ponta da espingarda sugere que um tiro acabou de ser disparado⁴⁴⁴. Duas mulheres estão presentes na cena, uma de vestido dourado na parte central da cena, enquanto a outra permanece praticamente oculta. Na parte direita da pintura um homem toca seu tambor, dando todo o ritmo a marcha que se segue.

O que chama tanta a atenção nessa obra é a capacidade de Rembrandt de captar todo o movimento o movimento da ação, marcado, sobretudo pelo tiro da espingarda. Mas não só o movimento dos corpos é captado, a atenção das pessoas e as conversas estão suspensas no ar, como se o espectador pudesse observar a cena acontecendo em tempo real. A maestria como a luz é trabalhada e as sombras bem posicionadas dão o ritmo da ação. A sombra da mão do

⁴⁴³ Idem, p. 49

⁴⁴⁴ Idem, p. 52

capitão disposta nas vestes do tenente, e a lança carregada pelo tenente sugerem a vivacidade da cena e criam a ilusão de que a cena, tal como se apresenta, poderia acontecer fora do quadro.



Rembrandt representa as ocupações mais diversas nesta cena: carrega-se a espingarda, dispare-se, sopra-se a caçoleta, apresenta-se a bandeira, e toca-se o tambor. Todas essas atividades identificam o grupo como uma companhia de arcabuzeiros, mas, em simultâneo, cada um dedica-se a suas ocupações de costume e parece fazer o que bem lhe apraz, sem se preocupar com o que passa em volta. Com efeito, cada indivíduo é parte integrante do acontecimento pelo simples fato de se dedica a sua função habitual, sem a preocupação de imiscuir-se no conjunto. Só essa dispersão de atividade pode traduzir o momento que precede a ordem dada pelo capitão ao tenente de reunir e partir. Rembrandt aproveita-se disso para

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

mostrar em toda a sua diversidade, os gestos habituais dos arcabuzeiros sem, contudo, negligenciar a coesão do grupo no episódio retratado⁴⁴⁵.

⁴⁴⁵ Idem, p. 52

Chapeuzinho Vermelho e A Bela Adormecida: simbolismos por detrás dos contos de fadas.

Raíssa Varandas Galvão

Gabriela Fazolato Guedes *

Resumo: Esse artigo propõe-se a analisar dois célebres contos de fadas: Chapeuzinho Vermelho e A Bela Adormecida. Para isso, iremos comparar as versões de Charles Perrault com as dos Irmãos Grimm. Pretendemos mostrar como se deu o processo de adaptação dessas histórias ao longo do tempo, até chegarem às formas atuais. Buscamos também entender as simbologias presentes em tais histórias, extraindo as metáforas e a moral existentes por trás dos contos em questão. Por fim, nosso trabalho pretende entender a influência dos contos de fadas na cultura e na sociedade, percebendo aquilo que não está explícito.

Palavras-chave: Charles Perrault; Irmãos Grimm; Contos de Fadas; Psicanálise, História e Literatura.

Abstract: This article proposes to analyze two famous fairy tales: Little Red Riding Hood and Sleeping Beauty. For this, we will compare the versions of Charles Perrault with the Grimm Brothers' versions. We intend to show how the process of adaptation of these stories made their way along time, until reaching their current form. We also seek to understand the symbols present in such stories, extracting the metaphors and the moral which exists behind the stories in question. Finally, our work aims to understand the influence of fairy tales in culture and society by realizing what is not explicit.

Keywords: Charles Perrault, Grimm Brothers, Fairy Tales, Psychoanalysis, History and Literature.

“Há maior significado profundo nos contos de fadas que me contaram na infância do que na verdade que a vida ensina” (Schiller)

* Graduandas em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os contos de fadas sempre exerceram fascínio sobre as pessoas, de forma que não há em nossa sociedade ocidental quem nunca tenha ouvido falar das histórias clássicas de Gata Borralheira, João e Maria, O Gato de Botas, entre outras. Assim, é possível perceber que tais contos estão intrínsecos em nossa cultura, sendo acessíveis a qualquer público. De acordo com Bruno Bettelheim, a nossa herança cultural encontra forte expressão nos contos de fadas, refletindo em suas diferentes versões os acontecimentos de cada época. Bettelheim acredita que a história “Os Sete Corvos”, dos Irmãos Grimm, representa o Cristianismo sobrepondo o paganismo. Na história sete irmãos desaparecem e transformam-se em corvos com o nascimento da irmã. Enquanto os sete irmãos representariam o mundo pré-cristão, pagão, a irmã simbolizaria o Cristianismo. Assim, os irmãos, como símbolos do paganismo, teriam que desaparecer ficando relegados à escuridão - representada pelos corvos - para que a nova religião cristã pudesse existir. Grande parte dessas histórias originou-se em períodos onde a religião era de extrema importância, de forma que elas acabavam lidando direta ou implicitamente com temas religiosos. Fica claro que as conjunturas exerciam clara influência nos contos.

Ao analisarmos os contos de fadas, podemos perceber que eles não se tratam apenas de entretenimento para o público infantil, pois possuem uma série de simbologias e metáforas por trás de suas histórias aparentemente simples. Segundo Bruno Bettelheim os contos de fadas esclarecem às crianças sobre si mesmas, contribuindo para o desenvolvimento de sua personalidade, e não esclarecem apenas as crianças, mas também os adultos uma vez que uma vez que conseguem se comunicar com todos os níveis da personalidade humana.

“Através dos séculos durante os quais os contos de fadas, sendo recontados, foram-se tornando cada vez mais refinados, e passaram a transmitir ao mesmo tempo significados manifestos e encobertos - passaram a falar simultaneamente a todos os níveis da personalidade humana, comunicando de uma maneira que atinge a mente ingênua da criança tanto quanto a do adulto sofisticado” (BETTELHEIM, 2002: 14)

Dessa forma, ainda segundo Bettelheim, podemos perceber que as histórias de fadas representam um processo sadio de desenvolvimento humano e de crescimento interno das crianças, transmitindo, através de seus símbolos, valores morais e soluções para conflitos. Por meio de suas metáforas essas histórias assumem um papel psico-pedagógico auxiliando na formação da personalidade de seus leitores e na descoberta dos significados da vida.

Os contos de fadas, mas do que qualquer outro tipo de história infantil, tratam dos dilemas e ansiedades infantis, como o medo da morte, o medo da perda dos pais e do

abandono, com grande seriedade, oferecendo soluções a esses temores de uma forma compreensível à criança. Além disso, tais contos abordam as lutas internas que o crescimento pressupõe, de um modo que as crianças consigam se identificar inconscientemente. O fato das personagens nos contos de fada serem maniqueístas, não apresentando a ambivalência, essa mistura entre bem e mal, que caracteriza todos nós, não interfere nessa identificação. Pelo contrário, a forma como esses dois lados (bem e mal) da nossa ambivalência são isolados e projetados em personagens diferentes ajuda a entendermo-nos melhor, uma vez que essas ambivalências são melhor visualizadas quando vistas à distância. As crianças tem consciência de que elas não são sempre “boas” e ao depararem-se com personagens caracterizados como “bons” e “maus” são capazes de se identificarem com os dois, sendo orientadas, inconscientemente, aqueles dois personagens opostos como duas partes diferentes de uma mesma pessoa. Nos contos, nenhum dos dois lados de nossa natureza perde sua atração, importância e validade. No entanto, é preciso dizer que, segundo Bettelheim, apesar do mal não ser isento de atrações, o herói é sempre mais atraente para a criança, uma vez que ela se identifica com ele em todas as suas lutas, sofrendo junto com o herói suas provas e tribulações e triunfando com ele no final da luta. Para o autor, “a criança faz tais identificações por conta própria, e as lutas interiores e exteriores do herói imprimem moralidade sobre ela.” (BETTELHEIM, 2002: 16)

É importante ressaltar que Bettelheim está longe de ser o primeiro a defender a existência de simbologias nos contos de fadas. Ao longo dos últimos tempos, o significado oculto de tais contos tem sido objeto de grande análise por parte de diversos estudiosos, principalmente no que se refere à psicologia. De acordo com Sheldon Cashdan, por exemplo, os contos de fadas seriam psicodramas da infância que espelhariam lutas reais, ajudando as crianças a lidarem com os conflitos internos que elas enfrentam durante o desenvolvimento. Cada uma dessas histórias, para o autor, tratariam de uma “predisposição falha ou doentia do eu” falando, cada conto, de um dos sete pecados capitais (vaidade, gula, inveja, luxúria, hipocrisia, avareza e preguiça) e apresentando meios pelos quais as crianças poderiam enfrentar esses conflitos.

“ O modo pelo qual os contos de fada resolvem esses conflitos é oferecendo às crianças um palco onde elas podem representar seus conflitos interiores. As crianças, quando ouvem um conto de fada, projetam inconscientemente partes delas mesmas em vários personagens da história, usando-os como repositórios psicológicos para elementos contraditórios do eu.” (CASHDAN, 2000: 31)

Ainda segundo Sheldon Cashdan, os contos de fadas podem ser vistos como uma espécie de jornada dividida em quatro etapas, onde cada uma dessas etapas seria uma “estação no caminho da autodescoberta”, representando, portanto, uma jornada interior. Assim, as histórias se dividiriam nas fases da “Travessia”, “Encontro”, “Conquista” e “Celebração”. A travessia seria a etapa onde o herói ou heroína é levado para uma terra diferente, deparando-se com acontecimentos mágicos e criaturas estranhas. O encontro é acontece quando o herói da história encontra-se com alguma presença ameaçadora e diabólica, como uma madrasta, uma bruxa, um feiticeiro mal ou um monstro. A conquista é a etapa em que o herói trava uma luta de vida e morte com a personagem maligna da história, ocasionando a derrota dessa última. E por fim, a etapa da celebração, onde a vitória sobre o mal é comemorada através de um casamento ou uma reunião familiar. Dessa forma, podemos entender as jornadas dessas etapas vividas pelos heróis das histórias de fadas como metáforas para as etapas que cada um de nós vivemos ao empreendermos nossa jornada interior de autodescobrimento. Segundo Bruno Bettelheim, é apenas partindo para o mundo, para a jornada, que o herói dos contos de fadas consegue se encontrar, o que de certa forma guia seus leitores para o futuro, para a ideia de que cada um precisa empreender sua própria jornada, de forma a conquistar independência e se encontrar.

“O destino desses heróis convence a criança que, como eles, ela pode-se sentir rejeitada e abandonada no mundo, tateando no escuro, mas, como eles, no decorrer de sua vida ela será guiada passo a passo e receberá ajuda quando necessário.”
(BETTELHEIM, 2002: 20)

Para exemplificar o que foi dito até então nos propomos, no restante do artigo, a analisar duas famosas histórias dos contos de fadas: Chapeuzinho Vermelho e A Bela Adormecida. A partir dessas duas histórias procuraremos tratar dos símbolos e metáforas presentes em tais contos, seus significados e as mensagens que são passadas aos leitores. Além disso, pretendemos mostrar um pouco do quanto essas histórias sofreram modificações ao longo do tempo, apresentando diversas versões, muitas delas nada parecidas com histórias infantis. Com relação a essas diferentes versões, trataremos principalmente das de Charles Perrault e as versões dos Irmãos Grimm.

As origens dos contos de fadas e suas diversas versões

Sabemos que, por fazerem parte do folclore de vários povos, por fazerem parte da cultura popular e por sua transmissão oral antes mesmo de serem escritos, não é possível datar ao certo a origem dos contos de fadas. No entanto, mesmo não podendo precisar as origens de tais contos, o autor Nelly Novaes Coelho defende que inicialmente os contos de fadas não eram uma literatura para crianças e nem tinham a intenção de transmitirem ensinamentos morais. Tal ideia é coerente na medida em que muitos dos contos originais traziam em suas histórias temas bem fortes e impróprios para crianças como o adultério, incesto, canibalismo, estupro e mortes hediondas. Cashdan também defende essa teoria afirmando que originalmente os contos de fada haviam sido concebidos como entretenimento para adultos, sendo contados em reuniões sociais, salas de fiar e outros ambientes onde os adultos se reuniam.

A transformação dos contos de fadas em histórias para crianças teria se iniciado na França do século XVII, com Charles Perrault e na Alemanha do século XVIII, com os irmãos Grimm. O francês Charles Perrault inicialmente não tinha a intenção de escrever para crianças, no entanto, com a adaptação da história “A Pele de Asno” passou a escrever para elas com intenção de orientá-las moralmente. Já os Irmãos Grimm, durante longos anos trabalharam reunindo histórias recolhidas da tradição oral procurando caracterizar aquilo que havia de típico no espírito do povo alemão.

Além de Perrault e dos Irmãos Grimm, inúmeros outros autores adaptaram em criaram versos dos contos de fadas até chegarem a como o conhecemos hoje. É importante ressaltar que as versões que hoje conhecemos dos contos de fadas são, em sua maioria, aquelas que foram adaptadas por Walt Disney. Segundo os autores Costa e Baganha, nas adaptações dos contos de fadas feitas pela Disney, os contos aparecem com grandes distorções das suas versões mais antigas. As adaptações de Walt Disney procuraram excluir das histórias aquelas passagens que poderiam ser consideradas mais fortes, evitando, assim, assustar e chocar a criança. Atualmente, é essa versão mais “apropriada” que a maioria de nós conhece.

Como havíamos proposto, trataremos nos próximos tópicos das histórias de Chapeuzinho Vermelho e A Bela Adormecida, procurando demonstrar o que foi falado até então, as simbologias, o papel no desenvolvimento da personalidade e as diferentes versões de tais contos ao longo do tempo.

Chapeuzinho Vermelho e o princípio do prazer

Chapeuzinho Vermelho é um dos contos de fada do qual encontramos mais versões distintas, no entanto, para esse artigo nos centraremos basicamente nas versões de Perrault e dos Irmãos Grimm. A história de Perrault, diferente das versões que mais conhecemos, termina com a vitória do lobo. Em sua versão, Chapeuzinho e a avó são devoradas pelo lobo e a história simplesmente chega ao fim. Além disso, a história de Perrault apresenta, no final, um pequeno poema com o propósito de explicitar a moral da história. Assim, torna-se claro que o propósito de Charles Perrault ao escrever a história de Chapeuzinho não era a de entretenimento e sim de trazer uma lição de moral para seus leitores, característica que não aparece somente nessa história mas também em todos os outros contos do autor.

Na história de Perrault torna-se claro para o leitor que o lobo não se trata de fato de um animal selvagem, mas sim de uma metáfora para o homem sedutor. O autor deixa tudo muito explícito na história, deixando pouco espaço para a imaginação do público. Isso fica bem óbvio de levarmos em conta que na versão de Charles Perrault o lobo não se disfarça de avó, ele simplesmente deita-se na cama dela e quando Chapeuzinho chega o lobo pede que ela se deite com ele. A menina, em resposta, tira as roupas e deita-se ao lado do lobo, o que não só demonstra que o lobo trata-se de uma metáfora para o sedutor masculino, como deixa explícito que a menina deseja ser seduzida. Para Bruno Bettelheim, ao deixar os símbolos e metáforas tão óbvios, e ao procurar afirmar uma moral, Perrault faz com que o conto de fadas transforme-se em um conto admonitório, o que impede que a imaginação do ouvinte entre em ação de forma a dar um significado pessoal para a história. Segundo Bettelheim, cada conto de fadas tem inúmeros significados em muitos níveis e somente a criança pode determinar quais significados lhes são importantes no momento, e tais significados vão se modificando a medida que a criança cresce. Ao deixar as metáforas de sua história tão claras, Charles Perrault tira do leitor essa oportunidade de tirar seus próprios significados do conto.

Já os Irmãos Grimm trazem duas versões da história. Uma delas, a mais conhecida, na qual surge a figura do caçador que retira Chapeuzinho e a vovozinha da barriga do lobo, e a outra contendo um final adicional onde Chapeuzinho, após ser salva pelo caçador, outro lobo tenta desviar a menina do caminho correto. Porém, dessa vez, a menina corre até a avó e conta-lhe o sucedido, e as duas juntas vencem o lobo que se afoga em uma tina de água.

De acordo com Bettelheim, Chapeuzinho Vermelho representa a criança pré-púbere que vive o dilema entre o princípio da realidade e o princípio do prazer, ou seja, o conflito entre obedecer os pais e seguir pelo caminho seguro, sem distrações e a ideia de se desviar do caminho para colher flores e conhecer a beleza do mundo ao redor.

“A ideia de que Chapeuzinho lida com a ambivalência infantil entre viver pelo princípio do prazer ou pelo da realidade é sustentada pelo fato dela só parar de colher flores “quando já juntara tantas que não podia mais carregá-las”. Nesse momento Chapeuzinho “lembra-se novamente da Avó e prossegue o caminho para ela”. Isto é, só quando apanhar flores deixa de ser agradável, o id em busca de prazer recua e Chapeuzinho torna-se ciente de suas obrigações.” (BETTELHEIM, 2002: 207)

Chapeuzinho, na verdade, representa uma criança em luta com os problemas da puberdade para os quais ainda não está preparada emocionalmente. Para Bettelheim, há um significado no fato de ser utilizada a cor vermelha no conto. O vermelho representa as emoções violentas, inclusive as emoções sexuais. “O capuz de veludo vermelho que a avó dá para Chapeuzinho pode ser encarado como um símbolo de uma transferência prematura da atração sexual.” (BETTELHEIM, 2002: 209)

No entanto, fica claro na história, pelo próprio diminutivo do nome “Chapeuzinho”, que a menina é ainda muito pequena para lidar com o que o seu capuz vermelho simboliza e atrai. “O perigo para Chapeuzinho é a sua sexualidade em botão para a qual não está ainda emocionalmente madura”. Além disso, a história de Chapeuzinho corporifica as emoções opostas que caracterizam o conhecimento sexual infantil ao mostrar um lobo que deseja primeiramente deitar-se com Chapeuzinho e depois devorá-la, aproximando-se à forma como as crianças encaram o ato sexual como também um ato de violência.

É preciso mencionar que, enquanto no conto de Perrault frisa-se a sedução sexual, na versão dos Irmãos Grimm a sexualidade não é mencionada, ela está implícita de uma maneira muito sutil, de forma que é preciso que o leitor complete a história com sua própria interpretação, de modo que para as crianças, as implicações sexuais presentes na história permanecem pré-conscientes.

Além disso, o fato de Chapeuzinho ser extraída da barriga do lobo, para Bruno Bettelheim nada mais é do que uma metáfora para o renascimento. Chapeuzinho, ao ser engolida pelo lobo, de certa forma morre como a menina que permitiu-se ser seduzida pelo lobo e retorna como uma pessoa diferente, trocando sua inocência infantil pela sabedoria dos que renascem e tomam consciência de sua própria natureza.

“A inocência infantil de Chapeuzinho morre quando o lobo se revela e a engole. Quando sai do estômago do lobo, ela renasce num plano superior de existência, relacionando-se de modo positivo com os pais, não mais como criança; ela volta à vida como uma jovem donzela.” (BETTELHEIM, 2002: 219)

É interessante mencionar, também, que o lobo não representa apenas o sedutor masculino, mas também as tendências animais que existem dentro de todos nós. Chapeuzinho, na história, abandona o princípio da realidade e seus deveres, atendendo aos seus instintos e a busca do prazer. Assim como todos nós, humanos que somos, Chapeuzinho, embora uma menina virtuosa, sofre a tentação. E é isso que faz com que Chapeuzinho seja uma personagem tão conhecida e amada, ao vermos que mesmo uma menina inocente e pura é seduzida pela tentação conseguimos nos identificar com a personagem.

Como conclusão desse tópico do artigo, terminamos com uma citação do autor Bruno Bettelheim, que resume tudo o que foi dito sobre o conto de Chapeuzinho Vermelho até aqui:

“Chapeuzinho Vermelho fala de paixões humanas, voracidade oral, agressão e desejos sexuais pubertais. Opõe a oralidade educada da criança em maturação (levar os doces para a Vovó) à sua forma canibalista primária (o lobo engole a menina e a Avó). Com sua violência, incluindo a que salva as duas mulheres e destrói o lobo quando o caçador abre a barriga do animal e coloca pedras dentro, o conto de fadas não mostra o mundo cor de rosa.” (BETTELHEIM, 2002: 218)

A Bela Adormecida

A adolescência é uma fase de grandes e rápidas transições em que períodos de letargia se alternam com atividades intensas. Também é o momento onde o indivíduo quer “provar a si mesmo” se comportando de maneira perigosa a fim de descarregar tensões internas. Nos contos de fada esse comportamento é expresso quando o herói sai em busca de aventuras – muitas vezes perigosas – e subitamente é transformado em pedra por algum encantamento ou maldição, como é apontado por Bruno Bettelheim em seu livro “*A psicanálise dos contos de fada*.”

Em “A Bela Adormecida” são tratados dilemas a cerca da puberdade. A passagem da infância para a adolescência, a menstruação, o “despertar” para o amor e a luta dos pais para impedir que os filhos amadureçam. O tópico central do conto é mostrar que apesar do período de lentidão, a vida “continua”, e o final feliz assegura à criança que esse momento de passividade chegará ao fim, segundo Bettelheim, “encorajam a criança a não temer os perigos da passividade”. O autor afirma que alguns jovens e seus pais acreditam que o crescimento apaziguado, onde as coisas aparentam não acontecer, podem ser temerosos. O conto vem justamente dizer que um grande período de calma pode levar a grandes realizações. Outras

histórias, como “*A Branca de Neve*” também abordam esse tema, no qual o sono representaria uma transição tranquila e passiva da infância para a puberdade.

Além das versões comumente conhecidas, existe outra de Giambattista Basile, datada em 1634, intitulada “*O Sol, a Lua e Tália*”, uma das primeiras variações que se tem conhecimento, servindo de inspiração para autores posteriores. Nesta versão, diferente das demais, um rei coabita a princesa adormecida abandonando-a em seguida, esta tem dois filhos, Sol e Lua, ainda em seu estado de sonolência; a princesa desperta, quando um de seus filhos procurando se amamentar suga seu dedo e lhe tira a farpa que provocara seu sono. O rei lembrando-se da aventura, volta ao castelo se apaixonando pela princesa e os filhos deixando sua esposa furiosa, que manda cozinhar as crianças para o marido comer. Ao final do conto, o rei lança sua esposa ao fogo, casa-se com Tália e fica feliz por tornar a encontrar seus filhos.

Na versão de Charles Perrault de 1697, podemos perceber como alguns elementos são adaptados, já que a maioria do seu público era pertencente à corte, não sendo adequado falar de alguns temas presentes na versão de Basile. Logo no início do conto, Perrault insere a presença de uma fada má que amaldiçoa a princesa ao sono semelhante à morte, já em *O Sol, a lua e Tália* não há nenhuma explicação para esse ocorrido. Em *A bela adormecida* um príncipe se apaixona, sendo sua mãe quem deseja comer os filhos da heroína, diferente da adaptação de Basile em que a esposa de um rei – este apaixonado por Tália – deseja lhe dar de comer os próprios filhos.

Adaptada para ser adequar a um público infantil, a versão dos irmãos Grimm, publicada em 1812, não trata de temas como estupro e canibalismo. No início da história, um sapo concede a rainha o desejo de ter um filho, como era de sua vontade; o conto termina quando a princesa é despertada de seu sono pelo príncipe, mantendo assim a integridade das personagens. Talvez por este fato a obra seja a mais conhecida dentre todas as variantes.

Independente da variação de cada versão, “*A Bela Adormecida*” trata de como o despertar da sexualidade do filho acontece apesar dos pais tentarem impedir, e o sono sofrido pela heroína pode representar um adiamento ao encontro da maturidade, causado por esforços mal intencionados dos pais. Tanto a versão de Perrault quanto a dos irmãos Grimm se iniciam tratando da dificuldade em conceber uma criança:

“Era uma vez um rei e uma rainha que viviam tão aborrecidos por não terem filho nem filha, tão aborrecidos que quase é impossível descrevê-lo. Foram a todos os banhos do mundo; votos, peregrinações, pequenas devoções, tudo foi posto em prática, mas sem resultado.” (PERRAULT, 1977: 83)

Essa espera por um filho implica que não seria necessário a pressa para o sexo. No dia do batismo da menina, a fada má roga uma maldição que quando a mesma completasse quinze anos – na versão dos irmãos Grimm – espetaria o dedo em um fuso de uma roca e morreria, mas a última fada consegue modificar a maldição fazendo com que apenas adormeça. De acordo com Bettelheim, a maldição representaria a menstruação:

Nos tempos passados, a menstruação começava frequentemente aos quinze anos. As treze fadas da estória dos irmãos Grimm lembram os treze meses lunares em que se dividia antigamente o ano. Embora este simbolismo nos escape, se não estamos familiarizados com o ano lunar, é bem sabido que a menstruação ocorre tipicamente numa frequência de vinte e oito dias dos meses lunares e não nos doze meses em que se divide nosso ano. Assim, o número de doze fadas boas mais uma décima-terceira malvada indica simbolicamente que a maldição fatal se refere à maldição.” (BETTELHEIM, 2002: 272)

A letargia retratada no conto é típica dos meses que antecedem a primeira menstruação das meninas, Bettelheim diz:

“Durante os meses que antecedem a primeira menstruação, e frequentemente no período imediatamente posterior, as meninas ficam passivas, parecem sonolentas e refugiam-se dentro de si.” (BETTELHEIM, 2002: 265)

O pai da protagonista, tenta de todas as formas evitar o “sangramento fatal”, proibindo todos os fusos – este representando as mulheres, já que tecer era uma atividade predominantemente feminina – mas seu esforço é em vão, já que o rei não pode impedir que a filha chegue a puberdade. Sendo assim, Bela Adormecida cai em seu sono profundo à espera de seu príncipe.

Muitos tentaram encontrar a Bela Adormecida, sendo acidentados nos campos de espinho, essa passagem nos mostra que ela ainda não estaria pronta para o sexo, mas quando ela adquire maturidade suficiente para o amor, e o casamento, o príncipe a encontra e ela desperta de seu sono obtendo seu “final feliz”.

Por fim, fica claro após esta breve análise, que *A Bela Adormecida* trata-se de um retrato da feminilidade e das transformações vividas. O conto tenta mostrar simbolicamente, como uma das passagens mais importantes da vida pode ser percorrida de uma maneira passiva e mesmo assim obtendo grandes realizações.

Conclusão

Em relação aos contos escolhidos é notável sua preocupação em tratar dilemas vividos pelos jovens. É importante mencionar que a escolha dos dois contos não foi ao acaso, ambos apresentam uma questão em comum, a transição da infância para a puberdade. Além disso, essas histórias abordam a questão da sexualidade, mas de maneiras distintas. Enquanto “A Bela Adormecida” espera amadurecer para despertar para o sexo, Chapeuzinho Vermelho precocemente se abre para as experiências da libido embora não esteja emocionalmente preparada. Por ser ainda muito jovem para lidar com essas questões, Chapeuzinho Vermelho é punida ao deixar-se seduzir pelo lobo enquanto em Bela Adormecida tem seu final feliz por esperar o momento certo. Fica claro também, o desejo de Chapeuzinho em sair a procura de aventuras, em busca do prazer e das “belezas do mundo”, enquanto Bela Adormecida passa seu período de transição de maneira passiva e tranquila.

Após essa breve análise sobre os contos de fadas referidos, podemos concluir a importância de tais para o aprendizado e desenvolvimento da criança e o auxílio na formação da personalidade de todos os indivíduos. Por não conter simbologias semelhantes a essas, Bettelheim critica as histórias infantis modernas, segundo esses novos contos tentam ser politicamente corretos e com isso cumprem apenas a sua função de entretenimento. Portanto, por não tratarem desses dilemas vividos pelo homem, seu papel não auxilia no caminho da auto-descoberta.

Com isso, concluímos que é necessário incentivar a leitura dos contos de fadas evitando que essa tradição desapareça, preservando assim um aspecto importante da nossa cultura. Além de ajudar as crianças psico-pedagogicamente.

Referência bibliográfica

BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASHDAN, Sheldon. **Os 7 pecados capitais nos contos de fadas**: como os contos de fadas influenciam nossas vidas. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. **O Conto de Fadas**. São Paulo: Ática, 1987

PERRAULT, Charles. **Contos**. Lisboa: Estampa, 1977.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

Francisco de Holanda e a Transposição do Ideal Clássico para Portugal

Rogéria Olimpio dos Santos*

Resumo: O modelo clássico italiano aportou em Portugal de forma pontual desde o reinado de D. João II, intensificando-se com D. João III. O artista português Francisco de Holanda (1517-1584) ao regressar de sua viagem à cidade de Roma, como integrante da comitiva do embaixador D. Pedro de Mascarenhas, escreveu o tratado ‘Da Pintura Antiga’. Neste tratado, ao escrever sobre a arte da pintura, sobre o pintor e sobre os preceitos da pintura, Francisco de Holanda busca colocar em discussão em sua pátria, as questões relativas à ‘pintura antiga’, aquela feita na Grécia e na Roma antigas, berço da arte clássica. Este artigo se propõe a analisar a transposição feita por Francisco de Holanda deste ideal clássico para Portugal.

Palavras-chave: Francisco de Holanda, Tratados de arte no Renascimento, História da arte portuguesa.

Abstract: The classic italian model arrived in Portugal in a timely fashion since the reign of King John II, escalating with D. John III. The Portuguese artist Francisco de Holanda (1517-1584) returning from his trip to Rome, as part of the retinue of the ambassador D. Pedro de Mascarenhas, wrote the treatise 'Da Pintura Antiga'. In this treatise, when writing about the art of painting, about the painter and the precepts of painting, Francisco de Holanda tries to bring to the discussion in his homeland, the issues of 'old paint', one done in ancient Greece and Rome, cradle of classical art. This article aims to analyze the transposition made by Francisco de Holanda this classical ideal for Portugal.

Keywords: Francisco de Holanda, Treats of Art in Renascence, Portuguese History of Art.

Introdução

Francisco de Holanda foi pintor, arquiteto, medalhista, desenhista, decorador e tratadista. Nasceu em Lisboa no ano de 1517, filho do pintor e iluminador Antônio de

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Holanda. Foi colocado, quando ainda adolescente em Évora, como moço de câmara do Infante D. Fernando e depois do Cardeal Infante D. Afonso, ambos irmãos de D. João III. Ocupou este lugar até partir para a Itália em 1537 integrando a comitiva do embaixador D. Pedro de Mascarenhas com o objetivo de estudar a arte da pintura na Itália renascentista. Era um artista que combinava um profundo estudo da antiguidade com uma liberdade formal e reutilização interpretativa dos componentes da pintura. Dessa viagem resultaram um álbum de desenhos (Álbum dos desenhos das antigualhas – Biblioteca do Mosteiro do Escorial na Espanha), e a redação dos tratados *Da Pintura Antiga*, *Diálogos em Roma* e *Do tirar pólo natural*.

Esta pesquisa tem por fim analisar brevemente as relações entre Roma e Portugal durante o século XVI no âmbito da tratadística artística centrada na figura de Francisco de Holanda.

Contatos iniciais

D. João II assumiu o trono português após a morte de D. Afonso V em 1481 e iniciou neste mesmo ano a instalação das cortes em várias cidades do país com o objetivo de defender a centralização do poder. Em 1485, ciente da importância que Portugal estava adquirindo junto às outras cortes europeias e desejoso de marcar definitivamente seu nome na história do país, D. João II optou por alterar as armas reais do escudo de Portugal. Segundo o historiador Diogo Ramada Curto (CURTO, s/d.: 326), a alteração das armas e a adoção de um novo modelo de moeda se incluem entre as diversas ações destinadas a recriar a imagem do rei e a inserir Portugal no ambiente moderno em que a Europa se encontrava neste momento.

O historiador da arte Paulo Pereira afirma que D. João II apresentava um gosto artístico vanguardista, que aliava a convivência do “vernacularismo português quatrocentista e a sua cultura gótica [...] com influências italianizantes e com os novos contributos flamengos, enquanto nas letras se poderá falar já de um contexto pré-humanista” (PEREIRA, s/d.: 375). Essas primeiras influências advindas da Itália não atingiram profundamente o território português. São influências pontuais, passíveis de serem percebidas em um enriquecimento da iconografia religiosa, mas incapazes de alterar a estética gótica, ainda forte no país.

O gosto florentino presente na corte de D. João II era fruto da associação da monarquia lusa com mercadores italianos influentes, o que resultou na intermediação de contratos com artistas italianos como, por exemplo, o do escultor Jerônimo Sernigi Sansovino

que, vindo de Florença, permaneceu nove anos em Portugal desenvolvendo atividades ‘ecléticas’, as quais incluíam desde o traçado de túmulos até trabalhos de engenharia. A coroa portuguesa neste período interessava-se por desenvolvimentos técnicos nesta área.

D. João II morreu em 1495 e deixou o trono em testamento para D. Manuel, seu primo, que deu continuidade ao projeto de mudança da imagem de Portugal. D. Manuel criou uma verdadeira mitografia em torno do seu nome, mostrando-se empenhado tanto em legitimar seu poder, visto que assumiu o trono por via indireta e não por uma sucessão dinástica, como no que Pereira define como sendo a “refundação da dinastia de Avis em termos simbólicos e figurativos” (PEREIRA, s/d.: 377).

D. Manuel buscou a unificação do reino criando uma identidade que não somente fosse partilhada por todos, mas principalmente que fosse uma identidade baseada numa multiplicidade de suportes de representação. Deste empreendimento resultou uma série de símbolos agregados aos diversos documentos da coroa, além de outras iniciativas reais. Por este motivo, a iluminura foi uma das artes mais desenvolvidas no período manuelino, influenciada pela estética nórdica e flamenga representada, por exemplo, pelo trabalho de estrangeiros como Antônio de Holanda, pai de Francisco de Holanda.

D. Manuel utilizou sistematicamente a representação, nas documentações importantes emitidas por ele, tanto da esfera armilar, ou esfera dos matemáticos, conferida a ele por D. João II, como da Cruz de Cristo, símbolo da Ordem de Cristo, da qual D. João II fez dele governador. Essas representações, assim como a inclusão destes mesmos símbolos nas edificações que patrocinava provocaram, juntamente com a difusão de uma variante portuguesa do gótico tardio e da implantação dos pelourinhos, símbolos de soberania a cargo do poder municipal, a unificação da paisagem artística e monumental portuguesa, dando origem ao que ficou conhecido como estilo manuelino.

A transição para o modelo mais classicizante ocorreu gradativamente no transcurso dos trinta primeiros anos do século XVI e pode ser mais bem percebido nas parcerias estabelecidas nos *ateliers* dos artistas que durante este período se povoaram de colaboradores e discípulos. Por este motivo, Pereira afirma que a entrada efetiva do Renascimento no cenário português fez-se de forma experimental e isolada, num contexto em que a arte portuguesa transitava entre o perifерismo e a fuga a esse perifерismo, percebida através da presença concomitante de estilos distintos como o “manuelino”, o “estilo chão”, o Renascimento e o maneirismo teórico de Francisco de Holanda (PEREIRA, s/d.:388).

Portugal e o Renascimento

Segundo o historiador António Rosa Mendes, os primeiros sintomas da mudança que fará Portugal participar do Renascimento europeu podem ser percebidos já na transição do século XV para o XVI, mas estes fatores propiciadores de tal inserção são de duas ordens distintas. O primeiro refere-se ao estudo das letras, dos *studia humanitatis*, “ou ideal de uma formação literária adquirida mediante a leitura, o comentário e a imitação dos grandes autores greco-latinos” (MENDES, s/d.: 333). O segundo conjunto de fatores, existente somente na Península Ibérica, estava ligado ao domínio da relação do homem com a Natureza e o Cosmos, possível pela expansão marítima.

Mendes entende esta característica dos portugueses navegadores como sendo um humanismo baseado na experiência humana, na mudança da relação do homem com o Mundo, que não procura simplesmente a imitação dos antigos, ao contrário, se volta para o futuro e fundamenta o antropocentrismo típico do humanismo. Confluem no sentido de um humanismo global por convergirem para valores centrados no homem. Este humanismo prático que valorizava a experiência empírica proclamava a superioridade dos modernos sobre os antigos demonstrando uma visão de progresso voltada para o futuro. Já o humanismo histórico-filológico-retórico demonstrava uma ‘modernidade’ em comparação com o período medieval, porém se fixava “à concepção tradicional de que o saber não se produz, antes se acha depositado no reduzido continente de uns escassos livros, donde há que resgatá-lo” (MENDES, s/d.: 337).

Para Kristeller,

... os resultados conseguidos por uma certa nação ou por um dado período em ramos particulares da cultura dependem não só de talentos individuais, mas também dos canais profissionais disponíveis pelos quais estes talentos podem enveredar, ou das tarefas para as quais podem ser preparados. (KRISTELLER, 1995: 20)

Se as navegações foram responsáveis pela instituição em Portugal de um humanismo de caráter prático, foi a resposta econômica obtida com essas navegações que contribuíram para que aportassem em Portugal diversos humanistas provenientes da Itália.

A influência do humanismo italiano em Portugal pode ser percebida ainda que de forma restrita, já durante o reinado de D. Afonso V. Em meados do século XV, Mateus Pisano e Justo Baldino fixaram-se na corte, encarregados de traduzir para o latim a história da

conquista de Ceuta e as crônicas dos reis de Portugal. O siciliano Cataldo Sículo chegou a Portugal por volta de 1485 convidado por D. João II e ali exerceu o magistério. Contam-se entre seus alunos D. Jorge, filho bastardo do rei; o herdeiro D. Afonso e o fidalgo D. Pedro de Meneses que teria se destacado pela precocidade nos estudos recitando uma oração de sapiência aos dezessete anos perante o Estudo Geral (Universidade) de Lisboa. O estudo das letras permitia ao homem a elevação da condição da barbárie, o rompimento com o classicismo medievo e a incorporação do ideário humanista no clássico. A gramática era entendida como “a chave para a reforma cultural e moral do homem” (MENDES, s/d.: 333-334). Outro personagem importante de que se tem notícia é o poeta Angelo Poliziano pertencente ao círculo dos Médici em Florença. D. João II recebeu deste poeta uma proposta de uma obra em verso destinada a exaltar as façanhas e empreendimentos deste soberano, entendendo como elemento principal nestas ‘façanhas’ as navegações (CURTO, s/d.: 326; DESWARTE, 1995: 517).

Em 1515 D. Manuel enviou à Corte do Papa Leão X uma embaixada que tinha como primeiro embaixador o bispo português D. Miguel da Silva. Em Roma D. Miguel conviveu com diversas figuras do humanismo entre as quais Baldassare Castiglione que posteriormente lhe dedicou seu livro *Il Perfetto Cortegiano*. Este livro, fundamental para a cultura renascentista, insere-se na tratadística de comportamento e relata em forma de diálogos os acontecimentos ocorridos durante quatro dias do ano de 1506, na corte de Guidobaldo da Montefeltro, o duque de Urbino.

Segundo Kristeller, os diálogos e os tratados representam a expressão mais ampla e direta do pensamento humanista, uma vez que estes se ocupam tanto de questões morais como problemas pedagógicos, políticos e religiosos (KRISTELLER, 1995: 24). A historiadora Sylvie Deswarte afirma que *O cortesão* de Castiglione é o retrato do homem social ideal, mas também é uma obra que contribuiu para a divulgação das teorias artísticas e neoplatônicas na Europa (DESWARTE, 1995: 517). Em Roma, D. Miguel da Silva conheceu também os artistas Rafael e Ticiano e frequentou os círculos intelectuais dos Médici e dos Farnese.

D. Miguel da Silva permaneceu em Roma dez anos e, ao voltar a Portugal em 1525 sentiu-se “naturalmente deslocado num ambiente onde prevaleciam valores ainda cavaleirescos e de onde o sentido humanista e antiquizante da cultura renascentista ensaiava os seus primeiros passos” (PEREIRA, s/d.: 387). Trouxe consigo de regresso à pátria sua rica biblioteca, na qual se encontravam obras como *Paraphrasis in Politicum Platonis* de Francesco Cattani da Diacceto, discípulo, amigo e sucessor de Marsilio Ficino entre outras de

cunho neoplatônico (DESWARTE, 1995: 517). Assumiu durante os quinze anos seguintes em que passou em Portugal, uma política cultural de contornos revolucionários, o que incluía um arquiteto privativo de origem italiana, Francesco Cremona. Com os serviços deste recriou em sua propriedade em São João da Foz um ambiente classicista e antiquizante de matizes arqueológicos.

O período em que D. Miguel da Silva viveu em Roma compreendeu três pontificados: o de Leão X, o de Adriano VI e o de Clemente VII. Tendo retornado a Portugal antes do saque sofrido pela cidade de Roma em 1527, a imagem que D. Miguel possuía dessa cidade e transmitida ao círculo também frequentado por Francisco de Holanda junto à corte era a imagem da cidade feliz e brilhante do tempo entre aqueles três pontificados (DESWARTE, 1989: 7). Deswarte acredita que o fato de D. Miguel ter caído em desgraça junto ao rei D. João III, seja o motivo de não haver nenhuma referência a ele na obra de Francisco de Holanda.

D. João III assumiu o trono em 1521 e empreendeu um processo de modernização de Portugal durante o século XVI que buscava a instituição de novos focos de cultura no país. Esbarrou, porém, na escassez de recursos humanos existentes em Portugal. Para resolver tal problema D. João III investiu na formação de portugueses no exterior e na busca de professores estrangeiros dispostos a lecionar em Portugal. Em 1527 iniciou o envio de alunos bolsistas à França e durante o período que compreendeu o início desta prática e o ano de 1547, fundação do Colégio das Artes de Coimbra, a vida cultural portuguesa deslocou-se para o campo do humanismo histórico-filológico caracterizado pelo combate ao luteranismo e às teorias que poderiam conduzir a ele. O humanismo português assumiu durante as décadas de 30 e 40 do século XVI um caráter de resistência à Reforma protestante, entendida pelos portugueses como destruidora da unidade cristã.

A estética renascentista de origem italiana percebida nas obras de inspiração classicizante que começaram a surgir em Portugal por motivos vários desde os últimos anos do século XV tornou-se oficialmente adotada durante o reinado de D. João III. Vilela cita Vergílio Correia para explicar os fatores responsáveis pela introdução do Renascimento em Portugal. Estes fatores seriam

[...] a extensão do movimento literário venerado da antiguidade, vivificando o ambiente humanista que o mundo latino respirava; as relações políticas, sociais e religiosas com a Itália; o desenvolvimento das riquezas e da vida cortesã; a vinda de artistas italianos e a ida de artistas peninsulares a Itália. Podemos acrescentar à menção dos italianos, aventureiros ou contratados, a dos artistas franceses e

Por essa diversidade de fontes e de orientações, a definição de uma data de entrada oficial da arte renascentista em Portugal torna-se difícil. Com relação ao intercâmbio de artistas, Pero d’Evora, Simão o Português, Afonso Castro e Eduardo o Português trabalharam na Flandres, enquanto Vitor Vizeti, Roëlfe Van Velpen, além de outros artistas flamengos que se limitaram a curtas estadias, trabalharam em Portugal. Seria por esta porta e não diretamente da Itália que a pintura do Renascimento teria entrado em Portugal.

O modelo clássico e o Maneirismo

O Renascimento enquanto fenômeno cultural e ideológico italiano, fundamentado na cultura clássica e difundido pelo humanismo se expandiu de forma desigual no tempo e no espaço e a cultura artística portuguesa, ainda arraigada ao Gótico internacional e aos modelos nórdicos, recebeu tardiamente as influências renascentistas. O pensamento humanista floresceu em círculos restritos, mas a atividade artística resistiu à mudança de valores. Vilela lembra que as primeiras obras efetuadas neste estilo clássico por arquitetos portugueses, como por exemplo, a Igreja da Graça em Évora, apresentam uma estética mais maneirista do que clássica (SERRÃO, 1983: 32; VILELA, 1982: 13).

Para Serrão, o Maneirismo assinala

[...] a mais radical *ruptura* que a História de Arte já experimentou ao assumir-se em processo de rebelião deliberada contra as estruturas humanísticas que o Alto Renascimento havia organizado, e ao acentuar – pela primeira vez – uma consciente desarticulação do código clássico legado pelos mestres renascentistas. (SERRÃO, 1982: 21-22)

Já Silva o define como

Tendência artística do século XVI, de raiz italiana e difundida depois na Europa transalpina, que inicialmente se desenvolveu a par do Gótico Tardio e das convenções renascentistas diluindo-se gradualmente no âmbito da arte barroca. (SILVA, 1996: 21)

Durante muito tempo o Maneirismo foi entendido como uma degenerescência do Renascimento. Somente no século XX com os estudos desenvolvidos principalmente por

Dvorák o Maneirismo foi reabilitado, apesar de permanecer ainda os questionamentos com relação ao pertencimento deste ao Renascimento ou como estilo posterior ao Alto Renascimento.

Serrão lembra que é de fundamental importância para o entendimento do Maneirismo enquanto produto cultural e artístico analisá-lo como fenômeno partícipe da complexa realidade histórica do século XVI europeu. Este período foi marcado pelo que este autor chama de ‘agudíssimas convulsões sócio-políticas’, e nestas convulsões inserem-se o saque de Roma pelas tropas do imperador Carlos V em 1527, e a matança ocorrida na noite de S. Bartolomeu em Paris em 1572. Este também é o século da crise religiosa provocada pelos movimentos da Reforma Protestante, da Contra-Reforma católica e pelo Concílio de Trento. No campo econômico, assiste ao surgimento do capitalismo monopolista. Além disso, as novas formas de movimentação e de concentração do poder econômico e a incrementação da produção agrícola por parte dos senhores feudais provocaram uma desestabilização do quadro sócio-econômico continental em virtude do aumento dos preços, da falência dos que dependiam dos serviços da terra e das insurreições camponesas (SERRÃO, 1983:25).

Os ideais renascentistas de serenidade perderam espaço diante do estado crítico de insegurança em que a Europa transitava em busca de uma revisão radical de valores. Um período tão conturbado não permitia que o homem encontrasse suporte nos conceitos humanistas “de equilíbrio, de normatividade e de ordem, de conciliação entre o homem e a natureza, de confiança humanística na razão, de repousante culto da harmonia e da ‘beleza regular’” que caracterizou o Renascimento (SERRÃO, 1983:27). Ao romper com o Renascimento, o Maneirismo nega o sentido naturalista e clássico e assume uma postura baseada na concepção da obra artística enquanto produto intelectual e não somente imitação da natureza. Hauser lembra, porém, que a linguagem formal do Renascimento é mantida. “Permanecem intactos esquemas compositivos, ritmo linear, estrutura monumental e ostentação de dinamismo, majestosos tipos humanos e pretensiosas encenações” (HAUSER, 2003: 231), mas todos esses esquemas perdem o significado que tinham no período clássico. A linguagem formal é mantida, mas existe um contraste com relação aos impulsos que animam os artistas maneiristas. Estes artistas estavam conscientes das contradições da vida e, ao invés de mascarar ou silenciar essas contradições, optaram por acentuá-las e exacerbá-las.

A tratadística da arte

Inserem-se no contexto do Maneirismo as discussões entre os tratadistas do período com relação à individualização do artista, à luta pela mudança de seu estatuto na sociedade e pela sua liberdade em relação às corporações. No que diz respeito a Portugal, Serrão lembra que outras questões, além das já citadas acima, fazem parte do arcabouço teórico a ser discutido pelos maneiristas como a ideologia da clientela, as opções iconográficas, o nível econômico das empreitadas, a cooperação oficial e as ideologias inerentes ao ato criador (SERRÃO, 1982: 15).

A difusão da cultura do Renascimento em Portugal passa principalmente pelo conhecimento de tratados de teoria artística. Com relação ao estudo do gênero literário da tratadística Kristeller afirma que

[...] os tratados humanísticos são importantes por muitas vertentes e merecem um estudo mais aprofundado do que aquele até agora feito. Agradam pela elegância e pela clareza do estilo, pelo seu gosto vivamente pessoal e histórico, e ainda em virtude de uma sua clássica sabedoria bem selecionada e madura. Revelam igualmente ou expressam interessantes opiniões sobre questões que ocupavam o coração e a mente dos autores e dos seus contemporâneos. (KRISTELLER, 1995: 25)

Entre as questões que ocupavam a mente e o coração dos artistas de meados do século XV e do XVI, se encontra a organização das regras que visavam à prática artística. Nesse sentido, os tratados de arte devem ser entendidos como ‘prescrição’. E, o tratado de arquitetura do romano Vitrúvio é de particular importância para os artistas e teóricos desse período.

Vilela descreve o *De Architectura libri decem* como um livro “que se limitava a compilar fontes do período helenístico” e por este motivo não seria objeto de interesse dos arquitetos romanos do império de Augusto, apesar de ter tido sorte diversa a partir do século V da era cristã sendo preservado e estudado nos mosteiros mas não utilizado nas obras teóricas medievais. É Leon Battista Alberti quem o utiliza como fonte do pensamento e da ação artística, fazendo dele a base do sentido de ‘romanidade’ em que se baseia o segundo Renascimento arquitetônico que tem em Bramante seu apogeu.

O exemplar mais antigo da obra de Vitruvius de que se tem notícia em Portugal é a edição florentina de 1522. Em 1541 Pedro Nunes estava trabalhando numa tradução da obra. Além de Vitruvius, outros tratadistas conhecidos em Portugal no século XVI, foram o próprio Alberti e Sagredo. As obras *De re aedificatoria* e *Trattato della Pittura* de Alberti eram conhecidas em Portugal no século XVI e foram traduzidas por André de Resende em 1541 a pedido de D. João III sem que, no entanto, tenham sido publicadas. Já *Medidas del Romano*

de Diego de Sagredo, publicado em 1526, é considerado o primeiro livro da península ibérica de teoria estética da arquitetura com intenção de restaurar os cânones vitruvianos. São conhecidas em Portugal edições realizadas por Luís Rodrigues, impressor do rei, datadas dos anos de 1541 e 1542. Outro autor citado, e talvez introduzido em Portugal por Francisco de Holanda ao regressar da Itália é o bolonhês Sérlio. Sua obra *De Architettura* influenciou a arquitetura portuguesa do final do século XVI.

Serrão comenta que a par das obras inspiradas no classicismo, percebe-se em alguns círculos eruditos e aristocráticos, em especial nas cidades de Lisboa, Coimbra e Évora, “uma convicta captação de programas teóricos anticlássicos dimanados da Itália maneirista” (SERRÃO, 1982: 20). E, um dos difusores deste processo de assimilação do maneirismo foi Francisco de Holanda.

Francisco de Holanda

A historiografia da tratadística da arte torna possível ao pesquisador adentrar no mundo da arte e do artista por uma porta distinta daquela que se abre ao observador diante de uma obra de arte. O processo de elaboração da obra de arte, o espaço no qual o artista transita, o arcabouço teórico de que este se serve para concretizar o processo criativo se tornam palpáveis nos tratados de arte.

Francisco de Holanda deixa entrever através da sua escrita os elementos constitutivos da sua concepção artística, os diálogos e estudos estabelecidos e efetuados por ele em seu percurso. O período de sua juventude em que viveu na cidade de Évora é de fundamental importância para a consolidação da sua formação intelectual. Os humanistas e artistas que transitavam então por aquela cidade criaram um ambiente propício para que Holanda se interessasse não somente pela pintura antiga como também pelo ambiente que reinava na cidade de Roma, tida por ele como o berço desta pintura. Esses contatos foram ainda responsáveis pela recepção que Holanda teve quando de sua estadia em Roma. O círculo com o qual conviveu, por intermédio principalmente de D. Miguel da Silva, permitiu que ele se encontrasse com grandes artistas e humanistas daquela cidade.

Percebem-se em seu tratado as mesmas preocupações retóricas e científicas que podem ser encontradas nos escritos dos humanistas de seu tempo, permeadas, no entanto, pelos questionamentos decorrentes das alterações que a Igreja Católica vinha ensaiando em função da Reforma Protestante e que culminariam no Concílio de Trento. Estão presentes em

seus tratados as discussões inspiradas na *História Natural* de Plínio em torno da origem da arte da pintura, seu status na antiguidade, o nível que atingiu na Grécia helênica – sendo este nível mantido em Roma – assim como a constatação de que esta arte entrou em decadência nos anos que se interpuseram entre a queda do Império Romano e o alvorecer da modernidade européia a partir do século XIII. Toda essa teoria da origem da arte vem impregnada porém, da religiosidade vigente na península ibérica, responsável pela negação de alguns elementos do humanismo de Erasmo de Roterdã e pela adoção de termos e conceitos especificamente ligados aos teólogos medievais da Igreja.

Francisco de Holanda está inserido em um momento histórico em que os artistas italianos e flamengos, em sua maior parte patrocinados por nobres ou grandes mercadores, buscavam uma emancipação da rígida legislação que vigorava nas corporações de ofício. Este processo, o qual teve início através da própria emancipação das artes em busca da sua inserção no quadro das artes liberais contou com toda uma alteração do arcabouço teórico sobre o qual o artista deveria se movimentar. A matemática deveria ser dominada em função do uso da perspectiva, inventada por Brunelleschi, a qual contribuiu para alterar o modo como o homem se via através das imagens que tinha diante de si. Alterando-se o olhar, percebem-se novas características do objeto observado e neste momento nota-se que os recursos estilísticos e gestuais dos oradores e poetas seriam úteis para que a história contada nos quadros atingisse o objetivo a que se destinava, ou seja, tocar o expectador não somente pela imagem, mas também pela reflexão intelectual que se impusera com essa nova forma de organização visual.

Os manuais de arte que circulavam durante a Idade Média e que somente prescreviam sobre o fazer artístico são substituídos pelos tratados que ditam não somente o modo de fazer, mas o que seria necessário para que o artista fosse visto pela sociedade como digno do título de profissional liberal, livre das injunções impostas pelas corporações, pelas guildas. Daí a organização geral dos tratados nos três eixos que lidam com o que é a arte – neste caso específico, a arte da pintura –, quem é o artista ou como ele deve ser – aí entra os caracteres responsáveis pela formação do mesmo – e, como a obra de arte, esta obra moderna, livre dos elementos medievais que impediam o seu renascer, devia ser executada.

O primeiro a escrever desta forma foi o italiano Leon Batista Alberti, dedicado ao seu amigo Brunelleschi o *Da Pintura* foi o primeiro tratado a versar sobre a arte da pintura segundo os padrões humanistas do Renascimento italiano. Holanda não teve acesso ao seu tratado antes de escrever o *Da pintura antiga*, no entanto, muito do que foi tratado por Alberti pode ser percebido na obra de Holanda. Os anos que separaram as duas obras permitiram que

os preceitos e conceitos defendidos por Alberti já tivessem se tornado elementos comuns da formação do artista. Holanda distancia-se, porém, de Alberti, ao levantar questionamentos de ordem filosófica em seu tratado.

O círculo frequentado por Francisco de Holanda em Roma, do qual faziam parte Blosio Palladio, a marquesa de Pescara Vittoria Collona e o próprio Miguel Ângelo, inseria-se no grupo dos humanistas influenciados ainda pelo neoplatonismo da Academia de Florença dirigida por Marsílio Ficino. A identificação na obra de Holanda do conceito de *idea* derivado do pensamento platônico, assim como as citações referentes a diversos autores trabalhados por Ficino na sua tentativa de assimilação da doutrina platônica e da cristã dentro de um mesmo corpo teórico deixa entrever o quanto o neoplatonismo impressionou Holanda e ao mesmo tempo o quanto Holanda se aproxima da teoria artística defendida por Vasari inserindo-se, portanto, não mais entre os renascentistas mas sim entre os maneiristas em virtude dos questionamentos que perpassam sua obra.

Holanda justifica as suas ideias no que se refere à emancipação do artista, como elementos necessários para que, não somente ele – o artista, mas principalmente a arte antiga, aquela feita pelos italianos, derivada da produzida pelos gregos na antiguidade, fosse conhecida, reconhecida e valorizada em Portugal. Queixa-se em diversos momentos do descaso com que a pintura, essa nobre arte era tratada em seu país.

Para sanar a deficiência de formação dos pintores, os quais em sua maioria não conheciam o modo grego de pintar, Holanda em sua viagem a Roma, faz uma série de desenhos, resultantes da pesquisa efetuada por ele em busca dos preceitos que os antigos pintores utilizavam em suas obras. Registra esculturas, pinturas, construções que correspondem àquilo que ele entendia como pintura antiga – uma vez que a escultura e a arquitetura também derivam do desenho, sendo por isso respectivamente citadas como ‘pintura esculpida em pedra’ e ‘pintura incorporada em matéria grossa’.

Delimita os preceitos em três: a invenção, a proporção e o decoro, sendo a invenção – ou a *ideia* – o mais importante. Holanda trata da criação artística, dos conhecimentos e elementos que o pintor deve dominar para fazer bem o seu ofício, levanta as posições e o modo em que as figuras deveriam ser retratadas em cada posição e cita toda uma série de temas religiosos sobre os quais o pintor deveria se debruçar em algum momento da sua vida.

Holanda não chega a publicar nenhum de seus tratados. Suas ideias e intenções de se criar em Portugal um ambiente propício para a execução da arte tal qual era desenvolvida na Itália não chegaram a frutificar. Após a morte de D. João III, seu mecenas, Holanda aos

poucos cai no ostracismo, relegado a funções menores dentro da corte em virtude dos muitos serviços prestados à Coroa portuguesa.

Numa última tentativa de executar a sua nobre arte da pintura oferece seus serviços a Filipe II da Espanha. No entanto, nunca se recupera das críticas sofridas pelos padres tridentinos que condenavam em sua obra as referências à *idea*, aos ideais de valorização do pintor alçando-o à condição do filósofo, do teólogo e do profeta por se aproximar do criador, criando enquanto criatura, enquanto *anima*, a pintura dita inanimante. É condenado também pela exaltação do modelo que ele entende que deve ser seguido por todo pintor, o artista florentino, o divino Miguel Ângelo Buonarroti, considerado o mais controverso de todos pela Contra-Reforma.

Esquecido por muitos e por muito tempo, a obra de Holanda mostra uma faceta da produção artística portuguesa ainda não muito conhecida dos brasileiros. Esta pequena face, porém, mostra o caminho que a arte brasileira poderia ter tomado, se os acontecimentos tivessem ocorrido de outra forma.

Referências bibliográficas

ALVES, José da Felicidade. **Introdução ao estudo da obra de Francisco D’Holanda**. Lisboa: Horizonte, 1986.

CURTO, Diogo Ramada. Língua e Memória. In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. No alvorecer da modernidade. Vol. 3. Lisboa: Estampa, s/d.

DESWARTE, Sylvie. **As imagens das idades do mundo de Francisco de Holanda**. Maia: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.

_____. **Il “perfetto cortegiano” D. Miguel da Silva**. Roma: Bulzoni, 1989.

DESWARTE-ROSA, Sylvie. Il modello italiano nell’arte. In: PICCHIO, Luciana Stegagno. **Il Portogallo**. 1. Dalle origini al seicento. Firenze: Passigli Editori, 2001.

_____. Neoplatonismo e arte em Portugal. In: PEREIRA, Paulo (dir.). **História da arte portuguesa**. 2. v. Do “modo” gótico ao maneirismo. Lisboa: Círculo de leitores, 1995.

HAUSER, Arnold. O conceito de Maneirismo. In: ARGAN, G. C. **História da arte italiana: De Michelangelo ao Futurismo**. V. 3. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

KRISTELLER, Paul Oskar. **Tradição clássica e pensamento do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 1995.

MENDES, António Rosa. A vida cultural. In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. No alvorecer da modernidade. Vol. 3. Lisboa: Estampa, s/d.

PEREIRA, Paulo. A conjuntura artística e as mudanças de gosto. In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. No alvorecer da modernidade. Vol. 3. Lisboa: Estampa, s/d.

SERRÃO, Vítor. **A pintura maneirista em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

_____. **O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses**. Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1983.

SILVA, Jorge Henrique Pais da. **Estudos sobre o Maneirismo**. 3. ed. Lisboa: Estampa, 1996.

VILELA, José Stichini. **Francisco de Holanda: vida, pensamento e obra**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/arte/062/bb062.pdf>. Acesso em: 19 de mar. 2009.

Documentos primários

ALBERTI, Leon Battista. **Da pintura**. Trad. Antônio da Silveira Mendonça. 2 ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

HOLANDA, Francisco. **Álbum dos Desenhos das Antigualhas**. Introdução e notas: José da Felicidade Alves. Lisboa: Horizonte, 1989.

_____. **Da pintura antiga**. Lisboa: Horizonte, 1984.

_____. **Diálogos em Roma**. Lisboa: Horizonte, 1984.

À Flor da Pele: “Amuada” de Belmiro de Almeida e o retrato de mulher *fin-de-siècle*.

Samuel Mendes Vieira *

Resumo: Este artigo busca compreender em que condições foi retratada a mulher na arte brasileira das duas últimas décadas do século XIX e na primeira década do século XX. Para isso, partimos da tela “Amuada”, de Belmiro de Almeida, pois nela o artista utiliza uma mulher para representar o sentimento usado como título do quadro. Inicialmente faremos uma descrição da obra e de suas particularidades formais. Em seguida, buscaremos apresentar a relação que esta obra possui com as demais obras do pintor mineiro e, por fim, apresentaremos a ligação da obra com a literatura e seu contexto social, sobretudo a sua relação com o comportamento e a imagem da mulher *fin-de-siècle*.

Palavras-chave: Amuada, Belmiro de Almeida, Mulher, Arte Brasileira, século XIX.

A obra e o artista: fragmentos de uma simbiose

Partindo de um olhar inicial sobre “Amuada”, obra do artista mineiro e professor na Academia Imperial de Belas Artes, Belmiro Barbosa de Almeida Júnior (Serro, MG, 1858-Paris, FR, 1935), leva-nos a encaixá-la na categoria de pintura de gênero, por se tratar da representação de um episódio intimista, doméstico e por retratar uma sensação subjetiva. A figura da moça cabisbaixa sentada em posição frontal ao expectador, com as mãos repousadas sobre o colo, foi a maneira que o artista elegeu para representar uma tristeza profunda d’alma. Amuar-se é o mesmo que aborrecer-se com algo ou alguém, enfadar-se, ressentir-se⁴⁴⁶.

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF/2012. Contato: smdo2277@hotmail.com.

⁴⁴⁶ FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro e GUIMARÃES, F. Marques. Dicionário brasileiro Globo. 28 ed. São Paulo: Globo, 1993.



Amuada, 1905/06. óleo s/ madeira 41x33 cm. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora – MG. Fonte: REIS JÚNIOR, 1984, p. 52.

Seu rosto esta coberto por uma expressão desoladora, numa mistura de consternação e tédio. Os olhos estão voltados para o rés-do-chão, não há gestos, não existe ação, o corpo encerra-se em si mesmo, numa profunda impotência. A narrativa da obra terminaria a partir destas observações para um olhar superficial, mas o que nos reserva um olhar mais atento e meticuloso? Que existe para além da tristeza dessa jovem mulher? O que fazer do entorno, que ambiente doméstico seria este? O que nos evoca as roupas, o requintado chapéu e a decoração?

Parece-nos que a verdadeira chave de leitura do quadro está em sua composição simples e na superfície decorativa ao redor da mulher. O artista compôs sua tela a partir de duas linhas, uma vertical e outra horizontal que se cruzam no meio da obra, exatamente sobre a mão da modelo, assim, quando o observador penetra na tela passando seu olhar pelo lado esquerdo superior logo se depara com sua expressão de tristeza, ligando a imagem ao título da obra. Outro aspecto, que numa observação mais profunda se nota, é a fatura da obra, nela é possível ver o contraste de cores frias e quentes distribuídas em pinceladas curtas e rápidas, formando pontos de cores contrastantes na superfície, o desenho da figura feminina é realista, muito embora a técnica pontilhista empregada pelo artista não deixe aparentar a delimitação do traço.

No entorno repara-se ao fundo uma parede com alguns desenhos pendurados, ao lado esquerdo da tela é possível ver a continuidade da cor amarela da parede com a cor do estofado, sob onde se misturam almofadas também amarelas e brancas. A *toilette* (vestuário) da moça é algo que nos prende e também nos fornece alguns dados sobre a cena. A dama porta um elegante chapéu de grandes abas, enfeitado com motivos florais cobertos por um

fino tule de seda que pende levemente sobre seu rosto. Suas roupas, a blusa branca com detalhes de renda e fita de cetim por todo corpinho, a saia longa de lã com debruns em tom de vermelho ocre e as botinhas marrons de couro, denotam bom gosto e recato, assim como todo ambiente que a cerca, além do gosto esses indícios denunciam claramente a figura em termos de classe e posição social. Não se trata apenas de uma simples moça triste, mas de uma dama abastada encapsulada em sua profunda consternação.

Mas a interpretação não se resume também apenas a composição, a moda e a decoração, certamente Belmiro de Almeida quis captar esses elementos e representá-los, mas não apenas se resumir a esses dados, de outra forma não teria enviado essa tela para o salão no ano de 1906, de maneira que nos parece ser o quadro fruto de um enunciado estético significativo.

Ao longo de sua obra Belmiro de Almeida se mostrou um artista eclético e dinâmico, nas palavras de Cardoso (2008), foi o exemplo de “artista que jogava nas onze posições”. Belmiro, além de pintor e professor, foi caricaturista, escultor e jornalista. Sua produção, desde “Arrufos” (1887), passando pela estátua do “Manequinho” (1911) até a curiosa tela “Mulher em círculos” (1921), é marcada por um repertório rico, variado e irrequieto. Artista cosmopolita, que se mantinha em uma ponte entre Rio de Janeiro e Paris, buscava implementar no cenário artístico brasileiro parte da realidade que via em transformação nos ambientes culturais europeus. Desde o ruidoso concurso de 1887, último do Império, em que perdeu sob protesto para o pintor Oscar Pereira da Silva (1867-1939), o artista manteve-se atualizado e ativo, mesmo com suas idas e vindas da Europa. Sua presença nas exposições ou mesmo em episódios como o do barracão do Largo de São Francisco no ano de 1890, era constante.

Nas últimas décadas do século XIX é possível lançar luz sobre um conceito de modernidade entre a classe artística brasileira. Com a proclamação da República o projeto de reforma da “velha” Academia se tornou algo mais concreto e o episódio gerou dicotomias entre a classe, havia aqueles que defendiam a dissolução da Academia por completo e outros que defendiam sua manutenção. Em recente trabalho de pesquisa Dazzi (2011) demonstrou como se deu a passagem da Academia Imperial de Belas Artes para Escola Nacional de Belas Artes, a pesquisadora apresentou em seu levantamento de fontes da época, que a reforma foi além da mera mudança de nome e também desmistificou a aura de continuidade que a crítica posterior ajudou a construir.

Na verdade, grande parte da mudança implementada concentrou-se na reformulação da grade de ensino, acrescentando e retirando disciplinas. O novo curso buscou contemplar uma formação que visava a originalidade e a individualidade do artista, pois se baseou na expectativa de formar artistas modernos, que não se concentrassem apenas em uma especialidade, mas ao contrário, que fossem capazes de dialogar com diversos gêneros, de se guiarem por suas impressões e sensações. E foi entre os jovens artistas que o meio artístico carioca encontrou seus ícones de modernidade. Nomes como o Henrique e Rodolpho Bernardelli, Rodolpho Amoêdo, Modesto Brocos, Pedro Weingärtner e o próprio Belmiro de Almeida foram alçados como exemplos de artista inovadores e possíveis iniciadores de uma moderna escola brasileira de arte (DAZZI, 2011, p. 32).

Portanto, ser moderno ao fim do século XIX era buscar transpor nas telas as impressões captadas do cotidiano, o artista devia estar preparado para absorver os fatos e momentos passageiros, atento principalmente ao ordinário da vida. As temáticas exploradas por Belmiro e a sua tela “Amuada”, exposta em 1906, demonstra a atualidade do artista junto aos apelos estéticos e poéticos de seu tempo como reza a cartilha baudeleriana: “*Il faut être de son temps*”.

Porta à dentro: as mulheres de Belmiro de Almeida.

A mulher é uma recorrência na história da arte ocidental seja como musa que inspira, seja como modelo para o artista. No repertório de Belmiro de Almeida também é possível notar uma preferência em captar as formas, gestos e sentimentos femininos, pois como pintor dedicou-se em grande parte a explorar temáticas de gênero de teor intimista.

A crítica ao final do século XIX já o ressaltava como um expoente desse gênero artístico. Gonzaga Duque fez de sua tela “Arrufos” (1887) um paradigma de modernidade na arte brasileira. O crítico ressaltou a audácia e inovação do artista em explorar um tema ligado à vida privada, numa tela de razoáveis dimensões (89 cm x 116 cm) Belmiro expôs as rugas entre um jovem casal burguês. A mulher debruçada sobre um estofado se debulha em lágrimas diante da notável indiferença estampada na face do alinhado rapaz sentado em um *fauteuil* e o mesmo tem à mão direita um cigarro, que só faz reforçar o prazer solitário em que está mergulhado. Distante do iminente destino de ambos e ausente do fino ambiente o distinto jovem só reforça o que o título da tela sugestiona, ou seja, um desgaste amoroso, um grave desentendimento.



Arrufos, 1887, óleo s/ tela, 89x116 cm Museu Nacional de Belas Artes, RJ. Fonte: REIS JÚNIOR, 1984, p. 27.

A figura da mulher de “Arrufos” é representada em prantos, a rosa despedaçada no chão, colocada em primeiro plano na tela, denuncia que foi atirada como resultado de um gesto de cólera da jovem indignada, provavelmente com algum episódio ocorrido fora da sala em que o casal é representado, quanto a isso ela diverge da tristeza demonstrada pela dama na tela “Amuada”. Em “Arrufos, a mulher demonstra visceralmente sua dor, enquanto a “Amuada”, apenas sente contidamente a sua desilusão. Essa visceral desilusão reaparece na tela “A má notícia” (1897), a mulher também se debruça sobre um *fauteuil* diante da carta que parece ter atirado ao chão.



Outra tela do artista em que a figura feminina é representada é “Efeitos de Sol” (1892), que apesar do nome de cunho impressionista, apresenta uma moça tragada por uma atmosfera plácida, inebriante, aqui a cena se passa no campo e a mulher retratada é uma camponesa. O sol que clareia a cena parece colaborar para a atitude reflexiva no semblante da jovem, que porta uma espécie de traje típico. A respeito dessa tela encontra-se na literatura sobre o artista a informação de que foi executada no período em que o mesmo esteve na Itália. A ela é possível associar outro quadro de título “Bom tempo (ou Idílio Campestre)” (1893), pois nota-se a recorrência da imagem da moça da primeira tela, nesta ela aparece ladeada por um rapaz que parece flertar ao “pé do ouvido” da jovem fazendo-lhe cócegas com um raminho, de forma que a faz esboçar no rosto um sorriso faceiro, nas mãos ela segura uma rosa, que tudo indica ser o sinal do enlace.

Essas duas telas, que pertencem ao Museu Nacional de Belas Artes, se juntam a outra pouco conhecida, de propriedade privada, citada em um artigo intitulado “Notícias Artísticas”, escrito por Armínio de Mello Franco no ano 1894⁴⁴⁷, quando foram apresentadas na Exposição Geral daquele mesmo ano. Na tela chamada “Nuvens” (1891), o casal camponês reaparece numa situação diversa da descrita no parágrafo anterior, nela eles estão distantes, a jovem camponesa parece tricotar num gesto de indiferença ao rapaz no fundo da cena, que sentado no poço de água aparenta estar na expectativa de alguma investida da camponesa.

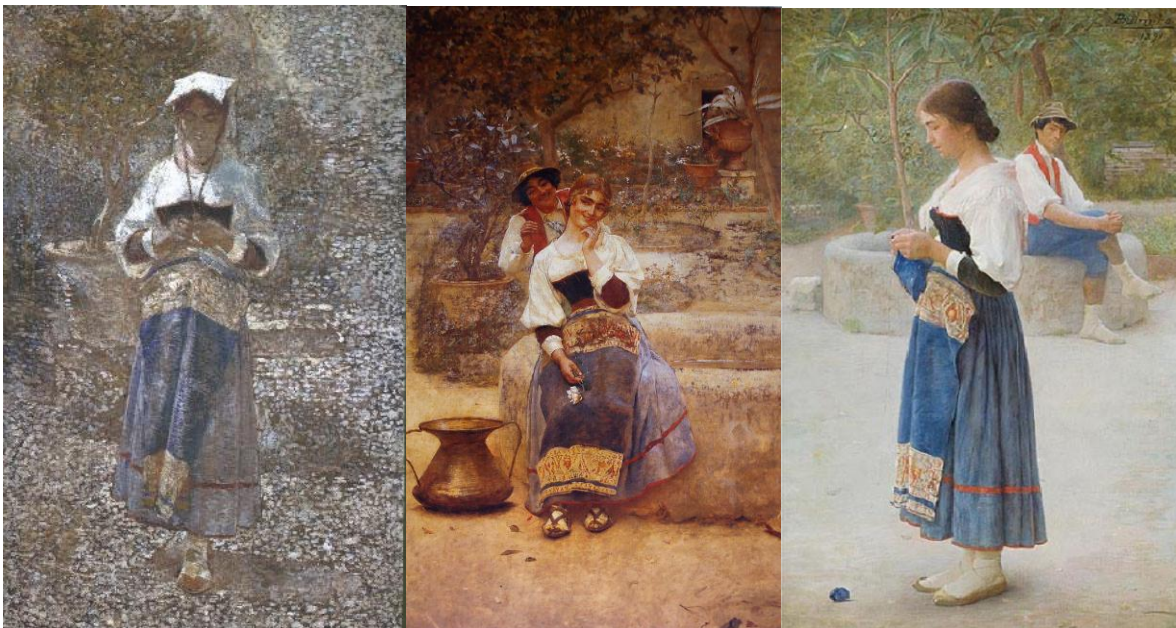
As telas parecem formar uma trilogia onde o tempo serve como metáfora para o progresso ou intempéries do amor. Teria o artista feito alguma alusão as telas “*Le progrès de l'Amour*” (1771-73) do pintor francês do século XVIII, Jean – Honoré Fragonard? Não temos como constatar a referência ao grande expoente da pintura Rococó, mas Belmiro aproximou a fatura das telas à pintura francesa do final do século XIX, a claridade e os tons que conferem frescor aos quadros lembram muito as telas do francês Puvis de Chavannes (1824-1898)⁴⁴⁸, como bem ressalta o próprio Armínio em seu artigo. Não podemos deixar de ressaltar também a técnica pontilhista empregada em “Efeitos de Sol”, assim como em “Amuada”, seus críticos

⁴⁴⁷ GIANNETTI, Ricardo (org). Notícias Artísticas por Armínio de Mello Franco: Comentário sobre a Exposição de pinturas de Belmiro de Almeida realizada na Escola Nacional de Belas Artes, em setembro de 1894. **19&20**, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./ dez. 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/amfranco1.htm>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2012.

⁴⁴⁸ Pintor ligado ao movimento impressionista francês.

contemporâneos e póstumos julgaram sua capacidade de executá-la como “digno de um enamorado do lirismo de Georges Seurat⁴⁴⁹” (REIS JÚNIOR, 1984, p. 56).

É interessante ressaltar que existe nessas representações um teor de crítica social, uma fina ironia com as situações cotidianas. Parece que Belmiro transpunha para as telas sua experiência como caricaturista, que lhe conferiu um olhar astuto para o ridículo das pessoas e da vida. O artista captava pontualmente as expressões dos sentimentos e as cristalizava em seus quadros, reverberando na sociedade da época os traços de seus próprios valores e convenções.



1- *Efeitos de Sol*, 1892, óleo s/ tela, 100 x 65 cm. Museu Nacional de Belas Artes, RJ. Fonte: REIS JÚNIOR, 1984, p. 38.

2- *Bom tempo (ou Idílio Campestre)*, 1893, óleo s/ tela, 152x89 cm. Museu Nacional de Belas Artes, RJ. Fonte: REIS JÚNIOR, 1984, p. 44.

3- *Nuvens*, 1891, óleo s/ tela, 130x85 cm. Fonte: Catálogo Bolsa de Arte Rio de Janeiro, leilão em agosto de 2008, lote 127. Fonte: disponível em <<http://www.bolsadearte.com/cotacoes/belmiro.htm>>.

⁴⁴⁹ Georges Seurat (1859-1891), pintor francês ligado ao impressionismo, conhecido por empregar a técnica pontilhista em suas telas



Jean-Honoré Fragonard. *Le progrès de l'amour: La poursuite*, 1771-73, óleo s/ tela, 318x216 cm. Frick Collection, NY



Jean-Honoré Fragonard. *Le progrès de l'amour: La surprise ou La rencontre*, 1771-73, óleo s/ tela, 318x244 cm. Frick Collection, NY

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012



Jean-Honoré Fragonard. *Le progrès de l'amour: L'Amant couronné*, 1771-73, óleo s/ tela, 318x243 cm. Frick Collection, NY



Jean-Honoré Fragonard. *Le progrès de l'amour: La lettre d'amouret*, 1771-73, óleo s/ tela, 318x215 cm. Frick Collection, NY

Outros folhetins: a temática intimista na pintura brasileira

Temas intimistas foram explorados por outros artistas brasileiros. São muitas as telas que demonstram cenas familiares, de casais, episódios domésticos e coletivos. Aqui escolhemos imagens de outros artistas que, assim como Belmiro, se dedicaram a explorar essa temática. Sobretudo, os artistas que exploraram a imagem da mulher.

Na tela “Saudades” (1899) de Almeida Júnior, uma mulher olha um pedaço de papel e chora contidamente. Ao que parece ela está olhando uma fotografia ou recebeu uma carta que a fez relembrar alguém ou algum acontecimento do passado. Diferente de Belmiro, o pintor paulista escolheu colocar esta mulher e este sentimento em um ambiente simples e rural, ela porta roupas simplórias, tem os cabelos levemente desalinhados, seu rosto não possui o frescor que o artifício da maquiagem confere, sua pele tem o tom ocre da terra e do tijolo aparente da janela em que escora seu corpo. As roupas escuras que veste denotam luto; seriam saudades do amado falecido?

O pintor Almeida Júnior ficou conhecido no século XIX por suas telas de temática caipira, e a crítica posterior a ele ajudou a consolidar sua imagem como a do artista que

retratou a alma do sertanejo, mas em toda a sua obra existe uma riqueza de temas, além da tela que mencionamos existe a obra “Leitura” (1892), onde num grande terraço a jovem senhora, sentada em uma refinada cadeira, se concentra na leitura de um livro. Ao fundo o artista representou a crescente cidade de São Paulo, a jovem retratada uma filha ou esposa de um homem de posses. Mais uma vez as mulheres aparecem representadas em cenas de contenção, introspecção e profunda sensibilidade, reforçando o discurso que define o universo feminino como o lugar dos sentimentos e não da ação, e da produtividade, que são ligadas muito corriqueiramente ao mundo dos homens.



Almeida Jr. *Saudades*, 1899, óleo s/ tela, 197x101 cm. Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo, SP. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de artes visuais.



Almeida Jr. *Leitura*, 1892, óleo s/ tela, 95x141 cm. Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo, SP. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de artes visuais.

Rodolpho Amoêdo, artista baiano, que foi professor e vice-diretor da Escola Nacional de Belas Artes, muito reconhecido por suas telas de gênero de história, também explorou em suas pinturas cenas de gênero. Entre suas obras mais reconhecidas e que hoje fazem parte da coleção do Museu Nacional de Belas Artes, está “Marabá” (1882), “O último Tamoio” (1883), “Morte de Atalá” (1883) e “Desdêmona” (1892). O pintor baiano foi pensionista da Academia entre os anos de 1879 e 1887 e em sua estadia em Paris o artista executou alguns anos antes de Belmiro de Almeida uma pequena tela também chamada “Amuada” (1882). Interessante é que na tela de Amoêdo é uma menina representada de perfil e cabisbaixa, com a delicada mãozinha segurando o queixo num sinal de aborrecimento, que encarna o sentimento. O fundo azul abstrato faz ressaltar a riqueza de detalhes do traje da pequena garotinha, um lindo vestido de veludo azul e detalhes brancos de uma rica broderi⁴⁵⁰ de puro algodão, o aventalzinho que cobre o vestido é brocado de dourado e carmim profundo, conferindo elegância ao traje da pequenina. Os cabelos negros meio presos com caixinhos na frente demonstram que foi penteada pela mãe ou pela preceptora, sim, pois trata-se de uma menina de uma família de posses, pelo menos é o que indica a alinhada veste. Estaria ela amuada pelo aprisionamento que as mesmas conferem? Teria ela sido reprimida por querer brincar livre e despojada? Não é possível saber, mas o artista quis cristalizar o amuo na atitude inconsolável de uma garotinha francesa.

“Recordação” (s.d.), também de Rodolpho Amoêdo, faz parte do acervo do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, assim como outros trabalhos do artista. Esta aquarela sobre papel, feita com grande acabamento no desenho, retrata uma jovem segurando um ramo de flores recostada em uma cadeira, numa pose típica de ateliê, seus olhos fitam algo que lhe passa pela memória, não mira um objeto específico, mas sim uma lembrança que lhe passa pela cabeça. A luz que adentra a sala pelos fundos cria uma atmosfera etérea e saudosista na tela reforçando o enunciado do artista. Mais uma vez a mulher aparece representando uma sensação subjetiva e emocional.

⁴⁵⁰ Também conhecido como Laise, enquadra-se na categoria de tecidos lisos, na alta-costura francesa esses tecidos são chamados *Tissu Uni*. A laise e outros tecidos de algodão porosos são classificados na subdivisão de tecidos lisos chamada de tecidos lenos, entre eles também estão a gaze, linho e cambraia de linho. CHATAIGNIER, Gilda. **Fio a Fio**: tecido moda e linguagem. São Paulo: Estação das Letras editora, 2006. p. 43.



Rodolpho Amoêdo. *Amuada*, 1882, óleo s/ tela, 72,8 x 48,6 cm. Museu Nacional de Belas Artes, RJ. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de artes visuais.



Rodolpho Amoêdo. *Recordação*, s.d., aquarela sobre papel, 52,5 x 45,5 cm. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora – MG. nº de Tombo 82.21.421

Outra grande tela de Amoêdo é “Más Noticias” (1895). Quadro que possui fatura controversa como ressaltou Cardoso (2008) em uma brilhante análise que fez da obra. Segundo o pesquisador na década de 1890 os artista brasileiros se esforçavam para adaptar técnicas impressionistas embora tardiamente. Num gesto contrário, Amoêdo realiza uma série de telas com temática doméstica onde retorna com os volumes contrastantes e linhas depuradas do desenho, junto a obras como “Retrato de senhora”, “Busto da senhora Amoedo” está “Más noticias”, figurando nesta fase do pintor.

Uma mulher fita o observador com olhos levemente umedecidos de emoção, provavelmente o conteúdo da carta que amassa entre os dedos da mão direita não a agradou, de forma que demonstra seu descontentamento repousando o rosto sobre a mão esquerda. Cardoso (2008) levanta uma hipótese bastante interessante a partir da interpretação que faz dessa obra do artista baiano. Numa tentativa de extrapolar a simples interpretação que aloca essas imagens em uma “gasta categoria de pintura de gênero”, o pesquisador lê “Más Notícias” como um “retrato psicológico”, mas como dizer que esta tela é um retrato? Qual seria a identidade da jovem retratada? O mesmo poderia ser indagado da tela de Belmiro? Quem é a dama aborrecida pintada pelo artista mineiro? Da mesma maneira que a jovem de Amoêdo parece “aprisionada pelo universo da convenção social elegante”, a dama representada por Belmiro aparenta estar entediada do entorno que a tolhe, que a circunscreve em valores restritos a atmosfera privada da casa, que se reverte em prisão.



Rodolpho Amoêdo. Más notícias, 1895, óleo s/ madeira, 100 x 74 cm. Museu Nacional de Belas Artes, RJ.
Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de artes visuais.

Literatura e pintura: a situação da mulher oitocentista

“Sentir, amar, sofrer, devotar-se, será sempre o texto da vida das mulheres”, esta frase do escritor francês Honoré de Balzac, sintetiza o que o destino e a sociedade oitocentista reservava as suas mulheres. O quadrilátero burguês, ou seja, a cidade se dividia em dois

mundos, um de esfera coletiva, quer sejam as avenidas, as ruas e vielas, onde pessoas de diferentes classes se misturavam e transitavam, nessa esfera está contido o mundo dos negócios, do trabalho, da produção de domínio masculino, a outra esfera era privada, lugar da casa, ambiente íntimo, lugar das emoções, da maternidade do casamento, espaço da feminilidade. Segundo Gilda de Melo e Souza (2005), a cidade,

fornecia com mais facilidade e mais barato o pão, a fazenda, a renda, o vestido feito, o chapéu, e a crescente especialização das funções criava uma série de novos empregos, tanto nas fábricas, como nos lares, preenchidos pelas mulheres do novo proletariado. De um momento para o outro, a mulher burguesa viu-se mais ou menos sem ter o que fazer, e seu único objetivo – agora que nas classes médias e altas perdera o valor econômico, transformando-se em grupo dependente – era casar. Um tal estado de coisas favorecia o desenvolvimento daqueles recursos que entram em jogo na competição sexual e, no pequeno espaço de tempo que mediava entre a vida da menina e a da senhora, a moça entregava-se ao aprendizado da música e das maneiras, ao interesse pelos vestidos, vivendo na expectativa da chegada do marido (SOUZA, 2005, p. 89).

O casamento, portanto era solução e ao mesmo tempo a prisão. A mulher libertava-se dos domínios do pai para novamente se aprisionar nas garras do marido. Muitos dos casamentos no século XIX ainda eram arranjados, apesar dos folhetins e dos romances falarem de amor e paixão, essa nota não tocava nas quase sempre fúnebres sinfonias de vida das mulheres.

Os romances só alimentavam as idealizações, o incipiente debate feminista que ocorria na Europa e nos Estado Unidos reverberou pouco na sociedade brasileira do final do século XIX. Nossas mulheres ainda se alimentavam das heroínas errantes de José de Alencar, Machado de Assis e Bernardo Guimarães, se chocavam com a atitude de Ema Bovary e admiravam o altruísmo de Marguerite Gautier, aliás, a personagem de Alexandre Dumas Filho foi disputada nos palcos por nomes como Sarah Bernhardt e Eleonora Duse, e ambas juntamente com suas trupes desembarcaram em terras brasileiras para encenar a famosa cortesã, que se arrepende de seu indecoroso comportamento em nome do amor que entrega a Armand Duval. Até nossa Lúcia/Maria da Glória, criada por Alencar lia “A Dama das Camélias”.

Dessa forma, é muito plausível dizer que os artistas se inspiraram nas páginas de nossa literatura e produziram imagens eloquentes, que dizem muito dos valores e convenções a respeito da mulher oitocentista. Do contrário reduziríamos essas telas a exercícios estéticos de preciosismo, pois, de acordo com Cardoso (2008), muito se reforça

a presunção tácita de que a expressão artística no Brasil passa prioritariamente por manifestações daquilo que é externo e visível, como a flora e fauna, tipos e costumes, folclore, raças e regionalismos – no máximo, pelas relações sociais, em moldes naturalistas. Durante muito tempo, o romance psicológico, foi tratado de intruso na literatura nacional, como se a introspecção fosse algo estranho à natureza do brasileiro. O que dizer então da pintura psicológica? Ainda mais de temática burguesa? Ela foi, e continua a ser incompreendida (CARDOSO, 2008, p. 115).

Ao que tudo indica, essa produção pictórica que mencionamos e que estava ligada a um movimento de renovação estética da arte brasileira, buscou inspiração na literatura, seja para transpor as histórias em imagens, seja para enfatizar um olhar crítico sobre as convenções sociais do fim de século, principalmente em relação à mulher. Grande parte dessas pinturas é alheia as grandes análises e estudos; assim como as mulheres enclausuradas que retrataram, essas obras foram aprisionadas pela crítica de arte brasileira a categoria de objetos que compunham a decoração dos lares.

“Amuada” de Belmiro de Almeida e todas as outras produções que relacionamos que tratam dessa temática burguesa intimista dizem muito sobre seu tempo e se aproximam de grandes obras de artistas internacionais, como Carolus-Duran, Seymour Joseph Guy, John Singer Sargent, James Tissot, Julius LeBlanc Stewart entre tantos outros que também se dedicaram a pintar cenas intimistas ou a retratar famílias burguesas da alta sociedade, no circuito Londres, Paris e Nova York.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Rafael. **A arte brasileira em 25 quadros (1790-1930)**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CHATAIGNIER, Gilda. **Fio a Fio: tecido moda e linguagem**. São Paulo: Estação das Letras editora, 2006.

DAZZI, Camila Carneiro. **Pôr em prática a reforma da antiga Academia: a concepção e a implementação da reforma que instituiu a Escola Nacional de Belas Artes em 1890**. Rio de Janeiro. 2011. 484 f. Tese (Doutorado em História e Crítica de Arte) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GIANNETTI, Ricardo (org). Notícias Artísticas por Armínio de Mello Franco: Comentário sobre a Exposição de pinturas de Belmiro de Almeida realizada na Escola Nacional de Belas Artes, em setembro de 1894. **19&20**, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./ dez. 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/amfranco1.htm>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2012

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

REIS JUNIOR, José Maria dos. **Belmiro de Almeida 1858-1935**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1984

SOUZA, G. de M. **O espírito das roupas**: a moda no século dezenove. 5ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

Referência eletrônica

ITAÚ CULTURAL Enciclopédia de artes visuais. Disponível em:

<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm>

Patrimônio e Cultura

Conservação Preventiva para o Acervo sob Guarda do Arquivo Histórico/UFJF: um estudo de caso.

Andréia de Freitas Rodrigues*

Janaina de Paula Almeida**

Resumo: O objetivo do presente artigo é divulgar o trabalho de preservação de documentos em papel desenvolvido no Arquivo Histórico/Arquivo Central/UFJF, relatando as ações de higienização, pequenos reparos e acondicionamento efetuados na Série Inventários do Século XIX, do Fórum Benjamin Colucci, que é parte do acervo do Arquivo Histórico/UFJF. Apresentando um histórico do trabalho e noções básicas de preservação, enfatiza os cuidados essenciais nessa área, que devem ser tomados em arquivos e centros de documentação, garantindo melhores condições de guarda do acervo e promovendo a conservação preventiva dos mesmos.

Palavras-Chave: Documentação; Preservação; Conservação; Restauração; Memória.

Abstract: The purpose of this paper is to publicize the work of preserving paper documents developed in the Historical Archive / Archive Central / UFJF, reporting the actions of cleaning, minor repairs and packaging made in the Nineteenth Century Series Inventories, Forum Benjamin Colucci, which is part of the collection of the Historical Archive / UFJF.

Featuring a job history and basics of preservation, emphasizes the essential care in this area that should be taken into archives and documentation centers, ensuring the best conditions to keep the collection and promoting preventive conservation of the same.

Keywords: Documentation, Preservation, Conservation, Restoration, Memory.

O acervo do Arquivo Histórico/UFJF é constituído em sua grande maioria por documentos e livros de suporte celulósico. Papéis de variadas gramaturas, formatos e origens:

*Técnica em Assuntos Educacionais, lotada no Arquivo Central/UFJF.

**Graduanda do Curso de História/UFJF

recortes de jornais, manuscritos, livros, revistas e periódicos, etc.... Também encontram-se no acervo microfimes, discos de vinil, microfichas e negativos fotográficos. O espaço destinado à guarda do acervo ocupa dois andares do prédio localizado na Avenida Rio Branco, pertencente à UFJF. Esta edificação não fora construída inicialmente, para abrigar as coleções, assim, todo o prédio necessita de revisões periódicas e cuidados específicos que permitam uma adequada guarda de todo acervo. O objetivo do presente artigo é divulgar o trabalho de preservação de documentos em papel desenvolvido no Arquivo Histórico/Arquivo Central/UFJF, relatando as ações de higienização, pequenos reparos e acondicionamento efetuados atualmente na Série Inventários do Século XIX, do Fórum Benjamin Colucci, que é parte do acervo sob a guarda do Arquivo Histórico/UFJF.

Apresenta um histórico do trabalho e noções básicas de preservação, enfatizando os cuidados essenciais nessa área, que devem ser tomados em arquivos e centros de documentação, para garantia de melhores condições de guarda do acervo e promoção da conservação preventiva dos mesmos, uma vez que a deterioração desse patrimônio é preocupação constante.

A Série Inventários de Século XIX do Fórum Benjamin Colucci, é constituída por uma vasta documentação arquivística de natureza textual, reunida num banco de dados disponibilizado nas dependências do Arquivo Histórico, para a consulta de pesquisadores e do público em geral. Este acervo possui grande valor histórico e informativo, pois mostra como foram conduzidos os processos de inventários durante os anos de 1830 a 1900⁴⁵¹ na ‘Comarca do Parahybuna’, revelando relações, encaminhamentos e desdobramentos que mostram parte da história de formação da cidade e região. Estas informações podem ter um significado especial para os pesquisadores, estudantes, gestores do patrimônio ou públicos, além da população de modo geral, que pode acessar e resgatar parte de sua história.

O acervo documental encontra-se em estantes de aço e em caixas de papelão polionda. Os processos estão guardados em envelopes de papel pardo, identificados exteriormente com manuscrito em lápis 6B. De modo geral, o suporte deste acervo é constituído de grande variedade de tipos e tamanhos de papel e têm inscrições em tintas metalográficas, o que leva ao encontro de diferentes estados de hidrólise ácida, escurecimento, esmaecimento da tinta e resistência do suporte celulósico. Embora o estado geral dos documentos não seja o de deterioração avançada, encontramos em algumas folhas rasgos de grandes proporções,

⁴⁵¹ A Série Inventários conta com documentos que abrangem dos anos de 1830 a 1999. Para efeitos da atividade por hora realizada, entretanto, apenas os arquivos do século XIX, de fato, estão sendo trabalhados.

amassados, vincados, com redução da legibilidade, com perdas do suporte e principalmente com muita sujidade em toda superfície e nas laterais das folhas.

Inicialmente está sendo desenvolvido o trabalho de higienização mecânica devido à enorme quantidade de poeira acumulada sobre os documentos, causada principalmente pelo tempo de exposição e manuseio físico do acervo. Esta atividade foi iniciada em 2011 e se estenderá ao longo de 2012 e 2013, em quatro horas diárias, com auxílio dos estagiários voluntários perfazendo um total de 240 processos higienizados e acondicionados em 2011.

Anteriormente, os documentos trabalhados passaram pelo processo digitalização, em andamento, quando foram numeradas as páginas dos processos e retiradas as costuras originais.

Para a higienização do acervo, que é um procedimento permanente e cíclico, são necessários equipamentos simples como trinchas, borrachas, estiletes e mesas de trabalho adequadas, com iluminação eficiente. As pessoas envolvidas nos procedimentos devem estar devidamente equipadas com EPI's que garantam sua integridade física (luvas, jalecos, máscaras, toucas e óculos de proteção).

Os procedimentos de acondicionamento também são permanentes e cíclicos, de acordo com as necessidades dos documentos e necessitam também de materiais específicos, com qualidades arquivísticas⁴⁵², como papéis alcalinos, fios de algodão, caixas adequadas, bibliocantos, etc...

A consolidação estrutural de dobras, vincos e amassados é realizada com a planificação parcial ou total das folhas; a consolidação de rasgos, que comprometem a informação com remendos em papel japonês, é reduzida devido à sensibilidade tanto do suporte quanto da tinta, que reagem ao material utilizado impedindo o uso; é realizada a remoção de material metálico como clips e grampos.

Os documentos que se encontram em péssimo estado de conservação são entrefolhados e separados para futura intervenção de restauração.

O acondicionamento final é feito em envelopes de papel branco alcalino, substituindo os envelopes de papel ácido, além da alocação destes em caixas de polipropileno, material estável para conservação.

⁴⁵²Materiais de qualidade arquivística são livres de quaisquer impurezas, quimicamente estáveis, resistentes e duráveis. Suas características, em relação aos documentos onde estão em contato, distinguem-se pela estabilidade, neutralidade, reversibilidade e inércia.

A conservação permitirá, portanto, ampliar a vida útil destes documentos, preservando os originais, possibilitando a digitalização dos documentos e disponibilizando o acesso direto à informação.

A preservação dos acervos documentais garante importante acesso à informação tanto em arquivos quanto em outras unidades de informação. O estado de conservação em que se encontram os acervos documentais e bibliográficos de instituições públicas e privadas é o que torna imprescindível e urgente a adoção de uma política de preservação, postura que trabalha contra a deterioração das coleções, sendo, a higienização a primeira ação efetiva para estender a vida útil desses documentos.

O papel é o suporte mais comumente utilizado para o registro da informação. Desde tempos remotos até a atualidade, sua produção sofreu inúmeras alterações e mais recentemente, o papel alcalino tornou-se essencial para a fabricação de livros ou para suportes de documentos, garantindo uma melhor qualidade e longevidade dos registros de informações. A velocidade com que é percebida a deterioração de livros e documentos é fruto de uma conjunção de fatores, entre intrínsecos e extrínsecos, que ameaçam a integridade do suporte celulósico. A consciência da relevância dessa questão resultou no aprimoramento de um programa de preservação no Arquivo Histórico/UFJF.

O trabalho de conservação do acervo precisa ser desenvolvido, primeiro com procedimentos simples, seguindo as orientações internacionais que contextualizam os pressupostos teóricos de toda restauração, considerando, além dos procedimentos físicos pelos quais o documento passa, questões de memória e patrimônio, valores sinérgicos que trazem critérios de intervenção para toda documentação. Os conceitos básicos e princípios da conservação/restauração vêm sendo revistos e atualizados ao longo dos anos e no caso dos documentos em suporte celulósico, passaram por grandes avanços após a cheia do rio Arno, em Florença, em 1966.

Ainda recente no Brasil, a preocupação com a preservação do patrimônio inicia com a criação, em 1933, da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), cujo principal objetivo era impedir a depredação do patrimônio, quer pelo comércio de objetos de importância histórica, quer pela destruição arquitetônica. Em 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e que depois passou ao atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O IPHAN, tem suas ações orientadas por legislações específicas, voltadas para a identificação, documentação, preservação, conservação, restauração, fiscalização e difusão dos mais diversificados conjuntos de bens culturais, atentando para a preocupação e

busca de providências e soluções, desde as mais simples até as mais elaboradas, para a salvaguarda dos bens culturais.

A necessidade de orientação prática para quem atua na área de preservação e conservação requer a conscientização das condições e necessidades específicas de cada acervo, a disseminação de procedimentos de conservação preventiva e orientações, quanto ao uso dos materiais e técnicas disponíveis, trabalhando sempre dentro dos pressupostos teóricos da restauração, dos critérios de respeito ao original e dos princípios básicos que norteiam toda e qualquer tomada de decisão que se refere à preservação, conservação, restauração.

Prevenção, preservação, conservação e restauração podem ser compreendidas como níveis distintos de intervenções que afetam o estado físico e/ou químico dos bens culturais. Esses são conceitos básicos que devem ser trabalhados para qualquer bem cultural, seja ele arquitetônico, artístico ou documental, seguindo os pressupostos teóricos e dentro da teoria internacional de restauração, que preza em primeiro lugar, o respeito ao original e busca critérios técnicos para o trabalho com o acervo cultural.

A preservação é considerada “função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação, restauração de documentos” (CAMARGO,1996: 61) ou “o conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais” (CASSARES,2000: 15).

Considerando seu campo de atuação, a preservação constitui o domínio mais amplo do campo de proteção do patrimônio, incluindo ações de âmbito geral como pesquisa, difusão, acautelamento, ou proteção legal do bem, assim como ações de conservação e restauração. A elaboração de políticas, planos, normas e diretrizes diversas voltadas para o financiamento e a manutenção das instituições, prevendo e antecipando riscos e perigos pelos quais o acervo pode ser atingido e criar mecanismos para evitá-los são ações previstas dentro do amplo campo de atuação da preservação.

Entende-se por conservação como o “conjunto de procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração” (CAMARGO, 1996: 18) ou “conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos: higienização, reparos, acondicionamento' (CASSARES, 2000: 15). Assim, pode-se considerar a conservação como o conjunto de estratégias e ações adotadas de forma consciente pela instituição responsável, visando a manutenção das características originais e o

prolongamento da vida dos bens culturais materiais. Esse conjunto de ações compreende tanto as intervenções realizadas nos bens culturais propriamente ditos, quanto as estratégias e ações direcionadas ao controle das condições do ambiente em que estes estão inseridos. Essas ações são geralmente periódicas, inseridas em rotinas preestabelecidas, no que se denomina *conservação preventiva*, destinadas a conferir condições adequadas de integridade e ambiência, como por exemplo, higienização, pequenos reparos, controle das condições ambientais (temperatura, umidade, luz), sem no entanto aplicar ao bem cultural intervenções de restauro. As atividades de conservação são definidas em função de diferentes necessidades e variadas características de cada acervo e bem cultural, tais como o formato, as dimensões, as técnicas de fabricação e os materiais constituintes dos objetos, levando em conta, indispensavelmente, as condições e as variações ambientais locais e de guarda.

Por fim, a restauração pode ser pensada como o “conjunto de procedimentos específicos para recuperação e reforço de documentos deteriorados e danificados” (CAMARGO, 1996: 67) ou “conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos /químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico” (CASSARES, 2000: 15).

A restauração é a intervenção que altera de fato, fisicamente a matéria do bem cultural. É realizada em casos específicos e após criteriosa avaliação dos riscos e benefícios para o bem em questão. Geralmente será a opção para os casos quando está em risco a integridade do bem – sua unidade histórica ou estética – mas ainda mantém uma legibilidade suficiente (pois quando não resta ao bem legibilidade suficiente, este já é considerado como uma ruína). De acordo com Cesare Brandi, a restauração é “o momento metodológico de apreensão da obra de arte, na sua consistência física e na dupla polaridade estético-histórica com vistas à sua projeção no futuro”(BRANDI, 2004: 262).

A restauração, por mais criteriosa que seja, implica em procedimentos que causarão algumas alterações irreversíveis nas características originais do bem, o que provoca a perda ou diminuição de sua autenticidade. Condições ideais de preservação e conservação colaboram para que a realização de restaurações seja cada vez menor ou até dispensável.

É também importante lembrar que, ações de restauro requerem cuidados e conhecimentos específicos, diferentes para cada suporte trabalhado (pintura, escultura, papéis, fotos, metais, cerâmicas, mobiliário, têxteis, etc), a fim de que tenha o menor impacto possível ao bem tratado e que não ocorra a piora do estado geral do mesmo.

Retomando o trabalho realizado com acervo de suporte celulósico, a sujidade é considerada o agente de deterioração que mais afeta os documentos. Contêm partículas diversas, fuligem, mofo, impurezas que retêm umidade e colaboram para o aumento da acidez e degradação do papel. É durante o procedimento de higienização, realizado regularmente, que é possível, não apenas a retirada da poeira, mas também de outros materiais danosos como grampos e cliques metálicos, fitas adesivas ou resíduos de cola.

Diante de uma variada bibliografia sobre conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, existem diferentes abordagens à respeito dos procedimentos sobre a higienização. Aqui, será dada atenção a alguns autores importantes, para adiante destacar o procedimento de higienização adotado no Arquivo Central/Arquivo Histórico/UFJF.

A limpeza é o método mais simples de remoção do pó e demais sujidades a seco (BECK, 1991:57). O pó é removido das lombadas e partes externas de volumes e livros com aspiradores de baixa potência e para a limpeza das folhas utilizam-se trinchas ou escovas e pincéis macios, de acordo com a resistência do material. Corpos estranhos mais aderidos e resistentes devem ser removidos com um pequeno bisturi sem corte. A limpeza é um dos fatores prioritários de preservação e sendo assim, a higienização é de fundamental importância para um acervo bibliográfico. Dentre todas as vantagens que apresenta, a eliminação do máximo possível de todas as sujidades extrínsecas às obras que é inerente ao seu próprio desenvolvimento e tem caráter de destaque, na medida em que compõe uma sistemática de limpeza de volumes e móveis de guarda (SPINELLI, 1995: 40). Há também a afirmação de que a higienização é sem dúvida a tarefa de maior importância dentro da biblioteca, arquivo ou centro de informação, pois permite a verificação da integridade física do acervo, uma vez que nos coloca em contato direto com o mesmo (SERIPIERRI & LUCCAS, 1995: 35).

Resumindo, em conservação, o termo higienização é empregado para descrever a ação de eliminação de sujidades generalizadas sobre as obras, como poeira, partículas sólidas e elementos estranhos à estrutura física do papel, objetivando, entre outros fatores, a permanência estética e estrutural da mesma. Assim, a higienização corresponde basicamente, à retirada da poeira e outros resíduos estranhos aos documentos, por meio de técnicas apropriadas, com vista à sua preservação (BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 42). O processo de limpeza de acervos de bibliotecas e arquivos se restringe à limpeza de superfície e, portanto, é mecânica, feita a seco (CASSARES, 2000: 31). O objetivo da aplicação da técnica é reduzir as partículas de poeira: partículas sólidas, incrustações, resíduos de excrementos de

insetos ou outros depósitos de superfície, como na definição: higienização é o processo para a remoção de poeira e insetos e materiais estranhos aderentes aos objetos que os danificam ou de alguma forma contribuem para a sua depreciação (COBRA, 2003: 56).

Diante de uma literatura generalista, a elaboração dos procedimentos que devem orientar a prática, passa pela avaliação de diferentes fatores, dentro da realidade de cada local e acervo. A higienização mecânica a seco, com pincel ou trincha é bastante eficiente e segura, cumprindo os critérios mencionados anteriormente, de maneira simples e significativa.

Higienização de processos e documentos textuais:

- Passar a trincha ou pincel no documento para remover as sujidades superficiais, sempre no sentido contrário ao operador.
- Passar o saquinho (boneca) com pó de borracha, se necessário, por toda a superfície do documento em movimentos leves e circulares.
- Retirar o pó de borracha com o auxílio da trincha ou pincel.
- Se houver dejetos de insetos, restos de alimentos ou outras sujidades, remover com um bisturi, tendo o máximo de cuidado possível.
- Remover, cuidadosamente qualquer objeto metálico (grampos, alfinetes, cliques), para não rasgar o papel.
- Passar a trincha ou pincel no documento, retirando a sujidade de oxidação.

É necessária a avaliação prévia do estado geral do documento. Há documentos que embora necessitem da higienização, a condição física de seu suporte não permite a manipulação exigida pelo procedimento, tornando a limpeza mais um fator nocivo à sua integridade.

Os tratamentos adotados no projeto permitem a conservação e a recuperação da informação, perpetuando a memória de parte da história desta cidade.

Este trabalho aponta para um plano de conservação de acervos, que visa à exploração do potencial informativo e nesse sentido, as atividades de conservação, digitalização, armazenamento permitirão a preservação da informação, a organização e a proteção física do acervo perpetuando, assim, a democratização da informação, bem como os valores históricos, informativos, legais e probatórios contidos nos processos.

O alcance social é a capacidade de um atendimento especializado e ampliado, disponibilizando com agilidade e qualidade o acesso à informação contida nesses documentos.

A disponibilização desta documentação reflete na importância de preservação do patrimônio histórico, garantindo a proteção dos direitos do cidadão, além de propiciar o registro da organização, da estrutura e funções de órgãos da administração pública e educação, sendo fonte de pesquisa para a população.

Todas as decisões foram tomadas após análise da real situação do acervo e realidade das condições de guarda e trabalho, possibilitando a tomada de decisões que evitem riscos ao mesmo, garantindo sua salvaguarda, a implantação, consolidação e aprimoramento de políticas e ações de preservação que devem atuar dentro de um centro de pesquisa, informação e difusão cultural.

No transcorrer do projeto seus principais objetivos estão sendo alcançados. Hoje o Arquivo Central/Arquivo Histórico/UFJF conta com inúmeros documentos higienizados, armazenados e organizados. Principalmente e acima de tudo, o arquivo histórico contribui assim para garantir a manutenção de parte da memória coletiva desta cidade.

A conscientização da importância de um bem cultural é o primeiro fator que leva à sua preservação. A partir dessa tomada de consciência, cada um deve e pode tomar posições e atitudes de responsabilidade sobre o patrimônio cultural que, em última análise, pertence à todos, lembrando sempre que, quando a conservação preventiva se torna uma prática eficaz, a restauração não será necessária.

Referência bibliográfica

BECK, Ingrid. *Manual de preservação de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. Publicações Técnicas, nº46.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: AAB-SP, Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CAMARGO, A.M., BELLOTTO, H.L. Coord. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB, 1996.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

CASSARES, N. C.; MOI, C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo : Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000. Projeto como fazer nº 15.

CHAGAS, Mario. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

COBRA, Maria José Távora. *Pequeno dicionário de conservação e restauração de livros e documentos*. 2ªEd. Brasília: Edições Cobra Pages, 2003.

GOFF, Jacques . Documento/monumento. IN: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003. p. 525 - 541

LUCCAS, L; SERIPIERRI, D. *Conservar para não restaurar*. Brasília : Thesaurus, 1995.

SHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

SERIPIERRI, D. et al. *Manual de conservação preventiva de documentos : papel e filme*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SPINELLI JUNIOR, J.. *Conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

_____. *Introdução à conservação de acervos bibliográficos: experiência da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

Os Carijós da Antiga Comarca de Vila Rica: uma abordagem interdisciplinar.

Cecília Belindo de Araújo Porto *

Resumo: Neste artigo, temos como objetivo investigar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, a presença indígena na antiga Comarca de Vila Rica. Os trabalhos históricos que abordam a região apontam os índios conhecidos como Carijó, como os habitantes exclusivos após a colonização. Essa historiografia afirma que os Carijós seriam provenientes de São Paulo, levados para as Minas no papel de cativos. Contudo, os estudos arqueológicos conduzidos na região, especificamente em Queluzito – MG, permitiram a identificação de sítios que atestam a fixação de grupos indígenas no território por um período que vai de 1050 ± 105 a 1570 ± 40 AD. Nesse sentido, torna-se pertinente refletir acerca do processo de ocupação da área, identificando as rupturas e continuidades que podem ser observadas a partir da confrontação do passado pré-colonial com aquele registrado pelas fontes históricas.

Palavras-chave: História indígena, Arqueologia, Minas Gerais

Abstract: In this article, we aim to investigate, from an interdisciplinary perspective, the indigenous presence in the former district of Vila Rica. The historical works dealing with the region say the Indians known as Carijó as the inhabitants exclusive after colonization. This history states that Carijós would come from Sao Paulo, they were brought to Minas on the role of captives. However, the archaeological studies conducted in the region, specifically in Queluzito - MG, allowed the identification of sites that attest to the establishment of indigenous groups in the territory for a period ranging from 1050 ± 105 to 1570 ± 40 AD. In this sense, it is pertinent to reflect on the process of occupation of the area, identifying the ruptures and continuities that can be seen from the comparison between the pre-colonial past with that recorded by historical sources.

Keywords: Indigenous history, archeology, Minas Gerais

* Discente do curso de História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Bolsista de Iniciação Científica no CNPq, sob a orientação de Profa Dra Ana Paula de Paula Loures Oliveira. E-mail: cecilia.aporto@gmail.com.

Este artigo é fruto dos resultados preliminares de uma pesquisa⁴⁵³ mais ampla, que tem como proposta investigar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, a ocupação indígena na antiga Comarca de Vila Rica⁴⁵⁴. Os trabalhos históricos que abordam a região apontam os índios conhecidos genericamente de Carijós, como os habitantes exclusivos após a colonização. Essa historiografia afirma que os Carijós seriam provenientes de São Paulo, levados para as Minas no papel de cativos. Contudo, a despeito desse cenário, os estudos arqueológicos conduzidos na região, especificamente no município de Queluzito – MG permitiram a identificação de sítios que atestam a fixação de grupos indígenas no território por um período cronológico que vai de 1050 ± 105 a 1570 ± 40 AD. Nesse sentido, torna-se pertinente refletir acerca do processo de ocupação da área, identificando as rupturas e continuidades que podem ser observadas a partir da confrontação do passado pré-colonial com aquele registrado pelas fontes históricas.

Frente a esse cenário, a intenção é produzir um corpus documental de dados arqueológicos, etno-históricos e históricos, de modo a estabelecer um panorama do período anterior à colonização, bem como da ocasião do contato. Partimos, pois, da premissa de que será possível dar maior visibilidade aos nativos como agentes históricos na formação sociocultural da região e na dinâmica de sua mobilidade territorial, além de suscitar a hipótese da existência de um contexto mais diversificado para a área.

Para os propósitos do presente artigo, optamos por dividi-lo em três partes. Primeiramente, efetuaremos uma breve contextualização da Comarca, bem como as especificidades que envolvem a utilização de uma abordagem interdisciplinar para o estudo em questão. Em seguida, apresentaremos o cenário pré-colonial da região, no que tange as principais instituições museológicas que encontram-se sob responsabilidade da guarda dos bens patrimoniais arqueológicos coletados no território. Além disso, os resultados preliminares desenvolvidos na análise tecnológica do material cerâmico evidenciado nos sítios Campo Belo I, II e III – Queluzito/MG, será relevante, tendo em vista a escassez de informações referentes à trabalhos arqueológicos na área. E, por fim, abordaremos o contexto do período colonial, especificamente a sistematização dos estudos históricos e etno-históricos,

⁴⁵³ Ver: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Arqueologia e história indígena de Minas Gerais: os Carijós de Vila Rica. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P; MONTEIRO OLIVEIRA, L. (org). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto**, Juiz de Fora: Ed. UFJF, p. 155 – 164.

⁴⁵⁴ A região da antiga Comarca de Vila Rica engloba atualmente as microrregiões de Ouro Preto que abrange os municípios de Diogo de Vasconcelos, Itabirito, Mariana e Ouro Preto; e de Conselheiro Lafaiete que abarca os municípios de Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Cristiano Ottoni, Desterro de Entre Rios, Entre Rios, Itaverava, Ouro Branco, Queluzito, Santana dos Montes, São Brás do Suaçuí.

pautados na revisão de monografias e demais produções acadêmicas que tratam da temática indígena, na região abrangida.

Breve apresentação: A Comarca de Vila Rica e a escolha pelo método interdisciplinar.

No que tange a motivação pelo recorte espacial, podemos dizer que trata-se de uma área que foi palco de intensa ocupação indígena, tendo em vista sua localização geográfica que perpassa pelo Caminho Velho e Caminho Novo, região banhada pelo rio Paraopeba. Ou seja, são antigas rotas indígenas que promoviam articulações entre aldeias e acampamentos no período pré-colonial. Após a colonização, foi apropriada pelas Entradas e Bandeiras que percorriam o caminho em busca de metais preciosos, escravos e índios, dentro de um contexto de exploração aurífera (BELTRÃO, 2005). Isso posto, partimos da premissa que o território em foco acaba por se tornar um lócus privilegiado para a execução da pesquisa, tendo em vista seu histórico de habitação indígena.

No que se refere ao desenvolvimento da pesquisa, os aportes teórico-metodológicos provenientes da Etno-história, História e Arqueologia vêm sendo utilizados na análise de fontes de natureza diversa. Em relação à Etno-história, de acordo com Le Goff (1984), constitui uma das mais bem sucedidas inovações epistemológicas que emergiu nos últimos anos. O termo foi empregado pela primeira vez, de forma eventual, no início do século XX, mas só na década de 1940 passou a ser amplamente difundido. Segundo David A. Baerreis (1961), o primeiro cientista social a usar o termo foi Clark Wissler. Em 1909, o pesquisador se referiu a etno-história como um método interdisciplinar que utiliza como fontes dados arqueológicos e documentos textuais. Desde então, a Etno-história é utilizada para mencionar os estudos que tratam da história das sociedades ágrafas, antes e depois do contato com o europeu. Em termos práticos, tais estudos se baseiam na utilização de fontes escritas, orais e arqueológicas, além dos conceitos e critérios estabelecidos pela antropologia cultural e social (COHN, 2008).

Importante ressaltar que só a partir da década de 1980 a etno-história passou a ser usada de forma mais sistemática por pesquisadores brasileiros. De uma forma geral, essa produção representou um avanço para a historiografia brasileira, até então embasada em grande parte por conceitos positivistas do século XVIII e XIX. De acordo com Peter Burke (1992), foi a partir desse momento que a ascensão de um novo viés historiográfico - com

novos tipos de perguntas sobre o passado, novos objetos de pesquisa e a busca por novas fontes - passou a ser profundamente desejado.

Nessa perspectiva, os resultados etno-históricos coadunados com as evidências arqueológicas, se tornaram importantes documentos para o estudo da história indígena. Isso porque a arqueologia desempenha um papel fundamental na evidencição dos nativos, tanto no que se refere a períodos pré-coloniais como coloniais. Como observa Loures Oliveira e Fernandes:

Além da potencialidade de atestar de forma indiscutível a ocorrência de assentamentos humanos em determinadas regiões, os vestígios materiais não estão marcados pela mesma intencionalidade característica das fontes escritas. Ainda que impregnados por subjetividade, na medida em que são reflexos de atividades humanas, é verdade que grande parte dos vestígios não foram produzidos com intuito de monumentalização. Por esse motivo, podem ser alternativa interessante no estudo de populações ágrafas. Afinal de contas, se, por um lado, apenas os letrados poderiam produzir e manejar os documentos escritos, por outro, todos estão sujeitos a produzir vestígios materiais, independentemente de status ou condição social. Neste caso, a variável não será a produção, pois todos o fazem, mas sim o modo como esta ocorrerá ou o que cada segmento do grupo produzirá (LOURES OLIVEIRA; FERNANDES 2010:114)

Diante desse cenário, nossa intenção é contribuir para um maior entendimento acerca da história indígena, fundamentalmente evidenciar o papel histórico de atores ativos na formação das sociedades e culturas. Desse modo, revertendo o quadro hoje ainda prevalecente, marcado pela omissão, ou na perspectiva de pensar os índios enquanto vítimas de poderosos processos externos à sua realidade (JOHN MONTEIRO, 1995). Ao encontro de Manuela Carneiro da Cunha (1993:3), “não é a marcha inelutável e impessoal da história que mata os índios: são ações e omissões muito tangíveis, movidas por interesses concretos”. Nesse sentido, nosso compromisso é repensar o significado da história da antiga Comarca de Vila Rica, a partir da experiência e da memória de populações que não registraram – ou registraram pouco – seu passado através da escrita.

Contribuições arqueológicas

O cenário pré-colonial da antiga Comarca de Vila Rica é marcado por escassas informações, do ponto de vista arqueológico. Tal conformação nos motivou a promover um levantamento sistemático das principais instituições museológicas que encontram-se sob responsabilidade de guarda dos bens patrimoniais arqueológicos registrados pelo IPHAN,

coletados na região. Nosso interesse foi o de promover uma síntese geral dos estudos produzidos a partir das coleções, a fim de obter um maior número de dados que nos despertem reflexões para se pensar o contexto pré-colonial da área abarcada pela pesquisa.

Nesse sentido, devemos ressaltar que levantamento dos museus se deu tendo em vista a profunda relação estabelecida entre a Arqueologia e os espaços museais. Essa aliança se concretiza na medida em que os acervos arqueológicos são gerados, durante as escavações, e, nesse caso, na maioria das vezes, ficam sob tutela de instituições museológicas. A partir desse escopo, a cultura material é então redimensionada, no intuito de atender a propostas de preservação, bem como de democratização deste patrimônio e divulgação do conhecimento produzido para o público em geral (CÂNDIDO, 2004).

Tendo em vista tal configuração, segue abaixo a lista das principais instituições classificadas como mantenedoras de materiais arqueológicos identificados na antiga Comarca de Vila Rica:

NOME DA INSTITUIÇÃO	LOCAL
MAC – Museu Arqueológico do Carste	Alto São Francisco
MHNJB - Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG	Belo Horizonte
CAALE – Centro de Arqueologia Annette L. Emperaire	Lagoa Santa
LAEP/UFVJM - Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem	Vale do Jequitinhonha e Mucuri
Museu de Ciências Naturais PUC Minas	Belo Horizonte
Núcleo Museológico de Arqueologia Aimorés	Aimorés
Museu Antônio Perdigão	Conselheiro Lafaiete
NPA – Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande	Andrelândia
MAEA – Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF	Juiz de Fora

No que tange a proposta, devemos adiantar que, nesta oportunidade, apenas a lista dos museus evidenciados pela equipe serão apresentados, sem um estudo mais apurado de seus acervos, salvo os resultados preliminares da pesquisa desenvolvida nos sítios arqueológicos identificados no município de Queluzito –MG, guardados pelo MAEA - Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF. Isto porque, no âmbito do procedimento, nos deparamos com poucas menções referentes aos tipos de acervos arqueológicos guardados, bem como as pesquisas que supostamente estariam sendo desenvolvidas a partir de tais materiais. De uma forma geral, percebemos certa invisibilidade em termos digitais e dificuldade de comunicação, uma vez que a pesquisa foi efetuada no arcabouço de informações dispostas em plataforma digital na internet, para acesso ao público.

Nesse sentido, não há como não nos questionarmos o porquê da frequente escassez de tais conteúdos. Conforme nos aponta Bruno (1999), prevalece nesses locais, a “estratigrafia do abandono”, ou seja, um esquecimento dos vestígios pré-coloniais enquanto indicadores de nossa memória cultural. Trata-se, na verdade, do reflexo da ação colonizadora, que arregimentou um cenário de valorização da cultura europeia, subjugando a artefactualidade em favor das letras.

Diante dessa conjectura, esta pesquisa se torna relevante, já que tem como compromisso, demonstrar, fundamentalmente, através dos vestígios materiais, que os indígenas tiveram papel fundamental na composição de nossa sociedade e que, apesar de obscurecidos pela denominação de indivíduos passivos e inativos, podem ser resgatados das fontes, alcançando o papel de sujeitos no processo histórico.

Feitas essas considerações de caráter geral, adentraremos especificamente na síntese dos estudos que estão sendo produzidos pela equipe do museu, provenientes do acervo arqueológico do MAEA. Trata-se, pois, de três sítios – Campo Belo I, II e III - identificados em Queluzito – MG, município que abrange a região em pauta. Vale ressaltar que este levantamento está sendo baseado nos dados referentes aos sítios e que já foram publicados em diversas ocasiões pela equipe do MAEA, em livros e congressos.

Os sítios arqueológicos em pauta foram identificados no desenvolvimento de laudo arqueológico, que compôs o relatório encomendado pela Transpetro, com vistas à renovação de licença de operação ao longo da dutovia, que liga a REDUC em Duque de Caxias – RJ a REGAP em Betim – MG (LOURES OLIVEIRA, 2007). Mais tarde, este mesmo sítio foi submetido a prospecções e salvamento arqueológico, durante a elaboração de relatório para

obtenção de licenças de implantação e operação do GASBEL II. É deste último trabalho que extraímos o corpo de informações que compõem este texto.

O que podemos destacar, é que tais sítios são de profícua relevância para se refletir acerca da história indígena de Vila Rica, fundamentalmente por confirmar a presença de assentamentos na região no período pré-colonial, tendo em vista suas datações que os inserem entre os anos de 1050 ± 105 a 1570 ± 40 AD⁴⁵⁵. O que atesta uma ocupação indígena da área por pelo menos 400 anos, desde o período pré-colonial até a época do povoamento Carijó historicamente conhecido.

Sítio	Amostra	Método de datação	Data (Antes do presente)
Campo Belo I	T4E4/T4F4	Termoluminescência	620 ± 55
Campo Belo I	T4C4	Termoluminescência	580 ± 80
Campo Belo II	T1D2	C14*	740 ± 70
Campo Belo II	T1B6	C14*	860 ± 70
Campo Belo II	T1B6	Termoluminescência	660 ± 100
Campo Belo II	T1B7	Termoluminescência	490 ± 50
Campo Belo II	T1D2	Termoluminescência	850 ± 100
Campo Belo II	T3A4	Termoluminescência	400 ± 45
Campo Belo III	T2B6	C14*	380 ± 40
Campo Belo III	T2B6	AMS*	360 ± 40

⁴⁵⁵ Datações obtidas pelo Laboratório de Vidros e Datações FATEC/SP

Campo Belo III	T1D1	Termoluminescência	465 ± 55
Campo Belo III	T2A5	Termoluminescência	900 ± 105

Cronologia dos sítios de Queluzito

Além disso, a cultura material evidenciada nesses antigos assentamentos tem permitido associar esses vestígios com a denominada Tradição Aratu-Sapucaí, comumente relacionada com produção material de grupos pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê (PROUS, 1992). Essa hipótese se baseia nos resultados preliminares da análise tecnológica do material cerâmico dos sítios. Vale lembrar que os artefatos, foram classificados, levando-se em conta as seguintes características: modo de produção, pasta, tipo de queima, morfologia, tipo morfológico, espessura, superfície externa e interna. (OLIVEIRA, 2000).

Por fim, ainda que não tenhamos resultados mais seguros quanto as especificidades de tais sítios, bem como a qual grupos pertenciam, para os propósitos deste estudo, os dados disponíveis revelaram as potencialidades das informações arqueológicas para a pesquisa, na medida em que permitem desvelar a história de populações ágrafas, extrapolando os limites temporais fixados pelas fontes escritas, possibilitando assim a conformação de uma história de longa duração (MORRIS, 2000).

Quem são os Carijós? Alguns apontamentos.

Após a apresentação do cenário pré-colonial da antiga Comarca de Vila Rica, discutiremos, nessa ocasião, o contexto da região após o contato com a sociedade envolvente. Os trabalhos históricos e etno-históricos, que abordam o território, apontam os índios conhecidos genericamente de Carijó, como os habitantes exclusivos após a colonização. Essa historiografia afirma que os Carijós seriam provenientes de São Paulo, levados para as Minas no papel de cativos. Contudo, a despeito de tal visão, o que se observa é a ausência de consenso acerca do significado da denominação, na medida em que se trata de um etnônimo, elaborado no bojo da sociedade colonial. Nesse sentido, no âmbito da pesquisa, discutir as possíveis interpretações e o processo de construção histórica do termo Carijó, verificando

suas possíveis implicações socioculturais e étnicas, foi palco de discussões que geraram alguns dados preliminares.

Existem diferentes explicações quanto à designação Carijó para a região. No âmbito dos povoamentos situados ao longo do rio Paraopeba, o nome era empregado para se referir as populações indígenas que ali moravam desde antes da colonização. Já nos centros auríferos de Ouro Preto e Mariana, é utilizado para denominar índios cativos, não possuindo aparentemente nenhuma conotação de caráter cultural (VENÂNCIO, 2007).

Para todos os efeitos, o que podemos afirmar é que não existe um consenso sobre o significado da expressão, sendo possível evidenciar interpretações das mais diversas. A primeira defende que o termo se refere à alcunha dada aos povos nativos que habitavam a extensa área que vai do litoral Sul ao sertão do sudeste do Brasil. Os Carijós seriam resultantes da mistura dos índios Goiasés e Caribas, do extremo norte do país, que chegaram a ocupar uma vasta área e foram empurrados para o sul pela colonização. Para Diogo Vasconcelos (1948), esses índios eram produtores de cerâmica e se diferenciavam daqueles que falavam línguas Tupi.

A despeito desse cenário, José Vicente César (1990), levanta a hipótese de que os Carijós que habitavam as imediações do rio Paraopeba eram na verdade índios pertencentes ao tronco linguístico Tupi, que teriam adentrado para o interior no intuito de escapar das mazelas acarretadas pela Conquista do Litoral. O autor defende a proposição de que esses índios fugiram das missões jesuíticas situadas na Costa, indo se fixar no interior. Para o autor, o fato de já terem sido catequizados é o único motivo que explica o contato de certo modo pacífico travados com os colonizadores das Minas Coloniais.

Por fim, Waldemar Barbosa (1995) defende que o termo Carijó foi largamente empregado para identificar os mestiços de índios, negros e brancos. Portanto, “Carijó” seria o mesmo que caboclo. Fruto da miscigenação, foi extensivamente utilizado como mão de obra escrava. Apesar de não dispormos de dados que comprovem serem os cativos de Mariana e Ouro Preto mestiços, parece ser viável concluir que pelo menos nessas terras, a expressão foi usada para se referir ao índio escravizado, como nos informa Venâncio (2007).

Após esboçarmos este contexto, o que fica evidente é que pouca coisa se sabe sobre os Carijós que teriam habitado essa região específica da capitania de Minas Gerais. Nesse sentido, muito se tem falado sobre os índios que atuaram como escravos, provenientes dos Sertões do Leste e da Capitania de São Paulo, mas pouco dos Carijós que moravam ao longo do rio Paraopeba e que já se encontravam na área na época dos primeiros contatos.

Diante desse panorama, o que podemos dizer com mais segurança é que se trata de um etnônimo constituído no bojo da sociedade colonial (MONTEIRO, 2001). Para Viveiros de Castro (1993), a atribuição de etnônimos era “fruto de uma incompreensão total da dinâmica étnica e política do *socius* ameríndio”. Vale ressaltar que essas denominações eram em sua maioria relacionadas às características físicas do indígena.

A ação colonial de classificar os povos indígenas em categorias genéricas remete a um aspecto fundamental na formação de alianças e na determinação das políticas coloniais. Para Viveiros de Castro (1993), essa tendência serviu não apenas como instrumento de dominação, como também de parâmetro para a sobrevivência étnica de grupos indígenas. Monteiro (2001) aponta que estes novos termos refletiam, sim, as estratégias coloniais de controle que buscavam diluir a diversidade étnica.

Ao mesmo tempo, essa prática acabou se tornando referência importante para a própria população indígena, na medida em que, de certa forma, tentavam se adentrar na nova sociedade, como também procuravam se diferenciar dos outros grupos sociais emergentes do mesmo processo colonial, como a população africana e afrodescendente. Com o crescimento destes outros setores populacionais, houve uma estigmatização dos índios, separados de, e opostos a, outras categorias étnicas e fenotípicas, tais como brancos, mestiços e negros (SIDER, 1994)

Considerações finais

Este artigo versou sobre a presença indígena na antiga Comarca de Vila Rica, tanto no período pré-colonial, como depois do contato com a sociedade envolvente. Enquanto os documentos escritos apontam a habitação exclusiva, após a colonização, de índios denominados de Carijós, os vestígios materiais, provenientes de Queluzito –MG, atestam a presença de grupos na área por pelo menos 400 anos antes de tal povoamento. Tal contexto instigou a investigação de um maior entendimento, tanto de quem seriam estes Carijós, como de quais os grupos “herdeiros” de tal cultura material.

Até o momento, o que se pode dizer é que o termo Carijó trata-se, na verdade, de um etnônimo elaborado no bojo da sociedade colonial, servindo como uma estratégia de controle que buscava diluir a diversidade étnica (MONTEIRO, 2001). Além disso, funcionava como uma espécie de instrumento de sobrevivência étnica dos grupos indígenas, tendo em vista o esforço de se adentrar na nova sociedade, bem como uma forma de se diferenciarem dos

outros grupos sociais, como a população africana e afrodescendente (VIVEIROS DE CASTRO, 1993).

Por outro lado, temos disponíveis para a região três sítios arqueológicos – Campo Belo I, II e III, Queluzito/MG – que identificam a fixação de grupos indígenas no território por um período cronológico que vai de 1050 ± 105 a 1570 ± 40 AD. Digno de nota é o fato de a cultura material evidenciada nesses antigos assentamentos estar associada a grupos falantes de línguas Jê.

Diante desse esboço, o que nos perguntamos é se seriam esses os vestígios materiais dos antigos Carijós que habitavam a região de Minas. De fato, quem eram os índios mascarados por este etnônimo? O que podemos afirmar com segurança é que mais estudos serão necessários para que comecemos a desvendar esses pequenos enigmas que permeiam a história indígena das Minas Coloniais. Todavia, acreditamos que com a compreensão das confabulações sociais e políticas que cercam os etnôminos, buscando ainda a possível identificação de quais índios receberiam a denominação Carijó, poderemos alcançar possibilidades relevantes para o melhor entendimento dos indígenas que habitariam a região.

Referências bibliográficas

BARBOSA, W. A. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Itatiaia: Belo Horizonte, 1995.

BELTRÃO, M.C. **Os caminhos do ouro**. O Caminho Novo e a Fazenda do Governo. Brasília, 2005.

BRUNO, C. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Parapanema. **Cadernos de Sociomuseologia**. ULHT, 1999.

BURKE, P. **A nova história - seu passado e seu futuro**. In: A escrita da história – novas perspectivas. UNESP, São Paulo, 1992.

CÂNDIDO, M. M. D. **Arqueologia musealizada: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha**. São Paulo: MAE-USP (tese de doutorado), 2004.

CÉSAR, J. V. **História de Capela Nova (1790-1990)**. Ed O Lutador: Belo Horizonte, 1990.

CUNHA, M.C. "**Parceria ou Barbárie**", Folha de S. Paulo, 22/8/1993, p. 3.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

LE GOFF, J. **Memória** in: Enciclopédia Einaudi. Vol. I. Memória-História. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p.11-50

LOURES OLIVEIRA, A. P. P. **Relatório de diagnóstico do patrimônio arqueológico, histórico e cultural: ORBEL I, ORBEL II e GASBEL I.** Juiz de Fora: MAEA – UFJF, 2007.

LOURES OLIVEIRA, A.P.; FERNANDES, R.S. Arqueologia, história e novas fontes: os indígenas de Minas Gerais nas trincheiras do passado colonial. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. (org). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto**, Juiz de Fora: Editar, 2010, p.105 – 117.

MONTEIRO, John. M. **Tupis, Tapuias Historiadores Estudos de Historia Indigena e do Indigenismo**, Campinas,2001.

Monteiro, John. M. O desafio da história indígena no Brasil. In: Aracy Lopes da Silva; Luís Donisete Benzi Grupioni (org). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 graus**, Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221 – 236.

MORRIS, I. **Archaeology as Cultural History: Words and Things in Iron Age Greece.** Oxford, Blackwell, 2000.

OLIVEIRA, C. A. A. **Estilos tecnológicos da cerâmica Pré-Histórica no Sudeste do Piauí-Brasil.** (Tese de doutorado). São Paulo: MAE-USP, 2000.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: UNB, 1992.

SIDER, Gerald, 1994. Identity as History: Ethnohistory, Ethnogenesis, and Ethnocide in the Southeastern United States” **Identities**, 1, n 1, 109-122.

VASCONCELOS, D. **História Antiga das Minas Gerais (1703-1720).** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

VENÂNCIO, R. P. **Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725.** Revista Brasileira de História, vol. 17, n. 34, 1997. pp. 165-182.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, 1993. **Historias Ameríndias** (resenha de Historia dos Índios no Brasil, Manuela Carneiro da Cunha, org.), Novos Estudos Cebrap, 36, p.22-33.

Festa e Resistência do Congado de São José do Triunfo (Viçosa – MG) e o Patrimônio Imaterial Aplicado em Sala de Aula.

Cilésia Lemos

Monique Rodrigues Lopes*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a origem da festa religiosa, o congado na região de São José do Triunfo, também conhecido como “Fundão” em Viçosa – Minas Gerais. Bem como sua aplicação como patrimônio imaterial no contexto escolar, além do resgate da tradição do congado na comunidade através da descrição do funcionamento dessa festividade, realizada através de depoimentos de participantes da festa, onde podemos identificar os componentes e discuti-los com os autores que abordam o tema. Neste sentido propomos debater o resgate da tradição remanescente ainda nos dias atuais, abordando-o no contexto escolar e utilizando-se da discussão do patrimônio imaterial e local e sua inserção na sala de aula, buscando assim uma valorização do identitário local.

Palavras-chaves: Congado, Patrimônio Imaterial, Sala de aula.

Abstract: The present work aims to analyze the origin of the religious festival, the congado in the region of São José de Triunfo, also known as "Fundão" in Viçosa - Minas Gerais. Their application as well as intangible heritage in the school context, beyond redemption congado the tradition of the community by describing the operation of this festival, held through testimonials from participants of the festival, where we can identify the components and discuss them with the authors that address the issue. In this regard we propose to discuss the rescue of tradition still remaining today, addressing him in the school context and using the discussion and local intangible heritage and its place in the classroom, thus seeking an appreciation of the local identity.

Keywords: Congado (dramatic dance), Intangible Heritage, Classroom.

Introdução

* Departamento de História.
Universitário - Viçosa – MG 36570-000. Contatos:
moniquelopes.his@gmail.com

Universidade Federal de Viçosa (UFV). *Campus*
cilesia.lemos@ufv.br.

No presente trabalho, realizaremos uma breve abordagem sobre a tradição da festa do congado na comunidade rural de São José do Triunfo, no município de Viçosa Minas Gerais, através do estudo da origem da festa no grupo, bem como evidenciar nos significado da congada para os guardiões da tradição, buscando compreender a representação - cultural - feita por eles a respeito dessa manifestação religiosa.

Estas manifestações religiosas ditas populares celebradas no presente possuem, em sua maioria, raízes coloniais sendo seus primeiros fundadores os escravos que através das irmandades de negros fundamentaram a prática de rituais sincréticos que ainda hoje estão preservados por seus descendentes. Entre estas manifestações encontra-se o congado - manifestação popular que envolve a representação de um reinado de tradição afro brasileira, em que se tem a coroação de rainhas e reis congos em louvor a um santo protetor dos negros. Felipe Luchete apresenta a seguinte definição do congado onde:

... o Congado não se trata somente de uma dança, nem de uma simples festa. Essa manifestação popular de formação afro-brasileira é repleta de signos e símbolos. É composta de passos, de autos, de cantos, de coroação de reis e de rainhas. Esses elementos se unem à experiência do sagrado: a fé em Nossa Senhora do Rosário e a outros santos de devoção negra fundamenta a tradição e permite assim que se realize a cada ano. (LUCHETE, 2008:11.)

A partir das considerações que se tem a cerca das definições sobre o congado podemos inseri-lo na malha de discussões que abordam o patrimônio imaterial, onde sua importância e aplicabilidade em sala de aula tem como objetivo a busca da valorização da identidade local a partir de elementos presentes na comunidade abordada, onde suas festividades refletem a herança cultural existente e muitas vezes esquecida pela população viçosense.

A festa do congado como tradição e reconhecida como patrimônio imaterial, pode ser utilizada como recurso a favor da construção do conhecimento histórico quando este é trabalhado a partir da perspectiva da educação patrimonial, buscando a aproximação do idnetitário local e específico, trazendo o resgate de tradições que possivelmente se perderiam, priorizando assim o seu reconhecimento e manutenção.

É neste sentido que adentraremos neste universo, repleto de ritos, manifestações sagradas, que se perpetuaram até hoje, através da tradição passada de pai para filho, que mantém viva esta manifestação cultural herdada de seus antepassados. Além de ser manter viva essa tradição - este rito - é possível identificar também uma forma de representação

social - através da festa, do culto aos “santos pretos” -, de manutenção de cultura, de um reconhecimento social.

A religiosidade que constitui e caracteriza a sociedade mineira atualmente, possui raiz no início da exploração aurífera, tendo como primeiras manifestações os rituais de devoção aos santos católicos trazidos por seus primeiros habitantes. As primeiras práticas culturais e poéticas desenvolvidas nas Minas Gerais pelos povos que foram atraídos pelo ouro, para este local, foram trazidas, principalmente, de Portugal e da África, através dos escravos, e hoje, herdadas e recriadas pelas gerações posteriores, compondo a religiosidade do mineiro.

Dentre as principais manifestações religiosas presentes na sociedade mineira atual e que ainda sobrevive de maneira resistente em diversas partes do estado, encontra-se o Congado - manifestação religiosa popular de formação afro-brasileira, também conhecida como congada ou congo. Esta manifestação religiosa unifica elementos presentes nas culturas e ritos africanos com manifestações católicas portuguesas, criando um novo modo de interação de um povo com sua religiosidade e fé. Trata-se de um ritual que envolve, além das preces e rezas, danças e cantos típicos do Congado através de festividades em todo o Brasil que variam de acordo com a localidade.

A origem da festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário possui diferentes versões, entre elas encontra-se a lenda de Chico Rei em Vila Rica, hoje Ouro Preto, quando dos primeiros séculos da exploração do ouro na região. O congado, conhecido como a festa dos negros, manifestação folclórica realizada pelos escravos iniciada por Chico Rei, o primeiro rei negro dos escravos em Minas Gerais. De acordo com a lenda, quando Chico Rei foi trazido como escravo ao Brasil era rei de Congo dos Quicuios na África. Ao enriquecer-se com a exploração de uma mina abandonada em Vila Rica, o rei africano teria libertado muitos escravos e criado a primeira irmandade dos negros livres de Minas Gerais.

Assim, quando foi libertado, Chico Rei em promessa a Nossa Senhora, teria organizado a primeira festa dos negros na província, ocorrida na igreja de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário de Alto Cruz, na antiga Vila Rica, em 1747. A partir de então a festa do congado teria se tornado um sincrético ritual composto de duas partes; uma, de conteúdo católico, que inclui missas e outros “ofícios religiosos” e outra popular, constituída pelo hasteamento do mastro, apresentações das guardas de congado, bem como a cavalhada e números musicais.

Há também outras hipóteses associadas ao nascimento dos rituais de congado que estão ligadas à aparição de Nossa Senhora do Rosário para os escravos no Brasil, sendo

considerado o congado essencialmente brasileiro. Não há referência a Chico Rei em alguns congados de Minas Gerais, sendo a aparição da santa ligada ao cativo no Brasil e não a uma herança africana de nossos ancestrais, apesar de conter influências e elementos de ritos africanos em suas danças.

Sobre as festividades do congado, também chamadas de reinado, envolvem normalmente, nas mais diversas localidades do país: o levantamento do mastro que anuncia a festa e carrega a imagem da santa festejada pelos congadeiros, cavahada, cortejo com os congados locais e visitantes, também conhecidos como ternos, cortes ou guardas bem como rituais de fé católica como a missa, realizada todos os dias da festa e a procissão realizada ao término das festividades.

O congado, em qualquer parte do país, envolve também um sistema de hierarquias em que se destacam o casal de reis perpétuos, reis e rainhas temporários ou de compromisso, além de príncipes, princesas, bordão, bordoneta, e a rainha da bandeira. Ocupando o topo da hierarquia das funções encontram-se o Rei perpétuo e a Rainha perpétua ou permanente que adotam o papel de representantes de Chico Rei.

Estes possuem a primeira e a última palavra dentro do ritual, sendo responsáveis pela abertura da festa. Na falta de festeiros nas localidades em que a festa é celebrada, os reis perpétuos também ficam responsáveis pela escolha dos reis temporários. Se ninguém puder realizar a festa, os reis permanentes devem se responsabilizar por ela. Estes, por sua vez, são de grande importância para a manutenção das tradições como os principais guardiões do congado, sendo representantes também de Nossa Senhora e São José, que juntamente com a representação do rei africano, mesclam elementos pagãos e católicos.

Na hierarquia dos ternos se destacam os capitães que coordenam as danças e homenagens aos santos. Na organização encontram-se os festeiros representados pelos reis e rainhas temporários, que são coroados todos os anos no encerramento das festividades assumindo o compromisso com a santa para a realização das mesmas do próximo ano. Estes são responsáveis pelas refeições oferecidas ao Congo e aos demais participantes da festa, assumindo também o custeio das refeições servidas. Essa hierarquização faz parte das homenagens aos santos de devoção e são de enorme importância dentro do ritual em que cada membro com sua função específica contribuem para a realização da festa.

Nesse contexto de surgimento da festa religiosa do congado, temos o início da formação do distrito de São José do Triunfo em Viçosa-MG que se origina por ter se

configurado como uma região que provinha grande parte dos suprimentos demandados pela região mineradora de Minas Gerais no auge do Brasil Colonial.

Com o decorrer da decadência do ciclo do ouro na região de Ouro preto e Mariana na metade do século XVIII, originou-se na região da zona da mata mineira, no então Arraial de Santa Rita do Turvo – atual município de Viçosa - a formação de fazendas com base na economia cafeeira e agropecuária. O Distrito de São José do Triunfo se configura nesse cenário como importante lugar onde os negros se fixavam juntamente com os seus senhores, que vinham das decadentes minas buscarem a promissora prática agropecuária.

Segundo Patrício Souza, que se baseia em relatos dos moradores, São José do Triunfo tem o apelido de “Fundão” porque o lugar era caminho de fuga de escravos, onde havia uma gruta que servia de refugio para os escravos.

Em vista disso, São José do Triunfo, configura-se hoje pelos descendentes de sua história, sendo composta, não somente, mas também pela presença de uma população negra que, ao longo do tempo e através de seus descendentes, transmite ainda as memórias da cultura afro-brasileira, pelo reavivamento do passado através da celebração dos rituais do congado.

Conforme Souza* nos mostra em seu trabalho o congado de São José do Triunfo teve suas atividades iniciadas no início da década de 1930. Segundo os participantes mais antigos a festa do Rosário de São José do Triunfo começou no contexto da República velha, quando os avós, dos atuais reis congos e capitão da Banda levaram-na do centro da cidade de Viçosa para o distrito de São José, data que coincide com a formação desse distrito. Os atuais Reis Congos e Capitão da Banda tidos pelos participantes do congado como os que conservam a festividade.

No distrito de São José do Triunfo, o Congado é visto na rua várias vezes por ano. No entanto, é no mês de outubro, na Festa do Rosário, que todos os elementos do Congado se expressam, em homenagem a Nossa Senhora do Rosário.

Há registros documentais que comprovam a ocorrência da festa na região desde o século XIX, onde se pode perceber algumas práticas existentes desde então, como o autor nos exemplifica que os reis do congo eram carregados por oito escravos, enquanto o congado, representando a guarda do rei, acompanha o cortejo bailando uma dança de luta típica africana.

Utilizando espadas e instrumentos musicais como a cuíca, caixa, pandeiro e reco-reco, os congadeiros vão atrás da cavalgada que segue levando uma bandeira com a imagem de

Nossa Senhora do Rosário. Também são carregadas as imagens de São Benedito e de Santa Efigênia pelos congadeiros. Ao final, então, se dá a coroação dos novos reis do Rosário, com o beijo da coroa, culminando na coroação de Nossa Senhora do Rosário pelas rainhas do Congado.

Há uma verdadeira preocupação dos guardiões do Congado em manter viva a tradição, segundo Souza, ensinando-as aos jovens do bairro. No Congado de São José do Triunfo, desempenham a função de guardiões Seu Zeca e Seu Dola, que são moradores do distrito que mantém e contribuem ativamente para a perpetuação da festa congadeira.

A fé que move os congadeiros de São José do Triunfo é expressa pelas significações estabelecidas por eles aos rituais do rosário ligados à figura da santa e à herança do pai, sendo estas significações, o resultado de um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, responsável pela construção de uma realidade. Os maiores conhecimentos da festa religiosa no local aparecem em seus depoimentos e memórias sobre a festa, uma indissociável relação entre o lugar, suas histórias e o congado.

Apesar da referência africana da origem dos rituais e da preservação por parte dos negros, os guardiões não se opõem a presença de brancos na Banda de Congo, sendo segundo os moradores a fé em Nossa Senhora maior do que qualquer fundamento histórico que a desconsidere como ato de fé.

É neste sentido que identificamos na festa do congado de São José do Triunfo elementos que nos permite uma identificação com o conceito de patrimônio imaterial e da cultura popular, pois “a cultura tradicional e popular – crenças, comida, danças, procissões, folias, expressões, música, etc. – mantém-se com relativa autonomia, no que concerne à ação dos realizadores e participantes locais.” (TAMASO,2005:17)

Por patrimônio imaterial entendemos as representações na forma de música, poesias crenças, expressões, técnicas etc. Segundo Isabela Tamaso a tendência dos folcloristas é entender o patrimônio imaterial como folclore, mas segundo a visão dos antropólogos o mesmo é considerado como cultura. Atualmente a tendência de ambos é percebê-los como patrimônio. Podemos definir patrimônio também seguindo um dos critérios do IPHAN,

Que também reconhece problemas no reconhecimento do patrimônio imaterial, sendo o maior problema de patrimônio imaterial é de que, ao enfatizar mais o conhecimento, o processo de criação e de modelo tendem a desconsiderar as condições materiais de sua existência, não dando conta, porém de toda à complexidade que pretendem definir. (*Ibidem*, 2005:17)

Para o IPHAN, os patrimônios imateriais são sentidos atribuídos a suportes tangíveis as práticas e aos lugares. Podemos perceber que o patrimônio imaterial trabalhado na perspectiva da educação histórica possibilita uma maior receptividade entre os alunos indo de encontro ao conhecimento histórico, assim como a valorização do patrimônio cultural local.

A importância do patrimônio imaterial como fonte de pesquisa na constituição das idéias históricas dos alunos, propõe elementos para uma metodologia de aplicação em sala de aula com o Patrimônio Imaterial.

Do ponto de vista da Educação Histórica o patrimônio imaterial é um objeto importante a ser utilizada na Educação Histórica, devido ao seu caráter de estabelecer empatia e aceitação de uma perspectiva histórica, por parte dos alunos.

Segundo Tania Gayer Ehlke, em seu artigo *Patrimônio Imaterial e Educação Histórica*, pode-se sugerir aos alunos a proposta de;

Investigar as idéias históricas dos alunos quanto ao patrimônio imaterial; Fazer a intervenção pedagógica utilizando o material didático. Analisar o processo da intervenção pedagógica junto aos alunos quanto: a- avaliar o patrimônio imaterial como fonte de pesquisa; b- investigar se a inclusão do tema na disciplina de História contribui para que o aluno se sinta sujeito da história e pertencente ao lugar. (EHLKE, 2011:2)

O Patrimônio Imaterial na disciplina de história pode se inserir no contexto das vivências e buscas, no sentido de contribuir para consolidar o Ensino de História, pois estimula e ressalta a identidade do aluno, permitindo assim à inserção de suas crenças, suas tradições familiares, e convivência em sua comunidade atrelada a relação de indivíduo e o tempo inerentes ao respectivo lugar.

Deste modo, vamos de encontro com as idéias de Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues Silva, quando esta aborda que;

“tal reconhecimento se traduz como contributo no processo de construção da identidade nacional, da valorização do patrimônio material e imaterial das comunidades e, conseqüentemente, ampliam os significados educacionais da produção de memórias nos locais de ensino”. (SILVA, 2011:2)

Considerações finais

A partir da análise da festa do congado no distrito de São José do Triunfo, e de seus ritos e elementos simbólicos, percebe-se que além de ser uma festa religiosa, é também uma forma de resgate das tradições herdadas de seus antepassados africanos.

A tradição como verificada ao decorrer deste pequeno estudo, nos mostra que a preservação das práticas do congado, depende das estruturas de sua festa, e de suas manifestações religiosas, folclóricas, o que nos leva a perceber a formação de uma identidade por parte do grupo participante, que preservam esta “festa” por tantas gerações, e a legitimando como um patrimônio imaterial cultural da região.

Sendo assim, o congado um grande componente da cultura da zona da mata mineira, possui características próprias, mas não abandonando as raízes que deram origem.

Neste sentido voltamos à importância que o congado com patrimônio imaterial, é parte indissociável da cultura e da identidade local, e como sua presença é essencial na sala de aula, pois reacende o sentimento de pertencimento da cultura popular, das tradições familiares e seu interesse intrínseco na disciplina de história.

Referências bibliográficas

LUCHETE, Felipe. **Guardiões da Memória: Lembranças de Congados**. Viçosa: do Autor, 2008/2009. p.11. Disponível em: http://www.com.ufv.br/pdfs/tccs/2008/2008_felipeluchete_livro_guardioesdamemoria.pdf Acessado em: 10 de outubro de 2011.

TAMASO, Izabela. **A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios**. Sociedade e cultura. Julho/Dezembro. Ano. 8. Nº 2. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil. 2005.p. 17. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1008/1203> Acessado: 10 de outubro de 2011.

EHLKE, Tânia Gayer. **Patrimônio imaterial e educação histórica**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/160-4.pdf> Acessado em 10 de outubro de 2011.p.2

SILVA, Fernanda Aparecida Oliveira Rodrigues. **O contributo do patrimônio do patrimônio material e imaterial na formação do educador de jovens e adultos: o relato da Universidade Federal de Ouro Preto**. Disponível em: http://www.cereja.org.br/pdf/semana/O_contributo_do_patrimonio_material_e_imaterial_Fernanda_ApORSilva.pdf Acessado em: 10 de março 2012.p.2.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

SOUSA, Patrício Pereira Alves de. **Identidades, Memória e espacialidade na Festa do Rosário**. Fortaleza: Revista de Geografia da UFC, nº 17, 2009. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/252/253> Acessado em: 10 de março de 2012.

MARTINS, Saul. **Folclore em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1991.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **As raízes da congada: A renovação do presente pelos filhos do Rosário**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília. DF, 2006. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/5567?mode=full> Acessado em: 10 de outubro de 2011.

JODELET, Denise. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

Entre Doenças, Tensões e “Civilização” de Índios: as questões enfrentadas na região do Rio Doce (1824-1829).

Leonardo Bassoli Angelo*

Resumo: A região do rio Doce foi um espaço de intenso investimento do governo central no início do século XIX. Denominada “barreira verde” no período colonial, foi, durante o Império do Brasil, considerada uma região com potencial para colonização e prática da agricultura, e isso demandou o estabelecimento, em Minas Gerais, de efetivos militares e da chamada Direção Geral dos Índios de Minas Gerais, com o propósito de “civilizar” índios e empreender essa ocupação, fato que levou a tensões envolvendo terras, exploração do trabalho indígena, e outros, e meu objetivo é abordar algumas questões que permearam esse processo *civilizador* de Minas Gerais. As fontes primárias, sobre essa província, são documentos produzidos pela Direção-Geral entre 1824 e 1829. Relacionadas à bibliografia, podem revelar um pouco a dinâmica dessa política indigenista.

Palavras-chave: Índios, *civilização*, tensões.

Abstract: The region of rio Doce was a space of intense investment of the central Government in the begin of the XIX Century. Nominated “green barrier” in the colonial period, was, during the Empire of Brazil, considered a region with potential for colonization and practice of agriculture, and this demanded the establishment, in Minas Gerais, of the General Direction of Indians of Minas Gerais, for the propose of “civilize” Indians and undertake this occupation, fact which led to tensions involving lands, exploration of the Indian labor, and other, and my goal is to address some issues that permeated this *civilizing* process of Minas Gerais. The primary sources, about this province, are documents produced by General-Direction between 1824 and 1829. Related to the bibliography, one can to reveal a little the dynamic of this Indian policy.

Keywords: Indian, *civilization*, tensions.

* Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição e bolsista da Capes. Contato: leobangelo@gmail.com

A região do rio Doce não foi considerada potencial para o povoamento durante muito tempo. No período colonial, era utilizada como “barreira verde”, mata densa que se constituía como garantia contra o roubo do ouro na região mineradora. Em 1808, com chegada da Família Real portuguesa, o príncipe regente d. João determinou, para essa região habitada por índios botocudos a criação da chamada *Junta de Conquista, Civilização dos Índios e Navegação do Rio Doce* que, atuando juntamente com as Divisões Militares do Rio Doce (circunscrições militares)⁴⁵⁶, teria como propósito intensificar a ocupação da região, “civilizar” os índios que nela habitavam concomitantemente à “guerra justa” que a coroa passou a empreender contra os índios denominados *bravos*, e tornar o rio Doce e suas margens locais propícios ao desenvolvimento econômico da capitania de Minas Gerais. A presença dos botocudos não poderia ser ignorada face à maneira violenta com que por séculos se estabeleceu a relação entre eles, as autoridades e os colonos. Com a Independência, em 1822, o projeto de ocupação do rio Doce continuou em andamento, mas ainda persistiam alguns fatores que, desde o princípio, impediam a plena execução dos planejamentos do poder constituído.

O francês Guido Tomás Marlière, que trabalhava na *civilização* de índios em Minas Gerais desde 1813, foi nomeado diretor-geral dos índios de Minas Gerais em 1824, e durante cinco anos chefiou a política indigenista na província. Como diretor-geral, Marlière, subordinados e autoridades superiores produziram uma extensa documentação na qual descreveram o cotidiano dessa política, onde podemos acompanhar acontecimentos de diversos matizes. Alguns deles eram tratados como problemas pelos agentes. Em um documento datado de 06/07/1828, Guido Marlière relatava ao governador das Minas que a 6ª Divisão era composta, em grande parte, por degredados, condenados a deportação, e que isso potencializava a ação dos que o diretor-geral chamava “delinquentes”. Soldados desertados, mas também índios aldeados ou em processo de aldeamento se uniam e causavam uma série de inconvenientes, dentre os quais incitações à sublevação e assassinatos, como o soldado-índio Inocêncio Gonçalves de Abreu, o qual, junto com outros dois deportados, fugiu para a província do Espírito Santo e por pouco não assassinou o comando da Divisão⁴⁵⁷.

⁴⁵⁶ Essa Junta existiu até 1823, mas as Divisões Militares do Rio Doce permaneceram durante toda a administração do francês Guido Marlière em Minas Gerais. Ao longo deste artigo, intercalarei a denominação entre *DMRD* e *Divisão*.

⁴⁵⁷ Correspondência do diretor-geral dos índios de Minas Gerais para o governador das Minas; Retiro, 06 de julho de 1828. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XII, 1908, p. 545-546.

Eventualmente, o indevido planejamento e a limitação de recursos levavam à impotência diante das diversas questões que mobilizaram as autoridades, e um ponto bastante significativo se refere às doenças que grassaram na região, carente de serviços médicos adequados e de práticas profiláticas específicas devido à precária preparação dos agentes responsáveis pela saúde. As fontes indicam que as vacinas aplicadas nas pessoas doentes nem sempre surtiam os efeitos desejados, e as doenças muitas vezes levavam à morte os militares e os índios (alguns militares eram, inclusive, índios aldeados que haviam aderido ao projeto *civilizador*), e como a documentação sobre o cotidiano das DMRDs desvela a constante preocupação das autoridades com a ausência de pessoas para executarem essa política, a questão se constituía como um problema para os agentes ligados ao poder provincial. O diretor-geral dos índios da Província, em um dos diversos documentos com propósito instrutivo, abarcando construção de canoas, casamentos, entre outros, salientou que deveria haver um cirurgião em cada Divisão com a tarefa de vacinar as pessoas, com medicamentos fornecidos pelo Governo Imperial. A saúde debilitada poderia decorrer da idade avançada de muitos militares, a exemplo de José Sebastião da Silva, soldado da 1ª DMRD, e Gregório Figueira de Figueiredo, da 5ª Divisão, os quais acabaram solicitando baixa do Imperial Serviço, o que não era contestado, pois manter um soldado doente e inativo era custoso para os cofres públicos⁴⁵⁸.

Outra questão que se apresentou no cotidiano das Divisões se refere às deserções. Na maioria das vezes, os soldados desertavam devido à sua proveniência, já que, uma vez condenados pela justiça, eram enviados para aquela região, de mata densa e com uma trabalhosa tarefa a ser cumprida: trazer os índios – dentre os quais muitos *bravos* - à vida “civilizada”, e se junta a isso o fato de que muitos índios reagiam às tentativas de ocupação dos colonos e às investidas do poder central na região, o que dava margem à associação entre eles e os “desviantes”. Essas pessoas que praticavam delitos mobilizaram bastante as autoridades envolvidas na política indigenista da Minas Gerais do período e por isso estão

⁴⁵⁸Correspondência de João Vieira de Carvalho para o diretor-geral dos índios de Minas Gerais; Rio de Janeiro, 13 de abril de 1825. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 33; Correspondência do diretor-geral dos índios de Minas Gerais para o governador das Minas; Retiro, 06 de julho de 1828. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XII, 1908, p. 280-281; MARLIÈRE, Guido Tomás. *Reflexões sobre os índios da Província de Minas Gerais*; Retiro, 07 de março de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 81-88; Documento do diretor-geral dos índios de Minas Gerais para a 1ª Divisão Militar do Rio Doce; [local?], 09 de dezembro de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 190; Correspondência do diretor-geral dos índios de Minas Gerais para a 5ª Divisão Militar do Rio Doce; [local?], 24 de março de 1828. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XII, 1908, p. 521.

fartamente documentadas (AGUIAR, 2007: 15). Em ofício de 20/12/1826, Guido Marlière enviou ao comando da 5ª Divisão uma relação de oito desertores da vizinhança daquela Divisão, mandando pronta captura. Nesse mesmo documento, o diretor-geral relatou o recebimento de um documento do destinatário, o comandante da Divisão, referente à deserção de quatro pessoas da DMRD, sendo que duas delas, que já estavam presas, deveriam ser julgadas⁴⁵⁹. Esse assunto era tão recorrente que Marlière, em um documento intitulado “Memórias” ao barão de Caeté, relatou o assunto (MONTEIRO, 2001: 141).

Assim como as mortes ocasionadas por epidemias causavam diminuição no número de militares, essas deserções também podem ser elencadas como um fator de desarticulação desse projeto indigenista, em função da já citada pouca disponibilidade de pessoas para ocupar as diversas funções e empreender o trabalho com os índios, o apoio ao desenvolvimento de núcleos populacionais na região e o incremento da navegação na bacia do rio Doce. Moreira (MOREIRA, 2001: 96) toca em um ponto importante acerca do que poderia ser inesperado para muitas autoridades: índios assimilados por vezes fugiam de suas terras, segundo a autora, pelo medo do recrutamento e do trabalho forçado. Porém, apesar de essa análise se referir à Província do Espírito Santo, meu estudo sobre a conjuntura do período em Minas Gerais leva-me a pensar em uma maior complexidade envolvendo esse tipo de atitude, complexidade que me arrisco a estender a outras províncias da época, e enxergo algumas razões que levavam um índio a fugir, a exemplo de uma reação, a demonstração de não passividade diante da violência ou incoerência que muitas vezes permeava o processo “civilizador”, seja no trabalho para particulares, para o poder central (construindo e consertando estradas, por exemplo), e esse era outro outro fator problemático, haja vista que alguns diretores não cumpriam corretamente suas funções, seja pela simples corrupção de valores ou porque a legislação provincial poderia demorar ou simplesmente não chegar às Divisões, e as atitudes tomadas à revelia seriam incoerentes com o que havia sido planejado, levando subordinados insatisfeitos a desrespeitarem ordens dos seus superiores.

Como a professora Vânia Losada, acredito que o receio diante do recrutamento estava presente, mas em minha opinião este não era o único elemento. No período em questão não havia uma legislação central que regesse a política indigenista do Brasil, o que levou as províncias a executar as atividades com certa autonomia. Em algumas situações, poderia ser difícil, diante do isolamento geográfico, divulgar leis de cunho provincial ou imperial para

⁴⁵⁹ Documento do diretor-geral dos índios de Minas Gerais à 5ª Divisão Militar do Rio Doce; Ouro Preto, 20 de dezembro de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 118-119.

todos os habitantes da região, fossem eles soldados, colonos ou índios, de forma que as ordens expedidas nem sempre eram executadas conforme determinado. Um caso que demandou diversas correspondências é o de Norberto Rodrigues de Medeiros, sargento-intérprete da 5ª Divisão que fugiu com vinte e três índios da Divisão e se refugiou na mata. Sem condições de sobrevivência, voltou com alguns índios, e os outros morreram. Esse caso é bastante significativo, pois me permite salientar que o fato de os índios terem se aliado aos desertores não faz deles simples massa de manobra daqueles que reagem à incumbência de trabalhar para a *civilização*. Ao contrário, concordo com José Otávio Aguiar e considero que esses índios, longe de terem sido passivos e manipuláveis, viam vantagens pessoais na associação (AGUIAR, 2007: 20), que se estabelecia, em grande parte dos casos, como uma estratégia de sobrevivência física e cultural, a chance de obter liberdade para andar pelo mato em contraposição a um aldeamento compulsório que remetia às práticas jesuíticas.

Recorrentes nessa documentação sobre o rio Doce são as questões envolvendo terras. Um dos projetos mais significativos a respeito da questão indígena no início do século XIX é o de José Bonifácio, que salientou o direito de propriedade dos índios sobre suas terras, garantido pela jurisprudência colonial (MOREIRA, 2010: 130). Não obstante, na mesma época que este artigo abarca, a vila de Itaguaí enfrentava tensões de terras e os índios se viam na iminência de perderem o direito de propriedade sobre elas, ao passo que os índios de Minas Gerais contavam com a autoridade máxima da província e da Direção-Geral dos Índios para garantir os seus direitos. Muitas são as correspondências oficiais de Minas Gerais que dissertam sobre a violência perpetrada por colonos em terras de índios, como o caso de Rafael Gonçalves Chaves, o qual, segundo José Marques, forro marido da índia Caetana, se intrometeu em terras de índios, onde havia plantação de milho. O índio coroado Monte Cabo se queixou de seu vizinho José Antônio Toco, que havia lhe roubado terras, enquanto outros vizinhos soltavam bois e cavalos em suas roças. Em um documento dirigido ao visconde de São Leopoldo, ministro dos Negócios do Império, o diretor-geral Marlière manifestou preocupação com o desrespeito dos colonos diante das terras dos índios coroados da Aldeia da Pedra, e pedia que fosse levado ao imperador d. Pedro I a insatisfação dos índios. Por carta régia de 1816, os comandos das Divisões estavam proibidos de conceder e tirar terras, mas as autoridades militares se posicionavam diante desses acontecimentos, que mobilizavam e interferiam no desenvolvimento dos trabalhos com os índios, e por vezes militares recebiam reprimendas, como o comandante da 7ª DMRD, que foi advertido por Marlière por ter desrespeitado, juntamente com seus soldados, o direito de propriedade – garantido pela

Constituição de 1824, salientou o diretor-geral – de Ana Maria de Almeida, colona daquela Divisão que, além de perder o direito sobre as terras, foi presa⁴⁶⁰. A invasão de terras de colonos por parte dos índios também foi bastante recorrente, e a Direção-Geral dos Índios procurou agir, pelo menos em nosso recorte temporal, com o intuito de garantir esse direito individual para todos os habitantes da região, sem privilégio para os índios.

A proveniência da violência física no rio Doce em Minas Gerais é diversa. Tensões protagonizadas por militares, colonos e índios, quando havia lutas corporais, invasão de terras alheias, não submissão dos índios às autoridades, entre outros. Marlière chegou a comandar, antes dos tempos da Direção-Geral (entre 1814 e 1815), duas bandeiras, sendo a primeira motivada pelo assassinato de um rapaz na Freguesia de São João Batista do Presídio, composta de portugueses da esquadra do mato e de índios coroados, e a segunda composta inteiramente de índios coroados, diante do assassinato de um índio desta nação, chamado Silvestre, e seus dois filhos, que trabalhavam em plantação própria na aldeia. Em certa ocasião, o militar francês expediu um ofício dissertando sobre acontecimentos no sítio de Manuel Gonçalves, e pediu providências no sentido de coibir excessos praticados pelos índios. José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, presidente da Província de Minas Gerais, declarou, em 1826, que levaria ao imperador requisições do diretor-geral no sentido de evitar a desordem nas margens do rio Doce, causadas por desertores (talvez, segundo o presidente), “vagabundos” e malfeitores⁴⁶¹.

O soldado-índio Firmino Durains, da 7ª Divisão, acompanhou o viajante francês Saint-Hilaire em suas viagens por Minas Gerais. Firmino incitou os índios de sua nação a assassinar a guarda do Rubim com o intuito de roubar, e na aldeia de Itinga, coordenou o assassinato de reses. Espalhava secretamente que os diretores de índios eram ladrões, roubando o que o imperador direcionava para os índios. Antes de embarcar para a Europa, Saint-Hilaire, que conhecera Firmino, recomendou que esse homem não voltasse para o mato, e o índio acabou

⁴⁶⁰ Correspondência do presidente da Província de Minas Gerais ao diretor-geral dos índios de Minas Gerais; Ouro Preto, 13 de março de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 108; Correspondência do diretor dos índios coroados para o diretor-geral dos índios de Minas Gerais; [local?], 09 de agosto de 1825. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 80; Correspondência do diretor-geral dos índios de Minas Gerais para o diretor dos índios coroados; Guidoal, 19 de dezembro de 1827. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XII, 1908, p. 491; Documento do diretor-geral dos índios de Minas Gerais ao ministro dos Negócios do Império; [local?], 16 de novembro de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 182-183; Correspondência do diretor-geral dos índios de Minas Gerais para a 7ª Divisão Militar do Rio Doce; [local?], 24 de fevereiro de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 135.

⁴⁶¹ Correspondência do presidente da Província de Minas Gerais a Estevão Ribeiro de Resende; Ouro Preto, 28 de julho de 1825. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 67; Correspondência do presidente da Província de Minas Gerais ao diretor-geral dos índios de Minas Gerais; Ouro Preto, 13 de março de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 108.

por ser enviado ao Exército do Sul para ser *civilizado*⁴⁶². Haja vista a dificuldade por vezes encontrada pelas autoridades para ensinar aos índios os propalados valores da “civilização”, uma tentativa recorrente em Minas Gerais consistia em recrutar representantes indígenas para disciplinar os seus iguais⁴⁶³, o que muitas vezes surtia o efeito desejado, e isso não indicava, necessariamente, que os índios haviam se submetido ao poder central, mas um apoio – ainda que disfarçado - desses grupos à autoridade constituída poderia garantir a sua sobrevivência cultural e a integridade física, mesmo que, por vezes, índios tenham sido escravizados. Com o aldeamento, diversos índios eram conduzidos para trabalhos nas Divisões, juntando-se a “desviantes”, o que fazia aumentar o número de desertores⁴⁶⁴ (AGUIAR, 2007: 15).

Em 1826, o Ministério do Império demandou de autoridades provinciais comentários e projetos para a *civilização* dos índios, e nesse documento prevaleceu uma visão negativa do índio. Marlière, na qualidade de diretor-geral dos índios de Minas Gerais, participou da discussão e manifestou seu posicionamento de confiança na potencialidade daqueles cuja *civilização* cabia a ele promover, e isso, para mim, é significativo no que se refere às práticas empreendidas para realizar o projeto, pois, apesar de não conhecer com profundidade a documentação referente às outras províncias desse período, meu argumento para Minas Gerais é que houve tolerância diante das reticências dos índios, os quais não tinham, segundo o diretor, plena consciência do que praticavam. Na medida do possível, o militar francês defendia os índios, mas punia quando julgava necessário, e devemos estudar essas fontes com a consciência de que o trabalho dessa autoridade com os índios de Minas Gerais era permeado pela crença de que os índios se tornariam *cidadãos*⁴⁶⁵, ideia também manifestada por outro diretor em outra temporalidade, na província da Bahia da segunda metade do século XIX (REGO, 2011).

O propósito de apresentar algumas questões ocorridas no cotidiano das Divisões reside em minha hipótese, segundo a qual o projeto chefiado pelas autoridades provinciais de Minas Gerais encontrou obstáculos que impediram o vislumbre de resultados políticos que beneficiariam todos aqueles que se envolveram com a questão indígena da província. Quando

⁴⁶² Documento do diretor-geral dos índios de Minas Gerais ao tenente-geral governador das Armas de Minas Gerais; Retiro, 02 de janeiro de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XI, 1908, p. 121-122.

⁴⁶³ Empreendidas através de línguas, intérpretes índios, e do contato com chefes dos diversos grupos. Além desse contato, uma estratégia consistia em respeitar práticas culturais, como dança, música e a poligamia (esta ao menos de forma transitória). Cf.: MONTEIRO, op.cit., p. 140.

⁴⁶⁴ O sargento Norberto Rodrigues de Medeiros desertou em 1828 com diversos índios.

⁴⁶⁵ A discussão sobre a cidadania no Brasil Império é bastante complexa, e a Constituição de 1824 não menciona diretamente a condição do índio na sociedade brasileira que estava sendo construída. Portanto, devemos ter cuidado ao trabalharmos com esse conceito.

grupos de índios aceitavam ser aldeados e o fato era comunicado às autoridades centrais, a possibilidade de sucesso político dos agentes do indigenismo era maior, mas, em minha opinião, as doenças incontroláveis, as deserções, a violência física e as constantes mobilizações por terras diminuía a possibilidade de qualquer sucesso político, em um contexto no qual o Estado Imperial exigia constantes detalhamentos e pronta execução de tudo o que fora planejado – haja vista a atenção demandada por um empreendimento desta monta e os investimentos financeiros -, visando o pleno domínio de uma região de mata densa que teve, durante muitos anos, os índios como senhores.

Fontes primárias

Revista do Arquivo Público Mineiro, volumes XI e XII, 1908.

Referências bibliográficas

AGUIAR, José Otávio. *Os ecos autoritários da Marselhesa: Guido Thomaz Marlière e a colonização dos sertões do rio Doce (Minas Gerais)*. Revista de História e Estudos Culturais, v. 4, Ano 4, Nº 3, 2007. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF12/secaolive.artigo.8-Jose.Otavio.Aguiar.pdf>>. Acesso em: 23/03/2012, 22h35min.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do Indigenismo*. Campinas, 2001 (Tese de Livre-Docência).

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836)*. Revista Topoi, v. 11, n. 21, p. 127-142, julho-dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi21/Topoi21_07Artigo7.pdf>. Acesso em: 21/02/2012, 08h34min.

_____. *Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica*. Diálogos latinoamericanos, Nº 003. Aarhus, Universidad de Aarhus, 2001.

REGO, André de Almeida. *Corte de madeiras e o confinamento de populações indígenas*. Revista Crítica Histórica, Ano II, Nº 4, p. 77-100, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/110/Corte%20de%20madeiras%20e%20o%20confinamento%20de%20popula%C3%A7%C3%B5es%20ind%C3%ADgenas.pdf>>. Acesso em: 13/02/2012, 8h45min.

Patrimônio: entre memória, identidade e as ações de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF.

Tháise Sá Freire Rocha*

Resumo: Uma vez que os bens culturais possuem a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por contribuir em garantir a identidade cultural de um povo, acaba se tornando alvo de muitas estratégias que visam a sua valorização. Para os fins deste trabalho, buscaremos entender como esses conceitos são expressos nas iniciativas que visam à promoção do patrimônio arqueológico. Dentre essas iniciativas, destacamos o programa de Educação Patrimonial que vem sendo desenvolvido pela equipe do MAEA-UFJF nas comunidades rurais da Zona da Mata mineira.

Palavras-chave: Patrimônio - Memória - Identidade - Educação Patrimonial.

Abstract: Since cultural property have the ability to stimulate the memory of people historically linked to it, and help to ensure the cultural identity of a people, ends up becoming the target of many strategies aimed at their recovery. For the purposes of this paper, we try to understand how these concepts are expressed in initiatives aimed at promoting the archaeological heritage. Among these initiatives, we highlight the heritage education program being developed by the team of MAEA-UFJF communities in the Zona da Mata of Minas Gerais.

Keywords: Heritage - Memory - Identity - Heritage Education.

Introdução

Geralmente quando pensamos em patrimônio, temos a tendência de associá-lo somente ao patrimônio material, ligado a riqueza, que são herdados ou que possuem algum valor afetivo. Porém, patrimônio não se limita apenas sentido de herança. Refere-se também,

* Discente do curso de História - UFJF e Bolsista de Extensão do MAEA-UFJF. Como orientadora Prof. Dra. Luciane Monteiro Oliveira, colaboradora do MAEA-UFJF.

aos bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais.

Tal herança cultural adquirida pode fornecer informações significativas acerca da história de um país e do passado da sociedade. Por terem esse papel, acabam por contribuir na formação da identidade desse país, como também na formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate a memória, desencadeando assim uma ligação entre o cidadão e suas raízes. Em vista disso, sua preservação torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural.

Preserva-lo então, pode ser uma medida eficaz para garantir que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer sua própria história e de outros, por meio do patrimônio material, imaterial, arquitetônico ou edificado, arqueológico, artístico, religioso e da humanidade. Pois através da materialidade, o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também, reconstruir seu passado histórico (OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2008).

O patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação. A preocupação em protegê-los começou no início do século XX. Foram sendo criadas a partir daí, várias comissões e conferências para estabelecer critérios para proteger e conservar o patrimônio. No Brasil, as primeiras medidas oficiais surgiram em 1936, a partir de um anteprojeto de Mário de Andrade e alguns intelectuais da época, com suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, através da criação do SPHAN-Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Entre as várias iniciativas formuladas visando à salvaguarda desses bens patrimoniais, para os fins deste artigo, destaco o programa de Educação Patrimonial que vem sendo desenvolvido pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, que tem como objetivo promover a preservação do patrimônio. A Educação patrimonial é apresentada como uma proposta interdisciplinar de ensino que é voltada para a valorização e conservação do patrimônio histórico-cultural. O projeto tenta fortalecer a rede social, e trazer a memória cultural como componente de construção de identidades.

Memória, identidade e patrimônio cultural.

Quando se fala em patrimônio cultural, imediatamente associa-se o termo aos conceitos de memória e identidade, “uma vez que entendemos o patrimônio cultural como *locus* privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2007: p. 1). Segundo Pelegrini (2006), as noções de patrimônio cultural estão vinculadas às de lembrança e de memória, que são fundamentais no que diz respeito a ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais.

De acordo com Le Goff (1990), a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana. O passado só permanece “vivo” através de trabalhos de síntese da memória, que nos dão a oportunidade de revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar suas experiências, tornando com isso a memória “viva” (ALBERTI, 2004: p. 15).

Apesar de algumas vezes entendermos memória como um fenômeno particular, segundo Halbwachs (1990), ela deve ser compreendida também, como um fenômeno coletivo e social. E os elementos que constituem a memória, tanto individual quanto coletiva, são inicialmente aqueles episódios ocorridos pessoalmente e aqueles vividos pelo o grupo no qual a pessoa se relaciona (POLLAK, 1992).

Segundo Pollak (1992), a memória pode ser classificada como seletiva, pois nem tudo de fato fica registrado. Ela acaba por sofrer algumas alterações que ocorrem como consequência do momento em que ela esta sendo articulada. Com isso pode-se dizer que a memória é construída, podendo ser essa construção consciente ou não.

Em relação à memória individual, tudo aquilo que se é gravado, excluído, lembrado, nada mais é do que o resultado de um trabalho de organização. Quando se trata de memória herdada, a memória pode ser considerada como um elemento pertencente ao sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992). O autor assinala que a memória é essencial na percepção de si e dos outros. Ela acaba por ser resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja, de identidade.

Estudar a constituição da memória é importante porque esta intimamente ligada à construção da identidade. A memória vem sendo considerada como algo importante no que se refere à construção de identidades, pois a partir dela, podemos reconhecer os acontecimentos passados e ainda conservar as informações que nos são importantes preservar, tanto na memória individual quanto na coletiva (KRAISCH, 2007).

Para Le Goff (2007), a memória acaba por estabelecer um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Esse vínculo que se torna afetivo, possibilita que essa população passe a se enxergar como “sujeitos da história”, que possuem assim como direitos, também deveres para com a sua localidade.

O autor destaca, que a “identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a “preservar e divulgar os seus bens culturais” dá-se início ao processo denominado pelo autor como a “construção do ethos cultural e de sua cidadania” (PELEGRINI, 2006: p. 116-117). Para Pollak (1992) “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”.

Ao entendermos patrimônio como algo que recebemos do passado, vivenciamos no presente e transmitimos as gerações futuras, de acordo com Pelegrini (2007: p. 3), estamos admitindo “que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos”, sentimento esse, que acaba por assegurar uma identidade cultural.

A preservação patrimonial no Brasil

As primeiras medidas visando na proteção do patrimônio no Brasil, surgiram a no século XX, com o desenvolvimento das Ciências Sociais. A partir da década de 1920, a preocupação com a salvaguarda dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico da Nação, começou a ser considerada politicamente relevante, implicando o envolvimento do Estado. Já existiam museus nacionais em funcionamento no país, mas ainda não havia nenhuma forma de proteger os bens que não se incluíam neste meio, sobretudo os bens imóveis. (FONSECA, 2005).

Para atender a essa preocupação em relação aos bens existentes no país, quem em 1936, foi criado o Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que seria

responsável pela preservação ao patrimônio histórico e artístico nacional. O órgão surgiu em um momento no qual o Brasil passava por mudanças políticas e sociais, devido ao movimento modernista e da instauração do Estado Novo.

O movimento modernista, inicialmente foi caracterizado apenas como um movimento artístico, mas a partir da Revolução de 1930, os intelectuais que compunham o movimento, passaram a exercer também, um papel político. A partir daí, começaram a se envolver com algumas questões específicas do país, como por exemplo, da identidade nacional, que veio a ser um marco do compromisso social que estes passavam a ter.

A questão da identidade nacional era um tema comum a praticamente todos os grupos modernistas, que se expressavam, em suas manifestações mais elaboradas, através de uma crítica do Brasil europeizada e da valorização dos traços primitivos de nossa cultura, até então tidos como sinais de atraso.

Mário de Andrade, considerado o maior nome do modernismo, acreditava que o conhecimento do Brasil se fazia na literatura. A elaboração de uma versão sintética da identidade nacional era algo a ser realizado no futuro, e devia ser procedida por um trabalho de análise e de conhecimento das raízes culturais brasileiras.

Foi a partir da instauração do Estado Novo, em 1937 que se iniciaram oficialmente políticas públicas destinadas a preservar o patrimônio do país. A proposta nacionalista de Vargas, visava resgatar profundas raízes em solo brasileiro, e para isso começou-se a valorizar a pré-história e dos vestígios ligados a ela, tentando distanciar vínculos com a antiga metrópole, pois o contato “só reforçava a condição e a mentalidade” de colônia, o que não interessava nem a Vargas, com seu novo projeto, e nem a “nova nação que se desenhava” (Lima, 2007).

Durante o Estado Novo, os intelectuais exerceram um papel político fundamental para a construção da nação. A criação de instituições culturais sólidas era sua principal função política, uma vez que estas instituições serviriam de mediadores entre o Estado e a sociedade, entre a cultura e o povo.

Segundo Fonseca, os representantes do novo governo e até mesmo alguns intelectuais modernistas, entendiam o povo apenas como a massa popular, que não tinham “canais próprios de expressão” (2005: p. 121). Mas Mário de Andrade e a maioria dos intelectuais modernistas tinham uma visão positiva do povo. Para eles, as manifestações populares era a real tradução das raízes culturais brasileiras.

Essa relação amistosa entre o governo e os intelectuais, se dava na medida em que o governo obtinha vantagens ao aceitar os modernistas. Um órgão como o Sphan, viria a contribuir ideologicamente para ratificar a imagem de coesão social do governo em torno de um projeto de âmbito nacional. Esse interesse pelo o órgão, consistia também, em um reforço ao processo de associação das elites, através de uma abertura no governo que possibilitava os intelectuais a atuarem em funções remuneradas e ao abrigo ideológico. Outra questão, é que a partir da “consagração de bens de arte erudita como patrimônio nacional contrabalançava a imagem de um governo que recorria a conteúdos culturais para a persuasão ideológica” (FONSECA, 2005: p. 123).

No que diz respeito à proteção ao patrimônio, desde o início de sua criação, o Sphan acreditava que para que o objetivo fosse cumprido, deveria haver a colaboração por parte de diversos setores da sociedade, criando na população um sentido de patrimônio que só seria possível alcançar, através da educação popular. De acordo com Mário de Andrade, se o contato com os monumentos fosse integrado ao processo educativo, seria muito mais fácil incentivar a proteção desses bens.

O Sphan era uma instituição eminentemente técnica, que desenvolvia um trabalho altamente especializado e de grande responsabilidade científica e social, na medida em que era juridicamente responsável pela constituição do patrimônio histórico e artístico nacional e penalmente responsável pela proteção dos bens tombados. Não cabia entre suas tarefas, a educação popular, limitando-se então, ao cumprimento do que considerava de sua competência.

Em vista disso, coube então aos museus a função de “educar a população”. Foi a partir da década de 1920, que a função educativa passou a ser uma das principais ações a serem desenvolvidas em museus. No Brasil, a primeiro museu a desenvolver atividades educacionais, foi o Museu Nacional, e para isso, criaram o Serviço de Educativo do Museu Nacional. As primeiras ações deste novo órgão estavam voltadas à produção de materiais didáticos que seriam emprestados as escolas e visavam definir o que estava sendo estudado em sala de aula.

O Ministério da Cultura em 1980, estabeleceu o Programa Nacional de Museus, como um órgão coordenaria as ações desenvolvidas pelos museus, estabelecendo que essas instituições seriam também agencias educativo-culturais, que promoveriam ações que complementassem o ensino formal adequando a educação a realidade econômica, social e cultural do país (CARNEIRO, 2009).

A tentativa de teorização e sistematização das ações educacionais promovida pelos museus brasileiros se estruturou a partir do contexto inglês conhecido como *heritage education*. O termo ficou conhecido no Brasil como educação patrimonial, e teve como autora pioneira no tema Maria de Lourdes Parreiras Horta.

A primeira definição para o termo, segundo Horta foi que “seria o ensino centrado no objeto cultural, na evidência material da cultura. Ou, ainda, como o processo educacional que considera o objeto como fonte primária de ensino” (HORTA, 1984: p. 01). De acordo com a autora, o contato direto com patrimônio cultural, possibilita uma experiência concreta, onde as pessoas têm a chance de conhecer do qual herdamos.

O desenvolvimento metodológico da educação patrimonial teve suas bases teóricas e científicas baseada em princípios fundamentais da psicologia do aprendizado e da percepção. Horta, em um artigo publicado em 1984, pautava a metodologia da educação patrimonial utilizando elementos desses princípios, que seria a percepção, a memória, emoção e os níveis de desenvolvimento do pensamento (CARNEIRO, 2009).

A educação patrimonial vem sendo apresentada como uma proposta interdisciplinar de ensino, voltada para a valorização e conservação do patrimônio histórico-cultural. E é considerada sem dúvida uma das iniciativas mais difundidas no que diz respeito à promoção do patrimônio, que vem buscando levar crianças e adultos a um processo de conhecimento e valorização do universo sócio-cultural da comunidade, o que acaba por capacitá-los a usufruir, de maneira correta, estes bens. Uma vez tem sido considerada como o ensino focalizado nos bens culturais, e tem como objetivo, proporcionar a comunidade, principalmente às crianças, um contato maior com o patrimônio cultural da sua região.

O projeto vem tentando fortalecer a rede social, e trazer a memória cultural como componente de construção de identidades. A Educação Patrimonial acaba por promover uma transformação na maneira de se ver e tratar a cultura e busca um aprimoramento nas formas de repassar para o público leigo, as descobertas científicas. Ela pode ser aplicada em comunidades próximas a patrimônios reconhecidos, como sítios arqueológicos, assim como em escolas, no intuito de sensibilizar sobre a importância do reconhecimento, da valorização e da conservação do patrimônio da região. Acabando por incentivar e possibilitar atividades que estimulam o interesse científico nos primórdios da cultura regional, como uma alternativa para promover a alfabetização cultural no ensino fundamental.

Patrimônio arqueológico

Muitos dos bens existentes no Brasil, não recebem a devida atenção que merecem por parte das autoridades para a sua efetiva regulamentação. Segundo Kraisch (2007), existem muitos desafios em se constituir marcos referenciais das sociedades atuais como forma de compreensão da consciência histórica das mesmas, por isso, torna-se necessária proteger o patrimônio cultural existente no país.

Devido a esta preocupação em se preservar esses bens culturais, surgiram várias comissões e documentos legais, como por exemplo, a Carta de Atenas, em 1931, a Convenção de Paris de 1972, entre outras, que seriam responsáveis pela manutenção e preservação destes bens, de forma a fazerem parte da história dos mais diversos locais.

Dentre esses patrimônios culturais, para os fins deste artigo destaco o patrimônio arqueológico. Os registros arqueológicos apresentam elementos essenciais sobre o período pré-histórico e histórico da colonização do Brasil, pois complementam a história desse país, fornecendo informações do passado deste território, a partir dos vestígios deixados pelos seus primeiros habitantes. Esses vestígios podem ser considerados como o legado desses povos que já não existem mais, e, portanto, a nossa herança cultural. Segundo Kraisch (2007: p.7):

Discutir a relação entre patrimônio e arqueologia relacionando à preservação deste patrimônio em particular demonstra a necessidade que existe hoje na afirmação dos marcos referenciais e, por que não, identitários, de uma determinada sociedade. Para tanto, deve-se considerar as relações que memória e identidade estabelecem, de um ponto de vista representacional, de base semiótica, através da mediação da cultura material, que é o objeto de estudo da arqueologia.

Segundo a autora, a relação existente entre a preservação do patrimônio arqueológico e a sociedade, seria nada menos do que o “reconhecimento e a valorização das identidades culturais” (KRAISCH, 2007: p. 2). Para que as ações de preservação de fato ocorram, não basta apenas o interesse legal, deve-se também ter o apoio da comunidade. Para isso, deve haver uma socialização entre pesquisadores e a comunidade que vive em torno deste patrimônio arqueológico.

Com esta socialização, a comunidade vai ter a chance de conhecer os resultados obtidos nos sítios arqueológicos, o que aproximara estes registros do cotidiano dos grupos que vivem perto desses sítios. Essa medida se torna possível, através de uma educação patrimonial, que acaba por conscientizar esta mesma população sobre o seu papel social

diante de sua própria sociedade, e fazendo com que ela possa tomar posse deste patrimônio e efetive a sua preservação.

Um estudo de caso: Educação Patrimonial do MAEA-UFJF.

Neste artigo, será utilizado como estudo de caso o programa de Educação Patrimonial que vem sendo desenvolvido pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF) na Zona da Mata mineira. O projeto é denominado de “Compartilhando experiências: a educação patrimonial e a socialização do saber”, e recebe o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFJF. A finalidade do projeto é proporcionar ao público alvo elementos para as reflexões acerca do conhecimento adquirido a partir das pesquisas arqueológicas que são desenvolvidas na região, voltando-se principalmente para aqueles alcançados com a arqueologia.

O programa surge no âmbito do projeto de “Mapeamento Arqueológico Cultural da Zona da Mata Mineira”, que consiste em identificar, registrar e mapear os sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira, objetivando a partir disso, conhecer o modo de vida das populações que habitaram a região anterior ao processo de colonização. O projeto começou a ser desenvolvido em 2001, e desde então, vem se aperfeiçoando metodologicamente, e oferecendo dados para estudos e investigações no campo da educação, tornando-se a partir de 2005, um projeto autônomo.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do programa consistem em aulas interativas e oficinas de expressão metodológica. As aulas são desenvolvidas em quatro módulos, que explicarei apontando os objetivos propostos para cada módulo.

No primeiro, procuramos trabalhar com a história da região, com ênfase no legado indígena e negro, destacando a sua importância para a nossa formação sociocultural. O objetivo centrou-se em levar as crianças a perceberem o quão recente é a ocupação de nossa região e problematizar as consequências de tais fatos (AMARAL; FONSECA, 2004).

No final da primeira aula, são entregues aos alunos um questionário onde eles entrevistariam algum amigo, ou familiar mais idoso que conhecesse. As perguntas se referiam basicamente, à conformação histórica da região no tocante a presença negra e indígena, que seria acessado por meio da memória dos sujeitos mais antigos. A intenção com a atividade foi a de apresentar visões alternativas a história oficial, presente na maioria dos livros didáticos, e

que de certo modo ignora as experiências subjetivas das pessoas comuns ao longo do tempo. A partir dessas entrevistas, os alunos têm a oportunidade de ter uma maior aproximação com a história da região, e com a história de sua família, que muitas vezes desconheciam. Com isso, passam a se enxergarem como atores ativos nessa história.

No segundo módulo é abordada a especificidade do conhecimento indígena, e para isso, desenvolvemos uma oficina de expressão tecnológica onde os alunos passam ter uma noção de conhecimento e desenvolvimento científico presentes na cultura indígena. O objetivo da oficina é reconstruir os utensílios empregados em vários âmbitos da vida diária dessa sociedade. Durante a atividade ensinamos a eles a técnica do rolete, que é originalmente utilizada pelos índios.

Neste encontro, tratamos da especificidade dos saberes indígenas, no que se refere aos conhecimentos da natureza, bem como a vida de seus antepassados. Vale ressaltar que esta atividade teve a finalidade de fazer com que as crianças vivenciassem e experimentassem uma realidade comum nas sociedades indígenas. Além disso, promover a compreensão de que os índios possuem uma tecnologia, que, inclusive, nós não dominamos. Trata-se, portanto de uma etapa essencial para romper com o estereótipo do índio preguiçoso, selvagem, não detentor de conhecimentos e que não se adaptava ao trabalho.

Para dar continuidade a esta proposta estabelecida, no terceiro módulo nós realizamos a queima do material cerâmico produzido pelas crianças. Na montagem da fogueira, explicamos aos alunos que ela estava sendo feita da mesma forma que os índios faziam. Por não termos domínio da técnica, ao queimar as vasilhas, muitas delas se quebraram. A partir das sensações de perda e orgulho manifestadas pelas crianças foi possível iniciar reflexões sobre patrimônio material e imaterial; patrimônio coletivo e individual, temas que foram abordados mais detalhadamente no quarto módulo. Ao final da atividade, os alunos puderam recolher seus vasilhames e levá-los para casa. A equipe solicitou ainda que as crianças elaborassem uma carta para equipe, onde elas poderiam se manifestar livremente, por meio de desenhos e textos, sobre todo o trabalho realizado.

No quarto módulo, a intenção é a de reforçar a importância do legado cultural indígena e negro na nossa formação sócio-cultural, buscando assim desconstruir possíveis estereótipos. Buscamos utilizar o vínculo afetivo estabelecido entre os alunos e sua produção material, para podermos aprofundar a discussão acerca do patrimônio cultural e sua necessidade de preservação.

No final do encontro, são recolhidas as cartinhas feitas pelas crianças, nas quais foram expressas por meio de desenhos e texto as impressões sobre a equipe e os módulos realizados. O objetivo é realizar uma leitura interpretativa desse material adquirido. De acordo com Oliveira (2010), os critérios empregados nessa avaliação consistem das formas de apreensão da experiência, e toma como ponto de partida, o cotidiano da coletividade. A partir disso, podemos observar como as crianças estabelecem relações como modos de vida diferentes do seu, “lançando mão de categorias como a autonomia e a alteridade, vitais para a compreensão da diversidade cultural”.

Após a leitura e interpretação dos textos apresentados, podemos destacar os efeitos positivos das ações de extensão, na medida em que proporcionamos às crianças instrumental para iniciativas de valorização enquanto atores, diretos ou indiretos, do processo de construção dos saberes” (OLIVEIRA, 2010:p. 132).

Ao fim, é possível afirmar que o trabalho atingiu o seu objetivo pretendido, que foi o de sensibilizar os alunos para temáticas como legado cultural negro e indígena; patrimônio arqueológico e preservação.

Atualmente, toda a produção advinda do projeto – desenhos, textos e cartas – estão sendo analisados pelos pesquisadores do MAEA-UFJF sob os auspícios da fenomenologia de Merlo Ponty e Bachelard. Com a sistematização desses resultados será possível tecer inferências mais seguras sobre o *lócus* ocupado pela figura do índio no imaginário social e os impactos bem como os desdobramentos suscitados pelas atividades de educação patrimonial em relação a essa situação. Uma vez que o escopo do programa é promover, por meio da experimentação e vivência das crianças, sensações e percepções sobre patrimônio cultural alinhavado a partir das relações afetivas estabelecidas com o conteúdo apresentado (OLIVEIRA, 2010).

Conclusão

Assim como para o estudo do patrimônio cultural a memória e a identidade, são essências, para o patrimônio arqueológico não é diferente. Uma vez que a arqueologia busca reconstruir a história de um povo, sem esses elementos, não seria possível o desenvolvimento de tantas pesquisas, que contribuem para a sociedade que uma vez que esta disciplina busca resgatar o cotidiano dos grupos sociais sem interferir nas práticas atuais.

Através de um processo de construção de identidades culturais, pode-se chegar a uma real formação de comunidade que se reconheça com afinidades de presente e passado, é que podemos manter os indivíduos próximos, e é neste aspecto que a questão dos marcos referenciais, dados pelo patrimônio arqueológico contribui para a consolidação das identidades e levam à conscientização do papel social desenvolvido pelo indivíduo perante a sociedade (KRAISH, 2007).

A partir do momento em que se começa a discutir e compreender a importância de se preservar a memória e a história de um povo, de um lugar estas mesmas autoridades começam a se articular na concretização da preservação destes locais de memórias. E nesta questão que a educação patrimonial é essencial, pois possibilita essa aproximação da sociedade e seu patrimônio.

A Educação Patrimonial acaba por promover uma transformação na maneira de se ver e tratar a cultura e busca um aprimoramento nas formas de repassar para o público leigo, as descobertas científicas, ao ser aplicada em comunidades próximas a patrimônios reconhecidos, como sítios arqueológicos, assim como em escolas, visando sensibilizar sobre a importância do reconhecimento, da valorização e da conservação do patrimônio da região.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 196 p.

AMARAL, Alencar M.; FONSECA, Livia C. da. Programa de Educação Patrimonial: oficinas com crianças do Ensino Fundamental da rede pública municipal de São João Nepomuceno. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.) **Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno**. Juiz de Fora: Editar, 2004.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. **Cultura Material**. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa, IN-CM, 1989, vol.16, p.11-47.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COIMBRA, Luciana Bracarense. **Alfabetização cultural: A construção coletiva de uma mentalidade preservacionista**. In: Olhares e Trilhas, Uberlândia, Ano VIII, n. 8, p. 45-51, 2007.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Ações educativas no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia.** Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial I.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Fundação Nacional, 1984 (Encarte em Boletim do Programa Nacional de Museus).

KRAISH, Adriana M. P. O. **O Patrimônio arqueológico como elemento do Patrimônio Cultural.** In: ANPUH, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Conexto, 1997.

LIMA, Tânia Andrade. **A Arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha.** In: Canindé, Xingó, nº 9, 2007.

MONTEIRO OLIVEIRA, Luciane; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. **Educação Patrimonial, Memória e saberes coletivos.** Juiz de Fora, 2006.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. **Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: A educação na perspectiva de mudança paradigmática.** Juiz de Fora, 2008.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. Criação, experiência e manipulação do conhecimento revelado nos registros gráficos de crianças. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P.; OLIVEIRA, L. M. (Org.) **Arqueologia e patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural**. In: Educação e Sociedade, ano XXI, n° 71, 2000.

História e Intelectualidade

Das Raízes ao Paraíso: Colonização do Brasil e (des) construção da sociedade sob o olhar de Sérgio Buarque de Holanda.

Diego Schaeffer*

Resumo: O presente trabalho, que tem como foco as ideias do historiador Sérgio Buarque de Holanda, tem como objetivo analisar e comparar os livros “Raízes do Brasil” e “Visão do Paraíso”, bem como comparar o autor a outros pensadores igualmente importantes. Dessa maneira, o objetivo é analisar e discutir como Sérgio Buarque enxerga a colonização portuguesa no Brasil, passando pelas suas características primordiais e pelos seus reflexos na construção da sociedade brasileira. Ou desconstrução, pois o estudioso brasileiro introduz um olhar crítico sob a colonização portuguesa, pois para ele, esta não construiu uma sociedade, introduzindo uma “cidadania postiça”.

Palavras-chave: Colonização; Brasil; Sérgio Buarque de Holanda.

Abstract: This work, which focuses on the ideas of the historian Sérgio Buarque de Holanda, aims to analyze and compare the book "Raízes do Brasil" and "Visão do Paraíso" as well as the author compares to other equally important thinkers. The objective is to analyze and discuss how Sérgio Buarque sees the portuguese colonization of Brazil, through its basic characteristics and its effects in the construction of brazilian society. Or deconstruction, as the brazilian scholar presents a critical look under the Portuguese colonization, because for him it does not build a society, introducing a "fake citizenship".

Keywords: Colonization; Brazil; Sérgio Buarque de Holanda.

Introdução

“A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências.

* Graduando do 7º período em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem.” (HOLANDA, 1995: 31).

Com essa afirmação, Sérgio Buarque de Holanda inicia seu mais famoso e importante ensaio: *Raízes do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1936. Nele, o autor já mostra logo nesse início sua tentativa marcante de tentar entender o Brasil contemporâneo através do seu passado colonial, buscando a essência desse Brasil, e esta essência para ele estava em suas origens, em sua raiz, como percebemos pelo título da obra.

De outro lado, temos seu livro mais acadêmico (e talvez por isso mais científico), escrito como tese para ingressar como professor da USP: *Visão do Paraíso*, cuja primeira edição data de 1959, ou seja, mais de vinte anos depois do *Raízes*. Partindo de um mito antiquíssimo, o da visão européia, sobretudo dos navegadores ibéricos, da América do Sul como “Paraíso Terrestre”, Sérgio examina os mitos edênicos que acompanharam as narrativas dos descobrimentos e colonização da América, explorando o imaginário do colonizador e comparando os “modelos” de colonização espanhola e portuguesa. Apesar da distância em anos da publicação de *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*, considero que além de suas importâncias individuais, o segundo vem como uma “complementação” das ideias do primeiro, ou como afirma Lauro de Mello e Souza no posfácio do *Visão do Paraíso*, este “[...] Sempre foi um livro consideradíssimo, portador da marca registrada de Sérgio [...]. Não se atrelava a nenhuma tradição local, não dialogava com nenhuma obra anterior, a não ser as do próprio autor – com *Raízes do Brasil*, a qual é, em algumas partes, uma atualização eruditíssima [...]” (SOUZA, in HOLANDA, 2010: 543).

Dessa maneira, o presente artigo tem como objetivo analisar, tendo como base bibliográfica esses dois livros (bem como comparar o autor a outros pensadores igualmente importantes), como Sérgio Buarque de Holanda enxerga a colonização portuguesa no Brasil, passando pelas suas características primordiais, pelas suas diferenças em relação aos outros “modelos colonizadores” (sobretudo espanhol, mas com uma pequena pincelada no inglês) e, principalmente, pelos seus reflexos na construção da sociedade brasileira. Ou desconstrução, pois Sérgio introduz um olhar crítico sob a colonização portuguesa, pois para ele, esta não construiu uma sociedade, introduzindo uma “cidadania postiça” (sua principal crítica à

sociedade brasileira dos anos 1920-30, ainda no início da República), já que somos “desterrados em nossa própria terra”.

Das Raízes ao Paraíso

Raízes do Brasil “é construído sobre uma admirável metodologia dos contrários, que alarga e aprofunda a velha dicotomia da reflexão latino-americana”. Assim afirma Antonio Candido no prefácio de *Raízes*, sem dúvida guiado pelas articulações de Sérgio Buarque de opostos, como ladrilhador-semeador, público-privado, etc. Dessa forma, o “esclarecimento não decorre da opção prática ou teórica por um deles, como em Sarmiento ou Euclides da Cunha; mas pelo jogo dialético entre ambos”. E por consequência, a “visão de um determinado aspecto histórico é obtida, no sentido forte do termo, pelo enfoque simultâneo dos dois; um suscita o outro, ambos se interpenetram e o resultado possui uma grande força de esclarecimento” (CANDIDO, in HOLANDA, 1995: 12-13).⁴⁶⁶

O ensaio, dividido em sete capítulos, começa com um intitulado “Fronteiras da Europa”, onde discute sobre a Ibéria para englobar a Espanha e Portugal, apesar de que logo depois essa unidade se desmanchará. Esse capítulo estuda as origens europeias, mostrando que o pensamento tradicional estaria intimamente ligado às colonizações que viriam a acontecer. No segundo capítulo, “Trabalho e aventura”, onde surge uma tipologia importante no livro, a do “trabalhador” *versus* o “aventureiro”, que mostra dois tipos de colonizador, onde o primeiro é aquele que “busca novas experiências, acomoda-se no provisório e prefere descobrir a consolidar”; enquanto o segundo “estima a segurança e o esforço, aceitando as compensações a longo prazo”; concluindo que no continente americano o tipo de colonizador que predominou foi o “aventureiro”. No terceiro capítulo, denominado “Herança rural”, tem como foco a agricultura, analisando a marca da vida rural na formação da sociedade brasileira e, “repousando na escravidão, ela entra em crise quando esta declina”. Além disso, a “paisagem natural e social fica marcada pelo predomínio da fazenda sobre a cidade”. Chegando a questão da cidade, Sérgio entra no quarto capítulo, “O semeador e o ladrilhador”, que “começa pelo estudo da importância da cidade como instrumento de dominação e da circunstância de ter sido fundada nesse sentido”. Destarte, o “ladrilhador” espanhol cria suas cidades como “empresa da razão”, enquanto o português foi “semeador” de cidades

⁴⁶⁶ Lembrando que nesse processo, Sérgio Buarque utiliza o critério tipológico de Max Weber, como será elucidado mais tarde.

irregulares (esmiuçarei essa importante comparação no próximo tópico). No quinto capítulo, que aborda e se intitula “O homem cordial”, o qual “aborda características que nos são próprias, como consequência dos traços apontados antes”.⁴⁶⁷ No sexto capítulo, “Novos tempos”, Sérgio “estuda certas consequências dos anteriores na configuração da sociedade brasileira, a partir da vinda da família real, que causou o primeiro choque nos velhos padrões coloniais”. E por fim, no sétimo e último capítulo de *Raízes do Brasil*, temos o título “Nossa revolução”, que resumidamente, “consiste em sugerir (mais do que mostrar) como a dissolução da ordem tradicional ocasiona contradições não resolvidas, que nascem no nível da estrutura social e se manifestam no das instituições e ideias políticas” (CANDIDO, in HOLANDA, 1995: 13-18).

Visão do Paraíso, por sua vez, seguindo a argumentação de Maria Odila Leite da Silva Dias, no artigo *Sérgio Buarque de Holanda, historiador*, contido no livro que leva o nome do autor, organizado pela mesma Maria Odila e integrante da coleção “Grandes Cientistas Sociais”, “percebemos que ao elaborar a historicidade do mito do paraíso terrestre na colonização portuguesa”, Sérgio “jogou com as tensões entre o arcaico e o moderno principalmente no seu modo de desmascarar as aparências ilusórias do novo, onde persistiam intactas as tradições do passado”. Dessa forma, o autor expõe o contraste dos espanhóis em relação aos portugueses em relação à crença no mito, pois enquanto os espanhóis “logo se arrojavam à conquista de eldorados e potosis”, a Coroa portuguesa tentou sempre a centralização e o controle dos colonos, proibindo que fizessem expedições para o interior do continente, mantendo o povoamento no litoral e voltado para a exploração do pau-brasil e do açúcar. Logo, os mitos edênicos (palavra que deriva de “Éden”, ou seja, remete à questão da busca e crença de um paraíso na Terra) que são verificados nas colônias espanholas, não chegam a possuir força nas colônias portuguesas, pois são “devidamente ‘atenuados’ pelas forças já burocratizadas do Reino” (DIAS, 1985: 16). Claro que os mitos do “Paraíso terrestre” chegaram aos portugueses apesar dos esforços das autoridades, como afirma Maria Odila:

“No Brasil, os mitos do paraíso terrestre, proibidos e malvistas pelas autoridades, passaram por inevitáveis processos de contágio; através de caminhos trilhados por paulistas e mamelucos [...]” (DIAS, 1985: 16).

⁴⁶⁷ Assim como o quarto capítulo, tratarei dele mais cuidadosamente em um tópico seguinte, por considerá-lo essencial para o entendimento de como se deu, para Sérgio Buarque, a construção da sociedade brasileira.

Visão do paraíso é considerada uma das obras mais bem elaboradas de Sérgio Buarque, trabalhada em inúmeros níveis e referências, como a política colonial dos povos, pensamento medieval, Renascimento, confrontos entre os valores mentais e diferenças entre espanhóis e portugueses. Voltando com a argumentação de Maria Odila, destaco trechos fundamentais para o entendimento do livro:

“Sérgio Buarque de Holanda trabalha as tensões entre palavras e noções, mito e história [...]; O tema é mais uma vez o das tensões entre continuidade e mudança na História e, neste livro, mais precisamente, o de certas peculiaridades da mentalidade dos colonizadores, que se mantêm predatórias com relação à natureza, aos índios [...]; Escrito entre 1955 e 1957, o livro tem uma intenção crítica e pretende exorcizar o mito do paraíso terrestre [...]; Através de polaridades e oposições, o autor procura descrever tendências e mudanças, que se processaram sem ruptura de continuidade histórica [...]; O livro é uma reconstituição minuciosa do impacto entre os valores tradicionais e os da experiência nova e pioneira dos portugueses: a lenta e emperrada transação entre uns e outros; o confronto da experiência do dia-a-dia com ideias transmitidas por muitas gerações; o trabalho, enfim, de reelaboração e de redução de um mito às proporções mais concretas da vivência cotidiana [...] (idem, 1985: 32-35).

Nessa linha, é possível uma série de reflexões: com erudição exemplar, Sérgio trabalha na “raiz” da crença no mito do “Paraíso terrestre”, ou seja, na tentativa de entender a mentalidade dos colonos, analisando e procurando reconstruir suas vivências cotidianas, mostrando o quanto estes ainda compartilhavam pensamentos tradicionais, pois o que percebemos em *Visão do Paraíso* é que os portugueses ainda estavam “fora” das correntes de pensamento que transformariam o mundo moderno, como o Renascimento. Desse modo, o autor observa essa “marginalização” dos colonos comparando a cultura erudita e a popular, descrevendo “estados de espírito”, reconstituindo a vida dessas pessoas através de nuances e comparações. E assim como em *Raízes do Brasil*, esse exercício de olhar para o passado com olhos minuciosos está numa preocupação com o presente, querendo exorcizar o mito do “Paraíso terrestre”, pois para ele este ainda rondava o Brasil contemporâneo, e esses vestígios de tradições antigas impedia que a mentalidade de nosso povo “completasse” a transformação para a modernidade (questionamento que Sérgio já fazia no *Raízes*). Portanto, *Visão do Paraíso* é um olhar para o nosso passado colonial, preocupado com a sociedade do presente e que, por sua lúcida argumentação, interroga o futuro.

O Semeador, o Ladrilhador e o Paraíso que se perdeu.

Comparando sistematicamente a colonização espanhola e portuguesa no capítulo “O Semeador e o Ladrilhador”, de *Raízes do Brasil*, Sérgio define Portugal como “semeador”, pois na sua visão, tinham um “modelo” de colonização que ele define como “desleixado”: deixavam as feitorias ao “deus-dará”, se preocupando muito com a exploração das riquezas do território e pouco com a organização das cidades, como visto na afirmação:

“[...] A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” [...]” (HOLANDA, 1995: 110).

Além desse “desleixo”, Sérgio observa uma certa “liberdade” (precocidade do Estado Nacional português e uniformidade étnica), além de um sentimento de segurança. Ocupando sobretudo o litoral, as cidades mediterrâneas só foram erguidas no século XVIII, e mesmo assim com forte legislação repressiva na exploração (como por exemplo, a cidade de Diamantina). A organização das cidades coloniais portuguesas, de acordo com Sérgio, se enlaçam com as linhas da paisagem, são rebeldes às formas abstratas, inspiradas na colonização de fenícios e gregos da Antigüidade (a exceção a esses modelos eram os Jesuítas e Bandeirantes). A crítica de Sérgio sobre o Brasil não “entrar” na modernidade se justificava entre muitos motivos, na ausência de universidades (só no século XX), pois nesse período a elite colonial era enviada para Portugal afim de estudar (sobretudo a cidade de Coimbra). Ainda, para o autor, em relação aos mitos (assunto aprofundado em *Visão do Paraíso*), os portugueses eram mais “realistas” e “naturalistas” do que os espanhóis: renunciavam a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou regras formais. Eram donos de uma “coragem obstinada, mas não descomedida”. Por fim, o que Sérgio explica é que havia certa “homogeneidade” dos indígenas do litoral, tornando-se também “agentes da colonização” (questão das “trocas culturais”), também devido ao “relaxamento” do catolicismo português nos trópicos.

Já do lado espanhol, denominado como “Ladrilhador”, Sérgio percebe um processo colonizador mais “preocupado”, “ativo”. Na formação de suas cidades, os espanhóis atuaram como uma “empresa da razão alterando a natureza”, tendo uma ideia desde o começo de povoar e levar suas instituições, como a Igreja e o Estado (até mesmo por isso o próprio nome dado à primeira colônia: “Nova Espanha”). Sua “ordem” de colonização partia de uma enorme força centralizadora, uniformizadora e “formalizadora” (desunião interna e

multiplicidade racial) e, ao contrário dos portugueses, detinham um sentimento de insegurança. E se os portugueses só desbravaram o interior do Brasil no século XVIII em diante, os espanhóis desde o início de sua colonização se preocupavam em desbravar o interior do território conquistado, fundando cidades mediterrâneas, inclusive no território que muitos anos depois seria reconquistado pelos Estados Unidos. Na organização de suas cidades, visavam a reprodução do urbanismo das cidades espanholas, além de reduzir as expedições jesuíticas. Também ao contrário dos portugueses, fundaram desde cedo suas universidades (desde o século XVI, totalizando 23 somente até o século XVIII). Sérgio percebe ainda um espanhol muito mais crente nos “Mitos”, como o do Eldorado, e a ilusão de transformar a realidade de acordo com seus planos (como exemplo clássico, o caso de Cristovão Colombo, que havia sonhado com sua descoberta do “Paraíso Terrestre”). Por fim, o autor ressalta que nas colônias espanholas também houve a mestiçagem, porém de forma diferente.

Apesar de muito diversos, portugueses e espanhóis também tinham traços comuns, que Sérgio ressalta, como: A permanência de traços medievais; A precocidade na constituição de estados nacionais modernos; a coincidência de interesses entre a classe mercantil, a nobreza e o Rei; A questão da “verdadeira nobreza”, ou seja, “mais vale a eminência própria que herdada”, A chamada “virtude” de Maquiavel: sentimento de dignidade, um valor universal compartilhado por nobres e plebeus; A “nobreza nova”, enriquecida pelo comércio, que era avessa às virtudes burguesas: queria tornar-se uma nobreza autêntica, genuína (exemplo eram as compras de documentos provando a veracidade das árvores genealógicas); A desconfiança das teorias contratualistas, que negam o “livre-arbítrio”; E por fim, cito uma parte do capítulo que mostra algumas destas concepções de Sérgio em relação ao “método” do colonizador português:

“Explica-se como, por outro lado, o natural conservantismo, o deixar estar — o “desleixo” — pudessem sobrepor-se tantas vezes entre eles à ambição de arquitetar o futuro, de sujeitar o processo histórico a leis rígidas, ditadas por motivos superiores às contingências humanas. Restava, sem dúvida, uma força suficientemente poderosa e arraigada nos corações para imprimir coesão e sentido espiritual à simples ambição de riquezas. Contra as increpações de Paulo Jóvio, que acusava os portugueses de ganância e falta de escrúpulo no negócio das especiarias, podia o humanista Damião de Góis objetar que os proveitos da mercancia eram necessários para se atenderem às despesas com guerras imprevistas na propagação da fé católica. E se abusos houvesse, caberia toda culpa aos mercadores, bufarinheiros e regatões, para os quais nenhuma lei existe além da que favorece sua ambição de ganho.” (HOLANDA, 1995: 117).

E chegando ao *Visão do Paraíso*, temos o seu capítulo talvez mais importante (juntamente com o que dá nome ao livro): “Paraíso Perdido”. Nele, Sérgio trata os laços existentes entre a cultura erudita e a cultura popular, além da presença de uma religiosidade medieval, que persiste entre os portugueses e se manifesta na transmissão do mito e no modo de apreender o mundo sensível através de autoridades tradicionais da Igreja, como analisado por Maria Odila Leite da Silva Dias, no mesmo artigo *Sérgio Buarque de Holanda, historiador*. Nesse trabalho, a autora retrata o capítulo aqui estudado como um remonte aos autores da Antiguidade e da Idade Média. Sérgio os utiliza, segundo Maria Odila, para “recompor, um por um, os *topoi* do paraíso terrestre: o bosque deleitoso, a longevidade, o clima ameno e saudável” (DIAS, 1985: 37). Entendendo *topoi* como os “lugares-comuns”, percebemos esse exercício de Sérgio de tentar reconstruir os costumes e o cotidiano dessas pessoas, para assim entendê-los em sua própria mentalidade, em sua complexidade. Ainda nesse capítulo, notamos que Sérgio coloca o mito do “Paraíso terrestre” partilhando e se dividindo em “dois mundos diferentes e mutuamente excludentes: o da religiosidade tradicional e o do humanismo renascentista”, que visualizava uma redenção possível no próprio mundo de todo dia. Com suas ambiguidades de sentido, foi transmitido pelos textos eruditos da Igreja e penetrou a mentalidade popular do fantástico e do maravilhoso” (idem, 1985: 37).

Os reflexos na sociedade brasileira: O “Homem cordial” como consequência da colonização portuguesa.

Para definir o impacto da cultura resultante da colonização portuguesa (cultura ibérica), Sérgio Buarque parte de um traço para ele fundamental, que define como “cultura de personalidade”, que seria a valorização da autonomia, bem como a “aversão ao convencionalismo” do brasileiro, que busca sempre em suas relações sociais a “particularização”, a criação de regras próprias. E são esses os valores que orientaram a organização da sociedade em relação ao Estado desde a colonização do país, e chegando à contemporaneidade, este era o maior obstáculo para a República.⁴⁶⁸ Além disso, para apreender melhor as características fundamentais da sociedade brasileira, Sérgio retira de

⁴⁶⁸ Quando Sérgio destaca essa cultura, ele é fortemente influenciado por Max Weber, partindo da ideia de uma cultura ideal (“tipos ideais”). Dessa questão, resulta uma sociedade politicamente pouco participante, que ele atribui também à colonização portuguesa.

Ribeiro Couto, segundo Antonio Candido no prefácio do *Raízes*, a expressão “homem cordial”, sobre a qual o mesmo Antonio Candido salienta:

“O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários.” (CANDIDO, in HOLANDA, 1995: 17).

Ou seja, o “homem cordial” quer dizer exatamente o contrário, pois essa cordialidade é “epidérmica”, não é essencial. O que vem a ser essencial é aquilo que é “autoritário”, entretanto, há uma ausência das hierarquias internas, no sentido da sociedade não respeitar as instituições e as diferenças, “odiando” as palavras “associação”, “igualdade”, “liberdade”, entre outras. Dessa forma, o que Sérgio Buarque argumenta é que o que nos essencializa é a “cordialidade”, como se o autor quisesse dizer: “Somos cordiais porque somos resistentes à vida em sociedade”, usando essa “cordialidade” como uma defesa, uma proteção contra conflitos pessoais: não é que “civildade” não exista no Brasil, mas Sérgio a vê afastada em relação à “cordialidade”, de forma que o brasileiro prefira “tirar” a hierarquização, dando um toque pessoal, de proximidade. Pessoalidade essa que é própria do catolicismo, como por exemplo, a atitude de tratar muitas vezes o santo católico como um amigo, alguém próximo. Sérgio destaca fatores positivos desse aspecto cultural, porém alega que possui igualmente um lado muito ruim, pois a principal razão do não funcionamento da democracia residia nessa desarticulação das hierarquias e essa “pessoalização” das relações sociais.

Sérgio Buarque e outros autores: Uma comparação.

Gilberto Freyre

Fazendo um paralelo com Gilberto Freyre, outro importante autor do mesmo período, tomo como base o artigo *Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: Um diálogo*, de Elide Rugai Bastos⁴⁶⁹. Nele, a autora mostra as diferenças fundamentais entre Sérgio e Gilberto (o primeiro muito mais próximo de um método histórico, enquanto o segundo do antropológico,

⁴⁶⁹ Contido no livro *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*, organizado por Pedro M. Monteiro e João K. Eugênio.

ou seja, no fundo é um diálogo entre historiador e sociólogo), que residem sobretudo, na questão do Patriarcalismo *versus* Patrimonialismo. Para Sérgio, Gilberto generaliza essa questão patriarcal do Nordeste para o restante do Brasil. Por conseguinte, Elide vem mostrar o problema entre “forma” e conteúdo”, já que segundo ela, Gilberto considera a forma Patriarcal capaz de adquirir diferentes conteúdos sociais e, por isso, Sérgio o critica afirmando que essa definição de Patriarcalismo pode servir para qualquer lugar, sendo assim um argumento “pouco histórico”, sem especificidade. Defende então que o Patrimonialismo, essa relação público-privado, que é o essencial para entender a sociedade brasileira. Para ele, é fundamental a separação entre essas duas vias, pois esse passado Patrimonialista impede a democracia brasileira.

Elide Rugai ainda observa outros dois fatores importantes na comparação entre os dois autores: ambos trabalham com a ideia de “tipo ideal” de Weber, quase como um modelo, como podemos notar:

“[...] Sérgio, ao explicar o sucesso do empreendimento colonial português, busca nos traços de sua conduta as razões que diferenciam esse colonizador de outros conquistadores. Para tanto constrói tipos sociais contrapostos, analisando em pormenor as condutas dos indivíduos e atribuindo sentido a elas. O par principal, articulador da análise, é aventureiro-trabalhador, que se desdobra em nomadismo-sedentarismo, sementeiro-ladrilhador. [...] Gilberto constrói sua análise também por oposição de tipos, o que fica evidente nos títulos de seus livros: Casa-grande e senzala, Sobrados e mucambos, Ordem e Progresso. No entanto, quer demonstrar que, mesmo aparentemente opostos, na sociedade brasileira os tipos se interpenetram. O processo está figurado na expressão “antagonismos em equilíbrio”, que se configura como eixo explicativo da sociedade brasileira.” (BASTOS, 2008: 239).

O outro fator são os processos sociais (“lugar do conflito”). Enquanto Sérgio pondera um contínuo conflito do público-privado, do rural-urbano, da cordialidade-civilidade, ou seja, a sociedade se divide entre aqueles que querem separá-los, acabando com o Patrimonialismo, e aqueles que não querem a separação. Já para Freyre, o conflito está diluído, pois a cultura Patriarcalista abrange esses dois lados, a “dominação” e o “afeto”, que poderia ser grosseiramente resumido na expressão “o pai bate quando precisa, mas também faz carinho quando o filho merece”.

Por fim, o que destaca Elide é que se existe algo que une esses dois pensadores, é que ambos enxergam o Brasil como um enigma a ser decifrado.

Oswald de Andrade

Explorando em *Visão do Paraíso* as relações entre os colonizadores e os colonizados (portugueses *versus* índios), Sérgio tenta compreender a mentalidade portuguesa⁴⁷⁰ (define o português como alguém com uma visão de mundo muito marcada pelo pensamento tradicional, rústico, catolicismo tradicionalista e muito pouco institucionalizado, com crenças em coisas mágicas), se esforçando em pensar a cultura material, os valores que esses portugueses trazem e como eles se relacionam com os índios, seus próprios valores e a natureza. Nessa relação, o autor utiliza a expressão “interação assídua” entre índios e portugueses, espécie de trocas culturais. Expressão pioneira essa, que pode ser comparada com a famosa “circularidade cultural” de Mikhail Bakhtin, e posteriormente utilizada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg.

Desse modo, vejo interessante uma comparação com outro autor que dialoga com Sérgio, e muitas vezes o cita: Oswald de Andrade. Além de ambos iniciarem suas carreiras no modernismo brasileiro, os dois também interpelam esse relacionamento colonizador-colonizado, como percebemos claramente no *Visão do Paraíso*, bem como em vários artigos e livros de Oswald. Como exemplo, destaco o seguinte poema:

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português⁴⁷¹

E essa reflexão em torno da comparação da obra de Sérgio e Oswald é que, no caso brasileiro, a instituição do Patriarcado, que começou com a chegada dos primeiros evangelizadores e governadores, foi devastadora para as comunidades indígenas, pois Oswald as considerava de cultura predominantemente Matriarcado. Um exemplo histórico explorado por Oswald refere-se à Guerra Holandesa em Pernambuco. Ele “festeja” a derrota holandesa

⁴⁷⁰ Sérgio, com *Visão do Paraíso* foi muitas vezes considerado como um precursor da posterior “história das mentalidades” praticada pela Terceira Geração dos Annales francesa. Porém sobre esse assunto, em outro posfácio do livro, Ronaldo Vainfas define: “*Visão do Paraíso*, por mais vanguardista que tenha sido – e foi –, nada tem haver com a história francesa das mentalidades. Nem com a praticada pelos fundadores dos *Annales* [...] nem, muito menos, como a da terceira geração, como Laura de Mello e Souza apontou no posfácio da presente edição [...]” (VAINFAS, in HOLANDA, 2010: 555). Consequentemente, Vainfas considera *Visão do Paraíso* um livro de história das ideias, ou segundo Vainfas como afirmou o próprio Sérgio, trata-se de uma “biografia de uma ideia”. (idem, 2010, p. 554).

⁴⁷¹ ANDRADE, Oswald de. “O achado de Vespúcio”, p.224. adendo de “A marcha das Utopias”, in ANDRADE, Oswald de. *A Utopia antropofágica*. São Paulo: Editora Globo, 1995.

não com o espírito nacionalista (ou mesmo regionalista que veio assumir em nossa historiografia), mas como uma vitória do ócio sobre o negócio. Nos anos 1930, um questionamento nesta direção apareceu em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. [...] Longe de pleitear seu pioneirismo neste tipo de abordagem, Oswald reconhece sua dívida para com Sérgio Buarque de Holanda que, em *Raízes do Brasil* havia associado o ócio com o mundo católico e o negócio com o protestante. E o cita literalmente:

“[...] Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor. E assim, enquanto povos protestantes preconizam e exaltam o esforço manual, as nações ibéricas colocam-se ainda mais largamente no ponto de vista da antiguidade clássica. O que entre elas mais predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa do que a contemplação e o amor [...]” (ANDRADE, 1995: 190).⁴⁷²

Temos aí além da comparação do colonizador espanhol com o português, a do colonizador inglês que prevaleceu na América do Norte, ou melhor, uma comparação de “modelos” colonizadores: católico *versus* protestante (como vimos anteriormente). Logo, segundo Beatriz Domingues no mesmo artigo, Oswald concordava com Sérgio que um elemento era fundamental na relação cultural entre os povos: a língua. E por fim, para Oswald, Sérgio Buarque teria deixado apenas uma lacuna na questão da implementação do catolicismo no Novo Mundo, lacuna esta que ele explora: afirma Oswald que quem trouxe esse catolicismo foram os jesuítas.

Conclusão: Esboço de uma missão.

Vale ainda, antes de chegarmos ao fim desse artigo, ressaltar um ponto importante destacado por Ronaldo Vainfas, no mesmo posfácio de *Visão do Paraíso*, no que diz respeito às comparações entre colonizadores portugueses e espanhóis do ponto de vista estabelecido em *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*, partindo da diferença temporal na concepção e publicação de ambos:

“É mesmo formidável que, ao contrastar castelhanos e portugueses em livros separados por vinte anos, Sérgio Buarque tenha conseguido valorizar a experiência dos espanhóis por motivos opostos: em *Raízes*, pela racionalidade da colonização;

⁴⁷² HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. APUD ANDRADE, Oswald de. *A Marcha das Utopias*.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

em *Visão*, pela fantasia, pelo delírio. Nos dois casos, os portugueses saem de cena amesquinçados.” (VAINFAS, in HOLANDA, 2010: 554).

Dessa maneira, percebemos o quão ao mesmo tempo os dois livros estão próximos e distantes, e daí o interesse para a comparação entre eles, que provém dessa “necessidade” exposta por Laura de Mello e Souza:

“Sérgio tem sido bem estudado na crítica literária, nos escritos sobre a expansão paulista – que se abordou mais recentemente inclusive na perspectiva da antropologia – e, como não podia deixar de ser, naquela que é sua obra mais conhecida e consagrada junto ao grande público, *Raízes do Brasil*. Mas ninguém, até hoje, enfrentou *Visão do Paraíso*, analisando-a por dentro, articulando-a aos demais livros desse grande historiador.” (SOUZA, in HOLANDA, 2010: 548).

Destarte, que fique aqui registrada esta humilde tentativa que foi a concepção desse trabalho, como um esboço de uma missão muito maior, ressaltada por Mello e Souza. De toda forma, uma singela contribuição para a tentativa de decifrar esse enigma que é nosso país, desde sua colonização até a construção de nossa sociedade, chegando ao que nos tornamos hoje: quiçá um novo enigma.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Oswald de. *A Utopia antropofágica*. São Paulo: Editora Globo, 1995

BLASENHEIM, Peter e DOMINGUES, Beatriz H. Org. *O Código Morse: Ensaio sobre Richard Morse*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Sérgio Buarque de Holanda, historiador*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 51).

EUGÊNIO, João K. e MONTEIRO, Pedro M. Org. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas / Rio de Janeiro. Editora da UNICAMP / Ed UERJ, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Mundo em Desordem: o olhar ocidental contemporâneo e a reconstrução de um período histórico.

Hélio de Mendonça Rocha*

Humberto Ferreira da Silva

Resumo: Este trabalho pretende estudar, tendo como ferramenta a Análise de Discurso do teórico francês Patrick Charaudeau, o livro “Mundo em Desordem: Liberdade vs. Igualdade”, escrito em coautoria pelo sociólogo Demétrio Magnoli e pela historiadora Elaine Barbosa. A obra busca investigar o nascimento de duas formas de totalitarismo: o nazista e o stalinista, classificados como os protagonistas de um embate entre a igualdade das classes e a igualdade dos nacionais. No entanto, ao avaliar o discurso dos autores, vem à tona a interminável discussão sobre o certo e o errado no julgamento da história, uma vez que, já na sinopse do livro, Demétrio e Elaine referem-se ao período com os termos “catástrofe única”, ou “meia-noite dos totalitarismos”.

Palavras-chave: Análise de Discurso, Século XX, Igualdade, Liberdade, Ideologia.

Abstract: This article intends to study, using Patrick Charaudeau's Speech Analysis, the book “Mundo em Desordem: Liberdade vs. Igualdade”, written by the social scientist Demétrio Magnoli and the historian Elaine Barbosa. The book intends to investigate the birth of two kinds of totalitarianism: the nazist and the stalinist, as they classified like the main characters of a clash of the class equality against nationality equality. However, analysing authors' speech, comes the neverending question about the right and wrong in history, because, at the book's synopsis, both Elaine and Demetrio call the period like “unique catastrophe” and “totalitarianism midnight”.

Keywords: Speech Analysis, XXth Century, Equality, Freedom, Ideology.

* Hélio de Mendonça Rocha é graduando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, desde agosto de 2007. Bolsista PET-SESu de abril de 2008 a abril de 2010. Estudante de mobilidade acadêmica junto à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de agosto de 2010 a fevereiro de 2011.

Este artigo pretende analisar alguns aspectos discursivos do livro “Liberdade *versus* Igualdade: O Mundo em Desordem”, escrito em coautoria pelo sociólogo Demétrio Magnoli e pela historiadora Elaine Senise Barbosa. O livro busca reconstruir o período histórico compreendido entre 1914-1945, ou seja, a primeira metade daquele que acostumou-se a chamar “breve século XX”. Os autores tratam o período à luz da árdua oposição entre igualdade e liberdade, dois pilares da Revolução Francesa que marcaram o caminho da história na modernidade.

Recontar a história tendo igualdade e liberdade como objeto de estudo, porém, é falar sobre dois valores que ainda são capazes de atingir de forma única o imaginário dos seres humanos. Afinal, eles permanecem vivos no embate ideológico que rege as disputas políticas, tanto nos cenários nacionais como na geopolítica, sendo a atual oposição não mais que desdobramentos dos altos e baixos pelos quais ambos passaram nos últimos cem anos.

Difícilmente haverá indivíduo incapaz de se posicionar quanto à oposição entre liberdade e igualdade. Desta forma, deve-se observar a solução encontrada pelos autores ao buscar o distanciamento necessário para tratar o tema. Este artigo analisa o quanto uma possível opção pela liberdade ou pela igualdade, ou seja, pelas construções ideológicas que delas derivam, pode interferir no discurso de Demétrio Magnoli e Elaine Senise Barbosa sobre a primeira metade do século XX.

Para tal, a ferramenta utilizada é a Análise de Discurso do teórico francês Patrick Charaudeau, que estuda, entre outros aspectos da linguagem, a escolha das expressões e das palavras que formam um texto, bem como o papel das mesmas na construção de sentidos estabelecidos por repertórios ideológicos.

Metodologia: as construções de sentido em um texto, segundo as teorias de Patrick Charaudeau.

1 – A opacidade da linguagem, o papel do emissor e a construção de sentidos.

Existe uma divergência entre as teorias semióticas quanto à essência do ato de linguagem. Para alguns, a linguagem é um *objeto transparente*, em que uma mensagem nada quer dizer a não ser o que, simplesmente, é dito. Outras consistem em avaliar a linguagem como um *objeto não-transparente*, em que a transmissão de uma mensagem não é o resultado

de uma única intencionalidade, mas de um processo em que estão em jogo sentidos múltiplos que dependem de uma série de circunstâncias que envolvem um ato de comunicação.

Uma dessas circunstâncias é a relação que o sujeito comunicante mantém com seu destinatário. Quando se admite a não transparência da linguagem, deve-se levar em consideração a atuação do emissor/enunciador⁴⁷³, que é o responsável pela construção dos sentidos. De acordo com a teoria de Patrick Charaudeau, em seu livro “Linguagem e Discurso” (2010), a forma como o sujeito emissor/enunciador se coloca ao transmitir a mensagem e a própria escolha das palavras, dos saberes e dos valores semânticos envolvidos, levam em conta a conjectura que este ergue sobre quais os possíveis efeitos da mesma.

Desta forma, ao refletir sobre um texto que discute a maior oposição ideológica dos tempos modernos, a qual é responsável pela dualidade esquerda/direita que rege os embates políticos do mundo atual, deve-se considerar a necessidade que têm os autores de, na interação com um público leitor múltiplo e difuso, buscar a construção de um texto que não exponha de forma clara qualquer posicionamento a favor da liberdade ou da igualdade. Tarefa, entretanto, que torna-se ingrata, pois os autores não estão livres da oposição que pretendem retratar e podem, portanto, deixar transparecer sua posição por meio de palavras, expressões ou de uma construção narrativa que denotem julgamento quanto aos personagens, valores ou fatos históricos que marcaram as relações humanas na primeira metade do século XX.

É preciso, pois, observar como as escolhas que marcam a construção de um texto podem mostrar ao leitor, ou seja, ao receptor/destinatário da mensagem, “o saber do sujeito enunciador [...]; seus pontos de vista em relação aos seus enunciados; e também seus pontos de vista em relação ao seu sujeito destinatário⁴⁷⁴” (CHARAUDEAU, 2010, p55). Em outras palavras, de que forma pode-se perceber o repertório ideológico que circunscreve o discurso sobre um período histórico.

2 – O explícito, o implícito e os filtros construtores de sentido.

⁴⁷³ Existem formas diferentes para se referir ao sujeito que emite, comunica ou enuncia a mensagem. Alguns o nomeiam emissor, baseados nos mais antigos tratados retóricos. Outros preferem o termo “sujeito comunicante”. Charaudeau utiliza os termos “sujeito comunicante” e “sujeito enunciador”. Aqui, o termo utilizado será “emissor/enunciador”.

⁴⁷⁴ Charaudeau trata o receptor por “sujeito destinatário” ou “sujeito interpretante”. Aqui, utilizaremos “receptor/destinatário”.

O ato de comunicação, sendo a linguagem um *objeto não-transparente*, leva em conta aspectos explícitos e implícitos, fundamentais à construção do sentido de uma mensagem. Segundo Charaudeau (2010), o *explícito* é resultado de uma atividade estrutural da linguagem, quando a simples escolha das palavras diferencia “Feche a porta” de “Abra a porta”, por exemplo. Isto é, quando a utilização de palavras com funções específicas na linguagem, portadoras de diferentes significantes, é responsável pela construção dos sentidos.

O *implícito*, por outro lado, resulta da necessidade de que sejam observadas uma série de circunstâncias que envolvem o ato de comunicação, para que a partir delas produza-se entre emissor e receptor os resultados desejados. Desta forma, “Fecha a porta” pode significar “Há muito barulho lá fora”, ou “Está frio aqui dentro”, ou “Vou lhe contar um segredo”. Para que se construa no receptor o sentido esperado pelo emissor, o primeiro utiliza-se de *filtros construtores de sentido*, que podem ser verbais, gestuais, imagéticos, etc.

Se o emissor, ao dizer “Fecha a porta”, o faz enquanto bate os dentes e esfrega os braços, não haverá dúvidas no receptor de que ele faz referência ao frio. Se ele mostra irritação e diz: “Fecha esta droga desta porta!”, a palavra “droga” atua como um *filtro construtor de sentido*, denotando a impaciência do emissor e induzindo seu interlocutor à suposição de que trata-se, talvez, de um atordoamento pelo barulho externo.

Adjetivações, comparações ou exaltações atuam como filtros que jogam com os saberes possíveis dos dois agentes da linguagem, de forma que o enunciador possa transmitir sua mensagem e produzir os efeitos desejados no sujeito destinatário. Uma foto ou ilustração, igualmente, pode ser uma ferramenta poderosa na construção de sentidos implícitos, principalmente no caso de um livro de conteúdo historiográfico, caso deste estudo.

Compreendendo, pois, a importância do repertório ideológico do emissor para a realização de um ato de comunicação, e sabendo dos recursos dos quais ele dispõe para atribuir à mensagem o sentido que julga adequado, vamos à análise do livro “Liberdade *versus* Igualdade: O Mundo em Desordem.

O caso do livro “Liberdade *versus* Igualdade: O Mundo em Desordem.

1 - Liberdade e a igualdade: valores que transmutam, vencem o tempo, e permanecem.

Tanto o consagrado Eric Hobsbawm, de formação marxista, como a pensadora Hanna Arendt, de formação judaica e inicialmente sionista, quanto o contemporâneo Tony Judt, três

dos mais respeitados intelectuais dos últimos cinquenta anos, abordaram em suas bibliografias a ascensão das potências totalitárias e o embate ideológico que elas travaram com o capitalismo ocidental, durante o chamado “entre-guerras”. Entretanto, poucos tentaram compreendê-la numa proposta de análise distanciada, a ponto de liberdade e igualdade não serem tratadas como ferramenta ideológica, mas como objeto de análise.

Logo, quando os dois maiores arcabouços ideológicos do século XX passam pelo deslocamento de repertório intelectual a objetos de estudo, está pressuposta uma análise que, finalmente, trate socialismo real, autoritarismos nacionalistas e liberalismo como fenômenos sociais e políticos passíveis de observação científica, e não grandes ideais para os quais haja a necessidade moral de um julgamento.

No recorte temático escolhido pelos autores, trata-se da ascensão e das crises pelas quais passaram os regimes que assumiram o ideal do liberalismo, como Estados Unidos e Inglaterra; dos autoritarismos, caso da Alemanha, da Itália e da Espanha; ou do socialismo real, caso da União Soviética e algumas nações do leste europeu.

No enquadramento encontrado por Demétrio Magnoli e Eliane Senise Barbosa para cada período, vale destacar: a) Quanto ao liberalismo, ambos destacam, em diferentes momentos, *a falência do modelo de desregulamentação dos mercados*; e *a atuação de Winston Churchill na construção de um futuro liberal* após o desfecho da Segunda Guerra Mundial. b) Quanto ao socialismo, Magnoli e Barbosa procuram ressaltar *a oposição entre o desejo dos ideólogos socialistas e a realidade do socialismo totalitário*; e *as disputas que marcaram a ascensão de Stalin ao poder soviético*. c) Quando aos autoritarismos nacionalistas, os autores procuram *explicar os desenlaces históricos que conduziram o regime nazista ao extermínio de judeus* e, no que diz respeito a este trabalho, *explicar a forma como socialismo e liberalismo influenciaram no surgimento desses regimes*.

2 – O liberalismo: romantismo, euforia e depressão.

Segundo Demétrio Magnoli e Elaine Senise Barbosa, o mundo chegou ao fim do século XIX tomado pelo romantismo nacionalista e pelo otimismo de uma modernidade de esplendor. Era a chamada *belle-époque*. “Para a burguesia e as classes médias em ascensão, o século XIX foi um tempo idílico representado pelo triunfo da filosofia liberal” (MAGNOLI, BARBOSA. 2012, p. 19). Um mundo marcado pelo surgimento de grandes fortunas, de

impérios trans-oceânicos, de rompantes nacionalistas que caracterizavam modernidade laica, livre da opressão religiosa e regida por laços de sangue e cultura coletivos.

Este mesmo mundo, no entanto, era dominado pelas “ideias de competição e, sobretudo, superação” (MAGNOLI, BARBOSA. 2012, p.21), que invariavelmente atingia a relação entre as grandes nações. Acreditando-se superiores umas às outras, todas acirraram um sentimento de rivalidade que transformou a Europa num barril de pólvora, o que fez com que a guerra eclodisse em 1914 e fosse comemorada nas ruas das grandes capitais européias. A guerra impôs aos seres humanos uma realidade de destruição nos campos de batalha e de miséria nas regiões que não foram atingidas pelos combates. Os europeus conheceram o poder destrutivo da nova guerra tecnológica, do uso de armas químicas e dos bombardeios aéreos.

O século XX começou, portanto, num período de depressão para os liberais. Os autores tratam este período como um tempo de ilusões, que após a guerra tornaram-se “ilusões perdidas”. Nota-se, pois, que os autores atribuem ao capitalismo industrial do século XIX a responsabilidade pela construção de um mundo dominado pelo nacionalismo exacerbado e pelo clima de competição que culminou com a eclosão da grande guerra. O autor também dá ênfase ao fato de que o potencial destrutivo das armas químicas usadas na Primeira Guerra Mundial foi de responsabilidade da corrida armamentista causada pelas pretensões imperialistas das potências capitalistas ocidentais. A rivalidade inescrupulosa e coberta de descobertas científicas entre as nações positivistas do “pré-guerra”, segundo os autores, teve por consequência a utilização de muitos compostos químicos como armas militares, tais como o gás-mostarda ou o gás lacrimogênio.

Entretanto, Demétrio Magnoli e Elaine Senise Barbosa, ao falarem sobre a grande depressão que atingiu a Europa após Primeira Guerra Mundial, dedicam especial atenção à forma como a ciência encontrou caminhos para curar os doentes e feridos pelas novas armas militares. As primeiras cirurgias plásticas foram realizadas para recuperar a dignidade de quem tivera o rosto desfigurado durante a guerra e os primeiros estudos em microbiologia levariam a medicina à descoberta dos antibióticos. Os autores buscam equilibrar a balança que mede benefícios e malefícios da “caminhada evolutiva” positivista que marcou todo o século XIX e viveu seu auge com a *belle-époque*, na primeira década do século XX.

3 – O debate entre os grandes economistas: o embrião de um novo pensamento capitalista.

Segundo os atores, o imperialismo capitalista alicerçado na competição entre as nações européias viveu sua grande crise ao fim da Primeira Guerra Mundial, mas as bases do liberalismo manter-se-iam vigorosas por mais dez anos, desta vez crescendo junto à nova e pujante indústria norte-americana.

Os cânones da economia norte-americana estabeleceram-se com base na doutrina econômica de Adam Smith, calcados na ideia de que a mão invisível dos interesses individuais atua como a perfeita reguladora para as trocas de mercado, provedora de justiça. Segundo a economia clássica, o papel do Estado nos trâmites econômicos seria, exclusivamente, garantir o cumprimento dos contratos por parte do contratante e do contratado, ou do vendedor e do comprador, enfim, das duas partes interessadas num negócio. Para tal, o Estado disporia de todo o aparato militar e judiciário para garantir o bom funcionamento da mão invisível, proteger a propriedade privada e por consequência atuar, paralelamente, também como provedor de justiça.

Este ideal político-econômico vigorou durante toda a primeira década após o fim da Primeira Guerra Mundial, sobretudo sob influência do arcabouço teórico elaborado pelo economista Ludwig Von Mises, um dos principais partidários da economia clássica no princípio do século XX. Exportando produtos industrializados e matérias primas para uma Europa devastada pela guerra, os Estados Unidos prosperaram com o livre-comércio e se tornaram uma nação de esbanjamento, com pesados investimentos na construção de arranha-céus, o crescimento de uma grande frota automobilística e os primeiros passos na criação de uma indústria cinematográfica que, mais tarde, exportaria seus produtos para todo o mundo.

Contudo, o furor dos gastos e o deslumbramento com um fortalecimento econômico jamais experimentado por uma nação capitalista não permitiram que os principais economistas norte-americanos percebessem a recuperação da Europa, além dos riscos para a economia nacional e para as empresas representado pela especulação imobiliária. Com a grande crise de 1929, os norte-americanos tiveram de, em menos de um ano, contrapor o que era o auge de sua economia ao maior período de miséria de toda a sua história.

Após a crise, tornaram-se evidentes muitas fragilidades do sistema econômico baseado nos cânones de Adam Smith. A atuação da “mão invisível” como provedora de justiça mostrou-se insuficiente e uma nova doutrina econômica surgiria para marcar a história do século XX: o keynesianismo. Elaborada por John Maynard Keynes, tal doutrina previa a intervenção do Estado como regulador das trocas comerciais, sendo a mesma instituição também responsável por garantir o bem estar da população.

O keynesianismo vigorou nos anos da grande depressão, de acordo com Demétrio Magnoli e Elaine Senise Barbosa. Durante a década de 30, propondo oferecer bem-estar à população norte-americana, Franklin Delano Roosevelt tornou-se o presidente a exercer o cargo por mais tempo na história dos Estados Unidos da América.

A doutrina de Keynes chegava para ficar e o classicismo de Adam Smith ainda encontraria força política para voltar à discussão sobre os melhores caminhos para a economia de uma nação. Era, segundo os autores, o próprio capitalismo encontrando os seus caminhos para a reconstrução de seus maiores cânones, postos a prova pela Primeira Guerra Mundial e, dez anos mais tarde, pela Crise Mundial de 1929.

4 – O socialismo: intrigas e cerceamento à liberdade.

Ao falar sobre o socialismo, por outro lado, Barbosa e Magnoli não economizam críticas e buscam menos atenuantes para os erros que foram cometidos, desde os tempos de Lênin até o período em que Trotsky e Stalin lutavam para fazer valer a forma como pensavam que deveria proliferar a ideologia socialista.

Um dos pontos em que os autores são mais enfáticos, ao retratar o socialismo, foram as intrigas que marcaram as batalhas ideológicas dentro do próprio pensamento marxista. Ao tratar do surgimento dos sociais-democratas, na Alemanha, e da forma como estes travaram um forte embate de ideias contra os comunistas, Barbosa e Magnoli mostram-se simpáticos à social democracia, mais aberta ao propósito de liberdade.

Toda uma seção do primeiro capítulo é dedicada a tratar da privação à liberdade. Em “A dissensão como traição” (p97), o livro dá ênfase especificamente a um julgamento negativo quanto aos primeiros anos do socialismo, em que se consolidou o modelo de socialismo real que marcaria o bloco soviético até o fim do século XX. O próprio nome do capítulo joga com as palavras, estabelecendo um julgamento e convidando o receptor/destinatário a interpretá-las e se comportar da mesma forma. Ao opor dissensão a traição, os autores pretendem denunciar um regime em que reina a intolerância.

Durante o capítulo, os autores dizem que:

A política, de modo geral, é dissensão, divergência organizada segundo regras de convivência aceitas por todos. A Terceira Internacional suprimia a política ao igualar a dissensão à traição. O futuro da humanidade, tal como anunciado pelo partido da Revolução Russa, não passava de uma revolta contra a proclamação moderna das liberdades de crença e expressão. Quase todo o restante do século XX

O livro retrata o socialismo como um movimento repleto de cisões, morte e privação da liberdade. Mas o principal, certamente, é a forma como ele associa o socialismo ao totalitarismo, estabelecendo um paralelismo entre o socialismo e os autoritarismos nacionalistas que emergiam na Europa dos anos 30.

5 – A ascensão dos totalitarismos.

Um dos pontos importantes do livro de Demétrio Magnoli e Elaine Senise Barbosa é a forma como ambos tratam a ascensão dos totalitarismos. Quanto ao regime de Benito Mussolini, por exemplo, os dois tratam detalhadamente da adesão de grande parte dos socialistas italianos ao emergente fascista.

Da mesma forma, quanto ao regime nazista de Adolf Hitler, os autores relacionam a ascensão de um então pequeno Partido Nacional-Socialista Alemão à negligência das duas correntes socialistas que disputavam o poder na República de Weimar. Sociais-democratas e Comunistas, ao deflagrar uma luta fratricida, pouca importância atribuíram ao potencial de crescimento dos nazistas. Com a queda da bolsa de Nova Iorque e a depressão dos anos trinta, perceberam o nazismo como uma realidade política inevitável.

Nota-se, pois, a forma como Elaine Senise Barbosa e Demétrio Magnoli colocam em evidência proximidades entre o nazi-fascismo e o socialismo. De uma forma mais clara, em primeiro lugar, eles estabelecem um paralelismo entre a formação política de Benito Mussolini, anterior ao fascismo. Porém, em segundo lugar, estudada a forma como eles tratam da responsabilidade socialista pela chegada do nazismo ao poder, pode-se observar como os autores alinham o totalitarismo nacionalista com o ideal de igualdade. Afinal, se os autores dizem que a luta entre sociais-democratas e comunistas possibilitou o crescimento do partido nazista, conclui-se que ambos perderam espaço para o mesmo porque em seus eleitores havia potenciais simpatizantes do novo concorrente.

O enfoque dado pelo livro, tanto ao tratar da luta entre sociais-democratas e comunistas quanto ao dizer que o nazismo cresceu junto às camadas populares atingidas pela depressão dos anos trinta, permite concluir que o ideais de Hitler, Mussolini, Franco e Salazar se opunha aos valores do liberalismo, contestado após a quase falência de 1929.

6 – O Fim da Segunda Guerra Mundial: o enaltecimento a Winston Churchill.

Por fim, o enfoque destinado ao papel de Winston Churchill, que trabalhou a aliança das grandes potências contra o eixo Alemanha/Itália/Japão para o fim da Segunda Guerra Mundial, revela um momento em que Demétrio Magnoli e Elaine Senise Barbosa estabelecem um veemente julgamento quando às personagens e fatos históricos.

Ao tratar a atuação de Churchill, que objetivava a vitória dos aliados contra a ideologia nazi-fascista, os autores afirmam que “Churchill emergiu como um obstáculo quase solitário no caminho do triunfo de Hitler” (MAGNOLI, BARBOSA, 2012). Ora, levada em consideração a imagem que o receptor/destinatário tem dos ideais de Adolf Hitler, a ênfase no papel solitário de oposição ao ditador alemão assume carga evidentemente positiva. Os autores tratam Churchill, mais do que como um agente importante para o fim da guerra, como o herói que se ergueu contra o “mal” quando todos já o consideravam inevitável.

Em seguida, os autores enfatizam que, por meio do ministro britânico, também a Inglaterra assumiu solitária o papel de “combate ao mal”:

“Churchill tinha um aguçado sentido histórico e uma evidente inclinação por discursos épicos. Ele estava no seu meio quando encarava circunstâncias excepcionais, que pediam nada menos que heroísmo. A 'causa do mundo' pode parecer uma expressão exagerada, mas não o que era naquela ocasião dramática. E Churchill acreditava profundamente no que dizia: o 'mundo' tinha uma causa, cuja defesa, naquele momento, recaía nos ombros solitários da Grã-Bretanha” (MAGNOLI, BARBOSA. 2012. p404).

Ainda no mesmo capítulo, Barbosa e Magnoli dizem que “a Grã-Bretanha se ergueu solitariamente contra a máquina de guerra nazista”. Novamente, dada a relação entre os sujeitos emissor/enunciador e receptor/destinatário, a mensagem estabelece julgamentos baseados em valores anteriormente estabelecidos.

Ao dizer que os britânicos ergueram-se 'solitários' contra a Alemanha nazista, os autores os associam ao papel de heróis. Afinal, ao julgar papel semelhante assumido pela Alemanha na Primeira Guerra Mundial, não se credita uma das causas da guerra, por exemplo, ao fato de que a nação centro-europeia “ergueu-se solitária” contra potências industriais anteriormente estabelecidas na luta pelas colônias na África e na Ásia. Neste caso, a carga de heroísmo que a expressão leva consigo atuaria de modo inconveniente.

Outro exemplo de julgamento está na forma como os autores adjetivam o exército alemão: “máquina de guerra nazista”. Ora, por que não “máquina de guerra britânica” ou

“máquina de guerra norte-americana”? Magnoli e Barbosa tratam a Alemanha e suas forças militares como um agente de destruição, desprovido de quaisquer valores, ao passo que os aliados surgem no discurso como portadores da ética num período dos mais conturbados da história.

Por que não adjetivar por “máquina de guerra” o poder militar norte-americano, que, como ato final da guerra, antevendo a guerra fria, atingiu Hiroshima e Nagasaki com as bombas atômicas? Afinal, no que para muitos foi um momento de demonstração de poderio bélico para um novo capítulo nas disputas entre igualdade e liberdade, a Guerra Fria, os Estados Unidos mostraram-se igualmente capazes de destruir.

Conclusão

A avaliação da construção narrativa e de alguns aspectos discursivos do livro “Liberdade versus Igualdade: O Mundo em Desordem”, permite reforçar a ideia de que, hoje, analisar os fenômenos sociais do século XX ainda é uma tarefa árdua, principalmente se o autor se propõe a estradar as ideologias derivadas dos ideais de igualdade e de liberdade com distanciamento. Ambas as formas de pensamento fazem parte dos debates políticos atuais, sendo praticamente impossível para um autor manter-se indiferente.

Pode-se dizer que apenas quanto ao nazi-fascismo existe uma opinião consensual de toda a comunidade científica e da sociedade, que classificam a ideologia totalitária da Itália e da Alemanha como um mal que se apoderou da humanidade nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, ao buscar o alinhamento do autoritarismo nacionalista com os dois maiores ideais apontados pelo livro, os autores o classificam junto à igualdade, não reconhecendo, por exemplo, o argumento em que muitos apontam semelhanças entre o nazismo e as formas mais conservadoras de pensamento direitista. Não poderia, pode-se dizer, alinha à igualdade um regime que prega a superioridade de um povo em relação aos demais.

Por fim, ao falar sobre o capitalismo, os autores buscam filtros construtores de sentido que atuam como enaltecendores de figuras como Keynes, Roosevelt ou Churchill. Ao apontar os erros cometidos pelo capitalismo, os autores constroem a narrativa de modo a contrapor maus caminhos com soluções encontradas dentro do próprio campo de ideais, caso da emergência do estado de bem-estar social de Roosevelt e das ideais de John Keynes.

Enfim, o trabalho de Elaine Senise Barbosa e Demétrio Magnoli é pioneiro por apresentar ao leitor uma análise em que as grandes ideologias surgem como objetos de estudo,

não como ferramenta para o julgamento dos fatos. Entretanto, talvez pelos valores que ambos professam como indivíduos ocidentais em pleno século XXI, o autor e a autora mostram-se mais coniventes com equívocos cometidos pelos liberais, além de demonstrarem certa vilanização dos socialistas e certo enaltecimento a figuras de destaque dos países ocidentais. Isto se dá até pelo fato de que, hoje, o passar do tempo e a conclusão sobre os “vencedores” da história permite avaliar o “certo e o errado” de uma forma que não leva em consideração o sentimento coletivo que tomava a humanidade no início do século XX. Caso contrário, até a vilanização do nazi-fascismo poderia ser parcialmente contestada, como é feito com a morte dos gladiadores em Roma ou com o Tribunal da Santa Inquisição, na Idade Média.

Para que haja o distanciamento pretendido pelos autores, na verdade, é preciso que o tempo afaste tal oposição do papel que ela tem nos dias de hoje, ainda protagonista dos debates ideológicos em que se busca o melhor para a sociedade.

Referências Bibliográficas

MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise. *Liberdade versus Igualdade: O mundo em desordem*. **Rio de Janeiro**. Editora Record. 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso*. **São Paulo**. Editora Contexto. 2012.

História da Educação

Aurélio Pires, seus Escritos e suas Memórias: uma análise de projetos políticoeducacionais em Minas Gerais através da trajetória de um intelectual (1878-1937).

Luísa Marques de Paula *

Resumo: A proposta deste trabalho, inserido nas áreas de História da Educação e dos Intelectuais consiste no estudo intensivo da trajetória de vida do intelectual mineiro Aurélio Pires (1862-1937), entendendo-a como chave de compreensão para os embates político-educacionais presentes nos projetos de República em Minas Gerais, a partir do final do século XIX e início do XX. Utilizamos como fontes os materiais contidos no arquivo pessoal de Aurélio Pires, guardado no Arquivo Público Mineiro, como cadernos de recortes e compilação de cartas, além de sua autobiografia e documentos ligados a sua carreira. Para isso, trabalhamos com metodologias e referenciais teóricos ligados ao estudo biográfico e o trabalho com arquivos, problematizando questões como a escrita e o arquivamento de si.

Palavras-chave: História da educação – Intelectuais – Arquivos pessoais – Biografias

Abstract: The proposal of this work, inserted into the areas of intellectuals and education history is to promote an intensive study of the life and trajectory of the intellectual from Minas Gerais Aurélio Pires (1862-1937), understanding it as a key to comprehend political clashes in educational projects of the Republic in Minas Gerais, from the late 19th and early 20th centuries. We use as sources materials from the personal archive of Aurélio Pires, kept in the *Arquivo Público Mineiro*, as clippings notebooks and a compilation of letters, in addition to his autobiography and documents relative to his career. In order to do this, we work with theoretical references and methodologies related to biographical studies and to the work with archives, raising issues to questions such as writing and archiving of itself.

Keywords: History of education – Intellectuals – Personal files – Biographies

* Graduanda em História – FAFICH/UFMG. Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – FAE/UFMG. Agência financiadora: CNPq.

Entendendo o estudo intensivo sobre a trajetória do que podemos chamar de “intelectual” como meio legítimo para entender uma época e o contexto de debates, alianças e disputas de seus agentes, proponho este trabalho, que tem como objetivo expor alguns dos pormenores da pesquisa sobre o mineiro Aurélio Pires, seus escritos e suas memórias.

Em capítulo contido na obra de René Rémond “Por uma história política” de 2003, François Sirinelli problematiza o campo da história dos intelectuais buscando situar o recente interesse por parte da historiografia atual por esse grupo específico, que para o historiador francês, encontrava-se em crise num momento de fortalecimento da direita política e também de transformação das mídias e seus respectivos vetores de comunicação e propagação de ideais.

Tratando dos intelectuais, Sirinelli argumenta que esses sempre foram um grupo social de contornos vagos. Todavia, expõe alguns caminhos para o estudo dos mesmos. Para ele, é indissociável o estudo dos intelectuais da questão do poder, qual seja, “teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influído no acontecimento?” (SIRINELLI, 2003: 235).

Além disso, é necessária a compreensão de como as ideias chegam aos intelectuais e por que uma ideologia torna-se dominante numa determinada data. (SIRINELLI, 2003: 236). O que, porém, considero mais importante na discussão proposta por Sirinelli é o apontamento quanto às estruturas de sociabilidade, a construção de redes entre os intelectuais e de lugares que eles compartilham, como as redações dos jornais. Esse é um dos aspectos trabalhados em minha pesquisa sobre Aurélio Pires e que será mais discutido no corpo deste texto.

No que diz respeito ao campo historiográfico da História dos Intelectuais, Sirinelli afirma esse é “um campo autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003: 232).

Uma das áreas que atualmente mais vem desenvolvendo trabalhos no âmbito dos intelectuais é a História da Educação. Isso devido ao interesse de determinados pesquisadores quanto às ideias pedagógicas difundidas em alguns contextos específicos. Ana Maria de Oliveira Galvão e Eliane Marta Teixeira Lopes, na obra “Território Plural – a pesquisa em história da educação”, sugerem que os historiadores da educação “deixaram de tentar reconstruir uma trajetória linear e evolutiva das grandes tendências pedagógicas que teriam marcado a história da educação”. Hoje, eles se interessam, por exemplo, “pelas disputas

variadas entre os diversos representantes de um movimento para fazer as ideias de alguns serem mais legitimadas que as de outros” (GALVÃO, LOPES. 2010: 46).

Tendo feito essa exposição mais historiográfica, situo o meu projeto nesse campo da História da Educação que trabalha com a temática dos intelectuais, suas redes de sociabilidades, as disputas por campos de atuação e propagação de ideias. Para tanto, trabalho especificamente com a trajetória do intelectual mineiro Aurélio Egídio dos Santos Pires.

Natural da cidade do Serro em Minas Gerais e nascido no ano de 1862, Aurélio era filho do magistrado Aurelio A. Pires de Figueiredo Camargo e de Maria Josephina dos Santos Pires. Um entre tantos de uma família numerosa, seu familiar mais famoso foi sem dúvida o irmão Antonio Olyntho dos Santos Pires, que entre vários cargos, ocupou o de primeiro Presidente do Estado mineiro assim que se deu a República no Brasil.

Aurélio, ao contrário do irmão, não exerceu ou sequer concorreu a nenhum cargo político, concentrando-se na carreira docente, tendo sido reitor do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte, diretor e professor na Escola Normal Oficial, e integrante do corpo docente da Faculdade Livre de Medicina, ambos também na capital.

Além disso, exerceu por pouco tempo seu diploma de farmacêutico, e ocupou cargos públicos no estado de Minas Gerais, como diretor do Arquivo Público Mineiro, e o de diretor da seção do Ministério da Viação e Obras Públicas, esse no Rio de Janeiro.

Através dessa rápida descrição dos cargos ocupados por Aurélio, já é possível notar sua importância no contexto de discussão sobre a instrução pública em Minas Gerais entre os anos que cercaram o começo da República.

Todavia, é importante ressaltar também seu papel como jornalista, entendendo que os diversos cargos exercidos por ele não podem ser desvinculados. Até o momento essa pesquisa se concentrou justamente nessa ocupação, por entender o jornal como veículo fundamental para difusão de ideias e ferramenta usada a exaustão por aqueles que compreendemos como intelectuais.

Ao todo sistematizamos crônicas publicadas em 22 diferentes jornais, entre os anos de 1878, quando da estreia de Pires nas páginas dos periódicos, até 1916, aproximadamente.

Ainda sobre sua trajetória de vida, Pires morreu em 1937, próximo de completar 75 anos, após um período de quase um ano enfrentando os desafios da velhice que inclusive o fizeram abandonar sua casa em Belo Horizonte para viver na capital fluminense, perto do mar, que segundo ele, era o refúgio dos velhos.

No entanto, parece-me importante nesse ponto uma problematização mais aprofundada sobre a classificação de Aurélio Pires como um intelectual.

Esse conceito é compreendido dentro de um vasto campo de discussões que, como aponta Jean François Sirinelli, “podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”. (SIRINELLI, 2003: p. 242)

Sabendo da importância da participação de Aurélio Pires na cena pública por meio de publicações constantes em periódicos de considerável circulação entre o que se costuma chamar de uma elite política pensante, e também da eficácia da propagação de ideias que ocorre formal e informalmente através do ambiente escolar, é fácil pensar em Pires como um mediador cultural. Mas indo além, é possível encaixá-lo no que se pode denominar de lista de intelectuais engajados, de acordo, principalmente, com o pensamento sartriano.

Carla Chamon e Matheus Zica (2007) ensinam em um de seus trabalhos, publicado na revista Educação em Foco de Juiz de Fora, que Sartre, em intenso debate com Merleau-Ponty, aponta o intelectual engajado como aquele em constante vigília, que opina sobre os assuntos que tem como relevantes e busca sempre intervir nos mesmos.

Era para isso que Aurélio Pires usava sua pena, como ele mesmo diz no seguinte trecho:

E’ esta a ultima carta que dirijo aos bons, aos benevolos leitores d’O Pharol, neste anno que se encerra depois de amanhã.
Durante os doze mezes que o compuzeram, quantas vezes tive ensejo de molhar a penna no fel da indignação para lhes denunciar factos que a todos nós contristavam, filhos da época que atravessamos, cheia de incertezas, de vacillações e de imprevistos! (O PHAROL, 1891: s/p)

Nessa crônica, que continua após esse fragmento, Aurélio Pires ainda diz do dever do jornalista de falar ao povo com imparcialidade e de denunciar os problemas do “terreno sáfaro e ingrato da politica cujo nivel tem baixado á depressão contristadora em que se acha o caracter nacional” (O PHAROL, 1891: s/p).

Quanto aos temas mais abordados nesse viés por Aurélio Pires estão, como poderia se esperar, a instrução pública e os debates políticos. Aurélio comentava a criação de leis, a sua aplicação, dava opinião quanto a projetos e mais esporadicamente, contribuía com suas ideias de maneira mais direta.

É importante ressaltar que todo o debate educacional no qual Aurélio esteve envolvido dizia respeito a uma espécie de compromisso que ele havia assumido com a República.

Esse já é um dos pontos que permite a aproximação desse estudo sobre Pires com a temática do moderno e da modernidade. Tal aspecto é presença constante nas crônicas publicadas por Aurélio que foram trabalhadas até agora. Exaltação do Republicanismo, da instrução pública como meio civilizador e caminho certo para o progresso da Nação.

Além disso, o caráter das fontes utilizadas pela pesquisa também garante um olhar indissociável do nosso objeto com o âmbito das questões ditas modernas.

O Arquivo Público Mineiro, lugar mais constante da minha pesquisa, guarda o arquivo privado Aurélio Pires em sua coleção de Permanentes. Tal arquivo pessoal foi organizado pelo próprio Aurélio Pires desde o ano de 1916 e tem como datas-limite 1878 e 1936, o que abrange praticamente todo o recorte temporal delimitado para esse trabalho.

Até o momento me detive sobre dois cadernos confeccionados por Aurélio Pires e denominados respectivamente “Caderno nº1” e “Caderno nº 2”. Eles trazem recortes de crônicas publicadas por Pires em diversos jornais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Fora isso, o arquivo pessoal de Aurélio contém registros os mais variados sobre a trajetória do irmão Antonio Olyntho, o Movimento Republicano, entre outras coisas.

Pierre Nora afirma em seu texto “Entre Memória e História – A problemática dos lugares”, que:

[...] nenhuma época foi tão voluntariosamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio (NORA, 1993: p. 15).

Reconhecemos assim, um traço moderno no arquivamento executado por Pires, que podemos justificar não apenas por um apego ao passado, às lembranças, mas pela necessidade de distanciamento no tempo, de escapar de seu “fluxo incessante e imprevisível” (MARQUES:2003, p. 150).

Revela-se um desejo de se perpetuar no passado, de lhe dar sentido, “ao se arquivar, o escritor manifesta o desejo de vencer o tempo, permanecendo na memória de um povo ou de um país” (MARQUES: 2003, p. 150). Portanto, podemos concluir que esse arquivamento de si não é ingênuo, ele pretende passar uma determinada imagem. Por isso o exercício minucioso de escolha e de descarte.

Tem-se aí a questão da “intencionalidade” que é associada com maior facilidade aos arquivos pessoais, justamente por esses serem submetidos às vontades de arquivamento de um indivíduo, ao contrário dos arquivos públicos que carregam a perspectiva da funcionalidade⁴⁷⁵. Mas é necessário deixar claro que um arquivo pode guardar diferentes tempos e intencionalidades, por isso o dever de analisá-lo além dos elementos individuais, mas como um todo.

Além do arquivo pessoal e a documentação nele presente, escolhi trabalhar com a autobiografia de Aurélio Pires intitulada “Homens e factos de meu tempo”, publicada postumamente em 1939 pela editora Brasiliense.

Além da narrativa de vida feita por Aurélio, o livro traz uma contribuição do poeta Pedro Nava e a transcrição de discursos sobre Aurélio Pires feitos por Affonso Arinos de Mello Franco e Mello Teixeira.

Ao compreendermos o arquivamento de si como uma narrativa, o aproximamos do exercício biográfico, como indica Reinaldo Marques: “escrever um diário ou guardar papéis equivale a escrever uma autobiografia, práticas que se inserem no âmbito daquelas que, segundo Foucault, revelam uma preocupação com o sujeito” (MARQUES, 2003: p. 146-147).

Tendo já tratado do arquivamento de si, resta falar da escrita de si, que também entendo como uma expressão do moderno e da modernidade.

O esforço de escrita de si é discutido na historiografia por diversos autores. Bourdieu fala de uma ilusão biográfica, enquanto Foucault de uma morte pela escrita. Analisando as fontes referentes a Aurélio podemos inferir sobre uma necessidade latente de vencer a morte, de perpetuasse. É preciso se dar a ler pelo livro e se dar à curiosidade e à pesquisa pelo arquivo.

A escrita de si, nesse sentido, é busca de coerência entre o discurso e a ação, é ao mesmo tempo a necessidade hermenêutica de ressignificação. Esquemáticamente, a história de vida quando transformada em relato, em expressões de si no tempo, leva à autocompreensão e a uma formação. Gaston Pineau diz ainda sobre “formar vidas singulares e comunicá-las socialmente” (PINEAU: 2006, p. 47)

⁴⁷⁵ Partimos da conceituação de arquivos pessoais tradicional do campo arquivístico de acordo com Bellotto que os designa nos seguintes termos: *A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, que se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os de gestão de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional, e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas, etc.* (BELLOTTO. **Arquivos permanentes**, p. 256).

A pesquisa acaba por tentar evidenciar a modernidade e o moderno através da figura de Aurélio, entendendo-o como homem de seu tempo. Isso através das fontes que “foram dadas” e que se tornaram objetos de análise, assim como as próprias publicações feitas por Pires.

Mais do que isso, no intercruzamento de diferentes áreas, a pesquisa tende a analisar seu objeto, ou seja, o intelectual Aurélio Pires, seus escritos e suas memórias, por diversos prismas, o que contribui para um estudo mais rico e menos pernicioso ou trivial.

Dessa forma, pretendo estar contribuindo para os debates tanto de História da Educação, como da área de História dos Intelectuais, do saber e problematização arquivísticos, biográficos e sobre a temática da modernidade.

O objetivo, apesar de pretensioso, pode por fim se resumir no desejo de através da história de vida de um intelectual conseguir compreender o seu tempo, seja por esse viés moderno acima dito, seja pelas discussões públicas que ele colocava em pauta, ou ainda pelas relações pessoais que mantinha.

Nada mais justo que tratar de Aurélio Pires, figura ainda por ser desbravada e descoberta, mas que já guarda peculiaridades tão desejáveis a qualquer pesquisa histórica.

Por fim, quanto aos resultados obtidos até o momento, é importante ressaltar desde já que esses ainda se encontram afastados do ideal de conclusão e inseridos em um horizonte de possibilidades vasto, e que, portanto, merecem serem amplamente debatidos e levados a uma análise crítica. Todavia, já se pode, com segurança, pensar na influência que as crônicas publicadas e veiculadas por Aurélio tiveram no meio educacional, além, claro, de sua atuação mais direta como professor em cargos sempre de destaque, como o de diretor da Escola Normal Modelo da capital Belo Horizonte.

Referências bibliográficas

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 320 p .

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 6. ed. Nova Veja: Passagens, 2006. 160 p.

PIRES, Aurélio. **Homens e factos de meu tempo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasileira, 1939. 331 p.

Anais da XXIX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora
“Monarquias, Repúblicas e Ditaduras: entre liberdades e igualdades.”

ISSN: 2317-0468.

14 a 18 de maio de 2012

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta. AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006. p. 183-191.

MARQUES, Reinaldo. *O arquivamento do escritor*. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. **Arquivos literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 141-156.

PINEAU, Gaston. *As histórias de vida como artes formadoras da existência*. In: SOUZA, Elizeu Clementino. ABRAHÃO, Maria Helena Barreto. **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 41-60.

SIRINELLI, Jean François. *Os intelectuais*. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-261.

CHAMON, Carla Simone; ZICA, Matheus Cruz. *República e educação em Estevão de Oliveira*. In: **Educação em foco – Centenário de formação dos Grupos Escolares**, Juiz de Fora 1907-2007. p. 85-93.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo. Semestral. Dez- 1993. N. 10. P. 7- 28.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte: APM. Semestral. Jul- dez 2009. Ano XLV. N. 2.

Fontes

APM - Guia de fundos e coleções - Fundo Aurélio Pires.

PIRES, Aurelio. **De Ouro Preto**: Assumpto único – Boas festas! O PHAROL. Juiz de Fora, s/n, 29 de dezembro de 1891. In: APM - Guia de fundos e coleções - Fundo Aurélio Pires.